JORNAL OFICIAL
Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso

Índice

Associação Mato-Grossense dos Municípios - AMM-MT ..... 4
Câmara Municipal de Canarana ..... 9
Câmara Municipal de Curvelândia ..... 9
Câmara Municipal de Diamantino ..... 10
Câmara Municipal de Nova Guarita ..... 11
Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo ..... 12
Câmara Municipal de Poconé ..... 30
Câmara Municipal de Reserva do Cabaçal ..... 30
Câmara Municipal de União do Sul ..... 31
Câmara Municipal de Várzea Grande ..... 31
Consórcio Intermunicipal Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Vale do Guaporé ..... 32
Consórcio Intermunicipal Portal do Araguaia ..... 32
Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Médio Araguaia - CODEMA ..... 32
Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Guaporé ..... 37
Consorcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Mato Grosso ..... 37
Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso – Coress/MT ..... 37
Prefeitura Municipal de Água Boa ..... 37
Prefeitura Municipal de Alto Garças ..... 38
Prefeitura Municipal de Alto Paraguai ..... 39
Prefeitura Municipal de Alto Taquari ..... 41
Prefeitura Municipal de Apiacás ..... 48
Prefeitura Municipal de Araputanga ..... 50
Prefeitura Municipal de Arenápolis ..... 51
Prefeitura Municipal de Aripuanã ..... 54
Prefeitura Municipal de Barra do Bugres ..... 59
Prefeitura Municipal de Barra do Garças ..... 60
Prefeitura Municipal de Cáceres ..... 60
Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis ..... 72
Prefeitura Municipal de Campo Verde ..... 76
Prefeitura Municipal de Campos de Júlio ..... 83
Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte ..... 83
Prefeitura Municipal de Canarana ..... 85
Prefeitura Municipal de Carlinda ..... 86
Prefeitura Municipal de Castanheira ..... 88
Prefeitura Municipal de Cláudia ..... 91
Prefeitura Municipal de Cocalinho ..... 92
Prefeitura Municipal de Colíder ..... 95
Prefeitura Municipal de Colniza ..... 96
Prefeitura Municipal de Comodoro ..... 99
Prefeitura Municipal de Confresa ..... 100
Prefeitura Municipal de Conquista D`Oeste ..... 121
Prefeitura Municipal de Cotriguaçu ..... 122
Prefeitura Municipal de Cuiabá ..... 124
Prefeitura Municipal de Curvelândia ..... 125
Prefeitura Municipal de Diamantino ..... 126
Prefeitura Municipal de Dom Aquino ..... 142
Prefeitura Municipal de Feliz Natal ..... 142
Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte ..... 143
Prefeitura Municipal de General Carneiro ..... 157
Prefeitura Municipal de Glória d´Oeste ..... 164
Prefeitura Municipal de Guiratinga ..... 164
Prefeitura Municipal de Indiavaí ..... 165

Prefeitura Municipal de Itanhangá ..... 165
Prefeitura Municipal de Itiquira ..... 169
Prefeitura Municipal de Jaciara ..... 169
Prefeitura Municipal de Jauru ..... 170
Prefeitura Municipal de Juara ..... 170
Prefeitura Municipal de Juína ..... 171
Prefeitura Municipal de Juscimeira ..... 171
Prefeitura Municipal de Marcelândia ..... 176
Prefeitura Municipal de Matupá ..... 177
Prefeitura Municipal de Mirassol d´Oeste ..... 193
Prefeitura Municipal de Nobres ..... 197
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento ..... 202
Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes ..... 202
Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia ..... 203
Prefeitura Municipal de Nova Guarita ..... 203
Prefeitura Municipal de Nova Lacerda ..... 204
Prefeitura Municipal de Nova Marilândia ..... 207
Prefeitura Municipal de Nova Maringá ..... 207
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde ..... 208
Prefeitura Municipal de Nova Nazaré ..... 217
Prefeitura Municipal de Nova Olímpia ..... 218
Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena ..... 239
Prefeitura Municipal de Nova Xavantina ..... 241
Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte ..... 243
Prefeitura Municipal de Novo Mundo ..... 245
Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio ..... 251
Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim ..... 325
Prefeitura Municipal de Paranatinga ..... 328
Prefeitura Municipal de Pedra Preta ..... 330
Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo ..... 337
Prefeitura Municipal de Planalto da Serra ..... 343
Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia ..... 343
Prefeitura Municipal de Ponte Branca ..... 344
Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte ..... 344
Prefeitura Municipal de Porto Esperidião ..... 345
Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos ..... 346
Prefeitura Municipal de Poxoréu ..... 348
Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira ..... 349
Prefeitura Municipal de Rondolândia ..... 351
Prefeitura Municipal de Rondonópolis ..... 351
Prefeitura Municipal de Rosário Oeste ..... 352
Prefeitura Municipal de Salto do Céu ..... 353
Prefeitura Municipal de Santa Carmem ..... 355
Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato ..... 358
Prefeitura Municipal de Santa Terezinha ..... 360
Prefeitura Municipal de Santo Afonso ..... 364
Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste ..... 365
Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia ..... 365
Prefeitura Municipal de São José do Povo ..... 366
Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro ..... 367
Prefeitura Municipal de São José do Xingu ..... 368
Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos ..... 369
Prefeitura Municipal de Serra Nova Dourada ..... 370
Prefeitura Municipal de Sorriso ..... 370
Prefeitura Municipal de Tabaporã ..... 371
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra ..... 373
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte ..... 377
Prefeitura Municipal de União do Sul ..... 378
Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos ..... 379
Prefeitura Municipal de Várzea Grande ..... 382
Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade ..... 388
Prefeitura Municipal de Vila Rica ..... 396

## APRESENTAÇÃO

**DIRETORIA DA AMM BIÊNIO 2021/2023**

**Presidente de Honra**: José Eduardo Botelho

**Presidente:** Neurilan Fraga (PL) - Ex-prefeito de Nortelândia

**Primeiro Vice-Presidente:** Janailza Taveira Leite (Solidariedade) - prefeita de São Félix do Araguaia

**Segundo Vice-Presidente:** Marcelo de Aquino (PL) - prefeito de General Carneiro

**Terceiro Vice-Presidente**: Marilza Augusta de Oliveira (MDB)- prefeita de Nova Brasilândia

**Quarto Vice-Presidente**: Edu Laudi Pascoski (PL)- prefeito de Itanhangá

**Quinto Vice-Presidente:** Valdecio Luiz da Costa (PL)- prefeito de Dom Aquino

**Secretário Gera**l: Daniel Rosa do Lago (PDT) - Prefeito de Porto Alegre do Norte

**Primeiro Secretário:** Leocir Hanel (PSDB) - prefeito de Nobres

**Segundo Secretário**: José Guedes de Souza (MDB) - prefeito de Rondolândia

**Tesoureiro Geral:** Silmar de Souza Gonçalves (DEM) - prefeito de Nossa Senhora do Livramento

**Primeiro Tesoureiro:** Alex Steves Berto (Solidariedade) - prefeito de Rosário Oeste

**Segundo Tesoureir**o: Altamir Kurten (PSDB) - prefeito de Cláudia

**Conselho Fiscal**:

**1º** Jacob Andre BringsKen (MDB) - prefeito de Vila Bela da Santíssima Trindade

**2º** Márcio Conceição Nunes de Aguiar (PSB) - prefeito de Cocalinho

**3º** Jadilson Alves de Souza (Republicanos) - prefeito de Curvelândia

**Suplentes Fiscai**s:

**1º** Héctor Alvares Bezerra (PSL) - prefeito de Mirassol D'Oeste

**2º** Ederson Figueiredo (PP) - prefeito de Arenápolis

**3º** Julio Cesar dos Santos (MDB) - prefeito de Apiacás

**Gerente de Comunicação**
Malu Sousa

**Responsável pelo Jornal Oficial AMM**
Noides Cenio da Silva

(65) 2123-1200 - (65) 9 9931-8446

Entre em Contato: jornaloficial@amm.org.br (65) - 2123 - 1201

O Jornal Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso
é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

## ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS - AMM-MT

### DESPACHO Nº 08/2023

**Despacho Nº 08/2023**

O candidato a Diretor Presidente, pela "**Chapa 01 - AMM 100%", Leonardo Tadeu Bortolin**, Prefeito do Município de Primavera do Leste-MT, no dia 04/08/2023, protocolou impugnação ao pedido de registro da **"Chapa 02 - União: Municípios Fortes",** pugnando pelo indeferimento do registro de candidatura, sob alegação de que houve afronta ao Estatuto Social e ao Edital de Convocação da Eleição da Associação Mato-Grossense dos Municípios, e como irregularidades apresentou as seguintes:

**irregularidade no requerimento de inscrição:** Aduz que o requerimento de inscrição no pleito eleitoral foi apresentado "**subscrito**" unicamente pelo candidato ao cargo de Diretor Presidente, quando deveria ter sido subscrito por ao menos 10 (dez) associados efetivos.

**Ausência de certidões:** Alegou que as certidões apresentadas pelo candidato não satisfazem o estabelecido, tendo sido apresentado somente as certidões para fins eleitorais, documentos emitidos tanto pela Justiça Estadual quanto pela Justiça Federal.

**Sonegação de bens patrimoniais**: Ao apresentar o requerimento de inscrição, teria o Impugnado cometido fraude por ter apresentado **"falsa declaração de bens"** e omitido que possui a **propriedade de ao menos dois veículos,** e que diante de tal irregularidade, torna a declaração de bens inválida.

Ao final a **"Chapa 01 – "AMM 100%",** pleiteou o indeferimento do pedido de registro de candidatura da **"Chapa 02 – "União: Municípios Fortes",** sob alegação de inobservância às normas estatutárias e ao Edital da eleição, o que segundo os mesmos, teria comprometido a regularidade e a legalidade de sua candidatura.

Em 07 de agosto do corrente ano, foi proferido o **Despacho de n° 05/2023**, onde foi determinado a notificação do Candidato da **"Chapa 02 – "União: Municípios Fortes"**, Neurilan Fraga, para apresentar sua defesa quanto aos argumentos trazidos na **impugnação** ao seu pedido de registro de candidatura, no prazo de 03 (três) dias.

Após notificado, o Candidato apresentou sua defesa requerendo **preliminarmente a inadmissibilidade da impugnação** apresentada pela **"Chapa 01 – "AMM 100%"**, por entender que a impugnação ao pedido de registro deveria ter sido protocolada **"antes da deliberação da Comissão Eleitoral"**, ou seja, antes do **deferimento do pedido de registro de candidatura**.

Traz em sua defesa que no dia **04/08/2023 às 09h:00min**, foi realizada reunião da Comissão Eleitoral com a presença dos representantes das chapas registradas para deliberação dos pedidos de registro de candidaturas, o qual foi encerrada as 09h32min, com a deliberação unânime da Comissão pelo deferimento do pedido de registro da **"Chapa 01 - AMM 100%"**, e da **"Chapa 02 União: Municípios Fortes"**, através do **Despacho n° 03/2023 e Despacho n° 04/2023.**

Para surpresa de todos, após a conclusão da análise do pedido de registro das chapas, **sem qualquer oposição**, dos 3 (três) advogados da chapa impugnante, principalmente após a leitura dos despachos que deferia os registros, somente após o encerramento da sessão, foi apresentado o **pedido de impugnação** do registro de candidatura da **"Chapa 02 - União: Municípios Fortes"**, às 09h44min, ou seja, após a deliberação do despacho que deferiu o pedido de registro das chapas, de modo que, o pedido de impugnação não deve ser conhecido, por sua manifesta intempestividade.

Concluiu pugnando pelo acolhimento da preliminar de inadmissibilidade da impugnação e o consequente **não conhecimento da impugnação ao pedido de registro da "Chapa 02 - União: Municípios Fortes"**, por ser intempestivo, **uma vez que foi protocolada fora do prazo.**

Quanto ao mérito, a defesa postula a improcedência do pedido e, como defesa às alegações contidas na impugnação, trouxe os seguintes argumentos:

**1) IRREGULARIDADE NO REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO DA CHAPA:**

Nega qualquer irregularidade no requerimento da inscrição da **"Chapa 02 - União: Municípios Fortes",** pois o inciso VIII do artigo 22, do Estatuto Social da AMM, é claro ao mencionar que a **única assinatura que deve constar obrigatoriamente no requerimento de registro de candidatura é a do candidato a Diretor Presidente**, o que foi devidamente realizado pelo Candidato Neurilan Fraga.

**2) DA AUSÊNCIA DE CERTIDÕES:**

Quanto a alegação que as "**certidões**" apresentadas pela Chapa ora impugnada, **não satisfazem o estabelecido pelo Estatuto Social da AMM**, uma vez que, foi apresentado somente as certidões para fins eleitorais, documentos emitidos tanto pela Justiça Estadual quanto pela Justiça Federal.

Contrapõe a alegação aduzindo que são inverídicas, posto que, as respectivas **certidões foram apresentadas juntamente com o requerimento de registro da chapa no dia 01/08/2023**, os quais demonstram que não existe nenhum óbice para o registro da sua candidatura, em especial, qualquer circunstância que se enquadre nas hipóteses da Lei Complementar nº. 64/90 (Lei da Ficha Limpa).

Enfatizou que, no **Despacho** n° 04/2023 a Comissão Eleitoral concluiu que as certidões apresentadas, pelo candidato Neurilan Fraga, cumpriram as exigências estabelecidas no Estatuto Social da AMM, tanto que, no despacho consta assim firmado: "***com fundamento nas normas contidas no Estatuto Social e Edital de Convocação, a "Chapa 02 - União: Municípios Fortes" preencheu todos os requisitos estabelecidos, como condição necessária para deferimento do registro de chapa para eleição da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal da AMM"***.

Aduz que, referente a Justiça Federal, embora a certidão tenha constatado a existência de 02 (duas) ações em andamento, estão na iminência de serem extintas sem a resolução do mérito, porque foram distribuídas na justiça federal sem a presença de qualquer entidade federal que justificasse a competência, e apesar da intimação da parte autora para a parte emendar a inicial, ficou inerte.

Em continuidade, ao argumento e para elucidar qualquer dúvida sobre a atual fase dos processos, colacionou em sua defesa a **Certidão de Objeto e Pé** dos referidos processos, esclarecendo de que não existe nenhum óbice para o registro da candidatura da **"Chapa 02".**

Ressaltou que, de acordo com o artigo 1°, inciso I, alínea 1, da Lei Complementar n° 64/1990, somente são inelegíveis, para qualquer cargo, os que forem condenados à suspensão dos direitos políticos, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por ato doloso de improbidade administrativa que importe lesão ao patrimônio público e enriquecimento ilícito, desde a condenação ou o trânsito em julgado até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena.

Diante disso, afirmou que restou demonstrado que a "Chapa 02" teria preenchido todos os requisitos estabelecidos, como condição necessária para deferimento do registro.

**3) SONEGAÇÃO DE BENS PATRIMONIAIS:**

E na última, irregularidade a defesa afirma ter ocorrido má-fé da Chapa Impugnante, ao alegar que teria cometido fraude no requerimento de inscrição, por ter apresentado **"falsa declaração de bens"** e omitido que possui a propriedade de ao menos dois veículos, e que diante de tal irregularidade, torna a declaração de bens inválida.

Argumentou que sobre a alegação de irregularidade na apresentação de declaração de bens, referente ao ano de 2021, pelo Candidato Neurilan

Fraga, foi esclarecido que, no dia 02/08/2023, após analisar o requerimento e documentos anexados no registro das duas chapas, a Comissão Eleitoral teria proferido o Despacho n° 02/2023, onde fixou prazo de 24 horas, para que os "**candidatos**" das 2 (duas) chapas efetuassem a regularização dos documentos listados naquela determinação.

Destacou que, nos despachos proferidos pela Comissão Eleitoral, qual deferiu o registro da candidatura de ambas as chapas registradas no dia 04/08/2023, foi explanado que, mesmo que no Estatuto Social da AMM ou Edital de convocação não traz a "**previsão de concessão de prazo para suprir os pré-requisitos após o protocolo dos pedidos de Registro das Chapas",** todavia, foi concedido prazo para que ambas as chapas realizassem a apresentação dos documentos essenciais, pois acredita-se que nada mais democrático, do que um processo de escolha pelo "VOTO".

Informou que, em cumprimento ao Despacho de n° 02/2023, o candidato Neurilan Fraga realizou tempestivamente a substituição da cópia da **declaração de imposto de renda**, referente ao ano calendário de 2022 - Exercício 2023, onde teria sido constatado que não houve evolução patrimonial, portanto, não haveria de se falar em prejuízo.

Quanto os bens relacionados na impugnação como sendo do candidato Neurilan Fraga, **em que pese ainda estarem em seu nome os mesmos há muitos anos não lhe pertence mais** esclarecendo o seguinte:

**a) MOTOCICLETA YAMAHA/XTZ 125E (Nacional), PLACA JZT7629, ANO/MODELO 2003/2003, COR VERMELHA, RENAVAM Nº. 00811915832**.

Informou que a motocicleta, citada foi alienada no ano de 2016, mas que infelizmente o adquirente não efetivou a transferência até o momento, tanto que no ano de 2022, o candidato Neurilan Fraga, visando regularizar a situação, ou seja, retirar o bem do seu nome, propôs **Ação Declaratória De Negativa De Propriedade com Pedido de Liminar**, **sob o nº. 1005606-17.2022.8.11.0041, que tramitou no Juizado Especial da Fazenda Pública da Comarca de Cuiabá/MT.** Inclusive ação que é de conhecimento de 2 (dois) advogados do Impugnante**.**

Em que pese a demanda ter sido julgada improcedente, o fator determinante **é que não é mais proprietário da motocicleta citada**. E que vem buscando outros meios para localizar o comprador e resolver a questão, assim com a juntada da cópia da ação judicial, visando a declaratória de negativa de propriedade, comprova que não houve omissão na declaração de bens apresentada diante dessa comissão eleitoral.

**b) REBOQUE TRA CARGA – PLACA QCI3D54.**

Sobre o segundo bem, o impugnado reafirma não possuir patrimônio e apresentou cópia do **Instrumento Particular de Compra e Venda**, onde consta que o bem móvel foi **alienado no dia 13 de julho de 2020,** para **Sr. Yeso Bento Ramos de Vasconcelos**, e como a obrigação da transferência cabe ao adquirente, o Impugnado acreditou que a transferência já havia sido concretizada.

Porém, tal fato só foi descoberto com a apresentação da impugnação a esta Comissão Eleitoral e após tomar ciência da impugnação efetuou notificação ao espólio do **Sr. Yeso Bento**, solicitando que realizasse a imediata transferência do reboque.

No dia **08 de agosto de 2023**, recebeu a resposta a notificação encaminhada pela viúva do adquirente **Sr. Yeso Bento,** informando que seu esposo teve uma **"parada cardiorrespiratória",** que gerou uma **"lesão encefálico hipoxico isquêmico"**. Ficou por muito tempo na UTI e posteriormente ficou em casa sob os cuidados **"home care"** até o seu falecimento que se deu em **26 de junho de 2023**.

Concluiu dizendo que diante dos fatos acima narrados, ficou impossibilitado de praticar quaisquer atos jurídicos ou de negócios, contudo, irão tomar as devidas providências para regularizar a transferência do reboque.

Para comprovar o alegado, efetuou a juntada de cópia da **"Ação de Interdição com Pedido de Curatela Provisória",** traz jurisprudência do STJ que diz que: **"fato de não ter sido realizada a transferência de propriedade do automóvel não obsta que se comprove a alienação por outros meios".**

Reafirma que, não há nada de errado na declaração de bens do impugnado, uma vez que não é mais possuidor de tais bens. Muito menos que houve omissão de patrimônio, posto que apesar dos 02 (dois) bens ainda estarem no seu nome, os mesmos há muito tempo foram alienados, por isso não constou na declaração de Imposto de Renda.

Feito os esclarecimentos em sua defesa, o candidato Neurilan Fraga da "**Chapa 02 - União Municípios Fortes",** requereu que os pedidos pleiteados na impugnação apresentada pelo candidato Leonardo Tadeu Bortolin da **"Chapa AMM 100%",** sejam julgados totalmente improcedente, bem como, que seja mantido o despacho 04/2023 o qual deferiu o registro da "Chapa 02".

**Passamos a decidir.**

Da Preliminar apresentada na defesa quanto a**inadmissibilidade da impugnação** por entender que a impugnação ao pedido de registro deveria ter sido protocolada **"antes da deliberação da Comissão Eleitoral"**, ou seja, antes do **deferimento do pedido de registro de candidatura**.

Assiste razão a defesa, pois é evidente que a **impugnação é intempestiva**, porquanto no dia 02 de agosto os advogados do Impugnante obtiveram cópia integral dos documentos que instruíam o pedido de registro do candidato impugnado, ao qual vejamos: Link live.staticflickr.com/65535/53120611317_a5334d5101_c.jpg

No mesmo dia, foram notificados a efetuarem complementação dos documentos do candidato Impugnante, o qual foi protocolado no dia 03/08/2023, no final do expediente.

No dia **04/08/2023 às 09h:00min**, foi realizada reunião da Comissão Eleitoral para deliberação dos pedidos de registro das candidaturas e contou com a participação dos advogados da chapa impugnante. A reunião iniciou com a leitura dos despachos pelo Presidente da Comissão Eleitoral. Terminada a leitura, foi consultada aos demais membros para que manifestassem sobre a matéria em deliberação, a qual foi aprovada por unanimidade com o deferimento dos pedidos de registro tanto da **"Chapa 01 - AMM 100%"**, quanto da **"Chapa 02 União: Municípios Fortes"**, através do **Despacho n° 03/2023 e Despacho n° 04/2023**. A deliberação foi encerrada as 09h32min.

Somente após proferido as decisões que deferem os registros, no encerramento da reunião pelo Presidente da Comissão Eleitoral, os 3 (três) advogados do impugnante resolveram anunciar que iriam protocolar pedido de impugnação contra a chapa 02, pleiteando o indeferimento do pedido de registro.

**A justiça não acolhe aqueles que dormem**! Sem sombra de dúvidas que a impugnação ao pedido de registro deveria ter sido apresentada no mais tardar **após a leitura do despacho que deferia o pedido de registro da Chapa 02**, e não após a **discussão** e **deliberação,** pela Comissão Eleitoralque deferiu o pedido de registro, onde já estaria esgotado de vez o pedido contido na impugnação. Ora, não há como prosperar uma impugnação que tem como pedido o indeferimento de um registro de candidatura, quando já houve o deferimento do mesmo.

Contudo, apesar de considerar a impugnação preclusa, esta Comissão Eleitoral, buscando sanar toda e qualquer dúvida apresentada, para que se tenha um procedimento eleitoral, transparente e legal, **deixa-se de acolher a preliminar**, passa-se a decidir sobre o mérito apresentado na impugnação.

**IRREGULARIDADE NO REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO DA CHAPA:**

Aduz que o requerimento de inscrição no pleito eleitoral foi apresentado "**subscrito**" unicamente pelo candidato ao cargo de Diretor Presidente, quando deveria ter sido subscrito por ao menos 10 (dez) associados efetivos.

A Constituição da República Federativa do Brasil, estabelece que é necessário cumprir algumas exigências para se candidatar a um cargo eletivo. No parágrafo terceiro do artigo 14, estão estabelecidas as **"condições exigidas"** para se candidatar e representar os interesses da sociedade, aos quais vejamos:

***1. Nacionalidade Brasileira;***

***2. Pleno exercício dos direitos políticos;***

***3. Alistamento junto à Justiça Eleitoral;***

***4. Ter o domicílio eleitoral na circunscrição;***

***5. Ser filiado a um partido;***

***6. Idade mínima.***

Pois bem, a AMM é uma Associação Civil, constituída no ano de 1983, com Estatuto Social devidamente registrado em Cartório, e traz como exigência para **ser candidato a um dos seus cargos da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal**, o seguinte:

***Ser Prefeito ou Ex-prefeito dos Municípios filiados (artigo 22, Parágrafo 1º e 2º);***

***Estar filiado a entidade a mais de 2 (dois) anos, e no caso de Ex-Prefeito ter mantido o Município filiado por igual prazo. (art. 22, Parágrafo 3º, inciso V);***

***O registro deverá ser efetivado por chapa, que conterá os nomes dos candidatos com seus respectivos cargos. (art. 22, Parágrafo 3º, inciso VI);***

***O requerimento do pedido de registro deve conter a assinatura do candidato a Diretor Presidente, mediante a subscrição (autorização para compor a chapa) de no mínimo 10 associados (art. 22, Parágrafo 3º, inciso VIII);***

***Declaração de bens (art. 22, Parágrafo 3º, inciso IX);***

***Certidão Civil e Criminal da Justiça Federal (art. 22, Parágrafo 3º, inciso IX);***

***Certidão Civil e Criminal da Justiça Estadual (art. 22, Parágrafo 3º, inciso IX);***

Assim de pronto, já se observa que a primeira irregularidade apontada, de que teria ocorrido a "**ausência das assinaturas pelo menos 10 (dez) associados efetivos no requerimento de inscrição no pleito eleitoral**" não procede, pois, a única obrigatoriedade prevista é que o requerimento seja assinado pelo candidato ao cargo de Diretor Presidente, devendo ainda o mesmo apresentar a relação da chapa contendo os cargos e seus componentes, e que no mínimo 10 (dez) associado tenha autorizado a composição da chapa.

No presente caso, o Impugnado apresentou "**requerimento assinado pelo mesmo"**; a **"composição da chapa"** e ainda **"17 (dezessete) autorizações"** dos componentes da chapa; **"declaração de bens"; "certidões civis e criminais"**, tanto da **"Justiça Estadual como da Justiça Federal"**; **"certidões do TCE e TCU"; "Termo de Posse dos anos em que foi Prefeito"** e o **"Termo de Posse de Presidente da AMM"**, muito além do exigido, não havendo qualquer irregularidade no procedimento.

E para colocar uma **"pá de cal"** no assunto, a defesa do impugnado trouxe a definição do termo "**subscrição**" é que exatamente a interpretação que se deve ter no presente caso, ou seja, a assinatura posta em "**carta**", "**documento"** ou na "**parte inferior de uma ata**" ou "**texto"**, para indicar aprovação do conteúdo dos mesmos, então o fato das subscrições virem de forma individual, não retira delas a essência, que é justamente chancelar a composição e o requerimento da chapa.

E aqui, cabe uma importante observação a de que o candidato da chapa nº 01 no dia 01 de agosto do corrente ano, deixou de **"comprovar a qualidade de Prefeito"**, exigência contida no **§ 2º do artigo 22 do Estatuto Social**, e nem por isso foi cogitado a possibilidade de ser impedido de disputar as eleições.

O sufrágio **"é um direito público subjetivo de natureza política, que tem o cidadão de eleger, ser eleito e de participar da organização e da atividade do poder estatal**".

Dessa forma, por meio do **sufrágio** o conjunto de cidadãos de determinado Estado escolherá as pessoas que irão exercer as funções estatais, mediante o sistema representativo existente em um regime democrático.

É nesta vertente que esta comissão eleitoral caminha, para permitir que os Prefeitos escolham, quem eles querem para presidir esta entidade.

Assim diante do exposto, não procede a presente irregularidade, uma vez que, **não há exigência** de que o requerimento para registro da chapa seja assinado pelos 18 (dezoito) componentes da mesma.

**AUSÊNCIA DE CERTIDÕES:**

Quanto a alegação que as "**certidões**" apresentadas pela Chapa ora impugnada, não satisfazem o estabelecido pelo Estatuto Social da AMM, uma vez que, foi apresentado **somente as certidões para fins eleitorais**. Também não procede, posto que a respectiva certidão civil e criminal da Justiça Estadual e Justiça Federal exigida foram apresentadas juntamente com o requerimento de pedido de registro da chapa no dia 01/08/2023, os quais demonstram que não existe nenhum óbice para o registro da sua candidatura.

Quanto ao mais, as alegações de que as certidões com fim eleitorais não suprem a exigência de certidões civil e criminal, não procedem, pois todos somos sabedores que as Certidões para fins eleitorais são mais completas que as certidões simples.

Quando a Lei da Ficha Limpa entrou em vigor em 2010, uma nova atividade passou a ser realizada, a emissão de certidões para fins eleitorais, um dos requisitos para os políticos poderem registrar suas candidaturas.

A norma inibe a candidatura de políticos condenados por colegiados judiciais em razão de crimes como os cometidos contra a economia popular, a administração pública, o sistema financeiro, o meio ambiente, a saúde pública e a vida.

Desta forma, a alegação não procede e a defesa visando sanar qualquer dúvida, **reapresentou novas certidões**, apesar desta Comissão Eleitoral já ter manifestado, que o impugnado havia cumprido com a exigência.

Quanto a alegação sobre a necessidade da exigência de **"certidão de objeto e pé"**, na legislação eleitoral, as mesmas são exigidas somente para os processos criminais. No caso do impugnado, os processos que aparecem na certidão "são na esfera civil", e ainda no Estatuto Social da AMM e Edital de Convocação para as eleições, **não exige como documento obrigatório as "certidões de objeto e pé",** não havendo porque colacionar entre o rol de documentos necessário para deferimento de registro de candidatura.

Inclusive a legislação eleitoral, como bem lembrou a defesa do impugnado, **nem exige as certidões civis**

[...] Registro de candidatura. Apresentação de certidão cível. Desnecessidade. Exigibilidade. Rol taxativo. [...] 1. Conforme se extrai do taxativo rol de documentos a serem juntados com o requerimento de registro de candidaturas art. 11, § 1º, da Lei nº 9.504/97 e art. 27 da Res.-TSE nº 23.455/2015, despicienda a apresentação de certidões cíveis. 2. É assente na jurisprudência deste Tribunal Superior que, '**ainda que se compreenda o anseio de se ter nos processos de registro de candidatura a apresentação de certidões cíveis, o certo é que a lei não as exige**, o que impossibilita 'contemplar, por meio de instrução, exigência não prevista na legislação em vigor. [...]"(Ac. de 28.11.2019 no AgR-REspe nº 64121, rel. Min. Tarcísio Vieira de Carvalho Neto.)

"Registro. Certidão cível. [...]. 2. O art. 27, II, da Res.-TSE nº 23.373 **prevê apenas a apresentação pelos candidatos de certidões criminais for-**

**necidas pelos órgãos de distribuição da Justiça Federal e Estadual, não se exigindo certidões cíveis**. Precedentes. 3. Considerando que o candidato apresentou as certidões criminais negativas e preencheu todos os requisitos legais, não há óbice ao deferimento do seu pedido de registro. [...]"b (Ac. de 30.10.2012 no AgR-REspe nº 17529, rel. Min. Arnaldo Versiani.)

Destarte, não há como prosperar a alegação de que houve ausência de "**certidões**" e **"certidões de objeto e pé"**, muito mais porque houve a reapresentação das **"certidões civis e criminais"** e a apresentação das **"certidões de objeto e pé",** colocando um fim em qualquer questionamento.

**4) SONEGAÇÃO DE BENS PATRIMONIAIS:**

Quanto a alegação de sonegação de bens patrimoniais e a suposta "**falsa declaração de bens"** por supostamente ter omitido que é proprietário de uma **MOTOCICLETA**, e ainda de um **reboque**, tal alegação também não deve prosperar, pois o candidato Impugnado, em sua defesa comprovou que os mesmos há muito tempo foram alienados, trazendo os seguintes documentos:

**Cópia da Ação de Negativa de Propriedade (Motocicleta);**

**Cópia do Contrato de Compra e Venda entre Neurilan e Yeso Bento (Reboque);**

**Cópia da Notificação para transferência do Reboque;**

**Cópia da resposta a Notificação;**

**Ação de interdição do senhor Yeso Bento.**

Ainda é valido ressaltarmos em relação a motocicleta, o impugnado, visando regularizar a transferência promoveu **"Ação Declaratória De Negativa De Propriedade com Pedido de Liminar**", situação mais que suficiente para comprovar não ser mais o proprietário da motocicleta.

E como bem ressaltou o impugnado em sua defesa, ***"em que pese a demanda ter sido julgada improcedente, o fator determinante é que não é proprietário da motocicleta citada"***, e que consequentemente não houve omissão na declaração de bens apresentada diante dessa comissão eleitoral.

Quanto ao **REBOQUE** o bem móvel também foi alienado no dia 13 de julho de 2020, para o senhor **Yeso Bento Ramos de Vasconcelos**, e como a obrigação da transferência cabe ao adquirente, não há porque atribuir ao Impugnado, uma penalização por algo que não teve culpa. Mormente com as informações prestadas pela viúva do adquirente Sr. Yeso Bento, dando conta que seu esposo, logo após a transação de compra e venda teve uma **"parada cardiorrespiratória",** que gerou uma **"lesão encefálico hipoxico isquêmico**". Ficando por muito tempo na UTI, e posteriormente ficou em casa sob os cuidados "home care" até o seu falecimento que se deu em 26 de junho de 2023.

Desta forma, esta comissão eleitoral entende que está por demais comprovado que tais bens não pertencem ao impugnado, não havendo logica para revogar a decisão que defere o pedido de registro de candidatura, para indeferir a mesma.

Nos moldes do artigo 123, § 1º, do Código de Trânsito Brasileiro, a obrigação de promover a transferência do veículo junto ao órgão de trânsito cabe ao adquirente (Acórdão 1378240, 07336899220188070001, Relator: MARIO-ZAM BELMIRO, Oitava Turma Cível, data de julgamento: 7/10/2021, publicado no DJE: 21/10/2021).

Outrossim, é de se destacar que o art. 1.226 do Código Civil que **"os direitos reais sobre coisas móveis, quando constituídos, ou transmitidos por atos entre vivos, se adquirem com a tradição**" e que, nos termos da jurisprudência do TJMT, a transferência de propriedade de bem móvel prescinde-se de registro perante o órgão de trânsito, conforme a disposição contida no artigo 1267 do Código Civil (**N.U 1000077-54.2021.8.11.0040, CÂMARAS ISOLADAS CÍVEIS DE DIREITO PRIVADO, GUIOMAR TEODORO BORGES, Quarta Câmara de Direito Privado, Julgado em 01/02/2023, Publicado no DJE 03/02/2023).**

A propósito, em que pese restar demonstrada a regularidade das declarações de bens apresentadas, apenas a título de conhecimento, o Supremo Tribunal Federal já sinalizou que o documento no qual conste a informação falsa, e que estejam suas informações submetidas à posterior averiguação, afasta a possibilidade de ocorrer a falsidade intelectual1.

No caso, a omissão apontada na impugnação da Chapa 01 e desconstituída pela defesa da Chapa 02, sobre fato inócuo e incapaz de causar efeito no âmbito eleitoral, que não contém nocividade efetiva ou potencial, não obsta o pleito eleitoral para Diretoria da AMM.

Assim, em face da inexistência de quaisquer vícios que comprometam o pleito, a presente impugnação não merece acolhimento, não podendo servir, de modo algum, para anulação do deferimento do registro da Chapa 02.

Diante do exposto, e que esta Comissão Eleitoral, manifesta pela **IMPROCEDENCIA DA IMPUGNAÇÃO**, ao registro de candidatura, **mantendo o deferimento do Pedido de registro da "Chapa 02 – União: Municípios Fortes".**

Cuiabá, 15 de agosto de 2023

**Osmar Froner de Mello**

**Prefeito de Chapada dos Guimaraes**

**Presidente**

**Natal Alves de Assis Sobrinho**

**Prefeito de Planalto da Serra**

**Héctor Alvares Bezerra**

**Prefeito de Mirassol D'Oeste**

**Leocir Hanel**

**Prefeito de Nobres**

**Luis Fernando Ferreira Falcão**

**Prefeito de Santo Afonso.**

1 (STF, RHC 43396, lª Turma, Rel.' Min., Evandro Lins, DJ 15.2.1967, STF, HC 85976, Rel. Min. Ellen Gracie, 2aTurma, DJ 24.2.2006)

---

**DESPACHO Nº 03/2023**

**DESPACHO Nº 03/2023**

A Comissão Eleitoral, constituída nos termos do inciso II do § 3° do artigo 22 do Estatuto Social, para conduzir o processo eleitoral da DIRETORIA EXECUTIVA E CONSELHO FISCAL DA AMM – ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNÍCIPIOS – GESTÃO 2024-2026, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, recebeu no dia 1º de agosto do corrente ano, **o pedido de registro de duas chapas** para disputarem a eleições que ocorrerá no dia 02 de outubro de 2023.

O primeiro pedido de registro foi apresentado pelo Prefeito de Primavera do Leste, **Leonardo Bortolin (MDB)**, e foi nominada como **"AMM 100%",** com a seguinte composição:

**Presidente de Honra Deputado Federal JUAREZ COSTA**

**Presidente:** Leonardo Tadeu Bortolin – Primavera do Leste;

1º Vice-Presidente: Hemerson Lourenço Máximo - Colíder;

2º Vice-Presidente: Jose Guedes de Souza - Rondolândia;

3º Vice-Presidente: Edu Laudi Pascoski - Itanhanga;

4º Vice-Presidente: Marcelo de Aquino – General Carneiro:

5º Vice-Presidente. Thiago Castellan Ribeiro – Santa Terezinha;

**Secretário Geral:** Janailza Taveira Leite – São Feliz Araguaia;

1º Secretário Geral: Carlos Sirena – Juara;

2º Secretário Geral: Thiago Timo Oliveira – Torixoreu;

**Tesoureiro Geral**: Nelson Antônio Pain - Poxoreu;

1º Tesoureiro Geral: Francieli Magalhaes de Arruda Vieira Pires –Santo Antônio do Leverger;

2º Tesoureiro Geral: Manoel Loureiro Neto – Diamantino;

**Conselho Fiscal**

1º Conselheiro Fiscal: Fernando de Oliveira Ribeiro – Carlinda;

2º Conselheiro Fiscal: Fabio Marços Pereira de Farias – Canarana;

3º Conselheiro Fiscal: João Isaack Moreira Castelo Branco - Tesouro;

**Suplente Conselho Fiscal**

1º Suplente Conselho Fiscal: Egon Hoepers – Santa Rita Trivelato;

2º Suplente Conselho Fiscal: Irineu Marcos Parmeggiani – Campos de Júlio;

3º Suplente do Conselho Fiscal: Enilson de Araujo Rios - Araputanga**;**

Em 02 de agosto, esta Comissão Eleitoral após proceder análise preliminar, dos documentos apresentados pelos candidatos, facultou **ao Candidato Leonardo Tadeu Bortolin**, a apresentação dos seguintes documentos:

***1) Diploma de Prefeito;***

***2) Termo de Posse como Prefeito;***

***3) Título Eleitoral;***

***4) Cópia do CPF, RG ou Carteira de Habilitação;***

***5) Comprovante de endereço***.

Estabelecido o prazo de 24 horas para a apresentação dos documentos solicitados em cumprimento às disposições estatutárias, ele cumpriu as exigências solicitadas.

Preliminarmente, esta Comissão Eleitoral faz questão de esclarecer que, mesmo que no Estatuto Social da AMM ou Edital de convocação não traga a **"previsão de concessão de prazo para suprir os pré-requisitos após o protocolo dos pedidos de Registro das Chapas"**, a Comissão Eleitoral decidiu por conceder prazo para que a chapa realizasse a apresentação de documentos essenciais, pois acredita-se que nada mais democrático que um processo de escolha pelo "**VOTO**", prevalecendo o Estado Democrático, preservando-se o direito da livre concorrência eleitoral de modo que os representantes dos Municípios possam, com liberdade, escolher mediante o voto, por quem querem se fazer representar.

Quanto ao registro da chapa, ressalta-se que o §1° do Art. 22, bem como o inciso IX, §3º do mesmo artigo do Estatuto Social, estabelece que os representantes do município poderão ser candidatos e que o **"registro das chapas deve apresentar o pedido de declaração de bens, certidão cível e criminal da Justiça Federal da circunscrição na qual o candidato tenha o seu domicilio eleitoral, certidões cível e criminal do Justiça Estadual de 1º e 2º graus da circunscrição do qual o candidato tenha o seu domicilio eleitoral**", o que foi cumprido pela Chapa requerente.

Os componentes da chapa são filiados, e estão dentro do prazo estabelecido e estão em dia com as obrigações financeiras segundo certidão da Coordenação Administrativa Financeira, nos ditames do inciso V, parágrafo 3° do artigo 22 do Estatuto Social da AMM.

Neste sentido, com fundamento nas normas contidas no Estatuto Social e Edital de Convocação, a chapa preencheu todos os requisitos estabelecidos, como condição necessária para deferimento do registro de chapa para eleição Diretoria Executiva e Conselho Fiscal da AMM.

Pelo exposto, DEFERIMOS os pedidos de registro da chapa "AMM 100%", encabeçada pelo Presidente Leonardo Tadeu Bortolin, o qual, por ter sido protocolado primeiro recebera a numeração 01, ou seja Chapa 01.

Dúvidas e questionamentos deverão ser endereçadas à Comissão Eleitoral.

Publique-se

Cuiabá/MT, 04 de agosto de 2023.

**Osmar Froner de Mello**

**Prefeito de Chapada dos Guimaraes**

**Presidente**

**Natal Alves de Assis Sobrinho**

**Prefeito de Planalto da Serra**

**Valdecio Luiz da Costa**

**Prefeito de Dom Aquino**

**Leocir Hanel**

**Prefeito de Nobres**

**Luis Fernando Ferreira Falcão**

**Prefeito de Santo Afonso.**

---

**LICITAÇÃO**
**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 001/2023.**

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

**DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 001/2023.**

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA FORNECIMENTO DE SISTEMAS PARA ELEIÇÃO HIBRIDA (ON LINE E PRESENCIAL)**. **HOMOLOGA** o presente certame, Dispensa de Licitação nº 001/2023, a empresa **R&F SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA, CNPJ: 33.359.257/0001-93**, com o valor de R$ 11.470,00 (onze mil quatrocentos e setenta reais).

Cuiabá (MT), 16 de agosto de 2023.

**NEURILAN FRAGA**

**PRESIDENTE**

---

**DESPACHO Nº 04/2023**

**DESPACHO Nº 04/2023**

A Comissão Eleitoral, constituída nos termos do inciso II do § 3° do artigo 22 do Estatuto Social, para conduzir o processo eleitoral da DIRETORIA EXECUTIVA E CONSELHO FISCAL DA AMM – ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNÍCIPIOS – GESTÃO 2024-2026, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, recebeu na data do dia 1º de agosto do corrente ano, **o pedido de registro de duas chapas** para disputarem a eleições que ocorrerá no dia 02 de outubro de 2023.

O segundo pedido de registro foi apresentado pelo Ex Prefeito de Nortelândia, Neurilan Fraga **(PL)**, e foi nominada como **"UNIÃO: MUNICIPIOS FORTES"** com a seguinte composição:

**Presidente de Honra Deputado Estadual DILMAR DAL BOSCO.**

**Presidente: Neurilan Fraga – Ex-Prefeito de Nortelândia**.

1º Vice-Presidente: **João Machado Neto -** Nova Xavantina.

2º Vice-Presidente: **Jamis Silva Bolandin** - São José dos Quatro Marcos.

3º Vice-Presidente: **Cesar Augusto Perigo** - Nova Bandeirantes.

4º Vice-Presidente: **Levi Ribeiro** - São José do Rio Claro.

5º Vice-Presidente: **Ederson Figueiredo** - Arenápolis.

**Secretário Geral: Jadilson Alves de Souza** - Curvelândia.

1º Secretário Geral: **Alex Steves Berto** - Rosário Oeste.

2º Secretário Geral: **Uilson José da Silva** - Nova Lacerda.

**Jacob André Bringsken** - Vila Bela da Santíssima Trindade.

1º Tesoureiro Geral: **Milton de Souza Amorim** – Colniza.

2º Tesoureiro Geral: **Júlio Cesar dos Santos** - Apiacás.

**Conselho Fiscal**

1º Conselheiro Fiscal: **Ronivon Parreira das Neves** – Ribeirãozinho.

2º Conselheiro Fiscal: **Clenei Pereira da Silva** - Ponte Branca.

3º Conselheiro Fiscal: **Mauto Teixeira Espindola** - Salto do Céu.

**Suplente Conselho Fiscal**

1º Suplente do Conselho Fiscal: **Seluir Fischer Reghin** - Aripuanã.

2º Suplente do Conselho Fiscal: **Margareth Gonçalves da Silva** - Barão de Melgaço.

3º Suplente do Conselho Fiscal**: Marcilei Alves de Oliveira** - Bom Jesus do Araguaia.

Em 02 de agosto, esta Comissão Eleitoral após proceder análise preliminar, dos documentos apresentado pelo candidato, facultou ao mesmo a substituição **da cópia do Imposto de Renda**, visto que o apresentado refere-se ao exercício do ano de 2021.

Estabelecido o prazo de 24 horas para a apresentação dos documentos solicitados em cumprimento às disposições estatutárias, os mesmos cumpriram as exigências solicitadas, esclarecendo inclusive que não houve prejuízo, no erro de apresentação de copia do extrato do imposto de Renda, uma vez que não houve alteração na relação patrimonial.

Preliminarmente, esta Comissão Eleitoral faz questão de esclarecer que, mesmo que no Estatuto Social da AMM ou Edital de convocação não traga a **"previsão de concessão de prazo para suprir os pré-requisitos após o protocolo dos pedidos de Registro das Chapas"**, a Comissão Eleitoral decidiu por conceder prazo para que a chapa realizasse a apresentação de documentos essenciais, pois acredita-se que nada mais democrático, do que um processo de escolha pelo "VOTO", prevalecendo o Estado Democrático, preservando-se o direito da livre concorrência eleitoral de modo que os representantes dos Municípios possam com liberdade escolher mediante o voto por quem querem se fazer representar

Ressalta-se inciso IX 3º§ do Artigo 22, do Estatuto Social, estabelece que o registro das chapas deve atender o pedido de declaração de bens, certidão cível e criminal da Justiça Federal da circunscrição na qual o candidato tenha o seu domicílio eleitoral, certidões cível e criminal do Justiça Estadual de 1º e 2º graus da circunscrição do qual o candidato tenha o seu domicilio eleitoral, qual foi cumprido.

Quanto ao registro da chapa, ressalta-se que o inciso IX, §3º do Artigo 22, do Estatuto Social, estabelece que o "registro das chapas deve apresentar o pedido de declaração de bens, certidão cível e criminal da Justiça Federal da circunscrição na qual o candidato tenha o seu domicílio eleitoral, certidões cível e criminal do Justiça Estadual de 1º e 2º graus da circunscrição do qual o candidato tenha o seu domicilio eleitoral", o que foi cumprido pela Chapa requerente.

Os componentes da chapa são filiados, e estão dentro do prazo estabelecido e estão em dia com as obrigações financeiras segundo certidão da Coordenação Administrativa Financeira, nos ditames do inciso V, parágrafo 3° do artigo 22 do Estatuto Social da AMM.

Neste sentido, com fundamento nas normas contidas no Estatuto Social e Edital de Convocação, a chapa preencheu todos os requisitos estabelecidos, como condição necessária para deferimento do registro de chapa para eleição Diretoria Executiva e Conselho Fiscal da AMM.

Pelo exposto, DEFERIMOS o pedido de registro da chapa **"UNIÃO: MUNICIPIOS FORTES**", encabeçada pelo Presidente Neurilan Fraga o qual recebera a numeração 02, ou seja Chapa 02.

Dúvidas e questionamentos deverão ser endereçadas à Comissão Eleitoral.

Publique-se

Cuiabá/MT, 04 de agosto de 2023.

**Osmar Froner de Mello**

**Prefeito de Chapada dos Guimaraes**

**Presidente**

**Natal Alves de Assis Sobrinho**

**Prefeito de Planalto da Serra**

**Valdecio Luiz da Costa**

**Prefeito de Dom Aquino**

**Leocir Hanel**

**Prefeito de Nobres**

**Luis Fernando Ferreira Falcão**

**Prefeito de Santo Afonso.**

## CÂMARA MUNICIPAL DE CANARANA

### PORTARIA N°37/2023

DE 11 DE AGOSTO DE 2023.

"Dispõe sobre a concessão de férias a servidora Zelma Moreira da Silva".

O Presidente da Câmara Municipal da Canarana, Estado do Mato Grosso, Sr. Rafael Govari, no uso de suas atribuições legais;

Considerando que a servidora cumpriu com as exigências legais e não tem registro de ocorrências que impeçam ou limitem o período regulamentar para o gozo das férias em conformidade com o estatuto do servidor minicipal;

RESOLVE:

**Art. 1º -** Conceder 10 dias de férias regulamentares a servidora Zelma Moreira da Silva, matrícula nº 085, referente período aquisitivo compreendido de 21/11/2021 a 20/11/2022, que serão gozadas no período de 18 à 27 de agosto 2023.

Parágrafo único – Fica a Contabilidade da Câmara Municipal autorizada a efetuar o pagamento de 1/3 (um terço) do salário normal do Servidor, em conformidade com o estabelecido no artigo 73 § 1º, da Lei Complementar nº 028/2002.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Canarana-MT, 11 de agosto de 2023.

**Rafael Govari**

Presidente

## CÂMARA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA

### CAMARA MUNICIPAL
### RESCISÃO/DISTRATO DO CONTRATO Nº. 006/2022

**TERMO DE RESCISÃO CONSENSUAL AO CONTRATO DE Nº 006/2022 DE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE PROJETO DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO PRÉDIO DA CÂMARA MUNICIPAL, FIRMADO ENTRE A CÂMARA MNICIPAL DE CURVELÂNDIA E A EMPRESA JHM CONSTRUTORA EIRELI.**

Pelo presente instrumento as partes, de um lado, a **CÂMARA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA**, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua São Paulo, nº 2870, Centro, Curvelândia/MT, inscrita no C.N.P.J./MF sob o n.º 04.217.660/0001-80, doravante denominado **CONTRATANTE,** neste ato representado pelo Presidente da Câmara Municipal Senhor **MARCOS FELIPE DO NAS-**

**CIMENTO**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade **RG sob o nº 1470651-2**, expedida pela SSP/MT e inscrito no **CPF sob o nº 972. 506.191-87** residente e domiciliado na Rua Florianópolis, s/nº, centro, Município de Curvelândia/MT, de outro lado, a Empresa **JHM CONSTRUTORA EIRELI - CNPJ 18.923.430/0001-40** , situada na Avenida Municipal nº2132, Bairro Jardim Santa Ana, Pontes e Lacerda/MT, doravante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato pela Srª. JUSSARA FERREIRA, portadora do RG n° 1549716-0 SSP/MT, inscrita no CPF n° 003. 659.451, têm justo e contratado firmar o presente Termo de Rescisão ao contrato 006/2022, assinado em 04/11/2022, bem como, ultimo aditivo firmado em 03/07/2023, sujeitando-se as partes os ditames da Lei nº. 8666/ 1993, bem assim as cláusulas abaixo:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

A presente avença tem por objeto rescindir de forma consensual, nesta data, a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE PROJETO DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO PRÉDIO DA CÂMARA MUNICIPAL**.

**CLÁUSULA SEGUNDA – FUNDAMENTO**

O Termo de Rescisão Amigável reger-se-á com base no art. 79 da Lei 8. 666/93, que aparece da seguinte forma:

**(...)**

**Art. 79. A rescisão do contrato poderá ser:**

**(...)**

**II - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;**

**(...)**

Conforme escreve Hely Lopes Meirelles[1],

***"A rescisão amigável é a que se realiza por mútuo acordo das partes, para a extinção do contrato e acerto dos direitos dos distratantes. É feita, normalmente, nos casos de inadimplência sem culpa e nos que autorizam a rescisão por interesse público".***

Deste modo, resta devidamente motivada a rescisão amigável, sendo está a medida mais enérgica no caso em comento.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO DISTRATO**

Todas as cláusulas e condições contidas no acordo verbal firmado entre as partes restam desde já **DISTRATADAS.** Afirmam por este e na forma de Direito, dando total e irrestrita quitação sobre todos os direitos e obrigações oriundos do contrato, não havendo quaisquer pendências recíprocas.

Fica vedado pleitear judicial ou extrajudicialmente quaisquer direitos ou pagamentos oriundos do contrato ou concernente ao presente distrato eventualmente ainda não pagas.

**CLÁUSULA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO**

A contratante providenciará a publicação do extrato do presente Termo de Rescisão amigável na imprensa oficial até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data.

**CLÁUSULA QUINTA – DO FORO**

Para dirimir as questões oriundas deste distrato, será competente o Foro da Comarca de Mirassol D´Oeste/MT.

Por estarem, assim, justas e contratadas, as partes firmam o presente, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Curvelândia/MT, 16 de agosto de 2023.

**MARCOS FELIPE DO NASCIMENTO**

Câmara Municipal de Curvelândia/MT

CONTRATANTE

**JHM CONSTRUTORA EIRELI**

CNPJ 18.923.430/0001-40

Jussara Ferreira

CONTRATADA

Testemunhas:

Luiz Fernando Nascimento dos Santos José Inácio da Silva

CPF 057.026.411-16 CPF 567.944.601-49

## CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

**CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO**
**PORTARIA Nº. 065/2023**

**Portaria nº. 065/2023**

**Concessão de 02 (dois) dias de gozo das férias do período aquisitivo 11/05/2022 a 10/05/2023 à servidora Marli Dias Duartes Coimbra.**

**Ver. Arnildo Gerhardt Neto**, Presidente da Câmara Municipal de Diamantino, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

**RESOLVE:**

Art. 1° - Conceder à servidora Marli Dias Duartes Coimbra, dois (dois) dias de gozo das férias do período aquisitivo 11/05/2022 a 10/05/2023.

Parágrafo Único: O gozo compreenderá de 17 de agosto de 2023 a 18 de agosto de 2023.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Diamantino-MT, 16 de agosto de 2023.

**Ver. Arnildo Gerhardt Neto**

**Presidente**

**CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO**
**ATA DA SESSÃO DE JULGAMENTO - PREGÃO PRESENCIAL N° 001/ 2023**

**ATA DA SESSÃO DE JULGAMENTO - PREGÃO PRESENCIAL N° 001/ 2023**

**OBJETO:** O objeto da presente Licitação é o Registro de Preço para futuras e eventuais contratação de empresa especializada para aquisição de gêneros alimentícios, produtos de limpeza em geral, e produtos de copa e cozinha, para atender as necessidades da Administração Municipal, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital do Pregão Presencial Nº. 001/2023.

Aos dezesseis dias do mês de agosto de dois mil e vinte e três às 13h reuniu-se na sede da Câmara Municipal de Diamantino, situado à Rua Desem. J.P.F. Mendes, 2345, JD Eldorado, na cidade de Diamantino, Estado de Mato Grosso o pregoeiro e equipe de apoio designada pela Portaria n° 08, de 17 de janeiro de 2.023, para deliberar e dar continuidade no procedimento licitatório Pregão Presencial n°. 001/2023.

Conforme consta em Ata de Licitação/PR 001/2023, nos termos do item 9. 13 do Edital o pregoeiro e a equipe de apoio decidiram suspender a sessão do PR 001/2023 para solicitar manifestação técnica do setor de contabilidade da Câmara Municipal de Diamantino, a fim de subsidiar decisão sobre a validade do documento "Balanço Patrimonial de Abertura Levantado em 15/07/2022" apresentado pela empresa RAHIA COMERCIO DE SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA, a fim de atender os itens 6.1. 3 ou o item 6.1.3.6 do Edital do Pregão presencial 001/2023 na etapa de Qualificação Econômico-financeira do processo. Conforme consta em ata de "Sessão Reservada do Pregoeiro e Equipe de Apoio do Julgamento da Documentação Apresentada no Pregão Presencial Nº 001/2023" de 23 de junho de 2023, com base no Relatório Técnico Contábil emitido pelo contador desta instituição, constatou-se que a empresa apresentou um documento diferente do exigido no item 6.1.3. E por não apresentar as docu-

mentações solicitadas no edital do certame nos itens 6.1.3, 6.1.3.1, 6.1.3.3 ou 6.1.3.6 no "ENVELOPE Nº. 002 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO" durante a sessão do certame realizada no dia 16/06/2023 às 14h e seguindo as instruções do edital que em seu item 3.7 veda a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da documentação e no item 6.1 que obriga os licitantes a apresentar no "Envelope Nº. 002 – HABILITAÇÃO" todos os documentos Relativos à Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal, Qualificação Econômico-financeira e Qualificação Técnica sob pena de inabilitação, o pregoeiro e equipe de apoio decidiram-se por INABILITAR a empresa RAHIA COMERCIO DE SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA. No dia 28 de junho de 2023 a empresa em questão apresentou Recurso Administrativo com pedido de efeito suspensivo, o qual foi encaminhado e analisado pelo presidente da Câmara Municipal de Diamantino Arnildo Gerhardt Neto que com base no Parecer Jurídico 079/2023, desta casa, decidiu por manter a empresa inabilitada e expediu o ofício 112/2023Gab-Presidência para o pregoeiro e equipe de apoio para tomar as devidas providências. Diante desta decisão o pregoeiro e equipe de apoio declara este processo licitatório como FRACASSADO.

Paulo Cezar da Cruz Fonseca

Pregoeiro

Eder Wilson da Costa Soares

Kassio Faria da Silva

Lucimara Costa Barros

Equipe de apoio

**CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO**
**PORTARIA Nº. 064/2023**

**Portaria nº. 064/2023**

**Dispõe sobre as férias da servidora Maria Madalena da Silva Neves e dá outras providências.**

**Ver. Arnildo Gerhardt Neto**, Presidente da Câmara Municipal de Diamantino, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Considerando o Requerimento da Servidora;

Considerando o art. 66, parágrafo único do Estatuto dos Servidores de Diamantino-MT.

**RESOLVE:**

Art. 1° - Conceder a servidora **Maria Madalena da Silva Neves, o gozo das férias do período aquisitivo 2022/2023.**

Parágrafo Único – O gozo das férias será de 14 de agosto de 2023 a 18 de agosto de 2023.

Art. 2° - Converter 1/3 (um terço) de férias da Servidora Maria Madalena da Silva Neves em pecúnia, referente ao período aquisitivo 12/07/2022 à 11/07/2023.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Diamantino, 11 de agosto de 2023.

**Ver. Arnildo Gerhardt Neto**

**Presidente da Câmara Municipal**

## CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA

**PAUTA 14º SESSÃO ORDINÁRIA - 21/08/2023**

**ESTADO DE MATO GROSSO**

**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES NOVA GUARITA**

**Gabinete do Presidente**

**14ª SESSÃO ORDINÁRIA**

**Dia 21 de agosto de 2023**

— 08h00min —

**— PEQUENO EXPEDIENTE —**

**1. ATA DA SESSÃO**

**ASSUNTO:** Ata Nº. 13/2023 da Sessão Ordinária do dia 07.08.2023

Ata Nº. 10/2023 da Sessão Extraordinária do dia 10.08.2023

Ata Nº. 11/2023 da Sessão Extraordinária do dia 14.08.2023

Ata Nº. 12/2023 da Sessão Extraordinária do dia 17.08.2023

**2. LEITURA DOS EXPEDIENTES RECEBIDOS E EXPEDIDOS**

**OFÍCIO Nº.129/23/GP/PMNG -** DO PREFEITO MUNICIPAL AO PRESIDENTE DA CÂMARA.

**OFICIO Nº.028/2023/GP/CMNG** – DE PARLAMENTARES PARA VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA

**PROTOCOLO PROJETO** – DE DECRETO LEGISLATIVO. Nº002/2023 DE AUTORIA DO PRESIDENTE DIVINO. EMENTA; "DISCIPLINA A APLICAÇÃO DE ADVERTÊNCIA ESCRITA PELA CHEFIA IMEDIATA DO SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

**REQUERIMENTO** – DO BANCO SICREDI GRANDES RIOS MT/PA PARA CÂMARA

**OFICÍO Nº058/2023/GP/CMNG** –PRESIDENTE DA CÂMARA AO BANCO SICREDI GRANDES RIOS MT/PA PARA CÂMARA.

**OFÍCIO Nº.130/23/GP/PMNG** – DO PREFEITO MUNICIPAL DAO PRESIDENTE DA CÂMARA.

**OFÍCIO Nº.029/2023 /CMNG**– DO PRESIDENTE DA CÂMARA AO PREFEITO MUNICIPAL.

**OFÍCIO Nº.024/2023** – DE PARLAMENTARES PARA O PRESIDENTE DA CÂMARA.

**PROTOCOLO INDICAÇÃO** – DA VEREADORA MARIA ISABEL REFERENTE AO ORGÃO CONSELHO TUTELAR.

**OFÍCIO Nº 064/23/ADM/PMNG** – DE SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO PARA PRESIDENTE DA CÂMARA.

**PROTOCOLO PROJETO** – ALTERAÇÃO DE DECRETO LEGISLATIVO. Nº002/2023 DE AUTORIA DO PRESIDENTE DIVINO. EMENTA; "DISCIPLINA A APLICAÇÃO DE ADVERTÊNCIA ESCRITA PELA CHEFIA IMEDIATA DO SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

**PROTOCOLO HONRARIA** – DO VEREADOR HEITOR, TITULO DE CIDADÃIO GUARITENSE AO SR.FLÁVIO INÁCIO SCHAEDONG.

**OFÍCIO Nº 019/2023/DRH/PMNG** – DE CHEFE DE RH DA PREFEITURA MUNICIPAL AO PRESIDENTE DA CÂMARA.

**— ORDEM DO DIA –**

**Projeto de Lei do Executivo nº 956/2023. –** "DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE LISTA DE ESPERA PARA A ESCOLA MUNICIPAL PEQUENO PRINCIPE, NO MUNICÍPIO DE NOVA GUARITA-MT . "

**Projeto de Lei do Legislativo nº 006/2023 –** "DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO AO PODER LEGISLATIVO PARA FILIAR A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE NOVA GUARITA – MT A UCMMAT – UNIÃO DAS CÂMARAS MUNICIPAIS DE MATO GROSSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. "

**Moção de Aplauso nº002/2023 –** " A DOIS INTEGRANTES DA BANDA BONDE FOLE, FLORI CAMPOLIN DE MOURA E SIDNEI DE CAMPOS.

DIVINO PEREIRA GOMES

**Presidente**

Nova Guarita- MT, 16 de agosto de 2023.

Avenida dos Migrantes, Travessa Moacir Kramer S/nº – Centro – CEP 78508-000 – Nova Guarita - MT – Fone: (66) 3574-1166. | Email: legislativo@novaguarita.mt.leg.br site: www.novaguarita.mt.leg.b

## CÂMARA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

**CAMARA MUNICIPAL / CONTABILIDADE**
**EDITAL DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009/2023 PREGÃO PRESENCIAL N° 006/2023 – SRP N° 003**

**EDITAL DE LICITAÇÃO**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009/2023**

**PREGÃO PRESENCIAL N° 006/2023 – SRP N° 003**

**1. PREÂMBULO**

A **Câmara Municipal de Vereadores de Peixoto de Azevedo MT** representada legalmente pela Sra. **Rosângela de Matos Dias**,e mediante a Pregoeira Sra. **Evanir Pereira Silva Matos** e Equipe de Apoio **Cristiane Macedo Lima e Renato Ferreira Alves**, designadas pela Portaria nº 011, de 01 de janeiro de 2023, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL** do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE,** mediante as condições estabelecidas no presente instrumento convocatório e seus anexos, que se subordinam às normas gerais das Leis n° 10.520/02, n° 8.666/93, e alterações posteriores.

**Data**: **28 de agosto de 2023**.

**Credenciamento**: As 13h45 (Horário de Mato Grosso).

**Abertura das Propostas**: As 14h00 (Horário de Mato Grosso).

**Local**: Sala de Licitação da Câmara Municipal de Vereadores de Peixoto de Azevedo, sito à Av. Lions Internacional, 2021, Centro, Peixoto de Azevedo – MT.

Os Envelopes referentes à **PROPOSTA DE PREÇOS** e aos **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** serão recebidos pela Pregoeira em Sessão Pública marcada para o dia, hora e endereço supramencionado.

São partes integrantes deste Edital:

**Anexo I** – Termo de Referência

**Anexo II** – Modelo de Proposta de Preços

**Anexo III** – Termo De Credenciamento (Modelo de Procuração)

**Anexo IV** – Requisitos de Habilitação

**Anexo V** – Declarações Diversas

**Anexo VI** –Minuta da Ata de Registro de Preços

**Anexo VII** – Declaração ME e EPP

**2. DO OBJETO**

**2.1.** A presente licitação tem como objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE; MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO, COPA E COZINHA, com entrega fracionada para atender as necessidades da Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo,conforme relação contidano Anexo I, Termo de Referência, observadas as especificações ali estabelecidas, visando aquisições futuras.

**3. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**3.1.** As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão pela seguinte dotação orçamentária:

**01.001.01.031.0001.20030.3390.30.00 – Material de Consumo**

**4. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO**

**4.1.** Esta licitação está aberta a todas as empresas que se enquadrem no ramo de atividades pertinentes a aquisição do objeto da presente licitação e atendam as condições exigidas neste edital.

**4.1.1** Não estejam suspensas de licitar ou impedidas de contratar com a Administração Pública em todas as esferas

**4.1.2.** Que não estejam sob processo de falência ou concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação judicial ou extrajudicial (declaração do órgão competente);

**4.2.** Sob pena de desclassificação, os interessados a participar do presente pregão deverão trazer a documentação original ou fotocópias das mesmas autenticadas por cartório.

**4.2.1.** Só serão aceitas cópias legíveis.

**4.2.2.** Não serão aceitos documentos com rasuras, especialmente nas datas.

**4.2.3.** A Pregoeira reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que tiver dúvida e julgar necessário.

**4.2.4.** Os documentos em cópias simples poderão ser autenticados pela Pregoeira ou Membros da Equipe de Apoio durante a sessão de licitação, desde que acompanhados dos originais.

**4.3** A validade para os documentos apresentados será aquela que conste de cada documento ou estabelecidos em lei.

**4.3.1.** Nos casos omissos, a Pregoeira considerará como prazo de validade o de **60 (sessenta)** dias contados da data de sua emissão.

**4.4.** As licitantes participantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas.

**4.5.** Não será admitida nesta licitação a participação de empresas:

**4.5.1.** Empresa que em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, seja controladora coligada ou subsidiária entre si;

**4.5.2.** Pessoas Jurídicas que foram penalizadas administrativa ou criminalmente em função de infrações ambientais;

**4.5.3.** Inidôneas ou punidas com suspensão por órgão da Administração Pública Direta ou Indireta, nas esferas Federal, Estadual ou Municipal, desde que o Ato tenha sido publicado na imprensa oficial ou registrado no Cadastro de Fornecedores da Câmara Municipal, conforme o caso, pelo órgão que o praticou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição;

**4.5.4.** Empresa ou firma cujos diretores, responsáveis legais técnicos, membros de conselho técnico, consultivo, deliberativo, administrativo ou sócio figure como servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;

**4.5.4.1.** Caso constatado, ainda que a posteriori tal situação, a empresa licitante será desqualificada, ficando esta e seus representantes incursos nas sanções previstas no Art. 90 da Lei 8.666/93.

**4.5.5.** Empresas que entre seus sócios figure como sócio de outra empresa participante desse mesmo certame;

**4.5.6.** Pessoa Física ou Jurídica que tenha sido indicada, nesta mesma licitação como subcontratada de outro licitante;

**4.5.7.** Estrangeiras que não funcionem no País;

**4.5.8.** Sociedades Cooperativas.

**4.6.** Sob pena de inabilitação ou desclassificação, todos os documentos apresentados deverão referir-se ao mesmo CNPJ constante na Proposta de Preços, exceto aqueles documentos que pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

**4.7.** A simples apresentação da proposta comercial corresponde à indicação, por parte da licitante, de que inexistem fatos que impeçam a sua participação na presente licitação, eximindo assim a Comissão Permanente de Licitação do disposto no Art. 97 da Lei 8.666/93.

**4.7.1.** Fica a licitante obrigada a informar, sob as penalidades cabíveis, a superveniência de fato impeditivo da habilitação, se isso ocorrer após a abertura do certame.

**4.8.** A entrega da proposta comercial implica nos seguintes compromissos por parte do licitante:

**4.8.1.** Estar ciente das condições da licitação;

**4.8.2.** Assumir a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados;

**4.8.3.** Fornecer quaisquer informações complementares solicitadas pela Pregoeira;

**4.8.4.** Manter, durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições para habilitação exigidas na licitação.

**5. PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

**5.1.** Consideram-se Microempresas (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP) para efeitos de participação no presente certame, àquelas que se enquadrem no disposto no artigo 3° da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, e que não se encontrem em nenhuma das vedações descritas no §4° do citado artigo.

**5.2.** Nos termos dos artigos 42 e 43 da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, as microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

**5.2.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. Eventual interposição de recurso contra a decisão que declara o vencedor do certame não suspenderá o prazo supracitado.**

**5.3.** A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem 5.2.1, implicará decadência do direito ao registro de preços, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei Federal n.º 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar para nova sessão pública os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fornecimento, ou revogar a licitação.

**5.4.** Será assegurado, como critério de desempate, em sendo o caso, procedimento de sorteio.

**5.5.** A microempresa ou empresa de pequeno porte que usufruir dos benefícios de que trata a Lei Complementar n° 123/2006 deverá apresentar, na forma da lei, juntamente com os documentos de habilitação, a declaração de que não se encontra em nenhuma das situações do §4° do artigo 3º desse mesmo diploma (Anexo VII).

**6. ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO DO EDITAL**

**6.1.** As impugnações ou pedidos de esclarecimentos ao edital serão recebidos até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para o recebimento das propostas, mediante protocolo na Câmara Municipal ou encaminhados ao e-mail: licitacao@camarapeixotodeazevedo.mt.gov.br, dirigida a Pregoeira, apontando de forma clara e objetiva as falhas ou irregularidades que entendem causarem vicio ao mesmo.

**6.1.2. As petições deverão ser protocoladas devidamente instruídas com a identificação da impugnante (assinatura, endereço, razão social e telefone para contato) e será respondida pela Pregoeira no prazo de 24 (vinte e quatro) horas úteis.**

**6.2.** Se a impugnação ao edital for reconhecida e julgada procedente, serão corrigidos os vícios e, caso a formulação da proposta seja afetada, nova data será designada para a realização do certame.

**6.3.** Ocorrendo impugnação de caráter meramente protelatório, ensejando assim o retardamento da execução do certame, a autoridade competente poderá, assegurado o contraditório e a ampla defesa, aplicar a pena estabelecida no artigo 7° da Lei Federal 10.520/02 e legislação vigente.

**6.4.** Quem impedir, perturbar ou fraudar, assegurado contraditório e a ampla defesa, a realização de qualquer ato do procedimento licitatório, incorrerá em pena de detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa nos termos do artigo 93 da Lei Federal nº 8.666/93.

**7. DO CREDENCIAMENTO**

**7.1.** No dia, hora e local designados para o recebimento dos envelopes, cada licitante deverá se apresentar a Pregoeira e à Equipe de Apoio para o seu credenciamento, ato que precede a entrega dos envelopes contendo a proposta de preços e documentação de habilitação.

**7.2.** Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos:

a) Cópia do RG e CPF ou documento oficial que contenha foto do representante/procurador da empresa na sessão (apresentado em cópia autenticada ou simples, desde que junto esteja o original);

b) Cópia do estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial (acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva) ou, tratando-se de sociedades civis, o ato constitutivo registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura. Se empresa individual: o registro comercial. E cópia da cédula de identidade de todos do(s) sócio(s) proprietário(s). (Os documentos deverão ser apresentados em cópia autenticada ou simples, desde que junto esteja o original);

c) TERMO DE CREDENCIAMENTO (Modelo Anexo III), assinado pelo Sócio Administrador da empresa, com poderes para que a pessoa credenciada possa manifestar-se em seu nome em qualquer fase desta Licitação, notadamente para formular proposta, declarar a intenção de recorrer ou renunciar ao direito de interpor recursos, com firma reconhecida em cartório, via original. (Se o representante for o Sócio Administrador da empresa ou procurador com poderes para representação é dispensado o referido **TERMO DE CREDENCIAMENTO - Modelo Anexo III);**

d) DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE COM OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO (Modelo Anexo IV)

e) MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE: As empresas que pretenderem fruir das prerrogativas da Lei Complementar nº 123/2006 deverão apresentar, no Credenciamento, Declaração conforme modelo **ANEXO VII e Certidão Simplificada** expedida pela Junta Comercial do Estado sede.

f) cartão de inscrição no cadastro nacional de pessoas jurídica (CNPJ);

**7.3.** A não entrega da Declaração de Enquadramento de Microempresa ou de Empresa de Pequeno Porte, ou apresentação de documento diferente do exigido, implicará na anulação do direito da mesma em usufruir o regime diferenciado garantido pela Lei Complementar n° 123/06, no Decreto 8.538/2015.

**7.4.** A licitante que não apresentar representante legal na sessão pública ou que o identificar erroneamente não será inabilitada, mas este ficará impedido de apresentar lances, não poderá manifestar-se durante a sessão e ficará impossibilitado de responder pela empresa, além de não poder interpor recurso em qualquer fase, nem praticar quaisquer atos relativos à presente licitação para os quais seja exigida a presença de representante legal da empresa. Somente será aproveitada a proposta escrita apresentada.

**7.5.** Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma empresa, sob pena da exclusão sumária das representadas.

**7.6.** Será admitido apenas um representante para cada licitante credenciada, sendo que cada um deles poderá representar apenas uma credenciada,

**7.7.** Caso haja a substituição do representante, deverá o novo representante, exibir documentos probatórios de sua atual condição, para que a licitante possa participar das demais fases do procedimento licitatório.

**7.8** A ausência do credenciado, em qualquer momento da sessão, importará a imediata exclusão da licitante por ele representada, salvo autorização expressa da Pregoeira.

**7.9**. O credenciamento da licitante implica a responsabilidade legal desta e de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão presencial.

**7.10. Os documentos exigidos para o credenciamento deverão vir FORA DOS ENVELOPES** e os envelopes de **PROPOSTA DE PREÇOS** e **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**, sendo apresentados a Pregoeira quando solicitados.

**7.11.** Os documentos de credenciamento serão retidos pela Pregoeira e equipe de apoio e juntados ao processo licitatório.

**7.12.** As empresas que enviarem envelope sem representante presente na abertura do certame deverão encaminhar a declaração do **Anexo IV**, dentro do envelope de habilitação.

**8. APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES**

**8.1.** Declarada aberta a sessão pela Pregoeira, o representante da licitante entregará os dois envelopes não transparentes e lacrados, um contendo a proposta de preços e outro os documentos de habilitação, independentemente de credenciamento, não sendo aceita, a partir desse momento, a participação de novos licitantes.

**8.2.** O envelope contendo a Proposta de Preços deverá ter expresso, em seu exterior, as seguintes informações:

**PROPOSTA DE PREÇOS**

**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PEIXOTO DE AZEVEDO**

**PREGÃO PRESENCIAL N° 006/2023 – SRP 003/2023.**

**RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA**

**CNPJ DA EMPRESA**

**ENDEREÇO COMPLETO DO LICITANTE, TELEFONE E E-MAIL**

**8.3.** O envelope contendo os Documentos de Habilitação deverá ser expresso, em seu exterior, as seguintes informações:

**DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PEIXOTO DE AZEVEDO**

**PREGÃO PRESENCIAL N° 006/2023 – SRP 003/2023.**

**RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA**

**CNPJ DA EMPRESA**

**ENDEREÇO COMPLETO DO LICITANTE, TELEFONE E E-MAIL**

**8.4.** Inicialmente, será aberto o Envelope das Propostas de Preços e, após, o Envelope dos Documentos de Habilitação.

**9. DA PROPOSTA DE PREÇOS**

**9.1.** A proposta deverá ser emitida em papel timbrado da licitante conforme item 9.1.1 e subitens, suas folhas devem ser numeradas rubricadas e carimbadas, sendo a última datada e assinada por pessoa com poderes para assumir obrigações em nome da empresa (proprietário, dirigente, sócio-gerente ou mandatário), redigida com clareza, sem emendas, rasuras, ressalvas ou entrelinhas, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza a classificação a ter mais de um resultado e, ainda, contendo:

**9.1.1** A proposta deverá ser apresentada, impressa por meio eletrônico, sendo a última datada e assinada pelo representante legal da empresa, e deverá conter:

**9.1.2.** Uma única cotação, contendo preços unitários e totais, em moeda corrente nacional, expressos em algarismos fracionados até o limite dos centavos (**duas casas decimais após a vírgula**) e por extenso. Em caso de divergência entre os valores unitários e totais, serão considerados os primeiros, e entre os valores expressos em algarismos e por extenso, será considerado este último;

**9.1.2.1.** Descrição dos SERVIÇOS conforme especificação contida no Termo de Referência;

**9.1.2.2.** Prazo de execução dos SERVIÇOS de acordo com o estabelecido no Termo de Referência deste Edital a contar da emissão da Autorização de Serviços.

**9.1.2.2.1.** A não indicação dos prazos de execução/entrega na proposta, não desclassificará a licitante, mas indicará que a mesma se compromete com os prazos estabelecidos neste Edital.

**9.1.3.** Folha de identificação da licitante, contendo:

**9.1.3.1.** Razão ou denominação social;

**9.1.3.2.** Endereço completo;

**9.1.3.3.** Telefone e e-mail;

**9.1.3.4.** Número do CNPJ/MF;

**9.1.3.5.** Número da conta corrente, agência, e respectivo banco, praça de pagamento.

**9.1.4.** O prazo de eficácia da proposta, o qual não poderá ser inferior a 30 (trinta) dias corridos a contar da data de sua apresentação;

**9.1.4.1.** A proposta que omitir o prazo de validade será considerada como válida pelo período de (30) trinta dias a contar da data de sua apresentação.

**9.1.5.** Declaração de que na sua proposta, os valores apresentados englobam todos os custos operacionais da atividade, incluídos frete, seguros, tributos incidentes, bem como quaisquer outras despesas, diretas e indiretas, inclusive, porventura, com serviços de terceiros, incidentes e necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus Anexos, sem que caiba ao proponente direito de reivindicar custos adicionais.

**9.2.** Quaisquer tributos, despesas e custos, diretos ou indiretos, omitidos na proposta ou incorretamente cotados que não tenham causado a desclassificação da mesma por caracterizar preço inexequível no julgamento das propostas, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo o objeto deste pregão ser executado, sem ônus adicionais;

**9.3.** A não identificação na proposta do nome do responsável abaixo da assinatura não constitui motivo de desclassificação da licitante, contudo está informação deverá ser fornecida na fase de julgamento;

**9.4.** Os valores ofertados devem ser compatíveis com os preços praticados no mercado sob pena de desclassificação da proposta;

**9.5.** Não será admitida proposta que apresente preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da própria licitante, para os quais renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração;

**9.6.** A Pregoeira poderá, caso julgue necessário, solicitar maiores esclarecimentos sobre a composição dos preços propostos;

**9.7.** Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Pregoeira;

**9.8.** Em nenhuma hipótese poderá ser alterada, quanto ao seu mérito, a proposta apresentada, tanto no que se refere às condições de pagamento, prazo ou quaisquer outras que importem em modificação nos seus termos originais, ressalvadas àquelas quanto ao preço declarado por lance verbal ou às destinadas a sanar evidentes erros materiais devidamente avaliadas e justificadas aa Pregoeira.

**9.9.** Serão **DESCLASSIFICADAS** as propostas:

**9.9.1.** Que não atenderem as especificações e exigências do presente Edital e seus Anexos ou da Legislação aplicável;

**9.9.2.** Omissas ou vagas, bem como as que apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;

**9.9.3.** Que impuserem condições ou contiverem ressalvas em relação às condições estabelecidas neste Edital;

**9.9.4.** Que os preços estiverem acima dos preços (unitários, totais), do Termo de Referência - **ANEXO I**.

**9.10.** A simples participação neste certame implica em:

**9.10.1.** Plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, bem como no dever de cumpri-las, correndo por conta das empresas interessadas todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas, não sendo devida nenhuma indenização às licitantes pela realização de tais atos;

**9.10.2.** Comprometimento da empresa vencedora em executar os serviços objeto desta licitação em total conformidade com as especificações do Edital e seus anexos.

**10. ANÁLISE DAS PROPOSTAS DE PREÇOS E DISPUTA DE LANCES VERBAIS**

**10.1.** O critério de julgamento das propostas será o de **MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE**;

**10.2.** Nos termos do Decreto nº 5.450/2005, somente haverá a desclassificação do licitante, na hipótese de incompatibilidade entre a proposta apresentada e o valor estimado, ou seja, quando encerrada a etapa de lances e a Pregoeira examinar a proposta classificada e verificar a habilitação do licitante. Assim também dispõe o Acórdão nº 2.131/2016, do Tribunal de Contas da União – TCU, que deu ciência ao órgão público de que a desclassificação das licitantes, antes da fase de lances, em decorrência da apresentação de propostas cujos valores são superiores ao valor estimado afronta à Lei nº 10.520/2002 e ao Decreto nº 5.450/2005;

**10.3.** Verificada a conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, as propostas serão classificadas, pelo respectivo tipo de julgamento, em ordem decrescente, e passarão para a fase de lances;

**10.4.** No decorrer da sessão todos os autores serão convidados, a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os valores oferecidos nas propostas iniciais, desde que distintos dessas, onde a partir do autor da proposta classificada como de Menor Preço, será a proclamação do vencedor;

**10.5.** Caso ocorra a apresentação de duas ou mais propostas originais de preços iguais, observadas as especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no Edital, todos os proponentes com o **MESMO PREÇO** serão convidados a participar dos lances verbais e caso as licitantes classificadas se recusarem a dar lances e consequentemente persistindo a igualdade de preços será adotado o critério de desempate por sorteio na forma do Art. 45, parágrafo 2º, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, na própria sessão;

**10.6.** A Pregoeira convidará individualmente as licitantes classificadas, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, que deverão ser formulados de forma sucessiva.

**10.6.1.** Será vedado, portanto a oferta de lance com vista ao empate;

**10.6.2.** O primeiro lance verbal da sessão deverá ser de valor inferior ao da proposta escrita de menor preço e os demais lances deverão cobrir o lance de menor valor;

**10.6.3.** Caso não se realize lances verbais, serão verificados a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação.

**10.6.4.** Os lances serão recebidos sucessivamente, na proporção nunca inferior a 0,5% sobre o valor do item apurado após cada lance.

**10.7.** Os lances deverão ficar adstritos à redução dos preços, não se admitindo ofertas destinadas a alterar outros elementos da proposta escrita;

**10.8.** Quando convidado a ofertar seu lance, o representante da licitante poderá requerer tempo, para analisar seus custos ou para consultar terceiros, podendo, para tanto, valer-se de telefone celular e outros;

**10.9.** A ausência de representante credenciado ou a desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pela Pregoeira, implicará a exclusão da licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do preço apresentado por ele, para efeito de ordenação das propostas;

**10.10.** O encerramento da fase competitiva dar-se-á quando, indagados pela Pregoeira, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances;

**10.11.** Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação;

**10.11.1.** Ocorrendo a hipótese acima e havendo empate na proposta escrita, a classificação será efetuada por sorteio, na mesma sessão;

**10.12.** Declarada encerrada a etapa de lances serão classificadas as ofertas na ordem decrescente de valor, consubstanciado nos descontos oferecidos;

**10.13.** Não poderá haver desistência dos lances ofertados;

**10.14.** A Pregoeira examinará a aceitabilidade da proposta, quanto ao valor apresentado pela primeira classificada, decidindo motivadamente a respeito, podendo, para tanto, requerer a análise da área demandante para dar mais segurança no processo de aprovação de proposta;

**10.15.** Sendo aceitável a oferta, será verificado o atendimento das condições de habilitação da licitante que a tiver formulado;

**10.16.** Se a oferta não for aceitável, a Pregoeira examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda todas as exigências;

**10.17.** Verificando-se, no curso da análise, o descumprimento aos requisitos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, a licitante será declarada desclassificada pela Pregoeira.

**11. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**11.1.** Será considerada habilitada a licitante que apresentar os documentos a seguir listados, observando que:

**11.1.1.** A licitante que declarar que cumpre os requisitos de habilitação e não os cumprir será inabilitada e sujeita às penalidades legais;

**11.1.2.** Constituem motivos para inabilitação da licitante, ressalvada a hipótese de saneamento da documentação, prevista no subitem 11.1.2.4:

**11.1.2.1.** A não apresentação da documentação exigida para habilitação;

**11.1.2.2.** A substituição dos documentos exigidos para habilitação por protocolos de requerimento;

**11.1.2.3.** A apresentação de documentação de habilitação que contrariar qualquer dispositivo contido em Lei vigente e deste Edital ou um de seus Anexos;

**11.1.2.4.** Os documentos necessários à habilitação que puderem ser extraídos via internet comprovando sua validade, serão impressos, excepcionalmente, pela Pregoeira ou um dos membros da equipe de apoio, apenas para efeitos de comprovação de autenticidade daqueles apresentados;

**11.1.2.5.** O envelope referente aos documentos de habilitação **DEVERÁ** conter os documentos **ORIGINAIS** atualizados, ou cópia de cada documento individualmente **AUTENTICADA**, ou ainda, cópias simples que poderão ser autenticadas pela Pregoeira ou sua Equipe de Apoio no ato de abertura da documentação de habilitação, devendo estar acompanhadas dos respectivos originais, não se aplicando aos documentos que puderem ser extraídos via internet;

**11.1.2.5.1.** Somente será autenticada por servidor desta Câmara, cópia fiel de documento original, se apresentado o documento ORIGINAL.

**11.1.2.6.** Todos os documentos da licitante deverão estar com número do CNPJ e com o endereço respectivo da mesma, salvo os casos onde a licitante é filial e que pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

**11.1.3.** As certidões e/ou documentos que pela própria natureza exigem prazos e que não consta data de validade, considerar-se-á 60 (sessenta) dias, anterior a data da abertura do certame.

**11.2.** Os documentos de habilitação, que deverão ser apresentados na sessão pública, de forma numerada, sequencial e inseridos no Envelope nº 02, são os seguintes:

**11.2.1.** Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação, na forma do Art. 32, §2º, da Lei nº 8.666/93. (**Anexo V**);

**a)** A microempresa e empresa de pequeno porte que, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, possuir alguma restrição na documentação referente à regularidade fiscal, esta deverá ser mencionada, como ressalva, na supracitada declaração.

**b)** A microempresa ou empresa de pequeno porte que usufruir dos benefícios de que trata a Lei Complementar nº 123/2006 deverá apresentar, na forma da lei, juntamente com os documentos de habilitação, e declaração de que não se encontra em nenhuma das situações do §4º do art. 3º da mesma Lei Complementar. (**Anexo VII**);

**11.2.2.** Declaração de que recebeu os documentos e de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação. (**Anexo V**);

**11.2.3.** Declaração de sujeição e concordância com as condições estabelecidas no Edital. (**Anexo V**);

**11.2.4.** Declaração que não possui em seu quadro de pessoal, empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII, do artigo 7° da Constituição da República, inciso V, artigo 27 da Lei nº 8.666/93. (**Anexo V**);

**11.2.5.** Declaração da licitante, sob as penas do Art. 299 do Código Penal, de que terá a disponibilidade do objeto licitado caso venha a vencer o certame (**Anexo V**);

**11.2.6.** Declaração da própria Empresa de que não existe em seu quadro de empregados, servidores públicos exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão. (**Anexo V**);

**11.3. DOCUMENTOS RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA**: As empresas interessadas deverão apresentar cópias das seguintes documentações: (apresentado em cópia autenticada ou simples, desde que junto esteja o original);

**11.3.1.** Cédula de Identidade, do representante da empresa proponente ou do proprietário, ou responsável pela empresa e assinante da proposta;

**11.3.1.1.** Fica dispensado no caso de Sociedade Anônima.

**11.3.2.** Registro Comercial, no caso de empresa individual;

**11.3.3.** Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

**11.3.3.1.** Os documentos em apreço deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**11.3.4.** Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedade civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

**11.3.5.** Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

**11.4.** A documentação relativa à **REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA** consistirá na apresentação dos seguintes documentos:

**11.4.1.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

**11.4.2.** Prova de Regularidade com a Fazenda Federal, que deverá ser comprovada através da apresentação de Certidão de Tributos e a Dívida Ativa da União;

**11.4.3.** Prova de regularidade com a Fazenda Municipal (sede da licitante) por meio da Certidão Negativa de Débito de Tributos Municipais;

**11.4.4.** Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, por meio de Certidão Negativa de Débito de Tributos Estaduais;

**11.4.5.** Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), emitido pela Caixa Econômica Federal;

**11.4.6.** Certidão Negativa de Débito Trabalhista;

**11.4.7.** A prova de regularidade deverá ser feita por Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa.

**12. ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**12.1.** Encerrada a fase de lances para o objeto licitado, a Pregoeira procederá à abertura do envelope contendo os documentos de habilitação da licitante que apresentou a melhor proposta, verificando sua regularidade;

**12.2.** Constatado o atendimento das exigências deste Edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe o objeto do certame, caso não haja interposição de recursos;

**12.3.** Caso a licitante classificada em primeiro lugar seja inabilitada, a Pregoeira examinará a habilitação das licitantes com as ofertas subsequentes e a qualificação destas, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda aos requisitos do Edital;

**12.4.** Quando todas as licitantes forem inabilitadas, a Pregoeira poderá suspender a sessão e fixar as licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de nova habilitação, escoimados os vícios apontados para cada licitante, conforme determina o Art. 48, §3° da Lei nº 8.666/93, mantendo-se a classificação das propostas e lance verbais;

**12.5.** Da suspensão da sessão pública de realização do pregão será lavrada ata circunstanciada com todos os vícios apontados de todas as licitantes, assinada pelos representantes presentes, pela Pregoeira e pela Equipe de Apoio.

**13. RECURSOS**

**13.1.** Os recursos deverão ser manifestados, verbalmente, no final da sessão, após a declaração do vencedor pela Pregoeira, devendo a licitante interessada indicar o(s) ato(s) atacado(s) e a síntese das suas razões (motivação), que serão registrados em ata;

**13.2.** A Pregoeira indeferirá recursos intempestivos, imotivados ou propostos por quem não tem poderes, negando-lhes, desse modo, processamento, devendo tal decisão, com seu fundamento, ser consignada em ata;

**13.3.** Interposto o recurso e apresentada sua motivação sucinta na reunião, a licitante poderá juntar, no prazo de 05 (cinco) dias, contados do dia subsequente à realização do pregão, memoriais contendo razões que reforcem os fundamentos iniciais. Não será permitida a extensão do recurso, nos memoriais mencionados, a atos não impugnados na sessão;

**13.4.** As demais licitantes, ficando intimadas desde logo na própria sessão, poderão apresentar suas contrarrazões no mesmo local e no mesmo lapso do subitem anterior, contado do encerramento do prazo do recorrente para a apresentação das razões, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;

**13.5.** A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, no momento da sessão deste Pregão, implicará decadência desse direito da licitante, podendo a Pregoeira prosseguir com o certame;

**13.6.** Preenchidas as condições da admissibilidade, o recurso será processado da seguinte forma:

**13.6.1.** A Pregoeira aguardará os prazos destinados à apresentação dos memoriais de razões e contrarrazões;

**13.6.2.** Encerrados os prazos acima, a Pregoeira irá analisar o recurso impetrado por escrito, suas razões e contrarrazões, podendo reconsiderar sua decisão, no prazo de 03 (três) dias úteis ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir à autoridade superior devidamente informados, devendo, nesse caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 03 (três) dias úteis, contados do recebimento do recurso.

**13.7.** O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

**13.8.** Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais pela autoridade competente, este declarará o licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório;

**13.9.** O resultado do recurso será intimado diretamente a empresa interessada, ficando a decisão retida nos autos;

**13.10.** O recurso contra decisão da Pregoeira não terá efeito suspensivo quanto à disputa.

**13.11.** Ocorrendo manifestação ou interposição de recurso de caráter meramente protelatório, ensejando assim o retardamento da execução do certame, a autoridade competente poderá assegurado o contraditório e a ampla defesa, aplicar a pena estabelecida no Art. 7º da Lei nº 10.520/02 e legislação vigente;

**13.12.** Os autos do procedimento permanecerão com vista franqueada aos interessados, na Câmara Municipal de Vereadores de Peixoto de Azevedo sede da Câmara Municipal – Departamento de Licitações, Av. Lions Internacional, 2021, centro – Peixoto de Azevedo MT.

**13.13.** A parte que interpuser recurso por meio de e-mail deverá providenciar a juntada da via original nos respectivos autos, no prazo de máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

**14. HOMOLOGAÇÃO**

**14.1.** A declaração de vencedora para a contratação ao objeto licitado, feita pela Pregoeira, ficará sujeita a homologação da autoridade competente desta Câmara de Vereadores.

**15. CONTRATAÇÃO**

**15.1.** Todas as condições e obrigações objeto deste procedimento licitatório estão contidas na minuta do Contrato **(Anexo VI)** a qual fica fazendo parte integrante deste edital**;**

**15.2.** Após, adjudicada e homologada a presente licitação, a Proponente vencedora deverá comparecer à Câmara Municipal de Vereadores de Peixoto de Azevedo para firmar contrato no prazo de até 05 (cinco) dias úteis a contar da data em que for convocada para tal;

**15.2.1** A minuta do Contrato conterá os dados da Proponente vencedora que apresentar o Menor Preço por Lote;

**15.3.** O Contrato deverá ser assinado pelo representante legal da empresa vencedora, mediante apresentação do ato constitutivo, contrato social ou documento que comprove os poderes para tal investidura e cédula de identidade do representante, caso esses documentos não constem dos autos do processo licitatório;

**15.4.** Constituem motivos para o cancelamento do Contrato as situações referidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, bem como as previstas em Edital.

**16. DA VIGÊNCIA**

**16.1** A ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma do art. 57 da Lei n. 8. 666/93.

**17. DA TRANSFERÊNCIA, SUB-CONTRATAÇÃO OU SUB-ROGAÇÃO**

**17.1.** A contratada não poderá ceder ou transferir, dar em garantia ou vincular, de qualquer forma, total ou parcialmente o objeto contratado, a qualquer pessoa física ou jurídica, sem a prévia e expressa autorização da contratante;

**17.1.2** Não será permitido subcontratação ou sub-rogação do fornecimento do objeto deste certame, em hipótese alguma.

**18. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

**18.1** Prestar os serviços de acordo com as especificações contida no termo de Referência (**Anexo I**) e minuta de Contrato (**Anexo VI**)

**18.2.** A Prestadora deverá: Fornecer os itens licitados que serão adquiridos de forma fracionada e dentro dos padrões estabelecidos pela Câmara Municipal, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

**18.3.** Os itens licitados deverão ser entregues na sede do município de Peixoto de Azevedo/MT, da forma como forem solicitados pelo setor competente.

**18.4.** Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Câmara Municipal, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade;

**18.5.** Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

**18.6.** A falta de quaisquer dos itens cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

**18.7.** Comunicar imediatamente a Câmara Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgáveis necessárias para recebimento de correspondência;

**18.8.** Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

**18.9.** Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Câmara;

**18.10**. Indenizar terceiros e/ou à própria Câmara em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

**18.11**. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes.

**18.12.** Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

**18.13.** Fornecer os itens, que serão adquiridos de forma fracionada e conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada

**18.14.** A Câmara Municipalrejeitará, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com a Ordem de Serviços, Termo de Referência e demais condições deste Edital;

**18.15.** Nos termos do Art. 3˚ combinado com o Art. 39, VIII, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor é vedada a execução de serviços em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes, cujos Conselhos fiscalizadores são: CRC Conselho Regional de Contabilidade.

**19. DO PAGAMENTO**

**19.1.** Pela fiel e perfeita prestação de serviços do objeto desta licitação, a Câmara pagará o preço correspondente à quantia solicitada em Reais (R$), mediante a entrega da nota fiscal, que corresponderá ao valor dos serviços prestados;

**19.2.** No preço a ser pago deverão estar inclusas todas as despesas inerentes a: salários, encargos sociais, tributários, trabalhistas e comerciais, serviços, fretes, enfim todas as despesas necessárias à execução do objeto licitado;

**19.3**. Os pagamentos serão efetuados em até o 5º (quinto) dia útil, contados da apresentação da Nota fiscal devidamente atestada pelo responsável e encaminhada para a Câmara Municipal.

**19.3.1.** A nota fiscal deverá conter o atestado firmados pelo servidor encarregado de fiscalizar o recebimento dos serviços prestados

**19.4.** A Prestadora deverá indicar no corpo da nota fiscal o número e nome do banco, agência e número da conta, na qual deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária;

**19.5.** O pagamento será feito exclusivamente por meio de ordem bancária, endereçada ao banco e conta discriminada na nota fiscal.

**20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**20.1.** O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos deste Edital sujeitará a licitante vencedora as multas, consoante o caput e §§ do Art. 86 da Lei no 8.666/93 e alterações posteriores, incidentes sobre o valor total da Proposta Comercial vencedora, na forma seguinte:

**20.1.1.** Quanto à obrigação da assinatura do Contrato no prazo estabelecido:

**a)** Atraso até 05 (cinco) dias, multa de 2% (dois por cento);

**b)** A partir do 6° (sexto) até o limite do 10° (décimo) dia, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 11° (décimo primeiro) dia de atraso.

**20.1.2.** Quanto às obrigações de solução de quaisquer problemas com os serviços prestados:

**a)** Atraso até 02 (dois) dias, multa de 2% (dois por cento);

**b)** A partir do 3° (terceiro) até o limite do 5° (quinto) dia, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 6° (sexto) dia de atraso.

**20.2.** Sem prejuízo das sanções cominadas no Art. 87, I, III e IV, da Lei Federal n.º 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto, a Administração poderá garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à licitante vencedora multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total da Proposta vencedora;

**20.3.** Se a Licitante vencedora se recusar a assinar o contrato injustificadamente, garantida prévia e ampla defesa, além da multa pecuniária, poderá, ainda, sofrer às seguintes penalidades:

**20.3.1.** Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Câmara Municipal de Vereadores de Peixoto de Azevedo, por prazo de até 02 (dois) anos;

**20.3.2.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública por até 02 (dois) anos.

**20.4.** A Prestadora que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar durante a execução do objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará suspensa de licitar com esta Câmara de Vereadores de Peixoto de Azevedo pelo prazo de até 02 (dois) anos ou ser declarada inidônea pelo prazo de até 02 (dois) anos, se for o caso, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.

**20.5.** A multa, eventualmente imposta à Prestadora, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a Prestadora não tenha nenhum valor a receber desta Câmara de Vereadores, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados a Fazenda Pública Municipal para que seja inscrita na dívida ativa, podendo proceder à cobrança judicial da multa;

**20.6.** As multas previstas nesta seção não eximem a Prestadora da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Câmara de Vereadores;

**20.7.** Do ato que aplicar penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-la devidamente informada para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

**21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**21.1.** É facultado a Pregoeira ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública;

**21.2.** A autoridade competente poderá revogar a licitação por razões de interesse público derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado;

**21.2.1.** As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito da Prestadora, de boa fé, ser ressarcida pelos encargos que tiver suportado no decorrer da execução do objeto;

**21.3.** As proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação, assumindo ainda, todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta, uma vez que a Câmara Municipal não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório;

**21.4.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será redesignada para o primeiro dia útil subsequente, ao mesmo horário e local aqui estabelecido, desde que não haja comunicação da Pregoeira em outro sentido;

**21.5.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente normal da Câmara Municipal de Vereadores de Peixoto de Azevedo MT;

**21.6.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de Pregão Presencial;

**21.7.** As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do processo;

**21.8.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito a prestação dos serviços;

**21.9.** Aos casos omissos aplicam-se as disposições constantes da Lei Federal n.º 10.520/2002, da Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores.

**21.10.** Poderá a Pregoeira no interesse da administração, relevar omissões puramente formais, desde que:

**21.10.1.** Não comprometam a lisura e o caráter competitivo da licitação;

**21.10.2.** Possam ser sanadas, no prazo determinado pela Pregoeira;

**21.11.** Da reunião, lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes, devendo a mesma, ao final, ser assinada pela Pregoeira e os licitantes presentes, ressaltando-se que poderá constar a assinatura da equipe de apoio, sendo-lhes facultado esse direito.

Peixoto de Azevedo/MT, 03 de agosto de 2023.

**Evanir Pereira Silva Matos**

Pregoeira – Portaria nº 011/2023

**Rosângela de Matos Dias**

Presidente da Câmara de Vereadores

**ANEXO I**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**CATEGORIA DE INVESTIMENTO: Aquisição de materiais e Produtos**

**Projeto/Atividade:** Atividades a cargo do Gabinete da Presidente da Câmara Municipal

**OBJETO:** REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE; LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO, COPA E COZINHA, COM ENTREGAS PARCELADAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO/MT, por um período de 12 meses

**JUSTIFICATIVA:** Visando garantir a eficiência e a agilidade na disseminação e elaboração de documentos que garantem o sucesso do trabalho das equipes responsáveis pelos diversos setores desta Câmara de Vereadores, demonstramos a necessidade da aquisição de material de expediente, produtos de limpeza e higienização, material de Copa e Cozinha, os quais são de uso diário e indispensáveis na rotina dos trabalhos desta entidade. Necessário se faz, manter disponíveis e ainda, estoque técnico desses materiais visando atender as demandas, tais como: elaboração documentos originários desta Casa de Leis, assim como a manutenção dos departamentos e assessorias e afins.

**RESULTADOS ESPERADOS:** Diante da justificativa, e da necessidade de aquisição desses materiais, também pelo balizamento dos preços, gera-se a expectativa de aquisição de bons produtos a preços comuns praticados no mercado local e regional.

Esperamos ainda, que o atendimento seja breve para não acumular os afazeres, e que possamos com presteza e bom zelo, continuar com atendimento satisfatório aos munícipes e aos servidores desta Casa de Leis.

**DO PRAZO DE ENTREGA:** A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (dose) meses e deverá ser assinada imediatamente após a homologação e, os produtos adjudicados serão particionados e fornecidos de acordo com as necessidades internas de cada setor, e quando requeridos deverão ser entregues em até 5 (cinco) dias após emissão da Ordem de Compra.

**LOCAL DE ENTREGA:** Os itens de produtos desta licitação deverão ser entregues na sede da Câmara de Vereadores, em horário comercial das 12h às 18h, sito à Av. Lions Internacional nº 2021, centro, Peixoto de Azevedo, sob protocolo, conferência e atestada pelo fiscal de contratos expressamente designado.

No ato da entrega dos produtos, os mesmos deverão apresentar as características licitadas. O recebimento poderá ser provisório ou definitivo nos termos da Lei 8.666/93, e sempre que for necessário haverá a troca e ou correção até que sejam definitivamente cumpridas as exigências licitatórias até o atestado definitivo.

**DAS OBRIGAÇÕES:**

As obrigações do CONTRATANTE e da CONTRATADA serão definidas no procedimento da Modalidade de Licitação definidas para esta contratação.

**DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**

O Critério de julgamento será os definidos no procedimento da Modalidade de Licitação definida para esta contratação.

**DA DESCRIÇÃO DO ORÇAMENTO:**

O valor estimado para contratação é de **R$ 112.672,42** (cento e doze mil, seiscentos e setenta e dois reais e quarenta e dois centavos), conforme cotação de preços por tipo de despesas, como segue:

**Lote 01:** Material de Expediente R$ 63.102,80

**Lote 02:** Material de Copa e Cozinha R$ 35.155,89

**Lote 03:** Material de Limpeza e Higienização R$ 14.413,73

As despesas decorrentes da contratação, objeto desta modalidade de licitação correrão a conta dos recursos destinados no Orçamento deste Poder Legislativo para este exercício financeiro sob a seguinte **dotação orçamentária:**

**01.001.01.031.0001.2.003-3.3.90.30.00** – Material de Consumo.

**CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:** O pagamento será realizado a vista, com prazo máximo de 10 (dez) dias para o atendimento dos trâmites burocráticos.

**DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

A aplicação das sanções administrativas será disciplinada em ato próprio em conformidade às Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

**DAS OMISSÕES:**

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com os interesses das partes, obedecidas as regras do Direito Público e Privado vigentes.

**Pesquisa dos preços:** Os valores acima foram pesquisados no mercado local e regional com empresas do ramo, e é o balizador referencial, não sendo aceito valores acima do preço médio estabelecido pelas cotações de preços, previstas neste Termo de Referência.

**MATERIAL DE EXPEDIENTE:**

UTILISSIMA COMERCIO DE VARIEDADES EIRELI - ME - CNPJ nº 08.419.120/0002-10

JUDITE TEREZINHA UMANN - ME - CNPJ nº 02.404.739/0001-94

RIBEIRO COMERCIO DE COMPUTADORES LTDA - ME - CNPJ nº 09.237.458/0001-33

**MATERIAL DE COPA E COZINHA:**

IRMÃOS DORTA COMERCIO LTDA - CNPJ nº 34.629.99/0001-12

J. F. DIAS E CIA LTDA - CNPJ nº 21.120.391/0001-58

MERCADO FREITAS LTDA - CNPJ Nº 17.035.744/0001-44

CAMBOIM & SANTOS LTDA CNPJ Nº 19.201.021/0001-01

**MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENICAÇÃO:**

UTILISSIMA COMERCIO DE VARIEDADES EIRELI - ME - CNPJ nº 08.419.120/0002-10

JUDITE TEREZINHA UMANN - ME - CNPJ nº 02.404.739/0001-94

RIBEIRO COMERCIO DE COMPUTADORES LTDA - ME - CNPJ nº 09.237.458/0001-33

**DAS EXIGENCIAS:** Demais interessados em concorrer ao certame, deverão se apresentar na data e horário marcado no Edital, com a proposta de preços e a documentação atinente.

Peixoto de Azevedo MT, 31 de julho de 2023

**Rosângela de Matos Dias**

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

**MAPA DAS COTAÇÕES DE PREÇOS**

| LOTE Nº 01 - MATERIAL DE EXPEDIENTE | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **ITEM** | **Cód. do TCE** | **Unidade** | **Produto** | **Descrição do produto** | **Qtd** | **Preço Médio** | **Preço Total** |
| 1 | 5522 | CAIXA | PAPEL A4 | Papel Sulfite Branco 75g/m² 210x297mm em caixa com 10 resmas | 120 | 301,37 | 36.164,00 |
| 2 | 117212-3 | UNID | ENVELOPE A4 | Envelope 80g Branco ou Pardo 229x324mm | 2400 | 0,99 | 2.376,00 |
| 3 | 117211-5 | UNID | ENVELOPE A6 | Envelope 80g Branco ou Pardo 125x176mm | 1200 | 0,75 | 900,00 |
| 4 | 325691-0 | UNID | CANETA PRETA | Caneta Esferográfica material transparente Preta | 300 | 1,83 | 548,00 |
| 5 | 159747-7 | UNID | CANETA AZUL | Caneta Esferográfica material transparente azul | 1000 | 1,99 | 1.993,33 |
| 6 | 358028-8 | UNID | GRAMPEADOR PEQ | Grampeador 26/6 mm capacidade p/ 10 folhas ~13cm | 20 | 31,96 | 639,27 |
| 7 | 358028-8 | UNID | GRAMPEADOR GRD | Grampeador 26/6 mm capacidade p/ 20 folhas ~20cm | 10 | 38,80 | 387,97 |
| 8 | 358028-8 | CAIXA | GRAMPO 26/6MM | Grampo para grampeador 26/6 mm cobreado ou galv. Em caixa contendo 5000 unidades | 240 | 7,49 | 1.798,40 |
| 9 | 149892-4 | UNID | MARCA DE TEXTO | Marcador de Texto formato anatômico ponta chanfrada | 50 | 7,33 | 366,33 |
| 10 | 196239-6 | CAIXA | CLIP Nº 02 | Clip de metal em aço niquelado para papel nº 02 500g | 40 | 28,26 | 1.130,53 |
| 11 | 196239-6 | CAIXA | CLIP Nº 06 | Clip de metal em aço niquelado para papel nº 06 500g | 40 | 28,26 | 1.130,53 |
| 12 | 196239-6 | CAIXA | CLIP Nº 08 | Clip de metal em aço niquelado para papel nº 08 500g | 40 | 28,26 | 1.130,53 |
| 13 | 324781-8 | UNID | RÉGUA 30CM | Régua espessura 2,5mm, largura 30mm e 300mm compr. | 50 | 3,16 | 157,83 |
| 14 | 4668-0 | UNID | EXTRATOR GRAMPO | Extrator de Grampos 26/6 e 26/8 em aço 150mm de compr. | 20 | 7,66 | 153,20 |
| 15 | 322569-0 | UNID | TESOURA 22 cm | Tesoura Multiuso 220 mm comprimento com ponta cabo anatômico | 10 | 26,66 | 266,63 |
| 16 | 258605-3 | UNID | COLA BRANCA 40G | Cola branca para papel lavável não tóxica | 30 | 3,33 | 99,90 |
| 17 | 5973-0 | UNID | TINTA PARA CARIMBO | Tinta à base de água, apresentando secagem rápida após carimbagem | 10 | 7,33 | 73,27 |
| 18 | 151969-7 | UNID | PASTA AZ | Pasta AZ lombo largo | 200 | 24,66 | 4.932,00 |
| 19 | 380498-4 | UNID | PASTA C/ ELASTICO | Pasta plástica com elástico e com aba | 50 | 6,65 | 332,50 |
| 20 | 322367-1 | UNID | PASTA SUSPENSA | Pasta suspensa marm. c/ hastes plásticas | 120 | 5,66 | 679,20 |
| 21 | 322610-7 | UNID | COLA BASTÃO | Cola em bastão 9 gramas base de polímeros sintéticos em água, secagem lenta, lavável, atóxica, não ressecada | 120 | 5,66 | 678,80 |
| 22 | 113816-2 | UNID | FITA ADESIVA PVC | Fita adesiva 45mmX40mtransparente em filme de polipropileno coberto com adesivo acrílico | 100 | 6,66 | 666,00 |
| 23 | 334071-6 | UNID | CAPA ENCADERNAÇÃO A4 | Capa Confeccionada em polipropileno tamanho A4 para encadernação | 1800 | 1,41 | 2.544,00 |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **24** | 286677-3 | UNID | PERFURADOR GRANDE | Perfurador de papel tamanho grande | 10 | 83,33 | 833,30 |
| **25** | 324525-0 | UNID | ESTILETE | O Estilete Norma PBL Largo possibilita variar a extensão da lâmina conforme necessidade, pois possui empunhadura ergonômica e sistema de trava automática. Tem 18mm e é fabricado em termoplástico, com lâmina Norma One Way larga de aço carbono. | 10 | 6,83 | 68,27 |
| **26** | 4668-0 | UNID | EXTRATOR DE GRAMPO | Cavia CA-111, Extrator de Grampos, Espátula Zincado, Multicolor | 30 | 7,33 | 219,80 |
| **27** | 380498-4 | UNID | PASTA PLASTICA S/ ELASTICO | pasta transparente sem elástico a4 | 50 | 4,61 | 230,67 |
| **28** | 275780-0 | PACOTE | PILHA MÉDIA | Pilha Alcalina 1,5v Media (D2), Embalado Em Cartela Com 2 Unidades | 20 | 24,49 | 489,87 |
| **29** | 230292-6 | PACOTE | PILHA PALITO | Pilha alcalina 1,5v palito (AAA), embalado em cartela com 2 unidades | 20 | 24,49 | 489,87 |
| **30** | 155642-8 | UNID. | PILHA PEQUENA | Pilha Alcalina 1,5v pequena (AA), embalado em cartelas com 2 Unidades | 50 | 25,99 | 1.299,67 |
| **31** | 26352 | UNID. | PORTA CANETAS | porta caneta para mesa de escritório | 10 | 24,66 | 246,60 |
| **32** | 29967-7 | UNID. | MOLHA DEDO | Molha Dedos Áqua Magic | 10 | 7,65 | 76,53 |
| **PREÇO TOTAL BALIZADOS DOS PRODUTOS** | | | | | | | **63.102,80** |

**LOTE Nº 02 - MATERIAL DE COPA E COZINHA**

| ITEM | Cód. do TCE | Unidade | Produto | Descrição do produto | Qtd | Preço Médio | Preço Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 18274 | FARDO | CAFÉ 500g | Café pó torrado/moído, almofada sem vácuo, isento de grãos pretos-verdes ou fermentados grãos crus, torrado e moído; aroma e sabor característicos de regular, em embalagens de 500g acomodados em fardos de 20 unidades. | 20 | 295,87 | **5.917,33** |
| 2 | 121195-1 | FARDO | AÇÚCAR 2kg | Açúcar; obtido da cana de açúcar, cristal, com aspecto cor, cheiro próprios e sabor doce, com teor de sacarose mínimo de 99,3%p/p, admitindo umidade máxima de 0,3%p/p; sem fermentação, isento de sujidades, parasitas, materiais terrosos e detritos animais ou vegetais; acondicionado em plástico atóxico, validade mínima de 06 meses a contar da data de entrega - pacote com 2 kg acomodados em fardos de 10 unidades | 10 | 74,60 | **746,00** |
| 3 | 163356-2 | CAIXA | GUARDANAPO 30X32CM | Guardanapo de papel 30 x 32 cm de boa qualidade, em pacotes com 50 unidades em caixas de 40 pacotes | 5 | 173,20 | **866,00** |
| 4 | 363064-1 | CAIXA | ERVA MATE P/ CHÁ 500g | Chá mate Natural a granel preparado a partir das folhas e talos da erva-mate, planta nativa, selecionados e tostados em embalagem de 500gr | 50 | 16,23 | **811,67** |
| 5 | 33511-8 | UNID | Suporte para Filtro de Café Plástico tamanho 103 | Suporte para filtro de café com design clássico, tamanho 103. | 10 | 11,33 | **113,33** |
| 6 | 7629 | CAIXA | FILTRO P/ CAFÉ DE PAPEL nº 103 | Filtro de papel para café, tamanho n° 103, produzido em material 100% celulose, na cor branca, com micro furos e costura, embalado em caixa de papelão contendo 30 unidades | 50 | 6,58 | **328,83** |
| 7 | 122710-6 | CAIXA | LEITE INTEGRAL 1Lt | Leite padronizado e estabilizante (citrato de sódio), em embalagem longa vida de 1 litro, teor de gordura de no mínimo 3%, acomodados em caixas com 12 unidades | 30 | 82,92 | **2.487,60** |
| 8 | 67620 | UNID | MARGARINA 1kg | Margarina com sal, em embalagem de 1kg de boa qualidade com validade de no mínimo 6 meses | 60 | 16,91 | **1.014,40** |
| 9 | 4225-0 | PCT | CRAVO 100g | Cravo da Índia em embalagem sache de 100g, devidamente lacrado e com indicação de lote de fabricação e data de validade | 30 | 2,87 | **86,10** |
| 10 | 68472 | UNID | ACHOCOLATADO 400G | Achocolatado contendo Açúcar, cacau, extrato de malte, sal, leite em pó desnatado, soro de leite em pó, vitaminas, estabilizante, lecitina de soja e aromatizantes em embalagem plástica de 400g | 60 | 9,00 | **539,80** |
| 11 | 61931-0 | UNID | PCT | Polvilho doce, branco, acondicionado em saco plástico transparente, atóxico, isenta de sujidades, parasitas e larvas, pacote com 500 gramas, unidade. | 30 | 8,56 | **256,70** |
| 12 | 190838-3 | UNID | PCT | Biscoito doce tipo maizena, pacote com 400gr composição básica: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, gordura vegetal, sal, açúcar, açúcar invertido e outras substancias permitidas, validade mínima 5 meses a contar da data entrega. O produto deverá ter registro no ministério da agricultura e/ou ministério da saúde | 40 | 7,17 | **286,67** |
| 13 | 71266 | UNID | PCT | Biscoito cream cracker salgado ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, gordura vegetal (soja, palma), amido de milho, extrato de malte, açúcar invertido, sal, açúcar, fermento biológico, fermento químico bicarbonato de sódio (ins 500ii), acidulante ácido láctico (ins 270), melhorador de farinha protease (ins 1101 i). Alérgicos: contém derivados de trigo, soja e cevada. Pode conter leite, centeio, aveia, amendoim, castanha-de-caju. Contém glúten. Pacote com 350 gramas | 40 | 6,40 | **255,87** |
| 14 | 168348-9 | UNID | KG | Pão francês, com no mínimo 50 gramas, fabricado com matéria prima de primeira qualidade, isentos de matéria terrosa parasitas e em perfeito estado de conservação de acordo com a resolução 12/78 da CNNPA, quilo. | 150 | 17,98 | **2.697,00** |
| 15 | 11038 | UNID | BANDJ | Ovo - ovos de galinha, vermelhos, classe a, com identificação do produto, grandes, saudáveis e embalados em caixas de papelão ou isopor. 30 unidades | 50 | 29,63 | **1.481,50** |
| 16 | 92538-1 | UNID | KG | Carne Bovina - Tipo Patinho, Moída, Resfriado no máximo 10% de sebo e gordura Com Aspecto, Cor, Cheiro E Sabor Próprios, Embalada Em Saco Plástico Transparente e atóxico | 12 | 27,29 | **327,52** |
| 17 | 18981-3 | UNID | KG | Peito de frango semi-processado, congelado, com aspecto cor e cheiro próprio, sem manchas, acondicionado em saco plástico, quilo. | 12 | 15,92 | **191,04** |
| 18 | 65562 | UNID | LATA | leite em pó integral 400gr, instantâneo, isenta de sacarose, rico em vitaminas a e d contendo em média 27% de proteína, 26% de lipídios e hidrato de carbono. embalagem com no mínimo 400g, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e capacidade. o produto deverá ter registro no ministério da agricultura e/ou ministério da saúde | 36 | 16,91 | **608,88** |
| 19 | 125856-7 | UNID | KG | Queijo mussarela, resfriado, embalagem com identificação do produto, prazo de validade e peso liquido. O produto deverá ter registro no ministério da agricultura e/ou ministério da saúde. | 70 | 46,96 | **3.287,20** |
| 20 | 153470-0 | UNID | KG | mortadela - constituída da mistura de carnes carne bovina + suína, composta de com condimentos, apresentando no máximo 10 % de cubos de toucinho, de primeira qualidade, tipo bolonha, isento de sujidades e outras isenta de sujidades e corpos estranhos, acondicionado em fatiada e embalada em saco plástico transparente, inspecionada pelo sif. | 50 | 18,93 | **946,50** |
| 21 | 153414-9 | UNID | | Óleo de soja comestível 900 ml, vegetal de soja, puro, refinado, sem colesterol, rico em vitamina e acondicionado em embalagem plástica tipo pet contendo 900 ml, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso liquido, de acordo com resolução 482/99 - ANVISA. Unidade. | 12 | 6,69 | **80,28** |

| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 22 | 181372-2 | CAIXAS | COPO DESCARTAVEL 180ml | Copo descartável para água, em polipropileno (pp), capacidade de no mínimo 180 ml, não tóxico, de primeira qualidade, pacotes com 100 unidades, acomodados em caixas com 25 pacotes | 36 | 132,75 | **4.779,00** |
| 23 | 369811-4 | CAIXAS | COPO DESCARTAVEL 50ml | Copo descartável para água, em polipropileno (pp), capacidade de no mínimo 50 ml, não tóxico, de primeira qualidade, pacotes com 100 unidades, acomodados em caixas com 50 pacotes | 40 | 176,17 | **7.046,67** |
| **PREÇO TOTAL BALIZADOS DOS PRODUTOS** | | | | | | | **35.155,89** |

**LOTE Nº 003 - MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO**

| ITEM | Cód. do TCE | Unade | Produto | Descrição do produto | Qtd | Preço Médio | Preço Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **1** | 153045-3 | UNID | PAPEL HIGIÊNICO 30m | Papel de folha dupla, branco, deverá dissolver-se em água, macio, absorvente e homogêneo, não poderá esfarelar durante o uso, não poderá apresentar odor desagradável (não característico), corte imperfeito, enrugamento com dobras e deverá apresentar resistência adequada à tração fd 16x4 | 100 | 66,99 | **6.699,33** |
| **2** | 112549-4 | FARDO | PAPEL TOALHA | Papel Toalha contendo 4.800 folhas com dimensões por folha de 120 mm X 240 mm X 220 mm | 50 | 28,32 | **1.415,83** |
| **3** | 33060 | UNID | BALDE GRANDE 20L | Balde plástico 20 lts, para uso doméstico, com alça e sem aba | 20 | 24,66 | **493,20** |
| **4** | 148014-6 | UNID | ESCOVA SANITÁRIA | Escova sanitária plástica para limpeza de lavabos e banheiros com suporte | 10 | 9,99 | **99,93** |
| **5** | 32272 | UNID | ESCOVA DE LAVAR ROUPAS | ESCOVA PARA LIMPEZA, modelo oval; base de madeira, espessura 1,5 cm; base medindo (13 x 7) cm; com cerdas em nylon sintético; sem alça, sem cabo, na cor amarela; mínimo de 15 cerdas por tufos | 6 | 7,66 | **45,96** |
| **6** | 33060 | UNID | BALDE PEQUENO 10L | Balde plástico 10 lts, para uso doméstico, com alça e sem aba | 10 | 21,99 | **219,93** |
| **7** | 129907-7 | UNID | RODO PARA LIMPEZA | Rodo de alumínio 40 centímetros, espessura 1,10 milímetros, cabo em alumínio medindo 1,30 centímetros de comprimento, borracha substituível- material em EPDM com fita estirada de aço | 15 | 73,99 | **1.109,90** |
| **8** | 163388-0 | UNID | VASSOURA PARA LIMPEZA | Vassoura pelo de 30cm, cerdas com embutimento angular, sintética, plumada, cabo inclinado associada ao ângulo das cerdas. | 20 | 22,33 | **446,53** |
| **9** | 9981 | UNID | VASSOURA PALHA | Vassoura piaçava, com cabo de madeira fixado ao taco e este ao corpo através do revestimento com folhas de flandres. CABO, em madeira resistente e com formato cilíndrico, deverá ser lixado, isento de nós, superfície lisa, sem qualquer forma pontiaguda, tendo ainda a ponta superior arredondada e a outra firmemente presa ao taco comprimento 120 cm; diâmetro mínimo 2,2 cm | 4 | 42,66 | **170,64** |
| **10** | 10506 | UNID | FLANELA PARA LIMPEZA | Flanela na cor amarela de 58 x 40 cm, na cor amarela, 100% de algodão | 30 | 6,66 | **199,80** |
| **11** | 10527 | CAIXA | DETERGENTE | Princípio ativo linear alquil benzeno, sulfonato de sódio, teor mínimo de 6%, fragrâncias e outras substâncias químicas permitidas, acondicionamento em frasco plástico, contendo 500 ml, acomodados em caixas com 24 unidades | 10 | 91,42 | **914,17** |
| **12** | 64067-37 | CAIXA | CERA LIQUIDA | Cera Liquida incolor frasco 750ml. Caixa contendo 12 unidades | 30 | 86,62 | **2.598,50** |
| **PREÇO TOTAL BALIZADOS DOS PRODUTOS** | | | | | | | **14.413,73** |

Peixoto de Azevedo MT, 31 de julho de 2023

**Rosângela de Matos Dias**

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

**ANEXO II**

**Formulário Padrão de Propostas de Preços**

**(Papel Timbrado do licitante)**

**PROPOSTA DE PREÇOS**

**Licitação: Pregão Presencial nº 006/2023**.

**Licitante: _____CNPJ_____**

**Tel Fax:** (___)_____

**E-mail _____Tel.** (__)_____ **Celular:** (__)_____ **Endereço:**_____

**Conta Corrente: _____ Agência: _____Banco:_____**

**Proposta: ITENS**

**PROPOSTA**

**OBJETO:** REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE; LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO, COPA E COZINHA, COM ENTREGA PARCELADA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO/MT, por um período de 12 meses

| *Seq* | *Descrição* | *Marca* | *Unidade* | *Qtde* | *P. Unit* | *P. Total* |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | |

**VALOR TOTAL DA PROPOSTA: R$_____(_____)**

**DATA:_____**

**EFICÁCIA DA PROPOSTA: 30 (TRINTA) dias.**

**PRAZO DE ENTREGA:_____**

**_____**

**REPRESENTANTE DA EMPRESA**

**CPF:**

**CARIMBO DA EMPRESA**

**ANEXO III**

**Modelo dE PROCURAÇÃO**

(Papel Timbrado da Empresa)

PREGÃO PRESENCIAL N.º **006/2023**

Por meio do presente, credenciamos o (a) Sr.(a)....., portador(a) do RG n.º.....e do CPF n.º....., a participar da licitação instaurada pela Câmara Municipal de Vereadores de Peixoto de Azevedo – Estado de Mato Grosso, na modalidade Pregão n.º **006/2023**, na qualidade de representante legal, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa....., bem como rubricar a documentação de HABILITAÇÃO e das PROPOSTAS, manifestar, prestar todos os esclarecimentos à nossa Proposta de Preço, formular propostas, ofertar lances verbais, renunciar direitos, interpor ou desistir de recursos e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

**Informação Importante:**

CNPJ n°:

Inscrição Estadual n°:

Razão Social:

Nome de Fantasia:

Local e data,

_____

Diretor ou Representante Legal

Carimbo da Empresa

(Obs. Firma Reconhecida em Cartório)

**OBS**: Em caso de representação por meio de procuração particular, a mesma deverá ter firma reconhecida em cartório.

**ANEXO IV**

**Modelo da Declaração DE REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

Declaramos, para todos os efeitos legais, que a empresa , CNPJ n° , reúne todos os requisitos de habilitação exigidas no Edital, bem como de que está ciente e concorda com o disposto em Edital de Pregão Presencial n° **006/2023**.

Local e Data

Assinatura do Representante Legal

CPF

Carimbo de CNPJ da Empresa

**OBS**: No caso de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte que, nos termos da Lei Complementar n° 123/06, possuir alguma restrição na documentação referente à regularidade fiscal, será flexibilizado os efeitos desta declaração, estando a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte obrigada a apresentar o documento com restrição junto ao envelope de habilitação, sob pena de desclassificação.

**ANEXO V**

**Modelo dE DeclaraçÕES DIVERSAS**

Em cumprimento as determinações da Lei, **DECLARAMOS**, para fins de participação no **Pregão Presencial n° 006/2023** que:

**1.** Até a presente data, inexistem fatos supervenientes impeditivos para habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar eventuais ocorrências posteriores;

**2.** Recebemos os documentos e tomamos conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

**3.** Concordamos e sujeitamo-nos com as condições e teor estabelecidos no Edital;

**4.** Para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993, que não empregamos menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;

**5.** Sob as penas do Art. 299 do código Penal, de que terá a disponibilidade, caso venha a vencer o certame, dos serviços licitados para realizar a entrega nos prazos e/ou condições previstas; e

**6.** Não possuem em seu quadro de pessoal, funcionários públicos pertencentes ao quadro da Câmara Municipal de Vereadores de Peixoto de Azevedo, nos termos do inciso III, do artigo 9º da Lei 8666/93.

Por ser a expressão da verdade, representante legal desta empresa, firmo a presente.

Local e Data

Assinatura do Representante Legal

CPF

Carimbo de CNPJ da Empresa

**ANEXO VI**

**MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°. 003/2023**

**PREGÃO PRESENCIAL N° 006 – REGISTRO DE PREÇOS**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009**

A **CÂMARA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO/ MT** inscrita no CNPJ/MF sob n°. 37.499.373/0001-69, estabelecida à Av. Lions Internacional Oeste nº 2021, centro, Peixoto de Azevedo/MT, neste ato representado pela presidente Sra. **Rosângela de Matos Dias**, brasileira, agente político, portadora do documento de identidade RG nº 542.441 SSP/MT, e CPF nº 393.982.771-15, residente e domiciliado na Rua Peru nº 560, Bairro Liberdade, na cidade de Peixoto de Azevedo, RESOLVE registrar os preços da empresa **xxxx, CNPJ Nº xxxx**, localizada na Av. **xxxxx** nº, cidade de **XXX**, Estado de **XXX**, neste ato representada pelo sócio administrador Sr. **XXX** portador do RG nº **XXX** SSP/**XX** e CPF Nº **XXXX**, nas quantidades estimadas **na sessão desta Ata de Registro de Preços,** de acordo com a classificação por elas alcançadas por menor preço por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório Pregão Presencial SRP nº 003 e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520/02, e em conformidade com as disposições a seguir.

**1. DO OBJETO**

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE; LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO, COPA E COZINHA, COM ENTREGA PARCELADA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO/MT.

**1.1.** Este instrumento não obriga a Câmara Municipal a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer aquisições menores das licitadas ou, licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do referido Registro de Preços a preferência pelo fornecimento, em igualdade de condições.

**2. DA VIGÊNCIA**

**2.1.** A presente Ata terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua publicação, podendo ser prorrogada na forma da lei.

**3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**3.1.** O gerenciamento deste instrumento caberá ao Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, através do Departamento de Compras, no seu aspecto operacional, com apoio da Assessoria Jurídica, nos aspectos legais;

**4. DA CONTRATADA**

**4.1.** O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

**EMPRESA: XXX**

**CNPJ Nº XXXX**

**Lote 01: MATERIAL DE EXPEDIENTE:**

| Item | Descrição do Material | Un. Med. | Qtde Item | Média Unit. | Preço Total |
|---|---|---|---|---|---|
| 01 | | | | | |
| 02 | | | | | |

**Lote 02: MATERIAL DE COPA E COZINHA:**

| Item | Descrição do Material | Un. Med. | Qtde Item | Média Unit. | Preço Total |
|---|---|---|---|---|---|
| 01 | | | | | |
| 02 | | | | | |

**Lote 03: MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO:**

| Item | Descrição do Material | Un. Med. | Qtde Item | Média Unit. | Preço Total |
|---|---|---|---|---|---|
| 01 | | | | | |
| 02 | | | | | |

**5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**5.1**. Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Câmara Municipal, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

**5.2.** Os itens licitados deverão ser entregues na sede da Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo-MT, conforme a solicitação do departamento de compras, sem qualquer ônus para a Câmara Municipal de forma fracionada e conforme forem solicitados pelo setor competente.

**5.3.** Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Câmara Municipal, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade;

**5.4.** Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

**5.5.** A falta de quaisquer dos itens cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

**5.6.** Comunicar imediatamente a Câmara Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgáveis necessárias para recebimento de correspondência;

**5.7.** Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

**5.8.** Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Câmara;

**5.9**. Indenizar terceiros e/ou à própria Câmara em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

**5.10**. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

**5.11.** Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

**5.12.** Fornecer os itens, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

**5.13.** O prazo máximo para entrega dos itens licitados será de até 10 (dez) dias após a solicitação dos mesmos.

**5.14.** O atraso na entrega dos itens licitados, caberá penalidades e sanções previstas no Art. 10 e Art. 11 da Presente Ata.

**5.15. A Licitante vencedora ficará obrigada a trocar as suas expensas num prazo máximo de 05 (cinco) dias, o produto que vier a ser recusado sendo que o ato de recebimento não importará sua aceitação.**

**5.16** Independentemente da aceitação, a adjudicatária garantirá a qualidade dos materiais obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito ou for entregue em desacordo com apresentado na proposta.

**5.17.** A licitante vencedora, sujeitar-se-á a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da Câmara Municipal, encarregada de acompanhar a entrega dos itens licitados prestando os esclarecimentos solicitados atendendo as reclamações formuladas durante as entregas.

**6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**6.1.** Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento dos itens licitados;

**6.2.** Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

**6.3.** Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

**6.4.** Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

**6.5**. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

**6.6**. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

**7. DO PAGAMENTO**

**7.1.** O pagamento será efetuado em até 05 dias úteis após a entrega dos itens licitados e, devidamente atestado pelo Departamento de Almoxarifado, diretamente em conta corrente bancária da empresa vencedora.

**7.2.** A Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”.

**8. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS**

**8.1.** Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

**8.2.** Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

**8.3.** Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Câmara Municipal solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

**8.4.** Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Câmara Municipal poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

**8.5.** Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços**.**

**9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

**9.1.** A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto decorrente deste Registro de Preços;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

**9.2.** Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

**9.3.** No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

**9.4.** A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Câmara Municipal, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

**9.5.** Havendo o cancelamento da Ata de Registro de Preços, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do objeto.

**9.6.** Caso a Câmara Municipal não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

**10. DAS PENALIDADES**

**10.1.** O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

**10.1.1.** A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo - MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas;

**10.2.** Ocorrendo a inexecução total ou parcial no fornecimento dos itens licitados, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contratado;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo, por prazo não superior a 2 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

**10.3.** Se o Fornecedor não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Câmara de Vereadores e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria da Câmara Municipal;

**10.3.1.** Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal da Câmara de Vereadores;

**10.4.** Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informados para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

**10.5.** Serão publicadas no Diário Oficial dos Municípios (AMM) todas as sanções administrativas previstas neste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

**11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**11.1.** As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

**12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

**12.1** - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente ata de registro de preços correrão à conta das dotações orçamentárias citadas abaixo, ou das demais que possam vir a aderir a presente ata, às quais serão elencadas oportunamente:

**01. - CAMARA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO**

**001. - CAMARA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO**

**01. - Legislativa**

**031. - Ação Legislativa**

**0001. – Manutenção do Poder Legislativo**

**20030. – MANUTENÇÃO DO PODER LEGISLATIVO**

**3.3.90-30. – MATERIAL DE CONSUMO**

**13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**13.1.** As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

**I.** todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

**II.** Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital do **Pregão Presencial nº 006,** seus anexos e as propostas das classificadas.

**III.** é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo.

**14. DO FORO**

Fica convencionado que o Foro para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento, é o da Comarca de Peixoto de Azevedo - MT, por mais privilegiado que outro possa ser.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8.666 de 21/06/93.

Peixoto de Azevedo - MT, 03 de agosto 2023.

**CÂMARA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO-MT**

**Rosângela de Matos Dias**

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

**EMPRESA X**

**CNPJ Nº XXXX**

**Representante – CPF Nº xxxx**

CONTRATADA

Testemunhas:

_____ _____

_____

**Dr. Uiliam Alves Stoppa**

Assessor Jurídico / **OAB-RO nº 32158**

**Visto**

**ANEXO VII**

**Modelo da Declaração para ME e EPP**

**(Empregador Pessoa Jurídica)**

(Papel Timbrado da Empresa)

A Câmara Municipal de Vereadores de Peixoto de Azevedo - MT

Ref. Edital de Licitação na modalidade Pregão Presencial n° **006/2023**.

Para fins de participação na licitação (Indicar o n° da licitação), a(o) (Nome Completo do Proponente), CNPJ n° (N° do CNPJ), sediada na (Endereço Completo), declara, sob as penas da Lei que é (Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, conforme o caso), na forma da Lei Complementar Federal n° 123, de 14 de dezembro de 2006.

Local e Data

Assinatura do Representante Legal

CPF

Carimbo de CNPJ da Empresa

**CAMARA MUNICIPAL / CONTABILIDADE**
**PORTARIA N.º 048/2023**

**PORTARIA N.º 048/2023**

**SÚMULA:** *"Retificação da Portaria N°047/2023."*

A Presidente da Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo-MT, **Srª. ROSÂNGELA DE MATOS DIAS**, no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto dos Servidores e Lei Orgânica deste Município, dentre outras Leis que regem a matéria, e considerando o Atestado Médico datado de 11 de Abril de 2023.

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Conceder Licença Maternidade a servidora, **DRA. FABRÍCIA ALVES NOGUEIRA DEMBOGURSKI,** Procuradora, CPF. ***.012.161-**, lotada na Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo-MT, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, iniciando em 11 de Abril de 2023 com término em 07 de Outubro 2023.

**Art. 2º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a 11 de Abril de 2023.

Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo-MT, 16 de Agosto de 2023.

**REGISTRA-SE**

**PUBLICA-SE**

**CUMPRA-SE.**

Gabinete da Presidência da Câmara de Peixoto de Azevedo/MT, 16 de Agosto de 2023.

**Rosângela de Matos Dias**

**PRESIDENTE (biênio 2023/2024)**

## CÂMARA MUNICIPAL DE POCONÉ

**CÂMARA MUNICIPAL**
**P O R T A R I A NO 048/2023.**

**P O R T A R I A No 048/2023.**

O Presidente da Câmara Municipal de Poconé, Estado de Mato Grosso, Vereador **ITAMAR LOURENÇO DA SILVA**, no uso de suas atribuições legais,

**R E S O L V E:**

**Art. 1º** Conceder a **GIOVANA CRISTINA FERREIRA GOMES,** funcionária da Câmara Municipal de Poconé-MT, 30 (trinta) dias de férias regulamentares referentes ao período 2022/2023, a partir de 01 de setembro de 2023.

**Art. 2º** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**REGISTRADA – PUBLICADA – CUMPRA-SE**

Câmara Municipal de Poconé/MT., 15 de agosto de 2023.

Vereador Itamar Lourenço da Silva

Presidente

Vereador Sérgio Paula Assunção

1º Secretário

## CÂMARA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

**CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE RESERVA DO CABAÇAL**
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - JUN/2022 A JUN/2023**

### CAMARA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABACAL

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

JUL/2022 A JUN/2023

RGF ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1

| DESPESA COM PESSOAL | DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses) LIQUIDADAS | | | | | | | | | | | | TOTAL (últimos 12 meses) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | JUL/2022 | AGO/2022 | SET/2022 | OUT/2022 | NOV/2022 | DEZ/2022 | JAN/2023 | FEV/2023 | MAR/2023 | ABR/2023 | MAI/2023 | JUN/2023 | (a) | (b) |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL(I) | 49.319,95 | 51.196,94 | 49.319,95 | 49.319,95 | 49.319,95 | 78.921,82 | 56.809,34 | 59.864,66 | 56.585,36 | 56.109,47 | 62.613,63 | 64.650,91 | 684.031,93 | 0,00 |
| Pessoal Ativo | 49.319,95 | 51.196,94 | 49.319,95 | 49.319,95 | 49.319,95 | 78.921,82 | 56.809,34 | 59.864,66 | 56.585,36 | 56.109,47 | 62.613,63 | 64.650,91 | 684.031,93 | 0,00 |
| Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis | 41.666,22 | 43.543,21 | 41.666,22 | 41.666,22 | 41.666,22 | 67.519,38 | 48.092,90 | 51.302,45 | 47.868,92 | 47.384,54 | 53.383,53 | 55.420,81 | 581.180,62 | 0,00 |
| Obrigações Patronais | 7.653,73 | 7.653,73 | 7.653,73 | 7.653,73 | 7.653,73 | 11.402,44 | 8.716,44 | 8.562,21 | 8.716,44 | 8.724,93 | 9.230,10 | 9.230,10 | 102.851,31 | 0,00 |
| Pessoal Inativo e Pensionistas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Aposentadorias, Reserva e Reformas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Pensões | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§1º do ar | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§1º do art. 19 da LRF) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária e Deduções C | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II) | 49.319,95 | 51.196,94 | 49.319,95 | 49.319,95 | 49.319,95 | 78.921,82 | 56.809,34 | 59.864,66 | 56.585,36 | 56.109,47 | 62.613,63 | 64.650,91 | 684.031,93 | 0,00 |

| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL | VALOR | % SOBRE RCL |
|---|---|---|
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | 21.700.225,71 | |
| (-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V) | 0,00 | |
| (-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) e ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, § 11) (VI) | 0,00 | |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI) | 21.700.225,71 | |
| DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b) | 684.031,93 | 3,15 |
| LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) | 1.302.013,54 | 6,00 |
| LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF) | 1.236.912,86 | 5,70 |
| LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) | 1.171.812,19 | 5,40 |

| TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL (art. 15 da LC 178/2021) | |
|---|---|
| PARÂMETROS PARA REDUÇÃO DO EXCEDENTE DE DTP (art. 15 da LC 178/2021) | Percentual |
| Limite Máximo (IX) (%) (LRF, art. 20) | 0,00 |
| DTP em 2021 (XII) (%) | 0,00 |
| Excedente em 2021 (XIII) = (XII - IX) (%) | 0,00 |
| Redutor anual (XIV) = (0,10 x XIII) (%) | 0,00 |

| TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL (art. 15 da LC 178/ | Apuração da Trajetória de Retorno ao Limite da DTP (art. 15 da LC 178/2021) | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2021 | 2022 | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 | 2027 | 2028 | 2029 | 2030 | 2031 | 2032 |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VI | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| % DTP (VIII/VII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| LIMITE CONFORME ART. 15 DA LC 178/2021 (%) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

## CAMARA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABACAL

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

JUL/2022 A JUN/2023

RGF ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1

Nota:

1 - Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64

2 - A Câmara Municipal não gastará mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores, nos termos do Art. 29-A da Constituição Federal

ADAO VULP SANTANA
559.503.021-68
PRESIDENTE

EDSON GOME DA SILVA
576.365.409-91
CONTADOR - CRC:013542/0-8/MT

## CÂMARA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

### CÂMARA MUNICIPAL
### EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2023

A Presidente da Câmara Municipal de União do Sul – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em observância à legislação vigente, CONVOCA: autoridades e servidores de órgãos públicos; dirigentes e membros de entidades da sociedade civis organizadas; empresários e empregados em geral; agricultores e pecuaristas; direção, professores, alunos e servidores das redes municipal e estadual de ensino e demais pessoas interessadas, para uma AUDIÊNCIA PÚBLICA, a realizar-se no dia 21 de agosto de 2023, com início às 18:00 horas, no Plenário da Câmara Municipal, para análise e debate do seguinte Projeto de Lei, que encontra-se em tramitação na Câmara Municipal de Vereadores:

PROJETO DE LEI Nº 20/2023, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2024 e dá outras providências.

Para que todos tomem conhecimento, expede-se o presente Edital, que será afixado em diversos locais de acesso ao público e publicado em órgão de imprensa escrita.

CÂMARA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

ESTADO DE MATO GROSSO

Em 14 de agosto de 2023

TALITA STELLA

Vereadora Presidente

## CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

### RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2023

**Pregão Eletrônico nº 002/2023**

**Processo Administrativo nº 000012/23 – Processo Licitatório nº 000012/23**

A Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, Neste ato representado pelo senhor **PEDRO PAULO TOLARES,** Presidente da Câmara Municipal de Várzea Grande, através da sua Pregoeira maneada, pela Portaria nº 002/2023, em vigor a partir de 02 de janeiro de 2023, torna público, para conhecimento dos interessados, o resultado da licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2023,** tendo como objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESENVOLVIMENTO, IMPLANTAÇÃO, TREINAMENTO E CONSULTORIA NA ÁREA DE TECNOLOGIA E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO, ASSESSORIA PARA APLICAÇÃO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E LOCAÇÃO DE BENS EM COMODATO PARA CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE/MT, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES TÉCNICAS CONSTANTES NESTE TERMO DE REFERÊNCIA,** apósanálisedetalhada da documentação apresentada pelas empresas credenciadas, foi declarada vencedora do Certame, a empresa **INFORTOUCH - AGENCIA DE COMUNICACAO, EVENTOS E PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA**, valor global estimado é de R$ 1.649.254,92, (um milhão seiscentos e quarenta e nove mil, duzentos e cinquenta e quatro reais e noventa e dois centavos).

Este ato entra em vigor, com efeitos a partir do dia 03 de julho de 2023.

Várzea Grande/MT, 16 de agosto de 2023.

| | |
|---|---|
| **Rafaela Carlos da Roza**<br>Pregoeira Oficial | **Pedro Paulo Tolares**<br>Presidente da Câmara Municipal de Várzea Grande |

## CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DO VALE DO GUAPORÉ

### EXTRATO DE CONTRATO 023/2023

**CCONTRATANTE**: Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico Social e Ambiental, **CIDESA – Vale Guaporé**

**CONTRATADA**: S. R. PARREIRA.

**OBJETO**: Contratação de empresa para fornecimento de refeições do tipo Self-Service, na cidade de Pontes e Lacerda, para atender as demandas do consórcio **CIDESA – Vale do Guaporé**.

**VIGÊNCIA**: 12 **(Doze) meses** a contar de 11/08/2023

**VALOR**: 1 O valor total do contrato é de **R$ 12.570,00** (Doze mil, quinhentos e setenta reais).

Nova Lacerda-MT, 16 de agosto de 2023..

### EXTRATO DE PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO 015/2023

**CONTRATANTE:** CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, SOCIAL E AMBIENTAL, **CIDESA - VALE DO GUAPORE.**

**CONTRATADA:** MILENE JORGE LIBORIO CREPALDI DE CARVALHO 01120136199

**OBJETO:** ADITAR O VALOR do Contrato Administrativo nº 015/2023-CIDESA, atendendo aos limites prescritos pelo art. 65, § 1º da Lei 8.666/1993, em 25% (vinte e cinco por cento) do valor original de R$ 7. 200,00 (sete mil e duzentos reais), totalizando em acréscimo de R$ 1. 800,00 (Hum mil e oitocentos reais), diluído nas 9 (nove) parcelas mensais restantes do contrato.

Nova Lacerda-MT, 16 de agosto de 2023.

## CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PORTAL DO ARAGUAIA

### AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO, PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº. 011/2023 PREGÃO PRESENCIAL – SRP Nº. 01/2023, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, O Consorcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico Social e Ambiental Portal do Araguaia CIDESAPA- torna se publico aos interessados que no PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 01/2023, tendo como objeto: Aquisição de Equipamentos para atender o Projeto Edificando com as Mãos e garantir a ampla mobilidade e melhorar a qualidade de vida de pessoas com deficiência física provisória ou permanente nos municípios de Pontal do Araguaia e regiões circunvizinhas, conforme o termo de convenio 2033-2022, cuja abertura ocorreu dia 25 de julho do corrente ano, as 8h horário de Brasilia. Sagrou se vencedora a presente licitação a seguinte empresa:1 – W L DE ARAUJO LTDA, inscrita no CNPJ n° 27.559.782/0001-50, situada na Av Ministro Joao Alberto n 1654 Bairro Belas Vista na cidade de Barra do Garças MT, com valor de R$ 48.001,10 ( quarenta e oito mil um reais e dez centavos).Sala de Licitação Consorcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico Social e Ambiental Portal do Araguaia CIDESAPA, 16 de agosto de 2023. Alessandro Oliveira dos Santos PREGOEIRO MUNICIPAL.

## CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DO MÉDIO ARAGUAIA - CODEMA

### EXTRATO DAS LICENÇAS AMBIENTAIS EMITIDAS PELO CODEMA

EXTRATO DAS LICENÇAS AMBIENTAIS EMITIDAS PELO CODEMA

O Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental ‘Médio Araguaia’ – CODEMA, em conformidade com o art. 37 da Constituição Federal de 1988, torna pública as seguintes licenças, retroativas a data da sua emissão:

Nova Xavantina-MT, 17 de agosto de 2023.

| PROCESSO | Nº. LICENÇA | TIPO LICENÇA | RAZÃO SOCIAL | ATIVIDADE LICENCIADA | MUNICÍPIO |
|---|---|---|---|---|---|
| 2942.007.047.0000006/2023 | 056/2023 | Prévia | Leandro Sauer LTDA | Restaurantes em áreas de interesse ambiental. | Nova Xavantina - MT |
| 2942.007.047.0000006/2023 | 059/2023 | Instalação | Leandro Sauer LTDA | Restaurantes em áreas de interesse ambiental. | Nova Xavantina - MT |
| 2942.007.047.0000006/2023 | 054/2023 | Operação | Leandro Sauer LTDA | Restaurantes em áreas de interesse ambiental. | Nova Xavantina - MT |
| 2942.007.042.0000014/2023 | 057/2023 | Prévia | Agro 158 Agronegócios | Comercio atacadista de defensivos, adubos, fertilizantes e corretivos do solo com deposito no local. | Água Boa - MT |
| 2942.007.042.0000014/2023 | 060/2023 | Instalação | Agro 158 Agronegócios | Comercio atacadista de defensivos, adubos, fertilizantes e corretivos do solo com deposito no local. | Água Boa - MT |
| 2942.007.042.0000014/2023 | 056/2023 | Operação | Agro 158 Agronegócios | Comercio atacadista de defensivos, adubos, fertilizantes e corretivos do solo com deposito no local. | Água Boa - MT |
| 2942.007.042.0000002/2023 | 004/2023 | Prévia | Vale Produtos Agrícolas LTDA | Comercio atacadista de defensivos, adubos, fertilizantes e corretivos do solo com deposito no local. | Água Boa - MT |
| 2942.007.042.0000002/2023 | 048/2023 | Instalação | Vale Produtos Agrícolas LTDA | Comercio atacadista de defensivos, adubos, fertilizantes e corretivos do solo com deposito no local. | Água Boa - MT |
| 2942.007.042.0000002/2023 | 044/2023 | Operação | Vale Produtos Agrícolas LTDA | Comercio atacadista de defensivos, adubos, fertilizantes e corretivos do solo com deposito no local. | Água Boa - MT |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 2942.007.087.0000017/2022 | 058/2023 | Prévia | Abatedouros de Suínos Pais e Filhos | Frigorifico abate de suínos. | Canarana - MT |
| 2942.007.087.0000017/2022 | 066/2023 | Instalação | Abatedouros de Suínos Pais e Filhos | Frigorifico abate de suínos. | Canarana - MT |
| 2942.007.087.0000017/2022 | 066/2023 | Operação | Abatedouros de Suínos Pais e Filhos | Frigorifico abate de suínos. | Canarana - MT |
| 2942.007.047.0000005/2022 | 037/2023 | Prévia | Centerlab Laboratório LTDA - ME | Atividades de serviços de complementação diagnósticos ou terapêutica, laboratório de anatomia patologia; laboratório: de analises clinicas, serviços de raio-x, radioterapia, serviços de quimioterapia, serviços de banco de sangue, entre outros. | Nova Xavantina - MT |
| 2942.007.047.0000005/2022 | 039/2023 | Instalação | Centerlab Laboratório LTDA - ME | Atividades de serviços de complementação diagnósticos ou terapêutica, laboratório de anatomia patologia; laboratório: de analises clinicas, serviços de raio-x, radioterapia, serviços de quimioterapia, serviços de banco de sangue, entre outros. | Nova Xavantina - MT |
| 2942.007.047.0000005/2022 | 034/2023 | Operação | Centerlab Laboratório LTDA - ME | Atividades de serviços de complementação diagnósticos ou terapêutica, laboratório de anatomia patologia; laboratório: de analises clinicas, serviços de raio-x, radioterapia, serviços de quimioterapia, serviços de banco de sangue, entre outros. | Nova Xavantina - MT |
| 2942.007.047.0000007/2023 | 060/2023 | Prévia | 23.210.018 Fernando Sousa Santos | Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores, aeronaves e outros. | Nova Xavantina - MT |
| 2942.007.047.0000007/2023 | 063/2023 | Instalação | 23.210.018 Fernando Sousa Santos | Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores, aeronaves e outros. | Nova Xavantina - MT |
| 2942.007.047.0000007/2023 | 060/2023 | Operação | 23.210.018 Fernando Sousa Santos | Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores, aeronaves e outros. | Nova Xavantina - MT |
| 2942.007.048.0000015/2023 | 066/2023 | Prévia | Prefeitura Municipal de Querência | Extração de beneficiamento de areia, cascalho e argila através dos regimes minerais de licenciamento, pesquisa mineral registro de extração e dispensa de título minerário. | Querência - MT |
| 2942.007.048.0000015/2023 | 068/2023 | Instalação | Prefeitura Municipal de Querência | Extração de beneficiamento de areia, cascalho e argila através dos regimes minerais de licenciamento, pesquisa mineral registro de extração e dispensa de título minerário. | Querência - MT |
| 2942.007.048.0000015/2023 | 070/2023 | Operação | Prefeitura Municipal de Querência | Extração de beneficiamento de areia, cascalho e argila através dos regimes minerais de licenciamento, pesquisa mineral registro de extração e dispensa de título minerário. | Querência - MT |
| 2942.007.047.0000008/2022 | 074/2023 | Prévia | Daniel Stasczak 02691144160 | Fabricação de artefatos de cimento para uso na construção. | Nova Xavantina - MT |
| 2942.007.047.0000008/2022 | 077/2023 | Instalação | Daniel Stasczak 02691144160 | Fabricação de artefatos de cimento para uso na construção. | Nova Xavantina - MT |
| 2942.007.047.0000008/2022 | 078/2023 | Operação | Daniel Stasczak 02691144160 | Fabricação de artefatos de cimento para uso na construção. | Nova Xavantina - MT |
| 2942.007.048.0000009/2022 | 061/2023 | Prévia | Morada do Parque Spe LTDA | Extração de beneficiamento de areia, cascalho e argila através dos regimes minerais de licenciamento, pesquisa mineral registro de extração e dispensa de titulo minerário. | Querência - MT |
| 2942.007.048.0000009/2022 | 064/2023 | Instalação | Morada do Parque Spe LTDA | Extração de beneficiamento de areia, cascalho e argila através dos regimes minerais de licenciamento, pesquisa mineral registro de extração e dispensa de título minerário. | Querência - MT |
| 2942.007.048.0000009/2022 | 062/2023 | Operação | Morada do Parque Spe LTDA | Extração de beneficiamento de areia, cascalho e argila através dos regimes minerais de licenciamento, pesquisa mineral registro de extração e dispensa de título minerário. | Querência - MT |
| 2942.007.048.0000025/2021 | 058/2023 | Prévia | Takaki Drogaria LTDA | Comercio varejista de produtos farmacêuticos, sem manipulação de formulas. | Querência - MT |
| 2942.007.048.0000025/2021 | 061/2023 | Instalação | Takaki Drogaria LTDA | Comercio varejista de produtos farmacêuticos, sem manipulação de formulas. | Querência - MT |
| 2942.007.048.0000025/2021 | 058/2023 | Operação | Takaki Drogaria LTDA | Comercio varejista de produtos farmacêuticos, sem manipulação de formulas. | Querência - MT |
| 2942.007.047.0000003/2023 | 055/2023 | Prévia | Clínica Odontológica Diniz LTDA | Atividades de clinicas medica e odontológica (cínicas consultórios e ambulatórios). | Nova Xavantina - MT |
| 2942.007.047.0000003/2023 | 058/2023 | Instalação | Clínica Odontológica Diniz LTDA | Atividades de clinicas medica e odontológica (cínicas consultórios e ambulatórios). | Nova Xavantina - MT |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 2942.007.047.0000003/2023 | 053/2023 | Operação | Clínica Odontológica Diniz LTDA | Atividades de clinicas medica e odontológica (cínicas consultórios e ambulatórios). | Nova Xavantina - MT |
| 2942.007.043.0000001/2023 | 072/2023 | Prévia | Prefeitura municipal de Campinápolis - MT | Extração de beneficiamento de areia, cascalho e argila através dos regimes minerais de licenciamento, pesquisa mineral registro de extração e dispensa de título minerário. | Campinápolis - MT |
| 2942.007.043.0000001/2023 | 075/2023 | Instalação | Prefeitura municipal de Campinápolis - MT | Extração de beneficiamento de areia, cascalho e argila através dos regimes minerais de licenciamento, pesquisa mineral registro de extração e dispensa de título minerário. | Campinápolis - MT |
| 2942.007.043.0000001/2023 | 076/2023 | Operação | Prefeitura municipal de Campinápolis – MT | Extração de beneficiamento de areia, cascalho e argila através dos regimes minerais de licenciamento, pesquisa mineral registro de extração e dispensa de título minerário. | Campinápolis - MT |
| 2942.007.042.0000012/2022 | 032/2023 | Prévia | WS Manutenção Industrial LTD. | Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores, aeronaves e outros. | Água Boa - MT |
| 2942.007.042.0000012/2022 | 057/2023 | Instalação | WS Manutenção Industrial LTD. | Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores, aeronaves e outros. | Água Boa - MT |
| 2942.007.042.0000012/2022 | 052/2023 | Operação | WS Manutenção Industrial LTD. | Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores, aeronaves e outros. | Água Boa - MT |
| 2942.007.048.0000007/2023 | 053/2023 | Prévia | Mediquer Medicina Querência LTDA | Atividades de clinica medica (clinica, consultório e ambulatórios) atividades de serviços de complementação diagnósticos ou terapêutica, laboratório de anatomia patologia, laboratório: de analises clinicas, serviços de raio X, radioterapia, serviços de quimioterapia, serviços de banco de sangue, entre outros. | Querência - MT |
| 2942.007.048.0000007/2023 | 056/2023 | Instalação | Mediquer Medicina Querência LTDA | Atividades de clinica medica (clinica, consultório e ambulatórios) atividades de serviços de complementação diagnósticos ou terapêutica, laboratório de anatomia patologia, laboratório: de analises clinicas, serviços de raio X, radioterapia, serviços de quimioterapia, serviços de banco de sangue, entre outros. | Querência - MT |
| 2942.007.048.0000007/2023 | 050/2023 | Operação | Mediquer Medicina Querência LTDA | Atividades de clinica medica (clinica, consultório e ambulatórios) atividades de serviços de complementação diagnósticos ou terapêutica, laboratório de anatomia patologia, laboratório: de analises clinicas, serviços de raio X, radioterapia, serviços de quimioterapia, serviços de banco de sangue, entre outros. | Querência - MT |
| 2942.007.042.0000010/2023 | 075/2023 | Prévia | Almeida Gás LTDA | Comercio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP). | Água Boa - MT |
| 2942.007.042.0000010/2023 | 078/2023 | Instalação | Almeida Gás LTDA | Comercio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP). | Água Boa - MT |
| 2942.007.042.0000010/2023 | 079/2023 | Operação | Almeida Gás LTDA | Comercio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP). | Água Boa - MT |
| 2942.006.040.0000011/2023 | 062/2023 | Prévia | Prefeitura Municipal de Querência | Revitalização e reforma de estradas vicinais públicas ou privadas não pavimentadas. | Querência - MT |
| 2942.006.040.0000011/2023 | 065/2023 | Instalação | Prefeitura Municipal de Querência | Revitalização e reforma de estradas vicinais públicas ou privadas não pavimentadas. | Querência - MT |
| 2942.006.040.0000019/2022 | 070/2023 | Prévia | Incorporadora Céu Azul TDA | Loteamentos urbanos horizontal. | Querência - MT |
| 2942.006.040.0000019/2022 | 072/2023 | Instalação | Incorporadora Céu Azul TDA | Loteamentos urbanos horizontal. | Querência - MT |
| 2942.006.040.0000010/2023 | 076/2023 | Previa | Gilmar Domingos Pascoal | Extração de beneficiamento de areia, cascalho e argila através dos regimes minerais de licenciamento, pesquisa mineral registro de extração e dispensa de título minerário. | Querência - MT |
| 2942.006.040.0000010/2023 | 076/2023 | Instalação | Gilmar Domingos Pascoal | Extração de beneficiamento de areia, cascalho e argila através dos regimes minerais de licenciamento, pesquisa mineral registro de extração e dispensa de título minerário. | Querência - MT |
| 2942.004.025.0000002/2023 | 076/2023 | Operação | Gilmar Domingos Pascoal | Extração de beneficiamento de areia, cascalho e argila através dos regimes minerais de licenciamento, pesquisa mineral registro de extração e dispensa de título minerário. | Querência - MT |
| 2942.006.037.0000002/2023 | 077/2023 | Prévia | Carlos Alberto Polato | Pátio de descontaminação. | Gaúcha do Norte MT |
| 2942.006.037.0000002/2023 | 080/2023 | Instalação | Carlos Alberto Polato | Pátio de descontaminação. | Gaúcha do Norte MT |
| 2942.006.035.0000002/2023 | 078/2023 | Prévia | Prefeitura municipal de Campinápolis - MT | Construção, reforma e / ou substituição de pontilhões, ponte e demais obras de arte. | Campinápolis - MT |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 2942.006.035.0000002/2023 | 081/2023 | Instalação | Prefeitura municipal de Campinápolis - MT | Construção, reforma e / ou substituição de pontilhões, ponte e demais obras de arte. | Campinápolis - MT |
| 2942.006.038.0000001/2023 | 052/2023 | Prévia | Elmo B. Ronsoni Trasnportes Eireli | Extração de beneficiamento de areia, cascalho e argila através dos regimes minerais de licenciamento, pesquisa mineral registro de extração e dispensa de título minerário. | Nova Nazaré - MT |
| 2942.006.038.0000001/2023 | 054/2023 | Instalação | Elmo B. Ronsoni Trasnportes Eireli | Extração de beneficiamento de areia, cascalho e argila através dos regimes minerais de licenciamento, pesquisa mineral registro de extração e dispensa de título minerário. | Nova Nazaré - MT |
| 2942.006.086.0000015/2022 | 048/2023 | Prévia | Jose Roberto Marques | Armazéns de grãos | Canarana – MT |
| 2942.006.086.0000015/2022 | 050/2023 | Instalação | Jose Roberto Marques | Armazéns de grãos | Canarana – MT |
| 2942.006.086.0000013/2022 | 068/2023 | Prévia | Usina Esmeralda SPE LTDA | Geração de distribuição e minigeração distribuída geração compartilhada e autoconsumo remoto, por meio de fonte solar para sistemas helitermicos e fotovoltaicos. | Canarana – MT |
| 2942.006.086.0000013/2022 | 070/2023 | Instalação | Usina Esmeralda SPE LTDA | Geração de distribuição e minigeração distribuída geração compartilhada e autoconsumo remoto, por meio de fonte solar para sistemas helitermicos e fotovoltaicos. | Canarana – MT |
| 2942.006.040.0000001/2023 | 065/2023 | Prévia | Prefeitura Municipal de Querência - MT | Revitalização e reforma de estradas vicinais públicas ou privados não pavimentadas. | Querência - MT |
| 2942.006.040.0000001/2023 | 067/2023 | Instalação | Prefeitura Municipal de Querência - MT | Revitalização e reforma de estradas vicinais públicas ou privados não pavimentadas. | Querência - MT |
| 2942.006.039.0000004/2023 | 059/2023 | Prévia | Prefeitura Municipal de Nova Xavantina - MT | Pavimentação urbana e drenagem de aguas pluviais urbanas, obras de implantação de praças, ciclovias e calçadas. | Nova Xavantina - MT |
| 2942.006.039.0000004/2023 | 062/2023 | Instalação | Prefeitura Municipal de Nova Xavantina - MT | Pavimentação urbana e drenagem de aguas pluviais urbanas, obras de implantação de praças, ciclovias e calçadas. | Nova Xavantina - MT |
| 2942.006.086.0000001/2023 | 047/2023 | Prévia | Canaxuê Agronegócios LTDA | Armazéns de Grãos | Canarana – MT |
| 2942.006.086.0000001/2023 | 049/2023 | Instalação | Canaxuê Agronegócios LTDA | Armazéns de Grãos | Canarana – MT |
| 2942.006.002.0000005/2023 | 069/2023 | Prévia | Cocamar Cooperativa Agroindustrial | Armazéns gerais – emissão de warrants e comercio atacadista de defensivos, adubos, fertilizantes e corretivos do solo com deposito no local. | Água Boa - MT |
| 2942.006.002.0000005/2023 | 071/2023 | Instalação | Cocamar Cooperativa Agroindustrial | Armazéns gerais – emissão de warrants e comercio atacadista de defensivos, adubos, fertilizantes e corretivos do solo com deposito no local. | Água Boa - MT |
| 2942.008.050.0000001/2023 | 031/2023 | Operação | Fattoria com. E Rep De Produtos Agropecuários | Comercio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo com deposito no local, armazéns gerais (emissão de warrants ) | Água Boa – MT. |
| 2942.004.024.0000004/2023 | 055/2023 | Operação | Super Lub Comercio de Lubrificantes e Filtros LTDA | Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores, aeronaves e outros. | Nova Xavantina - MT |
| 2942.004.025.01000001/2023 | 049/2023 | Operação | Instituto Matogrossense de odontologia querência LTDA | Atividade de clínica odontológica (clinicas, consultórios e ambulatórios) | Querência - MT |
| 2942.004.024.0000010/2023 | 059/2023 | Operação | Marlei Renilda Ronsoni | Extração de beneficiamento de areia, cascalho e argila através dos regimes minerais de licenciamento, pesquisa mineral registro de extração e dispensa de título minerário. | Nova Xavantina - MT |
| 2942.004.024.0000001/2023 | 051/2023 | Operação | M.R. Borges & Cia LTDA | Atividades de clinica medica (clinica, consultório e ambulatórios) atividades de serviços de complementação diagnósticos ou terapêutica, laboratório de anatomia patologia, laboratório: de analises clinicas, serviços de raio X, radioterapia, serviços de quimioterapia, serviços de banco de sangue, entre outros. | Nova Xavantina - MT |
| 2942.008.055.0000003/2022 | 025/2023 | Operação | Joao Fagundes da Costa | Extração de beneficiamento de areia, cascalho e argila através dos regimes minerais de licenciamento, pesquisa mineral registro de extração e dispensa de título minerário. | Nova Xavantina - MT |
| 2942.017.136.0000001/2023 | 054/2023 | Operação | Prefeitura Municipal de Querência - MT | Revitalização e reforma de estradas vicinais públicas ou privadas não pavimentadas. | Querência - MT |
| 2942.008.056.0000005/2022 | 066/2022 | Operação | Agropecuária Maggi TDA | Extração de beneficiamento de areia, cascalho e argila através dos regimes minerais de licenciamento, pesquisa mineral registro de extração e dispensa de título minerário. | Querência - MT |
| 2942.008.056. | 073/2023 | Previa | Clínica Integrare – Saúde do cor- | Atividade de clínica odontológica (clinicas, consultórios e ambulatórios) | Querência - MT |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 0000005/2023 | | | po e mente LTDA | | |
| 2942.008.056.0000005/2023 | 076/2023 | Instalação | Clínica Integrare – Saúde do corpo e mente LTDA | Atividade de clínica odontológica (clinicas, consultórios e ambulatórios) | Querência - MT |
| 2942.008.056.0000005/2023 | 077/2023 | Operação | Clínica Integrare – Saúde do corpo e mente LTDA | Atividade de clínica odontológica (clinicas, consultórios e ambulatórios) | Querência - MT |
| 2942.004.025.0000002/2021 | 064/2023 | Operação | Madeireira Querência LTDA | Fabricação de moveis e outros artefatos com predominância de madeira. | Querência - MT |
| 2942.008.055.0000009/2022 | 061/2023 | Operação | Edivan Pedroso Mendanha 8864861319 | Fabricação de outros produtos elaborados de metal | Nova Xavantina - MT |
| 2942.017.135.00000001/2023 | 073/2023 | Instalação | Prefeitura Municipal de Nova avantina | Pavimentação urbana de drenagem de aguas pluviais urbanas. | Nova Xavantina - MT |
| 2942.004.024.0000002/2023 | 048/2023 | Operação | Marta Carolina Dondo Gonçalves | Loteamento urbano Horizontal. | Nova Xavantina - MT |
| 2942.008.055.0000005/2023 | 073/2023 | Operação | 26.005.260 Dionice Francisca dos Reis | Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores, aeronaves e outros “e” recondicionamento e recuperação de motores para veículos automotores. | Nova Xavantina - MT |
| 2942.008.055.0000007/2022 | 074/2023 | Operação | Auto Mecânica Universal MTDA - ME | Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores, aeronaves e outros. | Nova Xavantina - MT |
| 2942.008.053.0000001/2023 | 081/2023 | Operação | Deivison Leandro de Areia | Extração de beneficiamento de areia, cascalho e argila através dos regimes minerais de licenciamento, pesquisa mineral registro de extração e dispensa de título minerário. | Gaúcha do Norte - MT |
| 2942.012.096.0000001/2023 | 090/2023 | Alteração de razão sócia, Parecer Técnico | Pantana agrícola | Comercio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos de solo com deposito no local. | Querência - MT |
| 2942.012.096.0000001/2023 | 063/2023 | Operação | Pantana agrícola | Comercio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos de solo com deposito no local. | Querência - MT |
| 2942.013.165.0000008/2023 | 037/2023 | Declaração | Prefeitura Municipal de Canarana - MT | Construção de arena para eventos, auditoria, concha acústica, centro de eventos, teatro, anfiteatro e similares. | Canarana - MT |
| 2942.013.103.0000004/2023 | 046/2023 | Declaração | Irineu Fior | Desdobramento urbano. | Nova Xavantina - MT |
| 2942.013.105.0000004/2023 | 042/2023 | Declaração | Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira - MT | Pavimentação urbana e drenagem de águas pluviais urbanas com área construída inferior a 500m linear. | Ribeirão Cascalheira - MT |
| 2942.013.104.0000011/2023 | 043/2023 | Declaração | Fiagril LTDA | Atividades de escritório de comercio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo e comercio atacadista de sementes fores, plantas e gramas sem deposito no local. | Querência - MT |
| 2942.013.104.0000005/2023 | 039/2023 | Declaração | Prefeitura Municipal de Querência - MT | Ampliação de estabelecimentos de ensino educacional. | Querência - MT |
| 2942.013.098.0000006/2023 | 023/2023 | Declaração | RC Contabilidade, Planejamento e Assessoria Empresarial LTDA | Escritório contábil. | Água Boa - MT |
| 2942.013.100.0000003/2023 | 033/2023 | Declaração | Geominas Geologia e Construtora | Estudos geológicos | Cocalinho - MT |
| 2942.013.098.0000001/2023 | 032/2023 | Declaração | Rech Agrícola S/A | Comercio atacadista de maquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário, partes e peças. | Água Boa - MT |
| 2942.013.104.0000010/2023 | 034/2023 | Declaração | Hotel Avenida Plaza LTDA | Meios de hospedagem (hotéis, pousadas, etc) localizado fora de APP e unidade de conservação. | Querência - MT |
| 2942.013.100.0000004/2023 | 036/2023 | Declaração | Caiçara comercio de materiais para construção EIRELI | Comercio varejista de materiais de construção em geral. | Cocalinho MT |
| 2942.013.165.0000010/2023 | 038/2023 | Declaração | M Dal Bosco | Locação de outros meios de transporte não especificados anteriormente sem condutor | Canarana - MT |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 2942.013.105.0000005/2023 | 044/2023 | Declaração | J. L. Ferreira Filho Celular e Informática. | Serviços de comunicação. | Ribeirão Cascalheira MT |

**JOÃO MACHADO NETO**

Presidente do CODEMA

## CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO GUAPORÉ

**ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO INEXIGIBILIDADE Nº. 002/2023/ CISVAG CREDENCIAMENTO Nº 002/2023/CISVAG PROCESSO N.º 010/2023/CISVAG**

**ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO**

**INEXIGIBILIDADE Nº. 002/2023/CISVAG**

**CREDENCIAMENTO Nº 002/2023/CISVAG**

**PROCESSO N.º 010/2023/CISVAG**

Aos onze dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas, na Prefeitura de Pontes e Lacerda, Estado de Mato Grosso, situado na Avenida Mal. Rondon, 522, reuniram-se em sessão pública, os membros da Comissão Permanente de Licitação nomeada pelo Decreto nº 011/2023, datado de 17/01/2023 e, cedida ao Consorcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Guaporé – CISVAG, através do decreto nº 026/2023 de 28/02/2023, Reuniram-se: LARISSA SILVA COSTA- Presidente, Sr. ALESSANDRO APARECIDO GAMA – Secretário e o Sr. GILBER HENRIQUE GIMENES CRUZ - Membro, a Coordenadora do Conselho Técnico do CISVAG, designada pela Portaria n. 001/2023/CISVAG, Sra. Luana Aparecida de Souza, encarregados de dirigir e julgar o credenciamento destinado a selecionar a proposta mais vantajosa para o **CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATENDIMENTO MÉDICO NA ESPECIALIDADE DE NEUROLOGIA PARA O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO GUAPORÉ-CISVAG,**publicada resumidamente no Diário Oficial Eletrônicos dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no dia 27/07/2023. Abrindo os trabalhos, o senhor presidente declara encerrada a fase de recebimento das documentações, sendo as empresas: 1) **DM SERVIÇOS MEDICOS LTDA,** inscrita no CNPJ: 49.347.019/0001-06, estabelecida na Av. André Antônio Maggi, n. 6961, CEP: 78.553-252, bairro Residencial das Acácias, no Município de Sinop/MT, e; 2) **MEDICANDO SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº. 21.474.357/0001-81, estabelecida na Rua Manoel M. Oliveira, 187, bairro Jardim Maria da Glória, CEP 18. 190-000, no município de Araçoiaba da Serra/SP. Os envelopes foram rubricados pelos membros presentes da Comissão, confirmando que estava lacrado. Fora realizado a abertura do envelope. A empresa **DM SERVIÇOS MEDICOS LTDA** foi declarada credenciada, nos itens 01 a 03. A empresa **DM SERVIÇOS MEDICOS LTDA** nãofoi credenciada em virtude de não atender ao item "11.3.4. – A documentação relativa à Qualificação Técnica", uma vez que não apresentou registro da empresa e do profissional que prestará o serviço no CRM/MT e não apresentou atestado de capacidade técnica pertinente ao objeto licitado, qual seja, serviço de atendimento médico na especialidade de neurologia. Dada a palavra aos membros da Comissão, dela nenhum fez uso. O Senhor Presidente determinou a publicação, mediante afixação no mural do CISVAG, do quadro da proposta classificada para conhecimento dos interessados e, nada mais havendo a ser tratado, não tendo interposto nenhum recurso ou impugnação, determinou a lavratura da ata e sua leitura e, após, foi por ela submetido à discussão e deliberação, por entenderem expressar a verdade dos fatos ocorridos. A ata foi aprovada e assinada por todos, determinando-se que o presente processo subisse ao Presidente do CISVAG para as providências legais, encerrando-se desse modo à sessão. Nada mais.

**Larissa Silva Costa**

**Presidente da Comissão de Licitação**

**Alessandro Aparecido Gama**

**Secretário**

**Guilber H. Gimenes Cruz**

**Membro**

**Luana Aparecida de Souza**

**Coordenador do Conselho Técnico do CISVAG**

**Portaria n. 001/2023/CISVAG**

## CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE MATO GROSSO

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE MATO GROSSO,** EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO Nº **07/2021**. Contratada: **TELEFÔNICA BRASIL S/A**, inscrita no CNPJ: 02.558.157/0001-62. **Objeto:** Prorrogação de vigência contratual. **Prazo:** 21/06/2024.

## CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT

**CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT**
**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 008/2023**

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 008/2023**

Em consonância com os ditames da Lei Federal nº. 10.520/2002 e, subsidiariamente, no que couber pelas disposições Lei Federal nº. 8.666/1993, **RATIFICO** a adjudicação proferida pela Pregoeira e equipe de apoio do Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso – CORESS/MT, nomeados pela Resolução nº 016/2023, de 03 de julho de 2023, sobre o PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N.º 008/2023 e **HOMOLOGO** seu objeto às empresas:

**CLINICA RADIOLÓGICA DR. BERTINETTI LTDA**, inscrita no CNPJ nº. 32.970.345/0001-64, com valor de R$ 261.000,00 (Duzentos e sessenta e um mil reais). **FREITAS CARVALHO MEDICINA INTEGRADA LTDA**, inscrita no CNPJ nº. 34.265.443/0001-26, com valor de R$ 119.040,00 (Cento e dezenove mil e quarenta reais). **HFF SERVIÇOS MÉDICOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº. 41.197.863/0001-88, com valor de R$ 133.440,00 (Cento e trinta e três mil e quatrocentos e quarenta reais).

Totalizando o Valor Global de R$ 513.480,00 (Quinhentos e treze mil e quatrocentos e oitenta reais)

Rondonópolis, 16 de Agosto de 2023.

_____

**GUSTAVO DE MELO ANICÉZIO**

Presidente do Conselho Diretor do CORESS/MT

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

**FINANÇAS**
**AVISO DE LICITAÇÃO**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 022/2023.

A Prefeitura Municipal de Água Boa, estado de Mato Grosso, através de sua Pregoeira Oficial, nomeada pelo Decreto nº. 4.004/2023, comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, que será regida pelo Decreto nº. 10.024/2019 e pela Lei nº. 10.520 de 17 de julho de 2.002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais disposições aplicáveis.

MODALIDADE: Pregão Eletrônico para Registro de Preço nº. 022/2023.

OBJETO: Registro de Preço para a futura e eventual aquisição de produtos de armarinhos e tecidos para atender as demandas das Secretarias Municipais de Água Boa – MT.

DATA: 31/08/2023.

HORÁRIO DE BRASÍLIA: 08:30 horas.

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.bll.org.br

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Água Boa MT, no horário das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, no site da prefeitura, www.aguaboa.mt.gov.br, no www.bll.org.br e através do e-mail pregao4@aguaboa.mt.gov.br.

Água Boa-MT, 16 de agosto 2023.

_____

**Alícia Lopes Maciel Pregoeira Oficial**

**PREVIDENCIA**
**PORTARIA N.º 10/2023**

**"Dispõe sobre a concessão do benefício de aposentadoria por tempo de contribuição em favor da Sra. Maria Thereza Thomé".**

*O Diretor Executivo do **ÁGUA-PREVI**, Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais nos termos do Art. 40, § 1º, inciso "III", alínea "a" da Constituição Federal, com redação determinada pela Emenda Constitucional de n.º 41, de 19 de Dezembro de 2003, Art. 118, inciso "III", alínea "a", da Lei Complementar n.º 009/2000, de 10 de Março de 2000, Art. 12, inciso "III", alínea "a" da Lei Complementar n.º 869/2006, de 25 de Agosto de 2006.*

***Resolve,***

**Art. 1º** Conceder o benefício de **aposentadoria por tempo de contribuição** em favor da **Sra. Maria Thereza Thomé**, portadora do RG. n.º 0573044-9 – SESP/MT, inscrita no CPF n.º 420.582.361-49, Título de Eleitor n.º 004905871830 Zona "030", Seção "0089", efetiva no cargo de **Professora, Nível "04", Classe "C",** lotada na Secretaria Municipal de Educação, com matrícula n.º 5147.1, contando com um total de 11.160 dias, ou seja, 30 (trinta) anos, 07 (sete) meses de serviços prestados, **proventos integrais e sem direito a paridade**, conforme o processo do ÁGUA-PREVI n.º 010/2023, a partir desta data, até posterior deliberação.

**Art. 2º** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 02 de agosto de 2023, revogados as disposições em contrário.

Registre, publique e cumpra-se.

Água Boa – MT, 16 de agosto de 2023.

**Marcio Antônio Faoro**

**Diretor Executivo**

**HOMOLOGO:**

**Mariano Kolankiewicz Filho**

**Prefeito Municipal**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO / DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**CONTRATO Nº 105/2023**

**CONTRATANTE**: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS – MT

**CONTRATADA:** REGINALDO AMARO DE SOUZA

**OBJETO**: Serviços por tempo determinado para atender a necessidade temporária da secretaria devido à ausência dos servidores efetivos, no cargo de **OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS II.**

**VIGÊNCIA:** 14/08/2023 a 31/12/2023

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** ÓRGÃO: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS; UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 001 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS; PROJETO/ATIVIDADE: 20006 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E OBRAS; ELEMENTO DE DESPESA: (705) 3.1.90.04.00.00 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO

**VALOR MENSAL**: R$ 2.341,56 (dois mil e trezentos e quarenta e um reais e cinquenta e seis centavos)

**FUNDAMENTAÇÃO:** Art. 37, inciso IX, da Constituição da República, combinado com o art. 71, incisos IV e X e com o artigo 80, inciso VI da Lei Orgânica do Município; Lei Municipal nº 874, de 08 de novembro de 2011, Lei Municipal nº 887, de 19 de dezembro de 2011, Lei Municipal nº 1357, de 27 de dezembro de 2022, e por meio do Edital de Processo Seletivo Simplificado de Análise de Títulos e Currículos nº 002/2023 e do Edital de Convocação nº 001/2023.

**ASSINATURA DO CONTRATO:** 14/08/2023.

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO / DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**TERMO DE POSSE EM CONCURSO PÚBLICO**

Ao vigésimo oitavo dia do mês de julho de dois mil e vinte e três, na Gerência de Recursos Humanos, eu, **HUGO BORGES DE OLIVEIRA LEMOS**, Secretário de Administração da Prefeitura Municipal de Alto Garças - MT, no uso das atribuições que me confere o cargo, dou posse **SIDNEY ALVES DE JESUS**, brasileiro, divorciado, portador da Carteira de Identidade nº. 2316160-4 SESP/MT e CPF nº 022.276.071-06, para o **TÉNICO EM RADIOLOGIA** com carga horária de 24(vinte e quatro) horas semanais, em cumprimento ao Edital de Convocação nº 009/2023, e Portaria de Nomeação nº 155/2023, sendo inicialmente lotado na Secretaria Municipal de Saúde, assumindo o mesmo o compromisso de cumprir fielmente os deveres do cargo, e os constantes da Legislação Municipal pertinente.

O Servidor declara que está tomando posse para o exercício do cargo no Regime Estatutário e que somente adquirirá a estabilidade no serviço público municipal se for aprovado no estágio probatório durante o período de 36 (trinta e seis) meses, de acordo com as normas do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Alto Garças e Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos da Administração Pública do Município de Alto Garças.

Alto Garças - MT, 28 de julho de 2023.

**CLAUDINEI SINGOLANO**

Prefeito Municipal

**HUGO BORGES DE OLIVEIRA LEMOS**

Secretário de Administração

**EDUARDO COSTA PEIXOTO**

Gerência de Recursos Humanos

De acordo,

**SIDNEY ALVES DE JESUS**

Servidor

**SETOR DE LICITAÇÃO PÚBLICAS E CONTRATOS**
**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2023**

A Prefeitura Municipal de Alto Garças - MT através de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, torna público aos interessados, que o Processo Licitatório na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, cujo objeto é **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXAS D´ÁGUA E DE GORDURAS, FOSSAS SÉPTICA, CALHAS, TUBULAÇÃO DENTRE OUTROS E DEDETIZAÇÃO, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E FORNECIMENTO DE TODOS OS MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E INSUMOS NECESSÁRIOS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS,** de acordo com o Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos, RETORNARÁ com sessão marcada para o dia **22/08/2023, às 14:30h** (MT). Maiores informações, entrar em contato pelo telefone 066 3471 2450. Alto Garças - MT, 16 de agosto de 2023.Michele Moraes Amorim Schaefer- Pregoeira Oficial.

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO / DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**CONTRATO Nº 102/2023**

**CONTRATANTE**: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS – MT

**CONTRATADA:** JÉSSICA ALINE MARTINS

**OBJETO**: Serviços por tempo determinado para atender a necessidade temporária em substituição à servidora Kedma Cristina Oliveira Costa, em casos de afastamentos (atestados médicos, licença maternidade, férias e afins), no cargo de **ENFERMEIRA 30 HORAS.**

**VIGÊNCIA:** 01/08/2023 a 31/12/2023

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** ÓRGÃO: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE; UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE; PROJETO/ATIVIDADE: 20052 - MANUTENÇÃO DO PRONTO ATENDIMENTO – PA; ELEMENTO DE DESPESA: (447) 3.1.90.04.00.00 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO

**VALOR MENSAL**: R$ 5.268,53 (cinco mil duzentos e sessenta e oito reais e cinquenta e três centavos)

**FUNDAMENTAÇÃO:** Art. 37, inciso IX, da Constituição da República, combinado com o art. 71, incisos IV e X e com o artigo 80, inciso VI da Lei Orgânica do Município; Lei Municipal nº 887, de 19 de dezembro de 2011, e por meio do Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 002/2022 e do Edital de Convocação nº 002/2023.

**ASSINATURA DO CONTRATO:** 01/08/2023.

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO / DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**CONTRATO Nº 103/2023**

**CONTRATANTE**: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS – MT

**CONTRATADA:** MARIA APARECIDA BARBOSA FERREIRA DA CRUZ

**OBJETO**: Serviços por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público pelo motivo de abertura de novas salas de aula, tendo em vista o aumento da demanda, **extensão da Creche Municipal** “Clemência Mendes de Oliveira”, no cargo de **APOIO ADMNISTRATIVO EDUCACIONAL – LIMPEZA – NÃO PROFISSIONALIZADO.**

**VIGÊNCIA:** 04/08/2023 a 22/12/2023

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** ÓRGÃO: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO; UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 006 – FUNDEB; PROJETO/ATIVIDADE: 20036 – MAGISTÉRIO EDUC. BÁSICA INFANTIL FUNDEB 70% - CRECHE; ELEMENTO DE DESPESA: (261) 3.1.90.04.00.00 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO

**VALOR MENSAL**: R$ 1.320,00 (hum mil e trezentos e vinte reais)

**FUNDAMENTAÇÃO:** Art. 37, inciso IX, da Constituição da República, combinado com o art. 71, incisos IV e X e com o artigo 80, inciso VI da Lei Orgânica do Município; Lei Municipal nº 887, de 19 de dezembro de 2011, e por meio do Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 001/2022 e do Edital de Convocação nº 019/2023.

**ASSINATURA DO CONTRATO:** 04/08/2023.

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO / DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**CONTRATO Nº 104/2023**

**CONTRATANTE**: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS – MT

**CONTRATADA:** CAROLINE DA SILVA PADILHA

**OBJETO**: Serviços por tempo determinado para atender a necessidade temporária da secretaria em substituição a servidora efetiva que se encontra em desvio de função na Gerência do Hospital Municipal, no cargo de **ASSISTENTE ADMINISTRATIVO.**

**VIGÊNCIA:** 07/08/2023 a 31/12/2023

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** ÓRGÃO: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE; UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 003 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE; PROJETO/ATIVIDADE: 20042 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE; ELEMENTO DE DESPESA: (726) 3.1.90.04.00.00 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO

**VALOR MENSAL**: R$ 1.660,41 (hum mil e seiscentos e sessenta reais e quarenta e um centavos)

**FUNDAMENTAÇÃO:** Art. 37, inciso IX, da Constituição da República, combinado com o art. 71, incisos IV e X e com o artigo 80, inciso VI da Lei Orgânica do Município; Lei Municipal nº 887, de 19 de dezembro de 2011, e por meio do Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 001/2023 e do Edital de Convocação nº 025/2023.

**ASSINATURA DO CONTRATO:** 07/08/2023.

**SETOR DE LICITAÇÃO PÚBLICAS E CONTRATOS**
**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2023**

A Prefeitura Municipal de Alto Garças - MT através de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, torna público aos interessados, que realizará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL – Tipo Menor Preço por LOTEno **dia 29 de agosto de 2023, às 09:45h (horário de BRASÍLIA), CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA INSTALAÇÃO DE CÂMERAS DE MONITORAMENTO COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA O MUNICÍPIO DE ALTO GARÇAS – MT", conforme Projeto Executivo de Habilitação do Programa Estadual VIGIA MAIS MT, de forma EMERGENCIAL,** de acordo com o Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O edital completo poderá ser examinado e adquirido através do site: https://www.altogarcas.mt.gov.br/Transparencia, Email: compras@altogarcas.mt.gov.br ou no Departamento de Compras e Licitação. Rua Dom Aquino n° 346, Centro – Alto Garças /MT. Telefone (66) 3471-2450 ou 3471-1155, das 13h00 às 17h00.Alto Garças - MT, 16 de agosto de 2023.Michele Moraes Amorim Schaefer - Pregoeira Oficial.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

**SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL**
**EDITAL Nº006/2023**

**EDITAL N 006/2023**

EDITAL Nº 006/2023/CMDCA.

PROCESSO DE ESCOLHA UNIFICADO DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO ALTO PARAGUAI/MT – QUADRIÊNIO 2024/2028.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE ALTO PARAGUAI – CMDCA/MT, no uso de suas atribuições legais compulsando a Lei Municipal nº 642/2023, referente a infância e juventude, a qual tem reflexo direto e nos termos da Lei Federal nº 8. 069/1990 e art. 227, § 3.º, VI, da Constituição da República, faz publicar o Edital de Convocação para o Processo de Escolha em Data Unificada para membros do Conselho Tutelar, quadriênio 2024/2027 e,

CONSIDERANDO que o processo de seleção e escolha por sufrágio unificado dos membros do Conselho Tutelar, titulares e suplentes, do Município de Alto Paraguai (Região I e II), é organizado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA e Coordenado pela Comissão Especial do processo de escolha em data unificada para candidatos ao cargo de Conselheiro Tutelar designada pelo referido Conselho, por meio da Resolução nº 02 de 05 de abril de 2023, publicada no diário oficial dos municípios sob edição nº 4.209, observando-se as normas da Lei Federal nº 8.069/90, Resolução nº 231 de 28 de dezembro de 2022 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA e a Lei Municipal nº 642, de 12 de maio de 2023 e fiscalizado pelo Ministério Público Estadual;

Considerando que este Edital disciplinará o processo seletivo e eleição dos membros titulares e suplentes do Conselho Tutelar de Alto Paraguai no mandato que iniciará no dia 10.01.2024 e findará aos 09.01.2027.

Resolve:

I - Divulga a prova de Avaliação Psicológica ,que irá ser realizada no dia 19 de Agosto de 2023, com inicio ás 13.30 horas da tarde ,no local sendo a Escola municipal Pedro Duarte.

Alto Paraguai-MT, 16 de Agosto de 2023

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**DECRETO 115/2023**

# ESTADO DE MATO GROSSO
# PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI
# GABINETE DA PREFEITA

**DECRETO Nº 115/2023**
**DE QUINTA-FEIRA, 10 DE AGOSTO DE 2023**

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARILDA GAROFOLO SPERANDIO, Prefeita Municipal de ALTO TAQUARI, Estado de MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, especialmente a Lei Municipal n.º 1335/2022, e em consonância com a Lei Federal 4320/64.

**D E C R E T A:**

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da Prefeitura Municipal de ALTO TAQUARI - MT, abre CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, por anulação de dotação até o montante de R$ 200.190,00 (DUZENTOS MIL E CENTO E NOVENTA REAIS), nas dotações orçamentárias:

| | | |
|---|---|---|
| **02** | **PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI** | |
| **Cód. Reduzido** | **18** | |
| 002.04.122.3010.2008 | MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA | |
| 15000000000 | LIVRE APLICAÇÃO | |
| 3390300000 | MATERIAL DE CONSUMO | 1.000,00 |
| **Cód. Reduzido** | **88** | |
| 006.12.306.8020.2110 | EXECUTAR O PROGR. NAC. DE ALIMEN. A CRIANÇA | |
| 15001001000 | EDUCAÇÃO 25% | |
| 3390300000 | MATERIAL DE CONSUMO | 8.500,00 |
| **Cód. Reduzido** | **90** | |
| 006.12.306.8040.2039 | EXECUTAR O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR | |
| 15001001000 | EDUCAÇÃO 25% | |
| 3390300000 | MATERIAL DE CONSUMO | 8.500,00 |
| **Cód. Reduzido** | **112** | |
| 006.12.361.8030.2034 | MANTER O TRANSPORTE ESCOLAR | |
| 15001001000 | EDUCAÇÃO 25% | |
| 3390300000 | MATERIAL DE CONSUMO | 11.000,00 |
| **Cód. Reduzido** | **123** | |
| 006.12.361.8040.2029 | MANTER ATIVIDADES DA SECRETARIA | |
| 15001001000 | EDUCAÇÃO 25% | |
| 3390390000 | OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA | 30.000,00 |
| **Cód. Reduzido** | **171** | |
| 007.14.452.9250.2215 | MANTER A CASA MORTUÁRIA E CEMITÉRIO MUNICIPAL | |
| 15000000000 | LIVRE APLICAÇÃO | |
| 3390300000 | MATERIAL DE CONSUMO | 700,00 |
| **Cód. Reduzido** | **1581** | |
| 007.15.451.9420.1182 | EXECUTAR PROGRAMA - PAC 2 | |

# ESTADO DE MATO GROSSO
# PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI
# GABINETE DA PREFEITA

| | | |
|---|---|---|
| 17000000000 | OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES DA UNIÃO | |
| 3390390000 | OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA | 101.490,00 |
| **Cód. Reduzido** | **194** | |
| 007.17.512.9240.2054 | MANTER A REDE DE ABASTECIMENTO ÁGUA | |
| 15000000000 | LIVRE APLICAÇÃO | |
| 3390300000 | MATERIAL DE CONSUMO | 3.000,00 |
| **Cód. Reduzido** | **219** | |
| 008.27.812.9110.2055 | MANTER AS ATIVIDADES DO ESPORTE E LAZER | |
| 15000000000 | LIVRE APLICAÇÃO | |
| 3390300000 | MATERIAL DE CONSUMO | 18.000,00 |
| **Cód. Reduzido** | **221** | |
| 008.27.812.9110.2057 | CONSERVAR UNIDADES ESPORTIVAS | |
| 15000000000 | LIVRE APLICAÇÃO | |
| 3390390000 | OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA | 18.000,00 |
| | **SUBTOTAL** | **200.190,00** |
| | **TOTAL** | **200.190,00** |

Art. 2º - O valor transposto e remanejado pelo artigo anterior, será coberto com a redução das seguintes dotações orçamentárias:

| | | |
|---|---|---|
| **02** | **PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI** | |
| **Cód. Reduzido** | **10** | |
| 001.04.122.2010.2006 | MANTER A ASSESSORIA E CONSULTORIA | |
| 15000000000 | LIVRE APLICAÇÃO | |
| 3390390000 | OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA | 700,00 |
| **Cód. Reduzido** | **101** | |
| 006.12.361.8010.2147 | CONSERVAR UNIDADES ESCOLARES | |
| 15001001000 | EDUCAÇÃO 25% | |
| 3390300000 | MATERIAL DE CONSUMO | 10.000,00 |
| **Cód. Reduzido** | **102** | |
| 006.12.361.8010.2147 | CONSERVAR UNIDADES ESCOLARES | |
| 15001001000 | EDUCAÇÃO 25% | |
| 3390360000 | OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA | 10.000,00 |
| **Cód. Reduzido** | **103** | |
| 006.12.361.8010.2147 | CONSERVAR UNIDADES ESCOLARES | |
| 15001001000 | EDUCAÇÃO 25% | |
| 3390390000 | OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA | 10.000,00 |
| **Cód. Reduzido** | **104** | |
| 006.12.361.8010.2163 | EXECUTAR O PROGRAMA RECREAR | |
| 15001001000 | EDUCAÇÃO 25% | |
| 3390300000 | MATERIAL DE CONSUMO | 35.000,00 |
| **Cód. Reduzido** | **105** | |
| 006.12.361.8010.2163 | EXECUTAR O PROGRAMA RECREAR | |
| 15001001000 | EDUCAÇÃO 25% | |
| 3390390000 | OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA | 10.000,00 |
| **Cód. Reduzido** | **106** | |

# ESTADO DE MATO GROSSO
## PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI
## GABINETE DA PREFEITA

| | | |
|---|---|---|
| 006.12.361.8010.2163 | EXECUTAR O PROGRAMA RECREAR | |
| 15001001000 | EDUCAÇÃO 25% | |
| 3390400000 | SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO | 9.000,00 |
| **Cód. Reduzido** | **107** | |
| 006.12.361.8030.1060 | ADQUIRIR VEÍCULOS PARA TRANSPORTE ESCOLAR | |
| 15001001000 | EDUCAÇÃO 25% | |
| 4490520000 | EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | 7.000,00 |
| **Cód. Reduzido** | **115** | |
| 006.12.361.8040.1012 | ADQUIRIR EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | |
| 15001001000 | EDUCAÇÃO 25% | |
| 4490520000 | EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | 4.000,00 |
| **Cód. Reduzido** | **193** | |
| 007.17.512.9240.2054 | MANTER A REDE DE ABASTECIMENTO ÁGUA | |
| 15000000000 | LIVRE APLICAÇÃO | |
| 3190130000 | OBRIGAÇÕES PATRONAIS | 3.000,00 |
| **Cód. Reduzido** | **208** | |
| 008.23.695.5010.1009 | REALIZAR OBRAS DO LAGO DO PARQUE TAQUARI | |
| 17000000000 | OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES DA UNIÃO | |
| 4490510000 | OBRAS E INSTALAÇÕES | 101.490,00 |
| | **SUBTOTAL** | **200.190,00** |
| | **TOTAL** | **200.190,00** |

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação em local de costume, revogadas as disposições em contrário:

MARILDA GAROFOLO SPERANDIO
PREFEITA MUNICIPAL



**EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 21/2023/PMAT/MT**

A Prefeitura Municipal de Alto Taquari , convoca os classificados abaixo relacionados no Processo Seletivo Simplificado, referente ao **Edital n.º 02/2022/PMAT/MT e Termo de Homologação n.º 02/2022** para comparecerem na Secretaria M. de Educação e Cultura no período de 15 a 25 de Agosto de 2023 para ciência e providência de documentação necessária para contratação temporária para o exercício de 2023, conforme relação abaixo:

| Nº | NOME | CPF | Classificação | CARGO |
|---|---|---|---|---|
| 1 | DARCI DIAVAN | 839.415.689-49 | 8,0 | MOTORISTA |
| 2 | CAIKE DE OLIVEIRA | 055.625.751-08 | 8,0 | MOTORISTA |
| 3 | PEDRO FREIRE SILVA | 545.253.066-53 | 7,7 | MOTORISTA |
| 4 | VILSON CARLOS EBLING | 515.102.350-00 | 7,3 | MOTORISTA |
| 5 | MARIA JOSE REGO MORAES | 026.397.683-10 | 10,0 | AGENTE DE SERVIÇO PÚBLICO |

Alto Taquari, 15 de Agosto de 2023.

_____

**Marilda Garofolo Sperandio**

**Prefeita Municipal**

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**EXTRATOS DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS NÚMEROS 149/2023 A 180/2023**

**Ata de Registro de Preços N.º 149/2023, Partes: EXEMPLARMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA; CNPJ: 23.312.871/0001-46; Valor: R$ 13.376,30; Vigência: 31/07/2023 à 30/07/2024; Pregão Eletrônico Nº 024/2023; Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS FRACASSADOS PARA ATENDER A DEMANDA DA FARMACIA BÁSICA MUNICIPAL, DO MUNICIPIO DE ALTO TAQUARI - MT.**

**Ata de Registro de Preços N.º 150/2023, Partes: FLYMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA; CNPJ:25.034.906/0001-58; Valor: R$31.690,00; Vigência: 31/07/2023 à 30/07/2024; Pregão Eletrônico Nº 024/2023; Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS FRACASSADOS PARA ATENDER A DEMANDA DA FARMACIA BÁSICA MUNICIPAL, DO MUNICIPIO DE ALTO TAQUARI - MT.**

**Ata de Registro de Preços N.º 151/2023, Partes: NOVASUL COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA; CNPJ:14.595.725/0001-84; Valor: R$19.410,00; Vigência: 31/07/2023 à 30/07/2024; Pregão Eletrônico Nº 024/2023; Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS FRACASSADOS PARA ATENDER A DEMANDA DA FARMACIA BÁSICA MUNICIPAL, DO MUNICIPIO DE ALTO TAQUARI - MT.**

**Ata de Registro de Preços N.º 152/2023, Partes: J. PEREIRA DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS HOSPITALARES EIRELLI; CNPJ:41.723.224/0001-09; Valor: R$2.478,84; Vigência: 31/07/2023 à 30/07/2024; Pregão Eletrônico Nº 024/2023; Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS FRACASSADOS PARA ATENDER A DEMANDA DA FARMACIA BÁSICA MUNICIPAL, DO MUNICIPIO DE ALTO TAQUARI - MT.**

**Ata de Registro de Preços N.º 153/2023, Partes: CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTO E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELLI; CNPJ:12.418.191/0001-95; Valor: R$17.490,00; Vigência: 31/07/2023 à 30/07/2024; Pregão Eletrônico Nº 024/2023; Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS FRACASSADOS PARA ATENDER A DEMANDA DA FARMACIA BÁSICA MUNICIPAL, DO MUNICIPIO DE ALTO TAQUARI - MT.**

**Ata de Registro de Preços N.º 154/2023, Partes: LUVERMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA; CNPJ:19.391.064/0001-99; Valor: R$71.140,00; Vigência: 31/07/2023 à 30/07/2024; Pregão Eletrônico Nº 024/2023; Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS FRACASSADOS PARA ATENDER A DEMANDA DA FARMACIA BÁSICA MUNICIPAL, DO MUNICIPIO DE ALTO TAQUARI - MT.**

**Ata de Registro de Preços N.º 155/2023, Partes: HM CIRURGICA LTDA; CNPJ:30.981.531/0001-73; Valor: R$71.140,00; Vigência: 31/07/2023 à 30/07/2024; Pregão Eletrônico Nº 024/2023; Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS FRACASSADOS PARA ATENDER A DEMANDA DA FARMACIA BÁSICA MUNICIPAL, DO MUNICIPIO DE ALTO TAQUARI - MT.**

**Ata de Registro de Preços N.º 156/2023, Partes: FASTMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES LTDA; CNPJ:48.778.881/0001-00; Valor: R$41.384,00; Vigência: 31/07/2023 à 30/07/2024; Pregão Eletrônico Nº 024/2023; Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS FRACASSADOS PARA ATENDER A DEMANDA DA FARMACIA BÁSICA MUNICIPAL, DO MUNICIPIO DE ALTO TAQUARI - MT.**

**Ata de Registro de Preços N.º 157/2023, Partes: MEDICAL FARM NORTE COMERCIO LTDA; CNPJ:03.019.611/0001-70; Valor: R$42.825,00; Vigência: 31/07/2023 à 30/07/2024; Pregão Eletrônico Nº 024/2023; Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS FRACASSADOS PARA ATENDER A DEMANDA DA FARMACIA BÁSICA MUNICIPAL, DO MUNICIPIO DE ALTO TAQUARI - MT.**

**Ata de Registro de Preços N.º 158/2023, Partes: HOSPDROGAS COMERCIAL LTDA; CNPJ:08.774.906/0001-75; Valor: R$20.474,00; Vigência: 31/07/2023 à 30/07/2024; Pregão Eletrônico Nº 024/2023; Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS FRACASSADOS PARA ATENDER A DEMANDA DA FARMACIA BÁSICA MUNICIPAL, DO MUNICIPIO DE ALTO TAQUARI - MT.**

**Ata de Registro de Preços N.º 159/2023, Partes: UNIMARCAS DISTRIBUIÇÃO E COMERCIO LTDA; CNPJ:18.812.673/0001-01; Valor: R$22.910,22; Vigência: 31/07/2023 à 30/07/2024; Pregão Eletrônico Nº 024/2023; Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS FRACASSADOS PARA ATENDER A DEMANDA DA FARMACIA BÁSICA MUNICIPAL, DO MUNICIPIO DE ALTO TAQUARI - MT.**

**Ata de Registro de Preços N.º 160/2023, Partes: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA; CNPJ:00.802.002/0001-02; Valor: R$89.173,64; Vigência: 31/07/2023 à 30/07/2024; Pregão Eletrônico Nº 024/2023; Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS FRACASSADOS PARA ATENDER A DEMANDA DA FARMACIA BÁSICA MUNICIPAL, DO MUNICIPIO DE ALTO TAQUARI - MT.**

**Ata de Registro de Preços N.º 161/2023, Partes: REALMED COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA; CNPJ:27.563.336/0001-19; Valor: R$7.009,54; Vigência: 31/07/2023 à 30/07/2024; Pregão Eletrônico Nº 024/2023; Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS FRACASSADOS PARA ATENDER A DEMANDA DA FARMACIA BÁSICA MUNICIPAL, DO MUNICIPIO DE ALTO TAQUARI - MT.**

**Ata de Registro de Preços N.º 162/2023, Partes: CMH – CENTRAL DE MEDICMENTOS HOSPITALARES LTDA; CNPJ:23.228.076/0001-74; Valor: R$17.651,00; Vigência: 31/07/2023 à 30/07/2024; Pregão Eletrônico Nº 024/2023; Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS FRACASSADOS PARA ATENDER A DEMANDA DA FARMACIA BÁSICA MUNICIPAL, DO MUNICIPIO DE ALTO TAQUARI - MT.**

**Ata de Registro de Preços N.º 163/2023, Partes: UDILAIFE COM IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA; CNPJ:34.061.908/0001-27; Valor: R$3.225,48; Vigência: 31/07/2023 à 30/07/2024; Pregão Eletrônico Nº 024/2023; Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTU-**

**AL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS FRACASSADOS PARA ATENDER A DEMANDA DA FARMACIA BÁSICA MUNICIPAL, DO MUNICIPIO DE ALTO TAQUARI - MT.**

**Ata de Registro de Preços N.º 164/2023, Partes: DIMASTER COEMRCIO DE PRODUTOS HOSPIATALARES LTDA; CNPJ:02.520.829/0001-40; Valor: R$125.930,50; Vigência: 31/07/2023 à 30/07/2024; Pregão Eletrônico Nº 024/2023; Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS FRACASSADOS PARA ATENDER A DEMANDA DA FARMACIA BÁSICA MUNICIPAL, DO MUNICIPIO DE ALTO TAQUARI - MT.**

**Ata de Registro de Preços N.º 165/2023, Partes: RECMED COMERCIO DE MATERIAIS HOSPIATALARES EIRELI; CNPJ:06.696.359/0001-21; Valor: R$4.245,60; Vigência: 31/07/2023 à 30/07/2024; Pregão Eletrônico Nº 024/2023; Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS FRACASSADOS PARA ATENDER A DEMANDA DA FARMACIA BÁSICA MUNICIPAL, DO MUNICIPIO DE ALTO TAQUARI - MT.**

**Ata de Registro de Preços N.º 166/2023, Partes: INOVAMED HOSPITALAR LTDA; CNPJ:12.889.035/0001-02; Valor: R$165.370,90; Vigência: 31/07/2023 à 30/07/2024; Pregão Eletrônico Nº 024/2023; Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS FRACASSADOS PARA ATENDER A DEMANDA DA FARMACIA BÁSICA MUNICIPAL, DO MUNICIPIO DE ALTO TAQUARI - MT.**

**Ata de Registro de Preços N.º 167/2023, Partes: SUPERMEDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA ME; CNPJ:06.065.614/0001-38; Valor: R$26.161,84; Vigência: 31/07/2023 à 30/07/2024; Pregão Eletrônico Nº 024/2023; Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS FRACASSADOS PARA ATENDER A DEMANDA DA FARMACIA BÁSICA MUNICIPAL, DO MUNICIPIO DE ALTO TAQUARI - MT.**

**Ata de Registro de Preços N.º 168/2023, Partes: CIENTIFICA MEDICA HOSPITALAR LTDA; CNPJ:07.847.837/0001-10; Valor: R$10.106,00; Vigência: 31/07/2023 à 30/07/2024; Pregão Eletrônico Nº 024/2023; Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS FRACASSADOS PARA ATENDER A DEMANDA DA FARMACIA BÁSICA MUNICIPAL, DO MUNICIPIO DE ALTO TAQUARI - MT.**

**Ata de Registro de Preços N.º 169/2023, Partes: MED VITTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA; CNPJ:28.418.133/0001-00; Valor: R$ 251.701,50; Vigência: 31/07/2023 à 30/07/2024; Pregão Eletrônico Nº 024/2023; Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS FRACASSADOS PARA ATENDER A DEMANDA DA FARMACIA BÁSICA MUNICIPAL, DO MUNICIPIO DE ALTO TAQUARI - MT.**

**Ata de Registro de Preços N.º 170/2023, Partes: C.A DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI; CNPJ:26.457.348/00001-04; Valor: R$ 143.379,80; Vigência: 31/07/2023 à 30/07/2024; Pregão Eletrônico Nº 024/2023; Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS FRACASSADOS PARA ATENDER A DEMANDA DA FARMACIA BÁSICA MUNICIPAL, DO MUNICIPIO DE ALTO TAQUARI - MT.**

**Ata de Registro de Preços N.º 171/2023, Partes: GOLDENPLUS – COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARE; CNPJ:17.472.278/0001-64; Valor: R$ 418.211,95; Vigência: 31/07/2023 à 30/07/2024; Pregão Eletrônico Nº 024/2023; Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS FRACASSADOS PARA ATENDER A DEMANDA DA FARMACIA BÁSICA MUNICIPAL, DO MUNICIPIO DE ALTO TAQUARI - MT.**

**Ata de Registro de Preços N.º 172/2023, Partes: TOP NORTE COMERCIAL DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR EIRELI; CNPJ:22.862.531/0001-26; Valor: R$81.064,75; Vigência: 31/07/2023 à 30/07/2024; Pregão Eletrônico Nº 024/2023; Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS FRACASSADOS PARA ATENDER A DEMANDA DA FARMACIA BÁSICA MUNICIPAL, DO MUNICIPIO DE ALTO TAQUARI - MT.**

**Ata de Registro de Preços N.º 173/2023, Partes: VIA FHARMA DO BRASIL EIRELI; CNPJ:30.949.099/0001-33; Valor: R$ 23.765,94; Vigência: 31/07/2023 à 30/07/2024; Pregão Eletrônico Nº 024/2023; Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS FRACASSADOS PARA ATENDER A DEMANDA DA FARMACIA BÁSICA MUNICIPAL, DO MUNICIPIO DE ALTO TAQUARI - MT.**

**Ata de Registro de Preços N.º 174/2023, Partes: MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A; CNPJ:61.074.175/0001-38; Valor: R$ 13.355,00; Vigência: 04/08/2023 à 03/08/2024; Pregão Eletrônico Nº 025/2023; Objeto:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SEGURO VEICULAR ANUAL PARA ATENDER A FROTA DO MUNICÍPIO DE ALTO TAQUARI – MT.**

**Ata de Registro de Preços N.º 175/2023, Partes: PORTO SEGURO CAMPANHIA DE SEGUROS GERAIS; CNPJ:61.198.164/0001-60; Valor: R$ 21.135,01; Vigência: 04/08/2023 à 03/08/2024; Pregão Eletrônico Nº 025/2023; Objeto:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SEGURO VEICULAR ANUAL PARA ATENDER A FROTA DO MUNICÍPIO DE ALTO TAQUARI – MT.**

**Ata de Registro de Preços N.º 176/2023, Partes: GENTE SEGURADORA S.A; CNPJ:90.180.605/0001-02; Valor: R$ 30.947,04; Vigência: 04/08/2023 à 03/08/2024; Pregão Eletrônico Nº 025/2023; Objeto:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SEGURO VEICULAR ANUAL PARA ATENDER A FROTA DO MUNICÍPIO DE ALTO TAQUARI – MT.**

**Ata de Registro de Preços N.º 177/2023, Partes: JH CORREA COMERCIO DE PRODUTOS ELETROELETRONICOS E PAPELARIA LTDA; CNPJ:05.083.549/0001-001; Valor: R$ 8.492,40; Vigência: 08/08/2023 à 17/05/2024; Pregão Eletrônico Nº 017/2023; Objeto:REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE E PEDAGÓGICO PARA ATENDER DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI.**

**Ata de Registro de Preços N.º 178/2023, Partes: ADARI BARBOSA DE QUIEROZ; CNPJ:04.926.894/0001-04; Valor:R$3.190,22; Vigência: 08/08/2023 à 17/05/2024; Pregão Eletrônico Nº 017/2023; Objeto:REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE E PEDAGÓGICO PARA ATENDER DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI.**

**Ata de Registro de Preços N.º 179/2023, Partes: SIMONE CRISTINA RODRIGUES; CNPJ:25.073.418/0001-50; Valor:R$709,20; Vigência: 08/08/2023 à 17/05/2024; Pregão Eletrônico Nº 017/2023; Objeto:REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE E PEDAGÓGICO PARA ATENDER DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI.**

**Ata de Registro de Preços N.º 180/2023, Partes: NA CONTRAMAO LTDA ME ; CNPJ:14.111.790/0001-97; Valor:R$3.094,00; Vigência: 10/08/2023 à 17/05/2024; Pregão Presencial Nº 008/2023; Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA ATENDER A DEMANDA DE DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS PELO PERIODO DE 12 MESES.**

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**DECRETO 117/2023**

# ESTADO DE MATO GROSSO
# PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI
# GABINETE DA PREFEITA

**DECRETO Nº 117/2023**
**DE SEXTA-FEIRA, 11 DE AGOSTO DE 2023**

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARILDA GAROFOLO SPERANDIO, Prefeita Municipal de ALTO TAQUARI, Estado de MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, especialmente a Lei Municipal n.º 1349/2023, e em consonância com a Lei Federal 4320/64.

**D E C R E T A:**

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da Prefeitura Municipal de ALTO TAQUARI - MT, abre CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, por operação de crédiro até o montante de R$ 442.653,72 (QUATROCENTOS E QUARENTA E DOIS MIL E SEISCENTOS E CINQUENTA E TRES REAIS E SETENTA E DOIS CENTAVOS), nas dotações orçamentárias:

| | | |
|---|---|---|
| **02** | **PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI** | |
| **Cód. Reduzido** | **1558** | |
| 004.04.122.9300.1197 | IMPLANTAR A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA | |
| 17540000000 | OPERACAO DE CREDITO | |
| 3390390000 | OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA | 442.653,72 |
| | **SUBTOTAL** | **442.653,72** |
| | **TOTAL** | **442.653,72** |

Art. 2º - O valor suplementado acima tem como origien de recursos Operação de Crédito realizada entre o Municipio de Alto Taquari e a Caixa Economica Federal atravé do FINISA, conforme dispõe o artigo 43 paragrafo 1º inciso IV.

| | |
|---|---|
| **TOTAL** | **442.653,72** |

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação em local de costume, revogadas as disposições em contrário:

MARILDA GAROFOLO SPERANDIO
PREFEITA MUNICIPAL

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**DECRETO Nº 119/2023**

DECRETO Nº 119/2023

DE QUARTA-FEIRA, 16 DE AGOSTO DE 2023

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARILDA GAROFOLO SPERANDIO, Prefeita

Municipal de ALTO TAQUARI, Estado de MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, especialmente a Lei Municipal

n.º 1335/2022, e em consonância com a Lei Federal 4320/64.

**D E C R E T A:**

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da Prefeitura Municipal de ALTO TAQUARI - MT, abre CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, até o montante de R$ 90.380,00 (NOVENTA MIL E

TREZENTOS E OITENTA REAIS), nas dotações orçamentárias:

| | | |
|---|---|---|
| **02** | **PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI** | |
| **Cód. Reduzido** | **4** | |
| 001.04.122.2010.2004 | MANTER O GABINETE DO PREFEITO | |
| 15000000000 | LIVRE APLICAÇÃO | |
| 3390300000 | MATERIAL DE CONSUMO | 10.000,00 |
| **Cód. Reduzido** | **20** | |
| 002.04.122.3010.2008 | MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA | |
| 15000000000 | LIVRE APLICAÇÃO | |
| 3390390000 | OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA | 77.000,00 |
| **Cód. Reduzido** | **1523** | |
| 007.04.122.9230.2048 | MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA | |
| 15000000000 | LIVRE APLICAÇÃO | |
| 3390920000 | DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES | 3.380,00 |
| | **SUBTOTAL** | **90.380,00** |
| | **TOTAL** | **90.380,00** |

Art. 2º - O valor transposto e remanejado pelo artigo anterior, será coberto com a redução das seguintes dotações orçamentárias:

| | | |
|---|---|---|
| **02** | **PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI** | |
| **Cód. Reduzido** | **9** | |
| 001.04.122.2010.2006 | MANTER A ASSESSORIA E CONSULTORIA | |
| 15000000000 | LIVRE APLICAÇÃO | |
| 3390140000 | DIÁRIAS - CIVIL | 10.000,00 |
| **Cód. Reduzido** | **50** | |
| 004.04.122.9300.2058 | MANTER AS ATIVIDADES DE PLANEJAMENTO | |
| 15000000000 | LIVRE APLICAÇÃO | |
| 3190130000 | OBRIGAÇÕES PATRONAIS | 20.000,00 |

| | | |
|---|---|---|
| **Cód. Reduzido** | **161** | |
| 007.04.122.9230.2048 | MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA | |
| 15000000000 | LIVRE APLICAÇÃO | |
| 3190130000 | OBRIGAÇÕES PATRONAIS | 20.000,00 |
| **Cód. Reduzido** | **187** | |
| 007.15.452.9220.2115 | CONSERVAR AS VIAS PUBLICAS | |
| 15000000000 | LIVRE APLICAÇÃO | |
| 3390300000 | MATERIAL DE CONSUMO | 3.380,00 |
| **Cód. Reduzido** | **243** | |
| 014.08.244.6050.2118 | MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA | |
| 15000000000 | LIVRE APLICAÇÃO | |
| 3190130000 | OBRIGAÇÕES PATRONAIS | 20.000,00 |
| **Cód. Reduzido** | **268** | |
| 018.04.122.2010.2224 | MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA | |
| 15000000000 | LIVRE APLICAÇÃO | |
| 3190130000 | OBRIGAÇÕES PATRONAIS | 17.000,00 |
| | **SUBTOTAL** | **90.380,00** |
| | **TOTAL** | **90.380,00** |

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação em local de costume, revogadas as disposições em contrário:

**GABINETE DA PREFEITA DE ALTO TAQUARI - MT.**

**AOS DEZESSEIS DIAS DO MÊS DE AGOSTO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS.**

MARILDA GAROFOLO SPERANDIO

PREFEITA MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria e publicada por afixação no lugar público de costume na data supra.

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 024/2023**

**RATIFICAÇÃO DE JUSTIFICATIVA**

A Prefeita Municipal, Srª. Marilda Garofolo Sperandio, tendo em vista a justificativa apresentada pela Assessoria Jurídica do Município, sobre a contratação direta, fulcrada no inciso II, art. 24 da Lei nº 8.666/93, com a empresa **NYON COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDACNPJ: 21.569.426/0001-30** no valor total de**R$ 16.986,72 (dezesseis mil, novecentos e oitenta e seis reais e setenta e dois centavos)**, para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE REDES DE PROTEÇÃO COM INSTALAÇÃO PARA ATENDER A SECRETARIA DE ESPORTE, LAZER E TURISMO.** Diante do fato, resolve, RATIFICAR a justificativa apresentada, ordenar sua publicação em cumprimento ao disposto no Art. 26, Parágrafo Único do supracitado diploma legal.

Alto Taquari – MT, 16 de agosto de 2023.

**Marilda Garofolo Sperandio**

Prefeita Municipal

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 023/2023**

**RATIFICAÇÃO DE JUSTIFICATIVA**

A Prefeita Municipal, Srª. Marilda Garofalo Sperandio, tendo em vista a justificativa apresentada pela Assessoria Jurídica do Município, sobre a contratação direta, fulcrada no inciso II, art. 24 da Lei 8.666/93, com a empresa: **SILVA E TUDES COMÉRCIO DE GÁS LTDA – ME,** CNPJ: 07.926.786/0001-11, com o valor de **R$ 2.558,60 (Dois mil quinhentos e cinquenta e oito reais e sessenta centavos)**. Cujo objeto trata-se de **Aquisição de Gás GLPe água mineral 20 litros para atender a Casa de apoio de Jales - SP.** Esses serviços tem o objetivo proporcionar atendimento integral dos pacientes oncológicos de Alto Taquari – MT durante sua estadia na Casa de Apoio em Barretos - SP, resolve, RATIFICAR a justificativa apresentada, e ordenar sua publicação em cumprimento ao disposto no art. 26 do supracitado diploma legal.

Alto Taquari - MT, 16 de agosto de 2023.

**Marilda Garofolo Sperandio**

Prefeita Municipal

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 013/2023**

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 013/2023**

**RATIFICAÇÃO DE JUSTIFICATIVA**

A Prefeita Municipal, Srª. MARILDA GAROFOLO SPERANDIO, tendo em vista a justificativa apresentada pela Assessoria Jurídica do Município, sobre a contratação direta, com inexigibilidade de licitação, fulcrada no inciso III, art. 25 da Lei 8.666/93, com a empresa **CIRINO ENTRETERIMENTO LTDA, CNPJ: 45.705.172/0001-07**, onde ficou acertado o cachê de **R$ 8.500,00 (oito mil e quinhentos reais)** para apresentação do SHOW ARTÍSTICO no dia **19/08/2023** por ocasião da realização da celebração da escolha da Rainha do Rodeio 2023, resolve RATIFICAR a justificativa apresentada, autorizar a contratação e ordenar sua publicação em cumprimento ao disposto no art. 26 do supracitado diploma legal.

Alto Taquari - MT, 16 de agosto de 2023.

**MARILDA GAROFOLO SPERANDIO**

Prefeita Municipal

## PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

**GABINETE DO PREFEITO**
**DECRETO Nº 0208/2023**

**Regulamenta a Lei Municipal nº 1.405/2023, e abre Crédito Suplementar pelo Superávit Financeiro, e dá outras providências"**

O **Exmo. Senhor Júlio César dos Santos**, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

**DECRETA:**

**Artigo 1º** - Fica aberto Crédito Suplementar no Orçamento Programa LOA/2023, sancionado pela Lei Municipal nº 1.332/2022, no valor de até R$ 260.000,00 (duzentos e sessenta mil reais), destinados à manutenção da Iluminação Pública do Município de Apiacás.

**Artigo 2º.** O Crédito Suplementar ora aberto, atende às prerrogativas do disposto no artigo 43, parágrafo 1º, Inciso I, da Lei Federal nº 4.320/64, e suplementa na funcional programática a seguir:

**Secretaria Municipal de Urbanismo**

**10.01.25.752.0021.2.015.3390.39.00.00.00 R$ 260.000,00**

**Meta Financeira:** R$ 260.000,00

**Meta Física:** Manutenção da rede de Iluminação Publica

**Fonte de Recurso:** 2.751.000.000 – Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP

**Artigo 3º.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Apiacás MT, 16 de agosto de 2023

**JULIO CESAR DOS SANTOS**

Prefeito Municipal

**GABINETE DO PREFEITO**
**DECRETO Nº 0205/2023**

**Regulamenta e Lei Municipal nº 1.402/2023 e abre Crédito Suplementar por anulação de Dotação Orçamentaria, e dá outras providências"**

O **Exmo. Senhor Júlio César dos Santos**, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

**DECRETA:**

**Artigo 1º** - Fica aberto Crédito Suplementar no Orçamento Programa LOA/2023, sancionado pela Lei Municipal nº 1.332/2022, no valor de até R$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), destinados à Implantação e Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água do Município de Apiacás, Termo de Convênio Funasa – Plataforma Brasil N. 939314/2022.

**Secretaria Municipal de Saúde – Departamento de Água e Esgoto**

**06.06.17.512.0024.1.006.4490.51.00.00 (466) R$ 600.000,00**

**Meta Financeira:** R$ 600.000,00

**Meta Física:** Implantação e Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água

**Fonte de Recurso:** 1.700.000.000 – Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados

**Artigo 2º -** O Crédito Suplementar aberto no artigo primeiro, tem fundamentação no artigo 43, Parágrafo 1º, Inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64, proveniente de anulação parcial de dotações, das seguintes funcionais programáticas:

11.01.26.782.0021.2.037.3390.30.00.00 (0745) R$ 200.000,00

11.01.26.782.0021.1.047.4490.51.00.00 (0735) R$ 99.000,00

11.01.26.782.0021.1.038.4490.51.00.00 (0730) R$ 99.000,00

11.01.26.782.0058.2.096.4490.51.00.00 (0758) R$ 49.000,00

11.01.26.782.0021.1.039.4490.51.00.00 (0733) R$ 99.000,00

03.003.04.122.0002.2.120.3.1.90.11-00 (0109) R$ 54.000,00

**Soma R$ 600.000,00**

**Artigo 3º.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Apiacás MT, 16 de agosto de 2023

**JULIO CESAR DOS SANTOS**

Prefeito Municipal

**GABINETE DO PREFEITO**
**DECRETO Nº 0209/2023**

**Regulamenta a Lei Municipal nº 1.406/2023 e abre Crédito Suplementar pelo Superávit Financeiro, e dá outras providências"**

O **Exmo. Senhor Júlio César dos Santos**, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

**DECRETA:**

**Artigo 1º** - Fica aberto Crédito Suplementar no Orçamento Programa LOA/2023, sancionado pela Lei Municipal nº 1.332/2022, no valor de até R$ 375.000,00 (trezentos e setenta e cinco mil reais), destinados à manutenção das Estradas Vicinais do Município de Apiacás.

**Artigo 2º.** O Crédito Suplementar ora aberto, atende às prerrogativas do disposto no artigo 43, parágrafo 1º, Inciso I, da Lei Federal nº 4.320/64, e será suplementada na funcional programática a seguir:

**Secretaria Municipal de Infra Estrutura – Manutenção dos Recursos do Fethab**

**11.02.26.782.0058.2.095.3390.30.00.00.00 R$ 375.000,00**

**Meta Financeira:** R$ 375.000,00

**Meta Física:** Manutenção dos Recursos do Fethab

**Fonte de Recurso:** 2.759.000.000 – Recursos Vinculados a Fundos

**Artigo 3º.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Apiacás MT, 16 de agosto de 2023

**JULIO CESAR DOS SANTOS**

Prefeito Municipal

**GABINETE DO PREFEITO**
**DECRETO Nº 0206/2023**

**Regulamenta a Lei Municipal nº 1.403/2023 e abre Crédito Suplementar pelo Superávit Financeiro, e dá outras providências"**

O **Exmo. Senhor Júlio César dos Santos**, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

**DECRETA:**

**Artigo 1º** - Fica Aberto Crédito Suplementar no Orçamento Programa LOA/2023, sancionado pela Lei Municipal nº 1.332/2022, no valor de até R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), destinados à realização de obra de pavimentação asfáltica do Município de Apiacás.

**Artigo 2º.** O Crédito Suplementar ora aberto, atende às prerrogativas do disposto no artigo 43, parágrafo 1º, Inciso I, da Lei Federal nº 4.320/64, e suplementa na funcional programática a seguir:

**Secretaria Municipal de Urbanismo – Administração de Serviços Urbanos**

**10.02.15.451.0021.1.113.4490.51.00.00.00 R$ 2.000.000,00**

**Meta Financeira:** R$ 2.000.000,00

**Meta Física:** Pavimentação Asfáltica das ruas e Avenidas do Município

**Fonte de Recurso:** 2.701.000.000 – Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados

**Artigo 3º.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Apiacás MT, 16 de agosto de 2023

**JULIO CESAR DOS SANTOS**

Prefeito Municipal

**GABINETE DO PREFEITO**
**DECRETO Nº 0207/2023**

**"Regulamenta a Lei Municipal nº 1.404/2023 e abre Crédito Suplementar pelo Superávit Financeiro, e dá outras providências"**

O **Exmo. Senhor Júlio César dos Santos**, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

**DECRETA:**

**Artigo 1º** - Fica aberto Crédito Suplementar no Orçamento Programa LOA/2023, sancionado pela Lei Municipal nº 1.332/2022, no valor de até R$ 696.000,00 (seiscentos e noventa e seis mil reais), destinados à realização de obra de pavimentação asfáltica do Município de Apiacás.

**Artigo 2º.** O Crédito Suplementar ora aberto, atende às prerrogativas do disposto no artigo 43, parágrafo 1º, Inciso I, da Lei Federal nº 4.320/64, e suplementa na funcional programática a seguir:

**Secretaria Municipal de Urbanismo – Administração de Serviços Urbanos**

**10.02.15.451.0021.1.113.4490.51.00.00.00 R$ 696.000,00**

**Meta Financeira:** R$ 696.000,00

**Meta Física:** Pavimentação Asfáltica das ruas e Avenidas do Município

**Fonte de Recurso:** 2.711.000.000 – Demais Transferências Obrigatórias não Decorrentes de Repartições de Receitas

**Artigo 3º.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Apiacás MT, 16 de agosto de 2023

**JULIO CESAR DOS SANTOS**

Prefeito Municipal

**GABINETE DO PREFEITO**
**DECRETO Nº. 0211/2023.**

**REAJUSTA CONFORME A LEGISLAÇÃO FEDERAL O SALÁRIO DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS.**

O **Exmo. Senhor Júlio César dos Santos**, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais...

CONSIDERANDO, as Portarias GM/MS nº. 1.971 e 2.109 de 30 de junho de 2022, que estabelece o vencimento dos agentes de combate às endemias e agentes comunitários de saúde, repassados pela União aos Municípios, aos Estados e ao Distrito Federal, conforme a Emenda Constitucional nº. 120, de 05 de maio de 2022, Parágrafo 9º "O vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias não será inferior a 2 (dois) salários mínimos, repassados pela União aos Municípios, aos Estados e ao Distrito Federal".

CONSIDERANDO, o que dispõe o "caput" do Artigo Medida Provisória nº. 1.172, de 01 de maio de 2023, com força de Lei, editada pelo Governo Federal, reajustando o salário mínimo nacional a partir de 1º de maio de 2023, passando de R$ 1.302,00 (Um mil trezentos e dois reais), para R$ 1.320,00 (Um mil e trezentos e vinte reais).

**DECRETA:**

**Artigo 1º** - Fica reajustado a partir do mês de maio de 2023, o salário dos agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias, no valor de R$ 2.640,00 (Dois mil, seiscentos e quarenta reais).

**Artigo 2º.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros retroativos a maio de 2023, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Apiacás MT, 16 de agosto de 2023

**JULIO CESAR DOS SANTOS**

Prefeito Municipal

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**DECRETO Nº. 210/2023.**

**SÚMULA: DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO POR MOTIVO DE FALECIMENTO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**JULIO CESAR DOS SANTOS**, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

**D E C R E T A**

**Artigo 1º -** Exonerar o **Sr. JOAO LINUS COSTA OLIVEIRA,** portador da cédula de identidade nº 000267809 SSP/MS e inscrito no CPF sob o nº 267.198.941-53, do cargo de **CHEFE DE SETOR II,** lotado na Secretaria Municipal de Agricultura.

**Artigo 2º** - Este Decreto entra em vigor na data de sua afixação ou publicação, retroagindo seus efeitos legais em 14/08/2023 conforme declaração de óbito 35675206-2.

**Artigo 3º** - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Apiacás - MT, 16 de Agosto de 2023.

**JULIO CESAR DOS SANTOS**

**PREFEITO MUNICIPAL**

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 013/2023.**

CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS CLASSIFICADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2022, REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CONFORME LEI MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA Nº 1.337/2022.

**JULIO CESAR DOS SANTOS, PREFEITO MUNICIPAL DE APIACÁS, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que determina o art. 37, item II da Constituição Federal, e o disposto no art. 25 da Lei Municipal nº. 010/2008.

**RESOLVE:**

**Art. 1º -** Ficam convocados os candidatos abaixo relacionados, classificados no Processo Seletivo Simplificado nº 002/2022 da Secretaria Municipal de Educação, para comparecerem no Setor de Recursos Humanos e apresentar fotocópias e as originais dos documentos exigidos no Edital, e demais REQUISITOS constantes no quadro de vagas do Edital nº 002/2022 do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2022.

**Art. 2º-** O não comparecimento do (a) interessado (a) no prazo de 30 (trinta) dias úteis, a partir desta data para apresentação da documentação prevista no Art. 1º, implicará no reconhecimento da **DESISTÊNCIA E RENÚNCIA** quanto ao preenchimento do cargo para o qual foi classificado (a), reservando-se à Administração o direito de convocar outro candidato.

**Art. 3º** - O candidato (a) convocado (a) para apresentação dos documentos deverá iniciar suas atividades somente a partir da publicação da Portaria de Contratação.

**Art. 4º-** As despesas decorrentes do presente edital de convocação correrão por conta das dotações próprias, suplementadas se necessário.

**Art. 5º** - Este edital entra em vigor na data de sua publicação ou afixação nos lugares de costume.

**CARGO: APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL**

| INSCRIÇÃO | NOME | CLASSIFICAÇÃO |
|---|---|---|
| 044 | ROSE VILHALVA | 12º |

**GABINETE DO PREFEITO -** Em 16 de Agosto de 2023.

**Julio Cesar dos Santos**

-PREFEITO MUNICIPAL-

**ASSISTÊNCIA SOCIAL**
**RESOLUÇÃO Nº 005**

**RESOLUÇÃO Nº. 005 de 16 de agosto de 2023.**

**Dispõe sobre o Projeto Executivo Procad -SUAS**

**O conselho Municipal de Assistência Social representado neste ato por sua presidente, Lei Orgânica da Assistência Social nº8742 07/12/1993 e na Lei Municipal nº0908/2015 no uso de suas atribuições legais resolve:**

**RESOLVE**:

**Art. 1º**- Aprova o Projeto de Qualificação e Fortalecimento do Cadastro Único- Projeto Executivo Procad -SUAS.

**Art. 2º-** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Apiacás-MT, 16 de Agosto de 2023.

**Daniela Mara Gomes**

**CPF: 001.926.893-98**

**Presidente CMAS/PBF**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

**ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA N.º 453/2023**

**DISPÕE SOBRE , REVOGAÇÃO DA PORTARIA Nº. 415/2021.**

**ENILSON DE ARAÚJO RIOS**, Prefeito Municipal do Município de Araputanga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas por lei:

**CONSIDERANDO** o pedido apresentado pela servidora e a real necessidade do município em reaver os serviços prestados pela mesma.

**CONSIDERANDO** deferimento do Prefeito Enilson de Araújo Rios.

**RESOLVE:**

**Art. 1.º-** Revogar a Portaria n. 415/2021 que concede licença para trato de licença particular da servidora **SIRLANE ROSA DE OLIVEIRA,** matrícula nº 1609, ocupante do cargo efetivo de Agente de Limpeza Pública D-03, lotada na Secretaria de Educação e Cultura, nos termos do art. 99 do Regime Jurídico Único (Lei Municipal nº 135/92), por um período de dois (02) anos a partir de 17/08/2023.

**Art. 2º-**Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, **revogando as disposições em contrário, em especial a portaria nº. 415/2021.**

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos dezesseis (16) dias do mês de agosto (08) do ano de dois mil e vinte e três (2023).

**ENILSON DE ARAÚJO RIOS**

*Prefeito Municipal*

**ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA N.º 452/2023**

DISPÕE SOBRE CONVOCAÇÃO DE CANDIDATO CLASSIFICADO NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 02/2023, DO MUNICIPIO DE ARAPUTANGA/MT.

**ENILSON DE ARAÚJO RIOS**, Prefeito Municipal do Município de Araputanga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas por lei:

**Considerando** o Edital de Processo Seletivo Simplificado nº. 02/2023, para ingresso em cargo Público de provimento Temporário**,** publicado no Diário Oficial dos Municípios (AMM-MT) de 08 de maio de 2023;

**Considerando** o Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado, publicado no Diário Oficial dos Municípios (AMM-MT) em 10 de julho de 2023;

**Considerando** a Homologação, realizado por meio Decreto Municipal nº 63/2023, publicado no Diário Oficial dos Municípios (AMM-MT) em 11 de julho de 2023;

**Considerando,** os requerimentos de reposicionamento para o final da fila;

**RESOLVE:**

**Art. 1.º-** Convocar os candidatos classificados, constante no quadro abaixo relacionado, para provimento de cargo Temporário, da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT:

Monitor de Creche

| INSCRIÇÃO | CANDIDATO | TOTAL | COLOCAÇÃO |
|---|---|---|---|
| 345 | GRASIELLI GONÇALVES DA SILVA | **52.00** | 23 |
| 72 | ESLAINE MARTINS DE OLIVEIRA | **52.00** | 24 |

Professor

| INSCRIÇÃO | CANDIDATO | TOTAL | COLOCAÇÃO |
|---|---|---|---|
| 151 | BIANCA CRISTINA PEREIRA DOS SANTOS | **43.00** | 40 |

**Art. 2.º -** Exigindo desde o momento, o **comparecimento do candidato na Diretoria de Recursos Humanos, da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, munido de todos os documentos necessários para comprovação dos requisitos do cargo pleiteado**, sob pena de ser considerado desistente, perdendo a respectiva vaga.

**Art. 3º-** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

**Registra-se, publica-se, cumpra-se.**

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos dezesseis (16) dias do mês de agosto (08) do ano de dois mil e vinte e três (2023).

**ENILSON DE ARAÚJO RIOS**

Prefeito Municipal

**ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº 450/2023**

**DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.**

**ENILSON DE ARAÚJO RIOS**, Prefeito Municipal do Município de Araputanga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas por lei:

**RESOLVE:**

**Art. 1.º - EXONERAR**, conforme documento a Sra. **MARCELA FERNANDA RODRIGUES SOARES,** matrícula nº 2697, ocupante do cargo temporário de Monitora de Creche, lotada na Secretaria municipal de Educação e Cultura.

**Art. 2.º** - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de **15/08/2023**, revogando as disposições em contrário.

**Registra-se, publique-se, cumpra-se.**

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos dezesseis (16) dias do mês de agosto (08) do ano de dois mil e vinte e três (2023).

**ENILSON DE ARAÚJO RIOS**

*Prefeito Municipal*

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS

**DECRETO MUNICIPAL Nº 030/2023**

DECRETO MUNICIPAL Nº 030/2023

EMENTA: *REGULAMENTA O PROCEDIMENTO AUXILIAR DE CREDENCIAMENTO PREVISTO NO ART. 78, I, E ART. 79 DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021, DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.*

O Exmo. Sr. ÉDERSON FIGUEIREDO, Prefeito Municipal de Arenápolis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere as Normas Gerais de Direito Público, a Constituição Federal, a Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o disposto no parágrafo único do Art. 79, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021, que atribui aos Entes Federados a iniciativa de regulamentar o instrumento do credenciamento para as formas de contratação previstas nos incisos I a III do mesmo dispositivo;

CONSIDERANDO que o instrumento do credenciamento permite que a Administração possa ampliar o rol de contratações, para melhor atender aos seus interesses, de uma forma mais precisa e direta;

CONSIDERANDO que para alguns casos, é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas;

CONSIDERANDO que, conforme § 1º do art. 78, os procedimentos auxiliares obedecerão a critérios claros e objetivos definidos em regulamento;

DECRETA:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Este Decreto regulamenta o procedimento auxiliar de credenciamento, no âmbito da administração direta do Município de Arenápolis, e obedecerá ao disposto neste decreto e é aplicável às licitações e contratações realizadas com base na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Art. 2º Para os efeitos deste decreto, serão adotadas as seguintes definições:

I – credenciamento: processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, credenciem-se no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados;

II – contratação paralela e não excludente: hipótese em que é viável e vantajosa para a administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas;

III – contratação com seleção a critério de terceiros: hipótese em que a seleção do contratado está a cargo do beneficiário direto da prestação;

IV – contratação em mercados fluidos: hipótese em que a flutuação constante do valor da prestação e das condições de contratação inviabiliza a seleção de agente por meio de processo de licitação.

CAPÍTULO II

CONCEITO, REQUISITOS E HIPÓTESES DE APLICAÇÃO

Seção I

Conceito

Art. 4º O credenciamento, procedimento auxiliar de licitações públicas, é regulamentado no ambito da administração direta do município, na condição de processo administrativo que deverá ser precedido de chamamento público em que o Município de Arenápolis convoca interessados em prestar serviço ou fornecer bens, sempre que houver inviabilidade de competição, quando o objetivo da administração for dispor da maior rede possível de prestadores de serviços mediante condições padronizadas e previstas no instrumento de convocação, sem diferenciação de tratamento entre os credenciados; para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem para executar determinado objeto, quando convocados para tal fim, conforme a redação do inciso XLIII do caput do art. 6º da Lei nº 14.133/2021.

Seção II

Hipóteses de aplicação

Subseção I

Da Contratação Paralela e Não Excludente

Art. 5º Na hipótese de contratação paralela e não excludente, caso não se pretenda a convocação, ao mesmo tempo, de todos os credenciados para a execução do serviço ou fornecimento do bem, o edital deverá prever os critérios objetivos de distribuição da demanda, podendo ser adotados, dentre outros, os seguintes:

I – convocação dos credenciados por ordem de inscrição;

II – sorteio;

III – localidade ou região onde serão executados os trabalhos.

Parágrafo Primeiro – A Administração definirá no edital o valor da contratação, que será o mesmo para todos os credenciados;

Parágrafo Segundo – Será considerado o dia da inscrição aquele em que todos os documentos exigidos no edital forem apresentados na sua completude e regularidade.

Parágrafo Terceiro – O sorteio de que trata o inciso II será realizado em sessão pública, e o comparecimento do credenciado à sessão é facultativo.

Art. 6º É vedada a indicação, pelo órgão ou entidade contratante, de credenciado para atender demandas.

Art. 7º A lista contendo a ordem de contratação dos credenciados será permanentemente disponibilizada no sítio eletrônico oficial do Município de Arenápolis e do órgão ou entidade responsável pelo credenciamento.

Subseção II

Da Contratação com Seleção a Critério de Terceiros

Art. 8º O credenciamento para contratação com seleção a critério de terceiros se dará nas hipóteses em que o beneficiário direto da prestação de serviço ou do fornecimento de bens definirá com quem contratará, e servirá exclusivamente para indicação, aos terceiros, daqueles que atendem os critérios e requisitos estabelecidos pela administração pública para atendimento do interesse público.

Parágrafo Primeiro – O preço do bem ou serviço será definido, pela administração pública, por meio de edital de credenciamento, e será o mesmo para todos os credenciados;

Parágrafo Segundo – O contratado só poderá prestar serviços ou fornecer bens mediante prévia autorização da Administração Municipal.

Subseção III

Da Contratação em Mercados Fluidos

Art. 9º A contratação em mercados fluidos se dará nas hipóteses em que a flutuação constante do valor da prestação e das condições de contratação inviabiliza a seleção de agente por meio de processo de licitação.

Parágrafo Primeiro – No caso de contratação por meio de mercado fluido, as exigências de habilitação podem se restringir às indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Parágrafo Segundo – O edital de credenciamento dos interessados para a contratação de serviços ou fornecimento de bens em mercados fluidos observará, no que couber, o disposto no Capítulo II, e deverá prever descontos mínimos sobre cotações de preços de mercado vigentes no momento da contratação.

Art. 10 A administração deverá firmar um acordo corporativo de desconto com os fornecedores dos serviços ou bens a serem contratados prevendo a concessão de desconto mínimo disposto no termo de referência incidente sobre o preço de mercado no momento da contratação.

Art. 11 Para a busca do objeto a que se refere a Subseção III deverá ser fornecida, quando couber, solução tecnológica que permita a integração com sistemas gerenciadores e acesso via web services aos sistemas dos fornecedores.

Art. 12 Todos os credenciados que se manifestarem e que atenderem às exigências do edital poderão celebrar o contrato para a prestação do serviço ou fornecimento do bem, não havendo procedimento de classificação das manifestações.

Art. 13 No momento da contratação, a administração deverá registrar as cotações de mercado vigentes.

CAPÍTULO III

DO PROCESSO DE CREDENCIAMENTO

Seção I

Requisitos e Preceitos Gerais

Art. 14 São aplicáveis ao processo de credenciamento, em qualquer das hipóteses de contratação, os seguintes preceitos e normas:

I – Será conduzido por um agente de contratação ou comissão de contratação em caráter especial para o credenciamento designada pela autoridade competente, conforme o objeto a ser credenciado, observadas as normas específicas de atuação do agente de contratação ou comissão especial de credenciamento, conforme o caso;

II – o processo de credenciamento será divulgado por meio de edital de credenciamento mediante chamamento público que deverá conter as condições gerais para o ingresso de qualquer prestador interessado em integrar a lista de credenciados, desde que preenchidos os requisitos definidos no referido documento;

III – a publicação do edital de credenciamento ocorrerá mediante aviso público divulgado:

a) No PNCP; b) Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios; c) Sítio eletrônico oficial do Município.

IV – Qualquer alteração nas condições de credenciamento será divulgada e publicada pela mesma forma em que se deu a do texto original;

V – O Município de Arenápolis fixará o preço a ser pago ao credenciado, bem como as respectivas condições de reajustamento;

VI – A documentação de habilitação jurídica, regularidade fiscal, qualificação técnica e demais documentos inerentes ao credenciamento, observado o disposto no respectivo edital, deverá ser analisada de forma integral no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da juntada aos autos físicos e/ou eletronicos do procedimento, prorrogável uma vez por igual período, admitida a hipotese de solicitação de esclarecimentos, retificações e complementações da documentação do interessado;

VII – A escolha do credenciado poderá ser feita por terceiro sempre que este for o beneficiário direto do serviço;

VIII – Quando a escolha do prestador for feita pelo Município de Arenápolis, o instrumento convocatório deverá fixar a maneira pela qual será feita a distribuição dos serviços, desde que tais critérios sejam aplicados de forma objetiva, impessoal e isonomica;

IX – O processo de credenciamento ficará aberto pelo prazo correspondente à execução do objeto, devendo ocorrer, no mínimo, uma publicação do edital a cada 12 (doze) meses, visando o ingresso de novos interessados;

X – A inscrição de interessados no credenciamento implica a aceitação integral e irrestrita de todas as condições estabelecidas neste regulamento, e no edital de credenciamento;

Seção II

Fase Preparatória

Art. 15 Durante a fase preparatória, o processo administrativo de credenciamento deverá observar o que estabelece o art.18 da Lei nº 14.133/2021, e se desenvolverá da seguinte forma:

I - Identificação e delimitação da necessidade da Administração Municipal;

II - Justificativa para realização de processo de credenciamento ao invés da realização de processo licitatório;

III - Autorização da autoridade competente para abertura do processo de credenciamento;

IV - Elaboração de Edital de Chamamento de Interessados, que conterá, no mínimo, de acordo com cada hipótese prevista:

a) A descrição detalhada do objeto;

b) Local da prestação do serviço ou fornecimento do bem;

c) Valor a ser pago ou porcentagem de desconto;

d) Cronograma da execução do objeto;

e) Requisitos/documentos para credenciamento;

f) Comissão que avaliará os requisitos/documentos para credenciamento;

g) Prazo, em dias úteis, a contar da entrega dos documentos pelo interessado, para a Comissão avaliar os requisitos/documentos para credenciamento;

h) Pagamento.

V - Análise e emissão de parecer jurídico para controle prévio da legalidade;

VI - Publicação/divulgação do Edital de Chamamento de Interessados tanto no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios quanto no sítio eletrônico oficial do Município, devendo ainda ser mantido à disposição do público;

VII - Lavratura de ata da sessão pública, assinada pela comissão e pelos demais participantes, se for o caso, que indicará objetivamente:

a) Cumprimento dos requisitos pelo interessado;

b) Necessidade de realização de diligências para melhor análise da documentação do interessado.

VIII - Ato legal da autoridade competente que credencia o interessado, devendo o ato ser publicado nos mesmos termos do edital.

Parágrafo Primeiro – Quando o objeto da contratação não permitir a contratação imediata e simultanea de todos os credenciados, deverão ser estabelecidos os criterios objetivos de distribuição da demanda, notadamente sorteio, escolha pelo usuário, ou outro critério que venha ser estabelecido em razão do objeto a ser credenciado.

Parágrafo Segundo – Os critérios objetivos de distribuição de demanda deverão estar estabelecidos em termo de referencia ou no projeto básico, conforme o caso, e deverão ser objeto de análise jurídica previamente à publicação do edital.

Parágrafo Terceiro – O edital de credenciamento deverá registrar condições padronizadas de contratação, devendo observar a indicação clara e objetiva do valor a ser praticado, que deverá ser apurado conforme regulamento de apuração e estimativa de preço, observado o disposto no art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

Seção III

Cadastramento e Contratação

Art. 16 O cadastramento de interessados será iniciado com a abertura de processo administrativo, em que a entidade ou o órgão público observará o disposto no art. 79 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

Art. 17 O edital de credenciamento será divulgado e mantido à disposição do público, no site do município, e seu resultado será publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios.

Parágrafo Primeiro – Em caso de indeferimento da solicitação de credenciamento, caberá recurso, no prazo de três dias úteis, a contar da publicação da decisão de indeferimento no site do município.

Parágrafo Segundo – O recurso deverá ser interposto perante a autoridade que prolatou a decisão, sendo-lhe facultado retratar-se no prazo de três dias úteis, caso em que poderá pedir a complementação da documentação ou esclarecimentos sob pena de novo indeferimento.

Parágrafo Terceiro – Se a decisão recorrida for mantida, o recurso será encaminhado para julgamento da autoridade superior responsável pelo certame.

Parágrafo Quarto – A forma de interposição dos recursos será indicada no edital de credenciamento.

Art. 18 O interessado que atender a todos os requisitos previstos no edital de credenciamento, se habilitado, será credenciado no órgão ou entidade contratante, encontrando-se apto a ser contratado para executar o objeto quando convocado.

Art. 19 O credenciamento do interessado não se confunde com a contratação.

Art. 20 A contratação do credenciado ocorrerá conforme a necessidade da Administração Municipal, devendo a quantidade necessária a ser contratada naquele momento, ser dividida, igualmente, entre todos os credenciados.

Art. 21 Para a contratação do credenciado deverá ser feito processo de inexigibilidade de licitação, previsto no inciso IV do art. 74 da Lei Federal nº 14.133/2021, devendo o processo observar o art. 72 da mesma lei.

Parágrafo Primeiro – O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

Parágrafo Segundo – O instrumento de contrato deverá observar o disposto no Título III da Lei Federal nº 14.133/2021, podendo ser substituído, conforme inciso II do art. 95 da mesma lei, por outro instrumento hábil na hipótese de compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto a assistência técnica, independentemente de seu valor.

Parágrafo Terceiro – Não será permitido o cometimento a terceiros do objeto contratado sem autorização expressa da Administração, que será expressamente prevista no edital.

Parágrafo Quarto – Será admitida a denúncia (extinção do contrato) por quaisquer das partes nos prazos fixados no edital.

Art. 22 Conforme inciso II do art. 165 da Lei Federal nº 14.133/2021, acerca dos atos praticados cabe pedido de reconsideração, no prazo de 03 (três) dias úteis, contado da data de intimação.

Parágrafo Primeiro – O pedido de reconsideração terá efeito suspensivo do ato até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

Parágrafo Segundo – Na elaboração da decisão a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias.

Art. 23 Os casos omissos serão dirimidos à luz da Lei Federal nº 14.133/2021, com o auxílio das unidades de assessoramento jurídico e de controle interno.

Art. 24 O edital fixará as condições e prazos para a denúncia ao credenciamento, obedecendo aos seguintes critérios:

I – o pedido de descredenciamento pelo interessado, sem a aplicação de penalidades administrativas, poderá se dar antes da assinatura do contrato, ou relativamente a novos contratos com o mesmo objeto, após a contratação, as hipóteses de rescisão serão regidas pelos próprios instrumentos contratuais;

II – o descredenciamento por ato da administração pública poderá se dar, dentre outras hipóteses condizentes com o objeto do credenciamento:

a) por desinteresse da administração no objeto, devidamente fundamentado no processo administrativo respectivo;

b) por descumprimento das condições mínimas para a contratação por parte dos credenciados;

c) pela rescisão do contrato decorrente do credenciamento por culpa do credenciado;

d) pela aplicação das penalidades de impedimento de licitar e contratar com a administração pública ou Declaração de Inidoneidade.

Parágrafo único – A ausência de manutenção das condições iniciais, o descumprimento das exigências deste decreto, do edital, do contrato ou da legislação pertinente poderá ensejar o descredenciamento do interessado, observado o contraditório e a ampla defesa.

Art. 25 A administração poderá celebrar contratos com prazo de até cinco anos nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos, podendo ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e respeitadas as diretrizes do art. 106 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

Seção IV

Demais Disposições do Processo Administrativo de Credenciamento

Art. 26 Todos os atos decisórios do processo de credenciamento deverão ser formalizados em atas, a serem divulgados no sítio eletrônico oficial do Município.

Art. 27 Durante toda a vigencia do credenciamento, deverão ser anexadas aos autos do processo administrativo todas as novas solicitações de credenciamento de interessados com a respectiva documentação de habilitação que após conferida e declarada aprovada para fins de atendimento dos requisitos do edital, deverão ser encaminhadas à autoridade superior que concordando, homologará.

Art. 26 A autoridade superior poderá, a qualquer tempo:

I – Revogar o procedimento de credenciamento por motivo de conveniencia e oportunidade;

II – Proceder a anulação do procedimento de credenciamento, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável.

Art. 27 Não há impedimento que um mesmo interessado, quando couber, seja credenciado para executar mais de um objeto, desde que possua os requisitos de habilitação para todos.

Parágrafo único – O credenciado, no caso descrito no caput deste artigo, poderá apresentar de uma vez só a documentação exigida, salvo se as exigencias de capacidade técnica forem diferenciadas, devendo, neste caso, apresentar complementação da documentação relativa a este quesito.

Art. 28 Durante a vigencia do edital de credenciamento, incluídas as suas republicações, o Município de Arenápolis, a seu critério, poderá convocar de ofício os credenciados para nova análise de documentação, quando serão exigidos os documentos que comprovem a manutenção das condições apresentadas quando do cadastramento para credenciamento do interessado, sob pena de descredenciamento.

Parágrafo Primeiro – A partir da data em que for convocado para apresentar a documentação atualizada, o credenciado terá até 15 (quinze) dias úteis para enviá-las por meio eletronico ou físico.

Parágrafo Segundo – A análise da documentação deverá ser realizada em prazo igual ao do cadastramento para o credenciamento, cuja decisão está sujeita a recurso na forma e prazo previsto em edital.

Parágrafo Terceiro – Os credenciados convocados para apresentar a documentação referida no caput deste artigo, até que seja proferida decisão final pela manutenção ou não do credenciamento, participarão normalmente, quando for o caso, das convocações para seleção estabelecidas neste regulamento, visando a contratação e execução do objeto.

Art. 29 O Credenciamento do interessado será concluído mediante a formalização do termo de credenciamento conforme a minuta constante de anexo do edital de chamamento público para credenciamento.

Art. 30 O credenciado que deixar de cumprir as exigencias deste regulamento, do edital de credenciamento, dos termos de credenciamento e/ou contratos firmados , será descredenciado para a execução de qualquer objeto, sem prejuízo das sanções previstas nos arts. 156 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo do contraditório e da ampla defesa.

Art. 31 O credenciado poderá, a qualquer tempo, solicitar seu descredenciamento mediante o envio de solicitação escrita ao Município de Arenápolis.

Parágrafo único – O pedido de descredenciamento não desincumbe o credenciado do cumprimento de eventuais contratos assumidos e das responsabilidades a eles inerente, cabendo em casos de irregularidade na execução do serviço a aplicação das sanções aplicáveis à inexecução parcial e/ou total dos contratos definidas na Lei nº 14.133/2021.

Art. 32 O extrato decorrente do contrato deverá ser publicado no prazo de até 10 (dez)

dias úteis de sua assinatura nos seguintes meios:

a) No PNCP; b) Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios; c) Sítio eletrônico oficial do Município.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 33 As publicações no PNCP previstas neste regulamento não são obrigatórias até a data de 31/03/2027, desde que observadas às condições e normas estabelecidas no art. 176, caput, inciso III e parágrafo único da Lei nº 14.133/2021.

Art. 34 Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Arenápolis–MT, em 16 de agosto de 2.023.

ÉDERSON FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado por afixação em lugar de costume na data supra e disponibilizado no site www.arenapolis.mt.gov.br.

WEIMAR PEREIRA DA SILVA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ

**RECURSOS HUMANOS**
**CONTRATO N.º 178/2023**

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: **CAROLINE TIMOTEO**; REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE PESSOAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS – CONTRATAÇÃO DIRETA; TÉCNICA EM ENFERMAGEM-SOCORRISTA NO SAMU; VALOR MENSAL R$ 3.429,04 (TRÊS MIL, QUATROCENTOS E VINTE E NOVE REAIS E QUATRO CENTAVOS); VIGENCIA: 01 DE AGOSTO DE 2023 A 31 DE DEZEMBRO DE 2023.

**RECURSOS HUMANOS**
**TERMO DE RESCISÃO N.º 100/2023 AO CONTRATO N.º 087/2023**

DISTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; DISTRATADO: **FRANCISCO CARLOS FEITOZA**; REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N. 1/2022; RESCISÃO A PARTIR DE 01/08/2023.

**RECURSOS HUMANOS**
**TERMO DE RESCISÃO N.º 099/2023 AO CONTRATO N.º 348/2022**

DISTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; DISTRATADA: **SAMARA ZMUDA COSTA**; REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N. 001/2021; RESCISÃO A PARTIR DE 01/08/2023.

**RECURSOS HUMANOS**
**TERMO DE RESCISÃO N.º 098/2023 AO CONTRATO N.º 166/2023**

DISTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; DISTRATADO: **MANOEL JESUS COSTA**; REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

TEMPORÁRIO – PROCESSO SELETIVO N. 001/2022; RESCISÃO A PARTIR DE 01/08/2023.

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº 16.313/2023**

"DETERMINAR A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, DESIGNAR COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A Prefeita Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Artigo 1º - DETERMINAR a instauração de Processo Administrativo Disciplinar n° 009/2023, com a finalidade de averiguar a conduta da Servidora, Edylaina Aparecida de Sousa ocupante do Cargo de Carreira de Agente Comunitário de Saúde de acordo com o Memorando n.º 352/ SEMUSA/ 2023.

Artigo 2º - DESIGNAR, os servidores, como membros titulares, para comporem a Comissão, sob a presidência do primeiro.

Titulares:

1. Líria Cristiane Domingos Alves – Mat.160– Presidente 2. Alessandra Andrade da Silva – Mat. 2513 – Secretaria 3. Marcieli de Linhares – Mat. 2477 - Membro

Suplente:

1. Andreia Pereira da Silva – Mat. 4837

Artigo 3º - DETERMINAR, ainda, o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da publicação desta Portaria, para término dos trabalhos prorrogável se necessário.

Artigo 4º - DISPENSAR, os integrantes da Comissão de suas normais atividades durante o horário que perdurar os trabalhos.

Artigo 5º - Esta Portaria entra em vigor a partir da publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 16 dias de agosto de 2. 023.

*SELUIR PEIXER REGHIN*

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se.

ALOISIO FERNANDO MUNCINELLI

Secretário Municipal de Administração

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº 16.312/2023**

**"DETERMINAR A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, DESIGNAR COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

A Prefeita Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

**Artigo 1º - DETERMINAR** a instauração de **Processo Administrativo Disciplinar n° 008/2023**, com a finalidade de averiguar a conduta da Servidora, **Talita Wille Dias** ocupante do Cargo de Carreira de **Técnica de Desenvolvimento Educacional** de acordo com o Memorando n.º 0721/ 2023/SME.

**Artigo 2º - DESIGNAR**, os servidores, como membros titulares, para comporem a Comissão, **sob a presidência do primeiro.**

**Titulares:**

**1. Líria Cristiane Domingos Alves** – Mat.160– Presidente **2. Alessandra Andrade da Silva** – Mat. 2513 – Secretaria **3. Marcieli de Linhares** – Mat. 2477 - Membro

**Suplente:**

**1. Andreia Pereira da Silva** – Mat. 4837

**Artigo 3º - DETERMINAR,** ainda, o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da publicação desta Portaria, para término dos trabalhos prorrogável se necessário.

**Artigo 4º** - **DISPENSAR,** os integrantes da Comissão de suas normais atividades durante o horário que perdurar os trabalhos.

**Artigo 5º** - Esta Portaria entra em vigor a partir da publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 16 dias de agosto de 2. 023.

***SELUIR PEIXER REGHIN***

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se.

**ALOISIO FERNANDO MUNCINELLI**

Secretário Municipal de Administração

**RECURSOS HUMANOS**
**TERMO DE RESCISÃO N.º 106/2023 AO CONTRATO N.º 127/2023**

DISTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; DISTRATADA: **GEANE OLIVEIRA SOARES**; REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; RESCISÃO A PARTIR DE 01/08/2023.

**RECURSOS HUMANOS**
**TERMO DE RESCISÃO N.º 107/2023 AO CONTRATO N.º 344/2021**

DISTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; DISTRATADA: **LUIZA LENA ONORA DOS SANTOS**; REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N. 001/2021; RESCISÃO A PARTIR DE 01/08/2023.

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº 16.311/2023**

**"DETERMINAR A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, DESIGNAR COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

A Prefeita Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

**Artigo 1º - DETERMINAR** a instauração de **Processo Administrativo Disciplinar n° 007/2023**, com a finalidade de averiguar a conduta da Servidora, **Marta Valadares de Souza** ocupante do Cargo de Carreira de **Recepcionista** de acordo com o Memorando n.º 783/2023/SEMUSA.

**Artigo 2º - DESIGNAR**, os servidores, como membros titulares, para comporem a Comissão, **sob a presidência do primeiro.**

**Titulares:**

**1. Líria Cristiane Domingos Alves** – Mat.160– Presidente **2. Alessandra Andrade da Silva** – Mat. 2513 – Secretaria **3. Marcieli de Linhares** – Mat. 2477 - Membro

**Suplente:**

**1. Andreia Pereira da Silva** – Mat. 4837

**Artigo 3º - DETERMINAR,** ainda, o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da publicação desta Portaria, para término dos trabalhos prorrogável se necessário.

**Artigo 4º** - **DISPENSAR,** os integrantes da Comissão de suas normais atividades durante o horário que perdurar os trabalhos.

**Artigo 5º** - Esta Portaria entra em vigor a partir da publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 16 dias de agosto de 2. 023.

***SELUIR PEIXER REGHIN***

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se.

**ALOISIO FERNANDO MUNCINELLI**

Secretário Municipal de Administração

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº 16.310/2023**

**"DETERMINAR A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, DESIGNAR COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

A Prefeita Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

**Artigo 1º - DETERMINAR** a instauração de **Processo Administrativo Disciplinar n° 006/2023**, com a finalidade de averiguar a conduta do Servidor Valfredo Campos Borges Junior,ocupante do Cargo de Carreira de **Dentista,** de acordo com o Memorando n.º 1003/SEMUSA/2022 e 390/SEMUSA/2023.

**Artigo 2º - DESIGNAR**, os servidores, como membros titulares, para comporem a Comissão, **sob a presidência do primeiro.**

**Titulares:**

**1. Líria Cristiane Domingos Alves** – Mat.160– Presidente **2. Alessandra Andrade da Silva** – Mat. 2513 – Secretaria **3. Marcieli de Linhares** – Mat. 2477 - Membro

**Suplente:**

**1. Andreia Pereira da Silva** – Mat. 4837

**Artigo 3º - DETERMINAR,** ainda, o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da publicação desta Portaria, para término dos trabalhos prorrogável se necessário.

**Artigo 4º** - **DISPENSAR,** os integrantes da Comissão de suas normais atividades durante o horário que perdurar os trabalhos.

**Artigo 5º** - Esta Portaria entra em vigor a partir da publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 16 dias de agosto de 2. 023.

***SELUIR PEIXER REGHIN***

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se.

**ALOISIO FERNANDO MUNCINELLI**

Secretário Municipal de Administração

**RECURSOS HUMANOS**
**TERMO DE RESCISÃO N.º 108/2023 AO CONTRATO N.º 027/2023**

DISTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; DISTRATADA: **ZILDA FAUSTINO MENDES**; REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; RESCISÃO A PARTIR DE 01/08/2023.

**RECURSOS HUMANOS**
**TERMO DE RESCISÃO N.º 109/2023 AO CONTRATO N.º 409/2022**

DISTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; DISTRATADO: **RAFAEL MIRANDA DA SILVA**; REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N. 1/2022; RESCISÃO A PARTIR DE 01/08/2023.

**RECURSOS HUMANOS**
**TERMO DE RESCISÃO N.º 110/2023 AO CONTRATO N.º 339/2022**

DISTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; DISTRATADA: **DAIANE OLIVEIRA DE MORAES ALMEIDA**; REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N. 1/2022; RESCISÃO A PARTIR DE 09/08/2023.

**RECURSOS HUMANOS**
**TERMO DE RESCISÃO N.º 111/2023 AO CONTRATO N.º 100/2023**

DISTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; DISTRATADO: **DAMIÃO CARDOSO DE SOUZA**; REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; RESCISÃO A PARTIR DE 10/08/2023.

**RECURSOS HUMANOS**
**TERMO DE RESCISÃO N.º 112/2023 AO CONTRATO N.º 138/2022**

DISTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; DISTRATADA: **ELENICE DOS SANTOS SOUZA**; REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N. 2/2021; RESCISÃO A PARTIR DE 08/08/2023.

**RECURSOS HUMANOS**
**TERMO DE RESCISÃO N.º 113/2023 AO CONTRATO N.º 049/2023**

DISTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; DISTRATADA: **CELIA VIEIRA DA SILVA**; REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; RESCISÃO A PARTIR DE 10/08/2023.

**RECURSOS HUMANOS**
**TERMO DE RESCISÃO N.º 114/2023 AO CONTRATO N.º 052/2023**

DISTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; DISTRATADA: **EVA RIBEIRO DA SILVA**; REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; RESCISÃO A PARTIR DE 10/08/2023.

**RECURSOS HUMANOS**
**TERMO DE RESCISÃO N.º 115/2023 AO CONTRATO N.º 334/2022**

DISTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; DISTRATADA: **ROSILENE DE CASSIA SILVA**; REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N. 001/2022; RESCISÃO A PARTIR DE 14/08/2023.

**RECURSOS HUMANOS**
**TERMO DE RESCISÃO N.º 116/2023 AO CONTRATO N.º 342/2022**

DISTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; DISTRATADA: **DEBORA ADAMS DE OLIVEIRA**; REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N. 001/2022; RESCISÃO A PARTIR DE 15/08/2023.

**RECURSOS HUMANOS**
**TERMO DE RESCISÃO N.º 117/2023 AO CONTRATO N.º 051/2022**

DISTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; DISTRATADA: **ELESSANDRA MIRIAN FERREIRA ATANAZIO**; REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N. 002/2021; RESCISÃO A PARTIR DE 15/08/2023.

**RECURSOS HUMANOS**
**TERMO DE RESCISÃO N.º 102/2023 AO CONTRATO N.º 406/2022**

DISTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; DISTRATADA: **TAYNA SANTOS MESSIAS**; REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N. 001/2022; RESCISÃO A PARTIR DE 01/08/2023.

**RECURSOS HUMANOS**
**TERMO DE RESCISÃO N.º 103/2023 AO CONTRATO N.º 156/2023**

DISTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; DISTRATADA: **CAROLINE TIMOTEO**; REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; RESCISÃO A PARTIR DE 01/08/2023.

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº 16.314/2023**

A **Prefeita Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo** 69 **da Lei Orgânica Municipal;**

Considerando o Requerido no Protocolo nº 879/2023 e Atestado Médico;

**RESOLVE:**

**CONCEDER,** licença por **01 (um) dia por motivo de doença em pessoa da família**, para a Servidora Sra. **FRANCIELY RODRIGUES DE SOUZA**, brasileira, solteira, portadora da Cédula de Identidade RG nº 3411190-5 SESP/MT e inscrita no CPF nº. 064.963.752-67, ocupante do Cargo de carreira de **TECNICO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL - TDE,** *lotada na Secretaria Municipal de Educação,* **com remuneração**, tendo em vista o disposto no Art. 85, parágrafo 2º, da lei complementar nº. 001/99 – Estatuto do Servidor Público, conforme requerimento acompanhado de Atestado médico (anexo), a partir do dia 15/08/2023.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 16 dias de agosto de 2. 023.

***SELUIR PEIXER REGHIN***

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se.

**ALOISIO FERNANDO MUNCINELLI**

Secretário Municipal de Administração

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº 16.315/2023**

A **Prefeita Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo** 69 **da Lei Orgânica Municipal;**

Considerando o Requerido no Protocolo nº 880, 881, 882, 883, 884/2023 e Atestado Médico;

**RESOLVE:**

**CONCEDER,** licença por **09 (nove) dias por motivo de doença em pessoa da família**, para a Servidora Sra. **FRANCIELY RODRIGUES DE SOUZA**, brasileira, solteira, portadora da Cédula de Identidade RG nº 3411190-5 SESP/MT e inscrita no CPF nº. 064.963.752-67, ocupante do Cargo de carreira de **TECNICO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL - TDE,** *lotada na Secretaria Municipal de Educação,* **com remuneração**, tendo em vista o disposto no Art. 85, parágrafo 2º, da lei complementar nº. 001/99 – Estatuto do Servidor Público, conforme requerimento acompanhado de Atestado médico (anexo), a partir do dia 02/08/2023.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 16 dias de agosto de 2. 023.

***SELUIR PEIXER REGHIN***

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se.

**ALOISIO FERNANDO MUNCINELLI**

Secretário Municipal de Administração

**LICITAÇÃO**
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANA AVISO DE ABERTURA DE ENVELOPES DAS PROPOSTAS**

A Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Aripuanã/MT, designada através de Portaria n.º 14.759/2022, torna público que estará realizando Licitação na modalidade **Concorrência Pública 05/2023**, regida pela Lei nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores.

**Objeto: Contratação de empresa especializada do ramo da construção civil, para Requalificação Urbana, Elétrica e Paisagismo do canteiro central da Avenida 2 de Dezembro, conforme Termo de Referência, projeto executivo e seus anexos, em atendimento da Secretaria Municipal de Infraestrutura, deste Município de Aripuanã-MT. Venho atraves deste comunicar que será realizada a sessão interna para abertura do envelope de proposta da Empresa ELÉTRICA RADIANTE MATERIAIS ELETRICOS LTDA EPP. Data de abertura do envelope: 18/08/2023 horário: 08h00min (oito) horário local.**

**Local:** Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Aripuanã, CEP: 78. 325-000 - Aripuanã/MT. O Edital contendo as regras do certame encontra-se disponível aos interessados no mesmo endereço de segunda a quinta-feira das 07h00min às 11h00min e das 13h00min as 17h00min, na sexta-feira das 07h00min às 13h00min, e também através do site http://www.aripuana.mt.gov.br, ou pelo e-mail licitacao@aripuana.mt.gov.br. Maiores informações pelo telefone (066) 3565-3900.

Aripuanã-MT, 16 de agosto de 2023.

**Sidnei pereira de Souza Junior**

Supervisor de Licitações

**RECURSOS HUMANOS**
**TERMO DE RESCISÃO N.º 101/2023 AO CONTRATO N.º 021/2023**

DISTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; DISTRATADA: **CRAUDE DOS SANTOS**; REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; RESCISÃO A PARTIR DE 01/08/2023.

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº 16.309/2023**

A Prefeita Municipal de Aripuanã**,** no uso de suas atribuições legais e com amparo no Art. 35 da Lei Complementar nº. 183/2021 e no Artigo 69, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

**Considerando** o requerido no Memorando nº 797/SEMUSA/2023, o qual solicita a concessão da Gratificação e Deferido da Gestora;

**RESOLVE:**

**CONCEDER, Gratificação Adicional** de 10% (dez por cento), incidente sobre o salário base, para o Cargo de Carreira abaixo relacionado, pertencente a Secretaria Municipal de Saúde, e **lotados no Hospital Municipal,** a partir de 14/08/2023.

| Nome | Cargo | Lotação |
|---|---|---|
| **Raiane Bernardo da Silva** | Enfermeira | Hospital Municipal |

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 15 dias de agosto de 2. 023.

***SELUIR PEIXER REGHIN***

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se.

**ALOISIO FERNANDO MUNCINELLI**

Secretário Municipal de Administração

**RECURSOS HUMANOS**
**CONTRATO N.º 177/2023**

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: **MARCILEIA ANDRADE FRANK CARVALHO**; REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE PESSOAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N. 001/2022; TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL-TDE NA ESCOLA MUN. JOSÉ DE ALENCAR; VALOR MENSAL R$ 2.326,65 (DOIS MIL, TREZENTOS E VINTE E SEIS REAIS E SESSENTA E CINCO CENTAVOS); VIGENCIA: 01 DE AGOSTO DE 2023 A 26 DE JULHO DE 2026.

**RECURSOS HUMANOS**
**TERMO DE RESCISÃO N.º 104/2023 AO CONTRATO N.º 153/2023**

DISTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; DISTRATADA: **JANETE VIEIRA SOARES**; REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; RESCISÃO A PARTIR DE 02/08/2023.

**RECURSOS HUMANOS**
**TERMO DE RESCISÃO N.º 105/2023 AO CONTRATO N.º 129/2023**

DISTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; DISTRATADA: **SANDRA HARGESHEIMER DOS SANTOS**; REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – CONTRATAÇÃO DIRETA; RESCISÃO A PARTIR DE 01/08/2023.

**RECURSOS HUMANOS**
**CONTRATO N.º 179/2023**

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: **ROSALIA ALVES TAVEIRA**; REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE PESSOAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS – CONTRATAÇÃO DIRETA; TÉCNICA EM ENFERMAGEM NA UBS JARDIM PLANALTO; VALOR MENSAL R$ 3.061,64 (TRÊS MIL, SESSENTA E UM REAIS E SESSENTA E QUATRO CENTAVOS); VIGENCIA: 01 DE AGOSTO DE 2023 A 31 DE DEZEMBRO DE 2023.

**RECURSOS HUMANOS**
**CONTRATO N.º 180/2023**

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADO: **RICARDO ALVES DE SOUZA**; REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE PESSOAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS – CONTRATAÇÃO DIRETA; MOTORISTA DO TRANSPORTE ESCOLAR; VALOR MENSAL R$ 4.286,30 (QUATRO MIL, DUZENTOS E OITENTA E SEIS REAIS E TRINTA CENTAVOS); VIGENCIA: 01 DE AGOSTO DE 2023 A 20 DE DEZEMBRO DE 2023.

**RECURSOS HUMANOS**
**CONTRATO N.º 181/2023**

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADO: **LEANDRO RODRIGUES PEREIRA**; REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE PESSOAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS – CONTRATAÇÃO DIRETA; MOTORISTA DO TRANSPORTE ESCOLAR; VALOR MENSAL R$ 4.286,30 (QUATRO MIL, DUZENTOS E OITENTA E SEIS REAIS E TRINTA CENTAVOS); VIGENCIA: 01 DE AGOSTO DE 2023 A 20 DE DEZEMBRO DE 2023.

**RECURSOS HUMANOS**
**CONTRATO N.º 182/2023**

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADO: **FERNANDO DE OLIVEIRA GOMES**; REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE PESSOAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS – CONTRATAÇÃO DIRETA; ZELADOR DE PÁTIO NA SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO; VALOR MENSAL R$ 2.469,21 (DOIS MIL, QUATROCENTOS E SESSENTA E NOVE REAIS E VINTE E UM CENTAVOS); VIGENCIA: 01 DE AGOSTO DE 2023 A 20 DE DEZEMBRO DE 2023.

**RECURSOS HUMANOS**
**CONTRATO N.º 183/2023**

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADO: **ANTONIO MARINHO FLORENTINO**; REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE PESSOAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS – CONTRATAÇÃO DIRETA; ZELADOR DE PÁTIO NA ESCOLA MUN. JOSE ARY DA CSOTA; VALOR MENSAL R$ 2.469,21 (DOIS MIL, QUATROCENTOS E SESSENTA E NOVE REAIS E VINTE E UM CENTAVOS); VIGENCIA: 01 DE AGOSTO DE 2023 A 31 DE DEZEMBRO DE 2023.

**RECURSOS HUMANOS**
**CONTRATO N.º 184/2023**

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: **CARLA ALVES SANTOS**; REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE PESSOAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N. 002/2022; ENGENHEIRO CIVIL NA SEC. MUN. DE GOVERNO E PLANEJAMENTO; VALOR MENSAL R$ 8.450,13 (OITO MIL, QUATROCENTOS E CINQUENTA REAIS E TREZE CENTAVOS); VIGENCIA: 02 DE AGOSTO DE 2023 A 01 DE AGOSTO DE 2024.

**RECURSOS HUMANOS**
**CONTRATO N.º 185/2023**

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: **FERNANDA SOUZA RAMOS**; REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE PESSOAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N. 001/2022; ZELADORA NA SECRETA-

RIA MUN. DE EDUCAÇÃO; VALOR MENSAL R$ 2.204,38 (DOIS MIL, DUZENTOS E QUATRO REAIS E TRINTA E OITO CENTAVOS); VIGENCIA: 03 DE AGOSTO DE 2023 A 26 DE JULHO DE 2024.

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº 16.308/2023**

A Prefeita Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Art. 34 da Lei Complementar nº. 183/2021 e no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o requerido no Memorando nº 797/SEMUSA/2023;

**RESOLVE:**

**CONCEDER,** o funcionário Sr. **IRENE PEREIRA LEITAO DA SILVA**, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 2771179-28 SSP/MT e inscrita no CPF sob o nº. 060.260.001.43, ocupante do Cargo de Carreira de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE,** *lotada na Secretaria Municipal de Saúde,* indenização de campo equivalente ao valor de Gratificação por Desempenho Funcional **- GDF-1,** incidente sobre o salário base que percebe, a partir do dia 15/08/2023.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 15 dias de agosto de 2. 023.

***SELUIR PEIXER REGHIN***

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se.

**ALOISIO FERNANDO MUNCINELLI**

Secretário Municipal de Administração

**RECURSOS HUMANOS**
**CONTRATO N.º 186/2023**

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: **JANETE VIEIRA SOARES**; REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE PESSOAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS – CONTRATAÇÃO DIRETA; RECEPCIONISTA NO HOSPITAL MUNICIPAL; VALOR MENSAL R$ 2.081,92 (DOIS MIL, OITENTA E UM REAIS E NOVENTA E DOIS CENTAVOS); VIGENCIA: 04 DE AGOSTO DE 2023 A 31 DE DEZEMBRO DE 2023.

**RECURSOS HUMANOS**
**CONTRATO N.º 187/2023**

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: **ELENICE DOS SANTOS SOUZA**; REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE PESSOAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N. 002/2021; PROFESSOR NA ESCOLA MUN. GOVERNADOR FRAGELLI; VALOR MENSAL R$ 4.487,61 (QUATRO MIL, QUATROCENTOS E OITENTA E SETE REAIS E SESSENTA E UM CENTAVOS); VIGENCIA: 08 DE AGOSTODE 2023 A 26 DE JULHO DE 2024.

**RECURSOS HUMANOS**
**CONTRATO N.º 188/2023**

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: **ROBERTA DAIANE NASCIMENTO DE ABREU SILVA**; REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE PESSOAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS – CONTRATAÇÃO DIRETA; TÉCNICO EM ENFERMAGEM NO HOSPITAL MUNICIPAL; VALOR MENSAL R$ 3.061,64 (TRÊS MIL, SESSENTA E UM REAIS E SESSENTA QUATRO CENTAVOS); VIGENCIA: 08 DE AGOSTO DE 2023 A 31 DE DEZEMBRO DE 2023.

**RECURSOS HUMANOS**
**CONTRATO N.º 189/2023**

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADO: **JOSÉ LEANDRO ALVES FILHO**; REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE PESSOAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS – CONTRATAÇÃO DIRETA; ZELADOR DE PÁTIO NO RECANTO POUSO MILAGROSO; VALOR MENSAL R$ 2.469,21 (DOIS MIL, QUATROCENTOS E SESSENTA E NOVE REAIS E VINTE E UM CENTAVOS); VIGENCIA: 10 DE AGOSTO DE 2023 A 31 DE DEZEMBRO DE 2023.

**RECURSOS HUMANOS**
**CONTRATO N.º 190/2023**

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: **IVANIR DOS SANTOS SILVA**; REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE PESSOAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS – CONTRATAÇÃO DIRETA; ZELADORA NA ESCOLA MUN. TRILHA DO SABER, NA SALA ANEXA NO VALE DO AMANHECER; VALOR MENSAL R$ 2. 204,38 (DOIS MIL, DUZENTOS E QUATRO REAIS E TRINTA E OITO CENTAVOS); VIGENCIA: 11 DE AGOSTO DE 2023 A 20 DE DEZEMBRO DE 2023.

**RECURSOS HUMANOS**
**CONTRATO N.º 191/2023**

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: **CRISTIANE PERREIRA DA CRUZ**; REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE PESSOAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS – CONTRATAÇÃO DIRETA; MERENDEIRA C.E.I. PROF. LUCIA VALTMAN; VALOR MENSAL R$ 2.204,38 (DOIS MIL, DUZENTOS E QUATRO REAIS E TRINTA E OITO CENTAVOS); VIGENCIA: 11 DE AGOSTO DE 2023 A 20 DE DEZEMBRO DE 2023.

**SUPERVISÃO DE CONTRATOS E PROCESSOS**
**TERMO ADITIVO Nº 165/2023**

QUINTO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº. 43/2022 PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA (SONDAGEM DE SOLO), EM ATENDIMENTO A SECRETÁRIA DE DESENVOLVIMENTO DA CIDADE DESTE MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ – MT. PRORROGAÇÃO PRAZO DE VIGÊNCIA: 15/08/2023 A 14/11/2023. PRORROGAÇÃO PRAZO DE EXECUÇÃO: 15/08/2023 A 14/11/2023.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

**CÂMARA MUNICIPAL**
**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO**

**EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO**

DISPENSA DE LICITAÇÃO: 011/2023.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 017/2023.

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES/MT.

CONTRATADA: BARRA SOLUÇÕES INFORMÁTICA E PAPELARIA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE - 01 (UM) COMPUTADOR DO TIPO DESKTOP COMPLETO E 1 (UMA) IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL, PARA ATENDER A DEMANDA DO SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES/MT.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 75, II da Lei 14.133/2021.

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO**

O Procedimento de Dispensa de Licitação n. 011/2023 de que trata este processo, objetivou a seleção da melhor proposta para a CONTRATAÇÃO

DE EMPRESA NA MODALIDADE DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE - 01 (UM) COMPUTADOR DO TIPO DESKTOP COMPLETO E 1 (UMA) IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL, PARA ATENDER A DEMANDA DO SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES/MT.

Destaca-se que em toda a sua tramitação foi atendida à legislação pertinente.

Posto isto, **HOMOLOGO** o Procedimento Dispensa n. 011/2023 e **ADJUDICO** o objeto, qual seja, a AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE - 01 (UM) COMPUTADOR DO TIPO DESKTOP COMPLETO E 1 (UMA) IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL, PARA ATENDER A DEMANDA DO SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES/MT, CONFORME ESPECIFICAÇÕES, no valor global de R$ 5.300,00 (cinco mil e trezentos reais), conforme documentos que instruem este processo.

**Sidnei Gomes de Souza**

Presidente da Câmara Municipal

## FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE BARRA DO BUGRES

### PORTARIA Nº018/2023

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Idade a **Sra. Elisabeth Moura de Oliveira**."

A Diretora Executiva do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Barra do Bugres/MT – BARRA-PREVI, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o Art. 40, §1º, inciso III, alínea "b", da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constituição n.º 41/2003, c/c Art. 12, inciso III, alínea "b", da Lei Municipal n.º **1.554, de 04 de julho de 2005**, que dispõe sobre a reestruturação do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Barra do Bugres/MT; Lei complementar n.º 052/2013, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos servidores municipais e Lei municipal nº 2.585/2023 que dispõe sobre Revisão Geral Anual dos Servidores Públicos do Município de Barra do Bugres/MT;

**Resolve:**

**Art. 1º.** Conceder o benefício **Aposentadoria por Idade**, a servidora Sra. **Elisabeth Moura de Oliveira**, brasileira, portadora da cédula de identidade n.º 0622541-1 SESP/MT, inscrita no CPF sob o n.º 759.811.491-91, servidora efetivo, no cargo de Cozinheiro, com carga horária de 40 horas semanais, Classe "E", Nível "10", lotada na Secretaria Municipal de Saúde, devidamente matriculado sob o n.º 759, contando com **22 (vinte e dois) anos, 01 (um) mês e 26 (vinte e seis) dias** de tempo de contribuição, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, conforme processo administrativo**,** do BARRA-PREVI, n.º **2023.02.00012P**, a partir da data de **01/08/2023** até posterior deliberação.

**Art. 2º.** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, **retroagindo os seus efeitos legais a data de 01 de agosto de 2023,** revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Barra do Bugres/MT, 16 de agosto de 2023.

**MÀRCIA APARECIDA DE OLIVEIRA GUERRA**

**Diretora do BARRA-PREVI**

Homologo:

**MARIA AZENILDA PEREIRA**

**Prefeita Municipal**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS

### AVISO SUSPENSÃO PE 042/2023

**AVISO DE SUSPENSÃO**

PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 042/2023/PMBG-MT

A Prefeitura Municipal de Barra do Garças, estado de Mato Grosso, através de seu Pregoeiro, nomeado pela Portaria nº. 19.752/2023, torna público a SUSPENSÃO do processo licitatório pregão eletrônico (SRP) – nº 042/2023, Objeto:

Futura e Eventual Aquisição de Microcomputadores e Licença de Microsoft Office, Conforme Condições, Descrições e Especificações Técnicas Contidas neste Termo de Referência e seus anexos para Atendimento da Secretaria de Finanças da Prefeitura Municipal de Barra do Garças, para que seja realizado alterações no instrumento convocatório. O Edital retificado e a nova data de sessão pública serão publicados respeitando os prazos legais. Demais informações no setor de licitações, Bloco II, Rua: Carajás, nº 522, Centro, Barra do Garças – MT. Fone: 0xx.66.3402.2000 – Ramal - 2045.

Barra do Garças-MT, 16 de agosto de 2023.

Danilson Pereira Brito

Pregoeiro

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

### MEMBRO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 52/2023

**Interessada:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES.

**Para atendimento do disposto no § 2º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, a Prefeitura de Cáceres, através da Secretaria Municipal de Administração torna públicos os preços registrados na ata abaixo discriminada, bem como, as respectivas empresas detentoras, conforme segue:**

**Objeto**:Registro de Preço para futura e eventual aquisição de BUFFET para Eventos Institucionais e Culturais para atender à demanda do Município de Cáceres, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

**ATA DE REGISTRO DE PREÇO 260/2023**

**EMPRESA: ZILLO E BARROS LTDA – CNPJ: 32.160.800/0001-66**

| Item | 28558 Código | ZILLO E BARROS LTDA CNPJ: 32.160.800/0001-66 Descrição do Produto/Serviço | Unidade | Quantidade | Valor Unitário | Valor Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 3 | 001.074.340 | Kit lanche tipo -: em embalagem plástica descartável: 01 (um) sanduíche de pão de leite (mínimo de 10cm) ou pão francês (mínimo 50g), com queijo cremoso, presunto e queijo muçarela, (todos os itens de primeira qualidade), 01 (um) suco de fruta (sem aditivos "leite") em caixa com 200 ml, acondicionados em outra embalagem individual descartável | UN | 3550 | 9.97 | 35,393.50 |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **5** | **001.074.341** | **Lanche sanduiche tipo cachorro quente** pão de leite de 50 (cinquenta) gramas com 01 (uma) salsicha constituída da mistura de carne suína de 1 ª (primeira) qualidade (tipo hot dog) cosida, com molho de tomate e mostarda com batata palha acondicionados em caixa de isopor | **UN** | **5500** | **7.25** | **39,875.00** |
| | | **Total do Proponente** | | | | **75,268.50** |

Cáceres - MT, 16 de agosto de 2023.

**CONTRATANTE**:

_____

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES – MT**

WILSON MASSAHIRO KISHI

Secretário Municipal de Administração

CPF**:** 299.641.051-34

**CONTRATADA:**

_____

**EMPRESA:** ZILLO E BARROS LTDA

**CNPJ:** 32.160.800/0001-66

**Representante:** ADRIANA BARBOSA BARROS

**CPF:** 486.944.601-49

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CÁCERES DECRETO Nº527, DE 09/08/2023. REMANEJA RECURSOS DO ORÇAMENTO VIGENTE DE 2023**

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso e gozo de suas legais atribuições e de acordo com a Lei N.º 3.142/2023.

DECRETA

Art. 1º - Ficam **remanejados** na forma do anexo deste decreto, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2023:

Art. 2º - A alteração introduzida pelo presente Decreto não implica em abertura de crédito adicional, suplementar, especial ou mesmo extraordinário, já que efetuada dentro dos limites dos grupos de despesa impostos na Lei de nº3142, de 20 de março de 2023 e dentro dos valores aprovados para os poderes, órgãos e unidades contempladas.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES-MT, 09 DE AGOSTO DE 2023.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

**Prefeita Municipal**

**ANEXO**

**ACRÉSCIMOS**

LOCAL: 02 PODER EXECUTIVO

02 03 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Ficha: 119 04.122.1002.2018.0000 GOVERNANÇA PÚBLICA MUNICIPAL 59.000,00

3.3.90.35.00 SERVIÇOS DE CONSULTORIA

Ficha: 121 04.122.1002.2018.0000 GOVERNANÇA PÚBLICA MUNICIPAL 42.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 101.000,00

**REDUÇÕES**

LOCAL: 02 PODER EXECUTIVO

02 04 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

Ficha: 156 99.999.9999.9999.0000 RESERVA DE CONTINGÊNCIA -101.000,00

9.9.99.99.00 RESERVA DE CONTINGÊNCIA

TOTAL DAS ANULAÇÕES -101.000,00

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CÁCERES PORTARIA Nº 667 DE 10 DE AGOSTO DE 2023**

**O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

**CONSIDERANDO** o art. 67 de Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, onde determina que a execução dos Contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

**CONSIDERANDO** o que consta no Processo submetido ao Memorando sob nº 29.129 de 04 de agosto de 2023;

**RESOLVE**:

**Art.1º** *Designar os servidores ora indicados, ambos lotados* naSecretaria-Municipal de Educação, como responsáveis pela fiscalização e controle do contrato relacionado abaixo.

**Titular:** Orisvaldo José da Silva

**Suplente:** Robson Lage Brito

| Nº Contrato | Contratado | Objeto | Data da Assinatura do Contrato | Vigência |
|---|---|---|---|---|
| 186/22 | INFORTOUCH - AGÊNCIA DE COMUNICAÇÃOEVENTOS E PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI. | O presente instrumento tem por objeto a contratação de empresa especializada em prestação de serviços de locação de estrutura geral e demais serviços pertinentes à realização dos eventos da Secretaria Municipal de Educação. | 29/08/22 | 12 meses |

§ 1º Os servidores acima designados devem acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, bem como, registrar detalhadamente por escrito todas as ocorrências, encaminhá-las à Secretaria Municipal de Educação e determinar o que for necessário para a regularização.

§ 2º Os casos em que excederem a competência dos servidores responsáveis pela fiscalização, deverão ser repassados ao Gestor da Pasta, para a adoção das providências necessárias.

**Art.2º** Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº761 de 13 de outubro de 2022.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 10 de agosto de 2023.

**FRANSERGIO ROJAS PIOVESAN**

**Secretário Municipal de Educação**

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CÁCERES**
**PORTARIA Nº 664 DE 10 DE AGOSTO DE 2023**

**O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

**CONSIDERANDO** o art. 67 de Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, onde determina que a execução dos Contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

**CONSIDERANDO** o que consta no Processo submetido ao Memorando sob nº 29.088 de 04 de agosto de 2022;

**RESOLVE**:

**Art.1º** Designar os servidores a seguir relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Educação, como responsáveis pela fiscalização e controle do contrato abaixo.

**Titular:** ORISVALDO JOSÉ DA SILVA

**Suplente:** ROBSON LAGE BRITO

| Nº Contrato | Contratado | Objeto | Data Assinatura | Vigência |
|---|---|---|---|---|
| 150/22 | BOX SERVICOS DE TERCEIRIZAÇÃO LTDA. | Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em EQUIPAMENTO DE CLIMATIZAÇÃO (ar condicionado de janela e Split) e APARELHO/SISTEMA DE REFRIGERACAO, com fornecimento de peças quando for o caso, componentes e acessórios novos e originais, quando for o caso, para atender a Secretaria contratante | 02/08/22 | 12 meses |

§ 1º Os servidores acima designados deverão acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, bem como, registrar detalhadamente por escrito todas as ocorrências, encaminhá-las para a Secretaria responsável acima e determinar o que for necessário para a regularização.

§ 2º Os casos em que excederem a competência dos servidores responsáveis pela fiscalização, deverão ser repassados ao Gestor da Pasta para a adoção das providências necessárias.

**Art.2º** Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria 523 de 03 de agosto de 2022.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 10 de agosto de 2023.

**FRANSERGIO ROJAS PIOVESAN**

Secretário Municipal de Educação

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CÁCERES**
**PORTARIA Nº 663 DE 10 DE AGOSTO DE 2023**

**O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2. 258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

**CONSIDERANDO** o art. 67 de Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, onde determina que a execução dos Contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

**CONSIDERANDO** o que consta no Processo submetido ao Memorando sob nº 27.087 de 19 de julho de 2023;

**RESOLVE**:

**Art.1º** Designar os servidores ora indicados, lotados na Assessoria Técnica I, como responsáveis pela fiscalização e controle do contrato abaixo.

**Titular:** Gesica Chaika da Silva

**Suplente: Ozelayne Lemes Campos**

**Fiscal de execução: Engenheiro Civil Gean Carlos Soares Militão.**

| Nº Contrato | Contratado | Objeto | Data Assinatura | Vigência |
|---|---|---|---|---|
| 229/2023 PGM | AFX ENGENHARIA LTDA | O presente Contrato Administrativo tem como objeto a contratação de empresa especializada em engenharia para a Conclusão da Construção da Oficina Ortopédica e Ampliação do CER II, no município de Cáceres – MT, localizado à Rua Nossa Senhora Aparecida, nº 353, bairro Santa Isabel, no município de Cáceres, de acordo com Projeto Executivo de Arquitetura e Complementares, Especificações Técnicas, Planilha Orçamentária, BDI, Cronograma Físico-Financeiro, Memória de Cálculo, Composição de Preços, e pelas condições estabelecidas neste Contrato. | 08.08.2023 | 180 dias |

§ 1º Os servidores acima designados deverão acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, bem como, registrar detalhadamente por escrito todas as ocorrências, encaminhá-las à Secretaria Municipal de Saúde e determinar o que for necessário para a regularização.

§ 2º Os casos em que excederem a competência dos servidores responsáveis pela fiscalização, deverão ser repassados ao Gestor da Pasta para a adoção das providências necessárias.

**Art.2º** Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 10 de agosto de 2023.

**VITOR MIGUEL DE OLIVEIRA**

Secretário Municipal de Saúde

**PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO**
**TERMO DE RESCISÃO CONSENSUAL DE CONTRATO - CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 095/2020-PGM**

**DISTRATANTE:**SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**DISTRATADA:** KHRONOS SEGURANÇA PRIVADA LTDA

**CONSIDERANDO**, **o PREGÃO ELETRÔNICO N.º 037/2020, Ata de Registro de Preço nº 114/2020, considerando o Processo Administrativo Licitatório nº 168/2020-1DOC, de 10/06/2020, considerando o Termo de Referência nº 11/2020,** considerando a solicitação de contrato realizada no **Memorando nº 27.629/2020**,que gerou o **CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 095/2020**, contratação de empresa para Serviços de Rastre-

amento de Veículos por GPRS/Localização por GPS, para atender demanda da frota da Secretaria Municipal de Educação;

**CONSIDERANDO**, o disposto no **Memorando n° 18.080/2023**, da *Secretaria Municipal de Administração*, que solicita a **RESCISÃO** do acima citado contrato de n° **095/2020-PGM**, pelos motivos nele expostos;

**CONSIDERANDO**, ademais, que o Contrato Administrativo originalmente firmado, obedeceu a todos os trâmites legais, tendo sido regularmente publicado no Diário Oficial do Município e cadastrado no Sistema de Contabilidade Pública Integrado, e que a assinatura de sua Rescisão Contratual e respectiva publicação, constituem-se na correta ferramenta jurídica de extinção dos direitos e obrigações decorrentes da celebração original;

**RESOLVEM** celebrar o presente **TERMO DE RESCISÃO CONSENSUAL**, fundamentado nos termos do art. 79, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, de 21/06/1993, suas alterações posteriores e, supletivamente, pelos princípios da teoria geral dos contratos e, ainda, pelas cláusulas e condições a seguir delineadas:

**CLÁUSULA 1ª.** Rescindir, com efeitos a partir da presente data, o **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 095/2020-PGM**, com fulcro nas razões de fato e de direito acima expostas e com fundamento legal no art. 79, inciso II, da Lei Federal nº8.666/93, de 21/06/1993.

**DATA DE ASSINATURA:** Cáceres-MT, 28 de julho de 2023.

## SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
## PAUTA DE JULGAMENTO - CONSELHO DE CONTRIBUINTES DE CACERES - AGOSTO/2023

A Presidente do Conselho de Contribuintes de Cáceres, no uso de suas atribuições, conferidas pelo decreto Nº. 144 30 de março de 2020, e pelo Decreto Nº.253 de 07 de maio de 2020. Considerando o estabelecido pelo Artigo 41, Seção V do Decreto n° 144 de 30 de março de 2020. Torna pública a pauta de julgamento de processos do Conselho de Contribuintes de Cáceres, que ocorrerá por videoconferência, conforme calendário abaixo:

| DATA E HORA | LINK DE ACESSO |
|---|---|
| 03/08/2023 17:30 | https://meet.google.com/wjj-rvtd-phs |

| PROCESSO | REQUERENTE | CONSELHEIRO RELATOR |
|---|---|---|
| 675/2023 | Victor Luís Martins de Almeida | Richard Rodrigues da Silva |
| 24.935/2023 | Agência de Turismo Porto Belo | Miriele Garcia R. de Lima |

| DATA E HORA | LINK DE ACESSO |
|---|---|
| 07/08//2023 17:30 | https://meet.google.com/kos-gbnx-sbp |

| PROCESSO | REQUERENTE | CONSELHEIRO RELATOR |
|---|---|---|
| 13.345/2023 | Escritório União | Antônio Carlos Leite |
| 5.965/2023 | Exequiel Fuentes Gonzales | Jovanil de Campos |

| DATA E HORA | LINK DE ACESSO |
|---|---|
| 10/08//2023 17:30 | https://meet.google.com/hex-aksm-ojg |

| PROCESSO | REQUERENTE | CONSELHEIRO RELATOR |
|---|---|---|
| 14.053/2023 | Ricardo Caproni da Silva | Miriele Garcia R. de Lima |
| 13.109/2021 | Cartório 2º Ofício | Nycollas/Jovanil/Antônio Carlos/ Richard |

| DATA E HORA | LINK DE ACESSO |
|---|---|
| 14/08/2023 17:30 | https://meet.google.com/wts-kfqm-xao |

| PROCESSO | REQUERENTE | CONSELHEIRO RELATOR |
|---|---|---|
| 6.682/2023 | João Vilmar dos Santos | Vitor Miguel de Oliveira |
| 9611/2022 | Renato Tosta Lima | Nycollas Fernandes Almeida |

| DATA E HORA | LINK DE ACESSO |
|---|---|
| 17/08/2023 17:30 | https://meet.google.com/rrk-vdyr-mqk |

| PROCESSO | REQUERENTE | CONSELHEIRO RELATOR |
|---|---|---|
| 5.132/2022 | José Martins | Jovanil de Campos |
| 5.153/2023 | Vera Oliveira Delu-qui | Richard Rodrigues da Silva |

| DATA E HORA | LINK DE ACESSO |
|---|---|
| 21/08/2023 17:30 | https://meet.google.com/hjz-wpze-gxt |

| PROCESSO | REQUERENTE | CONSELHEIRO RELATOR |
|---|---|---|
| 634/2023 | Suelen Soares Leite | Miriele Garcia R. de Lima |
| 8.480/2023 | Manoel Maria dos Santos | Richard Rodrigues de Lima |

| DATA E HORA | LINK DE ACESSO |
|---|---|
| 23/08/2023 17:30 | https://meet.google.com/dfo-fgjr-mox |

| PROCESSO | REQUERENTE | CONSELHEIRO RELATOR |
|---|---|---|
| 3.941/2023 | Maria Angélica da Silva | Antônio Carlos Leite |
| 8.522/2023 | Fernandes Fraga | Vitor Miguel de Oliveira |

| DATA E HORA | LINK DE ACESSO |
|---|---|
| 28/08/2023 17:30 | https://meet.google.com/dzx-sjqm-asw |

| PROCESSO | REQUERENTE | CONSELHEIRO RELATOR |
|---|---|---|
| 24.589/2022 | Grupo Art. Cult. Chalana | Nycollas Fernandes Almeida |
| 17.130/2021 | Ingrid Anne Schimidt | Antônio Carlos Leite |

| DATA E HORA | LINK DE ACESSO |
|---|---|
| 31/08/2023 17:30 | https://meet.google.com/atw-rphq-xsr |

| PROCESSO | REQUERENTE | CONSELHEIRO RELATOR |
|---|---|---|
| 24.177/2022 | Raimundo Pereira de Souza | Miriele Garcia R. de Lima |

Distribuição da pauta de Setembro.

Cáceres,01 de Agosto de 2023.

ELIANA DA SILVA CARVALHO DUARTE

PRESIDENTE

## EDITAL COMPLEMENTAR Nº 059/2023 - CONVOCAÇÃO - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO UNIFICADO - EDITAL N° 004/ 2022

**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO UNIFICADO - EDITAL N° 004/ 2022**

**EDITAL COMPLEMENTAR 059/2023**

A Secretaria Municipal de Saúde de Cáceres – MT, no uso de suas atribuições legais, conforme disposto no art.37, da Constituição da República Federativa do Brasil/88, na Lei Orgânica do Município, na Lei 1931/2005 e demais Leis que criaram os cargos.

**RESOLVE:**

**I – CONVOCAR** candidato classificado no Processo Seletivo Simplificado Unificado nº 004/2022, para comparecerem na Secretaria Municipal de Saúde, situadas na Avenida Getúlio Vargas – Nº 896, Bairro Jardim Celeste na sala da Coordenação de Gestão de Pessoas desta Secretaria, nos dias **17, 18, 21, 22 e 23/08/2023 as 08:00 as 11:00 e 14:00 as 17:00** horas para apresentar as documentações para a devida contratação nos termos do **Edital 004/2022 do Processo Seletivo Simplificado Unificado**, conforme **Anexo I** deste edital;

**II – INFORMAR** que para ser contratado, no dia da lotação o candidato deverá apresentar cópias de documentos pessoais e afins, conforme **Anexo II.**

Cáceres-MT, 16 de Agosto de 2023.

**VITOR MIGUEL DE OLIVEIRA**

Secretário Municipal de Saúde

**ANEXO I**

**CONVOCAÇÃO PARA LOTAÇÃO/ATRIBUIÇÃO**

***CARGO: ASSISTENTE SOCIAL – A. URBANA***

| Nº | NOME | DATA NASCIMENTO | PONTUAÇÃO FINAL |
|---|---|---|---|
| 00004 | KELLY ANFELI CARDOSO BARBOSA | 01/02/1974 | 58,50 |

***CARGO: ENFERMEIRO – A. URBANA***

| Nº | NOME | DATA NASCIMENTO | PONTUAÇÃO FINAL |
|---|---|---|---|
| 00022 | LUKAS VINICIUS RODRIGUES DA SILVA | 31/12/1998 | 66,00 |
| 00023 | ISNAYRA MICHELLE CRISTINE DELMONDES VALENTIN | 05/07/1995 | 66,00 |
| 00024 | FAGNER CARVALHO MENDES | 08/09/1994 | 65,00 |
| 00025 | MAISA CONSUELO DOS SANTOS SHIMOKAWA | 29/03/1986 | 65,00 |

**ANEXO II**

**DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA CONTRATAÇÃO**

| DOCUMENTOS PESSOAIS | |
|---|---|
| 1 | Cópia RG e CPF (Legível) |
| 2 | Cópia da Certidão de Casamento ou Nascimento |
| 3 | Cópia do Título de Eleitor |
| 4 | Documentos que comprovem estar quites com obrigações eleitorais https://www.tre-mt.jus.br/eleitor/certidoes/quitac... |
| 5 | Cópia de Certificado de Reservista (masculino) |
| 6 | Cópia da Carteira de Trabalho (páginas onde constam, número e série da CTPS, Qualificação Civil e Contrato de Trabalho: último registro de contrato e a próxima página em branco) |
| 7 | Cópia CNH (Em caso de cargo especifico verificar a categoria exigida) |
| 8 | Cópia de Cadastro no PIS/PASEP |
| 9 | Cópia do Diploma / Comprovante de Escolaridade |
| 10 | 1 Foto 3X4 Atualizada |
| 11 | Cópia da Carteira do Conselho de Classe MT, quando se tratar de profissão Regulamentada incluindo comprovante de quitação de anuidade |
| 12 | Número CPF Pai, Mãe, Cônjuge, Filhos e/ou Dependentes, se os pais forem falecidos apresentar atestado de óbito ou declaração de não convivência com os pais. |
| 13 | Cópia da Certidão de Nascimento dos filhos |
| 14 | Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos menores de cinco anos. |
| 15 | Cartão Vacina Adulto (especifico para Servidores da área de saúde) |
| 16 | Comprovante de Residência atual (copia conta agua, luz, telefone ou contrato de locação do imóvel) |
| 17 | Declaração de não acumulação ilegal de cargo e emprego público, assinado pelo servidor conforme documento pessoal. |
| 18 | Atestado Médico Admissional – Emitido por Médico do Trabalho |
| 19 | Certidão negativa dos últimos 5 (cinco) anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais junto ao Estado de Mato Grosso. Disponível nos seguintes endereços:<br>- 1º Grau https://sec.tjmt.jus.br/emitir-certidao-de-primeir...<br>-2º Grau https://sec.tjmt.jus.br/emitir-certidao-de-segundo... |
| 20 | Certidão Criminal Federal http://www.trf1.jus.br/servicos/certidao |
| 21 | Declaração de Bens/ Recibo do Imposto de Renda |
| 22 | Decl. de ausência de parentesco com outros membros do Poder Executivo/Legislativo |
| 23 | Telefone e E-mail |
| 24 | Qualificação cadastral - https://www.gov.br/esocial/pt-br/empresas/consulta-qualificacao-cadastral. |

**PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO**
**TERMO DE RESCISÃO CONSENSUAL DE CONTRATO - CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 102/2020-PGM**

**DISTRATANTE:**SECRETÁRIO MUNICIPAL DEADMINISTRAÇÃO

**DISTRATADA:** KHRONOS SEGURANÇA PRIVADA LTDA

**CONSIDERANDO**,**o PREGÃO ELETRÔNICO N.º 037/2020, Ata de Registro de Preço nº 114/2020, considerando o Processo Administrativo Licitatório nº 168/2020-1DOC, de 10/06/2020, considerando o Termo de Referência nº 11/2020,** considerando a solicitação de contrato realizada no **Memorando nº 26.962/2020-1DOC**,que gerou o **CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 102/2020**, contratação de empresa para Serviços de Rastreamento de Veículos por GPRS/Localização por GPS, para atender demanda da frota da Secretaria Municipal de Administração;

**CONSIDERANDO**, o disposto no **Memorando n° 18.549/2023**, da Secretaria Municipal de Administração, que solicita a **RESCISÃO** do acima citado contrato de n° **102/2020-PGM, pelos motivos nele expostos;**

**CONSIDERANDO**, ademais, que o Contrato Administrativo originalmente firmado, obedeceu a todos os trâmites legais, tendo sido regularmente publicado no Diário Oficial do Município e cadastrado no Sistema de Contabilidade Pública Integrado, e que a assinatura de sua Rescisão Contratual e respectiva publicação, constituem-se na correta ferramenta jurídica de extinção dos direitos e obrigações decorrentes da celebração original;

**RESOLVEM** celebrar o presente **TERMO DE RESCISÃO CONSENSUAL**, fundamentado nos termos do art. 79, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, de 21/06/1993, suas alterações posteriores e, supletivamente, pelos princípios da teoria geral dos contratos e, ainda, pelas cláusulas e condições a seguir delineadas:

**CLÁUSULA 1ª.** Rescindir, com efeitos a partir da presente data, o **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 102/2020-PGM**, com fulcro nas razões de fato e de direito acima expostas e com fundamento legal no art. 79, inciso II, da Lei Federal nº8.666/93, de 21/06/1993.

**DATA DE ASSINATURA:** Cáceres-MT, 28 de julho de 2023.

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CÁCERES**
**DECRETO Nº. 543 DE 16 DE AGOSTO DE 2023**

**A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO,** no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal; e:

**CONSIDERANDO** o Processo Judicial 1011906-03.2022.8.11.0006 4º Vara Cível de Cáceres-Fazenda Pública;

**CONSIDERANDO** o que consta submetido ao Processo Judicial-Justiça Estadual 122 de 08 de fevereiro de 2023;

**R E S O L V E:**

**ART. 1º** Revogar o Decreto nº 125 de 09 de fevereiro de 2023 **para que os efeitos do Decreto nº 077 de 24 de janeiro de 2023 sejam restabelecidos** em desfavor da servidora **ODENISE JARA GOMES LENTE**, a partir desta data.

**ART. 2º** Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 16 de agosto de 2023.

**ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS**

**Prefeita Municipal de Cáceres**

**FRANSERGIO ROJAS PIOVESAN**

**Secretário Municipal de Educação**

**AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 65-2023 COM REGISTRO DE PREÇO - MENOR PREÇO POR LOTE**

**Interessada:** Secretaria Municipal de Saúde

**Objeto:** Registro de Preço para futura e eventual confecção Prótese (PT e PPR) superior e inferior adulto necessária para atender o Programa de Laboratórios Regionais de Próteses Dentárias (LRPD) na Odontologia do Município de Cáceres-MT**Realização:** 31 de agosto de 2023 às 09h00min horário de Brasília.

**Observação:** A pasta contendo o Edital e seus anexos poderão ser obtidos, na Prefeitura de Cáceres-MT, situada à Av. Brasil nº 119, CEP: 78210-906, ou baixadas no portal https://www.caceres.mt.gov.br/Licitacoes/ e na plataforma ou gov.br/compras.

Prefeitura de Cáceres-MT, 16 de agosto de 2023.

**IGOR DE SOUZA OLIVEIRA**

**PREGOEIRO OFICIAL**

**Portaria nº 415/2023**

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CÁCERES**
**PORTARIA Nº 675 DE 11 DE AGOSTO DE 2023**

**O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

**CONSIDERANDO** o Inciso III do Artigo 101 da Lei Complementar nº 025 de 27 de novembro de 1997 e o Artigo 40, Inciso I da Lei Complementar nº 48, de 05 de setembro de 2003;

**CONSIDERANDO** o que consta no Processo submetido ao Memorando nº 30.095, de 11 de agosto de 2023;

**RESOLVE**:

**Art.1º** Conceder as servidoras, abaixo relacionadas, lotadas na Secretaria Municipal de Administração, Licença-Prêmio, conforme cronograma.

| Nome/Cargo | Período de Gozo | Período Aquisitivo | Dias de Gozo |
|---|---|---|---|
| ANILCE RIBEIRO DA SILVA | 17/07/2023 - 15/08/2023 | 2011 - 2016 | 30 dias |
| APARECIDA CANDIDA DOS REIS DE SOUZA | 03/07/2023 - 02/10/2023 | 2013 - 2018 | 03 meses |

**Art.2º** Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 11 de agosto de 2023.

**WILSON MASSAHIRO KISHI**

**Secretário Municipal de Administração**

**RELATÓRIO DE OBRAS EM ANDAMENTO - 2023**

**CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 118/2020**

**TOMADA DE PREÇO N. º 09/2020 DO TIPO MENOR PREÇO/ PROCESSO LICITATÓRIO 243/2020**

**Objeto do Contrato:** Construção da Creche Emília Darci no Residencial Aeroporto;

**Local de Execução da Obra:** Rua J, S/N, Bairro Carrapatinho (Residencial Aeroporto) em Cáceres Mato Grosso

**Pasta Contratante:** SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO;

**Contratado (a):** R.C COMÉRCIO DE CONTAINER E CONSTRUÇÕES LTDA;

**CNPJ:** 30.639.331/0001-37;

**Valor Inicial da Obra:** R$1.630.384,93

**Valor Final da Obra:** R$ 2.316.380,82

**Valor aplicado:** R$ 1.434.753,10

**Percentual total aplicado:** 62%

**Percentual mensal aplicado:** 0%

**Valor aplicado no mês vigente:** R$ 0,0

**Data de Início e Fim da Execução da Obra até a presente data:**

Início da Execução: 05/11/2020;

Fim da Execução: 18/09/2023;

**CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 110/2020**

**TOMADA DE PREÇO N. º 10/2020 DO TIPO MENOR PREÇO/ PROCESSO ADMINISTRATIVO 245/2020**

**Objeto do Contrato:** Construção da Creche no Bairro Junco;

**Local de Execução da Obra:** Av. Nossa Senhora do Carmo, sem número, Bairro Junco, em Cáceres Mato Grosso

**Pasta Contratante:** SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO;

**Contratado (a):** R.C COMÉRCIO DE CONTAINER E CONSTRUÇÕES LTDA;

**CNPJ:** 30.639.331/0001-37;

**Valor Inicial da Obra:** R$ 1.872.985,23

**Valor Final da Obra:** R$ 2.286.212,22

**Valor aplicado:** R$ 1.317.268,98

**Percentual total aplicado:** 57%

**Percentual mensal aplicado:** 0%

**Valor aplicado no mês vigente:** 0,00

**Data de Início e Fim da Execução da Obra até a presente data:**

Início da Execução: 04/11/2020;

Fim da Execução: 17/09/2023;

**CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 064/2022**

**CONCORRÊNCIA PÚBLICA N. º 02/2022 DO TIPO MENOR PREÇO GLOBAL/ PROCESSO LICITATÓRIO 59/2022**

**Objeto do Contrato:** Conclusão daConstrução da Pro infância Tipo 1, padrão FNDE Jardim das Oliveiras.

**Local de Execução da Obra:** Av. Barcelona, S/N, Bairro Jardim das Oliveiras, em Cáceres-MT

**Pasta Contratante:** SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO;

**Contratado (a):** CONSTRUPEL COMÉRCIO E SERVIÇOS PARA CONSTRUÇÃO EIRELI.

**CNPJ:** 09.492.967/0001-02;

**Valor Inicial da Obra:** R$ 2.889.517,83

**Valor Final da Obra:** R$ 2.889.517,83

**Valor aplicado:** R$ 1.307.260,47

**Percentual total aplicado:** 45%

**Percentual mensal aplicado:** 0%

**Valor aplicado no mês vigente:** 0,00

**Data de Início e Fim da Execução da Obra até a presente data:**

Início da Execução: 21/06/2022;

Fim da Execução: 14/09/2023;

**CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 165/2017**

**TOMADA DE PREÇO N. º 06/2017 DO TIPO MENOR PREÇO GLOBAL/ PROTOCOLO Nº 32286/17**

**Objeto do Contrato:** Construção da Creche no Bairro Cavalhada II;

**Local de Execução da Obra:** Rua Dos Desenhistas, S/N, Bairro Cavalhada II, em Cáceres-MT

**Pasta Contratante:** SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO;

**Contratado (a):** GECON GESTÃO EM ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA;

**CNPJ:** 11.482.408/0001-63;

**Valor Inicial da Obra:** R$ 1.320.855,49

**Valor Final da Obra:** R$ 1.602.810,34

**Valor aplicado:** R$ 1.506.734,79

**Percentual total aplicado: 94** %

**Percentual mensal aplicado: 0**%

**Valor aplicado no mês vigente:** R$ 0,00

**Data de Início e Fim da Execução da Obra até a presente data:**

Início da Execução: 06/04/2018;

Fim da Execução: Paralisada por rescisão contratual em 21/03/2023;

**CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 017/2022**

**CONCORRENCIA PÚBLICA N. º07/2021 DO TIPO MENOR PREÇO GLOBAL/PROCESSO LICITATÓRIO Nº 679/2021**

**Objeto do Contrato:** Reforma e ampliação da Escola Municipal Dom Máximo Biennés;

**Local de Execução da Obra:** Rua Dos Desenhistas, S/N, Santa Izabel, em Cáceres-MT

**Pasta Contratante:** SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO;

**Contratado (a):** CONSTRUPEL COMÉRCIO E SERVIÇOS PARA CONSTRUÇÃO EIRELI.

**CNPJ:** 09.492.967/0001-02;

**Valor Inicial da Obra:** R$ 2.224.889,90

**Valor Final da Obra:** R$ 2.544.413,70

**Valor aplicado:** R$ 1.693.033,45

**Percentual total aplicado: 66**%

**Percentual mensal aplicado: 9**%

**Valor aplicado no mês vigente:** R$**218.790,35**

**Data de Início e Fim da Execução da Obra até a presente data:**

Início da Execução: 05/05/2022;

Fim da Execução: 28/08/2023;

**CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 068/2022**

**CONCORRENCIA PÚBLICA N. º01/2022 DO TIPO MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE/PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49/2022**

**Objeto do Contrato:** Pavimentação tipo TSD -Tratamento Superficial Duplo e capa selante, drenagem, sinalização e passeio público, - Ruas A, B e Avenida Brasil, bairro Santa Isabel, nesta cidade de Cáceres-MT.

**Local de Execução da Obra:** Rua A, B E AVENIDADE BRASIL, Bairro: Santa Isabel, em Cáceres-MT

**Pasta Contratante:** SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA;

**Contratado (a):** VITURINO PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLANAGEM EIREL.

**CNPJ:** 23.367.209/0001-81;

**Valor Inicial da Obra:** R$ 848.694,60

**Valor Final da Obra:** R$ 941.313,46

**Valor aplicado:** R$ 818.370,03

**Percentual total aplicado: 87**%

**Percentual mensal aplicado: 0**%

**Valor aplicado no mês vigente: R$**0,00

**Data de Início e Fim da Execução da Obra até a presente data:**

Início da Execução:24/06/2022;

Fim da Execução: 13/09/2023;

**CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 065/2022**

**TOMADA DE PREÇO N. º02/2022 DO TIPO MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE/PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49/2022**

**Objeto do Contrato**: Pavimentação tipo TSD - Tratamento Superficial Duplo e capa selante, drenagem, sinalização e passeio público, nas ruas dos Expedicionários, José Souto Faria, no Município de Cáceres-MT;

**Local de Execução da Obra:** Rua dos Epedicionários; Rua José Souto Faria, Bairro: Vila Mariana; Santa Cruz, em Cáceres-MT

**Pasta Contratante:** SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E LOGISTICA;

**Contratado (a):** VITURINO PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLANAGEM EIREL.;

**CNPJ:** 23.367.209/0001-81;

**Valor Inicial da Obra:** R$ 666.516,58

**Valor Final da Obra:** R$ 718.561,96

**Valor aplicado:** R$ 718.561,96

**Percentual total aplicado:** 99%

**Percentual mensal aplicado:** 2,53%

**Valor aplicado no mês vigente:** R$ 18.128,92

**Data de Início e Fim da Execução da Obra até a presente data:**

Início da Execução: 22/06/2022;

Fim da Execução: 12/08/2023; Concluída e recebida provisoriamente 03/08/2023

**CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 258/2022**

**CONCORRENCIA PUBLICA N. º07/2022 DO TIPO MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE/PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 292/2022**

**Objeto do Contrato:** Obra de reforma e revitalização da Praça da Feira do município de Cáceres – MT;

**Local de Execução da Obra:** Rua Padre Cassemiro, Bairro: Centro em Cáceres-MT

**Pasta Contratante:** SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E LOGISTICA;

**Contratado (a):** CONSTRUTORA NOSSA SENHORA APARECIDA LTDA;

**CNPJ:** 36.674.499/0001-60;

**Valor Inicial da Obra:** R$ 1.975.551,35

**Valor Final da Obra:** R$ 1.975.551,35

**Valor aplicado:** 0,00

**Percentual total aplicado:** 0%

**Percentual mensal aplicado:** 0%

**Valor aplicado no mês vigente:** 0,00

**Data de Início e Fim da Execução da Obra até a presente data:**

Início da Execução: Obra não iniciada, pois está aguardando repasse do Governo Federal.

**CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 158/2021**

**CONCORRENCIA PUBLICA N. º01/2021 DO TIPO MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE/PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 473/2021**

**Objeto do Contrato**: Pavimentação tipo TSD - Tratamento Superficial Duplo e capa selante, drenagem, sinalização e passeio público, nas ruas Ametista; Rua Tuiuiús; Avenida dos Estados; Rua João Albuquerque e Avenida Alexandre Pedro Lacerda Rua D, Rua B, Rua H e Rua G; no Município de Cáceres, com área total de 2.220,35 m2, Pavimentação tipo TSD - Tratamento Superficial Duplo e capa selante, drenagem, sinalização e passeio público; no Município de Cáceres.

**Local de Execução da Obra:** Ruas Ametista; Tuiuiús; Av dos Estados;R João Albuquerque e Av Alexandre Pedro Lacerda, Ruas D,B,H,G, Bairro: Vila Mariana, Cohab Velha, Jd Celeste, Cavalhada I, Vila Irene, Vitória Régia em Cáceres-MT

**Pasta Contratante:** SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E LOGISTICA;

**Contratado (a):** WELLOX CONSTRUTORA E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS EIRELI

**CNPJ:** 30.515.116/0001-24;

**Valor Inicial da Obra:** R$ 1.992.701,19

**Valor Final da Obra:** R$ 2.671.635,62

**Valor aplicado:** R$ 1.143.481,31

**Percentual total aplicado:**44%

**Percentual mensal aplicado:** 3%

**Valor aplicado no mês vigente:** R$78.038,67

**Data de Início e Fim da Execução da Obra até a presente data:**

Início da Execução:08/04/2022;

Fim da Execução: 24/08/2023;

**CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 071/2021**

**TOMADA DE PREÇO N. º02/2021 DO TIPO MENOR PREÇO GLOBAL/ PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 416/2021**

**Objeto do Contrato:** Revitalização e Reforma da Infraestrutura da Praça Municipal Major João Carlos, no município de Cáceres – MT, localizada à Rua Padre Casemiro, Centro Histórico de Cáceres.

**Local de Execução da Obra:** Rua Padre Casemiro, Bairro: Centro, em Cáceres-MT

**Pasta Contratante:** SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E LOGISTICA;

**Contratado (a):** NS CONSTRUTORA EIRELI.

**CNPJ:** 14.039.081/001-48;

**Valor Inicial da Obra** R$ 482.129,73

**Valor Final da Obra:** R$ 624.370,58

**Valor aplicado:** R$ 619.363,13

**Percentual total aplicado: 99**%

**Percentual mensal aplicado: 0**%

**Valor aplicado no mês vigente:** 0,00

**Data de Início e Fim da Execução da Obra até a presente data:**

Início da Execução:28/09/2021;

Fim da Execução: 19/04/2023, Concluída e recebida provisoriamente em 22/05/2023

**CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 036/2022**

**CONCORRENCIA PUBLICA N. º01/2022 DO TIPO MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE/PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 013/2022**

**Objeto do Contrato**: Reforma e revitalização da Praça da Feira, no Município de Cáceres–MT, localizado na Rua Padre Cassemiro, Bairro Centro.

**Local de Execução da Obra:** Rua Padre Casemiro, Bairro: Centro, em Cáceres-MT

**Pasta Contratante:** SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E LOGISTICA;

**Contratado (a):** VUOLO ENGENHARIA EIRELI,

**CNPJ:** 37.300.051/0001-49;

**Valor Inicial da Obra** R$ 738.077,38

**Valor Final da Obra:** R$ 847.339,77

**Valor aplicado:** R$ 532.420,79

**Percentual total aplicado:** 63%

**Percentual mensal aplicado:** 0%

**Valor aplicado no mês vigente:** R$ 0,00

**Data de Início e Fim da Execução da Obra até a presente data:**

Início da Execução:18/04/2022;

Fim da Execução: 06/12/2023;

**CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 023/2023**

**CONCORRENCIA PUBLICA N. º05/2022 DO TIPO MENOR PREÇO GLOBAL/PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 237/2022**

**Objeto do Contrato:** obras de Pavimentação tipo TSD - Tratamento Superficial Duplo e capa

selante, drenagem, sinalização e obras complementares, na Rua da Membeca, no município de Cáceres;

**Local de Execução da Obra:** Rua da Membeca, Bairro: Jardim Guanabara, em Cáceres-MT

**Pasta Contratante:** SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E LOGISTICA;

**Contratado (a):** VITURINO PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLANAGEM EIRELI;

**CNPJ:** 26.367.209/0001-81;

**Valor Inicial da Obra** R$ 7.303.075,06

**Valor Final da Obra:** R$ 7.810.933,20

**Valor aplicado:** R$ 1.883.164,41

**Percentual total aplicado:** 24%

**Percentual mensal aplicado:** 11,19%

**Valor aplicado no mês vigente:** R$: 874.807,34

**Data de Início e Fim da Execução da Obra até a presente data:**

Início da Execução: 23/02/2023;

Fim da Execução: 22/01/2024;

**CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 130/2021**

**CONCORRENCIA PUBLICA N. º06/2021 DO TIPO MENOR PREÇO GLOBAL/PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 498/2021**

**Objeto do Contrato:** Construção da Escola Municipal Laranjeiras, localizada no Assentamento Santo Antônio Conselheiro “Assentamento Laranjeiras 1”, na zona rural de Cáceres, com área total a ser construída de 397,13 m²;

**Local de Execução da Obra:** Estrada Vicial, Assentamento Santo Antonio Conselheiro, em Cáceres-MT

**Pasta Contratante:** SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO;

**Contratado (a):** K. ALISSON CARDOSO - ME;

**CNPJ:** 28.032.542/0001-65;

**Valor Inicial da Obra** R$ 798.285,85

**Valor Final da Obra:** R$ 974.619,73

**Valor aplicado R$** 885.801,48

**Percentual total aplicado:** 91%

**Percentual mensal aplicado:** 2,29%

**Valor aplicado no mês vigente:** R$ 22.352,75

**Data de Início e Fim da Execução da Obra até a presente data:**

Início da Execução: 28/09/2021;

Fim da Execução: Concluída e recebida provisoriamente 14/07/2023

**CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 027/2023**

**CONCORRENCIA PUBLICA N. º11/2022 DO TIPO MENOR PREÇO GLOBAL/PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 345/2022**

**Objeto do Contrato:** Reforma do Estádio Municipal Luiz Geraldo da Silva -Geraldão

**Local de Execução da Obra:** Avenida São Luiz, s/n, Bairro: Santa Cruz em Cáceres-MT

**Pasta Contratante:** SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER;

**Contratado (a):** C S LIMA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA;

**CNPJ:** 08.382.477/0001-90;

**Valor Inicial da Obra** R$ 1.097.629,41

**Valor Final da Obra:** R$ 1.097.629,41

**Valor aplicado R$** 218.579,05

**Percentual total aplicado:** 20%

**Percentual mensal aplicado:** 0%

**Valor aplicado no mês vigente:** R$ 0,0

**Data de Início e Fim da Execução da Obra até a presente data:**

Início da Execução: 01/03/2023;

Fim da Execução: Paralisada 26/07/2023;

**CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 035/2022**

**CONCORRENCIA PUBLICA N. º02/2022 DO TIPO MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE/PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 021/2022**

**Objeto do Contrato:** Ensaios de controle tecnológico dos serviços de terraplanagem e pavimentação nas ruas dos Expedicionários, José de Souto Faria, Tuiuiús, Anhumas e Travessa da Luz, Ruas Avestruz, Guaíra, dos Passos, dos Duarte (bairro São Luiz da Ponte) e Ruas Flamengo, Botafogo e Travessa Fluminense (bairro Santa Cruz) e Ruas A, B e Avenida Brasil, bairro Santa Isabel, Rua Ametista; Rua Tuiuiús; Avenida dos Estados; Rua João Albuquerque e Avenida Alexandre Pedro Lacerda Rua D, Rua B, Rua H e Rua G.;

**Local de Execução da Obra:** Expedicionários, José de Souto Faria, Tuiuiús, Anhumas e Travessa da Luz, Ruas Avestruz, Guaíra e et, Bairro: São Luiz da Ponte; Santa Cruz; Santa Cruz, Jd Celeste; Santa Isabel; Cavalhada I; Vila Irene e etcem Cáceres-MT

**Pasta Contratante:** SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA;

**Contratado (a):** WELLOX CONSTRUTORA LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS EIRELLI;

**CNPJ:** 30.515.116/0001-24;

**Valor Inicial da Obra** R$ 103.617,34

**Valor Final da Obra:** R$ 88.342,21

**Valor aplicado R$ 31.399,57**

**Percentual total aplicado: 35**%

**Percentual mensal aplicado: 0**%

**Valor aplicado no mês vigente:** R$ 0,00

**Data de Início e Fim da Execução da Obra até a presente data:**

Início da Execução: 30/06/2022;

Fim da Execução: 21/09/2023;

**CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 024/2023**

**CONCORRENCIA PUBLICA N. º14/2022 DO TIPO MENOR PREÇO GLOBAL/PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 370/2022**

**Objeto do Contrato:** reforma e ampliação da Escola Municipal Raquel Ramão da Silva no município de Cáceres.

**Local de Execução da Obra:** Av. Prefeito Humberto da Costa Garcia, sem número, Bairro Rodeio em Cáceres-MT

**Pasta Contratante:** SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO;

**Contratado (a):** BC CONSTRUTORA BR CENTRAL EIRELI;

**CNPJ:** 00.817.101/0001-50;

**Valor Inicial da Obra** 2.777.439,36

**Valor Final da Obra:** R$ 2.946.657,20

**Valor aplicado R$** R$ 209.293,36

**Percentual total aplicado:** 7 %

**Percentual mensal aplicado:** 3%

**Valor aplicado no mês vigente:** R$ 79.811,89

**Data de Início e Fim da Execução da Obra até a presente data:**

Início da Execução: 24/02/2023;

Fim da Execução: 21/12/2023;

**CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 085/2022**

**DISPENSA N. º20/2022 DO TIPO MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE/ PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 97/2022**

**Objeto do Contrato:** Adequação e complementação dos projetos executivos de pavimentação, drenagem e sinalização nas ruas do bairro Aroldo Fanaia, Cáceres/MT.

**Local de Execução da Obra:** Rua Ateiras; Rua E; Rua F; Rua G; Rua H; Rua

D; Rua B; Avenida 01; Rua A.em Cáceres-MT

**Pasta Contratante:** SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA;

**Contratado (a):** MAMORÉ CONSTRUÇÕES E MEIO AMBIENTE EIRELI;

**CNPJ:** 06.881.771/0001-11;

**Valor Inicial da Obra** R$ 29.155,32

**Valor Final da Obra:** R$ 29.155,32

**Valor aplicado R$** R$ 29.155,32

**Percentual total aplicado:** 100%

**Percentual mensal aplicado:** 0%

**Valor aplicado no mês vigente:** R$ 0,00

**Data de Início e Fim da Execução da Obra até a presente data:**

Início da Execução: 04/07/2022;

Fim da Execução: 08/08/2023; Concluído e recebido provisoriamente 12/ 06/2023

**CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 028/2023**

**CONCORRENCIA PUBLICA N. º15/2022 DO TIPO MENOR PREÇO GLOBAL/PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 381/2022**

**Objeto do Contrato:** construção de uma Unidade Básica de Saúde da Família Tipo 01 – UBS Vila Irene

**Local de Execução da Obra:** Rua Santa Helena,Bairro: Vila Ireneem Cáceres-MT

**Pasta Contratante:** SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE;

**Contratado (a):** CONSTRUTORA E LIMPADORA 1001 EIRELI;

**CNPJ:** 03.066.383/0001-99;

**Valor Inicial da Obra** R$ 1.662.032,45

**Valor Final da Obra:** R$ 1.704.601,04

**Valor aplicado R$** 0,00

**Percentual total aplicado:** 0%

**Percentual mensal aplicado:** 0%

**Valor aplicado no mês vigente:** R$ 0,00

**Data de Início e Fim da Execução da Obra até a presente data:**

Início da Execução: 16/03/2023;

Fim da Execução: 08/01/2024;

**CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 029/2023**

**CONCORRENCIA PUBLICA N. º17/2022 DO TIPO MENOR PREÇO GLOBAL/PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 260/2022**

**Objeto do Contrato:** contratação de empresa especializada em engenharia visando Implantação/Pavimentação da Estrada Vicinal, Trecho: Av. Via Aeroporto; Rua Pirajá da Silva e Estrada Vicinal

**Local de Execução da Obra:** Av via Aeroporto, rua Pirajá da Silva e Estrada Vicinal,**Bairro: Jardim Aeroporto**em Cáceres-MT

**Pasta Contratante:** SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E LOGISTICA;

**Contratado (a):** VITURINO PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLANAGEM EIRELI;

**CNPJ:** º 26.367.209/0001-81;

**Valor Inicial da Obra** R$ 6.141.979,40

**Valor Final da Obra:** R$ 6.141.979,40

**Valor aplicado R$** 1.710.333,27

**Percentual total aplicado:** 28%

**Percentual mensal aplicado:** 12%

**Valor aplicado no mês vigente:** R$ 717.411,65

**Data de Início e Fim da Execução da Obra até a presente data:**

Início da Execução: 10/03/2023;

Fim da Execução: 04/09/2023;

**CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 039/2023**

**CONCORRENCIA PUBLICA N. º16/2022 DO TIPO MENOR PREÇO GLOBAL/PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 382/2022**

**Objeto do Contrato:** Reforma e Ampliação da Casa do Daveron de Cáceres, no município de Cáceres – MT

**Local de Execução da Obra:** Rua Riachuelo, nº 01,Bairro: Centroem Cáceres-MT

**Pasta Contratante:** SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E LAZER;

**Contratado (a):** KMA SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI;

**CNPJ:** º º 13.735.497/0001-38;

**Valor Inicial da Obra** R$ 889.986,47

**Valor Final da Obra:** R$ 889.986,47

**Valor aplicado R$** 146.303,68

**Percentual total aplicado:** 16,43%

**Percentual mensal aplicado:** 0%

**Valor aplicado no mês vigente:** R$ 0,00

**Data de Início e Fim da Execução da Obra até a presente data:**

Início da Execução: 17/03/2023;

Fim da Execução: 11/10/2023;

**CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 006/2022**

**TOMADA DE PREÇO N.º 09/2021 DO TIPO TECNICA E PREÇO /PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 624/2021**

**Objeto do Contrato:** Contratação de empresa especializada em engenharia e/ou arquitetura para prestação de serviços de Elaboração de Projetos Executivos de Pavimentação, Drenagem e Sinalização, em diversas ruas.

**Local de Execução da Obra:** Bairros Vila Irene, Cavalhada I, Cavalhada II, Cavalhada III, Massa Barro, Santa Isabel, Marajoara, Vila Mariana, Santa Cruz, Guanabara, Residencial Tia Ainda e Santos Dumont em Cáceres-MT.

**Pasta Contratante:** SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E LOGISTICA;

**Contratado (a):** MAMORÉ CONSTRUÇÕES E MEIO AMBIENTE EIRELI;

**CNPJ:** 06.881.771/0001-11;

**Valor Inicial da Obra** R$ 154.883,01

**Valor Final da Obra:** R$ 193.599,11

**Valor aplicado R$ 193.599,11**

**Percentual total aplicado: 99**%

**Percentual mensal aplicado: 0**%

**Valor aplicado no mês vigente:** R$ 0,00

**Data de Início e Fim da Execução da Obra até a presente data:**

Início da Execução: 07/02/2022;

Fim da Execução: Concluído e recebido provisoriamente 30/06/2023;

**CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 245/2022**

**CONCORRENCIA PUBLICA N. º06/2022 DO TIPO MENOR PREÇO POR LOTE/PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 284/2022**

**Objeto do Contrato:** Contratação de empresa especializada em engenharia para a Ampliação de Salas Anexas nas Escolas Municipais: Vila Real, Vila Irene, Santos Dumont e Professora Erenice Simão Alvarenga, todas localizadas no município de Cáceres – MT

**Local de Execução da Obra:** BairrosVila Real, Vila Irene, Santos Dumont e Nova Era em Cáceres-MT

**Pasta Contratante:** SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO;

**Contratado (a):** CONSTRUPEL COMÉRCIO E SERVIÇOS PARA CONSTRUÇÃO EIRELI;

**CNPJ:** º 09.492.967/0001-02;

**Valor Inicial da Obra** R$ 302.478,53

**Valor Final da Obra:** R$ 377.442,15

**Valor aplicado R$** 311.475,4

**Percentual total aplicado:** 82%

**Percentual mensal aplicado:** 0 %

**Valor aplicado no mês vigente:** R$ 0,0

**Data de Início e Fim da Execução da Obra até a presente data:**

Início da Execução: 08/12/2022;

Fim da Execução: 04/08/2023;

**CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 247/2022**

**CONCORRENCIA PUBLICA N. º06/2022 DO TIPO MENOR POR LOTE/PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 284/2022**

**Objeto do Contrato:** Contratação de empresa especializada em engenharia para a Ampliação de Salas Anexas nas Escolas Municipais: Vila Real, Vila Irene, Santos Dumont e Professora Erenice Simão Alvarenga, todas localizadas no município de Cáceres – MT

**Local de Execução da Obra:** BairrosVila Real, Vila Irene, Santos Dumont e Nova Era em Cáceres-MT

**Pasta Contratante:** SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO;

**Contratado (a):** CONSTRUPEL COMÉRCIO E SERVIÇOS PARA CONSTRUÇÃO EIRELI;

**CNPJ:** º 09.492.967/0001-02;

**Valor Inicial da Obra** R$ 357.339,27

**Valor Final da Obra:** R$ 381.674,27

**Valor aplicado R$** 313.880,49

**Percentual total aplicado:** 82%

**Percentual mensal aplicado:** 0%

**Valor aplicado no mês vigente:** R$ 0,00

**Data de Início e Fim da Execução da Obra até a presente data:**

Início da Execução: 08/12/2022;

Fim da Execução: 19/06/2023;

**CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 240/2022**

**TOMADA DE PREÇO N. º07/2022 DO TIPO TECNICA E PREÇO/PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 205/2022**

**Objeto do Contrato:** de empresa especializada em engenharia e/ou arquitetura para prestação de serviços de Elaboração de projetos executivos de pavimentação, drenagem, sinalização e obras complementares outros, em ruas do distrito de Vila Aparecida e do distrito Santo Antônio do Caramujo, localizados na zona urbana do município de Cáceres – MT

**Local de Execução da Obra:** ruas do distrito de Vila Aparecida e do distrito Santo Antônio do Caramujo, localizados na zona urbana do município de Cáceres – MT

**Pasta Contratante:** SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E LOGISTICA;

**Contratado (a):** MAMORÉ CONSTRUÇÕES E MEIO AMBIENTE EIRELI;

**CNPJ:** º 06.881.771/0001-11;

**Valor Inicial da Obra** R$ 77.078,86

**Valor Final da Obra:** R$ 77.078,86

**Valor aplicado R$** 58.641,88

**Percentual total aplicado:** 76%

**Percentual mensal aplicado:** 0,00%

**Valor aplicado no mês vigente:** R$ 0,00

**Data de Início e Fim da Execução da Obra até a presente data:**

Início da Execução: 24/11/2022;

Fim da Execução: 18/09/2023;

**CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 195/2022**

**CONCORRENCIA PUBLICA N. º03/2022 DO TIPO MENOR PREÇO GLOBAL/PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 177/2022**

**Objeto do Contrato:** Contrataçãode empresa especializada em engenharia para a construção de uma Unidade Básica de Saúde Tipo IV – UBS Santos Dumont, localizada na Rua Biologia, Bairro Lobo, no município de Cáceres

**Local de Execução da Obra:** Rua Biologia, Bairro Lobo, no município de Cáceres.

**Pasta Contratante:** SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE;

**Contratado (a):** CONSTRUPEL COMÉRCIO E SERVIÇOS PARA CONSTRUÇÃO EIRELI;

**CNPJ:** º 09.492.967/0001-02;

**Valor Inicial da Obra** R$ 3.185.948,88

**Valor Final da Obra:** R$ 3.185.948,88

**Valor aplicado R$** 726.800,2

**Percentual total aplicado:** 23 %

**Percentual mensal aplicado:** 0%

**Valor aplicado no mês vigente:** R$ 0,00

**Data de Início e Fim da Execução da Obra até a presente data:**

Início da Execução: 05/10/2022;

Fim da Execução: 29/09/2023;

**CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 209/2022**

**CONCORRENCIA PUBLICA N. º04/2022 DO TIPO MENOR PREÇO GLOBAL/PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 184/2022**

**Objeto do Contrato:** Contrataçãode empresa especializada em engenharia e/ou arquitetura para Construção de Escola Estadual com 16 salas de aulas – PADRÃO SEDUC/MT, com área construída de 3.745,72 m²; localizada entre as Ruas 8, 13 e 5 do Loteamento Residencial Universitário, zona urbana do município de Cáceres-MT

**Local de Execução da Obra:** Ruas 8, 13 e 5 do Loteamento Residencial Universitário

**Pasta Contratante:** SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO;

**Contratado (a):** CONSTRUTORA NOSSA SENHORA APARECIDA EIRELI;

**CNPJ:** º 36.674.499/0001-60;

**Valor Inicial da Obra** R$ 7.474.332,30

**Valor Final da Obra:** R$ 7.598.464,54

**Valor aplicado R$** 1.870.084,79

**Percentual total aplicado:** 25 %

**Percentual mensal aplicado:** 0%

**Valor aplicado no mês vigente:** R$ 0,00

**Data de Início e Fim da Execução da Obra até a presente data:**

Início da Execução: 05/10/2022;

Fim da Execução: 24/09/2024;

**CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 061/2022**

**CONCORRENCIA PUBLICA N. º12/2022 DO TIPO MENOR PREÇO GLOBAL/PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 346/2022**

**Objeto do Contrato:** Contratação de empresa especializada em engenharia e/ou arquitetura para Execução da Obra de Reforma do Miniestádio de Futebol Jardim Paraíso.

**Local de Execução da Obra:** Bairro Jardim Paraiso.

**Pasta Contratante:** SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER;

**Contratado (a):** KMA ENGENHARIA LTDA;

**CNPJ:** º 13.735.497/0001-38;

**Valor Inicial da Obra** R$ 467.087,54

**Valor Final da Obra:** R$ 467.087,54

**Valor aplicado R$** 96.826,14

**Percentual total aplicado:** 21%

**Percentual mensal aplicado:** 21%

**Valor aplicado no mês vigente:** R$ 96.826,14

**Data de Início e Fim da Execução da Obra até a presente data:**

Início da Execução: 17/04/2023;

Fim da Execução: 13/09/2023;

**CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 062/2022**

**CONCORRENCIA PUBLICA N. º13/2022 DO TIPO MENOR PREÇO GLOBAL/PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 351/2022**

**Objeto do Contrato:** Contratação de empresa especializada em engenharia e/ou arquitetura para Execução de Obra de Urbanização e Reforma Interna do Ginásio Municipal Didi Profeta.

**Local de Execução da Obra:** Rua Padre Cassimiro, s/n, Bairro Santa Cruz.

**Pasta Contratante:** SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER;

**Contratado (a):** AMPLA CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA;

**CNPJ:** º 06.936.513/0001-95;

**Valor Inicial da Obra** R$ 4.448.502,92

**Valor Final da Obra:** R$ 4.448.502,92

**Valor aplicado R$** 516.630,66

**Percentual total aplicado:** 12 %

**Percentual mensal aplicado:** 2 %

**Valor aplicado no mês vigente:** R$ 93.406,25

**Data de Início e Fim da Execução da Obra até a presente data:**

Início da Execução: 19/04/2023;

Fim da Execução: 13/12/2023;

---

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CÁCERES**
**DECRETO Nº 537 DE 14 DE AGOSTO DE 2023**

**A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO,** no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e:

**CONSIDERANDO** a importância de valorizar e fomentar atitudes cívicas que contribuam para o exercício da cidadania mediante o respeito e amor à Pátria;

**CONSIDERANDO** a proximidade das festividades alusivas à Independência do Brasil, especialmente o dia 07 de setembro;

**CONSIDERANDO** o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 28.120 de 28 de julho de 2023;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Instituir a **COMISSÃO CÍVICO-MILITAR DA SEMANA DA PÁTRIA**, que será composta pelos seguintes representantes:

**REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SME**

- Secretário Municipal de Educação - Fransérgio Rojas Piovesan

- Coordenadora Pedagógica - Luciana de Souza Gattass Crepaldi

- Coordenadora de Administração Escolar - Eliete da Silva

- Coordenadora de Compras e Processos Licitatórios - Luzia Silva da Penha

- Coordenador de Transporte Escolar - Robson Lage Brito

- Coordenador de Infraestrutura Escolar – Orisvaldo José da Silva

- Coordenadora de Gestão de Pessoas Escolar – Graciella Oliveira Coelho

- Nutricionista da Alimentação Escolar - Elianne Arruda Pires

- Profª. Formadora do Alfabetiza-MT - Elida Rezende Do Amaral

**REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO- SMA**

Secretário Municipal de Administração - Wilson Massahiro Kishi

**REPRESENTANTE DA SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS – SMEAE**

Secretário Especial de Assuntos Estratégicos - Domingos Oliveira dos Santos

**REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - SMFAZ**

Secretário Municipal de Fazenda - Gustavo Calabria Rondon

**REPRESENTANTES DA COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO-SMEAE/COM**

Coordenador de Comunicação - Alessandro Firmino da Silva

Gerente de Jornalismo - Esdras Crepaldi Leitão

**REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA - SEMIL**

Secretário Municipal de Infraestrutura e Logística - Wesley de Souza Lopes

**REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

Secretário Municipal de Saúde - Vitor Miguel de Oliveira

**REPRESENTANTE DO BATALHÃO GENERAL JOSÉ MIGUEL LANZA/ 2º BATALHÃO DE FRONTEIRA**

2º Ten. Rosivaldo Menezes Mendonça

**REPRESENTANTE DA MARINHA DO BRASIL/ AGÊNCIA FLUVIAL DE CÁCERES**

1º Sargento CN - Herlanderson Rodriguês Soares Godinho

**REPRESENTANTE DA 2ª CIA INDEPENDENTE DE BOMBEIROS MILITAR**

Comandante Adjunto da 2ª CIBM - 1º Ten. BM Amaurício da Cunha Souza

**REPRESENTANTE DO 6º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR**

1º Tenente da Polícia Militar – Gilmar Medeiros da Silva

**REPRESENTANTE DA 1ª COMPANHIA INDEPENDENTE DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DE CÁCERES**

3º Sgt José Rangel Angelo Paes

**Art. 2º** A Comissão ora constituída ficará responsável pela realização e coordenação das atividades alusivas à Semana da Pátria e do desfile de 07 de setembro, mencionado no art. 1º deste Decreto, providenciando o necessário para a efetivação do evento, que ocorrerá no dia 07 de setembro, do corrente ano, na Avenida 07 de Setembro.

**Art. 3º** Este Decreto entrará em vigor a partir desta data, revogadas as disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 14 de agosto de 2023.

**ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS**

**Prefeita Municipal de Cáceres**

**FRANSÉRGIO ROJAS PIOVESAN**

Secretário Municipal de Educação

---

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CÁCERES**
**DECRETO Nº540 DE 15/08/2023. ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso e gozo de suas legais atribuições e de acordo com a Lei N.º 3.199/2023.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto o Crédito Adicional Especial no valor de R$91.297,14 distribuídos as seguintes dotações:

**02 07 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA**

1298 15.451.1005.1018.0000 INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA E RURAL 80.222,01

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. Grupo: 2700

1299 15.451.1005.1018.0000 INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA E RURAL 11.075,13

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. Grupo: 2700

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º serão cobertos com o superávit

financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 15 de agosto de 2023.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

**Prefeita Municipal**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS

### DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
### DECRETO EXECUTIVO Nº 179, DE 15 DE AGOSTO DE 2023.

**DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Municipal nº 2.407/2022- LOA e Lei nº 2.369/2022 - LDO.

**DECRETA**

**Art.1º.** Fica aberto no corrente exercício o Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município, no montante de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), destinado ao reforço da seguinte Dotação Orçamentária:

| | | | |
|---|---|---|---|
| **10** | **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** | | |
| 001 | FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE | | |
| 10.301.0009.20147 | MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE | | |
| 3.3.50.00.00.00 | Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos | | |
| 1.500.0000000.000 | Recursos não vinculados de impostos - exercício | R$ | 30.000,00 |

**Art.2º.** Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/64.

| | | | |
|---|---|---|---|
| **10** | **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** | | |
| 001 | FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE | | |
| 10.301.0009.20147 | MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE | | |
| 3.3.50.00.00.00 | Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos | | |
| 1.500.1002000.000 | Receita de impostos e de transferências de impostos - saúde - exercício | R$ | 30.000,00 |

**Art.3º.** O Crédito Adicional aberto no Artigo 1º deste Decreto, não onera o limite estabelecido no art. 5º. e 6º.da Lei Orçamentária nº 2.407/2022, por tratar apenas de alteração de fonte e destinação de recursos, conforme autorização contida no § 1º do art. 24 da Lei Municipal nº 2.369 de 03 de outubro de 2022, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2023 – LDO.

**Art.4º.** As alterações constantes deste Decreto passam a integrar a Lei Municipal nº 2.228, de 13 de setembro de 2021, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2022 a 2025, a Lei Municipal nº 2.369, de 03 de outubro de 2022, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2023 – LDO, e a Lei Municipal nº 2.407 de 21 de dezembro de 2022, que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2023– LOA.

**Art.5º**. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, Estado do Mato Grosso, em 15 de agosto de 2023.

**RAFAEL MACHADO**

**Prefeito Municipal**

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

**MARCIO ANTÃO CANTERLE**

**Secretário Municipal de Administração**

### DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
### PORTARIA Nº 639, DE 02 DE JULHO DE 2023.

*REPUBLICADO PARA CORREÇÃO*

NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO PROBATÓRIA.

Art. 2º A Comissão de Avaliação Probatória passa a vigorar com a seguinte composição:

Representantes do Poder Executivo

Edilson José Sonsin, matrícula nº 599; Hellen Cris de Pinho Nascimento de Andrade, matrícula nº 2634; Marleni Drehmer, matricula nº 1525.

Representantes do Sindicato dos Servidores Municipais– SSPM

Antonio de Jesus Ferrarini, matrícula nº 2258; Cleonice de Souza Batista, matrícula nº 0097; Valdean Moreira Gomes, matrícula nº 1205.

### DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
### DECISÃO ADMINISTRATIVA

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 003/2023**

**RECORRENTE:** G.V. DE ABREU SILVA EIRELLI – GUARANI CLIMATIZAÇÃO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.

**I- SÍNTESE DOS FATOS**

Trata-se de pedido apresentado pela empresa **G.V. DE ABREU SILVA EIRELLI – GUARANI CLIMATIZAÇÃO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**. , em face de Termo de Julgamento - Processo nº 003/2023 desta Administração pública.

Apresentado de forma tempestiva na data de 06/08/2023 ataca:

> Diante do exposto, e por tudo o mais que consta nos autos do Processo Administrativo, **ACOLHO A RECOMENDAÇÃO DA COMISSÃO DESTE PROCESSO,** e **DECIDO PELA RESCISÃO DA ATA E PELA APLICAÇÃO DA PENALIDADE DE SUSPENSÃO DO DIREITO DE CONTRATAR COM ESTA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PELO PRAZO DE 05 (cinco) ANOS.**

Em sua defesa a empresa manifestou pela desproporcionalidade e culpabilidade da penalidade:

> A empresa **tem ciência que realmente os serviços não foram prestados, porém, o Órgão deve ser proporcional no momento de aplicar as penalidades, portanto, com base no fato ocorrido, realmente é correto aplicar a MAIOR penalidade que existe no mundo de licitações?** A empresa fez algo tão grave para ser penalizada com a suspensão durantes longos 5 anos? Ainda, se tem o fato, **que a suspensão tem uma abrangência muito maior a que está sendo esperada pelo Órgão, pois, a Recorrente será impedida de licitar perante qualquer órgão federal, estadual e municipal, conforme versa o STJ.**
> Resta evidenciado que **não houve má-fé por parte da Recorrente**, pelo contrário, quando respondeu a notificação foi sincera ao informar os reais motivos, mas, isso para o Órgão não foi suficiente, e optaram por aplicar uma penalidade tão injusta.
> O intuito desta peça é de **MINORAÇÃO DO PERÍODO DA SUSPENSÃO,** pois, a suspensão aplicada a esta empresa esta desproporcional, desarrazoada, sem realmente considerar todos os fatos ocorridos durante a vigência contratual.

O Órgão tem por interesse em penalizar a Recorrente com a **SUSPENSÃO DO DIREITO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PELO PRAZO DE 05 (cinco) ANOS), ocorre que, este periodo se encontra extremamente desproporcial, principalmente pelo fato da empresa em nenhum momento agir por má-fé,** sendo assim, está sofrendo com a penalidade máxima que poderia ser imposta a empresa, e o pior de tudo de forma injusta, pois não foi levado em consideração a gravidade da infração. Fato este que corrobora para que tal valor seja revisto. Não restou evidenciando qualquer má-fé por parte da Recorrente, pelo contrário, a empresa foi sincera sobre o que realmente ocorreu.

E ao final, requer:

Requer que o presente **PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO ADMINISTRATIVO** seja recebido, conhecido e julgado **TOTALMENTE PROCEDENTE**, com fins de:
a) Não sejam aplicadas quaisquer penalidades;
b) Ou, requer a aplicação de penalidade com observância ao artigo. 87, I da lei 8666/93, qual seja, advertência;
c) Caso não seja este o entendimento do Órgão, que alterado o prazo de suspensão de licitar de 5 (cinco) anos para 90 (noventa) dias, haja vista, a ausência de má-fé por parte da Recorrente;
d) A Recorrente pede que a justiça volte a reinar no caos em comento, pois, resta evidenciado que a penalidade a ser aplicada na empresa esta totalmente desproporcional, onde será este o motivo da empresa fechar as portas.

Este é o breve relatório do recurso.

Diante das alegações do recorrente, mister se faz entender que contratos administrativos possuem características próprias que os diferenciam dos contratos privados, posto que, de um lado, está a Administração Pública e, do outro, o particular ávido por contratar com o Poder Público para executar obras ou fornecer bens e serviços.

Essa relação contratual é regida precipuamente por normas de direito público, devido à presença da Administração com supremacia estatal, e suplementada pelas normas do direito privado.

A Lei de Licitações e Contratos Administrativos estabeleceu **normas gerais** que regem os procedimentos licitatórios e os contratos administrativos, incluindo cláusulas que conferem à Administração Pública prerrogativas para identificar e apurar infrações perpetradas por licitantes e contratados, bem como aplicar-lhes a penalidade cabível. Trata-se de poder-dever, de natureza vinculada, em face da supremacia e indisponibilidade do interesse público.

**Em caráter específico**, fora criada a Lei federal nº 10.520, de 17 de julho de 2.002, que "institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação **denominada pregão**, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências",

Assim, previu, em seu art. 7º, a **pena de impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Município. Reza o dispositivo legal:**

**Art. 7º Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4o desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.**

Observa-se, portanto, que a Lei do Pregão prevê de forma expressa **penalidade específica para falhas cometidas no âmbito do certame**, e, conforme o **princípio da especialidade das normas**, tal previsão **afasta a aplicação subsidiária das penas previstas na Lei nº 8.666/93, que é de cunho genérico.** (art. 9º, da Lei nº 10.520/02)

Ministro ANDRÉ DE CARVALHO nos ensina:

*"238. As duas normas são leis ordinárias, logo, de mesma hierarquia. No entanto, as normas do segundo diploma legal, **por ser esse especial**, tratam especificamente da modalidade pregão e prevalecem em relação ao primeiro no que tange à modalidade.*

*239. Reforça esse entendimento o art. 9º da Lei 10.520/2002, que prevê: 'Aplicam-se subsidiariamente, para a modalidade de pregão, as normas da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993' (grifo nosso). Isso significa que, **quando um tópico possuir disciplinamento próprio na Lei do Pregão, fica afastada a aplicação da Lei de Licitações e Contratos.***

*240. Essa é a posição adotada por este Tribunal, a exemplo dos Acórdãos 1925/2006-TCU-Plenário (relatoria do Ministro Augusto Nardes) e 114/2007-TCU-Plenário (relatoria do Ministro Benjamin Zymler). Neste último, constou no voto do Relator que 'não se afigura cabível, portanto, defender a aplicabilidade da Lei nº 8.666/93, uma vez que esta norma somente é aplicável aos pregões de forma subsidiária e que, em relação a este tópico, a norma específica possui disciplinamento próprio, o qual afasta a Lei de Licitações e Contratos'.*

*241. **O tópico aplicação de penalidades, no âmbito das aquisições de bens e serviços comuns realizadas na modalidade pregão, encontra-se regulado pelo art. 7º da Lei 10.520/2002, que dispõe: 'Art. 7º** Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.' (sem grifo no original) 4*

*242. Vê-se que houve uma opção **legislativa de adotar sanção própria, mais rigorosa**, **aos participantes de certames realizados mediante modalidade pregão**. **Tal escolha deveu-se à necessidade de coibir condutas que viessem a embaraçar o andamento dos trabalhos, haja vista o fim buscado pelo legislador de agilizar as contratações governamentais, para fazer frente a processo, até então, moroso, burocrático e muitas vezes ineficiente, consoante consignado na exposição de motivos da medida provisória que deu origem à lei.***

*243. Tal agilização foi implementada na lei com a introdução de facilidades e a redução de formalidades e exigências em relação aos procedimentos adotados nas modalidades tradicionais. **Dessa forma, se de um lado deu-se maior liberdade, por outro se estabeleceu sanção mais severa para contratações por meio de pregão do que aquelas estipuladas na Lei de Licitações e Contratos.***

*244. Portanto, verifica-se que a sanção disposta no art. 7º da Lei 10.520/2002 não se confunde com aquelas previstas no art. 87 da Lei 8.666/1993, visto que são penalidades distintas"*

Tem-se, portanto, que as sanções previstas na Lei nº 8.666/93 não são aplicáveis ao caso dos pregões, conforme entendimento do e. TCU.

Da mesma forma. ao analisar a Ata de Registro de Preço nº 036/2023 e Pregão Eletrônico nº 132/2022, devidamente assinada pela empresa, prevê na Cláusula Quarta que os serviços deverão ser executados no prazo máximo de 12 (doze) horas, contados da solicitação.

Oportuno salientar, que houve a inexecução da obrigação, e sua penalidade estão prevista na Cláusula Décima Quinta da Ata de Registro de Preço nº 036/2023:

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS PENALIDADES**
**15.1**
**III- suspensão temporária do direito de licitar e contratar com este Órgão, por período de até 5 anos, nas hipóteses e nos termos dos artigos 7º da Lei nº 10.520/2002,** e até 2 (dois) anos nos casos do artigo 87, III da Lei Federal nº8666/93;
**15.5** A partir do 6° (sexto) dia de atraso, caracterizar-se-á a **inexecução total da obrigação, e poderá o Município, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, podendo a empresa impedida de licitar com a administração pública por um prazo de até cinco anos**;

Verificam-se ainda nos autos:

**A) que entre a solicitação e o pedido de abertura do Processo administrativo, a espera foi mais de 30 (trinta) dias, ou seja, sua inexecução total do serviço;**

**B) que a empresa notificada diversas vezes se fez inerte, deixando à mercê a Escola Municipal José Delfino e as CRIANÇAS em salas de aulas, demonstrando total desrespeito e descaso;**

**C) a conduta de má-fé por parte da recorrente em emitir Nota fiscal SEM prestar o devido serviço solicitado;**

**D) fora garantido o princípio constitucional do contraditório e da ampla defesa, por meio do devido processo legal.**

Feita essas digressões, é necessário aduzir que a recorrente interpôs peça de Recurso Administrativo, e ao final requereu pelo Pedido de Reconsideração,

Dessa forma, incorrendo a infração da prática **de uma conduta antijurídica**, **consideravelmente grave,** cujo impedimento será de licitar e contratar **seja a medida punitiva necessária para afastar tal particular inidôneo das contratações públicas.**

Observados os princípios da legalidade, razoabilidade e proporcionalidade, bem como o respeito às garantias do devido processo legal, contraditório e ampla defesa, para não incorrer em adoção de medidas inadequadas e desproporcionais à gravidade e reprovabilidade da infração praticada, finalizo.

Diante do exposto, e por tudo o mais que consta nos autos do Processo Administrativo, manifesto pelo conhecimento do recurso, e no mérito **NEGO PROVIMENTO** consubstanciado nos fundamentos ora expostos. Por conseguinte, mantenho a decisão que condenou a **G.V. DE ABREU SILVA EIRELLI – GUARANI CLIMATIZAÇÃO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.** à penalidade de **IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM ESTA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PELO PRAZO DE 05 (CINCO) ANOS, COM BASE NO ART. 7º DA LEI Nº 10.520/2002.**

Notifique-se.

Publique-se.

Cumpra-se, nos termos da lei.

Campo Novo do Parecis – MT 08 de agosto de 2023.

**RAFAEL MACHADO**

**Prefeito Municipal**

## DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
## TERMO DE REVOGAÇÃO DE DECLARAÇÃO DE POSSE PACÍFICA E DE PROPRIEDADE DO IMÓVEL

**O MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CPNJ sob o n° 24.772.287/0001-36, com sede administrativa na Av. Mato Grosso, n° 66-NE, Centro, Campo Novo do Parecis MT, neste ato representado pelo atual Prefeito Municipal, **Sr. RAFAEL MACHADO**, brasileiro, casado, publicitário, portador do RG sob nº 50604225773 SSP/RS e inscrito no CPF sob o n° 929.162.010-68, residente e domiciliado na cidade de Campo Novo do Parecis/MT, **REVOGA, em sua totalidade ato normativo que declarou**:

***“ para fins de aprovação de Requerimento de Regularização Fundiária Urbana do Núcleo Urbano denominado MARECHAL RONDON – FASE II, submetida à análise da empresa Geosis Geotecnologia LTDA, que o Eber Jefferson Bocardi, brasileiro, agricultor, portador da cédula de identidade RG sob o nº 4.111.786- 9 SSP/PR e CPF sob o nº 665.700.509-15, casado, pelo regime de comunhão parcial de bens com Sandra Anelise Klein Bocardi, brasileira, agricultora, portadora da cédula de identidade RG sob o nº 5.717.037-9 SESP/PR e CPF sob o nº 004.062.539-78, exerce a posse mansa, regular e pacífica dos terrenos situados nas quadras 32 e 36, totalizando 32 lotes, conforme projeto urbanístico realizado. Matrículas registradas em nome do Município: 18396 - 18397 - 18398 - 18399 - 183400 – 18401 - 18402 - 18403 - 18404 - 18405 -18406 - 18407 - 18408 - 18409 - 18410 -18411 - 18460 - 18461 - 18462 - 18463 - 18464 - 18465 - 18466 - 18467 - 18468 - 18469 - 18470 - 18471 - 18472 - 18473 - 18474 - 18475. Outrossim, nos termos da Lei do Reurb nº 13.465, de 11 de julho de 2017, será o mesmo, titulado e posteriormente levado Cartório de Registro de Imóveis competente, comprovando o exercício de plenos poderes de propriedade sobre os terrenos.”***

Ficando a mesma cancelada em definitivo, não podendo gerar qualquer efeito a partir desta data.

Campo Novo do Parecis - MT, 09 de agosto de 2023.

**RAFAEL MACHADO**

**Prefeito Municipal**

## DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
## EXTRATO DE ADITAMENTO CONTRATO 48/2023

**Aditivo nº 01 ao Contrato 48/2023**

**Partes:** Município de Campo Novo do Parecis X **CONTRANSIN INDUSTRIA E COMERCIO LTDA,** pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ. 00.390.052/0001-11.

**Objeto:** Adita-se a quantidade da **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**, do item e quantidade relacionado na tabela abaixo, com seus respectivos valores.

**Valor:**

| Item | Descrição | Quant. Acresc. | Valor Unit. | Valor Total |
|---|---|---|---|---|
| 50300 | BRAÇO PROJETADO DUPLO CALANDRADO 101,6 MM X 6000 MM EM AÇO SAE 1010/1020 GALVANIZADO A FOGO ABNT NBR 7400. | 4 | 2. 900,00 | 11. 600,00 |
| 50301 | TOTEM EM AÇO TRELIÇADO SAE 1010/1020 GALVANIZADO A FOGO CONFORME ABNT NBR 7400 COM REVESTIMENTO EM CHAPAS DE ALUMINIUM COMPOSITE MATERIAL NA COR AZUL MARINHO (OU SIMILAR), EMBUTIDO 01 (UM) GRUPO FOCAL PARA PEDESTRE CONVENCIONAL, COM PICTOGRAMA DE "BONECO VERMELHO PARADO" E "BONECO VERDE ANDANDO". | 5 | 1. 160,00 | 5. 800,00 |
| 50302 | GRUPO FOCAL PRINCIPAL 4 X 200 MM A LED HORIZONTAL COM ANTEPARO E SUPORTE EM ALUMÍNIO 101 MM INCLUSO. OS LEDS DEVERÃO ATENDER À ABNT NBR 15889:2019. | 2 | 4. 500,00 | 9. 000,00 |
| 50307 | CABO DE COMANDO PP 4 VIAS DE 1,5 MM CONFORME ABNT NBR 7289/2014. | 290 | 14,00 | 4. 060,00 |
| 50308 | CABO DE COMANDO PP 3 VIAS DE 1,5 MM CONFORME ABNT NBR 7289/2014. | 200 | 13,25 | 2. 650,00 |
| 50312 | CONJUNTO DE MATERIAIS PARA ATERRAMENTO DE CONTROLADOR SEMAFÓRICO CONFORME ABNT NBRS 5410 E 7117. | 9 | 48,00 | 432,00 |
| 50316 | SERVIÇO DE IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA E EQUIPAMENTOS SEMAFÓRICOS COM CABEAMENTO SUBTERRÂNEO POR MEIO DE DUTOS E CAIXAS DE PASSAGEM, EM CONFORMIDADE COM A ABNT NBR 5410. DEVERÁ SER FEITO POSTERIORMENTE A PROGRAMAÇÃO DE TEMPOS E PLANOS CONFORME CADA LOCAL. | 1 | 11. 060,47 | 11. 060,47 |

O valor do aditivo será de R$ 44.602,47 (quarenta e quatro mil, seiscentos e dois reais e quarenta e sete centavos), correspondente a 6,56% (seis inteiros e cinqüenta e seis por cento) do valor inicial do contrato.

**Dotação Orçamentária:**

Órgão: 07 – Secretaria Municipal de Infraestrutura

Unidade: 004 – Implantação do Sistema de Sinalização das Vias Urbanas

Programática: 07.004.15.451.0005.10016.4.4.90.52.00.00

Fonte de Recurso: 1.500.0000000.000 Recursos Não Vinculados de Impostos - Exercício.

**Procedimento Licitatório: Adesão À Ata De Registro De Preços Nº 85/2022, Pregão Presencial nº 106/2022, da Prefeitura Municipal de Pontes e Lacerda/MT**

**Secretaria:** Secretaria Municipal de Infraestrutura

**DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO**
**EXTRATO DE ADITAMENTO**

**Aditivo nº 01 ao Contrato 94/2022**

**Partes:** Município de Campo Novo do Parecis X **NOVA OESTE – AGÊNCIA DE VIAGENS, TRANSPORTE E TURISMO LTDA - EPP**,inscrita no CNPJ sob n° 17.360.151/0001-53

**Objeto:** O presente termo aditivo tem por objeto realizar a prorrogação da vigência contratual, e reajustar o valor do contrato. Prorroga-se o prazo do contrato por igual período 12 (doze) meses, com vigência prorrogada de 01 de setembro de 2023 até 31 de agosto de 2024.

**Valor:** Reajusta-se o contrato em 0,84% (oitenta e quatro centésimos de por cento) passando o valor contratual para R$ 5.838.00,00 (cinco milhões oitocentos e trinta e oito mil reais), conforme informado pela Coordenadoria Contábil e Financeira através do Memorando nº 73/2023.

**Dotação Orçamentária:**

Órgão: 09. Secretaria Municipal de Educação

Unidade: 004. Transporte Escolar

Programática: 09.004.12.361.0007.20079.3.3.90.34.00.00

Fonte de Recurso: 15001001000000

**Procedimento Licitatório:** PREGÃO ELETRÔNICO Nº 077/2022

**Secretaria:** Secretaria Municipal de Educação

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO**
**AVISO DE REVOGAÇÃO DL 024/2023**

**DISPENSA ELETRÔNICA 024/2023**

O Secretário da Comissão Permanente de Licitações da Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis/MT torna público aos interessados a **REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO DISPENSA ELETRÔNICA Nº 024/2023** que tem por objeto a **Contratação** de empresa especializada para a prestação de serviços de consultoria, assessoria, orientação e treinamentos complementares de e-Social.

Motiva-se a revogação tendo em vista que se constatou que não há necessidade da prestação dos serviços, em razão dos servidores já possuírem capacidade técnica para desenvolver os trabalhos.

Campo Novo do Parecis**,** 16 de agosto de 2023.

**Marcio Antão Canterle**

Secretário Municipal de Administração

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO**
**AVISO DE LICITAÇÃO PE 056/2023**

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO RP 056/2023**

**Recebimento das propostas: a partir do dia 17 de agosto de 2023, às 08:00 horas.**

**(horário de Brasília - DF)**

**Do encerramento das propostas: dia 05 de setembro de 2023, às 08:00 horas.**

**(horário de Brasília - DF)**

**Data de abertura das propostas: dia 05 de setembro de 2023 de 2023, às 09:00 horas.**

**(horário de Brasília - DF)**

**Início da sessão de disputa de preços: dia 05 de setembro de 2023 de 2023, às 09:05 horas. (horário de Brasília - DF).**

**OBJETO**: **REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de analises de água semanal e semestral, conforme portaria do Ministério da Saúde nº 888, de maio de 2021 GM/MS.**

**LOCAL DA REALIZAÇÃO DO CERTAME**: https://bllcompras.com/ **Maiores informações poderão ser obtidas junto a Divisão de Licitações, no Paço Municipal Euclides Horst, Av. Mato Grosso 66NE, Campo Novo do Parecis MT, ou pelo telefone 65 3382 5100 / 5108, o edital na integra poderá ser retirado pelo site:** www.camponovodoparecis.mt.gov.br

**Campo Novo do Parecis-MT**, 16 de agosto de 2023**.**

**_____**

**Márcio Antão Canterle**

**Secretário Municipal de Administração**

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO**
**EXTRATO INEXIGIBILIDADE 026/2023**

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 026/2023**

**CONTRATANTE:** Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis/MT

**FORNECEDOR: CONTAP SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA**

**CNPJ: *37.465.721/0001-87***

**OBJETO:** Contratação de serviço de consultoria técnica, para apoio ao planejamento municipal, orientação e elaboração dos projetos de leis orçamentários, conforme viabilidade da contratação demonstrada no Estudo Técnico Preliminar (ETP) elaborado pela área demandante.

**DO FUNDAMENTO LEGAL:** art. 74 da Lei n° 14.133/2021.

**VALOR TOTAL: R$ 10.000,00 (dez mil reais).**

**DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO**
**DECRETO EXECUTIVO Nº 175, DE 11 DE AGOSTO DE 2023.**

EMENTA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Municipal nº. 2.468/2023 de 09/08/2023.

**DECRETA**

**Art. 1º.** Fica aberto no corrente exercício o Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município, no montante de R$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais), destinado ao reforço da seguinte Dotação Orçamentária:

| | | | |
|---|---|---|---|
| **08** | **SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MEIO AMBIENTE** | | |
| 004 | FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE | | |
| 17.512.0006.20080 | OPERACIONALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DO ATERRO SANITÁRIO | | |
| 3.3.67.00.00.00 | Execução de contrato de Parceria Público-Privada – PPP | | |
| 1.500.0000000.000 | Recursos não vinculados de impostos - exercício | R$ | 1.200.000,00 |

**Art. 2º.** Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotação Orçamentária, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/64.

| | |
|---|---|
| **08** | **SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MEIO AMBIENTE** |

| | | | |
|---|---|---|---|
| 004 | FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE | | |
| 17.512.0006.20080 | OPERACIONALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DO ATERRO SANITÁRIO | | |
| 3.3.90.00.00.00 | Aplicações diretas | | |
| 1.500.0000000.000 | Recursos não vinculados de impostos - exercício | R$ | 1.200.000,00 |

**Art. 3º.**As alterações constantes deste Decreto passam a integrar a Lei Municipal nº 2.228, de 13 de setembro de 2021, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2022 a 2025, a Lei Municipal nº 2.369, de 03 de outubro de 2022, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2023 – LDO, e a Lei Municipal nº 2.407 de 21 de dezembro de 2022, que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2023– LOA.

**Art. 4º.** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, Estado do Mato Grosso, em 11 de agosto de 2023.

**RAFAEL MACHADO**

**Prefeito Municipal**

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

**MARCIO ANTÃO CANTERLE**

**Secretário Municipal de Administração**

**DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO**
**DECRETO EXECUTIVO Nº 176, DE 15 DE AGOSTO DE 2023.**

EMENTA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Municipal nº. 2.467/2023 de 09/08/2023.

**DECRETA**

**Art. 1º.** Fica aberto no corrente exercício o Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município, no montante de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), destinado ao reforço da seguinte Dotação Orçamentária:

09 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

007 ENSINO SUPERIOR

12.364.0007.20171 APOIO AO ENSINO SUPERIOR

3.3.50.00.00.00 Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos

1.500.0000000.000 Recursos não vinculados de impostos - exercício R$30.000,00

| | | | |
|---|---|---|---|
| **10** | **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** | | |
| 001 | FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE | | |
| 10.301.0009.20147 | MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE | | |
| 3.3.50.00.00.00 | Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos | | |
| 1.500.0000000.000 | Recursos não vinculados de impostos - exercício | R$ | 30.000,00 |

**Art. 2º.** Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotação Orçamentária, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/64.

**Art. 3º.**As alterações constantes deste Decreto passam a integrar a Lei Municipal nº 2.228, de 13 de setembro de 2021, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2022 a 2025, a Lei Municipal nº 2.369, de 03 de outubro de 2022, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2023 – LDO, e a Lei Municipal nº 2.407 de 21 de dezembro de 2022, que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2023– LOA.

**Art. 4º.** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, Estado do Mato Grosso, em 15 de agosto de 2023.

**RAFAEL MACHADO**

**Prefeito Municipal**

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

**MARCIO ANTÃO CANTERLE**

**Secretário Municipal de Administração**

**DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO**
**EXTRATO DE ADITAMENTO CONTRATO 90/2022**

**Aditivo 01 Contrato nº** *90/2022*

**Partes:** Município de Campo Novo do Parecis x **MARCOS IVAN MICHALSKI,** pessoa física, portador do CPF nº 866.851.399-00.

**Objeto:** Prorroga-se a vigência pelo período de 12 (doze) meses, de15 de agosto de 2023 a 14 de agosto de 2024.

**Valor:** O valor do contrato de locação permanecerá em**R$ 3.407,81 (três mil e quatrocentos e sete reais e oitenta e um centavos)** mensais**, pelo período de 12 (doze) meses**

**Programática: Órgão: 06 Secretaria Municipal de Esporte e Lazer**

**Unidade:** 002 – Desporto Comunitário

**Programática: 06.002.27.812.0019.20036.3.3.90.36.00.00**

**Fonte de Recurso: 1500000000 – Outros serviços de Terceiros – Pessoa Física**

**Procedimento Licitatório**: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 064/2022

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**
**PORTARIA Nº 514 DE 14 DE AGOSTO DE 2023**

**PORTARIA Nº 514 DE 14 DE AGOSTO DE 2023**

**SUBSTITUI MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE - CMS DO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE-MT**

**ALEXANDRE LOPES,** Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

Considerando a imperiosa necessidade de regulamentar o funcionamento do referido Conselho;

Considerando o que estabelece a Lei Municipal nº 1044/2005, de 02 de junho de 2005;

Considerando a necessidade de proceder com a substituição de membros nomeados da Portaria Nº. 283, de 03 de abril de 2023 para a devida atualização do Conselho.

**RESOLVE:**

**ARTIGO 1º** - Substitui os membros do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Verde – MT, constituído pelos membros abaixo:

**I. PRESIDENTE**

**a) Titular: SUELY JAMISE RODRIGUES DO NASCIMENTO,** inscrita no CPF sob o n.º 988.207.881-87, residente e domiciliada na Rua Luis Denti n.º 1166 - Estação da Luz – Campo Verde/MT, Fone: (66) 9-9954-9056, e-mail: jamisehab@hotmail.com

**II.VICE-PRESIDENTE**

**a) Titular: AMANDA SANTOS SILVA,** inscrita no CPF sob o n.º 031.427.241-09, residente e domiciliada na Rua Flecha n.º 474 – Jupiara - Campo Verde/MT, Fone: (66) 9-9913-8505, e-mail: jurídico.saude@campoverde.gov.br.

**III. Representantes da Secretaria Municipal de Saúde:**

**b) Titular: AMANDA SANTOS SILVA,** inscrita no CPF sob o n.º 031.427.241-09, residente e domiciliada na Rua Flecha nº 474 – Centro - Campo Verde/MT, Fone: (66) 9-9913-8505, e-mail: jurídico.saude@campoverde.gov.br.

**c) Suplente**: **RAFAELA MAGRI,** inscrita no CPF sob o n.º 032.105.031-25, residente e domiciliada na Rua Santa Catarina n.º 86 - São Lourenço - Campo Verde/MT, Fone: (66) 9-9995-9190, e-mail: rafaelamagri2011@hotmail.com

**IV. REPRESENTANTES DE OUTRA SECRETARIA MUNICIPAL OU GESTOR ESTADUAL:**

**a) Titular: TALITA PAMPLONA DA SILVA,** inscrita no CPF sob o n.º 001.944.011-11, residente e domiciliada na Rua Pardal n.º 776 – Cidade Alta II - Campo Verde/MT, Fone: (66) 9-9911-5679, e-mail: talitap26hotmail.com

**b) Suplente**: **ALMIR JOSÉ OLIVEIRA DA SILVA,** inscrito no CPF sob o n.º 867.407.921-00, residente e domiciliado na Av Santa Maria n.º 655 - Vale do Sol - Campo Verde/MT Fone: (66) 9-9982-1688, e-mail: rimla2004@hotmail.com **v. Representantes dos prestadores de serviço privado ou público conveniado ao SUS:**

**b) Titular: FABIANO MENANDE DA SILVA,** inscrito no CPF sob o n.º 953.667.331-20, residente e domiciliado na Travessa Nobres n.º 251 – Belvedere - Campo Verde/MT, Fone: (65) 9-9928-9948, e-mail: adm.campoverde@institutosocialsaolucas.com.br

**c) Suplente: JÚLIO BARBOSA GONÇALVES,** inscrito no CPF sob o n.º 010.277.971-64, residente e domiciliado Rua Aracaju n.º 553 – Centro - Campo Verde/MT, Fone: (66) 9-8425-3546, e-mail: julio_bgoncalves@hotmail.com

**vi. Representantes dos Profissionais de Saúde – Nível Superior:**

**a) Titular: SUELY JAMISE RODRIGUES DO NASCIMENTO,** inscrita no CPF sob o n.º 988.207.881-87, residente e domiciliada Rua Luis Denti n.º 1166 - Estação da Luz - Campo Verde/MT, Fone: (66) 9-9954-9056, e-mail: jamisehab@hotmail.com

**d) Suplente: ORIVALDO FERREIRA SALES FILHO,** inscrito no CPF sob o n.º 032.884.899-96, residente e domiciliado na Rua José Afonso de Moura Rittes n.º 26, Recanto dos Pássaros I- Campo Verde/MT, Fone: (66) 9-9687-6215, e-mail: orivaldosalesfilho@hotmail.com

**e) Titular: JULIANA ZENARO RODRIGUES,** inscrita no CPF sob o n.º 028.744.081-82, residente e domiciliada na Rua: Tupi nº 429 - Vale do Sol - Campo Verde/MT, Fone: (66) 9-9680-8857, e-mail: julianazenaro@hotmail.com

**f) Suplente: NOENY PEREIRA DE SOUSA,** inscrita no CPF sob o n.º 790.031.841-00, residente e domiciliada Rua Joao Pessoa n.º 1300- Campo Real I - Campo Verde/MT, Fone: (66) 99954-9056, e-mail: noeny.sousa@yaho.com.br

**vII. Representantes das categorias de saúde, nível fundamental ou médio de ensino:**

**a) Titular: RENATA HELAYNE PEREIRA DE ALENCAR,** inscrita no CPF sob o n.º 040.720.781-31, residente e domiciliada na Rua Pedro Elemar Butzen n.º 1111, Greenville II - Campo Verde/MT, Fone: (66) 9-9902-7056, e-mail: renatahelaynegmail.com.

**b) Suplente**: **AMELIA LEONEL PEREIRA,** inscrita no CPF sob o n.º 008.524.939-40, residente e domiciliada na Rua Arapongas, n.º 672, Cidade Alta I - Campo Verde/MT - Fone: (66) 9-9611-4469, e-mail: amelialeonelpereira@gmail.com

**VIII. Representantes dos associados dos portadores de necessidades especiais:**

**a) Titular: MARIA VALTRAUT RISTAU GARBUGIO,** inscrita no CPF sob o n.º 027.926.379-19, residente e domiciliada na Rua Maceió N.º 853 – Campo Real I - Campo Verde/MT, Fone: (66) 99969-6668, e-mail: maria.r.garbugio@hotmail,com.

**b) Suplente**: **RITA DE CASSIA SUZUKI MANUCCI,** inscrita no CPF sob o n.º 045.504.518-66 – residente e domiciliada Rua Nova Brasilândia n.º 29 - Belvedere – Campo Verde/MT - Fone: (66) 9-9900-5140, e-mail: ritasmanucci@hotmail.com

**IX. Representantes das organizações religiosas:**

**a) Titular: THIAGO HENRIQUE GOULART DE SOUZA SALZEDAS CRIVELENTE,** inscrito no CPF sob o n.º 348.881.348-71, residente e domiciliado na Rua Aracaju nº 1312 – Centro – Campo Verde/MT, Fone: (66) 9-9607-2834, e-mail: thiagogoulart1@hotmail.com

**b) Suplente**: **MARIA CRISTINA GOMES RIBEIRO,** inscrita no CPF sob o n.º 682.993.382-04, residente e domiciliada na Rua Mutum quadra 40 lote 05 - São Miguel – Campo Verde/MT - Fone: (66) 9-9607-4869, e-mail: crisgomescvmt@hotmail.com

**X. REPRESENTANTES DA ASSOCIAÇÃO De INDÚSTRIA E COMÉRCIO e prestadores de serviço do município:**

**a) Titular: LEANDRO AUGUSTO FILIPPOS TEODORO,** inscrito no CPF sob o n.º 343.970.528-59, residente e domiciliado na Rua Tupi n.º 436 – Condomínio das Palmeiras – rua 07 casa 708. Vale do Sol - Campo Verde/MT, Fone: (11) 9-9918-6619, e-mail: leandro.filippos@gmail.com

**b) Suplente: TATIANE CRISTINA FERRI PEDROSO,** inscrita no CPF sob o n.º 019.673.721-44, residente e domiciliada na Avenida Marino Cattani n.º 1427 – Estação da Luz - Campo Verde/MT, Fone: (66) 9-9619-5404, e-mail: tatianeferri@hotmail.com

**XI. Representantes de Associação de Bairros:**

**a) Titular: HINDIANARA LUANA RODRIGUES LEITE PACHECO**, inscrita no CPF sob n.º 016.142.931-98, residente e domiciliada na Av. Vereador Cesar Lima n.º 663 – Cidade Alta - Campo Verde/MT, Fone: (66) 9-9656-0846, e-mail: hindianaraluana@gmail.com. **b) Suplente: JOSIMARE VIEIRA DA SILVA,** inscrita no CPF sob n.º 886.591.861-68, residente e domiciliada na rua Medianeira n.° 385 – Jardim Campo Verde II - Campo Verde/MT, Fone: (66) 9-9699-7060, e-mail: ambientalcv@hotmail.com.

**XII. Representantes da Associação dos Aposentados, Pensionistas e Idosos:**

**a) Titular: ELCI GANPERT AULER,** inscrita no CPF sob n.º 363.008.021-91, residente e domiciliada na Avenida Mato Grosso S/N- Centro - Campo Verde/MT, Fone: (66) 9 9664-6231 e-mail: dbe_cv@hotmail.com.br **b) Suplente: ELZA HENRIQUE NAFI,** inscrita no CPF sob n.º 791.610.651-53, residente e domiciliada na rua São Salvador n.º 250 - Centro - Campo Verde/MT, Fone: (66) 9-9976-4880, e-mail: elzahnafi2017@gmail.com.

**XIII. Representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de campo verde-mt:**

**a) Titular: GENINHO CRISTÓFOLI,** inscrito no CPF sob n.º 141.412.559-20 – residente e domiciliado na Rua Lions Internacional Centenário n.º 1432 - Loteamento Belvedere - Campo Verde/MT, Fone: (66) 9-9979-6269, e-mail: geninhocristofoli6269@gmail.com

**b) Suplente: REGINALDO GONÇALVES CAMPOS**, inscrito no CPF sob n.º 890.132.417-72 – residente e domiciliado na rua Maceió n.º 165 - Centro – Campo Verde/MT, Fone: (66) 9-9667-6401/3419-3557, e-mail: strcampoverdemt@hotmail.com /reginaldo.klique@hotmail.com

**XIV. SECRETARIA EXECUTIVA:**

**JOSIANE CECILIA FELIX DA SILVA,** inscrita no CPF sob o n.º 046.412.681-93, residente e domiciliada na Rua Atalaia n.º 522 – Cidade Alta I - Campo Verde/MT, Fone: (66) 9-9654-5730, e-mail: josi.cecilia@hotmail.com.

**ARTIGO 2º**- Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, aos 14 dias do mês de agosto de 2023.

Cumpra-se, Registre-se e Publique-se.

**ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA**

Prefeito Municipal

**CLAUDILEI DE OLIVEIRA BORGES**

Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

## DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
## PORTARIA Nº 540, DE 14 DE AGOSTO DE 2023

**PORTARIA Nº 540, DE 14 DE AGOSTO DE 2023**

**DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO POR INTERESSE PÚBLICO À SERVIDOR PÚBLICO EFETIVO**

**EDNA QUEIROZ DA SILVA**, Secretária Municipal de Saúde do Município de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

**Considerando** a demanda do território municipal quanto aos atendimentos médicos com expertise (pós graduação) em psiquiatria tendo em vista crescimento exacerbado após o exercício de 2021, com muitos munícipes assintomáticos de doenças psicológicas, assinalados como sequelas da pandemia de COVID 19;

**Considerando** o princípio da economicidade, minimizando os gastos públicos e prestando serviço dentro dos padrões de qualidade exigidos;

**Considerando** que, no momento, a demanda de mais de 200 (duzentos) pacientes para o atendimento em psiquiatria, sendo estes somente agendados, agregando ainda os indivíduos de atendimento ambulatorial de emergência e perícias determinadas de forma judicial;

**Considerando** que as consultas especializadas através de consórcios ou credenciamentos retratam um valor extremamente superior em relação ao mesmo atendimento, com menor impacto financeiro e a mesma qualidade;

**Considerando** as disposições contidas no art. 8º e 12 do Decreto Municipal nº. 24, de 16 de março de 2021;

**RESOLVE:**

**ARTIGO 1º.** Fica concedida a conversão da jornada de trabalho em prestação de serviço extraordinário de 20 (vinte) horas semanais ao servidor **JAIRO SOUZA JUNIOR**, em local designado pela Secretaria Municipal de Saúde visando o atendimento de pacientes regulados, com a manutenção de todas as disposições legais que regem o exercício profissional e estatuto dos servidores, inclusive o registro de ponto.

**Parágrafo Único** – O profissional deverá atender no mínimo 200 (duzentos) consultas mensais na área de psiquiatria que serão agendadas pela Secretaria Municipal de Saúde.

**ARTIGO 2º** - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, aos 08 dias do mês de Agosto de 2023.

**EDNA QUEIROZ DA SILVA**

Secretária Municipal De Saúde

Cumpra-se, registra-se e publique.

**CLAUDILEI DE OLIVEIRA BORGES**

Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

## DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
## PORTARIA Nº 541, DE 14 DE AGOSTO DE 2023

**PORTARIA Nº 541, DE 14 DE AGOSTO DE 2023**

**DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO POR INTERESSE PÚBLICO À SERVIDOR PÚBLICO EFETIVO**

**EDNA QUEIROZ DA SILVA**, Secretária Municipal de Saúde do Município de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

**Considerando** a demanda do território municipal quanto aos atendimentos médicos com expertise (pós graduação) em endocrinologia tendo em vista crescimento exacerbado de demandas, além de consultas reguladas e não atendidas pela ausência de profissionais capacitados;

**Considerando** o princípio da economicidade, minimizando os gastos públicos e prestando serviço dentro dos padrões de qualidade exigidos;

**Considerando** que, no momento, a demanda de mais de 800 (oitocentos) pacientes para o atendimento em endocrinologia, sendo estes somente agendados, agregando ainda os indivíduos de atendimento ambulatorial de emergência e perícias determinadas de forma judicial;

**Considerando** que as consultas especializadas através de consórcios ou credenciamentos retratam um valor extremamente superior em relação ao mesmo atendimento, com menor impacto financeiro e a mesma qualidade;

**Considerando** as disposições contidas no art. 8º e 12 do Decreto Municipal nº. 24, de 16 de março de 2021;

**RESOLVE:**

**ARTIGO 1º.** Fica concedida a conversão da jornada de trabalho em prestação de serviço extraordinário de 20 (vinte) horas semanais a servidora **BRUNA LUIZA FERNANDES PRATI**, em local designado pela Secretaria Municipal de Saúde visando o atendimento de pacientes regulados, com a manutenção de todas as disposições legais que regem o exercício profissional e estatuto dos servidores, inclusive o registro de ponto.

**Parágrafo Único** – O profissional deverá atender no mínimo 200 (duzentos) consultas mensais na área de endocrinologia que serão agendadas pela Secretaria Municipal de Saúde.

**ARTIGO 2º** - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, aos 08 dias do mês de Agosto de 2023.

**EDNA QUEIROZ DA SILVA**

Secretária Municipal De Saúde

Cumpra-se, registra-se e publique.

**CLAUDILEI DE OLIVEIRA BORGES**

Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE/ CONVÊNIOS**
**PORTARIA Nº 543 DE 16 DE AGOSTO DE 2023**

**NOMEIA A SERVIDORA FLÁVIA FONSECA GEAROLA PARA SER RESPONSÁVEL PELO CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DO TERMO DE CONVÊNIO 001/2023, CELEBRADO COM O CONSELHO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA - CONSEG DE CAMPO VERDE.**

**ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA,** Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

**R E S O L V E:**

**ARTIGO 1º** - Nomear a servidora **FLÁVIA FONSECA GEAROLA**, matrícula nº **7541**, lotada na Secretaria Municipal Integrada de Apoio à Segurança Pública, como fiscal do Termo de Convênio nº 001/2023, firmado com o Conselho Comunitário de Segurança do Município de Campo Verde – CONSEG, que representará a Administração Municipal perante a Conveniada e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle.

**ARTIGO 2º** - Na ausência da servidora supra designada, fica nomeada como suplente, a servidora **LAIS CRISTINE SANTI LEITE**, matrícula nº **6708**, lotada na Secretaria Municipal Integrada de Apoio à Segurança Pública.

**ARTIGO 3º** - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, aos 16 dias do mês de agosto de 2023.

**ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA**

Prefeito Municipal

**FLÁVIA FONSECA GEAROLA**

Fiscal

**LAIS CRISTINE SANTI LEITE**

Suplente

Cumpra-se, registra-se e publique.

**CLAUDILEI DE OLIVEIRA BORGES**

Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

---

**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**
**TERMO DE CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 134/2023**

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE, inscrita no CNPJ sob nº 24.950.495/0001-88, neste ato representada pelo Prefeito Municipal ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, portador da Carteira de Identidade nº 0906391-9 SESP/MT, CPF nº 631.576.751-68, brasileiro, casado, residente e domiciliado no município de Campo Verde - MT, neste ato denominado simplesmente ÓRGÃO GERENCIADOR, resolve CANCELAR a Ata de Registro de Preços nº 384/2022 celebrada com a empresa LEONARDO DE PAULI GALIZIA, inscrita no CNPJ sob nº 32.249.840/0001-89, com endereço à Rua Prudente de Moraes, n°548, bairro Jardim Nova Bariri, CEP:17.250-244, Bariri/SP.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA MOTIVAÇÃO

Considerando que foi adjudicado em favor da empresa LEONARDO DE PAULI GALIZIA o lote 01 do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2023, cujo objeto é REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE LABORATÓRIO PROTÉTICO PARA CONFECÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS, com validade de 12 meses, iniciada em 17/03/2023 e término em 17/03/2024;

Considerando que durante a vigência da Ata a empresa supracitada descumpriu prazos e cláusulas contratuais, sendo notificada para a entrega dos itens e apresentação de defesa prévia;

Considerando a instrução do Processo Administrativo nº 052/2023.

CLAUSULA SEGUNDA - DO CANCELAMENTO E DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Fica cancelada a Ata de Registro de Preços nº 134/202, a contar da publicação deste Termo, com fundamento na cláusula 9.1 da referida Ata de Registro de Preços, amparada no art. 78 da Lei 8666/93.

Abra-se prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da publicação, para que a empresa LEONARDO DE PAULI GALIZIA, querendo, apresente DEFESA, findo o qual, a Administração decidirá pela aplicação das penalidades cabíveis.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO

Esta rescisão será publicada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso - AMM/MT.

CLÁUSULA QUARTA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Campo Verde - MT para dirimir eventual litígio oriundo da presente rescisão. E assim, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor.

Campo Verde – MT, 16 de maio de 2023.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

---

**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**
**EXTRATO DO OITAVO TERMO ADITIVO CONTRATUAL REFERENTE AO CONTRATO Nº. 043/2020**

**EXTRATO DO OITAVO TERMO ADITIVO CONTRATUAL REFERENTE AO CONTRATO Nº. 043/2020, CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE PORTEIRO, VIGIA, BORRACHEIRO E SEGURANÇA DESARMADO.**

**Contratante: MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE**

**Contratado: DILMA AZEVEDO BORBA DE SALLES LTDA**

**Objeto: Fica acrescido ao presente contrato originário o valor total de R$ 4.193,64 (quatro mil, cento e noventa e três reais e sessenta e quatro centavos), decorrente do reajuste contratual anual (convenção coletiva MTE00097/2023).**

**Data de Assinatura: 15 de agosto de 2023**

---

**DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA Nº 539, DE 14 DE AGOSTO DE 2023.**

**PORTARIA Nº 539, DE 14 DE AGOSTO DE 2023.**

**CONCEDE AFASTAMENTO, SEM REMUNERAÇÃO, A SERVIDORA MUNICIPAL FRANCIELE XAVIER CAMPOS SCHOSSLER PELO PERÍODO DE DOIS ANOS.**

**ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA**, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

**RESOLVE**:

**ARTIGO 1º** - Conceder afastamento, sem remuneração, a partir de 15 de agosto do corrente ano, a servidora municipal **FRANCIELE XAVIER CAMPOS SCHOSSLER**, matrícula **6796**, exercendo o cargo efetivo de **AUXILIAR ADMINISTRATIVO** pelo período de dois anos, conforme dispõe o 077 da Lei Complementar nº 057/2015, por motivo de interesse particular.

**ARTIGO 2º** - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, aos 14 dias do mês de Agosto de 2023.

**ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA**

Prefeito Municipal

Cumpra-se, registra-se e publique.

**CLAUDILEI DE OLIVEIRA BORGES**

Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

**DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS**
**ERRATA PORTARIA Nº 313, DE 19 DE ABRIL DE 2023.**

**ERRATA PORTARIA Nº 313, DE 19 DE ABRIL DE 2023.**

ONDE SE LÊ:

- JOSE MARIO PEREIRA ARRUDA, matrícula 4675, ocupante do cargo de Técnico Em Informática, sendo promovido (a) da classe “A” para a “B”.

LÊ-SE:

- JOSE MARIO PEREIRA ARRUDA, matrícula 4675, ocupante do cargo de Técnico Em Informática, sendo promovido (a) da classe “A” para a “C”.

**VIGILÂNCIA SANITÁRIA**
**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO VISA Nº 90, DE 17 DE AGOSTO DE 2023**

A Divisão de Vigilância Sanitária do Município de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 5, de 30 de dezembro de 2005, vem **NOTIFICAR**, pelo presente Edital, nos termos do mesmo diploma legal, que “*Art. 45. É proibida a introdução direta ou indireta de esgotos sanitários e outras águas residuárias nas vias públicas e/ou galerias de água pluviais. Parágrafo Único - O proprietário de imóvel fica obrigado a construir instalações domiciliares adequadas de remoção de esgotos, cabendo ao mesmo e/ou ocupante zelarem por sua conservação.”.* **PORTANTO, FICA A CELIA APARECIDA PAES DE OLIVEIRA, C.P.F.: 955.440.***-59, DO ENDEREÇO: R. ESPIRITO SANTO, Q01 L16 – SÃO LOURENÇO, COD. 3402, NESTA URBE, DEVIDAMENTE NOTIFICADA, PARA QUE NO PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS, TOME AS DEVIDAS PROVIDÊNCIAS A FIM DE: 1) INTERROMPER O DESCARTE IRREGULAR DE ÁGUAS RESIDUÁRIAS NA VIA PÚBLICA; 2) REALIZAR A CANALIZAÇÃO PARA A FOSSA DA ÁGUA PROVENIENTE DO TANQUE PELO FATO DE CONFIGURAR CONDUTA POLUIDORA; 3) REALIZAR A CORREÇÃO DAS INSTALAÇÕES DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO QUE ESTEJAM EM DESACORDO, PROVENDO A CANALIZAÇÃO NECESSÁRIA; 4) CIENTIFICAR, DESDE JÁ, QUE TODA ÁGUA RESIDENCIAL, PROVENIENTE DOS LAVATÓRIOS, CHUVEIROS, PIAS, TANQUES, MÁQUINAS DE LAVAR ROUPA E LOUÇA DEVEM SER DIRECIONADAS PARA A FOSSA SÉPTICA OU PARA O ESGOTO, CASO HAJA.** Passados 5 (cinco) dias corridos da publicação desta, o responsável pela residência citada será considerado notificado e, a inobservância ou a desobediência às exigências sanitárias relativas a imóveis, pelos seus proprietários, ou por quem detenha legalmente a sua posse, enseja na apuração de responsabilidade em Processo Administrativo pela Divisão de Vigilância Sanitária, sujeito a penalidade de advertência e/ou multa de 180 UPFCV (R$568,80 – quinhentos e sessenta e oito reais e oitenta centavos), com base no art. 217, da Lei Complementar 5, de 30 de dezembro de 2005 c/c art. art. 10, XXIV, da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, sem prejuízo das sanções de natureza civil ou penal cabíveis. A defesa ou impugnação deve ser apresentada junto ao órgão autuador, pelo e-mail <visasmscv@gmail.com>, ou pessoalmente na Divisão de Vigilância Sanitária, localizada no endereço: Travessa do Comércio, 449, Bairro Jupiara, Campo Verde – MT, CEP: 78840-000, Telefone: (66) 3419 6250 ou (66) 99679-4854.

**Viviani Borges Geraldino Aguiar**

**Autoridade Sanitária Matr. 697**

**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**
**NOTIFICAÇÃO – ASSINATURA DA ATA E REGISTRO DE PREÇO Nº 072/2023**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2023 – REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE REAGENTES E TESTES RÁPIDOS.**

A Prefeitura Municipal de Campo Verde, por meio da Supervisão de Compras e Licitações, com sede na Praça dos Três Poderes - Centro, Campo Verde-MT, vem por meio desta, dentro dos preceitos legais da Lei Federal 8.666/93 e Lei 10.520/02, bem como do que consta nas cláusulas do Edital de Pregão nº 007/2023, NOTIFICAR a empresa VISAN ASSESSORIA E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI, inscrita no CNPJ sob nº 03.959. 575/0004-77, com endereço à Rua Francisco Souza dos Santos nº 03, Sala 239 – Bairro Jardim Limoeiro, CEP 29164-153, município de Serra-ES, para a ASSINATURA da Ata de Registro de Preços nº 072/2023.

Não ocorrendo a assinatura no prazo improrrogável de 05 (cinco) dias úteis serão aplicadas as penalidades cabíveis, conforme legislação vigente.

Campo Verde – MT, 16 de agosto de 2023.

HÉLIDA B. M. PACHECO HÜBNER

Pregoeira/ Gerente de Compras

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE/ CONVÊNIOS**
**ERRATA DE PUBLICAÇÃO**

A Prefeitura Municipal de Campo Verde-MT, torna público a Errata de Publicação do Extrato do Termo de Convênio n. 01/2023, o qual foi publicado no dia 15 de agosto de 2023 no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso - edição n° 4.298, pag. 62.

**Onde de lê-se:**

**Vigência:** O prazo de vigência do presente instrumento será do dia 01 de junho de 2023 até 31 de maio de 2024.

**Leia-se:**

**Vigência:** O prazo de vigência do presente instrumento será do dia 09 de agosto de 2023 até 09 de agosto de 2024.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE**
**RESULTADO FINAL DO EDITAL DE CONCURSO Nº 001/2023/SMCLE/MT “XXVIII FESTIVAL DA CANÇÃO DE CAMPO VERDE – FESCCAM”**

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DECULTURA, LAZER E ESPORTE doravante denominada SMCLE/MT, torna público, paraconhecimento de todos os interessados, o resultado final do edital de CONCURSO Nº001/2023/SMCLE/MT que valida a colocação de cada interprete e suas categorias, bemcomo sua premiação de acordo com os artigos 4º, 6º, 24º, 57º, 59º e 62º do edital,premiando:

CIDADE DE CAMPO VERDE | SECRETARIA DE CULTURA, LAZER E ESPORTE

**RESULTADO FINAL DO EDITAL DE CONCURSO Nº 001/2023/SMCLE/MT**

**"XXVIII FESTIVAL DA CANÇÃO DE CAMPO VERDE – FESCCAM"**

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, LAZER E ESPORTE doravante denominada SMCLE/MT, torna público, para conhecimento de todos os interessados, o resultado final do edital de **CONCURSO Nº 001/2023/SMCLE/MT** que valida a colocação de cada interprete e suas categorias, bem como sua premiação de acordo com os artigos 4º, 6º, 24º, 57º, 59º e 62º do edital, premiando:

**CATEGORIA GOSPEL**

| COLOCAÇÃO | PREMIAÇÃO | INTÉRPRETE | MÚSICA | CIDADE |
|---|---|---|---|---|
| **1º Lugar** | R$ 5.000,00 | Kesia Silva | Amigo espirito santo | Nobres – MT |
| **2º Lugar** | R$ 3.500,00 | Bruna E Gabriella | Me ama | Cáceres – MT |
| **3º Lugar** | R$ 2.500,00 | Mateus E Gabriela | É preciso acreditar | Primavera do leste – MT |
| **4º Lugar** | R$ 1.500,00 | Adrielle Rocha | Autor da vida | Juína – MT |
| **5º Lugar** | R$ 1.000,00 | Cris Assunção | A fé faz o herói | Rondonópolis – MT |
| **Destaque da Cidade** | R$ 1.500,00 | Anna Thaiza | Aleluia | Campo Verde – MT |

**CATEGORIA INÉDITA**

| COLOCAÇÃO | PREMIAÇÃO | INTÉRPRETE | MÚSICA | CIDADE |
|---|---|---|---|---|
| **1º Lugar** | R$ 5.000,00 | Karola Nunes | Botânica | Cuiabá – MT |
| **2º Lugar** | R$ 3.500,00 | Luth Peixoto | Corpo Fechado | Cuiabá – MT |
| **3º Lugar** | R$ 2.500,00 | Ronai Nava | Cantigas De Roda Mundo | Cuiabá – MT |
| **4º Lugar** | R$ 1.500,00 | Jonhy Saar | Anjo Da Guarda | Juína – MT |
| **5º Lugar** | R$ 1.000,00 | Jone Frank | Paradoxo | Santana Do Araguaia – MT |
| **Destaque da Cidade** | R$ 1.500,00 | Rui Terra | Um Canto de Liberdade contra COVID 19 | Campo Verde – MT |

**CATEGORIA MPB**

| COLOCAÇÃO | PREMIAÇÃO | INTÉRPRETE | MÚSICA | CIDADE |
|---|---|---|---|---|
| **1º Lugar** | R$ 5.000,00 | Marcelo Saz | Vingança | Campo Grande – MS |
| **2º Lugar** | R$ 3.500,00 | Raul Ruffo | Sonhos de um palhaço | Cuiabá – MT |
| **3º Lugar** | R$ 2.500,00 | Monica Seven | Soul de verão | Cuiabá – MT |
| **4º Lugar** | R$ 1.500,00 | Mika | Show das poderosas | Barra Do Bugres – MT |
| **5º Lugar** | R$ 1.000,00 | Emilly Ribeiro | A morte do vaqueiro | Campo Verde – MT |
| **Destaque da Cidade** | R$ 1.500,00 | Tritons | Mira ira | Campo Verde – MT |

CIDADE DE CAMPO VERDE | SECRETARIA DE CULTURA, LAZER E ESPORTE

**CATEGORIA SERTANEJA**

| COLOCAÇÃO | PREMIAÇÃO | INTÉRPRETE | MÚSICA | CIDADE |
|---|---|---|---|---|
| **1º Lugar** | R$ 5.000,00 | Yuri Lima Cabral | Canarinho do peito amarelo | Primavera do Leste – MT |
| **2º Lugar** | R$ 3.500,00 | Kleber E Adilson | Minha prece | Ubiratã – PR |
| **3º Lugar** | R$ 2.500,00 | Marcos E Sérgio | Hoje não é nosso dia | Santa Rita Do Araguaia – GO |
| **4º Lugar** | R$ 1.500,00 | Donizete E Rafael | Boiadeiro errante | Cuiabá – MT |
| **5º Lugar** | R$ 1.000,00 | Carol Reichert | Por um minuto | Rondonópolis – MT |
| **Destaque da Cidade** | R$ 1.500,00 | Karen Thafny | Agora vai | Campo Verde – MT |

**CATEGORIA INFANTIL**

| COLOCAÇÃO | PREMIAÇÃO | INTÉRPRETE | MÚSICA | CIDADE |
|---|---|---|---|---|
| **1º Lugar** | R$ 1.200,00 | Luiz Pedro | O calhambeque | Campo Verde – MT |
| **2º Lugar** | R$ 900,00 | Melina Alves | História de uma gata | Campo Verde – MT |
| **3º Lugar** | R$ 600,00 | Isabelly Ventura | Como nossos pais | Campo Verde – MT |

**CATEGORIA INFANTO JUVENIL**

| COLOCAÇÃO | PREMIAÇÃO | INTÉRPRETE | MÚSICA | CIDADE |
|---|---|---|---|---|
| **1º Lugar** | R$ 2.300,00 | Diely Vaz | Abandonada Por Você | Terra Nova Do Norte – MT |
| **2º Lugar** | R$ 1.200,00 | Hysis Vitória | Atos 2 | Campo Verde – MT |
| **3º Lugar** | R$ 900,00 | Heloisa Bonfate | Splish Splash | Campo Verde – MT |
| **Destaque da Cidade** | R$ 1.500,00 | Mylena Gabrielle | Preciosa Graça | Campo Verde – MT |

Campo Verde/MT, 07 de agosto de 2023.

**CLEMILSON CARVALHO DO NASCIMENTO**
Secretária Municipal de Cultura, Lazer e Esporte
(original assinado)

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

**LICITAÇÃO**
**AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO "SRP" Nº 044/2023**

O Pregoeiro Oficial do Municipio de Campos de Júlio - MT, nomeado pela Portaria nº 237/2017, vem a público divulgar, para conhecimento dos interessados, o resultado do Pregão Eletrônico "SRP" nº 044/2023, do tipo menor preço por item, com abertura no dia 16/08/2023, às 08h00, horário local, com a finalidade de **"Registrar preços para aquisições/confecções futuras e parceladas de camisetas, coletes, jalecos, calças e congêneres, para atender as demandas das Secretariais Municipais e seus Departamentos",** sendo declarada vencedora do certame as empresas: **S. M. GIUSTTI DE ARRUDA & CIA LTDA-EPP**, inscrita no **CNPJ/MF nº 08.711.005/0001-34**, vencedora dos itens (01, 11, 12, 16 e 17), com valor total de R$ 80.549,00 (oitenta mil, quinhentos e quarenta e nove reais), **IMPACTO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA-EPP**, inscrita no **CNPJ/MF nº 08.952.092/0001-11**, vencedora dos itens (07, 08, 18 e 19), com valor total de R$ 98.971,85 (noventa e oito mil, novecentos e setenta e um reais e oitenta e cinco centavos), **CONESUL UNIFORMES PROFISSIONAIS LTDA-ME**, inscrita no **CNPJ/MF nº 35.071.309/0001-57**, vencedora do itens (10, 14 e 15), com valor total de R$ 48.584,90 (quarenta e oito mil, quinhentos e oitenta e quatro reais e noventa centavos), **30. 401.305 LUZINETE MIRANDA GENUÍNO-ME**, inscrita no **CNPJ/MF nº 30. 401.305/0001-76**, vencedora dos itens (02, 09 e 13), vencedora dos itens (02, 09 e 13), com valor total de R$ 56.959,20 (cinquenta e seis mil, novecentos e cinquenta e nove reais e vinte centavos) e **MM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA-ME**, inscrita no **CNPJ/MF nº 23.527.411/0001-35**, vencedora dos itens (03, 04, 05, 06 e 20), com valor total de R$ 256.846,00 (duzentos e cinquenta e seis mil, oitocentos e quarenta e seis reais).

Os valores unitários dos itens, estão registrados na Ata de Reunião de Julgamentos de Propostas emitido pelo Sistema (anexo ao procedimento) e em Ata de Registro de Preços, que destina o menor preço dos itens, por um período de 12 meses.

Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (65) 3387 – 2800, (65) 9.9963-3595 ou pelo e-mail: licitacao2@camposdejulio.mt.gov.br.

Campos de Júlio - MT, 16 de agosto de 2023.

Marcelo José Batista dos Santos Lino

Pregoeiro Oficial

**EXTRATO DO CONTRATO N° 184/2023.**

EXTRATO DO CONTRATO N° 184/2023.

ESPÉCIE: Serviços.

OBJETO: Serviços temporário profissional tipo Serviço de conservação.

VIGÊNCIA: 14/08/2023 a 13/08/2024.

VINCULAÇÃO: Inexigibilidade nº 06/2022 Edital de Credenciamento nº 03/2022 e Processo de Compra n° 32/2022.

Atendendo as condições prevista na Lei Federal nº14.133/2021

ASSINAM: IRINEU MARCOS PARMEGGIANI – PREFEITO e MARIA ADRIANA ALVES, CNPJ/MF sob o nº 46.311.553/0001-66, CONTRATADA

**EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO AO CONTRATO N° 124/2023**

ESPÉCIE: Prestação de Serviços de Técnico(a) em enfermagem, em conformidade com o Processo Seletivo Simplificado nº 001/2022, Edital n°001/2022.

OBJETO: Rescinde o Contrato Administrativo de nº 124/2023, amigavelmente a partir de 15/08/2023.

ASSINAM: IRINEU MARCOS PARMEGGIANI – Prefeito / RESCINDENTE e KELLY BORGES MACHADO / RESCINDIDO.

Aryadne M. Santos / Fiscal de Contratos

**TERMO DE NOMEAÇÃO, DE 16 DE AGOSTO DE 2023.**

**DESIGNA DIRETOR ADMINISTRATIVO HOSPITALAR NO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JÚLIO.**

**IRINEU MARCOS PARMEGGIANI**, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e,

***CONSIDERANDO*** *o disposto no artigo 28 do Decreto Federal nº 20.931/32 e os princípios que regem a Administração Pública;*

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Designar o Senhor **JEORGE LUIS GONSALVES**,admitido na forma do processo administrativo nº 07/2021, processo de compra nº 07/2021 inexigibilidade de licitação nº 01/2021 e aditivos, para atuar como Diretor Administrativo Hospitalar celebrado no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, visto que nenhum estabelecimento de hospitalização ou de assistência médica pública ou privada poderá funcionar, em qualquer ponto do território nacional, sem ter um diretor técnico e principal responsável, habilitado para o exercício da medicina nos termos do regulamento sanitário federal.

**Art. 2º** Fica o Diretor Administrativo hospitalar responsável pela direção, chefia e assessoramento do órgão e as atribuições específicas de planejar, organizar, dirigir, coordenar, controlar, avaliar e executar as atividades inerentes à área de sua respectiva responsabilidade; com o foco em resultados e de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Secretária Municipal de Saúde; emitir relatórios administrativos e encaminhar os assuntos pertinentes a sua área de atuação para análise da Secretária da pasta; exercer outras atribuições que lhe forem cometidas, em suas respectivas competências e tudo o mais inerente aos encargos legais e atribuições que lhe forem delegadas.

**Parágrafo primeiro:** para o desenvolvimento das atribuições contida no caput nãoensejará remuneração.

**Parágrafo segundo**. As decisões e providências que ultrapassam a competência do Diretor Administrativo Hospitalar deverão ser solicitadas à Secretária de Saúde em tempo hábil para a adoção das medidas saneadoras.

**Art. 3º** Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 06 de junho de 2023.

**Registre-se e publique-se.**

Gabinete do Prefeito Municipal de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, aos dezesseis dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três.

**IRINEU MARCOS PARMEGGIANI**

**Prefeito de Campos de Júlio/MT**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE

**GABINETE DO PREFEITO**
**DECISÃO DE SINDICÂNCIA PRELIMINAR N. 001/2023 CONFORME PORTARIA 157/2023, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2023**

**SINDICÂNCIA PRELIMINAR N. 001/2023 CONFORME PORTARIA 157/2023, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2023**

**DECISÃO**

Apresentado a esta Autoridade o Relatório de Sindicância Preliminar pela Comissão de Processo Administrativo Disciplinar instituída pela Portaria n. 158, de 15 de fevereiro de 2023, que teve por objeto possível ocorrência de pagamento de servidores de forma errônea, conforme Relatório apre-

sentado pela empresa ADA-Desenvolvimento Profissional e Administrativo.

Segundo o Relatório da empresa ADA foram detectadas irregularidades em pagamentos, a alguns servidores, referentes ao seguintes itens: insalubridade, contribuição sindical, gratificações, férias, salário-família, recolhimento de INSS e IRRF, e no cadastro dos servidores.

No curso da Sindicância foi ouvida a servidora Rosania Pereira Ramos, que foi responsável pelo Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte, a qual promoveu defesa escrita, conforme fls. 000048/000050, e argumentou, em síntese, que durante o tempo em que foi responsável pelo Departamento de Recursos Humanos nunca praticou qualquer dos atos ora apurados de maneira intencional, tendo sempre seguido normas que já vinham desde gestões anteriores e continuaram a ser utilizadas na gestão atual.

Em sede de **Conclusão**, a Comissão exarou entendimento no sentido de que não houve atitude errada por parte de qualquer servidor, tendo os equívocos acontecido por falta de capacitação de servidores, bem como pela falta de atualização dos sistemas de gestão administrativa usados pela Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte, não sendo caso de aplicação de sanção.

Foi sugerido ainda levantamento do possível prejuízo ocasionado à Municipalidade.

Pois bem.

Diante do Relatório apresentado é preciso ressaltar que, em havendo indícios de possível prejuízo ao erário por força de pagamentos feitos indevidamente a servidores, mesmo que involutariamente, imperioso se faz apurar o montante de tais pagamentos. Assim **determino** que o Departamento de Recursos Humanos, juntamente com a Contabilidade e o Financeiro promovam esse levantamento, tendo como base o Relatório apresentado pela empresa ADA-Desenvolvimento Profissional e Administrativo.

A determinação do *quantum* do possível prejuízo ao erário é condição *sine qua non* para aventar-se a possibilidade de aplicação de sanção e de busca de ressarcimento aos cofres públicos.

Assim, tendo até aqui o presente Processo Preliminar atingido o objetivo a que se propôs, **determino o seu arquivamento**, sem prejuízo da abertura de novo procedimento, situação que será avaliada pela Administração Municipal após o apontamento do montante do possível prejuízo causado ao erário, na forma acima determinada.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Canabrava do Norte-MT, em 19 de junho de 2023.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA N. 643/2023/GAPRE, DE 16 DE AGOSTO DE 2023.**

**PORTARIA N. 643/2023/GAPRE, DE 16 DE AGOSTO DE 2023.**

***"DISPOE SOBRE A NOMEAÇÃO E ALTERAÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - COMDEMA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".***

**JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS**, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, III, e XXX da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais;

**CONSIDERANDO** o memorando n. **100/2023/SEMAA/MT**, exarado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura, o qual encaminha a relação de membros que irão compor o Conselho Municipal do Meio Ambiente – CONDEMA.

**RESOLVE:**

**Art. 1º. NOMEAR**, para compor o **CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - CONDEMA** do Município de Canabrava do Norte - MT**,** em conformidade Lei n. 773/2017, de 04 de dezembro de 2017, em seu artigo Art. 11º, os seguintes membros:

**I- REPRESENTANTES DAS IGREJAS.**

**Titular:** Evandro Vieira de Souza

**CPF:** 919.305.881-00

**RG:** 364999-7 DGPC-GO

**Suplente**: Jonas Alves do Nascimento

**CPF:** 913089091-87

**RG:** 1182776-9 SSP/MT

**II - REPRESENTANTES DA SECRETARIA INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PUBLICOS E URBANISMO – SINSPU.**

**Titular:** Jucerlei Bonatto

**CPF:** 770.870.891-53

**RG:** 1047478-1 SSP/MT

**Suplente:** Alceu Fernandes

**CPF**: 824.558.051-15

**RG:** 1184253-9 SSP/MT

**III-REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SAPLAFI.**

**Titular**: Gleicy Brito dos Santos

**CPF**: 047.130.911-70

**RG**: 1946483-5 SSP/MT

**Suplente:** Antônio Junior P. Silveira

**CPF:** 014.317.551-33

**RG** 1747816-2 SSP/MT

**IV - REPRESENTANTES SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE CANABRAVA DO NORTE – SINDSERV.**

**Suplente:** Nilcely Rufino da Silva

**CPF** 010.338.881-84

**RG:** 1666869-0 SSP/MT

**Titular:** Paulo Cândido de Oliveira

**CPF**: 547.363.821-04

**RG**: 6040757 SSP/MT

**V- REPRESENTANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAUDE - CMS**

**Suplente:** Acrisio Luiz dos Reis

**CPF:** 019.801.388-42

**RG**: 6040757 SSP/SP

**Titular:** Gleison Morais Vida

**CPF** 031.109.711-19

**RG**: 1666752-2 SSP/MT.

**VI - REPRESENTANTES DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA – SEMAA/MT.**

**Titular:** Rael Gomes Coelho

CPF 317942201-78

RG 0765877-0 SPP/MT

**Suplente:** Daniel Divino Louzeiro Pereira Silva

**CPF:** 045.758.571-54

**RG**: 1946519-0 SSP/MT

**VII - REPRESENTANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SOLIDARIO E SUSTENTAVEL.**

**Titular:** Mara Silvia de Jesus Portela.

**CPF**: 006.569.721-90

**RG**: 1968256-5 SSP/MT

**Suplente:** Marquilene da Silva Santos

**CPF:** 027.958.151-33

**RG:** 20334796-6 SSP/MT

**VIII - REPRESENTANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – CME.**

**Titular:** Adbaldo Nunes Milhomem

**CPF:** 792458701-20

**RG:** 4557401 SSP/GO

**Suplente:** João Pereira da Silva Neto

**CPF:** 954.715.101-00

**RG:** 145166-4 SSP/MT

**Art. 2º -** Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando – se todas as disposições em contrário, em especial a Portaria n. 362/2022, de 08 de junho de 2022.

**Registre-se,**

**Publique-se,**

**Cumpre-se.**

Gabinete do Prefeito, em 16 de agosto de 2023.

**(Assinado Eletronicamente)**

**JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS**

Prefeito Municipal

**ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO**
**RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 050/2023**

A Prefeitura de Canabrava do Norte-MT, através do Pregoeiro designado pela Portaria nº 027/2023 de 06 de Janeiro de 2023, torna público o Resultado do Pregão Eletrônico 050/2023, cujo objeto é o Registro de Preços para possível e eventual aquisição de materiais para construção, para atender a demanda das Secretarias do Poder Executivo Municipal de Canabrava do Norte - MT, onde a empresa: **MUDAR COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO FERRAMENTAS E EPIS LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº 14.888.303/0001-05, sagrou-se vencedora de itens do certame no valor global de R$ 133.084,46 (cento e trinta e três mil, oitenta e quatro reais e quarenta e seis centavos); **GMF SERVIÇOS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº 35.875.067/0001-54, sagrou-se vencedora de itens do certame no valor global de R$ 454.000,00 (quatrocentos e cinquenta e quatro mil reais); **DIPAR FERRAGENS - EIRELI,** inscrita no CNPJ sob o nº 16.868.674/0001-42, sagrou-se vencedora de itens do certame no valor global de R$ 126.689,43 (cento e vinte e seis mil, seiscentos e oitenta e nove reais e quarenta e três centavos); **COTOVIA COMÉRCIO LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº 43.853.822/0001-28, sagrou-se vencedora de itens do certame no valor global de R$ 299.283,80 (duzentos e noventa e nove mil, duzentos e oitenta e três reais e oitenta centavos); **EFRAIM RECURSOS LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº 47.906.362/0001-00, sagrou-se vencedora de itens do certame no valor global de R$ 2.877,50 (dois mil, oitocentos e setenta e sete reais e cinquenta centavos);

Canabrava do Norte-MT, **16 de Agosto de 2023.**

**Iranizo Matos Rodrigues**

Pregoeiro

**Portaria nº 027/2023**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

**PORTARIA Nº 599/2023**

**De 15 de Agosto de 2023.**

Designa Servidor Público Municipal para a fiscalização de execução de contrato.

**Fábio Marcos Pereira de Faria**, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Designar **DAIANA DA ROSA MORAIS**, servidora no cargo de Técnico em Educação Física, para exercer a fiscalização do Contrato referente ao **Processo nº 112/2023, Dispensa Eletrônica nº 026/2023 –** cujoobjeto é a aquisição de diversos materiais para as atividades de equoterapia, conforme especificação do edital.

**Art. 2º-**Nomear **FABIANO REZENDE CORREA,** no cargo de Técnico em Educação Física, como suplente de Fiscal do referido Contrato.

**Art. 3º** - Revogam -se as disposições em contrário.

**Art. 4º** - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, de 15 de Agosto de 2023**.**

Fábio Marcos Pereira de Faria

**Prefeito Municipal**

**PREVIDÊNCIA CANARANA - PREVICAN**
**ERRATA – PORTARIA N° 006/2023/PREVICAN**

**ERRATA – PORTARIA N° 006/2023/PREVICAN**

ONDE SE LÊ:

Art. 1º Conceder o benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, à servidora Sra. ILSE TERESINHA GOTZ, portadora da cédula de identidade RG: 1099417-3 SJ/MT e CPF nº 162.282.511-04, servidora efetiva, no cargo de Agente Administrativo, **Classe "E", Nível "05", 40 horas**, lotada junto a Secretaria Municipal de Administração de Canarana-MT, devidamente matriculada sob o nº 1165, contando com 31 anos e 29 dias de tempo de contribuição, com proventos calculados pela integralidade da média aritmética, conforme processo administrativo do PREVICAN, n.º 2022.04.26083P, a partir da data de 23/03/2023, até posterior deliberação.

LEIA-SE CORRETO:

Art. 1º Conceder o benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, à servidora Sra. ILSE TERESINHA GOTZ, portadora da cédula de identidade RG: 1099417-3 SJ/MT e CPF nº 162.282.511-04, servidora efetiva, no cargo de Agente Administrativo**, Classe "E", Nível** "**06", 40 horas**, lotada junto a Secretaria Municipal de Administração de Canarana-MT, devidamente matriculada sob o nº 1165, contando com 31 anos e 29 dias de tempo de contribuição, com proventos calculados pela integralidade da média aritmética, conforme processo administrativo do PREVICAN, n.º 2022.04.26083P, a partir da data de 23/03/2023, até posterior deliberação.

Edirce Eunes de Andrade

Diretora Executiva

**PORTARIA Nº 598/2023**

**De 15 de Agosto de 2023.**

Designa Servidor Público Municipal para a fiscalização de execução de contrato.

**Fábio Marcos Pereira de Faria**, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8666/93.

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Designar **FRANCIELY REJANE STORCH,** servidorano cargo de Gestor de Frotas e Veículos, para exercer a fiscalização do Contrato referente ao **Processo nº 111/2023 – Dispensa de Licitação nº 025/2023 -** Cujo objeto é a contratação de empresa especializada na manutenção, assistência técnica e fornecimento de peças genuínas da marca XCMG que se encontram em período de garantia ou necessitam de reparos de manutenção preventiva, conforme especificação no edital.

**Art.2º -** Nomear **EDER JUNIOR RODRIGUES**, no cargo de Coordenador de Serviços Públicos e de Estradas, como suplente de Fiscal do referido Contrato.

**Art. 3º** - Revogam -se as disposições em contrário.

**Art. 4º** - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, de 15 de Agosto de 2023**.**

**Fábio Marcos Pereira de Faria**

**Prefeito Municipal**

**PREVIDÊNCIA CANARANA - PREVICAN**
**PORTARIA N.º 09/2023/PREVICAN/CANARANA/MT**

*"Dispõe sobre a concessão do benefício de Pensão por Morte em favor da Sra.* ***Silvete Aparecida Mendes,****, em decorrência do falecimento do servidor ativo,* ***Sr. Paulo José Gonçalves.****"*

**A Diretora Executiva do PREVICAN - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Canarana,** Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o art. 40, §7º, da Constituição Federal de 1988, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 103/2019, c/c 23 da EC nº 103/2019, art. 5º, art. 7º, inciso I e art. 29 inciso I, da Lei 695/2005, que dispõe acerca da Reestruturação do Regime Próprio de Previdência Social de Canarana/MT,com redação alterada pela Lei nº 182/2020; e ainda a Lei Complementar nº 123/2014, que versa acerca da reformulação do Plano de Cargos e Carreira dos Profissionais do Sistema Único de Sáude do município.

**Resolve:**

**Art. 1º. CONCEDER** o benefício **Pensão Por Morte**, em decorrência do falecimento do Sr. **PAULO JOSÉ GONÇALVES**, portador da cédula de identidade RG nº 17520414-7 SSP/SP e CPF nº 025.808.008-67, servidor efetivo, no cargo de Auxiliar de Enfermagem, Classe "D", Nível "05", 40 horas, lotado junto a Secretaria Municipal de Saúde de Canarana-MT, o equivalente a 100% (cem) da cota e de forma vitalícia em favor da Sra. **SILVETE APARECIDA MENDES**, casada, portador do RG: 17520333-7 SSP/SP e do CPF: 181.481.928-20, **na qualidade de cônjuge do** *de "cujus",* conforme processo administrativo do **PREVICAN**sob **nº. 2023.07.26097P,** a partir de **08/07/2023,** data de òbito, até posterior deliberação.

.

**Art. 2º.** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação**, retroagindo os seus efeitos legais a data 08 de julho de 2023,** data do óbito revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Canarana/MT, 09 de agosto de 2023.

.

**EDIRCE EUNES DE ANDRADE**

Diretora Executiva do PREVICAN

**Homologo:**

**FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA**

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 3426/23**

**DECRETO Nº 3426/23**

**DE 17 DE JULHO 2023.**

**"Abre Crédito Suplementar – Anulação de dotação no Orçamento Programa de 2023 e das outras providências", com base na Lei Municipal de nº1690/22 de 21 de dezembro de 2022.**

**O Sr. FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA, Prefeito** Municipal de Canarana**,** Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

**DECRETA:**

**Art.1º-** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Programa de 2023 no valor de R$ 1.547,800,00 (um milhão, quinhentos e quarenta e sete mil e oitocentos reais), na forma abaixo especificada:

**Órgão: 12 – PREVICAN – FUNDO MUN. PREV. SERV. CANARANA – MT VALOR**

**Unidade: 12.01 – PREVICAN – FUNDO MUN. PREV. SERV.DE CANARANA-MT**

P.A: 2.093 – MANUTENÇÃO, PESSOAL E ENCARGOS PREVICAN-ADM (0002)3.1.90.0000.00.0802–APLICACOES DIRETAS R$40.000,00

(003)3.1.91.0000.00.0800-APLIC DIRETA DECOR DE OPERAC ENTRE (R$ 7.800,00

P.A 2.94 – MANUTENÇÃO DE DESPESAS COM APOSENTADORIAS E PENSÕES

(0005)3.1.90.0000.00.0800 – APLICACOES DIRETAS R$ 1.500,000,00

**TOTAL R$1.547.800,00**

**Art. 2º** - Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial de R$ 1.547. 800,00 (um milhão, quinhentos e quarenta e sete mil oitocentos reais) de dotação orçamentaria, a seguir especificada:

**Órgão: 12 – PREVICAN – FUNDO MUN.PREV. SERV.CANARANA – MT VALOR**

**Unidade: 12.01 – PREVICAN – FUNDO MUN.PREV. SERV. CANARANA – MT**

P.A: 2.095 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA RPPS

(0006) 9.9.99.0000.00.0800 - RESERVA DE CONTINGENCIA R$ 1.547. 800,00

**TOTAL R$ 1.547.800,00**

**Art. 3º.** em Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições contrário.

FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

PREFEITO MUNICIPAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

**DECRETO Nº 210/2023.**

**DECRETO Nº 210/2023.**

**SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

**FERNANDO DE OLIVEIRA RIBEIRO,** Prefeito Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

**DECRETO:**

**Artigo 1º** - Fica **NOMEADA** a Senhora **ELIZANGELA LOPES DE OLIVEIRA** do cargo de **SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir do dia 21 de agosto de 2023.

**Artigo 2º** - Revogam-se as disposições em contrário.

**Artigo 3º** - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT**

**Em, 16 de agosto de 2023.**

**FERNANDO DE OLIVEIRA RIBEIRO**

**Prefeito Municipal**

---

**RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA-DRH Nº 321 DE 16 DE AGOSTO DE 2023.**

**SÚMULA:** Dispõe sobre concessão Licença para Tratamento de Saúde dos Servidores Municipais e dá outras providências.

**MARIA DAS DORES DA COSTA,** Secretaria Municipal de Educação do Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 118 da Lei Municipal nº 892/2015.

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Com base no atestado apresentado pela servidora, lotada na Secretaria de Educação, na data 16 de agosto de 2023, concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, sendo:

| Matricula | Servidor | Cargo | Ente Familiar | Período da Licença | | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Inicio | Termino | Dia |
| 4200 | Alessandro Sachi Gezualdo | Professor | Esposa: Daiane Patricia Malissi Gezualdo | 09/08/2023 | 09/08/2023 | 01 |

**Art. 2º** - Publica-se, Registre-se, Cientifique-se e Cumpra-se.

**MARIA DAS DORES DA COSTA**

Secretaria Municipal de Educação

Decreto nº 052/2023

---

**RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA-DRH Nº 320 DE 16 DE AGOSTO DE 2023.**

**SÚMULA:** Dispõe sobre concessão Licença para Tratamento de Saúde dos Servidores Municipais e dá outras providências.

**MARIA DAS DORES DA COSTA,** Secretaria Municipal de Educação do Município de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 118 da Lei Municipal nº 892/2015.

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Com base no atestado apresentado pelo servidor **VALDIR DA SILVA** matricula nº 4122, cargo de Motorista CNH D/E – Condutor de Transporte Escolar, na data 16 de agosto de 2023, lotado na Secretaria Municipal de Educação, concede licença para tratamento da própria saúde no dia 15de agosto de 2023.

**Art. 2º** - Publica-se, Registre-se, Cientifique-se e Cumpra-se.

**MARIA DAS DORES DA COSTA**

Secretaria Municipal de Educação

Decreto nº 052/2023

---

**RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA-DRH Nº 319 DE 16 DE AGOSTO DE 2023.**

**SÚMULA:** Dispõe sobre concessão Licença para Tratamento de Saúde dos Servidores Municipais e dá outras providências.

**JESSICA ALVES LOPES BERTIPAGLIA,** Secretaria Municipal de Assistência Social do Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 118 da Lei Municipal nº. 892/2015.

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Com base no atestado apresentado pelo servidor **VALTER DE SOUZA SÁ** matricula nº 2021, cargo de Motorista CNH A/B, na data 15 de agosto de 2023, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, concede licença para tratamento da própria saúde do dia 14 de agosto de 2023 ao dia 18 de agosto de 2023 totalizando 05 dias.

**Art. 2º** - Publica-se, Registre-se, Cientifique-se e Cumpra-se.

**JESSICA ALVES LOPES BERTIPAGLIA**

Secretaria Municipal de Assistência Social

Decreto nº 0542023

---

**RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA-DRH Nº 323 DE 16 DE AGOSTO DE 2023.**

**SÚMULA:** Dispõe sobre concessão Licença para Tratamento de Saúde dos Servidores Municipais e dá outras providências.

**MARIA DAS DORES DA COSTA,** Secretaria Municipal de Educação do Município de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 118 da Lei Municipal nº 892/2015.

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Com base no atestado apresentado pela servidora **CRISTIANE PEREIRA DE QUEIROZ NASCIMENTO** matricula nº 4648, cargo de Professora, na data 16 de agosto de 2023, lotada na Secretaria Municipal de Educação, concede licença para tratamento da própria saúde no dia 03 de agosto de 2023.

**Art. 2º** - Publica-se, Registre-se, Cientifique-se e Cumpra-se.

**MARIA DAS DORES DA COSTA**

Secretaria Municipal de Educação

Decreto nº 052/2023

PORTARIA-DRH Nº 321 de 16 de Agosto de 2023.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA

### PORTARIA N.º181/2023.

PORTARIA N.º181/2023.

Altera Cargo e secretaria de lotação da Servidora que menciona, para exercer as atribuições do cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE FINANÇAS LOTADO NA SECRETARIA DE FINANÇAS para ADM. DE OBRAS PUBLICAS E VIAÇÃO LOTADO NA SECRETARIA DE OBRAS e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CASTANHEIRA-MT, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pelo art. 68, incisos III e IX, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Alterar o cargo e Secretaria de lotação da Srª IVANIA VARGENS TIGRE WEBER, portadora da Cédula de Identidade n.º 933644 SSP/MT inscrito no CPF/MF sob o n.º 571.212.141.72 residente e domiciliada no Município de Castanheira - MT, que exerce as atribuições do cargo de ASSESSOR DE FINANÇAS LOTADO NA SECRETARIA DE FINANÇAS para exercer o cargo de ADM. DE OBRAS PUBLICAS E VIAÇÃO LOTADO NA SECRETARIA DE OBRAS, vencimento estabelecido pela Lei Municipal que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos do Poder Executivo, a partir de 01 de agosto de 2023.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Castanheira – MT, 01 de agosto de 2023.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

**JAKSON DE OLIVEIRA RIOS JUNIOR**

**Prefeito Municipal**

### PORTARIA N.º 182/2023.

PORTARIA N.º 182/2023.

Conceder auxilio saúde a servidora pública municipal Srª. **JUSSARA PEREIRA DOS SANTOS** e das outras providencias**.**

JAKSON DE OLIVEIRA RIOS JUNIOR, Prefeito Municipal de Castanheira, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei.

**R E S O L V E:**

Artº.1º- Conceder, auxilio doença por período indeterminado a servidora Sr.ª. **JUSSARA PEREIRA DOS SANTOS**, Portadora da Cédula de Identidade nº. 1654985-6 SSP/MT e CPF nº. 023.837.001.18, que exerce o cargo de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAUDE**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Castanheira, Estado de Mato Grosso, em 01 de agosto de 2023.

***REGISTRE-SE;***

***PUBLIQUE-SE;***

***CUMPRA-SE.***

JAKSON DE OLIVEIRA RIOS JUNIOR

Prefeito Municipal

### PORTARIA N.º172/2023.

PORTARIA N.º172/2023.

JAKSON DE OLIVEIRA RIOS JUNIOR, Prefeito Municipal de Castanheira, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei.

**R E S O L V E:**

Art. 1º - Com base no Art. 87, § 1º da Lei Complementar nº 471/2005, conceder, 30 (trinta) dias de férias regulamentares vencidas em janeiro**/2023**, ao servidor Srº, VAGNER LOPES RODRIGUES Portador da Cédula de Identidade nº 11406844 SSP/MT e CPF nº 896.558.931.20, que exerce o cargo de C**ONSELHEIRO TUTELAR**, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de 01 a 30 de agosto de 2023.

Gabinete do Prefeito Municipal de Castanheira, Estado de Mato Grosso, em 01 de agosto de 2023.

R EGISTRE-SE;

PUBLIQUE-SE;

CUMPRA-SE***.***

**JAKSON DE OLIVEIRA RIOS JUNIOR**

**Prefeito Municipal**

### PORTARIA N.º 173/2023.

PORTARIA N.º 173/2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CASTANHEIRA-MT, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pelo art. 68, incisos III e IX, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com as normas e a legislação em vigor,

**R E S O L V E:**

Art. 1º - Com base no Art. 87, § 1º da Lei Complementar nº 471/2005, conceder, 30 (trinta) dias de férias regulamentares vencidas em **Janeiro/ 2023**, a servidora Srª EDNA SANTOS DOURADO, Portadora da Cédula de Identidade nº 891207 SSP/MT e CPF nº 606.490.622.72, que exercer o cargo de COORDENADORA DO PROCON, lotada na Secretaria Municipal de Administração, a contar de 01 a 30 de agosto de 2023.

Gabinete do Prefeito Municipal de Castanheira, Estado de Mato Grosso, em 01 de agosto de 2023.

***REGISTRE-SE;***

***PUBLIQUE-SE;***

***CUMPRA-SE.***

JAKSON DE OLIVEIRA RIOS JUNIOR

**Prefeito Municipal**

### PORTARIA N. º 184/2023.

PORTARIA N. º 184/2023.

Nomeia a Secretária Municipal de Educação e Cultura e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CASTANHEIRA-MT, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pelo art. 68, incisos III e IX, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º As competências do cargo de Secretária Municipal nomeada pela presente Portaria nº 171/2023 estão dispostas na Lei Complementar Municipal que dispõe sobre a Organização da Estrutura Administrativa do Poder Executivo

Art. 2.º. NOMEAR a servidora qualificada acima, interinamente, nas atribuições do cargo de provimento em comissão, de Administradora da Secretaria de Educação e Cultura, como responsável pela movimentação das contas Bancarias do FUMDEB da presente Portaria, que dessa passa a ser parte integrante.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Castanheira-MT, 14 de agosto de 2023.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

JAKSON DE OLIVEIRA RIOS JUNIOR

Prefeito Municipal

**PORTARIA N. º 174/2023.**

PORTARIA N. º 174/2023.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CASTANHEIRA-MT**, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pelo art. 68, inciso IX, da Lei Orgânica do Município.

**R E S O L V E:**

Art. 1º - Com base no Art. 87, § 1º da Lei Complementar nº 471/2005, conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares vencidas em **JANEIRO/2022**, a servidora Srª CRISTINA PELUTTI PROCOPIO, Portadora da Cédula de Identidade nº 10836101 SSP/MT e CPF nº 794.466.551.53, que exercer o cargo de Agente Administrativo I lotada no Executivo Municipal –DMAE (Departamento Municipal de Água e Esgoto) a contar de 01 a 30 de agosto de 2023.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Castanheira - MT, 01 de agosto de 2023.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

**JAKSON DE OLIVEIRA RIOS JUNIOR**

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 183/2023.**

**PORTARIA Nº 183/2023.**

Exonerar a Servidora que menciona, do cargo de provimento efetivo de Professora por motivo de aposentadoria e dá outras providências.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE CASTANHEIRA-MT**, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pelo art. 68, incisos III e IX, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1.º **EXONERAR** a Senhora FRANCISCA ELIANE STEFANES, portadora da Cédula de Identidade n.º RG nº. 890137 SSP/MT, inscrita no CPF/MF sob o n.º 616.933.321.91 residente e domiciliada no Município de Castanheira - MT, das atribuições do cargo de Professora, a partir de 01 de agosto de 2023.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeito retroativo

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Castanheira - MT, 01 de agosto de 2023.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

**JAKSON DE OLIVEIRA RIOS JUNIOR**

**Prefeito Municipal**

**PORTARIA N. º 175/2023.**

PORTARIA N. º 175/2023.

JAKSON DE OLIVEIRA RIOS JUNIOR, Prefeito Municipal de Castanheira, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei.

**R E S O L V E:**

Art. 1º - Com base no Art. 87, § 1º da Lei Complementar nº 471/2005, conceder, 30 (trinta) dias de férias regulamentares vencidas em dezembro/2022, à servidora Srª VERACILDA CALAURO BRITO, Portadora da Cédula de Identidade nº 10198890 SSP/MT e CPF nº 627.114.151.04, que exerce o cargo de Agente Administrativo III, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, a contar de 01 a 30 de agosto de 2023.

Gabinete da Prefeito Municipal de Castanheira, Estado de Mato Grosso, em 01 de agosto de 2023.

R EGISTRE-SE;

PUBLIQUE-SE;

CUMPRA-SE**.**

**JAKSON DE OLIVEIRA RIOS JUNIOR**

**Prefeito Municipal**

**PORTARIA N.º 176/2023.**

PORTARIA N.º 176/2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CASTANHEIRA-MT, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pelo art. 68, incisos III e IX, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com as normas e a legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º - Com base no Art. 87, § 1º da Lei Complementar nº 471/2005, conceder, 30 (trinta) dias de férias regulamentares vencidas em fevereiro**/2023 o Servidor Pública Municipal, Srº.** FRANCISCO SALES DO NASCIMENTO**, que exerce o cargo de Diretor da unidade Municipal do cadastro do INCRA,** lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, a contar de 01 a 30 de agosto de 2023.

Art. 2º Esta **Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.**

Castanheira -MT, 01 de agosto de 2023.

JAKSON DE OLIVEIRA RIOS JUNIOR

**Prefeito Municipal**

**PORTARIA N.º 177/2023.**

PORTARIA N.º 177/2023.

JAKSON DE OLIVEIRA RIOS JUNIOR, Prefeito Municipal de Castanheira, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei.

**R E S O L V E:**

Art. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares vencidas em **julho/2023**, a servidora Srª **FATIMA FERREIRA TORRES**, Portadora da

Cédula de Identidade nº 1205260 4 SSP/MT e CPF nº 616.936.181.68, que exercer o cargo de Servente lotada na Secretaria Municipal de Saúde a contar de 01 a 30 de agosto de 2023.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Castanheira - MT, 01 de agosto de 2023.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

**JAKSON DE OLIVEIRA RIOS JUNIOR**

Prefeito Municipal

**PORTARIA N.º 178/2023.**

PORTARIA N.º 178/2023.

JAKSON DE OLIVEIRA RIOS JUNIOR, Prefeito Municipal de Castanheira, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei.

**R E S O L V E:**

Art. 1º - Conceder, 30 (trinta) dias de férias regulamentar vencidas em **fevereiro/2022**, ao servidor Sr. **VALCI FRANCISCO ALVES**, Portador da Cédula de Identidade nº 523 847 SSP/MT e CPF nº 385.501.561-91, que exercer o cargo de **Auxiliar de Serviços Gerais**, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, a contar de 01 a 30 de agosto 2023.

Gabinete do Prefeito Municipal de Castanheira, Estado de Mato Grosso, em 01 de agosto de 2023.

REGISTRE-SE;

PUBLIQUE-SE;

CUMPRA-SE.

JAKSON DE OLIVEIRA RIOS JUNIOR

**Prefeito Municipal**

**ATO DELEGATÓRIO**

OF Nº 017/2023 -SF Castanheira/MT, 15 Agosto de 2023.

Ao

BANCO DO BRASIL

Plataforma de Negócios Governo

Agência nº: 2226-8

Município : Juina-MT

Senhor Gerente:

Com nossos cumprimentos, solicitamos que os servidores públicos abaixo nominados, sejam autorizados a realizar movimentação das contas, com os poderes abaixo relacionados, de acordo com os atos delegatórios expedidos e publicados pelo órgão.

Razão Social: FUMDEB CASTANHEIRA – Fundo Mun Manut Desenvolvimento da educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação – Castanheira.

CNPJ.....: .30.983.697/0001-29

**OUTORGADOS COM NO MÍNIMO DUAS ASSINATURAS EM CONJUNTO**

**NOME: JAKSON DE OLIVEIRA RIOS JUNIOR CPF: 837971.571-34**

*Cargo: Prefeito*

**NOME: ROZELEI MARIA PILEGI NUNES CPF: 393.872.911-20**

*Cargo: Secretária Educação*

PODERES:

· EMITIR CHEQUES

· ABRIR CONTAS DE DEPÓSITO

· AUTORIZAR COBRANÇA

· UTILIZAR O CRÉDITO ABERTO NA FORMA E CONDIÇÕES

· RECEBER, PASSAR RECIBO E DAR QUITAÇÃO

· SOLICITAR SALDOS, EXTRATOS E COMPROVANTES

· REQUISITAR TALONÁRIOS DE CHEQUES

· AUTORIZAR DEBITO EM CONTA RELATIVO A OPERAÇÕES

· RETIRAR CHEQUES DEVOLVIDOS

· ENDOSSAR CHEQUE

· REQUISITAR CARTÃO ELETRÔNICO

· MOVIMENTAR CONTA CORRENTE COM CARTÃO ELETRÔNICO-SUSTAR/CONTRA-ORDENAR CHEQUES

· CANCELAR CHEQUES

· BAIXAR CHEQUES

· EFETUAR RESGATES/APLICAÇÕES FINANCEIRAS

· CADASTRAR, ALTERAR E DESBLOQUEAR SENHAS

· EFETUAR SAQUES - CONTA CORRENTE

· EFETUAR SAQUES – POUPANÇA

· EFETUAR PAGAMENTOS POR MEIO ELETRÔNICO

· EFETUAR TRANSFERÊNCIAS POR MEIO ELETRÔNICO

· CONSULTAR CONTAS/APLIC.PROGRAMAS REPASSE RECURSOS FEDERAIS

· LIBERAR ARQUIVOS DE PAGAMENTOS NO GER. FINANCEIRO/AASP

· SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE INVESTIMENTOS

· SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

· EMITIR COMPROVANTES

· ENCERRAR CONTAS DE DEPÓSITO

· CONSULTAR OBRIGAÇÕES DO DÉBITO DIRETO AUTORIZADO

· CARTÃO TRANSPORTE - AUTORIZAR DEB/TRANSF MEIO

· ATUALIZAR FATURAMENTO PELO GERENCIADOR FINANCEIRO/AASP

· ASSINAR CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO

· ASSINAR INSTRUMENTO DE CONVÊNIO E CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVÇOS

Em anexo, segue cópias dos Atos de nomeação dos outorgados com as devidas publicações.

Atenciosamente,

_____

**JAKSON DE OLIVEIRA RIOS JUNIOR**

Prefeito Municipal

**AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PP N° 34/2023**

O MUNICIPIO DE CASTANHEIRA/MT TORNA PÚBLICO O RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL - 34/2023, tendo como OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, MATERIAIS E INSUMOS BÁSICOS HOSPITALARES, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETA-

RIA MUNICIPAL DE SAÚDE, PERTENCENTE AO MUNICÍPIO DE CASTANHEIRA - MT. CONFORME A SEGUIR, as empresas vencedoras: **FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA CNPJ/CPF Nº 03.250.803/0001-92**, com o **VALOR TOTAL R$ 127.676,30 (Cento e vinte e sete mil, seiscentos e setenta e seis reais e trinta centavos)** a empresa **LUVERMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA CNPJ/CPF Nº 19.391.064/0001-99,** com o **VALOR TOTAL R$ 631.786,60 (Seiscentos e trinta e um mil, setecentos e oitenta e seis reais e sessenta centavos).**

Castanheira-MT, 16 de agosto de 2023.

**MAYARA CAROLINA DOS SANTOS**

**PREGOEIRA DESIGNADA**

**Portaria N° 106/2023**

---

**PORTARIA N.º 180/2023.**

PORTARIA N.º 180/2023.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE CASTANHEIRA-MT**, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pelo art. 68, incisos III e IX, da Lei Orgânica do Município,

R E S O L V E:

.

Elevar de Nível conforme tabela abaixo o servidor relacionado, conforme os artigos 22,23 e 24 da lei Municipal 502/2005, a contar de 01 de agosto de 2023.

| Nome | De Classe | De Nível | Para Classe | Para Nível |
|---|---|---|---|---|
| LUZINEIDE RODRIGUES AZEVEDO | A | 04 | A | 05 |

Gabinete do Prefeito Municipal de Castanheira, Estado de Mato Grosso, em 01 de agosto de 2023.

REGISTRE-SE;

PUBLIQUE-SE;

CUMPRA-SE.

**JAKSON DE OLIVEIRA RIOS JUNIOR**

**Prefeito Municipal**

---

**PORTARIA N.º 179/2023.**

PORTARIA N.º 179/2023.

JAKSON DE OLIVEIRA RIOS JUNIOR, Prefeito Municipal de Castanheira, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei.

**R E S O L V E:**

Art. 1º - Conceder 90 (noventa) dias de licença prêmio referente ao quinquênio **2013/2017** , a servidora Srº **IVANI SOARES SANTOS VITORINO**, Portadora da Cédula de Identidade nº 278.780 SSP/MT e CPF nº 241.993.202.10, que exercer o cargo de ACS- Agente Comunitário de Saúde lotada na Secretaria Municipal de Saúde a contar de 01 de agosto a 30 de outubro de 2023.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Castanheira - MT, 01 de agosto de 2023.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

JAKSON DE OLIVEIRA RIOS JUNIOR

**Prefeito Municipal**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

**LICITAÇÃO**
**AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE – PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2023(CONFORME LEI Nº 10.520/2002)**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA - ESTADO DE MATO GROSSO**

**AVISO DE LICITAÇÃO**

**MODALIDADE – PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2023(CONFORME LEI Nº 10.520/2002)**

**Objeto: Contratação de Empresa especializada em Serviços Técnicos de Engenharia Elétrica para apurar irregularidades, desvios e recuperar valores pagos a maior nas contas de energia elétrica da Prefeitura Municipal de Cláudia – MT, conforme resoluções da ANEEL.** A Prefeitura Municipal de Cláudia/MT torna público que no dia **30 de agosto de 2023,** estará recebendo propostas, para abertura às **08h00min**, do Pregão Presencial, para a contratação supracitada. O Edital estará disponível no site WWW.CLAUDIA.MT.GOV.BR. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitação, na Prefeitura Municipal, em horário de expediente, ou através do telefone (66) 3546-3100. Cláudia-MT, 16 de agosto de 2023.

**ALTAMIR KURTEN**

Prefeito Municipal

**SHIRLEY YOTZCHETZ**

Pregoeira Oficial

---

**LICITAÇÃO**
**EXTRATO DO CONTRATO N.º 093/2023**

**O MUNICÍPIO DE CLÁUDIA MATO GROSSO,** CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Srº. **ALTAMIR KURTEN**, e a empresa **VOMA CONSTRUÇÕES LTDA**, CONTRATADA, neste ato representada pela srª **Vanessa Bessa Mirachi**.

**OBJETO DO CONTRATO**: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA INSTALAÇÃO DE BUEIRO TRIPLO DE ADUELAS DE CONCRETO ARMADO NO MUNICÍPIO DE CLÁUDIA-MT, CONFORME PROJETO BÁSICO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO E MEMORIAL DESCRITIVO.**

**O valor global do presente contrato é de R$ 340.187,62 (Trezentos e quarenta mil e cento e oitenta e sete reais e sessenta e dois centavos).**

**O prazo de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses.**

**Cláudia - MT, 10 de Agosto de 2023.**

---

**LICITAÇÃO**
**AVISO DE CONTINUAÇÃO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2023**

**AVISO DE CONTINUAÇÃO DE LICITAÇÃO**

**TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2023**

A Prefeitura Municipal de Cláudia, por intermédio da Comissão Permanente de licitação, faz saber a todos os interessados que dará Continuidade ao Processo Licitatório na modalidade **Tomada de Preços Nº 005/2023,** pelo Menor Preço Global, para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA INSTALAÇÃO DE DOIS POSTOS DE TRANSFORMAÇÃO E ADEQUAÇÃO DE UM POSTO DE TRANSFORMNAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA**

**NAS SEGUINTES UNIDADES CONSUMIDORAS: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS, SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E RURAL E SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES (GINÁSIO DE ESPORTES) NO MUNICÍPIO DE CLÁUDIA-MT, CONFORME PROJETO BÁSICO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO E MEMORIAL DESCRITIVO,** para abertura da Proposta da empresa habilitada, no dia **18/08/2023, ás 08h00min,** na Prefeitura Municipal de Claudia, no Departamento de Licitação, situado na Gaspar Dutra, s/nº, Centro – Cláudia /MT. Maiores informações poderão ser obtidas pelo Telefone (66) 3546-3100, ou através do e-mail licitacao@claudia.mt.gov.br.

Cláudia - MT, 16 de Agosto de 2023.

**TANIA BORGES ARÁUJO**

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

---

**LICITAÇÃO**
**EXTRATO DO CONTRATO N.º 095/2023O MUNICIPIO DE CLÁUDIA - MT**

O MUNICIPIO DE CLÁUDIA - MT, CONTRATANTE, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Srº. Altamir Kurten, e a empresa TELEFÔNICA BRASIL S.A, CONTRATADA, neste ato representada por seu procurador srº Fabio Marques De Souza Levorin.

O presente contrato tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA MÓVEL PESSOAL (50 LINHAS, 12 MESES) PACOTE DE 40.000 (QUARENTA MIL) MINUTOS INDIVIDUAIS EM LIGAÇÕES VC1, VC2 E VC3 PARA MÓVEL ON, OFF NET E FIXOS PARA QUALQUER OPERADORA COM UTILIZAÇÃO DO CSP15; PACOTE 1.000 SMS PARA MÓVEL ON, OFF NET; PACOTE 05GB DE INTERNET COM REDUÇÃO DE VELOCIDADE PARA 128KBPS APÓS ATINGIMENTO DA FRANQUIA SEM COBRANÇA DE VALORES EXCEDENTES E; SERVIÇO DE GESTÃO DE VOZ, DADOS E DISPOSITIVOS VIA WEB, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA-MT.

A vigência deste Contrato será pelo prazo de 12 (doze) meses

Receberá a Empresa Contratada pelo fornecimento dos produtos, a importância de até R$ 30.000,00 (Trinta mil reais)

Cláudia - MT, 11 de Agosto de 2023.

---

**LICITAÇÃO**
**EXTRATO DO CONTRATO Nº 094/2023**

**MUNICÍPIO DE CLÁUDIA MATO GROSSO, CONTRATANTE, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. ALTAMIR KURTEN, de outro a empresa ALINE MESSIAS, CONTRATADA, neste ato representada pela sua proprietária, ALINE MESSIAS.**

**O objeto do presente Contrato é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE SOFTWARE DE SEGURANÇA PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA-MT.**

**O valor do presente contrato será dev no valor de R$ 11.300,00 (onze mil e trezentos reais)**

**O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses**

**Cláudia – MT, 11 de agosto de 2023.**

---

**LICITAÇÃO**
**EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 040/2023**

**EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 040/2023**

OBJETO**: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LABORATÓRIO E COLETA E ANÁLISE DE SOLO PARA CONFERÊNCIA DA PAVIMENTAÇÃO DAS RUAS DO MUNICÍPIO DE CLÁUDIA – MT PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CLÁUDIA/MT.**

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24, inc. II, da Lei Federal nº 8.666/93.

CONTRATADA: **N. M. FRANCO ENGENHARIA**

**CNPJ: Nº 27.402.093/0001-37**

**End.:** Avenida Dal Bosco, nº 585, Residencial Gente Feliz, cidade de Sinop-MT,

CEP: 78.551-130.

VALOR GLOBAL: **R$ 13.500,00 (Treze mil e quinhentos reais).**

**VIGÊNCIA: 30/09/2023.**

***HOMOLOGO.***

Cláudia – MT, 16 de Agosto de 2023.

**ALTAMIR KURTEN**

Prefeito Municipal

## PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 003/2023**

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 003/2023**

Pelo presente instrumento de **Contrato Administrativo de Prestação de Serviços**, que fazem as partes, de um lado, como **CONTRATANTE** o **Município de Cocalinho**, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº. 00.965.145/0001-27, com sede à Avenida Araguaia, nº. 676, Centro, nesta cidade, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, **Sr.º. MARCIO CONCEIÇÃO NUNES DE AGUIAR**, Brasileiro, Casado, Contador, portadora da **CI nº.** 1.734269-4 SSP/MT e inscrita no **CPF sob o nº. 014.711.181-18**, residente e domiciliada à rua do bosque s/nº. Setor Cidade Nova, nesta cidade, doravante denominada. **CONTRATADA**, a empresa **GTECHA STORE COMERCIO E SERVIÇOS LTDA**, situado na Av. Brasil (LOT CAMPO REAL) nº 655, Apt 05, Inscrito no **CNPJ: 49.321.826/0001-41**, neste ato representada por seu representante André Santana Dos Santos Milanello, inscrito no CPF: 276.832.858-89, portador RG: 29042675 SSP/SP, tem entre si, justo avençado, e celebram o presente termo aditivo, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

**1.1** O presente termo aditivo, tem como objetivo, alteração da CLAUSULA SETIMA- DO CRÉDITO PELO QUAL CORRERÁ A DESPESA, do Contrato Nº 003/2023, que passa a vigorar da seguinte forma:

| COD. Reduzido | UND. ORÇAMENTÁRIA | FUNCIONAL PROGRAMATICA | PROJETO ATIVIDADE | ELEMENTO DE DESPESA |
|---|---|---|---|---|
| 534 | 07.01 | 10.301.0006 | 2046 | 33.90.39.00.00 |
| 535 | 07.01 | 10.301.0006 | 2046 | 33.90.39.00.00 |
| 536 | 07.01 | 10.301.0006 | 2046 | 33.90.39.00.00 |

**1.2.** As demais Cláusulas não alteradas pelo presente termo permanecem em pleno vigor. E por estarem ambas as partes de pleno acordo com as disposições estabelecidas neste Termo, aceitam a cumprirem fielmente as normas legais e regulamentares, assinando o presente em 03 (três) vias de igual efeito e teor, na presença de duas testemunhas, abaixo indicadas.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cocalinho, Estado de Mato Grosso, aos vinte e oito dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e três.

**MARCIO CONCEIÇÃO NUNES DE AGUIAR**

**Prefeito Municipal**

**CONTRATANTE**

**GTECHA STORE COMERCIO E SERVIÇOS LTDA**

**CONTRATADA**

TESTEMUNHAS

**1) Nome:_____ 2) Nome:_____**

**CPF:_____ CPF:_____**

**LEI MUNICIPAL Nº 1.028, DE 16 DE AGOSTO DE 2023.**

**LEI MUNICIPAL Nº 1.028, DE 16 DE AGOSTO DE 2023.**

*"Altera a Lei Municipal n.º 504 de 17 de outubro de 2005, que reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Cocalinho/MT e, dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Cocalinho, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Municipal:

**Art. 1º** A Lei Municipal n.º 504 de 17 de outubro de 2005, que "*Reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Cocalinho/MT e, dá outras providências"*, passa a vigorar com as seguintes alterações:

*CAPÍTULO VIII*

*DA ORGANIZAÇÃO FUNCIONAL*

*SEÇÃO I*

*DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA*

***Art. 65.****A organização administrativa do PREVI-COCALINHO compreenderá os seguintes órgãos internos:*

***I** – Conselho Previdenciário, com funções de deliberação superior;*

***II** – Comitê de Investimento, órgão autônomo de caráter deliberativo, com função de auxiliar processo decisório quanto a execução da política de investimento dos recursos previdenciários;*

*SUB-SEÇÃO ÚNICA*

*DOS ÓRGÃOS*

***Art. 66.****Compõem o Conselho Previdenciário do PREVI-COCALINHO os seguintes membros: 02 (dois) representantes do Executivo, 02 (dois) representantes do Legislativo e 06 (seis) representantes dos segurados, sendo dois suplentes.*

***§ 1º** Os membros do Conselho Previdenciário, representantes do Executivo e do Legislativo, serão designados pelos Chefes dos Poderes respectivos, e os representantes dos segurados, serão escolhidos dentre os servidores municipais, por eleição, garantida participação de servidores inativos.*

***§ 2º**Os membros do Conselho Previdenciário terão mandatos de 04 (quatro) anos, podendo ser renovado por igual período, ou reconduzido em 50% (cinquenta por cento) de cada representação de seus membros.*

***§ 3º**Os membros do Conselho Previdenciário se submeterão ao processo de certificação descrito na Portaria MTP nº 1.467, de 02 de junho 2022, de acordo com os prazos e formas por ela estabelecidos.*

***Art. 67.** O Conselho Previdenciário se reunirá sempre com a totalidade de seus membros, pelo menos, três vezes ao ano, cabendo-lhe especificamente:*

***I -** elaborar seu regimento interno;*

***II -** eleger o seu presidente;*

***III -** decidir sobre qualquer questão administrativa e financeira que lhes sejam submetidas;*

***IV -** julgar os recursos interpostos das decisões;*

***V -** acompanhar a execução orçamentária do PREVI-COCALINHO;*

***VI -** apreciar sugestões e encaminhar medidas tendentes a introduzir modificações na presente Lei, bem como resolver os casos omissos.*

***Parágrafo único.** As deliberações do Conselho Previdenciário serão promulgadas por meio de Resoluções.*

***Art. 68.** A função de secretário do Conselho Previdenciário, será exercida por um membro do próprio Conselho, não percebendo qualquer remuneração pelo desempenho.*

***Art. 69.** Os membros do Conselho Previdenciário perceberão a verba denominada Jeton, de natureza indenizatória, pela participação em reuniões de órgãos de deliberação colegiada, pelo desempenho do mandato, desde que tenham sido aprovados em exame de certificação organizado por entidade autônoma com reconhecimento e capacidade técnica e difusão no mercado brasileiro de capitais, observando as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Previdência.*

***§ 1º** Os membros do Conselho Previdenciário do PREVI-COCALINHO receberão na forma de Jeton o valor equivalente a 13 (treze) UPFM (Unidade de Padrão Fiscal Municipal) de Cocalinho, que serão pagos por comparecimento nas reuniões bimestrais, limitado a 06 (seis) reuniões ordinárias.*

***§ 2º** Quando justificadamente houver reunião extraordinária convocada, por órgão superior do PREVI-COCALINHO, os membros do conselho previdenciário, também farão jus a Jeton, limitada a 03 (três) reuniões extraordinárias anuais.*

***§ 3º** Os membros suplentes do Conselho Previdenciário farão jus a percepção do Jeton, somente quando estiverem substituindo os membros titulares do PREVI-COCALINHO, observada a obrigatoriedade de certificação.*

***§ 4º** Os valores percebidos a título de Jeton, em hipótese alguma incorporarão à remuneração dos membros do Conselho Previdenciário.*

***§ 5º**As despesas decorrentes dos valores de que trata este artigo, ocorrerão por conta de dotações próprias do orçamento do PREVI-COCALINHO, suplementadas se necessário, devendo ser custeadas com o numerário destinado a taxa de administração.*

***Art. 70.** O Comitê de Investimentos será composto por 03 (três) membros, a serem nomeados pelo Chefe do Poder Executivo, dentre servidores efetivos e estáveis, ativos ou inativos dos Poderes Executivo e/ou Poder Legislativo:*

***I -** analisar a conjuntura, cenários e perspectivas de mercado;*

***II -** traçar estratégias de composição de ativos e sugerir alocação com base nos cenários;*

***III -** avaliar as opções de investimentos e estratégias que envolvam compra, venda e/ou renovação dos ativos das carteiras do PREVI-COCALINHO;*

***IV -** avaliar riscos potenciais;*

***V -** analisar e sugerir políticas e estratégias de investimentos; e*

***VI -** propor alterações na Política Anual de Investimentos.*

***§ 1º** Não havendo interessados ou havendo em insuficiência, a nomeação necessária para compor o quadro de 03 (três) membros será efetuada por indicação do Chefe do Poder Executivo, entre os servidores que detenham as características elencadas neste artigo.*

***§ 2º** Os membros do Comitê de Investimentos terão mandatos de 04 (quatro) anos, podendo ser renovados por igual período.*

***§ 3º** O Presidente do Comitê será escolhido entre os membros e exercerá seu mandato durante o período de validade do Comitê.*

***§ 4º** Os membros do comitê de investimento e, obrigatoriamente, seu presidente, deverão ter sido previamente aprovados em exame de certificação organizado por entidade autônoma com reconhecimento e capacidade*

*técnica e difusão no mercado brasileiro de capitais, observando as diretrizes estabelecidas na Portaria MTP nº. 1.467, de 02 de junho 2022, para a certificação de membros do Comitê de Investimentos.*

***§ 5º** Caso um dos membros, não renove sua certificação durante seu mandato, o Chefe do Poder Executivo poderá substituir por outro, devidamente certificado.*

***§ 6º** O Comitê de Investimentos se reunirá ordinariamente pelo menos 03 (três) vezes ao ano, ou por convocação extraordinária do Presidente do Comitê e/ou por convocação do Gestor do PREVI-COCALINHO, cabendo-lhe, especificamente, realizar estudos quanto a destinação da aplicação dos recursos previdenciários, de forma a auxiliar na execução da política anual de investimentos.*

***§ 7º** As decisões referentes à destinação da aplicação dos recursos previdenciários deverão ser registradas em atas e arquivadas junto as demais decisões emitidas pelo Conselho Previdenciário.*

***§ 8º** Os membros do Comitê de Investimentos do PREVI-COCALINHO receberão na forma de Jeton o valor equivalente a 13 (treze) UPFM (Unidade de Padrão Fiscal Municipal) de Cocalinho, que serão pagos por comparecimento nas reuniões, limitado a 03 (três) reuniões ordinárias.*

***§ 9º** Quando houver reunião extraordinária, justificadamente convocada por órgão superior do PREVI-COCALINHO, os membros do comitê de investimento, também farão jus a Jeton, limitada a 03 (três) reuniões extraordinárias anuais.*

***§ 10** Os valores percebidos a título de Jeton, em hipótese alguma incorporarão à remuneração dos membros do Comitê de Investimento.*

***§ 11**As despesas decorrentes dos valores de que trata este artigo, ocorrerão por conta de dotações próprias do orçamento do PREVI-COCALINHO, suplementadas se necessário, devendo ser custeadas com o numerário destinado a taxa de administração.*

*.....*

*.....*

*SEÇÃO III*

*DOS RECURSOS*

***Art. 72** Os segurados vinculados ao PREVI-COCALINHO e respectivos dependentes, poderão interpor recurso ao Conselho Previdenciário contra decisão denegatória de prestações no prazo de 15 (quinze) dias contados da data em que forem notificados.*

***Parágrafo único.** Os recursos deverão ser interpostos perante o Conselho Previdenciário, devendo ser, desde logo, acompanhados das razões e documentos que os fundamentem.*

***Art. 73.** Os recursos não terão efeito suspensivo, salvo se, em face dos interesses, assim o determinar o Conselho Previdenciário*

***Art. 74 O Conselho Previdenciário terá 30 (trinta) dias para julgar os recursos interpostos.***

***Parágrafo único.** A contagem do prazo para julgamento do recurso terá início na data de recebimento dos autos pelo representante do Conselho Previdenciário.*

**Art. 2º** Os membros do Conselho Fiscal e do Conselho Fiscal eleitos na vigência anterior da Lei Municipal nº. 504/2005exercerão normalmente as atribuições até a eleição e instituição do Conselho Previdenciário estabelecido por esta lei.

**Parágrafo único.** As disposições relativas ao conselho previdenciário, cuja denominação fora atribuída por esta lei, somente produzirão seus efeitos após o término do mandato dos atuais conselheiros curador e fiscal.

**Art. 3º** Os membros do Comitê de Investimento eleitosexercerão normalmente as atribuições de seu cargo até o término de seu mandato.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cocalinho, Estado de Mato Grosso, aos dezesseis dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três.

**MARCIO CONCEIÇÃO NUNES DE AGUIAR**

**Prefeito Municipal**

---

**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2023 – RP PROCESSO LICITATORIO Nº 052/2023**

**AVISO DE LICITAÇÃO**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2023 – RP**

**PROCESSO LICITATORIO Nº 052/2023**

**A PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO, MATO GROSSO**, através do seu pregoeiro nomeado pela portaria nº 05/2023 torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no **dia 04/09/2023 as 08:00h (Horário de Brasília**), Licitação na modalidade **Pregão Presencial com RP nº 018/2023**, no Tipo "***MENOR PREÇO POR ITEM",*** "O objeto da presente licitação é o Registro de Preços para a futura e eventual aquisição de insumos hospitalares para atender as demandas solicitadas para suprir as necessidades do Hospital municipal e Secretaria Municipal de Saúde municipal de Cocalinho-MT,as especificações constam no Termo de Referência Anexo I. do Edital.Maiores informações poderão ser obtidas junto ao departamento de licitação, na Prefeitura Municipal, sito a Av. Araguaia nº 676, pelo telefone: (66) 3586-1595, site: https://www.cocalinho.mt.gov.br/sic-licitacoes e e-mail: licitacao@cocalinho.mt.gov.br

Cocalinho – MT, 16 de Agosto de 2023.

Rogério Moreira

Pregoeiro

---

**TERCEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 018/2022**

TERCEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 018/2022

O Município de Cocalinho, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa na Avenida Araguaia, nº 676, Bairro Centro, cidade de Cocalinho – MT, inscrita no CNPJ / MF sob o nº 00.965.145/0001-27, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal, Sr Marcio Conceição Nunes de Aguiar, brasileiro, casado, Contador, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade nº 1734269 – 4 e CPF nº 014.711.181-18, doravante denominado de CONTRATANTE, Clínica Medical Center Canarana LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, com sede administrativa na Rua Três Passos, nº 282, Bairro Centro, cidade de Canarana – MT, inscrita no CNPJ / MF sob o nº 19. 376.568.0001-30, representado neste ato pelo seu sócio administrador o Sr. Elias Gomes de Sá, Pessoa Física, Brasileiro, Solteiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 3699977 SSP/GO e do CPF nº 806.292.371-15, residente à Rua Três Passos, nº 82 em Canarana - MT, doravante denominado de CONTRATADA, resolvem celebrar o presente termo aditivo, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas;

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente termo aditivo, tem como objetivo, alteração da CLAUSULA SETIMA- DO CRÉDITO PELO QUAL CORRERÁ A DESPESA, do Contrato Nº 018/2022, que passa a vigorar da seguinte forma:

COD.

Reduzido UND.

ORÇAMENTÁRIA FUNCIONAL

PROGRAMATICA PROJETO ATIVIDADE ELEMENTO DE DESPESA

534 07.01 10.301.0006 2046 33.90.39.00.00

535 07.01 10.301.0006 2046 33.90.39.00.00

536 07.01 10.301.0006 2046 33.90.39.00.00

1.2. As demais Cláusulas não alteradas pelo presente termo permanecem em pleno vigor. E por estarem ambas as partes de pleno acordo com as disposições estabelecidas neste Termo, aceitam a cumprirem fielmente as normas legais e regulamentares, assinando o presente em 03 (três) vias de igual efeito e teor, na presença de duas testemunhas, abaixo indicadas.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cocalinho, Estado de Mato Grosso, aos vinte e oito dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e três.

MARCIO CONCEIÇÃO NUNES DE AGUIAR

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

Clínica Medical Center Canarana LTDA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS

1) Nome:_____ 2) Nome:_____

CPF:_____ CPF:_____

**QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 002/2022**

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 002/2022

Pelo presente Contrato de aquisição, de um lado o Município de Cocalinho, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Avenida Araguaia, nº. 676, Centro, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 00.965.145/0001-27, neste ato representado pelo seu titular, o Prefeito Municipal, Sr.º. MARCIO CONCEIÇÃO NUNES DE AGUIAR, Brasileiro, Casado, Contador, portadora da CI nº. 1. 734269-4 SSP/MT e inscrita no CPF sob o nº. 014.711.181-18, residente e domiciliada à rua do bosque s/nº. Setor Cidade Nova, nesta cidade, doravante denominada, CONTRATANTE, e de outro lado, como CONTRATADO, simplesmente a empresa CGS CONSULTORIA E GESTÃO EM SAÚDE LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, com sede administrativa na Rua Porto Seguro, nº 1.650, Sala 02, Bairro Campo Real II, Campo Verde - MT, CEP 78.840-000, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 40.303.199/0001-41, representada neste ato pela Sraº ALINE GOMES DE ALENCAR ARAÚJO, brasileira, empresária, inscrita no CPF n.º 020.289.001-56, RG n º 1853396-5 SSP-MT, residente e domiciliada na Rua Luiz Denti, nº 601, Bairro Estação da Luz, na Cidade de Campo Verde – MT, doravante denominado de CONTRATADO, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLAUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 O presente termo aditivo, tem como objetivo, alteração da CLAUSULA QUINTA- DO CRÉDITO PELO QUAL CORRERÁ A DESPESA, do Contrato Nº 002/2022, que passa a vigorar da seguinte forma:

COD.

Reduzido UND.

ORÇAMENTÁRIA FUNCIONAL

PROGRAMATICA PROJETO ATIVIDADE ELEMENTO DE DESPESA

462 07.01 10.301.0005 2039 33.90.39.00.00

536 07.01 10.301.0006 2046 33.90.39.00.00

534 07.01 10.301.0006 2046 33.90.39.00.00

535 07.01 10.301.0006 2046 33.90.39.00.00

CLAUSULA SEGUNDA- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.

2.1. Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Água Boa – MT, com recusa expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

2.2. As demais Cláusulas não alteradas pelo presente termo permanecem em pleno vigor.

E por estarem ambas as partes de pleno acordo com as disposições estabelecidas neste termo, aceitam a cumprirem fielmente as normas legais e regulamentares, assinando o presente em 03 (três) vias de igual efeito e teor, na presença de duas testemunhas, abaixo indicadas.

Gabinete do Prefeito de Cocalinho, Estado de Mato Grosso, aos vinte e oito dias do mês de julho de dois mil e vinte e três.

MARCIO CONCEIÇÃO NUNES DE AGUIAR

PREFEITO MUNICIPAL

Contratante

CGS CONSULTORIA E GESTÃO SAUDE LTDA

Contratada

Testemunhas:

Nome:_____ Nome:_____

CPF:_____ CPF:_____

## PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER

**SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTAO DE PESSOAS**
**OFÍCIO Nº 647/2023/SME COLÍDER, 15 DE AGOSTO DE 2023.**

Senhor Secretário:

Solicitamos a ***publicação do cancelamento*** de licença prêmio publicada no Jornal Oficial Eletrônico dos Munícipios do Estado de Mato Grosso em 05/07/2023, página 104, conforme Ofício n.º 524/2023/SME da funcionária:

**LICENÇA PRÊMIO**

| **Escola Fábio Ribeiro da Cruz** | | | | |
|---|---|---|---|---|
| **NOME** | **CARGO** | **PERÍODO** | **Total dias** | **Período aquisitivo** |
| 1. Luzia Cavalcante da Silva | Zeladora | 16/08/23 a 15/09/23 | 31 | 2017/2022 (59) |

Atenciosamente,

Leia da Silva Torres,

Secretária Municipal de Educação,

Portaria Nº 003/2021.

Ao Senhor Carlos Frederico Carvalho de Oliveira,

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas,

Colíder/MT.

MBM

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER - LICITAÇÃO**
**AVISO DE ABERTURA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2023**

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2023

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP CONFORME A LEI 123/2006

*A* PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER/MT, através de seu Pregoeiro, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de **PREGÃO** em sua forma **ELETRÔNICA** sob o nº 032/2023; **TIPO**: Menor Preço por Item; **OBJETO:** AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES PARA O CENTRO DE REABILITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE COLÍDER-MT. CONFORME PROPOSTA DE AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS / MATERIAL PERMANENTE

Nº 13861.260000/1210-01 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE e do PLANO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS DE SALDO RESIDUAL (RESOLUÇÃO Nº 031/2023, DE 02 DE AGOSTO DE 2023 – CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE COLÍDER ESTADO DE MATO GROSSO).. **Sessão de abertura dia 29/08/2023 às 10h30min.** (Horário de Brasília/DF); **REALIZAÇÃO:** Por meio do site **www.portaldecompraspublicas.com.br**; **INTEGRA do EDITAL:** por meio do site: **www.portaldecompraspublicas.com.br** e *no site da Prefeitura:* www.colider.mt.gov.br (Ícone: Cidadão - Portal Transparência - Licitações).

**Colider/MT, 16 de agosto de 2023**

**MARCIO ANTONIO DA SILVA**

**Pregoeiro Oficial**

**Publique-se**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER - LICITAÇÃO
## RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT

**AVISO DE RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO**

A Prefeitura Municipal de Colider/MT, torna público a retificação da publicação do RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2023, publicada na página 89 na Edição nº 4.298 do Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, do dia 15 de agosto de 2023, tendo em vista que a mesma foi publicada de forma incorreta.

**ONDE SE LÊ:**

| EMPRESA | ITENS | VLR. TOTAL (R$) |
|---|---|---|
| TOP TRANSPORTE RODOVIARIO LTDA ME – 18. 599.412/0001-55 | 01, 02 e 03 | **544.272,00** |

**LEIA-SE:**

| EMPRESA | ITENS | VLR. TOTAL (R$) |
|---|---|---|
| TOP TRANSPORTE RODOVIARIO LTDA ME – 18. 599.412/0001-55 | 01, 02 e 03 | **542.880,00** |

Ficam mantidas todas as demais informações ora publicadas no Extrato anterior.

Colíder/MT, 19 de julho de 2023.

IVAINE MOLINA

Secretário Mun. de Fazenda, Administração e Urbanismo

Publique-se

## PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER - LICITAÇÃO
## AVISO DE ABERTURA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2023

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2023

A Prefeitura Municipal de Colider/MT, através de seu Pregoeiro, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, tipo menor preço POR ITEM, com data de abertura prevista para o **dia 29 de agosto de 2023, ás 08:00 horas/minutos (Horário de Mato Grosso)**, na sala de licitações da Prefeitura Municipal, tendo como objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARRECADAÇÃO (RECEBIMENTO) DE TRIBUTOS, TARIFAS, PREÇOS PÚBLICOS E DEMAIS RECEITAS DE COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER-MT, NA MODALIDADE “COBRANÇA COM REGISTRO” EM PADRÃO FEBRABAN, ATENDENDO AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE COLÍDER – MT. O Edital completo está à disposição dos interessados, gratuitamente, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Colider/MT, localizada na Travessa dos Parecis, nº 85, Setor Leste, Colider/MT e no site www.colider.mt.gov.br (Ícone: Cidadão - Portal Transparência - Licitações).

Colider/MT, 16 de agosto de 2023

**MARCIO ANTONIO DA SILVA**

**Pregoeiro Oficial**

**Publique-se**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

### DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
### EDITAL DE CONVOCAÇÃO 031

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO 031**

**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 003/2022**

**MILTON DE SOUZA AMORIM,** Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no art. 80, III da Lei Orgânica Municipal, e:

**CONSIDERANDO** que foi homologado o resultado final do Processo Seletivo Simplificado nº 003/2022, através do DECRETO Nº. 102/GP/2022, de 03 de outubro de 2022;

**CONSIDERANDO** os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência dos atos administrativos;

**RESOLVE:**

**ART. 1º - CONVOCAR** os candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 003/2022, para contratação imediata, temporária e emergencial no preenchimento de vagas nos termos do ANEXO I deste Edital.

**ART. 2º -** Os candidatos ora convocados neste Edital deverão apresentar os seguintes documentos no momento da contratação.

* REGISTRO GERAL (RG);

*CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS (CPF);

* TÍTULO ELEITORAL E COMPROVANTE DE QUITAÇÃO ELEITORAL;

* CARTEIRA DE TRABALHO;

* PIS / PASEP SE HOUVER, CASO NÃO TENHA * FAVOR INFORMAR;

* CERTIDÃO DE NASCIMENTO OU CASAMENTO;

* HISTÓRICO ESCOLAR E CERTIFICADO (OBS. AUTENTICADO);

* RESERVISTA (HOMENS);

* ATESTADO MÉDICO (FÍSICO E MENTAL);

* DECLARAÇÃO DE NÃO ACÚMULO DE CARGO PÚBLICO;

* DECLARAÇÃO DE BENS;

* COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA;

*COMPROVANTE DE HABILITAÇÃO EXIGIDA PARA O CARGO;

*REGISTRO DE CONSELHO REGIONAL (NO CASO DE PROFISSÕES REGULAMENTADAS);

* CERTIDÃO DE NASCIMENTO DOS FILHOS MENORES DE 14 ANOS;

* CÓPIA DO CPF DOS DEPENDENTES;

* CARTEIRA DE VACINA DOS FILHOS MENORES DE 07 ANOS;

* DECLARAÇÃO ESCOLAR DOS FILHOS MAIORES DE 07 ANOS;

* CERTIDÃO NEGATIVA DE ANTECEDENTES CRIMINAIS DOS ÚLTIMOS 05 ANOS;

APRESENTAR CERTIDÃO NEGATIVA DE CRIMES ELEITORAIS;

WWW.tse.jus.br/eleitor-e-eleicoes/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral;

* APRESENTAR CERTIDÃO NEGATIVA DA JUSTIÇA FEDERAL – SUBSEÇÃO DE MATO GROSSO;

* APRESENTAR CERTIDÃO NEGATIVA DA JUSTIÇA ESTADUAL DE MATO GROSSO, PRIMEIRA E SEGUNDA INSTÂNCIAS;

cidadao.tjmt.jus.br/servicos/certidaonegativa/

* APRESENTAR CERTIDÃO NEGATIVA DA JUSTIÇA MILITAR;

WWW.stm.br/servicos-stm/certidao-negativa/emitir-c...

* CERTIDÃO NEGATIVA DE ANTECEDENTES CRIMINAIS POR SENTENÇA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO POR MEIO DE CERTIDÃO NO ÂMBITO ESTADUAL E FEDERAL.

* QUALIFICAÇÃO CADASTRAL DO ESOCIAL http://consultacadastral.inss.gov.br/Esocial/pages...

* APRESENTAR DADOS BANCÁRIOS DE CONTA CORRENTE OU SALARIAL NO BANCO DO BRASIL;

* NÚMERO DE TELEFONE E EMAIL;

* CPF DO CONJUGE;

Colniza/MT, 16 de agosto de 2023.

**MILTON DE SOUZA AMORIM**

**PREFEITO MUNICIPAL**

**ANEXO I**

| CARGO: VIGIA - SECRETARIA M. DE SAÚDE | | | |
|---|---|---|---|
| **NOME** | **DATA NASC.** | **PONT.** | **RES.** |
| RONE DE ABREU ALVES | 24/01/2005 | 75,0 | 1 |

Colniza/MT, 16 de agosto de 2023

**milton de souza amorim**

**PREFEITO MUNICIPAL**

## CAMARA MUNICIPAL
## DECRETO LEGISLATIVO Nº 029/2023

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 029/2023**

**SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A OUTORGA DE "MOÇAO DE APLAUSOS" AO DEPUTADO ESTADUAL EXMO. SR. SILVANO AMARAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

**Autor Vereador: Rosemiro Rodrigues dos Santos**

O Presidente da Câmara Municipal de Colniza, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei, com amparo no art. 119 do Regimento Interno, faz saber que a Câmara Municipal Aprovou, e ele

**DECRETA:**

**Art.1º** - Concede **"Moção de Aplausos"** ao Deputado Estadual Exmo. Sr. Silvano Amaral, cuja biografia segue anexada, pela brilhante atuação e conquistas em especial a Emenda junto ao DAE (Departamento de Água e esgoto) em favor do município de Colniza/MT.

**Art. 2º** - A honraria de que trata o artigo anterior, será conferida em Sessão Solene, a ser convocada futuramente pelo Presidente da Câmara Municipal de Colniza, especialmente para esse fim.

**Art. 3º** - As despesas decorrentes da execução deste Decreto Legislativo correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

**Art. 4º -**Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se; Publique-se; Cientifique-se; e, Cumpra-se.

Colniza/MT, 15 de agosto de 2023.

**EZEQUIAS DEDE DE SOUZA**

**Presidente- Câmara Municipal de Colniza/MT**

## RECURSOS HUMANOS
## PORTARIA Nº 330/ADM/2023

**PORTARIA Nº 330/ADM/2023, DE 16 DE AGOSTO DE 2023.**

**ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES,**Secretário Municipal de Administração, com fundamento no inciso I e II do artigo 88 da Lei orgânica do Município de Colniza/MT e no artigo 24, inciso I, na Lei Municipal nº. 697/2017 que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT.

**CONSIDERANDO:** o disposto na Lei Municipal nº 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais no seu artigo 112;

**CONSIDERANDO:** a existência de comprovação documental, por meio de atestado médico, atestando a necessidade do afastamento por Licença Maternidade,

**RESOLVE:**

**Art. 1°** - Conceder **Licença Maternidade** a Servidora Pública Municipal **JENNIFFER DA SILVA OLIVEIRA,** *lotada na Secretaria Municipal de Saúde, matricula nº 6293 a partir do dia* ***10 de agosto de 2023.***

**Art.2°** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia **10 de agosto de 2023,** ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 16 de agosto de 2023.

**Certidão de Publicação**
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT.
Colniza/MT, em 16 de agosto de 2023.

Ivone Aparecida de Mendonça Silva
Setor: RH

**ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES**

**SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO**

**PORTARIA Nº. 002/GP/2021**

## LICITAÇÃO-CONTRATOS
## AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº. 20/2023

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 6.082/2023**

A Prefeitura Municipal de Colniza - MT faz saber aos interessados que se fará LICITAÇÃO NA MODALIDADE **PREGÃO PRESENCIAL SRP**, cujo objeto é o **"REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA, ANEXO I DO EDITAL, EM ATENDIMENTO ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE COLNIZA/MT."** Rege a presente licitação a Lei nº. 14.133/21 e demais legislações aplicáveis. A abertura desta licitação ocorrerá no dia **29 de agosto de 2023, às 08h:00min (horário de local),** no Departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de Colniza – MT no endereço Av. dos Pinhais nº 207, Centro, Colniza - MT. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no Setor de licitação, solicitado pelo e-mail: licitacao@colniza.mt.gov.br ou através do link http://170.79.84.5:8079/comprasedital/. Quaisquer dúvidas contatar pelo telefone **(066) 3571-1000.**

Colniza - MT, 16 de agosto de 2023.

***MAKAULLI GOMES DE SOUZA***

***Agente de Contratação/Pregoeiro Oficial***

***Matrícula nº 7360-1***

**CAMARA MUNICIPAL**
**DECRETO LEGISLATIVO Nº 024/2023**

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 024/2023**

**SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A OUTORGA DE "TÍTULO DE CIDADÃO COLNIZENSE" AO EXMO. SENHOR SENADOR WELLINGTON FAGUNDES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

**Autoria Vereador: Oseia Pereira Guedes**

O Presidente da Câmara Municipal de Colniza, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei, com amparo no art. 119 do Regimento Interno, faz saber que a Câmara Municipal Aprovou, e ele

**DECRETA:**

**Art. 1º** - Concede **"Título de Cidadão Colnizense"** ao Exmo. Senador Sr. Wellington Fagundes, cuja biografia segue anexada, pela luta de 15 milhões de reais para pavimentação da MT 418 antiga 174, de Castanheira a Colniza e efetiva atuação em prol da destinação de recursos para agricultura familiar e aquisição de um caminhão compactador de lixo para o Município de Colniza/MT.

**Art. 2º** - A honraria de que trata o artigo anterior, será conferida em Sessão Solene, a ser convocada futuramente pelo Presidente da Câmara Municipal de Colniza, especialmente para esse fim.

**Art. 3º** - As despesas decorrentes da execução deste Decreto Legislativo correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

**Art. 4º -** Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se; Publique-se; Cientifique-se; e, Cumpra-se.

Colniza/MT, 15 de agosto de 2023.

**EZEQUIAS DEDE DE SOUZA**

**Presidente- Câmara Municipal de Colniza/MT**

**CAMARA MUNICIPAL**
**DECRETO LEGISLATIVO Nº 013/2023**

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 013/2023**

**SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE "MOÇÃO DE APLAUSOS" AO EXMO. SENHOR DEPUTADO FEDERAL, FABIO GARCIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

**Autoria Vereador: Oseia Pereira Guedes**

O Presidente da Câmara Municipal de Colniza, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei, com amparo no art. 119 do Regimento Interno, faz saber que a Câmara Municipal Aprovou, e ele

**DECRETA:**

**Art.1º** - Concede **"Moção de Aplausos"** ao EXMO. Deputado Sr. Fabio Garcia, biografia segue em anexo, pelos trabalhos relevantes em prol do Estado do Mato Grosso e em especial do Município de Colniza-MT.

**Art. 2º** - A honraria de que trata o artigo anterior, será conferida em Sessão Solene, a ser convocada pelo Presidente da Câmara Municipal de Colniza, especialmente para esse fim.

**Art. 3º** - As despesas decorrentes da execução deste Decreto Legislativo correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

**Art. 4º -** Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se; Publique-se; Cientifique-se; e, Cumpra-se.

Colniza/MT, 15 de agosto de 2023.

**EZEQUIAS DEDE DE SOUZA**

**Presidente- Câmara Municipal de Colniza/MT**

**PLANEJAMENTO**
**REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PUBLICA Nº 004/2023 PLOA-PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL -2024.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLNIZA/MT, **SENHOR MILTON DE SOUZA AMORIM**, no uso de suas atribuições legais que lhe regem o cargo e invocando os princípios da transparência e da publicidade que regem a administração pública, amparado no art.48 e no seu parágrafo Único da Lei Complementar nº 101/2000, onde " A transparência será assegurada também mediante incentivo a participação popular nas audiências públicas".

**TORNA PÚBLICO,** para efeito de transparecia na gestão fiscal, a realização de **AUDIÊNCIA PÚBLICA,** para discussão e elaboração do **PLOA-Projeto de Lei Orçamentária Anual -2024.**

Que será realizada na câmara municipal de Colniza, situada na Avenida do Contorno, no dia 29 de agosto de 2023, a partir das 09: 00 horas.

Colniza/MT, 16 de agosto de 2023

**MILTON DE SOUZA AMORIM**

**PREFEITO MUNICIPAL**

**CONTRATOS**
**EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 075/2022**

**CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COLNIZA – MT.**

**CONTRATADO: VIVÁ PROJETOS & CONSTRUÇÕES LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 18.979.234/0001-98, com sede na Avenida do Contorno, nº 270, Centro, nesta cidade de Colniza-MT, por intermédio de seu representante legal **APARECIDA MARIA DA COSTA**

**OBJETO RESUMIDO DO ADITIVO: SUPRIMIR 0,579%** do valor inicial do contrato, a partir da data de assinatura deste instrumento, equivalente a **R$ 66.422,45 (sessenta e seis mil quatrocentos e vinte e dois reais e quarenta e cinco centavos),** conforme planilha elaborada pela Secretaria Municipal de Planejamento em anexo a este termo aditivo**,** nos moldes do art. 65, inciso I, alínea "b", § 1º, da Lei nº 8.666/1993.

**DATA DA EMISSÃO:** 15/08/2023

**DATA DE INÍCIO DE VIGÊNCIA: 15/08/2023**

**CAMARA MUNICIPAL**
**DECRETO LEGISLATIVO Nº 028/2023**

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 028/2023**

**SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A OUTORGA DE "MOÇAO DE APLAUSOS" AO DEPUTADO FEDERAL EXMO. SR. JUAREZ COSTA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

**Autor Vereador: Rosemiro Rodrigues dos Santos**

O Presidente da Câmara Municipal de Colniza, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei, com amparo no art. 119 do Regimento Interno, faz saber que a Câmara Municipal Aprovou, e ele

**DECRETA:**

**Art.1º** - Concede **"Moção de Aplausos"** ao Deputado Federal Exmo. Sr. Juarez Costa, cuja biografia segue anexada, pela brilhante atuação e conquistas em especial a emenda junto ao DAE (Departamento de Água e esgoto) em favor do município de Colniza/MT.

**Art. 2º** - A honraria de que trata o artigo anterior, será conferida em Sessão Solene, a ser convocada futuramente pelo Presidente da Câmara Municipal de Colniza, especialmente para esse fim.

**Art. 3º** - As despesas decorrentes da execução deste Decreto Legislativo correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

**Art. 4º -**Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se; Publique-se; Cientifique-se; e, Cumpra-se.

Colniza/MT, 15 de agosto de 2023.

**EZEQUIAS DEDE DE SOUZA**

**Presidente- Câmara Municipal de Colniza/MT**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

### DECRETO N.º 37/2023 DE: 16.08.2023

***"Regulamenta o Processo eleitoral para escolha dos membros representantes dos segurados junto ao Conselho Curador do COMODORO-PREVI, nos termos do § 1º do art. 73, da Lei Municipal nº. 1.519, de 23 de junho de 2014."***

**ROGÉRIO VILELA VICTOR DE OLIVEIRA,** Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e,

***Considerando*** o que dispõe o § 1º do art. 73 da Lei Municipal nº 1.519, de 23 de junho de 2014, os membros dos representantes dos segurados no Conselho Curador do COMODORO-PREVI, serão escolhidos por eleição;

***Considerando*** a necessidade de regulamentar os procedimentos de realização para eleição dos membros representantes dos segurados junto ao Conselho Curador do COMODORO-PREVI,

DECRETA

**CAPÍTULO I**

**DAS DISPOSIÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º.** Fica regulamentado o processo de eleição dos membros representantes dos Segurados do Conselho Curador do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Comodoro – COMODORO-PREVI, nos termos do que dispõe o § 1º do art. 73, da Lei Municipal nº 1.519, de 23 de junho de 2014.

**Art. 2º.** Para o processo de escolha dos membros representantes dos Segurados que comporão o Conselho Curador, poderão se candidatar, qualquer servidor efetivo inclusive os inativos.

**Art. 3º.** Serão considerados eleitos como membros titulares representantes dos Segurados perante o Conselho Curador, os quatro candidatos que obtiverem a maior votação, estando eleitos para a suplência destes, o quinto e o sexto colocados.

**Art. 4º.** A eleição para escolha dos membros do Conselho Curador se dará por meio de voto direto e secreto.

**Art. 5º.** A posse dos membros do Conselho Curador acontecerá no dia 01 de novembro de 2023.

**CAPITULO II**

**DO EDITAL**

**Art. 6º.** O início do Processo eleitoral, dar-se-á por meio de Edital de Abertura elaborado pela Comissão Eleitoral, e divulgado no site da Prefeitura Municipal e site do Comodoro-Previ, bem como em todos os órgãos públicos municipais.

**Art. 7º.** O Edital para processo de escolha dos membros do Conselho Curador, deverá conter:

**I.** os cargos em disputa;

**II.** o prazo máximo para o registro de candidatura;

**III.** as condições para habilitação dos candidatos, e

**IV.** as hipóteses de impedimento de candidatura.

**CAPÍTULO III**

**DOS CANDIDATOS**

**Art. 8º.** Para participar do processo eleitoral para escolha de membros do Conselho Curador, o candidato deverá:

**I.** ser ocupante de cargo efetivo, ativo, inativo ou pensionista, e

**II.** não incidir em nenhuma das hipóteses de vedação de registro de candidatura.

**Art. 9º.** É vedada a participação do servidor que:

**I.** tenha sido exonerado, dispensado ou suspenso do exercício em decorrência de Processo Administrativo;

**II.** esteja respondendo a Processo Administrativo Disciplinar ou Processo de Sindicância;

**III.** esteja licenciado por interesse particular, e

**IV.** que após o exercício de mandato de dois anos, tenha sido reconduzido em quaisquer das hipóteses de representação, seja como representante do executivo, legislativo ou de servidores.

**CAPÍTULO IV**

**DAS INSCRIÇÕES**

**Art. 10.** As inscrições dos candidatos serão efetuadas de acordo com as normas fixadas no edital da eleição.

**Art. 11. S**erá indeferida pela comissão eleitoral, a inscrição de servidor que esteja enquadrado em qualquer hipótese listada no art. 9º deste decreto.

**CAPÍTULO V**

**DA COMISSÃO ELEITORAL**

**Art. 12.** Após a publicação deste Decreto, o Prefeito Municipal editará Portaria nomeando a Comissão Eleitoral.

**Art. 13.** A Comissão Eleitoral terá as seguintes atribuições:

**I.** planejar, organizar, coordenar e presidir o processo eleitoral;

**II.** divulgar amplamente as normas e os critérios relativos ao processo de eleição;

**III.** analisar os pedidos de registro de candidatura, decidindo pelo seu deferimento ou indeferimento;

**IV.** credenciar até 01 (um) por órgão vinculado ao COMODORO-PREVI;

**V.** lavrar e assinar as atas de todas as reuniões de decisões em livro próprio, e

**VI.** divulgar o resultado final e, em até 24 (vinte e quatro) horas após a finalização do processo de votação, enviar a relação de eleitos ao Chefe do Poder Executivo Municipal.

**CAPÍTULO VI**

**DA VOTAÇÃO**

**Art. 14.** Os votos serão dados através do Portal do segurado do sistema de gestão do Regime Próprio de Previdência Social

**Parágrafo único.** Os servidores ativos, inativos e pensionistas deverão acessar o login http://45.161.103.230:8085/portal/login.aspx, para fazer o cadastro junto ao Portal do Segurado.

**Art. 15.** Fica assegurado o voto dos servidores inativos e pensionistas.

**CAPÍTULO VII**

**DA CONTAGEM DOS VOTOS**

**Art. 16.** A Planilha contendo o resultado da apuração dos votos será divulgada no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, imediatamente após a totalização dos votos.

**Art. 17.** Em caso de empate será considerado eleito, o candidato que apresentar a maior idade.

**Parágrafo único.** Persistindo o empate, será considerado eleito o candidato com maior tempo de contribuição.

**CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 18.** O secretário da Comissão Eleitoral deverá lavrar a ata circunstanciada dos trabalhos realizados.

**Art. 19.** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

**Art. 20.** Revogam-se as disposições em contrário.

**Gabinete do Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso,** aos 16 dias do mês de agosto de 2023.

**Rogério Vilela Victor de Oliveira**

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº. 538/2023 DE: 10/08/2023**

**PORTARIA Nº. 538/2023**

**DE: 10/08/2023**

**ROGÉRIO VILELA VICTOR DE OLIVEIRA**, Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE**,

**Art. 1º. DESIGNAR** o servidor efetivo **FAGNER DE ALMEIDA OLIVEIRA – Fiscal de Contratos, matrícula n°. 4837,** para exercer as funções de **DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO – Interino, SEM ÔNUS,** pelo período de férias do servidor **CELIO IGNÁCIO DE OLIVEIRA** de **01.08.2023 a 30.08.2023**,nesta municipalidade.

**Art. 2º.** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de agosto de 2023.

**Art. 3º.** Revogam-se as disposições em contrário.

**Gabinete do Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso**, aos 10 dias do mês de agosto do ano de 2023.

**Rogério Vilela Victor de Oliveira**

Prefeito Municipal

Registra-se, Publica-se e Cumpra-se

**Dyego Henrique Rocha de Oliveira**

Secretário Municipal de Administração

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

**ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES**
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 235/2023**

Aos 15 dias do mês de Agosto do ano de Dois Mil e Vinte e Três, o MUNICÍPIO DE CONFRESA, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua 13 de maio, nº 215, Centro, Confresa - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº 37.464. 716/0001-50, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. Ronio Condão Barros Milhomem, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado na Avenida Ayrton Senna da Silva, n° 133 – Centro, nesta cidade, portador da Carteira de Identidade RG n. 0875190-0 SSP-MT e inscrito no CPF sob o n. 535.561.191-53 a seguir denominada simplesmente ÓRGÃO GERENCIADOR, institui a presente Ata de Registro de Preços (ARP), decorrente da licitação **Processo Licitatório nº 152/2023** na modalidade **Pregão Eletrônico nº 030/2023 Homologado em 15/08/2023**, da Prefeitura Municipal de Confresa-MT, cujo objeto é **PREGÃO ELETRONICO REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS DE PERCUSSÃO PARA FANFARRA, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA DE CULTURA, JUNTO AO MUNICÍPIO DE CONFRESA - MT,** a qual se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, conforme o disposto no art. 15 da Lei nº 8.666/93, regulamentado pelo **Decreto Municipal nº 26 e 27/2009**, de 29 de Maio de 2009,**Decreto Municipal nº 128 e 248/2020 e, DECRETO 030/2021**, segundo as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o registro de preços referente a **PREGÃO ELETRONICO REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS DE PERCUSSÃO PARA FANFARRA, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA DE CULTURA, JUNTO AO MUNICÍPIO DE CONFRESA - MT. CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ÓRGÃOS INTEGRANTES**

Integra a presente ARP a PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA, localizada na Rua 13 de maio, nº 215, Centro, em Confresa - MT, na qualidade de **ÓRGÃO GERENCIADOR;**

**Parágrafo único** – qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal poderá solicitar a utilização da presente ARP, independentemente da participação ou não na licitação em epígrafe.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR**

O ÓRGÃO GERENCIADOR, através da Seção de Licitação e Contratos, obriga-se a:

a) gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, os nomes dos fornecedores, os preços, os quantitativos disponíveis e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;

b) convocar os particulares via fax, telefone ou e-mail, para assinatura da ARP e retirada da nota de empenho;

c) observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;

d) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades;

e) realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços;

f) consultar os fornecedores registrados (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecimento dos serviços a outros órgãos da Administração Pública que externem a intenção de utilizar a presente ARP;

g) comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente ARP;

h) coordenar a qualificação mínima dos respectivos gestores dos órgãos participantes;

i) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação, na presente ARP.

**CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE E NÃO PARTICIPANTE**

O ÓRGÃO PARTICIPANTE e o ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE, através de gestor próprio indicado, obrigam-se a:

a) tomar conhecimento da presente ARP, inclusive às respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma;

b) consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias à aquisição pretendida;

c) verificar a conformidade das condições registradas na presente ARP junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR, eventuais desvantagens verificadas;

d) encaminhar ao ÓRGÃO GERENCIADOR a respectiva nota de empenho;

e) enviar, no prazo máximo de **05 (cinco) dias** úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

f) acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas no edital da licitação e na presente ARP, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

**CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

O FORNECEDOR obriga-se a:

a) assinar a ARP, retirar a respectiva nota de empenho e assinar o contrato no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação, no que couber;

b) informar, no prazo máximo de 01 (um) dia, quanto à aceitação ou não do fornecimento a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente ARP;

c) realizar os serviços solicitados nos prazos estabelecidos e conforme autorização de fornecimento, conforme solicitado no edital;

d) realizar os serviços conforme especificações e preços registrados no presente ARP;

e) realizar os serviços solicitados no respectivo endereço do órgão participante ou não participante do presente ARP, sem nenhum ônus adicional ao Município de Confresa;

f) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas no presente ARP;

g) fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;

h) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura do presente ARP;

i) ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão gerenciador e participante e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas no presente ARP;

j) pagar, pontualmente, o fornecedor e cumprir com as obrigações fiscais, relativos aos materiais entregues, com base na presente ARP, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento.

**CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA**

A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de até um ano, a contar da data da sua assinatura, vigorando até o dia **15 de Agosto de 2024.**

**CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PREÇOS REGISTRADOS**

Os preços, as quantidades, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata encontram-se indicados nos quadros abaixo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório:

EMPRESA: **SC INSTRUMENTOS MUSICAIS E ACESS LTDA**

CNPJ: 29.583.709/0001-49

END: AV GETÚLIO VARGAS, BAIRRO ANITA GARIBALDI

CIDADE: JOINVILLE-SC CEP: 89202-002

TELEFONE: (47) 3025-3494 / (47) 98819-0213

E-MAIL: marcio@centersomjoinville.com.br

REPRESENTANTE LEGAL: MÁRCIO JOSÉ SCHÜTZ

CPF: 918.295.770-34

DADOS BANCÁRIOS: BANCO ITAÚ AG: 8413 C/C: 20.223-8.

ITEM: 01

Especificação - Valor Unitário - Quantidade

| ITEM | CÓD. SISTEMA | DESCRIÇÃO | QTD | UND | MARCA | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 01 | 11176 | BAQUETA - EM MADEIRA, NA COR MARFIM, DIAMETRO DA BAQUETA | 300 | UND | SPANKING COMBAT | R$ 3,59 | **R$ 1.077,00** |

**CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

O pagamento será efetuado em até **30 (trinta)** dias condicionado à prestação do serviço e apresentação da Nota Fiscal/Fatura. Para tanto, o FORNECEDOR deverá apresentar Nota Fiscal/Fatura à qual deverá ser atestada pelo setor de compras, ou outro servidor formalmente designado;

**Parágrafo primeiro** – o pagamento só se efetivará depois de confirmada a situação de regularidade fiscal para com a seguridade social (INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e com a Fazenda Federal através da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; com a Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa de débitos.

**Parágrafo segundo** – o pagamento será condicionado ao cumprimento das obrigações fixadas na presente ARP.

**CLÁUSULA NONA – DAS DOTAÇÕES**

**ORGÃO: 11 - SECRETÁRIA DE MUNICIPAL DE CULTURA**

**UNIDADE: 003 - SECRETÁRIA DE CULTURA**

**FUNÇÃO: 13 - CULTURA**

**SUBFUNÇÃO: 392 - DIFUSÃO CULTURAL**

**PROGRAMA: 0119 - FANFARRA MUNICIPAL**

**AÇÃO: 2107 - MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM A FANFARRA MUNICIPAL**

**REDUZIDO: 899 - MATERIAL DE CONSUMO**

**ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00.00**

**FONTE DE RECURSO: 1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS**

**ORGÃO: 11 - SECRETÁRIA DE MUNICIPAL DE CULTURA**

**UNIDADE: 003 - SECRETÁRIA DE CULTURA**

**FUNÇÃO: 13 - CULTURA**

**SUBFUNÇÃO: 392 - DIFUSÃO CULTURAL**

**PROGRAMA: 0119 - FANFARRA MUNICIPAL**

**AÇÃO: 2107 - MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM A FANFARRA MUNICIPAL**

**REDUZIDO: 902 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE**

**ELEMENTO DE DESPESA: 4.4.90.52.00.00**

FONTE DE RECURSO: 1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

**CLÁUSULA DÉCIMA – DA CONDIÇÃO ESPECÍFICA**

A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga o ÓRGÃO GERENCIADOR, nem o ÓRGÃO PARTICIPANTE, se for o caso, a firmar as futuras aquisições, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, em caso de igualdade de condições, a preferência.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DA PUBLICIDADE**

Os preços, os quantitativos, o fornecedor e as especificações resumidos do objeto, como também as possíveis alterações da presente ARP, serão publicadas no Diário Oficial do Município, na forma de extrato, em conformidade com o disposto no parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CRITERIO DE REAJUSTE**

Os reajustes solicitados em até **10% (dez por cento)** do valor inicialmente registrado não serão concedidos pela CONTRATANTE.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – POSSIBILIDADE DE SUPRESSÕES E/OU ACRESCIMOS.**

A empresa contratada obrigar-se-á a aceitar, nas mesmas condições estabelecidas no Edital/contrato, os acréscimos e/ou supressões que se fizerem necessários nos serviços, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial contratado atualizado, nos termos do art. 65, § 1º da Lei 8.666/1993.

As supressões e/ou acréscimos não poderão exceder os limites acima mencionados, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes, com fulcro no art. 65, § 2º, da Lei 8.666/1993. As supressões e/ou acréscimos referenciados serão considerados formalizados mediante assinatura de Termo de Aditamento Contratual.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR-**

O FORNECEDOR terá seu registro cancelado nos seguintes casos:

I – Por iniciativa da Administração, quando:

a) não cumprir as exigências do instrumento convocatório da licitação supracitada e as condições da presente ARP;

b) recusarem-se a retirar a nota de empenho no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;

c) der causa à rescisão administrativa decorrente desta ARP;

d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial relativa ao presente Registro de Preços;

e) não manutenção das condições de habilitação e compatibilidade;

f) não aceitar a redução dos preços registrados, nas hipóteses previstas na legislação;

g) em razões de interesse público, devidamente justificadas.

II – Por iniciativa do próprio FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar a impossibilidade de cumprimento das exigências insertas neste Registro de Preços, tendo em vista fato superveniente, aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução contratual;

**Parágrafo único** – o cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado do Prefeito Municipal, gestor do ÓRGÃO GERENCIADOR.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS PENALIDADES**

Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e do Município de CONFRESA /MT pelo prazo de até 05 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

Pela inexecução total ou parcial da ATA DE REGISTRO DE PREÇO ou pelo atraso injustificado na execução da ATA DE REGISTRO DE PREÇO sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no Art. 86 e Art. 87 da Lei nº. 8.666/93; a Administração poderá garantida a prévia defesa, aplicar ao Contratado as seguintes sanções:

**I** - Advertência;

**II** - Multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇO; neste caso a Contratante aplicará a MULTA CONTRATUAL correspondente a:

**a)** 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso no prazo de execução dos serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplida;

O atraso para efeito de cálculo, mencionado no item anterior será contado em dias corridos, a partir do 1º dia útil subsequente ao término do prazo ajustado em até 20 (vinte) dias;

**b)** 20% (vinte por cento) sobre o valor da Ordem de Serviço/Empenho, pelo descumprimento de qualquer clausula contratual exceto prazo de execução;

**c)**10% (dez por cento) sobre o valor constante da ATA DE REGISTRO DE PREÇO, pela inexecução total do objeto, sem prejuízo das outras sanções cabíveis;

**d)** A multa será descontada dos créditos constantes da Fatura, ou outra forma de cobrança Administrativa ou Judicial.

**III** - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

**IV -** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo do sansão aplicado com base no inciso anterior.

Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa previa do interessado e recurso dos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO**

A fiscalização da execução dos Serviços será exercida pelos servidores credenciados, nomeados mediante **Portaria Municipal n°205/2023**, independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do objeto que venha a ser determinado pelo FORNECEDOR, o seu exclusivo juízo:

| | FISCAL TITULAR | FISCAL SUPLENTE | GESTOR |
|---|---|---|---|
| **CULTURA** | DJALMA RORIZ MAEIRO DE SOUZA<br>CPF.: 023.742.401-00<br>MAT.: 13276 | JOSÉ ANTÔNIO DE CASTILHO<br>CPF.: 083.338.662-04<br>MAT.: 13699 | - |

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– DA DOCUMENTAÇÃO**

A presente Ata de Registro de Preços vincula-se às disposições contidas nos documentos a seguir especificados, cujos teores são conhecidos e acatados pelas partes:

a) Edital do **Pregão Eletrônico nº 030/2023** e anexos;

b) Proposta Comercial da FORNECEDORA.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO**

Para dirimir as questões decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, fica eleito o foro da Comarca de Porto Alegre do Norte-MT, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

_____

**RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM**

Prefeito Municipal

_____

**SC INSTRUMENTOS MUSICAIS E ACESS LTDA**

**CNPJ N° 29.583.709/0001-49**

Representante Legal: Márcio José Schütz

CPF N° 918.295.770-34

**GABINETE DO PREFEITO**
**RESOLUÇÃO Nº 10/2023/CMDCA/CONFRESA**

Substitui membro da Comissão Especial para o processo de escolha para membros para Conselho Tutelar do Município de Confresa-MT

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA/CONFRESA, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 132 e 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal n. 8.069/1990), na Resolução n. 231/2022 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) e na Lei Municipal n. 223, de 23 de março de 2023.

Considerando que a conselheira Nadir Amorim encontra-se impedida de participar Comissão Especial do processo de escolha para membros para Conselho Tutelar conforme artigo 50 da Lei Complementar Municipal 223/2023;

RESOLVE:

Art. 1o designar para a Comissão Especial do processo de escolha unificado para membros para Conselho Tutelar do Município de Confresa, a conselheira Iara Silveira Pinto, representante da sociedade civil, em substituição a senhora Nadir Amorim.

Art. 2º Revogam-se todas as disposições em contrario

Art. 3 o Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4 º Registrada, publicada, cumpra-se

Confresa-MT, 15 de agosto de 2023.

**ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES**
**AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO N°159/2023. TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2023**

A Prefeitura Municipal de Confresa/MT torna pública, para o conhecimento dos interessados, o resultado do processo licitatório na modalidade **TOMADA DE PREÇOS Nº006/2023**, conforme segue:

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM, SUBLEITO E BASE, PARA A IMPLANTAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA DO TIPO TSD OU CBUQ , EM DIVERSAS RUAS E AVENIDAS NA CIDADE DE CONFRESA-MT.**

**HOMOLOGADO**

Para a empresa:

**REALT EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA**

**CNPJ: 12.315.581/0001-30**

END: AV. C255 n°270 sala 317centro empresarial sebba, Nova Suíça

CIDADE: GOIANIA-GO CEP: 74280010

FONE: (62) 3251-2585 OU 62- 98173-0044

EMAIL: alisio.realtconstruções@gmail.com

REPRESENTANTE: TÚLIO ANDRADE PRATA

Vencedora do único item do certame, no valor global de **R$3.261.251,88 ( Três Milhões e Duzentos e Sessenta e Um Mil e Duzentos e Cinquenta e Um Reais e Oitenta e Oito Centavos).**

**Confresa-MT, 16 de AGOSTO de 2023.**

**CEZAR QUEIROZ DA SILVA**

**Presidente Comissão de Licitação.**

**Portaria nº008/2023.**

# CONTABILIDADE
# BALANÇO FINANCEIRO JULHO 2023

**ESTADO DE MATO GROSSO**
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA**
AV. CENTRO OESTE, Nº 286, CENTRO, CONFRESA - MATO GROSSO
CNPJ :

**ANEXO 13**
**BALANCETE FINANCEIRO**
JULHO/2023

| RECEITA | | | | DESPESA | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **TÍTULOS** | **R$** | **R$** | **R$** | **TÍTULOS** | **R$** | **R$** | **R$** |
| **ORÇAMENTÁRIA** | | | | **ORÇAMENTÁRIA** | | | |
| IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA | 19.370.472,21 | | | LEGISLATIVA | 0,00 | | |
| CONTRIBUIÇÕES | 3.415.819,79 | | | JUDICIÁRIA | 0,00 | | |
| RECEITA PATRIMONIAL | 1.125.824,84 | | | ESSENCIAL À JUSTIÇA | 0,00 | | |
| RECEITA INDUSTRIAL | 0,00 | | | ADMINISTRAÇÃO | 17.395.102,39 | | |
| RECEITA AGROPECUÁRIA | 0,00 | | | DEFESA NACIONAL | 0,00 | | |
| RECEITA DE SERVIÇOS | 0,00 | | | SEGURANÇA PÚBLICA | 0,00 | | |
| TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | 75.054.523,36 | | | RELAÇÕES EXTERIORES | 0,00 | | |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 118.055,19 | | | ASSISTÊNCIA SOCIAL | 3.172.296,88 | | |
| TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES | | 99.084.695,39 | | PREVIDÊNCIA MUNICIPAL | 0,00 | | |
| | | | | SAÚDE | 32.248.573,90 | | |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO | 3.842.722,79 | | | TRABALHO | 0,00 | | |
| ALIENAÇÃO DE BENS | 102.042,25 | | | EDUCAÇÃO | 34.196.392,25 | | |
| AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS | 0,00 | | | CULTURA | 618.420,60 | | |
| TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL | 300.000,00 | | | DIREITOS DE CIDADANIA | 0,00 | | |
| OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL | 0,00 | | | URBANISMO | 9.805.080,64 | | |
| TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL | | 4.244.765,04 | | HABITAÇÃO | 22.438.377,91 | | |
| (-) DEDUÇÕES DA RECEITA | | -9.530.179,97 | | SANEAMENTO | 45.157,56 | | |
| TOTAL DAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS | | 0,00 | | GESTÃO AMBIENTAL | 0,00 | | |
| | | | | CIÊNCIA E TECNOLOGIA | 0,00 | | |
| TOTAL DAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS | | 93.799.280,46 | | AGRICULTURA | 1.690.328,72 | | |
| | | | | ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA | 0,00 | | |
| ***INTERFERÊNCIAS FINANCEIRAS*** | | | | INDÚSTRIA | 0,00 | | |
| DUODECIMO DEVOLUÇÃO | 0,00 | | | COMÉRCIO E SERVIÇOS | 814.859,90 | | |
| TOTAL DE INTERFERÊNCIAS FINANCEIRAS | | 0,00 | | COMUNICAÇÕES | 0,00 | | |
| | | | | ENERGIA | 4.290.125,92 | | |
| | | | | TRANSPORTE | 4.100.174,06 | | |
| | | | | DESPORTO E LAZER | 521.614,57 | | |
| | | | | ENCARGOS ESPECIAIS | 0,00 | | |
| | | | | RESERVA DE CONTINGÊNCIA OU RESERVA LEGAL DO RPPS | 0,00 | | |
| | | | | TOTAL DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA | | 131.336.505,30 | |
| | | | | ***INTERFERÊNCIAS FINANCEIRAS*** | | | |
| | | | | INTERFERENCIA FINANCEIRA | 3.701.946,22 | | |
| | | | | TOTAL DE INTERFERÊNCIAS FINANCEIRAS | | 3.701.946,22 | |
| **EXTRA-ORÇAMENTÁRIO** | | | | **EXTRA-ORÇAMENTÁRIO** | | | |
| DESPESA ORÇAMENTÁRIA A PAGAR | 51.553.915,68 | | | RESTOS A PAGAR | | 8.373.642,11 | |

**ESTADO DE MATO GROSSO**
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA**
AV. CENTRO OESTE, Nº 286, CENTRO, CONFRESA - MATO GROSSO
CNPJ:

**ANEXO 13**
**BALANCETE FINANCEIRO**
JULHO/2023

| RECEITA | | | | DESPESA | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **TÍTULOS** | **R$** | **R$** | **R$** | **TÍTULOS** | **R$** | **R$** | **R$** |
| DEPÓSITOS | | 9.022.336,41 | | RESTOS A PAGAR - PROCESSADOS | 6.042.988,12 | | |
| AUXÍLIO MATERNIDADE INSS FONTE 869 | 63.287,10 | | | RESTOS A PAGAR - NÃO PROCESSADOS - LIQUIDADOS | 2.330.653,99 | | |
| INSS OBRAS | 29.733,87 | | | DEPÓSITOS | | 9.197.690,05 | |
| PENSÃO ALIMENTÍCIA FONTE 869 | 52.266,50 | | | AUXÍLIO MATERNIDADE INSS FONTE 869 | 63.287,10 | | |
| CONS B BRASIL FONTE 869 | 951.621,43 | | | INSS OBRAS | 8.302,59 | | |
| CONS CEF FONTE 869 | 595.323,52 | | | PENSÃO ALIMENTÍCIA FONTE 869 | 54.388,38 | | |
| CONS SANTANDER GERAL FONTE 869 | 904.383,44 | | | CONS B BRASIL FONTE 869 | 971.368,41 | | |
| CONS SICREDI ARAXINGU FONTE 869 | 37.404,59 | | | CONS CEF FONTE 869 | 616.195,03 | | |
| CONT SIND SINTEP FONTE 869 | 48.864,28 | | | CONS SANTANDER GERAL FONTE 869 | 902.486,77 | | |
| CONTRIB ASSOCIATIVA - SINDACS-MT FONTE 869 | 78,84 | | | CONS SICREDI ARAXINGU FONTE 869 | 36.145,54 | | |
| DESC CONV SISPUMCONF DEC 42/19 FONTE 869 | 188.009,83 | | | CONT SIND SINTEP FONTE 869 | 48.658,02 | | |
| INSS FONTE 869 | 1.076.671,98 | | | DESC CONV SISPUMCONF DEC 42/19 FONTE 869 | 189.373,49 | | |
| INSS PREST SERVIÇOS FONTE 869 | 112.208,44 | | | INSS FONTE 869 | 1.138.713,22 | | |
| SALÁRIO FAMÍLIA INSS FONTE 869 | 4.092,86 | | | INSS PREST SERVIÇOS FONTE 869 | 115.880,36 | | |
| IRRF FOPAG/FÉRIAS/RESCISÃO FONTE 869 | 2.413.769,90 | | | SALÁRIO FAMÍLIA INSS FONTE 869 | 4.092,86 | | |
| IRRF PESSOA FÍSICA FONTE 869 | 81.540,10 | | | IRRF FOPAG/FÉRIAS/RESCISÃO FONTE 869 | 2.461.947,83 | | |
| ISSQN FONTE 869 | 193.284,27 | | | IRRF PESSOA FÍSICA FONTE 869 | 82.661,71 | | |
| SISPUMCONF FONTE 869 | 67.724,65 | | | ISSQN FONTE 869 | 206.029,10 | | |
| IRRF PESSOA JURÍDICA FONTE 869 | 56.906,60 | | | SISPUMCONF FONTE 869 | 68.128,02 | | |
| PREVIDÊNCIA MUNICIPAL FONTE 869 | 2.144.984,21 | | | IRRF PESSOA JURÍDICA FONTE 869 | 56.906,60 | | |
| PIS | 180,00 | | | PREVIDÊNCIA MUNICIPAL FONTE 869 | 2.172.945,02 | | |
| GANHOS DE INVESTIMENTOS | 0,00 | | | PIS | 180,00 | | |
| TOTAL EXTRA-ORÇAMENTÁRIO | | 60.576.252,09 | | DESVALORIZAÇÃO DE INVESTIMENTOS | 0,00 | | |
| | | | | REVERSÃO DE INVESTIMENTOS | 0,00 | | |
| | | | | TOTAL EXTRA-ORÇAMENTÁRIO | | 17.571.332,16 | |
| **SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR** | | | | **SALDO DO EXERCÍCIO SEGUINTE** | | | |
| CAIXA | 0,00 | | | CAIXA | 0,00 | | |
| BANCOS - CONTA MOVIMENTO | 943.637,54 | | | BANCOS - CONTA MOVIMENTO | 14.721.773,32 | | |
| BANCOS - CONTA VINCULADAS | 1.022.574,00 | | | BANCOS - CONTA VINCULADAS | 5.886.190,32 | | |
| APLICAÇÕES FINANCEIRAS | 16.902.655,02 | | | APLICAÇÕES FINANCEIRAS | 26.651,79 | | |
| TOTAL DISPONÍVEL | | 18.868.866,56 | | TOTAL DISPONÍVEL | | 20.634.615,43 | |
| **SOMA** | | | **173.244.399,11** | **SOMA** | | | **173.244.399,11** |

## CONTABILIDADE
## BALANÇO ORÇAMENTÁRIO JULHO 2023

**ESTADO DE MATO GROSSO**
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA**
AV. CENTRO OESTE, Nº 286, CENTRO, CONFRESA - MATO GROSSO
CNPJ:

**ANEXO 12**
**BALANCETE ORÇAMENTÁRIO**
JULHO/2023

| RECEITA | PREVISÃO | NO MÊS | ATÉ NO MÊS | DIFERENÇA | DESPESA | FIXAÇÃO | NO MÊS | ATÉ NO MÊS | DIFERENÇA |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| RECEITA ORÇAMENTÁRIA | | | | | DESPESA ORÇAMENTÁRIA | | | | |
| IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA | 33.754.181,82 | 3.481.158,75 | 17.785.676,42 | 15.968.505,40 | CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES | 178.731.788,03 | 11.049.623,86 | 125.863.950,37 | 52.867.837,66 |
| CONTRIBUIÇÕES | 0,00 | 684.073,71 | 3.414.305,84 | -3.414.305,84 | CRÉDITOS ESPECIAIS | 73.126.409,38 | 0,00 | 5.472.554,93 | 67.653.854,45 |
| RECEITA PATRIMONIAL | 1.548.746,94 | 168.505,93 | 1.125.815,94 | 422.931,00 | CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RECEITA AGROPECUÁRIA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | INTERFERÊNCIAS FINANCEIRAS | | | | |
| RECEITA INDUSTRIAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | INTERFERÊNCIA FINANCEIRA | 0,00 | 528.849,46 | 3.701.946,22 | -3.701.946,22 |
| RECEITA DE SERVIÇOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | | | | |
| TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | 139.804.331,35 | 10.876.591,60 | 75.054.523,36 | 64.749.807,99 | | | | | |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 6.725.477,83 | 15.667,46 | 117.235,53 | 6.608.242,30 | | | | | |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO | 17.731.570,00 | 0,00 | 3.842.722,79 | 13.888.847,21 | | | | | |
| ALIENAÇÃO DE BENS | 1.031.500,00 | 6.928,34 | 102.018,61 | 929.481,39 | | | | | |
| AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | | | | |
| TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL | 0,00 | 300.000,00 | 300.000,00 | -300.000,00 | | | | | |
| OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | | | | |
| IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA - | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | | | | |
| CONTRIBUIÇÕES - INTRA OFSS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | | | | |
| RECEITA PATRIMONIAL - INTRA OFSS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | | | | |
| RECEITA AGROPECUÁRIA - INTRA OFSS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | | | | |
| RECEITA INDUSTRIAL - INTRA OFSS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | | | | |
| RECEITA DE SERVIÇOS - INTRA OFSS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | | | | |
| TRANSFERÊNCIAS CORRENTES - INTRA OFSS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | | | | |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES - INTRA OFSS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | | | | |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO - INTRA OFSS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | | | | |
| ALIENAÇÃO DE BENS - INTRA OFSS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | | | | |
| AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS - INTRA OFSS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | | | | |
| TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL - INTRA OFSS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | | | | |
| OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL - INTRA OFSS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | | | | |
| (-) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORI | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | | | | |
| (-) TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | -13.996.642,30 | -995.950,53 | -7.943.018,03 | -6.053.624,27 | | | | | |
| INTERFERÊNCIAS FINANCEIRAS | | | | | | | | | |
| INTERFERÊNCIA FINANCEIRA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | | | | |
| SOMA | 186.599.165,64 | 14.536.975,26 | 93.799.280,46 | 92.799.885,18 | SOMA | 251.858.197,41 | 11.578.473,32 | 135.038.451,52 | 116.819.745,89 |
| DÉFICT TOTAL | 65.259.031,77 | 0,00 | 41.239.171,06 | 24.019.860,71 | SUPERÁVIT TOTAL | 0,00 | 2.958.501,94 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL | 251.858.197,41 | 14.536.975,26 | 135.038.451,52 | 116.819.745,89 | TOTAL | 251.858.197,41 | 14.536.975,26 | 135.038.451,52 | 116.819.745,89 |



## ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
## AVISO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO LICITATÓRIO Nº179/2023 ADESÃO Nº 022/2023

A Prefeitura de CONFRESA-MT, declara que aderiu a **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 075/2023 PREGÃO PRESENCIAL N° 007/2023 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE - MT,** cuja a detentora da ARP é a empresa **NT PRODUÇÕES DE EVENTOS LTDA CNPJ: 42.180.015/0001-29** e tem como objeto**: ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº075/23 PREGAO PRESENCIAL Nº007/23 DA PREFEITURA DE CANABRAVA DO NORTE - MT, SENDO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA ATIVIDADES RECREATIVAS E ESPORTIVAS, A SEREM REALIZADAS EM AMBIENTES EXTERNOS, VISANDO PROMOVER A INTERAÇÃO SOCIAL E O LAZER.** Conforme quantidade abaixo relacionada, com um valor Global de **R$ 25.000,00 (VINTE CINCO MIL REAIS).**

NOME: **NT PRODUÇÕES DE EVENTOS LTDA**
**CNPJ: 42.180.015/0001-29**
INSCRIÇÃO ESTADUAL: 13.877.110-3
ENDEREÇO: AVENIDA AYRTON SENNA, Nº 229 – SETOR DA SAUDE, CONFRESA/MT – CEP: 78.652-000
TELEFONE: (66)98408-1612
E-MAIL: ntpromotora180@gmail.com
REPRESENTANTE LEGAL: LUCIANO BERGES DE AQUINO LORCHEITER

| Item | Item da ATA aderida | Unid. | Quant. | Objeto | Unitário | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 16 | HORAS | 20 | P.A SISTEMA FLY GRANDE PORTE PARA PUBLICO DE APROXIMADAMENTE DE 10.000 PESSOAS | R$ 1.250,00 | R$ 25.000,00 |
| **TOTAL R$ 25.000,00** | | | | | | |

**Confresa-MT, 16 de AGOSTO de 2023.**

**CEZAR QUEIROZ DA SILVA**

**PREGOEIRO**

**PORTARIA nº 008/2023**

**ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES**
**PORTARIA Nº. 205/2023 ADM DE 15 DE AGOSTO DE 2023.**

**DESIGNAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAL PARA FISCALIZAR A EXECUÇÃO DE ATA FIRMADA POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA DE CONFRESA - MT.**

**RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM**, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

**CONSIDERANDO**: o disposto na Instrução Normativa do Sistema de Licitações, Compras e Contratos, a qual dispõe sobre os procedimentos e normas para a celebração e acompanhamento da execução de contratos, aditivos e instrumentos congêneres no Poder Executivo Municipal, e no art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93 Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

**CONSIDERANDO**:a necessidade de padronizar, otimizar a fiscalização e o acompanhamento da execução dos contratos de prestação de serviços e fornecedores da Prefeitura Municipal de Confresa.

**RESOLVE**:

Art. 1º - Designar os servidores públicos municipal, abaixo qualificados como **FISCAIS DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

| SECRETARIA | FISCAL TITULAR | FISCAL SUPLENTE | GESTOR |
|---|---|---|---|
| SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA | DJALMA RORIZ MAEIRO DE SOUZA CPF.: 023.742.401-00 MAT.: 13276 | JOSÉ ANTÔNIO DE CASTILHO CPF.: 083.338.662-04 MAT.: 13699 | - |

Art. 2º - Os servidores designados ficam responsáveis pela Ata respectiva a vossa secretaria, departamento e/ou unidade gestora.

| ATA DE REGISTRO | 234-235-236 E 237/2023 | CNPJ | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|
| CONTRATADA | RR LOPES EIRELI. | 22.548.304/0001-20 | R$ 10.900,00 |
| CONTRATADA | SC INSTRUMENTOS MUSICAIS E ACESS LTDA | 29.583.709/0001-49 | R$ 1.077,00 |
| CONTRATADA | PEDRO G FERNANDES | 08.945.027/0001-69 | R$ 1.440,00 |
| CONTRATADA | CENTRO MUSICAL IVAIPORA LTDA ME | 05.607.287/0001-36 | R$ 1.509,96 |
| OBJETO | PREGÃO ELETRONICO REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS DE PERCUSSÃO PARA FANFARRA, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA DE CULTURA, JUNTO AO MUNICÍPIO DE CONFRESA - MT. | | |
| VIGÊNCIA | 12 MESES – 15/08/2023 a 15/08/2024. | | |

Art. 3º - O Departamento de Compras e CPL - Comissão Permanente de Licitações disponibilizará aos Fiscais designados, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 4º - Os documentos mencionados no art. 2º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem lançados na pasta compartilhada na rede denominada “Pública” e em pastas e subpastas específicas com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.

Art. 5º - Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 6º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 15 de Agosto 2023.

**_____ RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM**

**Prefeito Municipal**

**LICITAÇÃO**
**TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA PROCESSO LICITATORIO Nº180/2023 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº055/2023**

**TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA**

**PROCESSO LICITATORIO Nº180/2023**

**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº055/2023**

**OBJETO: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO PARA EVENTO, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE CULTURA DO MUNICÍPIO DE CONFRESA/MT.**

**CONTRATADA:**

**19.099.490 ZENILDA DE ALMEIDA SILVA**

**CNPJ: 19.099.490/0001-53**

**END: R CAROLINA DO SUL, BAIRRO GUEROBA DAS PALMEIRAS, CIDADE: CONFRESA/MT**

**CEP: 78652-000**

**FONE: (66) 84587792**

**EMAIL: zenilda1981@live.com**

**VALOR TOTAL CONTRATADO: R$19.567,0000 (Dezenove Mil e Quinhentos e Sessenta e Sete Reais)** para o objeto desta Dispensa.

**FUNDAMENTO:** Artigo 75, inciso II, da Lei 14.133/21.

**RATIFICO** nos termos do artigo 72 da Lei Federal nº 14.133/21 a Dispensa de Licitação nº **055/2023**, em conformidade com o Termo de Referência.

**Confresa – MT, 16 de agosto de 2023**

**_____**

**RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM**

**PREFEITO MUNICIPAL**

**ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES**
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 237/2023**

Aos 15 dias do mês de Agosto do ano de Dois Mil e Vinte e Três, o MUNICÍPIO DE CONFRESA, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua 13 de maio, nº 215, Centro, Confresa - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº 37.464.716/0001-50, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. Ronio Condão Barros Milhomem, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado na Avenida Ayrton Senna da Silva, n° 133 – Centro, nesta cidade, portador da Carteira de Identidade RG n. 0875190-0 SSP-MT e inscrito no CPF sob o n. 535.561.191-53 a seguir denominada simplesmente ÓRGÃO GERENCIADOR, institui a presente Ata de Registro de Preços (ARP), decorrente da licitação **Processo Licitatório nº 152/2023** na modalidade **Pregão Eletrônico nº 030/2023 Homologado em 15/08/**

**2023**, da Prefeitura Municipal de Confresa-MT, cujo objeto é **PREGÃO ELETRONICO REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS DE PERCUSSÃO PARA FANFARRA, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA DE CULTURA, JUNTO AO MUNICÍPIO DE CONFRESA - MT,** a qual se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, conforme o disposto no art. 15 da Lei nº 8.666/93, regulamentado pelo **Decreto Municipal nº 26 e 27/2009**, de 29 de Maio de 2009,**Decreto Municipal nº 128 e 248/2020 e, DECRETO 030/2021**, segundo as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o registro de preços referente a **PREGÃO ELETRONICO REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS DE PERCUSSÃO PARA FANFARRA, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA DE CULTURA, JUNTO AO MUNICÍPIO DE CONFRESA - MT. CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ÓRGÃOS INTEGRANTES**

Integra a presente ARP a PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA, localizada na Rua 13 de maio, nº 215, Centro, em Confresa - MT, na qualidade de **ÓRGÃO GERENCIADOR;**

**Parágrafo único** – qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal poderá solicitar a utilização da presente ARP, independentemente da participação ou não na licitação em epígrafe.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR**

O ÓRGÃO GERENCIADOR, através da Seção de Licitação e Contratos, obriga-se a:

a) gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, os nomes dos fornecedores, os preços, os quantitativos disponíveis e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;

b) convocar os particulares via fax, telefone ou e-mail, para assinatura da ARP e retirada da nota de empenho;

c) observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;

d) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades;

e) realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços;

f) consultar os fornecedores registrados (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecimento dos serviços a outros órgãos da Administração Pública que externem a intenção de utilizar a presente ARP;

g) comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente ARP;

h) coordenar a qualificação mínima dos respectivos gestores dos órgãos participantes;

i) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação, na presente ARP.

**CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE E NÃO PARTICIPANTE**

O ÓRGÃO PARTICIPANTE e o ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE, através de gestor próprio indicado, obrigam-se a:

a) tomar conhecimento da presente ARP, inclusive às respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma;

b) consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias à aquisição pretendida;

c) verificar a conformidade das condições registradas na presente ARP junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR, eventuais desvantagens verificadas;

d) encaminhar ao ÓRGÃO GERENCIADOR a respectiva nota de empenho;

e) enviar, no prazo máximo de **05 (cinco) dias** úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

f) acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas no edital da licitação e na presente ARP, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

**CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

O FORNECEDOR obriga-se a:

a) assinar a ARP, retirar a respectiva nota de empenho e assinar o contrato no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação, no que couber;

b) informar, no prazo máximo de 01 (um) dia, quanto à aceitação ou não do fornecimento a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente ARP;

c) realizar os serviços solicitados nos prazos estabelecidos e conforme autorização de fornecimento, conforme solicitado no edital;

d) realizar os serviços conforme especificações e preços registrados no presente ARP;

e) realizar os serviços solicitados no respectivo endereço do órgão participante ou não participante do presente ARP, sem nenhum ônus adicional ao Município de Confresa;

f) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas no presente ARP;

g) fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;

h) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura do presente ARP;

i) ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão gerenciador e participante e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas no presente ARP;

j) pagar, pontualmente, o fornecedor e cumprir com as obrigações fiscais, relativos aos materiais entregues, com base na presente ARP, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento.

**CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA**

A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de até um ano, a contar da data da sua assinatura, vigorando até o dia **15 de Agosto de 2024.**

**CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PREÇOS REGISTRADOS**

Os preços, as quantidades, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata encontram-se indicados nos quadros abaixo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório:

EMPRESA: **CENTRO MUSICAL IVAIPORA LTDA ME**

CNPJ: 05.607.287/0001-36

END: RUA RIBEIRAO, BAIRRO CENTRO

CIDADE: IVAIPORÃ-PR CEP: 86870-000

TELEFONE: (43) 3472-1420/ (43) 99918-7081

E-MAIL: cmggilson1@hotmail.com

REPRESENTANTE LEGAL: GILSON APARECIDO DOS SANTOS QUINTINO

CPF: 018.021.409-80

ITENS: 2 E 7.

Especificação - Valor Unitário - Quantidade

| ITEM | CÓD. SISTEMA | DESCRIÇÃO | QTD | UND | MARCA | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 2 | 11178 | BAQUETA - MADEIRA, PONTA DE TECIDO, PARA SURDO | 30 | UND | COMBAT MADEIRA | R$ 13,00 | R$ 390,00 |
| 7 | 10991 | PAR DE PRATOS DE METAL NIQUELADO 14" DE FANFARRA C/ CORREIAS | 4 | UND | VANGUARDA 14 | R$ 279,99 | R$ 1.119,96 |
| | | | | | | **VALOR TOTAL** | **R$ 1.509,96** |

**CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

O pagamento será efetuado em até **30 (trinta)** dias condicionado à prestação do serviço e apresentação da Nota Fiscal/Fatura. Para tanto, o FORNECEDOR deverá apresentar Nota Fiscal/Fatura à qual deverá ser atestada pelo setor de compras, ou outro servidor formalmente designado;

**Parágrafo primeiro** – o pagamento só se efetivará depois de confirmada a situação de regularidade fiscal para com a seguridade social (INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e com a Fazenda Federal através da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; com a Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa de débitos.

**Parágrafo segundo** – o pagamento será condicionado ao cumprimento das obrigações fixadas na presente ARP.

**CLÁUSULA NONA – DAS DOTAÇÕES**

**ORGÃO: 11 - SECRETÁRIA DE MUNICIPAL DE CULTURA**

**UNIDADE: 003 - SECRETÁRIA DE CULTURA**

**FUNÇÃO: 13 - CULTURA**

**SUBFUNÇÃO: 392 - DIFUSÃO CULTURAL**

**PROGRAMA: 0119 - FANFARRA MUNICIPAL**

**AÇÃO: 2107 - MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM A FANFARRA MUNICIPAL**

**REDUZIDO: 899 - MATERIAL DE CONSUMO**

**ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00.00**

**FONTE DE RECURSO: 1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS**

**ORGÃO: 11 - SECRETÁRIA DE MUNICIPAL DE CULTURA**

**UNIDADE: 003 - SECRETÁRIA DE CULTURA**

**FUNÇÃO: 13 - CULTURA**

**SUBFUNÇÃO: 392 - DIFUSÃO CULTURAL**

**PROGRAMA: 0119 - FANFARRA MUNICIPAL**

**AÇÃO: 2107 - MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM A FANFARRA MUNICIPAL**

**REDUZIDO: 902 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE**

**ELEMENTO DE DESPESA: 4.4.90.52.00.00**

FONTE DE RECURSO: 1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

**CLÁUSULA DÉCIMA – DA CONDIÇÃO ESPECÍFICA**

A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga o ÓRGÃO GERENCIADOR, nem o ÓRGÃO PARTICIPANTE, se for o caso, a firmar as futuras aquisições, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, em caso de igualdade de condições, a preferência.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DA PUBLICIDADE**

Os preços, os quantitativos, o fornecedor e as especificações resumidos do objeto, como também as possíveis alterações da presente ARP, serão publicadas no Diário Oficial do Município, na forma de extrato, em conformidade com o disposto no parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CRITERIO DE REAJUSTE**

Os reajustes solicitados em até **10% (dez por cento)** do valor inicialmente registrado não serão concedidos pela CONTRATANTE.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – POSSIBILIDADE DE SUPRESSÕES E/OU ACRESCIMOS.**

A empresa contratada obrigar-se-á a aceitar, nas mesmas condições estabelecidas no Edital/contrato, os acréscimos e/ou supressões que se fizerem necessários nos serviços, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial contratado atualizado, nos termos do art. 65, § 1º da Lei 8.666/1993.

As supressões e/ou acréscimos não poderão exceder os limites acima mencionados, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes, com fulcro no art. 65, § 2º, da Lei 8.666/1993. As supressões e/ou acréscimos referenciados serão considerados formalizados mediante assinatura de Termo de Aditamento Contratual.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR-**

O FORNECEDOR terá seu registro cancelado nos seguintes casos:

I – Por iniciativa da Administração, quando:

a) não cumprir as exigências do instrumento convocatório da licitação supracitada e as condições da presente ARP;

b) recusarem-se a retirar a nota de empenho no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;

c) der causa à rescisão administrativa decorrente desta ARP;

d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial relativa ao presente Registro de Preços;

e) não manutenção das condições de habilitação e compatibilidade;

f) não aceitar a redução dos preços registrados, nas hipóteses previstas na legislação;

g) em razões de interesse público, devidamente justificadas.

II – Por iniciativa do próprio FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar a impossibilidade de cumprimento das exigências insertas neste Registro de Preços, tendo em vista fato superveniente, aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução contratual;

**Parágrafo único** – o cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado do Prefeito Municipal, gestor do ÓRGÃO GERENCIADOR.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS PENALIDADES**

Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e do Município de CONFRESA /MT pelo prazo de até 05 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

Pela inexecução total ou parcial da ATA DE REGISTRO DE PREÇO ou pelo atraso injustificado na execução da ATA DE REGISTRO DE PREÇO sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no Art. 86 e Art. 87 da Lei nº. 8.666/93; a Administração poderá garantida a prévia defesa, aplicar ao Contratado as seguintes sanções:

**I** - Advertência;

**II** - Multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇO; neste caso a Contratante aplicará a MULTA CONTRATUAL correspondente a:

**a)** 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso no prazo de execução dos serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplida;

O atraso para efeito de cálculo, mencionado no item anterior será contado em dias corridos, a partir do 1º dia útil subsequente ao término do prazo ajustado em até 20 (vinte) dias;

**b)** 20% (vinte por cento) sobre o valor da Ordem de Serviço/Empenho, pelo descumprimento de qualquer clausula contratual exceto prazo de execução;

**c)**10% (dez por cento) sobre o valor constante da ATA DE REGISTRO DE PREÇO, pela inexecução total do objeto, sem prejuízo das outras sanções cabíveis;

**d)** A multa será descontada dos créditos constantes da Fatura, ou outra forma de cobrança Administrativa ou Judicial.

**III** - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

**IV -** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo do sansão aplicado com base no inciso anterior.

Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa previa do interessado e recurso dos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO**

A fiscalização da execução dos Serviços será exercida pelos servidores credenciados, nomeados mediante **Portaria Municipal n°205/2023**, independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do objeto que venha a ser determinado pelo FORNECEDOR, o seu exclusivo juízo:

| | FISCAL TITULAR | FISCAL SUPLENTE | GESTOR |
|---|---|---|---|
| **CULTURA** | DJALMA RORIZ MAEIRO DE SOUZA<br>CPF.: 023.742.401-00<br>MAT.: 13276 | JOSÉ ANTÔNIO DE CASTILHO<br>CPF.: 083.338.662-04<br>MAT.: 13699 | - |

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– DA DOCUMENTAÇÃO**

A presente Ata de Registro de Preços vincula-se às disposições contidas nos documentos a seguir especificados, cujos teores são conhecidos e acatados pelas partes:

a) Edital do **Pregão Eletrônico nº 030/2023** e anexos;

b) Proposta Comercial da FORNECEDORA.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO**

Para dirimir as questões decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, fica eleito o foro da Comarca de Porto Alegre do Norte-MT, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Confresa, 15 de Agosto de 2023.

_____

**RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM**

Prefeito Municipal

_____

**CENTRO MUSICAL IVAIPORA LTDA ME**

**CNPJ n° 05.607.287/0001-36**

Representante Legal: Gilson Aparecido dos Santos Quintino

CPF n° 018.021.409-80

**ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES**
**PORTARIA Nº 204/2023 ADM DE 16 DE AGOSTO DE 2023.**

**DESIGNAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAL PARA FISCALIZAR A EXECUÇÃO DO CONTRATO FIRMADO POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA – MT.**

**RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM**, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

**CONSIDERANDO**: o disposto na Instrução Normativa do Sistema de Licitações, Compras e Contratos, a qual dispõe sobre os procedimentos e normas para a celebração e acompanhamento da execução de contratos, aditivos e instrumentos congêneres no Poder Executivo Municipal, e no art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93 Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

**CONSIDERANDO**:a necessidade de padronizar, otimizar a fiscalização e o acompanhamento da execução dos contratos de prestação de serviços e fornecedores da Prefeitura Municipal de Confresa.

**RESOLVE**:

Art. 1º - Designar os servidores públicos municipal abaixo como **FISCAIS DE CONTRATO,** abaixo discriminado.

| SECRETARIA | FISCAL TITULAR | FISCAL SUPLENTE | GESTOR |
|---|---|---|---|
| **SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA** | DJALMA RORIZ MAEIRO DE SOUZA | JOSÉ ANTÔNIO DE CASTILHO | - |
| | CPF: 023.742.401-00<br>MATRICULA: 13276 | CPF: 083.338.662-04<br>MATRICULA: 13699 | |

| CONTRATO | 80/2023 | CNPJ | VALOR |
|---|---|---|---|
| **CONTRATADA** | VERA LUCIA FONTOURA FEITOSA | 29.538.762/0001-28 | **R$ 15.000,00** |
| **OBJETO** | DISPENSA DE LICITAÇÃO POR MENOR VALOR, PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE PROFISSIONAL TEMPORÁRIO SENDO INSTRUTOR DE FANFARRA, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA JUNTAMENTE A PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA-MT. | | |
| **PRAZO DE VIGÊNCIA** | 2 MESES – 16/08/2023 A 16/10/2023 | | |

Art. 2º - O Departamento de Compras/Setor de Tributos e CPL - Comissão Permanente de Licitações disponibilizará ao Fiscal designado, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 3º - Os documentos mencionados no art. 2º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem lançados na pasta compartilhada na rede denominada “Pública” e em pastas e subpastas específicas com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.

Art. 4º - Fica garantido aos Fiscais do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 16 de Agosto de 2023.

**RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM**

**Prefeito Municipal**

**ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES**
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 236/2023**

Aos 15 dias do mês de Agosto do ano de Dois Mil e Vinte e Três, o MUNICÍPIO DE CONFRESA, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua 13 de maio, nº 215, Centro, Confresa - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº 37.464. 716/0001-50, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. Ronio Condão Barros Milhomem, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado na Avenida Ayrton Senna da Silva, n° 133 – Centro, nesta cidade, portador da Carteira de Identidade RG n. 0875190-0 SSP-MT e inscrito no CPF sob o n. 535.561.191-53 a seguir denominada simplesmente ÓRGÃO GERENCIADOR, institui a presente Ata de Registro de Preços (ARP), decorrente da licitação **Processo Licitatório nº 152/2023** na modalidade **Pregão Eletrônico nº 030/2023 Homologado em 15/08/ 2023**, da Prefeitura Municipal de Confresa-MT, cujo objeto é **PREGÃO ELETRONICO REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS DE PERCUSSÃO PARA FANFARRA, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA DE CULTURA, JUNTO AO MUNICÍPIO DE CONFRESA - MT,** a qual se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, conforme o disposto no art. 15 da Lei nº 8.666/ 93, regulamentado pelo **Decreto Municipal nº 26 e 27/2009**, de 29 de Maio de 2009,**Decreto Municipal nº 128 e 248/2020 e, DECRETO 030/2021**, segundo as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o registro de preços referente a **PREGÃO ELETRONICO REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS DE PERCUSSÃO PARA FANFARRA, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA DE CULTURA, JUNTO AO MUNICÍPIO DE CONFRESA - MT. CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ÓRGÃOS INTEGRANTES**

Integra a presente ARP a PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA, localizada na Rua 13 de maio, nº 215, Centro, em Confresa - MT, na qualidade de **ÓRGÃO GERENCIADOR;**

**Parágrafo único** – qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal poderá solicitar a utilização da presente ARP, independentemente da participação ou não na licitação em epígrafe.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR**

O ÓRGÃO GERENCIADOR, através da Seção de Licitação e Contratos, obriga-se a:

a) gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, os nomes dos fornecedores, os preços, os quantitativos disponíveis e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;

b) convocar os particulares via fax, telefone ou e-mail, para assinatura da ARP e retirada da nota de empenho;

c) observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;

d) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades;

e) realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços;

f) consultar os fornecedores registrados (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecimento dos serviços a outros órgãos da Administração Pública que externem a intenção de utilizar a presente ARP;

g) comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente ARP;

h) coordenar a qualificação mínima dos respectivos gestores dos órgãos participantes;

i) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação, na presente ARP.

**CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE E NÃO PARTICIPANTE**

O ÓRGÃO PARTICIPANTE e o ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE, através de gestor próprio indicado, obrigam-se a:

a) tomar conhecimento da presente ARP, inclusive às respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma;

b) consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias à aquisição pretendida;

c) verificar a conformidade das condições registradas na presente ARP junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR, eventuais desvantagens verificadas;

d) encaminhar ao ÓRGÃO GERENCIADOR a respectiva nota de empenho;

e) enviar, no prazo máximo de **05 (cinco) dias** úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

f) acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas no edital da licitação e na presente ARP, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

**CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

O FORNECEDOR obriga-se a:

a) assinar a ARP, retirar a respectiva nota de empenho e assinar o contrato no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação, no que couber;

b) informar, no prazo máximo de 01 (um) dia, quanto à aceitação ou não do fornecimento a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente ARP;

c) realizar os serviços solicitados nos prazos estabelecidos e conforme autorização de fornecimento, conforme solicitado no edital;

d) realizar os serviços conforme especificações e preços registrados no presente ARP;

e) realizar os serviços solicitados no respectivo endereço do órgão participante ou não participante do presente ARP, sem nenhum ônus adicional ao Município de Confresa;

f) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas no presente ARP;

g) fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;

h) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura do presente ARP;

i) ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão gerenciador e participante e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas no presente ARP;

j) pagar, pontualmente, o fornecedor e cumprir com as obrigações fiscais, relativos aos materiais entregues, com base na presente ARP, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento.

**CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA**

A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de até um ano, a contar da data da sua assinatura, vigorando até o dia **15 de Agosto de 2024.**

**CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PREÇOS REGISTRADOS**

Os preços, as quantidades, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata encontram-se indicados nos quadros abaixo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório:

EMPRESA: **PEDRO G FERNANDES.**

CNPJ: 08.945.027/0001-69

END: PRAÇA TREZE DE MAIO, BAIRRO CENTRO

CIDADE: ESPÍRITO SANTO DO PINHAL-SP CEP: 13990-000

TELEFONE: (19) 3651-1040 / (19) 99957-3115/ (19) 99894-1469

E-MAIL: fabricadosom2@terra.com.br

REPRESENTANTE LEGAL: PEDRO GERALDO FERNANDES

RG: 18.023.758 CPF: 068.564.568-16

DADOS BANCÁRIOS: BANCO DO BRASIL N° 001 - AGÊNCIA: N° 0474-X – C/C: 22700-5.

ITEM: 03

Especificação - Valor Unitário - Quantidade

| ITEM | CÓD. SISTEMA | DESCRIÇÃO | QTD | UND | MARCA | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 03 | 11167 | BOMBO - DE MADEIRA, BRANCO, FUZILEIRO, 30CM DE ALTURA 22" | 4 | UND | QUIRINO 30X22 | R$ 360,00 | **R$ 1.440,00** |

**CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

O pagamento será efetuado em até **30 (trinta)** dias condicionado à prestação do serviço e apresentação da Nota Fiscal/Fatura. Para tanto, o FORNECEDOR deverá apresentar Nota Fiscal/Fatura à qual deverá ser atestada pelo setor de compras, ou outro servidor formalmente designado;

**Parágrafo primeiro** – o pagamento só se efetivará depois de confirmada a situação de regularidade fiscal para com a seguridade social (INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e com a Fazenda Federal através da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; com a Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa de débitos.

**Parágrafo segundo** – o pagamento será condicionado ao cumprimento das obrigações fixadas na presente ARP.

**CLÁUSULA NONA – DAS DOTAÇÕES**

**ORGÃO: 11 - SECRETÁRIA DE MUNICIPAL DE CULTURA**

**UNIDADE: 003 - SECRETÁRIA DE CULTURA**

**FUNÇÃO: 13 - CULTURA**

**SUBFUNÇÃO: 392 - DIFUSÃO CULTURAL**

**PROGRAMA: 0119 - FANFARRA MUNICIPAL**

**AÇÃO: 2107 - MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM A FANFARRA MUNICIPAL**

**REDUZIDO: 899 - MATERIAL DE CONSUMO**

**ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00.00**

**FONTE DE RECURSO: 1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS**

**ORGÃO: 11 - SECRETÁRIA DE MUNICIPAL DE CULTURA**

**UNIDADE: 003 - SECRETÁRIA DE CULTURA**

**FUNÇÃO: 13 - CULTURA**

**SUBFUNÇÃO: 392 - DIFUSÃO CULTURAL**

**PROGRAMA: 0119 - FANFARRA MUNICIPAL**

**AÇÃO: 2107 - MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM A FANFARRA MUNICIPAL**

**REDUZIDO: 902 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE**

**ELEMENTO DE DESPESA: 4.4.90.52.00.00**

FONTE DE RECURSO: 1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

**CLÁUSULA DÉCIMA – DA CONDIÇÃO ESPECÍFICA**

A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga o ÓRGÃO GERENCIADOR, nem o ÓRGÃO PARTICIPANTE, se for o caso, a firmar as futuras aquisições, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, em caso de igualdade de condições, a preferência.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DA PUBLICIDADE**

Os preços, os quantitativos, o fornecedor e as especificações resumidos do objeto, como também as possíveis alterações da presente ARP, serão publicadas no Diário Oficial do Município, na forma de extrato, em conformidade com o disposto no parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CRITERIO DE REAJUSTE**

Os reajustes solicitados em até **10% (dez por cento)** do valor inicialmente registrado não serão concedidos pela CONTRATANTE.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – POSSIBILIDADE DE SUPRESSÕES E/OU ACRESCIMOS.**

A empresa contratada obrigar-se-á a aceitar, nas mesmas condições estabelecidas no Edital/contrato, os acréscimos e/ou supressões que se fizerem necessários nos serviços, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial contratado atualizado, nos termos do art. 65, § 1º da Lei 8.666/1993.

As supressões e/ou acréscimos não poderão exceder os limites acima mencionados, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes, com fulcro no art. 65, § 2º, da Lei 8.666/1993. As supressões e/ou acréscimos referenciados serão considerados formalizados mediante assinatura de Termo de Aditamento Contratual.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR-**

O FORNECEDOR terá seu registro cancelado nos seguintes casos:

I – Por iniciativa da Administração, quando:

a) não cumprir as exigências do instrumento convocatório da licitação supracitada e as condições da presente ARP;

b) recusarem-se a retirar a nota de empenho no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;

c) der causa à rescisão administrativa decorrente desta ARP;

d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial relativa ao presente Registro de Preços;

e) não manutenção das condições de habilitação e compatibilidade;

f) não aceitar a redução dos preços registrados, nas hipóteses previstas na legislação;

g) em razões de interesse público, devidamente justificadas.

II – Por iniciativa do próprio FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar a impossibilidade de cumprimento das exigências insertas neste Registro de Preços, tendo em vista fato superveniente, aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução contratual;

**Parágrafo único** – o cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado do Prefeito Municipal, gestor do ÓRGÃO GERENCIADOR.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS PENALIDADES**

Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e do Município de CONFRESA /MT pelo prazo de até 05 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

Pela inexecução total ou parcial da ATA DE REGISTRO DE PREÇO ou pelo atraso injustificado na execução da ATA DE REGISTRO DE PREÇO sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no Art. 86 e Art. 87 da Lei nº. 8.666/93; a Administração poderá garantida a prévia defesa, aplicar ao Contratado as seguintes sanções:

**I** - Advertência;

**II** - Multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇO; neste caso a Contratante aplicará a MULTA CONTRATUAL correspondente a:

**a)** 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso no prazo de execução dos serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplida;

O atraso para efeito de cálculo, mencionado no item anterior será contado em dias corridos, a partir do 1º dia útil subsequente ao término do prazo ajustado em até 20 (vinte) dias;

**b)** 20% (vinte por cento) sobre o valor da Ordem de Serviço/Empenho, pelo descumprimento de qualquer clausula contratual exceto prazo de execução;

**c)**10% (dez por cento) sobre o valor constante da ATA DE REGISTRO DE PREÇO, pela inexecução total do objeto, sem prejuízo das outras sanções cabíveis;

**d)** A multa será descontada dos créditos constantes da Fatura, ou outra forma de cobrança Administrativa ou Judicial.

**III** - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

**IV -** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo do sansão aplicado com base no inciso anterior.

Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa previa do interessado e recurso dos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO**

A fiscalização da execução dos Serviços será exercida pelos servidores credenciados, nomeados mediante **Portaria Municipal n°205/2023**, independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do objeto que venha a ser determinado pelo FORNECEDOR, o seu exclusivo juízo:

| | FISCAL TITULAR | FISCAL SUPLENTE | GESTOR |
|---|---|---|---|
| CULTURA | DJALMA RORIZ MAEIRO DE SOUZA<br>CPF.: 023.742.401-00<br>MAT.: 13276 | JOSÉ ANTÔNIO DE CASTILHO<br>CPF.: 083.338.662-04<br>MAT.: 13699 | - |

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– DA DOCUMENTAÇÃO**

A presente Ata de Registro de Preços vincula-se às disposições contidas nos documentos a seguir especificados, cujos teores são conhecidos e acatados pelas partes:

a) Edital do **Pregão Eletrônico nº 030/2023** e anexos;

b) Proposta Comercial da FORNECEDORA.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO**

Para dirimir as questões decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, fica eleito o foro da Comarca de Porto Alegre do Norte-MT, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

_____

**RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM**

Prefeito Municipal

_____

**PEDRO G FERNANDES**

**CNPJ N° 08.945.027/0001-69**

Representante Legal: Pedro Geraldo Fernandes

CPF N° 068.564.568-16

**ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES**
**EXTRATO DO CONTRATO Nº 80/2023**

**PROCESSO LICITATÓRIO N° 174/2023**

**DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 054/2023**

**OBJETO:** DISPENSA DE LICITAÇÃO POR MENOR VALOR, PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE PROFISSIONAL TEMPORÁRIO SENDO INSTRUTOR DE FANFARRA, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE CULTURA JUNTAMENTE A PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA-MT.

**PRAZO DE VIGÊNCIA**: 2 MESES – 16/08/2023 A 16/10/2023.

**VALOR**: R$ 15.000,00 (Quinze Mil Reais).

**CONTRATANTE**: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA – MT, CNPJ n° 37.464.716/0001-50.

**CONTRATADA:** VERA LUCIA FONTOURA FEITOSA, CNPJ n° 29.538.762/0001-28.

**DATA**: CONFRESA, 16 DE AGOSTO DE 2023.

**FORO**: PORTO ALEGRE DO NORTE – MT.

**ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES**
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 234/2023**

Aos 15 dias do mês de Agosto do ano de Dois Mil e Vinte e Três, o MUNICÍPIO DE CONFRESA, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua 13 de maio, nº 215, Centro, Confresa - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº 37.464. 716/0001-50, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. Ronio Condão Barros Milhomem, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado na Avenida Ayrton Senna da Silva, n° 133 – Centro, nesta cidade, portador da Carteira de Identidade RG n. 0875190-0 SSP-MT e inscrito no CPF sob o n. 535.561.191-53 a seguir denominada simplesmente ÓRGÃO GERENCIADOR, institui a presente Ata de Registro de Preços (ARP), decorrente da licitação **Processo Licitatório nº 152/2023** na modalidade **Pregão Eletrônico nº 030/2023 Homologado em 15/08/ 2023**, da Prefeitura Municipal de Confresa-MT, cujo objeto é **PREGÃO ELETRONICO REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS DE PERCUSSÃO PARA FANFARRA, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA DE CULTURA, JUNTO AO MUNICÍPIO DE CONFRESA - MT,** a qual se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, conforme o disposto no art. 15 da Lei nº 8.666/ 93, regulamentado pelo **Decreto Municipal nº 26 e 27/2009**, de 29 de Maio de 2009,**Decreto Municipal nº 128 e 248/2020 e, DECRETO 030/2021**, segundo as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o registro de preços referente a **PREGÃO ELETRONICO REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS DE PERCUSSÃO PARA FANFARRA, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA DE CULTURA, JUNTO AO MUNICÍPIO DE CONFRESA - MT. CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ÓRGÃOS INTEGRANTES**

Integra a presente ARP a PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA, localizada na Rua 13 de maio, nº 215, Centro, em Confresa - MT, na qualidade de **ÓRGÃO GERENCIADOR;**

**Parágrafo único** – qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal poderá solicitar a utilização da presente ARP, independentemente da participação ou não na licitação em epígrafe.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR**

O ÓRGÃO GERENCIADOR, através da Seção de Licitação e Contratos, obriga-se a:

a) gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, os nomes dos fornecedores, os preços, os quantitativos disponíveis e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;

b) convocar os particulares via fax, telefone ou e-mail, para assinatura da ARP e retirada da nota de empenho;

c) observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;

d) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades;

e) realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços;

f) consultar os fornecedores registrados (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecimento dos serviços a outros órgãos da Administração Pública que externem a intenção de utilizar a presente ARP;

g) comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente ARP;

h) coordenar a qualificação mínima dos respectivos gestores dos órgãos participantes;

i) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação, na presente ARP.

**CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE E NÃO PARTICIPANTE**

O ÓRGÃO PARTICIPANTE e o ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE, através de gestor próprio indicado, obrigam-se a:

a) tomar conhecimento da presente ARP, inclusive às respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma;

b) consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias à aquisição pretendida;

c) verificar a conformidade das condições registradas na presente ARP junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR, eventuais desvantagens verificadas;

d) encaminhar ao ÓRGÃO GERENCIADOR a respectiva nota de empenho;

e) enviar, no prazo máximo de **05 (cinco) dias** úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

f) acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas no edital da licitação e na presente ARP, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

**CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

O FORNECEDOR obriga-se a:

a) assinar a ARP, retirar a respectiva nota de empenho e assinar o contrato no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação, no que couber;

b) informar, no prazo máximo de 01 (um) dia, quanto à aceitação ou não do fornecimento a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente ARP;

c) realizar os serviços solicitados nos prazos estabelecidos e conforme autorização de fornecimento, conforme solicitado no edital;

d) realizar os serviços conforme especificações e preços registrados no presente ARP;

e) realizar os serviços solicitados no respectivo endereço do órgão participante ou não participante do presente ARP, sem nenhum ônus adicional ao Município de Confresa;

f) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas no presente ARP;

g) fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;

h) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura do presente ARP;

i) ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão gerenciador e participante e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas no presente ARP;

j) pagar, pontualmente, o fornecedor e cumprir com as obrigações fiscais, relativos aos materiais entregues, com base na presente ARP, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento.

**CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA**

A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de até um ano, a contar da data da sua assinatura, vigorando até o dia **15 de Agosto de 2024.**

**CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PREÇOS REGISTRADOS**

Os preços, as quantidades, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata encontram-se indicados nos quadros abaixo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório:

EMPRESA: **RR LOPES EIRELI.**

CNPJ: 22.548.304/0001-20

END: RUA DAS VIOLETAS, 774, BAIRRO JARDIM CUIABÁ

CIDADE: CUIABÁ-MT CEP: 78043-142

TELEFONE: (65) 3359-5966 / (65) 99363-2000

E-MAIL: suprema_mt@hotmail.com

REPRESENTANTE LEGAL: ROSINALDO RAMOS LOPES

CPF: 432.814.271-20 DADOS BANCÁRIOS:BANCO: SICOOB AGÊNCIA: 4425 CONTA CORRENTE: 29.952-9.

ITENS: 4, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 12, 13 e 14.

Especificação - Valor Unitário - Quantidade

| ITEM | CÓD. SISTEMA | DESCRIÇÃO | QTD | UND | MARCA | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 9 | 9785 | PELE LEITOSA 20 | 50 | UND | LUEN | R$ 31,00 | R$ 1.550,00 |
| 12 | 16077 | SURDO - ACO INOX, MADEIRA, MEDIO, 14"X30CM | 4 | UND | LUEN LINHA BRASIL | R$ 229,00 | R$ 916,00 |
| 13 | 16078 | SURDO - EM DURALUMINIO, COR PRATEADA 14 POLEGADAS X 45 CM | 4 | UND | LUEN | R$ 195,00 | R$ 780,00 |
| 5 | 10989 | CAIXA REPIQUE 10X14 POLEGADAS | 8 | UND | LUEN LINHA BRASIL | R$ 149,00 | R$ 1.192,00 |
| 4 | 11168 | CAIXA DE GUERRA 15X14 POLEGADAS - CAIXA DE GUERRA 15X14 POLE | 8 | UND | LUEN BATUKA | R$ 156,00 | R$ 1.248,00 |
| 14 | 16079 | TALABARTE - NYLON, PARA BOMBO, PRETO/BRANCO | 100 | UND | LUEN | R$ 11,90 | R$ 1.190,00 |
| 6 | 11177 | ESTEIRA METALICA PARA BATERIA | 60 | UND | LUEN | R$ 19,00 | R$ 1.140,00 |
| 8 | 9787 | PELE LEITOSA 14 | 60 | UND | LUEN | R$ 12,80 | R$ 768,00 |
| 10 | 9786 | PELE LEITOSA 22 | 40 | UND | LUEN | R$ 34,90 | R$ 1.396,00 |
| 11 | 9788 | PELE RESPOSTA 14 | 60 | UND | LUEN | R$ 12,00 | R$ 720,00 |
| | | | | | | **VALOR TOTAL** | **R$ 10.900,00** |

**CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

O pagamento será efetuado em até **30 (trinta)** dias condicionado à prestação do serviço e apresentação da Nota Fiscal/Fatura. Para tanto, o FORNECEDOR deverá apresentar Nota Fiscal/Fatura à qual deverá ser atestada pelo setor de compras, ou outro servidor formalmente designado;

**Parágrafo primeiro** – o pagamento só se efetivará depois de confirmada a situação de regularidade fiscal para com a seguridade social (INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e com a Fazenda Federal através da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; com a Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa de débitos.

**Parágrafo segundo** – o pagamento será condicionado ao cumprimento das obrigações fixadas na presente ARP.

**CLÁUSULA NONA – DAS DOTAÇÕES**

**ORGÃO: 11 - SECRETÁRIA DE MUNICIPAL DE CULTURA**

**UNIDADE: 003 - SECRETÁRIA DE CULTURA**

**FUNÇÃO: 13 - CULTURA**

**SUBFUNÇÃO: 392 - DIFUSÃO CULTURAL**

**PROGRAMA: 0119 - FANFARRA MUNICIPAL**

**AÇÃO: 2107 - MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM A FANFARRA MUNICIPAL**

**REDUZIDO: 899 - MATERIAL DE CONSUMO**

**ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00.00**

**FONTE DE RECURSO: 1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS**

**ORGÃO: 11 - SECRETÁRIA DE MUNICIPAL DE CULTURA**

**UNIDADE: 003 - SECRETÁRIA DE CULTURA**

**FUNÇÃO: 13 - CULTURA**

**SUBFUNÇÃO: 392 - DIFUSÃO CULTURAL**

**PROGRAMA: 0119 - FANFARRA MUNICIPAL**

**AÇÃO: 2107 - MANUTENÇÃO/ENCARGOS COM A FANFARRA MUNICIPAL**

**REDUZIDO: 902 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE**

**ELEMENTO DE DESPESA: 4.4.90.52.00.00**

FONTE DE RECURSO: 1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

**CLÁUSULA DÉCIMA – DA CONDIÇÃO ESPECÍFICA**

A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga o ÓRGÃO GERENCIADOR, nem o ÓRGÃO PARTICIPANTE, se for o caso, a firmar as futuras aquisições, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, em caso de igualdade de condições, a preferência.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DA PUBLICIDADE**

Os preços, os quantitativos, o fornecedor e as especificações resumidos do objeto, como também as possíveis alterações da presente ARP, serão publicadas no Diário Oficial do Município, na forma de extrato, em conformidade com o disposto no parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CRITERIO DE REAJUSTE**

Os reajustes solicitados em até **10% (dez por cento)** do valor inicialmente registrado não serão concedidos pela CONTRATANTE.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – POSSIBILIDADE DE SUPRESSÕES E/OU ACRESCIMOS.**

A empresa contratada obrigar-se-á a aceitar, nas mesmas condições estabelecidas no Edital/contrato, os acréscimos e/ou supressões que se fizerem necessários nos serviços, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial contratado atualizado, nos termos do art. 65, § 1º da Lei 8.666/1993.

As supressões e/ou acréscimos não poderão exceder os limites acima mencionados, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes, com fulcro no art. 65, § 2º, da Lei 8.666/1993. As supressões e/ou acréscimos referenciados serão considerados formalizados mediante assinatura de Termo de Aditamento Contratual.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR-**

O FORNECEDOR terá seu registro cancelado nos seguintes casos:

I – Por iniciativa da Administração, quando:

a) não cumprir as exigências do instrumento convocatório da licitação supracitada e as condições da presente ARP;

b) recusarem-se a retirar a nota de empenho no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;

c) der causa à rescisão administrativa decorrente desta ARP;

d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial relativa ao presente Registro de Preços;

e) não manutenção das condições de habilitação e compatibilidade;

f) não aceitar a redução dos preços registrados, nas hipóteses previstas na legislação;

g) em razões de interesse público, devidamente justificadas.

II – Por iniciativa do próprio FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar a impossibilidade de cumprimento das exigências insertas neste Registro de Preços, tendo em vista fato superveniente, aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução contratual;

**Parágrafo único** – o cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado do Prefeito Municipal, gestor do ÓRGÃO GERENCIADOR.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS PENALIDADES**

Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e do Município de CONFRESA /MT pelo prazo de até 05 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

Pela inexecução total ou parcial da ATA DE REGISTRO DE PREÇO ou pelo atraso injustificado na execução da ATA DE REGISTRO DE PREÇO sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no Art. 86 e Art. 87 da Lei nº. 8.666/93; a Administração poderá garantida a prévia defesa, aplicar ao Contratado as seguintes sanções:

**I** - Advertência;

**II** - Multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇO; neste caso a Contratante aplicará a MULTA CONTRATUAL correspondente a:

**a)** 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso no prazo de execução dos serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplida;

O atraso para efeito de cálculo, mencionado no item anterior será contado em dias corridos, a partir do 1º dia útil subsequente ao término do prazo ajustado em até 20 (vinte) dias;

**b)** 20% (vinte por cento) sobre o valor da Ordem de Serviço/Empenho, pelo descumprimento de qualquer clausula contratual exceto prazo de execução;

**c)**10% (dez por cento) sobre o valor constante da ATA DE REGISTRO DE PREÇO, pela inexecução total do objeto, sem prejuízo das outras sanções cabíveis;

**d)** A multa será descontada dos créditos constantes da Fatura, ou outra forma de cobrança Administrativa ou Judicial.

**III** - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

**IV -** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo do sansão aplicado com base no inciso anterior.

Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa previa do interessado e recurso dos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO**

A fiscalização da execução dos Serviços será exercida pelos servidores credenciados, nomeados mediante **Portaria Municipal n°205/2023**, independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do objeto que venha a ser determinado pelo FORNECEDOR, o seu exclusivo juízo:

| | FISCAL TITULAR | FISCAL SUPLENTE | GESTOR |
|---|---|---|---|
| CULTURA | DJALMA RORIZ MAEIRO DE SOUZA<br>CPF.: 023.742.401-00<br>MAT.: 13276 | JOSÉ ANTÔNIO DE CASTILHO<br>CPF.: 083.338.662-04<br>MAT.: 13699 | - |

**CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA– DA DOCUMENTAÇÃO**

A presente Ata de Registro de Preços vincula-se às disposições contidas nos documentos a seguir especificados, cujos teores são conhecidos e acatados pelas partes:

a) Edital do **Pregão Eletrônico nº 030/2023** e anexos;

b) Proposta Comercial da FORNECEDORA.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO**

Para dirimir as questões decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, fica eleito o foro da Comarca de Porto Alegre do Norte-MT, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

_____

**RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM**

Prefeito Municipal

_____

**RR LOPES EIRELI.**

**CNPJ N° 22.548.304/0001-20**

Representante Legal: Rosinaldo Ramos Lopes

CPF N° 432.814.271-20

**ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES**
**RESULTADO DE JULGAMENTO Nº002/2023- PROCESSO LICITATÓRIO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO – Nº 010/2023Nº 150/2023**

**RESULTADO DE JULGAMENTO Nº002/2023- INEXIGIBILIDADE Nº010/2023**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 150/2023**

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO – Nº 010/2023**

**CHAMAMENTO PUBLICO PARA CREDENCIAMENTO**

**OBJETO: CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA SERVIÇOS DE CASA DE APOIO EM CUIABÁ - MT, INCLUINDO HOSPEDAGEM, ALIMENTAÇÃO E TRANSPORTE PARA PACIENTES E ACOMPANHANTES FORA DO DOMICILIO, INCLUINDO 03 (TRÊS) REFEIÇÕES DIÁRIAS, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CONFRESA/MT**

A Prefeitura Municipal de CONFRESA- MT, leva ao conhecimento dos interessados o julgamento dos documentos de habilitação, referente ao Credenciamento na forma de **Inexigibilidade de Licitação nº 010/2023**, cre-

denciamento de pessoas jurídicas para atender demandas da Secretaria Municipal de Saúde de CONFRESA-MT durante o período de 12 meses, após a convocação. No dia 11/08/2023 as 09:00h (Nove) horas a Comissão Permanente de Licitação instituída pela portaria 008 de 09 de Janeiro de 2023, reuniram-se na Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de CONFRESA, na Sala de Licitação à Rua 13 de Maio , Nº215 Centro , com o objetivo de julgar as documentações recebidas das empresas interessadas no Credenciamento . Após análise detalhada de todas as exigências do edital, a Comissão de Licitação, DECIDE HABILITAR os participantes, conforme segue, sendo Credenciados:

| Empresas Credenciadas | CNPJ: |
|---|---|
| 03- CENTRO DE ESTUDO E ASSISTENCIA A FAMILIA-CASA DE APOIO VIDA CUIABA | 12.868.120/0002-75 |

Concluído os trabalhos do Julgamento nº002/2023, o presidente da CPL, determina a publicação do presente resultado no site oficial do Município , no Diário Oficial dos Municípios-(AMM), Diário Oficial de Contas - ( DOC-TCE-MT.) para ciência dos interessados.

Confresa-MT, 11 de AGOSTO de 2023.

**CEZAR QUEIROZ DA SILVA**

**Presidente Comissão de Licitação**

**PORTARIA Nº 008/2023**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D`OESTE

**SDS/UNIDADE DESCENTRALIZADA DE MEIO AMBIENTE**
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D´OESTE - MT**
**SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO UNIDADE DESCENTRALIZADA DE MEIO AMBIENTE**

| ***AUTORIZAÇÃO*** | |
|---|---|
| **AUTORIZAÇÃO N°: 01**/2023 | **VÁLIDA ATÉ: 10**/10/2023 |
| **PROCESSO N°: 984/2023** | **DATA DE PROTOCOLO**: 04/08/2023 |
| A **SECRETARIA DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO – SDS**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela a Lei n° 497/2016 e Lei nº 548/2019 que dispõe sobre a Política Municipal de Gestão e Proteção Ambiental do Município de Conquista D Oeste, MT, e a Resolução CONSEMA 41/2021, concede a presente Licença. | |
| **DENOMINAÇÃO DA PROPRIEDADE OU EMPREENDIMENTO:**<br>Associação das Revendas de Produtos Agropecuários de Pontes e Lacerda - ARPAL | |
| **ATIVIDADE LICENCIADA:**<br>POSTO DE RECEBIMENTO DE EMBALAGENS VAZIAS DE AGROTÓXICOS E AFINS, VAZIAS OU CONTENDO RESIDUOS POS CONSUMO. | |
| **LOCALIZAÇÃO:**<br>Parque de Exposição Olair Simão BR 174<br>Conquista D' Oeste – MT – CEP: 78.254 - 000<br>Coordenadas geográficas: Lat -14°32'52.25"S **e Long:**59°32'25.73" W. | |
| **NOME / RAZÃO SOCIAL DO INTERESSADO:**<br>Associação das Revendas de Produtos Agropecuários de Pontes e Lacerda - ARPAL<br>**CNPJ/CPF:** 08.887.125/0001-97 | |
| **ATIVIDADE PRINCIPAL:**<br>Atividade associativa não especificadas anteriormente | |
| **RESTRIÇÕES:**<br>As contidas no Processo de Licenciamento e na Legislação em Vigor. É obrigatório a manutenção do parecer técnico no local da atividade licenciada juntamente com a autorização, bem como a comprovação do cumprimento das condicionantes e solicitações existentes, caso haja. | |
| **DOCUMENTOS ANEXOS E CONDIÇÕES GERAIS DE VALIDADE DESTA LICENÇA:**<br>- Conforme Parecer Técnico de autorização n°: 063/SDS/2023 | |
| **LOCAL E DATA**<br>Conquista D' Oeste – MT<br>16/08/2023 | Secretaria Desenvolvimento Sustentado<br>Marlene Aparecida da Silva<br>Secretario/SDS<br>Analista Ambiental<br>Eliane Aparecida de Freitas<br>Portaria: 146/2018<br>Matricula: 274 |

**Obs.: Esta Autorização Ambiental deve ser afixada em local de fácil acesso e visualização.**

## CONTRATOS
## EXTRATO DO CONTRATO N.º 072/2023-PMCO/MT

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 745/2022

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 022/2022

PREGÃO PRESENCIAL N.º 018/2022

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS, ELETRODOMÉSTICOS E MOBILIÁRIOS EM GERAL.

BASE LEGAL: Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE/MT. – CNPJ n.º 04.219.688/0001-56.

CONTRATADA: VALLE COMÉRCIO DE MÁQUINAS INDUSTRIAIS EIRELI - CNPJ n.º 35.656.327/0001-09.

VIGÊNCIA: Início em 18/08/2023 e encerramento em 31/12/2023.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - CÓD. REDUZIDOS: 42, 67, 119, 128, 160, 484 e 551.

VALOR CONTRATADO: R$ 36.150,00 (trinta e seis mil e cento e cinquenta reais).

FISCALIZAÇÃO: ELVIO ALVES DA SILVA, matrícula n.º 502.

ASSINATURA: 15 de agosto de 2023.

ASSINAM: MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO – PREFEITA MUNICIPAL DE CONQUISTA D'OESTE/MT E VALLE COMÉRCIO DE MÁQUINAS INDUSTRIAIS EIRELI, DAILCA DALIA DOS SANTOS.

## CONTRATOS
## EXTRATO DO CONTRATO N.º 074/2023-PMCO/MT

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 745/2022

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 024/2022

PREGÃO PRESENCIAL N.º 018/2022

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS, ELETRODOMÉSTICOS E MOBILIÁRIOS EM GERAL.

BASE LEGAL: Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE/MT. – CNPJ n.º 04.219.688/0001-56.

CONTRATADA: OLMIR IORIS & CIA LTDA - CNPJ n.º 70.429.956/0001-99.

VIGÊNCIA: Início em 18/08/2023 e encerramento em 31/12/2023.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - CÓD. REDUZIDOS: 128, 160, 484 e 551.

VALOR CONTRATADO: R$ 35.028,00 (trinta e cinco mil e vinte e oito reais).

FISCALIZAÇÃO: ELVIO ALVES DA SILVA, matrícula n.º 502.

ASSINATURA: 15 de agosto de 2023.

ASSINAM: MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO – PREFEITA MUNICIPAL DE CONQUISTA D'OESTE/MT E OLMIR IORIS & CIA LTDA, OLMIR IORIS.

## CONTRATOS
## EXTRATO DO CONTRATO N.º 073/2023-PMCO/MT

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 745/2022

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 023/2022

PREGÃO PRESENCIAL N.º 018/2022

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS, ELETRODOMÉSTICOS E MOBILIÁRIOS EM GERAL.

BASE LEGAL: Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE/MT. – CNPJ n.º 04.219.688/0001-56.

CONTRATADA: JH CORREA COMERCIO DE PRODUTOS ELETROELETRONICOS E PAPELARIA LTDA - CNPJ n.º 05.083.549/0001-00.

VIGÊNCIA: Início em 18/08/2023 e encerramento em 31/12/2023.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - CÓD. REDUZIDOS: 42, 119, 128, 160 e 484.

VALOR CONTRATADO: R$ 42.730,00 (quarenta e dois mil e setecentos e trinta reais).

FISCALIZAÇÃO: ELVIO ALVES DA SILVA, matrícula n.º 502.

ASSINATURA: 15 de agosto de 2023.

ASSINAM: MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO – PREFEITA MUNICIPAL DE CONQUISTA D'OESTE/MT E JH CORREA COMERCIO DE PRODUTOS ELETROELETRONICOS E PAPELARIA LTDA, LUIZ CARLOS MACHADO.

**PORTARIA/DECRETO**
**PORTARIA N.º 142/2023**

**PORTARIA N.º 142/2023**

***"DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM VIAS PÚBLICAS, NA RUA DAS MARGARIDAS, RUA MAGNÓLIA, RUAS DOS TARUMÃS, RUA JASMIM, RUA DOS HIBISCOS, RUA A, RUA DAS FIGUEIRAS, RUA C, RUA JACARANDÁ, NO MUNICÍPIO DE CONQUISTA D' OESTE-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"*.**

**Maria Lúcia de Oliveira Porto**, Prefeita Municipal de Conquista D' Oeste/MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas em lei,

**RESOLVE:**

**ARTIGO 1°.** Por meio desta Portaria, através do Setor de Engenharia do Município de CONQUISTA D' OESTE/MT, tornar público a APROVAÇÃO DO PROJETO DE **PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM VIAS PÚBLICAS, NA RUA DAS MARGARIDAS, RUA MAGNÓLIA, RUAS DOS TARUMÃS, RUA JASMIM, RUA DOS HIBISCOS, RUA A, RUA DAS FIGUEIRAS, RUA C, RUA JACARANDÁ, NO MUNICÍPIO DE CONQUISTA D' OESTE-MT**, **COM 18.796,90M²,** conforme discriminação abaixo:

| EXPEDIENTE | OBJETO | RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO |
|---|---|---|
| APROVAÇÃO DO PROJETO | **PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM VIAS PÚBLICAS, NA RUA DAS MARGARIDAS, RUA MAGNÓLIA, RUAS DOS TARUMÃS, RUA JASMIM, RUA DOS HIBISCOS, RUA A, RUA DAS FIGUEIRAS, RUA C, RUA JACARANDÁ, NO MUNICÍPIO DE CONQUISTA D' OESTE-MT**, **COM 18.796,90M²** | EMPRESA: SERPRA SERVIÇOS, PROJETOS E ASSESSORIA LTDA. ENGENHEIRO CIVIL: LUIS FELIPE C. B. LIMA CREA: 121.523.583-6 |

PROFISSIONAL RESPONSÁVEL PELA APROVAÇÃO:

Engº Emerson Rodrigues

Responsável Técnico – Engenheiro Civil

CREA MT – nº 1211677036

**ARTIGO 2°.** Declaramos que o projeto foi elaborado, analisado e aprovado dentro das Leis Federais e Estaduais, NBR's, Orientações Técnicas e Instrução de Serviços vigentes seguidas pela Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística – SINFRA, respeitando ainda todos os Acórdãos do Tribunal de Contas do Estado.

**ARTIGO 3°** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Conquista D'Oeste /MT, 16 de agosto de 2023.

**MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO**

Prefeita Municipal

**ENGº EMERSON RODRIGUES**

Engenheiro Civil

CREA 1211677036

## PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

**PORTARIA N.º 161/2023.**

Designa Servidores, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU-MT, VALDIVINO MENDES DOS SANTOS, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pelo art. 81, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º DESIGNAR, a Senhora, ELIZETE SKURA, inscrita no CPF/MF sob o n.º ***.876.841-** como responsável pela operacionalização do Sistema de Nascidos Vivos – SINASC, pela operacionalização do Sistema de Mortalidade – SIM e pela investigação de óbitos do Sistema de Mortalidade, sem remuneração pelo referido exercício.

Art. 2.º DESIGNAR, as Senhoras, ROZANA ALVES DE ARAÚJO, inscrita no CPF/MF sob o n.º ***.891.061-**, REGIANE DIAS BATISTA, inscrita no CPF/MF sob o n.º ***.647.731-**, VANESSA DE SOUZA CARVALHO, inscrita no CPF/MF sob o n.º ***.809.561-** como suplentes na operacionalização do Sistema de Nascidos Vivos – SINASC, pela operacionalização do Sistema de Mortalidade – SIM e pela investigação de óbitos do Sistema de Mortalidade, sem remuneração pelo referido exercício.

Art. 3.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 18/05/2023.

Art. 4.º DETERMINO, em consequência da retificação da Súmula e do Art. 1.º, a republicação da presente Portaria.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 16 de agosto de 2023.

Publique-se.

Notifique-se.

Cumpra-se.

VALDIVINO MENDES DOS SANTOS

Prefeito Municipal

REGISTRADO e PUBLICADO por afixação na data supra no local de costume.

**EXTRATO DO SETIMO TERMO DE ADITAMENTO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 050/2022.**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇO 050/2022**;

**PROCESSO LICITATÓRIO:** Pregão Eletrônico n.º 028/2022;

**OBJETO:** Revisão de Preços do item 117 – CETOCONAZOL - CONCENTRACAO/DOSAGEM 20 MG/G, FORMA FARMACEUTICA CREME, FORMA DE APRESENTACAO BISNAGA, VIA DE ADMINISTRACAO TOPICA Cetoconazol creme;

**CONTRATADA:** CIRÚRGICA ASSIS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA;

**FUNDAMENTO LEGAL DA DECISÃO:** art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, c/c art. 65, inciso II, alínea "d", da Lei Federal n.º 8.666/93, nas disposições do Decreto Federal nº 7.892/13 e no art. 13, do Decreto Municipal n.º 796/2013;

**RESUMO DA PARTE DISPOSITIVA:** Constitui objeto do presente Setimo Termo de Aditamento a Ata de Registro de Preço n.º 050/2022, a Revisão de Preços do item 117 – CETOCONAZOL - CONCENTRACAO/DOSAGEM 20 MG/G, FORMA FARMACEUTICA CREME, FORMA DE APRESENTACAO BISNAGA, VIA DE ADMINISTRACAO TOPICA Cetoconazol creme, com a majoração do valor do item, passando o valor do item registrado de R$ 1,99 (um real e noventa e nove centavos) para R$ 3,49 (três reais e quarenta e nove centavos).

**Cotriguaçu-MT, 16 de agosto de 2023.**

**VALDIVINO MENDES DOS SANTOS**

**Prefeito Municipal**

**DESPACHO DO SECRETÁRIA**

Processo Administrativo n.º 008/2023;

Requerimento Administrativo;

Ata de Registro de Preços n.º 050/2022;

Pregão Eletrônico n.º 028/2022;

REQUERENTE: CIRÚRGICA ASSIS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA;

INTERESSADA: Administração Pública Municipal;

**OBJETO: Revisão de Ata de Registro de Preços;**

**NORMA APLICÁVEL: Decreto Municipal n.º 796/2013.**

**Vistos etc.**

Trata-se de Requerimento Administrativo protocolado pela empresa, CIRÚRGICA ASSIS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n.° 39.610.184/0001-47, na data do dia 04 de julho de 2023, que, em síntese, pleiteia a Revisão do item 117 – CETOCONAZOL 30MG da Ata de Registro de Preços n.º 050/2022, oriunda do Pregão Eletrônico n.º 028/2022, em face de suposto aumento de preço dos produtos registrado em Ata que, em tese, se equilibrou o ajuste inicialmente pactuado com Poder Executivo Municipal.

De início observa-se que o procedimento de Revisão de Ata de Registro de Preço, no âmbito local, foi disciplinado segundo o art. 13, do Decreto Municipal n.º 796/2013, obedecidas as disposições contidas no art. 65, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 (Lei de Licitações Públicas).

Ademais, os autos estão devidamente instruídos com Relatório do Fiscal de Contratos e Certidão de pesquisa de mercado com a utilização prioritária do Sistema Radar do TCE-MT (portal de contratações públicas).

Por sua vez, o Advogado do Município exarou Parecer Jurídico, opinando pela possibilidade da Revisão de Ata de Registro de Preços, desde que observado as disposições do art. 13, § 3.º, do Decreto Municipal n.º 796/2013, conjuntamente com as disposições do art. 65, inciso II, alínea “d” da Lei Federal n.º 8.666/1993, devendo ainda realizar a verificação dos preços praticados no mercado para fins da aplicação do reequilíbrio, pois, o preço a ser revisado não poderá ser superior ao praticado no mercado.

Informado e devidamente instruído os autos vieram conclusos para despacho sobre a procedência ou não do Requerimento de Revisão da Ata de Registro de Preços.

É sucinto o relatório.

Passo a analisar o mérito do Requerimento.

Inicialmente, observo que o item da Ata de Registro de Preços n.º 050/2022, objeto de revisão, trata-se de medicamento essencial e de uso continuado pela Secretaria Municipal de Saúde, e, em homenagem ao princípio da economia procedimental, levando em conta a urgência que a presente questão requer, recebo o Requerimento Administrativo protocolado pela empresa Requerente como Revisão de Ata, conforme previsto na legislação vigente.

Em síntese, a Revisão nada mais é que o próprio reequilíbrio econômico-financeiro, baseado na Teoria da Imprevisão, que exige, para sua ocorrência, a comprovação real da ocorrência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado. Aliás, para a revisão da Ata de Registro de Preços deverá ser observado os mesmos fundamentos e metodologias adotados para a revisão de Contrato Administrativo, quer seja, mantendo-se a equação inicial (percentual de lucro bruto ofertado pelo Fornecedor Registrado no ensejo da sessão de abertura do Pregão).

No presente caso, ficou comprovado a ocorrência da elevação do preço de mercado do item 117 – CETOCONAZOL 30MG da Ata de Registro de Preços, superveniente a realização do certame licitatório, referência ao custo de aquisição, elemento econômico e jurídico suficiente para o processamento da presente revisão da Ata de Registro de Preços n.º 050/2022, com fundamento constitucional e legal, no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, no art. 65, inciso II, alínea “d”, da Lei Federal n.º 8.666/93, nas disposições do Decreto Federal nº 7.892/13 e no art. 13, do Decreto Municipal n.º 796/2013.

Importante deixar frisado, que assim como a Administração Pública Municipal, com base em comando constitucional e no art. 65, inciso II, alínea “d”, da Lei Federal n.º 8.666/93, tem o dever de assegurar o equilíbrio econômico-financeiro durante toda a vigência dos seus ajustes, para os casos de ocorrências de fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, as partes que ajustam com a Municipalidade também tem o dever/obrigação de cumprir no referido período já citado, todas as obrigações contraídas no ensejo da realização dos certame licitatório públicos, observadas as mesmas condições ofertadas.

Desta forma, deverá para fins de revisão da Ata de Registro de Preços n.º 050/2022 ser demonstrada a equação inicial do ajuste, com cálculo em percentual e em valor, em relação a sua equação atual (data do protocolo do Requerimento de Revisão ou aproximada, também com cálculo em percentual e em valor).

No que tange a equação inicial do ajuste, quer seja, o percentual do lucro bruto ofertado pelo Fornecedor Registrado no momento de certame licitatório percentual aferido entre o custo da aquisição do Fornecedor (NF n.º 029.700, datada de 28.07.2022) e o valor do registro do preço proposto na data de 08.09.22), constata-se o seguinte percentual de lucro bruto:

| | EQUAÇÃO INICIAL | | |
|---|---|---|---|
| Descrição | Valor do custo na data da proposta | Valor Proposto (Registrado) | Percentual do Lucro Bruto Proposto |
| **ITEM 117 – CETOCONAZOL – CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 20MG/G, FORMA FARMACEUTICA CREME, FORMA DE APRESENTAÇÃO BISNAGA, VIA DE ADMINISTRAÇÃO TOPICA CETOCONAZOL CREME** | R$ 1,60 | R$ 1,99 | 24,38% |

Neste diapasão, como se observa, o Fornecedor Registrado obrigou-se perante a Administração Municipal, no momento do certame licitatório a fornecer o produto com um percentual de lucro bruto de 24,38% (vinte e quatro virgula trinta e oito por centavo), sobre o valor que pagava para os seus fornecedores, motivo pelo qual referido percentual, para efeitos de equilíbrio financeiro e econômico do ajuste, deve ser mantido enquanto perdurar a vigência da Ata de Registro de Preços n.º 050/2022.

Por outro lado, demonstrou o Fornecedor Registrado, mediante a Nota Fiscal n.º 035.927, datada de 28.04.2023, que o custo do produto sofreu uma elevação no seu preço de mercado, passando de R$ 1,60 (hum real e sessenta centavos) para R$ 2,81 (dois reais e oitenta e um centavos), motivo pelo qual a revisão da Ata poderá ser elevada ao valor médio registrado para o importe de até R$ 3,49 (três reais e quarenta e nove centavos).

Assim, tendo em vista o preço médio praticado no mercado, bem como os valores para revisão constante no requerimento, o do item 117 – CETOCONAZOL - 3mg/g, deverá ser alterado para o valor de R$ 2,62 (dois reais e sessenta e dois centavos), conforme o pedido feito no requerimento. Vejamos no quadro abaixo:

| | EQUAÇÃO ATUAL | | | |
|---|---|---|---|---|
| Descrição | Valor do custo na data da Revisão | Percentual de Lucro Bruto Proposto | Valor limite da revisão | Valor requerido pelo fornecedor |
| **ITEM 117 – CETOCONAZOL – CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 20MG/G, FORMA FARMACEUTICA CREME, FORMA DE APRESENTAÇÃO BISNAGA, VIA DE ADMINISTRAÇÃO TOPICA CETOCONAZOL CREME** | R$ 2,81 | 24,38% | R$ 3,49 | R$ 3,51 |

Por outro lado, compulsando os autos, verifico que foi realizado pelo Departamento de Licitações e Contratos da Municipalidade uma análise no preço de mercado do produto da Ata de Registro de Preços n.º 050/2022, em questão, restando comprovado a elevação do referido preço, motivo pelo qual a Nota Fiscal carreada aos autos pelo Fornecedor Registrado pode ser acatada como documento comprobatório, no presente caso.

Outrossim, também antevejo informação da Secretaria Municipal de Finanças, dando conta da existência de dotação orçamentária para a cobertura da despesa que se realizará com a presente revisão da Ata, em cumprimento do disposto no art. 16, da Lei Complementar Federal n.º 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Enfim, importante deixar frisado, que assim como a Administração Pública Municipal, com base em comando constitucional e no art. 65, inciso II, alínea “d”, da Lei Federal n.º 8.666/93, tem o dever de assegurar o equilíbrio econômico-financeiro durante toda a vigência dos seus ajustes, para os casos de ocorrências de fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, as partes que ajustam com a Municipalidade também tem o dever/obrigação de cumprir no referido período já citado, todas as obrigações contraídas no ensejo da realização dos certame licitatório públicos, observadas as mesmas condições ofertadas.

Em conclusão, satisfeitas às condições legais exigidas, entendo que a Ata de Registro de Preços n.º 050/2022, deve ser revistas em conformidade com os fundamentos na presente peça exposto, de forma que seja assegurado o equilíbrio econômico-financeiro da referida Ata, ressalvando que a revisão a ser concedida não ampara o preço dos produtos, materiais, insumos e/ou serviços já solicitados e requisitados pela Administração Municipal, em momento anterior ao protocolo do Requerimento de revisão da Ata de Registro de Preços

ANTE O EXPOSTO, com base nos fundamentos de fato e de direito registrados nas linhas acima, no Parecer Jurídico do Advogado do Município e no mais que constam dos autos, DECIDO pelo DEFERIMENTO, do pedido constante no Requerimento Administrativo protocolado pela empresa, CIRÚRGICA ASSIS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n.° 39.610.184/0001-47, no sentido de conceder a revisão do preço do item 117 – Cetoconazol 3mg/ml registrado na Ata de Registro de Preços n.º 050/2022, celebrada com a Municipalidade, alterando o valor registrado do item 117 de R$ 1,99 (hum real e noventa e nove centavos) para R$ 3,49 (três reais e quarenta e nove centavos), cuja referida revisão deverá ser efetivada através de Termo de Aditamento a Ata de Registro de Preços.

OBSERVO, que a presente revisão não ampara o preço dos produtos, materiais, insumos e/ou serviços já solicitados e requisitados pela Administração Municipal, em momento anterior ao protocolo do Requerimento de revisão da Ata de Registro de Preços n.º 050/2022.

Ademais, a presente decisão fica estendida a eventuais contratos provenientes da Ata de Registro de Preço n.º 050/2022.

DETERMINO, a responsável pelo Departamento Central de Licitações e Contratos que:

a) providencie, via *e-mail*, a notificação da empresa, CIRÚRGICA ASSIS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n.° 39.610.184/0001-47, na pessoa do seu Representante Legal, com cópia do inteiro teor do presente Despacho Administrativo, consignando que do mesmo cabe Recurso ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no prazo de 05 (cinco) dias;

b) o prazo recursal sem a interposição de Recurso, em igual prazo, fica convocado o Fornecedor Registrado a firmar o Termo de Aditamento a Ata de Registro de Preços n.º 050/2022 com a Municipalidade ou, querendo, em obediência aos princípios do contraditório e a da ampla defesa, manifestar-se no sentido da impossibilidade da celebração; e,

c) providencie a publicação do presente Despacho Administrativo no Diário de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE-MT, ou noutro adotado pela Municipalidade.

Por fim, no caso da não interposição de recurso e da negativa do Fornecedor Registrado em firmar o Termo de Aditamento, com ou sem manifestação no prazo concedido, voltem concluso os autos para a determinação de outras providências necessárias posteriormente, dentre elas, eventual cancelamento da Ata com a aplicação das penalidades cabíveis.

Cotriguaçu-MT, 09 de agosto de 2023.

Publique-se.

Notifique-se.

Cumpra-se.

VALDETE VERONEZ FRANÇA DA SILVA

Secretária Municipal de Administração

Poder Executivo – Cotriguaçu-MT

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ

### RESULTADO FINAL

**TOMADA DE PREÇOS N° 004/2023/PMC – 1ª REPUBLICAÇÃO**

O MUNICÍPIO DE CUIABÁ, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS - SMOP, por meio da Comissão Permanente de Licitação, designada pela Portaria SMGE nº 360/2023, divulgada no Diário Gazeta Municipal de Cuiabá no dia 07 de março de 2023**, torna público para conhecimento dos interessados, o RESULTADO FINAL da licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS N° 004/2023/PMC – 1ª REPUBLICAÇÃO**, processo administrativo nº 029.339/2023, que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA **IMPLANTAÇÃO DE TRAVESSIA SUBTERRÂNEA – TUNNEL LINER**, NA AVENIDA BEIRA RIO, BAIRRO SÃO MATEUS, NO MUNICÍPIO DE CUIABÁ.

| LICITANTE | CNPJ | VALOR |
|---|---|---|
| **CONSÓRCIO: MOP - CONSTRUÇÕES, CONSULTORIA E PROJETOS LTDA e LUMEN S/A CONSTRUTORA E INCORPORADORA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL** | **39.675.935/0001-03** | **R$1.428.364,52** |
| **VALOR POR EXTENSO:** (hum milhão, quatrocentos e vinte oito mil, trezentos e sessenta e quatro reais e cinquenta e dois centavos). | | |

Cuiabá/MT, 16 de agosto de 2023.

**Luciana Carla Pirani Nascimento**

**Presidente Da Comissão Permanente De Licitação**

**Agmar Divino Lara De Siqueira**

**Secretário Adjunto Especial De Licitações E Contratos**

### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

**TOMADA DE PREÇOS N° 004/2023/PMC – 1ª REPUBLICAÇÃO**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS - SMOP, no uso de suas atribuições e com fulcro no inciso VI do art. 43 da Lei 8.666/93, **HOMOLOGA e ADJUDICA** a empresa abaixo, referente a **TOMADA DE PREÇOS N° 004/2023/PMC – 1ª REPUBLICAÇÃO**, processo administrativo nº 029.339/2023, que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA **IMPLANTAÇÃO DE TRAVESSIA SUBTERRÂNEA – TUNNEL LINER**, NA AVENIDA BEIRA RIO, BAIRRO SÃO MATEUS, NO MUNICÍPIO DE CUIABÁ**.**

| LICITANTE | CNPJ | VALOR |
|---|---|---|
| **CONSÓRCIO: MOP - CONSTRUÇÕES, CONSULTORIA E PROJETOS LTDA e LUMEN S/A CONSTRUTORA E INCORPORADORA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL** | **39.675.935/0001-03** | **R$1.428.364,52** |
| **VALOR POR EXTENSO:** (hum milhão, quatrocentos e vinte oito mil, trezentos e sessenta e quatro reais e cinquenta e dois centavos). | | |

Cuiabá/MT, 16 de agosto de 2023.

**JOSÉ ROBERTO STOPA**

**SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS**

**AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 026/2023/PMC**

**A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS - SMOP** neste ato representada pela Pregoeira designada através da Portaria SMGE nº 361/2023 torna público, para conhecimento dos interessados a **SUSPENSÃO** da licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 026/2023/PMC,** processo administrativo nº 047.961/2023, que tem por objeto ***"FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE CLIMATIZAÇÃO DE TETO E PAREDE E VENTILADORES A SECO, EM ATENDIMENTO DO CONVÊNIO Nº 836149/SUDECO – REVITALIZAÇÃO DO MERCADO VAREJISTA DO PORTO – ANTÔNIO MOISÉS NADAF – 2ª ETAPA, CONFORME EDITAL E ANEXOS"*** para adequação das especificações, conforme solicitação da SMOP.

A nova data para reabertura do certame será divulgada oportunamente.

**CONTATO**: Secretaria Adjunta Especial de Licitações e Contratos/Secretaria Municipal de Gestão – SAELC/SMGe, Tel. (65) 3645-6156 E-mail: licitacoes@cuiaba.mt.gov.br, de Segunda a Sexta-feira, das 08:00 as 18:00 horas (Cuiabá-MT).

Cuiabá, 16 de agosto de 2023.

Carlene de Paula Silva

**Pregoeira**

*Visto:*

Agmar Divino Lara de Siqueira

**Secretário Adjunto Especial de Licitações e Contratos**

**AVISO DE RESULTADO FINAL, ADJUDICAÇÃO E TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO/SRP Nº. 018/2023/PMC – 2ª REPUBLICAÇÃO**

A **SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA - SEMOB**, neste ato representada pela Pregoeira **designada pela Portaria SMGE nº 361/2023**, divulgada no Diário Gazeta Municipal de Cuiabá no dia 07 de março de 2023, torna público para conhecimento dos interessados o **RESULTADO FINAL E ADJUDICAÇÃO** da licitação na modalidade **Pregão Eletrônico/SRP nº. 018/2023/PMC – 2ª Republicação**, processo administrativo nº 008.242/2022, que tem como objeto o "*REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA* ***PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA*** *PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA DE CUIABÁ – SEMOB, CONFORME AS PREVISÕES, EXIGÊNCIAS E ESPECIFICAÇÕES DESCRITAS NO TERMO DE REFERÊNCIA".*

Carlene de Paula Silva

**Pregoeira**

*De acordo*:

Agmar Divino Lara de Siqueira

**Secretário Adjunto Especial de Licitações e Contratos**

Neste ato, também, o Secretário da **SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA - SEMOB**, no uso de suas atribuições **HOMOLOGA**, nos termos do artigo 4º, XXII, da Lei Federal nº 10.520/2002, conforme se apresenta abaixo:

| EMPRESA | CNPJ | VALOR TOTAL |
|---|---|---|
| **LAVORO COMERCIO E PRESTADORA DE SERV EM MAO DE OBRA LTDA ME** | **12.029.446/0001-28** | **R$ 3.940.627,08** |

Cuiabá/MT, 16 de agosto de 2023.

**Juares Silveira Samaniego**

Secretário Municipal de Mobilidade Urbana

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA

**RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA MUNICIPAL 196/2023**

***DECLARA, EXPRESSAMENTE A REVOGAÇÃO DAS PORTARIAS QUE ESPECIFICA 375/2022 E 421/2022 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.***

**JADILSON ALVES DE SOUZA** - Prefeito Municipal de Curvelândia-MT, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas em Lei,

**RESOLVE,**

**Art. 1º** - Fica expressamente revogadas as Portarias Municipais adiante arroladas:

I - Portaria n° 375/2022 de 08 de novembro de 2022 que designa Alessandro Longhi, matricula funcional n° 1857, como responsável pelo Posto dos Correios.

II – Portaria 421/2022 que designa Alessandro Longhi, matricula funcional n° 1857, como responsável técnico dos Correios.

**Art. 2 °** O servidor acima mencionado, permanecerá na mesma lotação Secretaria de Administração e Planejamento/Correios, exercendo a função de Agente Administrativo conforme seu cargo efetivo.

**Art. 3º** - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**Registre-se, Publique-se e Cumpra-se**.

Curvelândia-MT, 16 de agosto de 2023.

_____

**JADILSON ALVES DE SOUZA**

Prefeito Municipal

**RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA MUNICIPAL Nº 195/2023**

"DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO PROJETO DE **OBRA CIVIL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA AVENIDA BRASIL, NO MUNICÍPIO DE CURVELÂNDIA/MT**, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

**JADILSON ALVES DE SOUZA** - Prefeito Municipal de Curvelândia-MT, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas em Lei,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Por meio desta Portaria, através do Setor de Engenharia do Município de Curvelândia/MT, tornar público a APROVAÇÃO DO PROJETO

de **Construção de Obra Civil de Iluminação Pública da Avenida Brasil, no Município de Curvelândia/MT**, conforme abaixo:

| EXPEDIENTE | OBJETO | RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO | RESPONSAVEL PELA APROVAÇÃO |
|---|---|---|---|
| Aprovação de Projeto | Obra Civil de Iluminação Pública da Avenida Brasil, no Município de Curvelândia/MT | Luiz Gonzaga Castro Santos Filho Engenheiro Civil CREA/ RNP:1214525687 | Pedro Emilio de Moraes Batista Engenheiro Civil CREA/MT: 53301 |

**Art. 2º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrária.

**Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.**

Curvelândia - MT, 14 de agosto de 2023.

_____

**JADILSON ALVES DE SOUZA**

Prefeito Municipal

## PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

**GABINETE DO PREFEITO**
**DECRETO Nº 110/2023**

**DECRETO Nº 110/2023**

**DE TERÇA-FEIRA, 4 DE JULHO DE 2023**

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL LOUREIRO NETO, Prefeito(a)

Municipal de DIAMANTINO, Estado de MATO GROSSO, no uso de suas atribuições

legais, especialmente a Lei Municipal

n.º 1516/2022, e em consonância com a Lei Federal 4320/64.

**D E C R E T A:**

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da Prefeitura Municipal de

DIAMANTINO - MT, abre CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, até o montante de R$ 900.113,00 (NOVECENTOS MIL

E CENTO E TREZE REAIS), nas dotações orçamentárias:

| | | |
|---|---|---|
| **02** | **GABINETE DO PREFEITO** | |
| **Cód. Reduzido** | **309** | |
| 001.04.122. 0002.20144 | MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO GABINETE | |
| 15000000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3390300000 | MATERIAL DE CONSUMO | 8. 000,00 |
| **Cód. Reduzido** | **310** | |
| 001.04.122. 0002.20144 | MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO GABINETE | |
| 15000000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3390330000 | PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO | 15. 000,00 |
| | **SUBTOTAL** | **23. 000,00** |
| **03** | **SECRETARIAMUNICIPALDE AGRICULTURA** | |
| **Cód. Reduzido** | **337** | |
| 001.20.122. 0002.20169 | MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICU | |
| 15000000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3390390000 | OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA | 130. 000,00 |
| | **SUBTOTAL** | **130. 000,00** |
| **04** | **SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS PÚBLICAS** | |
| **Cód. Reduzido** | **130** | |
| 001.15.122. 0002.20164 | MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAE | |
| 15000000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3390390000 | OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA | 222. 250,00 |
| **Cód. Reduzido** | **857** | |
| 001.15.451. 0100.10448 | IMPLANTAÇÃO, PAVIMENTAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE VIAS URBANAS | |
| 17540000000 | RECURSOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO | |
| 4490510000 | OBRAS E INSTALAÇÕES | 3. 772,00 |
| **Cód. Reduzido** | **150** | |
| 001.16.482. 0012.10456 | IMPLEMENTAÇÃO E APOIO A INICIATIVAS DIRECIONADAS À AMPLIA | |

17010000000 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES DOS ESTADOS

4490510000 OBRAS E INSTALAÇÕES 34.000,00

**SUBTOTAL 260.022,00 05 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO Cód. Reduzido 541**

001.12.122.0002.20166 MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCA

15001001000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 15.000,00

**Cód. Reduzido 825**

001.12.361.0105.20227 REFORMA E MANUTENÇÃO DAS UNIDADES ESCOLARES.

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

4490300000 MATERIAL DE CONSUMO 110.000,00

**Cód. Reduzido 555**

001.12.361.0106.20207 MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES ESCOLAR.

15001001000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA 310.731,00

**SUBTOTAL 435.731,00 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE Cód. Reduzido 696**

001.10.302.0122.20290 MANUTENÇÃO DA UNIDADE DESCENTRALIZADA DE REABILITAÇÃO -

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

3190130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 3.000,00

**SUBTOTAL 3.000,00 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, TRABALHO E CID Cód. Reduzido 518**

002.08.244.0104.20177 MANUTENÇÃO E EXECUÇÃO DO CADASTRO ÚNICO E PROGRAMA AU

16600000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA 9.690,00

**SUBTOTAL 9.690,00**

**09SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

**Cód. Reduzido 407**

001.04.122.0117.10455 MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 8.670,00

**SUBTOTAL 8.670,00**

**10 SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA**

**Cód. Reduzido 258**

001.04.123.0117.10453 APOIO E IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE CONSCIENTIZAÇÃO F

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3390310000 PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORT 10.000,00

**SUBTOTAL 10.000,00**

**13 SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E CIDADE**

**Cód. Reduzido 271**

001.04.122.0002.20171 MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA SECRETARIA MUNICIPA

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA 20.000,00

**SUBTOTAL 20.000,00**

**TOTAL 900.113,00**

Art. 2º - O valor transposto e remanejado pelo artigo anterior, será coberto com a redução das seguintes dotações orçamentárias:

| | | |
|---|---|---|
| **02** | **GABINETE DO PREFEITO** | |
| **Cód. Reduzido** | **311** | |
| 001.04.122.0002.20144 | MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO GABINETE | |
| 15000000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3390390000 | OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA | 33.000,00 |
| | **SUBTOTAL** | **33.000,00** |
| **03** | **SECRETARIAMUNICIPALDE AGRICULTURA** | |
| **Cód. Reduzido** | **346** | |
| 001.18.542.0109.20237 | RECOLHIMENTO DE EMBALAGENS VAZIAS DE AGROTÓXICOS UTILIZ | |
| 15000000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3390390000 | OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA | 3.000,00 |
| **Cód. Reduzido** | **338** | |
| 001.20.122.0002.20169 | MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICU | |
| 15000000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 4490520000 | EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | 50.000,00 |
| **Cód. Reduzido** | **324** | |
| 001.20.602.0110.10439 | IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE INSPEÇÃO MUNICIPAL - SIM | |
| 15010000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS | |
| 3390390000 | OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA | 7.000,00 |
| **Cód. Reduzido** | **341** | |
| 001.20.602.0110.20239 | FOMENTO E INCENTIVO À AGRICULTURA, PISCICULTURA, AVICULTU | |
| 15000000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 4490520000 | EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | 65.000,00 |
| **Cód. Reduzido** | **123** | |
| 001.20.605.0110.20241 | MANUTENÇÃO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E DIVULGAÇÃO DE PESQU | |
| 15000000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3390300000 | MATERIAL DE CONSUMO | 4.000,00 |
| **Cód. Reduzido** | **344** | |
| 001.20.605.0110.20241 | MANUTENÇÃO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E DIVULGAÇÃO DE PESQU | |
| 15000000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3390320000 | MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA | 4.000,00 |
| **Cód. Reduzido** | **345** | |
| 001.20.605.0110.20241 | MANUTENÇÃO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E DIVULGAÇÃO DE PESQU | |
| 15000000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3390390000 | OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA | 19.000,00 |
| | **SUBTOTAL** | **152.000,00** |
| **04** | **SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS PÚBLICAS** | |
| **Cód. Reduzido** | **813** | |
| 001.15.451.0100.10448 | IMPLANTAÇÃO, PAVIMENTAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE VIAS URBANAS | |
| 15000000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3390300000 | MATERIAL DE CONSUMO | 3.772,00 |
| **Cód. Reduzido** | **135** | |
| 001.15.451.0100.10448 | IMPLANTAÇÃO, PAVIMENTAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE VIAS URBANAS | |
| 15000000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 4490510000 | OBRAS E INSTALAÇÕES | 227.250,00 |
| **Cód. Reduzido** | **359** | |
| 001.15.451.0100.10448 | IMPLANTAÇÃO, PAVIMENTAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE VIAS URBANAS | |

17010000000 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES DOS ESTADOS

4490510000 OBRAS E INSTALAÇÕES 79.000,00

**SUBTOTAL 310.022,00 05 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO Cód. Reduzido 859**

001.12.361.0105.10434 CONSTRUÇÃO DE UNIDADES ESCOLARES.

15001001000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO

4490510000 OBRAS E INSTALAÇÕES 15.000,00

**Cód. Reduzido 164**

001.12.361.0106.20207 MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES ESCOLAR.

15001001000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 198.500,00

**Cód. Reduzido 19**

001.12.366.0106.20209 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O EJA.

15001001000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 6.000,00

**Cód. Reduzido 557**

001.12.366.0106.20209 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O EJA.

15001001000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA 6.231,00

**SUBTOTAL 225.731,00 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE Cód. Reduzido 702**

001.10.302.0122.20290 MANUTENÇÃO DA UNIDADE DESCENTRALIZADA DE REABILITAÇÃO -

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

3390360000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 3.000,00

**SUBTOTAL 3.000,00 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, TRABALHO E CID Cód. Reduzido 222**

002.08.244.0104.20176 APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DO SUAS

16600000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 5.000,00

**Cód. Reduzido 223**

002.08.244.0104.20177 MANUTENÇÃO E EXECUÇÃO DO CADASTRO ÚNICO E PROGRAMA AU

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 4.690,00

**SUBTOTAL 9.690,00**

| | | |
|---|---|---|
| **09** | **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO** | |
| **Cód. Reduzido** | **408** | |
| 001.04.122.0002.20138 | GESTÃO DE AQUISIÇÕES, PATRIMÔNIO E DOCUMENTOS | |
| 15000000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3390390000 | OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA | 7.260,00 |
| **Cód. Reduzido** | **413** | |
| 001.04.122.0002.20163 | MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMIN | |
| 15000000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3390360000 | OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA | 1.410,00 |
| | **SUBTOTAL** | **8.670,00** |
| **10** | **SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA** | |
| **Cód. Reduzido** | **257** | |
| 001.04.122.0002.20165 | MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA SECRETARIA MUNICIPA | |
| 15000000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3390390000 | OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA | 20.000,00 |
| **Cód. Reduzido** | **426** | |
| 001.04.123.0117.10453 | APOIO E IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE CONSCIENTIZAÇÃO F | |
| 15000000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3390390000 | OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA | 10.000,00 |
| **Cód. Reduzido** | **265** | |
| 001.28.843.0113.20261 | REGULARIZAÇÃO DE DÉBITOS FISCAIS COM A UNIÃO - INSS | |
| 15000000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 4690710000 | PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO | 70.050,00 |
| | **SUBTOTAL** | **100.050,00** |
| **12** | **SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO** | |
| **Cód. Reduzido** | **452** | |
| 001.13.392.0124.20317 | MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA FUNDAÇÃO CULTURAL | |
| 15000000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3390390000 | OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA | 5.400,00 |
| **Cód. Reduzido** | **275** | |
| 002.23.695.0116.20306 | PROMOÇÃO DA ATIVIDADE TURÍSTICA | |
| 15000000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3390300000 | MATERIAL DE CONSUMO | 7.700,00 |
| **Cód. Reduzido** | **276** | |
| 002.23.695.0116.20307 | IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DA CENTRAL DE ATENDIMENTO AO | |
| 15000000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3390300000 | MATERIAL DE CONSUMO | 9.950,00 |
| **Cód. Reduzido** | **448** | |
| 002.23.695.0116.20307 | IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DA CENTRAL DE ATENDIMENTO AO | |
| 15000000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3390320000 | MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA | 9.950,00 |
| | **SUBTOTAL** | **33.000,00** |
| **13** | **SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E CIDADE** | |
| **Cód. Reduzido** | **475** | |
| 001.18.541.0109.10486 | PROMOÇÃO DE AÇÕES DE CONSCIÊNCIA AMBIENTAL | |

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA 24.950,00

**SUBTOTAL 24.950,00**

**TOTAL 900.113,00**

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação em local de costume, revogadas as disposições em contrário:

**GABINETE DO PREFEITO(A) DIAMANTINO - MT.**

**AOS QUATRO DIAS DO MÊS DE JULHO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS.**

Registrada nesta Secretaria e publicada por afixação no lugar público de costume na data supra.

## GABINETE DO PREFEITO
## DECRETO Nº 121/2023

**DECRETO Nº 121/2023**

**DE SEGUNDA-FEIRA, 31 DE JULHO DE 2023**

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Manoel Loureiro Neto, Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, especialmente a Lei Municipal n.º 1.561/2023, e em consonância com a Lei Federal 4.320/1964.

**D E C R E T A:**

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da Prefeitura Municipal de DIAMANTINO - MT, CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, até o montante de R$ 1.739.660,00 (UM MILHAO E SETECENTOS E TRINTA E

NOVE MIL E SEISCENTOS E SESSENTA REAIS), nas dotações orçamentárias:

| | | |
|---|---|---|
| **01** | **CAMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO** | |
| **Cód. Reduzido** | **33** | |
| 001.01.031.0001.10491 | REVITALIZAÇÃO, AMPLIAÇÃO E CONSTRUÇÃO DA SEDE DO PODER LEGISLATIVO | |
| 15000000000 | RECURSOS ORDINÁRIOS | |
| 4490510000 | OBRAS E INSTALAÇÕES | 1.739.660,00 |
| | **SUBTOTAL** | **1.739.660,00** |
| | **TOTAL** | **1.739.660,00** |

Art. 2º - O valor transposto e remanejado pelo artigo anterior, será coberto com a redução das seguintes dotações orçamentárias:

| | | |
|---|---|---|
| **01** | **CAMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO** | |
| **Cód. Reduzido** | **9** | |
| 001.01.031.0001.10001 | REVITALIZAR A SEDE DO LEGISLATIVO | |
| 15000000000 | RECURSOS ORDINÁRIOS | |
| 3390300000 | MATERIAL DE CONSUMO | 150.000,00 |
| **Cód. Reduzido** | **10** | |
| 001.01.031.0001.10001 | REVITALIZAR A SEDE DO LEGISLATIVO | |
| 15000000000 | RECURSOS ORDINÁRIOS | |
| 3390390000 | OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA | 50.000,00 |
| **Cód. Reduzido** | **1** | |
| 001.01.031.0001.10001 | REVITALIZAR A SEDE DO LEGISLATIVO | |
| 15000000000 | RECURSOS ORDINÁRIOS | |
| 4490510000 | OBRAS E INSTALAÇÕES | 350.000,00 |

| | | |
|---|---|---|
| **Cód. Reduzido** | **2** | |
| 001.01.031.0001.10002 | AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS | |
| 15000000000 | RECURSOS ORDINÁRIOS | |
| 4490520000 | EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | 350.000,00 |

| | | | |
|---|---|---|---|
| **Cód. Reduzido** | **11** | | |
| 001.01.031.0001.10003 | AQUISIÇÃO E MELHORIA DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMAN | | |
| 15000000000 | RECURSOS ORDINÁRIOS | | |
| 3390400000 | SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO | | 5.000,00 |
| **Cód. Reduzido** | **13** | | |
| 001.01.031.0001.10003 | AQUISIÇÃO E MELHORIA DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMAN | | |
| 15000000000 | RECURSOS ORDINÁRIOS | | |
| 4490300000 | MATERIAL DE CONSUMO | | 5.000,00 |
| **Cód. Reduzido** | **12** | | |
| 001.01.031.0001.10003 | AQUISIÇÃO E MELHORIA DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMAN | | |
| 15000000000 | RECURSOS ORDINÁRIOS | | |
| 4490390000 | OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA | | 5.000,00 |
| **Cód. Reduzido** | **3** | | |
| 001.01.031.0001.10003 | AQUISIÇÃO E MELHORIA DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMAN | | |
| 15000000000 | RECURSOS ORDINÁRIOS | | |
| 4490520000 | EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | | 174.660,00 |
| | **SUBTOTAL** | **1.089.660,00** | |

| | | |
|---|---|---|
| **02** | **GABINETE DO PREFEITO** | |
| **Cód. Reduzido** | **321** | |
| 001.28.031.0113.99998 | PROVISÃO PARA EMENDAS PARLAMENTARES IMPOSITIVAS | |
| 15000000000 | RECURSOS ORDINÁRIOS | |
| 3390430000 | SUBVENÇÕES SOCIAIS | 170.000,00 |
| **Cód. Reduzido** | **320** | |
| 001.28.031.0113.99998 | PROVISÃO PARA EMENDAS PARLAMENTARES IMPOSITIVAS | |
| 15000000000 | RECURSOS ORDINÁRIOS | |
| 4490510000 | OBRAS E INSTALAÇÕES | 480.000,00 |
| | **SUBTOTAL** | **650.000,00** |

| | |
|---|---|
| **TOTAL** | **1.739.660,00** |

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação em local de costume, revogadas as disposições em contrário:

**GABINETE DO PREFEITO DIAMANTINO - MT.**

**AOS TRINTA E UM DIAS DO MÊS DE JULHO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS.**

**Manoel Loureiro Neto Prefeito Municipal de Diamantino - MT**

**GABINETE DO PREFEITO**
**DECRETO Nº 120/2023**

**DECRETO Nº 120/2023**

**DE SEGUNDA-FEIRA, 31 DE JULHO DE 2023**

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL LOUREIRO NETO, Prefeito(a) Municipal de DIAMANTINO, Estado de MATO GROSSO, no uso de suas atribuições

legais, especialmente a Lei Municipal

n.º 1560/2023, e em consonância com a Lei Federal 4320/64.

**D E C R E T A:**

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da Prefeitura Municipal de

DIAMANTINO - MT, abre CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, até o montante de R$ 1.928.000,00 (UM MILHAO E

NOVECENTOS E VINTE E OITO MIL REAIS), nas dotações orçamentárias:

**03 SECRETARIAMUNICIPALDE AGRICULTURA**

**Cód. Reduzido 953**

001.20.605.0111.10440 CONSTRUÇÃO E REESTRUTURAÇÃO DA FEIRA MUNICIPAL

17010000000 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES DOS ESTADOS

4490510000 OBRAS E INSTALAÇÕES 1.928.000,00

**SUBTOTAL 1.928.000,00**

**TOTAL 1.928.000,00**

Art. 2º - O valor transposto e remanejado pelo artigo anterior, será coberto com a redução das seguintes dotações orçamentárias:

**04 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS PÚBLICAS**

**Cód. Reduzido 359**

001.15.451.0100.10448 IMPLANTAÇÃO, PAVIMENTAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE VIAS URBANAS

17010000000 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES DOS ESTADOS

4490510000 OBRAS E INSTALAÇÕES 228.000,00

**Cód. Reduzido 387**

001.15.451.0100.10479 REFORMA E AMPLIAÇÃO DO AEROPORTO MUNICIPAL JOSÉ CAPELET

17010000000 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES DOS ESTADOS

4490510000 OBRAS E INSTALAÇÕES 1.700.000,00

**SUBTOTAL 1.928.000,00**

**TOTAL 1.928.000,00**

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação em local de costume, revogadas as disposições em contrário:

**GABINETE DO PREFEITO(A) DIAMANTINO - MT.**

**AOS TRINTA E UM DIAS DO MÊS DE JULHO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS.**

Registrada nesta Secretaria e publicada por afixação no lugar público de costume na data supra.

**GABINETE DO PREFEITO**
**DECRETO Nº 117/2023**

**DECRETO Nº 117/2023**

**DE QUARTA-FEIRA, 19 DE JULHO DE 2023**

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL LOUREIRO NETO, Prefeito(a)

Municipal de DIAMANTINO, Estado de MATO GROSSO, no uso de suas atribuições

legais, especialmente a Lei Municipal

n.º 1516/2022, e em consonância com a Lei Federal 4320/64.

**D E C R E T A:**

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da Prefeitura Municipal de

DIAMANTINO - MT, abre CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, até o montante de R$ 1.803.820,00 (UM MILHAO E

OITOCENTOS E TRES MIL E OITOCENTOS E VINTE REAIS), nas dotações orçamentárias:

| | | |
|---|---|---|
| **03** | **SECRETARIAMUNICIPALDE AGRICULTURA** | |
| **Cód. Reduzido** | **332** | |
| 001.20.122.0002.20145 | PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS DA SECRETARIA DE AGRICULTURA | |
| 15000000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3190130000 | OBRIGAÇÕES PATRONAIS | 60.000,00 |
| | **SUBTOTAL** | **60.000,00** |
| **05** | **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO** | |
| **Cód. Reduzido** | **955** | |
| 001.12.361.0106.20215 | REMUNERAÇÃO DE SERVIDORES MUNICIPAIS E ENCARGOS SOCIAIS | |
| 15001001000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO | |
| 3190040000 | CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO | 440.320,00 |
| **Cód. Reduzido** | **562** | |
| 001.12.361.0106.20215 | REMUNERAÇÃO DE SERVIDORES MUNICIPAIS E ENCARGOS SOCIAIS | |
| 15001001000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO | |
| 3190130000 | OBRIGAÇÕES PATRONAIS | 2.500,00 |
| **Cód. Reduzido** | **171** | |
| 002.12.361.0106.20218 | REMUNERAÇÃO DE SERVIDORES MUNICIPAIS E ENCARGOS SOCIAIS | |

15400000000 TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS

3190040000 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO 166.000,00

**SUBTOTAL 608.820,00**

**06 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

**Cód. Reduzido 590**

001.10.122.0121.20275 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

3190130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 79.900,00

**Cód. Reduzido 285**

001.10.301.0120.20285 MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA DE AGENTES C

| | | |
|---|---|---|
| 15001002000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE | |
| 3190040000 | CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO | 57.000,00 |
| **Cód. Reduzido** | **643** | |
| 001.10.301.0120.20285 | MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA DE AGENTES C | |
| 16040000600 | TRANSFERÊNCIAS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL DESTINADAS | AO VENCIMENTO DO |
| 3190110000 | VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS ¿ PESSOAL CIVIL | 29.600,00 |
| **Cód. Reduzido** | **645** | |
| 001.10.301.0120.20285 | MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA DE AGENTES C | |
| 15001002000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE | |
| 3190130000 | OBRIGAÇÕES PATRONAIS | 57.500,00 |
| **Cód. Reduzido** | **653** | |
| 001.10.301.0120.20286 | MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍL | |
| 15001002000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE | |
| 3190040000 | CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO | 198.800,00 |
| **Cód. Reduzido** | **655** | |
| 001.10.301.0120.20286 | MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍL | |

16210000600 TRANSFERÊNCIAS FAF DE RECURSOS DO SUS GOVERNO ESTADUAL - ATENÇÃO BASICA

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS ¿ PESSOAL CIVIL 350.000,00

**Cód. Reduzido 656**

001.10.301.0120.20286 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍL

16000000600 TRANSFERÊNCIAS FAF DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO ATENÇÃO BÁ

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS ¿ PESSOAL CIVIL 139.800,00

**Cód. Reduzido 696**

001.10.302.0122.20290 MANUTENÇÃO DA UNIDADE DESCENTRALIZADA DE REABILITAÇÃO -

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

3190130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 14.100,00

**Cód. Reduzido 744**

001.10.302.0122.20294 MANUTENÇÃO DO LABORATÓRIO MUNICIPAL

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS ¿ PESSOAL CIVIL 9.400,00

**Cód. Reduzido 760**

001.10.303.0119.20297 MANUTENÇÃO FARMÁCIA BÁSICA MUNICIPAL

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS ¿ PESSOAL CIVIL 38.700,00

**Cód. Reduzido 761**

001.10.303.0119.20297 MANUTENÇÃO FARMÁCIA BÁSICA MUNICIPAL

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

3190130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 10.000,00

**Cód. Reduzido 61**

001.10.305.0123.20299 MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA, AMBIENTAL E DO

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

3190040000 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO 5.700,00

**Cód. Reduzido 778**

001.10.305.0123.20299 MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA, AMBIENTAL E DO

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

| | | |
|---|---|---|
| 3190130000 | OBRIGAÇÕES PATRONAIS | 4.500,00 |
| | **SUBTOTAL** | **995.000,00** |
| **09** | **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO** | |
| **Cód. Reduzido** | **840** | |
| 001.04.301.0002.20316 | BENEFÍCIOS LEGAIS AOS SERVIDORES MUNICIPAIS | |
| 15000000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3390080000 | OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR OU DO MI | 140.000,00 |
| | **SUBTOTAL** | **140.000,00** |
| | **TOTAL** | **1.803.820,00** |

| | | |
|---|---|---|
| **03** | **SECRETARIAMUNICIPALDE AGRICULTURA** | |
| **Cód. Reduzido** | **338** | |
| 001.20.122.0002.20169 | MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICU | |
| 15000000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 4490520000 | EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | 20.000,00 |
| **Cód. Reduzido** | **809** | |
| 001.20.602.0110.20239 | FOMENTO E INCENTIVO À AGRICULTURA, PISCICULTURA, AVICULTU | |
| 17000000000 4490520000 | OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU INSTRUMENTOS CONGÊN EQUIPAMENTOS E MA-TERIAL PERMANENTE | ERES DA UN 60.000,00 |
| **Cód. Reduzido** | **136** | |
| 001.20.608.0111.20244 | FOMENTO AO ASSOCIATIVISMO E AO COOPERATIVISMO | |
| 15010000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS | |
| 3390300000 | MATERIAL DE CONSUMO | 5.000,00 |
| **Cód. Reduzido** | **348** | |
| 001.20.608.0111.20244 | FOMENTO AO ASSOCIATIVISMO E AO COOPERATIVISMO | |
| 15010000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS | |
| 3390390000 | OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA | 5.000,00 |
| | **SUBTOTAL** | **90.000,00** |
| **05** | **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO** | |
| **Cód. Reduzido** | **170** | |

Art. 2º - O valor transposto e remanejado pelo artigo anterior, será coberto com a redução das seguintes dotações orçamentárias:

IÃO

002.12.361.0106.20217 REMUNERAÇÃO DE SERVIDORES MUNICIPAIS E ENCARGOS SOCIAIS

15401070000 TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS - APLICAÇÃO N

3190040000 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO 440.320,00

**Cód. Reduzido 570**

002.12.365.0106.20221 REMUNERAÇÃO DE SERVIDORES MUNICIPAIS E ENCARGOS SOCIAIS

15401070000 TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS - APLICAÇÃO N

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS ¿ PESSOAL CIVIL 132.000,00

**SUBTOTAL 572.320,00**

**06 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

**Cód. Reduzido 619**

001.10.301.0120.10466 IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DO PROJETO OLHO VIVO

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA 15.000,00

**Cód. Reduzido 625**

001.10.301.0120.20284 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE BUCAL

16210000600 TRANSFERÊNCIAS FAF DE RECURSOS DO SUS GOVERNO ESTADUAL - ATENÇÃO BASICA

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS ¿ PESSOAL CIVIL 110.400,00

**Cód. Reduzido 631**

001.10.301.0120.20284 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE BUCAL

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

3390140000 DIÁRIAS - CIVIL 10.000,00

**Cód. Reduzido 644**

001.10.301.0120.20285 MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA DE AGENTES C

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS ¿ PESSOAL CIVIL 50.000,00

**Cód. Reduzido 657**

001.10.301.0120.20286 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍL

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS ¿ PESSOAL CIVIL 100.000,00

**Cód. Reduzido 661**

001.10.301.0120.20286 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍL

16000000600 TRANSFERÊNCIAS FAF DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO ATENÇÃO BÁ

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 40.000,00

**Cód. Reduzido 810**

001.10.302.0122.10477 CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADE DE MEDIA E ALTA COMPL

16310000000 TRANSFERÊNCIAS DO GOVERNO FEDERAL REFERENTES A CONVÊNIOS E CONGÊNERES VINCU

4490510000 OBRAS E INSTALAÇÕES 150.000,00

**Cód. Reduzido 49**

001.10.302.0122.20289 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

3190040000 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO 49.950,00

**Cód. Reduzido 2**

001.10.302.0122.20289 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

16000000604 TRANSFERÊNCIAS FAF DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BL. ATENÇÃO DE MÉ

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS ¿ PESSOAL CIVIL 56.450,00

**Cód. Reduzido 684**

001.10.302.0122.20289 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS ¿ PESSOAL CIVIL 100.000,00

**Cód. Reduzido 705**

001.10.302.0122.20291 MANUTENÇÃO DO CENTRO DE APOIO PSICOSSOCIAL - CAPS

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS ¿ PESSOAL CIVIL 60.000,00

**Cód. Reduzido 713**

001.10.302.0122.20291 MANUTENÇÃO DO CENTRO DE APOIO PSICOSSOCIAL - CAPS

16000000604 TRANSFERÊNCIAS FAF DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BL. ATENÇÃO DE MÉ

3390360000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 9.900,00

**Cód. Reduzido 52**

| | | |
|---|---|---|
| 001.10.302.0122.20292 | MANUTENÇÃO DO PRONTO ATENDIMENTO | |
| 15001002000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE | |
| 3190040000 | CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO | 49.950,00 |
| **Cód. Reduzido** | **725** | |
| 001.10.302.0122.20292 | MANUTENÇÃO DO PRONTO ATENDIMENTO | |
| 15001002000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE | |
| 3390300000 | MATERIAL DE CONSUMO | 80.000,00 |
| **Cód. Reduzido** | **757** | |
| 001.10.302.0122.20296 | MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS HOSPITALAR E AMBUL. DE MÉDIA E A | |

16000000604 TRANSFERÊNCIAS FAF DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BL. ATENÇÃO DE MÉ

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA 90.000,00

**Cód. Reduzido 758**

001.10.302.0122.20296 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS HOSPITALAR E AMBUL. DE MÉDIA E A

16210000604 TRANSFERÊNCIAS FAF DE RECURSOS DO SUS GOVERNO ESTADUAL - MAC

| | | |
|---|---|---|
| 3390390000 | OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA | 110.050,00 |
| | **SUBTOTAL** | **1.081.700,00** |
| **07** | **SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, TRABALHO E CID** | |
| **Cód. Reduzido** | **817** | |
| 001.08.242.0104.20318 | MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENT | |
| 15000000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3390320000 | MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA | 9.950,00 |
| **Cód. Reduzido** | **483** | |
| 001.08.244.0104.10427 | REALIZAÇÃO DE EVENTOS DE CONFERÊNCIAS MUNICIPAIS DE ASSI | |

16600000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA 9.950,00

**Cód. Reduzido 485**

001.08.244.0104.10428 REALIZAÇÃO DE OFICINAS PARA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

16600000000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 9.950,00

**Cód. Reduzido 484**

001.08.244.0104.10428 REALIZAÇÃO DE OFICINAS PARA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA 9.950,00

**SUBTOTAL 39.800,00**

**09SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

**Cód. Reduzido 414**

001.04.122.0002.20163 MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMIN

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3390400000 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO 20.000,00

**SUBTOTAL 20.000,00**

**TOTAL 1.803.820,00**

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação em local de costume, revogadas as disposições em contrário:

**GABINETE DO PREFEITO(A) DIAMANTINO - MT.**

**AOS DEZENOVE DIAS DO MÊS DE JULHO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS.**

Registrada nesta Secretaria e publicada por afixação no lugar público de costume na data supra.

**SETOR RH**
**DECRETO MUNICIPAL Nº 127/2023**

DISPÕE SOBRE A REENQUADRAMENTO DO SERVIDOR EFETIVO EM CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL 081/2022.

**MANOEL LOUREIRO NETO**, Prefeito Municipal de Diamantino – Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições que lhe conferem o art. 67, VI da Lei Orgânica do Município e;

**DECRETA:**

**Art. 1º** - Fica reenquadrado (a) servidor (a) efetivo (a) da Secretaria Municipal de Educação relacionado (a) na tabela anexa de acordo com a Lei Complementar Nº 081/2022.

**Art. 2º**- - Este Decreto entrará em vigor com efeito retroativo a 01/08/2023, revogadas as disposições em contrário.

Diamantino/MT, 10 de Agosto 2023

**MANOEL LOUREIRO NETO**

Prefeito de Diamantino-MT

| **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO** | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **MAT.** | **SERVIDOR** | **CARGO** | **CLASSE/NÍVEL ATUAL** | **CLASSE/NÍVEL ENQUAD.** | **SALÁRIO ATUAL** | **SALÁRIO ATUALIZADO** |
| 453-1 | **JAMIL RODRIGUES BARROSO** | PROFESSOR DE MATEMATICA | C-10 | C-11 | 9.018,21 | 9.195,02 |

.

**DECRETO Nº 108/2023 DE QUARTA-FEIRA, 03 DE JULHO DE 2023**

**Estado de Mato Grosso**
**Prefeitura Municipal de DIAMANTINO**

**DECRETO Nº 108/2023**
**DE QUARTA-FEIRA, 03 DE JULHO DE 2023**

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor **MANOEL LOUREIRO NETO**, Prefeito Municipal de DIAMANTINO, Estado de MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, especialmente a Lei Municipal nº 1516/2022, e em consonância com a lei Federal 4320/64

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da Prefeitura Municipal de DIAMANTINO – MT, CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, no montante de **R$ 1.718.577,00** (UM MILHAO E SETECENTOS E DEZOITO MIL E QUINHENTOS E SETENTA E SETE REAIS), nas dotações orçamentárias:

**06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**
**001.10.301.0120.20284 – MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE BUCAL**

| Dotação | | Fonte de Recurso | Valor | Tipo de Recursos |
|---|---|---|---|---|
| 3.3.90.30.00.00 | MATERIAL DE CONSUMO | 1.600.3110000 | 25.000,00 | 02 - Excesso de Arrecadação |
| 3.3.90.39.00.00 | OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA | 1.600.3110000 | 20.000,00 | 02 - Excesso de Arrecadação |

**001.10.301.0120.20285 – MANUTENÇÃO E DESENV DO PROGR. DE AGENTES COMUNITARIOS - PACS**

| Dotação | | Fonte de Recurso | Valor | Tipo de Recursos |
|---|---|---|---|---|
| 3.3.90.39.00.00 | OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA | 1.600.3110000 | 20.000,00 | 02 - Excesso de Arrecadação |

**001.10.301.0120.20286 – MANUTENÇ. DO PROGR DE ESTRATEG DE SAUDE DA FAMILIA**

| Dotação | | Fonte de Recurso | Valor | Tipo de Recursos |
|---|---|---|---|---|
| 3.3.90.30.00.00 | MATERIAL DE CONSUMO | 1.621.3210000 | 10.000,00 | 02 - Excesso de Arrecadação |
| 3.3.90.30.00.00 | MATERIAL DE CONSUMO | 1.600.3110000 | 300.000,00 | 02 - Excesso de Arrecadação |
| 3.3.90.39.00.00 | OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA | 1.621.3210000 | 40.000,00 | 02 - Excesso de Arrecadação |
| 3.3.90.39.00.00 | OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA | 1.600.3110000 | 703.577,00 | 02 - Excesso de Arrecadação |

Estado de Mato Grosso
Prefeitura Municipal de DIAMANTINO

**001.10.302.0122.20289 – MANUTENÇÃO PROG DA MÉDIA E ALTA COMPLEX.**

| Dotação | | Fonte de Recurso | Valor | Tipo de Recursos |
|---|---|---|---|---|
| 3.3.90.14.00.00 | DIÁRIAS - CIVIL | 1.600.3110000 | 60.000,00 | 02 - Excesso de Arrecadação |
| 3.3.90.30.00.00 | MATERIAL DE CONSUMO | 1.600.3110000 | 100.000,00 | 02 - Excesso de Arrecadação |
| 3.3.90.39.00.00 | OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA | 1.600.3110000 | 440.000,00 | 02 - Excesso de Arrecadação |

**TOTAL:** **1.718.577,00**

**Art. 2º -** Para cobertura ao crédito adicional suplementar, aberto no Artigo 1º, serão utilizados recursos conforme o Artigo 43, inciso 2º. da Lei Federal n° 4.320/64 – Entende-se por **excesso de arrecadação**, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício, de acordo com o autorizado na Lei Municipal 1516/22 e arrecadado nas rubricas de receita a seguir;

| *FONTE DE RECURSO* | *CLASSIFICAÇÃO DA RECEITA E VALOR ORÇADO* | *RECEITA ARRECADADA* | *UTILIZADO ATE O PERÍODO DO DECRETO* | *SALDO REMANESCENTE* |
|---|---|---|---|---|
| **1.621.3210000** – TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO DECORRENTES DE EMENDAS INDIVIDUAIS DA SAÚDE. | **1.7.1.3.50.1.1.11.00.00** R$ 0,00 | R$ 50.000,00 | R$ 50.000,00 | R$ 0,00 |
| **1.600.3110000** – TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO DECORRENTES DE EMENDAS INDIVIDUAIS DA SAÚDE. | **1.7.1.3.50.1.1.10.00.00** R$ 0,00 | R$ 1.068.577,00 | R$ 1.068.577,00 | R$ 0,00 |
| **1.600.3110000** – TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO DECORRENTES DE EMENDAS INDIVIDUAIS DA SAÚDE. | **1.7.1.3.50.2.1.02.00.00** R$ 0,00 | R$ 600.000,00 | R$ 600.000,00 | R$ 0,00 |

**Art. 3º -** Este decreto entrará em vigor na data do decreto, revogando-se as disposições em contrário.

Diamantino, 03 de julho de 2023.

**MANOEL LOUREIRO NETO**
**Prefeito Municipal**

**REGULAMENTO COMPLEMENTAR N°001 DO CONCURSO PARA ESCOLHA DA RAINHA AGRO DIAMANTINO 2023**

**REGULAMENTO COMPLEMENTAR N°001 DO CONCURSO PARA ESCOLHA DA RAINHA AGRO DIAMANTINO 2023**

A COMISSÃO ORGANIZADORA por meio das atribuições que lhes são concedidas, diante da necessidade , decide,

Prorrogar por mais 2 (dois), sendo dia 16 de agosto de 2023 e 17 de agosto de 2023 as inscrições do concurso para a ESCOLHA DA RAINHA AGRO DIAMANTINO.

Diamantino, MT – 15 de Agosto de 2023

**GILSON DA SILVA**

Secretário Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania

Responsável pelo Evento Garota AgroDiamantino 2023

**CARLOS HENRIQUE LOUREIRO GRANJA**

Secretário Municipal de Cultura e Turismo

Responsável pelo Evento Garota AgroDiamantino 2023

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2023

Ata de Registro de Preço Nº: 96/2023

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PRESTADORA DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DE APOIO ÀS ATIVIDADES OPERACIONAIS SUBSIDIÁRIAS PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

Fornecedor: COOPERATIVA DE TRABALHO VALE DO TELES PIRES

CNPJ nº 21.679.098/0001-25

Valor Global : R$ 3.577.291,20 (Três milhões, quinhentos e setenta e sete mil e duzentos e noventa e um reais e vinte centavos).

Manoel Loureiro Neto

Prefeito Municipal de Diamantino

**GABINETE DO PREFEITO**
**DECRETO Nº 109/2023**

**DECRETO Nº 109/2023**

**DE TERÇA-FEIRA, 4 DE JULHO DE 2023**

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Manoel Loureiro Neto, Prefeito Municipal de DIAMANTINO, Estado de MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, especialmente a Lei Municipal n.º 1516/2022, e em consonância com a Lei Federal 4320/64.

**D E C R E T A:**

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da Prefeitura Municipal de Diamantino - MT, CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, até o montante de R$ 132. 000,00 (CENTO E TRINTA E DOIS MIL REAIS),

nas dotações orçamentárias:

| | | |
|---|---|---|
| **01** | **CAMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO** | |
| **Cód. Reduzido** | **5** | |
| 001.01.031.0001. 10005 | ORGANIZAÇÃO DE SESSÕES E EVENTOS | |
| 15000000000 | RECURSOS ORDINÁRIOS | |
| 3390390000 | OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA | 12. 000,00 |
| **Cód. Reduzido** | **20** | |
| 001.01.031.0001. 20001 | MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO PODER LEGISLATIVO | |
| 15000000000 | RECURSOS ORDINÁRIOS | |
| 3390140000 | DIÁRIAS - CIVIL | 120. 000,00 |
| | **SUBTOTAL** | **132. 000,00** |
| | **TOTAL** | **132. 000,00** |

Art. 2º - O valor transposto e remanejado pelo artigo anterior, será coberto com a redução das seguintes dotações orçamentárias:

| | | |
|---|---|---|
| **01** | **CAMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO** | |
| **Cód. Reduzido** | **4** | |
| 001.01.031. 0001.10004 | PUBLICIDADE INSTITUCIONAL E PROPA-GANDA | |
| 15000000000 | RECURSOS ORDINÁRIOS | |
| 3390390000 | OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PES-SOA JURÍDICA | 120. 000,00 |
| **Cód. Reduzido** | **31** | |
| 001.01.031. 0001.10005 | ORGANIZAÇÃO DE SESSÕES E EVENTOS | |
| 15000000000 | RECURSOS ORDINÁRIOS | |
| 3390310000 | PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CI-ENTÍFICAS, DESPORT | 12. 000,00 |
| | **SUBTOTAL** | **132. 000,00** |
| | **TOTAL** | **132. 000,00** |

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação em local de costume, revogadas as disposições em contrário:

**GABINETE DO PREFEITO DIAMANTINO - MT.**

**AOS QUATRO DIAS DO MÊS DE JULHO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS.**

**Manoel Loureiro Neto Prefeito Municipal**

**GABINETE DO PREFEITO**
**DECRETO Nº 112/2023**

**DECRETONº112/2023**

**DEQUARTA-FEIRA,5DEJULHODE 2023**

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL LOUREIRO NETO, Prefeito(a)

Municipal de DIAMANTINO, Estado de MATO GROSSO, no uso de suas atribuições

legais, especialmente a Lei Municipal

n.º 1514/2022, e em consonância com a Lei Federal 4320/64.

**D E C R E T A:**

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da Prefeitura Municipal de DIAMANTINO - MT, abre CRÉDITO ADICIONAL , até o montante de R$ 1.503.300,00 (UM MILHAO E QUINHENTOS

E TRES MIL E TREZENTOS REAIS), nas dotações orçamentárias:

| | | |
|---|---|---|
| **02** | **GABINETE DO PREFEITO** | |
| **Cód.Reduzido** | **102** | |
| 001.04.122.0002.20144 | MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO GABINETE | |
| 15000000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3390140000 | DIÁRIAS - CIVIL | 8.000,00 |
| | **SUBTOTAL** | **8.000,00** |
| **03** | **SECRETARIAMUNICIPALDE AGRICULTURA** | |
| **Cód.Reduzido** | **337** | |
| 001.20.122.0002.20169 | MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICU | |
| 15000000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3390390000 | OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA | 50.000,00 |
| | **SUBTOTAL** | **50.000,00** |
| **04** | **SECRETARIAMUNICIPALDEINFRAESTRUTURAEOBRASPÚBLICAS** | |
| **Cód.Reduzido** | **930** | |

001.15.451.0100.10445 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE EQUIPAMENTOS PÚBLIC

17080000000 TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO REFERENTE À COMPENSAÇÃO FINANCEIRA DE RECURSOS MINER

| | | |
|---|---|---|
| 3390300000 | MATERIAL DE CONSUMO | 20.000,00 |
| **Cód.Reduzido** | **354** | |
| 001.15.451.0100.10445 | CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE EQUIPAMENTOS PÚBLIC | |
| 15000000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 4490510000 | OBRAS E INSTALAÇÕES | 85.800,00 |
| **Cód.Reduzido** | **932** | |
| 001.15.451.0100.10445 | CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE EQUIPAMENTOS PÚBLIC | |

17080000000 TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO REFERENTE À COMPENSAÇÃO FINANCEIRA DE RECURSOS MINER

4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 40.000,00

**SUBTOTAL145.800,00**

**05 SECRETARIAMUNICIPALDEEDUCAÇÃO Cód. Reduzido 926**

001.12.361.0016.10264 CONSTRUÇÃO DE ESCOLA MODELO

17080000000 TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO REFERENTE À COMPENSAÇÃO FINANCEIRA DE RECURSOS MINER

4490510000 OBRAS E INSTALAÇÕES 174.000,00

**Cód. Reduzido 825**

001.12.361.0105.20227 REFORMA E MANUTENÇÃO DAS UNIDADES ESCOLARES.

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

4490300000 MATERIAL DE CONSUMO 252.500,00

**Cód. Reduzido 863**

003.12.362.0118.10478 CONSTRUÇÃO E REFORMA DE ESCOLA

17010000000 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES DOS ESTADOS

4490510000 OBRAS E INSTALAÇÕES 269.000,00

**SUBTOTAL695.500,00**

**06 SECRETARIAMUNICIPALDESAÚDE Cód. Reduzido 600**

001.10.122.0121.20275 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE

15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE

3390930000 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES 17.000,00

**SUBTOTAL17.000,00**

**07 SECRETARIAMUNICIPALDEASSISTENCIASOCIAL,TRABALHOECID Cód. Reduzido 954**

001.08.243.0104.10421 REFORMA E MANUTENÇÃO DO CRAS E CREAS

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 45.000,00

**SUBTOTAL45.000,00**

**08 SECRETARIAMUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER Cód. Reduzido 944**

001.27.122.0002.20170 MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA SECRETARIA MUNICIPA

25000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 50.000,00

**Cód. Reduzido 238**

001.27.122.0002.20170 MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA SECRETARIA MUNICIPA

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA 27.000,00

**Cód. Reduzido 909**

001.27.122.0002.20170 MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA SECRETARIA MUNICIPA

25000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA 150.000,00

**SUBTOTAL227.000,00**

**09 SECRETARIAMUNICIPALDEADMINISTRAÇÃO Cód. Reduzido 250**

001.04.122.0002.20163 MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMIN

15000000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA 11.000,00

**SUBTOTAL11.000,00**

| | | |
|---|---|---|
| **10** | **SECRETARIAMUNICIPALDEFAZENDA** | |
| **Cód.Reduzido** | **257** | |
| 001.04.122.0002.20165 | MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA SECRETARIA MUNICIPA | |
| 15000000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3390390000 | OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA | 12.000,00 |

| | | |
|---|---|---|
| | **SUBTOTAL** | **12.000,00** |
| **12** | **SECRETARIAMUNICIPALDECULTURAETURISMO** | |
| **Cód.Reduzido** | **25** | |
| 001.04.392.0002.20301 | MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTUR | |
| 15000000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3390390000 | OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA | 2.000,00 |
| **Cód.Reduzido** | **828** | |
| 001.13.392.0124.20302 | PROMOÇÃO DA CULTURA DO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO | |
| 15000000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3390390000 | OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA | 290.000,00 |
| | **SUBTOTAL** | **292.000,00** |
| | **TOTAL** | **1.503.300,00** |

Art. 2º - O valor transposto e remanejado pelo artigo anterior, será coberto com a redução das seguintes dotações orçamentárias:

| | | |
|---|---|---|
| **02** | **GABINETE DO PREFEITO** | |
| **Cód.Reduzido** | **311** | |
| 001.04.122.0002.20144 | MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO GABINETE | |
| 15000000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3390390000 | OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA | 28.000,00 |
| | **SUBTOTAL** | **28.000,00** |
| **03** | **SECRETARIAMUNICIPALDE AGRICULTURA** | |
| **Cód.Reduzido** | **327** | |
| 001.20.605.0111.10440 | CONSTRUÇÃO E REESTRUTURAÇÃO DA FEIRA MUNICIPAL | |
| 15010000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS | |
| 3390390000 | OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA | 49.000,00 |
| **Cód.Reduzido** | **124** | |
| 001.20.605.0111.10440 | CONSTRUÇÃO E REESTRUTURAÇÃO DA FEIRA MUNICIPAL | |
| 15010000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS | |
| 4490510000 | OBRAS E INSTALAÇÕES | 1.000,00 |
| | **SUBTOTAL** | **50.000,00** |
| **04** | **SECRETARIAMUNICIPALDEINFRAESTRUTURAEOBRASPÚBLICAS** | |
| **Cód.Reduzido** | **135** | |
| 001.15.451.0100.10448 | IMPLANTAÇÃO, PAVIMENTAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE VIAS URBANAS | |
| 15000000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 4490510000 | OBRAS E INSTALAÇÕES | 92.900,00 |
| **Cód.Reduzido** | **359** | |
| 001.15.451.0100.10448 | IMPLANTAÇÃO, PAVIMENTAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE VIAS URBANAS | |

17010000000 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES DOS ESTADOS

4490510000 OBRAS E INSTALAÇÕES 142.900,00

**Cód. Reduzido 907**

001.16.482.0012.10456 IMPLEMENTAÇÃO E APOIO A INICIATIVAS DIRECIONADAS A AMPLIA

17080000000 TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO REFERENTE À COMPENSAÇÃO FINANCEIRA DE RECURSOS MINER

4490510000 OBRAS E INSTALAÇÕES 234.000,00

**SUBTOTAL469.800,00**

**05SECRETARIA MUNICIPAL DEEDUCAÇÃO**

**Cód. Reduzido 298**

| | | |
|---|---|---|
| 004.12.365.0106.20313 | AUTONOMIA DA GESTÃO FINANCEIRA | |
| 15001001000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO | |
| 3390390000 | OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA | 4.950,00 |
| | **SUBTOTAL** | **4.950,00** |
| **06** | **SECRETARIAMUNICIPALDESAÚDE** | |
| **Cód.Reduzido** | **594** | |
| 001.10.122.0121.20275 | MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE | |
| 15001002000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE | |
| 3390300000 | MATERIAL DE CONSUMO | 17.000,00 |
| | **SUBTOTAL** | **17.000,00** |
| **07** | **SECRETARIAMUNICIPALDEASSISTENCIASOCIAL,TRABALHOECID** | |
| **Cód.Reduzido** | **227** | |
| 001.08.244.0104.20189 | MANUTENÇÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS (LEI Nº 1.196/2017) | |
| 15000000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3390320000 | MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA | 30.000,00 |
| **Cód.Reduzido** | **232** | |
| 001.08.244.0104.20197 | PROJETO MÃOS SOLIDÁRIAS III | |
| 15000000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3390480000 | OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS | 45.000,00 |
| | **SUBTOTAL** | **75.000,00** |
| **08** | **SECRETARIAMUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER** | |
| **Cód.Reduzido** | **393** | |

| | | |
|---|---|---|
| 001.27.122.0002.20170 | MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA SECRETARIA MUNICIPA | |
| 15000000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3390330000 | PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO | 5.000,00 |
| **Cód.Reduzido** | **242** | |
| 001.27.812.0099.20229 | CARAVANA ESPORTIVA | |
| 15000000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3390300000 | MATERIAL DE CONSUMO | 4.950,00 |
| **Cód.Reduzido** | **867** | |
| 001.27.812.0099.20230 | REFORMA, MODERNIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA | |
| 25000000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES | |
| 3390390000 | OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA | 200.000,00 |
| | **SUBTOTAL** | **209.950,00** |
| **09** | **SECRETARIAMUNICIPALDEADMINISTRAÇÃO** | |
| **Cód.Reduzido** | **408** | |
| 001.04.122.0002.20138 | GESTÃO DE AQUISIÇÕES, PATRIMÔNIO E DOCUMENTOS | |
| 15000000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3390390000 | OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA | 5.000,00 |
| **Cód.Reduzido** | **253** | |
| 001.04.128.0002.20173 | CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS SECRETAR | |
| 15000000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3390390000 | OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA | 6.000,00 |
| | **SUBTOTAL** | **11.000,00** |
| **10** | **SECRETARIAMUNICIPALDEFAZENDA** | |
| **Cód.Reduzido** | **424** | |
| 001.04.122.0002.20165 | MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA SECRETARIA MUNICIPA | |
| 15000000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3390400000 | SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO | 100.000,00 |
| **Cód.Reduzido** | **262** | |
| 001.28.843.0113.20257 | AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA INTERNA | |
| 15000000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3290210000 | JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO | 24.100,00 |
| **Cód.Reduzido** | **265** | |
| 001.28.843.0113.20261 | REGULARIZAÇÃO DE DÉBITOS FISCAIS COM A UNIÃO - INSS | |
| 15000000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 4690710000 | PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO | 171.500,00 |
| | **SUBTOTAL** | **295.600,00** |
| **12** | **SECRETARIAMUNICIPALDECULTURAETURISMO** | |
| **Cód.Reduzido** | **440** | |
| 001.13.392.0124.20302 | PROMOÇÃO DA CULTURA DO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO | |
| 15000000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 4490520000 | EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | 2.000,00 |
| | **SUBTOTAL** | **2.000,00** |
| **13** | **SECRETARIAMUNICIPALDEMEIOAMBIENTEECIDADE** | |
| **Cód.Reduzido** | **474** | |
| 001.18.541.0109.10483 | DESCENTRALIZAÇÃO DA GESTÃO AMBIENTAL | |
| 15000000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 4490520000 | EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | 50.000,00 |
| **Cód.Reduzido** | **472** | |
| 001.18.541.0109.10484 | IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS | |
| 15000000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3390300000 | MATERIAL DE CONSUMO | 100.000,00 |
| **Cód.Reduzido** | **473** | |
| 001.18.541.0109.10484 | IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS | |
| 15000000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3390390000 | OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA | 100.000,00 |
| **Cód.Reduzido** | **119** | |
| 001.18.541.0110.20240 | IMPLANTAÇÃO DE VIVEIRO MUNICIPAL | |
| 15000000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3390300000 | MATERIAL DE CONSUMO | 38.000,00 |
| **Cód.Reduzido** | **467** | |
| 001.18.541.0110.20240 | IMPLANTAÇÃO DE VIVEIRO MUNICIPAL | |
| 15000000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3390350000 | SERVIÇOS DE CONSULTORIA | 23.000,00 |
| **Cód.Reduzido** | **468** | |
| 001.18.541.0110.20240 | IMPLANTAÇÃO DE VIVEIRO MUNICIPAL | |
| 15000000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3390360000 | OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA | 13.000,00 |
| **Cód.Reduzido** | **469** | |
| 001.18.541.0110.20240 | IMPLANTAÇÃO DE VIVEIRO MUNICIPAL | |
| 15000000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3390390000 | OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA | 16.000,00 |
| | **SUBTOTAL** | **340.000,00** |
| | **TOTAL** | **1.503.300,00** |

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação em local de costume, revogadas as disposições em contrário:

**GABINETEDOPREFEITO(A)DIAMANTINO-MT.**

**AOSCINCODIASDOMÊSDEJULHODEDOISMILEVINTEETRÊS.**

Registrada nesta Secretaria e publicada por afixação no lugar público de costume na data supra.

**SETOR RH**
**EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO**

**TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº. 266/2022**

**CONTRATADO(a):ALEX SANTANA ALMEIDA DE OLIVEIRA**

O presente **TERMO** tem por finalidade a **RESCISÃO AO CONTRATO DE SERVIDOR(a) TEMPORÁRIO Nº. 266/2022**, que teve como objeto a contratação do(a) servidor(a) com o cargo de **MOTORISTA - CONTRATO**, lotado (a) na **Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania**, com termino dia **14 de Agosto de 2023.**

**AVISO DE RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2023**

O Município de Diamantino-MT, torna público o resultado do Julgamento da licitação supramencionada, julgada no dia 3 de Agosto 2023, com inicio às 08:00, tendo como objeto registro de preço para futura e eventual aquisição de equipamentos para circuito de câmeras para monitoramento das unidades e departamentos públicos municipais. Das quais foram vencedoras as empresas: Lote 001 - Itens 18459, 20156, 50158, 50348, 50351, 50609, 52157, 52352, 52353, 53013, 53546, 53547, 53548, 53549, 53550, 53551, 53552, 53553, 53554, 53555, 53556, 53557, 53558, 53559, **STUDIO COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE INFORMATICA LTDA** inscrita no CNPJ sob o número 08.710.871/0001-00 no valor de **R$ 350.000,00 (Trezentos e cinquenta mil reais) todos os itens do lote**. DIAMANTINO - MT, 16 de Agosto de 2023.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM AQUINO

**GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO**
**LEI N.º 1.771/2023 DE 16 DE AGOSTO DE 2023**

**"DAR DENOMINAÇÃO A REGIÃO DA ZONA RURAL DE DOM AQUINO-MT"**

**VALDÉCIO LUIZ DA COSTA**, Prefeito do Município de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhes são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º -** Fica denominado como Assentamento Zumbi dos Palmares a região da antiga fazenda Paraiso, próximo ao Distrito de Entre Rios.

**Art. 2º -** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 16 de agosto de 2023.

**VALDÉCIO LUIZ DA COSTA**

**Prefeito *Municipal***

## PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL

**DEPARTAMENTO PESSOAL**
**CONTRATO DE APRENDIZAGEM Nº 001/2023**

**CONTRATO DE APRENDIZAGEM QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL E JHENIFER SPIES TACK.**

Pelo presente instrumento particular, nesta e na melhor forma de direito que entre si firmam, de um lado o **MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ n° 01.614.088/0001-02, com sede administrativa na Avenida Maravilha, Praça da Bíblia, s/n°, Centro, Feliz Natal – MT, CEP 78.885-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. **JOSE ANTONIO DUBIELLA**, brasileiro, solteiro, empresário, portador do CPF sob o nº 692.338.109-68 e RG n° 3R2286872 SSP/SC, residente e domiciliado neste município, doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE**, e do outro lado a menor **JHENIFFER SPIES TACK**, brasileira, solteira, estudante, portadora do RG n° 3455100-0 SESP/MT, inscrita no CPF sob o nº 103.086.741-03, residente e domiciliada na Rua São Carlos, s/nº, Centro, Feliz Natal – MT, CEP 78.885-000, doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, neste ato assistida pela sua responsável legal Sra. **JUCIMARA SPIES TACK**, brasileira, casada, do lar, portadora do RG nº 2280166-9 SSP/MT, inscrita no CPF sob o nº 058.428.009-26, residente e domiciliada no mesmo endereço que a menor , ao final assinado, fica justo e acertado o presente **CONTRATO DE APRENDIZAGEM**, mediante as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente contrato tem por objeto a contratação temporária da CONTRATANTE para exercer a função de **Assistente Administrativo – Menor Aprendiz – Zona Urbana**, com carga horária de 30h (trinta horas) semanais, não excedendo 5 (cinco) dias da semana, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, sob regime de aprendizagem, com observância dos dispostos na Lei nº 10.097/2000 e Lei Complementar nº 841/2022.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA REMUNERAÇÃO**

O salário da CONTRATADA, como forma de contraprestação será de **R$ 1.320,00 (um mil e trezentos e vinte reais)**, equivalente a carga horária de 30h (trinta horas) semanais, sendo garantido o reajuste, sempre que alterada a tabela do salário mínimo.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA**

O presente contrato vigorará entre o período de 03 de julho de 2023 a 30 de novembro de 2023, podendo ser rescindido unilateralmente pela Administração, com notificação prévia à contratada no prazo de 10 (dez) dias de antecedência do contratante.

**CLÁUSULA QUARTA - DA NÃO ACUMULAÇÃO DE CARGO PÚBLICO**

A CONTRATADA declara para todos os efeitos legais, não ocupar cargos em regime de acumulação na Administração Pública municipal, estadual e federal.

**CLÁUSULA SEXTA – DO CARÁTER PRECÁRIO**

O presente contrato possui efeitos de precariedade inerente aos contratos administrativos, face à urgente e necessidade de contratação Assistente Administrativo – Menor Aprendiz – Zona Urbana, com fundamento na Lei Complementar nº 841/2022.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DO REGIME JURÍDICO E PREVIDENCIÁRIO**

O regime jurídico que rege o presente instrumento será o estatutário, aplicando-se à CONTRATADA os mesmos direitos e deveres aplicados aos demais funcionários, com base no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Feliz Natal, regulado pela Lei complementar n° 003/2007, sendo que o regime previdenciário será regido pelo RGPS - Regime Geral Previdência Social (INSS).

**CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO E DO DISTRATO**

I – DA RESCISÃO:

a) A rescisão deste contrato ocorrerá quando deixarem de existir os motivos que ensejaram a contratação, independente da vigência do contrato;

b) Na hipótese do inadimplemento de cláusula ou condição contratual lavrada por escrito e a qualquer tempo, mediante notificação;

c) Ocorrendo as hipóteses preconizadas no artigo 9º da Lei Complementar nº 841/2022.

II – DO DISTRATO

a) Poderá ser realizado através de solicitação de ambas as partes quando manifestarem expressamente essa intenção com antecedência mínima de 10 (dez) dias, ou a qualquer tempo a critério da Administração quando por relevantes motivos de interesse público.

**CLÁUSULA NONA – DA PUBLICIDADE**

Este contrato será publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios - Mato Grosso (AMM) na forma de extrato para todos os efeitos legais.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Os recursos financeiros constam na Lei Orçamentária Municipal, estando livres e não comprometidos na seguinte dotação:

04.001.12.122.0002.20005. 3190040000.15001001000 – CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO**

Para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Feliz Natal, Estado de Mato Grosso.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

Feliz Natal – MT, 03 de julho de 2023

**MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL**

(CONTRATANTE)

**EMANUEL LIMA COSTA**

**SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO,**

**PLANEJAMENTO E FINANÇAS**

**JHENIFFER SPIES TACK**

(CONTRATADA)

**JUCIMARA SPIES TACK**

(RESPONSÁVEL LEGAL)

## PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 88/2023

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 88/2023

PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2023

Aos 16 dias do mês de Agosto de 2023, de um lado o(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE - MT, com sede na avenida brasil, nesta cidade, devidamente inscrita no CGC/MF sob o n.º 01.614.539/0001-01, neste ato, representado pelo(a) Prefeito(a) Municipal , Sr(a). , brasileiro(a), portador do R.G. n.º e inscrito no CPF nº , residente e domiciliado na , bairro nesta cidade, neste ato denominado simplesmente Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços, realizado por meio do PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2023, e de outro lado a empresa adjudicatária nos itens abaixo, doravante denominada FORNECEDOR, tem entre si, justo e avençado a presente Ata que, quando publicada, terá efeito de compromisso de fornecimento, nos termos do Art. 15 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, observada as condições estabelecidas no ato convocatório e consoante as cláusulas que se seguem:

1 – DO FORNECEDOR REGISTRADO: A partir desta data, fica registrado na PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE - MT, o preço do fornecedor registrado a seguir relacionado, objetivando a contratação de pessoa jurídica para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA O DEMAE - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA , de acordo com as especificações e nas condições estabelecidas no ato convocatório.

| | |
|---|---|
| Fornecedor MUDAR COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO FERRAMENTAS E EPI S LTDA - EPP | CNPJ 14.888.303/0001-05 |
| Endereço AV BEIRA RIO | Nº 1700 |
| Bairro PRAEIRO | |
| Cidade CUIABÁ/MT | CEP 78070500 |
| Email CONTATO@MICROCONTABIL.COM.BR | Telefone (65) 3025-6374 |
| Representante Legal | CPF |

| ITEM | CÓDIGO | DESCRIÇÃO | UNID. | MARCA | QUANT. | VL. UNIT. | VL. TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 26381 | COLAR TOMADA PVC C/ TRAVAS DN 50MMX 3/4 Detalhamento: COLAR TOMADA PVC C/ TRAVAS DN 50MMX 3/4 | UN - UNIDADE | CORRPLASTIK | 100,00 | 18,8000 | 1.880,00 |
| 2 | 26382 | COLAR TOMADA PVC C/ TRAVAS DN 60MMX 3/4 Detalhamento: COLAR TOMADA PVC C/ TRAVAS DN 60MMX 3/4 | UN - UNIDADE | CORRPLASTIK | 20,00 | 17,3000 | 346,00 |
| 3 | 26383 | COLAR TOMADA PVC C/ TRAVAS DN 75MM X 3/4 Detalhamento: COLAR TOMADA PVC C/ TRAVAS DN 75MM X 3/4 | UN - UNIDADE | CORRPLASTIK | 3,00 | 22,3000 | 66,90 |
| 4 | 26384 | COLAR TOMADA PVC C/ TRAVAS DN 85MM X 3/4 Detalhamento: COLAR TOMADA PVC C/ TRAVAS DN 85MM X 3/4 | UN - UNIDADE | CORRPLASTIK | 3,00 | 21,8000 | 65,40 |
| 5 | 26385 | COLAR TOMADA PVC C/TRAVAS DN 110MM X 3/4 Detalhamento: COLAR TOMADA PVC C/TRAVAS DN 110MM X 3/4 | UN - UNIDADE | CORRPLASTIK | 3,00 | 20,0000 | 60,00 |
| 6 | 26386 | COLAR TOMADA PVC C / TRAVAS DN 40MM X 3/4 Detalhamento: COLAR TOMADA PVC C / TRAVAS DN 40MM X 3/4 | UN - UNIDADE | CORRPLASTIK | 20,00 | 16,9000 | 338,00 |
| 7 | 26390 | JOELHO PVC SOLDÁVEL DE 20MM X 90° Detalhamento: JOELHO PVC SOLDÁVEL DE 20MM X 90° | UN - UNIDADE | CORRPLASTIK | 20,00 | 2,0000 | 40,00 |
| 8 | 26391 | JOELHO PVC SOLDÁVEL DE 25MM X 90° Detalhamento: JOELHO PVC SOLDÁVEL DE 25MM X 90° | UN - UNIDADE | CORRPLASTIK | 500,00 | 2,6000 | 1.300,00 |
| 9 | 26392 | JOELHO PVC SOLDÁVEL DE 32MM X 90° Detalhamento: JOELHO PVC SOLDÁVEL DE 32MM X 90° | UN - UNIDADE | CORRPLASTIK | 5,00 | 4,9000 | 24,50 |
| 10 | 26393 | JOELHO PVC SOLDÁVEL DE 40MM X 90° Detalhamento: JOELHO PVC SOLDÁVEL DE 40MM X 90° | UN - UNIDADE | CORRPLASTIK | 30,00 | 9,2000 | 276,00 |
| 11 | 26394 | JOELHO PVC SOLDÁVEL DE 50MM X 90° Detalhamento: JOELHO PVC SOLDÁVEL DE 50MM X 90° | UN - UNIDADE | CORRPLASTIK | 110,00 | 7,0000 | 770,00 |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 12 | 26395 | JOELHO PVC SOLDÁVEL DE 60MM X 90° Detalhamento: JOELHO PVC SOLDÁVEL DE 60MM X 90° | UN - UNIDADE | CORRPLASTIK | 50,00 | 27,3000 | 1.365,00 |
| 13 | 26396 | JOELHO PVC SOLDÁVEL DE 75MM X 90° Detalhamento: JOELHO PVC SOLDÁVEL DE 75MM X 90° | UN - UNIDADE | CORRPLASTIK | 10,00 | 116,0000 | 1.160,00 |
| 14 | 26397 | JOELHO PVC SOLDÁVEL DE 85MM X 90° Detalhamento: JOELHO PVC SOLDÁVEL DE 85MM X 90° | UN - UNIDADE | CORRPLASTIK | 5,00 | 117,5000 | 587,50 |
| 15 | 26399 | TE PVC SOLDÁVEL DE 20MM Detalhamento: TE PVC SOLDÁVEL DE 20MM | UN - UNIDADE | CORRPLASTIK | 20,00 | 3,4000 | 68,00 |
| 16 | 26400 | TE PVC SOLDÁVEL DE 25MM Detalhamento: TE PVC SOLDÁVEL DE 25MM | UN - UNIDADE | CORRPLASTIK | 500,00 | 2,5500 | 1.275,00 |
| 17 | 26401 | TE PVC SOLDÁVEL DE 32MM Detalhamento: TE PVC SOLDÁVEL DE 32MM | UN - UNIDADE | CORRPLASTIK | 20,00 | 6,4000 | 128,00 |
| 18 | 26402 | TE SOLDÁVEL DE 40MM Detalhamento: TE SOLDÁVEL DE 40MM | UN - UNIDADE | CORRPLASTIK | 20,00 | 12,9900 | 259,80 |
| 19 | 26403 | TE SOLDÁVEL DE 50MM Detalhamento: TE SOLDÁVEL DE 50MM | UN - UNIDADE | CORRPLASTIK | 100,00 | 11,9000 | 1.190,00 |
| 20 | 26404 | TE SOLDÁVEL DE 60MM Detalhamento: TE SOLDÁVEL DE 60MM | UN - UNIDADE | CORRPLASTIK | 30,00 | 32,5000 | 975,00 |
| 21 | 26405 | TE SOLDÁVEL DE 75MM Detalhamento: TE SOLDÁVEL DE 75MM | UN - UNIDADE | CORRPLASTIK | 10,00 | 68,0000 | 680,00 |
| 22 | 26406 | TE SOLDÁVEL DE 85MM Detalhamento: TE SOLDÁVEL DE 85MM | UN - UNIDADE | CORRPLASTIK | 10,00 | 100,0000 | 1.000,00 |
| 23 | 26408 | CURVA PVC SOLDÁVEL DE 20MM X 90° Detalhamento: CURVA PVC SOLDÁVEL DE 20MM X 90° | UN - UNIDADE | CORRPLASTIK | 10,00 | 3,6000 | 36,00 |
| 24 | 26409 | CURVA PVC SOLDÁVEL DE 25MM X 90° Detalhamento: CURVA PVC SOLDÁVEL DE 25MM X 90° | UN - UNIDADE | CORRPLASTIK | 50,00 | 3,6000 | 180,00 |
| 25 | 26410 | CURVA PVC SOLDÁVEL DE 32MM X 90° Detalhamento: CURVA PVC SOLDÁVEL DE 32MM X 90° | UN - UNIDADE | CORRPLASTIK | 10,00 | 9,5000 | 95,00 |
| 26 | 26411 | CURVA PVC SOLDÁVEL DE 40MM X 90° Detalhamento: CURVA PVC SOLDÁVEL DE 40MM X 90° | UN - UNIDADE | CORRPLASTIK | 40,00 | 16,0000 | 640,00 |
| 27 | 26412 | CURVA PVC SOLDÁVEL DE 50MM X 90° Detalhamento: CURVA PVC SOLDÁVEL DE 50MM X 90° | UN - UNIDADE | CORRPLASTIK | 20,00 | 17,3000 | 346,00 |
| 28 | 26413 | CURVA PVC SOLDÁVEL DE 60MM X 90° Detalhamento: CURVA PVC SOLDÁVEL DE 60MM X 90° | UN - UNIDADE | CORRPLASTIK | 20,00 | 69,8000 | 1.396,00 |
| 29 | 26417 | BUCHA DE REDUÇÃO PVC CURTA DE 25MM X 20MM Detalhamento: BUCHA DE REDUÇÃO PVC CURTA DE 25MM X 20MM | UN - UNIDADE | CORRPLASTIK | 75,00 | 1,9000 | 142,50 |
| 30 | 26418 | BUCHA DE REDUÇÃO PVC CURTA DE 32MM X 25MM Detalhamento: BUCHA DE REDUÇÃO PVC CURTA DE 32MM X 25MM | UN - UNIDADE | CORRPLASTIK | 10,00 | 2,8500 | 28,50 |
| 31 | 26419 | BUCHA DE REDUÇÃO PVC CURTA DE 40MM X 32MM Detalhamento: BUCHA DE REDUÇÃO PVC CURTA DE 40MM X 32MM | UN - UNIDADE | CORRPLASTIK | 10,00 | 4,8000 | 48,00 |
| 32 | 26420 | BUCHA DE REDUÇÃO PVC CURTA DE 50MM X 40MM Detalhamento: BUCHA DE REDUÇÃO PVC CURTA DE 50MM X 40MM | UN - UNIDADE | CORRPLASTIK | 50,00 | 6,7000 | 335,00 |
| 33 | 26421 | BUCHA DE REDUÇÃO PVC CURTA DE 60MM X 50MM Detalhamento: BUCHA DE REDUÇÃO PVC CURTA DE 60MM X 50MM | UN - UNIDADE | KRONA | 100,00 | 12,9900 | 1.299,00 |
| 34 | 26422 | BUCHA DE REDUÇÃO PVC CURTA DE 75MM X 60MM Detalhamento: BUCHA DE REDUÇÃO PVC CURTA DE 75MM X 60MM | UN - UNIDADE | CORRPLASTIK | 10,00 | 42,5000 | 425,00 |
| 35 | 26425 | ADAPTADOR PVC SOLDA ROSCA CURTO DE 20MM X 1/2 Detalhamento: ADAPTADOR PVC SOLDA ROSCA CURTO DE 20MM X 1/2 | UN - UNIDADE | CORRPLASTIK | 10,00 | 3,7000 | 37,00 |
| 36 | 26426 | ADAPTADOR PVC SOLDA ROSCA CURTO DE 25MM X 3/4 Detalhamento: ADAPTADOR PVC SOLDA ROSCA CURTO DE 25MM X 3/4 | UN - UNIDADE | CORRPLASTIK | 700,00 | 3,3000 | 2.310,00 |
| 37 | 26427 | ADAPTADOR PVC SOLDA ROSCA CURTO DE 32MM X 1 | UN - UNIDADE | CORPLASTIK | 10,00 | 4,9000 | 49,00 |
| 38 | 26428 | ADAPTADOR PVC SOLDA ROSCA CURTO DE 40MM X 1. 1/4 Detalhamento: ADAPTADOR PVC SOLDA ROSCA CURTO DE 40MM X 1. 1/4 | UN - UNIDADE | CORRPLASTIK | 10,00 | 8,0000 | 80,00 |
| 39 | 26434 | BUCHA DE REDUÇÃO PVC SOLDA LONGA DE 32MM X 20MM Detalhamento: BUCHA DE REDUÇÃO PVC SOLDA LONGA DE 32MM X 20MM | UN - UNIDADE | KRONA | 5,00 | 4,0000 | 20,00 |
| 40 | 26435 | BUCHA DE REDUÇÃO PVC SOLDA LONGA DE 40MM X 20MM Detalhamento: BUCHA DE REDUÇÃO PVC SOLDA LONGA DE 40MM X 20MM | UN - UNIDADE | KRONA | 5,00 | 6,5000 | 32,50 |
| 41 | 26436 | BUCHA DE REDUÇÃO PVC SOLDA LONGA DE 40MM X 25MM Detalhamento: BUCHA DE REDUÇÃO PVC SOLDA LONGA DE 40MM X 25MM | UN - UNIDADE | KRONA | 20,00 | 10,0000 | 200,00 |
| 42 | 26437 | BUCHA DE REDUÇÃO PVC SOLDA LONGA DE 50MM X 25MM Detalhamento: BUCHA DE REDUÇÃO PVC SOLDA LONGA DE 50MM X 25MM | UN - UNIDADE | CORRPLASTIK | 100,00 | 12,0000 | 1.200,00 |
| 43 | 26438 | BUCHA DE REDUÇÃO PVC SOLDA LONGA DE 50MM X 32MM Detalhamento: BUCHA DE REDUÇÃO PVC SOLDA LONGA DE 50MM X 32MM | UN - UNIDADE | KRONA | 5,00 | 14,5000 | 72,50 |
| 44 | 26439 | BUCHA DE REDUÇÃO PVC SOLDA LONGA DE 60MM X 25MM Detalhamento: BUCHA DE REDUÇÃO PVC SOLDA LONGA DE 60MM X 25MM | UN - UNIDADE | KRONA | 30,00 | 19,5000 | 585,00 |
| 45 | 26440 | BUCHA DE REDUÇÃO PVC SOLDA LONGA DE 60MM X 40MM Detalhamento: BUCHA DE REDUÇÃO PVC SOLDA LONGA DE 60MM X 40MM | UN - UNIDADE | KRONA | 10,00 | 12,9900 | 129,90 |
| 46 | 26441 | BUCHA DE REDUÇÃO PVC SOLDA LONGA DE 60MM X 50MM Detalhamento: BUCHA DE REDUÇÃO PVC SOLDA LONGA DE 60MM X 50MM | UN - UNIDADE | KRONA | 30,00 | 22,0000 | 660,00 |
| 47 | 26450 | LUVA DE CORRER P/ TUBO SOLDÁVEL 20MM Detalhamento: LUVA DE CORRER P/ TUBO SOLDÁVEL 20MM | UN - UNIDADE | CORRPLASTIK | 10,00 | 12,0000 | 120,00 |
| 48 | 26451 | LUVA DE CORRER P/ TUBO SOLDÁVEL 25MM Detalhamento: LUVA DE CORRER P/ TUBO SOLDÁVEL 25MM | UN - UNIDADE | CORRPLASTIK | 150,00 | 13,0000 | 1.950,00 |
| 49 | 26452 | LUVA DE CORRER P/ TUBO SOLDÁVEL 32MM Detalhamento: LUVA DE CORRER P/ TUBO SOLDÁVEL 32MM | UN - UNIDADE | CORRPLASTIK | 10,00 | 28,9000 | 289,00 |
| 50 | 26453 | LUVA DE CORRER P/ TUBO SOLDÁVEL 40MM Detalhamento: LUVA DE CORRER P/ TUBO SOLDÁVEL 40MM | UN - UNIDADE | KRONAS | 20,00 | 16,0000 | 320,00 |
| 51 | 26454 | LUVA DE CORRER P/ TUBO SOLDÁVEL 50MM Detalhamento: LUVA DE CORRER P/ TUBO SOLDÁVEL 50MM | UN - UNIDADE | CORRPLASTIK | 60,00 | 36,0000 | 2.160,00 |
| 52 | 26455 | LUVA DE CORRER P/ TUBO SOLDÁVEL 60MM Detalhamento: LUVA DE CORRER P/ TUBO SOLDÁVEL 60MM | UN - UNIDADE | KRONA | 50,00 | 46,0000 | 2.300,00 |
| 53 | 26456 | CAP PVC SOLDÁVEL DE 20MM Detalhamento: CAP PVC SOLDÁVEL DE 20MM | UN - UNIDADE | CORRPLASTIK | 10,00 | 4,5000 | 45,00 |
| 54 | 26457 | CAP PVC SOLDÁVEL DE 25MM Detalhamento: CAP PVC SOLDÁVEL DE 25MM | UN - UNIDADE | CORRPLASTIK | 500,00 | 2,6000 | 1.300,00 |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 55 | 26458 | CAP PVC SOLDÁVEL DE 40MM Detalhamento: CAP PVC SOLDÁVEL DE 40MM | UN - UNIDADE | CORRPLASTIK | 15,00 | 10,0000 | 150,00 |
| 56 | 26459 | CAP PVC SOLDÁVEL DE 50MM Detalhamento: CAP PVC SOLDÁVEL DE 50MM | UN - UNIDADE | CORRPLASTIK | 20,00 | 11,0000 | 220,00 |
| 57 | 26460 | CAP PVC SOLDÁVEL DE 60MM Detalhamento: CAP PVC SOLDÁVEL DE 60MM | UN - UNIDADE | CORRPLASTIK | 20,00 | 19,0000 | 380,00 |
| 58 | 26461 | CAP PVC SOLDÁVEL DE 75MM Detalhamento: CAP PVC SOLDÁVEL DE 75MM | UN - UNIDADE | CORRPLASTIK | 5,00 | 67,5000 | 337,50 |
| 59 | 26463 | CAP PVC SOLDÁVEL DE 32MM Detalhamento: CAP PVC SOLDÁVEL DE 32MM | UN - UNIDADE | CORRPLASTIK | 5,00 | 4,0000 | 20,00 |
| 60 | 26464 | CAP PVC SOLDÁVEL DE 85MM Detalhamento: CAP PVC SOLDÁVEL DE 85MM | UN - UNIDADE | CORRPLASTIK | 5,00 | 95,5000 | 477,50 |
| 61 | 26476 | JOELHO PVC DE 20MM X 45° Detalhamento: JOELHO PVC DE 20MM X 45° | UN - UNIDADE | CORRPLASTIK | 10,00 | 2,6000 | 26,00 |
| 62 | 26477 | JOELHO PVC DE 25MM X 45° Detalhamento: JOELHO PVC DE 25MM X 45° | UN - UNIDADE | CORRPLASTIK | 40,00 | 3,0000 | 120,00 |
| 63 | 26478 | JOELHO PVC DE 32MM X 45° Detalhamento: JOELHO PVC DE 32MM X 45° | UN - UNIDADE | CORRPLASTIK | 5,00 | 6,9000 | 34,50 |
| 64 | 26480 | JOELHO PVC DE 50 MM X 45° Detalhamento: JOELHO PVC DE 50 MM X 45° | UN - UNIDADE | CORRPLASTIK | 10,00 | 11,0000 | 110,00 |
| 65 | 26481 | JOELHO PVC DE 60MM X 45° Detalhamento: JOELHO PVC DE 60MM X 45° | UN - UNIDADE | CORRPLASTIK | 10,00 | 34,0000 | 340,00 |
| 66 | 26483 | JOELHO PVC DE 85MM X 45° Detalhamento: JOELHO PVC DE 85MM X 45° | UN - UNIDADE | CORRPLASTIK | 5,00 | 96,5000 | 482,50 |
| 67 | 26487 | UNIÃO PVC SOLDÁVEL DE 20MM | UN - UNIDADE | CORRPLASTIK | 10,00 | 12,5000 | 125,00 |
| 68 | 26488 | UNIÃO PVC SOLDÁVEL DE 25MM Detalhamento: UNIÃO PVC SOLDÁVEL DE 25MM | UN - UNIDADE | CORRPLASTIK | 10,00 | 18,0000 | 180,00 |
| 69 | 26489 | UNIÃO PVC SOLDÁVEL DE 32MM Detalhamento: UNIÃO PVC SOLDÁVEL DE 32MM | UN - UNIDADE | KRONA | 5,00 | 31,0000 | 155,00 |
| 70 | 26490 | UNIÃO PVC SOLDÁVEL DE 40MM | UN - UNIDADE | KRONA | 10,00 | 51,0000 | 510,00 |
| 71 | 26491 | UNIÃO PVC SOLDÁVEL DE 50MM Detalhamento: UNIÃO PVC SOLDÁVEL DE 50MM | UN - UNIDADE | CORRPLASTIK | 10,00 | 63,0000 | 630,00 |
| 72 | 26492 | UNIÃO PVC SOLDÁVEL DE 60MM Detalhamento: UNIÃO PVC SOLDÁVEL DE 60MM | UN - UNIDADE | CORRPLASTIK | 10,00 | 100,0000 | 1.000,00 |
| 73 | 26493 | TUBO PVC SOLDÁVEL DE 20MM X 6M | UN - UNIDADE | CORRPLASTIK | 20,00 | 31,5000 | 630,00 |
| 74 | 26494 | TUBO PVC SOLDÁVEL DE 25MM X 6M | UN - UNIDADE | CORRPLASTIK | 800,00 | 33,0000 | 26.400,00 |
| 75 | 26495 | TUBO PVC SOLDÁVEL DE 32MM X 6M | UN - UNIDADE | CORRPLASTIK | 10,00 | 77,0000 | 770,00 |
| 76 | 26496 | TUBO PVC SOLDÁVEL DE 40MM X 6M | UN - UNIDADE | CORRPLASTIK | 200,00 | 94,3000 | 18.860,00 |
| 77 | 26497 | TUBO PVC SOLDÁVEL DE 50MM X 6M | UN - UNIDADE | CORRPLASTIK | 500,00 | 126,5000 | 63.250,00 |
| 78 | 26498 | TUBO PVC SOLDÁVEL DE 60MM X 6M | UN - UNIDADE | CORRPLASTIK | 300,00 | 183,5000 | 55.050,00 |
| 79 | 26499 | TUBO PVC SOLDÁVEL DE 75MM X 6M | UN - UNIDADE | CORRPLASTIK | 10,00 | 259,0000 | 2.590,00 |
| 80 | 26500 | TUBO PVC SOLDÁVEL DE 85MM X 6M Detalhamento: TUBO PVC SOLDÁVEL DE 85MM X 6M | UN - UNIDADE | CORRPLASTIK | 10,00 | 415,5000 | 4.155,00 |
| 81 | 26501 | TUBO PVC SOLDÁVEL DE 110MM X 6M | UN - UNIDADE | CORRPLASTIK | 3,00 | 437,5000 | 1.312,50 |
| 82 | 26505 | CURVA PVC SOLDÁVEL DE 40MM X 45° Detalhamento: CURVA PVC SOLDÁVEL DE 40MM X 45° | UN - UNIDADE | CORRPLASTIK | 10,00 | 10,5000 | 105,00 |
| 83 | 26506 | CURVA PVC SOLDÁVEL DE 50MM X 45° Detalhamento: CURVA PVC SOLDÁVEL DE 50MM X 45° | UN - UNIDADE | CORRPLASTIK | 10,00 | 27,0000 | 270,00 |
| 84 | 26510 | CAP PVC ROSCÁVEL DE 1/2" Detalhamento: CAP PVC ROSCÁVEL DE 1/2" | UN - UNIDADE | CORRPLASTIK | 10,00 | 2,0000 | 20,00 |
| 85 | 26511 | CAP PVC ROSCÁVEL DE 3/4" Detalhamento: CAP PVC ROSCÁVEL DE 3/4" | UN - UNIDADE | CORRPLASTIK | 10,00 | 4,0000 | 40,00 |
| 86 | 26512 | TE PVC ROSCÁVEL DE 1/2" Detalhamento: TE PVC ROSCÁVEL DE 1/2" | UN - UNIDADE | CORRPLASTIK | 10,00 | 9,7000 | 97,00 |
| 87 | 26513 | TE PVC ROSCÁVEL DE 3/4" Detalhamento: TE PVC ROSCÁVEL DE 3/4" | UN - UNIDADE | CORRPLASTIK | 200,00 | 5,3000 | 1.060,00 |
| 88 | 26514 | BUCHA DE REDUÇÃO DE 3/4" X 1/2" Detalhamento: BUCHA DE REDUÇÃO DE 3/4" X 1/2" | UN - UNIDADE | KRONA | 120,00 | 2,0000 | 240,00 |
| 89 | 26516 | PLUG PVC ROSCÁVEL DE 1/2" Detalhamento: PLUG PVC ROSCÁVEL DE 1/2" | UN - UNIDADE | KRONA | 20,00 | 2,0000 | 40,00 |
| 90 | 26517 | PLUG PVC ROSCÁVEL DE 3/4" Detalhamento: PLUG PVC ROSCÁVEL DE 3/4" | UN - UNIDADE | KRONA | 20,00 | 2,2500 | 45,00 |
| 91 | 26518 | JOELHO PVC ROSCÁVEL 3/4" X 90° Detalhamento: JOELHO PVC ROSCÁVEL 3/4" X 90° | UN - UNIDADE | CORRPLASTIK | 200,00 | 3,0000 | 600,00 |
| 92 | 26523 | REGISTRO ESFERA PVC ROSCA EXTERNA COM BORBOLETA 1/2" Detalhamento: REGISTRO ESFERA PVC ROSCA EXTERNA COM BORBOLETA 1/2" | UN - UNIDADE | TUBOZAN | 10,00 | 18,0000 | 180,00 |
| 93 | 26524 | REGISTRO ESFERA PVC ROSCA EXTERNA COM BORBOLETA 3/4" Detalhamento: REGISTRO ESFERA PVC ROSCA EXTERNA COM BORBOLETA 3/4" | UN - UNIDADE | TUBOZAN | 80,00 | 19,4000 | 1.552,00 |
| 94 | 26525 | REGISTRO ESFERA PVC SOLDÁVEL C/ BORBOLETE 20MM Detalhamento: REGISTRO ESFERA PVC SOLDÁVEL C/ BORBOLETE 20MM | UN - UNIDADE | TUBOZAN | 10,00 | 9,9000 | 99,00 |
| 95 | 26526 | REGISTRO ESFERA PVC SOLDÁVEL C/ BORBOLETE 25MM Detalhamento: REGISTRO ESFERA PVC SOLDÁVEL C/ BORBOLETE 25MM | UN - UNIDADE | TUBOZAN | 250,00 | 15,3000 | 3.825,00 |
| 96 | 26527 | REGISTRO ESFERA PVC SOLDÁVEL C/ BORBOLETE 32MM Detalhamento: REGISTRO ESFERA PVC SOLDÁVEL C/ BORBOLETE 32MM | UN - UNIDADE | TUBOZAN | 4,00 | 27,0000 | 108,00 |
| 97 | 26528 | REGISTRO ESFERA PVC SOLDÁVEL C/ BORBOLETE 40MM Detalhamento: REGISTRO ESFERA PVC SOLDÁVEL C/ BORBOLETE 40MM | UN - UNIDADE | TUBOZAN | 20,00 | 33,4000 | 668,00 |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 98 | 26529 | REGISTRO ESFERA PVC SOLDÁVEL C/ BORBOLETE 50MM Detalhamento: REGISTRO ESFERA PVC SOLDÁVEL C/ BORBOLETE 50MM | UN - UNIDADE | TUBOZAN | 40,00 | 45,7000 | 1.828,00 |
| 99 | 26530 | REGISTRO ESFERA PVC SOLDÁVEL C/ BORBOLETE 60MM Detalhamento: REGISTRO ESFERA PVC SOLDÁVEL C/ BORBOLETE 60MM | UN - UNIDADE | TUBOZAN | 20,00 | 68,6000 | 1.372,00 |
| 100 | 26531 | REGISTRO ESFERA PVC SOLDÁVEL C/ BORBOLETE 75MM Detalhamento: REGISTRO ESFERA PVC SOLDÁVEL C/ BORBOLETE 75MM | UN - UNIDADE | HIGIBAN | 2,00 | 287,0000 | 574,00 |
| 101 | 26532 | REGISTRO ESFERA PVC SOLDÁVEL C/ BORBOLETE 85MM Detalhamento: REGISTRO ESFERA PVC SOLDÁVEL C/ BORBOLETE 85MM | UN - UNIDADE | HIGIBAN | 2,00 | 309,0000 | 618,00 |
| 102 | 26538 | REGISTRO ESFERA PVC ROSCA INTERNA C/ BORBOLETA 3/4" Detalhamento: REGISTRO ESFERA PVC ROSCA INTERNA C/ BORBOLETA 3/4" | UN - UNIDADE | TUBOZAN | 20,00 | 25,0000 | 500,00 |
| 103 | 26540 | ADESIVOS PARA TUBOS E CONEXÕES EM PVC DE 850 GRAMAS Detalhamento: ADESIVOS PARA TUBOS E CONEXÕES EM PVC DE 850 GRAMAS | UN - UNIDADE | SILOC | 100,00 | 62,5000 | 6.250,00 |
| 104 | 26541 | ADESIVOS PARA TUBOS E CONEXÕES EM PVC DE 175 GRAMAS Detalhamento: ADESIVOS PARA TUBOS E CONEXÕES EM PVC DE 175 GRAMAS | UN - UNIDADE | CORRPLASTIK | 100,00 | 21,0000 | 2.100,00 |
| 105 | 26542 | FITA VEDA ROSCA 18MM X 25M | UN - UNIDADE | GOOL | 200,00 | 7,0000 | 1.400,00 |
| 106 | 26543 | FITA VEDA ROSCA 18MM X 50M Detalhamento: FITA VEDA ROSCA 18MM X 50M | UN - UNIDADE | GOOL | 200,00 | 11,8000 | 2.360,00 |
| 107 | 26544 | TORNEIRA PVC P/ JARDIM PRETA 1/2" Detalhamento: TORNEIRA PVC P/ JARDIM PRETA 1/2" | UN - UNIDADE | HERC | 100,00 | 7,4000 | 740,00 |
| 108 | 26545 | MANGUEIRA POLIETILENO PEBD PRETA 3/4" Detalhamento: MANGUEIRA POLIETILENO PEBD PRETA 3/4" | UN - UNIDADE | ECO 2000 | 200,00 | 43,0000 | 8.600,00 |
| 109 | 26546 | MANGUEIRA POLIETILENO PEBD PRETA 1/2" Detalhamento: MANGUEIRA POLIETILENO PEBD PRETA 1/2" | UN - UNIDADE | ECO 2000 | 200,00 | 17,9000 | 3.580,00 |
| 110 | 26547 | LAMINA DE SERRA BIMETAL AÇO RÁPIDO 12" X 24 DENTES Detalhamento: LAMINA DE SERRA - EM ACO RAPIDO, MEDINDO 12¨ X 24MM | UN - UNIDADE | THOMPSON | 40,00 | 15,0000 | 600,00 |
| 111 | 26548 | CHAVE GRIFO 24" Detalhamento: CHAVE GRIFO 24" | UN - UNIDADE | CARBOGRAFITE | 2,00 | 198,5000 | 397,00 |
| 112 | 26552 | ALICATE PRESSÃO 10" Detalhamento: ALICATE PRESSÃO 10" | UN - UNIDADE | LOTUS | 2,00 | 49,5000 | 99,00 |
| 113 | 26554 | MINI ARCO DE SERRA Detalhamento: MINI ARCO DE SERRA | UN - UNIDADE | THOMPSON | 3,00 | 6,9900 | 20,97 |
| 114 | 26556 | CAVADEIRA ARTICULADA Detalhamento: CAVADEIRA ARTICULADA | UN - UNIDADE | PARABONI | 4,00 | 130,0000 | 520,00 |
| 115 | 26557 | ENXADA LARGA COM CABO Detalhamento: ENXADA LARGA COM CABO | UN - UNIDADE | PARABONI | 3,00 | 70,0000 | 210,00 |
| 116 | 26558 | ENXADÃO LARGO COM CABO Detalhamento: ENXADÃO LARGO COM CABO | UN - UNIDADE | PARABONI | 2,00 | 75,0000 | 150,00 |
| 117 | 26559 | ENXADÃO ESTREITO COM CABO Detalhamento: ENXADÃO ESTREITO COM CABO | UN - UNIDADE | PARABONI | 2,00 | 68,0000 | 136,00 |
| 118 | 26561 | PICARETA ALVIÃO COM CABO Detalhamento: PICARETA ALVIÃO COM CABO | UN - UNIDADE | PARABONI | 4,00 | 149,0000 | 596,00 |
| 119 | 26563 | GROZA Detalhamento: GROZA | UN - UNIDADE | ROCAST | 3,00 | 56,8000 | 170,40 |
| 120 | 26568 | ABRAÇADEIRAS DE AÇO 1/2" Detalhamento: ABRAÇADEIRAS DE AÇO 1/2" | UN - UNIDADE | CISER | 100,00 | 3,3800 | 338,00 |
| 121 | 26569 | ABRAÇADEIRAS DE AÇO 3/4" Detalhamento: ABRAÇADEIRAS DE AÇO 3/4" | UN - UNIDADE | CISER | 100,00 | 2,9500 | 295,00 |
| 122 | 26570 | UNIÃO INTERNA PARA MANGUEIRA 1/2" Detalhamento: UNIÃO INTERNA PARA MANGUEIRA 1/2" | UN - UNIDADE | REBOUCAS | 50,00 | 2,1000 | 105,00 |
| 123 | 26571 | UNIÃO INTERNA PARA MANGUEIRA 3/4" Detalhamento: UNIÃO INTERNA PARA MANGUEIRA 3/4" | UN - UNIDADE | REBOUCAS | 20,00 | 3,5000 | 70,00 |
| 124 | 26572 | JOELHO INTERNO DUPLO PARA MANGUEIRA 1/2" Detalhamento: JOELHO INTERNO DUPLO PARA MANGUEIRA 1/2" | UN - UNIDADE | REBOUCAS | 50,00 | 3,1500 | 157,50 |
| 125 | 26573 | JOELHO INTERNO DUPLO PARA MANGUEIRA 3/4" Detalhamento: JOELHO INTERNO DUPLO PARA MANGUEIRA 3/4" | UN - UNIDADE | REBOUCAS | 50,00 | 3,9000 | 195,00 |
| 126 | 26574 | ADAPTADOR INTERNO PARA MANGUEIRA 3/4" X 1/2" Detalhamento: ADAPTADOR INTERNO PARA MANGUEIRA 3/4" X 1/2" | UN - UNIDADE | REBOUCAS | 30,00 | 3,0000 | 90,00 |
| 127 | 26575 | TE INTERNO TRIPLO P/ MANGUEIRA 1/2" Detalhamento: TE INTERNO TRIPLO P/ MANGUEIRA 1/2" | UN - UNIDADE | REBOUCAS | 30,00 | 8,7000 | 261,00 |
| 128 | 26576 | TE INTERNO TRIPLO P/ MANGUEIRA 3/4" Detalhamento: TE INTERNO TRIPLO P/ MANGUEIRA 3/4" | UN - UNIDADE | REBOUCAS | 30,00 | 4,5000 | 135,00 |
| 129 | 26577 | UNIÃO DE REDUÇÃO PARA MANGUEIRA 3/4" X 1/2" Detalhamento: UNIÃO DE REDUÇÃO PARA MANGUEIRA 3/4" X 1/2" | UN - UNIDADE | KRONA | 20,00 | 5,8000 | 116,00 |
| 130 | 28647 | ARCO DE SERRA 12 POLEGADAS COM REGULAGEM Detalhamento: ARCO DE SERRA - 12¨ PROFISSIONAL, COM CABO FECHADO, PINTADO | UN - UNIDADE | THOMPSON | 5,00 | 38,5000 | 192,50 |
| 131 | 28770 | MARRETA 3KG FORJADA CABO DE MADEIRA | UN - UNIDADE | RIO CLARO | 2,00 | 63,5000 | 127,00 |
| 132 | 28823 | CHAVE GRIFO 36 POLEGADAS Detalhamento: CHAVE GRIFO 36 POLEGADAS | UN - UNIDADE | CARBOGRAFITE | 2,00 | 345,0000 | 690,00 |
| 133 | 30073 | OCULOS DE PROTEÇÃO Detalhamento: OCULOS DE PROTEÇÃO | UN - UNIDADE | PLASTCOR | 20,00 | 11,0000 | 220,00 |
| 134 | 30342 | BUCHA DE REDUÇÃO PVC CURTA DE 85MM X 75MM Detalhamento: BUCHA DE REDUÇÃO PVC CURTA DE 85MM X 75MM | UN - UNIDADE | CORRPLASTIK | 10,00 | 43,5000 | 435,00 |
| 135 | 31979 | TUBO PVC SOLDAVEL DE 80 MM X 6 | UN - UNIDADE | CORRPLASTIK | 3,00 | 369,9900 | 1.109,97 |
| 136 | 31983 | TUBO PVC SOLDAVEL DE 200 MM X 6 | UN - UNIDADE | CORRPLASTIK | 2,00 | 846,2400 | 1.692,48 |
| 137 | 31984 | TUBO PVC SOLDAVEL DE 150 MM X 6 | UN - UNIDADE | CORRPLASTIK | 2,00 | 580,7400 | 1.161,48 |
| 138 | 31988 | TUBO PARA ESGOTO DE 200 MM Detalhamento: TUBO PARA ESGOTO DE 200 MM | UN - UNIDADE | CORRPLASTIK | 5,00 | 593,0000 | 2.965,00 |
| 139 | 31989 | TUBO PARA ESGOTO DE 150 MM Detalhamento: TUBO PARA ESGOTO DE 150 MM | UN - UNIDADE | CORRPLASTIK | 5,00 | 359,0000 | 1.795,00 |
| 140 | 31991 | TE COM ANEL DE VEDAÇÃO 200 MM PARA TUBO DE ESGOTO Detalhamento: TE COM ANEL DE VEDAÇÃO 200 MM PARA TUBO DE ESGOTO | UN - UNIDADE | CORRPLASTIK | 5,00 | 228,0000 | 1.140,00 |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 141 | 31992 | TE COM ANEL DE VEDAÇÃO 150 MM PARA TUBO DE ESGOTO Detalhamento: TE COM ANEL DE VEDAÇÃO 150 MM PARA TUBO DE ESGOTO | UN - UNIDADE | CORRPLASTIK | 5,00 | 87,4000 | 437,00 |
| 142 | 32001 | LUVA DE CORRER P/TUBO DE ESGOTO 150 MM Detalhamento: LUVA DE CORRER P/TUBO DE ESGOTO 150 MM | UN - UNIDADE | CORRPLASTIK | 5,00 | 156,0000 | 780,00 |
| 143 | 32003 | LUVA DE CORRER P/ TUBO DE ESGOTO 200 MM Detalhamento: LUVA DE CORRER P/ TUBO DE ESGOTO 200 MM | UN - UNIDADE | CORRPLASTIK | 5,00 | 340,0000 | 1.700,00 |
| 144 | 32004 | LUVA BRANCA R/R ¾ Detalhamento: LUVA BRANCA R/R ¾ | UN - UNIDADE | CORPLASTIK | 100,00 | 3,5000 | 350,00 |
| 145 | 32006 | JOELHO PVC DE 40 MM X 45° Detalhamento: JOELHO PVC DE 40 MM X 45° | UN - UNIDADE | CORRPLASTIK | 10,00 | 6,8000 | 68,00 |
| 146 | 32011 | ALAVANCA METALICA Detalhamento: ALAVANCA METALICA | UN - UNIDADE | RIO CLARO | 2,00 | 265,5000 | 531,00 |
| 147 | 32839 | LUVA DE PROTECAO - LUVA DE SEGURANCA CONFECCIONADA EM TECIDO DE ALGODAO COM TRATAMENTO IMPERMEABILIZANTE EM SILICONE, FORRACAO DESCARTAVEL COM UMA CAMADA EM FIBRA POLIESTER E UMA CAMADA DE TECIDO EM ALGODAO COM TRATAMENTO IMPERMEABILIZANTE EM SILICON Detalhamento: LUVA DE PROTECAO - LUVA DE SEGURANCA CONFECCIONADA EM TECIDO DE ALGODAO COM TRATAMENTO IMPERMEABILIZANTE EM SILICONE, FORRACAO DESCARTAVEL COM UMA CAMADA EM FIBRA POLIESTER E UMA CAMADA DE TECIDO EM ALGODAO COM TRATAMENTO IMPERMEABILIZANTE EM SILICONE, MODELO 5 DEDOS, COM COSTURA EM PARA-ARAMIDA. | UN - UNIDADE | INFINITY | 50,00 | 30,0000 | 1.500,00 |
| 148 | 32854 | CARRINHO DE MÃO (CARRIOLA) Detalhamento: CARRINHO DE MÃO (CARRIOLA) | UN - UNIDADE | BOTAFOGO | 3,00 | 388,0000 | 1.164,00 |
| 149 | 33002 | LUVA PVC SOLDAVEL, 25 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL Detalhamento: LUVA PVC SOLDAVEL, 25 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL | UN - UNIDADE | CORRPLASTIK | 500,00 | 1,9000 | 950,00 |
| 150 | 33003 | LUVA PVC SOLDAVEL, 32 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL Detalhamento: LUVA PVC SOLDAVEL, 32 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL | UN - UNIDADE | CORRPLASTIK | 20,00 | 2,4000 | 48,00 |
| 151 | 33004 | LUVA PVC SOLDAVEL, 50 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL Detalhamento: LUVA PVC SOLDAVEL, 50 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL | UN - UNIDADE | CORRPLASTIK | 50,00 | 5,4000 | 270,00 |
| 152 | 33016 | LUVA SOLDAVEL COM ROSCA, PVC, 25 MM X 3/4, PARA AGUA FRIA PREDIAL Detalhamento: LUVA SOLDAVEL COM ROSCA, PVC, 25 MM X 3/4, PARA AGUA FRIA PREDIAL | UN - UNIDADE | CORRPLASTIK | 50,00 | 3,0000 | 150,00 |
| 153 | 33022 | NIPLE PVC 3/4 Detalhamento: NIPLE PVC 3/4 | UN - UNIDADE | KRONA | 30,00 | 2,2000 | 66,00 |
| 154 | 33086 | CURVA DE PVC 45 GRAUS, SOLDAVEL, 32 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL (NBR 5648) Detalhamento: CURVA DE PVC 45 GRAUS, SOLDAVEL, 32 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL (NBR 5648) | UN - UNIDADE | CORRPLASTIK | 5,00 | 5,6000 | 28,00 |
| 155 | 33792 | CAVADEIRA - CAVADEIRA RETA Detalhamento: CAVADEIRA - CAVADEIRA RETA, LAMINA REFORCADA ESPESSURA 4,5MM COM AFIACAO ESPECIAL, CABO ENCERADO COM COMPRIMENTO DE 1,3M E DIAMETRO 38MM | UN - UNIDADE | PARABONI | 5,00 | 80,0000 | 400,00 |
| 156 | 33793 | PÁ - EM METAL, TAMANHO MÉDIO Detalhamento: PÁ - EM METAL, TAMANHO MÉDIO | UN - UNIDADE | PARABONI | 5,00 | 56,0000 | 280,00 |
| 157 | 33804 | ESCOVA DE AÇO Detalhamento: ESCOVA DE AÇO | UN - UNIDADE | CARBOGRAFITE | 3,00 | 28,0000 | 84,00 |
| 158 | 33805 | ARCO DE PUA PARA BROCA Detalhamento: ARCO PARA BROCA | UN - UNIDADE | MELFI | 2,00 | 191,0000 | 382,00 |
| 159 | 33814 | JOELHO 45 GR - DE PVC 3/4, COM ENCAIXE TIPO ROSCA Detalhamento: JOELHO 45 GR - DE PVC 3/4, COM ENCAIXE TIPO ROSCA | UN - UNIDADE | CORRPLASTIK | 10,00 | 2,8000 | 28,00 |
| 160 | 33815 | KIT CAVALETE - CONEXOES EM PVC COM DN 3/4 Detalhamento: KIT CAVALETE - CONEXOES EM PVC COM DN 3/4 | UN - UNIDADE | MP | 20,00 | 91,0000 | 1.820,00 |
| 161 | 33819 | REGISTRO - DO TIPO ESFERA,COM ROSCA MACHO E FEMEA EM PVC,SOLDAVEL,COM DIAMETRO DE 3/4 Detalhamento: REGISTRO - DO TIPO ESFERA,COM ROSCA MACHO E FEMEA EM PVC,SOLDAVEL,COM DIAMETRO DE 3/4 | UN - UNIDADE | TALITA | 300,00 | 77,6000 | 23.280,00 |
| 162 | 33820 | JOELHO PVC SOLDÁVEL ROSCA 90º 20MM X 1/2 Detalhamento: JOELHO PVC SOLDÁVEL ROSCA 90º 20MM X 1/2 | UN - UNIDADE | CORRPLASTIK | 10,00 | 10,0000 | 100,00 |
| 163 | 33822 | JOELHO PVC SOLDÁVEL ROSCA 90º 25MM X 3/4 Detalhamento: JOELHO PVC SOLDÁVEL ROSCA 90º 25MM X 3/4 | UN - UNIDADE | CORRPLASTIK | 50,00 | 9,0000 | 450,00 |
| 164 | 33823 | CHAVE - CHAVE CANO Nº 14 GRIFO Detalhamento: CHAVE - CHAVE CANO Nº 14 GRIFO | UN - UNIDADE | CARBOGRAFITE | 2,00 | 114,5000 | 229,00 |
| 165 | 33824 | JOELHO PVC SOLDÁVEL ROSCA 90º 25MM X 1/2 Detalhamento: JOELHO PVC SOLDÁVEL ROSCA 90º 25MM X 1/2 | UN - UNIDADE | CORRPLASTIK | 40,00 | 3,6000 | 144,00 |
| 166 | 33825 | ALICATE - BOMBA D'AGUA NUMERO 12 Detalhamento: ALICATE - BOMBA D'AGUA NUMERO 12 | UN - UNIDADE | LOTUS | 6,00 | 70,0000 | 420,00 |
| 167 | 33826 | JOELHO PVC SOLDÁVEL ROSCA 90º 32MM X 3/4 Detalhamento: JOELHO PVC SOLDÁVEL ROSCA 90º 32MM X 3/4 | UN - UNIDADE | CORRPLASTIK | 10,00 | 18,0000 | 180,00 |
| 168 | 33827 | CURVA - EM PVC, PBA, 60 MM, 45° Detalhamento: CURVA - EM PVC, PBA, 60 MM, 45° | UN - UNIDADE | CORRPLASTIK | 10,00 | 34,9000 | 349,00 |
| 169 | 33828 | CURVA - DE PVC 45 GRAUS, SOLDAVEL, 25 MM Detalhamento: CURVA - DE PVC 45 GRAUS, SOLDAVEL, 25 MM | UN - UNIDADE | CORRPLASTIK | 20,00 | 5,0000 | 100,00 |
| 170 | 33829 | CURVA - DE PVC 45 GRAUS, SOLDAVEL, 20 MM Detalhamento: CURVA - DE PVC 45 GRAUS, SOLDAVEL, 20 MM | UN - UNIDADE | CORRPLASTIK | 10,00 | 5,0000 | 50,00 |
| 171 | 33830 | BUCHA DE REDUCAO DE PVC RIGIDO SOLDAVEL LONGA 110 MM/ 60 MM Detalhamento: BUCHA DE REDUCAO DE PVC RIGIDO SOLDAVEL LONGA 110 MM/ 60 MM | UN - UNIDADE | KRONA | 4,00 | 54,5000 | 218,00 |
| 172 | 33835 | LUVA PVC SOLDAVEL, 20 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL Detalhamento: LUVA PVC SOLDAVEL, 20 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL | UN - UNIDADE | CORRPLASTIK | 100,00 | 1,8000 | 180,00 |
| 173 | 33836 | LUVA PVC SOLDAVEL, 40 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL Detalhamento: LUVA PVC SOLDAVEL, 40 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL | UN - UNIDADE | CORRPLASTIK | 40,00 | 5,0000 | 200,00 |
| 174 | 33838 | LUVA PVC SOLDAVEL, 60 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL Detalhamento: LUVA PVC SOLDAVEL, 60 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL | UN - UNIDADE | CORRPLASTIK | 50,00 | 13,8000 | 690,00 |
| 175 | 33841 | LUVA PVC SOLDAVEL, 75 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL Detalhamento: LUVA PVC SOLDAVEL, 75 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL | UN - UNIDADE | CORRPLASTIK | 5,00 | 45,0000 | 225,00 |
| 176 | 33842 | LUVA PVC SOLDAVEL, 85 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL Detalhamento: LUVA PVC SOLDAVEL, 85 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL | UN - UNIDADE | CORRPLASTIK | 5,00 | 72,0000 | 360,00 |
| 177 | 33843 | ADAPTADOR - EM PVC,TIPO CURTO,COM DIAMETRO DE 60MM X 2 Detalhamento: ADAPTADOR - EM PVC,TIPO CURTO,COM DIAMETRO DE 60MM X 2 | UN - UNIDADE | CORRPLASTIK | 10,00 | 34,9000 | 349,00 |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 178 | 33844 | LUVA SOLDAVEL COM ROSCA, PVC, 25 MM X 1/2, PARA AGUA FRIA PREDIAL Detalhamento: LUVA SOLDAVEL COM ROSCA, PVC, 25 MM X 1/2, PARA AGUA FRIA PREDIAL | UN - UNIDADE | CORRPLASTIK | 50,00 | 4,4000 | 220,00 |
| 179 | 33845 | TE - EM PVC, SOLDA ROSCA DE 25MM X 3/4 Detalhamento: TE - EM PVC, SOLDA ROSCA DE 25MM X 3/4 | UN - UNIDADE | CORRPLASTIK | 20,00 | 12,0000 | 240,00 |
| 180 | 33846 | TE - EM PVC, SOLDA ROSCA DE 25MM X 1/2 Detalhamento: TE - EM PVC, SOLDA ROSCA DE 25MM X 1/2 | UN - UNIDADE | CORRPLASTIK | 20,00 | 9,7000 | 194,00 |
| 181 | 33850 | JOELHO PVC DE 75MM X 45º Detalhamento: JOELHO PVC DE 75MM X 45º | UN - UNIDADE | CORRPLASTIK | 5,00 | 65,3000 | 326,50 |
| 182 | 36073 | ANEL DE BORRACHA PARA VEDAÇÃO 3/4 Detalhamento: ANEL DE BORRACHA PARA VEDAÇÃO 3/4 | UN - UNIDADE | POLIERG | 600,00 | 5,0000 | 3.000,00 |
| 183 | 36075 | PORCAS 3/4 PARA TUBETES Detalhamento: PORCAS 3/4 PARA TUBETES | UN - UNIDADE | POLIERG | 600,00 | 2,8000 | 1.680,00 |
| 184 | 36076 | TUBETE CURTO PARA HIDRÔMETRO ¾ Detalhamento: TUBETE CURTO PARA HIDRÔMETRO ¾ | UN - UNIDADE | POLIERG | 300,00 | 4,5000 | 1.350,00 |
| 185 | 36077 | TUBETE LONGO PARA HIDRÔMETRO 3/4 Detalhamento: TUBETE LONGO PARA HIDRÔMETRO 3/4 | UN - UNIDADE | POLIERG | 300,00 | 6,2000 | 1.860,00 |
| 186 | 37534 | ADAPTADOR PVC SOLDAVEL ROSCA CURTA DE 75 MM X 2,1/2 Detalhamento: ADAPTADOR PVC SOLDAVEL ROSCA CURTA DE 75 MM X 2,1/2 | UN - UNIDADE | CORRPLASTIK | 5,00 | 28,0000 | 140,00 |
| 187 | 37535 | ADAPTADOR PVC SOLDAVEL ROSCA CURTA DE 85 MM X 3 Detalhamento: ADAPTADOR PVC SOLDAVEL ROSCA CURTA DE 85 MM X 3 | UN - UNIDADE | CORRPLASTIK | 5,00 | 28,9900 | 144,95 |
| 188 | 37536 | ADAPTADOR PVC SOLDÁVEL ROSCA CURTO DE 50 MM X 1. ½ Detalhamento: ADAPTADOR PVC SOLDÁVEL ROSCA CURTO DE 50 MM X 1. ½ | UN - UNIDADE | CORRPLASTIK | 10,00 | 11,0000 | 110,00 |
| 189 | 37537 | FITA ZEBRADA 70MMX200M Detalhamento: FITA DE ISOLAMENTO DE AREA - DO TIPO FITA ZEBRADA 70MMX200M | UN - UNIDADE | PLASTCOR | 50,00 | 20,0000 | 1.000,00 |

Total: 314.888,25

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena “d” do inciso II do caput e do §5° do art. 65 da Lei nº 8. 666, de 1993.

2.2.1. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.2. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.3. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.4. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.5. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.2. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.3. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea “d” do inciso II do caput ou do §5° do art. 65 da Lei n° 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.3.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.3.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4°, da Lei n° 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3° do Decreto Municipal n° 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços “de oficio” através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município observada o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contrações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados ou cancelar os serviços executados para entidade usuária, sem qualquer ônus para administração, no prazo máximo de 24(vinte e quatro) horas, independente da aplicação das penalidades cabíveis.

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal n° 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará (ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme as solicitações em anexo no termo de referencia em conformidade com o edital os artigos 73 a 76 da Lei Federal nº 8.666/93.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer o objeto licitado, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusado o objeto licitado com defeitos de fabrica, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. O objeto licitado deverá ser entregue embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança do O objeto licitado contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 02 (DOIS) anos a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte do O objeto licitado, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 30 (trinta) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea “a”, da Lei n° 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8. 666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. Pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;

b) cancelamento do preço registrado;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. Por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;

b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. Por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

a) advertência, por escrito, nas falta leves;

b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;

c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. Poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei n° 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Paranatinga-MT para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE -

Prefeito(a) Municipal

_____

MUDAR COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO FERRAMENTAS E EPI S LTDA - EPP

_____

NEITON CORDEIRO BASTOS

PORTARIA Nº 37/2021

## TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito, , no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

**Licitação Nr.:** 00000104/2023

**Modalidade Nr.:** 00000038/2023

**Classificação::** Pregão Presencial

**Data da Adjudicação:** 16/08/23

**Data da Homologação:** 16/08/23

**Objeto da licitação:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA O DEMAE - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA

"Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação)"

**30634 - MUDAR COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO FERRAMENTAS E EPI S LTDA - EPP**

**CNPJ:** 14.888.303/0001-05

| Codigo | Nome | Unidade de Fornecimento | Marca | Quantidade | Vlr. Unitário | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 26381 | COLAR TOMADA PVC C/ TRAVAS DN 50MMX 3/4 Detalhamento: COLAR TOMADA PVC C/ TRAVAS DN 50MMX 3/4 | UNIDADE | CORRPLASTIK | 100,0000 | 18,8000 | 1.880,00 |
| 26382 | COLAR TOMADA PVC C/ TRAVAS DN 60MMX 3/4 Detalhamento: COLAR TOMADA PVC C/ TRAVAS DN 60MMX 3/4 | UNIDADE | CORRPLASTIK | 20,0000 | 17,3000 | 346,00 |
| 26383 | COLAR TOMADA PVC C/ TRAVAS DN 75MM X 3/4 Detalhamento: COLAR TOMADA PVC C/ TRAVAS DN 75MM X 3/4 | UNIDADE | CORRPLASTIK | 3,0000 | 22,3000 | 66,90 |
| 26384 | COLAR TOMADA PVC C/ TRAVAS DN 85MM X 3/4 Detalhamento: COLAR TOMADA PVC C/ TRAVAS DN 85MM X 3/4 | UNIDADE | CORRPLASTIK | 3,0000 | 21,8000 | 65,40 |
| 26385 | COLAR TOMADA PVC C/TRAVAS DN 110MM X 3/4 Detalhamento: COLAR TOMADA PVC C/TRAVAS DN 110MM X 3/4 | UNIDADE | CORRPLASTIK | 3,0000 | 20,0000 | 60,00 |
| 26386 | COLAR TOMADA PVC C / TRAVAS DN 40MM X 3/4 Detalhamento: COLAR TOMADA PVC C / TRAVAS DN 40MM X 3/4 | UNIDADE | CORRPLASTIK | 20,0000 | 16,9000 | 338,00 |
| 26390 | JOELHO PVC SOLDÁVEL DE 20MM X 90° Detalhamento: JOELHO PVC SOLDÁVEL DE 20MM X 90° | UNIDADE | CORRPLASTIK | 20,0000 | 2,0000 | 40,00 |
| 26391 | JOELHO PVC SOLDÁVEL DE 25MM X 90° Detalhamento: JOELHO PVC SOLDÁVEL DE 25MM X 90° | UNIDADE | CORRPLASTIK | 500,0000 | 2,6000 | 1.300,00 |
| 26392 | JOELHO PVC SOLDÁVEL DE 32MM X 90° Detalhamento: JOELHO PVC SOLDÁVEL DE 32MM X 90° | UNIDADE | CORRPLASTIK | 5,0000 | 4,9000 | 24,50 |
| 26393 | JOELHO PVC SOLDÁVEL DE 40MM X 90° Detalhamento: JOELHO PVC SOLDÁVEL DE 40MM X 90° | UNIDADE | CORRPLASTIK | 30,0000 | 9,2000 | 276,00 |
| 26394 | JOELHO PVC SOLDÁVEL DE 50MM X 90° Detalhamento: JOELHO PVC SOLDÁVEL DE 50MM X 90° | UNIDADE | CORRPLASTIK | 110,0000 | 7,0000 | 770,00 |
| 26395 | JOELHO PVC SOLDÁVEL DE 60MM X 90° Detalhamento: JOELHO PVC SOLDÁVEL DE 60MM X 90° | UNIDADE | CORRPLASTIK | 50,0000 | 27,3000 | 1.365,00 |
| 26396 | JOELHO PVC SOLDÁVEL DE 75MM X 90° Detalhamento: JOELHO PVC SOLDÁVEL DE 75MM X 90° | UNIDADE | CORRPLASTIK | 10,0000 | 116,0000 | 1.160,00 |
| 26397 | JOELHO PVC SOLDÁVEL DE 85MM X 90° Detalhamento: JOELHO PVC SOLDÁVEL DE 85MM X 90° | UNIDADE | CORRPLASTIK | 5,0000 | 117,5000 | 587,50 |
| 26399 | TE PVC SOLDÁVEL DE 20MM Detalhamento: TE PVC SOLDÁVEL DE 20MM | UNIDADE | CORRPLASTIK | 20,0000 | 3,4000 | 68,00 |
| 26400 | TE PVC SOLDÁVEL DE 25MM Detalhamento: TE PVC SOLDÁVEL DE 25MM | UNIDADE | CORRPLASTIK | 500,0000 | 2,5500 | 1.275,00 |
| 26401 | TE PVC SOLDÁVEL DE 32MM Detalhamento: TE PVC SOLDÁVEL DE 32MM | UNIDADE | CORRPLASTIK | 20,0000 | 6,4000 | 128,00 |
| 26402 | TE SOLDÁVEL DE 40MM Detalhamento: TE SOLDÁVEL DE 40MM | UNIDADE | CORRPLASTIK | 20,0000 | 12,9900 | 259,80 |
| 26403 | TE SOLDÁVEL DE 50MM Detalhamento: TE SOLDÁVEL DE 50MM | UNIDADE | CORRPLASTIK | 100,0000 | 11,9000 | 1.190,00 |
| 26404 | TE SOLDÁVEL DE 60MM Detalhamento: TE SOLDÁVEL DE 60MM | UNIDADE | CORRPLASTIK | 30,0000 | 32,5000 | 975,00 |
| 26405 | TE SOLDÁVEL DE 75MM Detalhamento: TE SOLDÁVEL DE 75MM | UNIDADE | CORRPLASTIK | 10,0000 | 68,0000 | 680,00 |
| 26406 | TE SOLDÁVEL DE 85MM Detalhamento: TE SOLDÁVEL DE 85MM | UNIDADE | CORRPLASTIK | 10,0000 | 100,0000 | 1.000,00 |
| 26408 | CURVA PVC SOLDÁVEL DE 20MM X 90° Detalhamento: CURVA PVC SOLDÁVEL DE 20MM X 90° | UNIDADE | CORRPLASTIK | 10,0000 | 3,6000 | 36,00 |
| 26409 | CURVA PVC SOLDÁVEL DE 25MM X 90° Detalhamento: CURVA PVC SOLDÁVEL DE 25MM X 90° | UNIDADE | CORRPLASTIK | 50,0000 | 3,6000 | 180,00 |
| 26410 | CURVA PVC SOLDÁVEL DE 32MM X 90° Detalhamento: CURVA PVC SOLDÁVEL DE 32MM X 90° | UNIDADE | CORRPLASTIK | 10,0000 | 9,5000 | 95,00 |
| 26411 | CURVA PVC SOLDÁVEL DE 40MM X 90° Detalhamento: CURVA PVC SOLDÁVEL DE 40MM X 90° | UNIDADE | CORRPLASTIK | 40,0000 | 16,0000 | 640,00 |
| 26412 | CURVA PVC SOLDÁVEL DE 50MM X 90° Detalhamento: CURVA PVC SOLDÁVEL DE 50MM X 90° | UNIDADE | CORRPLASTIK | 20,0000 | 17,3000 | 346,00 |
| 26413 | CURVA PVC SOLDÁVEL DE 60MM X 90° Detalhamento: CURVA PVC SOLDÁVEL DE 60MM X 90° | UNIDADE | CORRPLASTIK | 20,0000 | 69,8000 | 1.396,00 |
| 26417 | BUCHA DE REDUÇÃO PVC CURTA DE 25MM X 20MM Detalhamento: BUCHA DE REDUÇÃO PVC CURTA DE 25MM X 20MM | UNIDADE | CORRPLASTIK | 75,0000 | 1,9000 | 142,50 |
| 26418 | BUCHA DE REDUÇÃO PVC CURTA DE 32MM X 25MM Detalhamento: BUCHA DE REDUÇÃO PVC CURTA DE 32MM X 25MM | UNIDADE | CORRPLASTIK | 10,0000 | 2,8500 | 28,50 |
| 26419 | BUCHA DE REDUÇÃO PVC CURTA DE 40MM X 32MM Detalhamento: BUCHA DE REDUÇÃO PVC CURTA DE 40MM X 32MM | UNIDADE | CORRPLASTIK | 10,0000 | 4,8000 | 48,00 |
| 26420 | BUCHA DE REDUÇÃO PVC CURTA DE 50MM X 40MM Detalhamento: BUCHA DE REDUÇÃO PVC CURTA DE 50MM X 40MM | UNIDADE | CORRPLASTIK | 50,0000 | 6,7000 | 335,00 |
| 26421 | BUCHA DE REDUÇÃO PVC CURTA DE 60MM X 50MM Detalhamento: BUCHA DE REDUÇÃO PVC CURTA DE 60MM X 50MM | UNIDADE | KRONA | 100,0000 | 12,9900 | 1.299,00 |
| 26422 | BUCHA DE REDUÇÃO PVC CURTA DE 75MM X 60MM Detalhamento: BUCHA DE REDUÇÃO PVC CURTA DE 75MM X 60MM | UNIDADE | CORRPLASTIK | 10,0000 | 42,5000 | 425,00 |
| 26425 | ADAPTADOR PVC SOLDA ROSCA CURTO DE 20MM X 1/2 Detalhamento: ADAPTADOR PVC SOLDA ROSCA CURTO DE 20MM X 1/2 | UNIDADE | CORRPLASTIK | 10,0000 | 3,7000 | 37,00 |
| 26426 | ADAPTADOR PVC SOLDA ROSCA CURTO DE 25MM X 3/4 Detalhamento: ADAPTADOR PVC SOLDA ROSCA CURTO DE 25MM X 3/4 | UNIDADE | CORRPLASTIK | 700,0000 | 3,3000 | 2.310,00 |
| 26427 | ADAPTADOR PVC SOLDA ROSCA CURTO DE 32MM X 1 | UNIDADE | CORPLASTIK | 10,0000 | 4,9000 | 49,00 |
| 26428 | ADAPTADOR PVC SOLDA ROSCA CURTO DE 40MM X 1. 1/4 Detalhamento: ADAPTADOR PVC SOLDA ROSCA CURTO DE 40MM X 1. 1/4 | UNIDADE | CORRPLASTIK | 10,0000 | 8,0000 | 80,00 |
| 26434 | BUCHA DE REDUÇÃO PVC SOLDA LONGA DE 32MM X 20MM Detalhamento: BUCHA DE REDUÇÃO PVC SOLDA LONGA DE 32MM X 20MM | UNIDADE | KRONA | 5,0000 | 4,0000 | 20,00 |
| 26435 | BUCHA DE REDUÇÃO PVC SOLDA LONGA DE 40MM X 20MM Detalhamento: BUCHA DE REDUÇÃO PVC SOLDA LONGA DE 40MM X 20MM | UNIDADE | KRONA | 5,0000 | 6,5000 | 32,50 |
| 26436 | BUCHA DE REDUÇÃO PVC SOLDA LONGA DE 40MM X 25MM Detalhamento: BUCHA DE REDUÇÃO PVC SOLDA LONGA DE 40MM X 25MM | UNIDADE | KRONA | 20,0000 | 10,0000 | 200,00 |
| 26437 | BUCHA DE REDUÇÃO PVC SOLDA LONGA DE 50MM X 25MM Detalhamento: BUCHA DE REDUÇÃO PVC SOLDA LONGA DE 50MM X 25MM | UNIDADE | CORRPLASTIK | 100,0000 | 12,0000 | 1.200,00 |
| 26438 | BUCHA DE REDUÇÃO PVC SOLDA LONGA DE 50MM X 32MM Detalhamento: BUCHA DE REDUÇÃO PVC SOLDA LONGA DE 50MM X 32MM | UNIDADE | KRONA | 5,0000 | 14,5000 | 72,50 |
| 26439 | BUCHA DE REDUÇÃO PVC SOLDA LONGA DE 60MM X 25MM Detalhamento: BUCHA DE REDUÇÃO PVC SOLDA LONGA DE 60MM X 25MM | UNIDADE | KRONA | 30,0000 | 19,5000 | 585,00 |
| 26440 | BUCHA DE REDUÇÃO PVC SOLDA LONGA DE 60MM X 40MM Detalhamento: BUCHA DE REDUÇÃO PVC SOLDA LONGA DE 60MM X 40MM | UNIDADE | KRONA | 10,0000 | 12,9900 | 129,90 |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 26441 | BUCHA DE REDUÇÃO PVC SOLDA LONGA DE 60MM X 50MM Detalhamento: BUCHA DE REDUÇÃO PVC SOLDA LONGA DE 60MM X 50MM | UNIDADE | KRONA | 30,0000 | 22,0000 | 660,00 |
| 26450 | LUVA DE CORRER P/ TUBO SOLDÁVEL 20MM Detalhamento: LUVA DE CORRER P/ TUBO SOLDÁVEL 20MM | UNIDADE | CORRPLASTIK | 10,0000 | 12,0000 | 120,00 |
| 26451 | LUVA DE CORRER P/ TUBO SOLDÁVEL 25MM Detalhamento: LUVA DE CORRER P/ TUBO SOLDÁVEL 25MM | UNIDADE | CORRPLASTIK | 150,0000 | 13,0000 | 1.950,00 |
| 26452 | LUVA DE CORRER P/ TUBO SOLDÁVEL 32MM Detalhamento: LUVA DE CORRER P/ TUBO SOLDÁVEL 32MM | UNIDADE | CORRPLASTIK | 10,0000 | 28,9000 | 289,00 |
| 26453 | LUVA DE CORRER P/ TUBO SOLDÁVEL 40MM Detalhamento: LUVA DE CORRER P/ TUBO SOLDÁVEL 40MM | UNIDADE | KRONAS | 20,0000 | 16,0000 | 320,00 |
| 26454 | LUVA DE CORRER P/ TUBO SOLDÁVEL 50MM Detalhamento: LUVA DE CORRER P/ TUBO SOLDÁVEL 50MM | UNIDADE | CORRPLASTIK | 60,0000 | 36,0000 | 2.160,00 |
| 26455 | LUVA DE CORRER P/ TUBO SOLDÁVEL 60MM Detalhamento: LUVA DE CORRER P/ TUBO SOLDÁVEL 60MM | UNIDADE | KRONA | 50,0000 | 46,0000 | 2.300,00 |
| 26456 | CAP PVC SOLDÁVEL DE 20MM Detalhamento: CAP PVC SOLDÁVEL DE 20MM | UNIDADE | CORRPLASTIK | 10,0000 | 4,5000 | 45,00 |
| 26457 | CAP PVC SOLDÁVEL DE 25MM Detalhamento: CAP PVC SOLDÁVEL DE 25MM | UNIDADE | CORRPLASTIK | 500,0000 | 2,6000 | 1.300,00 |
| 26458 | CAP PVC SOLDÁVEL DE 40MM Detalhamento: CAP PVC SOLDÁVEL DE 40MM | UNIDADE | CORRPLASTIK | 15,0000 | 10,0000 | 150,00 |
| 26459 | CAP PVC SOLDÁVEL DE 50MM Detalhamento: CAP PVC SOLDÁVEL DE 50MM | UNIDADE | CORRPLASTIK | 20,0000 | 11,0000 | 220,00 |
| 26460 | CAP PVC SOLDÁVEL DE 60MM Detalhamento: CAP PVC SOLDÁVEL DE 60MM | UNIDADE | CORRPLASTIK | 20,0000 | 19,0000 | 380,00 |
| 26461 | CAP PVC SOLDÁVEL DE 75MM Detalhamento: CAP PVC SOLDÁVEL DE 75MM | UNIDADE | CORRPLASTIK | 5,0000 | 67,5000 | 337,50 |
| 26463 | CAP PVC SOLDÁVEL DE 32MM Detalhamento: CAP PVC SOLDÁVEL DE 32MM | UNIDADE | CORRPLASTIK | 5,0000 | 4,0000 | 20,00 |
| 26464 | CAP PVC SOLDÁVEL DE 85MM Detalhamento: CAP PVC SOLDÁVEL DE 85MM | UNIDADE | CORRPLASTIK | 5,0000 | 95,5000 | 477,50 |
| 26476 | JOELHO PVC DE 20MM X 45° Detalhamento: JOELHO PVC DE 20MM X 45° | UNIDADE | CORRPLASTIK | 10,0000 | 2,6000 | 26,00 |
| 26477 | JOELHO PVC DE 25MM X 45° Detalhamento: JOELHO PVC DE 25MM X 45° | UNIDADE | CORRPLASTIK | 40,0000 | 3,0000 | 120,00 |
| 26478 | JOELHO PVC DE 32MM X 45° Detalhamento: JOELHO PVC DE 32MM X 45° | UNIDADE | CORRPLASTIK | 5,0000 | 6,9000 | 34,50 |
| 26480 | JOELHO PVC DE 50 MM X 45° Detalhamento: JOELHO PVC DE 50 MM X 45° | UNIDADE | CORRPLASTIK | 10,0000 | 11,0000 | 110,00 |
| 26481 | JOELHO PVC DE 60MM X 45° Detalhamento: JOELHO PVC DE 60MM X 45° | UNIDADE | CORRPLASTIK | 10,0000 | 34,0000 | 340,00 |
| 26483 | JOELHO PVC DE 85MM X 45° Detalhamento: JOELHO PVC DE 85MM X 45° | UNIDADE | CORRPLASTIK | 5,0000 | 96,5000 | 482,50 |
| 26487 | UNIÃO PVC SOLDÁVEL DE 20MM | UNIDADE | CORRPLASTIK | 10,0000 | 12,5000 | 125,00 |
| 26488 | UNIÃO PVC SOLDÁVEL DE 25MM Detalhamento: UNIÃO PVC SOLDÁVEL DE 25MM | UNIDADE | CORRPLASTIK | 10,0000 | 18,0000 | 180,00 |
| 26489 | UNIÃO PVC SOLDÁVEL DE 32MM Detalhamento: UNIÃO PVC SOLDÁVEL DE 32MM | UNIDADE | KRONA | 5,0000 | 31,0000 | 155,00 |
| 26490 | UNIÃO PVC SOLDÁVEL DE 40MM | UNIDADE | KRONA | 10,0000 | 51,0000 | 510,00 |
| 26491 | UNIÃO PVC SOLDÁVEL DE 50MM Detalhamento: UNIÃO PVC SOLDÁVEL DE 50MM | UNIDADE | CORRPLASTIK | 10,0000 | 63,0000 | 630,00 |
| 26492 | UNIÃO PVC SOLDÁVEL DE 60MM Detalhamento: UNIÃO PVC SOLDÁVEL DE 60MM | UNIDADE | CORRPLASTIK | 10,0000 | 100,0000 | 1.000,00 |
| 26493 | TUBO PVC SOLDÁVEL DE 20MM X 6M | UNIDADE | CORRPLASTIK | 20,0000 | 31,5000 | 630,00 |
| 26494 | TUBO PVC SOLDÁVEL DE 25MM X 6M | UNIDADE | CORRPLASTIK | 800,0000 | 33,0000 | 26.400,00 |
| 26495 | TUBO PVC SOLDÁVEL DE 32MM X 6M | UNIDADE | CORRPLASTIK | 10,0000 | 77,0000 | 770,00 |
| 26496 | TUBO PVC SOLDÁVEL DE 40MM X 6M | UNIDADE | CORRPLASTIK | 200,0000 | 94,3000 | 18.860,00 |
| 26497 | TUBO PVC SOLDÁVEL DE 50MM X 6M | UNIDADE | CORRPLASTIK | 500,0000 | 126,5000 | 63.250,00 |
| 26498 | TUBO PVC SOLDÁVEL DE 60MM X 6M | UNIDADE | CORRPLASTIK | 300,0000 | 183,5000 | 55.050,00 |
| 26499 | TUBO PVC SOLDÁVEL DE 75MM X 6M | UNIDADE | CORRPLASTIK | 10,0000 | 259,0000 | 2.590,00 |
| 26500 | TUBO PVC SOLDÁVEL DE 85MM X 6M Detalhamento: TUBO PVC SOLDÁVEL DE 85MM X 6M | UNIDADE | CORRPLASTIK | 10,0000 | 415,5000 | 4.155,00 |
| 26501 | TUBO PVC SOLDÁVEL DE 110MM X 6M | UNIDADE | CORRPLASTIK | 3,0000 | 437,5000 | 1.312,50 |
| 26505 | CURVA PVC SOLDÁVEL DE 40MM X 45° Detalhamento: CURVA PVC SOLDÁVEL DE 40MM X 45° | UNIDADE | CORRPLASTIK | 10,0000 | 10,5000 | 105,00 |
| 26506 | CURVA PVC SOLDÁVEL DE 50MM X 45° Detalhamento: CURVA PVC SOLDÁVEL DE 50MM X 45° | UNIDADE | CORRPLASTIK | 10,0000 | 27,0000 | 270,00 |
| 26510 | CAP PVC ROSCÁVEL DE 1/2" Detalhamento: CAP PVC ROSCÁVEL DE 1/2" | UNIDADE | CORRPLASTIK | 10,0000 | 2,0000 | 20,00 |
| 26511 | CAP PVC ROSCÁVEL DE 3/4" Detalhamento: CAP PVC ROSCÁVEL DE 3/4" | UNIDADE | CORRPLASTIK | 10,0000 | 4,0000 | 40,00 |
| 26512 | TE PVC ROSCÁVEL DE 1/2" Detalhamento: TE PVC ROSCÁVEL DE 1/2" | UNIDADE | CORRPLASTIK | 10,0000 | 9,7000 | 97,00 |
| 26513 | TE PVC ROSCÁVEL DE 3/4" Detalhamento: TE PVC ROSCÁVEL DE 3/4" | UNIDADE | CORRPLASTIK | 200,0000 | 5,3000 | 1.060,00 |
| 26514 | BUCHA DE REDUÇÃO DE 3/4" X 1/2" Detalhamento: BUCHA DE REDUÇÃO DE 3/4" X 1/2" | UNIDADE | KRONA | 120,0000 | 2,0000 | 240,00 |
| 26516 | PLUG PVC ROSCÁVEL DE 1/2" Detalhamento: PLUG PVC ROSCÁVEL DE 1/2" | UNIDADE | KRONA | 20,0000 | 2,0000 | 40,00 |
| 26517 | PLUG PVC ROSCÁVEL DE 3/4" Detalhamento: PLUG PVC ROSCÁVEL DE 3/4" | UNIDADE | KRONA | 20,0000 | 2,2500 | 45,00 |
| 26518 | JOELHO PVC ROSCÁVEL 3/4" X 90° Detalhamento: JOELHO PVC ROSCÁVEL 3/4" X 90° | UNIDADE | CORRPLASTIK | 200,0000 | 3,0000 | 600,00 |
| 26523 | REGISTRO ESFERA PVC ROSCA EXTERNA COM BORBOLETA 1/2" Detalhamento: REGISTRO ESFERA PVC ROSCA EXTERNA COM BORBOLETA 1/2" | UNIDADE | TUBOZAN | 10,0000 | 18,0000 | 180,00 |
| 26524 | REGISTRO ESFERA PVC ROSCA EXTERNA COM BORBOLETA 3/4" Detalhamento: REGISTRO ESFERA PVC ROSCA EXTERNA COM BORBOLETA 3/4" | UNIDADE | TUBOZAN | 80,0000 | 19,4000 | 1.552,00 |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 26525 | REGISTRO ESFERA PVC SOLDÁVEL C/ BORBOLETE 20MM Detalhamento: REGISTRO ESFERA PVC SOLDÁVEL C/ BORBOLETE 20MM | UNIDADE | TUBOZAN | 10,0000 | 9,9000 | 99,00 |
| 26526 | REGISTRO ESFERA PVC SOLDÁVEL C/ BORBOLETE 25MM Detalhamento: REGISTRO ESFERA PVC SOLDÁVEL C/ BORBOLETE 25MM | UNIDADE | TUBOZAN | 250,0000 | 15,3000 | 3.825,00 |
| 26527 | REGISTRO ESFERA PVC SOLDÁVEL C/ BORBOLETE 32MM Detalhamento: REGISTRO ESFERA PVC SOLDÁVEL C/ BORBOLETE 32MM | UNIDADE | TUBOZAN | 4,0000 | 27,0000 | 108,00 |
| 26528 | REGISTRO ESFERA PVC SOLDÁVEL C/ BORBOLETE 40MM Detalhamento: REGISTRO ESFERA PVC SOLDÁVEL C/ BORBOLETE 40MM | UNIDADE | TUBOZAN | 20,0000 | 33,4000 | 668,00 |
| 26529 | REGISTRO ESFERA PVC SOLDÁVEL C/ BORBOLETE 50MM Detalhamento: REGISTRO ESFERA PVC SOLDÁVEL C/ BORBOLETE 50MM | UNIDADE | TUBOZAN | 40,0000 | 45,7000 | 1.828,00 |
| 26530 | REGISTRO ESFERA PVC SOLDÁVEL C/ BORBOLETE 60MM Detalhamento: REGISTRO ESFERA PVC SOLDÁVEL C/ BORBOLETE 60MM | UNIDADE | TUBOZAN | 20,0000 | 68,6000 | 1.372,00 |
| 26531 | REGISTRO ESFERA PVC SOLDÁVEL C/ BORBOLETE 75MM Detalhamento: REGISTRO ESFERA PVC SOLDÁVEL C/ BORBOLETE 75MM | UNIDADE | HIGIBAN | 2,0000 | 287,0000 | 574,00 |
| 26532 | REGISTRO ESFERA PVC SOLDÁVEL C/ BORBOLETE 85MM Detalhamento: REGISTRO ESFERA PVC SOLDÁVEL C/ BORBOLETE 85MM | UNIDADE | HIGIBAN | 2,0000 | 309,0000 | 618,00 |
| 26538 | REGISTRO ESFERA PVC ROSCA INTERNA C/ BORBOLETA 3/4" Detalhamento: REGISTRO ESFERA PVC ROSCA INTERNA C/ BORBOLETA 3/4" | UNIDADE | TUBOZAN | 20,0000 | 25,0000 | 500,00 |
| 26540 | ADESIVOS PARA TUBOS E CONEXÕES EM PVC DE 850 GRAMAS Detalhamento: ADESIVOS PARA TUBOS E CONEXÕES EM PVC DE 850 GRAMAS | UNIDADE | SILOC | 100,0000 | 62,5000 | 6.250,00 |
| 26541 | ADESIVOS PARA TUBOS E CONEXÕES EM PVC DE 175 GRAMAS Detalhamento: ADESIVOS PARA TUBOS E CONEXÕES EM PVC DE 175 GRAMAS | UNIDADE | CORRPLASTIK | 100,0000 | 21,0000 | 2.100,00 |
| 26542 | FITA VEDA ROSCA 18MM X 25M | UNIDADE | GOOL | 200,0000 | 7,0000 | 1.400,00 |
| 26543 | FITA VEDA ROSCA 18MM X 50M Detalhamento: FITA VEDA ROSCA 18MM X 50M | UNIDADE | GOOL | 200,0000 | 11,8000 | 2.360,00 |
| 26544 | TORNEIRA PVC P/ JARDIM PRETA 1/2" Detalhamento: TORNEIRA PVC P/ JARDIM PRETA 1/2" | UNIDADE | HERC | 100,0000 | 7,4000 | 740,00 |
| 26545 | MANGUEIRA POLIETILENO PEBD PRETA 3/4" Detalhamento: MANGUEIRA POLIETILENO PEBD PRETA 3/4" | METRO | ECO 2000 | 200,0000 | 43,0000 | 8.600,00 |
| 26546 | MANGUEIRA POLIETILENO PEBD PRETA 1/2" Detalhamento: MANGUEIRA POLIETILENO PEBD PRETA 1/2" | METRO | ECO 2000 | 200,0000 | 17,9000 | 3.580,00 |
| 26547 | LAMINA DE SERRA BIMETAL AÇO RÁPIDO 12" X 24 DENTES Detalhamento: LAMINA DE SERRA - EM ACO RAPIDO, MEDINDO 12¨ X 24MM | UNIDADE | THOMPSON | 40,0000 | 15,0000 | 600,00 |
| 26548 | CHAVE GRIFO 24" Detalhamento: CHAVE GRIFO 24" | UNIDADE | CARBOGRAFITE | 2,0000 | 198,5000 | 397,00 |
| 26552 | ALICATE PRESSÃO 10" Detalhamento: ALICATE PRESSÃO 10" | UNIDADE | LOTUS | 2,0000 | 49,5000 | 99,00 |
| 26554 | MINI ARCO DE SERRA Detalhamento: MINI ARCO DE SERRA | UNIDADE | THOMPSON | 3,0000 | 6,9900 | 20,97 |
| 26556 | CAVADEIRA ARTICULADA Detalhamento: CAVADEIRA ARTICULADA | UNIDADE | PARABONI | 4,0000 | 130,0000 | 520,00 |
| 26557 | ENXADA LARGA COM CABO Detalhamento: ENXADA LARGA COM CABO | UNIDADE | PARABONI | 3,0000 | 70,0000 | 210,00 |
| 26558 | ENXADÃO LARGO COM CABO Detalhamento: ENXADÃO LARGO COM CABO | UNIDADE | PARABONI | 2,0000 | 75,0000 | 150,00 |
| 26559 | ENXADÃO ESTREITO COM CABO Detalhamento: ENXADÃO ESTREITO COM CABO | UNIDADE | PARABONI | 2,0000 | 68,0000 | 136,00 |
| 26561 | PICARETA ALVIÃO COM CABO Detalhamento: PICARETA ALVIÃO COM CABO | UNIDADE | PARABONI | 4,0000 | 149,0000 | 596,00 |
| 26563 | GROZA Detalhamento: GROZA | UNIDADE | ROCAST | 3,0000 | 56,8000 | 170,40 |
| 26568 | ABRAÇADEIRAS DE AÇO 1/2" Detalhamento: ABRAÇADEIRAS DE AÇO 1/2" | UNIDADE | CISER | 100,0000 | 3,3800 | 338,00 |
| 26569 | ABRAÇADEIRAS DE AÇO 3/4" Detalhamento: ABRAÇADEIRAS DE AÇO 3/4" | UNIDADE | CISER | 100,0000 | 2,9500 | 295,00 |
| 26570 | UNIÃO INTERNA PARA MANGUEIRA 1/2" Detalhamento: UNIÃO INTERNA PARA MANGUEIRA 1/2" | UNIDADE | REBOUCAS | 50,0000 | 2,1000 | 105,00 |
| 26571 | UNIÃO INTERNA PARA MANGUEIRA 3/4" Detalhamento: UNIÃO INTERNA PARA MANGUEIRA 3/4" | UNIDADE | REBOUCAS | 20,0000 | 3,5000 | 70,00 |
| 26572 | JOELHO INTERNO DUPLO PARA MANGUEIRA 1/2" Detalhamento: JOELHO INTERNO DUPLO PARA MANGUEIRA 1/2" | UNIDADE | REBOUCAS | 50,0000 | 3,1500 | 157,50 |
| 26573 | JOELHO INTERNO DUPLO PARA MANGUEIRA 3/4" Detalhamento: JOELHO INTERNO DUPLO PARA MANGUEIRA 3/4" | UNIDADE | REBOUCAS | 50,0000 | 3,9000 | 195,00 |
| 26574 | ADAPTADOR INTERNO PARA MANGUEIRA 3/4" X 1/2" Detalhamento: ADAPTADOR INTERNO PARA MANGUEIRA 3/4" X 1/2" | UNIDADE | REBOUCAS | 30,0000 | 3,0000 | 90,00 |
| 26575 | TE INTERNO TRIPLO P/ MANGUEIRA 1/2" Detalhamento: TE INTERNO TRIPLO P/ MANGUEIRA 1/2" | UNIDADE | REBOUCAS | 30,0000 | 8,7000 | 261,00 |
| 26576 | TE INTERNO TRIPLO P/ MANGUEIRA 3/4" Detalhamento: TE INTERNO TRIPLO P/ MANGUEIRA 3/4" | UNIDADE | REBOUCAS | 30,0000 | 4,5000 | 135,00 |
| 26577 | UNIÃO DE REDUÇÃO PARA MANGUEIRA 3/4" X 1/2" Detalhamento: UNIÃO DE REDUÇÃO PARA MANGUEIRA 3/4" X 1/2" | UNIDADE | KRONA | 20,0000 | 5,8000 | 116,00 |
| 28647 | ARCO DE SERRA 12 POLEGADAS COM REGULAGEM Detalhamento: ARCO DE SERRA - 12¨ PROFISSIONAL, COM CABO FECHADO, PINTADO | UNIDADE | THOMPSON | 5,0000 | 38,5000 | 192,50 |
| 28770 | MARRETA 3KG FORJADA CABO DE MADEIRA | UNIDADE | RIO CLARO | 2,0000 | 63,5000 | 127,00 |
| 28823 | CHAVE GRIFO 36 POLEGADAS Detalhamento: CHAVE GRIFO 36 POLEGADAS | UNIDADE | CARBOGRAFITE | 2,0000 | 345,0000 | 690,00 |
| 30073 | OCULOS DE PROTEÇÃO Detalhamento: OCULOS DE PROTEÇÃO | UNIDADE | PLASTCOR | 20,0000 | 11,0000 | 220,00 |
| 30342 | BUCHA DE REDUÇÃO PVC CURTA DE 85MM X 75MM Detalhamento: BUCHA DE REDUÇÃO PVC CURTA DE 85MM X 75MM | UNIDADE | CORRPLASTIK | 10,0000 | 43,5000 | 435,00 |
| 31979 | TUBO PVC SOLDAVEL DE 80 MM X 6 | UNIDADE | CORRPLASTIK | 3,0000 | 369,9900 | 1.109,97 |
| 31983 | TUBO PVC SOLDAVEL DE 200 MM X 6 | UNIDADE | CORRPLASTIK | 2,0000 | 846,2400 | 1.692,48 |
| 31984 | TUBO PVC SOLDAVEL DE 150 MM X 6 | UNIDADE | CORRPLASTIK | 2,0000 | 580,7400 | 1.161,48 |
| 31988 | TUBO PARA ESGOTO DE 200 MM Detalhamento: TUBO PARA ESGOTO DE 200 MM | UNIDADE | CORRPLASTIK | 5,0000 | 593,0000 | 2.965,00 |
| 31989 | TUBO PARA ESGOTO DE 150 MM Detalhamento: TUBO PARA ESGOTO DE 150 MM | UNIDADE | CORRPLASTIK | 5,0000 | 359,0000 | 1.795,00 |
| 31991 | TE COM ANEL DE VEDAÇÃO 200 MM PARA TUBO DE ESGOTO Detalhamento: TE COM ANEL DE VEDAÇÃO 200 MM PARA TUBO DE ESGOTO | UNIDADE | CORRPLASTIK | 5,0000 | 228,0000 | 1.140,00 |
| 31992 | TE COM ANEL DE VEDAÇÃO 150 MM PARA TUBO DE ESGOTO Detalhamento: TE COM ANEL DE VEDAÇÃO 150 MM PARA TUBO DE ESGOTO | UNIDADE | CORRPLASTIK | 5,0000 | 87,4000 | 437,00 |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 32001 | LUVA DE CORRER P/TUBO DE ESGOTO 150 MM Detalhamento: LUVA DE CORRER P/TUBO DE ESGOTO 150 MM | UNIDADE | CORRPLASTIK | 5,0000 | 156,0000 | 780,00 |
| 32003 | LUVA DE CORRER P/ TUBO DE ESGOTO 200 MM Detalhamento: LUVA DE CORRER P/ TUBO DE ESGOTO 200 MM | UNIDADE | CORRPLASTIK | 5,0000 | 340,0000 | 1.700,00 |
| 32004 | LUVA BRANCA R/R ¾ Detalhamento: LUVA BRANCA R/R ¾ | UNIDADE | CORPLASTIK | 100,0000 | 3,5000 | 350,00 |
| 32006 | JOELHO PVC DE 40 MM X 45° Detalhamento: JOELHO PVC DE 40 MM X 45° | UNIDADE | CORRPLASTIK | 10,0000 | 6,8000 | 68,00 |
| 32011 | ALAVANCA METALICA Detalhamento: ALAVANCA METALICA | UNIDADE | RIO CLARO | 2,0000 | 265,5000 | 531,00 |
| 32839 | LUVA DE PROTECAO - LUVA DE SEGURANCA CONFECCIONADA EM TECIDO DE ALGODAO COM TRATAMENTO IMPERMEABILIZANTE EM SILICONE, FORRACAO DESCARTAVEL COM UMA CAMADA EM FIBRA POLIESTER E UMA CAMADA DE TECIDO EM ALGODAO COM TRATAMENTO IMPERMEABILIZANTE EM SILICON Detalhamento: LUVA DE PROTECAO - LUVA DE SEGURANCA CONFECCIONADA EM TECIDO DE ALGODAO COM TRATAMENTO IMPERMEABILIZANTE EM SILICONE, FORRACAO DESCARTAVEL COM UMA CAMADA EM FIBRA POLIESTER E UMA CAMADA DE TECIDO EM ALGODAO COM TRATAMENTO IMPERMEABILIZANTE EM SILICONE, MODELO 5 DEDOS, COM COSTURA EM PARA-ARAMIDA. | PAR | INFINITY | 50,0000 | 30,0000 | 1.500,00 |
| 32854 | CARRINHO DE MÃO (CARRIOLA) Detalhamento: CARRINHO DE MÃO (CARRIOLA) | UNIDADE | BOTAFOGO | 3,0000 | 388,0000 | 1.164,00 |
| 33002 | LUVA PVC SOLDAVEL, 25 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL Detalhamento: LUVA PVC SOLDAVEL, 25 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL | UNIDADE | CORRPLASTIK | 500,0000 | 1,9000 | 950,00 |
| 33003 | LUVA PVC SOLDAVEL, 32 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL Detalhamento: LUVA PVC SOLDAVEL, 32 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL | UNIDADE | CORRPLASTIK | 20,0000 | 2,4000 | 48,00 |
| 33004 | LUVA PVC SOLDAVEL, 50 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL Detalhamento: LUVA PVC SOLDAVEL, 50 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL | UNIDADE | CORRPLASTIK | 50,0000 | 5,4000 | 270,00 |
| 33016 | LUVA SOLDAVEL COM ROSCA, PVC, 25 MM X 3/4, PARA AGUA FRIA PREDIAL Detalhamento: LUVA SOLDAVEL COM ROSCA, PVC, 25 MM X 3/4, PARA AGUA FRIA PREDIAL | UNIDADE | CORRPLASTIK | 50,0000 | 3,0000 | 150,00 |
| 33022 | NIPLE PVC 3/4 Detalhamento: NIPLE PVC 3/4 | UNIDADE | KRONA | 30,0000 | 2,2000 | 66,00 |
| 33086 | CURVA DE PVC 45 GRAUS, SOLDAVEL, 32 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL (NBR 5648) Detalhamento: CURVA DE PVC 45 GRAUS, SOLDAVEL, 32 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL (NBR 5648) | UNIDADE | CORRPLASTIK | 5,0000 | 5,6000 | 28,00 |
| 33792 | CAVADEIRA - CAVADEIRA RETA Detalhamento: CAVADEIRA - CAVADEIRA RETA, LAMINA REFORCADA ESPESSURA 4,5MM COM AFIACAO ESPECIAL, CABO ENCERADO COM COMPRIMENTO DE 1,3M E DIAMETRO 38MM | UNIDADE | PARABONI | 5,0000 | 80,0000 | 400,00 |
| 33793 | PÁ - EM METAL, TAMANHO MÉDIO Detalhamento: PÁ - EM METAL, TAMANHO MÉDIO | UNIDADE | PARABONI | 5,0000 | 56,0000 | 280,00 |
| 33804 | ESCOVA DE AÇO Detalhamento: ESCOVA DE AÇO | UNIDADE | CARBOGRAFITE | 3,0000 | 28,0000 | 84,00 |
| 33805 | ARCO DE PUA PARA BROCA Detalhamento: ARCO PARA BROCA | UNIDADE | MELFI | 2,0000 | 191,0000 | 382,00 |
| 33814 | JOELHO 45 GR - DE PVC 3/4, COM ENCAIXE TIPO ROSCA Detalhamento: JOELHO 45 GR - DE PVC 3/4, COM ENCAIXE TIPO ROSCA | UNIDADE | CORRPLASTIK | 10,0000 | 2,8000 | 28,00 |
| 33815 | KIT CAVALETE - CONEXOES EM PVC COM DN 3/4 Detalhamento: KIT CAVALETE - CONEXOES EM PVC COM DN 3/4 | UNIDADE | MP | 20,0000 | 91,0000 | 1.820,00 |
| 33819 | REGISTRO - DO TIPO ESFERA,COM ROSCA MACHO E FEMEA EM PVC,SOLDAVEL,COM DIAMETRO DE 3/4 Detalhamento: REGISTRO - DO TIPO ESFERA,COM ROSCA MACHO E FEMEA EM PVC,SOLDAVEL,COM DIAMETRO DE 3/4 | UNIDADE | TALITA | 300,0000 | 77,6000 | 23.280,00 |
| 33820 | JOELHO PVC SOLDÁVEL ROSCA 90º 20MM X 1/2 Detalhamento: JOELHO PVC SOLDÁVEL ROSCA 90º 20MM X 1/2 | UNIDADE | CORRPLASTIK | 10,0000 | 10,0000 | 100,00 |
| 33822 | JOELHO PVC SOLDÁVEL ROSCA 90º 25MM X 3/4 Detalhamento: JOELHO PVC SOLDÁVEL ROSCA 90º 25MM X 3/4 | UNIDADE | CORRPLASTIK | 50,0000 | 9,0000 | 450,00 |
| 33823 | CHAVE - CHAVE CANO Nº 14 GRIFO Detalhamento: CHAVE - CHAVE CANO Nº 14 GRIFO | UNIDADE | CARBOGRAFITE | 2,0000 | 114,5000 | 229,00 |
| 33824 | JOELHO PVC SOLDÁVEL ROSCA 90º 25MM X 1/2 Detalhamento: JOELHO PVC SOLDÁVEL ROSCA 90º 25MM X 1/2 | UNIDADE | CORRPLASTIK | 40,0000 | 3,6000 | 144,00 |
| 33825 | ALICATE - BOMBA D'AGUA NUMERO 12 Detalhamento: ALICATE - BOMBA D'AGUA NUMERO 12 | UNIDADE | LOTUS | 6,0000 | 70,0000 | 420,00 |
| 33826 | JOELHO PVC SOLDÁVEL ROSCA 90º 32MM X 3/4 Detalhamento: JOELHO PVC SOLDÁVEL ROSCA 90º 32MM X 3/4 | UNIDADE | CORRPLASTIK | 10,0000 | 18,0000 | 180,00 |
| 33827 | CURVA - EM PVC, PBA, 60 MM, 45° Detalhamento: CURVA - EM PVC, PBA, 60 MM, 45° | UNIDADE | CORRPLASTIK | 10,0000 | 34,9000 | 349,00 |
| 33828 | CURVA - DE PVC 45 GRAUS, SOLDAVEL, 25 MM Detalhamento: CURVA - DE PVC 45 GRAUS, SOLDAVEL, 25 MM | UNIDADE | CORRPLASTIK | 20,0000 | 5,0000 | 100,00 |
| 33829 | CURVA - DE PVC 45 GRAUS, SOLDAVEL, 20 MM Detalhamento: CURVA - DE PVC 45 GRAUS, SOLDAVEL, 20 MM | UNIDADE | CORRPLASTIK | 10,0000 | 5,0000 | 50,00 |
| 33830 | BUCHA DE REDUCAO DE PVC RIGIDO SOLDAVEL LONGA 110 MM/ 60 MM Detalhamento: BUCHA DE REDUCAO DE PVC RIGIDO SOLDAVEL LONGA 110 MM/ 60 MM | UNIDADE | KRONA | 4,0000 | 54,5000 | 218,00 |
| 33835 | LUVA PVC SOLDAVEL, 20 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL Detalhamento: LUVA PVC SOLDAVEL, 20 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL | UNIDADE | CORRPLASTIK | 100,0000 | 1,8000 | 180,00 |
| 33836 | LUVA PVC SOLDAVEL, 40 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL Detalhamento: LUVA PVC SOLDAVEL, 40 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL | UNIDADE | CORRPLASTIK | 40,0000 | 5,0000 | 200,00 |
| 33838 | LUVA PVC SOLDAVEL, 60 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL Detalhamento: LUVA PVC SOLDAVEL, 60 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL | UNIDADE | CORRPLASTIK | 50,0000 | 13,8000 | 690,00 |
| 33841 | LUVA PVC SOLDAVEL, 75 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL Detalhamento: LUVA PVC SOLDAVEL, 75 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL | UNIDADE | CORRPLASTIK | 5,0000 | 45,0000 | 225,00 |
| 33842 | LUVA PVC SOLDAVEL, 85 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL Detalhamento: LUVA PVC SOLDAVEL, 85 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL | UNIDADE | CORRPLASTIK | 5,0000 | 72,0000 | 360,00 |
| 33843 | ADAPTADOR - EM PVC,TIPO CURTO,COM DIAMETRO DE 60MM X 2 Detalhamento: ADAPTADOR - EM PVC,TIPO CURTO,COM DIAMETRO DE 60MM X 2 | UNIDADE | CORRPLASTIK | 10,0000 | 34,9000 | 349,00 |
| 33844 | LUVA SOLDAVEL COM ROSCA, PVC, 25 MM X 1/2, PARA AGUA FRIA PREDIAL Detalhamento: LUVA SOLDAVEL COM ROSCA, PVC, 25 MM X 1/2, PARA AGUA FRIA PREDIAL | UNIDADE | CORRPLASTIK | 50,0000 | 4,4000 | 220,00 |
| 33845 | TE - EM PVC, SOLDA ROSCA DE 25MM X 3/4 Detalhamento: TE - EM PVC, SOLDA ROSCA DE 25MM X 3/4 | UNIDADE | CORRPLASTIK | 20,0000 | 12,0000 | 240,00 |
| 33846 | TE - EM PVC, SOLDA ROSCA DE 25MM X 1/2 Detalhamento: TE - EM PVC, SOLDA ROSCA DE 25MM X 1/2 | UNIDADE | CORRPLASTIK | 20,0000 | 9,7000 | 194,00 |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 33850 | JOELHO PVC DE 75MM X 45º Detalhamento: JOELHO PVC DE 75MM X 45º | UNIDADE | CORRPLASTIK | 5,0000 | 65,3000 | 326,50 |
| 36073 | ANEL DE BORRACHA PARA VEDAÇÃO 3/4 Detalhamento: ANEL DE BORRACHA PARA VEDAÇÃO 3/4 | UNIDADE | POLIERG | 600,0000 | 5,0000 | 3.000,00 |
| 36075 | PORCAS 3/4 PARA TUBETES Detalhamento: PORCAS 3/4 PARA TUBETES | UNIDADE | POLIERG | 600,0000 | 2,8000 | 1.680,00 |
| 36076 | TUBETE CURTO PARA HIDRÔMETRO ¾ Detalhamento: TUBETE CURTO PARA HIDRÔMETRO ¾ | UNIDADE | POLIERG | 300,0000 | 4,5000 | 1.350,00 |
| 36077 | TUBETE LONGO PARA HIDRÔMETRO 3/4 Detalhamento: TUBETE LONGO PARA HIDRÔMETRO 3/4 | UNIDADE | POLIERG | 300,0000 | 6,2000 | 1.860,00 |
| 37534 | ADAPTADOR PVC SOLDAVEL ROSCA CURTA DE 75 MM X 2,1/2 Detalhamento: ADAPTADOR PVC SOLDAVEL ROSCA CURTA DE 75 MM X 2,1/2 | UNIDADE | CORRPLASTIK | 5,0000 | 28,0000 | 140,00 |
| 37535 | ADAPTADOR PVC SOLDAVEL ROSCA CURTA DE 85 MM X 3 Detalhamento: ADAPTADOR PVC SOLDAVEL ROSCA CURTA DE 85 MM X 3 | UNIDADE | CORRPLASTIK | 5,0000 | 28,9900 | 144,95 |
| 37536 | ADAPTADOR PVC SOLDÁVEL ROSCA CURTO DE 50 MM X 1. ½ Detalhamento: ADAPTADOR PVC SOLDÁVEL ROSCA CURTO DE 50 MM X 1. ½ | UNIDADE | CORRPLASTIK | 10,0000 | 11,0000 | 110,00 |
| 37537 | FITA ZEBRADA 70MMX200M Detalhamento: FITA DE ISOLAMENTO DE AREA - DO TIPO FITA ZEBRADA 70MMX200M | UNIDADE | PLASTCOR | 50,0000 | 20,0000 | 1.000,00 |

**Total Fornecedor:** 314.888,2500

**Total Geral:** 314.888,2500

GAUCHA DO NORTE, Quarta-feira, 16 de Agosto de 2023

_____

## PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

### LEI Nº 1190/2023

**LEI Nº 1190/2023 DE 16 DE AGOSTO DE 2023**

***"Abre no orçamento vigente crédito adicional especial e da outras providências"***

**Sr. MARCELO DE AQUINO,** Prefeito de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei

**Artigo 1°-** Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional especial na importância de R$717.755,79 distribuídos as seguintes dotações:

Local: 020305 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

Ficha: 223 - 12.361.0012.1037.0000 REFORMA E AMPLIAÇÃO DO PATIO COBERTO DA ESCOLA ESTADUAL DR. JOÃO PONCE DE ARRUDA NO MUNICÍPIO DE GENERAL CARNEIRO-MT----------717,04

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES

Ficha: 223 - 12.361.0012.1037.0000 REFORMA E AMPLIAÇÃO DO PATIO COBERTO DA ESCOLA ESTADUAL DR. JOÃO PONCE DE ARRUDA NO MUNICÍPIO DE GENERAL CARNEIRO-MT----------717.038,75

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES

**Artigo 2°. -** O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Excesso:---------- ----------717.038,75

Anulação:

Local: 020305 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

Ficha: 081 - 12.361.0012.1019.0000 ED. PARA TODOS----------717,04

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES

**Artigo 3°**- Esta lei entrara em vigor na data de sua publicação, revogando todas as disposições em contrário.

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

General Carneiro-MT, 16 de Agosto de 2023

Marcelo de Aquino

Prefeito Municipal

### PREGÃO PRESENCIAL N.º 017/2023

**AVISO DE LICITAÇÃO**

**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 017/2023**

**TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;**

**A PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO-MT**, através de sua **PREGOEIRA,** torna público, para conhecimento de todos os interessados, quefará realizar licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL para ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, **às 08h30min (Brasília) do dia 30 de AGOSTO de 2023**, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de General Carneiro, à Avenida Delson Rodrigues s/n , Centro, General Carneiro /MT, conforme descrito neste edital e seus anexos, de conformidade com as Leis 10.520/2002, 8.666/93.

**OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE AREIA PARA ATENDER A SECRETARIA DE OBRAS NO MUNICÍPIO DE GENERAL CARNEIRO-MT, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL;**

**RETIRADA DO EDITAL: no site WWW.generalcarneiro.mt.gov.br,** solicitação via e-mail: cpl@generalcarneir.mt.gov.br e sala de Licitações da Prefeitura Municipal de General Carneiro, das 07h30min às 12h00.

**INFORMAÇÕES:** As empresas interessadas poderão solicitar informações junto a Comissão de Licitação, Pregoeiro e Equipe de Apoio pelo fone abaixo.

**TELEFONE PARA CONTATO:** (0**66)3416-1215 /1153

**General Carneiro - MT, 16 de Agosto de 2023.**

**AGLEIDISTELLY ALMEIDA CAPELI LOPES**

**Pregoeira**

### LEI N.º 1192/2023

**LEI N.º 1192/2023 DE, 16 de Agosto de 2023.**

***"Dispõe sobre as Diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária Anual, para Exercício 2024, e dá outras providencias."***

**Sr. MARCELO DE AQUINO,** Prefeito de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei.

**Art. 1º-** Esta lei institui as Diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2024 em cumprimento ao disposto no artigo 165, § 2º, da Constituição Federal.

**Art. 2º-** O orçamento do Município de General Carneiro, Estado de Mato Grosso para o exercício de 2024 será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

**I –** As Metas Fiscais;

**II –** As Prioridades da Administração Municipal;

**III –** A Estrutura dos Orçamentos;

**IV –** As Diretrizes para a Elaboração do Orçamento do Município;

**V –** As Disposições sobre a Dívida Pública Municipal;

**VI –** As Disposições sobre as Despesas com Pessoal;

**VII –** As Disposições sobre Alterações na Legislação Tributária; e

**VIII –** As Disposições Gerais.

**DAS METAS FISCAIS**

**Art. 3º** - Em cumprimento ao estabelecido no artigo 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, as metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2024, estão identificados nos Demonstrativos desta Lei, em conformidades com a 14ª Edição do Manual de Demonstrativos Fiscais, através da Portaria STN/MF Nº 699/2023.

**Art. 4º** - A Lei Orçamentária Anual abrangerá as Entidades da Administração Direta, Indireta constituídas pelas Autarquias, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista que recebem recursos do Orçamento Fiscal, Seguridade Social e Investimentos.

**Art. 5º** - O Anexo de Riscos Fiscais, § 3º do art. 4º da LRF, obedece às determinações do MANUAL DE DEMONSTRATIVOS FISCAIS DA PORTARIA Nº 699, de 07/07/2023-STN, 14ª Edição válida para 2024.

**Art. 6º** - Os Anexos de Riscos Fiscais e Metas Fiscais desta Lei constituem dos seguintes:

**01.00.00** – ANEXO DAS PRIORIDADES E INDICADORES

**01.01.00** - ANEXO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDENCIAS.

**02.00.00** - ANEXO DE METAS FISCAIS

**02.01.00** – DEMONSTRATIVO - METAS ANUAIS.

**02.02.00** – ANEXO DE PROGRAMAS, METAS E ACOES.

**03.00.00** – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

**03.01.00** - DEMONSTRATIVO DAS METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES.

**04.00.00** DEMONSTRATIVO EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.

**Parágrafo Único** - Os Demonstrativos referidos neste artigo, serão apurados em cada Unidade Gestora e a sua consolidação constituirá nas Metas Fiscais do Município.

**RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS**

**Art. 7º** - Em cumprimento ao § 3º do Art. 4º da LRF a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2023, deverá conter o Anexo de Riscos Fiscais e Providências.

**METAS ANUAIS**

**Art. 8º** - Em cumprimento ao § 1º, do art. 4º, da Lei de Complementar nº 101/2000, o Demonstrativo I - Metas Anuais, será elaborado em valores Correntes e Constantes, relativos à Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal e Montante da Dívida Pública, para o Exercício de Referência 2024 e para os dois seguintes.

**§ 1º** - Os valores correntes dos exercícios de 2023, 2024 e 2025 deverão levar em conta a previsão de aumento ou redução das despesas de caráter continuado, resultantes da concessão de aumento salarial, incremento de programas ou atividades incentivadas, inclusão ou eliminação de programas, projetos ou atividades. Os valores constantes utilizam o parâmetro do Índice Oficial de Inflação Anual.

**§ 2º** - Os valores da coluna "% PIB", são calculados mediante a aplicação do cálculo dos valores correntes, divididos pelo PIB Estadual, multiplicados por 100.

**AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR**

**Art. 9º** - Atendendo ao disposto no § 2º, inciso I, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior, tem como finalidade estabelecer um comparativo entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício orçamentário anterior, de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, incluindo análise dos fatores determinantes do alcance ou não dos valores estabelecidos como metas.

**METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES**

**Art. 10º** - De acordo com o § 2º, item II, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores, de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, deverão estar instruídos com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da Política Econômica Nacional.

**Parágrafo Único** - Objetivando maior consistência e subsídio às análises, os valores devem ser demonstrados em valores correntes e constantes, utilizando-se os mesmos índices já comentados no Demonstrativo I.

**EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**Art. 11** - Em obediência ao § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo - Evolução do Patrimônio Líquido, deve traduzir as variações do Patrimônio de cada Ente do Município e sua Consolidação.

**Parágrafo Único** - O Demonstrativo apresentará em separado a situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário quando houver.

**ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS**

**Art. 12** - O § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, que trata da Evolução do Patrimônio Líquido, estabelece também, que os recursos obtidos com a alienação de ativos que integram o referido patrimônio, devem ser reaplicados em despesas de capital, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral ou próprio dos servidores públicos. O Demonstrativo - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos, deve estabelecer de onde foram obtidos os recursos e onde foram aplicados.

**Parágrafo Único** - O Demonstrativo apresentará em separado a situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário, quando houver.

**AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DA PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS**

**Art. 13** - Em razão do que está estabelecido no § 2º, inciso IV, alínea "a", do Art. 4º, da LRF, o Anexo de Metas Fiscais integrante da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, deverá conter a avaliação da situação financeira e atuarial do regime próprio dos servidores municipais, nos três últimos exercícios.

O Demonstrativo - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos, estabelece um comparativo de Receitas e Despesas Previdenciárias, terminando por apurar o Resultado Previdenciário e a Disponibilidade Financeira do RPPS quando houver.

**ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA**

**Art. 14** - Conforme estabelecido no § 2º, inciso V, do Art. 4º, da LRF, o Anexo de Metas Fiscais deverá conter um demonstrativo que indique a natureza da renúncia fiscal e sua compensação, de maneira a propiciar o equilíbrio das contas públicas.

**§ 1º** - A renúncia compreende incentivos fiscais, anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção, alteração de alíquota ou modificação da base de cálculo e outros benefícios que correspondam à tratamento diferenciado.

**§ 2º** - A compensação será acompanhada de medidas provenientes do aumento da receita, elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

**MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO.**

**Art. 15** - O Art. 17, da LRF, considera obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

**Parágrafo Único** - O Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas de Caráter Continuado, destina-se a permitir possível inclusão de eventuais programas, projetos ou atividades que venham caracterizar a criação de despesas de caráter continuado.

**MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DE RECEITAS, DESPESAS, RESULTADO PRIMÁRIO, RESULTADO NOMINAL E MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA.**

**METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DAS RECEITAS E DESPESAS.**

**Art. 16** - O § 2º, inciso II, do Art. 4º, da LRF, determina que o demonstrativo de Metas Anuais seja instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional.

**Parágrafo Único** - A base de dados da receita e da despesa constitui-se dos valores arrecadados na receita realizada e na despesa executada nos três exercícios anteriores e das previsões para 2024, 2025 e 2026.

**METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO RESULTADO PRIMÁRIO.**

**Art. 17** - A finalidade do conceito de Resultado Primário é indicar se os níveis de gastos orçamentários, são compatíveis com sua arrecadação, ou seja, se as receitas não-financeiras são capazes de suportar as despesas não-financeiras.

**Parágrafo Único** - O cálculo da Meta de Resultado Primário deverá obedecer à metodologia estabelecida pelo Governo Federal, através das Portarias expedidas pela STN - Secretaria do Tesouro Nacional, e às normas da contabilidade pública.

**METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO RESULTADO NOMINAL.**

**Art. 18** - O cálculo do Resultado Nominal, deverá obedecer a metodologia determinada pelo Governo Federal, com regulamentação pela STN.

**Parágrafo Único** - O cálculo das Metas Anuais do Resultado Nominal, deverá levar em conta a Dívida Consolidada, da qual deverá ser deduzido o Ativo Disponível, mais Haveres Financeiros menos Restos a Pagar Processados, que resultará na Dívida Consolidada Líquida, que somada às Receitas de Privatizações e deduzidos os Passivos Reconhecidos, resultará na Dívida Fiscal Líquida.

**METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA.**

**Art. 19** - Dívida Pública é o montante das obrigações assumidas pelo ente da Federação. Esta será representada pela emissão de títulos, operações de créditos e precatórios judiciais.

**Parágrafo Único** - Utiliza a base de dados de Balanços e Balancetes para sua elaboração, constituída dos valores apurados nos exercícios anteriores e da projeção dos valores para 2024, 2025 e 2026.

**DAS PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**

**Art. 20** - As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2024, estão definidas e demonstradas no Plano Plurianual de 2022 a 2025, compatíveis com os objetivos e normas estabelecidas nesta lei.

**§ 1º** - Os recursos estimados na Lei Orçamentária para 2024 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas nos Anexos do Plano Plurianual não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

**§ 2º** - Na elaboração da proposta orçamentária para 2024, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

**DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS**

**Art. 21** - O orçamento para o exercício financeiro de 2024 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Outras, que recebam recursos do Tesouro e da Seguridade Social e será estruturado em conformidade com a Estrutura Organizacional estabelecida em cada Entidade da Administração Municipal.

**Art. 22** - A Lei Orçamentária para 2024 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, especificando aqueles vínculos a Fundos, Autarquias, e aos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, desdobradas as despesas por função, subfunção, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias SOF/STN 42/1999 e 163/2001 e alterações posteriores, as quais deverão conter os Anexos exigidos nas Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

**Art. 23** - A Mensagem de Encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o art. 22, Parágrafo Único, inciso I da Lei 4.320/1964, conterá todos os Anexos exigidos na legislação vigente.

**DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO**

**Art. 24** - O Orçamento para exercício de 2024 obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas, abrangendo o Poder Legislativo e Executivo, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Outras (arts. 1º, § 1º 4º I, "a" e 48 LRF).

**Art. 25** - Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2024 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios e a projeção para os dois seguintes (art. 12 da LRF).

**Parágrafo Único** - Até 30 dias antes do prazo para encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal e do Ministério Público, os estudos e as estimativas de receitas para exercícios subsequentes e as respectivas memórias de cálculo (art. 12, § 3º da LRF).

**Art. 26** - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, o Poder Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações e observadas a fonte de recursos, adotarão o mecanismo de limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, para as dotações abaixo (art. 9º da LRF):

**I** - projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de transferências voluntárias;

**II** - obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

**III** - dotação para combustíveis, obras, serviços públicos e agricultura; e

**IV** - dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

**Parágrafo Único** - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, em cada fonte de recursos.

**Art. 27** - As Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado em relação à Receita Corrente Líquida, programadas para 2024, poderão ser expandidas em até 5%, tomando-se por base as Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado fixadas na Lei Orçamentária Anual para 2024 (art. 4º, §2º da LRF).

**Art. 28** - Constituem Riscos Fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo Próprio desta Lei (art. 4º, § 3º da LRF).

**§1º** - Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do Excesso de Arrecadação e do Superávit Financeiro de exercícios anteriores.

**§2º** - Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara Municipal, propondo anulação de recursos ordinários alocados para outras dotações não comprometidas.

**Art. 29** - O Orçamento para o exercício de 2024 poderá destinar recursos para a Reserva de Contingência, não inferiores a 1% das Receitas Correntes Líquidas.

**§1º** - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, obtenção de resultado primário positivo se for o caso, e para abertura de Créditos Adicionais Suplementares conforme disposto na Portaria MPO nº 42/1999, art. 5º e Portaria STN nº 163/2001, art. 8º (art. 5º III, "b" da LRF) e suas atualizações.

**§2º** - Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem no decorrer 2024, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

**Art. 30** - Os investimentos com duração superior a 12 meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual (art. 5º, § 5º da LRF).

**Art. 31** - O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal ou bimestral para as Unidades Gestoras, se for o caso (art. 8º da LRF).

**Art. 32** - Os Projetos e Atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2024 com dotações vinculadas e fontes de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outras extraordinárias, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido (art. 8º, § parágrafo único e 50, I da LRF).

**Art. 33** - A renúncia de receita estimada para o exercício de 2024, constante do Anexo Próprio desta Lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita (art. 4º, § 2º, V e art. 14, I da LRF).

**Art. 34** - A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnicas e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica (art. 4º, I, "f" e 26 da LRF).

**Parágrafo Único** - As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 30 dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade municipal (art. 70, parágrafo único da Constituição Federal).

**Art. 35** - Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o art. 16, itens I e II da LRF deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou sua dispensa/inexigibilidade.

**Parágrafo Único** - Para efeito do disposto no art. 16, § 3º da LRF, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2024, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação, fixado no item I do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, devidamente atualizado (art. 16, § 3º da LRF).

**Art. 36** - As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferência voluntária e operação de crédito (art. 45 da LRF).

**Art. 37** - Despesas de competência de outros entes da federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados convênios, acordos ou ajustes, e previstos recursos na lei orçamentária (art. 62 da LRF).

**Art. 38** - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2024 a preços correntes.

**Art. 39** - A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa / Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001 e suas atualizações.

**Parágrafo Único** - A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, podendo ser remanejado de uma fonte para outra por Decreto do Prefeito Municipal no âmbito do Poder Executivo e por Decreto Legislativo do Presidente da Câmara no âmbito do Poder Legislativo (art. 167, VI da Constituição Federal). Sendo prevista na ordem de 40% (quarenta por cento) do total do orçamento de cada entidade para a abertura de Créditos Adicionais Suplementares. (art. 5º, III da LRF).

**Art. 40** - Durante a execução orçamentária de 2024, se o Poder Executivo Municipal for autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das Unidades Gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2024 (art. 167, I da Constituição Federal).

**Art. 41** - O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal, obedecerá ao estabelecido no art. 50, § 3º da LRF.

**Parágrafo Único** - Os custos serão apurados através de operações orçamentárias, tomando-se por base as metas fiscais previstas nas planilhas das despesas e nas metas fiscais realizadas e apuradas ao final do exercício (art. 4º, "e" da LRF).

**Art. 42** - Os programas priorizados por esta Lei e contemplados no Plano Plurianual, que integrarem a Lei Orçamentária de 2024 serão objeto de avaliação permanente pelos responsáveis, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios e avaliar seus custos e cumprimento das metas fiscais estabelecidas (art. 4º, I, "e" da LRF).

**DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL**

**Art. 43** - A Lei Orçamentária de 2024 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento à Despesas de Capital, observado o limite de endividamento, de até 30% (trinta por cento) das Receitas Correntes Líquidas apuradas até o final do semestre anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LRF (art. 30, 31 e 32).

**Art. 44** - A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica (art. 32, Parágrafo Único da LRF).

**Art. 45** - Ultrapassado o limite de endividamento definido na legislação pertinente e enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira (art. 31, § 1°, II da LRF).

**DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL**

**Art. 46** – Os Poderes Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2024, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreira, corrigir ou aumentar a remuneração de servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou caráter temporário na forma de lei, observados os limites e as regras da LRF (art. 169, § 1º, II da Constituição Federal e da Legislação Eleitoral).

**Parágrafo Único** - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2024.

**Art. 47** - Ressalvada a hipótese do inciso X do artigo 37 da Constituição Federal, a despesa total com pessoal de cada um dos Poderes em 2024, Executivo e Legislativo, não excederá em Percentual da Receita Corrente Líquida, a despesa verificada no exercício de 2024, acrescida de 5%, obedecido o limite prudencial de 51,30% e 5,70% da Receita Corrente Líquida, respectivamente (art. 71 da LRF).

**Art. 48** - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal não excederem a 95% do limite estabelecido no art. 20, III da LRF (art. 22, parágrafo único, V da LRF).

**Art. 49** - O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na LRF (art. 19 e 20):

**I** - eliminação de vantagens concedidas a servidores;

**II** - eliminação das despesas com horas-extras;

**III** - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

**IV** - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

**Art. 50** - Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o art. 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

**Parágrafo Único** - Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

**VII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO NA LEGISLAÇÃO TRIBUTARIA**

**Art. 51** - O Executivo Municipal, quando autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de empregos e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses benefícios ser considerados no cálculo do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes (art. 14 da LRF).

**Art. 52** - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita (art. 14 § 3º da LRF).

**Art. 53** - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação (art. 14, § 2º da LRF).

**VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 54** - O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o encerramento do período legislativo anual.

**§1º** - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "caput" deste artigo.

**§2º** - Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2024, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

**Art. 55** - Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo para correção ou implementação.

**Art. 56** - O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta, para realização de obras ou serviços de competência ou não do Município.

**Art. 57** – Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a reajustar os Anexos do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias para dar compatibilidade a Lei Orçamentária Anual para o Exercício de 2024.

**Art. 58** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, 16 de Agosto de 2023

Marcelo Aquino

Prefeito Municipal

---

**LEI N.º 1191/2023**

**LEI N.º 1191/2023 DE, 16 de Agosto de 2023.**

***"Dispõe sobre a denominação de prédio público Escola Municipal Felix Tsere Ubté, e dá outras providências".***

**MARCELO DE AQUINO**, **MARCELO DE AQUINO**, PREFEITO MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

**Art. 1º -** Fica denominado de ***Escola Municipal Felix Tsere Ubté*** situado na aldeia indígena Cantina em sangradouro, neste município de General Carneiro – MT.

**Art. 2º -** A homenagem citada no artigo anterior é em virtude dos relevantes serviços prestados neste município de cunho social, bem como sua simplicidade e humildade.

**Art. 3º -** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 4º -** Revogam-se as disposições em contrário**.**

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, 16 de Agosto de 2023.

Marcelo de Aquino

Prefeito Municipal

**LEI Nº 1189/2023**

**LEI Nº 1189/2023 DE 16 DE AGOSTO DE 2023**

***"Autoriza o Poder Executivo Municipal, abertura de CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL e dá outras Providencias***

**Sr. MARCELO DE AQUINO,** Prefeito de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei.

**Artigo 1º** - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder, no orçamento vigente, abertura de **CREDITO ADICIONAL ESPECIAL** até o montante de **R$ 65.000,00** (sessenta e cinco mil reais), incluindo nas Leis nº 1090/2022 – Lei Orçamentaria Anual para o Exercício de 2022, Lei nº 1127/2022- Lei de Diretrizes Orçamentária para o Exercício de 2022-LDO e Lei nº 1085/2021 - Plano Plurianual-PPA, de acordo com o artigo 41, ,42 e 43, da lei Federal nº 4320/64, na dotação orçamentaria anual de 2023, abaixo descriminado:

**FICHA:** 209

**LOCAL**: 020304 – ASSISTENCIA SOCIAL

**FUNCIONAL:** 08.244.0008.2012.0000 – MAN. E CUSTEIO DA ASSIST. SOCIAL

**CATEGORIA:** 3.1.90.11.00 – VENC. E VANT. FIXAS PESSOAL CIVIL..... .....R$ 20.000,00

**FONTE:** 660 – TRANSF. DE RECURSOS DO FNAS

**FICHA:** 210

**LOCAL**: 020304 – ASSISTENCIA SOCIAL

**FUNCIONAL:** 08.244.0008.2012.0000 – MAN. E CUSTEIO DA ASSIST. SOCIAL

**CATEGORIA:** 3.1.90.13.00 – OBRIGAÇÕES PATRONAIS..... .....R$ 2.000,00

**FONTE:** 660 – TRANSF. DE RECURSOS DO FNAS

**FICHA:** 211

**LOCAL**: 020304 – ASSISTENCIA SOCIAL

**FUNCIONAL:** 08.244.0008.2012.0000 – MAN. E CUSTEIO DA ASSIST. SOCIAL

**CATEGORIA:** 3.3.90.36.00 – OUTROS SERV. DE TER. P. FISICA ..... .....R$ 4.000,00

**FONTE:** 660 – TRANSF. DE RECURSOS DO FNAS

**FICHA:** 212

**LOCAL**: 020304 – ASSISTENCIA SOCIAL

**FUNCIONAL:** 08.244.0008.2012.0000 – MAN. E CUSTEIO DA ASSIST. SOCIAL

**CATEGORIA:** 3.3.90.39.00 – OUTROS SERV. DE TER. P. JURIDICA..... .....R$ 10.000,00

**FONTE:** 660 – TRANSF. DE RECURSOS DO FNAS

**FICHA:** 213

**LOCAL**: 020304 – ASSISTENCIA SOCIAL

**FUNCIONAL:** 08.244.0008.2012.0000 – MAN. E CUSTEIO DA ASSIST. SOCIAL

**CATEGORIA:** 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO ..... .....R$ 5.000,00

**FONTE:** 660 – TRANSF. DE RECURSOS DO FNAS

**FICHA:** 214

**LOCAL**: 020304 – ASSISTENCIA SOCIAL

**FUNCIONAL:** 08.244.0008.2012.0000 – MAN. E CUSTEIO DA ASSIST. SOCIAL

**CATEGORIA:** 3.1.90.11.00 – VENC. E VANT. FIXAS PESSOAL CIVIL..... .....R$ 8.000,00

**FONTE:** 661 – TRANSF. DE RECURSOS DO FEAS

**FICHA:** 215

**LOCAL**: 020304 – ASSISTENCIA SOCIAL

**FUNCIONAL:** 08.244.0008.2012.0000 – MAN. E CUSTEIO DA ASSIST. SOCIAL

**CATEGORIA:** 3.1.90.13.00 – OBRIGAÇÕES PATRONAIS..... .....R$ 1.000,00

**FONTE:** 661 – TRANSF. DE RECURSOS DO FEAS

**FICHA:** 216

**LOCAL**: 020304 – ASSISTENCIA SOCIAL

**FUNCIONAL:** 08.244.0008.2012.0000 – MAN. E CUSTEIO DA ASSIST. SOCIAL

**CATEGORIA:** 3.3.90.36.00 – OUTROS SERV. DE TER. P. FISICA ..... .....R$ 2.000,00

**FONTE:** 661 – TRANSF. DE RECURSOS DO FEAS

**FICHA:** 217

**LOCAL**: 020304 – ASSISTENCIA SOCIAL

**FUNCIONAL:** 08.244.0008.2012.0000 – MAN. E CUSTEIO DA ASSIST. SOCIAL

**CATEGORIA:** 3.3.90.39.00 – OUTROS SERV. DE TER. P. JURIDICA..... .....R$ 2.000,00

**FONTE:** 661 – TRANSF. DE RECURSOS DO FEAS

**FICHA:** 218

**LOCAL**: 020304 – ASSISTENCIA SOCIAL

**FUNCIONAL:** 08.244.0008.2012.0000 – MAN. E CUSTEIO DA ASSIST. SOCIAL

**CATEGORIA:** 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO ..... .....R$ 5.000,00

**FONTE:** 661 – TRANSF. DE RECURSOS DO FEAS

**FICHA:** 219

**LOCAL**: 020304 – ASSISTENCIA SOCIAL

**FUNCIONAL:** 08.244.0008.2012.0000 – MAN. E CUSTEIO DA ASSIST. SOCIAL

**CATEGORIA:** 3.3.90.14.00 – DIARIAS - CIVIL..... .....R$ 4.000,00

**FONTE:** 660 – TRANSF. DE RECURSOS DO FNAS

**FICHA:** 220

**LOCAL**: 020304 – ASSISTENCIA SOCIAL

**FUNCIONAL:** 08.244.0008.2012.0000 – MAN. E CUSTEIO DA ASSIST. SOCIAL

**CATEGORIA:** 3.3.90.14.00 – DIARIAS - CIVIL.....R$ 2.000,00

**FONTE:** 661 – TRANSF. DE RECURSOS DO FEAS

**SOMA DAS FONTES 660/661..... R$ 65.000,00**

**Artigo 2º -** Para cobertura do crédito referido no artigo primeiro serão utilizados recursos provenientes de anulação parcial de dotação a seguir de acordo com o disposto no artigo 41,42 e 43 da Lei Federal 4.320/64:

**ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO**

**FICHA**: 195

**LOCAL**: 020313 – FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO - FMI

**FUNCIONAL**: 08.241.0028.2111.0000 – MANUT. E ENC. DO FMI – LEI MUN.792-215

**CATEGORIA**: 3.3.90.33.00 ..... R$ 5. 000,00

**FICHA**: 196

**LOCAL**: 020313 – FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO - FMI

**FUNCIONAL**: 08.241.0028.2111.0000 – MANUT. E ENC. DO FMI – LEI MUN.792-215

**CATEGORIA**: 3.3.90.36.00 ..... R$ 40. 000,00

**FICHA**: 197

**LOCAL**: 020313 – FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO - FMI

**FUNCIONAL**: 08.241.0028.2111.0000 – MANUT. E ENC. DO FMI – LEI MUN.792-215

**CATEGORIA**: 3.3.90.39.00 ..... R$ 20. 000,00

**SOMA DAS ANULAÇÕES**: ..... R$ 65. 000,00

**Artigo 3º** - Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a incluir nas Leis nº 1090/2022 – Lei Orçamentaria Anual para o Exercício de 2022, Lei nº 1127/2022- Lei de Diretrizes Orçamentária para o Exercício de 2022-LDO e Lei nº 1085/2021 - Plano Plurianual-PPA, o programa mencionado no artigo 1º desta lei.

**Artigo 4º** - Esta lei entrara em vigor na data de sua publicação, revogando todas as disposições em contrário.

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

General Carneiro-MT, 16 de Agosto de 2023

Marcelo de Aquino

Prefeito Municial

## LEI Nº 1188/2023

**LEI Nº 1188/2023 DE 16 DE AGOSTO DE 2023**

***"Abre no orçamento vigente crédito adicional especial e da outras providências."***

**Sr. MARCELO DE AQUINO,** Prefeito de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei

**Artigo 1°**. - Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional especial na importância de R$250.000,00 distribuídos as seguintes dotações:

Local: 020306 DEPARTAMENTO DE CULTURA

Ficha: 221 - 13.392.0013.1040.0000

FESTIVAL CULTURAL 2019----------250.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

**Artigo 2°**. - O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Excesso:--- ----------250.000,00

**Artigo 3°-** Esta lei entrara em vigor na data de sua publicação, revogando todas as disposições em contrário.

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

General Carneiro-MT, 16 de Agosto de 2023

Marcelo de Aquino

Prefeito Municipal

## LEI Nº 1187/2023

**LEI Nº 1187/2023 DE 16 DE AGOSTO DE 2023**

***"Abre no orçamento vigente crédito adicional especial e da outras providências."***

**Sr. MARCELO DE AQUINO,** Prefeito de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei.

**Artigo 1°.** - Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional especial na importância de R$528.000,00 distribuídos as seguintes dotações:

Local: 020306 DEPARTAMENTO DE CULTURA

Ficha: 222 - 13.392.0013.1044.0000 REALIZAÇÃO DE EVENTO CULTURAL REGIONAL DO MUNICPIO DE GENERAL CARNEIRO-MT (DISTRITO PAREDÃO GRANDE) -------528.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

**Artigo 2°.** - O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Excesso:------- ----------528.000,00

**Artigo 3°-** Esta lei entrara em vigor na data de sua publicação, revogando todas as disposições em contrário

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

General Carneiro-MT, 16 de Agosto de 2023

Marcelo de Aquino

Prefeito Municipal

## LEI Nº 1186/2023

**LEI Nº 1186/2023 DE 16 DE AGOSTO DE 2023**

***"Autoriza o Município de General Carneiro a Firmar Termo de Cooperação Técnica com a empresa Qualifica Cursos Tecnologia LDTA e da outras providencias."***

**Sr. MARCELO DE AQUINO,** Prefeito de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei.

**Art. 1º-** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar com a empresa **QUALIFICA CURSOS TECNOLOGIA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. 44.665.091/0001-50, com sede na AV CONS AGUIAR 4599, Sala 01, BOA VIAGEM, Recife-PB, por seu representante **legal EDILZA KARLA DA SILVA** , inscrita no CPF 074.395. 924-84,, Termo de Cooperação Técnica com o objetivo de capacitação técnica dos munícipes (homens, mulheres jovens e adultos) com o objetivo de incluí-los no mercado de trabalho gerando oportunidades e promovendo desenvolvimento social na região de General Carneiro.

**Art. 2º-** Todos os termos, obrigações e deveres estão previsto na minuta que segue em anexo.

**Art. 3°-** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 4°-** Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

General Carneiro-MT, 16 de Agosto de 2023

Marcelo de Aquino

Prefeito Municipal

**LEI N.º 1185/2023**

**LEI N.º 1185/2023 DE, 16 de Agosto de 2023.**

***"Dispõe sobre a denominação de prédio público Ginásio esportivo Salvador de Souza Parente, e dá outras providências".***

**Sr. MARCELO DE AQUINO,** Prefeito de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei.

**Art. 1º -** Fica denominado de "GINASIO POLI ESPORTIVO SALVADOR DE SOUZA PARENTE" situado na aldeia indígena Meruri, neste município de General Carneiro – MT

**Art. 2º -** A homenagem citada no artigo anterior é em virtude dos relevantes serviços prestados neste município de cunho social, bem como sua simplicidade e humildade.

**Art. 3º -** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 4º -** Revogam-se as disposições em contrário**.**

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, 16 de Agosto de 2023.

Marcelo de Aquino

Prefeito Municipal

**LEI Nº 1184/2023**

**LEI Nº 1184/2023 DE 16 DE Agosto DE 2023**

**"Disposição sobre as faixas não edificáveis ao longo das áreas de domínio público nas rodovias do Município de General Carneiro – MT, de acordo com a Lei Federal n° 13.913, de 25 de Novembro de 2019".**

**Sr. MARCELO DE AQUINO,** Prefeito de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei.

**Art. 1º** – Fica estabelecida ao longo das rodovias federias e municipais localizadas no Município de General Carneiro – MT, distrito de Paredão Grande e distrito de Toricueije, a reserva obrigatória de uma faixa não edificável de 05 (cinco) metros de cada lado, a partir da faixa de domínio público.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – As edificações localizadas nas áreas contínuas às faixas de domínio público dos trechos de rodovia que atravessem perímetros urbanos ou áreas urbanizadas passíveis de serem incluídas em perímetro urbano, desde que construídas até o dia 25 de novembro de 2019, data da promulgação da Lei nº 13.913, de 25 de novembro de 2019, ficam dispensada da observância da exigência prevista no caput deste artigo, salvo por ato devidamente fundamentado do poder público municipal.

**Art. 2º**– Esta Lei regulamenta a Lei Federal n° 13.913, de 25 de novembro de 2019.

**Art. 3º** – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

General Carneiro-MT, 16 de Agosto de 2023

Marcelo de Aquino

Prefeito Municial

## PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA D´OESTE

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 046/2023**

**CONTRATANTE:** Prefeituramunicipal de Glória D'Oeste – MT

**CONTRATADA:** Senhora Jaqueline Rodrigues savoine.

OBJETIVO: Prorrogar a vigência do presente contrato por 30 (trinta) dias.

**VIGÊNCIA:** 21/06/2023 A 20/07/2023

Assinam pela contratante: Gheysa Maria Bonfim Borgato, e pela contratada: Jaqueline Rodrigues savoine.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIRATINGA

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E AVISO DE RESULTADO PP 046**

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 046/2023**

Nos termos do Art. 43, inciso VI da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações, o Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, abaixo assinado, acolhendo a manifestação do Pregoeiro Oficial e da Assessoria Jurídica, levando em consideração a abertura e julgamento do presente Processo Licitatório, tendo cumprido todos os requisitos e princípios estabelecidos em Lei, HOMOLOGA o objeto da Licitação supracitada, cuja modalidade é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REPAROS E PREVENTIVOS E CORRETIVOS EM DIVERSOS EQUIPAMENTOS, TAIS COMO REPETITORES DE SINAIS, CAIXAS DE SOM, MONITORES, ENTRE OUTROS, ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICIPIO DE GUIRATINGA,** conforme anexo X do termo de referência**,** e tem como vencedor os licitantes abaixo mencionados:

**ITENS: 01; 02; 03; 04; 05; 06; 07; 08; 09; 10 – RENATO FERREIRA DE SOUZA - ME inscrito no CNPJ sob o nº 12.154.430/0001-47,** com o valor total de **R$ 181.055,00 (cento e oitenta e um mil e cinquenta e cinco reais).**

**VALOR TOTAL HOMOLOGADO R$ 181.055,00 (cento e oitenta e um mil e cinquenta e cinco reais).**

**ITENS FRACASSADOS E/OU DESERTOS: 00**

Ciência aos interessados, observando as prescrições legais.

Guiratinga/MT, 16 de agosto de 2023.

**WALDECI BARGA ROSA**

Prefeito Municipal

**AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO**

**PREGÃO PRESENCIAL N° 046/2023**

Nos termos do Art. 43, inciso VI da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações, o Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, abaixo assinado, acolhendo a manifestação do Pregoeiro Oficial e da Assessoria Jurídica, levando em consideração a abertura e julgamento do presente Processo Licitatório, tendo cumprido todos os requisitos e princípios estabelecidos em Lei, HOMOLOGA o objeto da Licitação supracitada, cuja modalidade é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REPAROS E PREVENTIVOS E CORRETIVOS EM DIVERSOS EQUIPAMENTOS, TAIS COMO REPETITORES DE SINAIS, CAIXAS DE SOM, MONITORES, ENTRE OUTROS, ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICIPIO DE GUIRATINGA,** conforme anexo X do termo de referência**,** e tem como vencedor os licitantes abaixo mencionados:

**ITENS: 01; 02; 03; 04; 05; 06; 07; 08; 09; 10 – RENATO FERREIRA DE SOUZA - ME inscrito no CNPJ sob o nº 12.154.430/0001-47,** com o valor total de **R$ 181.055,00 (cento e oitenta e um mil e cinquenta e cinco reais).**

**VALOR TOTAL HOMOLOGADO R$ 181.055,00 (cento e oitenta e um mil e cinquenta e cinco reais).**

**ITENS FRACASSADOS E/OU DESERTOS: 00**

Ciência aos interessados, observando as prescrições legais.

Guiratinga/MT, 16 de agosto de 2023

**Jefferson Rodrigues da Silva**

Diretor do departamento de Licitação

## PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAÍ

**AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2023**

A Prefeitura Municipal de Indiavaí-MT, através do Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que realizará a licitação na modalidade Pregão Presencial menor preço por ITEM nº 019/2023, cujo Objeto é: FUTURA E EVENTUAL *CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE SOFTWARE EM AMBIENTE "WEB" SOB FORMA DE LICENÇA DE USO, COM TREINAMENTO DE SERVIDORES PARA FISCALIZAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DO ITR.* Dia: 29/08/2023. Entrega dos Envelopes: Até as 08:00 horas (Horário de Mato Grosso), do dia 29/08/2023. Edital Completo: Afixado no endereço Rua Getúlio Vargas, 650, Centro, Indiavaí/MT. CEP 78.295-000, no site www.indiavai.mt.gov.br e no e-mail pmindiavailicitacao@gmail.com, (quando o edital for baixado pelo site as empresas deverão encaminhar seus dados empresariais para o e-mail (pmindiaivailicitacao@gmail.com); Abertura do envelope Nº 01: Às 08:30 horas, do dia 29 agosto de 2023, no endereço acima. Fundamento Legal: Regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, regulamentada pelo Decreto 3.555/2000 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98).

Indiavaí – MT. 16 de agosto de 2023.

CLEBER PEREIRA DOS SANTOS

Pregoeiro Municipal.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**RELATÓRIO SIMPLIFICADO DE ATIVIDADES 2º TRIMESTRE - ANO 2023**

*Edu Laudi Pascoski*

**PREFEITO MUNICIPAL**

*Emerson Sabatine*

**VICE-PREFEITO MUNICIPAL**

*SECRETÁRIOS MUNICIPAIS*

**Secretaria Municipal De Finanças E Planejamento –** *Emerson Sabatine*

**Secretaria Municipal De Administração –** *Emerson Sabatine*

**Secretaria Municipal De Saúde e Saneamento –** *Bruno Henrique Ascari Felix*

**Secretaria Municipal De Educação E Cultura –** *Suzana Bêss*

**Secretaria Municipal De Desenvolvimento Social E Trabalho –** *Sintia Regina Brandalize Pascoski*

**Secretaria Municipal De Transportes, Obras e Serviços Públicos e Saneamento –** *Jeferson da Silva Santos*

**Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria, Comércio, Meio Ambiente –** *Leandro Jose Pascoski*

**Ouvidora Municipal**

*Ana Claudia Germano Alves*

**FORMAS DE CONTATO**

TELEFONE: *066 3578 2524*

E-MAIL: *ouvidoria@itanhanga.mt.gov.br*

WEBSITE: *https://prefitanhanga.ouvidoriabr.com/#/home*

PESSOALMENTE: *Centro Administrativo Hilário da Rocha, situado na Avenida Santa Cataria, Nº 314, Centro, Itanhangá – MT, CEP 78.579-000*

**HORÁRIO DE ATENDIMENTO**

*Segunda-feira à sexta-feira*

*07:00 às 11:00 – 13:00 às 17:00*

***CRIAÇÃO:*** A Ouvidoria da Prefeitura Municipal de Itanhangá – MT, foi criada em 06 de março de 2013, através da Lei Nº 299/2013 "Dispõe sobre a criação de Ouvidoria do Município e dá outras providências".

***RELATÓRIO SIMPLIFICADO DE ATIVIDADES***

***2º TRIMESTRE - ANO 2023***

A Ouvidoria da Prefeitura Municipal de Itanhangá – MT, através da Ouvidora Sra. Ana Claudia Germano Alves, nomeada pela Portaria Nº 034/2021 de 04 de janeiro do ano de 2021, vem através deste documento, divulgar o relatório de demanda dos atendimentos realizados no período de 01 de abril de 2023 à 30 de junho de 2023 – 2º Trimestre. O quantitativo das demandas foi registrado pela população Itanhangaense, os quais efetivaram sua participação, com Solicitações de Serviços, Reclamações, Denúncias e Elogios, quanto aos serviços prestados no município, através das secretarias municipal, representadas por: Secretário Municipal De Administração, Finanças E Planejamento Sr. Emerson Sabatine, Secretário Municipal De Saúde Sr. Bruno Henrique Ascari Felix, Secretária Municipal De Educação E Cultura Sra. *Suzana Bêss,* Secretária Municipal De Desenvolvimento Social E Trabalho Sra. *Sintia Regina Brandalize Pascoski,* Secretário Municipal de Agricultura, Indústria, Comércio, Meio Ambiente Sr. Leandro Jose Pascoski *e* Secretário De Transportes, Obras e Serviços Públicos e Saneamento Sr. *Jeferson da Silva Santos.*

A Ouvidoria da Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT, está à disposição da população para receber e registrar demandas de forma: Presencial, via E-mail, Website, ou via Telefone, sendo que, após o recebimento, as analisa e encaminha para os setores responsáveis, e conforme regulamentado, no prazo de dez (10) dias, entra novamente em contato com manifestante, para comunicar parecer quanto as medidas tomadas, ou conforme o caso, acordando prorrogação de prazo para a demanda ser atendida. A Ouvidoria funciona como um canal, mais humano, de interlocução com o público, garantindo a preservação da identidade de seus usuários.

O Município de Itanhangá, através de sua equipe de Gestores e Ouvidoria, agradece a população Itanhangaense pela efetiva participação, contribuindo para a melhoria dos trabalhos prestados e o desenvolvimento de nosso município, buscamos sempre atendê-los com prestatividade e zelo, garantindo a acessibilidade aos trabalhos ofertados à todos.

Itanhangá - MT, 16 de agosto de 2023

*Portaria N° 034/2021 de 04/01/2021*

**QUANTITATIVO DE MANIFESTAÇÕES ABERTAS POR TIPO - 01/04/2023 ATÉ 30/06/2023**

| Natureza | Percentual | Quantidade |
|---|---|---|
| Denúncia | 12,5% | 1 |
| Reclamação | 25% | 2 |
| Sugestão | 25% | 2 |
| Dúvida | 12,5% | 1 |
| Pedido de Informação - E-SIC | 25% | 2 |
| **Total de protocolos:** | | **8** |

**SITUAÇÃO ATUAL DOS PROTOCOLOS ABERTOS DE 01/04/2023 ATÉ 30/06/2023**

| Situação | Percentual | Quantidade |
|---|---|---|
| Aberto | 0% | 0 |
| Em andamento | 0% | 0 |
| Fechado | 100% | 8 |
| Pausado | 0% | 0 |
| **Total de protocolos:** | | **8** |

**QUANTITATIVO DE MANIFESTAÇÕES ABERTAS POR SETOR - 01/04/2023 ATÉ 30/06/2023**

| Setor | Percentual | Quantidade |
|---|---|---|
| Nenhum | 0% | 0 |
| Secretaria Municipal de Administração | 12,5% | 1 |
| Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente | 0% | 0 |
| Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Trabalho | 0% | 0 |
| Secretaria Municipal de Educação e Cultura | 50% | 4 |
| Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento | 37,5% | 3 |
| Secretaria Municipal de Obras, Transporte, Serviços Públicos e Saneamento | 0% | 0 |
| Secretaria Municipal de Saúde | 0% | 0 |
| **Total de protocolos:** | | **8** |

**QUANTITATIVO DE TEMPO MÉDIO PARA CONCLUSÃO - PROTOCOLOS FECHADOS DE 01/04/2023 ATÉ 30/06/2023**

| Setor | Protocolos Fechados | Total de dias | Prazo médio por protocolo |
|---|---|---|---|
| Nenhum | 0 | 0 dias | 0 dias |
| Secretaria Municipal de Administração | 2 | 57 dias | 28,5 dias |
| Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente | 0 | 0 dias | 0 dias |
| Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Trabalho | 0 | 0 dias | 0 dias |
| Secretaria Municipal de Educação e Cultura | 5 | 148 dias | 29,6 dias |
| Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento | 3 | 44 dias | 14,67 dias |
| Secretaria Municipal de Obras, Transporte, Serviços Públicos e Saneamento | 0 | 0 dias | 0 dias |
| Secretaria Municipal de Saúde | 0 | 0 dias | 0 dias |
| **Total** | **10** | **249 dias** | **24,9 dias** |

**QUANTITATIVO DE MANIFESTAÇÕES ABERTAS POR CANAL DE COMUNICAÇÃO - 01/04/2023 ATÉ 30/06/2023**

| Canal de comunicação | Percentual | Quantidade |
|---|---|---|
| WebSite | 25% | 2 |
| Aplicativo | 0% | 0 |
| Pessoalmente | 0% | 0 |
| Telefone | 25% | 2 |
| SIC | 0% | 0 |
| Email | 0% | 0 |
| Outros | 50% | 4 |
| **Total de protocolos:** | | **8** |

**QUANTITATIVO DE MANIFESTAÇÕES ANÔNIMAS E IDENTIFICADAS - 01/04/2023 ATÉ 30/06/2023**

| Situação | Percentual | Quantidade |
|---|---|---|
| Identificados | 87,5% | 7 |
| Anônimos | 12,5% | 1 |
| **Total de protocolos:** | | **8** |

**SITUAÇÃO DOS PROTOCOLOS NO PERÍODO DE 01/04/2023 ATÉ 30/06/2023**

| | |
|---|---|
| **Criados no período de 01/04/2023 até 30/06/2023** | 8 |
| **Fechados no período de 01/04/2023 até 30/06/2023** | 10 |
| **Abertos/Em andamento na data de 30/06/2023** | 1 |
| **Abertos em atraso na data de 30/06/2023** | 0 |
| **Fechados em atraso de 01/04/2023 até 30/06/2023** | 5 |
| **Dilações no período de 01/04/2023 até 30/06/2023** | 0 |

## DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
## RETIFICAÇÃO DE EDITAL DE CONVOCAÇÃO 003/2023 DO CONCURSO PÚBLICO 001/2023

**RETIFICAÇÃO DE EDITAL DE CONVOCAÇÃO 003/2023 DO CONCURSO PÚBLICO 001/2023**

Fica retificado a publicação do Edital de Convocação 003/2023 do Concurso Público Municipal 001/2023, divulgada na Edição do Diário Oficial da AMM, ANO XVIII| N° 4.292, na data de 07 de agosto de 2023, página 168 a 171.

**ONDE SE-LÊ:**

34. Certificado de Sanidade e Capacidade Física - CSCF, conforme Decreto 039/2021 composto pelos seguintes exames e avaliações.

Apresentação obrigatória para todas as funções públicas.

1. Hemograma completo em jejum;

2. Glicemia em jejum;

3. Gama GT (Gama Glutamil Transferase);

4. Perfil Lipídico (Colesterol L.D.L, Colesterol H.D.L e Colesterol Total, Triglicérides);

5. Eletrocardiograma (E.C.G) com laudo;

6. Raio-X do tórax P.A e perfil com laudo OBS: dispensável para gestantes mediante apresentação do laudo de ultra- sonografia (ecografia);

7. Raios-X da coluna total (exceto para gestantes, que devem apresentar laudo de ultrassonografia gestacional recente);

8. Avaliação de médico ortopedista quanto a saúde física de membros superiores, inferiores e coluna vertebral total (baseada no exame geral do candidato e nos Raios-X de coluna total);

9. Audiometria Tonal com laudo. OBS: se houver perda, ou redução, auditiva apresentar avaliação do médico otorrinolaringologista;

10. Atestado de acuidade visual;

11. Teste Palográfico (Avaliação Psicológica);

12. Ultrassonografia de ombros com laudo;

13. Ultrassonografia de mãos e punhos com laudo.

Exigido para ensino fundamental completo, ensino médio completo e ensino superior.

15.Escala de Personalidade Resiliência - EPR (Avaliação Psicológica)

**LEIA-SÊ:**

34. Certificado de Sanidade e Capacidade Física - CSCF, conforme Decreto 039/2021 composto pelos seguintes exames e avaliações.

Apresentação obrigatória para todas as funções públicas.

1. Hemograma completo em jejum;

2. Glicemia em jejum;

3. Gama GT (Gama Glutamil Transferase);

4. Perfil Lipídico (Colesterol L.D.L, Colesterol H.D.L e Colesterol Total, Triglicérides);

5. Eletrocardiograma (E.C.G) com laudo;

6. Raio-X do tórax P.A e perfil com laudo OBS: dispensável para gestantes mediante apresentação do laudo de ultra- sonografia (ecografia);

7. Raios-X da coluna total (exceto para gestantes, que devem apresentar laudo de ultrassonografia gestacional recente);

8. Avaliação de médico ortopedista quanto a saúde física de membros superiores, inferiores e coluna vertebral total (baseada no exame geral do candidato e nos Raios-X de coluna total);

9. Audiometria Tonal com laudo. OBS: se houver perda, ou redução, auditiva apresentar avaliação do médico otorrinolaringologista;

10. Atestado de acuidade visual;

11. Teste Palográfico (Avaliação Psicológica);

12. Ultrassonografia de ombros com laudo;

13. Ultrassonografia de mãos e punhos com laudo.

Exigido para ensino fundamental completo, ensino médio completo e ensino superior.

14.Escala de Personalidade Resiliência - EPR (Avaliação Psicológica)

Exigido para o exercício da função de Médico, Enfermeiro, Técnico em Enfermagem, odontólogo, Auxiliar de Saúde Bucal, biomédico, fisioterapeuta, fonoaudiólogo.

15. Exame Anti-HCV;

16. Teste de PPD – Teste Tuberculínico

17.Tempo de protrombina (TP ou TAP) e tempo de tromboplastina ativada (TTP ou PTT

18. Hbsag;

19. Anti-Hbs

**EDU LAUDI PASCOSKI**

Prefeito Municipal

## CONTABILIDADE
## ATA AUDIÊNCIA PÚBLICA LDO 2024

ATA AUDIÊNCIA PÚBLICA RELATIVA À DISCUSSÃO SOBRE AS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, COM A FINALIDADE DE ELABORAR O PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS, PARA VIGER DURANTE O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2024

Ao decimo quarto dia do mês de agosto de 2022 as 16h00min, reuniram-se no Município de Itanhangá, tendo por local a Câmara Municipal de Itanhangá/MT, para a realização da Audiência Pública Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2024, em conformidade com o inc. I, do parágrafo único, do art. 48, da Lei Complementar n° 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF) e a Lei Federal 10.257/2001 (Estatuto das Cidades – Art. 44), para tratar da discussão e elaboração das metas e prioridades para o exercício financeiro de 2024, assim como sugestões e indicações de interesse coletivo dos moradores do Município de Itanhangá. Na abertura o Prefeito Sr. EDU LAUDI PASCOSKI, iniciou a fala agradecendo a presença das autoridades e dos demais presentes, e, em seguida foi passada a palavra para o representante da assessoria contábil do município o Sr. Edson Juliano Maestro que fez as devidas apresentações e na sequencia iniciou as apresentações dos slides com a parte conceitual trazendo a definição da Lei de Diretrizes Orçamentárias e sua fundamentação legal perante a Constituição Federal/88, assim como da participação social na audiência pública sua importância e seus objetivos. Na sequência apresentou aos presentes a projeção/cenário da receita orçamentária geral mostrando assim a evolução das receitas desde 2021 e o comparativo dos valores estipulados no orçamento vigente com a projeção de arrecadação até o fim do exercício, o que demonstra uma crescente na arrecadação do município. Dentro desta visão, comparado com os três últimos exercícios realizaram as projeções para o exercício de 2024, realizando assim as demais explanações e trazendo as informações de forma gráfica para melhor entendimento deste comportamento da Receita. Com a avaliação das receitas a previsão orçamentária para 2024 será de R$ 49.850.000,00 (Quarenta e Nove Milhões e Oitocentos e Cinquenta Mil Reais), representando uma variação de 6,03% em relação a expectativa de arrecadação de 2023. Durante a apresentação dos valores das despesas, houve a solicitação de uma participante para que seja aumentado o valor do repasse para os universitários, que ficou estipulado na LDO de 2024 o valor de R$ 170.000,00, e a justificativa da estudante é que o valor que os mesmos irão pagar em 2024 será de 260.000,00, devido ao aumento da quantidade de alunos, Contador Edson Juliano explicou que será avaliado pelo Executivo a possibilidade dessa alteração, porém, salientou que provavelmente será discutido na Câmara de Vereadores, indicando emenda a LDO, onde ao mesmo tempo em que indica onde devo aumentar uma determinada ação, é necessário indicar qual ação será suprimida, sendo que o Município tem limites a serem cumpridos conforme determina a LRF, é preciso ter equilíbrio entre as metas de receitas e despesas. Na sequência, foram apresentadas as metas e prioridades da administração, demonstrando as despesas distribuídas por secretarias, por programas e por ações. Logo em seguida passou a apresentar as metas fiscais, iniciando com os conceitos e em seguida aos valores de cada meta para os três próximos exercícios, ressaltou que a saúde financeira e econômica do município de Itanhangá está muito boa. Após a conclusão das explanações que foram feitas de forma minuciosa em todos os slides não havendo dúvidas por nenhum dos participantes. Ressaltou que a audiência pública estará disponível no Facebook da Prefeitura Municipal de Itanhangá. Agradeceu a presença especialmente dos Vereadores e da população que estão presentes e passou a palavra para o Prefeito Municipal para suas considerações. O Prefeito Edu no uso da palavra agradeceu aos que estiveram presente na Audiência e passou a palavra ao Vice-Prefeito. Com a palavra o Vice-Prefeito Emerson cumprimentou e agradeceu a todos os presentes, e fez uma pequena explanação sobre os limites constitucionais que o município almeja cumprir em 2024, dentre eles destacou 32,14% em educação, quase 22,89% na saúde, 20% na secretaria de obras, e considera a despesa com pessoal, e pontua que diante disso é difícil administrar um município com demandas muito altas em saúde, educação e obras, é preciso trabalhar com muito planejamento e economia, para sobrar recurso para que se faça investimento em melhorias para a população, restando em média 5% a 8% para investimentos. Retornando o Prefeito com a palavra salientou a necessidade de buscar recursos estaduais e federais, porém, com a mudança de governo se tem um engessamento, pois não liberação de repasse de recursos, temos o apoio dos Deputados e Senadores que assumes compromissos com o Prefeito, com o Vice-Prefeito e com Vereadores, porem o Governo não repassa então é preciso segurar a máquina, ressaltou que hoje o FUNDEB não é mais suficiente para pagar

a folha dos profissionais da educação, sendo necessário destinar recursos de impostos municipais. Em seguida agradeceu aos vereadores Mauro Alves, Luiza Da Rocha e Marcel Menezes Meurer que estão presentes, ao Vice-Prefeito, ao Contados, os demais presentes e aos que acompanham pelo facebook. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a audiência pública, foi lavrada a presente ata, que vai assinada por mim, Sandra Tomasi Tosi Lopes. Segue em anexo a lista de presença assinada pelos participantes.

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**RELATÓRIO SIMPLIFICADO DE ATIVIDADES 1º TRIMESTRE - ANO 2023**

*Edu Laudi Pascoski*

**PREFEITO MUNICIPAL**

*Emerson Sabatine*

**VICE-PREFEITO MUNICIPAL**

*SECRETÁRIOS MUNICIPAIS*

**Secretaria Municipal De Finanças E Planejamento –** *Emerson Sabatine*

**Secretaria Municipal De Administração –** *Emerson Sabatine*

**Secretaria Municipal De Saúde e Saneamento –** *Bruno Henrique Ascari Felix*

**Secretaria Municipal De Educação E Cultura –** *Suzana Bêss*

**Secretaria Municipal De Desenvolvimento Social E Trabalho –** *Sintia Regina Brandalize Pascoski*

**Secretaria Municipal De Transportes, Obras e Serviços Públicos e Saneamento –** *Jeferson da Silva Santos*

**Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria, Comércio, Meio Ambiente –** *Leandro Jose Pascoski*

**Ouvidora Municipal**

*Ana Claudia Germano Alves*

**FORMAS DE CONTATO**

TELEFONE: *066 3578 2524*

E-MAIL: *ouvidoria@itanhanga.mt.gov.br*

WEBSITE: *https://prefitanhanga.ouvidoriabr.com/#/home*

PESSOALMENTE: *Centro Administrativo Hilário da Rocha, situado na Avenida Santa Cataria, Nº 314, Centro, Itanhangá – MT, CEP 78.579-000*

**HORÁRIO DE ATENDIMENTO**

*Segunda-feira à sexta-feira*

*07:00 às 11:00 – 13:00 às 17:00*

***CRIAÇÃO:*** A Ouvidoria da Prefeitura Municipal de Itanhangá – MT, foi criada em 06 de março de 2013, através da Lei Nº 299/2013 “Dispõe sobre a criação de Ouvidoria do Município e dá outras providências”.

***RELATÓRIO SIMPLIFICADO DE ATIVIDADES***

***1º TRIMESTRE - ANO 2023***

A Ouvidoria da Prefeitura Municipal de Itanhangá – MT, através da Ouvidora Sra. Ana Claudia Germano Alves, nomeada pela Portaria Nº 034/2021 de 04 de janeiro do ano de 2021, vem através deste documento, divulgar o relatório de demanda dos atendimentos realizados no período de 01 de janeiro de 2023 à 31 de março de 2023 – 1º Trimestre. O quantitativo das demandas foi registrado pela população Itanhangaense, os quais efetivaram sua participação, com Solicitações de Serviços, Reclamações, Denúncias e Elogios, quanto aos serviços prestados no município, através das secretarias municipal, representadas por: Secretário Municipal De Administração, Finanças E Planejamento Sr. Emerson Sabatine, Secretário Municipal De Saúde Sr. Bruno Henrique Ascari Felix, Secretária Municipal De Educação E Cultura Sra. *Suzana Bêss,* Secretária Municipal De Desenvolvimento Social E Trabalho Sra. *Sintia Regina Brandalize Pascoski,* Secretário Municipal de Agricultura, Indústria, Comércio, Meio Ambiente Sr. Leandro Jose Pascoski *e* Secretário De Transportes, Obras e Serviços Públicos e Saneamento Sr. *Jeferson da Silva Santos.*

A Ouvidoria da Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT, está à disposição da população para receber e registrar demandas de forma: Presencial, via E-mail, Website, ou via Telefone, sendo que, após o recebimento, as analisa e encaminha para os setores responsáveis, e conforme regulamentado, no prazo de dez (10) dias, entra novamente em contato com manifestante, para comunicar parecer quanto as medidas tomadas, ou conforme o caso, acordando prorrogação de prazo para a demanda ser atendida. A Ouvidoria funciona como um canal, mais humano, de interlocução com o público, garantindo a preservação da identidade de seus usuários.

O Município de Itanhangá, através de sua equipe de Gestores e Ouvidoria, agradece a população Itanhangaense pela efetiva participação, contribuindo para a melhoria dos trabalhos prestados e o desenvolvimento de nosso município, buscamos sempre atendê-los com prestatividade e zelo, garantindo a acessibilidade aos trabalhos ofertados à todos.

Itanhangá - MT, 16 de agosto de 2023

*Portaria N° 034/2021 de 04/01/2021*

**QUANTITATIVO DE MANIFESTAÇÕES ABERTAS POR TIPO - 01/01/2023 ATÉ 31/03/2023**

| Natureza | Percentual | Quantidade |
|---|---|---|
| Denúncia | 18,75% | 3 |
| Reclamação | 25% | 4 |
| Sugestão | 6,25% | 1 |
| Pedido de Informação - E-SIC | 25% | 4 |
| Solicitação de Serviços | 25% | 4 |
| **Total de protocolos:** | | **16** |

**SITUAÇÃO ATUAL DOS PROTOCOLOS ABERTOS DE 01/01/2023 ATÉ 31/03/2023**

| Situação | Percentual | Quantidade |
|---|---|---|
| Aberto | 0% | 0 |
| Em andamento | 0% | 0 |
| Fechado | 100% | 16 |
| Pausado | 0% | 0 |
| **Total de protocolos:** | | **16** |

**QUANTITATIVO DE MANIFESTAÇÕES ABERTAS POR SETOR - 01/01/2023 ATÉ 31/03/2023**

| Setor | Percentual | Quantidade |
|---|---|---|
| Nenhum | 0% | 0 |
| Secretaria Municipal de Administração | 56,25% | 9 |
| Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente | 6,25% | 1 |
| Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Trabalho | 0% | 0 |
| Secretaria Municipal de Educação e Cultura | 18,75% | 3 |
| Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento | 6,25% | 1 |
| Secretaria Municipal de Obras, Transporte, Serviços Públicos e Saneamento | 12,5% | 2 |
| Secretaria Municipal de Saúde | 0% | 0 |
| **Total de protocolos:** | | **16** |

**QUANTITATIVO DE TEMPO MÉDIO PARA CONCLUSÃO - PROTOCOLOS FECHADOS DE 01/01/2023 ATÉ 31/03/2023**

| Setor | Protocolos Fechados | Total de dias | Prazo médio por protocolo |
|---|---|---|---|
| Nenhum | 0 | 0 dias | 0 dias |
| Secretaria Municipal de Administração | 8 | 158 dias | 19,75 dias |
| Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente | 1 | 18 dias | 18 dias |
| Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Trabalho | 0 | 0 dias | 0 dias |

| | | | |
|---|---|---|---|
| Secretaria Municipal de Educação e Cultura | 2 | 11 dias | 5,5 dias |
| Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento | 1 | 34 dias | 34 dias |
| Secretaria Municipal de Obras, Transporte, Serviços Públicos e Saneamento | 2 | 68 dias | 34 dias |
| Secretaria Municipal de Saúde | 1 | 34 dias | 34 dias |
| **Total** | **15** | **323 dias** | **21,53 dias** |

**QUANTITATIVO DE MANIFESTAÇÕES ABERTAS POR CANAL DE COMUNICAÇÃO - 01/01/2023 ATÉ 31/03/2023**

| Canal de comunicação | Percentual | Quantidade |
|---|---|---|
| WebSite | 81,25% | 13 |
| Aplicativo | 0% | 0 |
| Pessoalmente | 0% | 0 |
| Telefone | 12,5% | 2 |
| SIC | 0% | 0 |
| Email | 6,25% | 1 |
| Outros | 0% | 0 |
| **Total de protocolos:** | | **16** |

**QUANTITATIVO DE MANIFESTAÇÕES ANÔNIMAS E IDENTIFICADAS - 01/01/2023 ATÉ 31/03/2023**

| Situação | Percentual | Quantidade |
|---|---|---|
| Identificados | 87,5% | 14 |
| Anônimos | 12,5% | 2 |
| **Total de protocolos:** | | **16** |

**SITUAÇÃO DOS PROTOCOLOS NO PERÍODO DE 01/01/2023 ATÉ 31/03/2023**

| | |
|---|---|
| **Criados no período de 01/01/2023 até 31/03/2023** | 16 |
| **Fechados no período de 01/01/2023 até 31/03/2023** | 15 |
| **Abertos/Em andamento na data de 31/03/2023** | 3 |
| **Abertos em atraso na data de 31/03/2023** | 1 |
| **Fechados em atraso de 01/01/2023 até 31/03/2023** | 9 |
| **Dilações no período de 01/01/2023 até 31/03/2023** | 0 |

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA

**CAMARA MUNICIPAL**
**EXTRATO DE CONTRATO Nº 008/2023**

**CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE ITIQUIRA – ESTADO DE MATO GROSSO,** pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º 00.176.362/0001-38, sediada na Rua João Batista Vidotti, n.º 407, Bairro Santo Antônio, CEP: 78.790-000, Itiquira-MT, Telefone (65) 3491-1514 ou (65) 9 9944-7513, E-mail: secretaria@itiquira.leg.mt.br, neste ato representada pelo Vereador/Presidente - **JOSÉ CARLOS BATISTA**, matrícula funcional nº 390.

**CONTRATADA:DANILO PEREIRA CAMPOS**, nome fantasia “Lava Jato Avenida, devidamente inscrita no CNPJ 29.814.932/0001-50, Inscrição Estadual 13.714.488-1, situada na Av. Adelino de Souza Campos, nº 40, Bairro: Centro, CEP: 78.790-000, Cidade Itiquira, Estado: Mato Grosso, telefone de contato (65) 9 9662-4845, e mail: danilo_campos2008@hotmail.com.

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTIVOS - LAVAGEM SIMPLES E COMPLETA, PARA ATENDER DEMANDA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITIQUIRA-MT, CONFORME ABAIXO CITADO**:

| Seq | Cód. do TCE-MT | Descrição dos Serviços | Quantitativo Mensal |
|---|---|---|---|
| 01 | 00024785 | Camionete S10 – Branca – placa RAK 2H80 - **lavagem completa** | 01 |
| 02 | 00024784 | Camionete S10 – Branca – placa RAK 2H80 – **lavagem simples** | 02 |
| 03 | 00024788 | Camionete Fiat Toro Freed Turb AT6 – Preta – Placa RRX 5D22 – **lavagem completa** | 01 |
| 04 | 00024787 | Camionete Fiat Toro Freed Turb AT6 – Preta – Placa RRX 5D22 – **lavagem simples** | 02 |
| 05 | 0001483 | Motocicleta Biz Preta Placa NJN 5551 – **lavagem completa.** | 01 |

**VALOR GLOBAL:** R$ 5. 640,00 (cinco mil, seiscentos e quarenta reais).

**VIGÊNCIA**: 12 (doze) meses, a partir da assinatura do contrato.

**EMISSÃO DO CONTRATO:** 16/08/2023.

Câmara Municipal de Itiquira

José Carlos Batista

Presidente

(Gestão 2023/2024)

CONTRATANTE

## PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA

**158, DE 15 DE AGOSTO DE 2023**

**PORTARIA N.º 158, DE 15 DE AGOSTO DE 2023**

**A PREFEITA DO MUNICIPIO DE JACIARA, ESTADO DE MATO GROSSO, ANDRÉIA WAGNER,** no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º. **CONCEDER LICENÇA PRÊMIO**, ao (a) servidor (a) ESTER SCHWERTNER NEUBECKER, lotado (a) no Hospital Municipal de Jaciara, no cargo de Técnico de Enfermagem, referente aos quinquênios de 2012 a 2017, a partir de 01 de Julho de 2023 a 30 de Julho de 2023, 30 (trinta) dias.

Art. 2º. Esta Portaria retroage seus efeitos a data de 01 de Julho de 2023, revogando-se as disposições em contrário.

Jaciara/MT, 15 de Agosto de 2023.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

**ANDRÉIA WAGNER**

Prefeita Municipal – 2021 a 2024

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

**PORTARIA N.º 159, DE 15 DE AGOSTO DE 2023**

**PORTARIA N.º 159, DE 15 DE AGOSTO DE 2023**

**A PREFEITA DO MUNICIPIO DE JACIARA, ESTADO DE MATO GROSSO, ANDRÉIA WAGNER,** no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º. **CONCEDER LICENÇA PRÊMIO**, ao (a) servidor (a) AFRANIO FORTUNATO SANTOS DA SILVA, lotado (a) na Secretária Municipal de Educação e Desporto de Jaciara, no cargo de Instrutor Técnico, referente aos quinquênios de 2018 a 2023, a partir de 21 de Junho de 2023 a 18 de Setembro de 2023, 90 (noventa) dias.

Art. 2º. Esta Portaria retroage seus efeitos a data de 21 de Junho de 2023, revogando-se as disposições em contrário.

Jaciara/MT, 15 de Agosto de 2023.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

**ANDRÉIA WAGNER**

Prefeita Municipal – 2021 a 2024

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU

**EXTRATO DO CONTRATO Nº. 70/2023.**

**CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU**

**CONTRATADO: W S LIMA**

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE HOSPEDAGEM.**

**VIGÊNCIA: 15 de agosto de 2023 até 14 de agosto de 2024.**

**VALOR: R$ 15.800,00 (quinze mil e oitocentos reais).**

**PRORROGAÇÃO DE EDITAL DE CREDENCIAMENTO PÚBLICO 02/2023**

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, da Prefeitura Municipal de Jauru, torna público a PRORROGAÇÃO do CREDENCIAMENTO DE LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL PARA REALIZAÇÃO DE LEILÕES NA SEDE DESTE MUNICÍPIO, NO FORMATO HÍBRIDO, PRESENCIAL E ON-LINE SIMULTANEAMENTE, PARA VENDA DE BENS IMÓVEIS EM ESTADO NÃO DE USO OU DISPONÍVEL PARA ALIENAÇÃO E BENS MÓVEIS DIVERSOS EM ESTADO DE SUCATAS, SUCATEADOS, INSERVÍVEIS OU ANTIECONÔMICOS PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL. O Credenciamento estará disponível para os interessados do dia 03 até o dia 24 de agosto de 2023, posteriormente no dia 25 de agosto de 2023 a Comissão Permanente de Licitação se reunirá ás 09:00 horas para abertura e julgamento das propostas. Os interessados poderão obter informações detalhadas no endereço supracitado, de segunda a sexta-feira, das 07:30 às 11:00 e das 13:00 às 17:00 horas, com a Comissão Permanente de Licitações, ou ainda através do telefone (65) 3244-1849, site www.jauru.mt.gov.br ou no e-mail- licitacao@jauru.mt.gov.br .

Jauru - MT, 16 de agosto de 2023.

*KEILA TELES FERREIRA*

Presidente da CPL

**RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PUBLICO 02/2023**

No dia 11 de agosto de 2023 o Edital de Chamamento Publico 02/2023 foi IMPUGNADO pelo Leiloeiro Rodrigo Schmitz, ao qual após analise minuciosa dos autos a Comissão Permanente de Licitação decidi-o DEFERIR a Presente Impugnação.

**Desta forma, fica suprimido o item 4.2.2.1 e alínea b) do item 4.2.3 do referido edital.**

Paço Municipal “José Peres”, em Jauru – MT, 16 de agosto de 2023.

KEILA TELES FERREIRA

Presidente da CPL

**EXTRATO DO 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº. 56/2023.**

**1º ADITIVO AO CONTRATO Nº. 56/2023**

**CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU**

**CONTRATADO:PLANTAE SERVIÇOS E PROJETOS LTDA.**

**OBJETO**: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE OBRAS E ENGENHARIA, PARA CONSTRUÇÃO DE CALÇADAS E MEIO FIO EM RUAS DO PERIMETRO URBANO DO MUNICIPIO DE JAURU-MT.**

**VIGÊNCIA: 12 DE AGOSTO DE 2023 ATÉ 10 DE OUTUBRO DE 2023.**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA

**SETOR DE LICITAÇÃO**
**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO N. 063/2023/SECAD TIPO: PRESENCIAL APURAÇÃO: MENOR VALOR POR ITEM**

**OBJETO: Registro de Preços para Futura e Eventual Fornecimento de Gêneros Alimentícios,** em Atendimento as Secretarias Municipais**,**conforme especificações constantes neste Edital e seus anexos.

**EDITAL E INFORMAÇÕES:** O Edital poderá ser obtido a partir 16/08/2023, na Sede da Prefeitura Municipal de Juara/MT – Divisão de Licitações e Contratos, localizada à Rua Niterói, 81N, Centro – Juara/MT – Fone: (066) 3556-9400/9401 ou por meio dos sites: www.juara.mt.gov.br; www.portaldecompraspublicas.com.br

**ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO DO EDITAL:** Decairá do direito de pedir esclarecimentos ou impugnar os termos deste Edital aquele que não o fizer até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura dos envelopes, apontando de forma clara e objetiva as falhas ou irregularidades que entende viciarem o mesmo. As petições deverão ser protocoladas, devidamente instruídas (assinatura, endereço, razão social e telefone para contato), junto ao Serviço de Protocolo desta Prefeitura ou diretamente ao Pregoeiro Oficial ou ainda através do Fax (66) 3556-9400/9401 ou **ainda e preferencialmente através do Site**: www.portaldecompraspublicas.com.br e/ou e-mail: licitacao@juara.mt.gov.br que tem o prazo de 24 (vinte e quatro) horas úteis para respondê-las.

**SESSÃO DE ABERTURA DE PROPOSTA E DISPUTA DE LANCES: dia 29 de agosto de 2023 às 08h30 – Horário Local**.

Juara-MT, em 16 de agosto de 2023.

**Luis Carlos Correia Carlos Amadeu Sirena**

**Pregoeiro Prefeito Municipal**

**SETOR DE LICITAÇÃO**
**AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO: MODALIDADE: PREGÃO Nº. 058/2023 TIPO: PRESENCIAL JULGAMENTO: MENOR VALOR POR ITEM.**

O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Juara, designado pela Portaria GP nº 057/2023, e equipe de Apoio, nomeada pela Portaria GP nº 057/2023, torna público aos interessados que o processo licitatório realizado na modalidade de Pregão Presencial nº. 058/2023, cuja abertura ocorreu as 08h300, do dia 15.08.2023, na sala de Licitação da Prefeitura Municipal. Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULO CAMINHÃO BASCULANTE**, em atendimento a Secretara Municipal de Transportes e Cidade, conforme especificações e condições técnicas constantes neste edital e em seus anexos**,** sagrou-se vencedoras as empresas: **VM MAQUINAS E TRANSPORTES LTDA** inscrita com o CNPJ sob o n.º 49.090.408.0001-90, sendo vencedora com o valor global de R$ 782.400,00 (setecentos e oitenta e oito mil e quatrocentos reais), - **KEILA DE LUCA LEAL - ME** inscrita com o CNPJ sob o n.º 37.001.527/0001-40, sendo vencedora com o valor global de R$ 226.800,00 (setecentos e oitenta e oito mil e quatrocentos reais), - **J. S REQUENA LTDA** inscrita com o CNPJ sob o n.º 34.820.471/0001-68, sendo vencedora com o valor global de R$ 388,800,00 (trezentos e oitenta e oito mil e oitocentos reais), -

*Juara –MT, 16 de agosto de 2023.*

**Luis Carlos Correia Carlos Amadeu Sirena**

**Pregoeiro Oficial Prefeito do Município**

**SETOR DE LICITAÇÃO**
**AVISO DE CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 061/2023**

**A PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA, ESTADO DE MATO G**ROSSO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Niterói, 81, centro, Juara - MT, inscrita no CNPJ 15.072.663/0001-99, neste ato representado pelo **Prefeito o Sr. Carlos Amadeu Sirena**, brasileiro, empresário, portador da Cédula de Identidade n. 2.181.389-3 SSP/PR e do CPF nº 578.160.189-91, vem através deste comunicar o **CANCELAMENTO** do Processo Licitatório Pregão Presencial n.º 061/2023, tendo como objeto **Contratação por prazo determinado de empresa especializada em software de gestão pública integrada para fornecimento de licenças de uso (locação) com acesso ilimitado de usuários, migração de dados, implantação, treinamento, manutenção e suporte técnico em Gestão de Orçamento, Planejamento, Tesouraria e Contabilidade; Geração de Informações para o APLIC (TCE/MT); Recursos Humanos e Folha de Pagamento; Holerite na Web; Controle de Compras e Licitações; Controle do Patrimônio Público; Controle de Almoxarifado; Controle de Frotas; Controle de Combustível WEB através Cartão Magnético; Gestão de Protocolo WEB; Tributação Municipal WEB; Portal do Contribuinte WEB; Portal da Transparência WEB, tudo isso com pleno atendimento à Lei n.° 4.320/64, à Lei de Responsabilidade Fiscal, à NBCASP e às normativas do TCE-MT**, conforme as condições e especificações técnicas mínimas constantes neste Edital e seus Anexos, por razões e atendimento ao Oficio nº 028/2023/SEFIN de 15/08/2023.

Juara-MT, em 16 de agosto de 2023.

**Carlos Amadeu Sirena**

**Prefeito Municipal**

**ADMINISTRAÇÃO**
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO N°073/2023 DE 16/08/2023**

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 073/2023 DE 16 DE AGOSTO DE 2023 REFERENTE AO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº003/2023 CONFORME HOMOLOGAÇÃO DO DECRETO N°1.940/2023 DE 06 DE JULHO DE 2023, CONFORME PUBLICAÇÃO DO DIARIO OFICIAL N° 4.271 DO DIA 07/07/2023.**

Art. 1° - O Governo Municipal de Juara-MT, convoca os candidatos que foram aprovados no Processo de Processo Seletivo Simplificado n°003/2023, conforme abaixo descrito, para comparecer no prazo de **10 (dez)** dias, a partir da data da publicação deste Edital, na Secretaria Municipal de Administração, apresentando os documentos de habilitação, conforme determinado no Edital do Processo Seletivo Simplificado n° 003/2023, a fim de ser contratado ao respectivo cargo no prazo acima estabelecido.

Art. 2º - **CANDIDATOS CONVOCADOS ATRAVES DO PRESENTE EDITAL:**

**TÉCNICO DE INFORMATICA**

| Item | Nome | Classificação |
|---|---|---|
| 01 | MACIEL CANDIDO | 02° |

Art. 3º - Será considerado desistente perdendo a respectiva vaga, o candidato aprovado e ou classificado que não se apresentar no prazo fixado por este edital, não comprovar requisitos exigidos através da documentação necessária para o provimento do cargo, podendo o Governo Municipal convocar o candidato classificado na colocação subsequente.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Juara-MT, 16 de Agosto de 2023

Marcia Regina Fernandes de Araújo

Secretaria Municipal de Administração

Portaria n°208/2023 de 03/04/2023

## PREFEITURA MUNICIPAL DE JUÍNA

**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE JUINA**
**PORTARIA N.º 7.088/2023.**

PORTARIA N.º 7.088/2023.

Instaura Processo Administrativo Disciplinar para fins de apuração dos fatos aludidos na Comunicação Interna n.º 072/SMFA/SESMT/2023 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pelo art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município e nos termos da Lei Complementar n.º 1.022/2008;

RESOLVE:

Art. 1.º DETERMINAR, com base no art. 191 e s.s, da Lei Complementar Municipal n.º 1.022/2008 (Estatuto dos Servidores Municipais), a instauração de Processo Administrativo Disciplinar em desfavor do servidor público municipal DOUGLAS MARQUES DE CAMARGO, engenheiro Florestal II, inscrito na matrícula n.º 9865, para apurar os fatos noticiados na Comunicação Interna n.º 072/SMFA/SESMT/2023, cuja cópia passa a ser parte integrante da presente Portaria.

Art. 2.º O processo será conduzido pela Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, designada pela Portaria n.º 4.024/2022, que deverá iniciar seus trabalhos no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data da publicação desta portaria no Diário Oficial utilizado pelo Município, e concluí-lo no prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogável por mais trinta dias mediante autorização da autoridade competente.

Art. 3.º Na condução do Processo Administrativo a Comissão Permanente exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurando o sigilo necessário à elucidação do fato exigido pelo interesse da administração, assegurando o contraditório e a ampla defesa.

Art. 4.º No final dos trabalhos, a Comissão deverá apresentar relatório de caráter expositivo contendo, exclusivamente, os elementos fáticos colhidos, abstendo-se de quaisquer observações ou conclusões de cunho jurídico, e encaminhará o processo à autoridade instauradora, para fins de:

I – advertência;

II – suspensão;

III – demissão;

IV – cassação de disponibilidade ou de aposentadoria;

V – destituição de cargo em comissão.

Art. 5.º Considerando que se trata de assunto que envolve saúde, estabeleço desde já o sigilo do presente caso.

Art. 6.º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Juína-MT, 16 de agosto de 2023.

Publique-se.

Registre-se.

Intime-se.

Cumpra-se.

PAULO AUGUSTO VERONESE

Prefeito Municipal

REGISTRADO e PUBLICADO por afixação na data supra no local de costume.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

**PORTARIA Nº 026/2023**

***PORTARIA Nº 026/2023***

***DE: 10 DE AGOSTO DE 2023***

Homologa o enquadramento de progressão por classe de Servidor Público Municipal, referente ao mês de Agosto/2023, de conformidade com a Lei Municipal nº 939/2013.

O Senhor **JOSÉ QUIRINO DA SILVA,** Presidente da Câmara Municipal de Juscimeira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei:

**R E S O L V E:**

**Artigo 1º -** *Fica homologado o enquadramento de progressão de classe (horizontal) na tabela "D", do Servidor Municipal, Senhor* ***SAMIR FARID CANAM****,em virtude de apresentação de Certificado, onde cumpriu os requisitos do Artigo 57, Inciso I, Alínea "d", da Lei supra citada, apresentando as documentações necessárias, bem como, conceder progressão vertical, passando para o nível 10, tendo em vista que no mês de Agosto o funcionário completa* **09 (NOVE) ANOS DE EFETIVO NO CARGO DE MOTORISTA DESTE PODER LEGISLATIVO.**

**Artigo 2º -** *Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.*

**Artigo 3º -** *Revogam-se as disposições em contrário.*

**Registre-se, publique-se e cumpra-se.**

**GABINETE DO PRESIDENTE**

**EM: 10 DE AGOSTO DE 2023**

**JOSÉ QUIRINO DA SILVA**

**PRESIDENTE**

---

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 49/2023**

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA-MT, no uso de suas atribuições legais, **CONVOCA** o(s) candidato(s) constantes nos quadros do **ANEXO I**, que foram classificados no Processo Seletivo Simplificado da Prefeitura Municipal de Juscimeira – MT nº 003/2022, destinado ao preenchimento de vagas; devendo estes, apresentarem os documentos abaixo relacionados:

a) RG

**b) CPF - Cartão Físico ou impresso através do link:** https://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/C...

c) Título Eleitoral

**d) Certidão de Quitação da Justiça Eleitoral emitida no link:** https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/certido...

e) Comprovante de endereço (Em nome do admitido e de até 90 dias) Podendo ser substituído por declaração de residência com assinatura reconhecida.

**f) Comprovantes de Escolaridade (diploma ou declaração de conclusão) com histórico, conforme edital;**

g) Cópia do Cartão de PIS / PASEP / NIS OU NIT (1° emprego – Cadastro na Plataforma Gov.br – Meu INSS – Cadastro; h) Certificado de Reservista ou Registro de Dispensa e incorporação(sexo masculino);

**i) Declaração de Não Acúmulo de Cargo assinada pelo interessado, e, em caso de acúmulo lícito, anexar comprovante do tipo de cargo, compatibilidade de horários em que conste a carga horária semanal no ato da contratação;**

j) Declaração de Bens e Valores que compõe patrimônio; ou declaração do IRRF do último exercício;

**k) Atestado médico apontando que o candidato está gozando de condições físicas e psicológicas, podendo ser considerado apto para o exercício de suas atividades;**

l) Comprovante de Conta Corrente / Poupança ou Salário (Aberta via declaração) devidamente ativa no Banco do Brasil;

**m) Declaração de próprio punho, do interessado, de não ter sido penalizado em processo no Serviço Público;**

n) Antecedentes Criminais POLITEC-MT impresso através do link:

https://portal.sesp.mt.gov.br/portaldaseguranca/pa...

**o) Antecedentes Criminais da Polícia Federal impresso através do link:** https://antecedentes.dpf.gov.br/antecedentes-crimi...

p) Comprovante do Estado Civil (Certidão de Nascimento ou Casamento).

**q) Cópia CPF dos pais (solteiro);**

r) Cópia CPF do cônjugue (casado);

**s) Cópia de certidão de nascimento dos filhos menores de 21 anos (se tiver);**

t) Cópia do CPF dos filhos;

**u) Uma foto 3x4 recente (colorida);**

v) Email válido e nº de telefone;

**w) Cópia da CTPS com nº, série e identificação (foto e verso) ou CTPS DIGITAL**

x) 6.1.1. A não apresentação dos documentos descritos no item 6.1, implicará na exclusão da atribuição do candidato, possibilitando a convocação do próximo classificado.

O candidato NÃO PODERÁ ter infringindo as leis que fundamentaram o Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 003/2022 e, se, por qualquer motivo, não se apresentar no prazo, perderá o direito à vaga, sendo convocado outro candidato classificado, respeitando a ordem de classificação. Ficam cientes que o não comparecimento dos convocados na data indicada, a falta de comprovação de qualquer dos requisitos para contratação ou a prática de falsidade ideológica em prova documental acarretará o cancelamento da inscrição do candidato, sua eliminação do respectivo processo seletivo e anulação de todos os atos com respeito a ele praticados, sem prejuízo das sanções legais cabíveis, nos termos do edital.

ANEXO I

Os candidatos convocados, deverão comparecer nas dependências da **PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA/MT**, no Departamento de Recursos Humanos (RH), situada na Av. Joaquim Miguel dos Santos, nº 210, de segunda a sexta-feira, no horário das 07h às 13h, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da publicação, para ocupar sua vaga de acordo com ordem classificatória.

PROFESSOR PEDAGOGO- ESCOLA MONTEIRO LOBATO

| CLASSIFICAÇÃO | NOME | NASCIMENTO | PONTOS |
|---|---|---|---|
| 31° | ERNANDA LIMA SILVA | 20/07/1985 | 120 |

**PROFESSOR PEDAGOGO- CEI ENEDINA MARTINS BARBOSA**

| CLASSIFICAÇÃO | NOME | NASCIMENTO | PONTOS |
|---|---|---|---|
| 16° | LUCIANA MARIA PEREIRA | 25/11/1969 | 120 |

Registre-se, publique-se e cumpra-se,

Juscimeira/MT, 17 de Agosto de 2023.

CLEONICE MOREIRA DOS SANTOS TABOZA

SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

**DECLARAÇÃO DE BENS – (PATRIMÔNIO)**

Eu, domiciliado (a)

, n° , Bairro na cidade de , UF , inscrito no CPF sob n° e RG n° , Declaro para os fins de admissão no Serviço Público que até a presente data o meu patrimônio é constituído pelos bens a seguir:

1 – Primeiro bem valor 2 – Segundo bem valor 3 – Terceiro bem valor 4 – Não Possuo Bens ( )

Declaro ainda, que as informações acima apresentadas são verdadeiras e estou ciente de que a omissão de informações ou apresentação de dados ou documentos falsos e ou divergentes, implica no cumprimento das medidas judiciais cabíveis, conforme Art. 297 do Código Penal.

Por ser verdade, firmo e assino a presente.

Juscimeira/MT / / .

Assinatura

**DECLARAÇÃO DE NÃO ACÚMULO DE CARGO PÚBLICO DISPONIBILIDADE DE HORÁRIO**

Eu, , brasileiro (a) residente e domiciliado (a) no município de

, portador (a) do CPF e RG , na qualidade de candidato

(a) à vaga de , declaro para os fins de ADMISSÃO no Serviço Público que **NÃO ACUMULO** cargo Público Municipal, Estadual ou Federal E AINDA que possuo **TOTAL DISPONIBILIDADE DE HORÁRIO** para cumprimento das atribuições do cargo.

Por ser verdade, firmo e assino a presente declaração. Juscimeira, de de .

Assinatura

**TERMO DE ADJUDICAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2023**

**ESTADO DE MATO GROSSO**
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA**

JUSCIMEIRA - MT, AV. JOAQUIM MIGUEL DOS SANTOS, Nº 210, CAJUS

# TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Presidente(a), no uso das atribuições que lhe são conferidas, pela legislação vigente, tendo em vista o decorrer de todos os prazos legais, resolve:

ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

Licitação Nr.: 00000012/2023
Modalidade Nr.: 00000002/2023
Modalidade: TOMADA DE PREÇO
Classificação: Tomada de preço para obras, serviços de engenharia ou materiais para obras/manutenção
Processo Nr.: 00000441/2023
Data da Adjudicação: 31/05/2023
Objeto da Licitação: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE PRAÇA PÚBLICA, NO MUNICÍPIO DE JUSCIMEIRA/MT, CONFORME PLANO DE TRABALHO JUNTO AO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA, PROPOSTA Nº 022479/2021

| Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) | Detalhamento | Marca | Unid. Forn. | Qtd. | Vlr. Unitário | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **109200 - CONSTRUTORA TERRA ROXA TERRAPLENAGEM LTDA - ME** | | | | | | |
| **CNPJ: 47.783.616/0001-40** | | | | | | |
| 45198 | "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE PRAÇA PÚBLICA, NO MUNICÍPIO DE JUSCIMEIRA/MT, CONFORME PLANO DE TRABALHO JUNTO AO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA, PROPOSTA Nº 022479/ | TERRA ROXA | UNIDADE | 1,0000 | 404.000,2100 | 404.000,21 |

**Total Itens:** 1 **Total Fornecedor:** 404.000,2100

**Total Geral:** 404.000,2100

Encaminho o referido processo para análise e homologação.

JUSCIMEIRA, Quarta-feira, 31 de Maio de 2023

_____

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2023**

**ESTADO DE MATO GROSSO**
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA**

JUSCIMEIRA - MT, AV. JOAQUIM MIGUEL DOS SANTOS, Nº 210, CAJUS

# TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito, , no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Presidente da Comissão de Licitação e sua equipe de apoio, resolve:

HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

Licitação Nr.: 00000015/2023
Modalidade Nr.: 00000003/2023
Modalidade: TOMADA DE PREÇO
Classificação: Tomada de preço para obras, serviços de engenharia ou materiais para obras/manutenção
Processo Nr.: 00000515/2023
Data da Adjudicação: 06/07/2023
Data da Homologação: 11/07/2023
Objeto da Licitação: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE QUADRA COBERTA NO MUNICIPIO DE JUSCIMEIRA/MT, CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº 912094/2021/MCIDADANIA/CAIXA – Nº PROPOSTA 020848/2021-MINISTÉRIO DO ESPORTE"

| Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) | | Detalhamento | Marca | Unid. Forn. | Qtd. | Vlr. Unitário | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **109283 - MONTRIAL METALURGICA LTDA - ME** | | | | | | | |
| **CNPJ: 07.699.813/0001-60** | | | | | | | |
| 45255 | "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE QUADRA COBERTA NO MUNICIPIO DE JUSCIMEIRA/MT | | MONTRIAL METARLUG | UNIDADE | 1,0000 | 400.495,2900 | 400.495,29 |
| **Total Itens:** | 1 | | | | | **Total Fornecedor:** | 400.495,2900 |
| | | | | | | **Total Geral:** | 400.495,2900 |

JUSCIMEIRA, Terça-feira, 11 de Julho de 2023

**TERMO DE ADJUDICAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2023**

**ESTADO DE MATO GROSSO**
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA**

JUSCIMEIRA - MT, AV. JOAQUIM MIGUEL DOS SANTOS, Nº 210, CAJUS

# TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Presidente(a), no uso das atribuições que lhe são conferidas, pela legislação vigente, tendo em vista o decorrer de todos os prazos legais, resolve:

ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

Licitação Nr.: 00000015/2023
Modalidade Nr.: 00000003/2023
Modalidade: TOMADA DE PREÇO
Classificação: Tomada de preço para obras, serviços de engenharia ou materiais para obras/manutenção
Processo Nr.: 00000515/2023
Data da Adjudicação: 06/07/2023
Objeto da Licitação: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE QUADRA COBERTA NO MUNICIPIO DE JUSCIMEIRA/MT, CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº 912094/2021/MCIDADANIA/CAIXA – Nº PROPOSTA 020848/2021-MINISTÉRIO DO ESPORTE"

| Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) | Detalhamento | Marca | Unid. Forn. | Qtd. | Vlr. Unitário | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **109283 - MONTRIAL METALURGICA LTDA - ME** | | | | | | |
| **CNPJ: 07.699.813/0001-60** | | | | | | |
| 45255 "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE QUADRA COBERTA N MUNICIPIO DE JUSCIMEIRA/MT | | MONTRIAL METARLUG | UNIDADE | 1,0000 | 400.495,2900 | 400.495,29 |
| **Total Itens:** 1 | | | | | **Total Fornecedor:** | 400.495,2900 |
| | | | | | **Total Geral:** | 400.495,2900 |

Encaminho o referido processo para análise e homologação.

JUSCIMEIRA, Quinta-feira, 6 de Julho de 2023

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2023**

**ESTADO DE MATO GROSSO**
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA**

JUSCIMEIRA - MT, AV. JOAQUIM MIGUEL DOS SANTOS, Nº 210, CAJUS

# TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito, , no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Presidente da Comissão de Licitação e sua equipe de apoio, resolve:

HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

Licitação Nr.: 00000012/2023
Modalidade Nr.: 00000002/2023
Modalidade: TOMADA DE PREÇO
Classificação: Tomada de preço para obras, serviços de engenharia ou materiais para obras/manutenção
Processo Nr.: 00000441/2023
Data da Adjudicação: 31/05/2023
Data da Homologação:06/06/2023
Objeto da Licitação: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE PRAÇA PÚBLICA, NO MUNICÍPIO DE JUSCIMEIRA/MT, CONFORME PLANO DE TRABALHO JUNTO AO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA, PROPOSTA Nº 022479/2021

| Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) | Detalhamento | Marca | Unid. Forn. | Qtd. | Vlr. Unitário | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **109200 - CONSTRUTORA TERRA ROXA TERRAPLENAGEM LTDA - ME** | | | | | | |
| **CNPJ: 47.783.616/0001-40** | | | | | | |
| 45198 "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE PRAÇA PÚBLICA, NO MUNICÍPIO DE JUSCIMEIRA/MT, CONFORME PLANO DE TRABALHO JUNTO AO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA, PROPOSTA Nº 022479/ | | TERRA ROXA | UNIDADE | 1,0000 | 404.000,2100 | 404.000,21 |
| **Total Itens:** 1 | | | | | **Total Fornecedor:** | 404.000,2100 |
| | | | | | **Total Geral:** | 404.000,2100 |

JUSCIMEIRA, Terça-feira, 6 de Junho de 2023

## PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

**ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO**
**AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL PREGÃO ELETRONICO Nº 031/2023**

A Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT, através de sua Pregoeira Oficial, torna público para conhecimento dos interessados, que referente ao Edital de Pregão Eletrônico nº 031/2023 que tem como objeto o **Contratação de empresa para aquisição e plantio de palmeiras Wodyetia Bifurcata (Rabo de Raposa) e insumos necessários para plantios na Avenida dos Pioneiros e Praças do Município de Marcelândia/MT**, fica RETIFICADA a Quantidade do item 04 do Termo de Referência (Anexo I). alterado o item no que se refere ao termo acima retificado, os demais itens e anexos do Edital permanecem inalterados. A **REABERTURA** fica prevista para o dia **31 de agosto de 2023, às 09h00min. (Horário de Brasília).** REALIZAÇÃO: Por meio do Site www.licitanet.com.br;

INTEGRA do EDITAL: por meio do site: www.licitanet.com.br e no site da Prefeitura: www.marcelandia.mt.gov.br

Marcelândia/MT, 16 de Agosto de 2023.

**Gisele Aparecida da Silva Pires**

**Pregoeira Oficial**

**ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO**
**RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2023 - SRP**

A Prefeitura Municipal de Marcelândia/MT, através de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, torna público o RESULTADO do julgamento referente ao Pregão Eletrônico nº 010/2023, cujo objeto é o Registro de preços para futura e Eventual Aquisição de Mobiliários para atender as Diversas Secretarias do Município de Marcelândia/MT. **Sagraram-se vencedoras as empresas: GUAPUI INDUSTRIA E COMERCIO DE MÓVEIS DE AÇO LTDA,** inscrita no CNPJ nº 24.312.932/0001-02, vencedora de 07 itens, com o valor total de **R$ 190.875,00; ERICA DE FATIMA GENTIL, inscrita no CNPJ nº 36.656.877/0001-82, vencedora de 05 itens, com o valor total de R$ 41.842,00; FRANKLIN REIS DISTRIBUIDORA DE MOVEIS LTDA,** inscrita no CNPJ nº 47.771.885/0001-96, vencedora de 04 itens, com o va-

lor total de **R$ 63.610,00; PROJETO K STUDIO DE PROJETO LTDA,** inscrita no CNPJ nº 30.657.838/0001-13, vencedora de 02 itens, com o valor total de **R$ 10.617,60, NICK COMERCIO DE MOVEIS LTDA, inscrita no CNPJ nº 48.238.355/0001-61, vencedora de 14 itens, com o valor total de R$ 359.755,00; MUNDIAL PRESTADORA DE SERVIÇOS DE LIMPEZA EIRELI, inscrita no CNPJ nº 34.837.660/0001-43, vencedora de 02 itens, com o valor total de R$ 5.302,00; HGC TAVEIRA COMERCIO DE MOVEIS EIRELI,** inscrita no CNPJ nº 05.258.798/0001-90, vencedora de 05 itens, com o valor total de **R$ 58.861,28; SOLUÇÃO COMERCIO DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS LTDA,** inscrita no CNPJ nº 09.634.971/0001-68, vencedora de 02 itens, com o valor total de **R$ 44.178,30, CS REIS DO PLASTICO LTDA,** inscrita no CNPJ nº 30.060.599/0001-10, vencedora de 02 itens, com o valor total de **R$ 45.021,60; KOMFORT COLCHOES FABRICAÇÃO E COMERCIO DE COLCHÕES, CAMA, MESA, BANHO E ACESSORIOS PARA O SONO LTDA, inscrita no CNPJ nº 45.890.291/0001-79, vencedora de 01 item, com o valor total de R$ 3.599,94; AC COMERCIO LTDA,** inscrita no CNPJ nº 46.221.464/0001-29, vencedora de 01 item, com o valor total de **R$ 18.197,40; ITENS FRACASSADOS: 06 e 42. VALOR TOTAL DA LICITAÇÃO: R$ 841.860,12 (oitocentos e quarenta e um mil, oitocentos e sessenta reais e doze centavos ).**

**Marcelândia/MT, 15 de Agosto de 2023**

**Gisele Aparecida da Silva Pires**

Pregoeira Oficial

**Publique-se**

**RESOLUÇÃO Nº 001/2023 - CMPC**

**CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS CULTURAIS DE MARCELÂNDIA -MT**

**RESOLUÇÃO Nº 001/2023 - CMPC**

**O Conselho Municipal de Políticas Culturais de Marcelândia - MT**, em reunião extraordinária realizada no dia 14 de agosto de 2023, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela legislação Lei nº 077/2022.

**RESOLVE,**

**Art. 1º** – A análise dos projetos culturais apresentados em referência a Lei complementa n° 195 de 2022, Lei Paulo Gustavo-LPG, será realizada por comissão de seleção formada por 4 (quatro) membros governamentais do Conselho Municipal de Políticas Culturais – CMPC, sendo membros titulares e seus respectivos suplentes, das Secretarias de: Educação, Saúde, Planejamento e Desenvolvimento Social, Habitação, Cultura e Economia Criativa. A Comissão de Seleção será coordenada por Daiane Quirino dos Santos Felder, membro titular da Secretaria de Planejamento.

**Art. 2º** – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua emissão.

**Art. 3º** – Por exigência do art. 12º, inciso XII, do Regimento Interno do CMPC o presente instrumento segue assinado pelos conselheiros, devendo ser publicado no site da Prefeitura Municipal de Marcelândia, www.marcelandia.mt.gov.br

Marcelândia, 15 de agosto de 2023.

**Raimundo Israel Queiroz Francisco**

Presidente do Conselho Municipal

De Políticas Culturais - CMPC

**Cristiane Bulgarelli Padovani**

Secretaria de Desenvolvimento Social,

Habitação, Cultura e Economia criativa

**ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO**
**AVISO DE ADESÃO Nº 006/2023 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 077/2023**

O SENHOR CELSO LUIZ PADOVANI, Prefeito Municipal de Marcelândia, Estado de Mato Grosso, torna público a quem possa interessar que após a análise detalhada dos elementos constantes dos autos, RATIFICOU, Adesão nº 006/2023 a favor da **PERENHA E DIAS LTD**A, inscrita no **CNPJ nº 28.383.618/0001-05**, objetivando a Contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de estrutura Outdoor fixo tipo painel de LED FULL nos canteiros centrais da Avenida Colonizador José Bianchini no Município de Marcelândia/MT. Carona à ARP 321/2022, oriunda do Pregão Eletrônico 088/2022 – Prefeitura de Campo Novo do Parecis/MT, perfazendo o valor total de **R$ 319.700,00 (Trezentos e Dezenove Mil e Setecentos Reais).**

Marcelândia/MT, 16 de Agosto de 2023.

**CELSO LUIZ PADOVANI**

**PREFEITO MUNICIPAL**

**P U B L I Q U E – S E**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES**
**ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 180/2023**

Pelo presente instrumento **O MUNICÍPIO DE MATUPÁ – ESTADO DE MATO GROSSO,** devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 24.772.188/0001-54, com sede na Prefeitura Municipal, localizada na Avenida Hermínio Ometto, nº. 101, ZE-022, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. **BRUNO SANTOS MENA**, brasileiro, casado, portador da RG nº. 18278620-SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº. 028.264.041-05, residente e domiciliado na Rua 19, nº 2611, Bairro Centro, nesta Cidade de Matupá/MT RESOLVE registrar os preços da empresa **PADARIA COLONIAL LTDA,** devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 42.776.303/0001-40, Inscrição Estadual nº 13.886.165-0, com sede na Rua 07, nº 616, Bairro ZH2-001, na Cidade de Matupá/MT, CEP 78.525-000, Telefone (66) 9 9908-4102, neste ato representada pela Sra. **VALQUIRIA VIDAL BURATTO**, inscrita no CPF nº 019.974.631-13, nas quantidades estimadas **na Seção quatro desta Ata de Registro de Preços**, de acordo com a classificação por elas alcançadas Global, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93, 10580/02 e suas alterações e Decreto Municipal 1136, de 02 de fevereiro de 2009 e Decreto Municipal nº 4075/2022:

**1 - OBJETO**

**1.1** - Constitui objeto desta ata de registro de preço, o "**PREGÃO ELETRÔNICO SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÕES DE PRODUTOS DE PANIFICAÇÃO (PÃES, TORTAS E SALGADOS) EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE MATUPÁ/MT"** de acordo com a planilha partes integrantes do Edital da respectiva **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 033/2023.**

**2 - ADESÃO DE ORGÃOS NÃO PARTICIPANTES**

**2.1 -** Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

**2.2 -** Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do serviço, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que o fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

**2.3 -** As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou por entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

**2.4 -** As adesões caronas à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem;

2.5 - Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

**3 - DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**3.1 -** O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Matupá.

**3.2 -** A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses**,** contados a partir de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios.

**3.3 -** As SECRETARIAS/ORGÃOS/ENTIDADES participantes desta Ata de Registro de Preços são:

Secretaria Municipal de Administração, Secretaria Municipal de Agricultura, Secretaria Municipal de Educação e Desporto, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Urbanismo e Paisagismo, Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Transportes e Secretaria Municipal de Industria, Comercio, Turismo, Cultura e Lazer.

**4 – DOS PRODUTOS**

**4.1 -** O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos produtos registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

| Código | Nome | Unidade de Fornecimento | Marca | Quant. | Vlr. Unitário | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 378266 | REFEIÇÃO PREPARADA - TORTA FRIA RECHEADA COM PEITO DE FRANGO DESFIADO DISPOSTA EM CAMADAS E COBERTA COM MAIONESE E BATATA PALHA, TENDO COMO INGREDIENTES BASICOS: PAO ESPECIFICO PARA TORTA FRIA, PEITO DE FRANGO DESFIADO, CEBOLA, CHEIRO VERDE, SAL, ERVILHA, MILHO VERDE, AZEITONA, TOMATE, MAIONESE, BATATA PALHA. ACONDICIONADAS EM EMBALAGEM PLASTICA TRANSPARENTE. | QUILOGRAMA | PROPRIA | 520 | 46,90 | 24.388,00 |
| 379100 | SALGADINHOS PARA FESTA - REFEICAO PREPARADA DO TIPO MINI SALGADOS VARIADOS CONTENDO: COXINHA, RISOLES, BOLINHA DE QUEIJO, PASTEL, KIBE, ESFIHA E EMPADA. | QUILOGRAMA | PROPRIA | 1720 | 34,00 | 58.480,00 |

**Total Fornecedor R$ 82.868,00**

**4.2** - Das particularidades de fabricação:

**4.2.1** As tortas deverão ser fabricadas no máximo no dia anterior; **4.2.2** Quanto aos pães tipo francês sua fabricação deverá ser efetuada no mesmo dia da entrega, a fim de preservarem suas características orgânicas e naturais. **4.2.3** Os salgadinhos deverão de assados ou frito com no máximo uma hora de antecedência do prazo previsto de entrega. **4.2.4** O restante dos pães deve seguir as regras de fabricação estipulada pelos órgãos de fiscalização.

**5 – DA FORMA DE FORNECIMENTO**

**5.1** - Os pedidos serão realizados de acordo com a necessidade das Secretarias Municipais, não havendo quantidades mínimas a serem solicitadas, bem como não havendo limites, seja semanais ou mensais, para solicitação dos Produtos;

**5.2** - Local de Entrega - A entrega dos produtos desta licitação deverá ser feita nos locais indicados nas requisições, correndo por conta da Contratada as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução;

**5.3** - O recebimento do objeto desta licitação será efetuado pela Prefeitura, e, será recebido desde que:

5.3.1 Esteja compatível com esta Licitação;

5.3.2 Não apresente avaria ou adulteração;

**5.4** - Quantos aos pães as entregas serão da seguinte maneira:

a) As entregas deverão ser realizadas numa média de 10 locais previamente definidos de segunda a sexta uma vez ao dia, de manhã até as 06:30 horas.

b) Especificamente na Educação: Entregar o pão 01x/dia até às 06h30 (matutino) diretamente nas creches e escolas municipais localizados na Zona Urbana, conforme NAD e cronograma que será repassado pela Secretaria de Educação.

c) Especificamente no Hospital Municipal: Entregar o pão 01x/dia até às 06h00 (matutino) diretamente no hospital, conforme NAD e cronograma que será repassado pela Secretaria de Saúde.

**5.5** - Para o restante dos itens: O prazo máximo para entrega dos produtos, objeto do pedido, é de (03) três dias, contados a partir do dia seguinte à data do recebimento da NAD (Nota de Autorização de Despesas) pela Adjudicatária, devendo o produto atender às normas técnicas contidas nas especificações.

**5.6** - Em caso de recusa do objeto pelas Secretarias de Matupá - MT será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o produto ser substituído pela Contratada, imediatamente, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas, consoante dispõe o artigo 69 da Lei nº 8.666/93;

**5.7** - Caso seja necessário fazer alguma substituição, os custos envolvendo este ato, como o de transportes, hospedagens entre outros, serão por conta do Licitante;

**5.8** - Caso a substituição do produto recusado não ocorra no prazo determinado estará a Contratada incorrendo em atraso no serviço e sujeita á aplicação das sanções previstas neste edital.

**5.9** - Os produtos ofertados pelas licitantes deverão, OBRIGATORIAMENTE, atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de fiscalização de qualidade industrial ANVISA, ABNT, INMETRO, etc. – atentando-se o proponente, principalmente para as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

**5.10 - Os produtos (Que não estiverem especificando prazos diferentes na descrição individual do item) deverão no ato da entrega deverão ter prazo de validade não inferior a dois terços (2/3) de validade estabelecido pelo fabricante.**

**5.11** - Dentro do prazo de vigência do Registro de Preço, a Contratada será OBRIGADA ao fornecimento do produto, desde que obedecidas às condições do presente edital.

**5.12** - Os produtos deverão ser novos, de primeiro uso, e em perfeito estado, acondicionado em embalagens que permitam sua proteção contra impactos umidade e demais agentes de possam ocasionar danos. Não serão aceitos produtos remanufaturados, recondicionados, recarregados, reciclados ou reutilizados.

**5.13** - A empresa fornecedora dos produtos se responsabilizará pela qualidade, substituindo o produto, em todo ou em parte, se for constatado problemas;

**5.14** - As entregas deverão ser realizadas através de transporte regulamentado para garantir as características dos alimentos conforme orientações da VISA –Vigilância Sanitária Municipal;

**5.15** - As entregas deverão ser realizadas nos locais mencionados em cada NADs ou Ordem de Consumo, conforme necessidade das Secretarias solicitantes, haja visto que existe diversas demandas no município (Como escolas, postos de saúde, hospital, secretarias municipais, entre outras). A empresa vencedora e responsável pela carga e descarga dos itens no local aonde a Secretaria solicitar;

**5.16 -** Fica sobre total responsabilidade da contratada todos os gastos referentes com o descarregamento dos produtos.

**5.17** - Os produtos alimentícios deverão ser entregues em embalagem com etiqueta dos produtos.

**5.18** - Recebimento dos Produtos:

5.18.1 - Os produtos serão recebidos pelos fiscais de contrato e aceitos quando estiverem dentro das exigências do Edital;

5.18.2 - Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal n. 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização da entrega dos produtos será realizada por funcionários nomeados pelas Secretarias;

5.18.3 - O Município de Matupá/MT reserva-se o direito de não receber o objeto com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o registro e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI, da Lei Federal n. 8.666/93.

**6 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**6.1 -** Executar a entrega dentro dos padrões estabelecidos pelas Secretarias, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

**6.2 -** Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelas Secretarias, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência mediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade;

**6.3 -** Prover todos os meios necessários à garantia da plena entrega dos produtos, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

**6.4 -** A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução da entrega do objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

**6.5 -** Comunicar imediatamente a Secretaria qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgadas necessárias para recebimento de correspondência;

**6.6 -** Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

**6.7 -** Fiscalizar o perfeito cumprimento da entrega do objeto a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

**6.8** - Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

**6.9** - A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

**6.10 -** Fornecer os itens, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

**6.11 –** Não poderá ocorrer a falta dos produtos por parte do licitante, pois são itens de primeira necessidade e a contratante deverá atender exatamente como se propôs a fazer;

**6.12** – A CONTRATADA deverá manter durante toda a vigência da ata de registro de preço, as mesmas condições de habilitação, especialmente quanto à regularidade com FGTS e INSS;

**6.13 -** O atraso na entrega dos produtos caberá penalidades e sanções previstas no Art. 12 da Presente Ata;

**7 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**7.1 -** Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Entrega dos itens licitados;

**7.2 -** Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

**7.3 -** Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

**7.4 -** Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

**7.5** -Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito reajustamento de preços ou a atualização monetária.

**7.6** - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

**8 - DO PAGAMENTO**

**8.1 -** Os pagamentos serão efetuados em até 15 (quinze) dias após a entrega do produtos bem como apresentação das notas fiscais eletrônicas em conformidade ao Protocolo ICMS Nº. 85, DE 09 DE JULHO DE 2010, devidamente atestada pela Secretaria responsável;

**Os dados bancários para pagamento são:**

**Banco Sicredi Agência nº 0818 Conta Corrente nº 56.932-8 em nome de PADARIA COLONIAL LTDA.**

**8.2 -** Para fins de Imposto de Renda Retido na Fonte de que trata o art. 158, inciso I, da Constituição da República, o Município, em todas as suas contratações, com pessoas jurídicas observará o disposto no art. 64, da Lei Federal Nº 9.430/1996, no art. 15 da Lei Nº 9.249/1995, a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil Nº 1.234/2012, e, também Instrução Normativa RFB Nº 1663, de 07 de outubro de 2016, e por fim Instrução Normativa RFB nº 2145, de 26 de junho de 2023, com a consequente retenção, na fonte, do imposto sobre a renda incidente sobre os pagamentos que efetuarem a pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras de construção civil.

**8.3 -** O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do item fornecido, de acordo com o especificado na Ordem de Entrega.

**8.4 -** Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

**8.5 -** Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do produto.

**8.6 -** O Contratante **não** efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de **cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring**";

**8.7 -** As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

**9 - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS**

**9.1 -** Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação municipal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

**9.2 -** Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

**9.3 -** Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeiturasolicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

**9.4 -** Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Prefeiturapoderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

**9.5 -** Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura.

**9.6** – Poderão ocorrer mediante termo aditivo, onde a contratada ou contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou suspensões que se fizerem na prestação dos produtos, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da ata de registro de preço, nos termos do artigo 65, parágrafo 1º da lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

**9.7 -** Os preços serão revisados e reajustados de acordo com as variações determinadas pela política de preços dos combustíveis, mediante comprovação oficial por parte da Contratada.

**10 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

**10.1 -** A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) Quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da requisição/pedido dos produtos decorrente deste Registro;

d) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

f) Descumprir qualquer dos itens da cláusula sexta ou sétima.

**10.2 -** Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

**10.3 -** No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Jornal Oficial dos Municípios (AMM), considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

**10.4 -** A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

**10.5 -** Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao produto do Item.

**10.6 -** Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

**10.7 -** A Ata de Registro de Preços, será cancelada automaticamente nas seguintes hipóteses:

**a)** Por decurso de prazo de vigência;

**b)** Pelo esgotamento das quantidades registradas.

**10.8 - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, conforme art. 77 da lei 8666/93.**

**11 - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.**

**11.1 -** Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta Ata de Registro de Preços.

**12 - DAS PENALIDADES**

**12.1 -** Ficará impedido de licitar e contratar com o município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste termo de referência e das demais penalidades legais, aquele que:

**12.1.1 -** Cometer fraude fiscal;

**12.1.2 -** Apresentar documento falso;

**12.1.3 -** Fizer declaração falsa;

**12.1.4 -** Comportar-se de modo inidôneo;

**12.1.5 -** Não assinar a Ata de Registro de Preços ou Contrato no prazo estabelecido;

**12.1.6 -** Deixar de entregar a documentação exigida no certame;

**12.1.7 -** Não mantiver a proposta.

**12.2 -** O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

**12.2.1 -** A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 6.9. b;

**12.3 -** Ocorrendo a inexecução total ou parcial, atrasos no fornecimento dos produtos, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

**a)** Advertência por escrito;

**b)** Ao licitante que não cumprir as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicadas multa de 0,5% (meio por cento) sobre o atraso de entrega dos produtos, e até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato no caso de rescisão por culpa do fornecedor;

**c)** Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos conforme prevê o inciso III do artigo 87 da Lei Federal 8.666/93 atualizada pela Lei nº 8.883/94;

**d)** Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002.

**e)** Ficará impedido de licitar e de contratar com a União e Município e será descredenciado no Sicaf, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

e. 1 - apresentar documentação falsa;

e.2 - causar o atraso na execução do objeto;

e.3 - não mantiver a proposta;

e.4 - falhar na execução do contrato;

e.5 - fraudar a execução do contrato;

e.6 - comportar-se de modo inidôneo;

e.7 - declarar informações falsas; e

e.8 - cometer fraude fiscal.

**f)** - O cancelamento da execução terá lugar de pleno direito independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial quando a empresa adjudicatória:

f.1 – Falir, entrar em concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

f.2 – Transferir, no todo ou parte, as obrigações decorrentes desta licitação, sem prévia anuência do Governo deste Município;

**12.4 -** Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Matupá - MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

**12.4.1 -** Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

**12.5 -** Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informados para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

**12.6 -** Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 12.3, c, d, desta Ata de Registro de Preços, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

**13 – DO RECEBIMENTO DOS PRODUTOS**

**13.1 -** Serão entregue produtos, de acordo com os critérios dos órgãos responsáveis pela fiscalização.

**13.2 -** Recebimento Dos Serviços/Produtos:

**13.2.1 –** A entrega dos serviços/produtos serão acompanhados pelos fiscais diariamente, recebidos e aceitos quando executados totalmente e de boa qualidade.

**13.2.2 -** Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal n. 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização da prestação dos serviços/entrega dos produtos será realizada por funcionários nomeados pelas Secretarias;

**13.2.3 -** O Município de Matupá/MT reserva-se o direito de não receber o objeto com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o registro e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI, da Lei Federal n. 8.666/93.

**14 - DOS ILÍCITOS PENAIS**

**14.1** - As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

**15 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

**15.1 -** As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata de Registro de Preços, correrão à conta de dotação orçamentária citada abaixo, ou das demais que possam vir a aderir a presente ata e serão oriundas de Recursos Próprios do Município, do Estado de Mato Grosso e Federal:

CÓDIGO GERAL: 04.001.04.122.0055.20076 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 06.001.20.608.0004.20002 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA - 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.001.12.122.0068.20086 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.306.0031.20147 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO ENSINO FUNDAMENTAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.306.0031.20146 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO ENSINO INFANTIL - CRECHE – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.306.0031.20145 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO ENSINO INFANTIL - PRÉ ESCOLA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.005.27.812.0047.20128 – MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTE – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.302.0013.20115 – MANUTENÇÃO DO COMPLEXO REGULADOR MUNICIPAL - CRM – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

*CÓDIGO GERAL:* 08.002.10.302.0014.2.0046 – MANUTENÇÃO DO CRDO – *3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO*

*CÓDIGO GERAL:* 08.002.10.302.0013.2.0047 – *MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO*

*CÓDIGO GERAL:* 08.002.10.301.0013.2.0050 – MANUTENÇÃO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE - SAÚDE DA FAMÍLIA – *3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO*

*CÓDIGO GERAL:* 08.002.10.302.0013.2.0048 – *MANUTENÇÃO DO LABORATÓRIO MUNICIPAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO*

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.122.0013.20098 – MANUTENÇÃO DA UNIDADE ADMINISTRATIVA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.001.08.244.0004.20065 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0005.20083 – MANUTENÇÃO DO CRAS/PAIF – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0005.20054 – MANUTENCAO DO CREAS/PAEFI – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0007.20063 – MANUTENÇÃO DO IGD SUAS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0005.20055 – MANUTENÇÃO DA CASA LAR – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.003.08.243.0005.20071 – MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 10.001.04.122.0004.20015 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTE – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 11.001.04.122.0004.20120 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE URBANISMO E PAISAGISMO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 15.001.22.122.0055.20117 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO E TURISMO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

**16 - DO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

**16-1 –** Foi Designado através de Portaria os servidores abaixo para assistir e subsidiar o gestor da ata de registro de preço indicado na epígrafe.

| Secretaria | Servidor | Portaria |
|---|---|---|
| Secretaria de Administração | Francieli Fernanda Schmidt | 12906/2023 |
| Secretaria de Agricultura | Patricia Tosta Batista | 12541/2022 |
| Secretaria de Assistência Social | Cynthia Passos Carvalho Ximenes | 7451/2018 |
| Secretaria de Educação | Juciane Rodrigues Figueiredo | 8969/2021 |
| Secretaria de Educação/Dpto de Esportes | Maurina Marques Da Silva | 11012/2022 |
| Secretaria de Industria e Comércio | Lucas Raul Fernandes | 10718/2021 |
| Secretaria de Obras | Antônia Werica Galvão Costa Paixão | 10618/2021 |
| Secretaria de Saúde | Clarisse Maria Sala | 8964/2021 |
| Secretaria de Saúde/Hospital Municipal | Alini Mazotti Gimenes | 12809/2023 |
| Secretaria de Saúde/UBS | Ana Paula Siqueira da Cruz | 10780/2021 |
| Secretaria de Saúde/Vigilância em Saúde | Francisco Carlos Vieira | 11078/2022 |
| Secretaria de Urbanismo | Dayane Lais Ferreira | 10821/2021 |

**16.2 -** Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos/serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

**16.3 -** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

**16.4 -** O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências

relacionadas com a execução da ata, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

**17 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**17.1 -** As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

**I -** Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

**II -** Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Eletrônico nº. 033/2023** e seus anexos e as propostas das classificadas.

**III -** É vedado caucionar ou utilizar da ata de registro de preço decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da **Prefeitura**.

**18 - DO FORO**

Aplica-se a Ata de Registro de Preço e dos casos omissos as disposições estabelecidas na lei 8666/1993 e suas alterações.

As partes contratantes elegem o foro de Matupá - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Matupá - MT, 16 de agosto de 2023.

_____

**Município de Matupá**

**BRUNO SANTOS MENA**

**Contratante**

**PADARIA COLONIAL LTDA**

CNPJ nº. 42.776.303/0001-40

**VALQUIRIA VIDAL BURATTO**

CPF nº. 019.974.631-13

**Contratada**

**PREFEITURA MUNICIPAL**
**AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO - Nº. 037/2023**

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da equipe da pregoeira, comunica a todos os interessados que realizará no próximo dia 05 de setembro de 2023 às 14h30min (Horário de Brasília/DF) por meio do site www.bllcompras.org.br o "PREGÃO ELETRÔNICO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO SERVIÇO DE MANUTENÇÃO, ADEQUAÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT CONFORME CONVÊNIO/MAPA Nª 941697/2023 – PLATAFORMA TRANSFEREGOV Nº 035010/2023 FIRMADO ENTRE O MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA E O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT". A inserção das propostas será até as 13:00 horas do dia 05/09/2023 (Horário de Brasília/DF). Maiores informações através do Edital nº. 0102/2023, que estará disponível no site https://www.gp.srv.br/transparencia_matupa/servlet... e www.bllcompras.org.br ou deve ser solicitado pelo e-mail atendimento@matupa.mt.gov.br ou junto à sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, fones (66) 3595-3100 das 07h00min às 11h00min. Matupá – MT, 16 de agosto de 2023. ALEXSANDRA TOSTA BATISTA - Pregoeira Oficial -

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES**
**EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 052/2023**

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da Comissão Permanente de Licitação, comunica a todos os interessados que realizou o PROCESSO DE **DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACORDO COM A REVISÃO DOS 10.000 KM RODADOS COM A FINALIDADE DE MANTER A GARANTIA DE FÁBRICA DO VEÍCULO FIAT ARGO RRV 3B40 ADQUIRIDO EM ADESÃO A ATA 0842022 PREGÃO ELETRÔNICO 018/2022 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS/MT, EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DO MUNCIPIO DE MATUPÁ/MT**, onde contratou-se a Empresa ASCIA COMERCIO DE VEICULOS LTDA SINOP – CNPJ 28.258.221/0001-83 com um valor total de R$ 1.534,44. O processo tem Fundamento Legal no Art. 24, Inciso XVII da Lei 8.666/1993 e suas alterações posteriores. Maiores Informações junto à sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, Fones (66) 3595-3100 das 07h00min às 11h00min.Matupá – MT, 16 de agosto de 2023.ALEXSANDRA TOSTA BATISTA- Presidente da Comissão Permanente de Licitação-

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ**
**DECRETO Nº 4742 DE 16 DE AGOSTO DE 2023.**

***"CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 004/2022 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ".***

**BRUNO SANTOS MENA**, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

**CONSIDERANDO** a homologação do Processo Seletivo Simplificado 004/2022, publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso no dia 21/12/2022;

**CONSIDERANDO** a necessidade do provimento de Cargos públicos temporários;

**DECRETA**

**Art. 1º.** Ficam convocados os candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 004/2022, para o Cargo constante na relação do Anexo II, do presente Decreto, para se apresentarem na Secretaria Municipal Secretaria de Saúde, situado a Rua Luiz Mena, nº 1601, Bairro - Centro, Matupá – MT, fone: (66) 3595-2265, no prazo de **03 (três) dias**, a partir da data da publicação, no horário das 07:00 às 11:00 horas, pessoalmente ou por procurador munido de instrumento de procuração.

**Art. 2º.** Os candidatos deverão se apresentar com fotocópias da documentação devidamente autenticadas via cartório ou fotocópias com originais, os quais constam no Anexo I neste Decreto.

**Art. 3º.** Se o candidato convocado não se apresentar para a entrega da documentação ou apresentar a documentação de forma incompleta, no prazo estabelecido por este Decreto, será considerado DESISTENTE do direito de ser nomeado para o cargo ao qual foi aprovado no Processo Seletivo.

**Art. 4º.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos dezesseis dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três.

Registre-se

Publique-se

**BRUNO SANTOS MENA**

Prefeito Municipal de Matupá

**ANEXO I**

**1-** Cópia da Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos;

**2-** Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da lei (arts. 12 e 37, I da CF/88);

**3-** Cópia do Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF)

**4-** Cópia Título de Eleitor;

**5-** Cópia carteira de trabalho **(constando número e data de emissão)**;

**6-** Cópia Cartão **PIS/PASEP**;

**7-** Cópia da Certidão de Casamento **ou** Nascimento;

**8-** Cópia da Certidão de Nascimento e **CPF** dos filhos (as) **dependentes**;

**9-** Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos (as) **menores de 05** anos **(constando a parte da frente e as vacinações)***;*

**10-** Comprovante de frequência Escolar dos filhos (as)*;*

***11-** Endereço de e-mail **obrigatório***

**12-** 01 (uma) foto 3x4, colorida e recente;

**13-** Certidão de Regularidade Eleitoral; **www.tse.jus.br;**

**14-** Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca do domicílio dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado), site do Poder Judiciário- **www.tjmt.jus.br de 1º** e **2º** grau ou no **Fórum;**

**15-** Certidão Negativa de Débitos para com o município de posse (**tirar na prefeitura**);

**16- Qualificação Cadastral através do Site:** http://consultacadastral.inss.gov.br/Esocial/pages...

**17-** Atestado de Saúde Física e Mental **(por conta do contratado);**

**18- Registro no conselho** da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se **comprovante de quitação de anuidade, certidão de regularidade Administrativa e Financeira (Conselho) e carteirinha autenticadas (Só para casos de carteirinhas do profissional)**;

**19-** Cópia da Certidão de **Reservista** (quando do **sexo masculino**);

**20-** Cópia **Autenticada** do Comprovante de Escolaridade (**Histórico escolar** e **Diploma)**, para concursados e seletivo conforme exigência do cargo ao qual concorre devidamente registrado pelo MEC;

**21-** Cópia do comprovante de **endereço residencial atualizado ou** caso em outro nomeacompanhado de declaração assinada.

**22-** Declaração negativa de não acúmulo de cargo **público ou privado**;

**23-** Declaração de Bens;

**24-** Cópia do CPF e RG do Cônjuge*;*

**25-** Cópia da conta bancária (Banco do Brasil)*;*

**26- Cópia ou Número** de Inscrição do CPF de Pai e Mãe*;*

**27-** Número para contato*;*

**28-** Cópia da carteira de Motorista autenticada (**no caso de motoristas**);

**29-** Cópia do Curso de condutores de veículo **Transporte Escolar** assinado pelo Órgão Competente (**no caso de motoristas**).

**ANEXO II**

**CARGO: AUXILIAR ADMINISTRATIVO - ZONA URBANA**

| NOME | NOTA TOTAL | CLASSIFICAÇÃO | SITUAÇÃO |
|---|---|---|---|
| THAIZ DE SOUZA SILVA | 19 | 19º | Classificado(a) |

**CARGO: EDUCADOR (CREAS) - ZONA URBANA**

| NOME | NOTA TOTAL | CLASSIFICAÇÃO | SITUAÇÃO |
|---|---|---|---|
| PAULO GERMANO FELICIO HONORIO | 21 | 7º | Classificado(a) |

**BRUNO SANTOS MENA**

Prefeito Municipal de Matupá

---

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ**
**DECRETO Nº 4741 DE 16 DE AGOSTO DE 2023**

***"CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2023 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ".***

**BRUNO SANTOS MENA**, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

**CONSIDERANDO** a homologação do Processo Seletivo Simplificado 001/2023, publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso no dia 08/03/2023;

**CONSIDERANDO** a necessidade do provimento de Cargos públicos temporários;

**DECRETA**

**Art. 1º.** Ficam convocados os candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2023, para o Cargo constante na relação do Anexo II, do presente Decreto, para se apresentarem na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal, situado a Avenida Deputado Sebastião Alves Júnior, nº 106, Bairro Setor Industrial, Matupá – MT, fone: (66) 3595-2560, no prazo de **03 (três) dias**, a partir da data da publicação, no horário das 07:00 às 11:00 e das 13:00 às 15:00 horas, pessoalmente ou por procurador munido de instrumento de procuração.

**Art. 2º.** Os candidatos deverão se apresentar com fotocópias da documentação devidamente autenticadas via cartório ou fotocópias com originais, os quais constam no Anexo I neste Decreto.

**Art. 3º.** Se o candidato convocado não se apresentar para a entrega da documentação ou apresentar a documentação de forma incompleta, no prazo estabelecido por este Decreto, será considerado DESISTENTE do direito de ser nomeado para o cargo ao qual foi aprovado no Processo Seletivo.

**Art. 4º.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos dezesseis dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três.

Registre-se; publique-se

**BRUNO SANTOS MENA**

Prefeito Municipal de Matupá

**ANEXO I**

**1-** Cópia da Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos;

**2-** Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da lei (arts. 12 e 37, I da CF/88);

**3-** Cópia do Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF)

**4-** Cópia Título de Eleitor;

**5-** Cópia carteira de trabalho **(constando número e data de emissão)**;

**6-** Cópia Cartão **PIS/PASEP**;

**7-** Cópia da Certidão de Casamento **ou** Nascimento;

**8-** Cópia da Certidão de Nascimento e **CPF** dos filhos (as) **dependentes**;

**9-** Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos (as) **menores de 05** anos **(constando a parte da frente e as vacinações)***;*

**10-** Comprovante de frequência Escolar dos filhos (as)*;*

***11-** Endereço de e-mail **obrigatório***

**12-** 01 (uma) foto 3x4, colorida e recente;

**13-** Certidão de Regularidade Eleitoral; **www.tse.jus.br;**

**14-** Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca do domicílio dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado), site do Poder Judiciário- **www.tjmt.jus.br de 1º** e **2º** grau ou no **Fórum;**

**15-** Certidão Negativa de Débitos para com o município de posse (**tirar na prefeitura**);

**16- Qualificação Cadastral através do Site:** http://consultacadastral.inss.gov.br/Esocial/pages...

**17-** Atestado de Saúde Física e Mental **(por conta do contratado);**

**18- Registro no conselho** da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se **comprovante de quitação de**

**anuidade, certidão de regularidade Administrativa e Financeira (Conselho) e carteirinha autenticadas (Só para casos de carteirinhas do profissional)**;

**19-** Cópia da Certidão de **Reservista** (quando do **sexo masculino**);

**20-** Cópia **Autenticada** do Comprovante de Escolaridade (**Histórico escolar** e **Diploma)**, para concursados e seletivo conforme exigência do cargo ao qual concorre devidamente registrado pelo MEC;

**21-** Cópia do comprovante de **endereço residencial atualizado ou** caso em outro nomeacompanhado de declaração assinada.

**22-** Declaração negativa de não acúmulo de cargo **público ou privado**;

**23-** Declaração de Bens;

**24-** Cópia do CPF e RG do Cônjuge*;*

**25-** Cópia da conta bancária (Banco do Brasil)*;*

**26- Cópia ou Número** de Inscrição do CPF de Pai e Mãe*;*

**27-** Número para contato*;*

**28-** Cópia da carteira de Motorista autenticada (**no caso de motoristas**);

**29-** Cópia do Curso de condutores de veículo **Transporte Escolar** assinado pelo Órgão Competente (**no caso de motoristas**).

**ANEXO II**

**CARGO: PROFESSOR DE PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL - ZONA RURAL**

| NOME | CLASSIFICAÇÃO | SITUAÇÃO |
|---|---|---|
| DALILA CARLOS PEIXOTO | 2º | CR |

**BRUNO SANTOS MENA**

Prefeito Municipal de Matupá

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES**
**ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 179/2023**

Pelo presente instrumento **O MUNICÍPIO DE MATUPÁ – ESTADO DE MATO GROSSO,** devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 24.772.188/0001-54, com sede na Prefeitura Municipal, localizada na Avenida Hermínio Ometto, nº. 101, ZE-022, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. **BRUNO SANTOS MENA**, brasileiro, casado, portador da RG nº. 18278620-SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº. 028.264.041-05, residente e domiciliado na Rua 19, nº 2611, Bairro Centro, nesta Cidade de Matupá/MT RESOLVE registrar os preços da empresa **REGINALDO LEITE BORGES – ME,** devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 48.674.176/0001-55, Inscrição Estadual nº 14.005.408-1, com sede na Rua 06, nº 1101, Sala B, Bairro Jardim das Flores, na Cidade de Matupá/MT, CEP 78.525-000, Telefone (66) 9 9216-6899, e-mail reginaldo.leiteborges@gmail.com, neste ato representada pelo Sr. **REGINALDO LEITE BORGES**, inscrito no CPF nº 854.981.659-00, nas quantidades estimadas **na Seção quatro desta Ata de Registro de Preços**, de acordo com a classificação por elas alcançadas Global, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93, 10580/02 e suas alterações e Decreto Municipal 1136, de 02 de fevereiro de 2009 e Decreto Municipal nº 4075/2022:

**1 - OBJETO**

**1.1** - Constitui objeto desta ata de registro de preço, o "**PREGÃO ELETRÔNICO SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÕES DE PRODUTOS DE PANIFICAÇÃO (PÃES, TORTAS E SALGADOS) EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE MATUPÁ/MT"** de acordo com a planilha partes integrantes do Edital da respectiva **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 033/2023.**

**2 - ADESÃO DE ORGÃOS NÃO PARTICIPANTES**

**2.1 -** Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

**2.2 -** Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do serviço, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que o fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

**2.3 -** As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou por entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

**2.4 -** As adesões caronas à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem;

2.5 - Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

**3 - DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**3.1 -** O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Matupá.

**3.2 -** A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses**,** contados a partir de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios.

**3.3 -** As SECRETARIAS/ORGÃOS/ENTIDADES participantes desta Ata de Registro de Preços são:

Secretaria Municipal de Administração, Secretaria Municipal de Agricultura, Secretaria Municipal de Educação e Desporto, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Urbanismo e Paisagismo, Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Transportes e Secretaria Municipal de Industria, Comercio, Turismo, Cultura e Lazer.

**4 – DOS PRODUTOS**

**4.1 -** O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos produtos registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

| Código | Nome | Unidade de Fornecimento | Marca | Quant. | Vlr. Unitário | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 375629 | PAO DE HOT-DOG - DO TIPO MINI PAO HOT-DOG, PESANDO 25G A UNIDADE, SUPERFICIE MACIA, LISA, BRILHANTE, COM MIOLO CONSISTENTE E SEDOSO, COM VIDA UTIL DE 5 DIAS, EMBALADO EM SACO PLASTICO. QUILOGRAMA | QUILOGRAMA | PROPRIA | 1760 | 22,00 | 38.720,00 |
| 375628 | PAO DOCE - A BASE DE OLEO OU MARGARINA, FERMENTO QUIMICA, FARINHA DE TRIGO, OVOS, ACUCAR, 50 G, COM UNIFORMIDADE NO ASSADO, AROMA E SABOR TIPICO DE PAO DOCE, A CASCA DEVERA SER DOURADA NA PARTE SUPERIOR, COM CREME DE CONFEITEIRO, O MIOLO DEVERA TER TEXTURA MACIA, PODENDO OU NAO TER COCO RALADO. QUILOGRAMA PAO DOCE - A BASE DE OLEO OU MARGARINA, FERMENTO QUIMICA, FARINHA DE TRIGO, OVOS, ACUCAR, 50 G, COM UNIFORMIDADE NO ASSADO, AROMA E SABOR TIPICO DE PAO DOCE, A CASCA DEVERA SER DOURADA NA PARTE SUPERIOR, COM CREME DE CONFEITEIRO, O MIOLO DEVERA TER TEXTURA MACIA, PODENDO OU NAO TER COCO RALADO. QUILOGRAMA | QUILOGRAMA | PROPRIA | 1040 | 21,49 | 22.349,60 |
| 371939 | PAO - DO TIPO HOT-DOG / CACHORRO QUENTE, PAO DOCE COM MASSA LEVE DE FARINHA DE TRIGO, ACUCAR, OVOS, LEITE, FEERMENTO QUIMICO, ASSADO. | QUILOGRAMA | PROPRIA | 2880 | 20,79 | 59.875,20 |
| 364093 | PAO - TIPO FRANCES, COMPOSICAO MINIMA DA MASSA: 50G FARINHA DE TRIGO,0,8G DE SAL, 0,4G DE REFORCADOR,24ML DE ÁGUA,0,2G DE ACUCAR, 1,2G DE FERMENTO BIOLOGICO,0,4G DE GORDURA VEGETAL, PESANDO 50 GRAMAS POR UNIDADE, VIDA UTIL 6HORAS, EMBALADO EM EMBALAGEM APROPRIADA | QUILOGRAMA | PROPRIA | 13490 | 18,00 | 242.820,00 |

**Total Fornecedor R$ 363.764,80**

**4.2** - Das particularidades de fabricação:

**4.2.1** As tortas deverão ser fabricadas no máximo no dia anterior; **4.2.2** Quanto aos pães tipo francês sua fabricação deverá ser efetuada no mesmo dia da entrega, a fim de preservarem suas características orgânicas e naturais. **4.2.3** Os salgadinhos deverão de assados ou frito com no máximo uma hora de antecedência do prazo previsto de entrega. **4.2.4** O restante dos pães deve seguir as regras de fabricação estipulada pelos órgãos de fiscalização.

**5 – DA FORMA DE FORNECIMENTO**

**5.1** - Os pedidos serão realizados de acordo com a necessidade das Secretarias Municipais, não havendo quantidades mínimas a serem solicitadas, bem como não havendo limites, seja semanais ou mensais, para solicitação dos Produtos;

**5.2** - Local de Entrega - A entrega dos produtos desta licitação deverá ser feita nos locais indicados nas requisições, correndo por conta da Contratada as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução;

**5.3** - O recebimento do objeto desta licitação será efetuado pela Prefeitura, e, será recebido desde que:

5.3.1 Esteja compatível com esta Licitação;

5.3.2 Não apresente avaria ou adulteração;

**5.4** - Quantos aos pães as entregas serão da seguinte maneira:

a) As entregas deverão ser realizadas numa média de 10 locais previamente definidos de segunda a sexta uma vez ao dia, de manhã até as 06:30 horas.

b) Especificamente na Educação: Entregar o pão 01x/dia até às 06h30 (matutino) diretamente nas creches e escolas municipais localizados na Zona Urbana, conforme NAD e cronograma que será repassado pela Secretaria de Educação.

c) Especificamente no Hospital Municipal: Entregar o pão 01x/dia até às 06h00 (matutino) diretamente no hospital, conforme NAD e cronograma que será repassado pela Secretaria de Saúde.

**5.5** - Para o restante dos itens: O prazo máximo para entrega dos produtos, objeto do pedido, é de (03) três dias, contados a partir do dia seguinte à data do recebimento da NAD (Nota de Autorização de Despesas) pela Adjudicatária, devendo o produto atender às normas técnicas contidas nas especificações.

**5.6** - Em caso de recusa do objeto pelas Secretarias de Matupá - MT será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o produto ser substituído pela Contratada, imediatamente, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas, consoante dispõe o artigo 69 da Lei nº 8.666/93;

**5.7** - Caso seja necessário fazer alguma substituição, os custos envolvendo este ato, como o de transportes, hospedagens entre outros, serão por conta do Licitante;

**5.8** - Caso a substituição do produto recusado não ocorra no prazo determinado estará a Contratada incorrendo em atraso no serviço e sujeita á aplicação das sanções previstas neste edital.

**5.9** - Os produtos ofertados pelas licitantes deverão, OBRIGATORIAMENTE, atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de fiscalização de qualidade industrial ANVISA, ABNT, INMETRO, etc. – atentando-se o proponente, principalmente para as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

**5.10 - Os produtos (Que não estiverem especificando prazos diferentes na descrição individual do item) deverão no ato da entrega deverão ter prazo de validade não inferior a dois terços (2/3) de validade estabelecido pelo fabricante.**

**5.11** - Dentro do prazo de vigência do Registro de Preço, a Contratada será OBRIGADA ao fornecimento do produto, desde que obedecidas às condições do presente edital.

**5.12** - Os produtos deverão ser novos, de primeiro uso, e em perfeito estado, acondicionado em embalagens que permitam sua proteção contra impactos umidade e demais agentes de possam ocasionar danos. Não serão aceitos produtos remanufaturados, recondicionados, recarregados, reciclados ou reutilizados.

**5.13** - A empresa fornecedora dos produtos se responsabilizará pela qualidade, substituindo o produto, em todo ou em parte, se for constatado problemas;

**5.14** - As entregas deverão ser realizadas através de transporte regulamentado para garantir as características dos alimentos conforme orientações da VISA –Vigilância Sanitária Municipal;

**5.15** - As entregas deverão ser realizadas nos locais mencionados em cada NADs ou Ordem de Consumo, conforme necessidade das Secretarias solicitantes, haja visto que existe diversas demandas no município (Como escolas, postos de saúde, hospital, secretarias municipais, entre outras). A empresa vencedora e responsável pela carga e descarga dos itens no local aonde a Secretaria solicitar;

**5.16 -** Fica sobre total responsabilidade da contratada todos os gastos referentes com o descarregamento dos produtos.

**5.17** - Os produtos alimentícios deverão ser entregues em embalagem com etiqueta dos produtos.

**5.18** - Recebimento dos Produtos:

5.18.1 - Os produtos serão recebidos pelos fiscais de contrato e aceitos quando estiverem dentro das exigências do Edital;

5.18.2 - Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal n. 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização da entrega dos produtos será realizada por funcionários nomeados pelas Secretarias;

5.18.3 - O Município de Matupá/MT reserva-se o direito de não receber o objeto com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o registro e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI, da Lei Federal n. 8.666/93.

**6 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**6.1 -** Executar a entrega dentro dos padrões estabelecidos pelas Secretarias, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

**6.2 -** Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelas Secretarias, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência mediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade;

**6.3 -** Prover todos os meios necessários à garantia da plena entrega dos produtos, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

**6.4 -** A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução da entrega do objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

**6.5 -** Comunicar imediatamente a Secretaria qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgadas necessárias para recebimento de correspondência;

**6.6 -** Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

**6.7 -** Fiscalizar o perfeito cumprimento da entrega do objeto a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

**6.8** - Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

**6.9** - A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

**6.10 -** Fornecer os itens, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

**6.11 –** Não poderá ocorrer a falta dos produtos por parte do licitante, pois são itens de primeira necessidade e a contratante deverá atender exatamente como se propôs a fazer;

**6.12** – A CONTRATADA deverá manter durante toda a vigência da ata de registro de preço, as mesmas condições de habilitação, especialmente quanto à regularidade com FGTS e INSS;

**6.13 -** O atraso na entrega dos produtos caberá penalidades e sanções previstas no Art. 12 da Presente Ata;

**7 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**7.1 -** Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Entrega dos itens licitados;

**7.2 -** Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

**7.3 -** Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

**7.4 -** Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

**7.5** -Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito reajustamento de preços ou a atualização monetária.

**7.6** - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

**8 - DO PAGAMENTO**

**8.1 -** Os pagamentos serão efetuados em até 15 (quinze) dias após a entrega do produtos bem como apresentação das notas fiscais eletrônicas em conformidade ao Protocolo ICMS Nº. 85, DE 09 DE JULHO DE 2010, devidamente atestada pela Secretaria responsável;

**Os dados bancários para pagamento são:**

**Banco Sicoob Agência nº 4598 Conta Corrente nº 94.668 em nome de REGINALDO LEITE BORGES – ME.**

**8.2 -** Para fins de Imposto de Renda Retido na Fonte de que trata o art. 158, inciso I, da Constituição da República, o Município, em todas as suas contratações, com pessoas jurídicas observará o disposto no art. 64, da Lei Federal Nº 9.430/1996, no art. 15 da Lei Nº 9.249/1995, a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil Nº 1.234/2012, e, também Instrução Normativa RFB Nº 1663, de 07 de outubro de 2016, e por fim Instrução Normativa RFB nº 2145, de 26 de junho de 2023, com a consequente retenção, na fonte, do imposto sobre a renda incidente sobre os pagamentos que efetuarem a pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras de construção civil.

**8.3 -** O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do item fornecido, de acordo com o especificado na Ordem de Entrega.

**8.4 -** Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

**8.5 -** Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do produto.

**8.6 -** O Contratante **não** efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de **cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring**";

**8.7 -** As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

**9 - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS**

**9.1 -** Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação municipal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

**9.2 -** Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

**9.3 -** Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeiturasolicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

**9.4 -** Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Prefeiturapoderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

**9.5 -** Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura.

**9.6** – Poderão ocorrer mediante termo aditivo, onde a contratada ou contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou suspensões que se fizerem na prestação dos produtos, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da ata de registro de preço, nos termos do artigo 65, parágrafo 1º da lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

**9.7 -** Os preços serão revisados e reajustados de acordo com as variações determinadas pela política de preços dos combustíveis, mediante comprovação oficial por parte da Contratada.

**10 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

**10.1 -** A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) Quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da requisição/pedido dos produtos decorrente deste Registro;

d) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

f) Descumprir qualquer dos itens da cláusula sexta ou sétima.

**10.2 -** Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

**10.3 -** No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Jornal Oficial dos Municípios (AMM), considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

**10.4 -** A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

**10.5 -** Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao produto do Item.

**10.6 -** Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

**10.7 -** A Ata de Registro de Preços, será cancelada automaticamente nas seguintes hipóteses:

**a)** Por decurso de prazo de vigência;

**b)** Pelo esgotamento das quantidades registradas.

**10.8 - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, conforme art. 77 da lei 8666/93.**

**11 - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.**

**11.1 -** Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta Ata de Registro de Preços.

**12 - DAS PENALIDADES**

**12.1 -** Ficará impedido de licitar e contratar com o município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste termo de referência e das demais penalidades legais, aquele que:

**12.1.1 -** Cometer fraude fiscal;

**12.1.2 -** Apresentar documento falso;

**12.1.3 -** Fizer declaração falsa;

**12.1.4 -** Comportar-se de modo inidôneo;

**12.1.5 -** Não assinar a Ata de Registro de Preços ou Contrato no prazo estabelecido;

**12.1.6 -** Deixar de entregar a documentação exigida no certame;

**12.1.7 -** Não mantiver a proposta.

**12.2 -** O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

**12.2.1 -** A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 6.9. b;

**12.3 -** Ocorrendo a inexecução total ou parcial, atrasos no fornecimento dos produtos, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

**a)** Advertência por escrito;

**b)** Ao licitante que não cumprir as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicadas multa de 0,5% (meio por cento) sobre o atraso de entrega dos produtos, e até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato no caso de rescisão por culpa do fornecedor;

**c)** Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos conforme prevê o inciso III do artigo 87 da Lei Federal 8.666/93 atualizada pela Lei nº 8.883/94;

**d)** Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002.

**e)** Ficará impedido de licitar e de contratar com a União e Município e será descredenciado no Sicaf, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

e. 1 - apresentar documentação falsa;

e.2 - causar o atraso na execução do objeto;

e.3 - não mantiver a proposta;

e.4 - falhar na execução do contrato;

e.5 - fraudar a execução do contrato;

e.6 - comportar-se de modo inidôneo;

e.7 - declarar informações falsas; e

e.8 - cometer fraude fiscal.

**f)** - O cancelamento da execução terá lugar de pleno direito independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial quando a empresa adjudicatória:

f.1 – Falir, entrar em concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

f.2 – Transferir, no todo ou parte, as obrigações decorrentes desta licitação, sem prévia anuência do Governo deste Município;

**12.4 -** Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Matupá - MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

**12.4.1 -** Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

**12.5 -** Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informados para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

**12.6 -** Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 12.3, c, d, desta Ata de Registro de Preços, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

**13 – DO RECEBIMENTO DOS PRODUTOS**

**13.1 -** Serão entregue produtos, de acordo com os critérios dos órgãos responsáveis pela fiscalização.

**13.2 -** Recebimento Dos Serviços/Produtos:

**13.2.1 –** A entrega dos serviços/produtos serão acompanhados pelos fiscais diariamente, recebidos e aceitos quando executados totalmente e de boa qualidade.

**13.2.2 -** Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal n. 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização da prestação dos serviços/entrega dos produtos será realizada por funcionários nomeados pelas Secretarias;

**13.2.3 -** O Município de Matupá/MT reserva-se o direito de não receber o objeto com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o registro e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI, da Lei Federal n. 8.666/93.

**14 - DOS ILÍCITOS PENAIS**

**14.1** - As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

**15 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

**15.1 -** As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata de Registro de Preços, correrão à conta de dotação orçamentária citada abaixo, ou das demais que possam vir a aderir a presente ata e serão oriundas de Recursos Próprios do Município, do Estado de Mato Grosso e Federal:

CÓDIGO GERAL: 04.001.04.122.0055.20076 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 06.001.20.608.0004.20002 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA - 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.001.12.122.0068.20086 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.306.0031.20147 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO ENSINO FUNDAMENTAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.306.0031.20146 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO ENSINO INFANTIL - CRECHE – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.306.0031.20145 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO ENSINO INFANTIL - PRÉ ESCOLA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.005.27.812.0047.20128 – MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTE – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.302.0013.20115 – MANUTENÇÃO DO COMPLEXO REGULADOR MUNICIPAL - CRM – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

*CÓDIGO GERAL:* 08.002.10.302.0014.2.0046 – MANUTENÇÃO DO CRDO – *3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO*

*CÓDIGO GERAL:* 08.002.10.302.0013.2.0047 – *MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO*

*CÓDIGO GERAL:* 08.002.10.301.0013.2.0050 – MANUTENÇÃO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE - SAÚDE DA FAMÍLIA – *3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO*

*CÓDIGO GERAL:* 08.002.10.302.0013.2.0048 – *MANUTENÇÃO DO LABORATÓRIO MUNICIPAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO*

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.122.0013.20098 – MANUTENÇÃO DA UNIDADE ADMINISTRATIVA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.001.08.244.0004.20065 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0005.20083 – MANUTENÇÃO DO CRAS/PAIF – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0005.20054 – MANUTENCAO DO CREAS/PAEFI – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0007.20063 – MANUTENÇÃO DO IGD SUAS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0005.20055 – MANUTENÇÃO DA CASA LAR – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.003.08.243.0005.20071 – MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 10.001.04.122.0004.20015 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTE – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 11.001.04.122.0004.20120 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE URBANISMO E PAISAGISMO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 15.001.22.122.0055.20117 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO E TURISMO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

**16 - DO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

**16-1 –** Foi Designado através de Portaria os servidores abaixo para assistir e subsidiar o gestor da ata de registro de preço indicado na epígrafe.

| Secretaria | Servidor | Portaria |
|---|---|---|
| Secretaria de Administração | Francieli Fernanda Schmidt | 12906/2023 |
| Secretaria de Agricultura | Patricia Tosta Batista | 12541/2022 |
| Secretaria de Assistência Social | Cynthia Passos Carvalho Ximenes | 7451/2018 |
| Secretaria de Educação | Juciane Rodrigues Figueiredo | 8969/2021 |
| Secretaria de Educação/Dpto de Esportes | Maurina Marques Da Silva | 11012/2022 |
| Secretaria de Industria e Comércio | Lucas Raul Fernandes | 10718/2021 |
| Secretaria de Obras | Antônia Werica Galvão Costa Paixão | 10618/2021 |
| Secretaria de Saúde | Clarisse Maria Sala | 8964/2021 |
| Secretaria de Saúde/Hospital Municipal | Alini Mazotti Gimenes | 12809/2023 |
| Secretaria de Saúde/UBS | Ana Paula Siqueira da Cruz | 10780/2021 |
| Secretaria de Saúde/Vigilância em Saúde | Francisco Carlos Vieira | 11078/2022 |
| Secretaria de Urbanismo | Dayane Lais Ferreira | 10821/2021 |

**16.2 -** Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos/serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

**16.3 -** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

**16.4 -** O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências

relacionadas com a execução da ata, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

**17 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**17.1 -** As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

**I -** Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

**II -** Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Eletrônico nº. 033/2023** e seus anexos e as propostas das classificadas.

**III -** É vedado caucionar ou utilizar da ata de registro de preço decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da **Prefeitura**.

**18 - DO FORO**

Aplica-se a Ata de Registro de Preço e dos casos omissos as disposições estabelecidas na lei 8666/1993 e suas alterações.

As partes contratantes elegem o foro de Matupá - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Matupá - MT, 16 de agosto de 2023.

_____

**Município de Matupá**

**BRUNO SANTOS MENA**

**Contratante**

_____

**REGINALDO LEITE BORGES – ME**

CNPJ nº. 48.674.176/0001-55

**REGINALDO LEITE BORGES**

CPF nº. 854.981.659-00

**Contratada**

**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO**
**RESOLUÇÃO CMAS Nº.09 DE 08 DE AGOSTO DE 2023**

**SUMULA:** "Dispõe sobre aprovação do Projeto Executivo PROCAD-SUAS 2023 e dá outras providências".

**O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL do Município de Matupá-MT, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei 12.435 de 06 de julho de 2011 – Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS e Lei Municipal nº889 de 13 de novembro de 2014, em deliberação feita na data de 07/08/2023.**

**Considerando** a Lei Orgânica da Assistência social Nº 8742/93, que Dispõe sobre a Organização da Assistência Social e dá outras providencias;

**Considerando** a organização da política com a participação popular e deliberação do Conselho Municipal de Assistência Social;

**Considerando** a Politica Nacional de Assistência Social (PNAS) na perspectiva do Sistema Único de Assistência Social (SUAS);

**Considerando** que o PROCAD-SUAS foi instituído e aprovado por meio da Resolução MDS/CIT nº 01 na data de 07/02/2023;

**Considerando** a Resolução MDS / CNAS nº 96, de 15/02/23;

**Considerando** a Elaboração e publicação na data de 08/03/23 da Nota Recomendatória do TCE da CPSA Nº 2/2023, direcionada à Gestão Estadual e às gestões municipais;

**Considerando** a Regulamentação através da Portaria MDS nº 871, de 29 de março de 2023, que regulamenta as ações do Programa de Fortalecimento Emergencial do Atendimento do Cadastro Único no Sistema Único da Assistência Social (PROCAD-SUAS);

**Considerando** o Repasse dos Recursos Financeiros do MDS para Estados e Municípios.

**RESOLVEM:**

**Art. 1º -** Aprovar o Projeto Executivo PROCAD-SUAS 2023, conforme Ata Nº10 de 07/08/2023.

**Art. 2º -** Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

**Matupá-MT, 08 de Agosto de 2023.**

Cleidiane da Silva Osório

**PRESIDENTE CMAS**

**Gestão 2021 – 2023.**

**PARECER CMAS**

**Nº09/2023.**

O Conselho Municipal de Assistência Social analisou minuciosamente na data de 07/08/2023 o Projeto Executivo PROCAD-SUAS 2023 encaminhado pela gestão municipal.

Analisou também as Normativas que Regulamentam o referido Projeto: Resolução MDS/CIT nº 01 na data de 07/02/2023; Resolução MDS / CNAS nº 96, de 15/02/23; Nota Recomendatória do TCE da CPSA Nº 2/2023, direcionada à Gestão Estadual e às gestões municipais; a Regulamentação através da Portaria MDS nº 871, de 29 de março de 2023, que regulamenta as ações do Programa de Fortalecimento Emergencial do Atendimento do Cadastro Único no Sistema Único da Assistência Social (PROCAD-SUAS), bem como a transferência de Recursos Financeiros do MDS para Estados e Municípios.

Diante do exposto e por acreditar na viabilidade de execução do Projeto, resolvem ***aprovar*** por unanimidade o **Projeto Executivo PROCAD-SUAS 2023** conforme Ata nº10 de 07/08/2023.

**Matupá-MT, 08 de Agosto de 2023**

Cleidiane da Silva Osório

**PRESIDENTE CMAS**

**Gestão 2021 – 2023.**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE

**RH**
**PORTARIA Nº 564/2023**

***PORTARIA Nº 564 DE 16 DE AGOSTO DE 2023. REGISTRA FÉRIAS PARA SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS. O Secretário de Administração e Planejamento da Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições;*** **RESOLVE Artigo 1º- Registrar 5 (cinco) dias de FÉRIAS para a servidora JURCELI MENDONÇA DA SILVA, lotada na Secretaria Educação, Esporte, Lazer e Cultura, no cargo de MONITOR DE CRECHE, referente ao período aquisitivo de 01/02/2020 a 31/01/2021, para gozo a partir do dia 14/08/2023, suspensa pela Portaria 121/2021, conforme Requerimento e protocolo 6401.**

**Artigo 2º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Artigo 3º -** Revogam-se as disposições em contrário.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE. Gabinete do Secretário de Administração e Planejamento de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, "Paço Municipal Miguel Botelho de Carvalho" em 16 de agosto de 2023. JEFFER KLEBER DE OLIVEIRA**

Secretário de Administração e Planejamento

JKO/pcm

**COORDENADORIA ADMINISTRATIVA**
**LEI Nº 1.867 DE 16 DE AGOSTO DE 2023.**

**Abre no orçamento vigente crédito adicional especial e dá outras providências.**

**HÉCTOR ALVARES BEZERRA, Prefeito do Município de Mirassol d´Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas legais atribuições, FAZ SABER que o Plenário das Deliberações da Câmara Municipal de Mirassol d´Oeste, Estado de Mato Grosso APROVOU em Sessão Ordinária realizada no dia 14 de agosto de 2023, e eu SANCIONO a seguinte Lei:**

**Art.1º.** Fica aberto no orçamento vigente, crédito adicional especial na importância de R$ 49.588,16 (quarenta e nove mil, quinhentos e oitenta e oito reais e dezesseis centavos) distribuídos nas seguintes dotações:

**02 09 02 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL 976 04.122.0002.2210.0000 PROGRAMA DE FORTALECIMENTO EMERGENCIAL DO CA 49.588,16 3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 1 1660**

**Art.2º.** O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de anulação:

**02 09 02 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL 669 08.122.0002.2105.0000 ADMINISTRACAO E GERENCIAMENTO -4.000,00 3.3.90.14.00 DIÁRIAS - CIVIL F.R. Grupo: 1 1660**

1 Recursos do Exercício Corrente

500 002 Prog. IGDSUAS

**670 08.122.0002.2105.0000 ADMINISTRACAO E GERENCIAMENTO -15.000,00 3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. Grupo: 1 1660**

1 Recursos do Exercício Corrente

500 002 Prog. IGDSUAS

**671 08.122.0002.2105.0000 ADMINISTRACAO E GERENCIAMENTO -1.000,00 3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA F.R. Grupo: 1 1660**

1 Recursos do Exercício Corrente

500 002 Prog. IGDSUAS

**672 08.122.0002.2105.0000 ADMINISTRACAO E GERENCIAMENTO -2.000,00 3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 1 1660**

1 Recursos do Exercício Corrente

500 002 Prog. IGDSUAS

**673 08.122.0002.2105.0000 ADMINISTRACAO E GERENCIAMENTO -16.500,00 4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R. Grupo: 1 1660**

1 Recursos do Exercício Corrente

500 002 Prog. IGDSUAS

**692 08.244.0035.2063.0000 PROTECAO SOCIAL BASICA -6.058,16 3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. Grupo: 1 1660**

1 Recursos do Exercício Corrente

500 010 Progr. PAIF VOLANTE

**696 08.244.0035.2064.0000 PROTECAO SOCIAL BASICA -5.030,00 3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. Grupo: 1 1660**

1 Recursos do Exercício Corrente

**500 004 Prog.IGDBF**

**Art. 3º.** O Poder Executivo fica autorizado a proceder à readequação na Lei 1.745/2021 – Plano Plurianual e na Lei nº 1.776/2022 – Lei de Diretrizes Orçamentária (PPA/LDO), bem como apresentá-los em audiência pública junto à Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara Municipal conforme determinação na Lei Complementar n.º 101/2000.

**Art. 4º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho" em 16 de agosto de 2023.

**HÉCTOR ALVARES BEZERRA**

Prefeito Municipal

**COORDENADORIA ADMINISTRATIVA**
**LEI Nº 1.864 DE 16 DE AGOSTO DE 2023.**

**Abre no orçamento vigente crédito adicional especial e dá outras providências.**

**HÉCTOR ALVARES BEZERRA, Prefeito do Município de Mirassol d´Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas legais atribuições, FAZ SABER que o Plenário das Deliberações da Câmara Municipal de Mirassol d´Oeste, Estado de Mato Grosso APROVOU em Sessão Ordinária realizada no dia 14 de agosto de 2023, e eu SANCIONO a seguinte Lei:**

**Art. 1º.** Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional especial na importância de R$ 3.958,61 distribuídos as seguintes dotações:

02 09 01 GABINETE DO SEC. DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL 969 08. 122.0035.1042.0000 AQUISIÇÃO DE VEICULO PARA FMAS 3.958,61

4.4.90.93.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES F.R.: 1 2665

2 Recursos de Exercícios Anteriores

500 100 convênio aquisição de veículo

**Art. 2º.** O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes deSuperávit Financeiro no valor de R$ 3.958,61.

Fontes de Recurso

2 665 3.958,61

**Art. 3º.** O Poder Executivo fica autorizado a proceder à readequação na Lei 1.745/2021 – Plano Plurianual e na Lei nº 1.776/2022 – Lei de Diretrizes Orçamentária (PPA/LDO), bem como apresentá-los em audiência pública junto à Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara Municipal conforme determinação na Lei Complementar n.º 101/2000.

**Art. 4º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho" em 16 de agosto de 2023.

**HÉCTOR ALVARES BEZERRA**

Prefeito Municipal

**COORDENADORIA ADMINISTRATIVA**
**LEI Nº 1.865 DE 16 DE AGOSTO DE 2023.**

**Fica instituído o Título Agente Mirim Destaque no Município de Mirassol d'Oeste/MT.**

**HÉCTOR ALVARES BEZERRA, Prefeito do Município de Mirassol d´Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas legais atribuições, FAZ SABER que o Plenário das Deliberações da Câmara Municipal de Mirassol d´Oeste, Estado de Mato Grosso APROVOU em Sessão Ordinária realizada no dia 14 de agosto de 2023, e eu SANCIONO a seguinte Lei:**

**Art. 1º.** Fica instituído o título de **"AGENTE MIRIM DESTAQUE"** destinado a homenagear os agentes mirins do Município de Mirassol D'Oeste, a título de reconhecimento ao investimento pessoal, a qualidade, a alta estima e, sobretudo o incentivo para despertar maior desempenho as crianças e adolescentes.

**Parágrafo Único** – Serão agraciados com referido Título os agentes e as agentes mirins.

**Art. 2º.** A escolha dos agentes mirins destaque se dará pela coordenação do projeto, avaliando o teor dos conceitos referentes: destaque em ações de cidadania, solidariedade e responsabilidade social em nossa comunidade disciplina, participação, colaboração e obediência hierárquica, podendo ainda a critério do coordenador, passar por um processo eletivo, com a participação dos demais agentes mirins.

**Parágrafo Único** – Serão agraciados com o referido Título 02 (dois) agentes mirins, sendo 01 (um) do sexo masculino e 01 (uma) do sexo feminino.

**Art. 3º.** O Título será conferido, anualmente, em Sessão Solene da Câmara Municipal de Mirassol D'Oeste, especialmente, convocada para esse fim, a realizar-se preferencialmente na primeira semana de novembro de cada ano.

**Art. 4º.** A indicação dos agentes a serem agraciados com o Título AGENTE MIRIM DESTAQUE será remetido à Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores, acompanhada de ato formal firmado pelos membros da coordenadoria do projeto.

**Art. 5º.** O Título de que trata esta lei será confeccionado no padrão adotado pela Câmara Municipal, podendo analisar sugestões.

**Art. 6º.** A homenagem de que trata esta lei é intransferível.

**Art. 7º.** As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento.

**Art. 8º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 9º.** Revogam-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho" em 16 de agosto de 2023.

**HÉCTOR ALVARES BEZERRA**

Prefeito Municipal

**COORDENADORIA ADMINISTRATIVA**
**LEI COMPLEMENTAR Nº 249 DE 16 DE AGOSTO DE 2023.**

**Altera a redação da Lei Complementar n.º 160, de 21 de dezembro de 2016, que institui o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Mirassol d'Oeste/MT e dá outras providências.**

**HÉCTOR ALVARES BEZERRA, Prefeito do Município de Mirassol d´Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas legais atribuições, FAZ SABER que o Plenário das Deliberações da Câmara Municipal de Mirassol d´Oeste, Estado de Mato Grosso APROVOU em Sessão Ordinária realizada no dia 14 de agosto de 2023, e eu SANCIONO a seguinte Lei:**

**Art. 1º.** A redação da Lei Complementar n.º 160, de 21 de dezembro de 2016 passa a vigorar com as seguintes alterações:

**Art. 48. (...).**

**III -** das contribuições mensais do Município, incluídas suas autarquias e fundações, definida na reavaliação atuarial igual a 35,08% (trinta e cinco inteiros e oito centésimos por cento) calculada sobre a remuneração de contribuição dos segurados ativos, compreendendo:

**a)** 14,87% (catorze inteiros e oitenta e sete centésimos por cento) relativo ao custo normal, neste incluso o custeio da taxa de administração de 3,60% (três inteiros e sessenta centésimos por cento) prevista na reavaliação atuarial;

**b)** 20,21% (vinte inteiros e vinte e um centésimos por cento) relativo ao custo especial, escalonados nos termos do Anexo I desta Lei.

**Art. 2º.** Fica homologado o relatório técnico sobre os resultados da reavaliação atuarial, realizado em junho/2023.

**Art. 3º.** Esta Lei entrará em vigor no primeiro dia do mês subsequente aos 90 (noventa) dias da data de publicação desta Lei Complementar.

Edifício da Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho" em 16 de agosto de 2023.

**HÉCTOR ALVARES BEZERRA**

Prefeito Municipal

**Anexo I**

**Escalonamento do déficit atuarial**

| Ano de amortização | Alíquota |
|---|---|
| **2023** | 20,21% |
| **2024** | 20,82% |
| **2025** | 21,43% |
| **2026** | 22,02% |
| **2027** | 22,61% |
| **2028** | 23,18% |
| **2029** | 23,75% |
| **2030** | 24,30% |
| **2031** | 24,85% |
| **2032** | 25,38% |
| **2033** | 26,14% |
| **2034** | 27,04% |
| **2035** | 27,95% |
| **2036** | 28,85% |
| **2037** | 29,75% |
| **2038** | 30,65% |
| **2039** | 31,55% |
| **2040** | 32,45% |
| **2041** | 33,35% |
| **2042** | 34,26% |
| **2043** | 35,16% |
| **2044** | 36,06% |
| **2045** | 36,96% |
| **2046** | 37,86% |
| **2047** | 38,76% |
| **2048** | 39,66% |
| **2049** | 40,56% |
| **2050** | 41,47% |
| **2051** | 42,37% |
| **2052** | 43,27% |
| **2053** | 44,17% |
| **2054** | 45,07% |
| **2055** | 45,97% |

**COORDENADORIA ADMINISTRATIVA**
**LEI Nº 1.868 DE 16 DE AGOSTO DE 2023.**

***Abre no orçamento vigente crédito adicional especial e dá outras providências.***

**HÉCTOR ALVARES BEZERRA, Prefeito do Município de Mirassol d´Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas legais atribuições, FAZ SABER que o Plenário das Deliberações da Câmara Municipal de Mirassol d´Oeste, Estado de Mato Grosso APROVOU em Sessão Ordinária realizada no dia 14 de agosto de 2023, e eu SANCIONO a seguinte Lei:**

**Art. 1º.** Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional especial na importância de R$ 861.080,71 distribuídos as seguintes dotações:

**02 07 02 COORDENADORIA DE OBRAS CIVIS E SERVICOS URBANOS**

981 15.451.0013.1060.0000 PAVIMENTAÇAO E RESTAURAÇAO DE VIAS PUBLICAS 861.080,71

**4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R.: 1 2500 2 Recursos de Exercícios Anteriores 110 000 GERAL**

Art. 2º. O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Anulação:

**02 09 04 FUNDO DE HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL**

815 16.482.0002.1114.0000 ADMINISTRACAO E GERENCIAMENTO -861.080,71

**4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. Grupo: 1 2500 2 Recursos de Exercícios Anteriores 110 000 GERAL**

**Art. 3º.** O Poder Executivo fica autorizado a proceder à readequação na Lei 1.745/2021 – Plano Plurianual e na Lei nº 1.776/2022 – Lei de Diretrizes Orçamentária (PPA/LDO), bem como apresentá-los em audiência pública junto à Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara Municipal conforme determinação na Lei Complementar n.º 101/2000.

**Art. 4º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho" em 16 de agosto de 2023.

**HÉCTOR ALVARES BEZERRA**

Prefeito Municipal

**RH**
**PORTARIA N. 567/2023**

**PORTARIA N. 567 DE 16 DE AGOSTO DE 2023.**

**CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE PARA SERVIDORA QUE ESPECÍFICA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Secretário de Administração e Planejamento da Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições, de acordo com o Artigo 156 e Parágrafo Único da Lei Complementar n°. 157/2016, Artigo 5º da Lei Complementar nº 199/2020 e Lei Complementar nº. 201 de 13 de julho de 2020,

**RESOLVE**

**Artigo 1º** - Conceder, 180 (cento e oitenta) dias de **LICENÇA MATERNIDADE** conforme o Artigo 156 e Parágrafo Único da Lei Complementar n°. 157/2016, a partir de 15/08/2023, para a servidora **ANA CAROLINA DA SILVA ALVES**, lotada na Secretaria de Educação, Esporte, Lazer e Cultura, no cargo de **PROFESSOR,** conforme requerimento, atestado médico e protocolo n° 6456/2023.

**Artigo 2º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 15/08/2023.

**Artigo 3º** - Revogam-se as disposições em contrário.

**REGISTRE-SE, PÚBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.**

Gabinete do Secretário de Administração e Planejamento da Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", em 16 de Agosto de 2023.

**JEFFER KLEBER DE OLIVEIRA**

Secretário de Administração e Planejamento

JKO/pcm

**PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA Nº 564/2023**

***PORTARIA Nº 564 DE 15 DE AGOSTO DE 2023. REGISTRA FÉRIAS PARA SERVIDORES QUE ESPECIFICA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS. O Secretario de Administração e Planejamento da Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições;*** **RESOLVE Artigo 1º- Registrar 8 (oito) dias de FÉRIAS para o servidor CAIQUE ALVARES BEZERRA, lotado na Secretaria Saúde, no cargo de *SECRETARIO DE SAUDE,* referente ao período aquisitivo de 01/01/2021 a 31/12/2021, suspensa pela Portaria 066/2022 conforme CI.**

**Artigo 2º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Artigo 3º -** Revogam-se as disposições em contrário.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE. Gabinete do Secretario de Administração e Planejamento de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, "Paço Municipal Miguel Botelho de Carvalho" em 15 de agosto de 2023. JEFFER KLEBER DE OLIVEIRA**

Secretario de Administração e Planejamento

JKO/vl

**COORDENADORIA ADMINISTRATIVA**
**LEI Nº 1.866 DE 16 DE AGOSTO DE 2023.**

**Altera os §§ 1º, 2º e 3º do art. 2º da Lei nº 1.666/2021, que institui no âmbito municipal a Honraria Policial Destaque do Ano e dá outras providências.**

**HÉCTOR ALVARES BEZERRA, Prefeito do Município de Mirassol d´Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas legais atribuições, FAZ SABER que o Plenário das Deliberações da Câmara Municipal de Mirassol d´Oeste, Estado de Mato Grosso APROVOU em Sessão Ordinária realizada no dia 14 de agosto de 2023, e eu SANCIONO a seguinte Lei:**

**Art. 1º.** Dá nova redação aos §§ 1º, 2º e 3º do Artigo 2º da Lei nº 1.666 de 22 de abril de 2021, passando a vigorar com a seguinte redação:

*Art. 2º…*

*§1º Fica a critério dos membros da Polícia Militar a forma de escolha de 02 homenageados(as).*

*§2º Fica a critério dos membros da Polícia Civil a forma de escolha de 02 homenageados(as).*

*§3º Fica a critério dos membros da Polícia Penal a forma de escolha de 02 homenageados(as).*

**Art. 2º.** Fica autorizado a reedição da Lei nº 1.666 de 22 de abril de 2021, com as alterações de que tratam a presente Lei.

**Art. 3º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho" em 16 de agosto de 2023.

**HÉCTOR ALVARES BEZERRA**

Prefeito Municipal

**COORDENADORIA ADMINISTRATIVA**
**PORTARIA Nº 596 DE 16 DE AGOSTO DE 2023.**

**"DISPÕE SOBRE A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO COM BASE NO PRINCÍPIO DA AUTOTUTELA COM O OBJETIVO DE REVISAR, SOB O ASPECTO DA LEGALIDADE, ATOS ADMINISTRATIVOS DE INVESTIDURA EM CARGO PÚBLICO."**

**JEFFER KLEBER DE OLIVEIRA,** Secretário de Administração e Planejamento do Município de Mirassol d'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando as disposições da Lei Orgânica Municipal e a competência delegada pelo prefeito municipal no Decreto Municipal nº 4.574/2023.

Considerando o surgimento de fortes indícios de fraude no concurso público n° 01/2020, sobretudo após a deflagração da Operação Ápate, no final de junho de 2023;

Considerando a autorização judicial, a título de prova emprestada, para utilização dos elementos informativos que constam dos processos nº 1001596-83.2023.8.11.0011 e nº 1003901-74.2022.8.11.0011, bem como do Inquérito Policial nº 85 /2022;

Considerando que o Princípio da Autotutela impõe à Administração Pública o poder-dever de rever seus próprios atos e anulá-los em caso de vício insanável;

Considerando que a invalidação dos atos administrativos referentes a investidura em cargo público repercute no campo de interesses individuais.

**RESOLVE:**

**Art. 1°-** Fica instaurado Processo Administrativo com base no Princípio da Autotutela, com o objetivo de revisar atos administrativos de investidura em cargo público de servidores que tomaram posse em virtude de aprovação mediante fraude, em tese, no Concurso Público nº 01/2020 do Município de Mirassol d'Oeste.

**Art. 2°-** O Processo Administrativo a que faz menção o artigo anterior será regulado, no que couber, pela Lei Federal nº 9784/1999, em virtude de ausência de lei municipal específica sobre o tema.

**Art. 3°-** O prazo para conclusão dos trabalhos será de 30 (trinta) dias, contados da publicação da presente Portaria.

**Parágrafo único -** Os prazos referidos neste artigo poderão ser prorrogados por igual período, caso as circunstâncias, justificadamente, exigirem.

**Art. 4°-** Por determinação judicial os atos internos ao processo administrativo tramitarão em sigilo, garantido, todavia, o acesso às partes e seus procuradores, oportunizando o exercício do contraditório e da ampla defesa.

§1°- O sigilo a que se refere o caput não se estende à decisão da autoridade ao final do procedimento, a fim de não prejudicar o direito público à informação.

**Art. 5° -** Esta Portaria entra em vigor da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Secretário de Administração e Planejamento do Município de Mirassol d´Oeste - MT, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", em 16 de agosto de 2023.

**JEFFER KLEBER DE OLIVEIRA**

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria 093/2021

**LICITAÇÃO**
**AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO**

**PRORROGAÇÃO – EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 18/2023 –** OBJETO: AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS, ACESSÓRIOS E INSUMOS

PARA REPAROS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RESSOLAGEM E VULCANIZAÇAO DE PNEUS - NO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. O Município de Mirassol d'Oeste informa a prorrogação da sessão de abertura do presente procedimento, em virtude da necessidade de alteração dos dados cadastrais do processo na plataforma Licitanet. A sessão que ocorreria em 24/08/2023 fica redesigna para 30/08/2023, às 9h (Horário de Brasília). O edital do procedimento permanece inalterado e está disponível no site do Município de Mirassol d'Oeste e na plataforma Licitanet. Mirassol d'Oeste, 17/08/23. Luiz Gabriel Martins - Pregoeiro.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

**LICITAÇÃO**
**NOTIFICAÇÃO 001/2023**

**NOTIFICAÇÃO 001/2023**

EMPRESA NOTIFICADA:

**FLY TECNOLOGIA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA**

**CNPJ n.º 11.475.479/0001-39**

**OBJETO:** Notificação Da Empresa **FLY TECNOLOGIA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n.º **11.475.479/0001-39**, vencedora no Pregão Eletrônico n° 10/2023, que gerou a Ata de RP n° 67/2023, cujo objeto visa a futura e **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/MATERIAL PERMANENTE e ELETRODOMÉSTICOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE NOBRES – MT.** Devidamente firmado por sua **representada neste ato pela Sra. Laura Ap. Pinheiro Santos, portadora do CPF nº 426.340.671-00.**

**Dos Motivos da Notificação:**

Foi encaminhado ao setor de licitações e contratos, C.I das secretarias municipal de Fiscalização e Tributos, relatando quanto o atraso no fornecimento da mercadoria solicitada através da Ordem de fornecimento n° 2918/2023, desde 31/05/2023, tempo este suficiente para entrega.

Considerando o prazo extrapolado, e diversas tratativas com a Empresa, sem sucesso gerando transtornos a administração e, com base na Ata de Registro de Preço 67/2023, firmada com o município de Nobres/MT, em sua Quarta Cláusula que diz:

***4.1. O prazo de entrega dos produtos será de até 8(oito) dias uteis após o recebimento da Autorização de fornecimento na sede da secretaria solicitante e a entrega dos matérias solicitados nesta, deverá ser realizada em remessa única.***

Considerando, o descumprimento do prazo de entrega estipulado, a partir desta data fica a empresa acima **NOTIFICADA COM ADVERTÊNCIA**, sobre pena de **MULTA**, para o cumprimento das obrigações pactuadas dentro no **PRAZO DE 12 HORAS**, e cumpra com entrega da Ordem de Fornecimento, caso não ocorra, serão aplicadas as sanções cabíveis, abertura de Processo Administrativo e convocação do 2° Classificado no certame, acordo com a Cláusula Oitava que nos traz:

***13.1. A contratada fica sujeita as sanções definidas na Lei Federal nº 8666/1993 e alterações posteriores.***

***13.2. A Contratada estará sujeitada por falhas, irregularidades ou pelo não cumprimento dos prazos e demais condições/obrigações estipuladas, às seguintes penalidades, isoladas ou cumulativamente:***

***Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:***

***I - Advertência;***

***II - Multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;***

***III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;***

Diante dos fatos apresentados é evidente que a Empresa, ao participar do Certame, tem plena consciência das cláusulas ali estabelecida o que não resta dúvidas das obrigações pactuadas.

Considerando a disposição da Administração Pública em reavaliar à contratação em um novo estudo, à conveniência e oportunidade no que concerne ao objetivo do presente Processo Licitatório, com a possibilidade de se proceder com a sua readequação às necessidades da Administração, uma vez que não houve por parte da administração a intenção de prejudicar o andamento interno e externo do processo.

Decide por **NOTIFICAR COM ADVERTÊNCIA**, com base e de acordo com as diretrizes previstas na Lei 8.666/1993, a Empresa Contratada para que a partir do recebimento desta, **CUMPRA COM O *PRAZO*** estabelecido. Considerando que tais ocorrências, vem causando riscos e prejuízos a administração e, será tomada as providências cabíveis, seguidas de multas e sanções, com idoneidade de licitar com a Administração Pública por 02 anos.

Portanto, levando em consideração o Princípio do Contraditório e da Ampla Defesa, fica a empresa ciente que poderá apresentar justificativas devidamente fundamentadas, sobre a irregularidades apontadas, no prazo de 12 (doze) horas após o recebimento desta, onde caberá ao Município de Nobres/MT aceitá-las.

Publica-se.

Nobres, 16 de agosto de 2023.

**Leidinete Santana**

Gerente de Sec. de ADM

**DECRETO Nº. 096/2023**

DECRETO Nº. 096/2023

*"Dispõe sobre a PROGRESSÃO DE NÍVEL de servidores Públicos Municipais efetivos, conforme dispõe a Lei 1.297/2013".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **LEOCIR HANEL**, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, **DECRETA:**

**Art. 1º. Conforme parecer da comissão especial instituída para análise de promoção de servidores efetivos Municipais instituídos pela portaria 205/2022, resolve conceder a progressão de nível conforme quadro abaixo.**

| SERVIDORES | NÍVEL ATUAL | PROGRESSÃO |
|---|---|---|
| BENEDITA LOURDES DE FRANÇA DE SOUZA | C/4 | C/5 |
| CELIA GOMES FERREIRA DELFINO DE ARAUJO | C/2 | C/3 |
| GLAUBER DOS SANTOS FERNANDES | B/4 | B/5 |
| JESIEL LIMA DOS REIS | B/2 | B/3 |
| LUIZ CARLOS DA SILVA | C/1 | C/2 |
| ROSILENE APARECIDA DA SILVA | C/3 | C/4 |

| | | |
|---|---|---|
| VALERIA FRANÇA GARBIN | C/1 | C/2 |
| VALDIONORA DAMACENO | C/1 | C/2 |

**Art. 2º** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir do dia 01/08/2023, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nobres/MT, em 14 de agosto de 2023.

*Leocir Hanel*

**Prefeito Municipal de Nobres**

**ANULAÇÃO DA PUBLICAÇÃO**

A prefeitura municipal de Nobres – MT, através do setor de Administração, torna público aos interessados a ANULAÇÃO DA PUBLICAÇÃO do EDITAL Nº 01/2023, cujo motivo alteração do endereço contido na citação ( X-DA APRESENTAÇÃO DOS PROJETOS ), publicado no dia 16 de Agosto de 2023 • Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso • ANO XVIII | N° 4.299, as Páginas . 203,204,205,206 e 207.

**LICITAÇÃO**
**EXTRATO CONTRATOS**

**PROCESSO Nº 69/2023**

**INEXIGIBILIDADE 10/2023**

**CONTRATO N° 048/2023 –** Celebrado Entre A Prefeitura Municipal De Nobres e a Empresa**ESPÓLIO DORNILIO LOYOLA VISITAÇÃO**, inscrita no CPF n° 119.527.769-53. **Objeto: - O OBJETO DESTE CONTRATO É A CESSÃO DE USO, A TÍTULO ONEROSO, DE UMA ÁREA, MEDINDO 5 (CINCO HECTARES) DE SUPERFICIE PARA A EXPLORAÇÃO DE JAZIDA DE CASCALHO, COM AS COORDENADAS GEOGRÁFICAS 14°46´56.00°20'15.61´´O. O IMÓVEL ESTÁ LOCALIZADO AS MARGENS DA BR 163/364, KM 544,5 – ZONA RURAL, NO MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT. CONFORME ESCRITURA PÚBLICA E MATRÍCULA N° 21198. Valor Global** R$ 270.000,00 (duzentos e setenta mil reais). **Data:** 10/08/2023. **Assinam** – Sr. Leocir Hanel – Prefeito Municipal De Nobres e **ESPÓLIO DORNILIO LOYOLA VISITAÇÃO** - contratado.

**PROCESSO Nº 73/2023**

**INEXIGIBILIDADE 12/2023**

**CONTRATO N° 049/2023 –** Celebrado Entre A Prefeitura Municipal De Nobres e a Empresa**FABRINA ELY GOUVEA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA**, inscrita no CNPJ nº 09.606.806/0001-00. **Objeto: - O presente instrumento contratual tem por objetivo a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO E CONFECÇÃO DE LESGILAÇÃO MUNICIPAL DE NOBRES/MT.. Valor Global** R$ 90.000,00 (noventa mil reais). **Data:** 15/08/2023. **Assinam** – Sr. Leocir Hanel – Prefeito Municipal De Nobres e **FABRINA ELY GOUVEA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA** - contratado.

**DECRETO Nº. 092/2023**

DECRETO Nº. 092/2023

*"Dispõe sobre a PROGRESSÃO DE NÍVEL de servidores Públicos Municipais efetivos, conforme dispõe a Lei 1.297/2013".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **LEOCIR HANEL**, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, **DECRETA:**

**Art. 1º**. **Conforme parecer da comissão especial instituída para análise de promoção de servidores efetivos Municipais instituídos pela portaria 295/2023, resolve conceder a progressão de nível conforme quadro abaixo.**

| SERVIDORES | NÍVEL ATUAL | PROGRESSÃO |
|---|---|---|
| NEUZA ALBUQUERQUE DA SILVA | C/5 | C/6 |

**Art. 2º** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir do dia 01/07/2023, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nobres/MT, em 14 de Agosto de 2023.

*Leocir Hanel*

**Prefeito Municipal de Nobres**

**EDITAL Nº 01/2023 O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA**

**EDITAL Nº 01/2023**

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA vem tornar pública a abertura do processo de seleção de projetos para inclusão no seu Banco de Projetos da Criança e do Adolescente.

**I – OBJETO**

O presente instrumento visa regulamentar e publicar o procedimento de inscrição e seleção de projetos públicos e privados voltados à promoção e defesa dos direitos da infância e da adolescência bem como dispor sobre a captação de recursos junto a pessoas físicas e jurídicas, que passarão a constar do Banco de Projetos da Criança e do Adolescente do CMDCA, passando, assim, a serem considerados aptos a receber financiamento com os recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA conforme previsto na Lei nº 8.069/90.

**II – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

a) O presente processo de seleção pública será regido pela Lei nº 8.666/93, Lei nº 3.998/12, Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990 que instituiu o Estatuto da Criança e do Adolescente, na Resolução nº 137, de 21 de janeiro de 2010 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, nas Normativas do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso e Leis Orçamentárias vigentes, no que couber, e obedecerá aos seguintes princípios gerais: *procedimento formal; publicidade dos atos; isonomia entre os proponentes participantes; sigilo na apresentação das propostas; vinculação ao edital; julgamento objetivo; adjudicação compulsória aos proponentes que tiverem seus projetos selecionados*. b) Os

projetos serão apresentados ao CMDCA, que os submeterá à Comissão de

Orçamento e Fundo, que por sua vez apresentará parecer conclusivo para deliberação da Plenária do CMDCA.

c) Os projetos serão classificados de acordo com os critérios previstos neste Edital, separados pelas linhas de financiamento estabelecidas a partir dos eixos definidos pela Comissão de Orçamento e Fundo do CMDCA para 2019 e atendidos até o limite de recursos orçamentários e financeiros disponíveis para o correspondente exercício. **III – FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS** a) Os documentos e os projetos deverão ser encaminhados em separado, devidamente lacrados e rubricados, em envelopes distintos, protocolados no endereço: *Conselho Municipal Dos Direitos Da Criança E Do Adolescente CMDCA* – Rua: Miranda, s/ nº, Bairro: Ponte de Ferro - Nobres/MT, CEP 78.460.000. b) Os projetos (Projeto Básico e Plano de Trabalho) deverão ser apresentados em formulários específicos em uma única via, devendo conter rubricas em todas as páginas. Além da cópia impressa deverá ser encaminhada uma cópia digital de todo o projeto (arquivo gravado em pendrive). Os formulários relativos ao Projeto Básico e Plano de Trabalho estarão disponíveis no sítio da Prefeitura Municipal de Nobres: www.nobres.mt.gov.br e na secretaria executiva do CMDCA, de segunda a sexta feira, das 07h às 11h e das 13h às 17h, na Secretaria Municipal de Assistência Social. c) Não serão aceitos documentos e projetos enviados por fax ou correio eletrônico, projetos com itens e/ou componentes incompletos e projetos elaborados em formulários diferentes daqueles divulgados para esta seleção. **IV – DO PROCESSO DE SELEÇÃO 1 – CONDIÇÕES GERAIS** a) Poderão participar desta seleção pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, declaradas de utilidade pública, sediadas e com atuação comprovada em atividades socioassistenciais com crianças e adolescentes no município de Nobres

/MT e organizações governamentais em conformidade com o art. 15 da Resolução

nº 137 do CONANDA, estando condicionadas à apresentação de no máximo (02) dois projetos para financiamento em eixos distintos;

b) Os projetos propostos pelas organizações governamentais só serão apreciados se seus respectivos programas, voltados à criança e ao adolescente, estiverem devidamente inscritos no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) da Municipalidade; c) As propostas de projetos apresentadas por organizações não governamentais somente serão apreciadas se a organização proponente estiver devidamente registrada no CMDCA da Municipalidade; d) Os projetos submetidos a presente seleção deverão indicar, dentre as linhas de financiamento definidas neste Edital, aquela de atuação principal; e) A captação de recursos ao FMDCA, referida no parágrafo anterior, deverá ser realizada pela instituição proponente, através de doações casadas, efetuadas dentro do período de 01 de abril de 2019 a 06 de maio de 2019, para o financiamento do respectivo projeto conforme disposto no art. 13, § 2º da Resolução nº 137 de 21 de janeiro de 2010 do CONANDA. f) De acordo com o contido no art. 13, § 6º da Resolução nº 137 de 21 de janeiro de 2010 do CONANDA a chancela do projeto não deve obrigar seu financiamento pelo Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, caso não tenha sido captado valor suficiente; g) O Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá financiar apenas os projetos, serviços e programas complementares ou inovadores, por tempo determinado, não excedendo a 2 (dois) anos, da política de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente em consonância com o art. 15, inciso I, da Resolução nº 137/10 do CONANDA; h) De acordo com o art. 16, inciso IV, da Resolução 137 do CONANDA não poderá ser financiado com recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente as políticas públicas sociais básicas, em caráter continuado, e que disponham de fundo específico, nos termos definidos pela legislação pertinente **V – DAS LINHAS DE FINANCIAMENTO 1. Linha I (Eixo Políticas Públicas):** a) Projetos voltados à realização de diagnósticos da situação da criança e do adolescente em situação de vulnerabilidade social; b) Projetos voltados à erradicação do trabalho infantil e à proteção e qualificação do trabalho do adolescente; c) Projetos voltados ao enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes; d) Projetos que visem o enfrentamento ao uso de drogas lícitas e ilícitas e acompanhamento de dependentes químicos e jovens com transtornos pós-traumáticos e suas famílias; e) Projetos que visem à realização de ações culturais e esportivas para criança e adolescente; f) Projetos que visem à promoção de serviços socioassistenciais voltadas para crianças e adolescentes, inclusive portadores de necessidades especiais - PNE; g) Projeto de apoio e de mobilização as ações de capacitação para a rede de turismo do município na prevenção da exploração sexual infantil; h) Projetos que possibilitem a aprendizagem e a sua inserção no mercado de trabalho -1º emprego; i) Projetos voltados a acolhimento institucional de crianças e adolescentes; j) Projetos de fortalecimento de vínculos familiares e comunitários voltados para crianças e adolescentes; k) Projetos de estimulo para autonomia, cooperação, cidadania e protagonismo voltados para crianças adolescentes. **2. Linha II (Plano de Ação):**

a) Projetos que fomentem ações de protagonismo com adolescentes em conflito com a Lei, no Município de Nobres/MT, com práticas formativas em diversas oficinas

culturais, formação cidadã e qualificação profissional para inserção no mercado de trabalho em igualdade de condições;

**3. Linha III (Eixo Apoio aos operadores do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, de acordo com o art. 15, inciso IV e VI da Resolução nº 137/10 do CONANDA):** a) Projetos que visem à capacitação e formação profissional continuada dos operadores do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente; b) Projetos cujas ações são voltadas ao fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente e na articulação para a defesa dos direitos da criança e do adolescente. **VI – DOS CRITÉRIOS TÉCNICOS DE ANÁLISE** a) A avaliação dos projetos apresentados pelas organizações não governamentais será realizada pela Comissão de Orçamento e Fundo, definida em Plenária do CMDCA, composta por Conselheiros governamentais e não governamentais, que apresentará os projetos previamente avaliados, em reunião ordinária, para deliberação da Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, que selecionará tantos projetos quantos forem possíveis atender com recursos existentes, observando os seguintes critérios: b) Consonância do projeto com a legislação e normativas vigentes relacionadas à criança e ao adolescente, em especial ao Estatuto da Criança e do Adolescente e aos Planos Nacionais aprovados pelo CONANDA, bem como na Resolução nº 137, de 21 de janeiro de 2010, seção IV. Art. 16, inciso V, que dispõe: “Deve ser vedada a utilização dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, para despesas que não se identifiquem diretamente com a realização de seus objetivos ou serviços determinados pela lei que o instituiu, exceto em situações emergenciais ou de calamidade pública,

previstas em lei. Esses casos excepcionais devem ser aprovados pelo plenário do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente”;

c) Além das condições estabelecidas no caput anterior, deve ser vedada ainda a utilização dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente para: investimentos em

aquisição, construção, reforma, manutenção e/ou aluguel de imóveis, ainda que de uso exclusivo da política da infância e da adolescência;

d) No processo de seleção dos Projetos, serão observados: I) O atendimento ao Estatuto Social, objetivos e missão da Entidade proponente; II) Observância a todas as solicitações contidas no presente Edital; III) Articulação do Projeto com a rede de atendimento - parcerias na execução; IV) Mérito - intencionalidade do projeto; V) Relevância - importância do projeto perante a realidade local; VI) Impacto social - transformações a que se propõe realizar; VII) Viabilidade técnica e financeira. e) Serão negados os Projetos que: I) Não atenderem ao presente Edital; II) Não atenderem aos

prazos previstos no Edital; III) Com apresentação parcial dos documentos solicitados para a habilitação; IV) Não atenderem a formulário do projeto. **VII - DA METODOLOGIA DE ANÁLISE DOS PROJETOS**

1. As propostas serão avaliadas pela Comissão de Orçamento e Fundo, em três fases distintas:

a) **HABILITAÇÃO:** Nesta fase será julgada a condição de habilitação da proponente para participar da presente seleção Pública, onde será considerado, obrigatoriamente, o cumprimento do presente Edital; b) **AVALIAÇÃO**: O Pleno do CMDCA irá analisar e avaliar os projetos apresentados; c) **CLASSIFICAÇÃO**: os projetos serão classificados de acordo com os critérios definidos, pela Comissão de Orçamento e Fundo, e serão apresentados em reunião ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, para apreciação e deliberação dos projetos que serão financiados através do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. **VIII - DA QUANTIDADE DE PROJETOS POR ORGANIZAÇÃO**

a) As organizações não governamentais poderão apresentar mais de 01 (um) projeto no presente edital, com possibilidade de financiamento de até 02 (dois) projetos.

**IX - DAS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS**

a) As propostas de projetos de organização não governamental somente serão consideradas aprovadas, se a proponente estiver devidamente registrada no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

**X - DA APRESENTAÇÃO DOS PROJETOS** a) O período para entrega dos projetos para análise do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será de **15/08/2023 a 31/08/2023,** no horário das **07h às 11h e das 13h às 17h**, na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social, na sala de Controle Social, junto à Secretaria Executiva do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, situada a Avenida das Seriemas, nº 2119 W, Bairro Residencial das Acácias; Parágrafo único - O Projeto deverá ser acompanhado de: I) Apresentação do projeto, conforme formulário, anexo I; II) Documentos elencados no anexo II; III) Ofício dirigido ao Presidente do CMDCA, encaminhando o projeto, bem como a documentação solicitada. b) A aplicação dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será restrita ao que foi solicitado no projeto apresentado selecionado e aprovado pelo CMDCA; c) Os projetos apresentados e seus anexos, que não forem selecionados e priorizados pela Plenária serão devolvidos à entidade; d) O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, tornará público, na página eletrônica do município - www.nobres.mt.gov.br, nomes dos projetos analisados e aprovados pelo CMDCA, para conhecimento público; e) Após a definição do CMDCA, serão publicados na página eletrônica do Município www.nobres.mt.gov.br, os projetos aprovados e que serão financiados pelo Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. **XI - DA DURAÇÃO DO FINANCIAMENTO** a) O financiamento dos projetos aprovados com recursos Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente terão a duração de **04 (quatro) meses**, podendo ser renovado por igual período, desde que o projeto seja novamente apreciado e aprovado pelo CMDCA; b) A Entidade que necessitar de aditamento de Convênio deverá fazê-lo, por escrito ao CMDCA, com 30 dias de antecedência do término do mesmo. **XII – DO CRONOGRAMA ATIVIDADES / ATOS PERIODO**

Publicação do edital **15/08/2023**

Recebimento dos envelopes relativos aos projetos pelo CMDCA **15/08/2023 a 31/08/2023**

Abertura dos envelopes relativos aos projetos **01/09/2023**

Elaboração de pareceres conclusivos e encaminhamento para a plenária do CMDCA

**15/09/2023**

Deliberação e publicação do resultado da seleção **19/09/2023**

Assinatura do Convênio e repasse de recursos **20/09/2023 a 22/09/2023**

**XIII - DO ACOMPANHAMENTO** 1. O CMDCA realizará o acompanhamento sistemático das atividades desenvolvidas pelas organizações conveniadas, através do monitoramento e avaliação de relatórios, visitas em qualquer fase do desenvolvimento das atividades e reuniões com as organizações. 2. Os proponentes deverão encaminhar relatórios mensais, contendo a relação de crianças e adolescentes atendidos e as ações realizadas de acordo com as metas estabelecidas no projeto. 3. As pessoas físicas ou jurídicas que efetuarem doações ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente com o objetivo de apoiar um ou mais projetos aprovados nesta seleção pública, que passarão a fazer parte do Banco de Projetos do Conselho, poderão participar do monitoramento acima mencionado, na forma e condições estabelecidas pela Plenária do CMDCA, além de acompanharem a aplicação dos recursos, gozando, ainda, dos benefícios fiscais atribuídos aos doadores do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. 4. Semestralmente o Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente fará um balanço dos projetos em curso, publicado na página eletrônica da Prefeitura Municipal, com relatório avaliativo acerca da qualidade, pertinência, densidade e coerência dos projetos sob o ponto de vista de seu objeto e de sua localização geográfica, tendo em vista os eixos prioritários de ação definidos pelo CMDCA, com vistas a orientar as políticas na área da infância e juventude. **XIV – DO FINANCIAMENTO** 1. Os recursos doados diretamente a conta do FMDCA poderão ser repassados aos proponentes vencedores que não conseguirem captar valores suficientes para execução dos Projetos a qual seguirá os critérios estabelecidos em deliberação pelo CMDCA, após o levantamento do total arrecadado pelo fundo e das disponibilidades orçamentárias. 2. O apoio financeiro será formalizado por Convênio e a forma de repasse será a de Contribuição entre o Município, o CMDCA e os proponentes vencedores, na ordem decrescente da classificação final e de acordo com os recursos disponíveis para a respectiva linha de financiamento. 3. A formalização de convênios está sujeita às condições estabelecidas pela legislação e normas em vigor e pelas disposições contidas na Constituição Federal/88 (art.37), na Lei nº 4.320/64, no art. 116, da Lei nº 8.666/93. 4. A organização que tiver o projeto classificado nesta seleção deverá apresentar ao CMDCA a declaração do banco de abertura e/ou existência de conta bancária específica para depósito, em banco oficial, no prazo máximo de 03 dias úteis após o envio do ofício

supracitado. A apresentação do referido documento é obrigatória à formalização do convênio.

5. Os recursos financeiros serão repassados do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente diretamente para a conta bancária específica indicada pela organização e em número de parcelas previstas no Convênio. 6. O financiamento dos projetos selecionados terá a duração de 04 (quatro) meses, podendo ser renovado pelo mesmo período, salvo hipóteses de relevante interesse público, casos em que poderá ser renovado por um prazo maior a ser definido pela Plenária do CMDCA. 7. O financiamento não cobrirá despesas com: a) cerimonial (a exemplo de coffee-break, coquetéis, ornamentação, mestre de cerimônia); b) custos administrativos de manutenção e funcionamento da instituição proponente (luz, água, telefone, aluguel de imóvel, entre outros); c) realização de despesas a título de taxa de administração, gerência ou similar; d) gratificação, consultoria, assistência técnica, coordenação ou qualquer espécie de remuneração a servidores públicos estaduais e municipais integrantes da administração direta ou indireta; e) pagamento de encargos bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive aquelas decorrentes de pagamento ou recolhimento fora do prazo; f) investimentos em aquisição, construção, reforma, manutenção e/ou aluguel de imóveis públicos e/ou privados, ainda que de uso exclusivo da política da infância e da adolescência; g) demais vedações legais. **XV – DA PRESTAÇÃO DE CONTA** a) Descrição detalhada dos materiais ou serviços adquiridos/contratados para fortalecer as ações dos projetos. b) Quando os materiais ou serviços discriminados no comprovante de despesa forem efetivamente entregues ou prestados

a instituição realize a atestação do comprovante de despesa adicionando a informação declaro que os materiais foram entregues ou serviços prestados utilizando carimbo e assinatura do responsável pela instituição. c) Aplicação dos recursos poderão ser utilizados somente para execução de despesa referente aos itens presentes no projeto. d) O valor disponível em conta corrente findado o prazo para execução do projeto, a sobra ou a não utilização do recurso deverá ser inteiramente devolvidos ao Fundo Municipal da Criança e Adolescente. e) Os recursos concedidos pelo Fundo Municipal da Criança e Adolescente que sendo utilizados de forma indevida seja por não autorização de despesa por não previsão do item adquirido no projeto a instituição deverá fazer transferência para o fundo do valor utilizado indevidamente anexar o recibo do depósito na documentação da prestação de contas. f) A referida prestação de contas deverá conter três orçamentos. g) Notas fiscais devidamente atestadas pelo responsável pela instituição. h) Comprovante de pagamentos transferências bancárias em nome do favorecido. i) Declaração que os materiais foram entregues ou serviços prestados a instituição. j) Registro de fotos na entrega dos materiais, na execução dos projetos e culminância k) A equipe do CMDCA visitará as instituições para avaliar os resultados alcançados com as ações desenvolvidas durante a execução dos projetos.

m) A não entrega da prestação de contas no encerramento do ano letivo ao qual o projeto foi executado a instituição deverá fazer a devolução do recurso integralmente ao Fundo Municipal da Criança e adolescente.

**XVI - AS PENALIDADES** a) O descumprimento, total ou parcial, das obrigações assumidas acarretará a aplicação, a juízo da Plenária do CMDCA, das seguintes sanções, independentemente da rescisão do Convênio, facultada a defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis: I) Advertência; II) Suspensão das parcelas; III) Multa, na forma prevista no Convênio; IV) Suspensão temporária do direito de apresentar projetos junto ao CMDCA; V) Nos casos apurados de má utilização dos recursos ou de desvio de finalidade, será obrigatória a devolução dos valores liberados, sem prejuízos das sanções criminais, cíveis e administrativas; VI) Demais penalidades previstas em lei. **XVII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS** 1. Cabe à Plenária do CMDCA deliberar sobre as questões omissas neste Edital. 2. Este Edital passará a vigorar na data de sua publicação. **XVIII – ANEXO AO EDITAL**

1. Anexo I - Roteiro de Elaboração do Projeto e do Plano de Trabalho.

**ANEXO I 1. APRESENTAÇÃO DO PROJETO Resumo executivo (contracapa):**

O que está sendo solicitado ao CMDCA?

Qual a linha de financiamento (Eixo de vinculação)? Qual é o foco do projeto?

Qual será o público beneficiado pelo projeto? Quantos serão atendidos? Qual é a área geográfica de abrangência?

Qual o objetivo do projeto?

Quais são as principais ações previstas?

Que resultados você espera alcançar? Em que tempo? Qual o valor total do projeto?

Qual o valor a captar junto ao FMDCA?

Há outros apoiadores e parceiros? Quem são eles?

**2. APRESENTAÇÃO DA INSTITUIÇÃO** 2.1. Responsável pelo projeto:

CPF:

Qualificação profissional:

Registro profissional:

E-mail:

Equipe técnica e respectiva qualificação profissional: a)

b)

**2.2 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO** I - Nome da Instituição Nº Lei de Utilidade Pública

Ano de Fundação

CNPJ Estatuto Registrado

Sim Não

Endereço Completo Bairro Município UF CEP E-mail

DDD/Fone/Fax Agência Conta Corrente Banco

Endereço da EXECUÇÃO DO PROJETO CMDCA– Registro/Data CMAS – Registro/Data

**II – IDENTIFICAÇÃO DO PRESIDENTE DA INSTITUIÇÃO**

Nome do Dirigente CPF Cargo ou Função Vigência do Man

dato

Nº RG Expedição/Data Órgão Expedidor Endereço Residencial Completo

Fone Residencial Município CEP UF

III – IDENTIFICAÇÃO DO DIRETOR /COORDENADOR

Nome do Dirigente/Coordenador da Instituição CPF Cargo ou Função Vigência do

Manda to

Nº RG Expedição/Data Órgão Expedidor Endereço Residencial Completo

Fone Residencial Município CEP UF

**2.3 HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO**

Descreva sucintamente como a instituição surgiu, as ações que desenvolve ou já desenvolveu (MÁXIMO 30 LINHAS).

**3. APRESENTACAO DO PROJETO**

Nome do Projeto:

Valor a Conveniar: Período de Execução Nº de parcelas: Inicio Fim

Valor das parcelas:

BENEFICIÁRIO DIRETO: (faixa etária, principais vulnerabilidades, número de beneficiados e oriundos de qual região)

**BENEFICIÁRIOS INDIRETOS:**

**Problema:** Neste espaço a proponente deve apresentar a **situação problema**, através de questionamentos aos quais a proposta ira responder depois de implementada.

**Oportunidades:** Neste espaço a proponente deve apresentar uma síntese do que o plano de

trabalho vai impactar de melhoria a seu público alvo.

**Demanda Existente: Metas/Produtos/resultados esperados**

Indicar e quantificar metas, produtos e resultados esperados de modo a permitir a verificação de

seu cumprimento, além da identificação dos beneficiários (direta e indiretamente) do projeto. As

metas devem dar noção da abrangência da ação a ser realizada.

**Política de Atendimento:** Neste espaço a proponente deve apresentar a forma de atendimento

pretendido, bem como os dias de atendimento e horários ofertados ao público que será atendido.

**4. JUSTIFICATIVA DO PROJETO**

Justifique a necessidade do Projeto junto ao público alvo e toda comunidade (máximo 40 linhas).

**5. OBJETIVOS** *5.1 Objetivo Geral*

Descreva de maneira clara e sucinta (máximo 10 linhas)

5.2 Objetivos específicos Ações PRAZOS Ações- A.

Ações- B.

Ações- C.

Desmembre o objetivo geral em até 05 específicos. Cada ação do Projeto deverá ser relacionada com os objetivos específicos

**6. DESENVOLVIMENTO DO PROJETO**

Descreva como a instituição desenvolverá o projeto aqui proposto de modo que alcance os objetivos acima citados. (máximo 30 linhas).

**7. METODOLOGIA**

(Máximo 20 linhas)

**8. COMO A COMUNIDADE IRÁ PARTICIPAR DO PROJETO?**

**9. COMO O PROJETO PRETENDE INTERAGIR COM POLÍTICAS PÚBLICAS?**

**10. - AVALIACÃO DO PROJETO**

(Avaliação de resultados)

Objetivos específicos Perguntas de avaliação

Indicadores Formas de verificação

Periodicidade 1. 01.

2. 02.

*Obs. Utilizar quadro conforme objetivos específicos descritos no projeto.*

**11. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO**

Setembro, Outubro, Novembro e Dezembro

**12. PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS CÓDIGO NATUREZA DE GASTOS VALORES**

Folha de pagamentos Obrigações patronais

*CONFORME DESDOBRAMENTO (PIS, FGTS, INSS)*

Material de consumo

*DETALHAR CONFORME DESDOBRAMENTO*

(Material de expediente, material pedagógico, material didático, material educativo e esportivo), etc. Material de distribuição gratuita, Serviços de terceiros pessoas físicas ou jurídicas

*DETALHAR CONFORME DESDOBRAMENTO*

Material permanente (equipamento)

*DETALHAR CONFORME DESDOBRAMENTO*

Nobres/MT, 15 de Agosto de 2023.

Edna Silva

**Presidente do CMDA**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**

**CONTRATO TEMPORARIO POR TEMPO DETERMINADO Nº 170/2023**

**CONTRATANTE**: Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento - MT.

**CONTRATADO**: Thomas Edson Cintra de Aquino

**OBJETO**: atividades inerentes à função de Apoio Municipal

**Cargo:** Apoio Municipal

**VIGENCIA:** 17/08/2023 à 16/08/2024

**DOTAÇÃO**: **004.004008.3.1.90.04.00.1.1.500- FICHA 478.**

**CONTRATO TEMPORARIO POR TEMPO DETERMINADO Nº 171/2023**

**CONTRATANTE**: Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento - MT.

**CONTRATADA**: Ana Paula da Costa

**OBJETO**: atividades inerentes à função de Professora

**Cargo:** Professora

**VIGENCIA:** 17/08/2023 à 20/12/2023

**DOTAÇÃO**: **005.2008.3.1.90.04.00.1.1.540- FICHA 151.**

**CONTRATO TEMPORARIO POR TEMPO DETERMINADO Nº 172/2023**

**CONTRATANTE**: Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento - MT.

**CONTRATADA**: Evelyn Clara da Silva

**OBJETO**: atividades inerentes à função de Psicologa

**Cargo:** Psicologa

**VIGENCIA:** 17/08/2023 à 16/08/2024

**DOTAÇÃO**: **006.2022.3.1.90.04.00.1.1.500- FICHA 206.**

Nossa Senhora do Livramento – MT, 16 de Agosto de 2023.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

**DEPTO LICITAÇÃO**
**TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 018/2023**

Nos termos do Artigo 26 da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, RATIFICA-SE a Dispensa de Licitação nº. 018/2023, Processo Licitatório n° 098/2023, na **AQUISIÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS PARA O TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA DO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES – MT,** nas condições e especificações contidas no termo de Referência.

CONTRATADA: **INDUSTRIA QUIMICA CMT LTDA**

CNPJ N° **10.717.170/0001-45**

VALOR TOTAL **R$ 6.850,00** (seis mil oitocentos e cinquenta reais).

A comissão informa ainda, que os autos do Processo se encontram com vistas franqueadas aos interessados a partir da data desta publicação, nos dias úteis no horário de expediente da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes/MT.

Registra-se, Publique-se, Cumpra-se.

**Nova Bandeirantes - MT, 16 de agosto de 2023.**

_____

**CÉSAR AUGUSTO PÉRIGO**

Prefeito Municipal

**DEPTO LICITAÇÃO**
**ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 018/2023**

Homologo a Presente Dispensa de Licitação nº. 018/2023, Processo Licitatório n° 098/2023 adjudicando a **AQUISIÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS PARA O TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA DO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES – MT,** nas condições e especificações contidas no termo de Referência.

Adjudique-se a empresa:

**CONTRATADA: INDUSTRIA QUIMICA CMT LTDA**

CNPJ N° **10.717.170/0001-45**

VALOR TOTAL **R$ 6.850,00** (seis mil oitocentos e cinquenta reais).

| Item | Descrição | Unid. | Quant. | Valor Unit. | Valor total |
|---|---|---|---|---|---|
| 01 | ***Barrilha Leve*** | Kg | 500 | R$ 5,80 | R$ 2.900,00 |
| 02 | Sulfato de Alumínio Isento | Kg | 1.000 | R$ 3,95 | R$ 3.950,00 |

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE

**Nova Bandeirantes - MT, 16 de agosto de 2023.**

_____

**CÉSAR AUGUSTO PÉRIGO**

Prefeito Municipal

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA

### IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL (ITR)

**Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)**

**Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003**

**MUNICÍPIO - NOVA BRASILANDIA - MT**

**EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO N° 00006, de 16 de Agosto de 2023.**

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196 /2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Constatação e Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

| Sujeito(s) Passivo(s) | | |
|---|---|---|
| **Nome Completo / Razão Social** | **CPF/CNPJ** | **Termo de Constatação e Intimação (ITR)** |
| HENRIQUE DE OLIVEIRA | 923.090.461-91 | 8981/00037/2023 |
| HENRIQUE DE OLIVEIRA | 923.090.461-91 | 8981/00038/2023 |
| HENRIQUE DE OLIVEIRA | 923.090.461-91 | 8981/00039/2023 |

| Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR |
|---|
| Nome: JEOLLI CERUTTI AMORIM Matrícula: 00003141<br>Cargo: SECRETÁRIA. MUN DE ECONOMIA E FINANÇAS / 22023 Assinatura: |

Data de afixação: 16/08/2023

Data de desafixação: 31/08/2023

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 053/2023

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 053/2023.**

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**

CONTRATADA: **J. C. BARBOSA PIMENTA – BOMBAS INJETORAS.**

CNPJ: **08.657.312/0001-84.**

OBJETO:**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS DA LINHA LEVE E DA LINHA PESADA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA/MT.**

**Valor Total R$ 155.323,60 (Cento e Cinquenta e Cinco Mil, Trezentos e Vinte e Três Reais e Sessenta Centavos).**

ASSINATURA: **27 de julho de 2023.**

VIGÊNCIA: **28 de julho de 2023 até 28 de julho de 2024.**

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei nº 8.666/93.**

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

### EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL AO CONTRATO Nº 053/2020.

**EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL AO CONTRATO Nº 053/2020.**

**CONTRATANTE**: **Município de Nova Brasilândia - MT**

**CONTRATADA: PAULINI CONSTRUÇÕES EIRELI-ME.**

**CNPJ nº 03.155.687/0001-22.**

**OBJETO**: **Rescindir, unilateralmente,** a partir da data de assinatura do presente termo, o **Contrato Administrativo nº 053/2020 e seus aditivos**, firmado entre o município de Nova Brasilândia/MT e a empresa Paulini Construções Eireli-ME, CNPJ nº 03.155.687/0001-22, passando a ter vigência com a assinatura e eficácia com a publicação.

**DATA DE ASSINATURA**: 09 de agosto de 2023.

**FUNDAMENTO:** De acordo com art. 79, inciso II, da Lei nº. 8.666/93.

**Prefeita Municipal:** MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA

### ADMINISTRATIVO
### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 27/2023

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA – MT, através da sua Pregoeira Oficial, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará a licitação na modalidade Pregão Eletrônico n.º 27/2023, cujo objeto é a: **Contratação de Serviço de Implantação e Operação de Gerenciamento da Frota de Veículos, Por Meio de Sistema Informatizado, para Fornecimento de peças e acessórios originais e/ou genuínos e/ou similares dos fabricantes; pneus e óleo lubrificante, graxa, fluidos de freio e aditivo para radiadores que deverão atender a frota de veículos, equipamentos, implementos e máquinas pesadas de toda frota da Prefeitura Municipal de Nova Guarita – MT,** tudo em conformidade com as características técnicas e quantitativos descritos em Edital e nos termos da Lei Federal n. º 8.666/93 e alterações posteriores, neste município de Nova Guarita - MT, com data prevista para **Abertura da Sessão no dia 28/08/2023 às 08:30horas** (**horário de Mato Grosso**) no site www.licitanet.com.br.

Cópias do Edital e maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal localizada na Av. dos Migrantes, Travessa 01, N° 30, em Nova Guarita – MT, no horário das 07:00h às 11:00h e 13:00h às 17:00h ou através do e-mail licitacao@novaguarita.mt.gov.br. O edital encontra-se a disposição dos interessados nos sites www.novaguarita.mt.gov.br e www.licitanet.com.br.

Nova Guarita – MT, em 16 de Agosto de 2023.

Graciela Schuster

**Pregoeira Oficial**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA

**ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS**
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 021/2023 CONCURSO 001/2019**

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 021/2023**

A Prefeitura Municipal de Nova Lacerda, nos termos do disposto no Edital do Concurso Público Municipal n° 001/2019, para atender as necessidades do município e considerando o resultado do Concurso Público Municipal **CONVOCA** os candidatos conforme **ANEXO I** para comparecer na sede da Prefeitura Municipal de Nova Lacerda, sito a Rua 16 de julho, 815, Bairro Centro, munidos dos documentos originais e cópias:

1. Carteira de Identidade – RG;

2. Cartão de Cadastro no Ministério da Fazenda – CPF;

3. Prova de estar quites com as obrigações eleitorais, ou seja, comprovante de votação das eleições 2022:

4. Documento que identifique o número de cadastro no PIS/PASEP, caso possua;

5. Carteira de Trabalho;

6. Título Eleitoral;

7. Comprovante de Residência;

8. Certidão de Nascimento e/ou Casamento (no caso de Certidão de Casamento deverão entregar RG e CPF do cônjuge);

9. Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (acompanhado de Cartão de Vacina para os menores de 06 anos e Comprovante de matrícula para que tem acima de 07 anos);

10. Prova de estar em dias com o serviço militar, no caso do sexo masculino;

11. Uma foto 3x4;

12. Documento que comprove o grau de escolaridade exigida (histórico e certificado e ou diploma);

13. Cópia do cartão ou documento que comprove o número da conta ou agência corretamente.

14. Ter registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade (se for o caso);

15. CNH (se for o caso); e,

16. Declaração de não acúmulo de cargos;

17. Não estar em gozo de benefícios junto ao INSS na data limite para admissão.

18. Não receber proventos de aposentadoria ou remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os casos de acúmulo previstos na Constituição Federal;

19. Não estar afastado junto ao INSS na data limite para admissão.

20. Não registrar antecedentes criminais ou estar respondendo pelos crimes contra: o Patrimônio, Administração, Fé Pública, os costumes e os previstos na Lei nº 11.343 de 23/08/2006 (tráfico de entorpecentes), comprovado através de Certidão Civil e Criminal.

21. Apresentar declaração de bens.

22. Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo, avaliada por Médico do Trabalho, contratado pela Prefeitura Municipal de Nova Lacerda-MT, para avaliação dos exames complementares previstos no Item 2.3.8.2, além da realização do Exame Admissional.

23. Para a realização do Exame Admissional o candidato deverá apresentar também resultado dos seguintes exames complementares que ficarão anexados no atestado admissional, realizados às suas expensas:

a) Hemograma com contagem de plaquetas;

b) Urina rotina;

c) Glicemia de jejum;

d) TSH;

e) Creatinina;

f) Ureia;

g) Anti-HBS quantitativo;

h) Radiografia lombo sacro, tórax e cervical com laudo;

i) Eletrocardiograma (ECG), com laudo;

j) FAN (Fator Antinuclear);

k) VDRL;

l) Atestado de Sanidade Mental emitido pelo psiquiatra;

A convocação será feita através de Edital publicado oficialmente, ao qual o candidato classificado terá o prazo de 30 (trinta) dias para exercer a função, podendo ser prorrogado por mais 30(trinta) mediante requerimento antes da data de vencimento, com justificativa.

A não apresentação e nem requerimento para prorrogação, nos períodos mencionados acima, implicarão na perda do direito à vaga.

**Nova Lacerda – MT, aos 16 dias do mês de agosto de 2.023.**

**Uilson José da Silva**

**Prefeito Municipal**

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO 021/2023**

**ANEXO I**

APROVADOS - CONCURSO PÚBLICO

**AGENTE ADMINISTRATIVO**

| INSCRIÇÃO | NOME | DATA DE NASCIMENTO | L.P. | C.G. | MAT. | NOTA PROVA OBJETIVA | RESULTADO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 453904 | CAMILA NATHALY PEREIRA ASSUNCAO | 11/02/1995 | 25,0 | 5,0 | 20,0 | 50,0 | 15 |
| 453887 | KARINA DE FREITAS MIRANDA | 06/10/1995 | 20,0 | 10,0 | 20,0 | 50,0 | 16 |

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS**
**AVISO DE RESULTADO DA LICITAÇÃO 003/2023**

**AVISO DE RESULTADO DA LICITAÇÃO 003/2023**

**PROC. LICITATÓRIO: 071/2023 PREGÃO ELETRONICO: 003/2023**

**CONTRATANTE:** Prefeitura Municipal de Nova Lacerda-MT

**CONTRATADO: SUNCAR VEICULOS LTDA**

**OBJETO: Registro de preço para aquisição de ambulância de suporte básico simples de remoção, veículo tipo furgão original de fábrica para atender as necessidades da Secretaria de Saúde.**

**PRAZO:** 12 Meses, a partir de 14 de agosto de 2023.

**CONTRATADO:**

**SUNCAR VEICULOS LTDA - VALOR: 264.300,00 (Duzentos e sessenta e quatro mil e trezentos reais)**

**Ata de Registro 40/2023**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA –MT, 16 DE AGOSTO DE 2023.**

**JACSON DOUGLAS NUNES CORDEIRO.**

**Pregoeiro.**

**Portaria no 003/2017**

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS**
**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 40/2023**

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 40/2023**

**PROC. LICITATÓRIO: 071/2023 PREGÃO ELETRONICO: 003/2023**

**CONTRATANTE:** Prefeitura Municipal de Nova Lacerda-MT

**OBJETO: Registro de preço para aquisição de ambulância de suporte básico simples de remoção, veículo tipo furgão original de fábrica para atender as necessidades da Secretaria de Saúde.**

**PRAZO:** 12 Meses, a partir de 14 de agosto de 2023.

**CONTRATADO:**

**SUNCAR VEICULOS LTDA - VALOR: 264.300,00 (Duzentos e sessenta e quatro mil e trezentos reais)**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA –MT, 16 DE AGOSTO DE 2023.**

**JACSON DOUGLAS NUNES CORDEIRO.**

**Pregoeiro.**

**Portaria no 003/2017**

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS**
**DEPARTAMENTO DE LICITACAO E CONTRATOS EXTRATO ADESAO DA ATA DE REGISTRO DE PRECOS DA PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE – MT**

**DEPARTAMENTO DE LICITACAO E CONTRATOS EXTRATO ADESAO DA ATA DE REGISTRO DE PRECOS DA PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE – MT**

PREGÃO ELETRONICO 077/2022 ATA DE REGISTRO DE PREÇO 063/2022

**PRAZO:** 12 Meses, a partir 17 de agosto de 2023

**OBJETO:** Registro de Preço na contratação de empresa especializada em Prestação de serviços de divulgação das ações e campanhas do município através de rádio, televisão, jornal, sonorização, carro e moto som.

**CONTRATADA: OLK SOLUÇÕES EM MARKETING E SERVIÇOS LTDA**

**QUANTIDADES DE ITENS 01 (um) R$ 178.640,00 (cento e setenta e oito mil e seiscentos e quarenta reais).**

Nova Lacerda- MT 16 de agosto de 2023.

Jacson Douglas Nunes Cordeiro

Pregoeiro

**PROCURADORIA JURÍDICA**
**PORTARIA Nº 247/2023**

**DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 065/2023.**

**UILSON JOSÉ DA SILVA,** Prefeito Municipal de Nova Lacerda, estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente em atendimento ao disposto no art. 67, da Lei nº 8.666/93, de 21 de Junho de 1993,

**RESOLVE:**

**1 – Designar** o servidor **GILMAR CABRAL DE OLIVEIRA,** brasileiro,casado, servidor no cargo de Servidor Público, inscrito no CPF/MF sob o nº 012.606.561-60, para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato da Administração Municipal de Nova Lacerda Nº 065/2023.

**2** – Esta Portaria entra em vigor nesta data.

**3 –** Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda, estado de Mato Grosso, em 16 de agosto de 2023.

**UILSON JOSÉ DA SILVA**

**Prefeito Municipal**

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS**
**AVISO DE RESULTADO DA LICITAÇÃO 044/2023**

AVISO DE RESULTADO DA LICITAÇÃO 044/2023

PROC. LICITATÓRIO: 083/2023 PREGÃO PRESENCIAL: 044/2023

OBJETO: Registro de Preço para contratação empresa na prestação de serviços de sonorização e divulgação, atendendo as necessidades das secretarias deste município.

PRAZO: 12 Meses, a partir de 15 de agosto de 2023

CONTRATADO:

K. DA S. NOGUEIRA – 137.890,00 (Cento e trinta e sete mil e oitocentos e noventa reais)

Ata de Registro 039/2023

Prefeitura Municipal de Nova Lacerda – MT, 16 de agosto de 2023.

JACSON DOUGLAS NUNES CORDEIRO.

Pregoeiro.

Portaria no 003/2017

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS**
**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 039/2023**

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 039/2023**

**PROC. LICITATÓRIO: 83/2023 PREGÃO PRESENCIAL: 044/2023**

**CONTRATANTE:** Prefeitura Municipal de Nova Lacerda-MT

OBJETO: Registro de Preço para contratação empresa na prestação de serviços de sonorização e divulgação, atendendo as necessidades das secretarias deste município.

PRAZO: 12 Meses, a partir de 15 de agosto de 2023

CONTRATADO:

K. DA S. NOGUEIRA – 137.890,00 (Cento e trinta e sete mil e oitocentos e noventa reais)

Prefeitura Municipal de Nova Lacerda – MT, 16 de agosto de 2023.

JACSON DOUGLAS NUNES CORDEIRO.

Pregoeiro.

Portaria no 003/2017

**PROCURADORIA JURÍDICA**
**NONO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 068/2021**

CONTRATANTE: A **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA**

CONTRATADA: A empresa **HBJ MONTEIRO SERVIÇOS DE ENGENHARIA EIRELI**

Pelo presente termo aditivo, fica prorrogada a vigência do Contrato até **20 de agosto de 2024 (20/08/2024)**

Fica prorrogado o prazo de execução em **90 (noventa dias),** conforme planilha de cronograma de execução em anexo, **de 17/08/2023 até 15/11/2023.**

O valor a ser aditivado é de **R$ 22.880,60 (vinte e dois mil, oitocentos e oitenta reais e sessenta centavos),** cumprindo assim o reequilíbrio financeiro do contrato, conforme art. 65, inciso II, “d”, da Lei n.º 8.666/93

**Nova Lacerda, em 16 de agosto de 2023**

**PROCURADORIA JURÍDICA**
**CONTRATO Nº 065/2023**

CONTRATANTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA**

CONTRATADA: **F B DEON EIRELI - ME.**

O objeto **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE SUPLEMENTOS ALIMENTARES (LEITE EM PÓ) E INSUMOS PARA DIETA, PARA ATENDER AS DEMANDAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS DE ACORDO COM PRESCRIÇÃO MEDICA POR INTOLERANCIA A ALIMENTOS E PROCESSOS JUDICIAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA LACERDA.**

VIGENTE: 15/08/2023 Á 15/08/2024.

O valor global do referido contrato é de **R$ 14.000,00 (quatorze mil reais).**

Nova Lacerda MT, 15 de agosto de 2023.

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS**
**DEPARTAMENTO DE LICITACAO E CONTRATOS AVISO DE RESULTADO DA LICITACAO ADESAO DA PREFEITURA DE MIRASSOL D’OESTE - MT**

**DEPARTAMENTO DE LICITACAO E CONTRATOS AVISO DE RESULTADO DA LICITACAO ADESAO DA PREFEITURA DE MIRASSOL D’OESTE - MT**

MODALIDADE ATA DE REGISTRO DE PREÇO 063/2022 PREGÃO ELETRONICO PRESENCIAL 077/2022

**PRAZO:** 12 Meses, a partir 17 de agosto de 2023

**OBJETO:** Registro de Preço na contratação de empresa especializada em Prestação de serviços de divulgação das ações e campanhas do município através de rádio..

**CONTRATADA: OLK SOLUÇÕES EM MARKETING E SERVIÇOS LTDA**

**QUANTIDADES DE ITENS 01 (um) R$ 178.640,00 (cento e setenta e oito mil e seiscentos e quarenta reais).**

Nova Lacerda- MT 16 de agosto de 2023.

Jacson Douglas Nunes Cordeiro

Pregoeiro

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS**
**AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL PREGÃO 50/2023**

**AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL PREGÃO 50/2023**

À Prefeitura Municipal de Nova Lacerda, torna público que fará realizar Pregão Presencial 50/2023.

**ABERTURA:** 29 de agosto de 2023 ás 07:30 horas;

CREDENCIAMENTO: das 07:15 ás 07:30 horas;

OBJETO: Registro de Preço na contratação de empresa que sob demanda, prestará serviços de manutenção preventiva (visita periódica) e corretiva (eventuais), com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, com o maior desconto a ser aplicado na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos atendendo a Secretaria de Administração.

**LOCAL**: Prefeitura Municipal de Nova Lacerda, sala de licitações, sito na Rua 16 de Julho, 815, Centro, Nova Lacerda- MT.

Os interessados em adquirir o Edital completo e maiores informações no site: www.novalacerda.mt.gov.br.

Nova Lacerda-MT 16 de agosto de 2023.

JACSON DOUGLAS

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA

**LICITAÇÃO E CONTRATOS**
**RESULTADO DE JULGAMENTO - CHAMADA PUBLICA 007/2023 - CREDENCIAMENTO 006/2023**

**OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS ESPECIALIZADAS NA ÁREA DE SAÚDE, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS, REFERENTE A PLANTÃO, VIAGEM PARA ACOMPANHAMENTO DE PACIENTE E SOBRE AVISO NO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL DAVI GUSTAVO.**

Data da realização: 09/08/2023

Licitantes Vencedoras:

**A) – CLINICA L' ACQUABEVI LTDA, CNPJ: 49.750.048/0001-06,** que apresentou proposta para os **ITENS 1, 2, 3 e 4** totalizando um valor de R$ 447.000,00 (quatrocentos e quarenta e sete mil reais);

**B) –W. PIOVEZAN ROCHA CNPJ: 51.132.323/0001-70,** que apresentou proposta para os ITENS 1, 2, 3 e 4 totalizando um valor de R$ 447.000,00 (quatrocentos e quarenta e sete mil reais);

**C) CLARA PEREIRA LEITE LTDA CNPJ: 47.521.542/0001-73,** que apresentou proposta para **ITEM 1:** totalizando um valor de R$ 337.500,00 (trezentos e trinta e sete mil e quinhentos reais);

**D) PRADO VALDES SERVICOS MEDICOS LTDA CNPJ: 49.409.997/0001-27**, que apresentou proposta para que apresentou proposta para os **ITENS 1, 2, 3 e 4** totalizando um valor de R$ 447.000,00 (quatrocentos e quarenta e sete mil reais);

**Nova Marilândia – MT, 09 de agosto de 2023.**

**PEDRO PAULO CARVALHO FERREIRA**

**PRESIDENTE DA CPL**

**LICITAÇÃO E CONTRATOS**
**AVISO DE ADESÃO 016/2023**

ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2023 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2023

**ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA**: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS-MT

**EMPRESA**: MPRC CONSULTORIA E AUTOMOÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ: 34.987.266/0001-91.

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSULTORIA TÉCNICA DE ENGENHARIA, TELEMETRIA, TELECOMANDO E MONITORAMENTO DE SISTEMAS DE CAPTAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA E COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO SANITÁRIO PARA FORNECIMENTO DE ATÉ 20 EQUIPAMENTOS, CONFORME NECESSIDADE, EM REGIME DE COMODATO, IMPLANTAÇÃO, MONITORAMENTO E INSTALAÇÃO DO SISTEMA DE AUTOMAÇÃO, GERENCIAMENTO E CONTROLE DOS PROCESSOS QUE ENVOLVAM A OPERACIONALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA TRATADA E COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO SANITÁRIO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E SANEAMENTO DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILANDIA-MT.**

**VALOR:** 96.000,00 (Noventa e seis mil reais).

**Nova Marilândia - MT, 16 de Agosto de 2023.**

**PEDRO PAULO C. FERREIRA**

**Presidente da CPL**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ

**LICITAÇÃO**
**EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO 032/2022.**

**TOMADA DE PREÇOS 003/2022.**

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DE UMA REDE DE DRENAGEM EM DIVERSAS RUAS LOCALIZADAS NOS BAIRROS SANTA ROSA, BOA ESPERANÇA, JARDIM EUROPA E JARDIM MAYRA NO MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ MT.**

**OBJETO DO ADITIVO:** Fica prorrogado por mais 120 (cento e vinte) dias o contrato nº. 032/2022 celebrado entre as partes supra discriminadas, a contar do primeiro dia após o termino do prazo original, ou seja, com início a partir do dia 17 de agosto de 2023 e término em 15 de dezembro de 2023.

**CONTRATANTE:** Prefeitura Municipal de Nova Maringá/MT - CNPJ Nº 37. 464.831/0001-24

**CONTRATADO: APUI CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA**, CNPJ nº. 09. 258.862/0001-93,

**FISCAL**: **GESSICA ROSIANE LEITE VENANCIO**

**LICITAÇÃO**
**PRIMEIRO TERMO DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 046/2023.**

**PREGÃO PRESENCIAL 018/2023.**

Pelo presente instrumento, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ**, com CNPJ 37.464.831/0001-24, neste ato representado pela Prefeita Municipal Sr.ª **ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE**, RESOLVE Reajustar os preços da empresa **AUTO POSTO TIBIRISSA NOVA MARINGA LTDA**, inscrito no **CNPJ**: **09.675.468/0001-50**, neste ato representada pelo proprietário senhor **FABIO DE ALMEIDA PAZ PINTO**, tendo em vista o contido na Ata de Registro de Preços n° 046/2023, oriunda do Pregão Presencial n° 018/2023, ajustam e celebram o presente Termo, nos termos da Lei Federal n° 8.666/93, com suas alterações posteriores, e demais dispositivos legais aplicáveis, mediante as cláusulas e condições seguintes:

**1.DO OBJETO**

**1.1.** A presente Licitação tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA ATENDER A FROTA DE VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ - MT,**conforme especificações e condições constantes na Ata, no edital e seus anexos.

**2. DOS PREÇOS**

**2.1.** Os novos preços, o fornecedor e a especificação dos produtos registrados neste Termo de Reequilíbrio, encontram-se indicados na Ata de registro de Preços conforme tabela abaixo:

| **LOTE 03 - ÓLEO DIESEL S-10 E GASOLINA** – PARA ABASTECIMENTO EM "**BOMBA"** NO **MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ-MT**. O PRAZO DE ENTREGA É IMEDIATO APÓS A ORDEM DE FORNECIMENTO E MEDIANTE REQUISIÇÃO. | | | |
|---|---|---|---|
| ITEM | DESCRIÇÃO | VALOR UND ATUAL | VALOR UND APÓS REEQUILIBRIO |
| 02 | **DIESEL S-10 BOMBA** | **R$ 5.63** | **R$ 6.09** |

**3.DA JUSTIFICATIVA**

**3.1. LOTES 03 –** Conforme notícia a Petrobras afirmou segunda (15/08 a Petrobras justificou os aumentos dizendo que os do petróleo se consolida-

ram em outro patamar em que está no limite da sua otimização operacional, incluindo a realização de importações complementares.

**4. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**4.1.** Os demais itens e cláusulas da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 046/2023, PREGÃO PRESENCIAL 018/2023 original permanecem inalteradas.

**Nova Maringá – MT, 16 de agosto de 2023.**

_____

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ**

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE

Prefeita Municipal

_____

**AUTO POSTO TIBIRISSA NOVA MARINGA LTDA**

CNPJ: 09.675.468/0001-50

Empresa Detentora da Ata

_____/ _____

**CRISTIANE MARIA DE JESUS/ DEIBSON CLEI DE CAMPOS**

CPF: 049. ***. ***-** /CPF: 000. ***.***-**

FISCAL DE ATA DE REGISTRO/ SUPLENTE

**LICITAÇÃO**
**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO 089/2023**

**DISPENSA DE LICITAÇÃO N°023/2023**

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO, CONSULTORIA E ASSESSORIA EM TELEFONIA MÓVEL E IP DA PREFEITURA DE NOVA MARINGÁ, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA E ANEXOS.**

**OBJETO DO ADITIVO:** Fica prorrogado por mais 03 (três) meses o contrato nº. 089/2023, celebrado entre as partes supra discriminadas a contar do primeiro dia após o termino do prazo original, ou seja, com início a partir do dia 17 de agosto de 2023 e término em 16 de novembro de 2023.

**CONTRATANTE:** Prefeitura Municipal de Nova Maringá/MT - CNPJ Nº 37. 464.831/0001-24

**CONTRATADO:** CIVOX COMUNICAÇÃO E TELEFONIA LTDA com o CNPJ: 07.193.882/0001-06

**FISCAL**: **ANDERSON CLEITIR BERTE**

**LICITAÇÃO**
**EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO – PRORROGAÇÃO DE PRAZO E VALOR DO CONTRATO 066/2022**

**INEXIGIBILIDADE 010/2022 - CREDENCIAMENTO N.º 005/2022.**

**OBJETO: CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS QUE TENHAM INTERESSE NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NAS ÁREAS DE PSICOLOGIA, ENFERMAGEM, NUTRIÇÃO, FISIOTERAPIA, FONOAUDIOLOGIA, ODONTOLOGIA, ASSISTENTE SOCIAL E MEDICO CLINICO GERAL – PLANTÕES E ATENDIMENTO 40 HORAS.**

**OBJETO DO ADITIVO:** Fica prorrogado por mais 4 (quatro) meses o contrato nº. 066/2022 celebrado entre as partes supra discriminadas, a contar do primeiro dia após o termino do prazo original, ou seja, com início a partir do dia 18 de agosto de 2023 e término em 17 de dezembro de 2023.

**VALOR DA RENOVAÇÃO**: R$ 18.560,00 (dezoito mil quinhentos e sessenta reais)

**CONTRATANTE:** Prefeitura Municipal de Nova Maringá/MT - CNPJ Nº 37. 464.831/0001-24

**CONTRATADO: D.S. PEREIRA PSICOLOGIA**, CNPJ/MF sob nº **46.888. 351/0001-81**

**FISCAL**: **LEOSANDRA APARECIDA PAZ DALLA COSTA – SUPLENTE: DEIBSON CLEI DE CAMPOS**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

**LICITACAO**
**DISPENSA DE LICITAÇÃO 51/2023 ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**DISPENSA DE LICITAÇÃO 51/2023**

**ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

Homologo a presente **Dispensa de Licitação nº 51/2023** Adjudicando o Contrato ao Interessado, conforme Artigo 38, VII, da Lei 8.666/93.

Adjudique-se à: **METALURGICA E CALHAS MONTE VERDE LTDA, CNPJ: 38.301.385/0001-08,** pelo valor global de **R$ 3.433,96 (três mil, quatrocentos e trinta e três reais e noventa e seis reais),** o objeto da presente dispensa de licitação.

**FUNDAMENTAÇÃO:** Art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/93.

**VIGÊNCIA –** 16 de agosto de 2023 a 16 de outubro de 223

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Nova Monte Verde-MT, 16 de agosto de 2023

**EDEMILSON MARINO DOS SANTOS**

**PREFEITO**

**CAMARA MUNICIPAL**
**AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE EDITAL – TOMADA DE PREÇO Nº 002/2023**

**AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE EDITAL – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 232/2023 – TOMADA DE PREÇO Nº 002/2023 –** Comunica aos interessados que foram realizadas alterações nos anexos que compõem o Edital **–** Processo Licitatório nº 232/2023 – Tomada de Preço nº 002/2023, como: Termo de Referencia, Planilha Orçamentária, Memorial Descritivo e Projeto Elétrico, cujo Objeto é a Contratação de Empresa para execução da obra de fornecimento e instalação de sistema de geração de energia solar fotovoltaica, conectada à rede, do tipo on-grid, para atender as necessidades de consumo da Câmara Municipal de Nova Monte Verde/MT.

A Presidente da CPL (Comissão Permanente de Licitação) da Câmara Municipal de Nova Monte Verde – MT, no uso das prerrogativas que lhe confere a Lei, comunica aos interessados que foram realizadas alterações nos anexos que compõem o Edital do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 232/2023 – TOMADA DE PREÇO Nº 002/2023, como: Termo de Referencia, Planilha Orçamentária, Memorial Descritivo e Projeto Elétrico, cujo Objeto é a Contratação de Empresa para execução da obra de fornecimento e instalação de sistema de geração de energia solar fotovoltaica, conectada à rede, do tipo on-grid, para atender as necessidades de consumo da Câmara Municipal de Nova Monte Verde/MT, aonde em algumas das descrições estavam escritas Trifásico e com a correção passou a ser Monofásico.

Os credenciamentos deverão ser entregues até as 09:00 horas do dia 01 de setembro de 2.023, na Avenida Manoel Rodrigues de Souza, centro, na cidade de Nova Monte Verde/MT – Setor de Licitação e Contratos. A sessão terá início às 09:00 horas, na mesma data e local. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados em participar da licitação junto a Câmara Municipal de Monte Verde/MT no setor de Licitações, durante o horário normal de expediente.

*Maiores informações poderão ser obtidas na Câmara Municipal em horário normal de expediente, das 07:00 às 13:00 horas ou através do telefone (66) 3597-1145/1448*

Nova Monte Verde-MT, 16 de agosto de 2.023.

**MARIA ESTELA NOETZOLD**

**Presidente CPL**

**LICITACAO**
**EXTRATO DO TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 51/2023 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 51/2023 PROTOCOLO DE DISPENSA Nº 6363/2023**

**EXTRATO DO TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 51/2023**

**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 51/2023**

**PROTOCOLO DE DISPENSA Nº 6363/2023**

**CONTRATANTE:** MUNICIPIO DE NOVA MONTE VERDE/MT.

**CONTRATADO:**METALURGICA E CALHAS MONTE VERDE LTDA

**CNPJ.:** 38.301.385/0001-08

**OBJETO**: ***AQUISIÇÃO DE TRAVES DE FUTEBOL SUIÇO PARA ATENDER AO DEPARTAMENTO DE ESPORTES E LAZER LOTADO NA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER.***

**FUNDAMENTAÇÃO:** Art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/93.

**VALOR GLOBAL:** O valor total bruto da aquisição deste contrato é **R$ 3. 433,96 (três mil, quatrocentos e trinta e três centavos),** pagos em parcela única.

**VIGÊNCIA –** 16 de agosto de 2023 a 16 de outubro de 2023

Nova Monte Verde-MT, 16 de agosto de 2023

***ROSINALVA DE SOUZA FRANÇA***

*Presidente da Comissão Permanente de Licitação*

*Decreto 118/2023*

*PUBLIQUE-SE.*

**GABINETE DO PREFEITO**
**RESOLUÇÃO Nº 009/2022 – CMDCA DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO COMITÊ DE GESTÃO COLEGIADA DA REDE DE CUIDADO E DE PROTEÇÃO SOCIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS OU TESTEMUNHAS DE VIOLÊNCIA.**

Resolução nº 009/2022 – CMDCA

Dispõe sobre a Criação do Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e de Proteção Social de Crianças e Adolescentes vítimas ou testemunhas de violência e dá outras providências.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, no uso de suas atribuições estabelecidas na Lei Municipal nº 708/2014,

Considerando, a Lei Federal nº 8.069/90 que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente;

Considerando, a Lei nº 13.431 de 04 de abril de 2017 que estabelece o Sistema de Garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência;

Considerando, que o Decreto nº 9.603 de 10 de dezembro de 2018 regulamenta a Lei nº 13.431/2017;

Considerando, que o Decreto nº 9.603/2018 especifica que o sistema de garantia de direitos intervirá nas situações de violência contra crianças e adolescentes com a finalidade de mapear as ocorrências das formas de violência e suas particularidades no País,

Considerando, que a Lei nº 13.431/2017 define ser a escuta especializada um procedimento realizado pelos órgãos da rede de proteção nos campos da educação, da saúde, da assistência social, da segurança pública e dos direitos humanos, com o objetivo de assegurar o acompanhamento da vítima em suas demandas, na perspectiva

de superação das consequências da violação sofrida, inclusive no âmbito familiar. Deve-se limitar estritamente ao necessário para o cumprimento da finalidade de proteção.

Considerando, a Resolução nº 235 de 12 de maio de 2023 do CONANDA que estabelece diretrizes para a implantação de Comitês de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e Proteção Social das Crianças e Adolescentes vítimas ou testemunhas e violência nas suas localidades, no âmbito dos CMDCAS,

Considerando, que a Resolução nº 235/2023 do CONANDA fixa o prazo de 03 (três) meses para que os conselhos de direito implantem seus respectivos comitês,

RESOLVE:

Art. 1º - instituir o Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e de Proteção Social das Crianças e dos Adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, no âmbito do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Nova Monte Verde/MT.

Art. 2º - O Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e de Proteção Social das Crianças e dos Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência, será composto por 02 representantes, titular e suplente, dos seguintes órgãos e instituições:

I – Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania;

II – Secretaria Municipal de Saúde;

III – Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo;

IV – Policia Militar

V – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

VI – Conselho Tutelar;

VII – Comitê de Participação de Adolescente – CPA;

§1º - O titular e o suplente poderão participar das reuniões do Comitê Gestor concomitantemente, visando o enriquecimento dos trabalhos e o fomento da discussão sobre a temática dentro das instituições, mantendo o direito ao voto aos 02 (dois) representantes.

§2º - Em caso de vacância, o respectivo órgão ou entidade deverá, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, encaminhar nova indicação ao CMDCA/NMV, via ofício.

§3º - Poderão compor o Comitê Gestor 02 (dois) profissionais especialistas na área da infância e juventude ou com experiência nas políticas de educação, saúde e assistência social e direitos humanos;

§4º - O servidor nomeado para compor o Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e Proteção Social das Crianças e dos Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência estará liberado das suas atividades, quando das reuniões e ações relativas ao Comitê;

§5º poderão ser convidados para integrar o comitê membros do Poder Judiciário e do Ministério Público.

Art. 3º O Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e de Proteção Social das Crianças e dos Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência, definirá um Coordenador e um vice coordenador para responderem sempre que necessário pelo Comitê Gestor e representá-lo.

§1° A função de coordenador e vice coordenador do Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e de Proteção Social das Crianças e dos Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência terá a duração de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período, conforme deliberação do colegiado, mantendo ao coordenador o direito ao voto de minerva.

Art. 4° Compete à Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e cidadania a qual o CMDCA/NMV está vinculado, prover a estrutura e os recursos necessários para o funcionamento do Comitê.

Art. 5º As reuniões do Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e de Proteção Social das Crianças e dos Adolescentes Vítimas ou testemunhas de violência, ocorrerão bimensalmente ou de acordo com a necessidade apresentada, conforme deliberação do colegiado.

Art. 6º Cabe ao Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e de Proteção Social das Crianças e dos Adolescentes Vítimas ou testemunhas de Violência, conforme Art. 9º, do Decreto Presidencial n.º 9.603/2018:

I- Articular, mobilizar, planejar, acompanhar e avaliar as ações da rede intersetorial, aprimorando a integração do referido Comitê.

II- Definir os fluxos de atendimento às crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, observados os seguintes requisitos:

a) os atendimentos à criança ou ao adolescente serão feitos de maneira articulada;

b) a superposição de tarefas será evitada;

c) a cooperação entre os órgãos, os serviços, os programas e os equipamentos públicos serão priorizados;

d) os mecanismos de compartilhamento das informações serão estabelecidos;

e) o papel de cada instância ou serviço e o profissional de referência que o supervisionará será definido;

III- Criar grupos intersetoriais locais para discussão, acompanhamento e encaminhamento de casos de suspeita ou de confirmação de violência contra crianças e adolescentes.

§ 1º O atendimento intersetorial poderá conter os seguintes procedimentos:

I - Acolhimento ou acolhida;

II - Escuta especializada nos órgãos do sistema de proteção;

III - Atendimento da rede de saúde e da rede de assistência social;

IV - Comunicação ao Conselho Tutelar;

V - Comunicação à autoridade policial;

VI - Comunicação ao Ministério Público;

VII - Depoimento especial perante autoridade policial ou judiciária; e

VIII - Aplicação de medida de proteção pelo Conselho Tutelar, caso necessário.

§ 2º Os serviços deverão compartilhar entre si, de forma integrada, as informações coletadas junto às vítimas, aos membros da família e a outros sujeitos de sua rede afetiva, por meio de relatórios, em conformidade com o fluxo estabelecido, preservado o sigilo das informações.

§ 3º Poderão ser adotados outros procedimentos, além daqueles previstos no § 1º, quando o profissional avaliar, no caso concreto, que haja essa necessidade.

Art. 7° O Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e de Proteção Social das Crianças e dos Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência poderá promover campanhas de sensibilização social para identificação das violações de direitos e garantias de crianças e adolescentes e a divulgação dos serviços de proteção e dos fluxos de atendimento, como forma de evitar a violência institucional, conforme prevê o art. 13, parágrafo único, da Lei 13.431/2017.

Art. 8º Os casos omissos na presente Resolução serão avaliados pelo Comitê de Gestão Colegiada e submetido à Sessão Plenária do CMDCA.

Art. 9º - Está Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

12 de agosto, Nova Monte Verde/MT.

_____

MARTA BATISTA DE JESUS

Presidente do CMDCA

**GABINETE DO PREFEITO**
**RESOLUÇÃO Nº 008/2022 – CMDCA INSTITUI O COMITÊ DE PARTICIPAÇÃO DE ADOLESCENTES DE NOVA MONTE VERDE-MT, NO ÂMBITO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE NOVA MONTE VERDE/MT**

Resolução nº 008/2022 – CMDCA

Institui o Comitê de Participação de Adolescentes de Nova Monte Verde-MT, no âmbito do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Nova Monte Verde/MT – CMDCA/NMV.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, no uso de suas atribuições estabelecidas na Lei Municipal nº 708/2014,

Considerando, o Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, especialmente o Objetivo estratégico 6.1, da Diretriz 6, do Eixo 03, que dispõe sobre “promover o protagonismo e a participação de crianças e adolescentes nos espaços de convivência e de construção da cidadania, inclusive nos processos de formulação, deliberação, monitoramento e avaliação das políticas públicas”;

Considerando, o disposto na Convenção sobre os Direitos da Criança da Organização das Nações Unidas - ONU, em especial o art. 12, que estabelece o direito da criança e do adolescente de serem ouvidos e participarem das decisões que lhes digam respeito de acordo com a sua idade e maturidade;

Considerando, o art. 3º e seus incisos da Resolução 159 do CONANDA no qual estabelece que o CMDCA deverá promover atividades de participação de crianças e adolescentes nos espaços de definição de seus direitos;

Considerando, a Resolução nº 191 do CONANDA que orienta acerca da criação do Comitê de Participação de Adolescentes – CPA e seu artigo 14 da Resolução nº 191 do CONANDA que possibilita a criação de espaços de participação de adolescentes no âmbito dos municípios.

Considerando, a Resolução nº 273/2022/CEDCA/MT que institui e regulamenta o Comitê de Participação de Adolescentes no âmbito estadual,

RESOLVE:

Art. 1º - instituir o Comitê de Participação de Adolescentes de Nova Monte Verde – CPA/NMV para a participação permanente de Adolescentes no âmbito de Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Nova Monte Verde/MT;

Art. 2º - O comitê de Participação de Adolescentes será um fórum de articulação, cuja finalidade será participar das discussões e tomadas de decisões no âmbito das políticas públicas relacionada à promoção proteção e defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes.

CAPÍTULO I

DO PROCESSO DE COMPOSIÇÃO DO COMITÊ DE PARTICIPAÇÃO DE ADOLESCENTES

Art. 3º - O Comitê de participação de Adolescentes será escolhido será constituído por adolescentes escolhidos no âmbito escolar e dos espaços de participação de Crianças e Adolescentes do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 4º - O Comitê será composto por 06 adolescentes escolhidos entre seus pares e validado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§1º - Poderão participar do CPA/NMV adolescentes entre 12 e 16 anos.

§2º - O Processo de seleção dos membros do CPA/NMV deverá prever a indicação de membros substitutos a serem designados no caso de vacância;

§3º - Os membros do CPA/NMV serão renovados a cada 02 (dois) anos, permitida uma recondução desde que atenda ao parágrafo primeiro deste artigo.

CAPÍTULO II

DAS COMPETÊNCIAS E ATUAÇÃO DO COMITÊ DE PARTICIPAÇÃO DE ADOLESCENTES

Art. 5º - Compete ao CPA-NMV:

I – Acompanhar o CMDCA na elaboração e implementação das políticas voltadas aos direitos da criança e do adolescente;

II – Apresentar ao CMDCA propostas de pautas, resoluções, campanhas sobre direitos da criança e do adolescente e temas para deliberação;

III – participar dos encontros e assembleias do CEDCA, com direito à voz, na forma desta resolução;

IV – Propor o modelo de composição do CPA/NMV nas gestões seguintes;

V – Acompanhar a seleção dos membros que comporão a comissão de adolescentes subsequentes;

VI – Participar de eventos relacionados aos direitos da criança e do adolescente;

VII – participar da organização da conferência municipal dos direitos da criança e do adolescente enquanto membro da comissão organizadora.

Art. 6º - o CPA-NMV atuará em reuniões do CMDCA, com direito a voz e em reuniões próprias.

CAPÍTULO III

DAS COMPETÊNCIAS DO CMDCA-NMV

Art. 7º - Compete ao CMDCA:

I – Organizar e fomentar as reuniões do CPA-NMV;

II – Preparar espaço especifico dentro de suas reuniões ordinárias para receber os representantes do CPA-NMV;

III – Promover ações necessárias para garantia da proteção dos Adolescentes durante os processos de participação de que trata esta Resolução;

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na da sua publicação.

12 de agosto de 2023, Nova Monte Verde/MT.

_____

MARTA BATISTA DE JESUS

Presidente do CMDCA

## GABINETE DO PREFEITO

**DECRETO Nº 121/2023 SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS, CONCEITO E REGULAMENTAÇÃO DE FUNÇÕES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

**DECRETO Nº 121/2023**

**SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS, CONCEITO E REGULAMENTAÇÃO DE FUNÇÕES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

**EDEMILSON MARINO DOS SANTOS,** Prefeito Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

**CONSIDERANDO** o §3º do Art. 8º da Lei Federal n.14.133 de 1º de Abril de 2021, que dispõe sobre Licitações e Contratos Administrativos;

**Art. 1º**. Fica designado a servidora **ELIZA CRISTTINA DA SILVA** para exercer a função de Agente de Contratação no âmbito da administração pública municipal de Nova Monte Verde/MT.

**Art. 2º**. Fica estabelecido o conceito e as obrigações do Agente de Contratação:

**§ 1º**. O agente de contratação é o agente público designado preferencialmente entre servidores efetivos dos quadros permanentes da Administração Pública, para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação, e possui as seguintes atribuições:

**I** - auxiliar, quando solicitado, na elaboração dos atos da fase interna que não são suas atribuições;

**II** - coordenar e conduzir os trabalhos da equipe de apoio;

**III** - receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos;

**IV** - iniciar e conduzir a sessão pública da licitação;

**V** - receber e examinar as credenciais e proceder ao credenciamento dos interessados;

**VI** - receber e examinar a declaração dos licitantes dando ciência da regularidade quanto às condições de habilitação;

**VII** - verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital;

**VIII** - coordenar a sessão pública e o envio de lances e propostas;

**IX** - verificar e julgar as condições de habilitação;

**X** - conduzir a etapa competitiva dos lances e propostas;

**XI** - sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica e, se necessário, afastar licitantes em razão de vícios insanáveis;

**XII** - receber recursos, apreciar sua admissibilidade e, se não reconsiderar a decisão, encaminhá-los à autoridade competente;

**XIII** - proceder à classificação dos proponentes depois de encerrados os lances;

**XIV** - indicar a proposta ou o lance de menor preço e a sua aceitabilidade;

**XV** - indicar o vencedor do certame;

**XVI** - no caso de licitação presencial, receber os envelopes das propostas de preço e dos documentos de habilitação, proceder à abertura dos envelopes das propostas de preço, ao seu exame e à classificação dos proponentes;

**XVII** - negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor;

**XVIII** - elaborar, em parceria com a equipe de apoio, a ata da sessão da licitação;

**XIX** - instruir e conduzir os procedimentos auxiliares e os procedimentos para contratação direta;

**XX** - encaminhar o processo licitatório, devidamente instruído, após a sua conclusão, às autoridades competentes para a homologação e contratação;

**XXI** - propor à autoridade competente a revogação ou a anulação da licitação;

**XXII** - propor à autoridade competente a abertura de procedimento administrativo para apuração de responsabilidade;

**XXIII** - inserir os dados referentes ao procedimento licitatório e/ou à contratação direta no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no sítio oficial da Administração Pública na internet, e providenciar as publicações previstas em lei.

**Art. 3º**. Fica designada a Equipe de Apoio para auxiliar o Agente de Contratação nas etapas do processo licitatório.

**I** – **Cláudio dos Santos Maria**;

**II** – **Alessandra Marta do Nascimento**;

**III** – **Rosinalva Barbosa Camargo Maciel**.

**IV – Mirian Barbosa Camargo Maciel.**

**Art. 4º**. Fica estabelecido o conceito e as obrigações da Equipe de Apoio:

**§ 1º**. Equipe de Apoio é o conjunto de agentes públicos que atuarão nas etapas do processo licitatório conforme organização estabelecida pelo Agente de Contratação, em auxílio ao Agente de Contratação, possuindo as seguintes atribuições, dentre outras que poderão ser solicitadas pelo Agente de Contratação:

**I** - Realizar pesquisa de preços, para aferição do preço comumente praticado pela administração pública;

**II** - Realizar a preparação das fases internas do procedimento licitatório;

**III** - Receber e autuar as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos, devendo encaminhar às impugnações ao Agente de Contratação;

**IV** - Redigir a ata da sessão pública da licitação, quando solicitado pelo Agente de Contratação;

**V** - Receber as credenciais, fazendo prévia análise e submete-las à análise do Agente de Contratação que fará o credenciamento dos interessados;

**VI** - Receber as declarações dos licitantes e submete-las à análise do Agente de Contratação;

**VII** - No caso de licitação presencial, receber os envelopes das propostas de preços e dos documentos de habilitação, proceder à coleta de rubrica dos presentes e entrega-los ao Agente de Contratação;

**VIII** - Inserir os dados referentes ao procedimento licitatório e/ou à contratação direta no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no sítio oficial da Administração Pública na internet, e providenciar as publicações previstas em lei;

**Art. 5º**. O agente de contratação responderá individualmente pelos atos que praticar, salvo quando induzido a erro pela atuação da equipe de apoio.

**Art. 6º.** Os servidores públicos designados para equipe de apoio responderão solidariamente por todos os atos praticados pela equipe, ressalvado o membro que expressar posição individual divergente fundamentada e registrada em ata lavrada na reunião em que houver sido tomada a decisão.

**Art. 7º.** O servidor público que participar do procedimento licitatório poderá solicitar manifestação técnica da assessoria jurídica ou de outros setores do órgão ou da entidade, a fim de subsidiar sua decisão.

**Art. 8º.** Novas normas regulamentares poderão ser editadas quando se mostrarem necessárias para a devida operacionalização da administração pública.

**Art. 9º**. Esse Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Nova Monte Verde/MT. 16 de agosto de 2023.

**EDEMILSON MARINO DOS SANTOS**

**PREFEITO MUNICIPAL**

**LICITACAO**
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 35/2023 PREGÃO PRESENCIAL N° 41/2023 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 5932/2023**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 35/2023**

**PREGÃO PRESENCIAL N° 41/2023**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 5932/2023**

Pelo presente instrumento, O **MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE-MT,** *Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Avenida Mato Grosso, nº 51, Centro, nesta cidade, doravante denominada PREFEITURA, neste ato devidamente representada pelo Prefeito, Sr.* **EDEMILSON MARINO DOS SANTOS**, brasileiro, casado, portador da C.I. RG n.º 1467013-5 SESP/MT e CPF/MF nº. 330.412.338-51, residente e domiciliado na Rua José Joaquim Vieira Nº. 101 nesta cidade de Nova Monte Verde-MT, RESOLVE registrar os preços das empresas **WAGNER SANTOS SILVA ME** inscrita no CNPJ nº. **12.694.918/0001-67**, localizada na Av. Ayrton Senna, nº 1264, Bairro Setor Industrial, Cidade de Alta Floresta/MT e **RODOLFO DA SILVA DURE LTDA** inscrita no CNPJ sob o nº. **36.140.513/0001-45**, localizada na Av. José Francisco Otenio, nº 1650, Bairro Centro, Cidade de Nova Bandeirantes/MT, nas quantidades estimadas **na Seção 4 desta Ata de Registro de Preços**, de acordo com a classificação por elas alcançadas por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório Pregão Presencial nº. 41/2023 e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520/02 e, no que couber, ao Decreto Municipal nº. 14/2010, e em conformidade com as disposições a seguir.

**1. DO OBJETO**

**1.1.** A presente Ata tem por objeto o ***REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO (COM MONTAGEM E DESMONTAGEM) DE SOM, ILUMINAÇÃO, PALCO, FILMAGEM E GRAVAÇÃO EM TV ABERTA E REDES SOCIAIS, CAMARINS, ESTRUTURA, PAINEL DE LED, GRADES INIBIDORAS E BANHEIROS QUIMICOS, PARA ATENDER AO 32º ANIVERSARIO DO MUNICIPIO DE NOVA MONTE VERDE/MT NO DIA 19 DE AGOSTO DE 2023,*** conforme especificações e condições constantes no edital de Pregão Presencial nº. 41/2023.

**1.1.1.** Este instrumento **NÃO OBRIGA** O Município a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações específicas para tal objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência da execução, em igualdade de condições.

**2. DA VIGÊNCIA**

**2.1.** A presente Ata terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua publicação, podendo ser prorrogada por igual período, na forma da lei.

**3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**3.1.** O gerenciamento deste instrumento caberá às Secretarias, participantes desse processo licitatório, através do **Departamento de Compras/Licitações**, no seu aspecto operacional, com apoio da Assessoria Jurídica, nos aspectos legais;

**4. DO CONTRATADO**

**4.1.** O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos produtos registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

**FORNECEDOR:** WAGNER SANTOS SILVA ME

**CNPJ:** 12.694.918/0001-67

**ENDEREÇO:** Av. Ayrton Senna, nº 1264, Bairros Setor Industrial, Cidade de Alta Floresta/MT

| Item | Código | Descrição | Unidade | Quant. | Valor Unit. | Valor Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 2 | 327273 | LOCACAO DE 210 MTS GRADES INIBIDORAS PARA ATENDER DESFILE CIVICO, COM CAPACIDADE DE PUBLICO ATÉ 5.000 PESSOAS EM LOCAL ABERTO; | Unidade | 1 | R$ 6. 590,00 | **R$ 6. 590,00** |
| 5 | 327265 | LOCACAO DE PALCO CENTRAL COM TAMANHO NO MINIMO 12X 10 MTS, PARA ATENDER OS SHOWS COM A CAPACIDADE DE PUBLICO ATE 10.000 PESSOAS EM LOCAL ABERTO: LOCACAO DE ESTRUTURA METALICA PARA MONTAGEM DE PALCO, PALCO COBERTO LONA ANTI XTINGUIVEL COM BLACK-OUT NA COR BRANCA, CINZA E PRETA MED.12.00 M DE FRENTE (BOCA DE CENA) POR 10.00 PROFUNDIDADE COM PÉ DIREITO DE ATE 8.00 MTS PARA CENÁRIO POR 2.00 DO SOLO AO PISO. | Unidade | 1 | R$ 22. 250,00 | **R$ 22. 250,00** |
| 6 | 327269 | LOCACAO DE PALCO TAMANHO NO MINIMO 10X 05 MTS BASE PISO 1,00 MTS, PARA ATENDER DESFILE CIVICO: LOCACAO DE ESTRUTURA METALICA PARA MONTAGEM DE PALCO, PALCO COBERTO LONA ANTI EXTINGUIVEL COM BLACK-OUT NA COR BRANCA, CINZA E PRETA MED.10.00 M DE FRENTE (BOCA DE CENA) POR 10.00 PROFUNDIDADE COM PE DIREITO DE ATE 6.00 METROS PARA CENARIO POR 1.00 MTS DO SOLO AO PISO; | Unidade | 1 | R$ 9. 250,00 | **R$ 9. 250,00** |
| 7 | 327270 | LOCAÇÃO E OPERAÇÃO DE SOM PARA ATENDER DESFILE CÍVICO, CAPACIDADE DE PÚBLICO ATÉ 5.000 PESSOAS EM LOCAL ABERTO: 01 PROCESSADOR DIGITAL, 01 MESA DIGITAL 32 CANAIS, C/ 8 GRUPOS VCA, 16 CX LINEARRAY 16 SUB P.A POTENCIAS RESPECTIVAS PARA LIGAÇÃO DO SISTEMA DE SONORIZAÇÃO. 01 - SISTEMA DE PA ESTÉREO LR (INDISPENSÁVEL) COMPATÍVEL COM O LOCAL 04 - CAIXAS DE MONITOR SM 400/222 01 SIDE FILL DUPLO E ESTÉREO (LR) SISTEMA DE FRONT FILL 04 – PEDESTAIS LONGO E 8 CURTO (EM BOM ESTADO DE USO) 08CABOS P10 X P10 P/INSTRUMENTOS. 04 DIRECT BOX PASSIVO E ATIVO 06 - RÉGUAS DE AC 110 VOLTS COM INDICADOR VISUAL EM VOLTS; | Unidade | 1 | R$ 9. 050,00 | **R$ 9. 050,00** |
| 8 | 327266 | LOCAÇÃO E OPERAÇÃO DE SOM PARA ATENDER SHOWS COM A CAPACIDADE DE PÚBLICO ATÉ 10.000 PESSOAS EM LOCAL ABERTO 01 PROCESSADOR DIGITAL, 02 CX DE COMUNICAÇÃO ENTRE MESAS DE P.A E MONITOR, 01 MESA DIGITAL 48 CANAIS, C/ 8 GRUPOS VCA, 01 MESA DIGITAL 48 CANAIS COM 24 VIAS OUTPUT, 24 CX LINEAR RAY 16 SUB P.A POTENCIAS RESPECTIVAS PARA LIGAÇÃO DO SISTEMA DE SONORIZAÇÃO, 01 - SISTEMA DE PA ESTÉREO LR (INDISPENSÁVEL) COMPATÍVEL COM O LOCAL DO EVENTO (OBSERVAR A NECESSIDADE DE ACRÉSCIMO DE FRONT FILL, OUTFILL OU CAIXAS EM OUTRAS ÁREAS NO EVENTO SENDO INDISPENSÁVEL; 04 - CAIXAS DE MONITOR SM 400/222 01 AMPLIFICADOR FENDER TWIN 01 AMPLIFICADOR HARTECK, AMPEG OU GALLLIEN KRUEGER COM CAIXA DE 15 E 4 DE 10 01 - SUB DE BATERIA 01 SIDE FILL DUPLO E ESTÉREO (LR)SISTEMA DE FRONT FILL 15 – PEDESTAIS LONGO E 8 CURTO (EM BOM ESTADO DE USO) 08CABOS P10 X P10 P/INSTRUMENTOS 12 DIRECT BOX PASSIVO E ATIVO 09 - RÉGUAS DE AC 110 VOLTS COM INDICADOR VISUAL EM VOLTS 01 - SISTEMA DE COMUNICAÇÃO MONITOR PA (INDISPENSÁVEL) 12 – PRATICÁVEIS PANTOGRÁFICO OU TELESCÓPIO 9 COM PÉS DE 4 0 CM (NÃO ACEITAMOS OUTROS) BACK LINE COMPLETO DE MICROFONAÇÃO, CABEAMENTO DE INPUT E OUTPUT BATERIA: BATERIA PEARL, MAPEX, RMV ROAD (A PARTIR DE 2004) OU YAMAHA. (OBS. AS PELES TÊM QUE SER NOVAS E HIDRÁULICAS, TONS 12, 14, 16 OU 18; | Unidade | 1 | R$ 26. 700,00 | **R$ 26. 700,00** |
| 9 | 327268 | SERVICO DE LOCACAO DE 2 PAINEL DE LED ALTA DEFINICAO - REFERENCIA: PAINEL DE LED DE ALTA DEFINICAO DE RESOLUCAO P3, MEDINDO NO MINIMO 4X2M, PODENDO SER INSTALADO FORA, DO PALCO (PODENDO AINDA SER DIVIDIDO EM 02 TELAS IGUAIS DE 4X2M) PARA SER USADO COMO TELOES PARA O PUBLICO; | Unidade | 1 | R$ 8. 600,00 | **R$ 8. 600,00** |
| 10 | 327267 | SERVICO DE LOCACAO DE PAINEL DE LED, MEDINDO 5M X 3M - PARA ATENDER OS SHOWS COM A CAPACIDADE DE PUBLICO ATE 10.000 PESSOAS EM LOCAL ABERTO: ALTA DEFINICAO - REFERENCIA: PAINEL DE LED DE ALTA DEFINICAO DE RESOLUCAO P3, MEDINDO NO MINIMO 5X3M, INSTALADO NO PALCO; | Unidade | 1 | R$ 8. 250,00 | **R$ 8. 250,00** |
| 11 | 327275 | SERVICO FILMAGEM GRAVACAO E TRANSMISSAO EM TV ABERTA E EDICAO E TRANSMISSAO EM REDE SOCIAIS NO DIA QUE ANTECEDE O EVENTO E NO DIA DO EVENTO COM OS QUIPAMENTOS MINIMO DE; 01 - MESA DE SOM DIGITAL 06 - RADIOS COMUNICADORES 01 COMPRESSOR DIGITAL. 06 - CAMERAS FULL HD 04 - TRIPES PARA CAMERAS 06 - PLACAS CAPTURA FULL HD03 - TV S PARA O SISTEMA RETORNO DE PALCO 02 - NOTEBOOKS 01 - COMPUTADOR ADAPTADO PARA O DESENVOLVIMENTO DE TODO SISTEMA DE TRANSMISSAO 01-TECNICO EM TRANSMISSAO | Unidade | 1 | R$ 10. 000,00 | **R$ 10. 000,00** |
| 12 | 327287 | LOCACAO E OPERACAO DE ILUMINACAO PARA ATENDER SHOWS COM A CAPACIDADE DE PUBLICO ATE 10.000 PESSOAS EM LOCAL ABERTO. 01 MESA DIGITAL DE CONTROLE P/ MA COM 2048 CANAIS DMX. 24 MOVINGS, 30 PAR LED 15W RGBW, 12 STROBO ATOMIC DMX 3000 WATTS, 02 ELIPSOIDAL 1000 WATTS, 04 RIBALTA RGB,10 CANHOES COB 200W, 01 CANHAO SEGUIDOR DE 1200W, 06 BEAM WASH, 06 MINI BRUTE DE 6 LAMPADAS, 02 MÁQUINAS DE FUMAÇA NO MÍNIMO 1500 WATTS, 02 VENTILADORES, 72 CANAIS DE DIMMER DIGITAL MAIN POWER - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA TRELICAS EM ALUMINIO E MEIO BOX EM ALUMINIO, 44 METROS LINEAR DE P30, 06 PECAS SLEEVE, 06 PECAS PAU DE CARGA, 06 PECAS BASE TUBULAR, 06 TALHAS 01 TONELADA, CORRENTE DE 10 METROS, 12 CINTAS PA | Unidade | 1 | R$ 18. 150,00 | **R$ 18. 150,00** |
| | | | | | **Total** | **R$ 118. 840,00** |

**FORNECEDOR:** RODOLFO DA SILVA DURE LTDA

**CNPJ:** 36.140.513/0001-45

**ENDEREÇO:** Av. José Francisco Otenio, nº 1650, Bairro Centro, Cidade de Nova Bandeirantes/MT

| Item | Código | Descrição | Unidade | Quant. | Valor Unit. | Valor Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 327271 | LOCACAO DE 20 BARRACAS PARA ATENDER DESFILE CIVICO, CAPACIDADE DE PUBLICO ATE 5. 000 PESSOAS EM LOCAL ABERTO; | Unidade | 1 | R$ 7. 290,00 | **R$ 7. 290,00** |
| 3 | 327274 | LOCACAO DE 25,00 M2 DE DECK DE MADEIRA PARA O CAMARIN DA APRESENTACAO DO SHOW NACIONAL DA DUPLA "CLEBER E CAUAN" | Unidade | 1 | R$ 950,00 | **R$ 950,00** |
| 4 | 327272 | LOCACAO DE 7 BANHEIROS QUIMICO SENDO 1 PNE PARA ATENDER DESFILE CIVICO, CAPACIDADE DE PUBLICO ATÉ 5.000 PESSOAS EM LOCAL ABERTO; | Unidade | 1 | R$ 3. 990,00 | **R$ 3. 990,00** |
| | | | | | **Total** | **R$ 12. 230,00** |

**5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**5.1**. Fornecer os Serviços dentro dos padrões estabelecidos pelo Município, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas. Os Serviços deverão atender normas de garantia e referência de qualidade mínima ao serviço a ser prestado.

**5.2. Os Serviços deverão ser entregues no Município de Nova Monte Verde/MT e deverão estar montados e instalados até o dia do evento, conforme a Ordem de Serviços expedida pelo Setor Competente.**

**5.3.** Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade;

**5.4.** Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade dos serviços, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

**5.5.** A falta de quaisquer dos itens cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

**5.6.** Comunicar imediatamente o Município qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgáveis necessárias para recebimento de correspondência;

**5.8.** Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

**5.9.** Indenizar terceiros e/ou o Município em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

**5.10**. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

**5.11.** Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

**5.12.** Fornecer os serviços, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

**5.13.** Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais e/ou trabalhistas previstas na legislação vigente, comprometendo-se a saldá-las em tempo oportuno, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o Município de Nova Monte Verde-MT;

**5.14.** Assumir todos os encargos de possíveis demandas trabalhistas, cíveis ou penais, relacionadas à prestação dos serviços, originalmente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;

**5.15**. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação deste Pregão.

**6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**6.1.** Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Serviço;

**6.2.** Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

**6.3.** Fiscalizar o perfeito cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento pelas licitantes;

**6.4.** Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

**6.5.** Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante a prestação dos serviços;

**6.6**. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

**6.7**. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

**7. DO PAGAMENTO**

**7.1** O pagamento devido será efetuado conforme emissão da nota fiscal devidamente atestada pela secretaria responsável atestando o recebimento dos serviços.

**7.2** A Nota Fiscal será paga somente após o atesto do setor competente, assegurando que os serviços estão de acordo com as exigências contidas neste edital.

**7.3** O Município de Nova Monte Verde-MT reserva-se o direito de não efetuar o pagamento se os dados constantes da Nota Fiscal estiverem em desacordo com os dados da empresa vencedora do certame licitatório.

**7.4.** As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

**8. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS**

**8.1.** Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

**8.2.** Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

**8.3.** Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o MUNICÍPIO solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

**8.4.** Fracassada a negociação com o primeiro colocado O MUNICÍPIO poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

**8.5.** Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços**.**

**9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

**9.1.** A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto decorrente deste Registro de Preços;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

**9.2.** Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

**9.3.** No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

**9.4.** A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Município, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

**9.5.** Havendo o cancelamento da Ata de Registro de Preços, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do objeto.

**9.6.** Caso o Município não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

**10. DAS PENALIDADES**

**10.1.** O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº. 8666/93;

**10.1.1.** A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município de Nova Monte Verde-MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 20.4. b;

**10.2.** Ocorrendo a inexecução total ou parcial dos serviços, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Nova Monte Verde-MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

**10.3.** Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte do Município de Nova Monte Verde-MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este Município e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria;

**10.3.1.** Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

**10.4.** Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informados para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

**10.5.** Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 20.4, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

**11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**11.1.** As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

**12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

**12.1** - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente ata de registro de preços correrão à conta das dotações orçamentárias citadas abaixo, ou das demais que possam vir a aderir à presente ata, às quais serão elencadas em momento oportuno:

**ADMINISTRAÇÃO**

09 – Secretaria Municipal de Planejamento e Administração

**001 – Gabinete da Secretaria de Planejamento e Administração**

**04 – Administração**

**122 – Administração Geral**

0003 – Gestão Administrativa para Resultados

2 006– Manutenção-Secretaria Planejamento e Administração

**65 – 33.90.39.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica**

**13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**13.1.** As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

**I.** Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

**II.** Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Presencial nº. 41/2023,** seus anexos e as propostas das classificadas.

**III.** É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT.

**14. DO FORO**

Fica convencionado que o Foro para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento, é o da Comarca de Nova Monte Verde-MT, por mais privilegiado que outro possa ser.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Nova Monte Verde-MT, 16 de Agosto de 2023.

*MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE-MT*

*EDEMILSON MARINO DOS SANTOS*

*PREFEITO*

*WAGNER SANTOS SILVA ME*

*CNPJ: 12.694.918/0001-67*

*CONTRATADA*

*RODOLFO DA SILVA DURE LTDA*

*CNPJ: 36.140.513/0001-45*

*CONTRATADA*

**LICITACAO**
**EDITAL DE PUBLICAÇÃO AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO**

**EDITAL DE PUBLICAÇÃO**

**AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO**

**MODALIDADE:** PREGÃO PRESENCIAL **Nº. 41/2023**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO:** 5932/2023

**OBJETO:** ***REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO (COM MONTAGEM E DESMONTAGEM) DE SOM, ILUMINAÇÃO, PALCO, FILMAGEM E GRAVAÇÃO EM TV ABERTA E REDES SOCIAIS, CAMARINS, ESTRUTURA, PAINEL DE LED, GRADES INIBIDORAS E BANHEIROS QUIMICOS, PARA ATENDER AO 32º ANIVERSARIO DO MUNICIPIO DE NOVA MONTE VERDE/MT NO DIA 19 DE AGOSTO DE 2023.***

A Pregoeira Oficial do Município de Nova Monte Verde-MT, nomeado através do Decreto nº. 115/2023 de 02 de Agosto de 2023, torna público aos interessados que conforme Edital de Licitação de Pregão Presencial nº. 41/2023 sagra-se vencedora do Certame Licitatório realizado no dia 16 de Agosto de 2023 às 08:30 horas a seguinte

***EMPRESA:***

Ø **WAGNER SANTOS SILVA ME** inscrita no **CNPJ nº 12.694.918/0001-67** para um valor total de desconto de R$ 118.840,00 (cento e dezoito mil, oitocentos e quarenta reais);
Ø **RODOLFO DA SILVA DURE LTDA** inscrita no **CNPJ nº 36.140.513/0001-45** para um valor total de desconto de R$ 12.230,00 (doze mil, duzentos e trinta reais);

Compromissos estes assumidos para os produtos a serem fornecidos, visto que a empresa atendeu todos os requisitos do Edital e seus Anexos.

Nova Monte Verde-MT, 16 de Agosto de 2023.

***ELIZA CRISTTINA DA SILVA***

Pregoeira

Decreto 115/2023

*Publique-se.*

**RECURSOS HUMANOS**
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO 043/2023 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2023**

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO 043/2023**

**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2023**

**EDEMILSON MARINO DOS SANTOS**, Prefeito do Município de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, tendo em vista o Resultado final do Processo Seletivo Simplificado 001/2023, de 11 de julho de 2023, CONVOCA pelo presente Edital os candidatos para preenchimento de vagas existentes, conforme relação abaixo:

| Classificação | Nome | Cargo |
|---|---|---|
| 2º | Rodrigo Stumm | Motorista |

| Classificação | Nome | Cargo |
|---|---|---|
| 8º | Amanda Oliveira Pereira | Professora de Pedagogia |
| 9º | Lucinei Guilherme Neves | Professora de Pedagogia |

Os candidatos convocados por este Edital terão prazo até as 16:30:00 hs do dia 22/08/2023 para entregar a documentação.

O Candidato deverá apresentar-se no Departamento de Recursos Humanos dentro do prazo estipulado e trazer original e 01 (uma) cópia dos seguintes documentos:

RG (Frente e Verso)

CPF

Título de Eleitor

Comprovante da Última Eleição ou Certidão Da Justiça Eleitoral de que está quite com a mesma

Certidão De Casamento ou Certidão De Nascimento

Certificado De Escolaridade Ou Diploma Do Curso (Registrado No Órgão Competente)

Histórico Escolar

Carteira Profissional de acordo com o cargo

Pis/Pasep

Telefone para contato e E-mail

Comprovante de residência, em nome do candidato;

Carteira de trabalho frente e verso

Atestado de saúde ocupacional (exame admissional)

Declaração De Bens (Anexo I)

Declaração de não acúmulo de cargo (Anexo II)

Foto 3x4 (Atualizada)

Número da conta do Banco do Brasil.

Carteira De Reservista (Se Masculino);

Carteira de habilitação, de acordo com o cargo;

Cópia de documentos do cônjuge;

Certidão de nascimento e CPF de filhos menores de 21 (vinte e um) anos;

A falta de quaisquer documentos, bem como a não apresentação em conformidade com o Edital, implicará na inabilitação do candidato.

Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Nova Monte Verde-MT, 16 de agosto de 2023

**Edemilson Marino dos Santos**

**Prefeito Municipal**

**ANEXO I**

DECLARAÇÃO DE BENS

Eu, (nome), (nacionalidade), (estado civil), (profissão), inscrito no CPF sob o nº (informar) e no RG nº (informar), residente e domiciliado na (endereço), declaro para os devidos fins que até a presente data o meu patrimônio é constituído pelos bens arrolados a seguir:

1) Bem... Valor

2) Bem... Valor

3) Bem... Valor

Sendo o que havia a declarar e por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração.

(localidade), (dia) de (mês) de (ano).

_____

(nome completo)

(assinatura)

**OBS: Em sendo o caso, substituir a última parte por "declaro para os devidos fins que até a presente data não possuo bens a declarar".**

**ANEXO II**

DECLARAÇÃO DE NÃO ACÚMULO DE CARGOS

Eu, (nome), (nacionalidade), (estado civil), (profissão), inscrito no CPF sob o nº (informar) e no RG nº (informar), declaro para os devidos fins que, na presente data, não exerço outro cargo público.

Sendo o que havia a declarar e por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração.

(localidade), (dia) de (mês) de (ano).

_____

(nome completo)

Assinatura

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ

**PREFEITURA DE NOVA NAZARÉ**
**DECRETO Nº. 4284 DE 16 DE AGOSTO DE 2023.**

**DECRETO Nº. 4284 DE 16 DE AGOSTO DE 2023.**

"Dispõe sobre a Convocação de Candidatos Classificados Processo Seletivo Simplificado– Edital n° 001/2023 e da outras providências. "

O Srº *JOÃO TEODORO FILHO,* Prefeito Municipal de Nova Nazaré, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, considerando o interesse público e a necessidade da Administração Pública Municipal;

Considerando ainda o Decreto Municipal nº. 4277 de 26 DE JUNHO DE 2023 e o Edital de n° 001/2021.

DECRETA

Art. 1º - Fica convocado os candidatos a seguir relacionado com respectivos cargos.

01-Secretaria de Educação:

| CLASSIF. | PROFESSOR | SITUAÇÃO |
|---|---|---|
| 01 | MARCIA MAMEDES SOARES DE SOUZA | CADASTRO RESERVA |
| 02 | PATRICIA PEREIRA MORAIS | CADASTRO RESERVA |
| 03 | KAROLINE LOURENÇO BATISTA | CADASTRO RESERVA |
| 04 | ISA PAULA DE JESUS | CADASTRO RESERVA |
| 05 | NUBIA LUIZA DA COSTA | CADASTRO RESERVA |
| 06 | RAQUEL NEUZIANE LIMA LOZANO | CADASTRO RESERVA |
| 07 | KASSIA BENICIO OLIVEIRA | CADASTRO RESERVA |
| 08 | PAULA BORGES DOS SANTOS MERCURI | CADASTRO RESERVA |

| CLASSIF. | APOIO ADM. EDUCACIONAL - MERENDEIRA | SITUAÇÃO |
|---|---|---|
| 01 | MARTA JULIANA FRANCISCO | CADASTRO RESERVA |

| | | |
|---|---|---|
| **02** | WILMA MACHADO PEREIRA RODRIGUES | CADASTRO RESERVA |
| **03** | DAYANE DIONIZIO DOS SANTOS | CADASTRO RESERVA |
| **04** | KATIA PRICILA CARDOSO DA SILVA | CADASTRO RESERVA |
| **05** | MARIA ELIZABETH BARBOSA DE ALMEIDA | CADASTRO RESERVA |

| CLASSIF. | APOIO ADM. EDUCACIONAL - GUARDA | SITUAÇÃO |
|---|---|---|
| **01** | IZAQUE ALVES DA COSTA | CADASTRO RESERVA |
| **02** | KALEBE CAMELO | CADASTRO RESERVA |

| CLASSIF. | APOIO ADM. EDUCACIONAL - MONITOR | SITUAÇÃO |
|---|---|---|
| **01** | JÉSSICA PEREIRA ALVES | CADASTRO RESERVA |
| **02** | KAMYLLA GOMES | CADASTRO RESERVA |

01-Secretaria de Saúde:

| CLASSIF. | GUARDA | SITUAÇÃO |
|---|---|---|
| **01** | JESIEL GRACIANO DA SILVA | CADASTRO RESERVA |
| **02** | PAULO HENRIQUE ANERIS DE SIQUEIRA | CADASTRO RESERVA |

Art. 2º. O não comparecimento do candidato ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal no prazo de 30 (trinta) dias a partir da publicação deste Decreto implicará na nulidade do ato que o convocou, abrindo vaga para o candidato subsequente na ordem de classificação.

Art. 3º - O candidato convocado deverá apresentar no prazo máximo estabelecido no artigo 2º, os seguintes documentos:

a) cópia da cédula de identidade;

b) cópia do cadastro de pessoa física - CPF/MF;

c) cópia do título de eleitor e certidão de quitação eleitoral;

d) cópia do reservista ou documento equivalente (quando sexo masculino);

e) cópia da certidão de casamento ou nascimento;

f) cópia da certidão de nascimento dos filhos;

g) cópia da carteira de vacinação dos filhos de 0 a 7 anos ou declaração de frequência escolar dos filhos acima de 07 anos até 14 anos;

h) cópia do certificado de escolaridade exigida pelo cargo;

i) certificado de Comprovação para as especialidades, pós-graduação e cursos de qualificação, conforme os casos apresentados no ato da inscrição;

j) cópia da carteira profissional no caso de profissão regulamentada;

k) cópia do comprovante de inscrição no PIS/PASEP, exceto se nunca fora inscrito;

l) cópia do comprovante de residência;

m) número de conta corrente para pagamento

n) apresentar exames atualizados de no máximo 20 dias de: Hepatites virais, Hemograma, Glicemia, Tipagem Sanguínea, VDRL e DST;

o) atestado médico atestado de aptidão física e mental;

p) declaração de não acumulo de cargo

Art. 4º - A nomeação será feita exclusivamente no Regime Especialmente Administrativo, nos termos deste Edital, e no que tange a relação previdenciária aplica-se o Regime de Previdência Social (INSS).

Parágrafo Único - A jornada de trabalho é aquela definida no referido Edital.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Nova Nazaré - MT em 16 de agosto de 2023.

***JOÃO TEODORO FILHO***

**Prefeito Municipal.**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA MUNICIPAL Nº 273 DE 16 DE AGOSTO DE 2023.**

**“QUE DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL”**

**JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE**, Prefeito Municipal de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais que lhe são inerentes por Lei, expede a seguinte portaria:

**R E S O L V E N D O:**

Art. 1º - Nomear a Senhora **MAYNARA BRANDÃO CRISPIM DOS SANTOS GOMES,** brasileira, casada**,** portadora da Cédula de Identidade RG nº 2****6-9 SSP/MT e inscrita no CPF sob o nº 061.***.***-95, residente e domiciliada neste Município de Nova Olímpia-MT, para exercer a função de confiança popular Mandato Eletivo de **Conselheira do Conselho Tutelar Titular de Nova Olímpia/MT, até 09 de janeiro de 2024,** em razão da vacância do cargo, de acordo com a Lei Municipal nº 955 de 11 de maio de 2012 e Lei Municipal nº 1.034 de 26 maio de 2015.

Art. 2º - Os membros do Conselho Tutelar no exercício de suas funções receberão gratificação igual ao valor da remuneração do cargo em comissão de Chefe de Setor do Executivo Municipal, devendo qualquer alteração ser efetuada por lei municipal, cabendo ao servidor ora nomeado, vinculado e subordinado à **SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SMAS)**, todas as atividades e responsabilidades inerentes ao exercício da função.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 10 de Agosto de 2023.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

Gabinete do Prefeito Municipal em Nova Olímpia – MT, 16 de Agosto de 2023.

**JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE PREFEITO MUNICIPAL**

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Registrado Nesta Secretaria e Afixado no lugar de costume

Weber Vieira Martins

Secretário Municipal de Administração

**LICITAÇÃO**
**CANCELAMENTO**

**EXTRATO DE CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12000025/2023/PMNO, REFERENTE AO PREGÃO ELETRONICO Nº 025/2023/PMNO, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 066/2023/PMNO, TERMO DE CANCELAMENTO Nº 018/2023/PMNO, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 120/2023/PMNO. ÓRGÃO GERENCIADOR: O MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA- MT** inscrita no CNPJ. Sob n. º 03.xxx.xxx/0001-30. **FORNECEDOR REGISTRADO: IGUAÇU COMERCIO DE GAS EIRELLI,** inscrita no CNPJ 12.xxx.xxx/0001-85. **OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇAO DE CESTA BASICA DESTINADOS A DISTRIBUIÇAO GRATUITA EM BENEFICIOS EVENTUAIS OFERTADOS PELA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA/MT. MOTIVO:** O cancelamento, dar se pelo fato de que o fornecedor registrado deixa de atender as condições pré-estabelecidas exigidas na assinatura das atas de registro de preços, cujo o qual é vinculado ao seu CNPJ, e o fato de estas com as certidões ativas e sem restrições é documento exigido para ter condições básicas para se considerar habilitada do processo licitatório. Porém, como mencionado a empresa IGUAÇU COMERCIO DE GAS EIRELLI**,** inscrita no CNPJ 12.835.034/0001-85, deixou de atender esse critério básico, mediante a isso, por iniciativa do órgão gerenciador aplica a lei de licitações 8.666/93 art.79, inciso I, que é explicito no texto da lei que a administração

deve proceder em cancelar o registro da fornecedora, em todas as atas e contratos onde estejam atrelados a seu CNPJ.

**JOSÉ ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE**

**PREFEITO MUNICIPAL**

**DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE**
**DECRETO Nº. 00044/2023**

**Estado de Mato Grosso**
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA**
**GABINETE DO PREFEITO**

Decreto Nº 00044/2023
Data: 07/06/2023
Sumula: Abre Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

José Elpidio de Moraes Cavalcante, Prefeito Municipal de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e especialmente a Lei n. º 01303/2022.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento do Município um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 497.042,00 (quatrocentos e noventa e sete mil e quarenta e dois reais), para atender as seguintes dotações orçamentárias:

03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
03.030.0.1 - GABINETE DO SECRETARIO E DEPENDÊNCIAS
03.030.0.1.04.122.0003.2021- DESENVOLVER AS ATIVIDADES SMAD
3.3.90.39.00.00 - 1500000000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$ 30.000,00 (trinta mil reais)

04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
04.040.0.1 - GABINETE DO SECRETARIO E DEPENDÊNCIAS
04.040.0.1.04.123.0006.2031- DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA SEC. SMF
3.3.90.30.00.00 - 1500000000 - Material de Consumo R$ 10.000,00 (dez mil reais)
3.3.90.93.00.00 - 1500000000 - Indenizações e Restituições R$ 8.000,00 (oito mil reais)

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE, LAZER E DESPORTO
05.050.0.1 - GABINETE DO SECRETARIO E DEPENDÊNCIAS
05.050.0.1.12.122.0011.2037- DESENVOLVER AS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SEMECETEL
3.3.90.30.00.00 - 1500100100 - Material de Consumo R$ 20.000,00 (vinte mil reais)

Estado de Mato Grosso
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA
GABINETE DO PREFEITO

05.050.0.3 - DEPARTAMENTO DO ENSINO INFANTIL
05.050.0.3.12.365.0012.2070- DESENVOLVER AS ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL
3.3.90.30.00.00 - 1500100100 - Material de Consumo R$ 20.000,00 (vinte mil reais)

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
06.060.0.2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
06.060.0.2.10.301.0019.2130- DESENVOLVER E OPERACIONALIZAR AS ATIVIDADES DAS UBSs
3.3.90.08.00.00 - 1500100200 - Outros Benefícios Assistenciais do Servidor ou do Militar R$ 2.000,00 (dois mil reais)
3.3.90.30.00.00 - 1621000000 - Material de Consumo R$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais)
3.3.90.40.00.00 - 1500100200 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica R$ 5.000,00 (cinco mil reais)

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.070.0.1 - GABINETE DO SECRETARIO E DEPENDÊNCIAS
07.070.0.1.08.122.0024.2186- DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA SMAS
3.3.90.30.00.00 - 1500000000 - Material de Consumo R$ 70.000,00 (setenta mil reais)

07.070.0.2 - FMAS-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.070.0.2.08.244.0026.2310- MANUTENÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL
3.3.90.39.00.00 - 1660000000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$ 30.000,00 (trinta mil reais)

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
08.080.0.2 - DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS
08.080.0.2.15.452.0036.2236- DESENVOLVER AS ATIVIDADES DO DEPTO DE SERVIÇOS URBANOS
3.3.90.93.00.00 - 1700000000 - Indenizações e Restituições R$ 3.442,00 (três mil e quatrocentos e quarenta e dois reais)

09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL
09.090.0.1 - GABINETE DO SECRETÁRIO E DEPARTAMENTOS
09.090.0.1.20.122.0005.2245- DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DE SMDER
3.3.90.30.00.00 - 1500000000 - Material de Consumo R$ 30.000,00 (trinta mil reais)

Estado de Mato Grosso
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA
GABINETE DO PREFEITO

12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
12.120.0.1 - GABINETE DO SECRETÁRIO E DEPENDÊNCIAS
12.120.0.1.04.121.0007.2284- DESENVOLVER AS ATIVIDADES DAS SMP E DEPARTAMENTOS
3.3.90.35.00.00 - 1500000000 - Serviços de Consultoria R$ 18.600,00 (dezoito mil e seiscentos reais)

12.120.0.2 - DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO - DAE
12.120.0.2.17.512.0010.2289- DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO DAE
3.3.90.30.00.00 - 1500000000 - Material de Consumo R$ 20.000,00 (vinte mil reais)

T O T A L R$ 497.042,00

Art. 2º - Para cumprimento do artigo anterior e de acordo com o art. 43, parágrafo 1º inciso III da Lei Federal nº 4.320/64 ficam parcialmente anuladas as seguintes dotações orçamentárias:

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE, LAZER E DESPORTO
05.050.0.1 - GABINETE DO SECRETARIO E DEPENDÊNCIAS
05.050.0.1.12.122.0011.2037- DESENVOLVER AS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SEMECETEL
3.3.90.39.00.00 - 1500100100 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$ 20.000,00 (vinte mil reais)

05.050.0.2 - DEPARTAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL
05.050.0.2.12.361.0013.2049- DESENVOLVER ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO BÁSICA FUNDAMENTAL
3.3.90.39.00.00 - 1500100100 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$ 20.000,00 (vinte mil reais)

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
06.060.0.2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
06.060.0.2.10.301.0019.2130- DESENVOLVER E OPERACIONALIZAR AS ATIVIDADES DAS UBSs

Estado de Mato Grosso
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA
GABINETE DO PREFEITO

3.3.90.30.00.00 - 1600000000 - Material de Consumo R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)
3.3.90.39.00.00 - 1621000000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$ 80.000,00 (oitenta mil reais)

06.060.0.2.10.302.0020.2154- ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE
3.3.90.39.00.00 - 1600000000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$ 5.000,00 (cinco mil reais)

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.070.0.1 - GABINETE DO SECRETARIO E DEPENDÊNCIAS
07.070.0.1.08.122.0024.2186- DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA SMAS
3.3.90.39.00.00 - 1500000000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$ 20.000,00 (vinte mil reais)

07.070.0.2 - FMAS-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.070.0.2.08.244.0025.1127- REESTRUTURAÇÃO FISICA DAS UNIDADES DE ASSISTENCIA SOCIAL
4.4.90.51.00.00 - 1500000000 - Obras e Instalações R$ 60.000,00 (sessenta mil reais)

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
08.080.0.2 - DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS
08.080.0.2.25.752.0036.1166- SISTEMA DE MINIGERAÇÃO DE ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICA
4.4.90.51.00.00 - 1754000000 - Obras e Instalações R$ 112.042,00 (cento e doze mil e quarenta e dois reais)

09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL
09.090.0.1 - GABINETE DO SECRETÁRIO E DEPARTAMENTOS
09.090.0.1.20.606.0032.2246- MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE APOIO, TÉCNICO E ASSISTÊNCIA RURAL
3.3.90.30.00.00 - 1500000000 - Material de Consumo R$ 30.000,00 (trinta mil reais)

T O T A L R$ 497.042,00

Estado de Mato Grosso
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA**
**GABINETE DO PREFEITO**

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Olímpia
Estado de Mato Grosso
Em 07 de junho de 2023.

José Elpidio de Moraes Cavalcante
Prefeito Municipal

Weber Vieira Martins
Secr. Municipal de Administração



**LICITAÇÃO**
**CANCELAMENTO**

**EXTRATO DE CANCELAMENTO DO CREDOR REGISTRADO NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12000020/2023/PMNO, REFERENTE AO PREGÃO ELETRONICO Nº 020/2023/PMNO, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 059/2023/PMNO, TERMO DE CANCELAMENTO Nº 017/2023/PMNO, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 119/2023/PMNO. ÓRGÃO GERENCIADOR: O MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA- MT** inscrita

no CNPJ. Sob n. º 03.xxx.xxx/0001-30. **FORNECEDOR REGISTRADO: IGUAÇU COMERCIO DE GAS EIRELLI,** inscrita no CNPJ 12.xxx.xxx/0001-85. **OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇAO DE GENEROS ALIMENTICIOS PERECIVEIS (PANIFICAÇAO E AFINS) DESTINADOS A MERENDA ESCOLAR E AO USO NO ATENDIMENTO AOS PROGRAMAS OFERECIDOS PELO MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA/MT. MOTIVO:** O cancelamento, dar se pelo fato de que o fornecedor registrado deixa de atender as condições pré-estabelecidas exigidas na assinatura das atas de registro de preços, cujo o qual é vinculado ao seu CNPJ, e o fato de estas com as certidões ativas e sem restrições é documento exigido para ter condições básicas para se considerar habilitada do processo licitatório. Porém, como mencionado a empresa IGUAÇU COMERCIO DE GAS EIRELLI**,** inscrita no CNPJ 12. 835.034/0001-85, deixou de atender esse critério básico, mediante a isso, por iniciativa do órgão gerenciador aplica a lei de licitações 8.666/93 art. 79, inciso I, que é explicito no texto da lei que a administração deve proceder em cancelar o registro da fornecedora, em todas as atas e contratos onde estejam atrelados a seu CNPJ.

**JOSÉ ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE**

**PREFEITO MUNICIPAL**

---

**LICITAÇÃO**
**CANCELAMENTO**

**EXTRATO DE CANCELAMENTO DO CREDOR REGISTRADO NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12000012/2023/PMNO, REFERENTE AO PREGÃO ELETRONICO Nº 012/2023/PMNO, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 045/2023/PMNO, TERMO DE CANCELAMENTO Nº 016/2023/PMNO, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 118/2023/PMNO. ÓRGÃO GERENCIADOR: O MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA- MT** inscrita no CNPJ. Sob n. º 03.xxx.xxx/0001-30. **FORNECEDOR REGISTRADO: IGUAÇU COMERCIO DE GAS EIRELLI,** inscrita no CNPJ 12.xxx.xxx/0001-85. **OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PERECIVEIS (CARNES E AFINS) DESTINADOS A MERENDA ESCOLAR E AO USO NO ATENDIMENTO AOS PROGRAMAS OFERECIDOS PELO MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA-MT. MOTIVO:** O cancelamento, dar se pelo fato de que o fornecedor registrado deixa de atender as condições pré-estabelecidas exigidas na assinatura das atas de registro de preços, cujo o qual é vinculado ao seu CNPJ, e o fato de estas com as certidões ativas e sem restrições é documento exigido para ter condições básicas para se considerar habilitada do processo licitatório. Porém, como mencionado a empresa IGUAÇU COMERCIO DE GAS EIRELLI**,** inscrita no CNPJ 12.835.034/0001-85, deixou de atender esse critério básico, mediante a isso, por iniciativa do órgão gerenciador aplica a lei de licitações 8.666/93 art.79, inciso I, que é explicito no texto da lei que a administração deve proceder em cancelar o registro da fornecedora, em todas as atas e contratos onde estejam atrelados a seu CNPJ.

**JOSÉ ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE**

**PREFEITO MUNICIPAL**

---

**LICITAÇÃO**
**CANCELAMENTO**

**EXTRATO DE CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 1200009/2023/PMNO, REFERENTE AO PREGÃO ELETRONICO Nº 009/2023/PMNO, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 037/2023/PMNO, TERMO DE CANCELAMENTO Nº 015/2023/PMNO, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 117/2023/PMNO. ÓRGÃO GERENCIADOR: O MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA- MT** inscrita no CNPJ. Sob n. º 03.xxx.xxx/0001-30. **FORNECEDOR REGISTRADO: IGUAÇU COMERCIO DE GAS EIRELLI,** inscrita no CNPJ 12.xxx.xxx/0001-85. **OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇAO DE GENEROS ALIMENTICIOS PERECIVEIS (HORTIFRÚTIS) DESTINADOS A MERENDA ESCOLAR E AO USO NO ATENDIMENTO AOS PROGRAMAS DESENVOLVIDOS NO MUNICÍPIO DE NOVA OLIMPIA/MT. MOTIVO:** O cancelamento, dar se pelo fato de que o fornecedor registrado deixa de atender as condições pré-estabelecidas exigidas na assinatura das atas de registro de preços, cujo o qual é vinculado ao seu CNPJ, e o fato de estas com as certidões ativas e sem restrições é documento exigido para ter condições básicas para se considerar habilitada do processo licitatório. Porém, como mencionado a empresa IGUAÇU COMERCIO DE GAS EIRELLI**,** inscrita no CNPJ 12.835.034/0001-85, deixou de atender esse critério básico, mediante a isso, por iniciativa do órgão gerenciador aplica a lei de licitações 8.666/93 art.79, inciso I, que é explicito no texto da lei que a administração deve proceder em cancelar o registro da fornecedora, em todas as atas e contratos onde estejam atrelados a seu CNPJ.

**JOSÉ ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE**

**PREFEITO MUNICIPAL**

---

**LICITAÇÃO**
**AVISO DE REABERTURA E RETIFICAÇAO DE LICITAÇÃO**

**ORGAO/MUNICIPIO-**NOVA OLIMPIA /MT

**PROCESSO ADMINISTRATIVO-** Nº. 083/2023/PMNO

**PREGÃO ELETRONICO-** Nº. 035/2023/PMNO

**SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** MENOR PREÇO POR ITEM

**MODO DE DISPUTA:** ABERTO

**PREFERENCIA PARA ME/EPP/EQUIPARADAS:** NAO

**DATA :** 30/08/2023

**HORA:** 09:00 -HORARIO DE BRASÍLIA

**OBJETO:** REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇAO DE VEICULOS DIVERSOS PARA COMPOR A FROTA DO MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA/MT.

**PLATAFORMA ELETRÔNICA PARA REALIZAÇÃO DO CERTAME:** LICITANET

**PREGOEIRA OFICIAL**-ELIETE SILVA/PORT. 168/2023

Nova Olímpia/MT,16 de agosto de 2023.

---

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**DECRETO Nº. 066/2023.**

**DATA:** 16 DE AGOSTO DE 2023.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE MEMBROS DA COMISSÃO DE TRANSPORTE ESCOLAR DO MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA-MT, PREVISTA NA INSTRUÇÃO NORMATIVA N. º 001/GS/SEDUC/2016 DE 16 DE FEVEREIRO DE 2016.

**JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE,** PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

**D E C R E T A:**

**Art. 1º -** Nomear os membros da **Comissão de Transporte Escolar do Município de Nova Olímpia-MT,** com a finalidade de fiscalizar a execução do transporte pelo município, bem como deliberar sobre eventuais controvérsias.

**§ 1º -** A Comissão a que se refere esse artigo apresenta-se de forma paritária entre o Poder Público e a Sociedade, com renovação dos membros a cada **02 (dois) anos**, **pode ser reconduzido o membro uma única vez.**

**§ 2º -** A Comissão terá a seguinte composição:

| Representação | Nome Completo | CPF |
|---|---|---|
| Representante do poder Executivo | Valdeci Dos Anjos Gonçalves | CPF: 459.932.621-68 |
| Representante do FUNDEB/PENAT | Vilmar Rodrigues Ferreira | CPF: 010.422.501-70 |
| Representante da Assessoria Pedagógica | Sidnei Boz | CPF: 770.566.710-04 |
| Representante dos Professores da Rede Estadual | Alexandro Bastos | CPF: 012.198.231-98 |
| Representante dos Professores da Rede Municipal | Silvânia Pereira Araújo | CPF: 811.135.951-91 |
| Representante de Pais | Maria Tereza Nunes da Silva | CPF: 036.614.681-54 |
| Representante de Alunos | Luciano Alves de Souza | CPF: 088.842.671-290 |

**§ 3º -** A Comissão de Transporte Escolar Municipal deverá emitir parecer nas prestações de contas e relatório acerca das condições do Transporte Escolar no Município.

**Art. 2º -** Os Membros da Comissão do Transporte Escolar de Nova Olímpia-MT, não serão remunerados, devendo os serviços ser considerados de relevante interesse público.

**Art. 3º -** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Olímpia — MT, 16 de agosto de 2023.

**JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE**

**Prefeito Municipal**

Registrado e publicado nesta Secretaria, na data supra.

**WEBER VIEIRA MARTINS Secretário Municipal De Administração**

---

**LICITAÇÃO**
**CANCELAMENTO**

**EXTRATO DE CANCELAMENTO DO CREDOR REGISTRADO NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 1200008/2023/PMNO, REFERENTE AO PREGÃO ELETRONICO Nº 008/2023/PMNO, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 031/2023/PMNO, TERMO DE CANCELAMENTO Nº 014/2023/PMNO, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 116/2023/PMNO. ÓRGÃO GERENCIADOR: O MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA- MT** inscrita no CNPJ. Sob n. º 03.xxx.xxx/0001-30. **FORNECEDOR REGISTRADO: IGUAÇU COMERCIO DE GAS EIRELLI,** inscrita no CNPJ 12.xxx.xxx/0001-85. **OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇAO DE GENEROS ALIMENTICIOS NÃO PERECIVEIS DESTINADOS A MERENDA ESCOLAR E AO USO DOS PREDIOS PUBLICOS PARA O ATENDIMENTO AOS MUNICIPES DE NOVA OLIMPIA/MT. MOTIVO:** O cancelamento, dar se pelo fato de que o fornecedor registrado deixa de atender as condições pré-estabelecidas exigidas na assinatura das atas de registro de preços, cujo o qual é vinculado ao seu CNPJ, e o fato de estas com as certidões ativas e sem restrições é documento exigido para ter condições básicas para se considerar habilitada do processo licitatório. Porém, como mencionado a empresa IGUAÇU COMERCIO DE GAS EIRELLI**,** inscrita no CNPJ 12.835.034/0001-85, deixou de atender esse critério básico, mediante a isso, por iniciativa do órgão gerenciador aplica a lei de licitações 8.666/93 art.79, inciso I, que é explicito no texto da lei que a administração deve proceder em cancelar o registro da fornecedora, em todas as atas e contratos onde estejam atrelados a seu CNPJ.

**JOSÉ ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE**

**PREFEITO MUNICIPAL**

---

**LICITAÇÃO**
**AVISO DE LICITAÇÃO**

**ORGAO/MUNICIPIO-**NOVA OLIMPIA /MT

**PROCESSO ADMINISTRATIVO-** Nº. 087/2023/PMNO

**PREGÃO ELETRONICO-** Nº. 037/2023/PMNO

**SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** MENOR PREÇO POR ITEM

**MODO DE DISPUTA:** ABERTO

**PREFERENCIA PARA ME/EPP/EQUIPARADAS:** SIM

**DATA :** 31/08/2023

**HORA:** 09:00 -HORARIO DE BRASÍLIA

**OBJETO:** REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE CALHAS PARA OS PREDIOS PUBLICOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA/MT.

**PLATAFORMA ELETRÔNICA PARA REALIZAÇÃO DO CERTAME:** LICITANET

**PREGOEIRA OFICIAL**-ELIETE SILVA/PORT. 168/2023

As especificações detalhadas encontram-se em anexo acompanhado do edital. O edital completo poderá ser obtido pelos interessados através do site **www.novaolimpia.mt.gov.br** plataforma eletrônica LICITANET**www.licitanet.com.br**. As dúvidas sobre o certame serão dirimidas no departamento de licitações de segunda a sexta-feira no prédio da prefeitura municipal de Nova Olímpia localizado na Rua Wilson de Almeida, nº 259 s Bairro Jardim Ouro Verde, Cidade de Nova Olímpia/ MT, no horário de 07h00-min as 11h00min das 13h00min às 17h00min, ou contatar pelo telefone (65) 3332-1130.

Nova Olímpia/MT, 16 de agosto de 2023.

---

**LICITAÇÃO**
**ERRATA DE PUBLICAÇAO**

RETIFICA-SE O EXTRATO DA ATA DE JULGAMENTO DA SESSAO DO PREGÃO ELETRONICO- SRP Nº. 033/2023/PMNO que circulou no dia 7 de Agosto de 2023 • Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso • ANO XVIII | N° 4.292.

ONDE SE LÊ:

LICITANTE (s) VENCEDOR (s): TECKI9 ENERGIA LTDA-10.782.960/0001-04- Valor Global=R$ 156.454,35 (cento e cinquenta e cinquenta e seis mil quatrocentos e cinquenta e quatro reais e trinta e cinco centavos)** MENDONCA JUNIOR COMERCIAL LTDA-44.873.952/0001-95-Valor Global= R$ 2.979,00 (dois mil novecentos e setenta e nove reais) **ART COLOR SERVICOS LTDA-19.409.914/0001-3913 Valor Global= R$ 4.902,22 (quatro mil novecentos e dois reais e vinte e dois centavos)**DELVALLE MATERIAIS ELETRICOSEIRELI-37.227.550/0001-58. Valor Global= R$ 1.436,54 (mil quatrocentos e trinta e seis reais e cinquenta e quatro centavos) ** 3E COMERCIO E SERVICOS LTDA-29.516.527/0001-55 Valor Global= R$1.695,41 (mil seiscentos e noventa e cinco reais e quarenta e um centavos) ** F LUZ ATACADISTA MATERIAL LTDA -48.687.778/0001-47 Valor Global= R$ 344,96 (trezentos e quarenta e quatro reais e noventa e seis centavos).

LEIA-SE:

TECKI9 ENERGIA LTDA- 10.782.960/0001-04 valor global-R$ 261.374,08 (duzentos e sessenta e um mil trezentos e setenta e quatro reais e oito centavos)** MENDONCA JUNIOR COMERCIAL LTDA-44.873.952/0001-95 valor global R$6.594,85 ( seis mil quinhentos e noventa e quatro reais e oitenta e cinco centavos) ** DELVALLE MATERIAIS ELETRICOS EIRELI 37.227.550/0001-58- valor global 10.375,08 (dez mil trezentos e setenta e cinco reais e oito centavos)** 3E COMERCIO E SERVICOS LTDA 29.516.527/0001-55 valor global R$7.094,89 ( sete mil noventa e quatro reais e oitenta e nove centavos)**F LUZ ATACADISTA MATERI-

AL LTDA 48.687.778/0001-47 valor global R$ 1.009,31( mil e nove reais e trinta e um centavo)**POTENCIAL COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA 07.217.941/0001-20 valor global R$ 3.181,14(três mil cento e oitenta e um real e catorze centavos) **MACROMMERCE LTDA 47.977.771/0001-05 valor global R$450,30 (quatrocentos e cinquenta reais e trinta centavos) **COTEPOSTES POSTES E TRANSFORMADORES ELETRICOS LTDA 02.507.465/0001-69 valor global R$290,00 (duzentos e noventa reais)**WM2 COMERCIO E SERVICOS LTDA 45.725.095/0001-49 valor global R$3.749,94 (três mil setecentos e quarenta e nove reais e noventa e quatro centavos) **MAGNOLIA PAZ DE ALMEIDA FERRONATO 42.526.229/0002-95 valor global R$370,00 (trezentos e setenta reais)

Nova Olímpia/MT, 16 de agosto de 2023.

Eliete Silva

Pregoeira Oficial

Portaria nº 168/2023.

**DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE**
**DECRETO Nº. 00052/2023**

Estado de Mato Grosso
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA**
**GABINETE DO PREFEITO**

Decreto Nº 00052/2023
Data: 26/06/2023
Sumula: Abre Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

José Elpidio de Moraes Cavalcante, Prefeito Municipal de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e especialmente a Lei n. º 01303/2022.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento do Município um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 63.960,00 (sessenta e três mil e novecentos e sessenta reais), para atender as seguintes dotações orçamentárias:

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE, LAZER E DESPORTO
05.050.0.2 - DEPARTAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL
05.050.0.2.12.361.0013.2049 - DESENVOLVER ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO BÁSICA FUNDAMENTAL
4.4.90.52.00.00 - 2569000000 - Equipamentos e Material Permanente R$ 44.460,00 (quarenta e quatro mil e quatrocentos e sessenta reais)

05.050.0.3 - DEPARTAMENTO DO ENSINO INFANTIL
05.050.0.3.12.365.0012.1017 - AQUISIÇÃO DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS PARA EDUCAÇÃO INFANTIL
4.4.90.52.00.00 - 2569000000 - Equipamentos e Material Permanente R$ 19.500,00 (dezenove mil e quinhentos reais)

T O T A L R$ 63.960,00

Estado de Mato Grosso
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA
GABINETE DO PREFEITO

Art. 2º - Para cumprimento do credito autorizado serão utilizados os recursos mencionados no Art. 43, inciso I da Lei Federal nº. 4.320/1964, provenientes de Superávit Financeiro apurado no exercício anterior nas fontes de recursos de livre aplicação.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Olímpia
Estado de Mato Grosso
Em 26 de junho de 2023.

José Elpidio de Moraes Cavalcante
Prefeito Municipal

Weber Vieira Martins
Secr. Municipal de Administração

**DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE**
**DECRETO Nº. 00041/2023**

**Estado de Mato Grosso**
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA**
**GABINETE DO PREFEITO**

Decreto Nº 00041/2023
Data: 01/06/2023
Sumula: Abre Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

José Elpidio de Moraes Cavalcante, Prefeito Municipal de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e especialmente a Lei n. º 01303/2022.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento do Município um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 3.140.234,84 (três milhões, cento e quarenta mil, duzentos e trinta e quatro reais e oitenta e quatro centavos), para atender as seguintes dotações orçamentárias:

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
06.060.0.2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
06.060.0.2.10.301.0019.1048- AQUISIÇÃO DE EQUIP. E MATERIAL PERMANENTE PARA ATENÇÃO BASICA
4.4.90.52.00.00 - 2601000060 - Equipamentos e Material Permanente R$ 59.696,45 (cinquenta e nove mil, seiscentos e noventa e seis reais e quarenta e cinco centavos)
4.4.90.52.00.00 - 2631000060 - Equipamentos e Material Permanente R$ 48.628,60 (quarenta e oito mil, seiscentos e vinte e oito reais e sessenta centavos)

06.060.0.2.10.301.0019.2130- DESENVOLVER E OPERACIONALIZAR AS ATIVIDADES DAS UBSs
3.1.90.11.00.00 - 2621000000 - Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil R$ 285.763,57 (duzentos e oitenta e cinco mil, setecentos e sessenta e três reais e cinquenta e sete centavos)
3.3.90.30.00.00 - 2621000000 - Material de Consumo R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)
3.3.90.39.00.00 - 2621000000 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica R$ 950.000,00 (novecentos e cinquenta mil reais)

06.060.0.2.10.302.0020.2154- ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE
3.3.90.30.00.00 - 2632000000 - Material de Consumo R$ 300.000,00 (trezentos mil reais)
3.3.90.39.00.00 - 2632000000 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica R$ 226.966,13 (duzentos e vinte e seis mil, novecentos e sessenta e seis reais e treze centavos)

Estado de Mato Grosso
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA**
**GABINETE DO PREFEITO**

06.060.0.2.10.302.0040.2317- ENFRENTAMENTO EMERGENCIAL - COVID - 19
3.3.90.30.00.00 - 2602000080 - Material de Consumo R$ 165.924,11 (cento e sessenta e cinco mil, novecentos e vinte e quatro reais e onze centavos)
3.3.90.39.00.00 - 2602000080 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica R$ 800.000,00 (oitocentos mil reais)
4.4.90.52.00.00 - 2603000080 - Equipamentos e Material Permanente R$ 3.475,00 (três mil e quatrocentos e setenta e cinco reais)

06.060.0.2.10.303.0022.2144- DESENVOLVER AS ATIVIDADES DA FARMÁCIA BÁSICA
3.3.90.32.00.00 - 2600000060 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita R$ 49.780,98 (quarenta e nove mil, setecentos e oitenta reais e noventa e oito centavos)
3.3.90.32.00.00 - 2621000000 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita R$ 100.000,00 (cem mil reais)

T O T A L R$ 3.140.234,84

Art. 2º - Para cumprimento do credito autorizado serão utilizados os recursos mencionados no Art. 43, inciso I da Lei Federal nº. 4.320/1964, provenientes de Superávit Financeiro apurado no exercício anterior nas fontes de recursos de livre aplicação.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Olímpia
Estado de Mato Grosso
Em 01 de junho de 2023.

José Elpidio de Moraes Cavalcante
Prefeito Municipal

Weber Vieira Martins
Secr. Municipal de Administração

Rua Wilson de Almeida, nº 259-S, Bairro Jardim Ouro Verde, CEP:78.370-000- Nova Olímpia-MT,
CNPJ: 03.238.920/0001-30, Fone: (65) 3332-1130/3332-1152, ww.novaolimpia.mt.gov.br

**DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE**
**DECRETO Nº. 00049/2023**

**Estado de Mato Grosso**
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA**
**GABINETE DO PREFEITO**

Decreto Nº 00049/2023
Data: 23/06/2023
Sumula: Abre Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

José Elpidio de Moraes Cavalcante, Prefeito Municipal de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e especialmente a Lei n. º 01303/2022.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento do Município um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 813.241,00 (oitocentos e treze mil e duzentos e quarenta e um reais), para atender as seguintes dotações orçamentárias:

02 - CHEFIA DO EXECUTIVO
02.020.0.1 - GABINETE DO PREFEITO E DEPENDÊNCIAS
02.020.0.1.04.122.0002.2008- DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO
3.1.90.94.00.00 - 1500000000 - Indenizações e Restituições Trabalhistas R$ 21.000,00 (vinte e um mil reais)

02.020.0.1.04.122.0002.2012- DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA ASSESSORIA JURIDICA
3.1.90.94.00.00 - 1500000000 - Indenizações e Restituições Trabalhistas R$ 1.400,00 (um mil e quatrocentos reais)

03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
03.030.0.1 - GABINETE DO SECRETARIO E DEPENDÊNCIAS
03.030.0.1.04.122.0003.2021- DESENVOLVER AS ATIVIDADES SMAD
3.1.90.94.00.00 - 1500000000 - Indenizações e Restituições Trabalhistas R$ 1.300,00 (um mil e trezentos reais)
3.3.90.08.00.00 - 1500000000 - Outros Benefícios Assistenciais do Servidor ou do Militar R$ 5.700,00 (cinco mil e setecentos reais)
3.3.90.39.00.00 - 1500000000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$ 61.000,00 (sessenta e um mil reais)

04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
04.040.0.1 - GABINETE DO SECRETARIO E DEPENDÊNCIAS
04.040.0.1.04.123.0006.2031- DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA SEC. SMF
3.1.90.94.00.00 - 1500000000 - Indenizações e Restituições Trabalhistas R$ 4.307,00 (quatro mil e trezentos e sete reais)

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE, LAZER E DESPORTO
05.050.0.2 - DEPARTAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL
05.050.0.2.12.361.0013.2049- DESENVOLVER ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO BÁSICA FUNDAMENTAL
3.1.91.13.00.00 - 1500100100 - Obrigações Patronais R$ 5.240,00 (cinco mil e duzentos e quarenta reais)
3.3.90.30.00.00 - 1550000000 - Material de Consumo R$ 40.000,00 (quarenta mil reais)
3.3.90.39.00.00 - 1500100100 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$ 299.000,00 (duzentos e noventa e nove mil reais)
3.3.90.39.00.00 - 1550000000 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica R$ 20.000,00 (vinte mil reais)

05.050.0.4 - FUNDEB
05.050.0.4.12.361.0013.2079- GASTOS COM BENEFICIOS EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL - Rec 70 Perc FUNDEB
3.1.90.94.00.00 - 1540107000 - Indenizações e Restituições Trabalhistas R$ 4.000,00 (quatro mil reais)

05.050.0.8 - DEPARTAMENTO DE CULTURA E TURISMO
05.050.0.8.13.122.0016.2111- DESENVOLVER ATIVIDADES DO DEPTO DE CULTURA
3.3.90.39.00.00 - 1500000000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$ 8.000,00 (oito mil reais)

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
06.060.0.2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
06.060.0.2.10.122.0018.2123- DESENVOLVER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAUDE

3.1.90.94.00.00 - 1500100200 - Indenizações e Restituições Trabalhistas R$ 4.320,00 (quatro mil e trezentos e vinte reais)
06.060.0.2.10.301.0019.2130- DESENVOLVER E OPERACIONALIZAR AS ATIVIDADES DAS UBSs
3.1.90.11.00.00 - 1600000000 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil R$ 1.531,00 (um mil e quinhentos e trinta e um reais)

06.060.0.2.10.301.0019.2133- MANTER E OPERACIONALIZAR AS ATIVIDADES DA ACADEMIA DA SAÚDE
3.3.90.39.00.00 - 1500100200 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$ 5.000,00 (cinco mil reais)

06.060.0.2.10.301.0019.2135- MANTER E OPERACIONALIZAR AS ATIVIDADES DOS ACSs
3.1.90.13.00.00 - 1500100200 - Obrigações Patronais R$ 8.700,00 (oito mil e setecentos reais)
3.1.91.13.00.00 - 1500100200 - Obrigações Patronais R$ 12.800,00 (doze mil e oitocentos reais)
3.3.90.08.00.00 - 1600000000 - Outros Benefícios Assistenciais do Servidor ou do Militar R$ 2.600,00 (dois mil e seiscentos reais)

06.060.0.2.10.302.0020.2154- ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE
3.3.90.08.00.00 - 1500100200 - Outros Benefícios Assistenciais do Servidor ou do Militar R$ 15.926,00 (quinze mil e novecentos e vinte e seis reais)

06.060.0.2.10.302.0020.2159-
3.3.90.39.00.00 - 1500100200 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$ 7.000,00 (sete mil reais)

06.060.0.2.10.303.0022.2144- DESENVOLVER AS ATIVIDADES DA FARMÁCIA BÁSICA
3.1.90.13.00.00 - 1500100200 - Obrigações Patronais R$ 270,00 (duzentos e setenta reais)

06.060.0.2.10.305.0021.2173- MANTER AS ATIVIDADES DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA
3.1.90.04.00.00 - 1500100200 - Contratação por Tempo Determinado R$ 700,00 (setecentos reais)
3.1.90.13.00.00 - 1500100200 - Obrigações Patronais R$ 2.235,00 (dois mil e duzentos e trinta e cinco reais)

Estado de Mato Grosso
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA
GABINETE DO PREFEITO

3.3.90.08.00.00 - 1600000000 - Outros Benefícios Assistenciais do Servidor ou do Militar R$ 2.650,00 (dois mil e seiscentos e cinquenta reais)
07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.070.0.1 - GABINETE DO SECRETARIO E DEPENDÊNCIAS
07.070.0.1.08.122.0024.2186- DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA SMAS
3.1.90.94.00.00 - 1500000000 - Indenizações e Restituições Trabalhistas R$ 4.309,00 (quatro mil e trezentos e nove reais)

07.070.0.2 - FMAS-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.070.0.2.08.244.0026.2310- MANUTENÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL
3.3.90.30.00.00 - 1660000000 - Material de Consumo R$ 10.000,00 (dez mil reais)

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
08.080.0.1 - GABINETE DO SECRETARIO E DEPENDÊNCIAS
08.080.0.1.04.122.0005.2226- DESENVOLVER AS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SMOSP
3.1.90.13.00.00 - 1500000000 - Obrigações Patronais R$ 1.020,00 (um mil e vinte reais)
3.1.90.94.00.00 - 1500000000 - Indenizações e Restituições Trabalhistas R$ 4.308,00 (quatro mil e trezentos e oito reais)
3.3.90.08.00.00 - 1500000000 - Outros Benefícios Assistenciais do Servidor ou do Militar R$ 3.050,00 (três mil e cinquenta reais)

08.080.0.2 - DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS
08.080.0.2.15.452.0036.2231- MANUTENÇÃO DA LIMPEZA URBANA
3.3.90.39.00.00 - 1500000000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$ 161.240,00 (cento e sessenta e um mil e duzentos e quarenta reais)

08.080.0.2.15.452.0036.2236- DESENVOLVER AS ATIVIDADES DO DEPTO DE SERVIÇOS URBANOS
3.3.90.93.00.00 - 1700000000 - Indenizações e Restituições R$ 30.779,00 (trinta mil e setecentos e setenta e nove reais)

08.080.0.3 - SETOR DE OBRAS E VIAÇÃO
08.080.0.3.26.782.0037.2242- DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO SETOR DE TRANSPORTES
3.3.90.08.00.00 - 1500000000 - Outros Benefícios Assistenciais do Servidor ou do Militar R$ 2.929,00 (dois mil e novecentos e vinte e nove reais)

Estado de Mato Grosso
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA
GABINETE DO PREFEITO

09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL
09.090.0.1 - GABINETE DO SECRETÁRIO E DEPARTAMENTOS
09.090.0.1.20.122.0005.2245- DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DE SMDER
3.1.90.94.00.00 - 1500000000 - Indenizações e Restituições Trabalhistas R$ 4.309,00 (quatro mil e trezentos e nove reais)
3.3.90.30.00.00 - 1500000000 - Material de Consumo R$ 38.000,00 (trinta e oito mil reais)

11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS
11.110.0.1 - GABINETE DO SECRETARIO E DEPENDÊNCIAS
11.110.0.1.04.122.0005.2268- DESENVOLVER AS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SMICS
3.1.90.94.00.00 - 1500000000 - Indenizações e Restituições Trabalhistas R$ 4.309,00 (quatro mil e trezentos e nove reais)

12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
12.120.0.1 - GABINETE DO SECRETÁRIO E DEPENDÊNCIAS
12.120.0.1.04.121.0007.2284- DESENVOLVER AS ATIVIDADES DAS SMP E DEPARTAMENTOS
3.1.90.94.00.00 - 1500000000 - Indenizações e Restituições Trabalhistas R$ 4.309,00 (quatro mil e trezentos e nove reais)

12.120.0.2 - DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO - DAE
12.120.0.2.17.512.0010.2289- DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO DAE
3.3.90.30.00.00 - 1500000000 - Material de Consumo R$ 10.000,00 (dez mil reais)

T O T A L R$ 813.241,00

Art. 2º - Para cumprimento do artigo anterior e de acordo com o art. 43, parágrafo 1º inciso III da Lei Federal nº 4.320/64 ficam parcialmente anuladas as seguintes dotações orçamentárias:

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE, LAZER E DESPORTO
05.050.0.1 - GABINETE DO SECRETARIO E DEPENDÊNCIAS

05.050.0.1.12.122.0011.2037- DESENVOLVER AS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SEMECETEL
3.3.90.39.00.00 - 1500100100 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$ 40.000,00 (quarenta mil reais)

05.050.0.2 - DEPARTAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL
05.050.0.2.12.361.0013.2049- DESENVOLVER ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO BÁSICA FUNDAMENTAL
3.3.90.39.00.00 - 1569000000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$ 20.000,00 (vinte mil reais)

05.050.0.2.12.361.0013.2057- TRANSPORTE ESCOLAR DOS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL
3.3.90.30.00.00 - 1500100100 - Material de Consumo R$ 8.000,00 (oito mil reais)

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
08.080.0.2 - DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS
08.080.0.2.25.752.0036.1166- SISTEMA DE MINIGERAÇÃO DE ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICA
4.4.90.51.00.00 - 1754000000 - Obras e Instalações R$ 580.001,00 (quinhentos e oitenta mil e um reais)

08.080.0.3 - SETOR DE OBRAS E VIAÇÃO
08.080.0.3.26.782.0037.2240- CONSERVAR E MANTER FROTA DO SETOR DE TRANSPORTE
3.3.90.30.00.00 - 1759000000 - Material de Consumo R$ 161.240,00 (cento e sessenta e um mil e duzentos e quarenta reais)

09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL
09.090.0.1 - GABINETE DO SECRETÁRIO E DEPARTAMENTOS
09.090.0.1.20.122.0005.2245- DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DE SMDER
3.3.90.39.00.00 - 1500000000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$ 4.000,00 (quatro mil reais)

T O T A L R$ 813.241,00

Estado de Mato Grosso
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA**
**GABINETE DO PREFEITO**

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Olímpia
Estado de Mato Grosso
Em 23 de junho de 2023.

José Elpidio de Moraes Cavalcante
Prefeito Municipal

Weber Vieira Martins
Secr. Municipal de Administração



**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA MUNICIPAL Nº 274 DE 16 DE AGOSTO DE 2023.**

**"QUE DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL"**

**JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE**, Prefeito Municipal de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais que lhe são inerentes por Lei, expede a seguinte portaria:

**R E S O L V E N D O:**

Art. 1º - Nomear a Senhora **MARIA DE FÁTIMA RAMOS DA SILVA,** brasileira, solteira,portadora da Cédula de Identidade RG nº 1*****1-4 SSP/MT e inscrita no CPF sob o nº 020.***.***-70, residente e domiciliada neste Município de Nova Olímpia-MT, para exercer a função de confiança popular Mandato Eletivo de **Conselheira do Conselho Tutelar Titular de Nova Olímpia/MT, até 09 de janeiro de 2024,** em razão da vacância do cargo, de acordo com a Lei Municipal nº 955 de 11 de maio de 2012 e Lei Municipal nº 1.034 de 26 maio de 2015.

Art. 2º - Os membros do Conselho Tutelar no exercício de suas funções receberão gratificação igual ao valor da remuneração do cargo em comissão de Chefe de Setor do Executivo Municipal, devendo qualquer alteração ser efetuada por lei municipal, cabendo ao servidor ora nomeado, vinculado e subordinado à **SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SMAS)**, todas as atividades e responsabilidades inerentes ao exercício da função.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 10 de Agosto de 2023.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

Gabinete do Prefeito Municipal em Nova Olímpia – MT, 16 de Agosto de 2023.

**JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE PREFEITO MUNICIPAL**

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Registrado Nesta Secretaria e Afixado no lugar de costume

Weber Vieira Martins

Secretário Municipal de Administração

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA

### DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
### EXTRATO DO CONTRATO Nº 066/2023

EXTRATO DO CONTRATO Nº 066/2023

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA/MT

PARTE CONTRATADA: MERCADO TRÊS IRMÃOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 12.729.350/0001-72

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE GÊNERO ALIMENTÍCIO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA MUNICIPALIDADE NO ATENDIMENTO DE EVENTOS CÍVICOS, HISTÓRICOS E CULTURAIS DO MUNICÍPIO DE NOVA SANTA HELENA-MT

VALOR: R$ 58.960,00 (Cinquenta e Oito Mil Novecentos e Sessenta Reais)

VIGÊNCIA: 16/08/2023 ATÉ 31/12/2023

DATA DE ASSINATURA: 16/08/2023

### SETOR CONTABILIDADE
### DECRETO SUPLEMENTAR Nº 042/2023

**SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:**

O Senhor PAULINHO BORTOLINI, Prefeito Municipal de NOVA SANTA HELENA, estado do MT, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido na Lei Municipal 1102/2023, e em consonância com a Lei Federal 4320/64.

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a proceder abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) nos termos do Artigo 41, inciso I da Lei Federal 4.320/64, para reforço de dotações e fontes de recursos no Orçamento vigente:

**Órgão: 08 - SECRETARIA MUN. DE SAÚDE E SANEAMENTO-SESAN**

**Unidade: 001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE Anulação parcial ou total de dotação**

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Cód. red.: | 268 | 08.001.10.301.0026.2027.3.3.90.30.1.600.3110000 | | 25.000,00 |
| Cód. red.: | 270 | 08.001.10.301.0026.2027.3.3.90.34.1.600.3110000 | | 450.000,00 |
| Cód. red.: | 272 | 08.001.10.301.0026.2027.3.3.90.39.1.600.3110000 | | 25.000,00 |
| | | | **Sub-Total:** | **500.000,00** |
| | | | **Total Parcial Suplementado:** | **500.000,00** |

Art. 2º - Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar Aberto conforme descrito no artigo anterior serão utilizados os recursos aqueles mencionados no inciso III parágrafo 1 do artigo 43 da Lei 4.320/64 oriundos de anulação parcial ou total de dotações.

**Órgão: 11 - SEC.MUN.TRANSPORTES, OBRAS E SERV.PUBLICOS-SETOP**

**Unidade: 002 - DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO Anulação parcial ou total de dotação**

Cód. red.: 471

11.002.17.512.0003.1019.4.4.90.51.1.700.0000000 500.000,00

**Sub-Total: 500.000,00**

**Total Parcial Reduzido: 500.000,00**

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

NOVA SANTA HELENA - MT, 16 de agosto de 2023

PAULINHO BORTOLINI

CPF: 631.762.201-97

Prefeito

## SETOR CONTABILIDADE
## RELATÓRIO DE OBRAS EM ANDAMENTO 2023– RETIFICADO

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA DE NOVA SANTA HELENA
ENGENHARIA

**RELATÓRIO DE OBRAS EM ANDAMENTO (2023)**

| RECURSO/CONVÊNIO | OBJETO | Nª CTR | ETAPA | VALOR CONTRATADO | ESTIMATIVA DE CONCLUSÃO | ADITIVOS | VALORES ADITADOS | VALOR CONTRATUAL REVISTO | VALOR EXECUTADO (MEDIDO) | % FISICO-FINANCEIRO EXECUTADO | SALDO A PAGAR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| SINFRA/MT | Pavimentação Asfáltica e Drenagem de Água Pluviais na Rua Pirajuí | 078/2021 | EM EXECUÇÃO | R$ 1.597.708,98 | 04/08/2023 | Acréscimo | R$ 409.006,94 | R$ 1.999.039,35 | R$ 1.714.754,38 | 85,8% | R$ 284.284,97 |
| | | | | | | Supressão | -R$ 7.676,57 | | | | |
| FUNASA | Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água no Município de Nova Santa Helena/MT. | 079/2021 | EM EXECUÇÃO | R$ 3.207.335,46 | 07/12/2023 | Acréscimo | | R$ 3.207.335,46 | R$ 2.651.176,45 | 82,7% | R$ 556.159,01 |
| | | | | | | Supressão | | | | | |
| PRÓPRIO | Pavimentação Diversas Ruas | 078/2022 | EM EXECUÇÃO | R$ 902.809,83 | 03/10/2023 | Acréscimo | R$ 225.306,95 | R$ 1.123.615,44 | R$ 1.062.610,62 | 94,6% | R$ 61.004,82 |
| | | | | | | Supressão | -R$ 4.501,34 | | | | |
| PRÓPRIO | Padronização Iluminação Pública | 19/2023 | EM EXECUÇÃO | R$ 269.562,58 | 00/01/1900 | Acréscimo | R$ - | R$ 269.562,58 | R$ - | 0,0% | R$ 269.562,58 |
| | | | | | | Supressão | R$ - | | | | |
| SEDUC/MT | Construção da Escola Estadual | 18/2023 | EM EXECUÇÃO | R$ 3.882.065,59 | 31/12/2024 | Acréscimo | R$ - | R$ 3.882.065,59 | R$ 720.393,21 | 18,6% | R$ 3.161.672,38 |
| | | | | | | Supressão | R$ - | | | | |
| PRÓPRIO | Construção da Sede do Obras | 29/2023 | EM EXECUÇÃO | R$ 419.329,44 | 15/08/2023 | Acréscimo | R$ - | R$ 419.329,44 | R$ 171.007,43 | 40,8% | R$ 248.322,01 |
| | | | | | | Supressão | R$ - | | | | |
| PRÓPRIO | Reforma Escola Monteiro Lobato | 036/2023 | EM EXECUÇÃO | R$ 413.157,59 | 12/09/2023 | Acréscimo | R$ 116.913,02 | R$ 504.986,54 | R$ 256.100,31 | 50,7% | R$ 248.886,23 |
| | | | | | | Supressão | -R$ 25.084,07 | | | | |
| PROPRIO | AMPLIAÇÃO DA CHURRASQUEIRA COMUNITÁRIA DO PARQUE DE EXPOSIÇÕES | 057/2023 | EM EXECUÇÃO | R$ 54.343,46 | 31/08/2023 | Acréscimo | R$ - | R$ 54.343,46 | R$ - | 0,0% | R$ 54.343,46 |
| | | | | | | Supressão | R$ - | | | | |
| | | | | | | Supressão | R$ - | | | | |
| quinta-feira, 3 de agosto de 2023 | | | | | | | | **R$ 11.460.277,86** | **R$ 6.576.042,40** | **57%** | **R$ 4.884.235,45** |

KADE R. D. PORFÍRIO
ENGENHEIRO CIVIL
CREA/MT 044239
PREFEITURA DE NOVA SANTA HELENA-MT
PORTARIA N° 04/2020

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

### SECRETARIA DE GABINETE
### DECRETO Nº 5.364, DE 16 DE AGOSTO DE 2023



**ESTADO DE MATO GROSSO**
**PREFEITURA MUNICIPAL NOVA XAVANTINA**
C.N.P.J.: 15.024.045/0001-73
Município: NOVA XAVANTINA

**Decreto Nº 5364, de 16 de agosto de 2023.**

Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento programa de 2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de NOVA XAVANTINA e autorização contida na Lei Municipal nº 2481/2022, de 23 de dezembro de 2022.

**D E C R E T A:**

**Art. 1º -** Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R$ 33.920,00, para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

09.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
09.001 - ASSISTÊNCIA SOCIAL
09.001.4.122.27.2040-3.3.50.43.00.00.00.00 - SUBVENCOES SOCIAIS R$7.920,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 7.920,00

08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
08.001 - INFRAESTRUTURA
08.001.4.122.24.2037-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA R$10.000,00
1.759.0000000 RECURSOS VICULADOS A FUNDOS 10.000,00

11.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA
11.001 - TURISMO E CULTURA
11.001.13.392.33.2047-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA R$15.000,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 15.000,00

09.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
09.004 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE
09.004.8.243.28.2041-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA R$1.000,00
2.500.0000000 (SF) - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 1.000,00

**Art. 2º -** Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:

09.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
09.001 - ASSISTÊNCIA SOCIAL
09.001.4.122.27.2040-3.3.90.14.00.00.00.00 - DIARIAS - CIVIL R$7.920,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 7.920,00

09.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
09.004 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE
09.004.8.243.28.2041-3.3.90.14.00.00.00.00 - DIARIAS - CIVIL R$1.000,00
2.500.0000000 (SF) - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 1.000,00

08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
08.001 - INFRAESTRUTURA
08.001.4.122.24.2037-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO R$10.000,00
1.759.0000000 RECURSOS VICULADOS A FUNDOS 10.000,00

11.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA
11.001 - TURISMO E CULTURA
11.001.13.392.33.2047-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO R$15.000,00
1.500.0000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 15.000,00

Sistema Contábil - Betha Sistemas. Usuário: MarceloGFerreira. Emissão: 16/08/2023, às 17:36:12. Protocolo: bb79cc9f-5075-4bce-bb49-d1bcd2a156d8

**ESTADO DE MATO GROSSO**
**PREFEITURA MUNICIPAL NOVA XAVANTINA**
C.N.P.J.: 15.024.045/0001-73
Município: NOVA XAVANTINA

**Art. 3º -** Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**SECRETARIA DE GABINETE DO PREFEITO, 16 de agosto de 2023.**

**ASSESSORIA DE CONVÊNIOS**
**1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°. 56/2022**

**O MUNICIPIO DE NOVA XAVANTINA, MT** e a empresa **Hercon Construtora Eireli**, inscrita no CNPJ nº 14.020.137/0001-12, resolvem celebrar primeiro termo aditivo ao contrato nº 56/2022, de prorrogação de prazo de vigência, com a seguinte cláusula:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES**

Fica inserida de comum acordo a redação do subitem 3.1 da Cláusula Terceira que passa a ter a seguinte redação:

3.1 - O prazo de vigência inicia na data de assinatura do contrato com término em 31 de dezembro de 2024, podendo ser prorrogado no interesse da Administração nos termos da Lei nº 8.666/93.

João Machado Neto

Prefeito Municipal

---

**LICITAÇÃO**
**COMISSAO DE LICITACAO CONTRATO N.º 045/2023**

**O MUNICÍPIO NOVA XAVANTINA- MT** e a empresa **GERACAO - CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA**, inscrito no **CNPJ n. º 06.332.201/0001-72.** O presente contrato tem por objeto oADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013/2023, ORIUNDA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2023, PROMOVIDO PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO/MT, QUE TEM POR OBJETO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE PROJETO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E DEMARCAÇÃO URBANÍSTICA NOS TERMOS DA LEI DE Nº 13.465/2017 COM OBJETIVO DE ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍCIPIO DE NOVA XAVANTINA-MT.Com as especificações descritas no correspondente processo de contratação, parte integrante do presente instrumento. O valor global deste contrato de R$ 730.000,00 (setecentos e trinta mil reais).

***JOÃO MACHADO NETO***

Prefeito Municipal

---

**LICITAÇÃO**
**COMISSAO DE LICITACAO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 085/2023**

**O MUNICÍPIO NOVA XAVANTINA-MT** e a empresa**ADIMAR ALVES DA SILVA,** inscrita no **CNPJ nº 19.080.732/0001-67.** O objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE MEIO FIO E SARJETAS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, CONFORME PROJETO EM ANEXO DO EDITAL. A presente Ata de Registro de preço terá a validade de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura.

**JOÃO MACHADO NETO**

Prefeito

---

**LICITAÇÃO**
**COMISSAO DE LICITACAO CONTRATO N.º 044/2023**

**O MUNICÍPIO NOVA XAVANTINA- MT** e a empresa **BOMSUCESSO TRANSPORTES EIRELI**, inscrito no **CNPJ n. º 06.248.391/0001-44.** O presente contrato tem por objeto oPARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS, CAMINHÕES E EQUIPAMENTOS PARA EXECUÇÃO E MANUTENÇÃO DAS VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA-MT**.** Com as especificações descritas no correspondente processo de contratação, parte integrante do presente instrumento. O valor global deste contrato de R$ 2.630.345,41 (dois milhões e seiscentos e trinta mil e trezentos e quarenta e cinco reais e quarenta e um centavos**).**

***JOÃO MACHADO NETO***

Prefeito Municipal

---

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**
**RESOLUÇÃO 007/C.M.A.S- NXMT/2023**

RESOLUÇÃO Nº. 007/C.M.A.S-NXMT/2023

ANALISE, DELIBERAÇÃO, DISCUSSÃO, VOTAÇÃO E APROVAÇÃO DO PLANO EXECUTIVO DO PROCAD- SUAS E ASSUNTO ENCAMINHADO PELO SEI/MC – Nº 13857572.

O Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Nova Xavantina MT, nomeado através da Portaria nº. 1053, de 16 de junho de 2021, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas nos termos da Lei Municipal nº. 658, de 11 de março de 1996 e do Regimento Interno, de 29 de março de 1996;

**RESOLVE:**

I. ANÁLISE, DELIBERAÇÃO, DISCUSSÃO, VOTAÇÃO E APROVAÇÃO POR UNANIMIDADE APÓS AUDIENCIA REFERENTE AO ENCAMINHAMENTO PELA SEI/MC – Nº13857572- CARTA – COM A PRESENÇA DO DENUNCIANTE DE NOVA VISITA DOMICILIAR DE AVERIGUAÇÃO CADASTRAL DO COORDENADOR DO CADASTRO ÚNICO E DO ASSISTENTE SOCIAL COM INTUITO DE CONSTATAR A VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES;

II.ANÁLISE, DELIBERAÇÃO, DISCUSSÃO, VOTAÇÃO E APROVAÇÃO, PARECER **FAVORÁVEL POR UNANIMIDADE** DO PLANO EXECUTIVO DO PROCAD - SUAS,

III. ESTA RESOLUÇÃO ENTRA EM VIGOR NA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO.

Nova Xavantina MT, 04 de Julho de 2023.

ELISÂNGELA F. M. A. DA SILVA

Presidente do C.M.A.S-NX/MT

Portaria nº. 1053/ 2021

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE

**GABINETE DO PREFEITO**
**DECRETO: 045/2023**

**O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, Sr. FELIPINHO HONÓRIO DE OLIVEIRA, uso de suas atribuições legais.**

**D E C R E T A**

**Artigo 1º -** Fica aberto no orçamento - programa da Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte – MT., do exercício de 2.023, um crédito suplementar no valor de **R$ 689.500,00 (SEISCENTOS E OITENTA E NOVE MIL E QUINHENTOS REAIS)**, autorizado pela Lei Municipal nº. 1.415 de 13 de dezembro de 2022, nas dotações abaixo discriminadas:

0408-10.002.12.361.0128.2197.339039000000-SUPLEMENTACAO 20.000,00 0406-10.002.12.361.0128.2197.339030000000-SUPLEMENTACAO 70.000,00 0200-08.002.10.301.0122.2123.339030000000-SUPLEMENTACAO 50.000,00 0212-08.002.10.301.0122.2187.339030000000-SUPLEMENTACAO 25.000,00 0543-11.001.26.122.0125.2136.339030000000-SUPLEMENTACAO 1.000,00 0231-08.002.10.302.0122.2125.339030000000-SUPLEMENTACAO 50.000,00 0398-10.002.12.361.0128.2158.339039000000-SUPLEMENTACAO 10.000,00 0395-10.002.12.361.0128.2158.339030000000-SUPLEMENTACAO 1.000,00 0233-08.002.10.302.0122.

2125.339039000000-SUPLEMENTACAO 60.000,00 0319-09.005.08.244.0126.2196.339030000000-SUPLEMENTACAO 5.000,00 0441-10.002.12.365.0128.2159.339030000000-SUPLEMENTACAO 1.000,00 0106-06.004.04.122.0125.1146.449052000000-SUPLEMENTACAO 18.300,00 0500-10.005.13.392.0125.2175.339014000000-SUPLEMENTACAO 1.000,00 0610-12.001.20.122.0127.2148.339030000000-SUPLEMENTACAO 10.000,00 0232-08.002.10.302.0122.2125.339036000000-SUPLEMENTACAO 5.500,00 0238-08.002.10.302.0122.2191.339039000000-SUPLEMENTACAO 25.000,00 0270-08.002.10.305.0122.2193.339039000000-SUPLEMENTACAO 2.000,00 0150-08.002.10.122.0122.1139.449052000000-SUPLEMENTACAO 100.000,00 0214-08.002.10.301.0122.2187.339039000000-SUPLEMENTACAO 3.500,00 0574-11.003.15.451.0123.2131.339030000000-SUPLEMENTACAO 10.000,00 0186-08.002.10.301.0122.2122.319113000000-SUPLEMENTACAO 30.000,00 0444-10.002.12.365.0128.2159.339039000000-SUPLEMENTACAO 500,00 0447-10.002.12.365.0128.2160.339030000000-SUPLEMENTACAO 700,00 0613-12.001.20.122.0127.2148.339039000000-SUPLEMENTACAO 10.000,00 0564-11.002.26.782.0124.2137.339030000000-SUPLEMENTACAO 30.000,00 0144-07.002.04.123.0132.2177.339039000000-SUPLEMENTACAO 10.000,00 0583-11.003.25.752.0123.2135.339039000000-SUPLEMENTACAO 110.000,00 0132-07.001.28.846.0132.2177.339047000000-SUPLEMENTACAO 30.000,00

**TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 689.500,00**

**Artigo 2º -** Para dar cobertura ao crédito suplementar aberto no artigo anterior das dotações acima especificadas será utilizado em igual importância por anulação parcial ou total das seguintes dotações, do orçamento-programa do exercício de 2023, abaixo discriminadas, nos termos do artigo 42 e 43 da Lei Federal nº 4320/64:

| | |
|---|---|
| 0233-08.002.10.302.0122.2125.339039000000-REDUCAO | 80.000,00 |
| 0132-07.001.28.846.0132.2177.339047000000-REDUCAO | 50.000,00 |
| 0041-02.003.04.122.0125.2139.339039000000-REDUCAO | 50.000,00 |
| 0040-02.003.04.122.0125.2139.339035000000-REDUCAO | 10.000,00 |
| 0107-06.004.04.122.0125.1163.449051000000-REDUCAO | 50.000,00 |
| 0108-06.004.04.122.0125.2139.319004000000-REDUCAO | 60.000,00 |
| 0111-06.004.04.122.0125.2139.319094000000-REDUCAO | 15.500,00 |
| 0112-06.004.04.122.0125.2139.339009000000-REDUCAO | 17.700,00 |
| 0117-06.004.04.122.0125.2139.339039000000-REDUCAO | 40.000,00 |
| 0122-06.004.04.122.0125.2185.339039000000-REDUCAO | 80.000,00 |
| 0130-07.001.04.123.0132.1160.449052000000-REDUCAO | 30.000,00 |
| 0147-07.002.28.843.0132.2179.329021000000-REDUCAO | 40.000,00 |
| 0148-07.002.28.843.0132.2179.469071000000-REDUCAO | 100.000,00 |
| 0149-07.002.28.846.0132.2186.339091000000-REDUCAO | 60.000,00 |
| 0171-08.002.10.122.0134.2126.319016000000-REDUCAO | 6.300,00 |

**TOTAL DAS REDUÇÕES 689.500,00**

**Artigo 3º -** Este decreto entrará e vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte (MT), em 03 de julho de 2023.**

**Felipinho Honório de Oliveira**

**Prefeito Municipal em Exercício**

---

**GABINETE DO PREFEITO**
**EDITAL DE PUBLICAÇÃO N° 012/2023**

**O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, Sr. Silvano Pereira Neves, torna público a quem possa interessar, que está à disposição nas dependências da Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do norte, O BALANCETE DE VERIFICAÇÃO DO PLANO PCASP, do mês de JULHO, do exercício de 2023, da Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte.**

**Novo Horizonte do Norte, em 16 de agosto de 2023**

**Silvano Pereira Neves**

**Prefeito Municipal**

---

**PREFEITURA/LICITACAO**
**AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO - SRP 015/2023 PROCESSO LICITATÓRIO 021/2023**

A **Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte – MT**, através do pregoeiro, torna público aos interessados a **Adjudicação** do processo licitatório cujo objeto é o **Registro de preços para futura e eventual aquisição de eletrodomésticos, eletroeletrônicos e moveis em geral,** conforme especificações e condições do edital e seus anexos, em favor das empresas vencedoras do certame, **Camila Evangelista Scarpari - ME**, inscrita no **CNPJ sob nº 48.873.648/0001-07,** com proposta no valor global de **R$ 49.805,00 (quarenta e nove mil, oitocentos e cinco reais)** para os **Itens 17, 30, 41, 82** e **83; Castro Equipamentos Ltda. - ME**, inscrita no **CNPJ sob nº 42.753.718/0001-07,** com proposta no valor global de **R$ 67.906,00 (Sessenta e sete mil, novecentos e seis reais)** para os **Itens 26, 33, e 44; LF Comércio de Equipamentos de Informática e Representações Ltda. - ME**, inscrita no **CNPJ sob nº 22.328.534/0001-84,** com proposta no valor global de **R$ 40.749,00 (Quarenta mil, setecentos e quarenta e nove reais)** para os **Itens 10, 21, 22, 23, 29, 44** e **50; Digiplus Tecnologia EIRELI - EPP**, inscrita no **CNPJ sob nº 00.478.911/0001-29,** com proposta no valor global de **R$ 1.106,00 (mil reais, cento e seis reais)** para o **Item 18; Erica de Fatima Gentil**, inscrita no **CNPJ sob nº 36.656.877/0001-82,** com proposta no valor global de **R$ 149.355,00 (cento e quarenta e nove mil, trezentos e cinquenta e cinco reais)** para os **Itens 07, 12, 14, 16, 20, 23, 27, 28, 29, 32, 45, 48, 49, 62, 63, 65, 66, 67, 84** e **85; Exclusive Comercio Ltda. – ME**, inscrita no **CNPJ sob nº 47.034.949/0001-76,** com proposta no valor global de **R$ 7.040,00 (sete mil e quarenta reais)** para o **Item 51; Franklin Reis Distribuidora de Moveis Ltda - EPP**, inscrita no **CNPJ sob nº 47.771.885/0001-96,** com proposta no valor global de **R$ 39.621,00 (trinta e nove mil, seiscentos e vinte e um reais)** para os **Itens 01, 05 e 08; Geld Comercio e Serviços de Engenharia Ltda. - ME**, inscrita no **CNPJ sob nº 47.822.491/0001-10,** com proposta no valor global de **R$ 57.855,00 (cinquenta e sete mil oitocentos e cinquenta e cinco reais)** para o **Item 77; Graffite Comercio e Serviços de Informática Ltda.** inscrita no **CNPJ sob nº 22.063.815/0001-52** com proposta no valor global de **R$ 41.938,20 (quarenta e um mil, novecentos e trinta e oito reais e vinte centavos)** para os **Itens 10, 25, 38, 50 e 86; Griebler e Griebler Ltda. - ME** inscrita no **CNPJ sob nº 30.195.733/0001-90** com proposta no valor global de **R$ 27.478,00 (vinte e sete mil quatrocentos e setenta e oito reais)** para o **Item 52; HGC Taveira Comercio De Moveis - EIRELI.** inscrita no **CNPJ sob nº 05.258.798/0001-90** com proposta no valor global de **R$ 33.584,00 (trinta e três mil e quinhentos e oitenta e quatro reais)** para os **Itens 02, 06, 22 e 44; Inova Tech Informática EIRELI** inscrita no **CNPJ sob nº 28.706.488/0001-96** com proposta no valor global de **R$ 22.794,90 (Vinte e dois mil, setecentos e noventa e quatro e noventa centavos)** para os **Itens 13, 21, 31 e 37; LF Comércio De Equipamentos De Informática E Representações Ltda - ME.** inscrita no **CNPJ sob nº 22.328.534/0001-84** com proposta no valor global de **R$ R$ 27.710,00 (vinte e sete mil e setecentos e dez)** para os **Itens 04, 35, 39, 46, 61, 64 e 70; LicitaSP Distribuidor de Equipamentos Sociedade Unipessoal Ltda.** inscrita no **CNPJ sob nº 48.277.417/0001-22** com proposta no valor global de **R$ 16.759,62 (dezesseis mil, setecentos e cinquenta e nove e sessenta e dois centavos)** para o **Item 34; Mab Comercio de Produtos e Serviços Ltda – ME inscrita no CNPJ sob Nº 50.247.672/0001-74** com proposta no valor global de **R$ 12.292,00 (doze mil e duzentos e noventa e dois reais) para os itens 15 e 68; Mega Licitações Ltda. - EPP.** inscrita no **CNPJ sob nº 45.650.883/0001-13** com proposta no valor global de **R$ 87.060,00 (oitenta e sete mil e sessenta reais)** para os **Itens 53, 54, 55 e 58; Microtecnica Informática Ltda.** inscrita no **CNPJ sob nº 01.590.728/0009-30** com proposta no

valor global de **R$ 33.176,58 (trinta e três mil, cento e setenta e seis mil e cinquenta e oito centavos)** para o **Item 43; Plenitude Comercio Atacadista e Varejista EIRELI.** inscrita no **CNPJ sob nº 36.838.236/0001-49** com proposta no valor global de **R$ 8.802,00 (oito mil e oitocentos e dois reais)** para o **Item 59; Projeto K Studio de Projeto Ltda.** inscrita no **CNPJ sob nº 30.657.838/0001-13** com proposta no valor global de **R$ 4. 050,00 (quatro mil e cinquenta reais)** para o **Item 03; R.R. Lopes EIRELI - Me.** inscrita no **CNPJ sob nº 22.548.304/0001-20** com proposta no valor global de **R$ 16.776,00 (dezesseis mil e setecentos e setenta e seis reais)** para os **Itens 69, 71, 72, 73, 74, 75, 78, 79 e 81; RCC Comercio de Eletrônicos Ltda.** inscrita no **CNPJ sob nº 08.096.586/0001-41** com proposta no valor global de **R$ 27.327,00 (vinte e sete mil e trezentos e vinte sete reais)** para os **Itens 76 e 80; Seaopen Refrigeração E Moveis Ltda.** inscrita no **CNPJ sob nº 24.487.206/0001-56** com proposta no valor global de **R$ 978,00 (novecentos e setenta e oito reais)** para o **Item 60; Superar EIRELI.** inscrita no **CNPJ sob nº 13.482.516/0001-61** com proposta no valor global de **R$ 20.880,00 (vinte mil e oitocentos e oitenta reais)** para o **Item 47; Web Tecnologia Ltda.** inscrita no **CNPJ sob nº 47. 400.801/0001-08** com proposta no valor global de **R$ 6.397,00 (seis mil e trezentos e noventa e sete reais)** para os **Itens 09, 42 e 56;** O **Item 19** foi declarado **Deserto**e os **Itens 11, 24, 36** e **57** foram declarados **Fracassados.** Maiores informações nos endereços eletrônicos www.portaldecompraspublicas.com.br e portal da transparência www.novohorizontedonorte.mt.gov.br.

Novo Horizonte do Norte-MT, 15 de agosto de 2023.

**JULIANO GAMBA**

Pregoeiro

**PREFEITURA/LICITACAO**
**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO - SRP 015/2023**
**PROCESSO LICITATÓRIO 021/2023**

**OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de eletrodomésticos, eletroeletrônicos e moveis em geral,** conforme especificado no anexo I – termo de referência do edital.

A **Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte – Estado de Mato Grosso,** neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. **Silvano Pereira Neves** no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, torna público à vista do resultado conclusivo emitido pelo pregoeiro que fez a adjudicação do processo como vencedoras as empresas **Camila Evangelista Scarpari - ME**, inscrita no **CNPJ sob nº 48.873.648/0001-07,** com proposta no valor global de **R$ 49.805,00 (quarenta e nove mil, oitocentos e cinco reais)** para os **Itens 17, 30, 41, 82** e **83; Castro Equipamentos Ltda. - ME**, inscrita no **CNPJ sob nº 42.753.718/0001-07,** com proposta no valor global de **R$ 67.906,00 (Sessenta e sete mil, novecentos e seis reais)** para os **Itens 26, 33, e 44; LF Comércio de Equipamentos de Informática e Representações Ltda. - ME**, inscrita no **CNPJ sob nº 22.328.534/0001-84,** com proposta no valor global de **R$ 40.749,00 (Quarenta mil, setecentos e quarenta e nove reais)** para os **Itens 10, 21, 22, 23, 29, 44** e **50; Digiplus Tecnologia EIRELI - EPP**, inscrita no **CNPJ sob nº 00.478.911/0001-29,** com proposta no valor global de **R$ 1.106,00 (mil reais, cento e seis reais)** para o **Item 18; Erica de Fatima Gentil**, inscrita no **CNPJ sob nº 36.656.877/0001-82,** com proposta no valor global de **R$ 149.355,00 (cento e quarenta e nove mil, trezentos e cinquenta e cinco reais)** para os **Itens 07, 12, 14, 16, 20, 23, 27, 28, 29, 32, 45, 48, 49, 62, 63, 65, 66, 67, 84** e **85; Exclusive Comercio Ltda. – ME**, inscrita no **CNPJ sob nº 47.034.949/0001-76,** com proposta no valor global de **R$ 7.040,00 (sete mil e quarenta reais)** para o **Item 51; Franklin Reis Distribuidora de Moveis Ltda - EPP**, inscrita no **CNPJ sob nº 47.771.885/0001-96,** com proposta no valor global de **R$ 39.621,00 (trinta e nove mil, seiscentos e vinte e um reais)** para os **Itens 01, 05 e 08; Geld Comercio e Serviços de Engenharia Ltda. - ME**, inscrita no **CNPJ sob nº 47.822.491/0001-10,** com proposta no valor global de **R$ 57. 855,00 (cinquenta e sete mil oitocentos e cinquenta e cinco reais)** para o **Item 77; Graffite Comercio e Serviços de Informática Ltda.** inscrita no **CNPJ sob nº 22.063.815/0001-52** com proposta no valor global de **R$ 41.938,20 (quarenta e um mil, novecentos e trinta e oito reais e vinte centavos)** para os **Itens 10, 25, 38, 50 e 86; Griebler e Griebler Ltda. - ME** inscrita no **CNPJ sob nº 30.195.733/0001-90** com proposta no valor global de **R$ 27.478,00 (vinte e sete mil quatrocentos e setenta e oito reais)** para o **Item 52; HGC Taveira Comercio De Moveis - EIRELI.** inscrita no **CNPJ sob nº 05.258.798/0001-90** com proposta no valor global de **R$ 33.584,00 (trinta e três mil e quinhentos e oitenta e quatro reais)** para os **Itens 02, 06, 22 e 44; Inova Tech Informática EIRELI** inscrita no **CNPJ sob nº 28.706.488/0001-96** com proposta no valor global de **R$ 22. 794,90 (Vinte e dois mil, setecentos e noventa e quatro e noventa centavos)** para os **Itens 13, 21, 31 e 37; LF Comércio De Equipamentos De Informática E Representações Ltda - ME.** inscrita no **CNPJ sob nº 22. 328.534/0001-84** com proposta no valor global de **R$ R$ 27.710,00 (vinte e sete mil e setecentos e dez)** para os **Itens 04, 35, 39, 46, 61, 64 e 70; LicitaSP Distribuidor de Equipamentos Sociedade Unipessoal Ltda.** inscrita no **CNPJ sob nº 48.277.417/0001-22** com proposta no valor global de **R$ 16.759,62 (dezesseis mil, setecentos e cinquenta e nove e sessenta e dois centavos)** para o **Item 34; Mab Comercio de Produtos e Serviços Ltda – ME inscrita no CNPJ sob Nº 50.247.672/0001-74** com proposta no valor global de **R$ 12.292,00 (doze mil e duzentos e noventa e dois reais) para os itens 15 e 68; Mega Licitações Ltda. - EPP.** inscrita no **CNPJ sob nº 45.650.883/0001-13** com proposta no valor global de **R$ 87.060,00 (oitenta e sete mil e sessenta reais)** para os **Itens 53, 54, 55 e 58; Microtecnica Informática Ltda.** inscrita no **CNPJ sob nº 01.590.728/0009-30** com proposta no valor global de **R$ 33.176,58 (trinta e três mil, cento e setenta e seis mil e cinquenta e oito centavos)** para o **Item 43; Plenitude Comercio Atacadista e Varejista EIRELI.** inscrita no **CNPJ sob nº 36.838.236/0001-49** com proposta no valor global de **R$ 8.802,00 (oito mil e oitocentos e dois reais)** para o **Item 59; Projeto K Studio de Projeto Ltda.** inscrita no **CNPJ sob nº 30.657.838/0001-13** com proposta no valor global de **R$ 4.050,00 (quatro mil e cinquenta reais)** para o **Item 03; R.R. Lopes EIRELI - Me.** inscrita no **CNPJ sob nº 22. 548.304/0001-20** com proposta no valor global de **R$ 16.776,00 (dezesseis mil e setecentos e setenta e seis reais)** para os **Itens 69, 71, 72, 73, 74, 75, 78, 79 e 81; RCC Comercio de Eletrônicos Ltda.** inscrita no **CNPJ sob nº 08.096.586/0001-41** com proposta no valor global de **R$ 27. 327,00 (vinte e sete mil e trezentos e vinte sete reais)** para os **Itens 76 e 80; Seaopen Refrigeração E Moveis Ltda.** inscrita no **CNPJ sob nº 24. 487.206/0001-56** com proposta no valor global de **R$ 978,00 (novecentos e setenta e oito reais)** para o **Item 60; Superar EIRELI.** inscrita no **CNPJ sob nº 13.482.516/0001-61** com proposta no valor global de **R$ 20.880,00 (vinte mil e oitocentos e oitenta reais)** para o **Item 47; Web Tecnologia Ltda.** inscrita no **CNPJ sob nº 47.400.801/0001-08** com proposta no valor global de **R$ 6.397,00 (seis mil e trezentos e noventa e sete reais)** para os **Itens 09, 42 e 56.** Diante do exposto, **RATIFICO** a adjudicação proferida pelo pregoeiro e **HOMOLOGO** a presente licitação nos termos do edital de licitação, seus anexos e proposta das empresas vencedoras.

Novo Horizonte do Norte – MT, em 16 de agosto de 2023.

**SILVANO PEREIRA NEVES**

Prefeito Municipal

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO

**LICITAÇÃO**
**AUTORIZAÇÃO/RATIFICAÇÃO DISPENSA Nº 28/2023 PROCESSO Nº 84/2023**

De: Prefeito Municipal de Novo Mundo

EXMO. Sr. ANTONIO MAFINI

Para: Secretaria de Administração de Novo Mundo

Senhora Luciana da Silva Betarelo

Após análise dos autos e com respaldo nos documentos a ele acostado é que AUTORIZO A AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS DE FANFARRA E ACESSORIOS PARA A BANDA MUNICIPAL DE FANFARRA DO MUNICIPIO DE NOVO MUNDO/MT, em atendimento a Secretaria Municipal de Assistência Social.

O VALOR GLOBAL DO PAGAMENTO é de R$ 4.592,82 para a empresa PAHUKA COMERCIO DE SOM EIRELI, inscrita no CNPJ. 37.495.785/0001-20

O pagamento deverá ser efetuado com RECURSOS DA DOTAÇÃO:0485.07.08.0011.001.244.2055.3390.30.00.00.00

Provenientes de dotação orçamentária das Secretarias Municipais de Assistência social do Município de Novo Mundo-MT.

Em tempo, atenta-se quanto a observância dos pareceres contábil e jurídico.

Novo Mundo/MT,16 de agosto de 2023.

_____

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal de Novo Mundo

**LICITAÇÃO**
**AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2023**
**PROCESSO ADM: Nº 80/2023**

**Objeto:** REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MULTIBRINQUEDO-PLAYGROUND DECOLAR PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS.

Empresas vencedoras valor total: R$372.000,00 (trezentos e setenta e dois mil reais): **APOLLO INDUSTRIA E COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA** (49145703000105) com o lote: 1 no valor total de R$372.000,00 (trezentos e setenta e dois mil reais).

NOVO MUNDO - MT, 16 de agosto de 2023

**ROSE MARLEI BLOTZ** CONDUTOR DE PROCESSOS

**LICITAÇÃO**
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 074/2023 TOMADA DE PREÇOS Nº 008/2023 ATO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

Tendo em vista o que consta dos autos do Processo de Licitação realizado na modalidade de TOMADA DE PREÇOS nº **008/2023**, e resultados apresentados pela Comissão Permanente de Licitação, **homologo** o presente certame para todos os efeitos previstos em lei. O objeto do Processo Licitatório é: “**. REFORMA E AMPLIAÇÃO DA SEDE DA SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL NO MUNICÍPIO DE NOVO MUNDO-MT.**

Novo Mundo – MT, em 16 de agosto de 2023.

ANTONIO MAFINI

**Prefeito Municipal**

**ADM CONTABILIDADE**
**DECRETO Nº 000043/2023**

**ESTADO DE MATO GROSSO**
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO**
CNPJ: 01614517000133
ALTO DA BELA VISTA, 0000012 - CENTRO
Telefone 06635396003
prefeitura_novomundo@hotmail.com

## DECRETO Nº 000043/2023

**SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:**

O Senhor ANTONIO MAFINI, Prefeito Municipal Municipal de NOVO MUNDO, estado do Mato Grosso, no uso d atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal **00613/2023** , e em consonância com a Lei Federal 4320/64

## DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Anual do Município, um Crédito Adicional Suplementar, no valor R$ 652.621,62 (Seiscentos e Cinquenta e Dois Mil e Seiscentos e Vinte e Um Real e Sessenta e Dois Centavos), destinado a reforçar as seguintes dotações do Orçamento Programa vigente:

**02.004-COORDENAÇÃO MUNCIPAL DE PROTECAO E DEFESA C**

**Anul. Total ou Parcial de Dotação**

| | | |
|---|---|---|
| 02.004.04.182.0002.2115.3.1.9.0.13.00.00.00 OBRIGACOES PATRONAIS | | |
| 1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos | | 1.000,00 |
| | **Sub-Total:** | **1.000,00** |

**02.005-PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO**

| | | |
|---|---|---|
| 02.005.03.092.0024.2008.3.1.9.0.11.00.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL | | |
| 1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos | | 6.000,00 |
| | **Sub-Total:** | **6.000,00** |

**03.001-GABINETE DO SECRETARIO ADMINISTRACAO**

| | | |
|---|---|---|
| 03.001.04.122.0002.1007.4.4.9.0.52.00.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | | |
| 1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos | | 33.000,00 |
| 03.001.04.122.0002.2015.3.1.9.0.04.00.00.00 CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO | | |
| 1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos | | 5.000,00 |
| 03.001.04.122.0002.2015.3.1.9.0.96.00.00.00 Ressarcimento de Despesas com Pessoal Requisitado | | |
| 1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos | | 17.623,62 |
| | **Sub-Total:** | **55.623,62** |

**04.002-DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE**

| | | |
|---|---|---|
| 04.002.04.123.0002.2122.3.3.9.0.39.00.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | | |
| 1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos | | 50.000,00 |
| | **Sub-Total:** | **50.000,00** |

**04.003-DEPARTAMENTO DE TRIBUTACAO E FISCALIZACAO**

| | | |
|---|---|---|
| 04.003.04.129.0002.2123.3.1.9.0.13.00.00.00 OBRIGACOES PATRONAIS | | |
| 1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos | | 1.000,00 |
| | **Sub-Total:** | **1.000,00** |

**05.001-GABINETE DO SECRETARIO DE EDUCACAO**

| | | |
|---|---|---|
| 05.001.12.128.0003.2136.3.3.9.0.14.00.00.00 DIARIAS - CIVIL | | |
| 1500100100-Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino | | 5.000,00 |
| | **Sub-Total:** | **5.000,00** |

**05.003-DIVISAO DE TRANSPORTE ESCOLAR**

| | | |
|---|---|---|
| 05.003.12.361.0006.2027.3.3.9.0.33.00.00.00 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO | | |
| 1550000000-Transferência do Salário-Educação | | 73.000,00 |
| 05.003.12.361.0006.2028.3.3.9.0.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO | | |
| 1576000000-Transferências de Recursos dos Estados para programas de educação | | 20.000,00 |

ESTADO DE MATO GROSSO
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO**
CNPJ: 01614517000133
ALTO DA BELA VISTA, 0000012 - CENTRO
Telefone 06635396003
prefeitura_novomundo@hotmail.com

## DECRETO Nº 000043/2023

| | | |
|---|---|---|
| 05.003.12.361.0006.2132.3.3.9.0.33.00.00.00 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO | | |
| 1500100100-Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino | | 73.000,00 |
| | **Sub-Total:** | **166.000,00** |

**05.004-DIVISAO DE ALIMENTACAO ESCOLAR**

| | | |
|---|---|---|
| 05.004.12.306.0003.2025.3.3.9.0.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO | | |
| 1552000000-Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentaç | | 10.000,00 |
| | **Sub-Total:** | **10.000,00** |

**05.005-EDUCACAO BASICA - FUNDEB 30**

| | | |
|---|---|---|
| 05.005.12.365.0026.2033.3.1.9.0.13.00.00.00 OBRIGACOES PATRONAIS | | |
| 1540000000-Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos | | 1.500,00 |
| | **Sub-Total:** | **1.500,00** |

**05.006-EDUCACAO BASICA - FUNDEB 70**

| | | |
|---|---|---|
| 05.006.12.365.0026.2091.3.1.9.0.11.00.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL | | |
| 1540107000-Identificação do percentual aplicado no pagamento da remuneração dos profission | | 100.000,00 |
| 05.006.12.365.0026.2091.3.1.9.0.13.00.00.00 OBRIGACOES PATRONAIS | | |
| 1540107000-Identificação do percentual aplicado no pagamento da remuneração dos profission | | 6.000,00 |
| | **Sub-Total:** | **106.000,00** |

**05.008-DEPARTAMENTO DE CULTURA**

| | | |
|---|---|---|
| 05.008.13.392.0007.1090.3.3.9.0.39.00.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | | |
| 1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos | | 13.158,00 |
| | **Sub-Total:** | **13.158,00** |

**06.001-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - GESTAO DO SUS**

| | | |
|---|---|---|
| 06.001.10.128.0021.2106.3.3.9.0.14.00.00.00 DIARIAS - CIVIL | | |
| 1500100200-Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde | | 5.000,00 |
| 06.001.10.301.0021.1032.4.4.9.0.52.00.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | | |
| 1500100200-Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde | | 116.900,00 |
| | **Sub-Total:** | **121.900,00** |

**06.002-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - ATENCAO BASICA**

| | | |
|---|---|---|
| 06.002.10.301.0016.2041.3.3.9.0.14.00.00.00 DIARIAS - CIVIL | | |
| 1500100200-Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde | | 5.000,00 |
| | **Sub-Total:** | **5.000,00** |

**06.003-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - MEDIA E ALTA COM**

| | | |
|---|---|---|
| 06.003.10.302.0017.2044.3.1.9.0.04.00.00.00 CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO | | |
| 1500100200-Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde | | 28.000,00 |
| 06.003.10.302.0017.2045.3.3.7.1.70.00.00.00 RATEIO PELA PARTICIPACAO EM CONSORCIO PUBLICO | | |
| 1500100200-Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde | | 14.000,00 |
| 06.003.10.302.0017.2134.3.3.9.0.48.00.00.00 Outros Auxilios Financeiros a Pessoas Fisicas | | |
| 1500100200-Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde | | 3.000,00 |
| | **Sub-Total:** | **45.000,00** |

**06.004-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - ASSISTENCIA FARM**

| | | |
|---|---|---|
| 06.004.10.303.0018.2046.3.3.9.0.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO | | |
| 1500100200-Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde | | 5.000,00 |

ESTADO DE MATO GROSSO
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO**
CNPJ: 01614517000133
ALTO DA BELA VISTA, 0000012 - CENTRO
Telefone 06635396003
prefeitura_novomundo@hotmail.com

## DECRETO Nº 000043/2023

| | | |
|---|---|---|
| | **Sub-Total:** | **5.000,00** |

**07.001-GABINETE DO(A) SECRETARIO(A) DE ASSIST. SO**

| | | |
|---|---|---|
| 07.001.08.244.0011.2055.3.1.9.0.04.00.00.00 CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO | | |
| 1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos | | 6.000,00 |
| | **Sub-Total:** | **6.000,00** |

**07.002-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**

| | | |
|---|---|---|
| 07.002.08.125.0011.2063.3.3.9.0.33.00.00.00 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO | | |
| 1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos | | 440,00 |
| 07.002.08.244.0011.2058.3.1.9.0.04.00.00.00 CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO | | |
| 1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos | | 10.000,00 |
| 07.002.08.244.0028.2099.4.4.9.0.52.00.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | | |
| 1661000000-Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social | | 2.000,00 |
| | **Sub-Total:** | **12.440,00** |

**08.002-DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E PECUARIA**

| | | |
|---|---|---|
| 08.002.20.605.0004.1048.4.4.9.0.51.00.00.00 OBRAS E INSTALACOES | | |
| 1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos | | 2.000,00 |
| | **Sub-Total:** | **2.000,00** |

**08.004-DEPARTAMENTO DE DESENV. ECONOMICO E EMP.**

| | | |
|---|---|---|
| 08.004.04.122.0002.2019.3.3.7.1.70.00.00.00 RATEIO PELA PARTICIPACAO EM CONSORCIO PUBLICO | | |
| 1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos | | 8.000,00 |
| | **Sub-Total:** | **8.000,00** |

**09.001-GABINETE DO SECRETARIO DE TRANSPORTE E OBRA**

| | | |
|---|---|---|
| 09.001.15.452.0010.2131.3.3.9.0.39.00.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | | |
| 1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos | | 30.000,00 |
| | **Sub-Total:** | **30.000,00** |

**09.005-DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO DAE**

| | | |
|---|---|---|
| 09.005.17.512.0010.2140.3.3.9.0.40.00.00.00 LOCACAO DE QUIPAMENTO E SOFTWARE | | |
| 1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos | | 2.000,00 |
| | **Sub-Total:** | **2.000,00** |
| | **Total Parcial Suplementado:** | **652.621,62** |

Art. 2º - Para cobertura do presente Crédito, anular-se-á parcialmente as seguintes dotações do Orçamento Programa vigente:

**02.003-ASSES. PLANEJ. E DESENV. SUSTENTAVEL**

**Anul. Total ou Parcial de Dotação**

| | | |
|---|---|---|
| 02.003.04.122.0002.2007.3.3.9.0.39.00.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | | |
| 1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos | | 7.000,00 |
| | **Sub-Total:** | **7.000,00** |

**03.005-DEPARTAMENTO DE PATRIMONIO E FROTAS**

| | | |
|---|---|---|
| 03.005.04.122.0002.2125.3.1.9.0.13.00.00.00 OBRIGACOES PATRONAIS | | |
| 1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos | | 623,62 |
| 03.005.04.122.0002.2125.3.1.9.1.13.00.00.00 OBRIGACOES PATRONAIS | | |
| 1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos | | 4.000,00 |

ESTADO DE MATO GROSSO
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO**
CNPJ: 01614517000133
ALTO DA BELA VISTA, 0000012 - CENTRO
Telefone 06635396003
prefeitura_novomundo@hotmail.com

## DECRETO Nº 000043/2023

| | | |
|---|---|---|
| 03.005.04.122.0002.2125.3.3.9.0.14.00.00.00 DIARIAS - CIVIL | | |
| 1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos | | 2.000,00 |
| 03.005.04.122.0002.2125.3.3.9.0.40.00.00.00 LOCACAO DE QUIPAMENTO E SOFTWARE | | |
| 1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos | | 24.000,00 |
| | **Sub-Total:** | **30.623,62** |

**03.007-UNIDADE DE SERVICOS CONVENIADOS**

| | | |
|---|---|---|
| 03.007.04.122.0002.2127.3.1.9.0.13.00.00.00 OBRIGACOES PATRONAIS | | |
| 1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos | | 5.000,00 |
| 03.007.04.122.0002.2127.3.3.9.0.14.00.00.00 DIARIAS - CIVIL | | |
| 1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos | | 3.000,00 |
| 03.007.04.122.0002.2127.3.3.9.0.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO | | |
| 1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos | | 5.000,00 |
| 03.007.04.122.0002.2127.3.3.9.0.33.00.00.00 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO | | |
| 1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos | | 2.000,00 |
| 03.007.04.122.0002.2127.3.3.9.0.39.00.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | | |
| 1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos | | 10.000,00 |
| | **Sub-Total:** | **25.000,00** |

**04.003-DEPARTAMENTO DE TRIBUTACAO E FISCALIZACAO**

| | | |
|---|---|---|
| 04.003.04.129.0002.2123.3.3.9.0.14.00.00.00 DIARIAS - CIVIL | | |
| 1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos | | 1.000,00 |
| 04.003.04.129.0002.2123.3.3.9.0.40.00.00.00 LOCACAO DE QUIPAMENTO E SOFTWARE | | |
| 1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos | | 20.000,00 |
| 04.003.04.129.0002.2123.4.4.9.0.52.00.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | | |
| 1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos | | 10.000,00 |
| 04.003.04.129.0002.2133.3.3.9.0.31.00.00.00 Premiacoes Cult. Artist. Cient. Despe e Outras | | |
| 1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos | | 20.000,00 |
| | **Sub-Total:** | **51.000,00** |

**05.002-DEPARTAMENTO DE APOIO EDUCACIONAL**

| | | |
|---|---|---|
| 05.002.12.361.0003.2032.3.1.9.0.11.00.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL | | |
| 1500100100-Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino | | 201.658,00 |
| 05.002.12.361.0003.2032.3.1.9.1.13.00.00.00 OBRIGACOES PATRONAIS | | |
| 1500100100-Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino | | 100.000,00 |
| | **Sub-Total:** | **301.658,00** |

**06.002-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - ATENCAO BASICA**

| | | |
|---|---|---|
| 06.002.10.301.0016.1013.4.4.9.0.51.00.00.00 OBRAS E INSTALACOES | | |
| 1500100200-Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde | | 16.000,00 |
| 06.002.10.301.0016.1030.4.4.9.0.52.00.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | | |
| 1500100200-Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde | | 160.900,00 |
| | **Sub-Total:** | **176.900,00** |

**06.006-SECRTARIA MUN. SAUDE DEPARTAMENTO DE AGUA E**

| | | |
|---|---|---|
| 06.006.17.512.0010.2035.3.3.9.0.39.00.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | | |
| 1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos | | 5.425,00 |
| 06.006.17.512.0010.2035.3.3.9.0.40.00.00.00 LOCACAO DE QUIPAMENTO E SOFTWARE | | |
| 1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos | | 3.305,60 |
| | **Sub-Total:** | **8.730,60** |

ESTADO DE MATO GROSSO
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO**
CNPJ: 01614517000133
ALTO DA BELA VISTA, 0000012 - CENTRO
Telefone 06635396003
prefeitura_novomundo@hotmail.com

**DECRETO Nº 000043/2023**

**07.002-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**

| | |
|---|---|
| 07.002.08.125.0011.2063.3.3.9.0.14.00.00.00 DIARIAS - CIVIL | |
| 1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos | 3.500,00 |
| 07.002.08.125.0011.2063.3.3.9.0.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO | |
| 1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos | 2.800,00 |
| 07.002.08.125.0011.2063.3.3.9.0.39.00.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | |
| 1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos | 5.000,00 |
| 07.002.08.125.0011.2063.3.3.9.0.93.00.00.00 INDENIZACOES E RESTITUICOES | |
| 1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos | 1.000,00 |
| 07.002.08.244.0011.1036.4.4.9.0.52.00.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | |
| 1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos | 6.140,00 |
| **Sub-Total:** | **18.440,00** |

**08.003-DEPARTAMENTO DE INSPECAO SANITARIA**

| | |
|---|---|
| 08.003.23.605.0004.2116.3.1.9.0.11.00.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL | |
| 1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos | 10.000,00 |
| **Sub-Total:** | **10.000,00** |

**09.004-COORDENACAO DO FETHAB**

| | |
|---|---|
| 09.004.15.451.0025.2077.3.3.9.0.39.00.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | |
| 1759000000-Recursos Vinculados a Fundos | 23.269,40 |
| **Sub-Total:** | **23.269,40** |
| **Total Parcial Reduzido:** | **652.621,62** |

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Poder Executivo Municipal.

NOVO MUNDO, 03, Julho de 2023

ANTONIO MAFINI
Prefeito Municipal

Emissão: 15/08/2023 16:03:55
Page 5 de 5
Homologado

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº100/2023**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº100/2023**

**Processo Nº 067/2023**

**Pregão Eletrônico nº 10/2023**

**Validade: 12(doze) meses.**

Às 9 : 00 horas do dia 19 de julho de 2023, na **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO** , reuniram-se na sala de LICITAÇÃO, com sede na Av. 29 de Setembro, nº.244 Centro – Novo Santo Antônio - MT, neste ato legalmente representado por seu Prefeito Municipal **ADÃO SOARES NOGUEIRA**, brasileiro, casado, agropecuarista, residente e domiciliado à Av. Santo Antônio, n°.244, Centro, nesta cidade de Novo Santo Antônio - MT, portador do RG n° 738.751/SSP-MT e do CPF nº 604.590.181-91, denominada como **GERENCIADOR**, e de outro lado a empresa **GRUPO GBA COMERCIO ATACADISTA E SERVIÇOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 44.352.658/0001-38, Inscrição estadual nº 261428861, situada na RUA CISNE REAL , nº. 40, Bairro INGLESES , cidade de FLORIANOPOLIS , estado de SC, CEP 88058-430, denominada **DETENTORA**representada neste ato por seu representante legal o(a) Sr(a). LEONARDO MACEDO, portador(a) da RG nº 5587596 CPF nº 088.226. 399-44 residente e domiciliado(a) na cidade de FLORIANOPOLIS, estado SC, CEP 88058-430, resolvem celebrar o presente contrato nos termos do processo licitatório n° 067/2023, realizado na modalidade de Pregão Eletrônico nº. 10/2023, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, da Lei Municipal nº 10.520/2002 e demais legislação aplicável à matéria e consoante as cláusulas e condições constantes deste instrumento convocatório da licitação supracitada, resolvem efetuar o Registro de Preço, referente ao Pregão Eletrônico nº 10/2023, nas condições em que segue:

**01. DO OBJETO E PREÇOS 1.1.** Constitui o objeto da presente o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MATERIAIS DE INFORMÁTICA E PERIFÉRICOS, EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE NOVO SANTO ANTÔNIO /MT. 1.2.** Os preços registrados na presente Ata referem-se aos seguintes itens:

| | |
|---|---|
| NOME: **GRUPO GBA COMERCIO ATACADISTA E SERVIÇOS LTDA** | |
| CNPJ: **44.352.658/0001-38** | INSCRIÇÃO: **261428861** |
| ENDEREÇO**: CISNE REAL** | |
| CEP: **88058-430** | CIDADE/UF: **FLORIANOPOLIS-SC** |
| TELEFONES:**(48)8447-2989** | E-MAIL**: CONTATO@GRUPOGBA.COM.BR** |
| REPRESENTANTE LEGAL: **LEONARDO MACEDO** | |
| RG: **5587596** | CPF: **088.226.399-44** |
| DESCRIÇÃO, QUANTIDADE E PREÇOS REGISTRADOS | |

| ***b)* Código** | **Item** | **Descrição** | **Quant** | **marca** | **Unidade** | **Valor Unit** | **Valor Total** | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 333128531 | 101 | SCANNER DE DIGITALIZAÇÃO DE IMAGENS E DOCUMENTOS; VELOCIDADE DE 30 PAGINAS POR MINUTOS E 3.500 DIGITALIZAÇÕES POR DIA, ALIMENTADOR AUTOMATICO PARA ATÉ 60 FOLHAS, DIGITALIZA FRENTE E VERSO - SIMILAR OU SUPERIOR CANON IMAGEFORMULA DR-C230. | 4,000 | CANON | UND | R$ 1.878,00 | R$ 7.512,00 | |
| | **Qtde de Itens……..... 1**<br>**Valor Global R$ 7.512,00** | | | | | | | **104** |

**01. VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS 2.1.** A Ata de Registro de Preços, ora firmada, terá validade de 12 **(doze) meses,** a partir da data da assinatura, podendo ser prorrogada, por até idêntico período, desde que haja anuência das partes. Com base no Art. 4º § 2º do Decreto 3.931/01, Normativa AGU Nº 19/2009, amparados no Art. 57 § 4º da Lei 8.666/93. **2.2.** A Detentora da ata deverá manifestar, por escrito, seu eventual interesse na prorrogação do ajuste, em prazo não inferior a 60 (sessenta) dias do término de sua vigência. A inexistência de pronunciamento, dentro do prazo, dará ensejo à Administração, a seu exclusivo critério: de promover nova licitação, descabendo à Detentora o direito a qualquer recurso ou indenização. **2.3.** À Prefeitura Municipal de Novo Santo Antonio, no exercício do interesse público, é assegurado o direito de exigir que a **Detentora**, conforme o caso prossiga na execução do ajuste, pelo período de até **60 (sessenta) dias,** a fim de se evitar brusca interrupção nos fornecimentos, mediante aditamento contratual, respeitado o prazo fixado nesta ata. **02. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, PRAZO E LOCAIS DE ENTREGA 3.1.** Os equipamentos/materiais, objeto desta licitação, deverão ser entregues (sem ônus de entrega), parceladamente, de acordo com as solicitações da Secretaria Municipal solicitante, nos horários: 8h00 às 11h00 e 13h00 às 17h00, que será recebido pelo servidor Responsável, e pelo Fiscal responsável pelo Contrato**,** em sua totalidade conforme autorização emitida pela Secretaria solicitante. **3.2.** A empresa detentora da Ata de Registro de Preços deverá atender as solicitações das Secretarias Municipais, no prazo máximo de **20 (vinte) dias corridos**, contados do momento do envio do pedido (requisição) dos produtos e confirmação por e-mail ou contato telefônico. **3.3.** Os produtos deverão estar em conformidade com as normas vigentes. Na entrega serão verificados os prazos de validade e o estado de conservação das embalagens. Todos os produtos entregues serão recebidos e conferidos por servidores designado por cada secretaria; **3.4.** A empresa detentora deverá entregar os produtos, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços**; 3.5.** A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste contrato e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas. **3.6.** A entrega do objeto desta Ata de Registro de Preços dar-se-á sob a forma de fornecimento parcelado, sendo que somente serão pagos os valores relativos ao fornecimento dos produtos efetivamente entregues, conforme atesto de recebimento da **Secretaria Municipal solicitante**, do Município Novo Santo Antonio, sendo que este não estará obrigado a adquirir a quantidade total dos produtos constantes da cláusula primeira. **3.7.** A empresa vencedora ficará obrigada a trocar, a suas expensas, a mercadoria que vier a ser recusada, sendo que o ato do recebimento não importará na aceitação. Prazo de troca: 03 (três) dias úteis. **3.8.** Independentemente da aceitação, o adjudicatório garantirá a qualidade de cada item, obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito ou irregularidade. Por divergências não adequadas serão aplicadas às sanções previstas neste instrumento e legislação vigente. **3.9.** Caso a substituição não ocorra no prazo determinado, estará a contratada incorrendo em atraso na entrega e sujeita à aplicação das sanções previstas neste Edital. **3.10.** Relativamente ao disposto no presente tópico, aplicam-se, subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei nº 8.078 de 11/09/90 – Código de Defesa do Consumidor. **3.11.** Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada, as despesas e custos de transporte e entrega dos produtos durante o período de execução do contrato. **3.12.** Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada quaisquer danos que venham a ocorrer à Prefeitura Municipal de Novo Santo Antonio-MT ou a terceiros, decorrentes da execução incorreta da entrega dos produtos contratados. **03. DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA 4.1.** Como condição para emissão da Nota de Empenho e/ou assinatura do contrato, a licitante vencedora deverá estar com a documentação obrigatória válida; **4.2.** Se não comprovarem a situação regular da

licitante, a sessão será retomada e os demais chamados, na ordem de classificação, para fazê-lo nas condições de suas respectivas ofertas, observado que o Pregoeira examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis; **4.3.** A adjudicatária se obriga, nos termos deste Edital, a: **a)** A empresa se obrigará em um prazo máximo de 10 (dez) dias, a solucionar quaisquer problemas com os itens adquiridos, inclusive com reposição dos mesmos se por ventura não estiverem atendendo as finalidades propostas, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade e descartado o uso inadequado. **b)** A licitante vencedora, detentora do registro de preços, fica obrigada a aceitar acréscimos de até 25% do valor contratado nos preços da Ata de Registro de Preços. **c)** Assinar a ata da sessão pública de pregão e os relatórios com os preços ofertados nas etapas de lances verbais que substituirão a apresentação de nova proposta adequada ao preço ofertado. Se a empresa não se fizer representar até o final da sessão deverá então apresentar a nova proposta adequada ao preço ofertado nas etapas de lances verbais, no prazo de 03 (três) dias corridos, contados da notificação realizada na sessão pública do pregão. **d)** Será responsável pelo fornecimento dos produtos dentro dos padrões adequados de qualidade e segurança e demais quesitos previstos na lei 8078/90, assegurando todos os direitos inerentes à qualidade de consumidor à Prefeitura. **e)** Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CONTRATANTE, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações decorrentes da constatação de vícios, defeitos ou incorreções relativas ao objeto deste Edital, bem como a respeito da qualidade dos produtos, casos em que a CONTRATADA deverá, às suas expensas, realizar correções e comprovar a regularidade destes. **f)** Manter todas as condições estabelecidas neste Edital quanto as condições de habilitação e qualificação, durante toda a execução do contrato. **g)** Fornecer os produtos, de acordo com as especificações e demais condições estipuladas. **h)** Garantir a qualidade dos produtos fornecidos, segundo as exigências legais, normas do fabricante e especificações técnicas. **i)** Comunicar, imediatamente, a Prefeitura Municipal de Novo Santo Antonio-MT, qualquer irregularidade constatada durante o fornecimento dos produtos. **04. DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO 5.1.** Firmar Contrato e determinar a execução do objeto quando houver garantia real da disponibilidade financeira para a quitação de seus débitos frente à consignatária/contratada, sob pena de ilegalidade dos atos. **5.2.** Emitir ordem de fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto; **5.3.** Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da contratada em suas dependências. **5.4.** Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo fornecedor. **5.5.** Efetuar o pagamento á CONTRATADA, nas condições estabelecidas no edital. **5.6.** Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária. **5.7.** Não haverá sob hipótese alguma, pagamento antecipado. **5.8.** Coordenar e fiscalizar as entregas pertinentes às aquisições referentes ao contrato vigente, pela empresa CONTRATADA. **5.9.** Garantir a Detentora do Registro de Preços, desde que em igualdade de condições, a preferência no fornecimento, sempre que os preços forem compatíveis com os preços de mercado constatados mediante prévia e ampla pesquisa; **5.10.** Negociar com a Detentora do Registro de Preços, sempre os preços de mercados resultantes da pesquisa de preços estiver menor que os registrados; **05. DA CONTRATAÇÃO 6.1.** Observados os critérios e condições estabelecidos no edital do Pregão Eletrônico nº 10/2023, o MUNICÍPIO e/ou órgãos participantes, visando alcançar a quantidade de bens pretendida, poderá contratar concomitantemente com um ou mais fornecedores que tenham seus preços registrados, respeitando-se a capacidade de fornecimento das detentoras, e obedecida à ordem de classificação das propostas e os preços registrados. **6.2.** O Registro de Preços efetuado não obriga o MUNICÍPIO a firmar as contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o objeto, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições. **6.3.** A contratação junto a cada fornecedor registrado será formalizada pelos órgãos integrantes da Administração Direta ou Indireta do Poder Executivo, mediante a assinatura de contrato. **06. DO PAGAMENTO À CONTRATADA 7.1.** A empresa licitante deverá apresentar juntamente com as mercadorias as notas fiscais correspondentes ao fornecimento dos produtos, devidamente processadas em duas vias, com todos os campos preenchidos, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor designado pela Administração, devendo ainda estar acompanhada das cópias das Ordens de Fornecimento autorizada pela Secretaria Solicitante. **7.2.** O pagamento será efetuado pela Prefeitura Municipal no prazo de até o décimo (10º) dia do mês subsequente a entrega dos materiais, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea “a”, da Lei n° 8.666/93 e alterações.Os pagamentos estão condicionados a apresentação das respectivas faturas. **7.3.** As taxas referentes ao Envio de TED e/ou DOC serão efetivamente descontadas do valor a ser pago a favorecida; **7.4.** Nas Notas Fiscais apresentadas para pagamento os materiais relacionados deverão vir com nome e especificações, sob pena de devolução da mesma e o não pagamento. **7.5.** As empresas regularmente inscritas nos simples deverão apresentar documentos comprobatórios, para os fins de retenções de impostos. **7.6.** Toda operação de venda de mercadorias terá que ser efetuada, obrigatoriamente, mediante a emissão de **NOTA FISCAL ELETRÔNICA**; **7.6.1.** Se a Nota Fiscal for apresentada com erro, será devolvida à licitante vencedora para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado nos item 7.2, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação; **7.7.** Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de atualização monetária. **7.8.** O Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”. **7.9. A nota fiscal deverá estar acompanhada das certidões negativas da RECEITA FEDERAL e do FGTS, devidamente válidas, para que seja efetuado o pagamento, sendo que é de responsabilidade do fornecedor, manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas na licitação (regularidade fiscal). 07. DA READEQUAÇÃO DE PREÇOS 8.1.** Durante o período de vigência da ata, **os preços não serão reajustados**, ressalvada, entretanto, a possibilidade de readequação dos preços vigentes pela Administração para manter o equilíbrio econômico- financeiro, ou em face da superveniência de normas federais ou municipais aplicáveis à espécie,

considerada, para base inicial de análise, a demonstração da composição de custos, anexa a ata de registro de preços.

**8.2.** O diferencial de preço entre a proposta inicial da Detentora e a pesquisa de mercado efetuada pela Administração à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos concedidos pela Detentora, serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da vigência da ata. **8.3.** Durante a vigência da ata, os preços registrados não poderão ficar acima dos praticados no mercado. Por conseguinte, independentemente de provocação da Administração, no caso de redução, ainda que temporária, dos preços de mercado, a Detentora obriga-se a comunicar à Prefeitura o novo preço que substituirá o então registrado. **8.3.1.** Caso a Detentora venha a se locupletar com a redução efetiva de preços de mercado não repassada à Administração, ficará obrigada à restituição do que houver recebido indevidamente. **8.4.** Caberá à Administração, à cada prestação de serviço, efetuar as pesquisas de preços de mercado para verificar a compatibilidade dos preços registrados, devendo negociar com o Detentor do Registro, sempre que a pesquisa constar preços menores. **08. DA RECISÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 9.1.** A ata poderá ser rescindida de pleno direito, nas hipóteses a seguir relacionadas. **9.2.** A rescisão pela **Administração** poderá ocorrer quando: **9.2.1.** A Detentora não cumprir as obrigações constantes

da ata; **9.2.2.** A Detentora não formalizar contrato decorrente do registro de preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, se a Administração não aceitar sua justificativa; **9.2.3.** A Detentora der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços; **9.2.4. E**m qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços; **9.2.5.** Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado e a Detentora não aceitar a redução; **9.2.6.** Por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado pela Administração; **9.2.7.** Sempre que ficar constatado que a fornecedora perdeu qualquer das condições de habilitação e/ou qualificação exigidas na licitação. **9.3.** A comunicação da rescisão, nos casos previstos no subitem 9.2, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da Detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado por **02 (duas) vezes consecutivas,** considerando-se cancelado o registro a partir da última publicação. **9.4.** A rescisão pela **Detentora** poderá ocorrer quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências da ata. **9.4.1.** A solicitação da Detentora para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência de **30 (trinta) dias,** facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas cabíveis**,** caso não sejam aceitas as razões do pedido. **9.4.2.** A rescisão ou suspensão de fornecimento com fundamento no artigo 78, inciso XV, da Lei federal nº 8.666/93 deverá ser notificada. **9.5.** A Administração, a seu critério, poderá convocar, pela ordem, as demais licitantes classificadas, nos termos do disposto neste edital para, mediante a sua concordância assumirem o fornecimento do objeto da ata. **9.6.** Aplica-se no que couber o disposto nos artigos 78 e 79 da Lei 8.666/93. **10. DAS PENALIDADES 10.1.** De conformidade com o art. 86, da Lei n.º 8666/93, atualizada, o atraso injustificado na entrega dos produtos sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa de até 2% (dois por cento), do valor da aquisição, até 30 (trinta) dias, após este prazo será cobrado juro de 1% (um por cento) ao mês;

**10.1.2** A multa prevista no item 10.1 será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 10.2, alínea “b”;

**10.2.** Nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, atualizada, pela inexecução total ou parcial da entrega do objeto adquirido, a Administração poderá aplicar à(s) vencedora(s), mediante publicação no Diário Oficial do Estado, as seguintes penalidades: **a)** advertência por escrito; **b)** aplicação de multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento; **c)** suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 2 (dois) anos; **d)** declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93; **10.3.** Se a contratada não proceder o recolhimento da multa no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte do Município, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica. **10.3.1.** Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirar a Nota de Empenho, o valor da multa não recolhido será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica; **10.4.** Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.
**11. DAS ALTERAÇÕES DA ATA**

**11.1.** A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecido ao disposto no Art. 65 da Lei 8.666/93, nos seguintes casos:

**Parágrafo Primeiro:** os preços registrados poderão ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos materiais registrados, cabendo à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO-MT, órgão gerenciador desta ATA, promover as negociações junto aos fornecedores registrados.

**Parágrafo Segundo:** Quando os preços registrados, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO deverá:

I. Convocar o fornecedor registrado para negociação de redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado; II. Frustrada a negociação, liberar o fornecedor registrado do compromisso assumido; e III. Convocar, pela ordem de classificação do Pregão Eletrônico, os demais fornecedores que não tiveram seus preços registrados, visando igual oportunidade de negociação;

**Parágrafo Terceiro:** Quando o valor de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor, mediante comunicação e comprovação formal, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador da Ata poderá:

I. Liberar o fornecedor registrado do compromisso assumido, sem aplicação das penalidades previstas nesta Ata e no Edital do Pregão Eletrônico, confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; II. Para o disposto no subitem anterior, a comunicação deverá ser feita antes do pedido de fornecimento dos materiais; III. Convocar, pela ordem de classificação do Pregão Eletrônico, os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação;

**Parágrafo Quarto:** O MUNICÍPIO revogará a Ata de Registro de Preços sempre que não houver êxito nas negociações, na forma da legislação vigente.

**12. DISPOSIÇÕES FINAIS 12.1.** As omissões desta ATA e as dúvidas oriundas de sua interpretação serão sanadas de acordo com o que dispuserem o Edital do Pregão Eletrônico nº. 10/2023 e as propostas apresentadas pelas CONTRATADAS, prevalecendo, em caso de conflito, as disposições do Edital sobre as das propostas. **12.2.** O presente registro decorre de adjudicação às PROMITENTES CONTRATADAS dos objetos, cujas descrições, quantidades e especificações constam no Termo de Referência - Anexo I, do Pregão Eletrônico

nº 10/2023, conforme decisão do Pregoeira do MUNICÍPIO, lavrada em Ata datada em 19 de julho de 2023, e homologação feita pelo senhor Prefeito Municipal.

**12.3.** Caberá à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO o gerenciamento da presente Ata de Registro de Preços nos termos da legislação vigente. **12.4.** Fica eleito o foro da Comarca deste Município, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução desta ATA, com renúncia das partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam a presente Ata em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Novo Santo Antonio -MT 19 de julho de 2023.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO**

**Prefeito Municipal**

**GRUPO GBA COMERCIO ATACADISTA E SERVIÇOS LTDA**

**CNPJ: 44.352.658/0001-38**

**CONTRATADA**

**LEONARDO MACEDO**

**CPF: 088.226.399-44**

**RESPONSÁVEL**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº102/2023**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº102/2023**

**Processo Nº 067/2023**

**Pregão Eletrônico nº 10/2023**

**Validade: 12(doze) meses.**

Às 9 : 00 horas do dia 19 de julho de 2023, na **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO** , reuniram-se na sala de LICITAÇÃO, com sede na Av. 29 de Setembro, nº.244 Centro – Novo Santo Antônio - MT, neste ato legalmente representado por seu Prefeito Municipal **ADÃO SOARES NOGUEIRA**, brasileiro, casado, agropecuarista, residente e domiciliado à Av. Santo Antônio, n°.244, Centro, nesta cidade de Novo Santo Antônio - MT, portador do RG n° 738.751/SSP-MT e do CPF nº 604.590.181-91, denominada como **GERENCIADOR**, e de outro lado a empresa **IMPERIO SOLUCOES ADMINISTRATIVAS E PUBLICAS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 23.106.657/0001-33, Inscrição estadual nº 799. 555.308.117, situada na RUA JOSE MARTINS FERNANDES , nº. 601, Bairro BATISTINI, cidade de SÃO BERNADO DO CAMPO, estado de SP, CEP 09843-400, denominada **DETENTORA**representada neste ato por seu representante legal o(a) Sr(a). HELENA ALVES DOS SANT0S BRITES, portador(a) da RG nº 0341956-8 CPF nº 230.028.161-91, residente e domiciliado(a) na cidade de SÃO BERNADO DO CAMPO, estado SP, CEP 09843-400, resolvem celebrar o presente contrato nos termos do processo licitatório n° 067/2023, realizado na modalidade de Pregão Eletrônico nº. 10/2023, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, da Lei Municipal nº 10.520/2002 e demais legislação aplicável à matéria e consoante as cláusulas e condições constantes deste instrumento convocatório da licitação supracitada, resolvem efetuar o Registro de Preço, referente ao Pregão Eletrônico nº 10/2023, nas condições em que segue:

**01. DO OBJETO E PREÇOS 1.1.** Constitui o objeto da presente o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MATERIAIS DE INFORMÁTICA E PERIFÉRICOS, EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE NOVO SANTO ANTÔNIO /MT. 1.2.** Os preços registrados na presente Ata referem-se aos seguintes itens:

| | |
|---|---|
| NOME: **IMPERIO SOLUCOES ADMINISTRATIVAS E PUBLICAS LTDA** | |
| CNPJ: **23.106.657/0001-33** | INSCRIÇÃO: **799.555.308.117** |
| ENDEREÇO: **RUA JOSE MARTINS FERNANDES** | |
| CEP: **09843-400** | CIDADE/UF: **SÃO BERNADO DO CAMPO-SP** |
| TELEFONES:**(11)5938-0284** | E-MAIL: **ATENDIMENTO@IMPERIOSOLUCOESPUBLICAS.COM.BR** |
| REPRESENTANTE LEGAL: **HELENA ALVES DOS SANT0S BRITES** | |
| RG: **0341956-8** | CPF: **230.028.161-91** |
| DESCRIÇÃO, QUANTIDADE E PREÇOS REGISTRADOS | |

| Código | Item | Descrição | Quant | marca | Unidade | Valor Unit | Valor Total | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 333132163 | 106 | NOTEBOOK - CORE i7, 16GB DE RAM, HD 512GB SSD, TELA 15.6 FULL HD, PROCESSADOR 12ª GERAÇÃO INTEL® CORE™ i7-1255U, SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS 10 OU SUPERIOR, PLACA DE VÍDEO NVIDIA® GEFORCE® MX550, 2GB GDDR6, MEMÓRIA DE 16GB DDR4 ARMAZENAMENTO, SSD DE 512GB PCIE NVME M.2, TELA 15.6" FULL HD (1920X1080). IGUAL OU SUPERIOR INSPIRON 15, DELL, SAMSUNG | 5,000 | LENOVO | UND | R$ 6. 770,00 | R$ 33. 850,00 | |
| | | **Qtde de Itens..... 1**<br>**Valor Global R$ 33.850,00** | | | | | | **104** |

**02. VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS 2.1.** A Ata de Registro de Preços, ora firmada, terá validade de 12 **(doze) meses,** a partir da data da assinatura, podendo ser prorrogada, por até idêntico período, desde que haja anuência das partes. Com base no Art. 4º § 2º do Decreto 3.931/01, Normativa AGU Nº 19/2009, amparados no Art. 57 § 4º da Lei 8.666/93. **2.2.** A Detentora da ata deverá manifestar, por escrito, seu eventual interesse na prorrogação do ajuste, em prazo não inferior a 60 (sessenta) dias do término de sua vigência. A inexistência de pronunciamento, dentro do prazo, dará ensejo à Administração, a seu exclusivo critério: de promover nova licitação, descabendo à Detentora o direito a qualquer recurso ou indenização. **2.3.** À Prefeitura Municipal de Novo Santo Antonio, no exercício do interesse público, é assegurado o direito de exigir que a **Detentora**, conforme o caso prossiga na execução do ajuste, pelo período de até **60 (sessenta) dias,** a fim de se evitar brusca interrupção nos fornecimentos, mediante aditamento contratual, respeitado o prazo fixado nesta ata. **03. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, PRAZO E LOCAIS DE ENTREGA 3.1.** Os equipamentos/materiais, objeto desta licitação, deverão ser entregues (sem ônus de entrega), parceladamente, de acordo com as solicitações da Secretaria Municipal solicitante, nos horários: 8h00 às 11h00 e 13h00 às 17h00, que será recebido pelo servidor Responsável, e pelo Fiscal responsável pelo Contrato**,** em sua totalidade conforme autorização emitida pela Secretaria solicitante. **3.2.** A empresa detentora da Ata de Registro de Preços deverá atender as solicitações das Secretarias Municipais, no prazo máximo de **20 (vinte) dias corridos**, contados do momento do envio do pedido (requisição) dos produtos e confirmação por e-mail ou contato telefônico. **3.3.** Os produtos deverão estar em conformidade com as normas vigentes. Na entrega serão verificados os prazos de validade e o estado de conservação das embalagens. Todos os produtos entregues serão recebidos e conferidos por servidores designado por cada secretaria; **3.4.** A empresa detentora deverá entregar os produtos, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços**; 3.5.** A falta de

quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste contrato e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas. **3.6.** A entrega do objeto desta Ata de Registro de Preços dar-se-á sob a forma de fornecimento parcelado, sendo que somente serão pagos os valores relativos ao fornecimento dos produtos efetivamente entregues, conforme atesto de recebimento da **Secretaria Municipal solicitante**, do Município Novo Santo Antonio, sendo que este não estará obrigado a adquirir a quantidade total dos produtos constantes da cláusula primeira. **3.7.** A empresa vencedora ficará obrigada a trocar, a suas expensas, a mercadoria que vier a ser recusada, sendo que o ato do recebimento não importará na aceitação. Prazo de troca: 03 (três) dias úteis. **3.8.** Independentemente da aceitação, o adjudicatório garantirá a qualidade de cada item, obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito ou irregularidade. Por divergências não adequadas serão aplicadas às sanções previstas neste instrumento e legislação vigente. **3.9.** Caso a substituição não ocorra no prazo determinado, estará a contratada incorrendo em atraso na entrega e sujeita à aplicação das sanções previstas neste Edital. **3.10.** Relativamente ao disposto no presente tópico, aplicam-se, subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei nº 8.078 de 11/09/90 – Código de Defesa do Consumidor. **3.11.** Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada, as despesas e custos de transporte e entrega dos produtos durante o período de execução do contrato. **3.12.** Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada quaisquer danos que venham a ocorrer à Prefeitura Municipal de Novo Santo Antonio-MT ou a terceiros, decorrentes da execução incorreta da entrega dos produtos contratados. **04. DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA 4.1.** Como condição para emissão da Nota de Empenho e/ou assinatura do contrato, a licitante vencedora deverá estar com a documentação obrigatória válida; **4.2.** Se não comprovarem a situação regular da licitante, a sessão será retomada e os demais chamados, na ordem de classificação, para fazê-lo nas condições de suas respectivas ofertas, observado que o Pregoeira examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis; **4.3.** A adjudicatária se obriga, nos termos deste Edital, a: **a)** A empresa se obrigará em um prazo máximo de 10 (dez) dias, a solucionar quaisquer problemas com os itens adquiridos, inclusive com reposição dos mesmos se por ventura não estiverem atendendo as finalidades propostas, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade e descartado o uso inadequado. **b)** A licitante vencedora, detentora do registro de preços, fica obrigada a aceitar acréscimos de até 25% do valor contratado nos preços da Ata de Registro de Preços. **c)** Assinar a ata da sessão pública de pregão e os relatórios com os preços ofertados nas etapas de lances verbais que substituirão a apresentação de nova proposta adequada ao preço ofertado. Se a empresa não se fizer representar até o final da sessão deverá então apresentar a nova proposta adequada ao preço ofertado nas etapas de lances verbais, no prazo de 03 (três) dias corridos, contados da notificação realizada na sessão pública do pregão. **d)** Será responsável pelo fornecimento dos produtos dentro dos padrões adequados de qualidade e segurança e demais quesitos previstos na lei 8078/90, assegurando todos os direitos inerentes à qualidade de consumidor à Prefeitura. **e)** Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CONTRATANTE, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações decorrentes da constatação de vícios, defeitos ou incorreções relativas ao objeto deste Edital, bem como a respeito da qualidade dos produtos, casos em que a CONTRATADA deverá, às suas expensas, realizar correções e comprovar a regularidade destes. **f)** Manter todas as condições estabelecidas neste Edital quanto as condições de habilitação e qualificação, durante toda a execução do contrato. **g)** Fornecer os produtos, de acordo com as especificações e demais condições estipuladas. **h)** Garantir a qualidade dos produtos fornecidos, segundo as exigências legais, normas do fabricante e especificações técnicas. **i)** Comunicar, imediatamente, a Prefeitura Municipal de Novo Santo Antonio-MT, qualquer irregularidade constatada durante o fornecimento dos produtos. **05. DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO 5.1.** Firmar Contrato e determinar a execução do objeto quando houver garantia real da disponibilidade financeira para a quitação de seus débitos frente à consignatária/contratada, sob pena de ilegalidade dos atos. **5.2.** Emitir ordem de fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto; **5.3.** Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da contratada em suas dependências. **5.4.** Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo fornecedor. **5.5.** Efetuar o pagamento á CONTRATADA, nas condições estabelecidas no edital. **5.6.** Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária. **5.7.** Não haverá sob hipótese alguma, pagamento antecipado. **5.8.** Coordenar e fiscalizar as entregas pertinentes às aquisições referentes ao contrato vigente, pela empresa CONTRATADA. **5.9.** Garantir a Detentora do Registro de Preços, desde que em igualdade de condições, a preferência no fornecimento, sempre que os preços forem compatíveis com os preços de mercado constatados mediante prévia e ampla pesquisa; **5.10.** Negociar com a Detentora do Registro de Preços, sempre os preços de mercados resultantes da pesquisa de preços estiver menor que os registrados; **06. DA CONTRATAÇÃO 6.1.** Observados os critérios e condições estabelecidos no edital do Pregão Eletrônico nº 10/2023, o MUNICÍPIO e/ou órgãos participantes, visando alcançar a quantidade de bens pretendida, poderá contratar concomitantemente com um ou mais fornecedores que tenham seus preços registrados, respeitando-se a capacidade de fornecimento das detentoras, e obedecida à ordem de classificação das propostas e os preços registrados. **6.2.** O Registro de Preços efetuado não obriga o MUNICÍPIO a firmar as contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o objeto, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições. **6.3.** A contratação junto a cada fornecedor registrado será formalizada pelos órgãos integrantes da Administração Direta ou Indireta do Poder Executivo, mediante a assinatura de contrato. **07. DO PAGAMENTO À CONTRATADA 7.1.** A empresa licitante deverá apresentar juntamente com as mercadorias as notas fiscais correspondentes ao fornecimento dos produtos, devidamente processadas em duas vias, com todos os campos preenchidos, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor designado pela Administração, devendo ainda estar acompanhada das cópias das Ordens de Fornecimento autorizada pela Secretaria Solicitante. **7.2.** O pagamento será efetuado pela Prefeitura Municipal no prazo de até o décimo (10º) dia do mês subsequente a entrega dos materiais, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea “a”, da Lei n° 8.666/93 e alterações.Os pagamentos estão condicionados a apresentação das respectivas faturas. **7.3.** As taxas referentes ao Envio de TED e/ou DOC serão efetivamente descontadas do valor a ser pago a favorecida; **7.4.** Nas Notas Fiscais apresentadas para pagamento os materiais relacionados deverão vir com nome e especificações, sob pena de devolução da mesma e o não pagamento. **7.5.** As empresas regularmente inscritas nos simples deverão apresentar documentos comprobatórios, para os fins de retenções de impostos. **7.6.** Toda operação de venda de mercadorias terá que ser efetuada, obrigatoriamente, mediante a emissão de **NOTA FISCAL ELETRÔNICA**; **7.6.1.** Se a Nota Fiscal for apresentada com erro, será devolvida à licitante vencedora para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado nos item 7.2, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação; **7.7.** Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de atualização monetária. **7.8.** O Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”. **7.9. A nota fiscal deverá estar acompanhada das certidões negativas da RECEITA FEDERAL e do FGTS, devidamente válidas, para que seja efetuado o pagamento, sendo que é de responsabilidade do fornecedor, manter durante toda a execução do Contrato, em com-**

**patibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas na licitação (regularidade fiscal). 08. DA READEQUAÇÃO DE PREÇOS 8.1.** Durante o período de vigência da ata, **os preços não serão reajustados**, ressalvada, entretanto, a possibilidade de readequação dos preços vigentes pela Administração para manter o equilíbrio econômico- financeiro, ou em face da superveniência de normas federais ou municipais aplicáveis à espécie,

considerada, para base inicial de análise, a demonstração da composição de custos, anexa a ata de registro de preços.

**8.2.** O diferencial de preço entre a proposta inicial da Detentora e a pesquisa de mercado efetuada pela Administração à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos concedidos pela Detentora, serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da vigência da ata. **8.3.** Durante a vigência da ata, os preços registrados não poderão ficar acima dos praticados no mercado. Por conseguinte, independentemente de provocação da Administração, no caso de redução, ainda que temporária, dos preços de mercado, a Detentora obriga-se a comunicar à Prefeitura o novo preço que substituirá o então registrado. **8.3.1.** Caso a Detentora venha a se locupletar com a redução efetiva de preços de mercado não repassada à Administração, ficará obrigada à restituição do que houver recebido indevidamente. **8.4.** Caberá à Administração, à cada prestação de serviço, efetuar as pesquisas de preços de mercado para verificar a compatibilidade dos preços registrados, devendo negociar com o Detentor do Registro, sempre que a pesquisa constar preços menores. **09. DA RECISÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 9.1.** A ata poderá ser rescindida de pleno direito, nas hipóteses a seguir relacionadas. **9.2.** A rescisão pela **Administração** poderá ocorrer quando: **9.2.1.** A Detentora não cumprir as obrigações constantes da ata; **9.2.2.** A Detentora não formalizar contrato decorrente do registro de preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, se a Administração não aceitar sua justificativa; **9.2.3.** A Detentora der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços; **9.2.4. E**m qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços; **9.2.5.** Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado e a Detentora não aceitar a redução; **9.2.6.** Por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado pela Administração; **9.2.7.** Sempre que ficar constatado que a fornecedora perdeu qualquer das condições de habilitação e/ou qualificação exigidas na licitação. **9.3.** A comunicação da rescisão, nos casos previstos no subitem 9.2, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da Detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado por **02 (duas) vezes consecutivas,** considerando-se cancelado o registro a partir da última publicação. **9.4.** A rescisão pela **Detentora** poderá ocorrer quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências da ata. **9.4.1.** A solicitação da Detentora para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência de **30 (trinta) dias,** facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas cabíveis**,** caso não sejam aceitas as razões do pedido. **9.4.2.** A rescisão ou suspensão de fornecimento com fundamento no artigo 78, inciso XV, da Lei federal nº 8.666/93 deverá ser notificada. **9.5.** A Administração, a seu critério, poderá convocar, pela ordem, as demais licitantes classificadas, nos termos do disposto neste edital para, mediante a sua concordância assumirem o fornecimento do objeto da ata. **9.6.** Aplica-se no que couber o disposto nos artigos 78 e 79 da Lei 8.666/93. **10. DAS PENALIDADES 10.1.** De conformidade com o art. 86, da Lei n.º 8666/93, atualizada, o atraso injustificado na entrega dos produtos sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa de até 2% (dois por cento), do valor da aquisição, até 30 (trinta) dias, após este prazo será cobrado juro de 1% (um por cento) ao mês;

**10.1.2** A multa prevista no item 10.1 será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 10.2, alínea “b”;

**10.2.** Nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, atualizada, pela inexecução total ou parcial da entrega do objeto adquirido, a Administração poderá aplicar à(s) vencedora(s), mediante publicação no Diário Oficial do Estado, as seguintes penalidades: **a)** advertência por escrito; **b)** aplicação de multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento; **c)** suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 2 (dois) anos; **d)** declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93; **10.3.** Se a contratada não proceder o recolhimento da multa no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte do Município, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica. **10.3.1.** Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirar a Nota de Empenho, o valor da multa não recolhido será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica; **10.4.** Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo. **11. DAS ALTERAÇÕES DA ATA**

**11.1.** A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecido ao disposto no Art. 65 da Lei 8.666/93, nos seguintes casos:

**Parágrafo Primeiro:** os preços registrados poderão ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos materiais registrados, cabendo à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO-MT, órgão gerenciador desta ATA, promover as negociações junto aos fornecedores registrados.

**Parágrafo Segundo:** Quando os preços registrados, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO deverá:

I. Convocar o fornecedor registrado para negociação de redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado; II. Frustrada a negociação, liberar o fornecedor registrado do compromisso assumido; e III. Convocar, pela ordem de classificação do Pregão Eletrônico, os demais fornecedores que não tiveram seus preços registrados, visando igual oportunidade de negociação;

**Parágrafo Terceiro:** Quando o valor de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor, mediante comunicação e comprovação formal, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador da Ata poderá:

I. Liberar o fornecedor registrado do compromisso assumido, sem aplicação das penalidades previstas nesta Ata e no Edital do Pregão Eletrônico, confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; II. Para o disposto no subitem anterior, a comunicação deverá ser feita antes do pedido de fornecimento dos materiais; III. Convocar, pela ordem de classificação do Pregão Eletrônico, os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação;

**Parágrafo Quarto:** O MUNICÍPIO revogará a Ata de Registro de Preços sempre que não houver êxito nas negociações, na forma da legislação vigente.

**12. DISPOSIÇÕES FINAIS 12.1.** As omissões desta ATA e as dúvidas oriundas de sua interpretação serão sanadas de acordo com o que dispuserem o Edital do Pregão Eletrônico nº. 10/2023 e as propostas apresentadas pelas CONTRATADAS, prevalecendo, em caso de conflito, as disposições do Edital sobre as das propostas. **12.2.** O presente registro decorre de adjudicação às PROMITENTES CONTRATADAS dos objetos, cujas descrições, quantidades e especificações constam no Termo de Referência - Anexo I, do Pregão Eletrônico

nº 10/2023, conforme decisão do Pregoeira do MUNICÍPIO, lavrada em Ata datada em 19 de julho de 2023, e homologação feita pelo senhor Prefeito Municipal.

**12.3.** Caberá à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO o gerenciamento da presente Ata de Registro de Preços nos termos da legislação vigente. **12.4.** Fica eleito o foro da Comarca deste Município, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução desta ATA, com renúncia das partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam a presente Ata em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Novo Santo Antonio -MT 19 de julho de 2023.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO**

**Prefeito Municipal**

**IMPERIO SOLUCOES ADMINISTRATIVAS E PUBLICAS LTDA**

**CNPJ: 23.106.657/0001-33**

**CONTRATADA**

**HELENA ALVES DOS SANT0S BRITES**

**CPF: 230.028.161-91**

**RESPONSAVEL**

---

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº103/2023**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº103/2023**

**Processo Nº 067/2023**

**Pregão Eletrônico nº 10/2023**

**Validade: 12(doze) meses.**

Às 9 : 00 horas do dia 19 de julho de 2023, na **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO** , reuniram-se na sala de LICITAÇÃO, com sede na Av. 29 de Setembro, nº.244 Centro – Novo Santo Antônio - MT, neste ato legalmente representado por seu Prefeito Municipal **ADÃO SOARES NOGUEIRA**, brasileiro, casado, agropecuarista, residente e domiciliado à Av. Santo Antônio, n°.244, Centro, nesta cidade de Novo Santo Antônio - MT, portador do RG n° 738.751/SSP-MT e do CPF nº 604.590.181-91, denominada como **GERENCIADOR**, e de outro lado a empresa **MSB COMERCIO E SERVICOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 08.257.279/0001-03, Inscrição estadual nº 13.329.559-1, situada na AVENIDA BRASIL, nº 748, Bairro GOIABEIRA , cidade de CUIABA , estado de MT, CEP 78032-095, denominada **DETENTORA**representada neste ato por seu representante legal o(a) Sr(a). MARCOS SACARDI BIUDES , portador(a) da RG nº 1282173-0 CPF nº 995.129.981-49, residente e domiciliado(a) na cidade de CUIABA, estado MT, CEP 78032-095, resolvem celebrar o presente contrato nos termos do processo licitatório n° 067/2023, realizado na modalidade de Pregão Eletrônico nº. 10/2023, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, da Lei Municipal nº 10.520/2002 e demais legislação aplicável à matéria e consoante as cláusulas e condições constantes deste instrumento convocatório da licitação supracitada, resolvem efetuar o Registro de Preço, referente ao Pregão Eletrônico nº 10/2023, nas condições em que segue:

**01. DO OBJETO E PREÇOS 1.1.** Constitui o objeto da presente o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MATERIAIS DE INFORMÁTICA E PERIFÉRICOS, EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE NOVO SANTO ANTÔNIO /MT. 1.2.** Os preços registrados na presente Ata referem-se aos seguintes itens:

| | |
|---|---|
| NOME: **MSB COMERCIO E SERVICOS LTDA** | |
| CNPJ: **08.257.279/0001-03** | INSCRIÇÃO: **13.329.559-1** |
| ENDEREÇO**: AVENIDA BRASIL** | |
| CEP: **78032-095** | CIDADE/UF: **CUIABA-MT** |
| TELEFONES:**(65)3634-1101** | E-MAIL: **VENDAS.MSBRECARGAS@GMAIL.COM** |
| REPRESENTANTE LEGAL: **MARCOS SACARDI BIUDES** | |
| RG: **1282173-0** | CPF: **995.129.981-49** |
| DESCRIÇÃO, QUANTIDADE E PREÇOS REGISTRADOS | |

| Código | Item | Descrição | Quant | MARCA | Unidade | Valor Unit | Valor Total | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 33120492 | 11 | CARTUCHO DE CILINDRO DR 3302 - COMPATIVEL - BROTHER 8157DN | 35,000 | PROPRIA | UND | R$ 80,00 | R$ 2. 800,00 | |
| 133122361 | 19 | UNIDADE FUSORA BROTHER L5652 DN ORIGINAL | 6,000 | BROTHER | UND | R$ 898,90 | R$ 5. 393,40 | |
| 133125527 | 26 | REFIL GARRAFA DE TINTA EPSON T544 PRETO - COMPATIVEL L3110 - L5190 - L3210 - L3150 - L5290 - L3250 | 120,000 | X-FULL | UND | R$ 9,00 | R$ 1. 080,00 | |
| 333132016 | 44 | CARTUCHO DE CILINDRO PARA IMPRESSORA BROTHER DR2340 - BROTHER 2540DW - DCP-2740DW | 63,000 | PROPRIA | UND | R$ 43,90 | R$ 2. 765,70 | |
| 333132017 | 45 | CARTUCHO DE CILINDRO PARA IMPRESSORA BROTHER DCP 5652, MODELO DR 3440 DCPL5652ND MFCL5702W HLL5102DW. | 50,000 | PROPRIA | UND | R$ 53,90 | R$ 2. 695,00 | |

| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 333133615 | 64 | TONER TN 2340 ORIGINAL 2.6K - BROTHER DCP 24540DW - DCP L2740DW | 5,000 | PROPRIA | UND | R$ 28,90 | R$ 144,50 | |
| 333134720 | 81 | TONER - IMPRESSOTONER - IMPRESSORAS MULTIFUNCIONAL HP LASERJET PRO MFP M-127FN M127, M-127FW M-127, M-125 M125A M-125A, M-201, M-225DW M225DW M-225, M-226, M-202, M125NW M-125NW, PRETO, PRODUTO NOVO E ORIGINAL | 10,000 | PROPRIA | UND | R$ 28,90 | R$ 289,00 | |
| 333134727 | 83 | TONER - PARA IMPRESSORA, COMPATIVEL COM MARCA HP, MODELO LASER-JET P1102 / P1102W / M1210 / M1212 / M1130 / M1132 / M1217 / M1217FW, REF. DO TONER CE285A,PRETO, RENDIMENTO MEDIO 1.600 PAGINAS. | 20,000 | PROPRIA | UND | R$ 28,90 | R$ 578,00 | |
| 333134827 | 85 | TONER COMPATIVEL BROTHER DCP-L5652 TN3492 | 60,000 | PROPRIA | UND | R$ 48,90 | R$ 2. 934,00 | |
| 333134828 | 86 | CARTUCHO/ REFIL EPSON COLOR I3110/3150 T544320 MAGENTA | 24,000 | X-FULL | UND | R$ 9,00 | R$ 216,00 | |
| | **Qtde de Itens……..... 10**<br>**Valor Global R$ 18.895,60** | | | | | | | **104** |

**02. VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS 2.1.** A Ata de Registro de Preços, ora firmada, terá validade de 12 **(doze) meses,** a partir da data da assinatura, podendo ser prorrogada, por até idêntico período, desde que haja anuência das partes. Com base no Art. 4º § 2º do Decreto 3.931/01, Normativa AGU Nº 19/2009, amparados no Art. 57 § 4º da Lei 8.666/93. **2.2.** A Detentora da ata deverá manifestar, por escrito, seu eventual interesse na prorrogação do ajuste, em prazo não inferior a 60 (sessenta) dias do término de sua vigência. A inexistência de pronunciamento, dentro do prazo, dará ensejo à Administração, a seu exclusivo critério: de promover nova licitação, descabendo à Detentora o direito a qualquer recurso ou indenização. **2.3.** À Prefeitura Municipal de Novo Santo Antonio, no exercício do interesse público, é assegurado o direito de exigir que a **Detentora**, conforme o caso prossiga na execução do ajuste, pelo período de até **60 (sessenta) dias,** a fim de se evitar brusca interrupção nos fornecimentos, mediante aditamento contratual, respeitado o prazo fixado nesta ata. **03. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, PRAZO E LOCAIS DE ENTREGA 3.1.** Os equipamentos/materiais, objeto desta licitação, deverão ser entregues (sem ônus de entrega), parceladamente, de acordo com as solicitações da Secretaria Municipal solicitante, nos horários: 8h00 às 11h00 e 13h00 às 17h00, que será recebido pelo servidor Responsável, e pelo Fiscal responsável pelo Contrato**,** em sua totalidade conforme autorização emitida pela Secretaria solicitante. **3.2.** A empresa detentora da Ata de Registro de Preços deverá atender as solicitações das Secretarias Municipais, no prazo máximo de **20 (vinte) dias corridos**, contados do momento do envio do pedido (requisição) dos produtos e confirmação por e-mail ou contato telefônico. **3.3.** Os produtos deverão estar em conformidade com as normas vigentes. Na entrega serão verificados os prazos de validade e o estado de conservação das embalagens. Todos os produtos entregues serão recebidos e conferidos por servidores designado por cada secretaria; **3.4.** A empresa detentora deverá entregar os produtos, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços**; 3.5.** A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste contrato e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas. **3.6.** A entrega do objeto desta Ata de Registro de Preços dar-se-á sob a forma de fornecimento parcelado, sendo que somente serão pagos os valores relativos ao fornecimento dos produtos efetivamente entregues, conforme atesto de recebimento da **Secretaria Municipal solicitante**, do Município Novo Santo Antonio, sendo que este não estará obrigado a adquirir a quantidade total dos produtos constantes da cláusula primeira. **3.7.** A empresa vencedora ficará obrigada a trocar, a suas expensas, a mercadoria que vier a ser recusada, sendo que o ato do recebimento não importará na aceitação. Prazo de troca: 03 (três) dias úteis. **3.8.** Independentemente da aceitação, o adjudicatório garantirá a qualidade de cada item, obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito ou irregularidade. Por divergências não adequadas serão aplicadas às sanções previstas neste instrumento e legislação vigente. **3.9.** Caso a substituição não ocorra no prazo determinado, estará a contratada incorrendo em atraso na entrega e sujeita à aplicação das sanções previstas neste Edital. **3.10.** Relativamente ao disposto no presente tópico, aplicam-se, subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei nº 8.078 de 11/09/90 – Código de Defesa do Consumidor. **3.11.** Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada, as despesas e custos de transporte e entrega dos produtos durante o período de execução do contrato. **3.12.** Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada quaisquer danos que venham a ocorrer à Prefeitura Municipal de Novo Santo Antonio-MT ou a terceiros, decorrentes da execução incorreta da entrega dos produtos contratados. **04. DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA 4.1.** Como condição para emissão da Nota de Empenho e/ou assinatura do contrato, a licitante vencedora deverá estar com a documentação obrigatória válida; **4.2.** Se não comprovarem a situação regular da licitante, a sessão será retomada e os demais chamados, na ordem de classificação, para fazê-lo nas condições de suas respectivas ofertas, observado que o Pregoeira examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis; **4.3.** A adjudicatária se obriga, nos termos deste Edital, a: **a)** A empresa se obrigará em um prazo máximo de 10 (dez) dias, a solucionar quaisquer problemas com os itens adquiridos, inclusive com reposição dos mesmos se por ventura não estiverem atendendo as finalidades propostas, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade e descartado o uso inadequado. **b)** A licitante vencedora, detentora do registro de preços, fica obrigada a aceitar acréscimos de até 25% do valor contratado nos preços da Ata de Registro de Preços. **c)** Assinar a ata da sessão pública de pregão e os relatórios com os preços ofertados nas etapas de lances verbais que substituirão a apresentação de nova proposta adequada ao preço ofertado. Se a empresa não se fizer representar até o final da sessão deverá então apresentar a nova proposta adequada ao preço ofertado nas etapas de lances verbais, no prazo de 03 (três) dias corridos, contados da notificação realizada na sessão pública do pregão. **d)** Será responsável pelo fornecimento dos produtos dentro dos padrões adequados de qualidade e segurança e demais quesitos previstos na lei 8078/90, assegurando todos os direitos inerentes à qualidade de consumidor à Prefeitura. **e)** Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CONTRATANTE, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações decorrentes da constatação de vícios, defeitos ou incorreções relativas ao objeto deste Edital, bem como a respeito da qualidade dos produtos, casos em que a CONTRATADA deverá, às suas expensas, realizar correções e comprovar a regularidade destes. **f)** Manter todas as condições estabelecidas neste Edital quanto as condições de habilitação e qualificação, durante toda a execução do contrato. **g)** Fornecer os produtos, de acordo com as especificações e demais condições estipuladas. **h)** Garantir a qualidade dos produtos fornecidos, segundo as exigências legais, normas do fabricante e especificações técnicas. **i)** Comunicar, imediatamente, a Prefeitura Municipal de Novo Santo Antonio-MT, qualquer irregularidade constatada durante o fornecimento dos produtos. **05. DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO 5.1.** Firmar Contrato e determinar a execução do objeto quando houver garantia real da disponibilidade financeira para a quitação de seus débitos frente à consignatária/contratada, sob pena de ilegalidade dos atos. **5.2.** Emitir ordem de fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto; **5.3.** Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da contratada em suas dependências. **5.4.** Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo fornecedor. **5.5.** Efetuar o pagamento á CONTRATADA, nas condições estabelecidas no edital. **5.6.** Nenhum pagamento será efetuado

à empresa adjudicatária, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária. **5.7.** Não haverá sob hipótese alguma, pagamento antecipado. **5.8.** Coordenar e fiscalizar as entregas pertinentes às aquisições referentes ao contrato vigente, pela empresa CONTRATADA. **5.9.** Garantir a Detentora do Registro de Preços, desde que em igualdade de condições, a preferência no fornecimento, sempre que os preços forem compatíveis com os preços de mercado constatados mediante prévia e ampla pesquisa; **5.10.** Negociar com a Detentora do Registro de Preços, sempre os preços de mercados resultantes da pesquisa de preços estiver menor que os registrados; **06. DA CONTRATAÇÃO 6.1.** Observados os critérios e condições estabelecidos no edital do Pregão Eletrônico nº 10/2023, o MUNICÍPIO e/ou órgãos participantes, visando alcançar a quantidade de bens pretendida, poderá contratar concomitantemente com um ou mais fornecedores que tenham seus preços registrados, respeitando-se a capacidade de fornecimento das detentoras, e obedecida à ordem de classificação das propostas e os preços registrados. **6.2.** O Registro de Preços efetuado não obriga o MUNICÍPIO a firmar as contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o objeto, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições. **6.3.** A contratação junto a cada fornecedor registrado será formalizada pelos órgãos integrantes da Administração Direta ou Indireta do Poder Executivo, mediante a assinatura de contrato. **07. DO PAGAMENTO À CONTRATADA 7.1.** A empresa licitante deverá apresentar juntamente com as mercadorias as notas fiscais correspondentes ao fornecimento dos produtos, devidamente processadas em duas vias, com todos os campos preenchidos, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor designado pela Administração, devendo ainda estar acompanhada das cópias das Ordens de Fornecimento autorizada pela Secretaria Solicitante. **7.2.** O pagamento será efetuado pela Prefeitura Municipal no prazo de até o décimo (10º) dia do mês subsequente a entrega dos materiais, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei n° 8.666/93 e alterações.Os pagamentos estão condicionados a apresentação das respectivas faturas. **7.3.** As taxas referentes ao Envio de TED e/ou DOC serão efetivamente descontadas do valor a ser pago a favorecida; **7.4.** Nas Notas Fiscais apresentadas para pagamento os materiais relacionados deverão vir com nome e especificações, sob pena de devolução da mesma e o não pagamento. **7.5.** As empresas regularmente inscritas nos simples deverão apresentar documentos comprobatórios, para os fins de retenções de impostos. **7.6.** Toda operação de venda de mercadorias terá que ser efetuada, obrigatoriamente, mediante a emissão de **NOTA FISCAL ELETRÔNICA**; **7.6.1.** Se a Nota Fiscal for apresentada com erro, será devolvida à licitante vencedora para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado nos item 7.2, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação; **7.7.** Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de atualização monetária. **7.8.** O Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring". **7.9. A nota fiscal deverá estar acompanhada das certidões negativas da RECEITA FEDERAL e do FGTS, devidamente válidas, para que seja efetuado o pagamento, sendo que é de responsabilidade do fornecedor, manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas na licitação (regularidade fiscal). 08. DA READEQUAÇÃO DE PREÇOS 8.1.** Durante o período de vigência da ata, **os preços não serão reajustados**, ressalvada, entretanto, a possibilidade de readequação dos preços vigentes pela Administração para manter o equilíbrio econômico- financeiro, ou em face da superveniência de normas federais ou municipais aplicáveis à espécie,

considerada, para base inicial de análise, a demonstração da composição de custos, anexa a ata de registro de preços.

**8.2.** O diferencial de preço entre a proposta inicial da Detentora e a pesquisa de mercado efetuada pela Administração à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos concedidos pela Detentora, serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da vigência da ata. **8.3.** Durante a vigência da ata, os preços registrados não poderão ficar acima dos praticados no mercado. Por conseguinte, independentemente de provocação da Administração, no caso de redução, ainda que temporária, dos preços de mercado, a Detentora obriga-se a comunicar à Prefeitura o novo preço que substituirá o então registrado. **8.3.1.** Caso a Detentora venha a se locupletar com a redução efetiva de preços de mercado não repassada à Administração, ficará obrigada à restituição do que houver recebido indevidamente. **8.4.** Caberá à Administração, à cada prestação de serviço, efetuar as pesquisas de preços de mercado para verificar a compatibilidade dos preços registrados, devendo negociar com o Detentor do Registro, sempre que a pesquisa constar preços menores. **09. DA RECISÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 9.1.** A ata poderá ser rescindida de pleno direito, nas hipóteses a seguir relacionadas. **9.2.** A rescisão pela **Administração** poderá ocorrer quando: **9.2.1.** A Detentora não cumprir as obrigações constantes da ata; **9.2.2.** A Detentora não formalizar contrato decorrente do registro de preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, se a Administração não aceitar sua justificativa; **9.2.3.** A Detentora der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços; **9.2.4. E**m qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços; **9.2.5.** Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado e a Detentora não aceitar a redução; **9.2.6.** Por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado pela Administração; **9.2.7.** Sempre que ficar constatado que a fornecedora perdeu qualquer das condições de habilitação e/ou qualificação exigidas na licitação. **9.3.** A comunicação da rescisão, nos casos previstos no subitem 9.2, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da Detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado por **02 (duas) vezes consecutivas,** considerando-se cancelado o registro a partir da última publicação. **9.4.** A rescisão pela **Detentora** poderá ocorrer quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências da ata. **9.4.1.** A solicitação da Detentora para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência de **30 (trinta) dias,** facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas cabíveis**,** caso não sejam aceitas as razões do pedido. **9.4.2.** A rescisão ou suspensão de fornecimento com fundamento no artigo 78, inciso XV, da Lei federal nº 8.666/93 deverá ser notificada. **9.5.** A Administração, a seu critério, poderá convocar, pela ordem, as demais licitantes classificadas, nos termos do disposto neste edital para, mediante a sua concordância assumirem o fornecimento do objeto da ata. **9.6.** Aplica-se no que couber o disposto nos artigos 78 e 79 da Lei 8.666/93. **10. DAS PENALIDADES 10.1.** De conformidade com o art. 86, da Lei n.º 8666/93, atualizada, o atraso injustificado na entrega dos produtos sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa de até 2% (dois por cento), do valor da aquisição, até 30 (trinta) dias, após este prazo será cobrado juro de 1% (um por cento) ao mês;

**10.1.2** A multa prevista no item 10.1 será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 10.2, alínea "b";

**10.2.** Nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, atualizada, pela inexecução total ou parcial da entrega do objeto adquirido, a Administração poderá aplicar à(s) vencedora(s), mediante publicação no Diário Oficial do Estado, as seguintes penalidades: **a)** advertência por escrito; **b)** aplicação de multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento; **c)** suspensão temporária de

participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 2 (dois) anos; **d)** declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93; **10.3.** Se a contratada não proceder o recolhimento da multa no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte do Município, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica. **10.3.1.** Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirar a Nota de Empenho, o valor da multa não recolhido será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica; **10.4.** Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.
**11. DAS ALTERAÇÕES DA ATA**

**11.1.** A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecido ao disposto no Art. 65 da Lei 8.666/93, nos seguintes casos:

**Parágrafo Primeiro:** os preços registrados poderão ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos materiais registrados, cabendo à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO-MT, órgão gerenciador desta ATA, promover as negociações junto aos fornecedores registrados.

**Parágrafo Segundo:** Quando os preços registrados, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO deverá:

I. Convocar o fornecedor registrado para negociação de redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado; II. Frustrada a negociação, liberar o fornecedor registrado do compromisso assumido; e III. Convocar, pela ordem de classificação do Pregão Eletrônico, os demais fornecedores que não tiveram seus preços registrados, visando igual oportunidade de negociação;

**Parágrafo Terceiro:** Quando o valor de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor, mediante comunicação e comprovação formal, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador da Ata poderá:

I. Liberar o fornecedor registrado do compromisso assumido, sem aplicação das penalidades previstas nesta Ata e no Edital do Pregão Eletrônico, confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; II. Para o disposto no subitem anterior, a comunicação deverá ser feita antes do pedido de fornecimento dos materiais; III. Convocar, pela ordem de classificação do Pregão Eletrônico, os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação;

**Parágrafo Quarto:** O MUNICÍPIO revogará a Ata de Registro de Preços sempre que não houver êxito nas negociações, na forma da legislação vigente.

**12. DISPOSIÇÕES FINAIS 12.1.** As omissões desta ATA e as dúvidas oriundas de sua interpretação serão sanadas de acordo com o que dispuserem o Edital do Pregão Eletrônico nº. 10/2023 e as propostas apresentadas pelas CONTRATADAS, prevalecendo, em caso de conflito, as disposições do Edital sobre as das propostas. **12.2.** O presente registro decorre de adjudicação às PROMITENTES CONTRATADAS dos objetos, cujas descrições, quantidades e especificações constam no Termo de Referência - Anexo I, do Pregão Eletrônico

nº 10/2023, conforme decisão do Pregoeira do MUNICÍPIO, lavrada em Ata datada em 19 de julho de 2023, e homologação feita pelo senhor Prefeito Municipal.

**12.3.** Caberá à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO o gerenciamento da presente Ata de Registro de Preços nos termos da legislação vigente. **12.4.** Fica eleito o foro da Comarca deste Município, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução desta ATA, com renúncia das partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam a presente Ata em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Novo Santo Antonio -MT 19 de julho de 2023.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO**

**Prefeito Municipal**

**MSB COMERCIO E SERVICOS LTDA**

**CNPJ: 08.257.279/0001-03**

**CONTRATADA**

**MARCOS SACARDI BIUDES**

**CPF: 995.129.981-49**

**RESPONSAVEL**

---

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº82/2023**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº82/2023**

**Processo Nº 067/2023**

**Pregão Eletrônico nº 10/2023**

**Validade: 12(doze) meses.**

Às 9:00 horas do dia 19 de julho de 2023, na **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO** , reuniram-se na sala de LICITAÇÃO, com sede na Av. 29 de Setembro, nº.244 Centro – Novo Santo Antônio - MT, neste ato legalmente representado por seu Prefeito Municipal **ADÃO SOARES NOGUEIRA**, brasileiro, casado, agropecuarista, residente e domiciliado à Av. Santo Antônio, n°.244, Centro, nesta cidade de Novo Santo Antônio - MT, portador do RG n° 738.751/SSP-MT e do CPF nº 604.590.181-91, denominada como **GERENCIADOR**, e de outro lado a empresa **MAB COMERCIO DE**

**PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 50.247.672/0001-74, Inscrição estadual nº20.027.588-7, situada na rua augusto ferreira rios, nº.sn , Bairro centro , cidade de mossamedes , estado de go , CEP 76150-000, denominada **DETENTORA**representada neste ato por seu representante legal o(a) Sr(a).MARA ALICE APARECIDA DA SILVA BORGES , portador(a) da RG nº 2363187 SSP GO CPF nº 492. 137.841-04, residente e domiciliado(a) na cidade de mossamedes , estado goias , CEP 76150-000, resolvem celebrar o presente contrato nos termos do processo licitatório n° 067/2023, realizado na modalidade de Pregão Eletrônico nº. 10/2023, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, da Lei Municipal nº 10.520/2002 e demais legislação aplicável à matéria e consoante as cláusulas e condições constantes deste instrumento convocatório da licitação supracitada, resolvem efetuar o Registro de Preço, referente ao Pregão Eletrônico nº 10/2023, nas condições em que segue:

**01. DO OBJETO E PREÇOS 1.1.** Constitui o objeto da presente o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MATERIAIS DE INFORMÁTICA E PERIFÉRICOS, EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE NOVO SANTO ANTÔNIO /MT. 1.2.** Os preços registrados na presente Ata referem-se aos seguintes itens:

| | |
|---|---|
| NOME: **MAB COMERCIO DE PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA** | |
| CNPJ: **50.247.672/0001-74** | INSCRIÇÃO:**20.027.588-7** |
| ENDEREÇO: **RUA AUGUSTO FERREIRA RIOS** | |
| CEP: **76150-000** | CIDADE/UF**: MOSSAMEDES-GO** |
| TELEFONES:**(62)8199-9796** | E-MAIL**: MABCOM2023@GMAIL.COM** |
| REPRESENTANTE LEGAL**: MARA ALICE APARECIDA DA SILVA BORGES** | |
| RG: **2363187** | CPF: **492.137.841-04** |
| DESCRIÇÃO, QUANTIDADE E PREÇOS REGISTRADOS | |

| Código | Item | Descrição | Quant | Marca | Unidade | Valor Unit | Valor Total | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1558 | 1 | ADAPTADOR USB PARA RJ45 - ADAPTADOR ETHERNET USB 3.0, REDE GIGABIT 10/100/1000 CABO, SUPORTA 10/100/1000 MBPS; USB 3. 0 INTERFACE, IEEE 802.3, 802.3U, E 802.3AB (10 BASE-T, 100BASE-TX, E 1000BASE-T.) | 10,000 | EXBOOM | UND | R$46,00 | R$460,00 | |
| 1570 | 3 | CONECTOR RJ45 | 550,000 | EXBOM | UND | R$0,30 | R$165,00 | |
| 1586 | 5 | PENDRIVE COM CAPACIDADE DE 16 GB | 15,000 | MULTILASER | UND | R$18,00 | R$270,00 | |
| 133123459 | 21 | ROTEADOR WIRELESS DUAL BAND 5 ANTENAS - ANTENA: 3 ANTENAS DE 2.4GHZ 2 ANTENAS DE 5GHZ; VELOCIDADES WIRELESS: 450MBPS(2.4GHZ); 867MBPS(5GHZ); POTÊNCIA DE TRANSMISSÃO: MÁX DE 13.5DBM (2.4GHZ) MÁX. 17DBM (5GHZ); SEGURANÇA WIRELESS: WEP WPA\WPA2 WPA-PSK\WPA2-PSK FILTRAGEM DE MAC WIRELESS - IGUAL OU SUPERIOR TP-LINK DUAL BAND AC 1350 ARCHER C60 | 27,000 | TP LINK | UND | R$200,00 | R$5. 400,00 | |
| 133123461 | 23 | ADAPTADADAPTADOR WIRELESS TIPO DE INTERFACE USBVELOCIDADE DE COMUNICACAO REDE WIRELESS ATE 300 MBPS | 53,000 | MULTILASER | UND | R$25,00 | R$1. 325,00 | |
| 133125182 | 25 | TONER ORIGINAL HP CF258X 58X \| CF258XC M428FDW M404DW M428DW M404N \| ORIGINAL | 46,000 | CHIMATE | UND | R$200,00 | R$9. 200,00 | |
| 133126019 | 30 | TONER COMPATÍVEL COM HP CF258X 58X \| M428FDW M404DW M428DW M404N \| SEM CHIP | 106,000 | ASTON | UND | R$50,00 | R$5. 300,00 | |
| 333132011 | 40 | CABO DE ALIMENTAÇÃO ELETRICA ATX PADRAO NOVO 3 PINOS 150cm | 40,000 | MD9 | UND | R$8,00 | R$320,00 | |
| 333132055 | 46 | MOUSE CLASSICO ANATOMICO C FIO USB, OPTICAL MOUSE COM SCROLL WEL, SEM ESFERA, TRES BOTORES, SENDO UM BOTAO CENTRAL TIPO BARRA DE ROLAGEM, WINDOWS, EMBALADO EM CAIXA APROPRIADA. GARANTIA DE NO MINIMO 12 MESES. | 54,000 | HAYON | UND | R$7,30 | R$394,20 | |
| 333132056 | 47 | FONTE DE ALIMENTAÇÃO ATX 5500W PARA MICROCOMPUTADOR, CHAVEADA, 110/220V. | 71,000 | BRAZIL PC | UND | R$100,00 | R$7. 100,00 | |
| 333132067 | 48 | TESTADOR DE CABO DE REDE PARA CONECTOR RJ45 E RJ11, CABO COAXIAL E PARTRACADO CATEGORIA CAT5, ANSI, TIA/EIA 568 A, 10-BASE2, 10BASET E 100BASETX, 02 BATERIAS RECARREGAVEIS. | 5,000 | EXBOOM | UND | R$50,00 | R$250,00 | |
| 333132178 | 53 | ALICATE DE CRIMPAGEM EZ CRIMP TOOL RJ45 RJ12 RJ11 COM DESCASCADOR | 2,000 | IT | UND | R$95,00 | R$190,00 | |
| 333132227 | 59 | ALCOOL ISOPROPILICO CATEGORIA ISOPROPILICO LIMITES P.A. COMPONENTES ELETRONICOS SOLUÇAO DE ALCOOL ISOPROPILICO E METANOL PARA COLORAÇAO DE GRAM ACONDICIONADO EM FRASCO COM 01 LITRO, ROTULO COM NR, DE LOTE DATA DE FABRICAÇAO/VALIDADE, FORMULA E PROCEDENCIA. | 13,000 | UMPLASTEC | UND | R$40,00 | R$520,00 | |
| 333134013 | 73 | CABO HDMI PARA MINI HDMI ULTRA HD 4K 2.0 - 2 METROS | 23,000 | MD9 | UND | R$22,00 | R$ 506,00 | |
| 333134014 | 74 | CABO AUXILIAR P2 X P2 ESTEREO 3 METROS BLINDADO | 25,000 | CHIP | UND | R$19,60 | R$ 490,00 | |
| 333134869 | 93 | GRAVADOR E LEITOR EXTERNO DE CD E DVD VIA USB PORTATIL PARA PC E NOTEBOOK, FUNCIONA VIA USB 2.0 E 3.0 | 5,000 | BRAZIL PC | UND | R$120,00 | R$600,00 | |
| 333132180 | 108 | CAIXA DE SOM PARA MULTIMIDIA - PARA COMPUTADOR, COM 20W DE POTENCIA | 4,000 | MULTILASER | UND | R$175,00 | R$700,00 | |
| | | **Qtde de Itens…..... 17<br>Valor Global R$ 33.190,20** | | | | | | **104** |

**02. VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS 2.1.** A Ata de Registro de Preços, ora firmada, terá validade de 12 **(doze) meses,** a partir da data da assinatura, podendo ser prorrogada, por até idêntico período, desde que haja anuência das partes. Com base no Art. 4º § 2º do Decreto 3.931/01, Normativa AGU Nº 19/2009, amparados no Art. 57 § 4º da Lei 8.666/93. **2.2.** A Detentora da ata deverá manifestar, por escrito, seu eventual interesse na prorrogação do ajuste, em prazo não inferior a 60 (sessenta) dias do término de sua vigência. A inexistência de pronunciamento, dentro do prazo, dará ensejo à Administração, a seu exclusivo critério: de promover nova licitação, descabendo à Detentora o direito a qualquer recurso ou indenização. **2.3.** À Prefeitura Municipal de Novo Santo Antonio, no exercício do interesse público, é assegurado o direito de exigir que a **Detentora**, conforme o caso prossiga na execução do ajuste, pelo período de até **60 (sessenta) dias,** a fim de se evitar brusca interrupção nos fornecimentos, mediante aditamento contratual, respeitado o prazo fixado nesta ata. **03. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, PRAZO E LOCAIS DE ENTREGA 3.1.** Os equipamentos/ materiais, objeto desta licitação, deverão ser entregues (sem ônus de entrega), parceladamente, de acordo com as solicitações da Secretaria Municipal solicitante, nos horários: 8h00 às 11h00 e 13h00 às 17h00, que será recebido pelo servidor Responsável, e pelo Fiscal responsável pelo Contrato**,** em

sua totalidade conforme autorização emitida pela Secretaria solicitante. **3.2.** A empresa detentora da Ata de Registro de Preços deverá atender as solicitações das Secretarias Municipais, no prazo máximo de **20 (vinte) dias corridos**, contados do momento do envio do pedido (requisição) dos produtos e confirmação por e-mail ou contato telefônico. **3.3.** Os produtos deverão estar em conformidade com as normas vigentes. Na entrega serão verificados os prazos de validade e o estado de conservação das embalagens. Todos os produtos entregues serão recebidos e conferidos por servidores designado por cada secretaria; **3.4.** A empresa detentora deverá entregar os produtos, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços**; 3.5.** A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste contrato e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas. **3.6.** A entrega do objeto desta Ata de Registro de Preços dar-se-á sob a forma de fornecimento parcelado, sendo que somente serão pagos os valores relativos ao fornecimento dos produtos efetivamente entregues, conforme atesto de recebimento da **Secretaria Municipal solicitante**, do Município Novo Santo Antonio, sendo que este não estará obrigado a adquirir a quantidade total dos produtos constantes da cláusula primeira. **3.7.** A empresa vencedora ficará obrigada a trocar, a suas expensas, a mercadoria que vier a ser recusada, sendo que o ato do recebimento não importará na aceitação. Prazo de troca: 03 (três) dias úteis. **3.8.** Independentemente da aceitação, o adjudicatório garantirá a qualidade de cada item, obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito ou irregularidade. Por divergências não adequadas serão aplicadas às sanções previstas neste instrumento e legislação vigente. **3.9.** Caso a substituição não ocorra no prazo determinado, estará a contratada incorrendo em atraso na entrega e sujeita à aplicação das sanções previstas neste Edital. **3.10.** Relativamente ao disposto no presente tópico, aplicam-se, subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei nº 8.078 de 11/09/90 – Código de Defesa do Consumidor. **3.11.** Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada, as despesas e custos de transporte e entrega dos produtos durante o período de execução do contrato. **3.12.** Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada quaisquer danos que venham a ocorrer à Prefeitura Municipal de Novo Santo Antonio-MT ou a terceiros, decorrentes da execução incorreta da entrega dos produtos contratados. **04. DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA 4.1.** Como condição para emissão da Nota de Empenho e/ou assinatura do contrato, a licitante vencedora deverá estar com a documentação obrigatória válida; **4.2.** Se não comprovarem a situação regular da licitante, a sessão será retomada e os demais chamados, na ordem de classificação, para fazê-lo nas condições de suas respectivas ofertas, observado que o Pregoeira examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis; **4.3.** A adjudicatária se obriga, nos termos deste Edital, a: **a)** A empresa se obrigará em um prazo máximo de 10 (dez) dias, a solucionar quaisquer problemas com os itens adquiridos, inclusive com reposição dos mesmos se por ventura não estiverem atendendo as finalidades propostas, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade e descartado o uso inadequado. **b)** A licitante vencedora, detentora do registro de preços, fica obrigada a aceitar acréscimos de até 25% do valor contratado nos preços da Ata de Registro de Preços. **c)** Assinar a ata da sessão pública de pregão e os relatórios com os preços ofertados nas etapas de lances verbais que substituirão a apresentação de nova proposta adequada ao preço ofertado. Se a empresa não se fizer representar até o final da sessão deverá então apresentar a nova proposta adequada ao preço ofertado nas etapas de lances verbais, no prazo de 03 (três) dias corridos, contados da notificação realizada na sessão pública do pregão. **d)** Será responsável pelo fornecimento dos produtos dentro dos padrões adequados de qualidade e segurança e demais quesitos previstos na lei 8078/90, assegurando todos os direitos inerentes à qualidade de consumidor à Prefeitura. **e)** Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CONTRATANTE, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações decorrentes da constatação de vícios, defeitos ou incorreções relativas ao objeto deste Edital, bem como a respeito da qualidade dos produtos, casos em que a CONTRATADA deverá, às suas expensas, realizar correções e comprovar a regularidade destes. **f)** Manter todas as condições estabelecidas neste Edital quanto as condições de habilitação e qualificação, durante toda a execução do contrato. **g)** Fornecer os produtos, de acordo com as especificações e demais condições estipuladas. **h)** Garantir a qualidade dos produtos fornecidos, segundo as exigências legais, normas do fabricante e especificações técnicas. **i)** Comunicar, imediatamente, a Prefeitura Municipal de Novo Santo Antonio-MT, qualquer irregularidade constatada durante o fornecimento dos produtos. **05. DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO 5.1.** Firmar Contrato e determinar a execução do objeto quando houver garantia real da disponibilidade financeira para a quitação de seus débitos frente à consignatária/contratada, sob pena de ilegalidade dos atos. **5.2.** Emitir ordem de fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto; **5.3.** Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da contratada em suas dependências. **5.4.** Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo fornecedor. **5.5.** Efetuar o pagamento á CONTRATADA, nas condições estabelecidas no edital. **5.6.** Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária. **5.7.** Não haverá sob hipótese alguma, pagamento antecipado. **5.8.** Coordenar e fiscalizar as entregas pertinentes às aquisições referentes ao contrato vigente, pela empresa CONTRATADA. **5.9.** Garantir a Detentora do Registro de Preços, desde que em igualdade de condições, a preferência no fornecimento, sempre que os preços forem compatíveis com os preços de mercado constatados mediante prévia e ampla pesquisa; **5.10.** Negociar com a Detentora do Registro de Preços, sempre os preços de mercados resultantes da pesquisa de preços estiver menor que os registrados; **06. DA CONTRATAÇÃO 6.1.** Observados os critérios e condições estabelecidos no edital do Pregão Eletrônico nº 10/2023, o MUNICÍPIO e/ou órgãos participantes, visando alcançar a quantidade de bens pretendida, poderá contratar concomitantemente com um ou mais fornecedores que tenham seus preços registrados, respeitando-se a capacidade de fornecimento das detentoras, e obedecida à ordem de classificação das propostas e os preços registrados. **6.2.** O Registro de Preços efetuado não obriga o MUNICÍPIO a firmar as contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o objeto, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições. **6.3.** A contratação junto a cada fornecedor registrado será formalizada pelos órgãos integrantes da Administração Direta ou Indireta do Poder Executivo, mediante a assinatura de contrato. **07. DO PAGAMENTO À CONTRATADA 7.1.** A empresa licitante deverá apresentar juntamente com as mercadorias as notas fiscais correspondentes ao fornecimento dos produtos, devidamente processadas em duas vias, com todos os campos preenchidos, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor designado pela Administração, devendo ainda estar acompanhada das cópias das Ordens de Fornecimento autorizada pela Secretaria Solicitante. **7.2.** O pagamento será efetuado pela Prefeitura Municipal no prazo de até o décimo (10º) dia do mês subsequente a entrega dos materiais, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea “a”, da Lei n° 8.666/93 e alterações.Os pagamentos estão condicionados a apresentação das respectivas faturas. **7.3.** As taxas referentes ao Envio de TED e/ou DOC serão efetivamente descontadas do valor a ser pago a favorecida; **7.4.** Nas Notas Fiscais apresentadas para pagamento os materiais relacionados deverão vir com nome e especificações, sob pena de devolução da mesma e o não pagamento. **7.5.** As empresas regularmente inscritas nos simples deverão apresentar documentos comprobatórios, para os fins de retenções de impostos. **7.6.** Toda operação de venda de mercadorias terá que ser efetuada, obrigatoriamente, mediante a emissão de **NOTA FISCAL ELETRÔNICA**; **7.6.1.** Se a Nota Fiscal for apresentada com erro, será devolvida à licitante vencedora para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado nos item 7.2, os dias que se passarem entre

a data da devolução e a da reapresentação; **7.7.** Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de atualização monetária. **7.8.** O Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring". **7.9. A nota fiscal deverá estar acompanhada das certidões negativas da RECEITA FEDERAL e do FGTS, devidamente válidas, para que seja efetuado o pagamento, sendo que é de responsabilidade do fornecedor, manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas na licitação (regularidade fiscal). 08. DA READEQUAÇÃO DE PREÇOS 8.1.** Durante o período de vigência da ata, **os preços não serão reajustados**, ressalvada, entretanto, a possibilidade de readequação dos preços vigentes pela Administração para manter o equilíbrio econômico- financeiro, ou em face da superveniência de normas federais ou municipais aplicáveis à espécie,

considerada, para base inicial de análise, a demonstração da composição de custos, anexa a ata de registro de preços.

**8.2.** O diferencial de preço entre a proposta inicial da Detentora e a pesquisa de mercado efetuada pela Administração à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos concedidos pela Detentora, serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da vigência da ata. **8.3.** Durante a vigência da ata, os preços registrados não poderão ficar acima dos praticados no mercado. Por conseguinte, independentemente de provocação da Administração, no caso de redução, ainda que temporária, dos preços de mercado, a Detentora obriga-se a comunicar à Prefeitura o novo preço que substituirá o então registrado. **8.3.1.** Caso a Detentora venha a se locupletar com a redução efetiva de preços de mercado não repassada à Administração, ficará obrigada à restituição do que houver recebido indevidamente. **8.4.** Caberá à Administração, à cada prestação de serviço, efetuar as pesquisas de preços de mercado para verificar a compatibilidade dos preços registrados, devendo negociar com o Detentor do Registro, sempre que a pesquisa constar preços menores. **09. DA RECISÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 9.1.** A ata poderá ser rescindida de pleno direito, nas hipóteses a seguir relacionadas. **9.2.** A rescisão pela **Administração** poderá ocorrer quando: **9.2.1.** A Detentora não cumprir as obrigações constantes da ata; **9.2.2.** A Detentora não formalizar contrato decorrente do registro de preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, se a Administração não aceitar sua justificativa; **9.2.3.** A Detentora der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços; **9.2.4. E**m qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços; **9.2.5.** Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado e a Detentora não aceitar a redução; **9.2.6.** Por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado pela Administração; **9.2.7.** Sempre que ficar constatado que a fornecedora perdeu qualquer das condições de habilitação e/ou qualificação exigidas na licitação. **9.3.** A comunicação da rescisão, nos casos previstos no subitem 9.2, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da Detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado por **02 (duas) vezes consecutivas,** considerando-se cancelado o registro a partir da última publicação. **9.4.** A rescisão pela **Detentora** poderá ocorrer quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências da ata. **9.4.1.** A solicitação da Detentora para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência de **30 (trinta) dias,** facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas cabíveis**,** caso não sejam aceitas as razões do pedido. **9.4.2.** A rescisão ou suspensão de fornecimento com fundamento no artigo 78, inciso XV, da Lei federal nº 8.666/93 deverá ser notificada. **9.5.** A Administração, a seu critério, poderá convocar, pela ordem, as demais licitantes classificadas, nos termos do disposto neste edital para, mediante a sua concordância assumirem o fornecimento do objeto da ata. **9.6.** Aplica-se no que couber o disposto nos artigos 78 e 79 da Lei 8.666/93. **10. DAS PENALIDADES 10.1.** De conformidade com o art. 86, da Lei n.º 8666/93, atualizada, o atraso injustificado na entrega dos produtos sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa de até 2% (dois por cento), do valor da aquisição, até 30 (trinta) dias, após este prazo será cobrado juro de 1% (um por cento) ao mês;

**10.1.2** A multa prevista no item 10.1 será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 10.2, alínea "b";

**10.2.** Nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, atualizada, pela inexecução total ou parcial da entrega do objeto adquirido, a Administração poderá aplicar à(s) vencedora(s), mediante publicação no Diário Oficial do Estado, as seguintes penalidades: **a)** advertência por escrito; **b)** aplicação de multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento; **c)** suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 2 (dois) anos; **d)** declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93; **10.3.** Se a contratada não proceder o recolhimento da multa no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte do Município, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica. **10.3.1.** Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirar a Nota de Empenho, o valor da multa não recolhido será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica; **10.4.** Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo. **11. DAS ALTERAÇÕES DA ATA**

**11.1.** A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecido ao disposto no Art. 65 da Lei 8.666/93, nos seguintes casos:

**Parágrafo Primeiro:** os preços registrados poderão ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos materiais registrados, cabendo à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO-MT, órgão gerenciador desta ATA, promover as negociações junto aos fornecedores registrados.

**Parágrafo Segundo:** Quando os preços registrados, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO deverá:

I. Convocar o fornecedor registrado para negociação de redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado; II. Frustrada a negociação, liberar o fornecedor registrado do compromisso assumido; e III. Convocar, pela ordem de classificação do Pregão Eletrônico, os demais fornecedores que não tiveram seus preços registrados, visando igual oportunidade de negociação;

**Parágrafo Terceiro:** Quando o valor de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor, mediante comunicação e comprovação formal, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador da Ata poderá:

I. Liberar o fornecedor registrado do compromisso assumido, sem aplicação das penalidades previstas nesta Ata e no Edital do Pregão Eletrônico, confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; II. Para o disposto no subitem anterior, a comunicação deverá ser feita antes do pedido de fornecimento dos materiais; III. Convocar, pela ordem de classificação do Pregão Eletrônico, os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação;

**Parágrafo Quarto:** O MUNICÍPIO revogará a Ata de Registro de Preços sempre que não houver êxito nas negociações, na forma da legislação vigente.

**12. DISPOSIÇÕES FINAIS 12.1.** As omissões desta ATA e as dúvidas oriundas de sua interpretação serão sanadas de acordo com o que dispuserem o Edital do Pregão Eletrônico nº. 10/2023 e as propostas apresentadas pelas CONTRATADAS, prevalecendo, em caso de conflito, as disposições do Edital sobre as das propostas. **12.2.** O presente registro decorre de adjudicação às PROMITENTES CONTRATADAS dos objetos, cujas descrições, quantidades e especificações constam no Termo de Referência - Anexo I, do Pregão Eletrônico

nº 10/2023, conforme decisão do Pregoeira do MUNICÍPIO, lavrada em Ata datada em 19 de julho de 2023, e homologação feita pelo senhor Prefeito Municipal.

**12.3.** Caberá à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO o gerenciamento da presente Ata de Registro de Preços nos termos da legislação vigente. **12.4.** Fica eleito o foro da Comarca deste Município, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução desta ATA, com renúncia das partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam a presente Ata em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Novo Santo Antonio -MT 19 de julho de 2023.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO**

**Prefeito Municipal**

_____

**MAB COMERCIO DE PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA**

**CNPJ:50.247.672/0001-74**

**CONTRATADA**

**MARA ALICE APARECIDA DA SILVA BORGES**

**RESPONSAVEL**

---

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº95/2023**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº95/2023**

**Processo Nº 067/2023**

**Pregão Eletrônico nº 10/2023**

**Validade: 12(doze) meses.**

Às 9 : 00 horas do dia 19 de julho de 2023, na **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO** , reuniram-se na sala de LICITAÇÃO, com sede na Av. 29 de Setembro, nº.244 Centro – Novo Santo Antônio - MT, neste ato legalmente representado por seu Prefeito Municipal **ADÃO SOARES NOGUEIRA**, brasileiro, casado, agropecuarista, residente e domiciliado à Av. Santo Antônio, n°.244, Centro, nesta cidade de Novo Santo Antônio - MT, portador do RG n° 738.751/SSP-MT e do CPF nº 604.590.181-91, denominada como **GERENCIADOR**, e de outro lado a empresa **INOVA TECH INFORMATICA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 28.706.488/0001-96, Inscrição estadual nº 260360511 , situada na AVENIDA JUSCELINO K DE OLIVEIRA , nº. 117, Bairro SEMINARIO , cidade de TAIO , estado de SC , CEP 89190-000, denominada **DETENTORA**representada neste ato por seu representante legal o(a) Sr(a). FRANCIELI BAGATLI, portador(a) da RG nº 4935722 CPF nº 069.220.449-08, residente e domiciliado(a) na cidade de TAIO, estado SC, CEP 89190-000, resolvem celebrar o presente contrato nos termos do processo licitatório n° 067/2023, realizado na modalidade de Pregão Eletrônico nº. 10/2023, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, da Lei Municipal nº 10.520/2002 e demais legislação aplicável à matéria e consoante as cláusulas e condições constantes deste instrumento convocatório da licitação supracitada, resolvem efetuar o Registro de Preço, referente ao Pregão Eletrônico nº 10/2023, nas condições em que segue:

**01. DO OBJETO E PREÇOS 1.1.** Constitui o objeto da presente o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MATERIAIS DE INFORMÁTICA E PERIFÉRICOS, EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE NOVO SANTO ANTÔNIO /MT. 1.2.** Os preços registrados na presente Ata referem-se aos seguintes itens:

| | |
|---|---|
| NOME: **INOVA TECH INFORMATICA LTDA** | |
| CNPJ: **28.706.488/0001-96** | INSCRIÇÃO: **260360511** |
| ENDEREÇO: **AVENIDA JUSCELINO K DE OLIVEIRA:** | |
| CEP: **89190-000** | CIDADE/UF: **TAIO-SC** |
| TELEFONES:**(47) 84661878** | E-MAIL: **DOC@INFOINOVATECH.COM.BR** |
| REPRESENTANTE LEGAL: FRANCIELI BAGATLI | |
| RG:4935722 | CPF:069.220.449-08 |
| DESCRIÇÃO, QUANTIDADE E PREÇOS REGISTRADOS | |

| Código | Item | Descrição | Quant | marca | Unidade | Valor Unit | Valor Total | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 133125348 | 99 | IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL MONOCROMATICA QUE ESTEJA EM LINHA DE PRODUÇÃO PELO FABRICANTE; IMPRESSORA LASER COM PADRÃO DE COR MONOCROMÁTICO; IMPRESSORA QUE IMPRIMI, DIGITALIZA E COPIA; RESOLUÇÃO | 8,000 | PANTUM | UND | R$ 2.975,77 | R$ 23.806,16 | |

| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | MÍNIMA DE 1200 X 1200 DPI; VELOCIDADE DE 40 PÁGINAS (A4) POR MINUTO PPM; SUPORTAR TAMANHO DE PAPEL A4, A5 CARTA E OFÍCIO; CAPACIDADE DE ENTRADA DE 250 PÁGINAS, CICLO MENSAL DE 50.000 PÁGINAS, INTERFACE USB 2. 0; PERMITIR COMPARTILHAMENTO POR MEIO DE REDE 10/100/1000 ETHERNET; SPDF (LEITURA FRENTE E VERSO DO DOCUMENTO EM UMA ÚNICA PASSAGEM) COM CAPACIDADE PARA 70 FOLHAS E FUNÇÃO FRENTE E VERSO AUTOMÁTICA NA IMPRESSÃO; COMPATIBILIDADE COM DRIVER DE IMPRESSÃO COM S.O WINDOWS, MAC OS, LINUX; O PRODUTO DEVERÁ SER NOVO SEM USO, REFORMA OU RECONDICIONAMENTO; GARANTIA DE 12 MESES - IGUAL OU SUPERIOR A BROTHER - L5652DN | | | | | | |
| **Qtde de Itens……..... 1<br>Valor Global R$ 23.806,16** | | | | | | | | **104** |

**02. VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS 2.1.** A Ata de Registro de Preços, ora firmada, terá validade de 12 **(doze) meses,** a partir da data da assinatura, podendo ser prorrogada, por até idêntico período, desde que haja anuência das partes. Com base no Art. 4º § 2º do Decreto 3.931/01, Normativa AGU Nº 19/2009, amparados no Art. 57 § 4º da Lei 8.666/93. **2.2.** A Detentora da ata deverá manifestar, por escrito, seu eventual interesse na prorrogação do ajuste, em prazo não inferior a 60 (sessenta) dias do término de sua vigência. A inexistência de pronunciamento, dentro do prazo, dará ensejo à Administração, a seu exclusivo critério: de promover nova licitação, descabendo à Detentora o direito a qualquer recurso ou indenização. **2.3.** À Prefeitura Municipal de Novo Santo Antonio, no exercício do interesse público, é assegurado o direito de exigir que a **Detentora**, conforme o caso prossiga na execução do ajuste, pelo período de até **60 (sessenta) dias,** a fim de se evitar brusca interrupção nos fornecimentos, mediante aditamento contratual, respeitado o prazo fixado nesta ata. **03. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, PRAZO E LOCAIS DE ENTREGA 3.1.** Os equipamentos/materiais, objeto desta licitação, deverão ser entregues (sem ônus de entrega), parceladamente, de acordo com as solicitações da Secretaria Municipal solicitante, nos horários: 8h00 às 11h00 e 13h00 às 17h00, que será recebido pelo servidor Responsável, e pelo Fiscal responsável pelo Contrato**,** em sua totalidade conforme autorização emitida pela Secretaria solicitante. **3.2.** A empresa detentora da Ata de Registro de Preços deverá atender as solicitações das Secretarias Municipais, no prazo máximo de **20 (vinte) dias corridos**, contados do momento do envio do pedido (requisição) dos produtos e confirmação por e-mail ou contato telefônico. **3.3.** Os produtos deverão estar em conformidade com as normas vigentes. Na entrega serão verificados os prazos de validade e o estado de conservação das embalagens. Todos os produtos entregues serão recebidos e conferidos por servidores designado por cada secretaria; **3.4.** A empresa detentora deverá entregar os produtos, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços**; 3.5.** A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste contrato e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas. **3.6.** A entrega do objeto desta Ata de Registro de Preços dar-se-á sob a forma de fornecimento parcelado, sendo que somente serão pagos os valores relativos ao fornecimento dos produtos efetivamente entregues, conforme atesto de recebimento da **Secretaria Municipal solicitante**, do Município Novo Santo Antonio, sendo que este não estará obrigado a adquirir a quantidade total dos produtos constantes da cláusula primeira. **3.7.** A empresa vencedora ficará obrigada a trocar, a suas expensas, a mercadoria que vier a ser recusada, sendo que o ato do recebimento não importará na aceitação. Prazo de troca: 03 (três) dias úteis. **3.8.** Independentemente da aceitação, o adjudicatório garantirá a qualidade de cada item, obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito ou irregularidade. Por divergências não adequadas serão aplicadas às sanções previstas neste instrumento e legislação vigente. **3.9.** Caso a substituição não ocorra no prazo determinado, estará a contratada incorrendo em atraso na entrega e sujeita à aplicação das sanções previstas neste Edital. **3.10.** Relativamente ao disposto no presente tópico, aplicam-se, subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei nº 8.078 de 11/09/90 – Código de Defesa do Consumidor. **3.11.** Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada, as despesas e custos de transporte e entrega dos produtos durante o período de execução do contrato. **3.12.** Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada quaisquer danos que venham a ocorrer à Prefeitura Municipal de Novo Santo Antonio-MT ou a terceiros, decorrentes da execução incorreta da entrega dos produtos contratados. **04. DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA 4.1.** Como condição para emissão da Nota de Empenho e/ou assinatura do contrato, a licitante vencedora deverá estar com a documentação obrigatória válida; **4.2.** Se não comprovarem a situação regular da licitante, a sessão será retomada e os demais chamados, na ordem de classificação, para fazê-lo nas condições de suas respectivas ofertas, observado que o Pregoeira examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis; **4.3.** A adjudicatária se obriga, nos termos deste Edital, a: **a)** A empresa se obrigará em um prazo máximo de 10 (dez) dias, a solucionar quaisquer problemas com os itens adquiridos, inclusive com reposição dos mesmos se por ventura não estiverem atendendo as finalidades propostas, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade e descartado o uso inadequado. **b)** A licitante vencedora, detentora do registro de preços, fica obrigada a aceitar acréscimos de até 25% do valor contratado nos preços da Ata de Registro de Preços. **c)** Assinar a ata da sessão pública de pregão e os relatórios com os preços ofertados nas etapas de lances verbais que substituirão a apresentação de nova proposta adequada ao preço ofertado. Se a empresa não se fizer representar até o final da sessão deverá então apresentar a nova proposta adequada ao preço ofertado nas etapas de lances verbais, no prazo de 03 (três) dias corridos, contados da notificação realizada na sessão pública do pregão. **d)** Será responsável pelo fornecimento dos produtos dentro dos padrões adequados de qualidade e segurança e demais quesitos previstos na lei 8078/90, assegurando todos os direitos inerentes à qualidade de consumidor à Prefeitura. **e)** Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CONTRATANTE, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações decorrentes da constatação de vícios, defeitos ou incorreções relativas ao objeto deste Edital, bem como a respeito da qualidade dos produtos, casos em que a CONTRATADA deverá, às suas expensas, realizar correções e comprovar a regularidade destes. **f)** Manter todas as condições estabelecidas neste Edital quanto as condições de habilitação e qualificação, durante toda a execução do contrato. **g)** Fornecer os produtos, de acordo com as especificações e demais condições estipuladas. **h)** Garantir a qualidade dos produtos fornecidos, segundo as exigências legais, normas do fabricante e especificações técnicas. **i)** Comunicar, imediatamente, a Prefeitura Municipal de Novo Santo Antonio-MT, qualquer irregularidade constatada durante o fornecimento dos produtos. **05. DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO 5.1.** Firmar Contrato e determinar a execução do objeto quando houver garantia real da disponibilidade financeira para a quitação de seus débitos frente à consignatária/contratada, sob pena de ilegalidade dos atos. **5.2.** Emitir ordem de fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto; **5.3.** Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da contratada em suas dependências. **5.4.** Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo fornecedor. **5.5.** Efetuar o pagamento á CONTRATADA, nas condições estabelecidas no edital. **5.6.** Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária. **5.7.** Não haverá sob hipótese alguma, pagamento antecipado. **5.8.** Coordenar e fiscalizar as entregas pertinentes às aquisições

referentes ao contrato vigente, pela empresa CONTRATADA. **5.9.** Garantir a Detentora do Registro de Preços, desde que em igualdade de condições, a preferência no fornecimento, sempre que os preços forem compatíveis com os preços de mercado constatados mediante prévia e ampla pesquisa; **5.10.** Negociar com a Detentora do Registro de Preços, sempre os preços de mercados resultantes da pesquisa de preços estiver menor que os registrados; **06. DA CONTRATAÇÃO 6.1.** Observados os critérios e condições estabelecidos no edital do Pregão Eletrônico nº 10/2023, o MUNICÍPIO e/ou órgãos participantes, visando alcançar a quantidade de bens pretendida, poderá contratar concomitantemente com um ou mais fornecedores que tenham seus preços registrados, respeitando-se a capacidade de fornecimento das detentoras, e obedecida à ordem de classificação das propostas e os preços registrados. **6.2.** O Registro de Preços efetuado não obriga o MUNICÍPIO a firmar as contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o objeto, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições. **6.3.** A contratação junto a cada fornecedor registrado será formalizada pelos órgãos integrantes da Administração Direta ou Indireta do Poder Executivo, mediante a assinatura de contrato. **07. DO PAGAMENTO À CONTRATADA 7.1.** A empresa licitante deverá apresentar juntamente com as mercadorias as notas fiscais correspondentes ao fornecimento dos produtos, devidamente processadas em duas vias, com todos os campos preenchidos, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor designado pela Administração, devendo ainda estar acompanhada das cópias das Ordens de Fornecimento autorizada pela Secretaria Solicitante. **7.2.** O pagamento será efetuado pela Prefeitura Municipal no prazo de até o décimo (10º) dia do mês subsequente a entrega dos materiais, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei n° 8.666/93 e alterações.Os pagamentos estão condicionados a apresentação das respectivas faturas. **7.3.** As taxas referentes ao Envio de TED e/ou DOC serão efetivamente descontadas do valor a ser pago a favorecida; **7.4.** Nas Notas Fiscais apresentadas para pagamento os materiais relacionados deverão vir com nome e especificações, sob pena de devolução da mesma e o não pagamento. **7.5.** As empresas regularmente inscritas nos simples deverão apresentar documentos comprobatórios, para os fins de retenções de impostos. **7.6.** Toda operação de venda de mercadorias terá que ser efetuada, obrigatoriamente, mediante a emissão de **NOTA FISCAL ELETRÔNICA**; **7.6.1.** Se a Nota Fiscal for apresentada com erro, será devolvida à licitante vencedora para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado nos item 7.2, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação; **7.7.** Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de atualização monetária. **7.8.** O Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring". **7.9. A nota fiscal deverá estar acompanhada das certidões negativas da RECEITA FEDERAL e do FGTS, devidamente válidas, para que seja efetuado o pagamento, sendo que é de responsabilidade do fornecedor, manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas na licitação (regularidade fiscal). 08. DA READEQUAÇÃO DE PREÇOS 8.1.** Durante o período de vigência da ata, **os preços não serão reajustados**, ressalvada, entretanto, a possibilidade de readequação dos preços vigentes pela Administração para manter o equilíbrio econômico- financeiro, ou em face da superveniência de normas federais ou municipais aplicáveis à espécie,

considerada, para base inicial de análise, a demonstração da composição de custos, anexa a ata de registro de preços.

**8.2.** O diferencial de preço entre a proposta inicial da Detentora e a pesquisa de mercado efetuada pela Administração à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos concedidos pela Detentora, serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da vigência da ata. **8.3.** Durante a vigência da ata, os preços registrados não poderão ficar acima dos praticados no mercado. Por conseguinte, independentemente de provocação da Administração, no caso de redução, ainda que temporária, dos preços de mercado, a Detentora obriga-se a comunicar à Prefeitura o novo preço que substituirá o então registrado. **8.3.1.** Caso a Detentora venha a se locupletar com a redução efetiva de preços de mercado não repassada à Administração, ficará obrigada à restituição do que houver recebido indevidamente. **8.4.** Caberá à Administração, à cada prestação de serviço, efetuar as pesquisas de preços de mercado para verificar a compatibilidade dos preços registrados, devendo negociar com o Detentor do Registro, sempre que a pesquisa constar preços menores. **09. DA RECISÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 9.1.** A ata poderá ser rescindida de pleno direito, nas hipóteses a seguir relacionadas. **9.2.** A rescisão pela **Administração** poderá ocorrer quando: **9.2.1.** A Detentora não cumprir as obrigações constantes da ata; **9.2.2.** A Detentora não formalizar contrato decorrente do registro de preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, se a Administração não aceitar sua justificativa; **9.2.3.** A Detentora der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços; **9.2.4. E**m qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços; **9.2.5.** Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado e a Detentora não aceitar a redução; **9.2.6.** Por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado pela Administração; **9.2.7.** Sempre que ficar constatado que a fornecedora perdeu qualquer das condições de habilitação e/ou qualificação exigidas na licitação. **9.3.** A comunicação da rescisão, nos casos previstos no subitem 9.2, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da Detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado por **02 (duas) vezes consecutivas,** considerando-se cancelado o registro a partir da última publicação. **9.4.** A rescisão pela **Detentora** poderá ocorrer quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências da ata. **9.4.1.** A solicitação da Detentora para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência de **30 (trinta) dias,** facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas cabíveis**,** caso não sejam aceitas as razões do pedido. **9.4.2.** A rescisão ou suspensão de fornecimento com fundamento no artigo 78, inciso XV, da Lei federal nº 8.666/93 deverá ser notificada. **9.5.** A Administração, a seu critério, poderá convocar, pela ordem, as demais licitantes classificadas, nos termos do disposto neste edital para, mediante a sua concordância assumirem o fornecimento do objeto da ata. **9.6.** Aplica-se no que couber o disposto nos artigos 78 e 79 da Lei 8.666/93. **10. DAS PENALIDADES 10.1.** De conformidade com o art. 86, da Lei n.º 8666/93, atualizada, o atraso injustificado na entrega dos produtos sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa de até 2% (dois por cento), do valor da aquisição, até 30 (trinta) dias, após este prazo será cobrado juro de 1% (um por cento) ao mês;

**10.1.2** A multa prevista no item 10.1 será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 10.2, alínea "b";

**10.2.** Nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, atualizada, pela inexecução total ou parcial da entrega do objeto adquirido, a Administração poderá aplicar à(s) vencedora(s), mediante publicação no Diário Oficial do Estado, as seguintes penalidades: **a)** advertência por escrito; **b)** aplicação de multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento; **c)** suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 2 (dois) anos; **d)** declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria

autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93; **10.3.** Se a contratada não proceder o recolhimento da multa no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte do Município, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica. **10.3.1.** Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirar a Nota de Empenho, o valor da multa não recolhido será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica; **10.4.** Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

**11. DAS ALTERAÇÕES DA ATA**

**11.1.** A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecido ao disposto no Art. 65 da Lei 8.666/93, nos seguintes casos:

**Parágrafo Primeiro:** os preços registrados poderão ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos materiais registrados, cabendo à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO-MT, órgão gerenciador desta ATA, promover as negociações junto aos fornecedores registrados.

**Parágrafo Segundo:** Quando os preços registrados, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO deverá:

I. Convocar o fornecedor registrado para negociação de redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado; II. Frustrada a negociação, liberar o fornecedor registrado do compromisso assumido; e III. Convocar, pela ordem de classificação do Pregão Eletrônico, os demais fornecedores que não tiveram seus preços registrados, visando igual oportunidade de negociação;

**Parágrafo Terceiro:** Quando o valor de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor, mediante comunicação e comprovação formal, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador da Ata poderá:

I. Liberar o fornecedor registrado do compromisso assumido, sem aplicação das penalidades previstas nesta Ata e no Edital do Pregão Eletrônico, confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; II. Para o disposto no subitem anterior, a comunicação deverá ser feita antes do pedido de fornecimento dos materiais; III. Convocar, pela ordem de classificação do Pregão Eletrônico, os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação;

**Parágrafo Quarto:** O MUNICÍPIO revogará a Ata de Registro de Preços sempre que não houver êxito nas negociações, na forma da legislação vigente.

**12. DISPOSIÇÕES FINAIS 12.1.** As omissões desta ATA e as dúvidas oriundas de sua interpretação serão sanadas de acordo com o que dispuserem o Edital do Pregão Eletrônico nº. 10/2023 e as propostas apresentadas pelas CONTRATADAS, prevalecendo, em caso de conflito, as disposições do Edital sobre as das propostas. **12.2.** O presente registro decorre de adjudicação às PROMITENTES CONTRATADAS dos objetos, cujas descrições, quantidades e especificações constam no Termo de Referência - Anexo I, do Pregão Eletrônico

nº 10/2023, conforme decisão do Pregoeira do MUNICÍPIO, lavrada em Ata datada em 19 de julho de 2023, e homologação feita pelo senhor Prefeito Municipal.

**12.3.** Caberá à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO o gerenciamento da presente Ata de Registro de Preços nos termos da legislação vigente. **12.4.** Fica eleito o foro da Comarca deste Município, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução desta ATA, com renúncia das partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam a presente Ata em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Novo Santo Antonio -MT 19 de julho de 2023.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO**

**Prefeito Municipal**

**INOVA TECH INFORMATICA LTDA**

**CNPJ: 28.706.488/0001-96**

**CONTRATADA**

**FRANCIELI BAGATLI**

**CPF: 069.220.449-08**

**RESPONSAVEL**

---

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº96/2023**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº96/2023**

**Processo Nº 067/2023**

**Pregão Eletrônico nº 10/2023**

**Validade: 12(doze) meses.**

Às 9 : 00 horas do dia 19 de julho de 2023, na **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO** , reuniram-se na sala de LICITAÇÃO, com sede na Av. 29 de Setembro, nº.244 Centro – Novo Santo Antônio - MT, neste ato legalmente representado por seu Prefeito Municipal **ADÃO SOARES NOGUEIRA**, brasileiro, casado, agropecuarista, residente e domiciliado à Av. Santo Antônio, n°.244, Centro, nesta cidade de Novo Santo Antônio - MT, portador do RG n° 738.751/SSP-MT e do CPF nº 604.590.181-91, denominada como **GERENCIADOR**, e de outro lado a empresa **LUMI COMERCIO DE PRODUTOS ELETRONICOS LTDA** , pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 33.499.117/0002-00, Inscrição estadual nº 260983713, situada na RODOVIA BR 101 , nº. 131 , Bairro MONTE ALEGRE , cidade de CAMBORIU, estado de SC, CEP 88349-175 , denominada **DETENTO-**

**RA**representada neste ato por seu representante legal o(a) Sr(a). JUAN AURELIO FERRER, portador(a) da RG nº 10161762 SESP/PR CPF nº 073. 815.969-70, residente e domiciliado(a) na cidade de CAMBORIU, estado SC , CEP 88349-175 , resolvem celebrar o presente contrato nos termos do processo licitatório n° 067/2023, realizado na modalidade de Pregão Eletrônico nº. 10/2023, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, da Lei Municipal nº 10.520/2002 e demais legislação aplicável à matéria e consoante as cláusulas e condições constantes deste instrumento convocatório da licitação supracitada, resolvem efetuar o Registro de Preço, referente ao Pregão Eletrônico nº 10/2023, nas condições em que segue:

**01. DO OBJETO E PREÇOS 1.1.** Constitui o objeto da presente o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MATERIAIS DE INFORMÁTICA E PERIFÉRICOS, EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE NOVO SANTO ANTÔNIO /MT. 1.2.** Os preços registrados na presente Ata referem-se aos seguintes itens:

| | |
|---|---|
| NOME: **LUMI COMERCIO DE PRODUTOS ELETRONICOS LTDA** | |
| CNPJ: **33.499.117/0002-00** | INSCRIÇÃO: **260983713** |
| ENDEREÇO: **RODOVIA BR 101** | |
| CEP: **88349-175** | CIDADE/UF: **CAMBORIU-SC** |
| TELEFONES: **(47) 9978-8585** | E-MAIL: **FINANCEIRO@LUMICOMERCIO.COM.BR** |
| REPRESENTANTE LEGAL: **Juan Aurelio Ferrer** | |
| RG: 10161762 SESP/PR | CPF: 073.815.969-70 |
| DESCRIÇÃO, QUANTIDADE E PREÇOS REGISTRADOS | |

| Código | Item | Descrição | Quant | MARCA | Unidade | Valor Unit | Valor Total | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 33120528 | 95 | COMPUTADOR DESKTOP - COMPLETO CORE i5-CPU 3.2GHz OU SUPERIO, 8GB DE RAM, HD SSD 512GB - PROCESSADOR INTEL CORE i5 2400 10° GERAÇÃO OU SUPERIOR. - CONTENDO MOUSE COM FIO USB + TECLADO COM FIO USB E MONITOR LED 21 POLEGADA CONEXÃO: VGA/HDMI, GABINETE COM 5 BAIAS VOLTAGEM: BIVOLT - SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS 10 OU SUPERIOR. | 20,000 | BRX | UND | R$ 1. 390,00 | R$27. 800,00 | |
| 333132345 | 109 | COMPUTADOR DESKTOP PROCESSADOR CORE i7-CPU 3,20 GHZ OU SUPERIO, HD SSD 512GB, 8GB RAM 1600MHZ, MEMORIA CACHE 8MB NIVEL L3, COMPLETO COM MONITOR LED LCD 18,5 POLEGADA, PLACA MÃE INTEL, TECLADO E MOUSE E CAIXA DE SOM, EM EMBALAGEM COM PROTEÇAO APROPRIADA, COM CABOS, CONECTORES MANUAIS E DRIVERS COM SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS 10 PROFISSIONAL PORTUGUES - BRASIL ORIGINAL. | 5,000 | BRX | UND | R$ 1. 420,00 | R$ 7. 100,00 | |
| | **Qtde de Itens……..... 2**<br>**Valor Global R$ 34.900,00** | | | | | | | **104** |

**02. VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS 2.1.** A Ata de Registro de Preços, ora firmada, terá validade de 12 **(doze) meses,** a partir da data da assinatura, podendo ser prorrogada, por até idêntico período, desde que haja anuência das partes. Com base no Art. 4º § 2º do Decreto 3.931/01, Normativa AGU Nº 19/2009, amparados no Art. 57 § 4º da Lei 8.666/93. **2.2.** A Detentora da ata deverá manifestar, por escrito, seu eventual interesse na prorrogação do ajuste, em prazo não inferior a 60 (sessenta) dias do término de sua vigência. A inexistência de pronunciamento, dentro do prazo, dará ensejo à Administração, a seu exclusivo critério: de promover nova licitação, descabendo à Detentora o direito a qualquer recurso ou indenização. **2.3.** À Prefeitura Municipal de Novo Santo Antonio, no exercício do interesse público, é assegurado o direito de exigir que a **Detentora**, conforme o caso prossiga na execução do ajuste, pelo período de até **60 (sessenta) dias,** a fim de se evitar brusca interrupção nos fornecimentos, mediante aditamento contratual, respeitado o prazo fixado nesta ata. **03. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, PRAZO E LOCAIS DE ENTREGA 3.1.** Os equipamentos/materiais, objeto desta licitação, deverão ser entregues (sem ônus de entrega), parceladamente, de acordo com as solicitações da Secretaria Municipal solicitante, nos horários: 8h00 às 11h00 e 13h00 às 17h00, que será recebido pelo servidor Responsável, e pelo Fiscal responsável pelo Contrato**,** em sua totalidade conforme autorização emitida pela Secretaria solicitante. **3.2.** A empresa detentora da Ata de Registro de Preços deverá atender as solicitações das Secretarias Municipais, no prazo máximo de **20 (vinte) dias corridos**, contados do momento do envio do pedido (requisição) dos produtos e confirmação por e-mail ou contato telefônico. **3.3.** Os produtos deverão estar em conformidade com as normas vigentes. Na entrega serão verificados os prazos de validade e o estado de conservação das embalagens. Todos os produtos entregues serão recebidos e conferidos por servidores designado por cada secretaria; **3.4.** A empresa detentora deverá entregar os produtos, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços**; 3.5.** A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste contrato e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas. **3.6.** A entrega do objeto desta Ata de Registro de Preços dar-se-á sob a forma de fornecimento parcelado, sendo que somente serão pagos os valores relativos ao fornecimento dos produtos efetivamente entregues, conforme atesto de recebimento da **Secretaria Municipal solicitante**, do Município Novo Santo Antonio, sendo que este não estará obrigado a adquirir a quantidade total dos produtos constantes da cláusula primeira. **3.7.** A empresa vencedora ficará obrigada a trocar, a suas expensas, a mercadoria que vier a ser recusada, sendo que o ato do recebimento não importará na aceitação. Prazo de troca: 03 (três) dias úteis. **3.8.** Independentemente da aceitação, o adjudicatório garantirá a qualidade de cada item, obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito ou irregularidade. Por divergências não adequadas serão aplicadas às sanções previstas neste instrumento e legislação vigente. **3.9.** Caso a substituição não ocorra no prazo determinado, estará a contratada incorrendo em atraso na entrega e sujeita à aplicação das sanções previstas neste Edital. **3.10.** Relativamente ao disposto no presente tópico, aplicam-se, subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei nº 8.078 de 11/09/90 – Código de Defesa do Consumidor. **3.11.** Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada, as despesas e custos de transporte e entrega dos produtos durante o período de execução do contrato. **3.12.** Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada quaisquer danos que venham a ocorrer à Prefeitura Municipal de Novo Santo Antonio-MT ou a terceiros, decorrentes da execução incorreta da entrega dos produtos contratados. **04. DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA 4.1.** Como condição para emissão da Nota de Empenho e/ou assinatura do contrato, a licitante vencedora deverá estar com a documentação obrigatória válida; **4.2.** Se não comprovarem a situação regular da licitante, a sessão será retomada e os demais chamados, na ordem de classificação, para fazê-lo nas condições de suas respectivas ofertas, observado que o Pregoeira examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis; **4.3.** A adjudicatária se obriga, nos termos deste Edital, a: **a)** A empresa se obrigará em um prazo máximo de 10 (dez) dias, a solucionar quaisquer problemas com os itens adquiridos, inclusive com reposição dos mesmos se por ventura não estiverem atendendo as finalidades propostas, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade e descartado o uso inadequado. **b)** A licitante vencedora, detentora do registro de preços, fica obrigada a aceitar acréscimos de até 25% do valor contratado nos preços da Ata de Registro de Preços. **c)** Assinar a ata da sessão pública de pregão e os relatórios com os preços

ofertados nas etapas de lances verbais que substituirão a apresentação de nova proposta adequada ao preço ofertado. Se a empresa não se fizer representar até o final da sessão deverá então apresentar a nova proposta adequada ao preço ofertado nas etapas de lances verbais, no prazo de 03 (três) dias corridos, contados da notificação realizada na sessão pública do pregão. **d)** Será responsável pelo fornecimento dos produtos dentro dos padrões adequados de qualidade e segurança e demais quesitos previstos na lei 8078/90, assegurando todos os direitos inerentes à qualidade de consumidor à Prefeitura. **e)** Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CONTRATANTE, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações decorrentes da constatação de vícios, defeitos ou incorreções relativas ao objeto deste Edital, bem como a respeito da qualidade dos produtos, casos em que a CONTRATADA deverá, às suas expensas, realizar correções e comprovar a regularidade destes. **f)** Manter todas as condições estabelecidas neste Edital quanto as condições de habilitação e qualificação, durante toda a execução do contrato. **g)** Fornecer os produtos, de acordo com as especificações e demais condições estipuladas. **h)** Garantir a qualidade dos produtos fornecidos, segundo as exigências legais, normas do fabricante e especificações técnicas. **i)** Comunicar, imediatamente, a Prefeitura Municipal de Novo Santo Antonio-MT, qualquer irregularidade constatada durante o fornecimento dos produtos. **05. DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO 5.1.** Firmar Contrato e determinar a execução do objeto quando houver garantia real da disponibilidade financeira para a quitação de seus débitos frente à consignatária/contratada, sob pena de ilegalidade dos atos. **5.2.** Emitir ordem de fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto; **5.3.** Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da contratada em suas dependências. **5.4.** Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo fornecedor. **5.5.** Efetuar o pagamento á CONTRATADA, nas condições estabelecidas no edital. **5.6.** Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária. **5.7.** Não haverá sob hipótese alguma, pagamento antecipado. **5.8.** Coordenar e fiscalizar as entregas pertinentes às aquisições referentes ao contrato vigente, pela empresa CONTRATADA. **5.9.** Garantir a Detentora do Registro de Preços, desde que em igualdade de condições, a preferência no fornecimento, sempre que os preços forem compatíveis com os preços de mercado constatados mediante prévia e ampla pesquisa; **5.10.** Negociar com a Detentora do Registro de Preços, sempre os preços de mercados resultantes da pesquisa de preços estiver menor que os registrados; **06. DA CONTRATAÇÃO 6.1.** Observados os critérios e condições estabelecidos no edital do Pregão Eletrônico nº 10/2023, o MUNICÍPIO e/ou órgãos participantes, visando alcançar a quantidade de bens pretendida, poderá contratar concomitantemente com um ou mais fornecedores que tenham seus preços registrados, respeitando-se a capacidade de fornecimento das detentoras, e obedecida à ordem de classificação das propostas e os preços registrados. **6.2.** O Registro de Preços efetuado não obriga o MUNICÍPIO a firmar as contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o objeto, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições. **6.3.** A contratação junto a cada fornecedor registrado será formalizada pelos órgãos integrantes da Administração Direta ou Indireta do Poder Executivo, mediante a assinatura de contrato. **07. DO PAGAMENTO À CONTRATADA 7.1.** A empresa licitante deverá apresentar juntamente com as mercadorias as notas fiscais correspondentes ao fornecimento dos produtos, devidamente processadas em duas vias, com todos os campos preenchidos, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor designado pela Administração, devendo ainda estar acompanhada das cópias das Ordens de Fornecimento autorizada pela Secretaria Solicitante. **7.2.** O pagamento será efetuado pela Prefeitura Municipal no prazo de até o décimo (10º) dia do mês subsequente a entrega dos materiais, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea “a”, da Lei n° 8.666/93 e alterações.Os pagamentos estão condicionados a apresentação das respectivas faturas. **7.3.** As taxas referentes ao Envio de TED e/ou DOC serão efetivamente descontadas do valor a ser pago a favorecida; **7.4.** Nas Notas Fiscais apresentadas para pagamento os materiais relacionados deverão vir com nome e especificações, sob pena de devolução da mesma e o não pagamento. **7.5.** As empresas regularmente inscritas nos simples deverão apresentar documentos comprobatórios, para os fins de retenções de impostos. **7.6.** Toda operação de venda de mercadorias terá que ser efetuada, obrigatoriamente, mediante a emissão de **NOTA FISCAL ELETRÔNICA**; **7.6.1.** Se a Nota Fiscal for apresentada com erro, será devolvida à licitante vencedora para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado nos item 7.2, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação; **7.7.** Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de atualização monetária. **7.8.** O Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”. **7.9. A nota fiscal deverá estar acompanhada das certidões negativas da RECEITA FEDERAL e do FGTS, devidamente válidas, para que seja efetuado o pagamento, sendo que é de responsabilidade do fornecedor, manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas na licitação (regularidade fiscal). 08. DA READEQUAÇÃO DE PREÇOS 8.1.** Durante o período de vigência da ata, **os preços não serão reajustados**, ressalvada, entretanto, a possibilidade de readequação dos preços vigentes pela Administração para manter o equilíbrio econômico- financeiro, ou em face da superveniência de normas federais ou municipais aplicáveis à espécie,

considerada, para base inicial de análise, a demonstração da composição de custos, anexa a ata de registro de preços.

**8.2.** O diferencial de preço entre a proposta inicial da Detentora e a pesquisa de mercado efetuada pela Administração à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos concedidos pela Detentora, serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da vigência da ata. **8.3.** Durante a vigência da ata, os preços registrados não poderão ficar acima dos praticados no mercado. Por conseguinte, independentemente de provocação da Administração, no caso de redução, ainda que temporária, dos preços de mercado, a Detentora obriga-se a comunicar à Prefeitura o novo preço que substituirá o então registrado. **8.3.1.** Caso a Detentora venha a se locupletar com a redução efetiva de preços de mercado não repassada à Administração, ficará obrigada à restituição do que houver recebido indevidamente. **8.4.** Caberá à Administração, à cada prestação de serviço, efetuar as pesquisas de preços de mercado para verificar a compatibilidade dos preços registrados, devendo negociar com o Detentor do Registro, sempre que a pesquisa constar preços menores. **09. DA RECISÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 9.1.** A ata poderá ser rescindida de pleno direito, nas hipóteses a seguir relacionadas. **9.2.** A rescisão pela **Administração** poderá ocorrer quando: **9.2.1.** A Detentora não cumprir as obrigações constantes da ata; **9.2.2.** A Detentora não formalizar contrato decorrente do registro de preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, se a Administração não aceitar sua justificativa; **9.2.3.** A Detentora der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços; **9.2.4. E**m qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços; **9.2.5.** Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado e a Detentora não aceitar a redução; **9.2.6.** Por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado pela Administração; **9.2.7.** Sempre que ficar constatado que a fornecedora perdeu qualquer das condições de habilitação e/ou qualificação exigidas na licitação. **9.3.** A comunicação da rescisão, nos casos previstos no subitem 9.2, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebi-

mento, juntando-se comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da Detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado por **02 (duas) vezes consecutivas,** considerando-se cancelado o registro a partir da última publicação. **9.4.** A rescisão pela **Detentora** poderá ocorrer quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências da ata. **9.4.1.** A solicitação da Detentora para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência de **30 (trinta) dias,** facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas cabíveis**,** caso não sejam aceitas as razões do pedido. **9.4.2.** A rescisão ou suspensão de fornecimento com fundamento no artigo 78, inciso XV, da Lei federal nº 8.666/93 deverá ser notificada. **9.5.** A Administração, a seu critério, poderá convocar, pela ordem, as demais licitantes classificadas, nos termos do disposto neste edital para, mediante a sua concordância assumirem o fornecimento do objeto da ata. **9.6.** Aplica-se no que couber o disposto nos artigos 78 e 79 da Lei 8.666/93. **10. DAS PENALIDADES 10.1.** De conformidade com o art. 86, da Lei n.º 8666/93, atualizada, o atraso injustificado na entrega dos produtos sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa de até 2% (dois por cento), do valor da aquisição, até 30 (trinta) dias, após este prazo será cobrado juro de 1% (um por cento) ao mês;

**10.1.2** A multa prevista no item 10.1 será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 10.2, alínea “b”;

**10.2.** Nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, atualizada, pela inexecução total ou parcial da entrega do objeto adquirido, a Administração poderá aplicar à(s) vencedora(s), mediante publicação no Diário Oficial do Estado, as seguintes penalidades: **a)** advertência por escrito; **b)** aplicação de multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento; **c)** suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 2 (dois) anos; **d)** declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93; **10.3.** Se a contratada não proceder o recolhimento da multa no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte do Município, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica. **10.3.1.** Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirar a Nota de Empenho, o valor da multa não recolhido será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica; **10.4.** Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

**11. DAS ALTERAÇÕES DA ATA**

**11.1.** A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecido ao disposto no Art. 65 da Lei 8.666/93, nos seguintes casos:

**Parágrafo Primeiro:** os preços registrados poderão ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos materiais registrados, cabendo à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO-MT, órgão gerenciador desta ATA, promover as negociações junto aos fornecedores registrados.

**Parágrafo Segundo:** Quando os preços registrados, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO deverá:

I. Convocar o fornecedor registrado para negociação de redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado; II. Frustrada a negociação, liberar o fornecedor registrado do compromisso assumido; e III. Convocar, pela ordem de classificação do Pregão Eletrônico, os demais fornecedores que não tiveram seus preços registrados, visando igual oportunidade de negociação;

**Parágrafo Terceiro:** Quando o valor de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor, mediante comunicação e comprovação formal, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador da Ata poderá:

I. Liberar o fornecedor registrado do compromisso assumido, sem aplicação das penalidades previstas nesta Ata e no Edital do Pregão Eletrônico, confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; II. Para o disposto no subitem anterior, a comunicação deverá ser feita antes do pedido de fornecimento dos materiais; III. Convocar, pela ordem de classificação do Pregão Eletrônico, os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação;

**Parágrafo Quarto:** O MUNICÍPIO revogará a Ata de Registro de Preços sempre que não houver êxito nas negociações, na forma da legislação vigente.

**12. DISPOSIÇÕES FINAIS 12.1.** As omissões desta ATA e as dúvidas oriundas de sua interpretação serão sanadas de acordo com o que dispuserem o Edital do Pregão Eletrônico nº. 10/2023 e as propostas apresentadas pelas CONTRATADAS, prevalecendo, em caso de conflito, as disposições do Edital sobre as das propostas. **12.2.** O presente registro decorre de adjudicação às PROMITENTES CONTRATADAS dos objetos, cujas descrições, quantidades e especificações constam no Termo de Referência - Anexo I, do Pregão Eletrônico

nº 10/2023, conforme decisão do Pregoeira do MUNICÍPIO, lavrada em Ata datada em 19 de julho de 2023, e homologação feita pelo senhor Prefeito Municipal.

**12.3.** Caberá à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO o gerenciamento da presente Ata de Registro de Preços nos termos da legislação vigente. **12.4.** Fica eleito o foro da Comarca deste Município, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução desta ATA, com renúncia das partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam a presente Ata em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Novo Santo Antonio -MT 19 de julho de 2023.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO**

**Prefeito Municipal**

**LUMI COMERCIO DE PRODUTOS ELETRONICOS LTDA**

**CNPJ: 33.499.117/0002-00**

**CONTRATADA**

**JUAN AURELIO FERRER**

**CPF: 073.815.969-70**

**RESPONSAVEL**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº93/2023**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº93/2023**

**Processo Nº 067/2023**

**Pregão Eletrônico nº 10/2023**

**Validade: 12(doze) meses.**

Às 9 : 00 horas do dia 19 de julho de 2023, na **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO** , reuniram-se na sala de LICITAÇÃO, com sede na Av. 29 de Setembro, nº.244 Centro – Novo Santo Antônio - MT, neste ato legalmente representado por seu Prefeito Municipal **ADÃO SOARES NOGUEIRA**, brasileiro, casado, agropecuarista, residente e domiciliado à Av. Santo Antônio, n°.244, Centro, nesta cidade de Novo Santo Antônio - MT, portador do RG n° 738.751/SSP-MT e do CPF nº 604.590.181-91, denominada como **GERENCIADOR**, e de outro lado a empresa **DIGITECH SOLUCOES LTDA** pessoa jurídica de **direito privado, inscrita no CNPJ nº 02.869.044/0001-88, Inscrição estadual nº 126.774.421.114,** situada na RUA MARIA CARLOTA , nº.773 , Bairro VILA ESPERANÇA , cidade de SAO PAULO , estado de SP, CEP 03647-000, denominada **DETENTORA**representada neste ato por seu representante legal o(a) Sr(a). JOAO INACIO DE ALMEIDA FILHO, portador(a) da RG nº 16548281-3 CPF nº 088.145.328-50, residente e domiciliado(a) na cidade de SAO PAULO, estado SP, CEP 03647-000, resolvem celebrar o presente contrato nos termos do processo licitatório n° 067/2023, realizado na modalidade de Pregão Eletrônico nº. 10/2023, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, da Lei Municipal nº 10.520/2002 e demais legislação aplicável à matéria e consoante as cláusulas e condições constantes deste instrumento convocatório da licitação supracitada, resolvem efetuar o Registro de Preço, referente ao Pregão Eletrônico nº 10/2023, nas condições em que segue:

**01. DO OBJETO E PREÇOS 1.1.** Constitui o objeto da presente o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MATERIAIS DE INFORMÁTICA E PERIFÉRICOS, EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE NOVO SANTO ANTÔNIO /MT. 1.2.** Os preços registrados na presente Ata referem-se aos seguintes itens:

| | |
|---|---|
| NOME: **DIGITECH SOLUCOES LTDA** | |
| CNPJ: **02.869.044/0001-88** | INSCRIÇÃO: **126.774.421.114** |
| ENDEREÇO: **RUA MARIA CARLOTA** | |
| CEP: **03647-000** | CIDADE/UF: **SAO PAULO** |
| TELEFONES: **(11)9828-2009** | E-MAIL: **DIGITECH@DIGITECH.NET.BR** |
| REPRESENTANTE LEGAL: **JOAO INACIO DE ALMEIDA FILHO** | |
| RG:**16548281-3** | CPF: **088.145.328-50** |
| DESCRIÇÃO, QUANTIDADE E PREÇOS REGISTRADOS | |

| Código | Item | Descrição | Marca | Quant | Unidade | Valor Unit | Valor Total | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 333133755 | 111 | IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL MONOCROMATICA QUE ESTEJA EM LINHA DE PRODUCAO PELO FABRICANTE; IMPRESSORA LASER COM PADRAO DE COR MONOCROMATICO; IMPRESSORA QUE IMPRIMA, DIGITALIZA E COPIA; RESOLUCAO MÍNIMA DE 1200 X 1200 DPI; TELA TOUCHSCREEN; FACIL NAVEGACAO NO MENU DO EQUIPAMENTO QUE PERMITE A CRIACAO DE ATE 48 ATALHOS PERSONALIZADOS; VELOCIDADE DE 46 PAGINAS (A4) POR MINUTO PPM; SUPORTAR TAMANHO DE PAPEL A5, A4 CARTA E OFICIO; CAPACIDADE DE ENTRADA DE 250 PAGINAS, CICLO MENSAL DE 100.000 PAGINAS, INTERFACE USB 2.0; PERMITIR COMPARTILHAMENTO POR MEIO DE REDE 10/100/1000 ETHERNET E WIFI 802.11 B/G/N; SPDF (LEITURA FRENTE E VERSO DO DOCUMENTO EM UMA UNICA PASSAGEM) COM CAPACIDADE PARA 70 FOLHAS E FUNCAO FRENTE E VERSO AUTOMATICA NA IMPRESSAO, COPIA E DIGITALIZACAO ;COMPATIBILIDADE COM DRIVER DE IMPRESSAO COM S.O WINDOWS, MAC OS, LINUX; O PRODUTO DEVERA SER NOVO SEM USO, REFORMA OU RECONDICIONAMENTO; GARANTIA DE 12 MESES - IGUAL OU SUPERIOR BROTHER - MFC-L6702DW | HP | 13,000 | UND | R$ 5.000,00 | R$ 65.000,00 | |
| | | **Qtde de Itens……..... 1**<br>**Valor Global R$ 65.000,00** | | | | | | **104** |

**02. VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS 2.1.** A Ata de Registro de Preços, ora firmada, terá validade de 12 **(doze) meses,** a partir da data da assinatura, podendo ser prorrogada, por até idêntico período, desde que haja anuência das partes. Com base no Art. 4º § 2º do Decreto 3.931/01, Normativa AGU Nº 19/2009, amparados no Art. 57 § 4º da Lei 8.666/93. **2.2.** A Detentora da ata deverá manifestar, por escrito, seu eventual interesse na prorrogação do ajuste, em prazo não inferior a 60 (sessenta) dias do término de sua vigência. A inexistência de pronunciamento, dentro do prazo, dará ensejo à Administração, a seu exclusivo critério: de promover nova licitação, descabendo à Detentora o direito a qualquer recurso ou indenização. **2.3.** À Prefeitura Municipal de Novo Santo Antonio, no exercício do interesse público, é assegurado o direito de exigir que a **Detentora**, conforme o caso prossiga na execução do ajuste, pelo período de até **60 (sessenta) dias,** a fim de se evitar brusca interrupção nos fornecimentos, mediante aditamento contratual, respeitado o prazo fixado nesta ata. **03. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, PRAZO E LOCAIS DE ENTREGA 3.1.** Os equipamentos/materiais, objeto desta licitação, deverão ser entregues (sem ônus de entrega), parceladamente, de acordo com as solicitações da Secretaria Municipal solicitante, nos horários: 8h00 às 11h00 e 13h00 às 17h00, que será recebido pelo servidor Responsável, e pelo Fiscal responsável pelo Contrato**,** em sua totalidade conforme autorização emitida pela Secretaria solicitante. **3.2.** A empresa detentora da Ata de Registro de Preços deverá atender as solicitações das Secretarias Municipais, no prazo máximo de **20 (vinte) dias corridos**, contados do momento do envio do pedido (requisição) dos produtos e confirmação por e-mail ou contato telefônico. **3.3.** Os produtos deverão estar em conformidade com as normas vigentes. Na entrega serão verificados os prazos de validade e o estado de conservação das embalagens. Todos os produtos entregues serão recebidos e conferidos por servidores designado por cada secretaria; **3.4.** A empresa detentora deverá entregar os produtos, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços**; 3.5.** A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste contrato e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos

e demais condições estabelecidas. **3.6.** A entrega do objeto desta Ata de Registro de Preços dar-se-á sob a forma de fornecimento parcelado, sendo que somente serão pagos os valores relativos ao fornecimento dos produtos efetivamente entregues, conforme atesto de recebimento da **Secretaria Municipal solicitante**, do Município Novo Santo Antonio, sendo que este não estará obrigado a adquirir a quantidade total dos produtos constantes da cláusula primeira. **3.7.** A empresa vencedora ficará obrigada a trocar, a suas expensas, a mercadoria que vier a ser recusada, sendo que o ato do recebimento não importará na aceitação. Prazo de troca: 03 (três) dias úteis. **3.8.** Independentemente da aceitação, o adjudicatório garantirá a qualidade de cada item, obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito ou irregularidade. Por divergências não adequadas serão aplicadas às sanções previstas neste instrumento e legislação vigente. **3.9.** Caso a substituição não ocorra no prazo determinado, estará a contratada incorrendo em atraso na entrega e sujeita à aplicação das sanções previstas neste Edital. **3.10.** Relativamente ao disposto no presente tópico, aplicam-se, subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei nº 8.078 de 11/09/90 – Código de Defesa do Consumidor. **3.11.** Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada, as despesas e custos de transporte e entrega dos produtos durante o período de execução do contrato. **3.12.** Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada quaisquer danos que venham a ocorrer à Prefeitura Municipal de Novo Santo Antonio-MT ou a terceiros, decorrentes da execução incorreta da entrega dos produtos contratados. **04. DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA 4.1.** Como condição para emissão da Nota de Empenho e/ou assinatura do contrato, a licitante vencedora deverá estar com a documentação obrigatória válida; **4.2.** Se não comprovarem a situação regular da licitante, a sessão será retomada e os demais chamados, na ordem de classificação, para fazê-lo nas condições de suas respectivas ofertas, observado que o Pregoeira examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis; **4.3.** A adjudicatária se obriga, nos termos deste Edital, a: **a)** A empresa se obrigará em um prazo máximo de 10 (dez) dias, a solucionar quaisquer problemas com os itens adquiridos, inclusive com reposição dos mesmos se por ventura não estiverem atendendo as finalidades propostas, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade e descartado o uso inadequado. **b)** A licitante vencedora, detentora do registro de preços, fica obrigada a aceitar acréscimos de até 25% do valor contratado nos preços da Ata de Registro de Preços. **c)** Assinar a ata da sessão pública de pregão e os relatórios com os preços ofertados nas etapas de lances verbais que substituirão a apresentação de nova proposta adequada ao preço ofertado. Se a empresa não se fizer representar até o final da sessão deverá então apresentar a nova proposta adequada ao preço ofertado nas etapas de lances verbais, no prazo de 03 (três) dias corridos, contados da notificação realizada na sessão pública do pregão. **d)** Será responsável pelo fornecimento dos produtos dentro dos padrões adequados de qualidade e segurança e demais quesitos previstos na lei 8078/90, assegurando todos os direitos inerentes à qualidade de consumidor à Prefeitura. **e)** Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CONTRATANTE, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações decorrentes da constatação de vícios, defeitos ou incorreções relativas ao objeto deste Edital, bem como a respeito da qualidade dos produtos, casos em que a CONTRATADA deverá, às suas expensas, realizar correções e comprovar a regularidade destes. **f)** Manter todas as condições estabelecidas neste Edital quanto as condições de habilitação e qualificação, durante toda a execução do contrato. **g)** Fornecer os produtos, de acordo com as especificações e demais condições estipuladas. **h)** Garantir a qualidade dos produtos fornecidos, segundo as exigências legais, normas do fabricante e especificações técnicas. **i)** Comunicar, imediatamente, a Prefeitura Municipal de Novo Santo Antonio-MT, qualquer irregularidade constatada durante o fornecimento dos produtos. **05. DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO 5.1.** Firmar Contrato e determinar a execução do objeto quando houver garantia real da disponibilidade financeira para a quitação de seus débitos frente à consignatária/contratada, sob pena de ilegalidade dos atos. **5.2.** Emitir ordem de fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto; **5.3.** Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da contratada em suas dependências. **5.4.** Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo fornecedor. **5.5.** Efetuar o pagamento á CONTRATADA, nas condições estabelecidas no edital. **5.6.** Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária. **5.7.** Não haverá sob hipótese alguma, pagamento antecipado. **5.8.** Coordenar e fiscalizar as entregas pertinentes às aquisições referentes ao contrato vigente, pela empresa CONTRATADA. **5.9.** Garantir a Detentora do Registro de Preços, desde que em igualdade de condições, a preferência no fornecimento, sempre que os preços forem compatíveis com os preços de mercado constatados mediante prévia e ampla pesquisa; **5.10.** Negociar com a Detentora do Registro de Preços, sempre os preços de mercados resultantes da pesquisa de preços estiver menor que os registrados; **06. DA CONTRATAÇÃO 6.1.** Observados os critérios e condições estabelecidos no edital do Pregão Eletrônico nº 10/2023, o MUNICÍPIO e/ou órgãos participantes, visando alcançar a quantidade de bens pretendida, poderá contratar concomitantemente com um ou mais fornecedores que tenham seus preços registrados, respeitando-se a capacidade de fornecimento das detentoras, e obedecida à ordem de classificação das propostas e os preços registrados. **6.2.** O Registro de Preços efetuado não obriga o MUNICÍPIO a firmar as contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o objeto, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições. **6.3.** A contratação junto a cada fornecedor registrado será formalizada pelos órgãos integrantes da Administração Direta ou Indireta do Poder Executivo, mediante a assinatura de contrato. **07. DO PAGAMENTO À CONTRATADA 7.1.** A empresa licitante deverá apresentar juntamente com as mercadorias as notas fiscais correspondentes ao fornecimento dos produtos, devidamente processadas em duas vias, com todos os campos preenchidos, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor designado pela Administração, devendo ainda estar acompanhada das cópias das Ordens de Fornecimento autorizada pela Secretaria Solicitante. **7.2.** O pagamento será efetuado pela Prefeitura Municipal no prazo de até o décimo (10º) dia do mês subsequente a entrega dos materiais, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea “a”, da Lei n° 8.666/93 e alterações.Os pagamentos estão condicionados a apresentação das respectivas faturas. **7.3.** As taxas referentes ao Envio de TED e/ou DOC serão efetivamente descontadas do valor a ser pago a favorecida; **7.4.** Nas Notas Fiscais apresentadas para pagamento os materiais relacionados deverão vir com nome e especificações, sob pena de devolução da mesma e o não pagamento. **7.5.** As empresas regularmente inscritas nos simples deverão apresentar documentos comprobatórios, para os fins de retenções de impostos. **7.6.** Toda operação de venda de mercadorias terá que ser efetuada, obrigatoriamente, mediante a emissão de **NOTA FISCAL ELETRÔNICA**; **7.6.1.** Se a Nota Fiscal for apresentada com erro, será devolvida à licitante vencedora para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado nos item 7.2, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação; **7.7.** Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de atualização monetária. **7.8.** O Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”. **7.9. A nota fiscal deverá estar acompanhada das certidões negativas da RECEITA FEDERAL e do FGTS, devidamente válidas, para que seja efetuado o pagamento, sendo que é de responsabilidade do fornecedor, manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas na licitação (regularidade fiscal). 08. DA READEQUAÇÃO DE PREÇOS 8.1.** Durante o período de vigência da ata, **os preços não serão reajustados**, ressalvada, entretanto, a possibilidade de readequação dos

preços vigentes pela Administração para manter o equilíbrio econômico- financeiro, ou em face da superveniência de normas federais ou municipais aplicáveis à espécie,

considerada, para base inicial de análise, a demonstração da composição de custos, anexa a ata de registro de preços.

**8.2.** O diferencial de preço entre a proposta inicial da Detentora e a pesquisa de mercado efetuada pela Administração à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos concedidos pela Detentora, serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da vigência da ata. **8.3.** Durante a vigência da ata, os preços registrados não poderão ficar acima dos praticados no mercado. Por conseguinte, independentemente de provocação da Administração, no caso de redução, ainda que temporária, dos preços de mercado, a Detentora obriga-se a comunicar à Prefeitura o novo preço que substituirá o então registrado. **8.3.1.** Caso a Detentora venha a se locupletar com a redução efetiva de preços de mercado não repassada à Administração, ficará obrigada à restituição do que houver recebido indevidamente. **8.4.** Caberá à Administração, à cada prestação de serviço, efetuar as pesquisas de preços de mercado para verificar a compatibilidade dos preços registrados, devendo negociar com o Detentor do Registro, sempre que a pesquisa constar preços menores. **09. DA RECISÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 9.1.** A ata poderá ser rescindida de pleno direito, nas hipóteses a seguir relacionadas. **9.2.** A rescisão pela **Administração** poderá ocorrer quando: **9.2.1.** A Detentora não cumprir as obrigações constantes da ata; **9.2.2.** A Detentora não formalizar contrato decorrente do registro de preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, se a Administração não aceitar sua justificativa; **9.2.3.** A Detentora der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços; **9.2.4. E**m qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços; **9.2.5.** Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado e a Detentora não aceitar a redução; **9.2.6.** Por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado pela Administração; **9.2.7.** Sempre que ficar constatado que a fornecedora perdeu qualquer das condições de habilitação e/ou qualificação exigidas na licitação. **9.3.** A comunicação da rescisão, nos casos previstos no subitem 9.2, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da Detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado por **02 (duas) vezes consecutivas,** considerando-se cancelado o registro a partir da última publicação. **9.4.** A rescisão pela **Detentora** poderá ocorrer quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências da ata. **9.4.1.** A solicitação da Detentora para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência de **30 (trinta) dias,** facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas cabíveis**,** caso não sejam aceitas as razões do pedido. **9.4.2.** A rescisão ou suspensão de fornecimento com fundamento no artigo 78, inciso XV, da Lei federal nº 8.666/93 deverá ser notificada. **9.5.** A Administração, a seu critério, poderá convocar, pela ordem, as demais licitantes classificadas, nos termos do disposto neste edital para, mediante a sua concordância assumirem o fornecimento do objeto da ata. **9.6.** Aplica-se no que couber o disposto nos artigos 78 e 79 da Lei 8.666/93. **10. DAS PENALIDADES 10.1.** De conformidade com o art. 86, da Lei n.º 8666/93, atualizada, o atraso injustificado na entrega dos produtos sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa de até 2% (dois por cento), do valor da aquisição, até 30 (trinta) dias, após este prazo será cobrado juro de 1% (um por cento) ao mês;

**10.1.2** A multa prevista no item 10.1 será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 10.2, alínea “b”;

**10.2.** Nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, atualizada, pela inexecução total ou parcial da entrega do objeto adquirido, a Administração poderá aplicar à(s) vencedora(s), mediante publicação no Diário Oficial do Estado, as seguintes penalidades: **a)** advertência por escrito; **b)** aplicação de multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento; **c)** suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 2 (dois) anos; **d)** declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93; **10.3.** Se a contratada não proceder o recolhimento da multa no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte do Município, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica. **10.3.1.** Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirar a Nota de Empenho, o valor da multa não recolhido será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica; **10.4.** Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.
**11. DAS ALTERAÇÕES DA ATA**

**11.1.** A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecido ao disposto no Art. 65 da Lei 8.666/93, nos seguintes casos:

**Parágrafo Primeiro:** os preços registrados poderão ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos materiais registrados, cabendo à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO-MT, órgão gerenciador desta ATA, promover as negociações junto aos fornecedores registrados.

**Parágrafo Segundo:** Quando os preços registrados, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO deverá:

I. Convocar o fornecedor registrado para negociação de redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado; II. Frustrada a negociação, liberar o fornecedor registrado do compromisso assumido; e III. Convocar, pela ordem de classificação do Pregão Eletrônico, os demais fornecedores que não tiveram seus preços registrados, visando igual oportunidade de negociação;

**Parágrafo Terceiro:** Quando o valor de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor, mediante comunicação e comprovação formal, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador da Ata poderá:

I. Liberar o fornecedor registrado do compromisso assumido, sem aplicação das penalidades previstas nesta Ata e no Edital do Pregão Eletrônico, confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; II. Para o disposto no subitem anterior, a comunicação deverá ser feita antes do pedido de fornecimento dos materiais; III. Convocar, pela ordem de classificação do Pregão Eletrônico, os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação;

**Parágrafo Quarto:** O MUNICÍPIO revogará a Ata de Registro de Preços sempre que não houver êxito nas negociações, na forma da legislação vigente.

**12. DISPOSIÇÕES FINAIS 12.1.** As omissões desta ATA e as dúvidas oriundas de sua interpretação serão sanadas de acordo com o que dispuserem o Edital do Pregão Eletrônico nº. 10/2023 e as propostas apresentadas pelas CONTRATADAS, prevalecendo, em caso de conflito, as disposições do

Edital sobre as das propostas. **12.2.** O presente registro decorre de adjudicação às PROMITENTES CONTRATADAS dos objetos, cujas descrições, quantidades e especificações constam no Termo de Referência - Anexo I, do Pregão Eletrônico

nº 10/2023, conforme decisão do Pregoeira do MUNICÍPIO, lavrada em Ata datada em 19 de julho de 2023, e homologação feita pelo senhor Prefeito Municipal.

**12.3.** Caberá à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO o gerenciamento da presente Ata de Registro de Preços nos termos da legislação vigente. **12.4.** Fica eleito o foro da Comarca deste Município, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução desta ATA, com renúncia das partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam a presente Ata em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Novo Santo Antonio -MT 19 de julho de 2023.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO**

**Prefeito Municipal**

**DIGITECH SOLUCOES LTDA**

**CNPJ: 02.869.044/0001-88**

**CONTRATADA**

**JOAO INACIO DE ALMEIDA FILHO**

**CPF: 088.145.328-50**

**RESPONSAVEL**

---

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº97/2023**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº97/2023**

**Processo Nº 067/2023**

**Pregão Eletrônico nº 10/2023**

**Validade: 12(doze) meses.**

Às 9 : 00 horas do dia 19 de julho de 2023, na **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO** , reuniram-se na sala de LICITAÇÃO, com sede na Av. 29 de Setembro, nº.244 Centro – Novo Santo Antônio - MT, neste ato legalmente representado por seu Prefeito Municipal **ADÃO SOARES NOGUEIRA**, brasileiro, casado, agropecuarista, residente e domiciliado à Av. Santo Antônio, n°.244, Centro, nesta cidade de Novo Santo Antônio - MT, portador do RG n° 738.751/SSP-MT e do CPF nº 604.590.181-91, denominada como **GERENCIADOR**, e de outro lado a empresa **OLMIR IORIS E CIA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 70.429.956/0001-99, Inscrição estadual nº 13.147.338-7, situada na AVENIDA MATO GROSSO , nº.116 , Bairro MODULO 2 , cidade de JUINA-MT, , CEP 78320-000 , denominada **DETENTORA**representada neste ato por seu representante legal o(a) Sr(a). OLMIR IORIS, portador(a) da RG nº 1483392 CPF nº 252.935.409-04, residente e domiciliado(a) na cidade de _JUINA-MT, CEP 78320-000, resolvem celebrar o presente contrato nos termos do processo licitatório n° 067/2023, realizado na modalidade de Pregão Eletrônico nº. 10/2023, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, da Lei Municipal nº 10.520/2002 e demais legislação aplicável à matéria e consoante as cláusulas e condições constantes deste instrumento convocatório da licitação supracitada, resolvem efetuar o Registro de Preço, referente ao Pregão Eletrônico nº 10/2023, nas condições em que segue:

**01. DO OBJETO E PREÇOS 1.1.** Constitui o objeto da presente o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MATERIAIS DE INFORMÁTICA E PERIFÉRICOS, EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE NOVO SANTO ANTÔNIO /MT. 1.2.** Os preços registrados na presente Ata referem-se aos seguintes itens:

| | |
|---|---|
| NOME: **OLMIR IORIS E CIA LTDA** | |
| CNPJ: **70.429.956/0001-99** | INSCRIÇÃO: **13.147.338-7** |
| ENDEREÇO: **AVENIDA MATO GROSSO** | |
| CEP: **78320-000** | CIDADE/UF: **JUINA-MT** |
| TELEFONES: **(66) 3566-1240** | E-MAIL: **OLMIELETRO@GMAIL.COM** |
| REPRESENTANTE LEGAL: **OLMIR IORIS** | |
| RG:**1483392** | CPF: **252.935.409-04** |
| DESCRIÇÃO, QUANTIDADE E PREÇOS REGISTRADOS | |

| Código | Item | Descrição | Quant | MARCA | Unidade | Valor Unit | Valor Total | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 333132174 | 52 | NOBREAK 2.200 VA (2.2 KVA) ALIMENTADOR AUTOMATICO DE TENSÃO COMUNICAÇÃO INTELIGENTE, MICROPROCESSADO, BIVOLT AUTOMATICO, TENSAO DE ENTRADA: 115/127V~ ou 220V TENSAO DE SAIDA 115 V | 35,000 | TS SHARA/UPS | UND | R$ 2.055,00 | R$ 71.925,00 | |
| 133125228 | 98 | IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL MONOCROMATICA QUE ESTEJA EM LINHA DE PRODUÇÃO PELO FABRICANTE; IMPRESSORA QUE IMPRIMA, DIGITALIZE E COPIE; RESOLUÇÃO MÍNIMA DE CÓPIA ATÉ 600 X 600 DPI; VELOCIDADE DE 36 PÁGINAS (A4) POR MINUTO PPM; SUPORTAR TAMANHO DE PAPEL A4, A5 CARTA E OFÍCIO; CAPACIDADE DE ENTRADA DE 250 PÁGINAS, CICLO MENSAL DE 10.000 PÁGINAS, INTERFACE USB 2.0; PERMITIR COMPARTILHAMENTO POR MEIO DE REDE 10/100/1000 ETHERNET, WIFI 802.11 B/G/N; ADF COM CAPACIDADE PARA 35 FOLHAS COM UM ALIMENTADOR AUTOMÁTICO DE DOCUMENTOS; FUNÇÃO FRENTE E VERSO AUTOMÁTICA NA IMPRESSÃO; COMPATIBILIDADE COM DRIVER DE IMPRESSÃO COM S.O WINDOWS, MAC OS, LINUX; O PRODUTO DEVERÁ SER NOVO SEM USO, REFORMA OU RECONDICIONAMENTO; GARANTIA DE 12 MESES - IGUAL OU SUPERIOR A BROTHER -DCP2540DW | 13,000 | BROTHER | UND | R$ 2.200,00 | R$ 28.600,00 | |

| | | |
|---|---|---|
| | **Qtde de Itens……..... 2**<br>**Valor Global R$ 100.525,00** | **104** |

**02. VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS 2.1.** A Ata de Registro de Preços, ora firmada, terá validade de 12 **(doze) meses,** a partir da data da assinatura, podendo ser prorrogada, por até idêntico período, desde que haja anuência das partes. Com base no Art. 4º § 2º do Decreto 3.931/01, Normativa AGU Nº 19/2009, amparados no Art. 57 § 4º da Lei 8.666/93. **2.2.** A Detentora da ata deverá manifestar, por escrito, seu eventual interesse na prorrogação do ajuste, em prazo não inferior a 60 (sessenta) dias do término de sua vigência. A inexistência de pronunciamento, dentro do prazo, dará ensejo à Administração, a seu exclusivo critério: de promover nova licitação, descabendo à Detentora o direito a qualquer recurso ou indenização. **2.3.** À Prefeitura Municipal de Novo Santo Antonio, no exercício do interesse público, é assegurado o direito de exigir que a **Detentora**, conforme o caso prossiga na execução do ajuste, pelo período de até **60 (sessenta) dias,** a fim de se evitar brusca interrupção nos fornecimentos, mediante aditamento contratual, respeitado o prazo fixado nesta ata. **03. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, PRAZO E LOCAIS DE ENTREGA 3.1.** Os equipamentos/materiais, objeto desta licitação, deverão ser entregues (sem ônus de entrega), parceladamente, de acordo com as solicitações da Secretaria Municipal solicitante, nos horários: 8h00 às 11h00 e 13h00 às 17h00, que será recebido pelo servidor Responsável, e pelo Fiscal responsável pelo Contrato**,** em sua totalidade conforme autorização emitida pela Secretaria solicitante. **3.2.** A empresa detentora da Ata de Registro de Preços deverá atender as solicitações das Secretarias Municipais, no prazo máximo de **20 (vinte) dias corridos**, contados do momento do envio do pedido (requisição) dos produtos e confirmação por e-mail ou contato telefônico. **3.3.** Os produtos deverão estar em conformidade com as normas vigentes. Na entrega serão verificados os prazos de validade e o estado de conservação das embalagens. Todos os produtos entregues serão recebidos e conferidos por servidores designado por cada secretaria; **3.4.** A empresa detentora deverá entregar os produtos, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços**; 3.5.** A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste contrato e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas. **3.6.** A entrega do objeto desta Ata de Registro de Preços dar-se-á sob a forma de fornecimento parcelado, sendo que somente serão pagos os valores relativos ao fornecimento dos produtos efetivamente entregues, conforme atesto de recebimento da **Secretaria Municipal solicitante**, do Município Novo Santo Antonio, sendo que este não estará obrigado a adquirir a quantidade total dos produtos constantes da cláusula primeira. **3.7.** A empresa vencedora ficará obrigada a trocar, a suas expensas, a mercadoria que vier a ser recusada, sendo que o ato do recebimento não importará na aceitação. Prazo de troca: 03 (três) dias úteis. **3.8.** Independentemente da aceitação, o adjudicatório garantirá a qualidade de cada item, obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito ou irregularidade. Por divergências não adequadas serão aplicadas às sanções previstas neste instrumento e legislação vigente. **3.9.** Caso a substituição não ocorra no prazo determinado, estará a contratada incorrendo em atraso na entrega e sujeita à aplicação das sanções previstas neste Edital. **3.10.** Relativamente ao disposto no presente tópico, aplicam-se, subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei nº 8.078 de 11/09/90 – Código de Defesa do Consumidor. **3.11.** Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada, as despesas e custos de transporte e entrega dos produtos durante o período de execução do contrato. **3.12.** Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada quaisquer danos que venham a ocorrer à Prefeitura Municipal de Novo Santo Antonio-MT ou a terceiros, decorrentes da execução incorreta da entrega dos produtos contratados. **04. DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA 4.1.** Como condição para emissão da Nota de Empenho e/ou assinatura do contrato, a licitante vencedora deverá estar com a documentação obrigatória válida; **4.2.** Se não comprovarem a situação regular da licitante, a sessão será retomada e os demais chamados, na ordem de classificação, para fazê-lo nas condições de suas respectivas ofertas, observado que o Pregoeira examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis; **4.3.** A adjudicatária se obriga, nos termos deste Edital, a: **a)** A empresa se obrigará em um prazo máximo de 10 (dez) dias, a solucionar quaisquer problemas com os itens adquiridos, inclusive com reposição dos mesmos se por ventura não estiverem atendendo as finalidades propostas, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade e descartado o uso inadequado. **b)** A licitante vencedora, detentora do registro de preços, fica obrigada a aceitar acréscimos de até 25% do valor contratado nos preços da Ata de Registro de Preços. **c)** Assinar a ata da sessão pública de pregão e os relatórios com os preços ofertados nas etapas de lances verbais que substituirão a apresentação de nova proposta adequada ao preço ofertado. Se a empresa não se fizer representar até o final da sessão deverá então apresentar a nova proposta adequada ao preço ofertado nas etapas de lances verbais, no prazo de 03 (três) dias corridos, contados da notificação realizada na sessão pública do pregão. **d)** Será responsável pelo fornecimento dos produtos dentro dos padrões adequados de qualidade e segurança e demais quesitos previstos na lei 8078/90, assegurando todos os direitos inerentes à qualidade de consumidor à Prefeitura. **e)** Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CONTRATANTE, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações decorrentes da constatação de vícios, defeitos ou incorreções relativas ao objeto deste Edital, bem como a respeito da qualidade dos produtos, casos em que a CONTRATADA deverá, às suas expensas, realizar correções e comprovar a regularidade destes. **f)** Manter todas as condições estabelecidas neste Edital quanto as condições de habilitação e qualificação, durante toda a execução do contrato. **g)** Fornecer os produtos, de acordo com as especificações e demais condições estipuladas. **h)** Garantir a qualidade dos produtos fornecidos, segundo as exigências legais, normas do fabricante e especificações técnicas. **i)** Comunicar, imediatamente, a Prefeitura Municipal de Novo Santo Antonio-MT, qualquer irregularidade constatada durante o fornecimento dos produtos. **05. DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO 5.1.** Firmar Contrato e determinar a execução do objeto quando houver garantia real da disponibilidade financeira para a quitação de seus débitos frente à consignatária/contratada, sob pena de ilegalidade dos atos. **5.2.** Emitir ordem de fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto; **5.3.** Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da contratada em suas dependências. **5.4.** Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo fornecedor. **5.5.** Efetuar o pagamento á CONTRATADA, nas condições estabelecidas no edital. **5.6.** Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária. **5.7.** Não haverá sob hipótese alguma, pagamento antecipado. **5.8.** Coordenar e fiscalizar as entregas pertinentes às aquisições referentes ao contrato vigente, pela empresa CONTRATADA. **5.9.** Garantir a Detentora do Registro de Preços, desde que em igualdade de condições, a preferência no fornecimento, sempre que os preços forem compatíveis com os preços de mercado constatados mediante prévia e ampla pesquisa; **5.10.** Negociar com a Detentora do Registro de Preços, sempre os preços de mercados resultantes da pesquisa de preços estiver menor que os registrados; **06. DA CONTRATAÇÃO 6.1.** Observados os critérios e condições estabelecidos no edital do Pregão Eletrônico nº 10/2023, o MUNICÍPIO e/ou órgãos participantes, visando alcançar a quantidade de bens pretendida, poderá contratar concomitantemente com um ou mais fornecedores que tenham seus preços registrados, respeitando-se a capacidade de fornecimento das detentoras, e obedecida à ordem de classificação das propostas e os preços registrados. **6.2.** O Registro de Preços efetuado não obriga o MUNICÍPIO a firmar as contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações

específicas para o objeto, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições. **6.3.** A contratação junto a cada fornecedor registrado será formalizada pelos órgãos integrantes da Administração Direta ou Indireta do Poder Executivo, mediante a assinatura de contrato. **07. DO PAGAMENTO À CONTRATADA 7.1.** A empresa licitante deverá apresentar juntamente com as mercadorias as notas fiscais correspondentes ao fornecimento dos produtos, devidamente processadas em duas vias, com todos os campos preenchidos, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor designado pela Administração, devendo ainda estar acompanhada das cópias das Ordens de Fornecimento autorizada pela Secretaria Solicitante. **7.2.** O pagamento será efetuado pela Prefeitura Municipal no prazo de até o décimo (10º) dia do mês subsequente a entrega dos materiais, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei n° 8.666/93 e alterações.Os pagamentos estão condicionados a apresentação das respectivas faturas. **7.3.** As taxas referentes ao Envio de TED e/ou DOC serão efetivamente descontadas do valor a ser pago a favorecida; **7.4.** Nas Notas Fiscais apresentadas para pagamento os materiais relacionados deverão vir com nome e especificações, sob pena de devolução da mesma e o não pagamento. **7.5.** As empresas regularmente inscritas nos simples deverão apresentar documentos comprobatórios, para os fins de retenções de impostos. **7.6.** Toda operação de venda de mercadorias terá que ser efetuada, obrigatoriamente, mediante a emissão de **NOTA FISCAL ELETRÔNICA**; **7.6.1.** Se a Nota Fiscal for apresentada com erro, será devolvida à licitante vencedora para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado nos item 7.2, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação; **7.7.** Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de atualização monetária. **7.8.** O Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring". **7.9. A nota fiscal deverá estar acompanhada das certidões negativas da RECEITA FEDERAL e do FGTS, devidamente válidas, para que seja efetuado o pagamento, sendo que é de responsabilidade do fornecedor, manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas na licitação (regularidade fiscal). 08. DA READEQUAÇÃO DE PREÇOS 8.1.** Durante o período de vigência da ata, **os preços não serão reajustados**, ressalvada, entretanto, a possibilidade de readequação dos preços vigentes pela Administração para manter o equilíbrio econômico- financeiro, ou em face da superveniência de normas federais ou municipais aplicáveis à espécie,

considerada, para base inicial de análise, a demonstração da composição de custos, anexa a ata de registro de preços.

**8.2.** O diferencial de preço entre a proposta inicial da Detentora e a pesquisa de mercado efetuada pela Administração à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos concedidos pela Detentora, serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da vigência da ata. **8.3.** Durante a vigência da ata, os preços registrados não poderão ficar acima dos praticados no mercado. Por conseguinte, independentemente de provocação da Administração, no caso de redução, ainda que temporária, dos preços de mercado, a Detentora obriga-se a comunicar à Prefeitura o novo preço que substituirá o então registrado. **8.3.1.** Caso a Detentora venha a se locupletar com a redução efetiva de preços de mercado não repassada à Administração, ficará obrigada à restituição do que houver recebido indevidamente. **8.4.** Caberá à Administração, à cada prestação de serviço, efetuar as pesquisas de preços de mercado para verificar a compatibilidade dos preços registrados, devendo negociar com o Detentor do Registro, sempre que a pesquisa constar preços menores. **09. DA RECISÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 9.1.** A ata poderá ser rescindida de pleno direito, nas hipóteses a seguir relacionadas. **9.2.** A rescisão pela **Administração** poderá ocorrer quando: **9.2.1.** A Detentora não cumprir as obrigações constantes da ata; **9.2.2.** A Detentora não formalizar contrato decorrente do registro de preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, se a Administração não aceitar sua justificativa; **9.2.3.** A Detentora der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços; **9.2.4. E**m qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços; **9.2.5.** Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado e a Detentora não aceitar a redução; **9.2.6.** Por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado pela Administração; **9.2.7.** Sempre que ficar constatado que a fornecedora perdeu qualquer das condições de habilitação e/ou qualificação exigidas na licitação. **9.3.** A comunicação da rescisão, nos casos previstos no subitem 9.2, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da Detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado por **02 (duas) vezes consecutivas,** considerando-se cancelado o registro a partir da última publicação. **9.4.** A rescisão pela **Detentora** poderá ocorrer quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências da ata. **9.4.1.** A solicitação da Detentora para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência de **30 (trinta) dias,** facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas cabíveis**,** caso não sejam aceitas as razões do pedido. **9.4.2.** A rescisão ou suspensão de fornecimento com fundamento no artigo 78, inciso XV, da Lei federal nº 8.666/93 deverá ser notificada. **9.5.** A Administração, a seu critério, poderá convocar, pela ordem, as demais licitantes classificadas, nos termos do disposto neste edital para, mediante a sua concordância assumirem o fornecimento do objeto da ata. **9.6.** Aplica-se no que couber o disposto nos artigos 78 e 79 da Lei 8.666/93. **10. DAS PENALIDADES 10.1.** De conformidade com o art. 86, da Lei n.º 8666/93, atualizada, o atraso injustificado na entrega dos produtos sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa de até 2% (dois por cento), do valor da aquisição, até 30 (trinta) dias, após este prazo será cobrado juro de 1% (um por cento) ao mês;

**10.1.2** A multa prevista no item 10.1 será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 10.2, alínea "b";

**10.2.** Nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, atualizada, pela inexecução total ou parcial da entrega do objeto adquirido, a Administração poderá aplicar à(s) vencedora(s), mediante publicação no Diário Oficial do Estado, as seguintes penalidades: **a)** advertência por escrito; **b)** aplicação de multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento; **c)** suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 2 (dois) anos; **d)** declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93; **10.3.** Se a contratada não proceder o recolhimento da multa no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte do Município, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica. **10.3.1.** Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirar a Nota de Empenho, o valor da multa não recolhido será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica; **10.4.** Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo. **11. DAS ALTERAÇÕES DA ATA**

**11.1.** A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecido ao disposto no Art. 65 da Lei 8.666/93, nos seguintes casos:

**Parágrafo Primeiro:** os preços registrados poderão ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos materiais registrados, cabendo à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO-MT, órgão gerenciador desta ATA, promover as negociações junto aos fornecedores registrados.

**Parágrafo Segundo:** Quando os preços registrados, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO deverá:

I. Convocar o fornecedor registrado para negociação de redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado; II. Frustrada a negociação, liberar o fornecedor registrado do compromisso assumido; e III. Convocar, pela ordem de classificação do Pregão Eletrônico, os demais fornecedores que não tiveram seus preços registrados, visando igual oportunidade de negociação;

**Parágrafo Terceiro:** Quando o valor de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor, mediante comunicação e comprovação formal, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador da Ata poderá:

I. Liberar o fornecedor registrado do compromisso assumido, sem aplicação das penalidades previstas nesta Ata e no Edital do Pregão Eletrônico, confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; II. Para o disposto no subitem anterior, a comunicação deverá ser feita antes do pedido de fornecimento dos materiais; III. Convocar, pela ordem de classificação do Pregão Eletrônico, os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação;

**Parágrafo Quarto:** O MUNICÍPIO revogará a Ata de Registro de Preços sempre que não houver êxito nas negociações, na forma da legislação vigente.

**12. DISPOSIÇÕES FINAIS 12.1.** As omissões desta ATA e as dúvidas oriundas de sua interpretação serão sanadas de acordo com o que dispuserem o Edital do Pregão Eletrônico nº. 10/2023 e as propostas apresentadas pelas CONTRATADAS, prevalecendo, em caso de conflito, as disposições do Edital sobre as das propostas. **12.2.** O presente registro decorre de adjudicação às PROMITENTES CONTRATADAS dos objetos, cujas descrições, quantidades e especificações constam no Termo de Referência - Anexo I, do Pregão Eletrônico

nº 10/2023, conforme decisão do Pregoeira do MUNICÍPIO, lavrada em Ata datada em 19 de julho de 2023, e homologação feita pelo senhor Prefeito Municipal.

**12.3.** Caberá à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO o gerenciamento da presente Ata de Registro de Preços nos termos da legislação vigente. **12.4.** Fica eleito o foro da Comarca deste Município, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução desta ATA, com renúncia das partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam a presente Ata em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Novo Santo Antonio -MT 19 de julho de 2023.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO**

**Prefeito Municipal**

**OLMIR IORIS E CIA LTDA**

**CNP: 70.429.956/0001-99**

**CONTRATADA**

**OLMIR IORIS**

**CPF: 252.935.409-04**

---

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº98/2023**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº98/2023**

**Processo Nº 067/2023**

**Pregão Eletrônico nº 10/2023**

**Validade: 12(doze) meses.**

Às 9 : 00 horas do dia 19 de julho de 2023, na **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO** , reuniram-se na sala de LICITAÇÃO, com sede na Av. 29 de Setembro, nº.244 Centro – Novo Santo Antônio - MT, neste ato legalmente representado por seu Prefeito Municipal **ADÃO SOARES NOGUEIRA**, brasileiro, casado, agropecuarista, residente e domiciliado à Av. Santo Antônio, n°.244, Centro, nesta cidade de Novo Santo Antônio - MT, portador do RG n° 738.751/SSP-MT e do CPF nº 604.590.181-91, denominada como **GERENCIADOR**, e de outro lado a empresa **IVONETE R. DA ROSA RAMOS**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 20.146.386/0001-51, Inscrição estadual nº 13.539.774-0, situada na RUA PRINCESA DAYANA , nº.21 , Bairro ALTO DA SERRA , cidade de CUIABA , estado de MT, CEP 78052-314, denominada **DETENTORA**representada neste ato por seu representante legal o(a) Sr(a). IVONETE RIBEIRO DA ROSA RAMOS portador(a) da RG nº 2769828-9 CPF nº 689.014.022-20, residente e domiciliado(a) na cidade de CUIABA, estado MT, CEP 78052-314, resolvem celebrar o presente contrato nos termos do processo licitatório n° 067/2023, realizado na modalidade de Pregão Eletrônico nº. 10/2023, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, da Lei Municipal nº 10.520/2002 e demais legislação aplicável à matéria e consoante as cláusulas e condições constantes deste instrumento convocatório da licitação supracitada, resolvem efetuar o Registro de Preço, referente ao Pregão Eletrônico nº 10/2023, nas condições em que segue:

**01. DO OBJETO E PREÇOS 1.1.** Constitui o objeto da presente o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MATERIAIS DE INFORMÁTICA E PERIFÉRICOS, EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE NOVO SANTO ANTÔNIO /MT. 1.2.** Os preços registrados na presente Ata referem-se aos seguintes itens:

| | |
|---|---|
| NOME: **IVONETE R. DA ROSA RAMOS** | |
| CNPJ: **20.146.386/0001-51** | INSCRIÇÃO: **13.539.774-0** |
| ENDEREÇO: **RUA PRINCESA DAYANA** | |
| CEP: **78052-314** | CIDADE/UF: **CUIABA-MT** |
| TELEFONES: **(65) 3321-9605** | E-MAIL: **GAMA.LICITACAO1@GMAIL.COM** |
| REPRESENTANTE LEGAL: **IVONETE RIBEIRO DA ROSA RAMOS** | |
| RG: **2769828-9** | CPF: **689.014.022-20** |
| DESCRIÇÃO, QUANTIDADE E PREÇOS REGISTRADOS | |

| Código | Item | Descrição | Quant | marca | Unidade | Valor Unit | Valor Total | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 333134870 | 94 | ADAPTADOR CONVERSOR HDMI PARA VGA, RESOLUÇÃO: 720P / 1080I / 1080P | 10,000 | EXBOM | UND | R$ 25,00 | R$ 250,00 | |
| | **Qtde de Itens……..... 1<br>Valor Global R$ 250,00** | | | | | | | **104** |

**02. VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS 2.1.** A Ata de Registro de Preços, ora firmada, terá validade de 12 **(doze) meses,** a partir da data da assinatura, podendo ser prorrogada, por até idêntico período, desde que haja anuência das partes. Com base no Art. 4º § 2º do Decreto 3.931/01, Normativa AGU Nº 19/2009, amparados no Art. 57 § 4º da Lei 8.666/93. **2.2.** A Detentora da ata deverá manifestar, por escrito, seu eventual interesse na prorrogação do ajuste, em prazo não inferior a 60 (sessenta) dias do término de sua vigência. A inexistência de pronunciamento, dentro do prazo, dará ensejo à Administração, a seu exclusivo critério: de promover nova licitação, descabendo à Detentora o direito a qualquer recurso ou indenização. **2.3.** À Prefeitura Municipal de Novo Santo Antonio, no exercício do interesse público, é assegurado o direito de exigir que a **Detentora**, conforme o caso prossiga na execução do ajuste, pelo período de até **60 (sessenta) dias,** a fim de se evitar brusca interrupção nos fornecimentos, mediante aditamento contratual, respeitado o prazo fixado nesta ata. **03. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, PRAZO E LOCAIS DE ENTREGA 3.1.** Os equipamentos/materiais, objeto desta licitação, deverão ser entregues (sem ônus de entrega), parceladamente, de acordo com as solicitações da Secretaria Municipal solicitante, nos horários: 8h00 às 11h00 e 13h00 às 17h00, que será recebido pelo servidor Responsável, e pelo Fiscal responsável pelo Contrato**,** em sua totalidade conforme autorização emitida pela Secretaria solicitante. **3.2.** A empresa detentora da Ata de Registro de Preços deverá atender as solicitações das Secretarias Municipais, no prazo máximo de **20 (vinte) dias corridos**, contados do momento do envio do pedido (requisição) dos produtos e confirmação por e-mail ou contato telefônico. **3.3.** Os produtos deverão estar em conformidade com as normas vigentes. Na entrega serão verificados os prazos de validade e o estado de conservação das embalagens. Todos os produtos entregues serão recebidos e conferidos por servidores designado por cada secretaria; **3.4.** A empresa detentora deverá entregar os produtos, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços**; 3.5.** A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste contrato e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas. **3.6.** A entrega do objeto desta Ata de Registro de Preços dar-se-á sob a forma de fornecimento parcelado, sendo que somente serão pagos os valores relativos ao fornecimento dos produtos efetivamente entregues, conforme atesto de recebimento da **Secretaria Municipal solicitante**, do Município Novo Santo Antonio, sendo que este não estará obrigado a adquirir a quantidade total dos produtos constantes da cláusula primeira. **3.7.** A empresa vencedora ficará obrigada a trocar, a suas expensas, a mercadoria que vier a ser recusada, sendo que o ato do recebimento não importará na aceitação. Prazo de troca: 03 (três) dias úteis. **3.8.** Independentemente da aceitação, o adjudicatório garantirá a qualidade de cada item, obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito ou irregularidade. Por divergências não adequadas serão aplicadas às sanções previstas neste instrumento e legislação vigente. **3.9.** Caso a substituição não ocorra no prazo determinado, estará a contratada incorrendo em atraso na entrega e sujeita à aplicação das sanções previstas neste Edital. **3.10.** Relativamente ao disposto no presente tópico, aplicam-se, subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei nº 8.078 de 11/09/90 – Código de Defesa do Consumidor. **3.11.** Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada, as despesas e custos de transporte e entrega dos produtos durante o período de execução do contrato. **3.12.** Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada quaisquer danos que venham a ocorrer à Prefeitura Municipal de Novo Santo Antonio-MT ou a terceiros, decorrentes da execução incorreta da entrega dos produtos contratados. **04. DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA 4.1.** Como condição para emissão da Nota de Empenho e/ou assinatura do contrato, a licitante vencedora deverá estar com a documentação obrigatória válida; **4.2.** Se não comprovarem a situação regular da licitante, a sessão será retomada e os demais chamados, na ordem de classificação, para fazê-lo nas condições de suas respectivas ofertas, observado que o Pregoeira examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis; **4.3.** A adjudicatária se obriga, nos termos deste Edital, a: **a)** A empresa se obrigará em um prazo máximo de 10 (dez) dias, a solucionar quaisquer problemas com os itens adquiridos, inclusive com reposição dos mesmos se por ventura não estiverem atendendo as finalidades propostas, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade e descartado o uso inadequado. **b)** A licitante vencedora, detentora do registro de preços, fica obrigada a aceitar acréscimos de até 25% do valor contratado nos preços da Ata de Registro de Preços. **c)** Assinar a ata da sessão pública de pregão e os relatórios com os preços ofertados nas etapas de lances verbais que substituirão a apresentação de nova proposta adequada ao preço ofertado. Se a empresa não se fizer representar até o final da sessão deverá então apresentar a nova proposta adequada ao preço ofertado nas etapas de lances verbais, no prazo de 03 (três) dias corridos, contados da notificação realizada na sessão pública do pregão. **d)** Será responsável pelo fornecimento dos produtos dentro dos padrões adequados de qualidade e segurança e demais quesitos previstos na lei 8078/90, assegurando todos os direitos inerentes à qualidade de consumidor à Prefeitura. **e)** Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CONTRATANTE, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações decorrentes da constatação de vícios, defeitos ou incorreções relativas ao objeto deste Edital, bem como a respeito da qualidade dos produtos, casos em que a CONTRATADA deverá, às suas expensas, realizar correções e comprovar a regularidade destes. **f)** Manter todas as condições estabelecidas neste Edital quanto as condições de habilitação e qualificação, durante toda a execução do contrato. **g)** Fornecer os produtos, de acordo com as especificações e demais condições estipuladas. **h)** Garantir a qualidade dos produtos fornecidos, segundo as exigências legais, normas do fabricante e especificações técnicas. **i)** Comunicar, imediatamente, a Prefeitura Municipal de Novo Santo Antonio-MT, qualquer irregularidade constatada durante o fornecimento dos produtos. **05. DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO 5.1.** Firmar Contrato e determinar a execução do objeto quando houver garantia real da disponibilidade financeira para a quitação de seus débitos frente à consignatária/contratada, sob pena de ilegalidade dos atos. **5.2.** Emitir ordem de fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto; **5.3.** Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos

ou representantes da contratada em suas dependências. **5.4.** Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo fornecedor. **5.5.** Efetuar o pagamento á CONTRATADA, nas condições estabelecidas no edital. **5.6.** Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária. **5.7.** Não haverá sob hipótese alguma, pagamento antecipado. **5.8.** Coordenar e fiscalizar as entregas pertinentes às aquisições referentes ao contrato vigente, pela empresa CONTRATADA. **5.9.** Garantir a Detentora do Registro de Preços, desde que em igualdade de condições, a preferência no fornecimento, sempre que os preços forem compatíveis com os preços de mercado constatados mediante prévia e ampla pesquisa; **5.10.** Negociar com a Detentora do Registro de Preços, sempre os preços de mercados resultantes da pesquisa de preços estiver menor que os registrados; **06. DA CONTRATAÇÃO 6.1.** Observados os critérios e condições estabelecidos no edital do Pregão Eletrônico nº 10/2023, o MUNICÍPIO e/ou órgãos participantes, visando alcançar a quantidade de bens pretendida, poderá contratar concomitantemente com um ou mais fornecedores que tenham seus preços registrados, respeitando-se a capacidade de fornecimento das detentoras, e obedecida à ordem de classificação das propostas e os preços registrados. **6.2.** O Registro de Preços efetuado não obriga o MUNICÍPIO a firmar as contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o objeto, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições. **6.3.** A contratação junto a cada fornecedor registrado será formalizada pelos órgãos integrantes da Administração Direta ou Indireta do Poder Executivo, mediante a assinatura de contrato. **07. DO PAGAMENTO À CONTRATADA 7.1.** A empresa licitante deverá apresentar juntamente com as mercadorias as notas fiscais correspondentes ao fornecimento dos produtos, devidamente processadas em duas vias, com todos os campos preenchidos, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor designado pela Administração, devendo ainda estar acompanhada das cópias das Ordens de Fornecimento autorizada pela Secretaria Solicitante. **7.2.** O pagamento será efetuado pela Prefeitura Municipal no prazo de até o décimo (10º) dia do mês subsequente a entrega dos materiais, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea “a”, da Lei n° 8.666/93 e alterações.Os pagamentos estão condicionados a apresentação das respectivas faturas. **7.3.** As taxas referentes ao Envio de TED e/ou DOC serão efetivamente descontadas do valor a ser pago a favorecida; **7.4.** Nas Notas Fiscais apresentadas para pagamento os materiais relacionados deverão vir com nome e especificações, sob pena de devolução da mesma e o não pagamento. **7.5.** As empresas regularmente inscritas nos simples deverão apresentar documentos comprobatórios, para os fins de retenções de impostos. **7.6.** Toda operação de venda de mercadorias terá que ser efetuada, obrigatoriamente, mediante a emissão de **NOTA FISCAL ELETRÔNICA**; **7.6.1.** Se a Nota Fiscal for apresentada com erro, será devolvida à licitante vencedora para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado nos item 7.2, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação; **7.7.** Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de atualização monetária. **7.8.** O Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”. **7.9. A nota fiscal deverá estar acompanhada das certidões negativas da RECEITA FEDERAL e do FGTS, devidamente válidas, para que seja efetuado o pagamento, sendo que é de responsabilidade do fornecedor, manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas na licitação (regularidade fiscal). 08. DA READEQUAÇÃO DE PREÇOS 8.1.** Durante o período de vigência da ata, **os preços não serão reajustados**, ressalvada, entretanto, a possibilidade de readequação dos preços vigentes pela Administração para manter o equilíbrio econômico- financeiro, ou em face da superveniência de normas federais ou municipais aplicáveis à espécie,

considerada, para base inicial de análise, a demonstração da composição de custos, anexa a ata de registro de preços.

**8.2.** O diferencial de preço entre a proposta inicial da Detentora e a pesquisa de mercado efetuada pela Administração à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos concedidos pela Detentora, serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da vigência da ata. **8.3.** Durante a vigência da ata, os preços registrados não poderão ficar acima dos praticados no mercado. Por conseguinte, independentemente de provocação da Administração, no caso de redução, ainda que temporária, dos preços de mercado, a Detentora obriga-se a comunicar à Prefeitura o novo preço que substituirá o então registrado. **8.3.1.** Caso a Detentora venha a se locupletar com a redução efetiva de preços de mercado não repassada à Administração, ficará obrigada à restituição do que houver recebido indevidamente. **8.4.** Caberá à Administração, à cada prestação de serviço, efetuar as pesquisas de preços de mercado para verificar a compatibilidade dos preços registrados, devendo negociar com o Detentor do Registro, sempre que a pesquisa constar preços menores. **09. DA RECISÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 9.1.** A ata poderá ser rescindida de pleno direito, nas hipóteses a seguir relacionadas. **9.2.** A rescisão pela **Administração** poderá ocorrer quando: **9.2.1.** A Detentora não cumprir as obrigações constantes da ata; **9.2.2.** A Detentora não formalizar contrato decorrente do registro de preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, se a Administração não aceitar sua justificativa; **9.2.3.** A Detentora der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços; **9.2.4. E**m qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços; **9.2.5.** Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado e a Detentora não aceitar a redução; **9.2.6.** Por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado pela Administração; **9.2.7.** Sempre que ficar constatado que a fornecedora perdeu qualquer das condições de habilitação e/ou qualificação exigidas na licitação. **9.3.** A comunicação da rescisão, nos casos previstos no subitem 9.2, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da Detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado por **02 (duas) vezes consecutivas,** considerando-se cancelado o registro a partir da última publicação. **9.4.** A rescisão pela **Detentora** poderá ocorrer quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências da ata. **9.4.1.** A solicitação da Detentora para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência de **30 (trinta) dias,** facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas cabíveis**,** caso não sejam aceitas as razões do pedido. **9.4.2.** A rescisão ou suspensão de fornecimento com fundamento no artigo 78, inciso XV, da Lei federal nº 8.666/93 deverá ser notificada. **9.5.** A Administração, a seu critério, poderá convocar, pela ordem, as demais licitantes classificadas, nos termos do disposto neste edital para, mediante a sua concordância assumirem o fornecimento do objeto da ata. **9.6.** Aplica-se no que couber o disposto nos artigos 78 e 79 da Lei 8.666/93. **10. DAS PENALIDADES 10.1.** De conformidade com o art. 86, da Lei n.º 8666/93, atualizada, o atraso injustificado na entrega dos produtos sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa de até 2% (dois por cento), do valor da aquisição, até 30 (trinta) dias, após este prazo será cobrado juro de 1% (um por cento) ao mês;

**10.1.2** A multa prevista no item 10.1 será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 10.2, alínea “b”;

**10.2.** Nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, atualizada, pela inexecução total ou parcial da entrega do objeto adquirido, a Administração poderá aplicar à(s) vencedora(s), mediante publicação no Diário Oficial do Estado, as seguintes penalidades: **a)** advertência por escrito; **b)** aplicação de multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento; **c)** suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 2 (dois) anos; **d)** declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93; **10.3.** Se a contratada não proceder o recolhimento da multa no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte do Município, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica. **10.3.1.** Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirar a Nota de Empenho, o valor da multa não recolhido será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica; **10.4.** Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

**11. DAS ALTERAÇÕES DA ATA**

**11.1.** A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecido ao disposto no Art. 65 da Lei 8.666/93, nos seguintes casos:

**Parágrafo Primeiro:** os preços registrados poderão ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos materiais registrados, cabendo à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO-MT, órgão gerenciador desta ATA, promover as negociações junto aos fornecedores registrados.

**Parágrafo Segundo:** Quando os preços registrados, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO deverá:

I. Convocar o fornecedor registrado para negociação de redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado; II. Frustrada a negociação, liberar o fornecedor registrado do compromisso assumido; e III. Convocar, pela ordem de classificação do Pregão Eletrônico, os demais fornecedores que não tiveram seus preços registrados, visando igual oportunidade de negociação;

**Parágrafo Terceiro:** Quando o valor de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor, mediante comunicação e comprovação formal, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador da Ata poderá:

I. Liberar o fornecedor registrado do compromisso assumido, sem aplicação das penalidades previstas nesta Ata e no Edital do Pregão Eletrônico, confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; II. Para o disposto no subitem anterior, a comunicação deverá ser feita antes do pedido de fornecimento dos materiais; III. Convocar, pela ordem de classificação do Pregão Eletrônico, os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação;

**Parágrafo Quarto:** O MUNICÍPIO revogará a Ata de Registro de Preços sempre que não houver êxito nas negociações, na forma da legislação vigente.

**12. DISPOSIÇÕES FINAIS 12.1.** As omissões desta ATA e as dúvidas oriundas de sua interpretação serão sanadas de acordo com o que dispuserem o Edital do Pregão Eletrônico nº. 10/2023 e as propostas apresentadas pelas CONTRATADAS, prevalecendo, em caso de conflito, as disposições do Edital sobre as das propostas. **12.2.** O presente registro decorre de adjudicação às PROMITENTES CONTRATADAS dos objetos, cujas descrições, quantidades e especificações constam no Termo de Referência - Anexo I, do Pregão Eletrônico

nº 10/2023, conforme decisão do Pregoeira do MUNICÍPIO, lavrada em Ata datada em 19 de julho de 2023, e homologação feita pelo senhor Prefeito Municipal.

**12.3.** Caberá à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO o gerenciamento da presente Ata de Registro de Preços nos termos da legislação vigente. **12.4.** Fica eleito o foro da Comarca deste Município, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução desta ATA, com renúncia das partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam a presente Ata em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Novo Santo Antonio -MT 19 de julho de 2023.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO**

**Prefeito Municipal**

**IVONETE R. DA ROSA RAMOS**

**CNPJ: 20.146.386/0001-51**

**CONTRATADA**

**IVONETE RIBEIRO DA ROSA RAMOS**

**CPF: 689.014.022-20**

---

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº99/2023**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº99/2023**

**Processo Nº 067/2023**

**Pregão Eletrônico nº 10/2023**

**Validade: 12(doze) meses.**

Às 9 : 00 horas do dia 19 de julho de 2023, na **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO** , reuniram-se na sala de LICITAÇÃO, com sede na Av. 29 de Setembro, nº.244 Centro – Novo Santo Antônio - MT, neste ato legalmente representado por seu Prefeito Municipal **ADÃO SOARES NOGUEIRA**, brasileiro, casado, agropecuarista, residente e domiciliado à Av. Santo Antônio, n°.244, Centro, nesta cidade de Novo Santo Antônio

- MT, portador do RG n° 738.751/SSP-MT e do CPF nº 604.590.181-91, denominada como **GERENCIADOR**, e de outro lado a empresa **MICROTECNICA INFORMATICA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 01.590.728/0009-30, Inscrição estadual nº 083.794.48-4, situada na RODOVIA DARLY SANTOS , nº.4000, Bairro DARLY SANTOS , cidade de VILA VELHA , estado de ES , CEP 29103-300, denominada **DETENTORA**representada neste ato por seu representante legal o(a) Sr(a). ROBERTO MARCIO NARDES MENDES , portador(a) da RG nº 3073088 CPF nº 327.962.266-20, residente e domiciliado(a) na cidade de VILA VELHA , estado SC, CEP 29103-300, resolvem celebrar o presente contrato nos termos do processo licitatório n° 067/2023, realizado na modalidade de Pregão Eletrônico nº. 10/2023, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, da Lei Municipal nº 10.520/2002 e demais legislação aplicável à matéria e consoante as cláusulas e condições constantes deste instrumento convocatório da licitação supracitada, resolvem efetuar o Registro de Preço, referente ao Pregão Eletrônico nº 10/2023, nas condições em que segue:

**01. DO OBJETO E PREÇOS 1.1.** Constitui o objeto da presente o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MATERIAIS DE INFORMÁTICA E PERIFÉRICOS, EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE NOVO SANTO ANTÔNIO /MT. 1.2.** Os preços registrados na presente Ata referem-se aos seguintes itens:

| | |
|---|---|
| NOME: **MICROTECNICA INFORMATICA LTDA** | |
| CNPJ: **01.590.728/0009-30** | INSCRIÇÃO: **083.794.48-4** |
| ENDEREÇO: **RODOVIA DARLY SANTOS** | |
| CEP: **29103-300** | CIDADE/UF: **VILA VELHA-ES** |
| TELEFONES: **(61) 3327-6666** | E-MAIL: **MICROTECNICA@MICROTECNICA.COM.BR** |
| REPRESENTANTE LEGAL: **ROBERTO MARCIO NARDES MENDES** | |
| RG: **3073088** | CPF: **327.962.266-20** |
| DESCRIÇÃO, QUANTIDADE E PREÇOS REGISTRADOS | |

| Código | Item | Descrição | Quant | marca | Unidade | Valor Unit | Valor Total | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 333131532 | 104 | IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL ECOTANK QUE ESTEJA EM LINHA DE PRODUÇÃO PELO FABRICANTE; IMPRESSORA ECO TANK COLORIDA; IMPRESSORA QUE IMPRIMI, DIGITALIZA E COPIA; RESOLUÇÃO MÍNIMA DE COPIA ATÉ 5760x1440 DPI; VELOCIDADE DE 33 PÁGINAS (A4) PPPM PRETO E 15 PÁGINAS (A4) PPM COLORIDO; SUPORTAR TAMANHO DE PAPEL A4, A5 CARTA E OFÍCIO; CAPACIDADE DE ENTRADA DE 250 PÁGINAS, CICLO MENSAL DE 10.000 PÁGINAS, INTERFACE USB 2.0; PERMITIR COMPARTILHAMENTO POR MEIO DE REDE 10/100/1000 ETHERNET, WIFI 802.11 B/G/N; COMPATIBILIDADE COM DRIVER DE IMPRESSÃO COM S.O WINDOWS, MAC OS, LINUX; O PRODUTO DEVERÁ SER NOVO SEM USO, REFORMA OU RECONDICIONAMENTO; GARANTIA DE 12 MESES - IGUAL OU SUPERIOR A EPSON ECOTANK - L3250 | 12,000 | EPSON | UND | R$ 879,65 | R$ 10.555,80 | |
| | **Qtde de Itens……..... 1**<br>**Valor Global R$ 10.555,80** | | | | | | | **104** |

**02. VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS 2.1.** A Ata de Registro de Preços, ora firmada, terá validade de 12 **(doze) meses,** a partir da data da assinatura, podendo ser prorrogada, por até idêntico período, desde que haja anuência das partes. Com base no Art. 4º § 2º do Decreto 3.931/01, Normativa AGU Nº 19/2009, amparados no Art. 57 § 4º da Lei 8.666/93. **2.2.** A Detentora da ata deverá manifestar, por escrito, seu eventual interesse na prorrogação do ajuste, em prazo não inferior a 60 (sessenta) dias do término de sua vigência. A inexistência de pronunciamento, dentro do prazo, dará ensejo à Administração, a seu exclusivo critério: de promover nova licitação, descabendo à Detentora o direito a qualquer recurso ou indenização. **2.3.** À Prefeitura Municipal de Novo Santo Antonio, no exercício do interesse público, é assegurado o direito de exigir que a **Detentora**, conforme o caso prossiga na execução do ajuste, pelo período de até **60 (sessenta) dias,** a fim de se evitar brusca interrupção nos fornecimentos, mediante aditamento contratual, respeitado o prazo fixado nesta ata. **03. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, PRAZO E LOCAIS DE ENTREGA 3.1.** Os equipamentos/materiais, objeto desta licitação, deverão ser entregues (sem ônus de entrega), parceladamente, de acordo com as solicitações da Secretaria Municipal solicitante, nos horários: 8h00 às 11h00 e 13h00 às 17h00, que será recebido pelo servidor Responsável, e pelo Fiscal responsável pelo Contrato**,** em sua totalidade conforme autorização emitida pela Secretaria solicitante. **3.2.** A empresa detentora da Ata de Registro de Preços deverá atender as solicitações das Secretarias Municipais, no prazo máximo de **20 (vinte) dias corridos**, contados do momento do envio do pedido (requisição) dos produtos e confirmação por e-mail ou contato telefônico. **3.3.** Os produtos deverão estar em conformidade com as normas vigentes. Na entrega serão verificados os prazos de validade e o estado de conservação das embalagens. Todos os produtos entregues serão recebidos e conferidos por servidores designado por cada secretaria; **3.4.** A empresa detentora deverá entregar os produtos, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços**; 3.5.** A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste contrato e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas. **3.6.** A entrega do objeto desta Ata de Registro de Preços dar-se-á sob a forma de fornecimento parcelado, sendo que somente serão pagos os valores relativos ao fornecimento dos produtos efetivamente entregues, conforme atesto de recebimento da **Secretaria Municipal solicitante**, do Município Novo Santo Antonio, sendo que este não estará obrigado a adquirir a quantidade total dos produtos constantes da cláusula primeira. **3.7.** A empresa vencedora ficará obrigada a trocar, a suas expensas, a mercadoria que vier a ser recusada, sendo que o ato do recebimento não importará na aceitação. Prazo de troca: 03 (três) dias úteis. **3.8.** Independentemente da aceitação, o adjudicatório garantirá a qualidade de cada item, obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito ou irregularidade. Por divergências não adequadas serão aplicadas às sanções previstas neste instrumento e legislação vigente. **3.9.** Caso a substituição não ocorra no prazo determinado, estará a contratada incorrendo em atraso na entrega e sujeita à aplicação das sanções previstas neste Edital. **3.10.** Relativamente ao disposto no presente tópico, aplicam-se, subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei nº 8.078 de 11/09/90 – Código de Defesa do Consumidor. **3.11.** Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada, as despesas e custos de transporte e entrega dos produtos durante o período de execução do contrato. **3.12.** Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada quaisquer danos que venham a ocorrer à Prefeitura Municipal de Novo Santo Antonio-MT ou a terceiros, decorrentes da execução incorreta da entrega dos produtos contratados. **04. DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA 4.1.** Como condição para emissão da Nota de Empenho e/ou assinatura do contrato, a licitante vencedora deverá estar com a documentação obrigatória válida; **4.2.** Se não comprovarem a situação regular da licitante, a sessão será retomada e os demais chamados, na ordem de classificação, para fazê-lo nas condições de suas respectivas ofertas, observado que o Pregoeira examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis; **4.3.** A adjudicatária se obriga, nos termos deste Edital, a: **a)** A empresa se obrigará em um prazo máximo de 10 (dez) dias, a solucionar quaisquer problemas com os itens adquiridos,

inclusive com reposição dos mesmos se por ventura não estiverem atendendo as finalidades propostas, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade e descartado o uso inadequado. **b)** A licitante vencedora, detentora do registro de preços, fica obrigada a aceitar acréscimos de até 25% do valor contratado nos preços da Ata de Registro de Preços. **c)** Assinar a ata da sessão pública de pregão e os relatórios com os preços ofertados nas etapas de lances verbais que substituirão a apresentação de nova proposta adequada ao preço ofertado. Se a empresa não se fizer representar até o final da sessão deverá então apresentar a nova proposta adequada ao preço ofertado nas etapas de lances verbais, no prazo de 03 (três) dias corridos, contados da notificação realizada na sessão pública do pregão. **d)** Será responsável pelo fornecimento dos produtos dentro dos padrões adequados de qualidade e segurança e demais quesitos previstos na lei 8078/90, assegurando todos os direitos inerentes à qualidade de consumidor à Prefeitura. **e)** Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CONTRATANTE, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações decorrentes da constatação de vícios, defeitos ou incorreções relativas ao objeto deste Edital, bem como a respeito da qualidade dos produtos, casos em que a CONTRATADA deverá, às suas expensas, realizar correções e comprovar a regularidade destes. **f)** Manter todas as condições estabelecidas neste Edital quanto as condições de habilitação e qualificação, durante toda a execução do contrato. **g)** Fornecer os produtos, de acordo com as especificações e demais condições estipuladas. **h)** Garantir a qualidade dos produtos fornecidos, segundo as exigências legais, normas do fabricante e especificações técnicas. **i)** Comunicar, imediatamente, a Prefeitura Municipal de Novo Santo Antonio-MT, qualquer irregularidade constatada durante o fornecimento dos produtos. **05. DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO 5.1.** Firmar Contrato e determinar a execução do objeto quando houver garantia real da disponibilidade financeira para a quitação de seus débitos frente à consignatária/contratada, sob pena de ilegalidade dos atos. **5.2.** Emitir ordem de fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto; **5.3.** Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da contratada em suas dependências. **5.4.** Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo fornecedor. **5.5.** Efetuar o pagamento á CONTRATADA, nas condições estabelecidas no edital. **5.6.** Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária. **5.7.** Não haverá sob hipótese alguma, pagamento antecipado. **5.8.** Coordenar e fiscalizar as entregas pertinentes às aquisições referentes ao contrato vigente, pela empresa CONTRATADA. **5.9.** Garantir a Detentora do Registro de Preços, desde que em igualdade de condições, a preferência no fornecimento, sempre que os preços forem compatíveis com os preços de mercado constatados mediante prévia e ampla pesquisa; **5.10.** Negociar com a Detentora do Registro de Preços, sempre os preços de mercados resultantes da pesquisa de preços estiver menor que os registrados; **06. DA CONTRATAÇÃO 6.1.** Observados os critérios e condições estabelecidos no edital do Pregão Eletrônico nº 10/2023, o MUNICÍPIO e/ou órgãos participantes, visando alcançar a quantidade de bens pretendida, poderá contratar concomitantemente com um ou mais fornecedores que tenham seus preços registrados, respeitando-se a capacidade de fornecimento das detentoras, e obedecida à ordem de classificação das propostas e os preços registrados. **6.2.** O Registro de Preços efetuado não obriga o MUNICÍPIO a firmar as contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o objeto, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições. **6.3.** A contratação junto a cada fornecedor registrado será formalizada pelos órgãos integrantes da Administração Direta ou Indireta do Poder Executivo, mediante a assinatura de contrato. **07. DO PAGAMENTO À CONTRATADA 7.1.** A empresa licitante deverá apresentar juntamente com as mercadorias as notas fiscais correspondentes ao fornecimento dos produtos, devidamente processadas em duas vias, com todos os campos preenchidos, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor designado pela Administração, devendo ainda estar acompanhada das cópias das Ordens de Fornecimento autorizada pela Secretaria Solicitante. **7.2.** O pagamento será efetuado pela Prefeitura Municipal no prazo de até o décimo (10º) dia do mês subsequente a entrega dos materiais, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea “a”, da Lei n° 8.666/93 e alterações.Os pagamentos estão condicionados a apresentação das respectivas faturas. **7.3.** As taxas referentes ao Envio de TED e/ou DOC serão efetivamente descontadas do valor a ser pago a favorecida; **7.4.** Nas Notas Fiscais apresentadas para pagamento os materiais relacionados deverão vir com nome e especificações, sob pena de devolução da mesma e o não pagamento. **7.5.** As empresas regularmente inscritas nos simples deverão apresentar documentos comprobatórios, para os fins de retenções de impostos. **7.6.** Toda operação de venda de mercadorias terá que ser efetuada, obrigatoriamente, mediante a emissão de **NOTA FISCAL ELETRÔNICA**; **7.6.1.** Se a Nota Fiscal for apresentada com erro, será devolvida à licitante vencedora para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado nos item 7.2, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação; **7.7.** Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de atualização monetária. **7.8.** O Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”. **7.9. A nota fiscal deverá estar acompanhada das certidões negativas da RECEITA FEDERAL e do FGTS, devidamente válidas, para que seja efetuado o pagamento, sendo que é de responsabilidade do fornecedor, manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas na licitação (regularidade fiscal). 08. DA READEQUAÇÃO DE PREÇOS 8.1.** Durante o período de vigência da ata, **os preços não serão reajustados**, ressalvada, entretanto, a possibilidade de readequação dos preços vigentes pela Administração para manter o equilíbrio econômico- financeiro, ou em face da superveniência de normas federais ou municipais aplicáveis à espécie,

considerada, para base inicial de análise, a demonstração da composição de custos, anexa a ata de registro de preços.

**8.2.** O diferencial de preço entre a proposta inicial da Detentora e a pesquisa de mercado efetuada pela Administração à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos concedidos pela Detentora, serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da vigência da ata. **8.3.** Durante a vigência da ata, os preços registrados não poderão ficar acima dos praticados no mercado. Por conseguinte, independentemente de provocação da Administração, no caso de redução, ainda que temporária, dos preços de mercado, a Detentora obriga-se a comunicar à Prefeitura o novo preço que substituirá o então registrado. **8.3.1.** Caso a Detentora venha a se locupletar com a redução efetiva de preços de mercado não repassada à Administração, ficará obrigada à restituição do que houver recebido indevidamente. **8.4.** Caberá à Administração, à cada prestação de serviço, efetuar as pesquisas de preços de mercado para verificar a compatibilidade dos preços registrados, devendo negociar com o Detentor do Registro, sempre que a pesquisa constar preços menores. **09. DA RECISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 9.1.** A ata poderá ser rescindida de pleno direito, nas hipóteses a seguir relacionadas. **9.2.** A rescisão pela **Administração** poderá ocorrer quando: **9.2.1.** A Detentora não cumprir as obrigações constantes da ata; **9.2.2.** A Detentora não formalizar contrato decorrente do registro de preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, se a Administração não aceitar sua justificativa; **9.2.3.** A Detentora der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços; **9.2.4. E**m qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços; **9.2.5.** Os preços registrados se apresentarem

superiores aos praticados pelo mercado e a Detentora não aceitar a redução; **9.2.6.** Por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado pela Administração; **9.2.7.** Sempre que ficar constatado que a fornecedora perdeu qualquer das condições de habilitação e/ou qualificação exigidas na licitação. **9.3.** A comunicação da rescisão, nos casos previstos no subitem 9.2, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da Detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado por **02 (duas) vezes consecutivas,** considerando-se cancelado o registro a partir da última publicação. **9.4.** A rescisão pela **Detentora** poderá ocorrer quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências da ata. **9.4.1.** A solicitação da Detentora para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência de **30 (trinta) dias,** facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas cabíveis**,** caso não sejam aceitas as razões do pedido. **9.4.2.** A rescisão ou suspensão de fornecimento com fundamento no artigo 78, inciso XV, da Lei federal nº 8.666/93 deverá ser notificada. **9.5.** A Administração, a seu critério, poderá convocar, pela ordem, as demais licitantes classificadas, nos termos do disposto neste edital para, mediante a sua concordância assumirem o fornecimento do objeto da ata. **9.6.** Aplica-se no que couber o disposto nos artigos 78 e 79 da Lei 8.666/93. **10. DAS PENALIDADES 10.1.** De conformidade com o art. 86, da Lei n.º 8666/93, atualizada, o atraso injustificado na entrega dos produtos sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa de até 2% (dois por cento), do valor da aquisição, até 30 (trinta) dias, após este prazo será cobrado juro de 1% (um por cento) ao mês;

**10.1.2** A multa prevista no item 10.1 será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 10.2, alínea “b”;

**10.2.** Nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, atualizada, pela inexecução total ou parcial da entrega do objeto adquirido, a Administração poderá aplicar à(s) vencedora(s), mediante publicação no Diário Oficial do Estado, as seguintes penalidades: **a)** advertência por escrito; **b)** aplicação de multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento; **c)** suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 2 (dois) anos; **d)** declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93; **10.3.** Se a contratada não proceder o recolhimento da multa no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte do Município, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica. **10.3.1.** Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirar a Nota de Empenho, o valor da multa não recolhido será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica; **10.4.** Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

**11. DAS ALTERAÇÕES DA ATA**

**11.1.** A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecido ao disposto no Art. 65 da Lei 8.666/93, nos seguintes casos:

**Parágrafo Primeiro:** os preços registrados poderão ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos materiais registrados, cabendo à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO-MT, órgão gerenciador desta ATA, promover as negociações junto aos fornecedores registrados.

**Parágrafo Segundo:** Quando os preços registrados, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO deverá:

I. Convocar o fornecedor registrado para negociação de redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado; II. Frustrada a negociação, liberar o fornecedor registrado do compromisso assumido; e III. Convocar, pela ordem de classificação do Pregão Eletrônico, os demais fornecedores que não tiveram seus preços registrados, visando igual oportunidade de negociação;

**Parágrafo Terceiro:** Quando o valor de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor, mediante comunicação e comprovação formal, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador da Ata poderá:

I. Liberar o fornecedor registrado do compromisso assumido, sem aplicação das penalidades previstas nesta Ata e no Edital do Pregão Eletrônico, confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; II. Para o disposto no subitem anterior, a comunicação deverá ser feita antes do pedido de fornecimento dos materiais; III. Convocar, pela ordem de classificação do Pregão Eletrônico, os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação;

**Parágrafo Quarto:** O MUNICÍPIO revogará a Ata de Registro de Preços sempre que não houver êxito nas negociações, na forma da legislação vigente.

**12. DISPOSIÇÕES FINAIS 12.1.** As omissões desta ATA e as dúvidas oriundas de sua interpretação serão sanadas de acordo com o que dispuserem o Edital do Pregão Eletrônico nº. 10/2023 e as propostas apresentadas pelas CONTRATADAS, prevalecendo, em caso de conflito, as disposições do Edital sobre as das propostas. **12.2.** O presente registro decorre de adjudicação às PROMITENTES CONTRATADAS dos objetos, cujas descrições, quantidades e especificações constam no Termo de Referência - Anexo I, do Pregão Eletrônico

nº 10/2023, conforme decisão do Pregoeira do MUNICÍPIO, lavrada em Ata datada em 19 de julho de 2023, e homologação feita pelo senhor Prefeito Municipal.

**12.3.** Caberá à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO o gerenciamento da presente Ata de Registro de Preços nos termos da legislação vigente. **12.4.** Fica eleito o foro da Comarca deste Município, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução desta ATA, com renúncia das partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam a presente Ata em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Novo Santo Antonio -MT 19 de julho de 2023.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO**

**Prefeito Municipal**

**MICROTECNICA INFORMATICA LTDA**

**CNPJ: 01.590.728/0009-30**

**CONTRATADA**

**ROBERTO MARCIO NARDES MENDES**

**CPF: 327.962.266-20**

**RESPONSAVEL**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº101/2023**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº101/2023**

**Processo Nº 067/2023**

**Pregão Eletrônico nº 10/2023**

**Validade: 12(doze) meses.**

Às 9 : 00 horas do dia 19 de julho de 2023, na **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO** , reuniram-se na sala de LICITAÇÃO, com sede na Av. 29 de Setembro, nº.244 Centro – Novo Santo Antônio - MT, neste ato legalmente representado por seu Prefeito Municipal **ADÃO SOARES NOGUEIRA**, brasileiro, casado, agropecuarista, residente e domiciliado à Av. Santo Antônio, n°.244, Centro, nesta cidade de Novo Santo Antônio - MT, portador do RG n° 738.751/SSP-MT e do CPF nº 604.590.181-91, denominada como **GERENCIADOR**, e de outro lado a empresa **FREEDOM DO BRASIL LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 35.733.585/0001-33, Inscrição estadual nº 261087266, situada na RUA MARTINHO VAN BIENE, nº.577, Bairro JARDIN IRIU, cidade de JOINVILLE, estado de SC, CEP 89224-055, denominada **DETENTORA**representada neste ato por seu representante legal o(a) Sr(a). EDIMAR VERNILLO JUNIOR , portador(a) da RG nº 8273419 CPF nº 066.599.879-16, residente e domiciliado(a) na cidade de JOINVILLE, estado SC, CEP 89224-055, resolvem celebrar o presente contrato nos termos do processo licitatório n° 067/2023, realizado na modalidade de Pregão Eletrônico nº. 10/2023, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, da Lei Municipal nº 10.520/2002 e demais legislação aplicável à matéria e consoante as cláusulas e condições constantes deste instrumento convocatório da licitação supracitada, resolvem efetuar o Registro de Preço, referente ao Pregão Eletrônico nº 10/2023, nas condições em que segue:

**01. DO OBJETO E PREÇOS 1.1.** Constitui o objeto da presente o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MATERIAIS DE INFORMÁTICA E PERIFÉRICOS, EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE NOVO SANTO ANTÔNIO /MT. 1.2.** Os preços registrados na presente Ata referem-se aos seguintes itens:

| | |
|---|---|
| NOME: **FREEDOM DO BRASIL LTDA** | |
| CNPJ: **35.733.585/0001-33** | INSCRIÇÃO: **261087266** |
| ENDEREÇO: **RUA MARTINHO VAN BIENE** | |
| CEP: **89224-055** | CIDADE/UF: **JOINVILLE-SC** |
| TELEFONES: **(47)3278-3747** | E-MAIL: **FINANCEIRO.01@FREEDOMBRASIL.COM.BR** |
| REPRESENTANTE LEGAL: **EDIMAR VERNILLO JUNIOR** | |
| RG: **8273419** | CPF: **066.599.879-16** |
| DESCRIÇÃO, QUANTIDADE E PREÇOS REGISTRADOS | |

| Código | Item | Descrição | Quant | marca | Unidade | Valor Unit | Valor Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 133121791 | 96 | DATA SHOW CARACTERISTICAS: VIDA ÚTIL DA LÂMPADA: 30.000 HORAS; RESOLUÇÃO MÁXIMA SUPORTADA DA PROJEÇÃO: 1920 X 1080 P; DETALHES DA PORTA: HDMI *2 / USB / *2 AV / P3 - IGUAL OU SUPERIOR PROJETOR LED FULL HD HUSKY TECHNOLOGIES, 5810 ANSI LUMENS | 9,000 | MSE | UND | R$ 1.700,00 | R$ 15.300,00 |
| | | **Qtde de Itens……..... 1**<br>**Valor Global R$ 15.300,00** | | | | | |

**02. VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS 2.1.** A Ata de Registro de Preços, ora firmada, terá validade de 12 **(doze) meses,** a partir da data da assinatura, podendo ser prorrogada, por até idêntico período, desde que haja anuência das partes. Com base no Art. 4º § 2º do Decreto 3.931/01, Normativa AGU Nº 19/2009, amparados no Art. 57 § 4º da Lei 8.666/93. **2.2.** A Detentora da ata deverá manifestar, por escrito, seu eventual interesse na prorrogação do ajuste, em prazo não inferior a 60 (sessenta) dias do término de sua vigência. A inexistência de pronunciamento, dentro do prazo, dará ensejo à Administração, a seu exclusivo critério: de promover nova licitação, descabendo à Detentora o direito a qualquer recurso ou indenização. **2.3.** À Prefeitura Municipal de Novo Santo Antonio, no exercício do interesse público, é assegurado o direito de exigir que a **Detentora**, conforme o caso prossiga na execução do ajuste, pelo período de até **60 (sessenta) dias,** a fim de se evitar brusca interrupção nos fornecimentos, mediante aditamento contratual, respeitado o prazo fixado nesta ata. **03. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, PRAZO E LOCAIS DE ENTREGA 3.1.** Os equipamentos/materiais, objeto desta licitação, deverão ser entregues (sem ônus de entrega), parceladamente, de acordo com as solicitações da Secretaria Municipal solicitante, nos horários: 8h00 às 11h00 e 13h00 às 17h00, que será recebido pelo servidor Responsável, e pelo Fiscal responsável pelo Contrato**,** em sua totalidade conforme autorização emitida pela Secretaria solicitante. **3.2.** A empresa detentora da Ata de Registro de Preços deverá atender as solicitações das Secretarias Municipais, no prazo máximo de **20 (vinte) dias corridos**, contados do momento do envio do pedido (requisição) dos produtos e confirmação por e-mail ou contato telefônico. **3.3.** Os produtos deverão estar em conformidade com as normas vigentes. Na entrega serão verificados os prazos de validade e o estado de conservação das embalagens. Todos os produtos entregues serão recebidos e conferidos por servidores designado por cada secretaria; **3.4.** A empresa detentora deverá entregar os produtos, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços**; 3.5.** A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste contrato e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas. **3.6.** A entrega do objeto desta Ata de Registro de Preços dar-se-á sob a forma de fornecimento parcelado, sendo que somente serão pagos os valores relativos ao fornecimento dos produtos efetivamente entregues, conforme atesto de recebimento da **Secretaria Municipal solicitante**, do Município Novo Santo Antonio, sendo que este não estará obrigado a adquirir a quantidade total dos produtos constantes da

cláusula primeira. **3.7.** A empresa vencedora ficará obrigada a trocar, a suas expensas, a mercadoria que vier a ser recusada, sendo que o ato do recebimento não importará na aceitação. Prazo de troca: 03 (três) dias úteis. **3.8.** Independentemente da aceitação, o adjudicatório garantirá a qualidade de cada item, obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito ou irregularidade. Por divergências não adequadas serão aplicadas às sanções previstas neste instrumento e legislação vigente. **3.9.** Caso a substituição não ocorra no prazo determinado, estará a contratada incorrendo em atraso na entrega e sujeita à aplicação das sanções previstas neste Edital. **3.10.** Relativamente ao disposto no presente tópico, aplicam-se, subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei nº 8.078 de 11/09/90 – Código de Defesa do Consumidor. **3.11.** Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada, as despesas e custos de transporte e entrega dos produtos durante o período de execução do contrato. **3.12.** Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada quaisquer danos que venham a ocorrer à Prefeitura Municipal de Novo Santo Antonio-MT ou a terceiros, decorrentes da execução incorreta da entrega dos produtos contratados. **04. DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA 4.1.** Como condição para emissão da Nota de Empenho e/ou assinatura do contrato, a licitante vencedora deverá estar com a documentação obrigatória válida; **4.2.** Se não comprovarem a situação regular da licitante, a sessão será retomada e os demais chamados, na ordem de classificação, para fazê-lo nas condições de suas respectivas ofertas, observado que o Pregoeira examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis; **4.3.** A adjudicatária se obriga, nos termos deste Edital, a: **a)** A empresa se obrigará em um prazo máximo de 10 (dez) dias, a solucionar quaisquer problemas com os itens adquiridos, inclusive com reposição dos mesmos se por ventura não estiverem atendendo as finalidades propostas, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade e descartado o uso inadequado. **b)** A licitante vencedora, detentora do registro de preços, fica obrigada a aceitar acréscimos de até 25% do valor contratado nos preços da Ata de Registro de Preços. **c)** Assinar a ata da sessão pública de pregão e os relatórios com os preços ofertados nas etapas de lances verbais que substituirão a apresentação de nova proposta adequada ao preço ofertado. Se a empresa não se fizer representar até o final da sessão deverá então apresentar a nova proposta adequada ao preço ofertado nas etapas de lances verbais, no prazo de 03 (três) dias corridos, contados da notificação realizada na sessão pública do pregão. **d)** Será responsável pelo fornecimento dos produtos dentro dos padrões adequados de qualidade e segurança e demais quesitos previstos na lei 8078/90, assegurando todos os direitos inerentes à qualidade de consumidor à Prefeitura. **e)** Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CONTRATANTE, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações decorrentes da constatação de vícios, defeitos ou incorreções relativas ao objeto deste Edital, bem como a respeito da qualidade dos produtos, casos em que a CONTRATADA deverá, às suas expensas, realizar correções e comprovar a regularidade destes. **f)** Manter todas as condições estabelecidas neste Edital quanto as condições de habilitação e qualificação, durante toda a execução do contrato. **g)** Fornecer os produtos, de acordo com as especificações e demais condições estipuladas. **h)** Garantir a qualidade dos produtos fornecidos, segundo as exigências legais, normas do fabricante e especificações técnicas. **i)** Comunicar, imediatamente, a Prefeitura Municipal de Novo Santo Antonio-MT, qualquer irregularidade constatada durante o fornecimento dos produtos. **05. DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO 5.1.** Firmar Contrato e determinar a execução do objeto quando houver garantia real da disponibilidade financeira para a quitação de seus débitos frente à consignatária/contratada, sob pena de ilegalidade dos atos. **5.2.** Emitir ordem de fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto; **5.3.** Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da contratada em suas dependências. **5.4.** Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo fornecedor. **5.5.** Efetuar o pagamento á CONTRATADA, nas condições estabelecidas no edital. **5.6.** Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária. **5.7.** Não haverá sob hipótese alguma, pagamento antecipado. **5.8.** Coordenar e fiscalizar as entregas pertinentes às aquisições referentes ao contrato vigente, pela empresa CONTRATADA. **5.9.** Garantir a Detentora do Registro de Preços, desde que em igualdade de condições, a preferência no fornecimento, sempre que os preços forem compatíveis com os preços de mercado constatados mediante prévia e ampla pesquisa; **5.10.** Negociar com a Detentora do Registro de Preços, sempre os preços de mercados resultantes da pesquisa de preços estiver menor que os registrados; **06. DA CONTRATAÇÃO 6.1.** Observados os critérios e condições estabelecidos no edital do Pregão Eletrônico nº 10/2023, o MUNICÍPIO e/ou órgãos participantes, visando alcançar a quantidade de bens pretendida, poderá contratar concomitantemente com um ou mais fornecedores que tenham seus preços registrados, respeitando-se a capacidade de fornecimento das detentoras, e obedecida à ordem de classificação das propostas e os preços registrados. **6.2.** O Registro de Preços efetuado não obriga o MUNICÍPIO a firmar as contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o objeto, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições. **6.3.** A contratação junto a cada fornecedor registrado será formalizada pelos órgãos integrantes da Administração Direta ou Indireta do Poder Executivo, mediante a assinatura de contrato. **07. DO PAGAMENTO À CONTRATADA 7.1.** A empresa licitante deverá apresentar juntamente com as mercadorias as notas fiscais correspondentes ao fornecimento dos produtos, devidamente processadas em duas vias, com todos os campos preenchidos, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor designado pela Administração, devendo ainda estar acompanhada das cópias das Ordens de Fornecimento autorizada pela Secretaria Solicitante. **7.2.** O pagamento será efetuado pela Prefeitura Municipal no prazo de até o décimo (10º) dia do mês subsequente a entrega dos materiais, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea “a”, da Lei n° 8.666/93 e alterações.Os pagamentos estão condicionados a apresentação das respectivas faturas. **7.3.** As taxas referentes ao Envio de TED e/ou DOC serão efetivamente descontadas do valor a ser pago a favorecida; **7.4.** Nas Notas Fiscais apresentadas para pagamento os materiais relacionados deverão vir com nome e especificações, sob pena de devolução da mesma e o não pagamento. **7.5.** As empresas regularmente inscritas nos simples deverão apresentar documentos comprobatórios, para os fins de retenções de impostos. **7.6.** Toda operação de venda de mercadorias terá que ser efetuada, obrigatoriamente, mediante a emissão de **NOTA FISCAL ELETRÔNICA**; **7.6.1.** Se a Nota Fiscal for apresentada com erro, será devolvida à licitante vencedora para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado nos item 7.2, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação; **7.7.** Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de atualização monetária. **7.8.** O Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”. **7.9. A nota fiscal deverá estar acompanhada das certidões negativas da RECEITA FEDERAL e do FGTS, devidamente válidas, para que seja efetuado o pagamento, sendo que é de responsabilidade do fornecedor, manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas na licitação (regularidade fiscal). 08. DA READEQUAÇÃO DE PREÇOS 8.1.** Durante o período de vigência da ata, **os preços não serão reajustados**, ressalvada, entretanto, a possibilidade de readequação dos preços vigentes pela Administração para manter o equilíbrio econômico- financeiro, ou em face da superveniência de normas federais ou municipais aplicáveis à espécie,

considerada, para base inicial de análise, a demonstração da composição de custos, anexa a ata de registro de preços.

**8.2.** O diferencial de preço entre a proposta inicial da Detentora e a pesquisa de mercado efetuada pela Administração à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos concedidos pela Detentora, serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da vigência da ata. **8.3.** Durante a vigência da ata, os preços registrados não poderão ficar acima dos praticados no mercado. Por conseguinte, independentemente de provocação da Administração, no caso de redução, ainda que temporária, dos preços de mercado, a Detentora obriga-se a comunicar à Prefeitura o novo preço que substituirá o então registrado. **8.3.1.** Caso a Detentora venha a se locupletar com a redução efetiva de preços de mercado não repassada à Administração, ficará obrigada à restituição do que houver recebido indevidamente. **8.4.** Caberá à Administração, à cada prestação de serviço, efetuar as pesquisas de preços de mercado para verificar a compatibilidade dos preços registrados, devendo negociar com o Detentor do Registro, sempre que a pesquisa constar preços menores. **09. DA RECISÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 9.1.** A ata poderá ser rescindida de pleno direito, nas hipóteses a seguir relacionadas. **9.2.** A rescisão pela **Administração** poderá ocorrer quando: **9.2.1.** A Detentora não cumprir as obrigações constantes da ata; **9.2.2.** A Detentora não formalizar contrato decorrente do registro de preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, se a Administração não aceitar sua justificativa; **9.2.3.** A Detentora der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços; **9.2.4. E**m qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços; **9.2.5.** Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado e a Detentora não aceitar a redução; **9.2.6.** Por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado pela Administração; **9.2.7.** Sempre que ficar constatado que a fornecedora perdeu qualquer das condições de habilitação e/ou qualificação exigidas na licitação. **9.3.** A comunicação da rescisão, nos casos previstos no subitem 9.2, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da Detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado por **02 (duas) vezes consecutivas,** considerando-se cancelado o registro a partir da última publicação. **9.4.** A rescisão pela **Detentora** poderá ocorrer quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências da ata. **9.4.1.** A solicitação da Detentora para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência de **30 (trinta) dias,** facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas cabíveis**,** caso não sejam aceitas as razões do pedido. **9.4.2.** A rescisão ou suspensão de fornecimento com fundamento no artigo 78, inciso XV, da Lei federal nº 8.666/93 deverá ser notificada. **9.5.** A Administração, a seu critério, poderá convocar, pela ordem, as demais licitantes classificadas, nos termos do disposto neste edital para, mediante a sua concordância assumirem o fornecimento do objeto da ata. **9.6.** Aplica-se no que couber o disposto nos artigos 78 e 79 da Lei 8.666/93. **10. DAS PENALIDADES 10.1.** De conformidade com o art. 86, da Lei n.º 8666/93, atualizada, o atraso injustificado na entrega dos produtos sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa de até 2% (dois por cento), do valor da aquisição, até 30 (trinta) dias, após este prazo será cobrado juro de 1% (um por cento) ao mês;

**10.1.2** A multa prevista no item 10.1 será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 10.2, alínea “b”;

**10.2.** Nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, atualizada, pela inexecução total ou parcial da entrega do objeto adquirido, a Administração poderá aplicar à(s) vencedora(s), mediante publicação no Diário Oficial do Estado, as seguintes penalidades: **a)** advertência por escrito; **b)** aplicação de multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento; **c)** suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 2 (dois) anos; **d)** declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93; **10.3.** Se a contratada não proceder o recolhimento da multa no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte do Município, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica. **10.3.1.** Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirar a Nota de Empenho, o valor da multa não recolhido será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica; **10.4.** Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo. **11. DAS ALTERAÇÕES DA ATA**

**11.1.** A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecido ao disposto no Art. 65 da Lei 8.666/93, nos seguintes casos:

**Parágrafo Primeiro:** os preços registrados poderão ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos materiais registrados, cabendo à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO-MT, órgão gerenciador desta ATA, promover as negociações junto aos fornecedores registrados.

**Parágrafo Segundo:** Quando os preços registrados, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO deverá:

I. Convocar o fornecedor registrado para negociação de redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado; II. Frustrada a negociação, liberar o fornecedor registrado do compromisso assumido; e III. Convocar, pela ordem de classificação do Pregão Eletrônico, os demais fornecedores que não tiveram seus preços registrados, visando igual oportunidade de negociação;

**Parágrafo Terceiro:** Quando o valor de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor, mediante comunicação e comprovação formal, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador da Ata poderá:

I. Liberar o fornecedor registrado do compromisso assumido, sem aplicação das penalidades previstas nesta Ata e no Edital do Pregão Eletrônico, confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; II. Para o disposto no subitem anterior, a comunicação deverá ser feita antes do pedido de fornecimento dos materiais; III. Convocar, pela ordem de classificação do Pregão Eletrônico, os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação;

**Parágrafo Quarto:** O MUNICÍPIO revogará a Ata de Registro de Preços sempre que não houver êxito nas negociações, na forma da legislação vigente.

**12. DISPOSIÇÕES FINAIS 12.1.** As omissões desta ATA e as dúvidas oriundas de sua interpretação serão sanadas de acordo com o que dispuserem o Edital do Pregão Eletrônico nº. 10/2023 e as propostas apresentadas pelas CONTRATADAS, prevalecendo, em caso de conflito, as disposições do Edital sobre as das propostas. **12.2.** O presente registro decorre de adjudicação às PROMITENTES CONTRATADAS dos objetos, cujas descrições, quantidades e especificações constam no Termo de Referência - Anexo I, do Pregão Eletrônico

nº 10/2023, conforme decisão do Pregoeira do MUNICÍPIO, lavrada em Ata datada em 19 de julho de 2023, e homologação feita pelo senhor Prefeito Municipal.

**12.3.** Caberá à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO o gerenciamento da presente Ata de Registro de Preços nos termos da legislação vigente. **12.4.** Fica eleito o foro da Comarca deste Município, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução desta ATA, com renúncia das partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam a presente Ata em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Novo Santo Antonio -MT 19 de julho de 2023.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO**

**Prefeito Municipal**

**FREEDOM DO BRASIL LTDA**

**CNPJ: 35.733.585/0001-33**

**CONTRATADA**

**EDIMAR VERNILLO JUNIOR**

**CPF: 066.599.879-16**

**RESPONSAVEL**

---

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº94/2023**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº94/2023**

**Processo Nº 067/2023**

**Pregão Eletrônico nº 10/2023**

**Validade: 12(doze) meses.**

Às 9 : 00 horas do dia 19 de julho de 2023, na **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO** , reuniram-se na sala de LICITAÇÃO, com sede na Av. 29 de Setembro, nº.244 Centro – Novo Santo Antônio - MT, neste ato legalmente representado por seu Prefeito Municipal **ADÃO SOARES NOGUEIRA**, brasileiro, casado, agropecuarista, residente e domiciliado à Av. Santo Antônio, n°.244, Centro, nesta cidade de Novo Santo Antônio - MT, portador do RG n° 738.751/SSP-MT e do CPF nº 604.590.181-91, denominada como **GERENCIADOR**, e de outro lado a empresa **DK INFORMATICA LTDA** , pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 48.373.392/0001-60, Inscrição estadual nº 13966987-6, situada na RUA JOAO DE BARRO , nº. 77, Bairro RECANTO DOS PASSAROS, cidade de CUIABÁ , estado de MT, CEP 78075-290 , denominada **DETENTORA**representada neste ato por seu representante legal o(a) Sr(a). DIOGO DREHMER RESENDE , portador(a) da RG nº 16413890 CPF nº 023.885.861-86, residente e domiciliado(a) na cidade de CUIABÁ, estado MT, CEP 78075-290, resolvem celebrar o presente contrato nos termos do processo licitatório n° 067/2023, realizado na modalidade de Pregão Eletrônico nº. 10/2023, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, da Lei Municipal nº 10.520/2002 e demais legislação aplicável à matéria e consoante as cláusulas e condições constantes deste instrumento convocatório da licitação supracitada, resolvem efetuar o Registro de Preço, referente ao Pregão Eletrônico nº 10/2023, nas condições em que segue:

**01. DO OBJETO E PREÇOS 1.1.** Constitui o objeto da presente o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MATERIAIS DE INFORMÁTICA E PERIFÉRICOS, EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE NOVO SANTO ANTÔNIO /MT. 1.2.** Os preços registrados na presente Ata referem-se aos seguintes itens:

| | |
|---|---|
| NOME: **DK INFORMATICA LTDA** | |
| CNPJ: **48.373.392/0001-60** | INSCRIÇÃO: **13966987-6** |
| ENDEREÇO: **RUA JOAO DE BARRO** | |
| CEP: **78075-290** | CIDADE/UF: **CUIABÁ-MT** |
| TELEFONES:**(65)99246-2772** | E-MAIL: **DIOGO.IMPERIOMOVEIS@GMAIL.COM** |
| REPRESENTANTE LEGAL: **DIOGO DREHMER RESENDE** | |
| RG: **16413890** | CPF: **023.885.861-86** |
| DESCRIÇÃO, QUANTIDADE E PREÇOS REGISTRADOS | |

| Código | Item | Descrição | Quant | marca | Unidade | Valor Unit | Valor Total | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 133127717 | 100 | NOTEBOOK - INTEL CORE i5 11ª GERAÇÃO, 8GB DE RAM, HD 512GB SSD, TELA 15.6 FULL HD - TELA FULL HD DE 15.6" (1920 X 1080) WVA. WINDOWS 10 OU SUPERIOR - PORTAS: 2 PORTAS USB 3.2 DE 1ª GER., 1 PORTA USB 2.0, 1 PORTA HDMI 1.4, 1 CONECTOR DE ÁUDIO | 1 LEITOR DE CARTÃO SD 3.0 | LEITOR DE CARTÃO SD 3.0. IGUAL OU SUPERIOR INSPIRON i15-I1100, DELL, SAMSUNG OU SUPERIOR | 13,000 | VAIO | UND | R$ 3.180,00 | R$ 41.340,00 | |
| | | **Qtde de Itens……..... 1**<br>**Valor Global R$ 41.340,00** | | | | | | **104** |

**02. VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS 2.1.** A Ata de Registro de Preços, ora firmada, terá validade de 12 **(doze) meses,** a partir da data da assinatura, podendo ser prorrogada, por até idêntico período, desde que haja anuência das partes. Com base no Art. 4º § 2º do Decreto 3.931/01, Normativa AGU Nº 19/2009, amparados no Art. 57 § 4º da Lei 8.666/93. **2.2.** A Detentora da ata deverá manifestar, por escrito, seu eventual interesse na prorrogação do ajuste, em prazo não inferior a 60 (sessenta) dias do término de sua vigência. A inexistência de pronunciamento, dentro do prazo, dará ensejo à Administração, a seu exclusivo critério: de promover nova licitação, descabendo à Detentora o direito a qualquer recurso ou indenização. **2.3.** À Prefeitura Municipal de Novo Santo Antonio, no exercício do interesse público, é assegurado o direito de exigir que a **Detentora**, conforme o caso prossiga na execução do ajuste, pelo período de até **60 (sessenta) dias,** a fim de se evitar brusca interrupção nos fornecimentos, mediante aditamen-

to contratual, respeitado o prazo fixado nesta ata. **03. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, PRAZO E LOCAIS DE ENTREGA 3.1.** Os equipamentos/materiais, objeto desta licitação, deverão ser entregues (sem ônus de entrega), parceladamente, de acordo com as solicitações da Secretaria Municipal solicitante, nos horários: 8h00 às 11h00 e 13h00 às 17h00, que será recebido pelo servidor Responsável, e pelo Fiscal responsável pelo Contrato**,** em sua totalidade conforme autorização emitida pela Secretaria solicitante. **3.2.** A empresa detentora da Ata de Registro de Preços deverá atender as solicitações das Secretarias Municipais, no prazo máximo de **20 (vinte) dias corridos**, contados do momento do envio do pedido (requisição) dos produtos e confirmação por e-mail ou contato telefônico. **3.3.** Os produtos deverão estar em conformidade com as normas vigentes. Na entrega serão verificados os prazos de validade e o estado de conservação das embalagens. Todos os produtos entregues serão recebidos e conferidos por servidores designado por cada secretaria; **3.4.** A empresa detentora deverá entregar os produtos, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços**; 3.5.** A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste contrato e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas. **3.6.** A entrega do objeto desta Ata de Registro de Preços dar-se-á sob a forma de fornecimento parcelado, sendo que somente serão pagos os valores relativos ao fornecimento dos produtos efetivamente entregues, conforme atesto de recebimento da **Secretaria Municipal solicitante**, do Município Novo Santo Antonio, sendo que este não estará obrigado a adquirir a quantidade total dos produtos constantes da cláusula primeira. **3.7.** A empresa vencedora ficará obrigada a trocar, a suas expensas, a mercadoria que vier a ser recusada, sendo que o ato do recebimento não importará na aceitação. Prazo de troca: 03 (três) dias úteis. **3.8.** Independentemente da aceitação, o adjudicatório garantirá a qualidade de cada item, obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito ou irregularidade. Por divergências não adequadas serão aplicadas às sanções previstas neste instrumento e legislação vigente. **3.9.** Caso a substituição não ocorra no prazo determinado, estará a contratada incorrendo em atraso na entrega e sujeita à aplicação das sanções previstas neste Edital. **3.10.** Relativamente ao disposto no presente tópico, aplicam-se, subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei nº 8.078 de 11/09/90 – Código de Defesa do Consumidor. **3.11.** Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada, as despesas e custos de transporte e entrega dos produtos durante o período de execução do contrato. **3.12.** Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada quaisquer danos que venham a ocorrer à Prefeitura Municipal de Novo Santo Antonio-MT ou a terceiros, decorrentes da execução incorreta da entrega dos produtos contratados. **04. DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA 4.1.** Como condição para emissão da Nota de Empenho e/ou assinatura do contrato, a licitante vencedora deverá estar com a documentação obrigatória válida; **4.2.** Se não comprovarem a situação regular da licitante, a sessão será retomada e os demais chamados, na ordem de classificação, para fazê-lo nas condições de suas respectivas ofertas, observado que o Pregoeira examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis; **4.3.** A adjudicatária se obriga, nos termos deste Edital, a: **a)** A empresa se obrigará em um prazo máximo de 10 (dez) dias, a solucionar quaisquer problemas com os itens adquiridos, inclusive com reposição dos mesmos se por ventura não estiverem atendendo as finalidades propostas, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade e descartado o uso inadequado. **b)** A licitante vencedora, detentora do registro de preços, fica obrigada a aceitar acréscimos de até 25% do valor contratado nos preços da Ata de Registro de Preços. **c)** Assinar a ata da sessão pública de pregão e os relatórios com os preços ofertados nas etapas de lances verbais que substituirão a apresentação de nova proposta adequada ao preço ofertado. Se a empresa não se fizer representar até o final da sessão deverá então apresentar a nova proposta adequada ao preço ofertado nas etapas de lances verbais, no prazo de 03 (três) dias corridos, contados da notificação realizada na sessão pública do pregão. **d)** Será responsável pelo fornecimento dos produtos dentro dos padrões adequados de qualidade e segurança e demais quesitos previstos na lei 8078/90, assegurando todos os direitos inerentes à qualidade de consumidor à Prefeitura. **e)** Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CONTRATANTE, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações decorrentes da constatação de vícios, defeitos ou incorreções relativas ao objeto deste Edital, bem como a respeito da qualidade dos produtos, casos em que a CONTRATADA deverá, às suas expensas, realizar correções e comprovar a regularidade destes. **f)** Manter todas as condições estabelecidas neste Edital quanto as condições de habilitação e qualificação, durante toda a execução do contrato. **g)** Fornecer os produtos, de acordo com as especificações e demais condições estipuladas. **h)** Garantir a qualidade dos produtos fornecidos, segundo as exigências legais, normas do fabricante e especificações técnicas. **i)** Comunicar, imediatamente, a Prefeitura Municipal de Novo Santo Antonio-MT, qualquer irregularidade constatada durante o fornecimento dos produtos. **05. DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO 5.1.** Firmar Contrato e determinar a execução do objeto quando houver garantia real da disponibilidade financeira para a quitação de seus débitos frente à consignatária/contratada, sob pena de ilegalidade dos atos. **5.2.** Emitir ordem de fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto; **5.3.** Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da contratada em suas dependências. **5.4.** Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo fornecedor. **5.5.** Efetuar o pagamento á CONTRATADA, nas condições estabelecidas no edital. **5.6.** Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária. **5.7.** Não haverá sob hipótese alguma, pagamento antecipado. **5.8.** Coordenar e fiscalizar as entregas pertinentes às aquisições referentes ao contrato vigente, pela empresa CONTRATADA. **5.9.** Garantir a Detentora do Registro de Preços, desde que em igualdade de condições, a preferência no fornecimento, sempre que os preços forem compatíveis com os preços de mercado constatados mediante prévia e ampla pesquisa; **5.10.** Negociar com a Detentora do Registro de Preços, sempre os preços de mercados resultantes da pesquisa de preços estiver menor que os registrados; **06. DA CONTRATAÇÃO 6.1.** Observados os critérios e condições estabelecidos no edital do Pregão Eletrônico nº 10/2023, o MUNICÍPIO e/ou órgãos participantes, visando alcançar a quantidade de bens pretendida, poderá contratar concomitantemente com um ou mais fornecedores que tenham seus preços registrados, respeitando-se a capacidade de fornecimento das detentoras, e obedecida à ordem de classificação das propostas e os preços registrados. **6.2.** O Registro de Preços efetuado não obriga o MUNICÍPIO a firmar as contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o objeto, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições. **6.3.** A contratação junto a cada fornecedor registrado será formalizada pelos órgãos integrantes da Administração Direta ou Indireta do Poder Executivo, mediante a assinatura de contrato. **07. DO PAGAMENTO À CONTRATADA 7.1.** A empresa licitante deverá apresentar juntamente com as mercadorias as notas fiscais correspondentes ao fornecimento dos produtos, devidamente processadas em duas vias, com todos os campos preenchidos, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor designado pela Administração, devendo ainda estar acompanhada das cópias das Ordens de Fornecimento autorizada pela Secretaria Solicitante. **7.2.** O pagamento será efetuado pela Prefeitura Municipal no prazo de até o décimo (10º) dia do mês subsequente a entrega dos materiais, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea “a”, da Lei n° 8.666/93 e alterações.Os pagamentos estão condicionados a apresentação das respectivas faturas. **7.3.** As taxas referentes ao Envio de TED e/ou DOC serão efetivamente descontadas do valor a ser pago a favorecida; **7.4.** Nas Notas Fiscais apresentadas para pagamento os materiais relacionados deverão vir com nome e especificações, sob pena de devolução da mesma e o não pagamento. **7.5.** As empresas regularmente

inscritas nos simples deverão apresentar documentos comprobatórios, para os fins de retenções de impostos. **7.6.** Toda operação de venda de mercadorias terá que ser efetuada, obrigatoriamente, mediante a emissão de **NOTA FISCAL ELETRÔNICA**; **7.6.1.** Se a Nota Fiscal for apresentada com erro, será devolvida à licitante vencedora para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado nos item 7.2, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação; **7.7.** Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de atualização monetária. **7.8.** O Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring". **7.9. A nota fiscal deverá estar acompanhada das certidões negativas da RECEITA FEDERAL e do FGTS, devidamente válidas, para que seja efetuado o pagamento, sendo que é de responsabilidade do fornecedor, manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas na licitação (regularidade fiscal). 08. DA READEQUAÇÃO DE PREÇOS 8.1.** Durante o período de vigência da ata, **os preços não serão reajustados**, ressalvada, entretanto, a possibilidade de readequação dos preços vigentes pela Administração para manter o equilíbrio econômico- financeiro, ou em face da superveniência de normas federais ou municipais aplicáveis à espécie,

considerada, para base inicial de análise, a demonstração da composição de custos, anexa a ata de registro de preços.

**8.2.** O diferencial de preço entre a proposta inicial da Detentora e a pesquisa de mercado efetuada pela Administração à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos concedidos pela Detentora, serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da vigência da ata. **8.3.** Durante a vigência da ata, os preços registrados não poderão ficar acima dos praticados no mercado. Por conseguinte, independentemente de provocação da Administração, no caso de redução, ainda que temporária, dos preços de mercado, a Detentora obriga-se a comunicar à Prefeitura o novo preço que substituirá o então registrado. **8.3.1.** Caso a Detentora venha a se locupletar com a redução efetiva de preços de mercado não repassada à Administração, ficará obrigada à restituição do que houver recebido indevidamente. **8.4.** Caberá à Administração, à cada prestação de serviço, efetuar as pesquisas de preços de mercado para verificar a compatibilidade dos preços registrados, devendo negociar com o Detentor do Registro, sempre que a pesquisa constar preços menores. **09. DA RECISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 9.1.** A ata poderá ser rescindida de pleno direito, nas hipóteses a seguir relacionadas. **9.2.** A rescisão pela **Administração** poderá ocorrer quando: **9.2.1.** A Detentora não cumprir as obrigações constantes da ata; **9.2.2.** A Detentora não formalizar contrato decorrente do registro de preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, se a Administração não aceitar sua justificativa; **9.2.3.** A Detentora der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços; **9.2.4. E**m qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços; **9.2.5.** Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado e a Detentora não aceitar a redução; **9.2.6.** Por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado pela Administração; **9.2.7.** Sempre que ficar constatado que a fornecedora perdeu qualquer das condições de habilitação e/ou qualificação exigidas na licitação. **9.3.** A comunicação da rescisão, nos casos previstos no subitem 9.2, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da Detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado por **02 (duas) vezes consecutivas,** considerando-se cancelado o registro a partir da última publicação. **9.4.** A rescisão pela **Detentora** poderá ocorrer quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências da ata. **9.4.1.** A solicitação da Detentora para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência de **30 (trinta) dias,** facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas cabíveis**,** caso não sejam aceitas as razões do pedido. **9.4.2.** A rescisão ou suspensão de fornecimento com fundamento no artigo 78, inciso XV, da Lei federal nº 8.666/93 deverá ser notificada. **9.5.** A Administração, a seu critério, poderá convocar, pela ordem, as demais licitantes classificadas, nos termos do disposto neste edital para, mediante a sua concordância assumirem o fornecimento do objeto da ata. **9.6.** Aplica-se no que couber o disposto nos artigos 78 e 79 da Lei 8.666/93. **10. DAS PENALIDADES 10.1.** De conformidade com o art. 86, da Lei n.º 8666/93, atualizada, o atraso injustificado na entrega dos produtos sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa de até 2% (dois por cento), do valor da aquisição, até 30 (trinta) dias, após este prazo será cobrado juro de 1% (um por cento) ao mês;

**10.1.2** A multa prevista no item 10.1 será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 10.2, alínea "b";

**10.2.** Nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, atualizada, pela inexecução total ou parcial da entrega do objeto adquirido, a Administração poderá aplicar à(s) vencedora(s), mediante publicação no Diário Oficial do Estado, as seguintes penalidades: **a)** advertência por escrito; **b)** aplicação de multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento; **c)** suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 2 (dois) anos; **d)** declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93; **10.3.** Se a contratada não proceder o recolhimento da multa no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte do Município, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica. **10.3.1.** Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirar a Nota de Empenho, o valor da multa não recolhido será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica; **10.4.** Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo. **11. DAS ALTERAÇÕES DA ATA**

**11.1.** A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecido ao disposto no Art. 65 da Lei 8.666/93, nos seguintes casos:

**Parágrafo Primeiro:** os preços registrados poderão ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos materiais registrados, cabendo à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO-MT, órgão gerenciador desta ATA, promover as negociações junto aos fornecedores registrados.

**Parágrafo Segundo:** Quando os preços registrados, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO deverá:

I. Convocar o fornecedor registrado para negociação de redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado; II. Frustrada a negociação, liberar o fornecedor registrado do compromisso assumido; e III. Convocar, pela ordem de classificação do Pregão Eletrônico, os demais fornecedores que não tiveram seus preços registrados, visando igual oportunidade de negociação;

**Parágrafo Terceiro:** Quando o valor de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor, mediante comunicação e comprovação formal, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador da Ata poderá:

I. Liberar o fornecedor registrado do compromisso assumido, sem aplicação das penalidades previstas nesta Ata e no Edital do Pregão Eletrônico, confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; II. Para o disposto no subitem anterior, a comunicação deverá ser feita antes do pedido de fornecimento dos materiais; III. Convocar, pela ordem de classificação do Pregão Eletrônico, os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação;

**Parágrafo Quarto:** O MUNICÍPIO revogará a Ata de Registro de Preços sempre que não houver êxito nas negociações, na forma da legislação vigente.

**12. DISPOSIÇÕES FINAIS 12.1.** As omissões desta ATA e as dúvidas oriundas de sua interpretação serão sanadas de acordo com o que dispuserem o Edital do Pregão Eletrônico nº. 10/2023 e as propostas apresentadas pelas CONTRATADAS, prevalecendo, em caso de conflito, as disposições do Edital sobre as das propostas. **12.2.** O presente registro decorre de adjudicação às PROMITENTES CONTRATADAS dos objetos, cujas descrições, quantidades e especificações constam no Termo de Referência - Anexo I, do Pregão Eletrônico

nº 10/2023, conforme decisão do Pregoeira do MUNICÍPIO, lavrada em Ata datada em 19 de julho de 2023, e homologação feita pelo senhor Prefeito Municipal.

**12.3.** Caberá à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO o gerenciamento da presente Ata de Registro de Preços nos termos da legislação vigente. **12.4.** Fica eleito o foro da Comarca deste Município, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução desta ATA, com renúncia das partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam a presente Ata em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Novo Santo Antonio -MT 19 de julho de 2023.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO**

**Prefeito Municipal**

**DK INFORMATICA LTDA**

**CNPJ: 48.373.392/0001-60**

**CONTRATADA**

**DIOGO DREHMER RESENDE**

**CPF: 023.885.861-86**

**RESPONSAVEL**

---

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº88/2023**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº88/2023**

**Processo Nº 067/2023**

**Pregão Eletrônico nº 10/2023**

**Validade: 12(doze) meses.**

Às 9 00: horas do dia 19 de julho de 2023, na **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO** , reuniram-se na sala de LICITAÇÃO, com sede na Av. 29 de Setembro, nº.244 Centro – Novo Santo Antônio - MT, neste ato legalmente representado por seu Prefeito Municipal **ADÃO SOARES NOGUEIRA**, brasileiro, casado, agropecuarista, residente e domiciliado à Av. Santo Antônio, n°.244, Centro, nesta cidade de Novo Santo Antônio - MT, portador do RG n° 738.751/SSP-MT e do CPF nº 604.590.181-91, denominada como **GERENCIADOR**, e de outro lado a empresa **LICITAMAIS COMERCIO E SERVIÇOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 13.201.732/0001-91, Inscrição estadual nº 13.201.732/0001-91, situada na rua doutor Manoel vargas, nº.316, Bairro cristo rei , cidade de várzea grande , estado de mt , CEP , denominada **DETENTORA**representada neste ato por seu representante legal o(a) Sr(a). MARCOS EDUARDO RODRIGUES MACHADO, portador(a) da RG nº 2616359-4 CPF nº 055.923. 981-58, residente e domiciliado(a) na cidade de várzea grande, estado mt, CEP 78118-114, resolvem celebrar o presente contrato nos termos do processo licitatório n° 067/2023, realizado na modalidade de Pregão Eletrônico nº. 10/2023, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, da Lei Municipal nº 10.520/2002 e demais legislação aplicável à matéria e consoante as cláusulas e condições constantes deste instrumento convocatório da licitação supracitada, resolvem efetuar o Registro de Preço, referente ao Pregão Eletrônico nº 10/2023, nas condições em que segue:

**01. DO OBJETO E PREÇOS 1.1.** Constitui o objeto da presente o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MATERIAIS DE INFORMÁTICA E PERIFÉRICOS, EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE NOVO SANTO ANTÔNIO /MT. 1.2.** Os preços registrados na presente Ata referem-se aos seguintes itens:

| | |
|---|---|
| NOME: **LICITAMAIS COMERCIO E SERVIÇOS LTDA** | |
| CNPJ: **13.201.732/0001-91** | INSCRIÇÃO: **13.201.732/0001-91** |
| ENDEREÇO: **RUA DOUTOR MANOEL VARGAS** | |
| CEP: **78118-114** | CIDADE/UF: **VARZEA GRANDE-MT** |
| TELEFONES **(66)2129-5857** | E-MAIL: **LICITA@LICITAMAIS.CUIABA.BR** |
| REPRESENTANTE LEGAL: **MARCOS EDUARDO RODRIGUES MACHADO** | |
| RG: **2616359-4** | CPF: **055.923.981-58** |
| DESCRIÇÃO, QUANTIDADE E PREÇOS REGISTRADOS | |

| Código | Item | Descrição | Quant | marca | Unidade | Valor Unit | Valor Total | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 117297 | 10 | LEITOR CERTIFICADO DIGITAL A3, PARA LEITURA DOS CERTIFICADOS DIGITAIS AC CERTISIGN - AC SERASA - AC CORREIOS - AC CAIXA (CEF) - AC OAB - AC VALID - AC DIGITAL SIGN - AC BOA VISTA SERPRO - RECEITA FEDERAL - CASA DA MOEDA DO BRASIL - AC PR - AC JUS | 10,000 | SMARTCARD | UND | R$93,71 | R$937,10 | |
| 133121783 | 16 | UNIDADE FUSORA UNIDADE FUSORA COMPLETA ORIGINAL DO FABRICANTE PARA IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL BROTHE DCP - 8157DN | 3,000 | BROTHER | UND | R$1.095,00 | R$3.285,00 | |
| 133122352 | 17 | UNIDADE FUSORA UNIDADE FUSORA COMPLETA ORIGINAL DO FABRICANTE PARA IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL BROTHE DCP - 8157DN | 3,000 | COMPATIVEL | UND | R$47,00 | R$ 940,00 | |
| 133124374 | 24 | TONER TN 2340 COMPATIVEL IMPR BROTHER 2540DW 2740DW | 153,000 | MR COMPATIVEL | UND | R$27,90 | 4.268,70 | |
| 333130566 | 36 | BANDEJA DUPLEX PARA IMPRESSÃO FRENTE E VERSO BOTHER DCP L2540DW | 7,000 | BROTHER COMPATIVEL | UND | R$513,61 | R$3.595,27 | |
| 333132013 | 42 | ROLO DE PRESSÃO PARA IMPRESSORA BROTHER DR 2340 / TONER TN2370 / 2540DW 2520DW / DCPL2540DW L2540 2540 DR2340 MFCL2740DW. | 6,000 | COMPATIVEL | UND | R$122,00 | R$732,00 | |
| 333132014 | 43 | ROLO FUSOR PARA IMPRESSORA BROTHER DCP 2540DW - DR2340 / 2540DW 2520DW/ MFCL2740DW. | 7,000 | COMPATIVEL | UND | R$95,00 | R$665,00 | |
| 333132070 | 49 | BATERIA CMOS DE LITIO CR2032 | 63,000 | DA VINCI | UND | R$1,76 | R$110,88 | |
| 333132148 | 51 | MOUSE PAD COM APOIO GEL PEQUENO PRETO | 120,000 | HARD LINE | UND | R$ 17,77 | R$2.132,40 | |
| 333132222 | 56 | REFIL GARRAFA DE TINTA EPSON 664 PRETO (T664220AL) ORIGINAL COMPATIVEL COM IMPRESSORAS L110 / L120 / L121 / L200 / L210 / L220 / L355 / L365 / L455 / L555 / L565 / L375 / L575 / L1300 / L395 / L495 / L396 / L656 | 26,000 | EPSON | UND | R$29,00 | R$754,00 | |
| 333132225 | 57 | REFIL GARRAFAS DE TINTA EPSON 664 CIANO (T664220AL) ORIGINAL COMPATIVEL COM IMPRESSORAS L110 / L120 / L121 / L200 / L210 / L220 / L355 / L365 / L455 / L555 / L565 / L375 / L575 / L1300 / L395 / L495 / L396 / L656 | 26,000 | EPSON | UND | R$29,23 | R$759,98 | |
| 333133464 | 61 | TONER COLORIDO, TN-217BK, PRETO, PARA IMPRESSORA HL-L3551CDW. PRODUTO IGUAL OU SUPERIOR AO BROTHER. GARANTIA DE 06 MESES PARA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. | 20,000 | COMPATIVEL | UN | R$50,00 | R$1.000,00 | |
| 333133466 | 62 | TONER COLORIDO, TN-217Y, AMARELO, COMPTATIVEL HL-L3551CDW. PRODUTO IGUAL OU SUPERIOR AO BROTHER. GARANTIA DE 06 MESES PARA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. | 20,000 | COMPATIVEL | UND | R$49,19 | R$983,80 | |
| 333133467 | 63 | TONER COLORIDO, TN-217M, MAGENTA, COMPTATIVEL IMPRESSORA HL-L3551CDW. PRODUTO IGUAL OU SUPERIOR AO BROTHER. GARANTIA DE 06 MESES PARA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. | 20,000 | COMPATIVEL | UN | R$50,01 | R$1.000,20 | |
| 333133913 | 67 | UNIDADE FUSORA ORIGINAL BROTHER \| MFC-L6702DW | 3,000 | BROTHER | UND | R$815,66 | R$2.446,98 | |
| 333133926 | 68 | PLACA FONTE BAIXA ORIGINAL - BROTHER DCP-L5652 - L6702DW | 4,000 | BROTHER | UND | R$1.019,00 | R$ 4.076,00 | |
| 333133927 | 69 | PLACA FONTE BAIXA ORIGINAL BROTHER DCP-L2540DW MFC-L2740DW | 11,000 | BROTHER | UND | R$515,00 | R$5.665,00 | |
| 333134715 | 77 | TONER COLORIDO, TN-217C, CIANO, PARA IMPRESSORA HL-L3551CDW. PRODUTO IGUAL OU SUPERIOR AO BROTHER. GARANTIA DE 06 MESES PARA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. | 20,000 | COMPATIVEL | UND | R$50,20 | R$1.004,00 | |
| 333134716 | 78 | REFIL GARRAFA DE TINTA EPSON 664 MAGENTA (T664220AL) ORIGINAL COMPATIVEL COM IMPRESSORAS L110 / L120 / L121 / L200 / L210 / L220 / L355 / L365 / L455 / L555 / L565 / L375 / L575 / L1300 / L395 / L495 / L396 / L656 | 26,000 | EPSON | UND | R$ 29,05 | R$ 755,30 | |
| 333134826 | 84 | TONER COMPATIVEL COM BROTHER TN2370 HL-L2360 HL-L2320 MFC-L2 | 60,000 | COMPATIVEL | UND | R$28,51 | R$1.710,60 | |
| | **Qtde de Itens……..... 20**<br>**Valor Global R$ 36.822,21** | | | | | | | **104** |

**02. VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS 2.1.** A Ata de Registro de Preços, ora firmada, terá validade de 12 **(doze) meses,** a partir da data da assinatura, podendo ser prorrogada, por até idêntico período, desde que haja anuência das partes. Com base no Art. 4º § 2º do Decreto 3.931/01, Normativa AGU Nº 19/2009, amparados no Art. 57 § 4º da Lei 8.666/93. **2.2.** A Detentora da ata deverá manifestar, por escrito, seu eventual interesse na prorrogação do ajuste, em prazo não inferior a 60 (sessenta) dias do término de sua vigência. A inexistência de pronunciamento, dentro do prazo, dará ensejo à Administração, a seu exclusivo critério: de promover nova licitação, descabendo à Detentora o direito a qualquer recurso ou indenização. **2.3.** À Prefeitura Municipal de Novo Santo Antonio, no exercício do interesse público, é assegurado o direito de exigir que a **Detentora**, conforme o caso prossiga na execução do ajuste, pelo período de até **60 (sessenta) dias,** a fim de se evitar brusca interrupção nos fornecimentos, mediante aditamento contratual, respeitado o prazo fixado nesta ata. **03. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, PRAZO E LOCAIS DE ENTREGA 3.1.** Os equipamentos/materiais, objeto desta licitação, deverão ser entregues (sem ônus de entrega), parceladamente, de acordo com as solicitações da Secretaria Municipal solicitante, nos horários: 8h00 às 11h00 e 13h00 às 17h00, que será recebido pelo servidor Responsável, e pelo Fiscal responsável pelo Contrato**,** em sua totalidade conforme autorização emitida pela Secretaria solicitante. **3.2.** A empresa detentora da Ata de Registro de Preços deverá atender as solicitações das Secretarias Municipais, no prazo máximo de **20 (vinte) dias corridos**, contados do momento do envio do pedido (requisição) dos produtos e confirmação por e-mail ou contato telefônico. **3.3.** Os produtos deverão estar em conformidade com as normas vigentes. Na entrega serão verificados os prazos de validade e o estado de conservação das embalagens. Todos os produtos entregues serão recebidos e conferidos por servidores designado por cada secretaria; **3.4.** A empresa detentora deverá entregar os produtos, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços**; 3.5.** A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste contrato e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas. **3.6.** A entrega do objeto desta Ata de Registro de Preços dar-se-á sob a forma de fornecimento parcelado, sendo que somente serão pagos os valores relativos ao fornecimento dos produtos efetivamente entregues, conforme atesto de recebimento da **Secretaria Municipal solicitante**, do Município Novo Santo Antonio, sendo que este não estará obrigado a adquirir a quantidade total dos produtos constantes da cláusula primeira. **3.7.** A empresa vencedora ficará obrigada a trocar, a suas expensas, a mercadoria que vier a ser recusada, sendo que o ato do rece-

bimento não importará na aceitação. Prazo de troca: 03 (três) dias úteis. **3.8.** Independentemente da aceitação, o adjudicatório garantirá a qualidade de cada item, obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito ou irregularidade. Por divergências não adequadas serão aplicadas às sanções previstas neste instrumento e legislação vigente. **3.9.** Caso a substituição não ocorra no prazo determinado, estará a contratada incorrendo em atraso na entrega e sujeita à aplicação das sanções previstas neste Edital. **3.10.** Relativamente ao disposto no presente tópico, aplicam-se, subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei nº 8.078 de 11/09/90 – Código de Defesa do Consumidor. **3.11.** Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada, as despesas e custos de transporte e entrega dos produtos durante o período de execução do contrato. **3.12.** Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada quaisquer danos que venham a ocorrer à Prefeitura Municipal de Novo Santo Antonio-MT ou a terceiros, decorrentes da execução incorreta da entrega dos produtos contratados. **04. DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA 4.1.** Como condição para emissão da Nota de Empenho e/ou assinatura do contrato, a licitante vencedora deverá estar com a documentação obrigatória válida; **4.2.** Se não comprovarem a situação regular da licitante, a sessão será retomada e os demais chamados, na ordem de classificação, para fazê-lo nas condições de suas respectivas ofertas, observado que o Pregoeira examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis; **4.3.** A adjudicatária se obriga, nos termos deste Edital, a: **a)** A empresa se obrigará em um prazo máximo de 10 (dez) dias, a solucionar quaisquer problemas com os itens adquiridos, inclusive com reposição dos mesmos se por ventura não estiverem atendendo as finalidades propostas, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade e descartado o uso inadequado. **b)** A licitante vencedora, detentora do registro de preços, fica obrigada a aceitar acréscimos de até 25% do valor contratado nos preços da Ata de Registro de Preços. **c)** Assinar a ata da sessão pública de pregão e os relatórios com os preços ofertados nas etapas de lances verbais que substituirão a apresentação de nova proposta adequada ao preço ofertado. Se a empresa não se fizer representar até o final da sessão deverá então apresentar a nova proposta adequada ao preço ofertado nas etapas de lances verbais, no prazo de 03 (três) dias corridos, contados da notificação realizada na sessão pública do pregão. **d)** Será responsável pelo fornecimento dos produtos dentro dos padrões adequados de qualidade e segurança e demais quesitos previstos na lei 8078/90, assegurando todos os direitos inerentes à qualidade de consumidor à Prefeitura. **e)** Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CONTRATANTE, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações decorrentes da constatação de vícios, defeitos ou incorreções relativas ao objeto deste Edital, bem como a respeito da qualidade dos produtos, casos em que a CONTRATADA deverá, às suas expensas, realizar correções e comprovar a regularidade destes. **f)** Manter todas as condições estabelecidas neste Edital quanto as condições de habilitação e qualificação, durante toda a execução do contrato. **g)** Fornecer os produtos, de acordo com as especificações e demais condições estipuladas. **h)** Garantir a qualidade dos produtos fornecidos, segundo as exigências legais, normas do fabricante e especificações técnicas. **i)** Comunicar, imediatamente, a Prefeitura Municipal de Novo Santo Antonio-MT, qualquer irregularidade constatada durante o fornecimento dos produtos. **05. DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO 5.1.** Firmar Contrato e determinar a execução do objeto quando houver garantia real da disponibilidade financeira para a quitação de seus débitos frente à consignatária/contratada, sob pena de ilegalidade dos atos. **5.2.** Emitir ordem de fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto; **5.3.** Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da contratada em suas dependências. **5.4.** Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo fornecedor. **5.5.** Efetuar o pagamento á CONTRATADA, nas condições estabelecidas no edital. **5.6.** Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária. **5.7.** Não haverá sob hipótese alguma, pagamento antecipado. **5.8.** Coordenar e fiscalizar as entregas pertinentes às aquisições referentes ao contrato vigente, pela empresa CONTRATADA. **5.9.** Garantir a Detentora do Registro de Preços, desde que em igualdade de condições, a preferência no fornecimento, sempre que os preços forem compatíveis com os preços de mercado constatados mediante prévia e ampla pesquisa; **5.10.** Negociar com a Detentora do Registro de Preços, sempre os preços de mercados resultantes da pesquisa de preços estiver menor que os registrados; **06. DA CONTRATAÇÃO 6.1.** Observados os critérios e condições estabelecidos no edital do Pregão Eletrônico nº 10/2023, o MUNICÍPIO e/ou órgãos participantes, visando alcançar a quantidade de bens pretendida, poderá contratar concomitantemente com um ou mais fornecedores que tenham seus preços registrados, respeitando-se a capacidade de fornecimento das detentoras, e obedecida à ordem de classificação das propostas e os preços registrados. **6.2.** O Registro de Preços efetuado não obriga o MUNICÍPIO a firmar as contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o objeto, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições. **6.3.** A contratação junto a cada fornecedor registrado será formalizada pelos órgãos integrantes da Administração Direta ou Indireta do Poder Executivo, mediante a assinatura de contrato. **07. DO PAGAMENTO À CONTRATADA 7.1.** A empresa licitante deverá apresentar juntamente com as mercadorias as notas fiscais correspondentes ao fornecimento dos produtos, devidamente processadas em duas vias, com todos os campos preenchidos, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor designado pela Administração, devendo ainda estar acompanhada das cópias das Ordens de Fornecimento autorizada pela Secretaria Solicitante. **7.2.** O pagamento será efetuado pela Prefeitura Municipal no prazo de até o décimo (10º) dia do mês subsequente a entrega dos materiais, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea “a”, da Lei n° 8.666/93 e alterações.Os pagamentos estão condicionados a apresentação das respectivas faturas. **7.3.** As taxas referentes ao Envio de TED e/ou DOC serão efetivamente descontadas do valor a ser pago a favorecida; **7.4.** Nas Notas Fiscais apresentadas para pagamento os materiais relacionados deverão vir com nome e especificações, sob pena de devolução da mesma e o não pagamento. **7.5.** As empresas regularmente inscritas nos simples deverão apresentar documentos comprobatórios, para os fins de retenções de impostos. **7.6.** Toda operação de venda de mercadorias terá que ser efetuada, obrigatoriamente, mediante a emissão de **NOTA FISCAL ELETRÔNICA**; **7.6.1.** Se a Nota Fiscal for apresentada com erro, será devolvida à licitante vencedora para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado nos item 7.2, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação; **7.7.** Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de atualização monetária. **7.8.** O Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”. **7.9. A nota fiscal deverá estar acompanhada das certidões negativas da RECEITA FEDERAL e do FGTS, devidamente válidas, para que seja efetuado o pagamento, sendo que é de responsabilidade do fornecedor, manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas na licitação (regularidade fiscal). 08. DA READEQUAÇÃO DE PREÇOS 8.1.** Durante o período de vigência da ata, **os preços não serão reajustados**, ressalvada, entretanto, a possibilidade de readequação dos preços vigentes pela Administração para manter o equilíbrio econômico- financeiro, ou em face da superveniência de normas federais ou municipais aplicáveis à espécie,

considerada, para base inicial de análise, a demonstração da composição de custos, anexa a ata de registro de preços.

**8.2.** O diferencial de preço entre a proposta inicial da Detentora e a pesquisa de mercado efetuada pela Administração à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos concedidos pela Detentora, serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da vigência da ata. **8.3.** Durante a vigência da ata, os preços registrados não poderão ficar acima dos praticados no mercado. Por conseguinte, independentemente de provocação da Administração, no caso de redução, ainda que temporária, dos preços de mercado, a Detentora obriga-se a comunicar à Prefeitura o novo preço que substituirá o então registrado. **8.3.1.** Caso a Detentora venha a se locupletar com a redução efetiva de preços de mercado não repassada à Administração, ficará obrigada à restituição do que houver recebido indevidamente. **8.4.** Caberá à Administração, à cada prestação de serviço, efetuar as pesquisas de preços de mercado para verificar a compatibilidade dos preços registrados, devendo negociar com o Detentor do Registro, sempre que a pesquisa constar preços menores. **09. DA RECISÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 9.1.** A ata poderá ser rescindida de pleno direito, nas hipóteses a seguir relacionadas. **9.2.** A rescisão pela **Administração** poderá ocorrer quando: **9.2.1.** A Detentora não cumprir as obrigações constantes da ata; **9.2.2.** A Detentora não formalizar contrato decorrente do registro de preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, se a Administração não aceitar sua justificativa; **9.2.3.** A Detentora der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços; **9.2.4. E**m qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços; **9.2.5.** Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado e a Detentora não aceitar a redução; **9.2.6.** Por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado pela Administração; **9.2.7.** Sempre que ficar constatado que a fornecedora perdeu qualquer das condições de habilitação e/ou qualificação exigidas na licitação. **9.3.** A comunicação da rescisão, nos casos previstos no subitem 9.2, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da Detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado por **02 (duas) vezes consecutivas,** considerando-se cancelado o registro a partir da última publicação. **9.4.** A rescisão pela **Detentora** poderá ocorrer quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências da ata. **9.4.1.** A solicitação da Detentora para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência de **30 (trinta) dias,** facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas cabíveis**,** caso não sejam aceitas as razões do pedido. **9.4.2.** A rescisão ou suspensão de fornecimento com fundamento no artigo 78, inciso XV, da Lei federal nº 8.666/93 deverá ser notificada. **9.5.** A Administração, a seu critério, poderá convocar, pela ordem, as demais licitantes classificadas, nos termos do disposto neste edital para, mediante a sua concordância assumirem o fornecimento do objeto da ata. **9.6.** Aplica-se no que couber o disposto nos artigos 78 e 79 da Lei 8.666/93. **10. DAS PENALIDADES 10.1.** De conformidade com o art. 86, da Lei n.º 8666/93, atualizada, o atraso injustificado na entrega dos produtos sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa de até 2% (dois por cento), do valor da aquisição, até 30 (trinta) dias, após este prazo será cobrado juro de 1% (um por cento) ao mês;

**10.1.2** A multa prevista no item 10.1 será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 10.2, alínea “b”;

**10.2.** Nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, atualizada, pela inexecução total ou parcial da entrega do objeto adquirido, a Administração poderá aplicar à(s) vencedora(s), mediante publicação no Diário Oficial do Estado, as seguintes penalidades: **a)** advertência por escrito; **b)** aplicação de multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento; **c)** suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 2 (dois) anos; **d)** declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93; **10.3.** Se a contratada não proceder o recolhimento da multa no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte do Município, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica. **10.3.1.** Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirar a Nota de Empenho, o valor da multa não recolhido será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica; **10.4.** Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo. **11. DAS ALTERAÇÕES DA ATA**

**11.1.** A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecido ao disposto no Art. 65 da Lei 8.666/93, nos seguintes casos:

**Parágrafo Primeiro:** os preços registrados poderão ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos materiais registrados, cabendo à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO-MT, órgão gerenciador desta ATA, promover as negociações junto aos fornecedores registrados.

**Parágrafo Segundo:** Quando os preços registrados, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO deverá:

I. Convocar o fornecedor registrado para negociação de redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado; II. Frustrada a negociação, liberar o fornecedor registrado do compromisso assumido; e III. Convocar, pela ordem de classificação do Pregão Eletrônico, os demais fornecedores que não tiveram seus preços registrados, visando igual oportunidade de negociação;

**Parágrafo Terceiro:** Quando o valor de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor, mediante comunicação e comprovação formal, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador da Ata poderá:

I. Liberar o fornecedor registrado do compromisso assumido, sem aplicação das penalidades previstas nesta Ata e no Edital do Pregão Eletrônico, confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; II. Para o disposto no subitem anterior, a comunicação deverá ser feita antes do pedido de fornecimento dos materiais; III. Convocar, pela ordem de classificação do Pregão Eletrônico, os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação;

**Parágrafo Quarto:** O MUNICÍPIO revogará a Ata de Registro de Preços sempre que não houver êxito nas negociações, na forma da legislação vigente.

**12. DISPOSIÇÕES FINAIS 12.1.** As omissões desta ATA e as dúvidas oriundas de sua interpretação serão sanadas de acordo com o que dispuserem o Edital do Pregão Eletrônico nº. 10/2023 e as propostas apresentadas pelas CONTRATADAS, prevalecendo, em caso de conflito, as disposições do Edital sobre as das propostas. **12.2.** O presente registro decorre de adjudicação às PROMITENTES CONTRATADAS dos objetos, cujas descrições, quantidades e especificações constam no Termo de Referência - Anexo I, do Pregão Eletrônico

nº 10/2023, conforme decisão do Pregoeira do MUNICÍPIO, lavrada em Ata datada em 19 de julho de 2023, e homologação feita pelo senhor Prefeito Municipal.

**12.3.** Caberá à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO o gerenciamento da presente Ata de Registro de Preços nos termos da legislação vigente. **12.4.** Fica eleito o foro da Comarca deste Município, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução desta ATA, com renúncia das partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam a presente Ata em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Novo Santo Antonio -MT 19 de julho de 2023.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO**

**Prefeito Municipal**

**LICITA MAIS COMERCIO E SERVIÇOS LTDA**

**CNPJ:13.201.732/0001-91**

**CONTRATADA**

**MARCOS EDUARDO RODRIGUES MACHADO**

**CPF: 055.923.981-58**

**Responsável**

---

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº92/2023**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº92/2023**

**Processo Nº 066/2023**

**Pregão Eletrônico nº 11/2023**

**Validade: 12(doze) meses.**

Às 9 : 00 horas do dia 19 de julho de 2023, na **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO** , reuniram-se na sala de LICITAÇÃO, com sede na Av. 29 de Setembro, nº.244 Centro – Novo Santo Antônio - MT, neste ato legalmente representado por seu Prefeito Municipal **ADÃO SOARES NOGUEIRA**, brasileiro, casado, agropecuarista, residente e domiciliado à Av. Santo Antônio, n°.244, Centro, nesta cidade de Novo Santo Antônio - MT, portador do RG n° 738.751/SSP-MT e do CPF nº 604.590.181-91, denominada como **GERENCIADOR**, e de outro lado a empresa **VM COMERCIO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 47.136.740/0001-13, Inscrição estadual nº 13950381-1**,** situada na **Avenida Governador Dante Martins de Oliveira, 1309**, Bairro BOSQUE DA SAUDE , cidade de CUIABA, estado de MT, CEP **78050-185** , denominada **DETENTORA**representada neste ato por seu representante legal o(a) Sr(a). **VINICIUS CAMPOS DE MOURA** portador(a) da RG nº 15080617 CPF nº 001.741.881-02, residente e domiciliado(a) na cidade de CUIABA , estado MT , CEP 78050-185, resolvem celebrar o presente contrato nos termos do processo licitatório n° 066/2023, realizado na modalidade de Pregão Eletrônico nº. 11/2023, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, da Lei Municipal nº 10.520/2002 e demais legislação aplicável à matéria e consoante as cláusulas e condições constantes deste instrumento convocatório da licitação supracitada, resolvem efetuar o Registro de Preço, referente ao Pregão Eletrônico nº 11/2023, nas condições em que segue:

**01. DO OBJETO E PREÇOS 1.1.** Constitui o objeto da presente o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MATERIAIS DE INFORMÁTICA E PERIFÉRICOS, EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE NOVO SANTO ANTÔNIO /MT. 1.2.** Os preços registrados na presente Ata referem-se aos seguintes itens:

| | |
|---|---|
| NOME: **VM COMERCIO LTDA** | |
| CNPJ: **47.136.740/0001-13** | INSCRIÇÃO: **13950381-1** |
| ENDEREÇO: **Avenida Governador Dante Martins de Oliveira, 1309** | |
| CEP: **78050-185** | CIDADE/UF: **CUIABA-MT** |
| TELEFONES: **(65) 99621-1367** | E-MAIL: **viniciuscmoura07@gmail.com** |
| REPRESENTANTE LEGAL: **VINICIUS CAMPOS DE MOURA** | |
| RG: **15080617** | CPF: **001.741.881-02** |
| DESCRIÇÃO, QUANTIDADE E PREÇOS REGISTRADOS | |

| Código | Item | Descrição | Quant | marca | Unidade | Valor Unit | Valor Total | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 133122354 | 18 | TONER TN 3472 ORIGINAL - BROTHER L5652DN - MFC L6702 | 20,000 | BROTHER | UND | R$ 228,00 | R$ 4. 560,00 | |
| 333131490 | 39 | SUPORTE PARA NOTEBOOK COM COOLER, ALIMENTACAO ELETRICA USB | 26,000 | C3PLUS | UND | R$ 43,00 | R$1. 118,00 | |
| 333132073 | 50 | PELÍCULA DO FUSOR PARA IMPRESSORA BROTHER DCP 5652 MODELO DR 3440, DCPL5652ND MFCL5702W HLL5102DW. | 4,000 | IMPORTADO | UND | R$157,00 | R$628,00 | |
| 333133909 | 65 | PLACA FONTE BAIXA ORIGINAL BROTHER DCP-8157DN | 3,000 | BROTHER | UND | R$860,00 | R$2. 580,00 | |
| 333132068 | 105 | TELA DE PROJEÇÃO EM PLASTICO, ENROLADO, DESMONTÁVEL MEDINDO (1,80 X 1.90) M, PORTATIL COM ACABAMENTO CROMADO, COM TRIPÉ. | 10,000 | GOLDETC | UND | R$599,00 | R$5. 990,000 | |
| | **Qtde de Itens……..5**<br>**Valor Global R$ 14.876,00** | | | | | | | **104** |

**02. VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS 2.1.** A Ata de Registro de Preços, ora firmada, terá validade de 12 **(doze) meses,** a partir da data da assinatura, podendo ser prorrogada, por até idêntico período, desde que haja anuência das partes. Com base no Art. 4º § 2º do Decreto 3.931/01, Nor-

mativa AGU Nº 19/2009, amparados no Art. 57 § 4º da Lei 8.666/93. **2.2.** A Detentora da ata deverá manifestar, por escrito, seu eventual interesse na prorrogação do ajuste, em prazo não inferior a 60 (sessenta) dias do término de sua vigência. A inexistência de pronunciamento, dentro do prazo, dará ensejo à Administração, a seu exclusivo critério: de promover nova licitação, descabendo à Detentora o direito a qualquer recurso ou indenização. **2.3.** À Prefeitura Municipal de Novo Santo Antonio, no exercício do interesse público, é assegurado o direito de exigir que a **Detentora**, conforme o caso prossiga na execução do ajuste, pelo período de até **60 (sessenta) dias,** a fim de se evitar brusca interrupção nos fornecimentos, mediante aditamento contratual, respeitado o prazo fixado nesta ata. **03. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, PRAZO E LOCAIS DE ENTREGA 3.1.** Os equipamentos/materiais, objeto desta licitação, deverão ser entregues (sem ônus de entrega), parceladamente, de acordo com as solicitações da Secretaria Municipal solicitante, nos horários: 8h00 às 11h00 e 13h00 às 17h00, que será recebido pelo servidor Responsável, e pelo Fiscal responsável pelo Contrato**,** em sua totalidade conforme autorização emitida pela Secretaria solicitante. **3.2.** A empresa detentora da Ata de Registro de Preços deverá atender as solicitações das Secretarias Municipais, no prazo máximo de **20 (vinte) dias corridos**, contados do momento do envio do pedido (requisição) dos produtos e confirmação por e-mail ou contato telefônico. **3.3.** Os produtos deverão estar em conformidade com as normas vigentes. Na entrega serão verificados os prazos de validade e o estado de conservação das embalagens. Todos os produtos entregues serão recebidos e conferidos por servidores designado por cada secretaria; **3.4.** A empresa detentora deverá entregar os produtos, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços**; 3.5.** A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste contrato e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas. **3.6.** A entrega do objeto desta Ata de Registro de Preços dar-se-á sob a forma de fornecimento parcelado, sendo que somente serão pagos os valores relativos ao fornecimento dos produtos efetivamente entregues, conforme atesto de recebimento da **Secretaria Municipal solicitante**, do Município Novo Santo Antonio , sendo que este não estará obrigado a adquirir a quantidade total dos produtos constantes da cláusula primeira. **3.7.** A empresa vencedora ficará obrigada a trocar, a suas expensas, a mercadoria que vier a ser recusada, sendo que o ato do recebimento não importará na aceitação. Prazo de troca: 03 (três) dias úteis. **3.8.** Independentemente da aceitação, o adjudicatório garantirá a qualidade de cada item, obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito ou irregularidade. Por divergências não adequadas serão aplicadas às sanções previstas neste instrumento e legislação vigente. **3.9.** Caso a substituição não ocorra no prazo determinado, estará a contratada incorrendo em atraso na entrega e sujeita à aplicação das sanções previstas neste Edital. **3.10.** Relativamente ao disposto no presente tópico, aplicam-se, subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei nº 8.078 de 11/09/90 – Código de Defesa do Consumidor. **3.11.** Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada, as despesas e custos de transporte e entrega dos produtos durante o período de execução do contrato. **3.12.** Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada quaisquer danos que venham a ocorrer à Prefeitura Municipal de Novo Santo Antonio-MT ou a terceiros, decorrentes da execução incorreta da entrega dos produtos contratados. **04. DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA 4.1.** Como condição para emissão da Nota de Empenho e/ou assinatura do contrato, a licitante vencedora deverá estar com a documentação obrigatória válida; **4.2.** Se não comprovarem a situação regular da licitante, a sessão será retomada e os demais chamados, na ordem de classificação, para fazê-lo nas condições de suas respectivas ofertas, observado que o Pregoeira examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis; **4.3.** A adjudicatária se obriga, nos termos deste Edital, a: **a)** A empresa se obrigará em um prazo máximo de 10 (dez) dias, a solucionar quaisquer problemas com os itens adquiridos, inclusive com reposição dos mesmos se por ventura não estiverem atendendo as finalidades propostas, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade e descartado o uso inadequado. **b)** A licitante vencedora, detentora do registro de preços, fica obrigada a aceitar acréscimos de até 25% do valor contratado nos preços da Ata de Registro de Preços. **c)** Assinar a ata da sessão pública de pregão e os relatórios com os preços ofertados nas etapas de lances verbais que substituirão a apresentação de nova proposta adequada ao preço ofertado. Se a empresa não se fizer representar até o final da sessão deverá então apresentar a nova proposta adequada ao preço ofertado nas etapas de lances verbais, no prazo de 03 (três) dias corridos, contados da notificação realizada na sessão pública do pregão. **d)** Será responsável pelo fornecimento dos produtos dentro dos padrões adequados de qualidade e segurança e demais quesitos previstos na lei 8078/90, assegurando todos os direitos inerentes à qualidade de consumidor à Prefeitura. **e)** Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CONTRATANTE, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações decorrentes da constatação de vícios, defeitos ou incorreções relativas ao objeto deste Edital, bem como a respeito da qualidade dos produtos, casos em que a CONTRATADA deverá, às suas expensas, realizar correções e comprovar a regularidade destes. **f)** Manter todas as condições estabelecidas neste Edital quanto as condições de habilitação e qualificação, durante toda a execução do contrato. **g)** Fornecer os produtos, de acordo com as especificações e demais condições estipuladas. **h)** Garantir a qualidade dos produtos fornecidos, segundo as exigências legais, normas do fabricante e especificações técnicas. **i)** Comunicar, imediatamente, a Prefeitura Municipal de Novo Santo Antonio-MT, qualquer irregularidade constatada durante o fornecimento dos produtos. **05. DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO 5.1.** Firmar Contrato e determinar a execução do objeto quando houver garantia real da disponibilidade financeira para a quitação de seus débitos frente à consignatária/contratada, sob pena de ilegalidade dos atos. **5.2.** Emitir ordem de fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto; **5.3.** Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da contratada em suas dependências. **5.4.** Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo fornecedor. **5.5.** Efetuar o pagamento á CONTRATADA, nas condições estabelecidas no edital. **5.6.** Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária. **5.7.** Não haverá sob hipótese alguma, pagamento antecipado. **5.8.** Coordenar e fiscalizar as entregas pertinentes às aquisições referentes ao contrato vigente, pela empresa CONTRATADA. **5.9.** Garantir a Detentora do Registro de Preços, desde que em igualdade de condições, a preferência no fornecimento, sempre que os preços forem compatíveis com os preços de mercado constatados mediante prévia e ampla pesquisa; **5.10.** Negociar com a Detentora do Registro de Preços, sempre os preços de mercados resultantes da pesquisa de preços estiver menor que os registrados; **06. DA CONTRATAÇÃO 6.1.** Observados os critérios e condições estabelecidos no edital do Pregão Eletrônico nº 11/2023, o MUNICÍPIO e/ou órgãos participantes, visando alcançar a quantidade de bens pretendida, poderá contratar concomitantemente com um ou mais fornecedores que tenham seus preços registrados, respeitando-se a capacidade de fornecimento das detentoras, e obedecida à ordem de classificação das propostas e os preços registrados. **6.2.** O Registro de Preços efetuado não obriga o MUNICÍPIO a firmar as contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o objeto, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições. **6.3.** A contratação junto a cada fornecedor registrado será formalizada pelos órgãos integrantes da Administração Direta ou Indireta do Poder Executivo, mediante a assinatura de contrato. **07. DO PAGAMENTO À CONTRATADA 7.1.** A empresa licitante deverá apresentar juntamente com as mercadorias as notas fiscais correspondentes ao fornecimento dos produtos, devidamente processadas em duas vias, com todos os campos preenchidos, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor designado pela Administração, devendo ainda estar acompanhada das cópias das Ordens de Fornecimento autorizada pela Se-

cretaria Solicitante. **7.2.** O pagamento será efetuado pela Prefeitura Municipal no prazo de até o décimo (10º) dia do mês subsequente a entrega dos materiais, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei n° 8.666/93 e alterações.Os pagamentos estão condicionados a apresentação das respectivas faturas. **7.3.** As taxas referentes ao Envio de TED e/ou DOC serão efetivamente descontadas do valor a ser pago a favorecida; **7.4.** Nas Notas Fiscais apresentadas para pagamento os materiais relacionados deverão vir com nome e especificações, sob pena de devolução da mesma e o não pagamento. **7.5.** As empresas regularmente inscritas nos simples deverão apresentar documentos comprobatórios, para os fins de retenções de impostos. **7.6.** Toda operação de venda de mercadorias terá que ser efetuada, obrigatoriamente, mediante a emissão de **NOTA FISCAL ELETRÔNICA**; **7.6.1.** Se a Nota Fiscal for apresentada com erro, será devolvida à licitante vencedora para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado nos item 7.2, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação; **7.7.** Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de atualização monetária. **7.8.** O Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring". **7.9. A nota fiscal deverá estar acompanhada das certidões negativas da RECEITA FEDERAL e do FGTS, devidamente válidas, para que seja efetuado o pagamento, sendo que é de responsabilidade do fornecedor, manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas na licitação (regularidade fiscal). 08. DA READEQUAÇÃO DE PREÇOS 8.1.** Durante o período de vigência da ata, **os preços não serão reajustados**, ressalvada, entretanto, a possibilidade de readequação dos preços vigentes pela Administração para manter o equilíbrio econômico- financeiro, ou em face da superveniência de normas federais ou municipais aplicáveis à espécie,

considerada, para base inicial de análise, a demonstração da composição de custos, anexa a ata de registro de preços.

**8.2.** O diferencial de preço entre a proposta inicial da Detentora e a pesquisa de mercado efetuada pela Administração à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos concedidos pela Detentora, serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da vigência da ata. **8.3.** Durante a vigência da ata, os preços registrados não poderão ficar acima dos praticados no mercado. Por conseguinte, independentemente de provocação da Administração, no caso de redução, ainda que temporária, dos preços de mercado, a Detentora obriga-se a comunicar à Prefeitura o novo preço que substituirá o então registrado. **8.3.1.** Caso a Detentora venha a se locupletar com a redução efetiva de preços de mercado não repassada à Administração, ficará obrigada à restituição do que houver recebido indevidamente. **8.4.** Caberá à Administração, à cada prestação de serviço, efetuar as pesquisas de preços de mercado para verificar a compatibilidade dos preços registrados, devendo negociar com o Detentor do Registro, sempre que a pesquisa constar preços menores. **09. DA RECISÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 9.1.** A ata poderá ser rescindida de pleno direito, nas hipóteses a seguir relacionadas. **9.2.** A rescisão pela **Administração** poderá ocorrer quando: **9.2.1.** A Detentora não cumprir as obrigações constantes da ata; **9.2.2.** A Detentora não formalizar contrato decorrente do registro de preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, se a Administração não aceitar sua justificativa; **9.2.3.** A Detentora der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços; **9.2.4. E**m qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços; **9.2.5.** Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado e a Detentora não aceitar a redução; **9.2.6.** Por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado pela Administração; **9.2.7.** Sempre que ficar constatado que a fornecedora perdeu qualquer das condições de habilitação e/ou qualificação exigidas na licitação. **9.3.** A comunicação da rescisão, nos casos previstos no subitem 9.2, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da Detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado por **02 (duas) vezes consecutivas,** considerando-se cancelado o registro a partir da última publicação. **9.4.** A rescisão pela **Detentora** poderá ocorrer quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências da ata. **9.4.1.** A solicitação da Detentora para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência de **30 (trinta) dias,** facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas cabíveis**,** caso não sejam aceitas as razões do pedido. **9.4.2.** A rescisão ou suspensão de fornecimento com fundamento no artigo 78, inciso XV, da Lei federal nº 8.666/93 deverá ser notificada. **9.5.** A Administração, a seu critério, poderá convocar, pela ordem, as demais licitantes classificadas, nos termos do disposto neste edital para, mediante a sua concordância assumirem o fornecimento do objeto da ata. **9.6.** Aplica-se no que couber o disposto nos artigos 78 e 79 da Lei 8.666/93. **10. DAS PENALIDADES 10.1.** De conformidade com o art. 86, da Lei n.º 8666/93, atualizada, o atraso injustificado na entrega dos produtos sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa de até 2% (dois por cento), do valor da aquisição, até 30 (trinta) dias, após este prazo será cobrado juro de 1% (um por cento) ao mês;

**10.1.2** A multa prevista no item 10.1 será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 10.2, alínea "b";

**10.2.** Nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, atualizada, pela inexecução total ou parcial da entrega do objeto adquirido, a Administração poderá aplicar à(s) vencedora(s), mediante publicação no Diário Oficial do Estado, as seguintes penalidades: **a)** advertência por escrito; **b)** aplicação de multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento; **c)** suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 2 (dois) anos; **d)** declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93; **10.3.** Se a contratada não proceder o recolhimento da multa no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte do Município, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica. **10.3.1.** Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirar a Nota de Empenho, o valor da multa não recolhido será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica; **10.4.** Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo. **11. DAS ALTERAÇÕES DA ATA**

**11.1.** A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecido ao disposto no Art. 65 da Lei 8.666/93, nos seguintes casos:

**Parágrafo Primeiro:** os preços registrados poderão ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos materiais registrados, cabendo à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO-MT, órgão gerenciador desta ATA, promover as negociações junto aos fornecedores registrados.

**Parágrafo Segundo:** Quando os preços registrados, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO deverá:

I. Convocar o fornecedor registrado para negociação de redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado; II. Frustrada a negociação, liberar o fornecedor registrado do compromisso assumido; e III. Convocar, pela ordem de classificação do Pregão Eletrônico, os demais fornecedores que não tiveram seus preços registrados, visando igual oportunidade de negociação;

**Parágrafo Terceiro:** Quando o valor de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor, mediante comunicação e comprovação formal, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador da Ata poderá:

I. Liberar o fornecedor registrado do compromisso assumido, sem aplicação das penalidades previstas nesta Ata e no Edital do Pregão Eletrônico, confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; II. Para o disposto no subitem anterior, a comunicação deverá ser feita antes do pedido de fornecimento dos materiais; III. Convocar, pela ordem de classificação do Pregão Eletrônico, os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação;

**Parágrafo Quarto:** O MUNICÍPIO revogará a Ata de Registro de Preços sempre que não houver êxito nas negociações, na forma da legislação vigente.

**12. DISPOSIÇÕES FINAIS 12.1.** As omissões desta ATA e as dúvidas oriundas de sua interpretação serão sanadas de acordo com o que dispuserem o Edital do Pregão Eletrônico nº. 11/2023 e as propostas apresentadas pelas CONTRATADAS, prevalecendo, em caso de conflito, as disposições do Edital sobre as das propostas. **12.2.** O presente registro decorre de adjudicação às PROMITENTES CONTRATADAS dos objetos, cujas descrições, quantidades e especificações constam no Termo de Referência - Anexo I, do Pregão Eletrônico

nº 11/2023, conforme decisão do Pregoeira do MUNICÍPIO, lavrada em Ata datada em 19 de julho de 2023, e homologação feita pelo senhor Prefeito Municipal.

**12.3.** Caberá à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO o gerenciamento da presente Ata de Registro de Preços nos termos da legislação vigente. **12.4.** Fica eleito o foro da Comarca deste Município, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução desta ATA, com renúncia das partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam a presente Ata em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Novo Santo Antonio -MT 19 de julho de 2023

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO**

**Prefeito Municipal**

**VM COMERCIO LTDA**

**CNPJ: 47.136.740/0001-13**

**CONTRATADA**

**VINICIUS CAMPOS DE MOURA**

**CPF: 001.741.881-02**

**REPRESENTANTE**

---

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº91/2023**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº91/2023**

**Processo Nº 066/2023**

**Pregão Eletrônico nº 11/2023**

**Validade: 12(doze) meses.**

Às 9 : 00 horas do dia 19 de julho de 2023, na **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO** , reuniram-se na sala de LICITAÇÃO, com sede na Av. 29 de Setembro, nº.244 Centro – Novo Santo Antônio - MT, neste ato legalmente representado por seu Prefeito Municipal **ADÃO SOARES NOGUEIRA**, brasileiro, casado, agropecuarista, residente e domiciliado à Av. Santo Antônio, n°.244, Centro, nesta cidade de Novo Santo Antônio - MT, portador do RG n° 738.751/SSP-MT e do CPF nº 604.590.181-91, denominada como **GERENCIADOR**, e de outro lado a empresa **ARES COMERCIO DE SUPRIMENTOS DE INFORMATICA ,MAQUINAS,EQUIPAMENTOS, E SERVIÇOS LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 42.934.780/0001-97, Inscrição estadual nº **13.888.569-9,** situada na AVENIDA F, nº 434, Bairro JARDIN ACLIMAÇÃO, cidade de CUIABA, estado de MT, CEP 78050-242, denominada **DETENTORA**representada neste ato por seu representante legal o(a) Sr(a). MARIA JOSE FERREIRA, portador(a) da RG nº 2536444-8 CPF nº 716.407.031-87, residente e domiciliado(a) na cidade de **CUIABA**, estado MT, CEP 78050-242, resolvem celebrar o presente contrato nos termos do processo licitatório n° 066/2023, realizado na modalidade de Pregão Eletrônico nº. 11/2023, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, da Lei Municipal nº 10.520/2002 e demais legislação aplicável à matéria e consoante as cláusulas e condições constantes deste instrumento convocatório da licitação supracitada, resolvem efetuar o Registro de Preço, referente ao Pregão Eletrônico nº 11/2023, nas condições em que segue:

**01. DO OBJETO E PREÇOS 1.1.** Constitui o objeto da presente o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MATERIAIS DE INFORMÁTICA E PERIFÉRICOS, EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE NOVO SANTO ANTÔNIO /MT. 1.2.** Os preços registrados na presente Ata referem-se aos seguintes itens:

| | |
|---|---|
| NOME: **ARES COMERCIO DE SUPRIMENTOS DE INFORMATICA ,MAQUINAS,EQUIPAMENTOS, E SERVIÇOS LTDA** | |
| CNPJ: **42.934.780/0001-97** | INSCRIÇÃO: **13.888.569-9** |

| | |
|---|---|
| ENDEREÇO: **AVENIDA F, nº 434** | |
| CEP: **78050-242** | CIDADE/UF: **CUIABA-MT** |
| TELEFONES **(65) 3623-3480** | E-MAIL: **FINANCEIRO@ARESCOMERCIO.COM.BR** |
| REPRESENTANTE LEGAL: **MARIA JOSE FERREIRA** | |
| RG: **2536444-8** | CPF: **716.407.031-87** |

| Código | Item | Descrição | Quant | MARCA | Unidade | Valor Unit | Valor Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 33120635 | 12 | TONER TN 3472 COMPATIVEL - BROTHER L5652 - MFC 6702DW | 60,000 | HTCOMPANY | UND | R$ 50,00 | R$ 3. 000,00 |
| 333132171 | 107 | SMARTPHONE - MEMORIA INTERNA DE 128GB, 6GB RAM, DUAL CHIP ANDROID, TELA 6.8", CAMERA 48MP, RESOLUCAO DA GRAVACAO 4K, BATERIA DE 5000-mAh, IGUAL OU SUPERIOR MOTOROLA MOTO G60s | 18,000 | MOTOROLA | UND | R$ 1. 500,00 | R$ 27. 000,00 |
| 333132404 | 110 | IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL LASER COLORIDA, QUE ESTEJA EM LINHA DE PRODUÇÃO PELO FABRICANTE; IMPRESSORA LASER COM PADRÃO LED COLORIDO; IMPRESSORA QUE IMPRIMI, DIGITALIZA E COPIA; RESOLUÇÃO MÍNIMA DE 2400 x 600 DPI; CICLO MENSAL ATÉ 30.000 PAGINAS; TELA TOUCHSCREEN DE FÁCIL NAVEGAÇÃO; VELOCIDADE DE 18 PÁGINAS POR MINUTO; IMPRESSÃO FRENTE E VERSO AUTOMÁTICA E PERMITIR COMPARTILHAMENTO POR MEIO DE REDE 10/100/1000 ETHERNET, WIFI 802.11 B/G/N;COMPATIBILIDADE COM DRIVER DE IMPRESSÃO COM S.O WINDOWS, MAC OS, LINUX; O PRODUTO DEVERÁ SER NOVO SEM USO, REFORMA OU RECONDICIONAMENTO; GARANTIA DE 12 MESES - IGUAL OU SUPERIOR A BROTHER - HL-L3551 | 29,000 | BROTHER | UND | R$ 4. 225,00 | R$ 122. 525,00 |

**02. VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS 2.1.** A Ata de Registro de Preços, ora firmada, terá validade de 12 **(doze) meses,** a partir da data da assinatura, podendo ser prorrogada, por até idêntico período, desde que haja anuência das partes. Com base no Art. 4º § 2º do Decreto 3.931/01, Normativa AGU Nº 19/2009, amparados no Art. 57 § 4º da Lei 8.666/93. **2.2.** A Detentora da ata deverá manifestar, por escrito, seu eventual interesse na prorrogação do ajuste, em prazo não inferior a 60 (sessenta) dias do término de sua vigência. A inexistência de pronunciamento, dentro do prazo, dará ensejo à Administração, a seu exclusivo critério: de promover nova licitação, descabendo à Detentora o direito a qualquer recurso ou indenização. **2.3.** À Prefeitura Municipal de Novo Santo Antonio, no exercício do interesse público, é assegurado o direito de exigir que a **Detentora**, conforme o caso prossiga na execução do ajuste, pelo período de até **60 (sessenta) dias,** a fim de se evitar brusca interrupção nos fornecimentos, mediante aditamento contratual, respeitado o prazo fixado nesta ata. **03. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, PRAZO E LOCAIS DE ENTREGA 3.1.** Os equipamentos/materiais, objeto desta licitação, deverão ser entregues (sem ônus de entrega), parceladamente, de acordo com as solicitações da Secretaria Municipal solicitante, nos horários: 8h00 às 11h00 e 13h00 às 17h00, que será recebido pelo servidor Responsável, e pelo Fiscal responsável pelo Contrato**,** em sua totalidade conforme autorização emitida pela Secretaria solicitante. **3.2.** A empresa detentora da Ata de Registro de Preços deverá atender as solicitações das Secretarias Municipais, no prazo máximo de **20 (vinte) dias corridos**, contados do momento do envio do pedido (requisição) dos produtos e confirmação por e-mail ou contato telefônico. **3.3.** Os produtos deverão estar em conformidade com as normas vigentes. Na entrega serão verificados os prazos de validade e o estado de conservação das embalagens. Todos os produtos entregues serão recebidos e conferidos por servidores designado por cada secretaria; **3.4.** A empresa detentora deverá entregar os produtos, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços**; 3.5.** A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste contrato e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas. **3.6.** A entrega do objeto desta Ata de Registro de Preços dar-se-á sob a forma de fornecimento parcelado, sendo que somente serão pagos os valores relativos ao fornecimento dos produtos efetivamente entregues, conforme atesto de recebimento da **Secretaria Municipal solicitante**, do Município Novo Santo Antonio , sendo que este não estará obrigado a adquirir a quantidade total dos produtos constantes da cláusula primeira. **3.7.** A empresa vencedora ficará obrigada a trocar, a suas expensas, a mercadoria que vier a ser recusada, sendo que o ato do recebimento não importará na aceitação. Prazo de troca: 03 (três) dias úteis. **3.8.** Independentemente da aceitação, o adjudicatório garantirá a qualidade de cada item, obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito ou irregularidade. Por divergências não adequadas serão aplicadas às sanções previstas neste instrumento e legislação vigente. **3.9.** Caso a substituição não ocorra no prazo determinado, estará a contratada incorrendo em atraso na entrega e sujeita à aplicação das sanções previstas neste Edital. **3.10.** Relativamente ao disposto no presente tópico, aplicam-se, subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei nº 8.078 de 11/09/90 – Código de Defesa do Consumidor. **3.11.** Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada, as despesas e custos de transporte e entrega dos produtos durante o período de execução do contrato. **3.12.** Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada quaisquer danos que venham a ocorrer à Prefeitura Municipal de Novo Santo Antonio-MT ou a terceiros, decorrentes da execução incorreta da entrega dos produtos contratados. **04. DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA 4.1.** Como condição para emissão da Nota de Empenho e/ou assinatura do contrato, a licitante vencedora deverá estar com a documentação obrigatória válida; **4.2.** Se não comprovarem a situação regular da licitante, a sessão será retomada e os demais chamados, na ordem de classificação, para fazê-lo nas condições de suas respectivas ofertas, observado que o Pregoeira examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis; **4.3.** A adjudicatária se obriga, nos termos deste Edital, a: **a)** A empresa se obrigará em um prazo máximo de 10 (dez) dias, a solucionar quaisquer problemas com os itens adquiridos, inclusive com reposição dos mesmos se por ventura não estiverem atendendo as finalidades propostas, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade e descartado o uso inadequado. **b)** A licitante vencedora, detentora do registro de preços, fica obrigada a aceitar acréscimos de até 25% do valor contratado nos preços da Ata de Registro de Preços. **c)** Assinar a ata da sessão pública de pregão e os relatórios com os preços ofertados nas etapas de lances verbais que substituirão a apresentação de nova proposta adequada ao preço ofertado. Se a empresa não se fizer representar até o final da sessão deverá então apresentar a nova proposta adequada ao preço ofertado nas etapas de lances verbais, no prazo de 03 (três) dias corridos, contados da notificação realizada na sessão pública do pregão. **d)** Será responsável pelo fornecimento dos produtos dentro dos padrões adequados de qualidade e segurança e demais quesitos previstos na lei 8078/90, assegurando todos os direitos inerentes à qualidade de consumidor à Prefeitura. **e)** Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CONTRATANTE, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações decorrentes da constatação de vícios, defeitos ou incorreções relativas ao objeto deste Edital, bem como a respeito da qualidade dos produtos, casos em que a CONTRATADA deverá, às suas expensas, realizar correções e comprovar a regularidade destes. **f)** Manter todas as condições estabelecidas neste Edital quanto as condições de habilitação e qualificação, durante toda a execução do contrato. **g)** Fornecer os produtos, de acordo com as especificações e demais condições estipuladas. **h)** Garantir a qualidade dos produtos fornecidos, segundo as exigências legais, normas do fabricante e especificações técnicas. **i)** Comunicar, imediatamente, a Prefeitura Municipal de Novo Santo Antonio-MT, qualquer irregularidade constatada durante o

fornecimento dos produtos. **05. DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO 5.1.** Firmar Contrato e determinar a execução do objeto quando houver garantia real da disponibilidade financeira para a quitação de seus débitos frente à consignatária/contratada, sob pena de ilegalidade dos atos. **5.2.** Emitir ordem de fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto; **5.3.** Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da contratada em suas dependências. **5.4.** Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo fornecedor. **5.5.** Efetuar o pagamento á CONTRATADA, nas condições estabelecidas no edital. **5.6.** Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária. **5.7.** Não haverá sob hipótese alguma, pagamento antecipado. **5.8.** Coordenar e fiscalizar as entregas pertinentes às aquisições referentes ao contrato vigente, pela empresa CONTRATADA. **5.9.** Garantir a Detentora do Registro de Preços, desde que em igualdade de condições, a preferência no fornecimento, sempre que os preços forem compatíveis com os preços de mercado constatados mediante prévia e ampla pesquisa; **5.10.** Negociar com a Detentora do Registro de Preços, sempre os preços de mercados resultantes da pesquisa de preços estiver menor que os registrados; **06. DA CONTRATAÇÃO 6.1.** Observados os critérios e condições estabelecidos no edital do Pregão Eletrônico nº 11/2023, o MUNICÍPIO e/ou órgãos participantes, visando alcançar a quantidade de bens pretendida, poderá contratar concomitantemente com um ou mais fornecedores que tenham seus preços registrados, respeitando-se a capacidade de fornecimento das detentoras, e obedecida à ordem de classificação das propostas e os preços registrados. **6.2.** O Registro de Preços efetuado não obriga o MUNICÍPIO a firmar as contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o objeto, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições. **6.3.** A contratação junto a cada fornecedor registrado será formalizada pelos órgãos integrantes da Administração Direta ou Indireta do Poder Executivo, mediante a assinatura de contrato. **07. DO PAGAMENTO À CONTRATADA 7.1.** A empresa licitante deverá apresentar juntamente com as mercadorias as notas fiscais correspondentes ao fornecimento dos produtos, devidamente processadas em duas vias, com todos os campos preenchidos, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor designado pela Administração, devendo ainda estar acompanhada das cópias das Ordens de Fornecimento autorizada pela Secretaria Solicitante. **7.2.** O pagamento será efetuado pela Prefeitura Municipal no prazo de até o décimo (10º) dia do mês subsequente a entrega dos materiais, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea “a”, da Lei n° 8.666/93 e alterações.Os pagamentos estão condicionados a apresentação das respectivas faturas. **7.3.** As taxas referentes ao Envio de TED e/ou DOC serão efetivamente descontadas do valor a ser pago a favorecida; **7.4.** Nas Notas Fiscais apresentadas para pagamento os materiais relacionados deverão vir com nome e especificações, sob pena de devolução da mesma e o não pagamento. **7.5.** As empresas regularmente inscritas nos simples deverão apresentar documentos comprobatórios, para os fins de retenções de impostos. **7.6.** Toda operação de venda de mercadorias terá que ser efetuada, obrigatoriamente, mediante a emissão de **NOTA FISCAL ELETRÔNICA**; **7.6.1.** Se a Nota Fiscal for apresentada com erro, será devolvida à licitante vencedora para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado nos item 7.2, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação; **7.7.** Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de atualização monetária. **7.8.** O Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”. **7.9. A nota fiscal deverá estar acompanhada das certidões negativas da RECEITA FEDERAL e do FGTS, devidamente válidas, para que seja efetuado o pagamento, sendo que é de responsabilidade do fornecedor, manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas na licitação (regularidade fiscal). 08. DA READEQUAÇÃO DE PREÇOS 8.1.** Durante o período de vigência da ata, **os preços não serão reajustados**, ressalvada, entretanto, a possibilidade de readequação dos preços vigentes pela Administração para manter o equilíbrio econômico- financeiro, ou em face da superveniência de normas federais ou municipais aplicáveis à espécie,

considerada, para base inicial de análise, a demonstração da composição de custos, anexa a ata de registro de preços.

**8.2.** O diferencial de preço entre a proposta inicial da Detentora e a pesquisa de mercado efetuada pela Administração à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos concedidos pela Detentora, serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da vigência da ata. **8.3.** Durante a vigência da ata, os preços registrados não poderão ficar acima dos praticados no mercado. Por conseguinte, independentemente de provocação da Administração, no caso de redução, ainda que temporária, dos preços de mercado, a Detentora obriga-se a comunicar à Prefeitura o novo preço que substituirá o então registrado. **8.3.1.** Caso a Detentora venha a se locupletar com a redução efetiva de preços de mercado não repassada à Administração, ficará obrigada à restituição do que houver recebido indevidamente. **8.4.** Caberá à Administração, à cada prestação de serviço, efetuar as pesquisas de preços de mercado para verificar a compatibilidade dos preços registrados, devendo negociar com o Detentor do Registro, sempre que a pesquisa constar preços menores. **09. DA RECISÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 9.1.** A ata poderá ser rescindida de pleno direito, nas hipóteses a seguir relacionadas. **9.2.** A rescisão pela **Administração** poderá ocorrer quando: **9.2.1.** A Detentora não cumprir as obrigações constantes da ata; **9.2.2.** A Detentora não formalizar contrato decorrente do registro de preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, se a Administração não aceitar sua justificativa; **9.2.3.** A Detentora der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços; **9.2.4. E**m qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços; **9.2.5.** Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado e a Detentora não aceitar a redução; **9.2.6.** Por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado pela Administração; **9.2.7.** Sempre que ficar constatado que a fornecedora perdeu qualquer das condições de habilitação e/ou qualificação exigidas na licitação. **9.3.** A comunicação da rescisão, nos casos previstos no subitem 9.2, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da Detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado por **02 (duas) vezes consecutivas,** considerando-se cancelado o registro a partir da última publicação. **9.4.** A rescisão pela **Detentora** poderá ocorrer quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências da ata. **9.4.1.** A solicitação da Detentora para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência de **30 (trinta) dias,** facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas cabíveis**,** caso não sejam aceitas as razões do pedido. **9.4.2.** A rescisão ou suspensão de fornecimento com fundamento no artigo 78, inciso XV, da Lei federal nº 8.666/93 deverá ser notificada. **9.5.** A Administração, a seu critério, poderá convocar, pela ordem, as demais licitantes classificadas, nos termos do disposto neste edital para, mediante a sua concordância assumirem o fornecimento do objeto da ata. **9.6.** Aplica-se no que couber o disposto nos artigos 78 e 79 da Lei 8.666/93. **10. DAS PENALIDADES 10.1.** De conformidade com o art. 86, da Lei n.º 8666/93, atualizada, o atraso injustificado na entrega dos produtos sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa de até 2% (dois por cento), do valor da aquisição, até 30 (trinta) dias, após este prazo será cobrado juro de 1% (um por cento) ao mês;

**10.1.2** A multa prevista no item 10.1 será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 10.2, alínea “b”;

**10.2.** Nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, atualizada, pela inexecução total ou parcial da entrega do objeto adquirido, a Administração poderá aplicar à(s) vencedora(s), mediante publicação no Diário Oficial do Estado, as seguintes penalidades: **a)** advertência por escrito; **b)** aplicação de multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento; **c)** suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 2 (dois) anos; **d)** declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93; **10.3.** Se a contratada não proceder o recolhimento da multa no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte do Município, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica. **10.3.1.** Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirar a Nota de Empenho, o valor da multa não recolhido será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica; **10.4.** Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

**11. DAS ALTERAÇÕES DA ATA**

**11.1.** A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecido ao disposto no Art. 65 da Lei 8.666/93, nos seguintes casos:

**Parágrafo Primeiro:** os preços registrados poderão ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos materiais registrados, cabendo à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO-MT, órgão gerenciador desta ATA, promover as negociações junto aos fornecedores registrados.

**Parágrafo Segundo:** Quando os preços registrados, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO deverá:

I. Convocar o fornecedor registrado para negociação de redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado; II. Frustrada a negociação, liberar o fornecedor registrado do compromisso assumido; e III. Convocar, pela ordem de classificação do Pregão Eletrônico, os demais fornecedores que não tiveram seus preços registrados, visando igual oportunidade de negociação;

**Parágrafo Terceiro:** Quando o valor de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor, mediante comunicação e comprovação formal, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador da Ata poderá:

I. Liberar o fornecedor registrado do compromisso assumido, sem aplicação das penalidades previstas nesta Ata e no Edital do Pregão Eletrônico, confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; II. Para o disposto no subitem anterior, a comunicação deverá ser feita antes do pedido de fornecimento dos materiais; III. Convocar, pela ordem de classificação do Pregão Eletrônico, os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação;

**Parágrafo Quarto:** O MUNICÍPIO revogará a Ata de Registro de Preços sempre que não houver êxito nas negociações, na forma da legislação vigente.

**12. DISPOSIÇÕES FINAIS 12.1.** As omissões desta ATA e as dúvidas oriundas de sua interpretação serão sanadas de acordo com o que dispuserem o Edital do Pregão Eletrônico nº. 11/2023 e as propostas apresentadas pelas CONTRATADAS, prevalecendo, em caso de conflito, as disposições do Edital sobre as das propostas. **12.2.** O presente registro decorre de adjudicação às PROMITENTES CONTRATADAS dos objetos, cujas descrições, quantidades e especificações constam no Termo de Referência - Anexo I, do Pregão Eletrônico

nº 11/2023, conforme decisão do Pregoeira do MUNICÍPIO, lavrada em Ata datada em 19 de julho de 2023, e homologação feita pelo senhor Prefeito Municipal.

**12.3.** Caberá à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO o gerenciamento da presente Ata de Registro de Preços nos termos da legislação vigente. **12.4.** Fica eleito o foro da Comarca deste Município, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução desta ATA, com renúncia das partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam a presente Ata em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Novo Santo Antonio -MT 19 de julho de 2023.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO**

**Prefeito Municipal**

**ARES COMERCIO DE SUPRIMENTOS DE INFORMATICA ,MAQUINAS,EQUIPAMENTOS, E SERVIÇOS LTDA**

**CNPJ: 42.934.780/0001-97**

**CONTRATADA**

**MARIA JOSE FERREIRA**

**CPF: 716.407.031-87**

**RESPONSAVEL**

---

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº87/2023**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº87/2023**

**Processo Nº 067/2023**

**Pregão Eletrônico nº 10/2023**

**Validade: 12(doze) meses.**

Às 9 :00 horas do dia 19 de julho de 2023, na **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO** , reuniram-se na sala de LICITAÇÃO, com sede na Av. 29 de Setembro, nº.244 Centro – Novo Santo Antônio - MT, neste ato legalmente representado por seu Prefeito Municipal **ADÃO SOARES NOGUEIRA**, brasileiro, casado, agropecuarista, residente e domiciliado à Av. Santo Antônio, n°.244, Centro, nesta cidade de Novo Santo Antônio - MT, portador do RG n° 738.751/SSP-MT e do CPF nº 604.590.181-91, denominada como **GERENCIADOR**, e de outro lado a empresa **ISABELLE SODRE DE ARRUDA COMERCIO E LOCACAO DE PRODUTOS HOSPITALAR**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 42.383.212/0001-45, Inscrição estadual nº 13.880.352-8, situada na rua lua nova , nº. 57 , Bairro goiabeira , cidade de cuiaba , estado de mt, CEP 78032-170, denominada **DETENTORA**representada neste ato por seu representante legal o(a) Sr(a).ISABELLE SODRE DE ARRUDA, portador(a) da RG nº 20503946 CPF nº 01.288.281-74, residente e domiciliado(a) na cidade de CUIABA , estado MT, CEP 78032-170, resolvem celebrar o presente contrato nos termos do processo licitatório n° 067/2023, realizado na modalidade de Pregão Eletrônico nº. 10/2023, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, da Lei Municipal nº 10.520/2002 e demais legislação aplicável à matéria e consoante as cláusulas e condições constantes deste instrumento convocatório da licitação supracitada, resolvem efetuar o Registro de Preço, referente ao Pregão Eletrônico nº 10/2023, nas condições em que segue:

**01. DO OBJETO E PREÇOS 1.1.** Constitui o objeto da presente o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MATERIAIS DE INFORMÁTICA E PERIFÉRICOS, EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE NOVO SANTO ANTÔNIO /MT. 1.2.** Os preços registrados na presente Ata referem-se aos seguintes itens:

| | |
|---|---|
| NOME: **ISABELLE SODRE DE ARRUDA COMERCIO E LOCACAO DE PRODUTOS HOSPITALAR** | |
| CNPJ: **42.383.212/0001-45** | INSCRIÇÃO: **13.880.352-8** |
| ENDEREÇO: **RUA LUA NOVA** | |
| CEP:**78032-170** | CIDADE/UF: **CUIABA-MT** |
| TELEFONES: **(65)9680-8364** | E-MAIL: **COMERCIALMEDSERV-MT@OUTLOOK.COM** |
| REPRESENTANTE LEGAL: **ISABELLE SODRE DE ARRUDA** | |
| RG: **20503946** | CPF: **01.288.281-74** |
| DESCRIÇÃO, QUANTIDADE E PREÇOS REGISTRADOS | |

| Código | Item | Descrição | Quant | MARCA | Unidade | Valor Unit | Valor Total | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 116755 | 8 | CABO DE MONITOR VGA COMPRIMENTO: 1.5 METROS- ESTE CABO É UTILIZADO PARA TRANSMITIR IMAGENS DE EQUIPAMENTOS COM SAÍDA 15 PINOS (HDB15 OU VGA) PARA MONITORES OU TELEVISORES COM ENTRADA DE 15 PINOS (HDB15 OU VGA) | 28,000 | EXBOM | UND | R$ 10,00 | R$ 280,00 | |
| 333132339 | 60 | NOBREAK 1500 VA ALIMENTADOR AUTOMATICO DE TENSAO BIVOLT AUTOMATICO, TENSAO DE ENTRADA: 112/115/220 VOLTS, TENSAO DE SAIDA: 115 VOLTS. | 23,000 | LACERDA | UND | R$ 785,00 | R$ 18.055,00 | |
| | **Qtde de Itens……..... 2**<br>**Valor Global R$ 18,335,00** | | | | | | | **104** |

**02. VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS 2.1.** A Ata de Registro de Preços, ora firmada, terá validade de 12 **(doze) meses,** a partir da data da assinatura, podendo ser prorrogada, por até idêntico período, desde que haja anuência das partes. Com base no Art. 4º § 2º do Decreto 3.931/01, Normativa AGU Nº 19/2009, amparados no Art. 57 § 4º da Lei 8.666/93. **2.2.** A Detentora da ata deverá manifestar, por escrito, seu eventual interesse na prorrogação do ajuste, em prazo não inferior a 60 (sessenta) dias do término de sua vigência. A inexistência de pronunciamento, dentro do prazo, dará ensejo à Administração, a seu exclusivo critério: de promover nova licitação, descabendo à Detentora o direito a qualquer recurso ou indenização. **2.3.** À Prefeitura Municipal de Novo Santo Antonio, no exercício do interesse público, é assegurado o direito de exigir que a **Detentora**, conforme o caso prossiga na execução do ajuste, pelo período de até **60 (sessenta) dias,** a fim de se evitar brusca interrupção nos fornecimentos, mediante aditamento contratual, respeitado o prazo fixado nesta ata. **03. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, PRAZO E LOCAIS DE ENTREGA 3.1.** Os equipamentos/materiais, objeto desta licitação, deverão ser entregues (sem ônus de entrega), parceladamente, de acordo com as solicitações da Secretaria Municipal solicitante, nos horários: 8h00 às 11h00 e 13h00 às 17h00, que será recebido pelo servidor Responsável, e pelo Fiscal responsável pelo Contrato**,** em sua totalidade conforme autorização emitida pela Secretaria solicitante. **3.2.** A empresa detentora da Ata de Registro de Preços deverá atender as solicitações das Secretarias Municipais, no prazo máximo de **20 (vinte) dias corridos**, contados do momento do envio do pedido (requisição) dos produtos e confirmação por e-mail ou contato telefônico. **3.3.** Os produtos deverão estar em conformidade com as normas vigentes. Na entrega serão verificados os prazos de validade e o estado de conservação das embalagens. Todos os produtos entregues serão recebidos e conferidos por servidores designado por cada secretaria; **3.4.** A empresa detentora deverá entregar os produtos, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços**; 3.5.** A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste contrato e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas. **3.6.** A entrega do objeto desta Ata de Registro de Preços dar-se-á sob a forma de fornecimento parcelado, sendo que somente serão pagos os valores relativos ao fornecimento dos produtos efetivamente entregues, conforme atesto de recebimento da **Secretaria Municipal solicitante**, do Município Novo Santo Antonio, sendo que este não estará obrigado a adquirir a quantidade total dos produtos constantes da cláusula primeira. **3.7.** A empresa vencedora ficará obrigada a trocar, a suas expensas, a mercadoria que vier a ser recusada, sendo que o ato do recebimento não importará na aceitação. Prazo de troca: 03 (três) dias úteis. **3.8.** Independentemente da aceitação, o adjudicatório garantirá a qualidade de cada item, obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito ou irregularidade. Por divergências não adequadas serão aplicadas às sanções previstas neste instrumento e legislação vigente. **3.9.** Caso a substituição não ocorra no prazo determinado, estará a contratada incorrendo em atraso na entrega e sujeita à aplicação das sanções previstas neste Edital. **3.10.** Relativamente ao disposto no presente tópico, aplicam-se, subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei nº 8.078 de 11/09/90 – Código de Defesa do Consumidor. **3.11.** Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada, as despesas e custos de transporte e entrega dos produtos durante o período de execução do contrato. **3.12.** Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada quaisquer danos que venham a ocorrer à Prefeitura Municipal de Novo Santo Antonio-MT ou a terceiros, decorrentes da execução incorreta da entrega dos produtos contratados. **04. DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA 4.1.** Como condição para emissão da Nota de Empenho e/ou assinatura do contrato, a licitante vencedora deverá estar com a documentação obrigatória válida; **4.2.** Se não comprovarem a situação regular da licitante, a sessão será retomada e os demais chamados, na ordem de classificação, para fazê-lo nas condições de suas respectivas ofertas, observado

que o Pregoeira examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis; **4.3.** A adjudicatária se obriga, nos termos deste Edital, a: **a)** A empresa se obrigará em um prazo máximo de 10 (dez) dias, a solucionar quaisquer problemas com os itens adquiridos, inclusive com reposição dos mesmos se por ventura não estiverem atendendo as finalidades propostas, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade e descartado o uso inadequado. **b)** A licitante vencedora, detentora do registro de preços, fica obrigada a aceitar acréscimos de até 25% do valor contratado nos preços da Ata de Registro de Preços. **c)** Assinar a ata da sessão pública de pregão e os relatórios com os preços ofertados nas etapas de lances verbais que substituirão a apresentação de nova proposta adequada ao preço ofertado. Se a empresa não se fizer representar até o final da sessão deverá então apresentar a nova proposta adequada ao preço ofertado nas etapas de lances verbais, no prazo de 03 (três) dias corridos, contados da notificação realizada na sessão pública do pregão. **d)** Será responsável pelo fornecimento dos produtos dentro dos padrões adequados de qualidade e segurança e demais quesitos previstos na lei 8078/90, assegurando todos os direitos inerentes à qualidade de consumidor à Prefeitura. **e)** Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CONTRATANTE, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações decorrentes da constatação de vícios, defeitos ou incorreções relativas ao objeto deste Edital, bem como a respeito da qualidade dos produtos, casos em que a CONTRATADA deverá, às suas expensas, realizar correções e comprovar a regularidade destes. **f)** Manter todas as condições estabelecidas neste Edital quanto as condições de habilitação e qualificação, durante toda a execução do contrato. **g)** Fornecer os produtos, de acordo com as especificações e demais condições estipuladas. **h)** Garantir a qualidade dos produtos fornecidos, segundo as exigências legais, normas do fabricante e especificações técnicas. **i)** Comunicar, imediatamente, a Prefeitura Municipal de Novo Santo Antonio-MT, qualquer irregularidade constatada durante o fornecimento dos produtos. **05. DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO 5.1.** Firmar Contrato e determinar a execução do objeto quando houver garantia real da disponibilidade financeira para a quitação de seus débitos frente à consignatária/contratada, sob pena de ilegalidade dos atos. **5.2.** Emitir ordem de fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto; **5.3.** Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da contratada em suas dependências. **5.4.** Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo fornecedor. **5.5.** Efetuar o pagamento á CONTRATADA, nas condições estabelecidas no edital. **5.6.** Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária. **5.7.** Não haverá sob hipótese alguma, pagamento antecipado. **5.8.** Coordenar e fiscalizar as entregas pertinentes às aquisições referentes ao contrato vigente, pela empresa CONTRATADA. **5.9.** Garantir a Detentora do Registro de Preços, desde que em igualdade de condições, a preferência no fornecimento, sempre que os preços forem compatíveis com os preços de mercado constatados mediante prévia e ampla pesquisa; **5.10.** Negociar com a Detentora do Registro de Preços, sempre os preços de mercados resultantes da pesquisa de preços estiver menor que os registrados; **06. DA CONTRATAÇÃO 6.1.** Observados os critérios e condições estabelecidos no edital do Pregão Eletrônico nº 10/2023, o MUNICÍPIO e/ou órgãos participantes, visando alcançar a quantidade de bens pretendida, poderá contratar concomitantemente com um ou mais fornecedores que tenham seus preços registrados, respeitando-se a capacidade de fornecimento das detentoras, e obedecida à ordem de classificação das propostas e os preços registrados. **6.2.** O Registro de Preços efetuado não obriga o MUNICÍPIO a firmar as contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o objeto, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições. **6.3.** A contratação junto a cada fornecedor registrado será formalizada pelos órgãos integrantes da Administração Direta ou Indireta do Poder Executivo, mediante a assinatura de contrato. **07. DO PAGAMENTO À CONTRATADA 7.1.** A empresa licitante deverá apresentar juntamente com as mercadorias as notas fiscais correspondentes ao fornecimento dos produtos, devidamente processadas em duas vias, com todos os campos preenchidos, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor designado pela Administração, devendo ainda estar acompanhada das cópias das Ordens de Fornecimento autorizada pela Secretaria Solicitante. **7.2.** O pagamento será efetuado pela Prefeitura Municipal no prazo de até o décimo (10º) dia do mês subsequente a entrega dos materiais, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea “a”, da Lei n° 8.666/93 e alterações.Os pagamentos estão condicionados a apresentação das respectivas faturas. **7.3.** As taxas referentes ao Envio de TED e/ou DOC serão efetivamente descontadas do valor a ser pago a favorecida; **7.4.** Nas Notas Fiscais apresentadas para pagamento os materiais relacionados deverão vir com nome e especificações, sob pena de devolução da mesma e o não pagamento. **7.5.** As empresas regularmente inscritas nos simples deverão apresentar documentos comprobatórios, para os fins de retenções de impostos. **7.6.** Toda operação de venda de mercadorias terá que ser efetuada, obrigatoriamente, mediante a emissão de **NOTA FISCAL ELETRÔNICA**; **7.6.1.** Se a Nota Fiscal for apresentada com erro, será devolvida à licitante vencedora para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado nos item 7.2, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação; **7.7.** Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de atualização monetária. **7.8.** O Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”. **7.9. A nota fiscal deverá estar acompanhada das certidões negativas da RECEITA FEDERAL e do FGTS, devidamente válidas, para que seja efetuado o pagamento, sendo que é de responsabilidade do fornecedor, manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas na licitação (regularidade fiscal). 08. DA READEQUAÇÃO DE PREÇOS 8.1.** Durante o período de vigência da ata, **os preços não serão reajustados**, ressalvada, entretanto, a possibilidade de readequação dos preços vigentes pela Administração para manter o equilíbrio econômico- financeiro, ou em face da superveniência de normas federais ou municipais aplicáveis à espécie,

considerada, para base inicial de análise, a demonstração da composição de custos, anexa a ata de registro de preços.

**8.2.** O diferencial de preço entre a proposta inicial da Detentora e a pesquisa de mercado efetuada pela Administração à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos concedidos pela Detentora, serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da vigência da ata. **8.3.** Durante a vigência da ata, os preços registrados não poderão ficar acima dos praticados no mercado. Por conseguinte, independentemente de provocação da Administração, no caso de redução, ainda que temporária, dos preços de mercado, a Detentora obriga-se a comunicar à Prefeitura o novo preço que substituirá o então registrado. **8.3.1.** Caso a Detentora venha a se locupletar com a redução efetiva de preços de mercado não repassada à Administração, ficará obrigada à restituição do que houver recebido indevidamente. **8.4.** Caberá à Administração, à cada prestação de serviço, efetuar as pesquisas de preços de mercado para verificar a compatibilidade dos preços registrados, devendo negociar com o Detentor do Registro, sempre que a pesquisa constar preços menores. **09. DA RECISÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 9.1.** A ata poderá ser rescindida de pleno direito, nas hipóteses a seguir relacionadas. **9.2.** A rescisão pela **Administração** poderá ocorrer quando: **9.2.1.** A Detentora não cumprir as obrigações constantes da ata; **9.2.2.** A Detentora não formalizar contrato decorrente do registro de preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, se

a Administração não aceitar sua justificativa; **9.2.3.** A Detentora der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços; **9.2.4. E**m qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços; **9.2.5.** Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado e a Detentora não aceitar a redução; **9.2.6.** Por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado pela Administração; **9.2.7.** Sempre que ficar constatado que a fornecedora perdeu qualquer das condições de habilitação e/ou qualificação exigidas na licitação. **9.3.** A comunicação da rescisão, nos casos previstos no subitem 9.2, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da Detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado por **02 (duas) vezes consecutivas,** considerando-se cancelado o registro a partir da última publicação. **9.4.** A rescisão pela **Detentora** poderá ocorrer quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências da ata. **9.4.1.** A solicitação da Detentora para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência de **30 (trinta) dias,** facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas cabíveis**,** caso não sejam aceitas as razões do pedido. **9.4.2.** A rescisão ou suspensão de fornecimento com fundamento no artigo 78, inciso XV, da Lei federal nº 8.666/93 deverá ser notificada. **9.5.** A Administração, a seu critério, poderá convocar, pela ordem, as demais licitantes classificadas, nos termos do disposto neste edital para, mediante a sua concordância assumirem o fornecimento do objeto da ata. **9.6.** Aplica-se no que couber o disposto nos artigos 78 e 79 da Lei 8.666/93. **10. DAS PENALIDADES 10.1.** De conformidade com o art. 86, da Lei n.º 8666/93, atualizada, o atraso injustificado na entrega dos produtos sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa de até 2% (dois por cento), do valor da aquisição, até 30 (trinta) dias, após este prazo será cobrado juro de 1% (um por cento) ao mês;

**10.1.2** A multa prevista no item 10.1 será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 10.2, alínea “b”;

**10.2.** Nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, atualizada, pela inexecução total ou parcial da entrega do objeto adquirido, a Administração poderá aplicar à(s) vencedora(s), mediante publicação no Diário Oficial do Estado, as seguintes penalidades: **a)** advertência por escrito; **b)** aplicação de multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento; **c)** suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 2 (dois) anos; **d)** declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93; **10.3.** Se a contratada não proceder o recolhimento da multa no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte do Município, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica. **10.3.1.** Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirar a Nota de Empenho, o valor da multa não recolhido será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica; **10.4.** Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.
**11. DAS ALTERAÇÕES DA ATA**

**11.1.** A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecido ao disposto no Art. 65 da Lei 8.666/93, nos seguintes casos:

**Parágrafo Primeiro:** os preços registrados poderão ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos materiais registrados, cabendo à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO-MT, órgão gerenciador desta ATA, promover as negociações junto aos fornecedores registrados.

**Parágrafo Segundo:** Quando os preços registrados, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO deverá:

I. Convocar o fornecedor registrado para negociação de redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado; II. Frustrada a negociação, liberar o fornecedor registrado do compromisso assumido; e III. Convocar, pela ordem de classificação do Pregão Eletrônico, os demais fornecedores que não tiveram seus preços registrados, visando igual oportunidade de negociação;

**Parágrafo Terceiro:** Quando o valor de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor, mediante comunicação e comprovação formal, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador da Ata poderá:

I. Liberar o fornecedor registrado do compromisso assumido, sem aplicação das penalidades previstas nesta Ata e no Edital do Pregão Eletrônico, confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; II. Para o disposto no subitem anterior, a comunicação deverá ser feita antes do pedido de fornecimento dos materiais; III. Convocar, pela ordem de classificação do Pregão Eletrônico, os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação;

**Parágrafo Quarto:** O MUNICÍPIO revogará a Ata de Registro de Preços sempre que não houver êxito nas negociações, na forma da legislação vigente.

**12. DISPOSIÇÕES FINAIS 12.1.** As omissões desta ATA e as dúvidas oriundas de sua interpretação serão sanadas de acordo com o que dispuserem o Edital do Pregão Eletrônico nº. 10/2023 e as propostas apresentadas pelas CONTRATADAS, prevalecendo, em caso de conflito, as disposições do Edital sobre as das propostas. **12.2.** O presente registro decorre de adjudicação às PROMITENTES CONTRATADAS dos objetos, cujas descrições, quantidades e especificações constam no Termo de Referência - Anexo I, do Pregão Eletrônico

nº 10/2023, conforme decisão do Pregoeira do MUNICÍPIO, lavrada em Ata datada em 19 de julho de 2023, e homologação feita pelo senhor Prefeito Municipal.

**12.3.** Caberá à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO o gerenciamento da presente Ata de Registro de Preços nos termos da legislação vigente. **12.4.** Fica eleito o foro da Comarca deste Município, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução desta ATA, com renúncia das partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam a presente Ata em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Novo Santo Antonio -MT 19 de julho de 2023.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO**

**Prefeito Municipal**

**ISABELLE SODRE DE ARRUDA COMERCIO E LOCAÇÃO DE PRODUTOS HOSPITALAR**

**CNPJ:42.383.212/0001-45**

**CONTRATADA**

**ISABELLE SODRE DE ARRUDA**

**CPF:013.288.281-74**

**Responsável**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº90/2023 PROCESSO Nº 066/2023**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº90/2023**

**Processo Nº 066/2023**

**Pregão Eletrônico nº 11/2023**

**Validade: 12(doze) meses.**

Às 9 : 00 horas do dia 19 de julho de 2023, na **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO** , reuniram-se na sala de LICITAÇÃO, com sede na Av. 29 de Setembro, nº.244 Centro – Novo Santo Antônio - MT, neste ato legalmente representado por seu Prefeito Municipal **ADÃO SOARES NOGUEIRA**, brasileiro, casado, agropecuarista, residente e domiciliado à Av. Santo Antônio, n°.244, Centro, nesta cidade de Novo Santo Antônio - MT, portador do RG n° 738.751/SSP-MT e do CPF nº 604.590.181-91, denominada como **GERENCIADOR**, e de outro lado a empresa **INFOTECH INFORMATICA LTDA** , pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 44.163.027/0001-70 , Inscrição estadual nº 6175376 , situada na RUA 31 DE MARCO, nº. ____, Bairro JARDIN DOS MIGRANTES , cidade de JI-PARANA , estado de RO, CEP 76900-696, denominada **DETENTORA**representada neste ato por seu representante legal o(a) Sr(a). LUCAS HENRIQUE DE ALMEIDA BARRETO, portador(a) da RG nº 1277234 CPF nº 007.087.772-60, residente e domiciliado(a) na cidade de JI-PARANA, estado RO , CEP 76900-696, resolvem celebrar o presente contrato nos termos do processo licitatório n° 066/2023, realizado na modalidade de Pregão Eletrônico nº. 11/2023, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, da Lei Municipal nº 10.520/2002 e demais legislação aplicável à matéria e consoante as cláusulas e condições constantes deste instrumento convocatório da licitação supracitada, resolvem efetuar o Registro de Preço, referente ao Pregão Eletrônico nº 11/2023, nas condições em que segue:

**01. DO OBJETO E PREÇOS 1.1.** Constitui o objeto da presente o**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MATERIAIS DE INFORMÁTICA E PERIFÉRICOS, EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE NOVO SANTO ANTÔNIO /MT. 1.2.** Os preços registrados na presente Ata referem-se aos seguintes itens:

| | |
|---|---|
| NOME: **INFOTECH INFORMATICA LTDA** | |
| CNPJ: 44.163.027/0001-70 | INSCRIÇÃO:6175376 |
| ENDEREÇO: RUA 31 DE MARCO | |
| CEP: 76900-696 | CIDADE/UF: JI-PARANA-RO |
| TELEFONES:(69)N3422-8466 | E-MAIL: ITINFOTECH.756@GMAIL.COM |
| REPRESENTANTE LEGAL: LUCAS HENRIQUE DE ALMEIDA BARRETO | |
| RG:1277234 | CPF:007.087.772-60 |
| DESCRIÇÃO, QUANTIDADE E PREÇOS REGISTRADOS | |

| Código | Item | Descrição | Quant | marca | Unidade | Valor Unit | Valor Total | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 133125528 | 27 | REFIL GARRAFA DE TINTA EPSON 544 CIANO - COMPATIVEL EPSON L3110 - L5190 - L3210 - L3150 - L5290 - L3250 | 70,000 | MASTER PRINT | UND | R$ 8,00 | R$ 560,00 | |
| 133125529 | 28 | REFIL DE GARRAFA DE TINTA EPSON T544 AMARELO - COMPATIVEL EPSON L3110 - L5190 - L3210 - L3150 - L5290 - L3250 | 70,000 | MASTER PRINT | UND | R$ 8,00 | R$ 560,00 | |
| 133125530 | 29 | REFIL GARRAFA DE TINTA EPSON T544 MAGENTA - EPSON COMPATIVEL L3110 - L5190 - L3210 - L3150 - L5290 - L3250 | 20,000 | MASTER PRINT | UND | R$ 8,00 | R$ 160,00 | |
| 333132226 | 58 | REFIL GARRAFA DE TINTA EPSON 664 AMARELO (T664420AL) ORIGINAL COMPATIVEL COM IMPRESSORAS L110 / L120 / L121 / L200 / L210 / L220 / L355 / L365 / L455 / L555 / L565 / L375 / L575 / L1300 / L395 / L495 / L396 / L656 | 26,000 | EPSON | UND | R$ 30,01 | R$ 780,26 | |
| 333134829 | 87 | CARTUCHO/ REFIL EPSON COLOR I3110/3150 T544420 YELLOW | 24,000 | MASTER PRINT | UND | R$ 8,80 | R$211,20 | |
| 333134830 | 88 | CARTUCHO/ REFIL EPSON COLOR I3110/3150 T544120 PRETO | 24,000 | MASTER PRINT | UND | R$ 8,80 | R$ 211,20 | |
| 333134831 | 89 | CARTUCHO/ REFIL EPSON COLOR I3110/3150 T544220 CIANO | 24,000 | MASTER PRINT | UND | R$ 8,00 | R$192,00 | |
| 333134832 | 90 | CARTUCHO / REFIL EPSON COLO L110/I365 664120 PRETO | 12,000 | MASTER PRINT | UND | R$8,00 | R$ 96,00 | |
| 333134833 | 91 | CARTUCHO / REFIL EPSON COLOR L110/I365 T664120 CIANO | 12,000 | MASTER PRINT | UND | R$ 8,00 | R$ 96,00 | |
| 333134834 | 92 | CARTUCHO/REFIL EPSON COLOR L110/I365 T664120 MAGENTA | 12,000 | MASTER PRINT | UND | R$8,00 | R$ 96,00 | |
| | **Qtde de Itens……..... 10**<br>**Valor Global R$ 2.962,66** | | | | | | | **104** |

**02. VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS 2.1.** A Ata de Registro de Preços, ora firmada, terá validade de 12 **(doze) meses,** a partir da data da assinatura, podendo ser prorrogada, por até idêntico período, desde que haja anuência das partes. Com base no Art. 4º § 2º do Decreto 3.931/01, Normativa AGU Nº 19/2009, amparados no Art. 57 § 4º da Lei 8.666/93. **2.2.** A Detentora da ata deverá manifestar, por escrito, seu eventual interesse na prorrogação do ajuste, em prazo não inferior a 60 (sessenta) dias do término de sua vigência. A inexistência de pronunciamento, dentro do prazo, dará ensejo à Administração, a seu exclusivo critério: de promover nova licitação, descabendo à Detentora o direito a qualquer recurso ou indenização. **2.3.** À Prefeitura Municipal de Novo Santo Antonio, no exercício do interesse público, é assegurado o direito de exigir que a **Detentora**, conforme o caso

prossiga na execução do ajuste, pelo período de até **60 (sessenta) dias,** a fim de se evitar brusca interrupção nos fornecimentos, mediante aditamento contratual, respeitado o prazo fixado nesta ata. **03. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, PRAZO E LOCAIS DE ENTREGA 3.1.** Os equipamentos/materiais, objeto desta licitação, deverão ser entregues (sem ônus de entrega), parceladamente, de acordo com as solicitações da Secretaria Municipal solicitante, nos horários: 8h00 às 11h00 e 13h00 às 17h00, que será recebido pelo servidor Responsável, e pelo Fiscal responsável pelo Contrato**,** em sua totalidade conforme autorização emitida pela Secretaria solicitante. **3.2.** A empresa detentora da Ata de Registro de Preços deverá atender as solicitações das Secretarias Municipais, no prazo máximo de **20 (vinte) dias corridos**, contados do momento do envio do pedido (requisição) dos produtos e confirmação por e-mail ou contato telefônico. **3.3.** Os produtos deverão estar em conformidade com as normas vigentes. Na entrega serão verificados os prazos de validade e o estado de conservação das embalagens. Todos os produtos entregues serão recebidos e conferidos por servidores designado por cada secretaria; **3.4.** A empresa detentora deverá entregar os produtos, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços**; 3.5.** A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste contrato e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas. **3.6.** A entrega do objeto desta Ata de Registro de Preços dar-se-á sob a forma de fornecimento parcelado, sendo que somente serão pagos os valores relativos ao fornecimento dos produtos efetivamente entregues, conforme atesto de recebimento da **Secretaria Municipal solicitante**, do Município Novo Santo Antonio , sendo que este não estará obrigado a adquirir a quantidade total dos produtos constantes da cláusula primeira. **3.7.** A empresa vencedora ficará obrigada a trocar, a suas expensas, a mercadoria que vier a ser recusada, sendo que o ato do recebimento não importará na aceitação. Prazo de troca: 03 (três) dias úteis. **3.8.** Independentemente da aceitação, o adjudicatório garantirá a qualidade de cada item, obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito ou irregularidade. Por divergências não adequadas serão aplicadas às sanções previstas neste instrumento e legislação vigente. **3.9.** Caso a substituição não ocorra no prazo determinado, estará a contratada incorrendo em atraso na entrega e sujeita à aplicação das sanções previstas neste Edital. **3.10.** Relativamente ao disposto no presente tópico, aplicam-se, subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei nº 8.078 de 11/09/90 – Código de Defesa do Consumidor. **3.11.** Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada, as despesas e custos de transporte e entrega dos produtos durante o período de execução do contrato. **3.12.** Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada quaisquer danos que venham a ocorrer à Prefeitura Municipal de Novo Santo Antonio-MT ou a terceiros, decorrentes da execução incorreta da entrega dos produtos contratados. **04. DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA 4.1.** Como condição para emissão da Nota de Empenho e/ou assinatura do contrato, a licitante vencedora deverá estar com a documentação obrigatória válida; **4.2.** Se não comprovarem a situação regular da licitante, a sessão será retomada e os demais chamados, na ordem de classificação, para fazê-lo nas condições de suas respectivas ofertas, observado que o Pregoeira examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis; **4.3.** A adjudicatária se obriga, nos termos deste Edital, a: **a)** A empresa se obrigará em um prazo máximo de 10 (dez) dias, a solucionar quaisquer problemas com os itens adquiridos, inclusive com reposição dos mesmos se por ventura não estiverem atendendo as finalidades propostas, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade e descartado o uso inadequado. **b)** A licitante vencedora, detentora do registro de preços, fica obrigada a aceitar acréscimos de até 25% do valor contratado nos preços da Ata de Registro de Preços. **c)** Assinar a ata da sessão pública de pregão e os relatórios com os preços ofertados nas etapas de lances verbais que substituirão a apresentação de nova proposta adequada ao preço ofertado. Se a empresa não se fizer representar até o final da sessão deverá então apresentar a nova proposta adequada ao preço ofertado nas etapas de lances verbais, no prazo de 03 (três) dias corridos, contados da notificação realizada na sessão pública do pregão. **d)** Será responsável pelo fornecimento dos produtos dentro dos padrões adequados de qualidade e segurança e demais quesitos previstos na lei 8078/90, assegurando todos os direitos inerentes à qualidade de consumidor à Prefeitura. **e)** Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CONTRATANTE, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações decorrentes da constatação de vícios, defeitos ou incorreções relativas ao objeto deste Edital, bem como a respeito da qualidade dos produtos, casos em que a CONTRATADA deverá, às suas expensas, realizar correções e comprovar a regularidade destes. **f)** Manter todas as condições estabelecidas neste Edital quanto as condições de habilitação e qualificação, durante toda a execução do contrato. **g)** Fornecer os produtos, de acordo com as especificações e demais condições estipuladas. **h)** Garantir a qualidade dos produtos fornecidos, segundo as exigências legais, normas do fabricante e especificações técnicas. **i)** Comunicar, imediatamente, a Prefeitura Municipal de Novo Santo Antonio-MT, qualquer irregularidade constatada durante o fornecimento dos produtos. **05. DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO 5.1.** Firmar Contrato e determinar a execução do objeto quando houver garantia real da disponibilidade financeira para a quitação de seus débitos frente à consignatária/contratada, sob pena de ilegalidade dos atos. **5.2.** Emitir ordem de fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto; **5.3.** Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da contratada em suas dependências. **5.4.** Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo fornecedor. **5.5.** Efetuar o pagamento á CONTRATADA, nas condições estabelecidas no edital. **5.6.** Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária. **5.7.** Não haverá sob hipótese alguma, pagamento antecipado. **5.8.** Coordenar e fiscalizar as entregas pertinentes às aquisições referentes ao contrato vigente, pela empresa CONTRATADA. **5.9.** Garantir a Detentora do Registro de Preços, desde que em igualdade de condições, a preferência no fornecimento, sempre que os preços forem compatíveis com os preços de mercado constatados mediante prévia e ampla pesquisa; **5.10.** Negociar com a Detentora do Registro de Preços, sempre os preços de mercados resultantes da pesquisa de preços estiver menor que os registrados; **06. DA CONTRATAÇÃO 6.1.** Observados os critérios e condições estabelecidos no edital do Pregão Eletrônico nº 11/2023, o MUNICÍPIO e/ou órgãos participantes, visando alcançar a quantidade de bens pretendida, poderá contratar concomitantemente com um ou mais fornecedores que tenham seus preços registrados, respeitando-se a capacidade de fornecimento das detentoras, e obedecida à ordem de classificação das propostas e os preços registrados. **6.2.** O Registro de Preços efetuado não obriga o MUNICÍPIO a firmar as contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o objeto, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições. **6.3.** A contratação junto a cada fornecedor registrado será formalizada pelos órgãos integrantes da Administração Direta ou Indireta do Poder Executivo, mediante a assinatura de contrato. **07. DO PAGAMENTO À CONTRATADA 7.1.** A empresa licitante deverá apresentar juntamente com as mercadorias as notas fiscais correspondentes ao fornecimento dos produtos, devidamente processadas em duas vias, com todos os campos preenchidos, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor designado pela Administração, devendo ainda estar acompanhada das cópias das Ordens de Fornecimento autorizada pela Secretaria Solicitante. **7.2.** O pagamento será efetuado pela Prefeitura Municipal no prazo de até o décimo (10º) dia do mês subsequente a entrega dos materiais, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea “a”, da Lei n° 8.666/93 e alterações.Os pagamentos estão condicionados a apresentação das respectivas faturas. **7.3.** As taxas referentes ao Envio de TED e/ou DOC serão efetivamente descontadas do valor a ser pago a favorecida; **7.4.** Nas Notas Fiscais apresentadas para pagamento os

materiais relacionados deverão vir com nome e especificações, sob pena de devolução da mesma e o não pagamento. **7.5.** As empresas regularmente inscritas nos simples deverão apresentar documentos comprobatórios, para os fins de retenções de impostos. **7.6.** Toda operação de venda de mercadorias terá que ser efetuada, obrigatoriamente, mediante a emissão de **NOTA FISCAL ELETRÔNICA**; **7.6.1.** Se a Nota Fiscal for apresentada com erro, será devolvida à licitante vencedora para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado nos item 7.2, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação; **7.7.** Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de atualização monetária. **7.8.** O Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring". **7.9. A nota fiscal deverá estar acompanhada das certidões negativas da RECEITA FEDERAL e do FGTS, devidamente válidas, para que seja efetuado o pagamento, sendo que é de responsabilidade do fornecedor, manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas na licitação (regularidade fiscal). 08. DA READEQUAÇÃO DE PREÇOS 8.1.** Durante o período de vigência da ata, **os preços não serão reajustados**, ressalvada, entretanto, a possibilidade de readequação dos preços vigentes pela Administração para manter o equilíbrio econômico- financeiro, ou em face da superveniência de normas federais ou municipais aplicáveis à espécie,

considerada, para base inicial de análise, a demonstração da composição de custos, anexa a ata de registro de preços.

**8.2.** O diferencial de preço entre a proposta inicial da Detentora e a pesquisa de mercado efetuada pela Administração à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos concedidos pela Detentora, serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da vigência da ata. **8.3.** Durante a vigência da ata, os preços registrados não poderão ficar acima dos praticados no mercado. Por conseguinte, independentemente de provocação da Administração, no caso de redução, ainda que temporária, dos preços de mercado, a Detentora obriga-se a comunicar à Prefeitura o novo preço que substituirá o então registrado. **8.3.1.** Caso a Detentora venha a se locupletar com a redução efetiva de preços de mercado não repassada à Administração, ficará obrigada à restituição do que houver recebido indevidamente. **8.4.** Caberá à Administração, à cada prestação de serviço, efetuar as pesquisas de preços de mercado para verificar a compatibilidade dos preços registrados, devendo negociar com o Detentor do Registro, sempre que a pesquisa constar preços menores. **09. DA RECISÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 9.1.** A ata poderá ser rescindida de pleno direito, nas hipóteses a seguir relacionadas. **9.2.** A rescisão pela **Administração** poderá ocorrer quando: **9.2.1.** A Detentora não cumprir as obrigações constantes da ata; **9.2.2.** A Detentora não formalizar contrato decorrente do registro de preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, se a Administração não aceitar sua justificativa; **9.2.3.** A Detentora der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços; **9.2.4. E**m qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços; **9.2.5.** Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado e a Detentora não aceitar a redução; **9.2.6.** Por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado pela Administração; **9.2.7.** Sempre que ficar constatado que a fornecedora perdeu qualquer das condições de habilitação e/ou qualificação exigidas na licitação. **9.3.** A comunicação da rescisão, nos casos previstos no subitem 9.2, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da Detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado por **02 (duas) vezes consecutivas,** considerando-se cancelado o registro a partir da última publicação. **9.4.** A rescisão pela **Detentora** poderá ocorrer quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências da ata. **9.4.1.** A solicitação da Detentora para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência de **30 (trinta) dias,** facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas cabíveis**,** caso não sejam aceitas as razões do pedido. **9.4.2.** A rescisão ou suspensão de fornecimento com fundamento no artigo 78, inciso XV, da Lei federal nº 8.666/93 deverá ser notificada. **9.5.** A Administração, a seu critério, poderá convocar, pela ordem, as demais licitantes classificadas, nos termos do disposto neste edital para, mediante a sua concordância assumirem o fornecimento do objeto da ata. **9.6.** Aplica-se no que couber o disposto nos artigos 78 e 79 da Lei 8.666/93. **10. DAS PENALIDADES 10.1.** De conformidade com o art. 86, da Lei n.º 8666/93, atualizada, o atraso injustificado na entrega dos produtos sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa de até 2% (dois por cento), do valor da aquisição, até 30 (trinta) dias, após este prazo será cobrado juro de 1% (um por cento) ao mês;

**10.1.2** A multa prevista no item 10.1 será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 10.2, alínea "b";

**10.2.** Nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, atualizada, pela inexecução total ou parcial da entrega do objeto adquirido, a Administração poderá aplicar à(s) vencedora(s), mediante publicação no Diário Oficial do Estado, as seguintes penalidades: **a)** advertência por escrito; **b)** aplicação de multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento; **c)** suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 2 (dois) anos; **d)** declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93; **10.3.** Se a contratada não proceder o recolhimento da multa no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte do Município, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica. **10.3.1.** Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirar a Nota de Empenho, o valor da multa não recolhido será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica; **10.4.** Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.
**11. DAS ALTERAÇÕES DA ATA**

**11.1.** A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecido ao disposto no Art. 65 da Lei 8.666/93, nos seguintes casos:

**Parágrafo Primeiro:** os preços registrados poderão ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos materiais registrados, cabendo à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO-MT, órgão gerenciador desta ATA, promover as negociações junto aos fornecedores registrados.

**Parágrafo Segundo:** Quando os preços registrados, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO deverá:

I. Convocar o fornecedor registrado para negociação de redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado; II. Frustrada a negociação, liberar o fornecedor registrado do compromisso assumido; e III. Convocar, pela ordem de classificação do Pregão Eletrônico, os demais fornecedores que não tiveram seus preços registrados, visando igual oportunidade de negociação;

**Parágrafo Terceiro:** Quando o valor de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor, mediante comunicação e comprovação formal, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador da Ata poderá:

I. Liberar o fornecedor registrado do compromisso assumido, sem aplicação das penalidades previstas nesta Ata e no Edital do Pregão Eletrônico, confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; II. Para o disposto no subitem anterior, a comunicação deverá ser feita antes do pedido de fornecimento dos materiais; III. Convocar, pela ordem de classificação do Pregão Eletrônico, os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação;

**Parágrafo Quarto:** O MUNICÍPIO revogará a Ata de Registro de Preços sempre que não houver êxito nas negociações, na forma da legislação vigente.

**12. DISPOSIÇÕES FINAIS 12.1.** As omissões desta ATA e as dúvidas oriundas de sua interpretação serão sanadas de acordo com o que dispuserem o Edital do Pregão Eletrônico nº. 11/2023 e as propostas apresentadas pelas CONTRATADAS, prevalecendo, em caso de conflito, as disposições do Edital sobre as das propostas. **12.2.** O presente registro decorre de adjudicação às PROMITENTES CONTRATADAS dos objetos, cujas descrições, quantidades e especificações constam no Termo de Referência - Anexo I, do Pregão Eletrônico

nº 11/2023, conforme decisão do Pregoeira do MUNICÍPIO, lavrada em Ata datada em 19 de julho de 2023, e homologação feita pelo senhor Prefeito Municipal.

**12.3.** Caberá à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO o gerenciamento da presente Ata de Registro de Preços nos termos da legislação vigente. **12.4.** Fica eleito o foro da Comarca deste Município, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução desta ATA, com renúncia das partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam a presente Ata em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Novo Santo Antonio -MT 19 de julho de 2023.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO**

**Prefeito Municipal**

**INFOTECH INFORMATICA LTDA**

**CNPJ: 44.163.027/0001-70**

**CONTRATADA**

**LUCAS HENRIQUE DE ALMEIDA BARRETO**

**CPF: 007.087.772-60**

---

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº86/2023**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº86/2023**

**Processo Nº 067/2023**

**Pregão Eletrônico nº 10/2023**

**Validade: 12(doze) meses.**

Às 9 :00 horas do dia 19 de julho de 2023, na **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO** , reuniram-se na sala de LICITAÇÃO, com sede na Av. 29 de Setembro, nº.244 Centro – Novo Santo Antônio - MT, neste ato legalmente representado por seu Prefeito Municipal **ADÃO SOARES NOGUEIRA**, brasileiro, casado, agropecuarista, residente e domiciliado à Av. Santo Antônio, n°.244, Centro, nesta cidade de Novo Santo Antônio - MT, portador do RG n° 738.751/SSP-MT e do CPF nº 604.590.181-91, denominada como **GERENCIADOR**, e de outro lado a empresa **EXPRESS PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 23.242.246/0001-75 , Inscrição estadual nº 10.641.971-4, situada na rua 18, nº. 559, Bairro santos dumont , cidade de goiania , estado de go, CEP 14463-640, denominada **DETENTORA**representada neste ato por seu representante legal o(a) Sr(a). GEDEON PEREIRA DA SILVA, portador(a) da RG nº 4838489 CPF nº009.324.491-66, residente e domiciliado(a) na cidade de ANAPOLIS , estado go, CEP75.113-180, resolvem celebrar o presente contrato nos termos do processo licitatório n° 067/2023, realizado na modalidade de Pregão Eletrônico nº. 10/2023, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, da Lei Municipal nº 10.520/2002 e demais legislação aplicável à matéria e consoante as cláusulas e condições constantes deste instrumento convocatório da licitação supracitada, resolvem efetuar o Registro de Preço, referente ao Pregão Eletrônico nº 10/2023, nas condições em que segue:

**01. DO OBJETO E PREÇOS 1.1.** Constitui o objeto da presente o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MATERIAIS DE INFORMÁTICA E PERIFÉRICOS, EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE NOVO SANTO ANTÔNIO /MT. 1.2.** Os preços registrados na presente Ata referem-se aos seguintes itens:

| | |
|---|---|
| NOME: **EXPRESS PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA** | |
| CNPJ: **23.242.246/0001-75** | INSCRIÇÃO: **10.641.971-4** |
| ENDEREÇO: **RUA 18** | |
| CEP: **74463-640** | CIDADE/UF: **GOIANIA-GO** |
| TELEFONES:**(62)9298-4016** | E-MAIL: **EXPRESSPRODUTOSESERVICOS@BOL.COM.BR** |
| REPRESENTANTE LEGAL: **GEDEON PEREIRA DA SILVA** | |
| RG: **4838489** | CPF: **009.324.491-66** |
| DESCRIÇÃO, QUANTIDADE E PREÇOS REGISTRADOS | |

| Código | Item | Descrição | Quant | MARCA | Unidade | Valor Unit | Valor Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 14176 | 7 | RB 750 R2 HEX LITE 850MHZ 64MB L4, PORTAS ETHERNET 10/100/1000 5, NÚMERO DE PORTAS USB 1, TOMADA DE FORÇA 1, TENSÃO DE ENTRADA SUPORTADA 8 V - 30 V | 4,000 | RB750R2 HEX LITE | UND | R$307,00 | R$ 1.228,00 |
| 133121793 | 97 | COMPUTADOR DESKTOP - COMPLETO CORE i7, MEMORIA RAM 16GB, HD SSD 512GB - PROCESSADOR INTEL CORE i7 2400 10ª GERAÇÃO OU SUPERIOR - CONTENDO MOUSE COM FIO USB + TECLADO COM FIO USB E MONITOR LED 21 POLEGADA CONEXÃO: VGA/HDMI, GABINETE COM 5 BAIAS VOLTAGEM: BIVOLT - SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS 10 OU SUPERIOR. | 20,000 | QUANTA MICRO CORP GOV2600 | UND | R$ 1.670,00 | R$ 33.400,00 |
| | | **Qtde de Itens……..... 2**<br>**Valor Global R$ 34.628,00** | | | | | |

**02. VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS 2.1.** A Ata de Registro de Preços, ora firmada, terá validade de 12 **(doze) meses,** a partir da data da assinatura, podendo ser prorrogada, por até idêntico período, desde que haja anuência das partes. Com base no Art. 4º § 2º do Decreto 3.931/01, Normativa AGU Nº 19/2009, amparados no Art. 57 § 4º da Lei 8.666/93. **2.2.** A Detentora da ata deverá manifestar, por escrito, seu eventual interesse na prorrogação do ajuste, em prazo não inferior a 60 (sessenta) dias do término de sua vigência. A inexistência de pronunciamento, dentro do prazo, dará ensejo à Administração, a seu exclusivo critério: de promover nova licitação, descabendo à Detentora o direito a qualquer recurso ou indenização. **2.3.** À Prefeitura Municipal de Novo Santo Antonio, no exercício do interesse público, é assegurado o direito de exigir que a **Detentora**, conforme o caso prossiga na execução do ajuste, pelo período de até **60 (sessenta) dias,** a fim de se evitar brusca interrupção nos fornecimentos, mediante aditamento contratual, respeitado o prazo fixado nesta ata. **03. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, PRAZO E LOCAIS DE ENTREGA 3.1.** Os equipamentos/materiais, objeto desta licitação, deverão ser entregues (sem ônus de entrega), parceladamente, de acordo com as solicitações da Secretaria Municipal solicitante, nos horários: 8h00 às 11h00 e 13h00 às 17h00, que será recebido pelo servidor Responsável, e pelo Fiscal responsável pelo Contrato**,** em sua totalidade conforme autorização emitida pela Secretaria solicitante. **3.2.** A empresa detentora da Ata de Registro de Preços deverá atender as solicitações das Secretarias Municipais, no prazo máximo de **20 (vinte) dias corridos**, contados do momento do envio do pedido (requisição) dos produtos e confirmação por e-mail ou contato telefônico. **3.3.** Os produtos deverão estar em conformidade com as normas vigentes. Na entrega serão verificados os prazos de validade e o estado de conservação das embalagens. Todos os produtos entregues serão recebidos e conferidos por servidores designado por cada secretaria; **3.4.** A empresa detentora deverá entregar os produtos, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços**; 3.5.** A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste contrato e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas. **3.6.** A entrega do objeto desta Ata de Registro de Preços dar-se-á sob a forma de fornecimento parcelado, sendo que somente serão pagos os valores relativos ao fornecimento dos produtos efetivamente entregues, conforme atesto de recebimento da **Secretaria Municipal solicitante**, do Município Novo Santo Antonio, sendo que este não estará obrigado a adquirir a quantidade total dos produtos constantes da cláusula primeira. **3.7.** A empresa vencedora ficará obrigada a trocar, a suas expensas, a mercadoria que vier a ser recusada, sendo que o ato do recebimento não importará na aceitação. Prazo de troca: 03 (três) dias úteis. **3.8.** Independentemente da aceitação, o adjudicatório garantirá a qualidade de cada item, obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito ou irregularidade. Por divergências não adequadas serão aplicadas às sanções previstas neste instrumento e legislação vigente. **3.9.** Caso a substituição não ocorra no prazo determinado, estará a contratada incorrendo em atraso na entrega e sujeita à aplicação das sanções previstas neste Edital. **3.10.** Relativamente ao disposto no presente tópico, aplicam-se, subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei nº 8.078 de 11/09/90 – Código de Defesa do Consumidor. **3.11.** Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada, as despesas e custos de transporte e entrega dos produtos durante o período de execução do contrato. **3.12.** Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada quaisquer danos que venham a ocorrer à Prefeitura Municipal de Novo Santo Antonio-MT ou a terceiros, decorrentes da execução incorreta da entrega dos produtos contratados. **04. DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA 4.1.** Como condição para emissão da Nota de Empenho e/ou assinatura do contrato, a licitante vencedora deverá estar com a documentação obrigatória válida; **4.2.** Se não comprovarem a situação regular da licitante, a sessão será retomada e os demais chamados, na ordem de classificação, para fazê-lo nas condições de suas respectivas ofertas, observado que o Pregoeira examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis; **4.3.** A adjudicatária se obriga, nos termos deste Edital, a: **a)** A empresa se obrigará em um prazo máximo de 10 (dez) dias, a solucionar quaisquer problemas com os itens adquiridos, inclusive com reposição dos mesmos se por ventura não estiverem atendendo as finalidades propostas, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade e descartado o uso inadequado. **b)** A licitante vencedora, detentora do registro de preços, fica obrigada a aceitar acréscimos de até 25% do valor contratado nos preços da Ata de Registro de Preços. **c)** Assinar a ata da sessão pública de pregão e os relatórios com os preços ofertados nas etapas de lances verbais que substituirão a apresentação de nova proposta adequada ao preço ofertado. Se a empresa não se fizer representar até o final da sessão deverá então apresentar a nova proposta adequada ao preço ofertado nas etapas de lances verbais, no prazo de 03 (três) dias corridos, contados da notificação realizada na sessão pública do pregão. **d)** Será responsável pelo fornecimento dos produtos dentro dos padrões adequados de qualidade e segurança e demais quesitos previstos na lei 8078/90, assegurando todos os direitos inerentes à qualidade de consumidor à Prefeitura. **e)** Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CONTRATANTE, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações decorrentes da constatação de vícios, defeitos ou incorreções relativas ao objeto deste Edital, bem como a respeito da qualidade dos produtos, casos em que a CONTRATADA deverá, às suas expensas, realizar correções e comprovar a regularidade destes. **f)** Manter todas as condições estabelecidas neste Edital quanto as condições de habilitação e qualificação, durante toda a execução do contrato. **g)** Fornecer os produtos, de acordo com as especificações e demais condições estipuladas. **h)** Garantir a qualidade dos produtos fornecidos, segundo as exigências legais, normas do fabricante e especificações técnicas. **i)** Comunicar, imediatamente, a Prefeitura Municipal de Novo Santo Antonio-MT, qualquer irregularidade constatada durante o fornecimento dos produtos. **05. DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO 5.1.** Firmar Contrato e determinar a execução do objeto quando houver garantia real da disponibilidade financeira para a quitação de seus débitos frente à consignatária/contratada, sob pena de ilegalidade dos atos. **5.2.** Emitir ordem de fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto; **5.3.** Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da contratada em suas dependências. **5.4.** Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo fornecedor. **5.5.** Efetuar o pagamento á CONTRATADA, nas condições estabelecidas no edital. **5.6.** Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária. **5.7.** Não haverá sob hipótese alguma, pagamento antecipado. **5.8.** Coordenar e fiscalizar as entregas pertinentes às aquisições

referentes ao contrato vigente, pela empresa CONTRATADA. **5.9.** Garantir a Detentora do Registro de Preços, desde que em igualdade de condições, a preferência no fornecimento, sempre que os preços forem compatíveis com os preços de mercado constatados mediante prévia e ampla pesquisa; **5.10.** Negociar com a Detentora do Registro de Preços, sempre os preços de mercados resultantes da pesquisa de preços estiver menor que os registrados; **06. DA CONTRATAÇÃO 6.1.** Observados os critérios e condições estabelecidos no edital do Pregão Eletrônico nº 10/2023, o MUNICÍPIO e/ou órgãos participantes, visando alcançar a quantidade de bens pretendida, poderá contratar concomitantemente com um ou mais fornecedores que tenham seus preços registrados, respeitando-se a capacidade de fornecimento das detentoras, e obedecida à ordem de classificação das propostas e os preços registrados. **6.2.** O Registro de Preços efetuado não obriga o MUNICÍPIO a firmar as contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o objeto, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições. **6.3.** A contratação junto a cada fornecedor registrado será formalizada pelos órgãos integrantes da Administração Direta ou Indireta do Poder Executivo, mediante a assinatura de contrato. **07. DO PAGAMENTO À CONTRATADA 7.1.** A empresa licitante deverá apresentar juntamente com as mercadorias as notas fiscais correspondentes ao fornecimento dos produtos, devidamente processadas em duas vias, com todos os campos preenchidos, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor designado pela Administração, devendo ainda estar acompanhada das cópias das Ordens de Fornecimento autorizada pela Secretaria Solicitante. **7.2.** O pagamento será efetuado pela Prefeitura Municipal no prazo de até o décimo (10º) dia do mês subsequente a entrega dos materiais, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei n° 8.666/93 e alterações.Os pagamentos estão condicionados a apresentação das respectivas faturas. **7.3.** As taxas referentes ao Envio de TED e/ou DOC serão efetivamente descontadas do valor a ser pago a favorecida; **7.4.** Nas Notas Fiscais apresentadas para pagamento os materiais relacionados deverão vir com nome e especificações, sob pena de devolução da mesma e o não pagamento. **7.5.** As empresas regularmente inscritas nos simples deverão apresentar documentos comprobatórios, para os fins de retenções de impostos. **7.6.** Toda operação de venda de mercadorias terá que ser efetuada, obrigatoriamente, mediante a emissão de **NOTA FISCAL ELETRÔNICA**; **7.6.1.** Se a Nota Fiscal for apresentada com erro, será devolvida à licitante vencedora para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado nos item 7.2, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação; **7.7.** Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de atualização monetária. **7.8.** O Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring". **7.9. A nota fiscal deverá estar acompanhada das certidões negativas da RECEITA FEDERAL e do FGTS, devidamente válidas, para que seja efetuado o pagamento, sendo que é de responsabilidade do fornecedor, manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas na licitação (regularidade fiscal). 08. DA READEQUAÇÃO DE PREÇOS 8.1.** Durante o período de vigência da ata, **os preços não serão reajustados**, ressalvada, entretanto, a possibilidade de readequação dos preços vigentes pela Administração para manter o equilíbrio econômico- financeiro, ou em face da superveniência de normas federais ou municipais aplicáveis à espécie,

considerada, para base inicial de análise, a demonstração da composição de custos, anexa a ata de registro de preços.

**8.2.** O diferencial de preço entre a proposta inicial da Detentora e a pesquisa de mercado efetuada pela Administração à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos concedidos pela Detentora, serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da vigência da ata. **8.3.** Durante a vigência da ata, os preços registrados não poderão ficar acima dos praticados no mercado. Por conseguinte, independentemente de provocação da Administração, no caso de redução, ainda que temporária, dos preços de mercado, a Detentora obriga-se a comunicar à Prefeitura o novo preço que substituirá o então registrado. **8.3.1.** Caso a Detentora venha a se locupletar com a redução efetiva de preços de mercado não repassada à Administração, ficará obrigada à restituição do que houver recebido indevidamente. **8.4.** Caberá à Administração, à cada prestação de serviço, efetuar as pesquisas de preços de mercado para verificar a compatibilidade dos preços registrados, devendo negociar com o Detentor do Registro, sempre que a pesquisa constar preços menores. **09. DA RECISÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 9.1.** A ata poderá ser rescindida de pleno direito, nas hipóteses a seguir relacionadas. **9.2.** A rescisão pela **Administração** poderá ocorrer quando: **9.2.1.** A Detentora não cumprir as obrigações constantes da ata; **9.2.2.** A Detentora não formalizar contrato decorrente do registro de preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, se a Administração não aceitar sua justificativa; **9.2.3.** A Detentora der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços; **9.2.4. E**m qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços; **9.2.5.** Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado e a Detentora não aceitar a redução; **9.2.6.** Por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado pela Administração; **9.2.7.** Sempre que ficar constatado que a fornecedora perdeu qualquer das condições de habilitação e/ou qualificação exigidas na licitação. **9.3.** A comunicação da rescisão, nos casos previstos no subitem 9.2, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da Detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado por **02 (duas) vezes consecutivas,** considerando-se cancelado o registro a partir da última publicação. **9.4.** A rescisão pela **Detentora** poderá ocorrer quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências da ata. **9.4.1.** A solicitação da Detentora para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência de **30 (trinta) dias,** facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas cabíveis**,** caso não sejam aceitas as razões do pedido. **9.4.2.** A rescisão ou suspensão de fornecimento com fundamento no artigo 78, inciso XV, da Lei federal nº 8.666/93 deverá ser notificada. **9.5.** A Administração, a seu critério, poderá convocar, pela ordem, as demais licitantes classificadas, nos termos do disposto neste edital para, mediante a sua concordância assumirem o fornecimento do objeto da ata. **9.6.** Aplica-se no que couber o disposto nos artigos 78 e 79 da Lei 8.666/93. **10. DAS PENALIDADES 10.1.** De conformidade com o art. 86, da Lei n.º 8666/93, atualizada, o atraso injustificado na entrega dos produtos sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa de até 2% (dois por cento), do valor da aquisição, até 30 (trinta) dias, após este prazo será cobrado juro de 1% (um por cento) ao mês;

**10.1.2** A multa prevista no item 10.1 será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 10.2, alínea "b";

**10.2.** Nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, atualizada, pela inexecução total ou parcial da entrega do objeto adquirido, a Administração poderá aplicar à(s) vencedora(s), mediante publicação no Diário Oficial do Estado, as seguintes penalidades: **a)** advertência por escrito; **b)** aplicação de multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento; **c)** suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 2 (dois) anos; **d)** declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria

autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93; **10.3.** Se a contratada não proceder o recolhimento da multa no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte do Município, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica. **10.3.1.** Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirar a Nota de Empenho, o valor da multa não recolhido será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica; **10.4.** Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

**11. DAS ALTERAÇÕES DA ATA**

**11.1.** A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecido ao disposto no Art. 65 da Lei 8.666/93, nos seguintes casos:

**Parágrafo Primeiro:** os preços registrados poderão ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos materiais registrados, cabendo à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO-MT, órgão gerenciador desta ATA, promover as negociações junto aos fornecedores registrados.

**Parágrafo Segundo:** Quando os preços registrados, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO deverá:

I. Convocar o fornecedor registrado para negociação de redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado; II. Frustrada a negociação, liberar o fornecedor registrado do compromisso assumido; e III. Convocar, pela ordem de classificação do Pregão Eletrônico, os demais fornecedores que não tiveram seus preços registrados, visando igual oportunidade de negociação;

**Parágrafo Terceiro:** Quando o valor de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor, mediante comunicação e comprovação formal, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador da Ata poderá:

I. Liberar o fornecedor registrado do compromisso assumido, sem aplicação das penalidades previstas nesta Ata e no Edital do Pregão Eletrônico, confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; II. Para o disposto no subitem anterior, a comunicação deverá ser feita antes do pedido de fornecimento dos materiais; III. Convocar, pela ordem de classificação do Pregão Eletrônico, os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação;

**Parágrafo Quarto:** O MUNICÍPIO revogará a Ata de Registro de Preços sempre que não houver êxito nas negociações, na forma da legislação vigente.

**12. DISPOSIÇÕES FINAIS 12.1.** As omissões desta ATA e as dúvidas oriundas de sua interpretação serão sanadas de acordo com o que dispuserem o Edital do Pregão Eletrônico nº. 10/2023 e as propostas apresentadas pelas CONTRATADAS, prevalecendo, em caso de conflito, as disposições do Edital sobre as das propostas. **12.2.** O presente registro decorre de adjudicação às PROMITENTES CONTRATADAS dos objetos, cujas descrições, quantidades e especificações constam no Termo de Referência - Anexo I, do Pregão Eletrônico

nº 10/2023, conforme decisão do Pregoeira do MUNICÍPIO, lavrada em Ata datada em 19 de julho de 2023, e homologação feita pelo senhor Prefeito Municipal.

**12.3.** Caberá à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO o gerenciamento da presente Ata de Registro de Preços nos termos da legislação vigente. **12.4.** Fica eleito o foro da Comarca deste Município, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução desta ATA, com renúncia das partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam a presente Ata em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Novo Santo Antonio -MT 19 de julho de 2023.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO**

**Prefeito Municipal**

**EXPRESS PRODUTOS E SERVIÇOS EIRELLI**

**CNPJ:23.242.246/0001-75**

**CONTRATADA**

**GEDEON PEREIRA DA SILVA**

**CPF: 009.324.491-66,**

**RESPONSAVEL**

---

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº85/2023**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº85/2023**

**Processo Nº 067/2023**

**Pregão Eletrônico nº 10/2023**

**Validade: 12(doze) meses.**

Às 9 :00 horas do dia 19 de julho de 2023, na **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO** , reuniram-se na sala de LICITAÇÃO, com sede na Av. 29 de Setembro, nº.244 Centro – Novo Santo Antônio - MT, neste ato legalmente representado por seu Prefeito Municipal **ADÃO SOARES NOGUEIRA**, brasileiro, casado, agropecuarista, residente e domiciliado à Av. Santo Antônio, n°.244, Centro, nesta cidade de Novo Santo Antônio - MT, portador do RG n° 738.751/SSP-MT e do CPF nº 604.590.181-91, denominada como **GERENCIADOR**, e de outro lado a empresa **JL PEREIRA ARCHILLA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 78.556.156/0001-40, Inscrição estadual nº 90671456-63, situada na rua doutor Munhoz da rocha , nº. 1065, Bairro centro, cidade de Apucarana , estado de pr, CEP 86800-014, denominada **DETENTORA**representada neste ato por seu

representante legal o(a) Sr(a). JOSE LUIZ PEREIRA ARCHILA, portador(a) da RG nº 1893.572-4 CPF nº 449.276.579-49, residente e domiciliado(a) na cidade de APUCARANA, estado PR, CEP 86800-014, resolvem celebrar o presente contrato nos termos do processo licitatório n° 067/2023, realizado na modalidade de Pregão Eletrônico nº. 10/2023, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, da Lei Municipal nº 10.520/2002 e demais legislação aplicável à matéria e consoante as cláusulas e condições constantes deste instrumento convocatório da licitação supracitada, resolvem efetuar o Registro de Preço, referente ao Pregão Eletrônico nº 10/2023, nas condições em que segue:

**01. DO OBJETO E PREÇOS 1.1.** Constitui o objeto da presente o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MATERIAIS DE INFORMÁTICA E PERIFÉRICOS, EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE NOVO SANTO ANTÔNIO /MT. 1.2.** Os preços registrados na presente Ata referem-se aos seguintes itens:

| | |
|---|---|
| NOME: **JL PEREIRA ARCHILLA** | |
| CNPJ: **78.556.156/0001-40** | INSCRIÇÃO: **90671456-63** |
| ENDEREÇO: **RUA DOUTOR MUNHOZ DA ROCHA** | |
| CEP: **86800-014** | CIDADE/UF: **APUCARANA-PR** |
| TELEFONES **(43)3033-3030** | E-MAIL: **CONTATO@MISTERMICROPR.COM.BR** |
| REPRESENTANTE LEGAL: **JOSE LUIZ PEREIRA ARCHILA** | |
| RG: **1893.572-4** | CPF: **449.276.579-49** |
| DESCRIÇÃO, QUANTIDADE E PREÇOS REGISTRADOS | |

| *b)* Código | Item | Descrição | MARCA | Quant | Unidade | Valor Unit | Valor Total | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1596 | 6 | SWITCH 48 PORTAS PARA REDE ETHERNET 10/100/1000 PADRAO, FULL E HALF DUPLEX, RJ45, LEDS SISTEM POWER, LIN/ACTIVITY, 110/220 VOLTS. | TP-LINK | 3,000 | UND | R$1. 730,00 | R$5. 190,00 | |
| 333132012 | 41 | SWITCH 24 PORTAS PARA REDE ETHERET 10/100/1000 TIPO PADRAO, FULL E HALF DUPLEX RJ45 LEDS SISTEM POWER LIMK/ACTIVITY, 110/220 VOLTS. | TP-LINK | 25,000 | UND | R$545,00 | R$13. 625,00 | |
| 333133992 | 71 | ROTEADOR - UBNT UAP-AC-LITE UNIFI 2.4GHZ / 5GHZ 300MBPS LONGO ALCANCE - VOLTAGEM: BIVOLT 110V 220V - NETWORKING INTERFACE PORTA ETHERNET 10/100/1000 - BOTÕES REDEFINIR PADRÕES | UBIQUITI | 5,000 | UND | R$740,00 | R$3. 700,00 | |
| 333133994 | 72 | ROTEADOR - ACCESS POINT WIRELESS UNIFI-AC PRO ATÉ 1300 MB - DUAL BAND VELOCIDADE DE 2,4GHZ: 450 MBPS VELOCIDADE DE 5,0GHZ: 1300 MBPS MODO POE: 802.3AF POE / 802.3AT POE +PORTAS: (2) ETHERNET 10/100/1000. - VOLTAGEM: BIVOLT 110V 220V | UBIQUITI | 5,000 | UND | R$1. 100,00 | R$5. 500,00 | |
| | | **Qtde de Itens……..4**<br>**Valor Global R$28.015,00** | | | | | | **104** |

**01. VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS 2.1.** A Ata de Registro de Preços, ora firmada, terá validade de 12 **(doze) meses,** a partir da data da assinatura, podendo ser prorrogada, por até idêntico período, desde que haja anuência das partes. Com base no Art. 4º § 2º do Decreto 3.931/01, Normativa AGU Nº 19/2009, amparados no Art. 57 § 4º da Lei 8.666/93. **2.2.** A Detentora da ata deverá manifestar, por escrito, seu eventual interesse na prorrogação do ajuste, em prazo não inferior a 60 (sessenta) dias do término de sua vigência. A inexistência de pronunciamento, dentro do prazo, dará ensejo à Administração, a seu exclusivo critério: de promover nova licitação, descabendo à Detentora o direito a qualquer recurso ou indenização. **2.3.** À Prefeitura Municipal de Novo Santo Antonio, no exercício do interesse público, é assegurado o direito de exigir que a **Detentora**, conforme o caso prossiga na execução do ajuste, pelo período de até **60 (sessenta) dias,** a fim de se evitar brusca interrupção nos fornecimentos, mediante aditamento contratual, respeitado o prazo fixado nesta ata. **02. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, PRAZO E LOCAIS DE ENTREGA 3.1.** Os equipamentos/materiais, objeto desta licitação, deverão ser entregues (sem ônus de entrega), parceladamente, de acordo com as solicitações da Secretaria Municipal solicitante, nos horários: 8h00 às 11h00 e 13h00 às 17h00, que será recebido pelo servidor Responsável, e pelo Fiscal responsável pelo Contrato**,** em sua totalidade conforme autorização emitida pela Secretaria solicitante. **3.2.** A empresa detentora da Ata de Registro de Preços deverá atender as solicitações das Secretarias Municipais, no prazo máximo de **20 (vinte) dias corridos**, contados do momento do envio do pedido (requisição) dos produtos e confirmação por e-mail ou contato telefônico. **3.3.** Os produtos deverão estar em conformidade com as normas vigentes. Na entrega serão verificados os prazos de validade e o estado de conservação das embalagens. Todos os produtos entregues serão recebidos e conferidos por servidores designado por cada secretaria; **3.4.** A empresa detentora deverá entregar os produtos, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços**; 3.5.** A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste contrato e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas. **3.6.** A entrega do objeto desta Ata de Registro de Preços dar-se-á sob a forma de fornecimento parcelado, sendo que somente serão pagos os valores relativos ao fornecimento dos produtos efetivamente entregues, conforme atesto de recebimento da **Secretaria Municipal solicitante**, do Município Novo Santo Antonio, sendo que este não estará obrigado a adquirir a quantidade total dos produtos constantes da cláusula primeira. **3.7.** A empresa vencedora ficará obrigada a trocar, a suas expensas, a mercadoria que vier a ser recusada, sendo que o ato do recebimento não importará na aceitação. Prazo de troca: 03 (três) dias úteis. **3.8.** Independentemente da aceitação, o adjudicatório garantirá a qualidade de cada item, obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito ou irregularidade. Por divergências não adequadas serão aplicadas às sanções previstas neste instrumento e legislação vigente. **3.9.** Caso a substituição não ocorra no prazo determinado, estará a contratada incorrendo em atraso na entrega e sujeita à aplicação das sanções previstas neste Edital. **3.10.** Relativamente ao disposto no presente tópico, aplicam-se, subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei nº 8.078 de 11/09/90 – Código de Defesa do Consumidor. **3.11.** Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada, as despesas e custos de transporte e entrega dos produtos durante o período de execução do contrato. **3.12.** Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada quaisquer danos que venham a ocorrer à Prefeitura Municipal de Novo Santo Antonio-MT ou a terceiros, decorrentes da execução incorreta da entrega dos produtos contratados. **03. DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA 4.1.** Como condição para emissão da Nota de Empenho e/ou assinatura do contrato, a licitante vencedora deverá estar com a documentação obrigatória válida; **4.2.** Se não comprovarem a situação regular da licitante, a sessão será retomada e os demais chamados, na ordem de classificação, para fazê-lo nas condições de suas respectivas ofertas, observado que o Pregoeira examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis; **4.3.** A adjudicatária se obriga, nos termos deste Edital, a: **a)** A empresa se obrigará em um prazo máximo de 10 (dez) dias, a solucionar quaisquer problemas com os itens adquiridos, inclusive com reposição dos mesmos se por ventura não estiverem atendendo as finalidades propostas, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade e descartado o uso inadequado. **b)** A licitante vencedora, detentora do registro de preços, fica obrigada a aceitar acréscimos

de até 25% do valor contratado nos preços da Ata de Registro de Preços. **c)** Assinar a ata da sessão pública de pregão e os relatórios com os preços ofertados nas etapas de lances verbais que substituirão a apresentação de nova proposta adequada ao preço ofertado. Se a empresa não se fizer representar até o final da sessão deverá então apresentar a nova proposta adequada ao preço ofertado nas etapas de lances verbais, no prazo de 03 (três) dias corridos, contados da notificação realizada na sessão pública do pregão. **d)** Será responsável pelo fornecimento dos produtos dentro dos padrões adequados de qualidade e segurança e demais quesitos previstos na lei 8078/90, assegurando todos os direitos inerentes à qualidade de consumidor à Prefeitura. **e)** Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CONTRATANTE, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações decorrentes da constatação de vícios, defeitos ou incorreções relativas ao objeto deste Edital, bem como a respeito da qualidade dos produtos, casos em que a CONTRATADA deverá, às suas expensas, realizar correções e comprovar a regularidade destes. **f)** Manter todas as condições estabelecidas neste Edital quanto as condições de habilitação e qualificação, durante toda a execução do contrato. **g)** Fornecer os produtos, de acordo com as especificações e demais condições estipuladas. **h)** Garantir a qualidade dos produtos fornecidos, segundo as exigências legais, normas do fabricante e especificações técnicas. **i)** Comunicar, imediatamente, a Prefeitura Municipal de Novo Santo Antonio-MT, qualquer irregularidade constatada durante o fornecimento dos produtos. **04. DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO 5.1.** Firmar Contrato e determinar a execução do objeto quando houver garantia real da disponibilidade financeira para a quitação de seus débitos frente à consignatária/contratada, sob pena de ilegalidade dos atos. **5.2.** Emitir ordem de fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto; **5.3.** Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da contratada em suas dependências. **5.4.** Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo fornecedor. **5.5.** Efetuar o pagamento á CONTRATADA, nas condições estabelecidas no edital. **5.6.** Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária. **5.7.** Não haverá sob hipótese alguma, pagamento antecipado. **5.8.** Coordenar e fiscalizar as entregas pertinentes às aquisições referentes ao contrato vigente, pela empresa CONTRATADA. **5.9.** Garantir a Detentora do Registro de Preços, desde que em igualdade de condições, a preferência no fornecimento, sempre que os preços forem compatíveis com os preços de mercado constatados mediante prévia e ampla pesquisa; **5.10.** Negociar com a Detentora do Registro de Preços, sempre os preços de mercados resultantes da pesquisa de preços estiver menor que os registrados; **05. DA CONTRATAÇÃO 6.1.** Observados os critérios e condições estabelecidos no edital do Pregão Eletrônico nº 10/2023, o MUNICÍPIO e/ou órgãos participantes, visando alcançar a quantidade de bens pretendida, poderá contratar concomitantemente com um ou mais fornecedores que tenham seus preços registrados, respeitando-se a capacidade de fornecimento das detentoras, e obedecida à ordem de classificação das propostas e os preços registrados. **6.2.** O Registro de Preços efetuado não obriga o MUNICÍPIO a firmar as contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o objeto, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições. **6.3.** A contratação junto a cada fornecedor registrado será formalizada pelos órgãos integrantes da Administração Direta ou Indireta do Poder Executivo, mediante a assinatura de contrato. **06. DO PAGAMENTO À CONTRATADA 7.1.** A empresa licitante deverá apresentar juntamente com as mercadorias as notas fiscais correspondentes ao fornecimento dos produtos, devidamente processadas em duas vias, com todos os campos preenchidos, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor designado pela Administração, devendo ainda estar acompanhada das cópias das Ordens de Fornecimento autorizada pela Secretaria Solicitante. **7.2.** O pagamento será efetuado pela Prefeitura Municipal no prazo de até o décimo (10º) dia do mês subsequente a entrega dos materiais, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea “a”, da Lei n° 8.666/93 e alterações.Os pagamentos estão condicionados a apresentação das respectivas faturas. **7.3.** As taxas referentes ao Envio de TED e/ou DOC serão efetivamente descontadas do valor a ser pago a favorecida; **7.4.** Nas Notas Fiscais apresentadas para pagamento os materiais relacionados deverão vir com nome e especificações, sob pena de devolução da mesma e o não pagamento. **7.5.** As empresas regularmente inscritas nos simples deverão apresentar documentos comprobatórios, para os fins de retenções de impostos. **7.6.** Toda operação de venda de mercadorias terá que ser efetuada, obrigatoriamente, mediante a emissão de **NOTA FISCAL ELETRÔNICA**; **7.6.1.** Se a Nota Fiscal for apresentada com erro, será devolvida à licitante vencedora para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado nos item 7.2, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação; **7.7.** Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de atualização monetária. **7.8.** O Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”. **7.9. A nota fiscal deverá estar acompanhada das certidões negativas da RECEITA FEDERAL e do FGTS, devidamente válidas, para que seja efetuado o pagamento, sendo que é de responsabilidade do fornecedor, manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas na licitação (regularidade fiscal). 07. DA READEQUAÇÃO DE PREÇOS 8.1.** Durante o período de vigência da ata, **os preços não serão reajustados**, ressalvada, entretanto, a possibilidade de readequação dos preços vigentes pela Administração para manter o equilíbrio econômico- financeiro, ou em face da superveniência de normas federais ou municipais aplicáveis à espécie,

considerada, para base inicial de análise, a demonstração da composição de custos, anexa a ata de registro de preços.

**8.2.** O diferencial de preço entre a proposta inicial da Detentora e a pesquisa de mercado efetuada pela Administração à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos concedidos pela Detentora, serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da vigência da ata. **8.3.** Durante a vigência da ata, os preços registrados não poderão ficar acima dos praticados no mercado. Por conseguinte, independentemente de provocação da Administração, no caso de redução, ainda que temporária, dos preços de mercado, a Detentora obriga-se a comunicar à Prefeitura o novo preço que substituirá o então registrado. **8.3.1.** Caso a Detentora venha a se locupletar com a redução efetiva de preços de mercado não repassada à Administração, ficará obrigada à restituição do que houver recebido indevidamente. **8.4.** Caberá à Administração, à cada prestação de serviço, efetuar as pesquisas de preços de mercado para verificar a compatibilidade dos preços registrados, devendo negociar com o Detentor do Registro, sempre que a pesquisa constar preços menores. **08. DA RECISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 9.1.** A ata poderá ser rescindida de pleno direito, nas hipóteses a seguir relacionadas. **9.2.** A rescisão pela **Administração** poderá ocorrer quando: **9.2.1.** A Detentora não cumprir as obrigações constantes da ata; **9.2.2.** A Detentora não formalizar contrato decorrente do registro de preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, se a Administração não aceitar sua justificativa; **9.2.3.** A Detentora der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços; **9.2.4. E**m qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços; **9.2.5.** Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado e a Detentora não aceitar a redução; **9.2.6.** Por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado pela Administração; **9.2.7.** Sempre que ficar constatado que a fornecedora perdeu qualquer das condições de habilitação e/ou qualificação exigidas na

licitação. **9.3.** A comunicação da rescisão, nos casos previstos no subitem 9.2, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da Detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado por **02 (duas) vezes consecutivas,** considerando-se cancelado o registro a partir da última publicação. **9.4.** A rescisão pela **Detentora** poderá ocorrer quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências da ata. **9.4.1.** A solicitação da Detentora para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência de **30 (trinta) dias,** facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas cabíveis**,** caso não sejam aceitas as razões do pedido. **9.4.2.** A rescisão ou suspensão de fornecimento com fundamento no artigo 78, inciso XV, da Lei federal nº 8.666/93 deverá ser notificada. **9.5.** A Administração, a seu critério, poderá convocar, pela ordem, as demais licitantes classificadas, nos termos do disposto neste edital para, mediante a sua concordância assumirem o fornecimento do objeto da ata. **9.6.** Aplica-se no que couber o disposto nos artigos 78 e 79 da Lei 8.666/93. **10. DAS PENALIDADES 10.1.** De conformidade com o art. 86, da Lei n.º 8666/93, atualizada, o atraso injustificado na entrega dos produtos sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa de até 2% (dois por cento), do valor da aquisição, até 30 (trinta) dias, após este prazo será cobrado juro de 1% (um por cento) ao mês;

**10.1.2** A multa prevista no item 10.1 será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 10.2, alínea "b";

**10.2.** Nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, atualizada, pela inexecução total ou parcial da entrega do objeto adquirido, a Administração poderá aplicar à(s) vencedora(s), mediante publicação no Diário Oficial do Estado, as seguintes penalidades: **a)** advertência por escrito; **b)** aplicação de multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento; **c)** suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 2 (dois) anos; **d)** declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93; **10.3.** Se a contratada não proceder o recolhimento da multa no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte do Município, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica. **10.3.1.** Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirar a Nota de Empenho, o valor da multa não recolhido será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica; **10.4.** Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.
**11. DAS ALTERAÇÕES DA ATA**

**11.1.** A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecido ao disposto no Art. 65 da Lei 8.666/93, nos seguintes casos:

**Parágrafo Primeiro:** os preços registrados poderão ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos materiais registrados, cabendo à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO-MT, órgão gerenciador desta ATA, promover as negociações junto aos fornecedores registrados.

**Parágrafo Segundo:** Quando os preços registrados, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO deverá:

I. Convocar o fornecedor registrado para negociação de redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado; II. Frustrada a negociação, liberar o fornecedor registrado do compromisso assumido; e III. Convocar, pela ordem de classificação do Pregão Eletrônico, os demais fornecedores que não tiveram seus preços registrados, visando igual oportunidade de negociação;

**Parágrafo Terceiro:** Quando o valor de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor, mediante comunicação e comprovação formal, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador da Ata poderá:

I. Liberar o fornecedor registrado do compromisso assumido, sem aplicação das penalidades previstas nesta Ata e no Edital do Pregão Eletrônico, confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; II. Para o disposto no subitem anterior, a comunicação deverá ser feita antes do pedido de fornecimento dos materiais; III. Convocar, pela ordem de classificação do Pregão Eletrônico, os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação;

**Parágrafo Quarto:** O MUNICÍPIO revogará a Ata de Registro de Preços sempre que não houver êxito nas negociações, na forma da legislação vigente.

**12. DISPOSIÇÕES FINAIS 12.1.** As omissões desta ATA e as dúvidas oriundas de sua interpretação serão sanadas de acordo com o que dispuserem o Edital do Pregão Eletrônico nº. 10/2023 e as propostas apresentadas pelas CONTRATADAS, prevalecendo, em caso de conflito, as disposições do Edital sobre as das propostas. **12.2.** O presente registro decorre de adjudicação às PROMITENTES CONTRATADAS dos objetos, cujas descrições, quantidades e especificações constam no Termo de Referência - Anexo I, do Pregão Eletrônico

nº 10/2023, conforme decisão do Pregoeira do MUNICÍPIO, lavrada em Ata datada em 19 de julho de 2023, e homologação feita pelo senhor Prefeito Municipal.

**12.3.** Caberá à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO o gerenciamento da presente Ata de Registro de Preços nos termos da legislação vigente. **12.4.** Fica eleito o foro da Comarca deste Município, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução desta ATA, com renúncia das partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam a presente Ata em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Novo Santo Antonio -MT 19 de julho de 2023

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO**

**Prefeito Municipal**

**JL PEREIRA ARCHILLA**

**CNPJ:78.556.156/0001-40**

**CONTRATADA**

**JOSE LUIZ PEREIRA ARCHILLA**

**CPF: 449.276.579-49**

**RESPONSAVEL**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº84/2023**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº84/2023**

**Processo Nº 067/2023**

**Pregão Eletrônico nº 10/2023**

**Validade: 12(doze) meses.**

Às 9 :00 horas do dia 19 de julho de 2023, na **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO** , reuniram-se na sala de LICITAÇÃO, com sede na Av. 29 de Setembro, nº.244 Centro – Novo Santo Antônio - MT, neste ato legalmente representado por seu Prefeito Municipal **ADÃO SOARES NOGUEIRA**, brasileiro, casado, agropecuarista, residente e domiciliado à Av. Santo Antônio, n°.244, Centro, nesta cidade de Novo Santo Antônio - MT, portador do RG n° 738.751/SSP-MT e do CPF nº 604.590.181-91, denominada como **GERENCIADOR**, e de outro lado a empresa **FORTE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS LTDA** , pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 46.786.948/0001-15, Inscrição estadual nº 10.393.001-6, situada na rua sebastião ferreira adorno , nº 299 , Bairro centro , cidade de massamedes , estado de goias , CEP 76150-000, denominada **DETENTORA**representada neste ato por seu representante legal o(a) Sr(a). JOAO LUIZ ALCANTARA , portador(a) da RG nº 4017368 DGPC GO CPF nº 009.818. 251-09, residente e domiciliado(a) na cidade de mossamedes , estado goias , CEP 76150-000, resolvem celebrar o presente contrato nos termos do processo licitatório n° 067/2023, realizado na modalidade de Pregão Eletrônico nº. 10/2023, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, da Lei Municipal nº 10.520/2002 e demais legislação aplicável à matéria e consoante as cláusulas e condições constantes deste instrumento convocatório da licitação supracitada, resolvem efetuar o Registro de Preço, referente ao Pregão Eletrônico nº 10/2023, nas condições em que segue:

**01. DO OBJETO E PREÇOS 1.1.** Constitui o objeto da presente o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MATERIAIS DE INFORMÁTICA E PERIFÉRICOS, EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE NOVO SANTO ANTÔNIO /MT. 1.2.** Os preços registrados na presente Ata referem-se aos seguintes itens:

| | |
|---|---|
| NOME: **FORTE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS LTDA** | |
| CNPJ: **46.786.948/0001-15** | INSCRIÇÃO: 10.939.001-6 |
| ENDEREÇO: **RUA SEBASTIÃO FERREIRA ADORNO** | |
| CEP:**76150-000** | CIDADE/UF :MOSSAMEDES-GO |
| TELEFONES:(62)9636-7961 | E-MAIL: FORTE SERVIÇOS@TUTANOTA.COM |
| REPRESENTANTE LEGAL: JOAO LUIZ ALCANTARA | |
| RG:4017368 | CPF:009.818.251-09 |
| DESCRIÇÃO, QUANTIDADE E PREÇOS REGISTRADOS | |

| Código | Item | Descrição | Quant | MARCA | Unidade | Valor Unit | Valor Total | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1577 | 4 | HD INTERFACE SATA CAPACIDADE 1 TB GB RPM 7200 | 33,000 | TOSHIBA | UND | R$113,00 | R$3.729,00 | |
| 133121748 | 13 | KIT MOUSE E TECLADO USB MULTIMIDIA COM FIO NA COR PRETA TECLADO PADRAO ABNT2 DE 107 T, AMBOS COM ENTRADA USB. | 102,000 | BRAZIL PC | UND | R$27,00 | R$2.754,00 | |
| 133121782 | 15 | KIT TECLADO E MOUSE - SEM FIO COM TECLADO MULTIMIDIA E MOUSE OPTICO SEM FIO, NA COR PRETA, TECLADO PADRAO ABNT2 COM ¨C¨ DE 107 TECLAS, FUNCAO DUPLA NAS TECLAS DE FUNCAO F, MOUSE COM SISTEMA OPTICO DE 800DPI E BOTAO DE ROLAGEM, CONEXAO USB. | 45,000 | BRAZIL PC | UND | R$47,00 | R$2.115,00 | |
| 133123460 | 22 | PENDRIVE CAPACIDAPEN DRIVE CAPACIDADE 32 GB DE INDICADOR PARA | 85,000 | SANDISK | UND | R$19,00 | R$1.615,00 | |
| 333134069 | 112 | NOTEBOOK - INTEL CORE i5 11ª GERAÇÃO, 8GB DE RAM, HD 512GB SSD, TELA 15.6 FULL HD (1920 X 1080) WVA. WINDOWS 10 OU SUPERIOR - PORTAS: 2 PORTAS USB 3.2 DE 1ª GER., 1 PORTA USB 2.0, 1 PORTA HDMI 1.4, 1 CONECTOR DE ÁUDIO \| 1 LEITOR DE CARTÃO SD 3.0 \| LEITOR DE CARTÃO SD 3.0. | 5,000 | DELL | UND | R$3.345,00 | R$16.725,00 | |
| | **Qtde de Itens 5<br>VALOR TOTAL R$26.938,00** | | | | | | | **104** |

**02. VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS 2.1.** A Ata de Registro de Preços, ora firmada, terá validade de 12 **(doze) meses,** a partir da data da assinatura, podendo ser prorrogada, por até idêntico período, desde que haja anuência das partes. Com base no Art. 4º § 2º do Decreto 3.931/01, Normativa AGU Nº 19/2009, amparados no Art. 57 § 4º da Lei 8.666/93. **2.2.** A Detentora da ata deverá manifestar, por escrito, seu eventual interesse na prorrogação do ajuste, em prazo não inferior a 60 (sessenta) dias do término de sua vigência. A inexistência de pronunciamento, dentro do prazo, dará ensejo à Administração, a seu exclusivo critério: de promover nova licitação, descabendo à Detentora o direito a qualquer recurso ou indenização. **2.3.** À Prefeitura Municipal de Novo Santo Antonio, no exercício do interesse público, é assegurado o direito de exigir que a **Detentora**, conforme o caso prossiga na execução do ajuste, pelo período de até **60 (sessenta) dias,** a fim de se evitar brusca interrupção nos fornecimentos, mediante aditamento contratual, respeitado o prazo fixado nesta ata. **03. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, PRAZO E LOCAIS DE ENTREGA 3.1.** Os equipamentos/materiais, objeto desta licitação, deverão ser entregues (sem ônus de entrega), parceladamente, de acordo com as solicitações da Secretaria Municipal solicitante, nos horários: 8h00 às 11h00 e 13h00 às 17h00, que será recebido pelo servidor Responsável, e pelo Fiscal responsável pelo Contrato**,** em sua totalidade conforme autorização emitida pela Secretaria solicitante. **3.2.** A empresa detentora da Ata de Registro de Preços deverá atender as solicitações das Secretarias Municipais, no prazo máximo de **20 (vinte) dias corridos**, contados do momento do envio do pedido (requisição) dos produtos e confirmação por e-mail ou contato telefônico. **3.3.** Os produtos deverão estar em conformidade com as normas vigentes. Na entrega serão verificados os prazos de validade e o estado de conservação das embalagens. Todos os produtos entregues serão recebidos e conferidos por servidores designado por cada secretaria; **3.4.** A empresa detentora deverá entregar os produtos, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços**; 3.5.** A falta de

quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste contrato e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas. **3.6.** A entrega do objeto desta Ata de Registro de Preços dar-se-á sob a forma de fornecimento parcelado, sendo que somente serão pagos os valores relativos ao fornecimento dos produtos efetivamente entregues, conforme atesto de recebimento da **Secretaria Municipal solicitante**, do Município Novo Santo Antonio, sendo que este não estará obrigado a adquirir a quantidade total dos produtos constantes da cláusula primeira. **3.7.** A empresa vencedora ficará obrigada a trocar, a suas expensas, a mercadoria que vier a ser recusada, sendo que o ato do recebimento não importará na aceitação. Prazo de troca: 03 (três) dias úteis. **3.8.** Independentemente da aceitação, o adjudicatório garantirá a qualidade de cada item, obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito ou irregularidade. Por divergências não adequadas serão aplicadas às sanções previstas neste instrumento e legislação vigente. **3.9.** Caso a substituição não ocorra no prazo determinado, estará a contratada incorrendo em atraso na entrega e sujeita à aplicação das sanções previstas neste Edital. **3.10.** Relativamente ao disposto no presente tópico, aplicam-se, subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei nº 8.078 de 11/09/90 – Código de Defesa do Consumidor. **3.11.** Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada, as despesas e custos de transporte e entrega dos produtos durante o período de execução do contrato. **3.12.** Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada quaisquer danos que venham a ocorrer à Prefeitura Municipal de Novo Santo Antonio-MT ou a terceiros, decorrentes da execução incorreta da entrega dos produtos contratados. **04. DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA 4.1.** Como condição para emissão da Nota de Empenho e/ou assinatura do contrato, a licitante vencedora deverá estar com a documentação obrigatória válida; **4.2.** Se não comprovarem a situação regular da licitante, a sessão será retomada e os demais chamados, na ordem de classificação, para fazê-lo nas condições de suas respectivas ofertas, observado que o Pregoeira examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis; **4.3.** A adjudicatária se obriga, nos termos deste Edital, a: **a)** A empresa se obrigará em um prazo máximo de 10 (dez) dias, a solucionar quaisquer problemas com os itens adquiridos, inclusive com reposição dos mesmos se por ventura não estiverem atendendo as finalidades propostas, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade e descartado o uso inadequado. **b)** A licitante vencedora, detentora do registro de preços, fica obrigada a aceitar acréscimos de até 25% do valor contratado nos preços da Ata de Registro de Preços. **c)** Assinar a ata da sessão pública de pregão e os relatórios com os preços ofertados nas etapas de lances verbais que substituirão a apresentação de nova proposta adequada ao preço ofertado. Se a empresa não se fizer representar até o final da sessão deverá então apresentar a nova proposta adequada ao preço ofertado nas etapas de lances verbais, no prazo de 03 (três) dias corridos, contados da notificação realizada na sessão pública do pregão. **d)** Será responsável pelo fornecimento dos produtos dentro dos padrões adequados de qualidade e segurança e demais quesitos previstos na lei 8078/90, assegurando todos os direitos inerentes à qualidade de consumidor à Prefeitura. **e)** Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CONTRATANTE, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações decorrentes da constatação de vícios, defeitos ou incorreções relativas ao objeto deste Edital, bem como a respeito da qualidade dos produtos, casos em que a CONTRATADA deverá, às suas expensas, realizar correções e comprovar a regularidade destes. **f)** Manter todas as condições estabelecidas neste Edital quanto as condições de habilitação e qualificação, durante toda a execução do contrato. **g)** Fornecer os produtos, de acordo com as especificações e demais condições estipuladas. **h)** Garantir a qualidade dos produtos fornecidos, segundo as exigências legais, normas do fabricante e especificações técnicas. **i)** Comunicar, imediatamente, a Prefeitura Municipal de Novo Santo Antonio-MT, qualquer irregularidade constatada durante o fornecimento dos produtos. **05. DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO 5.1.** Firmar Contrato e determinar a execução do objeto quando houver garantia real da disponibilidade financeira para a quitação de seus débitos frente à consignatária/contratada, sob pena de ilegalidade dos atos. **5.2.** Emitir ordem de fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto; **5.3.** Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da contratada em suas dependências. **5.4.** Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo fornecedor. **5.5.** Efetuar o pagamento á CONTRATADA, nas condições estabelecidas no edital. **5.6.** Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária. **5.7.** Não haverá sob hipótese alguma, pagamento antecipado. **5.8.** Coordenar e fiscalizar as entregas pertinentes às aquisições referentes ao contrato vigente, pela empresa CONTRATADA. **5.9.** Garantir a Detentora do Registro de Preços, desde que em igualdade de condições, a preferência no fornecimento, sempre que os preços forem compatíveis com os preços de mercado constatados mediante prévia e ampla pesquisa; **5.10.** Negociar com a Detentora do Registro de Preços, sempre os preços de mercados resultantes da pesquisa de preços estiver menor que os registrados; **06. DA CONTRATAÇÃO 6.1.** Observados os critérios e condições estabelecidos no edital do Pregão Eletrônico nº 10/2023, o MUNICÍPIO e/ou órgãos participantes, visando alcançar a quantidade de bens pretendida, poderá contratar concomitantemente com um ou mais fornecedores que tenham seus preços registrados, respeitando-se a capacidade de fornecimento das detentoras, e obedecida à ordem de classificação das propostas e os preços registrados. **6.2.** O Registro de Preços efetuado não obriga o MUNICÍPIO a firmar as contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o objeto, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições. **6.3.** A contratação junto a cada fornecedor registrado será formalizada pelos órgãos integrantes da Administração Direta ou Indireta do Poder Executivo, mediante a assinatura de contrato. **07. DO PAGAMENTO À CONTRATADA 7.1.** A empresa licitante deverá apresentar juntamente com as mercadorias as notas fiscais correspondentes ao fornecimento dos produtos, devidamente processadas em duas vias, com todos os campos preenchidos, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor designado pela Administração, devendo ainda estar acompanhada das cópias das Ordens de Fornecimento autorizada pela Secretaria Solicitante. **7.2.** O pagamento será efetuado pela Prefeitura Municipal no prazo de até o décimo (10º) dia do mês subsequente a entrega dos materiais, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea “a”, da Lei n° 8.666/93 e alterações.Os pagamentos estão condicionados a apresentação das respectivas faturas. **7.3.** As taxas referentes ao Envio de TED e/ou DOC serão efetivamente descontadas do valor a ser pago a favorecida; **7.4.** Nas Notas Fiscais apresentadas para pagamento os materiais relacionados deverão vir com nome e especificações, sob pena de devolução da mesma e o não pagamento. **7.5.** As empresas regularmente inscritas nos simples deverão apresentar documentos comprobatórios, para os fins de retenções de impostos. **7.6.** Toda operação de venda de mercadorias terá que ser efetuada, obrigatoriamente, mediante a emissão de **NOTA FISCAL ELETRÔNICA**; **7.6.1.** Se a Nota Fiscal for apresentada com erro, será devolvida à licitante vencedora para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado nos item 7.2, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação; **7.7.** Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de atualização monetária. **7.8.** O Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”. **7.9. A nota fiscal deverá estar acompanhada das certidões negativas da RECEITA FEDERAL e do FGTS, devidamente válidas, para que seja efetuado o pagamento, sendo que é de responsabilidade do fornecedor, manter durante toda a execução do Contrato, em com-**

**patibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas na licitação (regularidade fiscal). 08. DA READEQUAÇÃO DE PREÇOS 8.1.** Durante o período de vigência da ata, **os preços não serão reajustados**, ressalvada, entretanto, a possibilidade de readequação dos preços vigentes pela Administração para manter o equilíbrio econômico- financeiro, ou em face da superveniência de normas federais ou municipais aplicáveis à espécie,

considerada, para base inicial de análise, a demonstração da composição de custos, anexa a ata de registro de preços.

**8.2.** O diferencial de preço entre a proposta inicial da Detentora e a pesquisa de mercado efetuada pela Administração à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos concedidos pela Detentora, serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da vigência da ata. **8.3.** Durante a vigência da ata, os preços registrados não poderão ficar acima dos praticados no mercado. Por conseguinte, independentemente de provocação da Administração, no caso de redução, ainda que temporária, dos preços de mercado, a Detentora obriga-se a comunicar à Prefeitura o novo preço que substituirá o então registrado. **8.3.1.** Caso a Detentora venha a se locupletar com a redução efetiva de preços de mercado não repassada à Administração, ficará obrigada à restituição do que houver recebido indevidamente. **8.4.** Caberá à Administração, à cada prestação de serviço, efetuar as pesquisas de preços de mercado para verificar a compatibilidade dos preços registrados, devendo negociar com o Detentor do Registro, sempre que a pesquisa constar preços menores. **09. DA RECISÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 9.1.** A ata poderá ser rescindida de pleno direito, nas hipóteses a seguir relacionadas. **9.2.** A rescisão pela **Administração** poderá ocorrer quando: **9.2.1.** A Detentora não cumprir as obrigações constantes da ata; **9.2.2.** A Detentora não formalizar contrato decorrente do registro de preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, se a Administração não aceitar sua justificativa; **9.2.3.** A Detentora der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços; **9.2.4. E**m qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços; **9.2.5.** Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado e a Detentora não aceitar a redução; **9.2.6.** Por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado pela Administração; **9.2.7.** Sempre que ficar constatado que a fornecedora perdeu qualquer das condições de habilitação e/ou qualificação exigidas na licitação. **9.3.** A comunicação da rescisão, nos casos previstos no subitem 9.2, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da Detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado por **02 (duas) vezes consecutivas,** considerando-se cancelado o registro a partir da última publicação. **9.4.** A rescisão pela **Detentora** poderá ocorrer quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências da ata. **9.4.1.** A solicitação da Detentora para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência de **30 (trinta) dias,** facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas cabíveis**,** caso não sejam aceitas as razões do pedido. **9.4.2.** A rescisão ou suspensão de fornecimento com fundamento no artigo 78, inciso XV, da Lei federal nº 8.666/93 deverá ser notificada. **9.5.** A Administração, a seu critério, poderá convocar, pela ordem, as demais licitantes classificadas, nos termos do disposto neste edital para, mediante a sua concordância assumirem o fornecimento do objeto da ata. **9.6.** Aplica-se no que couber o disposto nos artigos 78 e 79 da Lei 8.666/93. **10. DAS PENALIDADES 10.1.** De conformidade com o art. 86, da Lei n.º 8666/93, atualizada, o atraso injustificado na entrega dos produtos sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa de até 2% (dois por cento), do valor da aquisição, até 30 (trinta) dias, após este prazo será cobrado juro de 1% (um por cento) ao mês;

**10.1.2** A multa prevista no item 10.1 será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 10.2, alínea “b”;

**10.2.** Nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, atualizada, pela inexecução total ou parcial da entrega do objeto adquirido, a Administração poderá aplicar à(s) vencedora(s), mediante publicação no Diário Oficial do Estado, as seguintes penalidades: **a)** advertência por escrito; **b)** aplicação de multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento; **c)** suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 2 (dois) anos; **d)** declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93; **10.3.** Se a contratada não proceder o recolhimento da multa no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte do Município, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica. **10.3.1.** Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirar a Nota de Empenho, o valor da multa não recolhido será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica; **10.4.** Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo. **11. DAS ALTERAÇÕES DA ATA**

**11.1.** A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecido ao disposto no Art. 65 da Lei 8.666/93, nos seguintes casos:

**Parágrafo Primeiro:** os preços registrados poderão ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos materiais registrados, cabendo à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO-MT, órgão gerenciador desta ATA, promover as negociações junto aos fornecedores registrados.

**Parágrafo Segundo:** Quando os preços registrados, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO deverá:

I. Convocar o fornecedor registrado para negociação de redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado; II. Frustrada a negociação, liberar o fornecedor registrado do compromisso assumido; e III. Convocar, pela ordem de classificação do Pregão Eletrônico, os demais fornecedores que não tiveram seus preços registrados, visando igual oportunidade de negociação;

**Parágrafo Terceiro:** Quando o valor de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor, mediante comunicação e comprovação formal, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador da Ata poderá:

I. Liberar o fornecedor registrado do compromisso assumido, sem aplicação das penalidades previstas nesta Ata e no Edital do Pregão Eletrônico, confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; II. Para o disposto no subitem anterior, a comunicação deverá ser feita antes do pedido de fornecimento dos materiais; III. Convocar, pela ordem de classificação do Pregão Eletrônico, os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação;

**Parágrafo Quarto:** O MUNICÍPIO revogará a Ata de Registro de Preços sempre que não houver êxito nas negociações, na forma da legislação vigente.

**12. DISPOSIÇÕES FINAIS 12.1.** As omissões desta ATA e as dúvidas oriundas de sua interpretação serão sanadas de acordo com o que dispuserem o Edital do Pregão Eletrônico nº. 10/2023 e as propostas apresentadas pelas CONTRATADAS, prevalecendo, em caso de conflito, as disposições do Edital sobre as das propostas. **12.2.** O presente registro decorre de adjudicação às PROMITENTES CONTRATADAS dos objetos, cujas descrições, quantidades e especificações constam no Termo de Referência - Anexo I, do Pregão Eletrônico

nº 10/2023, conforme decisão do Pregoeira do MUNICÍPIO, lavrada em Ata datada em 19 de julho de 2023, e homologação feita pelo senhor Prefeito Municipal.

**12.3.** Caberá à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO o gerenciamento da presente Ata de Registro de Preços nos termos da legislação vigente. **12.4.** Fica eleito o foro da Comarca deste Município, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução desta ATA, com renúncia das partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam a presente Ata em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Novo Santo Antonio -MT 19 , de julho de 2023.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO**

**Prefeito Municipal**

**_____**

**FORTE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS LTDA**

**CNPJ:46.786.948/0001-15**

**CONTRATADA**

**JOAO LUIZ ALCANTARA**

**CPF:009.818.251-09**

**RESPONSAVEL**

---

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº83/2023**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº83/2023**

**Processo Nº 067/2023**

**Pregão Eletrônico nº 10/2023**

**Validade: 12(doze) meses.**

Às 9:00 horas do dia 19 de julho de 2023, na **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO** , reuniram-se na sala de LICITAÇÃO, com sede na Av. 29 de Setembro, nº.244 Centro – Novo Santo Antônio - MT, neste ato legalmente representado por seu Prefeito Municipal **ADÃO SOARES NOGUEIRA**, brasileiro, casado, agropecuarista, residente e domiciliado à Av. Santo Antônio, n°.244, Centro, nesta cidade de Novo Santo Antônio - MT, portador do RG n° 738.751/SSP-MT e do CPF nº 604.590.181-91, denominada como **GERENCIADOR**, e de outro lado a empresa **M R DA GRAÇA SOUZA - COMERCIO E REPRESENTAÇOES** , pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 43.195.850/0001-03, Inscrição estadual nº 13. 892.306-0 , situada na rua f , nº.sn, Bairro jardim presidente , cidade de cuiaba , estado de mt , CEP 78090-205, denominada **DETENTORA**representada neste ato por seu representante legal o(a) Sr(a). MATHEUS RODOLFO DA GRAÇA SOUZA portador(a) da RG nº 94457 CPF nº 048.186.091-61, residente e domiciliado(a) na cidade de cuiaba , estado mt, CEP 78090-205, resolvem celebrar o presente contrato nos termos do processo licitatório n° 067/ 2023, realizado na modalidade de Pregão Eletrônico nº. 10/2023, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, da Lei Municipal nº 10.520/ 2002 e demais legislação aplicável à matéria e consoante as cláusulas e condições constantes deste instrumento convocatório da licitação supracitada, resolvem efetuar o Registro de Preço, referente ao Pregão Eletrônico nº 10/2023, nas condições em que segue:

**01. DO OBJETO E PREÇOS 1.1.** Constitui o objeto da presente o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MATERIAIS DE INFORMÁTICA E PERIFÉRICOS, EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE NOVO SANTO ANTÔNIO /MT. 1.2.** Os preços registrados na presente Ata referem-se aos seguintes itens:

| | |
|---|---|
| NOME: **M R DA GRAÇA SOUZA - COMERCIO E REPRESENTAÇOES** | |
| CNPJ: **43.195.850/0001-03** | INSCRIÇÃO: **13.892.306-0** |
| ENDEREÇO: **RUA F** | |
| CEP: **78090-205** | CIDADE/UF: **CUIABÁ-MT** |
| TELEFONES: **(65)9282-9965** | E-MAIL: **RAFAELRFCONTADOR@GMAIL.COM** |
| REPRESENTANTE LEGAL: **MATEUS RODOLFO DA GRAÇA SOUZA** | |
| RG: **94457** | CPF: **048.186.091-60** |
| DESCRIÇÃO, QUANTIDADE E PREÇOS REGISTRADOS | |

| Código | Item | Descrição | Quant | Marca | Unidade | Valor Unit | Valor Total | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1565 | 2 | CABO DE REDE CAT5E 4 PARES CX COM 305 MT | 13,000 | IMMAGE | CX | R$272,00 | R$3.536,00 | |
| 116764 | 9 | CABO DE REDE CAT-6 DUPLA CAPA BLINDADO CX 305 METROS PRETO | 15,000 | LIFE DATA 23 AWG | CX | R$613,00 | R$9.195,00 | |
| 333128590 | 31 | HD EXTERNO USB 3.0 PORTATIL 2TB | 15,000 | SEAGATE AXPANSION | UND | R$318,00 | R$4.770,00 | |
| 333131416 | 103 | NOTEBOOK - CORE i7, 16GB DE RAM, HD 512GB SSD, TELA 15.6 FULL HD - PROCESSADOR 11ª GERAÇÃO INTEL® CORE™ i7-1165G7, SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS 10 OU SUPERIOR, PLACA DE VIDEO, MEMORIA DE | 25,000 | SAMSUNG BOOK 2 | UND | R$3.993,00 | R$99.825,00 | |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | 16GB DDR4, ARMAZENAMENTO SSD DE 512GB PCIE NVME M.2, TELA 15.6" FULL HD (1920X1080) - 2 PORTAS USB 3.2 DE 1ª GERAÇÃO, 1 PORTA USB 2.0, 1 CONECTOR DE ÁUDIO, 1 PORTA HDMI 1.4, 1 PORTA RJ45 FLIP-DOWN DE 10/100/1.000 MBIT/S. IGUAL OU SUPERIOR VOSTRO 3510, DELL, SAMSUNG | | NP550XED-KS2BR | | | | |
| | **Qtde de Itens……..... 4**<br>**Valor Global R$ 117.326,00** | | | | | | | | **104** |

**02. VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS 2.1.** A Ata de Registro de Preços, ora firmada, terá validade de 12 **(doze) meses,** a partir da data da assinatura, podendo ser prorrogada, por até idêntico período, desde que haja anuência das partes. Com base no Art. 4º § 2º do Decreto 3.931/01, Normativa AGU Nº 19/2009, amparados no Art. 57 § 4º da Lei 8.666/93. **2.2.** A Detentora da ata deverá manifestar, por escrito, seu eventual interesse na prorrogação do ajuste, em prazo não inferior a 60 (sessenta) dias do término de sua vigência. A inexistência de pronunciamento, dentro do prazo, dará ensejo à Administração, a seu exclusivo critério: de promover nova licitação, descabendo à Detentora o direito a qualquer recurso ou indenização. **2.3.** À Prefeitura Municipal de Novo Santo Antonio, no exercício do interesse público, é assegurado o direito de exigir que a **Detentora**, conforme o caso prossiga na execução do ajuste, pelo período de até **60 (sessenta) dias,** a fim de se evitar brusca interrupção nos fornecimentos, mediante aditamento contratual, respeitado o prazo fixado nesta ata. **03. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, PRAZO E LOCAIS DE ENTREGA 3.1.** Os equipamentos/materiais, objeto desta licitação, deverão ser entregues (sem ônus de entrega), parceladamente, de acordo com as solicitações da Secretaria Municipal solicitante, nos horários: 8h00 às 11h00 e 13h00 às 17h00, que será recebido pelo servidor Responsável, e pelo Fiscal responsável pelo Contrato**,** em sua totalidade conforme autorização emitida pela Secretaria solicitante. **3.2.** A empresa detentora da Ata de Registro de Preços deverá atender as solicitações das Secretarias Municipais, no prazo máximo de **20 (vinte) dias corridos**, contados do momento do envio do pedido (requisição) dos produtos e confirmação por e-mail ou contato telefônico. **3.3.** Os produtos deverão estar em conformidade com as normas vigentes. Na entrega serão verificados os prazos de validade e o estado de conservação das embalagens. Todos os produtos entregues serão recebidos e conferidos por servidores designado por cada secretaria; **3.4.** A empresa detentora deverá entregar os produtos, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços**; 3.5.** A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste contrato e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas. **3.6.** A entrega do objeto desta Ata de Registro de Preços dar-se-á sob a forma de fornecimento parcelado, sendo que somente serão pagos os valores relativos ao fornecimento dos produtos efetivamente entregues, conforme atesto de recebimento da **Secretaria Municipal solicitante**, do Município Novo Santo Antonio, sendo que este não estará obrigado a adquirir a quantidade total dos produtos constantes da cláusula primeira. **3.7.** A empresa vencedora ficará obrigada a trocar, a suas expensas, a mercadoria que vier a ser recusada, sendo que o ato do recebimento não importará na aceitação. Prazo de troca: 03 (três) dias úteis. **3.8.** Independentemente da aceitação, o adjudicatório garantirá a qualidade de cada item, obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito ou irregularidade. Por divergências não adequadas serão aplicadas às sanções previstas neste instrumento e legislação vigente. **3.9.** Caso a substituição não ocorra no prazo determinado, estará a contratada incorrendo em atraso na entrega e sujeita à aplicação das sanções previstas neste Edital. **3.10.** Relativamente ao disposto no presente tópico, aplicam-se, subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei nº 8.078 de 11/09/90 – Código de Defesa do Consumidor. **3.11.** Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada, as despesas e custos de transporte e entrega dos produtos durante o período de execução do contrato. **3.12.** Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada quaisquer danos que venham a ocorrer à Prefeitura Municipal de Novo Santo Antonio-MT ou a terceiros, decorrentes da execução incorreta da entrega dos produtos contratados. **04. DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA 4.1.** Como condição para emissão da Nota de Empenho e/ou assinatura do contrato, a licitante vencedora deverá estar com a documentação obrigatória válida; **4.2.** Se não comprovarem a situação regular da licitante, a sessão será retomada e os demais chamados, na ordem de classificação, para fazê-lo nas condições de suas respectivas ofertas, observado que o Pregoeira examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis; **4.3.** A adjudicatária se obriga, nos termos deste Edital, a: **a)** A empresa se obrigará em um prazo máximo de 10 (dez) dias, a solucionar quaisquer problemas com os itens adquiridos, inclusive com reposição dos mesmos se por ventura não estiverem atendendo as finalidades propostas, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade e descartado o uso inadequado. **b)** A licitante vencedora, detentora do registro de preços, fica obrigada a aceitar acréscimos de até 25% do valor contratado nos preços da Ata de Registro de Preços. **c)** Assinar a ata da sessão pública de pregão e os relatórios com os preços ofertados nas etapas de lances verbais que substituirão a apresentação de nova proposta adequada ao preço ofertado. Se a empresa não se fizer representar até o final da sessão deverá então apresentar a nova proposta adequada ao preço ofertado nas etapas de lances verbais, no prazo de 03 (três) dias corridos, contados da notificação realizada na sessão pública do pregão. **d)** Será responsável pelo fornecimento dos produtos dentro dos padrões adequados de qualidade e segurança e demais quesitos previstos na lei 8078/90, assegurando todos os direitos inerentes à qualidade de consumidor à Prefeitura. **e)** Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CONTRATANTE, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações decorrentes da constatação de vícios, defeitos ou incorreções relativas ao objeto deste Edital, bem como a respeito da qualidade dos produtos, casos em que a CONTRATADA deverá, às suas expensas, realizar correções e comprovar a regularidade destes. **f)** Manter todas as condições estabelecidas neste Edital quanto as condições de habilitação e qualificação, durante toda a execução do contrato. **g)** Fornecer os produtos, de acordo com as especificações e demais condições estipuladas. **h)** Garantir a qualidade dos produtos fornecidos, segundo as exigências legais, normas do fabricante e especificações técnicas. **i)** Comunicar, imediatamente, a Prefeitura Municipal de Novo Santo Antonio-MT, qualquer irregularidade constatada durante o fornecimento dos produtos. **05. DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO 5.1.** Firmar Contrato e determinar a execução do objeto quando houver garantia real da disponibilidade financeira para a quitação de seus débitos frente à consignatária/contratada, sob pena de ilegalidade dos atos. **5.2.** Emitir ordem de fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto; **5.3.** Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da contratada em suas dependências. **5.4.** Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo fornecedor. **5.5.** Efetuar o pagamento á CONTRATADA, nas condições estabelecidas no edital. **5.6.** Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária. **5.7.** Não haverá sob hipótese alguma, pagamento antecipado. **5.8.** Coordenar e fiscalizar as entregas pertinentes às aquisições referentes ao contrato vigente, pela empresa CONTRATADA. **5.9.** Garantir a Detentora do Registro de Preços, desde que em igualdade de condições, a preferência no fornecimento, sempre que os preços forem compatíveis com os preços de mercado constatados mediante prévia e ampla pesquisa; **5.10.** Negociar com a Detentora do Registro de Preços, sempre os preços de mercados resultantes da pesquisa de preços estiver menor que os registrados;

**06. DA CONTRATAÇÃO 6.1.** Observados os critérios e condições estabelecidos no edital do Pregão Eletrônico nº 10/2023, o MUNICÍPIO e/ou órgãos participantes, visando alcançar a quantidade de bens pretendida, poderá contratar concomitantemente com um ou mais fornecedores que tenham seus preços registrados, respeitando-se a capacidade de fornecimento das detentoras, e obedecida à ordem de classificação das propostas e os preços registrados. **6.2.** O Registro de Preços efetuado não obriga o MUNICÍPIO a firmar as contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o objeto, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições. **6.3.** A contratação junto a cada fornecedor registrado será formalizada pelos órgãos integrantes da Administração Direta ou Indireta do Poder Executivo, mediante a assinatura de contrato. **07. DO PAGAMENTO À CONTRATADA 7.1.** A empresa licitante deverá apresentar juntamente com as mercadorias as notas fiscais correspondentes ao fornecimento dos produtos, devidamente processadas em duas vias, com todos os campos preenchidos, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor designado pela Administração, devendo ainda estar acompanhada das cópias das Ordens de Fornecimento autorizada pela Secretaria Solicitante. **7.2.** O pagamento será efetuado pela Prefeitura Municipal no prazo de até o décimo (10º) dia do mês subsequente a entrega dos materiais, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei n° 8.666/93 e alterações.Os pagamentos estão condicionados a apresentação das respectivas faturas. **7.3.** As taxas referentes ao Envio de TED e/ou DOC serão efetivamente descontadas do valor a ser pago a favorecida; **7.4.** Nas Notas Fiscais apresentadas para pagamento os materiais relacionados deverão vir com nome e especificações, sob pena de devolução da mesma e o não pagamento. **7.5.** As empresas regularmente inscritas nos simples deverão apresentar documentos comprobatórios, para os fins de retenções de impostos. **7.6.** Toda operação de venda de mercadorias terá que ser efetuada, obrigatoriamente, mediante a emissão de **NOTA FISCAL ELETRÔNICA**; **7.6.1.** Se a Nota Fiscal for apresentada com erro, será devolvida à licitante vencedora para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado nos item 7.2, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação; **7.7.** Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de atualização monetária. **7.8.** O Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring". **7.9. A nota fiscal deverá estar acompanhada das certidões negativas da RECEITA FEDERAL e do FGTS, devidamente válidas, para que seja efetuado o pagamento, sendo que é de responsabilidade do fornecedor, manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas na licitação (regularidade fiscal). 08. DA READEQUAÇÃO DE PREÇOS 8.1.** Durante o período de vigência da ata, **os preços não serão reajustados**, ressalvada, entretanto, a possibilidade de readequação dos preços vigentes pela Administração para manter o equilíbrio econômico- financeiro, ou em face da superveniência de normas federais ou municipais aplicáveis à espécie,

considerada, para base inicial de análise, a demonstração da composição de custos, anexa a ata de registro de preços.

**8.2.** O diferencial de preço entre a proposta inicial da Detentora e a pesquisa de mercado efetuada pela Administração à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos concedidos pela Detentora, serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da vigência da ata. **8.3.** Durante a vigência da ata, os preços registrados não poderão ficar acima dos praticados no mercado. Por conseguinte, independentemente de provocação da Administração, no caso de redução, ainda que temporária, dos preços de mercado, a Detentora obriga-se a comunicar à Prefeitura o novo preço que substituirá o então registrado. **8.3.1.** Caso a Detentora venha a se locupletar com a redução efetiva de preços de mercado não repassada à Administração, ficará obrigada à restituição do que houver recebido indevidamente. **8.4.** Caberá à Administração, à cada prestação de serviço, efetuar as pesquisas de preços de mercado para verificar a compatibilidade dos preços registrados, devendo negociar com o Detentor do Registro, sempre que a pesquisa constar preços menores. **09. DA RECISÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 9.1.** A ata poderá ser rescindida de pleno direito, nas hipóteses a seguir relacionadas. **9.2.** A rescisão pela **Administração** poderá ocorrer quando: **9.2.1.** A Detentora não cumprir as obrigações constantes da ata; **9.2.2.** A Detentora não formalizar contrato decorrente do registro de preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, se a Administração não aceitar sua justificativa; **9.2.3.** A Detentora der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços; **9.2.4. E**m qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços; **9.2.5.** Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado e a Detentora não aceitar a redução; **9.2.6.** Por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado pela Administração; **9.2.7.** Sempre que ficar constatado que a fornecedora perdeu qualquer das condições de habilitação e/ou qualificação exigidas na licitação. **9.3.** A comunicação da rescisão, nos casos previstos no subitem 9.2, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da Detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado por **02 (duas) vezes consecutivas,** considerando-se cancelado o registro a partir da última publicação. **9.4.** A rescisão pela **Detentora** poderá ocorrer quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências da ata. **9.4.1.** A solicitação da Detentora para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência de **30 (trinta) dias,** facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas cabíveis**,** caso não sejam aceitas as razões do pedido. **9.4.2.** A rescisão ou suspensão de fornecimento com fundamento no artigo 78, inciso XV, da Lei federal nº 8.666/93 deverá ser notificada. **9.5.** A Administração, a seu critério, poderá convocar, pela ordem, as demais licitantes classificadas, nos termos do disposto neste edital para, mediante a sua concordância assumirem o fornecimento do objeto da ata. **9.6.** Aplica-se no que couber o disposto nos artigos 78 e 79 da Lei 8.666/93. **10. DAS PENALIDADES 10.1.** De conformidade com o art. 86, da Lei n.º 8666/93, atualizada, o atraso injustificado na entrega dos produtos sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa de até 2% (dois por cento), do valor da aquisição, até 30 (trinta) dias, após este prazo será cobrado juro de 1% (um por cento) ao mês;

**10.1.2** A multa prevista no item 10.1 será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 10.2, alínea "b";

**10.2.** Nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, atualizada, pela inexecução total ou parcial da entrega do objeto adquirido, a Administração poderá aplicar à(s) vencedora(s), mediante publicação no Diário Oficial do Estado, as seguintes penalidades: **a)** advertência por escrito; **b)** aplicação de multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento; **c)** suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 2 (dois) anos; **d)** declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93; **10.3.** Se a contratada não proceder o recolhimento da multa no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte do Município, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica. **10.3.1.** Em se tratando de

adjudicatária que não comparecer para retirar a Nota de Empenho, o valor da multa não recolhido será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica; **10.4.** Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.
**11. DAS ALTERAÇÕES DA ATA**

**11.1.** A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecido ao disposto no Art. 65 da Lei 8.666/93, nos seguintes casos:

**Parágrafo Primeiro:** os preços registrados poderão ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos materiais registrados, cabendo à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO-MT, órgão gerenciador desta ATA, promover as negociações junto aos fornecedores registrados.

**Parágrafo Segundo:** Quando os preços registrados, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO deverá:

I. Convocar o fornecedor registrado para negociação de redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado; II. Frustrada a negociação, liberar o fornecedor registrado do compromisso assumido; e III. Convocar, pela ordem de classificação do Pregão Eletrônico, os demais fornecedores que não tiveram seus preços registrados, visando igual oportunidade de negociação;

**Parágrafo Terceiro:** Quando o valor de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor, mediante comunicação e comprovação formal, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador da Ata poderá:

I. Liberar o fornecedor registrado do compromisso assumido, sem aplicação das penalidades previstas nesta Ata e no Edital do Pregão Eletrônico, confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; II. Para o disposto no subitem anterior, a comunicação deverá ser feita antes do pedido de fornecimento dos materiais; III. Convocar, pela ordem de classificação do Pregão Eletrônico, os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação;

**Parágrafo Quarto:** O MUNICÍPIO revogará a Ata de Registro de Preços sempre que não houver êxito nas negociações, na forma da legislação vigente.

**12. DISPOSIÇÕES FINAIS 12.1.** As omissões desta ATA e as dúvidas oriundas de sua interpretação serão sanadas de acordo com o que dispuserem o Edital do Pregão Eletrônico nº. 10/2023 e as propostas apresentadas pelas CONTRATADAS, prevalecendo, em caso de conflito, as disposições do Edital sobre as das propostas. **12.2.** O presente registro decorre de adjudicação às PROMITENTES CONTRATADAS dos objetos, cujas descrições, quantidades e especificações constam no Termo de Referência - Anexo I, do Pregão Eletrônico

nº 10/2023, conforme decisão do Pregoeira do MUNICÍPIO, lavrada em Ata datada em 19 de julho de 2023, e homologação feita pelo senhor Prefeito Municipal.

**12.3.** Caberá à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO o gerenciamento da presente Ata de Registro de Preços nos termos da legislação vigente. **12.4.** Fica eleito o foro da Comarca deste Município, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução desta ATA, com renúncia das partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam a presente Ata em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Novo Santo Antonio -MT 19 de julho de 2023.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO**

**Prefeito Municipal**

**MR DA GRACA SOUZA -COMERCIO E REPRESENTAÇOES**

**CNPJ:43.195.850/0001-03**

**CONTRATADA**

**MATHEUS RODOLFO DA GRAÇA SOUZA**

**CPF:048.186.091-61**

**RESPONSAVEL**

---

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº89/2023**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº89/2023**

**Processo Nº 067/2023**

**Pregão Eletrônico nº 10/2023**

**Validade: 12(doze) meses.**

Às 9 :00 horas do dia 19 de juLho de 2023, na **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO** , reuniram-se na sala de LICITAÇÃO, com sede na Av. 29 de Setembro, nº.244 Centro – Novo Santo Antônio - MT, neste ato legalmente representado por seu Prefeito Municipal **ADÃO SOARES NOGUEIRA**, brasileiro, casado, agropecuarista, residente e domiciliado à Av. Santo Antônio, n°.244, Centro, nesta cidade de Novo Santo Antônio - MT, portador do RG n° 738.751/SSP-MT e do CPF nº 604.590.181-91, denominada como **GERENCIADOR**, e de outro lado a empresa **HMA COMERCIO E ATACADISTA DE PRODUTOS DE INFORMATICA E ELETROELETRONICOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 29.391. 476/0001-82, Inscrição estadual nº 16.440.414-7, situada na avenida liberdade, nº. 3230, Bairro sesi, cidade de bayeux, estado de pb, CEP 58111-400, denominada **DETENTORA**representada neste ato por seu representante legal o(a) Sr(a). MANUELA NEGROMONTE MENDES MUNIZ DE ANDRADE , portador(a) da RG nº 6525081 CPF nº 107.646.124-76, residente e domiciliado(a) na cidade de bayeux, estado pb, CEP 58111-400, resolvem celebrar o presente contrato nos termos do processo licitatório n° 067/2023, realizado na modalidade de Pregão Eletrônico nº. 10/2023, nos termos da Lei

Federal nº 8.666/93 e suas alterações, da Lei Municipal nº 10.520/2002 e demais legislação aplicável à matéria e consoante as cláusulas e condições constantes deste instrumento convocatório da licitação supracitada, resolvem efetuar o Registro de Preço, referente ao Pregão Eletrônico nº 10/2023, nas condições em que segue:

**01. DO OBJETO E PREÇOS 1.1.** Constitui o objeto da presente o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MATERIAIS DE INFORMÁTICA E PERIFÉRICOS, EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE NOVO SANTO ANTÔNIO /MT. 1.2.** Os preços registrados na presente Ata referem-se aos seguintes itens:

| | |
|---|---|
| NOME: **HMA COMERCIO E ATACADISTA DE PRODUTOS DE INFORMATICA E ELETROELETRONICOS LTDA** | |
| CNPJ: **29.391.476/0001-82** | INSCRIÇÃO: **16.440.414-7** |
| ENDEREÇO: **AVENIDA LIBERDADE, Nº. 3230** | |
| CEP : **58111-400** | CIDADE/UF: **BAYEUX-PB** |
| TELEFONES**: (81)3033-0070** | E-MAIL: **LICITACAO@HMASERV.COM.BR** |
| REPRESENTANTE LEGAL: **MANUELA NEGROMONTE MENDES MUNIZ DE ANDRADE** | |
| RG: **6525081** | CPF: **107.646.124-76** |
| DESCRIÇÃO, QUANTIDADE E PREÇOS REGISTRADOS | |

| Código | Item | Descrição | Quant | MARCA | Unidade | Valor Unit | Valor Total | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 133121778 | 14 | PLACA DE REDE WIRELESS PCI-EXPRESS 300 Mbps - PADRÃO SLOT PCI EXPRESS X1, X2, X8, OU X16. - IGUAL SUPERIOR ADAPTADOR PCI EXPRESS WIRELESS N DE 300 MBPS TL-WN881ND | 41,000 | PCI EXPRESS | UND | R$69,00 | R$ 2.829,00 | |
| 133123219 | 20 | CABO HDMI HIGH DEFINITION ULTRAHD MULTIMEDIA INTERFACE TIPO HDMI X HDMI COMPRIMENTO DE 3 METROS | 28,000 | EXBOM | UND | R$16,00 | R$ 448,00 | |
| 333129723 | 32 | FONTE UNIVERSAL DE NOTEBOOK BIVOLT REGULAVEL - POTENCIA 120 W, VOLTAGEM DE SAIDA: 12V /15V / 16V / 18V / 19V / 20V / 24V, CONECTOR DE SAIDA: 9 CONECTORES DE SAIDA | 10,000 | MY-120W | UND | R$50,00 | R$ 500,00 | |
| 333130538 | 33 | CABO PARA IMPRESSORA USB 2.0 - 1.8 METROS | 40,000 | LELONG ITBLUE | UND | R$6,50 | R$ 260,00 | |
| 333132183 | 55 | PLACA DE REDE LOCAL PADRAO CPI EXPRESS COM TAXA DE TRANSMISSAO DE 10/100MBPS, COM PADRAO DOS CONECTODES RJ45 | 25,000 | KNUP KP-T90B | UND | R$37,00 | R$ 925,00 | |
| 333130665 | 102 | TABLET CONFIGURACOES MINIMAS- TELA 10.5 POLEGADAS, RESOLUCAO TELA 1340X800 OU SUPERIOR, SISTEMA OPERACIONAL ANDROID 11 OU SUPERIOR, CAMERA TRASEIRA 8MP, MEMORIA INTERNA 64GB, MEMORIA RAM 4GB, EXPANSIVEL MCROSD ATE 1TB, PROCESSADOR OCTACORE 2.0 GHZ, BATERIA 7040 MAH, CONEXOES WI-FI, 4G, GPS. EM EBALAGEM COM PROTECAO APROPRIADA, ACOMPANHA 1 CARREGADOR USB-C, GARANTIA MINIMA DE 12 MESES , IGUAL OU SUPERIOR SAMGUN GALAXY TAB A8. | 116,000 | STROND | UND | R$1.262,00 | R$ 146.392,00 | |
| | **Qtde de Itens……..... 6**<br>**Valor Global R$ 151.354,00** | | | | | | | **104** |

**02. VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS 2.1.** A Ata de Registro de Preços, ora firmada, terá validade de 12 **(doze) meses,** a partir da data da assinatura, podendo ser prorrogada, por até idêntico período, desde que haja anuência das partes. Com base no Art. 4º § 2º do Decreto 3.931/01, Normativa AGU Nº 19/2009, amparados no Art. 57 § 4º da Lei 8.666/93. **2.2.** A Detentora da ata deverá manifestar, por escrito, seu eventual interesse na prorrogação do ajuste, em prazo não inferior a 60 (sessenta) dias do término de sua vigência. A inexistência de pronunciamento, dentro do prazo, dará ensejo à Administração, a seu exclusivo critério: de promover nova licitação, descabendo à Detentora o direito a qualquer recurso ou indenização. **2.3.** À Prefeitura Municipal de Novo Santo Antonio, no exercício do interesse público, é assegurado o direito de exigir que a **Detentora**, conforme o caso prossiga na execução do ajuste, pelo período de até **60 (sessenta) dias,** a fim de se evitar brusca interrupção nos fornecimentos, mediante aditamento contratual, respeitado o prazo fixado nesta ata. **03. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, PRAZO E LOCAIS DE ENTREGA 3.1.** Os equipamentos/materiais, objeto desta licitação, deverão ser entregues (sem ônus de entrega), parceladamente, de acordo com as solicitações da Secretaria Municipal solicitante, nos horários: 8h00 às 11h00 e 13h00 às 17h00, que será recebido pelo servidor Responsável, e pelo Fiscal responsável pelo Contrato**,** em sua totalidade conforme autorização emitida pela Secretaria solicitante. **3.2.** A empresa detentora da Ata de Registro de Preços deverá atender as solicitações das Secretarias Municipais, no prazo máximo de **20 (vinte) dias corridos**, contados do momento do envio do pedido (requisição) dos produtos e confirmação por e-mail ou contato telefônico. **3.3.** Os produtos deverão estar em conformidade com as normas vigentes. Na entrega serão verificados os prazos de validade e o estado de conservação das embalagens. Todos os produtos entregues serão recebidos e conferidos por servidores designado por cada secretaria; **3.4.** A empresa detentora deverá entregar os produtos, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços**; 3.5.** A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste contrato e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas. **3.6.** A entrega do objeto desta Ata de Registro de Preços dar-se-á sob a forma de fornecimento parcelado, sendo que somente serão pagos os valores relativos ao fornecimento dos produtos efetivamente entregues, conforme atesto de recebimento da **Secretaria Municipal solicitante**, do Município Novo Santo Antonio, sendo que este não estará obrigado a adquirir a quantidade total dos produtos constantes da cláusula primeira. **3.7.** A empresa vencedora ficará obrigada a trocar, a suas expensas, a mercadoria que vier a ser recusada, sendo que o ato do recebimento não importará na aceitação. Prazo de troca: 03 (três) dias úteis. **3.8.** Independentemente da aceitação, o adjudicatório garantirá a qualidade de cada item, obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito ou irregularidade. Por divergências não adequadas serão aplicadas às sanções previstas neste instrumento e legislação vigente. **3.9.** Caso a substituição não ocorra no prazo determinado, estará a contratada incorrendo em atraso na entrega e sujeita à aplicação das sanções previstas neste Edital. **3.10.** Relativamente ao disposto no presente tópico, aplicam-se, subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei nº 8.078 de 11/09/90 – Código de Defesa do Consumidor. **3.11.** Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada, as despesas e custos de transporte e entrega dos produtos durante o período de execução do contrato. **3.12.** Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada quaisquer danos que venham a ocorrer à Prefeitura Municipal de Novo Santo Antonio-MT ou a terceiros, decorrentes da execução incorreta da entrega dos produtos contratados. **04. DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA 4.1.** Como condição para emissão da Nota de Empenho e/ou assinatura do contrato, a licitante vencedora deverá estar com a documentação obrigatória válida; **4.2.** Se não comprovarem a situação regular da licitante, a sessão será retomada e os demais chamados, na ordem de classificação, para fazê-lo nas condições de suas respectivas ofertas, observado que o Pregoeira examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis; **4.3.** A adjudicatária se obriga,

nos termos deste Edital, a: **a)** A empresa se obrigará em um prazo máximo de 10 (dez) dias, a solucionar quaisquer problemas com os itens adquiridos, inclusive com reposição dos mesmos se por ventura não estiverem atendendo as finalidades propostas, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade e descartado o uso inadequado. **b)** A licitante vencedora, detentora do registro de preços, fica obrigada a aceitar acréscimos de até 25% do valor contratado nos preços da Ata de Registro de Preços. **c)** Assinar a ata da sessão pública de pregão e os relatórios com os preços ofertados nas etapas de lances verbais que substituirão a apresentação de nova proposta adequada ao preço ofertado. Se a empresa não se fizer representar até o final da sessão deverá então apresentar a nova proposta adequada ao preço ofertado nas etapas de lances verbais, no prazo de 03 (três) dias corridos, contados da notificação realizada na sessão pública do pregão. **d)** Será responsável pelo fornecimento dos produtos dentro dos padrões adequados de qualidade e segurança e demais quesitos previstos na lei 8078/90, assegurando todos os direitos inerentes à qualidade de consumidor à Prefeitura. **e)** Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CONTRATANTE, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações decorrentes da constatação de vícios, defeitos ou incorreções relativas ao objeto deste Edital, bem como a respeito da qualidade dos produtos, casos em que a CONTRATADA deverá, às suas expensas, realizar correções e comprovar a regularidade destes. **f)** Manter todas as condições estabelecidas neste Edital quanto as condições de habilitação e qualificação, durante toda a execução do contrato. **g)** Fornecer os produtos, de acordo com as especificações e demais condições estipuladas. **h)** Garantir a qualidade dos produtos fornecidos, segundo as exigências legais, normas do fabricante e especificações técnicas. **i)** Comunicar, imediatamente, a Prefeitura Municipal de Novo Santo Antonio-MT, qualquer irregularidade constatada durante o fornecimento dos produtos. **05. DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO 5.1.** Firmar Contrato e determinar a execução do objeto quando houver garantia real da disponibilidade financeira para a quitação de seus débitos frente à consignatária/contratada, sob pena de ilegalidade dos atos. **5.2.** Emitir ordem de fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto; **5.3.** Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da contratada em suas dependências. **5.4.** Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo fornecedor. **5.5.** Efetuar o pagamento á CONTRATADA, nas condições estabelecidas no edital. **5.6.** Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária. **5.7.** Não haverá sob hipótese alguma, pagamento antecipado. **5.8.** Coordenar e fiscalizar as entregas pertinentes às aquisições referentes ao contrato vigente, pela empresa CONTRATADA. **5.9.** Garantir a Detentora do Registro de Preços, desde que em igualdade de condições, a preferência no fornecimento, sempre que os preços forem compatíveis com os preços de mercado constatados mediante prévia e ampla pesquisa; **5.10.** Negociar com a Detentora do Registro de Preços, sempre os preços de mercados resultantes da pesquisa de preços estiver menor que os registrados; **06. DA CONTRATAÇÃO 6.1.** Observados os critérios e condições estabelecidos no edital do Pregão Eletrônico nº 10/2023, o MUNICÍPIO e/ou órgãos participantes, visando alcançar a quantidade de bens pretendida, poderá contratar concomitantemente com um ou mais fornecedores que tenham seus preços registrados, respeitando-se a capacidade de fornecimento das detentoras, e obedecida à ordem de classificação das propostas e os preços registrados. **6.2.** O Registro de Preços efetuado não obriga o MUNICÍPIO a firmar as contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o objeto, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições. **6.3.** A contratação junto a cada fornecedor registrado será formalizada pelos órgãos integrantes da Administração Direta ou Indireta do Poder Executivo, mediante a assinatura de contrato. **07. DO PAGAMENTO À CONTRATADA 7.1.** A empresa licitante deverá apresentar juntamente com as mercadorias as notas fiscais correspondentes ao fornecimento dos produtos, devidamente processadas em duas vias, com todos os campos preenchidos, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor designado pela Administração, devendo ainda estar acompanhada das cópias das Ordens de Fornecimento autorizada pela Secretaria Solicitante. **7.2.** O pagamento será efetuado pela Prefeitura Municipal no prazo de até o décimo (10º) dia do mês subsequente a entrega dos materiais, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei n° 8.666/93 e alterações.Os pagamentos estão condicionados a apresentação das respectivas faturas. **7.3.** As taxas referentes ao Envio de TED e/ou DOC serão efetivamente descontadas do valor a ser pago a favorecida; **7.4.** Nas Notas Fiscais apresentadas para pagamento os materiais relacionados deverão vir com nome e especificações, sob pena de devolução da mesma e o não pagamento. **7.5.** As empresas regularmente inscritas nos simples deverão apresentar documentos comprobatórios, para os fins de retenções de impostos. **7.6.** Toda operação de venda de mercadorias terá que ser efetuada, obrigatoriamente, mediante a emissão de **NOTA FISCAL ELETRÔNICA**; **7.6.1.** Se a Nota Fiscal for apresentada com erro, será devolvida à licitante vencedora para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado nos item 7.2, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação; **7.7.** Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de atualização monetária. **7.8.** O Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring". **7.9. A nota fiscal deverá estar acompanhada das certidões negativas da RECEITA FEDERAL e do FGTS, devidamente válidas, para que seja efetuado o pagamento, sendo que é de responsabilidade do fornecedor, manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas na licitação (regularidade fiscal). 08. DA READEQUAÇÃO DE PREÇOS 8.1.** Durante o período de vigência da ata, **os preços não serão reajustados**, ressalvada, entretanto, a possibilidade de readequação dos preços vigentes pela Administração para manter o equilíbrio econômico- financeiro, ou em face da superveniência de normas federais ou municipais aplicáveis à espécie,

considerada, para base inicial de análise, a demonstração da composição de custos, anexa a ata de registro de preços.

**8.2.** O diferencial de preço entre a proposta inicial da Detentora e a pesquisa de mercado efetuada pela Administração à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos concedidos pela Detentora, serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da vigência da ata. **8.3.** Durante a vigência da ata, os preços registrados não poderão ficar acima dos praticados no mercado. Por conseguinte, independentemente de provocação da Administração, no caso de redução, ainda que temporária, dos preços de mercado, a Detentora obriga-se a comunicar à Prefeitura o novo preço que substituirá o então registrado. **8.3.1.** Caso a Detentora venha a se locupletar com a redução efetiva de preços de mercado não repassada à Administração, ficará obrigada à restituição do que houver recebido indevidamente. **8.4.** Caberá à Administração, à cada prestação de serviço, efetuar as pesquisas de preços de mercado para verificar a compatibilidade dos preços registrados, devendo negociar com o Detentor do Registro, sempre que a pesquisa constar preços menores. **09. DA RECISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 9.1.** A ata poderá ser rescindida de pleno direito, nas hipóteses a seguir relacionadas. **9.2.** A rescisão pela **Administração** poderá ocorrer quando: **9.2.1.** A Detentora não cumprir as obrigações constantes da ata; **9.2.2.** A Detentora não formalizar contrato decorrente do registro de preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, se a Administração não aceitar sua justificativa; **9.2.3.** A Detentora der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços; **9.2.4.**

**E**m qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços; **9.2.5.** Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado e a Detentora não aceitar a redução; **9.2.6.** Por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado pela Administração; **9.2.7.** Sempre que ficar constatado que a fornecedora perdeu qualquer das condições de habilitação e/ou qualificação exigidas na licitação. **9.3.** A comunicação da rescisão, nos casos previstos no subitem 9.2, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da Detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado por **02 (duas) vezes consecutivas,** considerando-se cancelado o registro a partir da última publicação. **9.4.** A rescisão pela **Detentora** poderá ocorrer quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências da ata. **9.4.1.** A solicitação da Detentora para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência de **30 (trinta) dias,** facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas cabíveis**,** caso não sejam aceitas as razões do pedido. **9.4.2.** A rescisão ou suspensão de fornecimento com fundamento no artigo 78, inciso XV, da Lei federal nº 8.666/93 deverá ser notificada. **9.5.** A Administração, a seu critério, poderá convocar, pela ordem, as demais licitantes classificadas, nos termos do disposto neste edital para, mediante a sua concordância assumirem o fornecimento do objeto da ata. **9.6.** Aplica-se no que couber o disposto nos artigos 78 e 79 da Lei 8.666/93. **10. DAS PENALIDADES 10.1.** De conformidade com o art. 86, da Lei n.º 8666/93, atualizada, o atraso injustificado na entrega dos produtos sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa de até 2% (dois por cento), do valor da aquisição, até 30 (trinta) dias, após este prazo será cobrado juro de 1% (um por cento) ao mês;

**10.1.2** A multa prevista no item 10.1 será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 10.2, alínea “b”;

**10.2.** Nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, atualizada, pela inexecução total ou parcial da entrega do objeto adquirido, a Administração poderá aplicar à(s) vencedora(s), mediante publicação no Diário Oficial do Estado, as seguintes penalidades: **a)** advertência por escrito; **b)** aplicação de multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento; **c)** suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 2 (dois) anos; **d)** declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93; **10.3.** Se a contratada não proceder o recolhimento da multa no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte do Município, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica. **10.3.1.** Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirar a Nota de Empenho, o valor da multa não recolhido será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica; **10.4.** Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.
**11. DAS ALTERAÇÕES DA ATA**

**11.1.** A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecido ao disposto no Art. 65 da Lei 8.666/93, nos seguintes casos:

**Parágrafo Primeiro:** os preços registrados poderão ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos materiais registrados, cabendo à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO-MT, órgão gerenciador desta ATA, promover as negociações junto aos fornecedores registrados.

**Parágrafo Segundo:** Quando os preços registrados, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO deverá:

I. Convocar o fornecedor registrado para negociação de redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado; II. Frustrada a negociação, liberar o fornecedor registrado do compromisso assumido; e III. Convocar, pela ordem de classificação do Pregão Eletrônico, os demais fornecedores que não tiveram seus preços registrados, visando igual oportunidade de negociação;

**Parágrafo Terceiro:** Quando o valor de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor, mediante comunicação e comprovação formal, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador da Ata poderá:

I. Liberar o fornecedor registrado do compromisso assumido, sem aplicação das penalidades previstas nesta Ata e no Edital do Pregão Eletrônico, confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; II. Para o disposto no subitem anterior, a comunicação deverá ser feita antes do pedido de fornecimento dos materiais; III. Convocar, pela ordem de classificação do Pregão Eletrônico, os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação;

**Parágrafo Quarto:** O MUNICÍPIO revogará a Ata de Registro de Preços sempre que não houver êxito nas negociações, na forma da legislação vigente.

**12. DISPOSIÇÕES FINAIS 12.1.** As omissões desta ATA e as dúvidas oriundas de sua interpretação serão sanadas de acordo com o que dispuserem o Edital do Pregão Eletrônico nº. 10/2023 e as propostas apresentadas pelas CONTRATADAS, prevalecendo, em caso de conflito, as disposições do Edital sobre as das propostas. **12.2.** O presente registro decorre de adjudicação às PROMITENTES CONTRATADAS dos objetos, cujas descrições, quantidades e especificações constam no Termo de Referência - Anexo I, do Pregão Eletrônico

nº 10/2023, conforme decisão do Pregoeira do MUNICÍPIO, lavrada em Ata datada em 19 de julho de 2023, e homologação feita pelo senhor Prefeito Municipal.

**12.3.** Caberá à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO o gerenciamento da presente Ata de Registro de Preços nos termos da legislação vigente. **12.4.** Fica eleito o foro da Comarca deste Município, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução desta ATA, com renúncia das partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam a presente Ata em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Novo Santo Antonio -MT 19 de julho de 2023

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO**

**Prefeito Municipal**

**HMA COMERCIO E ATACADISTA DE PRODUTOS DE INFORMATICA E ELETROELETRONICOS LTDA**

**CNPJ:29.391.476/0001-82**

**CONTRATADA**

**MANUELA NEGROMONTE MENDES MUNIZ DE ANDRADE**

**CPF:107.646.124-76**

**RESPONSAVEL**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM

**LICITAÇÕES E CONTRATOS**
**TERMO DE RATIFICAÇÃO DE PROCESSO E RESPECTIVO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO**

**PROCESSO DE LICITAÇÃO 81/2023 - DISPENSA Nº 10/2023**

O Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais e estando de conformidade com a legislação pertinente, **RATIFICA** o presente Dispensa de Licitação enquadrada no Inciso X, do Art. 24, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e, ainda com base no Parecer Jurídico exarado pela Douta Assessoria Jurídica do Município, para que se proceda a contratação da Locação do imóvel cujo responsável legal é o Sr. **CECILIO RODRIGUES JUNIOR**, devidamente inscrito no CPF/MF sob o nº. 394.243.676-00 no valor global de R$ 3.000,00 (três mil reais), correndo tal despesa a conta específica constante da Lei Orçamentária do Município de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, para o Exercício Financeiro de 2023.

Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim - MT, em 15 de agosto de 2023.

**LEONARDO FARIA ZAMPA - Prefeito Municipal**

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**EDITAL COMPLEMENTAR Nº 003 DIVULGA LISTAS DE INSCRITOS DEFERIDOS E INDEFERIDOS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2023 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2023

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 003

DIVULGA LISTAS DE INSCRITOS DEFERIDOS E INDEFERIDOS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2023 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor Geraldo Pereira da Silva Sobrinho, Presidente da Comissão Examinadora do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2023, nomeado pela Portaria nº 189/2023 de 19 de junho de 2023, em cumprimento ao disposto no item 18.6 do Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2023, torna público o que segue:

1. Fica divulgada a LISTA DE CANDIDATOS COM INSCRIÇÕES DEFERIDAS, conforme ANEXO I deste Edital Complementar;

2. Fica divulgada a LISTA DE CANDIDATOS COM INSCRIÇÕES INDEFERIDAS, conforme ANEXO II deste Edital Complementar;

3. Fica divulgada a LISTA DE CANDIDATOS CONFIRMADOS E NÃO CONFIRMADOS COMO PcD, conforme ANEXO III deste Edital Complementar, nos termos do Item 6 do Edital de Abertura;

4. Fica aberto o prazo de recurso relativo à DIVULGAÇÃO DAS LISTAS DE CANDIDATOS DEFERIDOS, INDEFERIDOS E PcD, a partir das 00h00 do dia 17/08/2023 até as 23h59 do dia 18/08/2023, nos termos do Edital.

A íntegra deste Edital poderá ser consultada nos murais da Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim-MT, nos sites oficiais da Prefeitura - www.novosaojoaquim.mt.gov.br/ e no site da empresa organizadora - www.atamemt.com.br/concurso/

Novo São Joaquim/MT, 16 de agosto de 2023.

Geraldo Pereira da Silva Sobrinho

Presidente da Comissão Examinadora do Processo Seletivo Simplificado

ANEXO I DEFERIDOS

| **Função: 001 - Agente de Fiscalização em Saúde (Vigilância Sanitária)** | | | |
|---|---|---|---|
| **Insc.** | **Nome** | **RG** | **Nascimento** |
| 00079 | KASSIA KELLY SILVA BATISTA | 33486719 SSPII/MT | 25/08/2003 |
| 00104 | KAWANI GOMES OLIVEIRA | 35668440 SSP/MT | 03/10/2004 |
| 00013 | NAIRA DIVINA VIEIRA DA SILVA | 19733020 SSP/MT | 16/03/1989 |
| **Inscritos: 3 - Vagas: 1 - Vagas PNE: 0 - Concorrência: 3.00** | | | |
| **Função: 002 - Agente de Serviços Gerais-AG10 (Servente)** | | | |
| **Insc.** | **Nome** | **RG** | **Nascimento** |
| 00101 | LUCAS TEODORO RODRIGUES DE SOUZA | 99031 SSP/MT | 25/10/1998 |
| **Inscritos: 1 - Vagas: 1 - Vagas PNE: 0 - Concorrência: 1.00** | | | |
| **Função: 003 - Agente de Serviços Gerais-AG11 (Coletor de Lixo)** | | | |
| **Insc.** | **Nome** | **RG** | **Nascimento** |
| 00091 | APARECIDA GOMES DOS SANTOS | 22148140 SSP/MT | 21/09/1984 |
| 00054 | CELESTINO TSEREWA WA AWE WA RAI RO | 2575249-9 SSP/MT | 08/09/1990 |
| 00064 | CRISTIANO TSIMRIHU | 268182213 SSP/MT | 09/10/1989 |
| 00078 | FABIANA SOARES DA SILVA | 16372611 SSPII/MT | 16/11/1987 |
| 00017 | JAINO TOMÉ BORGES | 14503417 SSP/MT | 25/05/1981 |
| 00068 | JOSÉ AGNALDO TSARITIUDZE | 27030741 SSP/MT | 29/12/1997 |

| | | | |
|---|---|---|---|
| 00106 | LUCIANA FERREIRA GOMES | 21303185 SSP/MT | 23/10/1990 |
| 00044 | LUCIANA VIANA LOPES | 18475175 SSP/MT | 19/04/1987 |
| 00092 | MAIRUM MANAUDZERE TSERERUO | 27395138 SSP/MT | 25/04/2003 |
| 00083 | PAULO VINICIUS SANTOS DA SILVA | 32751974 SSP/MT | 11/10/2004 |
| 00114 | WILIA JOSÉ BATISTA | 10676279 SSP/MT | 23/03/1974 |
| 00067 | WILLIAM TSERE ONOIO | 23518103 SSP/MT | 28/12/1988 |
| **Inscritos: 12 - Vagas: 5 - Vagas PNE: 0 - Concorrência: 2.40** | | | |
| **Função: 004 - Agente de Serviços Gerais-AG12 (Cozinheira)** | | | |
| **Insc.** | **Nome** | **RG** | **Nascimento** |
| 00058 | ANA PAULA COSTA DE LIMA | 19136919 SSP/MT | 20/04/1988 |
| 00065 | TAINARA TOLENTINO DE OLIVEIRA | 30113482 SNJ/MT | 17/09/1998 |
| **Inscritos: 2 - Vagas: 1 - Vagas PNE: 0 - Concorrência: 2.00** | | | |
| **Função: 005 - Agente de Serviços Gerais-AG13 (Lavadeira/Passadeira)** | | | |
| **Insc.** | **Nome** | **RG** | **Nascimento** |
| 00057 | NILVA LOBATO DA CRUZ | 22486291 MAE/MT | 25/04/1977 |
| **Inscritos: 1 - Vagas: 1 - Vagas PNE: 0 - Concorrência: 1.00** | | | |
| **Função: 006 - Agente Serviços Gerais-AG8 (Merendeira)** | | | |
| **Insc.** | **Nome** | **RG** | **Nascimento** |
| 00066 | ADRIANA APARECIDA DA SILVA | 17416639 SNJ/MT | 27/06/1969 |
| 00007 | AMANDA LORRAYNE SANTOS BRITO | 24975958 SSP/MT | 01/06/1997 |
| 00117 | DANIELY GUEDES DE SOUZA | 5409474 SSP/GO | 28/05/1996 |
| 00029 | FLORI DOS SANTOS PONTES | 4090042 OUTRO/DF | 22/09/1959 |
| 00080 | MARILEDA RENHA OBA | 26181070 SSP/MT | 13/08/1987 |
| 00035 | TELMA LUCIA OLIVEIRA SUDRE | 18064841 SSP/MT | 25/06/1976 |
| **Inscritos: 6 CR - CADASTRO DE RESERVA** | | | |
| **Função: 007 - Auxiliar de Saúde Bucal** | | | |
| **Insc.** | **Nome** | **RG** | **Nascimento** |
| 00046 | ANDRESSA ATILA DE OLIVEIRA MATOS SOTERIO | 23038497 SSP/MT | 10/09/1997 |
| 00070 | JAMILLY PEREIRA RODRIGUES | 25590774 SSP/MT | 06/04/2002 |
| 00021 | LUSIMAR DIAS REBOUÇAS | 24977047 SSP/MT | 09/05/1993 |
| **Inscritos: 3 CR - CADASTRO DE RESERVA** | | | |
| **Função: 008 - Auxiliar de Turma** | | | |
| **Insc.** | **Nome** | **RG** | **Nascimento** |
| 00028 | AGDA DA SILVA ARAUJO | 00083 SSP/MA | 28/01/1993 |
| 00096 | CARLA CRISTINA BARBOSA | 22930000 SSP/MT | 20/08/1979 |
| 00072 | CLAUDIA MARIA DE DEUS | 16633563 SSP/MT | 27/06/1982 |
| 00090 | ELAINE CRISTINA SERVU | 28445120 SSP/MT | 04/08/1980 |
| 00036 | FERNANDA FERREIRA ROCHA | 34416420 SSP/MT | 26/02/2005 |
| 00109 | GLAUCIMARA GOMES DA SILVA | 34491538 SSP/MT | 26/09/2004 |
| 00085 | GRACIELI SILVA COSTA | 35905522 SSP/MT | 11/01/2003 |
| 00053 | LAIANE FERREIRA DE SOUZA | 30130492 SSP/MT | 24/09/2001 |
| 00055 | MARIA JUSTINA DINIZ SILVA | 245322420033 SJ/MT | 10/07/1980 |
| 00050 | MELISSA SILVA CAMARGOS | 30685869 SSP/MT | 20/04/2003 |
| 00061 | MICHELE VILELA DA COSTA | 24156698 SSP/MT | 19/07/1993 |
| 00011 | ROSIENE BATISTA RUFINO | 20492839 SSP/MT | 20/08/1991 |
| 00008 | TALITA PEREIRA DA SILVA | 27185125 SSP/MT | 10/12/1996 |
| **Inscritos: 13 - Vagas: 2 - Vagas PNE: 0 - Concorrência: 6.50** | | | |
| **Função: 009 - Cuidador do Idoso** | | | |
| **Insc.** | **Nome** | **RG** | **Nascimento** |
| 00039 | ANEQUESANIA SENA FURTADO DE CAMPOS | 18919200 SSP/MT | 18/12/1988 |
| 00038 | ARLETE LUIZA DE SENA | 54578752100 SSP/MT | 17/05/1970 |
| 00060 | GERCINA RODRIGUES DAMACENO | 7491173 SSP/MT | 01/01/1970 |
| 00052 | MARIA APARECIDA LUIS DOS PASSOS | 20302215 SSP/MT | 23/01/1984 |
| 00082 | SUELI DOS SANTOS SOARES | 35996510 SSP/MT | 02/05/1984 |
| **Inscritos: 5 - Vagas: 3 - Vagas PNE: 0 - Concorrência: 1.67** | | | |
| **Função: 010 - Cuidador do Menor** | | | |
| **Insc.** | **Nome** | **RG** | **Nascimento** |
| 00006 | ANGELA MARA DA SILVA | 24999504 SSP/MT | 04/02/1997 |
| 00051 | JU MARIA BARBOSA DOS SANTOS NOGUEIRA | 30336791 SSP/MT | 15/09/2001 |
| 00031 | KÁTIA MARIA RODRIGUES | 03875545241 DGPC/GO | 09/08/1976 |
| 00048 | LORÂHINE DUARTE DOS SANTOS | 7116 SSP/MT | 24/09/2000 |
| 00030 | MARIA FERNANDA CHAVES DOS SANTOS | 8590944 SSP/MT | 13/06/2001 |
| 00118 | MARLENE JOSÉ DE CARVALHO | 16633660 SSP/MT | 08/04/1982 |
| 00012 | RAQUEL NUNES ARAUJO | 26990482 SSP/MT | 10/02/1996 |
| **Inscritos: 7 - Vagas: 3 - Vagas PNE: 0 - Concorrência: 2.33** | | | |
| **Função: 011 - Fisioterapeuta** | | | |
| **Insc.** | **Nome** | **RG** | **Nascimento** |
| 00089 | ALINE DOS SANTOS SANTANA | 27732045 SSP/MT | 25/09/1999 |
| 00026 | DAMARES DIOVANA SILVA | 24293822 SSP/MT | 19/12/1996 |
| 00107 | IRAILDES VAZ DA COSTA GARCIA | 2091323 SSP/GO | 15/11/1964 |
| 00009 | PYETRA DO NASCIMENTO CONSTANTINO | 136729020 SSP/PR | 18/09/1998 |
| 00047 | ROBSLENE LIMA DOS SANTOS | 22904026 SSP/MT | 22/05/1992 |
| **Inscritos: 5 CR - CADASTRO DE RESERVA** | | | |
| **Função: 014 - Motorista - Sede do Município** | | | |

| Insc. | Nome | RG | Nascimento |
|---|---|---|---|
| 00040 | ALESSI DA LUZ DIVINO | 251141 SSP/MT | 27/04/1957 |
| 00032 | FABIO WILLIAN ALBUQUERQUE RIBEIRO | 24066141 SSP/MT | 26/11/1994 |
| 00004 | HENRIQUE MARQUES DE BRITO BOMBARDA | 223317535 SSP/MT | 19/12/1998 |
| 00119 | JOSIMAR DA LUZ | 44757346 SSP/PR | 31/07/1967 |
| 00110 | KLEBER HENRIQUE DA PAZ | 23212306 SSP/MT | 25/04/1993 |
| 00084 | PAULO FERREIRA DE SOUZA | 10795880 SSP/MT | 14/04/1979 |
| **Inscritos: 6 - Vagas: 3 - Vagas PNE: 0 - Concorrência: 2.00** | | | |
| **Função: 015 - Motorista - Distrito de Cachoeira da Fumaça** | | | |
| **Insc.** | **Nome** | **RG** | **Nascimento** |
| 00113 | CLEIDIMAR FERNANDES DE OLIVEIRA | 14391236 SESP/MT | 04/09/1982 |
| 00023 | VALMIRO AUGUSTO CAMPOS | 14065630 SSP/MT | 08/02/1981 |
| **Inscritos: 2 - Vagas: 1 - Vagas PNE: 0 - Concorrência: 2.00** | | | |
| **Função: 016 - Motorista - Distrito de Itaquerê** | | | |
| **Insc.** | **Nome** | **RG** | **Nascimento** |
| 00001 | EMANUELLI RODRIGUES DE CARVALHO | 23181109 SESP/MT | 29/09/1995 |
| 00075 | MARCIO ADR LIMA | 20137770 SSP/MT | 05/09/1990 |
| 00043 | ROMÁRIO MARTINS NOGUEIRA | 23180951 SESP/MT | 25/01/1993 |
| 00027 | VALDERLI GOMES COELHO | 23180935 SSP/MT | 02/07/1994 |
| **Inscritos: 4 - Vagas: 2 - Vagas PNE: 0 - Concorrência: 2.00** | | | |
| **Função: 017 - Operador de Máquina (Motoniveladora)** | | | |
| **Insc.** | **Nome** | **RG** | **Nascimento** |
| 00002 | GI AUGUSTO FILHO | 20770405 SSP/MT | 04/11/1990 |
| 00014 | JONY FREITAS COSTA | 16746627 SSP/MT | 27/02/1983 |
| **Inscritos: 2 CR - CADASTRO DE RESERVA** | | | |
| **Função: 019 - Professor - Educação Física** | | | |
| **Insc.** | **Nome** | **RG** | **Nascimento** |
| 00022 | CARIN CRISTINA GUNSCH | 33594066 SSP/MT | 12/02/1976 |
| 00003 | GLEISON LUCAS VIEIRA DE OLIVEIRA | 24999474 SEJSP/MT | 24/10/1996 |
| 00005 | LEONARDO SOUZA FERNANDES | 25451073 SSP/MT | 28/08/2000 |
| 00116 | LETICIA FELIX MARTINS | 3515 SSP/MT | 14/05/1995 |
| 00099 | MATHEUS ROBERTO DE ARAUJO COSTA | 6452305 SSP/GO | 14/12/1997 |
| 00056 | WILIAN MORAES DE MELO | 18065474 SSP/MT | 12/06/1988 |
| **Inscritos: 6 - Vagas: 1 - Vagas PNE: 0 - Concorrência: 6.00** | | | |
| **Função: 021 - Psicólogo** | | | |
| **Insc.** | **Nome** | **RG** | **Nascimento** |
| 00037 | HAYANNE CHRISTINE TEIXEIRA PAZ AZANKI | 2255968 SSP/MT | 28/07/1997 |
| 00016 | LAUANA DA SILVA SANTOS | 22302727 SSP/MT | 29/02/2000 |
| 00042 | LUCINEIDE ALVES DE SOUSA SILVA | 3109538 SPTC/GO | 21/11/1972 |
| 00095 | TATHYANA SILVESTRE FONTÃO | 424037221 SSP/SP | 30/08/1986 |
| **Inscritos: 4 - Vagas: 1 - Vagas PNE: 0 - Concorrência: 4.00** | | | |

**TOTAL DE INSCRITOS: 82 - TOTAL DE VAGAS: 29 - TOTAL DE VAGAS PNE: 0**

ANEXO II INDEFERIDOS

| Código | Nome | Função | Situação |
|---|---|---|---|
| 00063 | ADERALDO TSERETATAAWÊ | AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS-AG11 (COLETOR DE LIXO) | NÃO PGTO BOLETO |
| 00074 | ALESSANDRO MENDNÇA DE OLIVEIRA | PSICÓLOGO | NÃO PGTO BOLETO |
| 00105 | ALINE ALVES GARCIA LOBATO | PROFESSOR - EDUCAÇÃO FÍSICA | NÃO PGTO BOLETO |
| 00077 | ANDRÉA FERREIRA DA SILVA | AUXILIAR DE TURMA | NÃO PGTO BOLETO |
| 00097 | BARBARA MARTINS DE OLIVEIRA GOMES | PROFESSOR - INGLÊS | NÃO PGTO BOLETO |
| 00093 | CLAUDIANA FERREIRA DA SILVA OLIVEIRA | AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL | NÃO PGTO BOLETO |
| 00069 | DAYANNE VANESSA BARROS DE OLIVEIRA PAIVA | AGENTE DE FISCALIZAÇÃO EM SAÚDE (VIGILÂNCIA SANITÁRIA) | NÃO PGTO BOLETO |
| 00081 | ELBER SANTANA BISPO | MOTORISTA - SEDE DO MUNICÍPIO | NÃO PGTO BOLETO |
| 00020 | EVERSON PINHEIRO | AGENTE DE FISCALIZAÇÃO EM SAÚDE (VIGILÂNCIA SANITÁRIA) | NÃO PGTO BOLETO |
| 00100 | JACQUELINE SOARES | PROFESSOR - INGLÊS | NÃO PGTO BOLETO |
| 00088 | JEFFERSON DIAS VALIM | PROFESSOR - EDUCAÇÃO FÍSICA | NÃO PGTO BOLETO |
| 00062 | JHONNYS MAGALHAES FERREIRA | MOTORISTA - SEDE DO MUNICÍPIO | NÃO PGTO BOLETO |
| 00010 | JORDANA VITÓRIA CAMARGO LOPES | AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL | NÃO PGTO BOLETO |
| 00086 | KARIELLY DE AVILA ALVES | PROFESSOR - EDUCAÇÃO FÍSICA | NÃO PGTO BOLETO |

| | | | |
|---|---|---|---|
| 00115 | KASSIA RAFAELA DOS SANTOS | AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS-AG11 (COLETOR DE LIXO) | NÃO PGTO BOLETO |
| 00094 | LETCIA ALVES DA ROCHA OLIVEIRA | PSICÓLOGO | NÃO PGTO BOLETO |
| 00049 | LILIAN CRISTINA DA SILVA BORGES | AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS-AG13 (LAVADEIRA/PASSADEIRA) | NÃO PGTO BOLETO |
| 00112 | LUCAS ALVES ROSA | FISIOTERAPEUTA | NÃO PGTO BOLETO |
| 00073 | LÚCIO TSOWA O | AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS-AG11 (COLETOR DE LIXO) | NÃO PGTO BOLETO |
| 00103 | LUIZ ANTONIO DOS SANTOS SILVA | PROFESSOR - EDUCAÇÃO FÍSICA | NÃO PGTO BOLETO |
| 00024 | MARCIO ADR LIMA | MOTORISTA - SEDE DO MUNICÍPIO | NÃO PGTO BOLETO |
| 00108 | MARIA CRISTIANE RIBEIRO LARA | PSICÓLOGO | NÃO PGTO BOLETO |
| 00041 | MARIA MAEDNA COSME PEREIRA | AUXILIAR DE TURMA | NÃO PGTO BOLETO |
| 00071 | NIKOLLY DA SILVA ALVES | CUIDADOR DO MENOR | NÃO PGTO BOLETO |
| 00098 | OCIONE MARTINS DE OLIVEIRA | AGENTE DE FISCALIZAÇÃO EM SAÚDE (VIGILÂNCIA SANITÁRIA) | NÃO PGTO BOLETO |
| 00019 | OTAIZA PIRES DA SILVA | PROFESSOR - INGLÊS | NÃO PGTO BOLETO |
| 00033 | PABOLA STEFANY DIAS SIQUEIRA DE SOUZA | AGENTE DE FISCALIZAÇÃO EM SAÚDE (VIGILÂNCIA SANITÁRIA) | NÃO PGTO BOLETO |
| 00034 | PABOLA STEFANY DIAS SIQUEIRA DE SOUZA | CUIDADOR DO IDOSO | NÃO PGTO BOLETO |
| 00111 | RAIANE GONÇALVES TORQUATO | AGENTE DE FISCALIZAÇÃO EM SAÚDE (VIGILÂNCIA SANITÁRIA) | NÃO PGTO BOLETO |
| 00087 | RAYELI DE SOUZA SANTOS | FISIOTERAPEUTA | NÃO PGTO BOLETO |
| 00102 | RIVALDO BORGES DE ABREU | PROFESSOR - EDUCAÇÃO FÍSICA | NÃO PGTO BOLETO |
| 00018 | SARA EMANUELLY PEREIRA SILVA | AUXILIAR DE TURMA | NÃO PGTO BOLETO |
| 00059 | SUSANA SANTOS SATHLER | FISIOTERAPEUTA | NÃO PGTO BOLETO |
| 00025 | TELMA LUCIA OLIVEIRA SUDRE | CUIDADOR DO MENOR | NÃO PGTO BOLETO |
| 00045 | VERÔNICA APARECIDA DA SILVA | CUIDADOR DO IDOSO | NÃO PGTO BOLETO |
| 00076 | WASHINGTON ALVES DOS SANTOS | PROFESSOR - EDUCAÇÃO FÍSICA | NÃO PGTO BOLETO |
| 00015 | WESLAINE JULIA NOGUEIRA DA SILVA | MOTORISTA - SEDE DO MUNICÍPIO | NÃO PGTO BOLETO |

ANEXO III PCD

| 008 - AUXILIAR DE TURMA | | |
|---|---|---|
| **Inscrição** | **Nome** | **Situação** |
| 0000000109 | GLAUCIMARA GOMES DA SILVA | CONFIRMADA COMO PCD |

## PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

**LICITAÇÃO**
**HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2023.**

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT CNPJ: 15.023.971/0001-24, através do Pregoeira Devenilson da Silva, nomeado pela portaria nº 025/2020, torna público para o conhecimento dos interessados a Homologação do Processo de Pregão Presencial **nº 34/2023**. Regido pela lei 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal n°1.005/2014, subsidiada pela Lei 8.666/93, tendo por **Objeto:** Constitui Objeto da Presente licitação o Registro de Preços para Futura e Eventual para **Aquisição de Brinquedo - tipo playground, balanço de ferro e gangorra, com instalação e montagem inclusas, para execução do PROJETO VIDA COM LAZER, a ser realizado na Casa Lar Lafayette Eustáquio de Souza, com meta definida para atender crianças e adolescentes**, em atendimento a Secretaria de Assistência Social do Município e Paranatinga/MT.

FORNECEDOR: ORIGINAL SOLUCOES LTDA - CNPJ: 13.333.523/0001-00

Valor Total do Fornecedor: R$ 34.000,00 (trinta e quatro mil reais).

Departamento de Licitações e Contratos.

Paranatinga – MT, em 16 de agosto de 2023.

**LICITAÇÃO**
**AVISO DE LICITAÇÃO**

**Pregão Presencial**

**Nº 42/2023**

A Prefeitura Municipal de Paranatinga, através do Pregoeiro **Devenilson da Silva,** nomeado pela portaria 025/2020, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/2023,** regido pela Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, subsidiariamente à Lei nº 8.666/93 (e suas alterações posteriores), Decreto Federal 3.555 de 08 de Agosto de 2000, que regulamenta o Pregão e Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 1452/2018, 1759/2020, Lei Municipal nº 1909/2020 e Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006 que Institui o Estatuto Nacional da ME da EPP.

**Objeto**: Constitui Objeto da Presente licitação o Registro de Preços paraFutura e Eventual **Aquisição de Materiais de construção, Ferragens, Ferramentas e Materiais de Consumo em Geral para manutenção dos prédios públicos,** atendendo as necessidades do Gabinete do Prefeito e demais Secretarias solicitantes do Município de Paranatinga - MT. Conforme especificações contidas no ANEXO I e Termo de Referência do respectivo Edital.

**Abertura da Sessão: Dia 29/08/2023**

**Às 08:00 h (Hora Local).**

O Edital e os seus Anexos poderão ser retirados no site da Prefeitura www.**paranatinga**.mt.gov.br ou na sede da Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT, Sito Av. Brasil, 1900 – Centro, das **07 às 11h,** Informações pelo e-mail: **licitacao@paranatinga.mt.gov.br** ou - Telefone 66 3573-1329/ 1756.

Paranatinga-MT, 16 de agosto de 2023.

Devenilson da Sila

Pregoeiro

Portaria 025/2020

**LICITAÇÃO**
**EXTRATO DO CONTRATO Nº 58/2023.**

Processo: Dispensa de Licitação nº 23/2023.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA – MT, CNPJ: 15.023.971/0001-24.

CONTRATADA: NATIVA IMOBILIÁRIA – LTDA CNPJ 27.991.872/0001-15.

Objeto: Contratação de Empresa Especializada em **Prestação de Serviço de Avaliação de Imóveis no Município com Emissão de Laudo, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Administração de Paranatinga-MT, com fulcro no artigo 24, Inciso II da lei 8.666/93, conforme especificação e itens constantes do Termo de Referência.**

Do valor mensal R$ 1.320,00 (um mil, trezentos e vinte reais).

Do valor total R$ **15.840,00 (quinze mil, oitocentos e quarenta reais)**.

Do prazo do contrato: 08/08/2023 até o dia 08/08/2024.

| Item | Código | Descrição | Unidade | Quant. | Valor Unit. R$ | Valor Total R$ |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 999212 | PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AVALIAÇÃO DE IMOVIES COM EMISSÃO DE LAUDO NO PERIMETRO URBANO, NO MUNICIPIO DE PARANATINGA | MES | 12 | R$ 1. 320,00 | R$ 15. 840,00 |

Fica designado para exercer a função de fiscal do presente contrato nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93, e através da **Portaria nº 303 de 19 de julho de 2023,** os servidores **Leonildo Fabian** – Matricula nº 77, e **Edivania Borges Richtic** – Matricula nº 7459, ambos lotadas e representando a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.

Departamento de Licitações e Contratos.

Paranatinga – MT, em 08 de agosto de 2023.

**LICITAÇÃO**
**RETIFICAÇÃO DO AVISO DE LICITAÇÃO**

**Onde se lê:**

**Pregão Presencial**

**Nº 40/2023**

A Prefeitura Municipal de Paranatinga, através do Pregoeiro **Devenilson da Silva,** nomeado pela portaria 025/2020, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2023,** regido pela Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, subsidiariamente à Lei nº 8.666/93 (e suas alterações posteriores), Decreto Federal 3.555 de 08 de Agosto de 2000, que regulamenta o Pregão e Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 1452/2018, 1759/2020, Lei Municipal nº 1909/2020 e Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006 que Institui o Estatuto Nacional da ME da EPP.

**Objeto**: Constitui o objeto da Presente Licitação o Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa Especializada em **Serviço de Divulgação em Carro de Som,** atendendo as necessidades do Gabinete do Prefeito e demais Secretarias de Paranatinga-MT. Conforme especificações contidas no ANEXO I e Termo de Referência do respectivo Edital.

**Abertura da Sessão: Dia 28/08/2023**

**Às 08:00 h (Hora Local).**

O Edital e os seus Anexos poderão ser retirados no site da Prefeitura www.**paranatinga**.mt.gov.br ou na sede da Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT, Sito Av. Brasil, 1900 – Centro, das **07 às 11h,** Informações pelo e-mail: **licitacao@paranatinga.mt.gov.br** ou - Telefone 66 3573-1329/ 1756.

Paranatinga-MT, 15 de agosto de 2023.

Devenilson da Sila

Pregoeiro

Portaria 025/2020

**Leia se:**

**Pregão Presencial**

**Nº 41/2023**

A Prefeitura Municipal de Paranatinga, através do Pregoeiro **Devenilson da Silva,** nomeado pela portaria 025/2020, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2023,** regido pela Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, subsidiariamente à Lei nº 8.666/93 (e suas alterações posteriores), Decreto Federal 3.555 de 08 de Agosto de 2000, que regulamenta o Pregão e Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 1452/2018, 1759/2020, Lei Municipal nº 1909/2020 e Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006 que Institui o Estatuto Nacional da ME da EPP.

**Objeto**: Constitui o objeto da Presente Licitação o Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa Especializada em **Serviço de Divulgação em Carro de Som,** atendendo as necessidades do Gabinete do Prefeito e demais Secretarias de Paranatinga-MT. Conforme especificações contidas no ANEXO I e Termo de Referência do respectivo Edital.

**Abertura da Sessão: Dia 28/08/2023**

**Às 08:00 h (Hora Local).**

O Edital e os seus Anexos poderão ser retirados no site da Prefeitura www.**paranatinga**.mt.gov.br ou na sede da Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT, Sito Av. Brasil, 1900 – Centro, das **07 às 11h,** Informações pelo e-mail: **licitacao@paranatinga.mt.gov.br** ou - Telefone 66 3573-1329/ 1756.

Paranatinga-MT, 15 de agosto de 2023.

Devenilson da Sila

| | |
|---|---|
| Pregoeiro | Portaria 025/2020 |

**LICITAÇÃO**
**EXTRATO DO CONTRATO Nº 59/2023.**

Processo: Dispensa de Licitação nº 24/2023.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA – MT, CNPJ: 15.023.971/0001-24.

CONTRATADA: CÁSSIA APARECIDA SILVA SOUZA VIEIRA – MEI CNPJ 31.731.562/0001-39.

Objeto: Contratação de Empresa para **Aquisição de Material Permanente Smartphone Poco F5 White, em Atendimento da Secretaria Municipal do Gabinete do Prefeito, com fulcro no artigo 24, inciso II da Lei 8.666/93 alterada pelo Decreto Nº 9.412/2018.**

Do valor total **R$ 4.089,00 (quatro mil, oitenta e nove reais)**.

Do prazo do contrato: 10/08/2023 até o dia 08/12/2023.

| Item | Código | Descrição | Unidade | Quant. | Valor Unit. R$ | Valor Total R$ |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 999212 | PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AVALIAÇÃO DE IMOVIES COM EMISSÃO DE LAUDO NO PERI-METRO URBANO, NO MUNICIPIO DE PARANATINGA | MES | 12 | R$ 1. 320,00 | R$ 15. 840,00 |

Fica designado para exercer a função de fiscal do presente contrato nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93, e através da **Portaria nº 303 de 19 de julho de 2023,** os servidores **Edinaldo Pedro Ferreira da Silva Filho** –Matricula nº 7002, e **Francielle Alves Pereira** – Matricula nº 7022, ambos lotados e representando a Secretaria Municipal do Gabinete do Prefeito.

Departamento de Licitações e Contratos.

Paranatinga – MT, em 10 de agosto de 2023.

**LICITAÇÃO**
**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 28/2023.**

**Processo:** Pregão Presencial nº 28/2023.

**Contratante:** Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, CNPJ: 15.023.971/0001-24.

**Objeto:** o Registro de Preços para Futura e Eventual contratação de empresa especializada em prestação de serviços para fornecimento de alimentação em embalagem individual (marmitex) para atender as necessidades dos pacientes em Tratamento de Hemodiálise no Município de Primavera do Leste, em atendimento a Secretaria Municipal de Saúde de Paranatinga-MT. Conforme especificações contidas no ANEXO I e Termo de Referência do respectivo Edital.

**Da Fiscalização:** Fica designado para exercer a função de fiscal da Ata de Registro de Preço nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93, os servidores nomeados pela **Portaria nº 303 de 19 de julho de 2023.**

**Do prazo:** 09/08/2023 até o dia 09/08/2024.

Das empresas vencedoras, sequencia, código, descrição, unidade, quantidade, valor unitário e valor total:

| **L R MARMITARIA LTDA CNPJ 29.606.176/0001-73** | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Item | Código | Descrição | Unidade | Quant. | Valor Unit. R$ | Valor Total R$ |
| 1 | 997618 | MARMITEX EM PRIMAVERA DO LESTE - EMBALAGENS INDIVIDUAIS DE ISOPOR, TIPO MAR-MITEX N. 8, DESCARTAVEIS, COM VARIACAO DE NO MINIMO 6 (SEIS) TIPOS DE ALIMENTOS E PESO MINIMO DE 400 GRAMAS- | UND | 1875 | R$ 17,35 | R$ 32. 531,25 |

Departamento de Licitações e Contratos.

Paranatinga – MT, em 09 de agosto de 2023.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

**PORTARIA Nº 410, DE 2023 - CONSTITUIR COMISSÃO ORGANIZADORA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 005, DE 2023.**

**DE 16 DE AGOSTO DE 2023**

Constituir comissão organizadora do processo seletivo simplificado nº 005, de 2023.

**A PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Constituir a Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado Emergencial nº 005/2023, que será composta pelos servidores abaixo relacionados, sob a Presidência do servidor Alan Caik Moraes dos Santos:

Alan Caik Moraes dos Santos **-** Presidente

Luciana Martins Borges da Silva - Membro

Marcilene Costa da Conceição Contó – Membro

**Parágrafo único.** A Comissão Organizadora terá a responsabilidade de organizar o Processo Seletivo Simplificado, nos moldes estabelecidos na Lei Orgânica do Município e Lei Complementar nº 017/2014.

**Art. 2º** A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Pedra Preta, 16 de agosto de 2023.

**IRACI FERREIRA DE SOUZA**

**Prefeita Municipal**

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial da AMM.

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO - DISPENSA 08/2023**

A prefeita Municipal, Sra. Iraci Ferreira de Souza no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nrº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

| | |
|---|---|
| a) Processo Nrº : | 59/2023 |
| b) Licitação Nrº : | 8/2023 |
| c) Modalidade : | Dispensa: |
| d) Data Homologação : | 16/08/2023 |
| e) Objeto Homologado : | LOCAÇÃO DE IMOVEL PARA FINS NÃO RESIDENCIAL, LOCALIZADO NA AV. FERNANDO CORRÊA DA COSTA, LOTE 04/B, QD 50, BAIRRO CIDADE JURIGUE, NESTE MUNICIPIO DE PEDRA PRETA- MT, PARA INSTALAÇÃO DO CENTRO DE REABILITAÇÃO. |

**Fornecedor: LUCIANA APARECIDA GONCALVES**

**CNPJ/CPF: 852.735.XXX-68**

| Item | Descrição | Unid. | Quant. | Valor Unit. | Valor. Total |
|---|---|---|---|---|---|
| 1 | LOCAÇÃO DO IMOVEL PARA FINS NÃO RESIDENCIAL, LOCALIZADO NA AV. FERNANDO CORRÊA DA COSTA, LOTE 04/A, QD 50, BAIRRO CIDADE JURIGUE. | MÊS | 12 | R$ 3.500,0000 | R$ 42.000,0000 |

**Valor Total Homologado - R$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais).**

PEDRA PRETA, 16 de agosto de 2023.

_____

**IRACI FERREIRA DE SOUZA**

PREFEITA MUNICIPAL

**TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO - DISPENSA 08/2023**

A prefeita Municipal, Sra. Iraci Ferreira de Souza no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nrº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

| | |
|---|---|
| a) Processo Nrº : | 59/2023 |
| b) Licitação Nrº : | 8/2023 |
| c) Modalidade : | Dispensa: |
| d) Data Adjudicação : | 16/08/2023 |
| e) Objeto Adjudicado : | LOCAÇÃO DE IMOVEL PARA FINS NÃO RESIDENCIAL, LOCALIZADO NA AV. FERNANDO CORRÊA DA COSTA, LOTE 04/B, QD 50, BAIRRO CIDADE JURIGUE, NESTE MUNICIPIO DE PEDRA PRETA- MT, PARA INSTALAÇÃO DO CENTRO DE REABILITAÇÃO. |

**Fornecedor: LUCIANA APARECIDA GONCALVES**

**CNPJ/CPF: 852.735.XXX-68**

| Item | Descrição | Unid. | Quant. | Valor Unit. | Valor. Total |
|---|---|---|---|---|---|
| 1 | LOCAÇÃO DO IMOVEL PARA FINS NÃO RESIDENCIAL, LOCALIZADO NA AV. FERNANDO CORRÊA DA COSTA, LOTE 04/A, QD 50, BAIRRO CIDADE JURIGUE. | MÊS | 12 | R$ 3.500,0000 | R$ 42.000,0000 |

**Valor Total Adjudicado - R$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais).**

PEDRA PRETA, 16 de agosto de 2023.

_____

**IRACI FERREIRA DE SOUZA**

PREFEITA MUNICIPAL

**AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 08/2023**

A Prefeitura Municipal de Pedra Preta - MT, através de sua Comissão de Contratação, no uso de suas atribuições legais, torna público o resultado da licitação a seguir caracterizada:

**MODALIDADE**: **Dispensa nº 008/2023.**

**OBJETO:** Locação de imóvel para instalação do Centro de Reabilitação, localizado na Av Fernando Côrrea da Costa, Lote 4B, QD 50, Bairro Cidade Jurigue – Pedra Preta – Mato Grosso

**Locador: LUCIANA APARECIDA GONÇALVES, CPF: 852.735.xxx-68.**

**VALOR:** R$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), mensais, perfazendo o montante de R$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais).

**A Contratação encontra-se amparada no art. 24, inciso X da Lei 8.666/93.**

Assim sendo atendidos os dispostos supracitados, apresentamos a dispensa para Homologação e Adjudicação.

Pedra Preta - MT, 16 de Agosto de 2023.

**Rithyene Gomes da Silva**

Agente de Contratação

(Portaria nº 186/2023)

**PORTARIA Nº 403, DE 2023 - CONCEDE FÉRIAS REGULARES AO SERVIDOR SANDRO AMORIM DE MELO.**

**, DE 16 DE AGOSTO DE 2023**

**Concede férias regulares ao servidor Sandro Amorim de Melo.**

**CONSIDERANDO** o recebimento do requerimento de férias regulares protocolado pelo Departamento de Recursos Humanos.

**CONSIDERANDO** que o servidor faz jus a referida, adquirida no período de 23**/12/2021 à 23/12/2022.**

**A PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder férias regulares ao servidor **Sandro Amorim de Melo,** lotado na Secretaria Municipal de Saúde, ocupante do cargo de Bioquímico, a serem usufruídas no período de **31/8/2023 a 29/9/2023.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Pedra Preta, 16 de agosto de 2023.

**IRACI FERREIRA DE SOUZA**

**Prefeita Municipal**

**Registrada nesta Secretaria e**

**Publicada no Diário Oficial da AMM.**

**1º TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº 139/2022 - SAULO BASSI VENDRAMIN LTDA**

**1º TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº 139/2022**

| | |
|---|---|
| **CONTRATANTE:**PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA. | |
| **CONTRATADO: SAULO BASSI VENDRAMIN LTDA**<br>**CNPJ: 36.521.285/0001-53** | |
| **MODALIDADE: pregão presencial Nº 35/2022** | **DATA: 25/07/2023** |
| **DO OBJETO:**<br>O contrato tem por objeto a **Aquisição de madeira serrada, para manutenção de pontes de madeira**. | |
| **DA ALTERAÇÃO:**<br>O presente termo aditivo tem por objetivo o acréscimo de 25% do quantitativo inicialmente pactuado no contrato original, motivado por necessidade e interesse da Administração. | |
| **DO VALOR:**<br>**R$ 46.920,00** (quarenta e seis mil novecentos e vinte reais). | |

**PORTARIA Nº 404, DE 2023 - CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR EDSON MOURA FERREIRA.**

**DE 16 DE AGOSTO DE 2023**

**Concede licença prêmio ao servidor Edson Moura Ferreira.**

**CONSIDERANDO** o recebimento do requerimento de licença prêmio protocolado pelo Departamento de Recursos Humanos.

**CONSIDERANDO** que o servidor faz jus a referida, adquirida no período de 12**/3/2017 à 12/3/2022.**

**A PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder licença prêmio ao servidor **Edson Moura Ferreira,** lotado na Secretaria Municipal de Educação, concursado no cargo de Professor, a serem usufruídas no período de **21/9/2023 à 19/12/2023.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Pedra Preta, 16 de agosto de 2023.

**IRACI FERREIRA DE SOUZA**

**Prefeita Municipal**

**Registrada nesta Secretaria e**

**Publicada no Diário Oficial da AMM.**

**1º TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº 139/2022 - SAULO BASSI VENDRAMIN LTDA**

**1º TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº 139/2022**

| | |
|---|---|
| **CONTRATANTE:**PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA. | |
| **CONTRATADO: SAULO BASSI VENDRAMIN LTDA**<br>**CNPJ: 36.521.285/0001-53** | |
| **MODALIDADE: pregão presencial Nº 35/2022** | **DATA: 25/07/2023** |
| **DO OBJETO:**<br>O contrato tem por objeto a **Aquisição de madeira serrada, para manutenção de pontes de madeira**. | |
| **DA ALTERAÇÃO:**<br>O presente termo aditivo tem por objetivo o acréscimo de 25% do quantitativo inicialmente pactuado no contrato original, motivado por necessidade e interesse da Administração. | |
| **DO VALOR:**<br>**R$ 46.920,00** (quarenta e seis mil novecentos e vinte reais). | |

**DECRETO Nº 222, DE 2023 - DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DE SELEÇÃO EMERGENCIAL NA MODALIDADE DE ANÁLISE CURRICULAR**

**DE 16 DE AGOSTO DE 2023.**

Dispõe sobre autorização para a realização de seleção emergencial na modalidade de análise curricular, nos termos do que dispõe os §§ 3° e 4° do art. 16 da Lei Complementar Municipal n° 017/2014, e dá outras providências.

**CONSIDERANDO** as solicitações apresentadas através do oficio nº 614/2023/Secretaria Municipal de Educação e oficio nº 828/2023/Secretaria Municipal de Saúde.

**A PREFEITA MUNICIPIAL DE PEDRA PRETA-MT**, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais;

**DECRETA**:

**Art. 1º** Fica autorizado ao Departamento de Recursos Humanos do Poder Executivo Municipal, juntamente com a Comissão Organizadora a ser nomeada, que proceda à realização de processo de seleção temporária simplificada em caráter emergencial na modalidade de análise Curricular, adotando o rito previsto nos §§ 3° e 4° do art. 16 da Lei Complementar Municipal 017/2014, para os cargos de Professor de Educação Infantil e de Ensino Fundamental até o 5º ano (Vila Garça Branca), Motorista Educação (Vila Garça Branca), Técnico de Enfermagem (Vila Garça Branca), Auxiliar em Saúde Bucal (Vila Garça Branca) e Médico PSF (Urbano ou Rural – Vila Garça Branca).

**Parágrafo único**: A quantidade de vagas a serem disponibilizadas e os critérios de seleção a serem aplicados deverão estar previstos em edital destinado a reger o processo de recrutamento.

**Art. 2º** Diante das considerações expostas no presente decreto fica reconhecido que o recrutamento de profissionais a que se refere o artigo anterior se dará para o atendimento das situações excepcionais previstas nos incisos II, V e VII do art. 2° da Lei Complementar Municipal n° 017/2014.

**Art. 3º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Pedra Preta, 16 de agosto de 2023.

IRACI FERREIRA DE SOUZA

Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial da AMM.

**PORTARIA Nº 405, DE 2023 - CONCEDE LICENÇA PRÊMIO À SERVIDORA ARLETE DIAS DE SOUZA MOURA**

**DE 16 DE AGOSTO DE 2023**

**Concede licença prêmio à servidora Arlete Dias de Souza Moura.**

**CONSIDERANDO** o recebimento do requerimento de licença prêmio protocolado pelo Departamento de Recursos Humanos.

**CONSIDERANDO** que a servidora faz jus a referida, adquirida no período de 1**/12/2017 à 1/12/2022.**

**A PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder licença prêmio à servidora **Arlete Dias de Souza,** lotada na Secretaria Municipal de Educação, concursada no cargo de Professora, a serem usufruídas no período de **21/9/2023 à 19/12/2023.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Pedra Preta, 16 de agosto de 2023.

**IRACI FERREIRA DE SOUZA**

**Prefeita Municipal**

**Registrada nesta Secretaria e**

**Publicada no Diário Oficial da AMM.**

**PORTARIA Nº 406, DE 2023 - CONCEDE FÉRIAS REGULARES A SERVIDORA ANAIDE SILVEIRA DE SOUZA.**

**DE 16 DE AGOSTO DE 2023**

**Concede férias regulares a servidora Anaide Silveira de Souza.**

**CONSIDERANDO** o recebimento do requerimento de férias regulares protocolado pelo Departamento de Recursos Humanos.

**CONSIDERANDO** que a servidora faz jus a referida, adquirida no período de **3/8/2021 à 3/8/2022.**

**A PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder férias regulares a servidora **Anaide Silveira de Souza,** lotada na Secretaria Geral de Coordenadoria Administrativa, ocupante do cargo de auxiliar de serviços gerais, a serem usufruídas no período de **4/9/2023 a 3/10/2023.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Pedra Preta, 16 de agosto de 2023.

**IRACI FERREIRA DE SOUZA**

**Prefeita Municipal**

**Registrada nesta Secretaria e**

**Publicada no Diário Oficial da AMM.**

**PORTARIA Nº 407, DE 2023 - CONCEDE FÉRIAS REGULARES AO SERVIDOR EDIVAN BORGES MUNIZ.**

**DE 16 DE AGOSTO DE 2023**

**Concede férias regulares ao servidor Edivan Borges Muniz.**

**CONSIDERANDO** o recebimento do requerimento de férias regulares protocolado pelo Departamento de Recursos Humanos.

**CONSIDERANDO** que o servidor faz jus a referida, adquirida no período de **1/2/2021 à 1/2/2022.**

**A PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder férias regulares ao servidor **Edivan Borges Muniz,** lotado na Secretaria Municipal de Saúde, ocupante do cargo de auxiliar administrativo, a serem usufruídas no período de **21/8/2023 a 19/9/2023.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Pedra Preta, 16 de agosto de 2023.

**IRACI FERREIRA DE SOUZA**

**Prefeita Municipal**

**Registrada nesta Secretaria e**

**Publicada no Diário Oficial da AMM.**

**PORTARIA Nº 408, DE 2023 - CONCEDE FÉRIAS REGULARES A SERVIDORA TÂNIA BARBOSA SALOMÃO.**

**DE 16 DE AGOSTO DE 2023**

**Concede férias regulares a servidora Tânia Barbosa Salomão.**

**CONSIDERANDO** o recebimento do requerimento de férias regulares protocolado pelo Departamento de Recursos Humanos.

**CONSIDERANDO** que a servidora faz jus a referida, adquirida no período de **1/6/2021 à 1/6/2022.**

**A PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder férias regulares a servidora **Tânia Barbosa Salomão,** lotada na Secretaria Municipal de Educação, ocupante do cargo de continua/merendeira, a serem usufruídas no período de **4/9/2023 a 3/10/2023.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Pedra Preta, 16 de agosto de 2023.

**IRACI FERREIRA DE SOUZA**

**Prefeita Municipal**

**Registrada nesta Secretaria e**

**Publicada no Diário Oficial da AMM.**

**PORTARIA Nº 409, DE 2023 - CONCEDE FÉRIAS REGULARES AO SERVIDOR VALDIRO PEDROZO FRANCISCO.**

**, DE 16 DE AGOSTO DE 2023**

**Concede férias regulares ao servidor Valdiro Pedrozo Francisco.**

**CONSIDERANDO** o recebimento do requerimento de férias regulares protocolado pelo Departamento de Recursos Humanos.

**CONSIDERANDO** que o servidor faz jus a referida, adquirida no período de **1/4/2022 à 1/4/2023.**

**A PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder férias regulares ao servidor **Valdiro Pedrozo Francisco,** lotado na Secretaria Municipal de Educação, ocupante do cargo de agente de vigilância, a serem usufruídas no período de **30/8/2023 a 28/9/2023.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Pedra Preta, 16 de agosto de 2023.

**IRACI FERREIRA DE SOUZA**

**Prefeita Municipal**

**Registrada nesta Secretaria e**

**Publicada no Diário Oficial da AMM.**

## EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO N° 00001, DE 16 DE AGOSTO DE 2023.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196

/2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Constatação e Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

| **Sujeito(s) Passivo(s)** | | |
|---|---|---|
| **Nome Completo / Razão Social** | **CPF/CNPJ** | **Termo de Constatação e Intimação (ITR)** |
| BADIH AHMAD DIB | 068.829.351-49 | 9181/00106/2023 |
| BADIH AHMAD DIB | 068.829.351-49 | 9181/00107/2023 |
| HADASSA CANDIDO SOARES | 035.339.201-43 | 9181/00112/2023 |
| MANOEL CARLOS MARQUES | 055.884.078-73 | 9181/00104/2023 |
| MANOEL CARLOS MARQUES | 055.884.078-73 | 9181/00105/2023 |
| SIDNEI SERGIO PANES | 522.235.588-87 | 9181/00108/2023 |
| SIDNEI SERGIO PANES | 522.235.588-87 | 9181/00109/2023 |
| STEFANE CAJANGO DE CARVALHO | 009.573.741-35 | 9181/00110/2023 |
| STEFANE CAJANGO DE CARVALHO | 009.573.741-35 | 9181/00111/2023 |

**Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR**

Data de afixação: Data de desafixação:

16/08/2023

31/08/2023

## PORTARIA Nº 400, DE 2023 - INSTITUI COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 002/2023, COM A FINALIDADE DE APURAR FATOS QUE REMETEM A POSSÍVEL MÁ CONDUTA POR PARTE DO SERVIDOR ROBERTO FERREIRA DA SILVA

DE 15 DE AGOSTO DE 2023

Institui Comissãode **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 002/2023**, com a finalidade de apurar fatos que remetem a possível má conduta por parte do servidor Roberto Ferreira da Silva, e dá outras providências.

**CONSIDERANDO** o recebimento do Ofício n° 877/2023/GESTÃO DO SUS, encaminhado pela Secretaria Municipal de Saúde;

**PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.**

**RESOLVE:**

***Art. 1º*** Instaurar Comissãode**Processo Administrativo para** fatos que remetem a possível má conduta por parte do servidor Roberto Ferreira da Silva, e nomear os Servidores Municipais **Inácio Vilarinho Filho, Adenilda Vieira Coelho e Rejane Oliveira Horta Santos** para, sobre a presidência do primeiro, conduzir os trabalhos da comissão ora constituída.

**Art. 2º** A Comissão deverá, com senso de responsabilidade e observando os princípios da ampla defesa e do contraditório, promover a apuração dos fatos que subsidiaram a instauração do presente processo administrativo, devendo apresentar Relatório Conclusivo no prazo de 60 (sessenta) dias.

**Art. 3°** Havendo a necessidade, o assessoramento jurídico aos membros da comissão ficará a cargo da Procuradoria Geral do Município.

**Art. 4º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Pedra Preta, 15 de agosto de 2023.

IRACI FERREIRA DE SOUZA

Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial da AMM.

## PORTARIA Nº 401, DE 2023 - EXONERAR SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL WILMA MARIA DUARTE PEREIRA POR MOTIVO DE APOSENTADORIA

**DE 15 DE AGOSTO DE 2023**

Exonerar servidora pública municipal, por motivo de aposentadoria, e dá outras providências.

**CONSIDERANDO** o comunicado de decisão onde consta que a servidora Wilma Maria Duarte Pereira está aposentada, conforme benefício nº 2107914103.

**A PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** EXONERAR a servidora pública municipal a Senhora **Wilma Maria Duarte Pereira**, em decorrência da obtenção de aposentadoria por idade, conforme benefício nº 2107914103, ocupante do cargo de continua/merendeira.

**Art.2º**Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Pedra Preta, 15 de agosto de 2023.

**IRACI FERREIRA DE SOUZA**

**Prefeita Municipal**

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial da AMM.

## PORTARIA Nº 402, DE 2023 - EXONERAR SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL OLINDA GONÇALVES DE SOUZA POR MOTIVO DE APOSENTADORIA

**DE 15 DE AGOSTO DE 2023**

Exonerar servidora pública municipal, por motivo de aposentadoria, e dá outras providências.

**CONSIDERANDO** o comunicado de decisão onde consta que a servidora Olinda Gonçalves de Souza está aposentada, conforme benefício nº 2097649291.

**A PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** EXONERAR a servidora pública municipal a Senhora **Olinda Gonçalves de Souza**, em decorrência da obtenção de aposentadoria por idade, conforme benefício nº 2097649291, ocupante do cargo de continua/merendeira.

**Art.2º**Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Pedra Preta, 15 de agosto de 2023.

**IRACI FERREIRA DE SOUZA**

**Prefeita Municipal**

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial da AMM.

**DECRETO Nº 221, DE 2023 - CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL A SERVIDORA PUBLICA.**

**DE 16 DE AGOSTO DE 2023.**

Conceder Progressão Funcional Horizontal a servidora publica.

**CONSIDERANDO o art.32 daLei Municipal nº 855/2015: Seção I - Da Progressão Horizontal**

**A PREFEITA MUNICIPIAL DE PEDRA PRETA-MT**, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais;

**DECRETA**:

Art. 1º Fica concedida Progressão Funcional Horizontal a servidora:

| Nº | Matricula | Nome | Admissão | Cargo | Classe nível atual | Classe nível a progredir |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 01 | 6108 | Regina Martins Lander | 17/8/2020 | Professora | B/02 | C/02 |

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Pedra Preta, 16 de agosto de 2023.

IRACI FERREIRA DE SOUZA

Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial da AMM.

**DECRETO Nº 220, DE 2023 - CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL AO SERVIDOR PUBLICO.**

**DE 16 DE AGOSTO DE 2023.**

Conceder Progressão Funcional Horizontal a servidora publica.

**CONSIDERANDO o art.32 daLei Municipal nº 855/2015: Seção I - Da Progressão Horizontal**

**A PREFEITA MUNICIPIAL DE PEDRA PRETA-MT**, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais;

**DECRETA**:

Art. 1º Fica concedida Progressão Funcional Horizontal ao servidor:

| Nº | Matricula | Nome | Admissão | Cargo | Classe nível atual | Classe nível a progredir |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 01 | 5621 | Marcelo José de Oliveira | 3/4/2018 | Motorista | C/05 | D/05 |

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Pedra Preta, 16 de agosto de 2023.

IRACI FERREIRA DE SOUZA

Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial da AMM.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 157, DE 16 DE AGOSTO DE 2023 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 009/2022**

Dispõe sobre convocação de aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 009, de 2022.

**A PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas;

**CONSIDERANDO** o ofício nº 666/2023/SME

**CONSIDERANDO a homologação do Resultado do Processo Seletivo Simplificado n.º 009/2022** realizada por meio do Decreto nº 026/2023, **TORNA PÚBLICO** o presente Edital, ficando **CONVOCADOS** os candidatos abaixo relacionados a comparecerem na sede da Prefeitura Municipal de Pedra Preta – MT, situada na Avenida Fernando Correa da Costa, 940, Centro, cidade de Pedra Preta, **no prazo máximo de 05 (cinco) dias**, munidos dos documentos necessários à comprovação dos requisitos para provimento do cargo pleiteado, conforme estabelecido no **EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 009/2022,** sob pena de

ser considerado como desistente, perdendo a respectiva vaga, podendo à Prefeitura convocar o candidato imediatamente posterior.

**CANDIDATO CONVOCADO:**

**CONTINUA/MERENDEIRA – ADMINISTRAÇÃO GERAL**

| Inscrição | NOME | POSIÇÃO |
|---|---|---|
| 0009710 | EZILEIDE MARIA PEREIRA DO AMARAL | 15º |

**Justificativa:** 01 vaga para CEMEI PREFEITO ARLINDO DOMINGO, se faz necessário em virtude do desligamento da servidora anteriormente contratada, convocada anteriormente não compareceu.

Pedra Preta, 16 de agosto de 2023.

IRACI FERREIRA DE SOUZA

Prefeita Municipal

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 11, DE 16 DE AGOSTO DE 2023 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2023

Dispõe sobre convocação de aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 002, de 2023.

**A PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas;

**CONSIDERANDO** o ofício nº 665/2023/SME

**CONSIDERANDO a homologação do Resultado do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2023** realizada por meio do Decreto nº 094/2023, **TORNA PÚBLICO** o presente Edital, ficando **CONVOCADOS** os candidatos abaixo relacionados a comparecerem na sede da Prefeitura Municipal de Pedra Preta – MT, situada na Avenida Fernando Correa da Costa, 940, Centro, cidade de Pedra Preta, **no prazo máximo de 05 (cinco) dias**, munidos dos documentos necessários à comprovação dos requisitos para provimento do cargo pleiteado, conforme estabelecido no **EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2023,** sob pena de ser considerado como desistente, perdendo a respectiva vaga, podendo à Prefeitura convocar o candidato imediatamente posterior.

**CANDIDATO CONVOCADO:**

**PROFESSOR ÁREAS DIVERSAS – VILA GARÇA BRANCA**

| Inscrição | NOME | POSIÇÃO |
|---|---|---|
| 25 | FLÁVIA ROSA DE OLIVEIRA DA SILVA MANOEL | 3º |

**Justificativa:** Considerando que foram convocados todos os candidatos aprovados para o cargo de Pedagogo –Professor Educação Infantil e de Ensino Fundamental até o 5º ano, tendo todos desistido de assumir a vaga ofertada, solicitamos a convocação dos candidatos classificados e aprovados para o cargo de Professor áreas diversas no intuito de preencher avaga para professora na Vila Garça Branca – CMEI Prefeito Arlindo Domingos – Sala anexa, considerando que a professora Ramona Herculana da Silva Oliveira solicitou exoneração.

Pedra Preta, 16 de agosto de 2023.

IRACI FERREIRA DE SOUZA

Prefeita Municipal

## PORTARIA Nº 412, DE 2023 - RETIFICAÇÃO DA PORTARIA Nº 390, DE 4 DE AGOSTO DE 2023, QUE CONCEDE FÉRIAS REGULARES AO SERVIDOR JHONATAN LUIZ DE SOUZA.

**DE 16 DE AGOSTO DE 2023**

Retificação da Portaria nº 390, de 4 de agosto de 2023, que concede férias regulares ao servidor Jhonatan Luiz de Souza.

**CONSIDERANDO** o recebimento do requerimento de férias regulares protocolado pelo Departamento de Recursos Humanos.

**CONSIDERANDO** que o servidor faz jus a referida, adquirida no período de **5/10/2021 à 5/4/2022.**

**A PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

**Art.1º Retificar o art.1º da Portaria nº 390, de 4 de agosto de 2023, que passa a vigorar com a seguinte redação:**

Art. 1º Conceder férias regulares ao servidor **Jhonatan Luiz de Souza,** lotado na Secretaria Municipal de Saúde, ocupante do cargo de Técnico de radiologia, a serem usufruídas no período de **6/8/2023 a 25/8/2023.**

***Art.2º***Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Pedra Preta, 16 de agosto de 2023.

**IRACI FERREIRA DE SOUZA**

**Prefeita Municipal**

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial da AMM.

## 1º TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº 1/2023 - UNS-CONSTRUÇÕES REFORMAS R ALVENARIAS EIRELI

**1º TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº 1/2023**

| | |
|---|---|
| **CONTRATANTE:**PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA. | |
| **CONTRATADO: UNS- CONSTRUÇÕES REFORMAS R ALVENARIAS EIRELI CNPJ: 11.215.382/0001-97** | |
| **MODALIDADE: TOMADA DE PREÇO Nº 12/2022** | **DATA: 10/08/2023** |
| **DO OBJETO:**<br>**O contrato tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, PARA A EXECUÇÃO DO SEGUINTE SERVIÇO:**<br>Contratação de empresa especializada na Prestação de Serviços de Pavimentação Asfáltica e Drenagem Urbana, no **Bairro São Pedro Apóstolo**, referente ao Termo de Convênio nº 0069-2022/SINFRA. | |
| **DA ALTERAÇÃO:**<br>O presente termo aditivo tem por objetivo Prorrogação para mais **120 (cento e vinte) dias** do Prazo de Execução da Obra, estendendo-se o **prazo de execução até o dia 19/12/2023** e prorrogar o **prazo de vigência até o dia 09/03/2024.** | |
| **DA CONVALIDAÇÃO:**<br>Ficam convalidados os atos eventualmente praticados a partir de **21/08/2023.** | |

## 1º TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº 109/2022 - UNS-CONSTRUÇÕES REFORMAS R ALVENARIAS EIRELI

**1º TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº 109/2022**

| | |
|---|---|
| **CONTRATANTE:**PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA. | |
| **CONTRATADO: UNS- CONSTRUÇÕES REFORMAS R ALVENARIAS EIRELI CNPJ: 11.215.382/0001-97** | |
| **MODALIDADE: CONCORRENCIA PUBLICA Nº 2/2022** | **DATA: 10/08/2023** |
| **DO OBJETO:**<br>**O contrato tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, PARA A EXECUÇÃO DO SEGUINTE SERVIÇO:**<br>ü Prestação de serviços de pavimentação asfáltica e drenagem urbana, no **Bairro Jardim Urupês**, referente ao termo de Convênio nº 1443/2022/SINFRA. | |
| **DA ALTERAÇÃO:**<br>O presente termo aditivo tem por objetivo Prorrogação para mais **120 (cento e vinte) dias** do Prazo de Execução da Obra, estendendo-se o **prazo de execução até o dia 20/01/2024** e prorrogar o **prazo de Vigência do Contrato por mais 240 (duzentos e quarenta) dias, estendendo-se até o dia 17/04/2024.** | |
| **DA CONVALIDAÇÃO:**<br>Ficam convalidados os atos eventualmente praticados a partir de **21/08/2023.** | |

## 2º TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº 38/2023 - UNS-CONSTRUÇÕES REFORMAS R ALVENARIAS EIRELI

**2º TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº 38/2023**

| | |
|---|---|
| **CONTRATANTE:**PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA. | |
| **CONTRATADO: UNS- CONSTRUÇÕES REFORMAS R ALVENARIAS EIRELI** | |

| | |
|---|---|
| **CNPJ: 11.215.382/0001-97** | |
| **MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS Nº 2/2023** | **DATA: 10/08/2023** |
| **DO OBJETO:**<br>**O contrato tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, PARA A EXECUÇÃO DO SEGUINTE SERVIÇO:**<br>ü **Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Pavimentação Asfáltica e Drenagem Urbana, no bairro Jardim Morumbi, conforme Termo de Convênio nº 1736-2022 com a Secretaria de Estado de Infraestrutura – SINFRA.** | |
| **DA ALTERAÇÃO:**<br>O presente termo aditivo tem por objetivo Prorrogação para mais **60 (sessenta) dias** do Prazo de Execução da Obra, estendendo-se o **prazo de execução até o dia 24/11/2023** e **Vigência do Contrato, estendendo-se até o dia 08/02/2024.** | |
| **DA CONVALIDAÇÃO:**<br>Ficam convalidados os atos eventualmente praticados a partir de **25/09/2023.** | |

**PORTARIA Nº 411, DE 2023 - CONCEDE FÉRIAS REGULARES A SERVIDORA ROSANA GOMES DE LIMA MACHADO.**

**DE 16 DE AGOSTO DE 2023**

**Concede férias regulares a servidora Rosana Gomes de Lima Machado.**

**CONSIDERANDO** o recebimento do requerimento de férias regulares protocolado pelo Departamento de Recursos Humanos.

**CONSIDERANDO** que a servidora faz jus a referida, adquirida no período de **5/10/2021 à 5/10/2022.**

**A PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder férias regulares a servidora **Rosana Gomes de Lima Machado,** lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, ocupante do cargo de auxiliar administrativo, a serem usufruídas no período de **11/9/2023 a 10/10/2023.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Pedra Preta, 16 de agosto de 2023.

**IRACI FERREIRA DE SOUZA**

**Prefeita Municipal**

**Registrada nesta Secretaria e**

**Publicada no Diário Oficial da AMM.**

**4º TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº 127/2022 - UNS-CONSTRUÇÕES REFORMAS R ALVENARIAS EIRELI**

**4º TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº 127/2022**

| | |
|---|---|
| **CONTRATANTE:**PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA. | |
| **CONTRATADO: UNS- CONSTRUÇÕES REFORMAS R ALVENARIAS EIRELI CNPJ: 11.215.382/0001-97** | |
| **MODALIDADE: CONCORRENCIA Nº 3/2022** | **DATA: 10/08/2023** |
| **DO OBJETO:**<br>**O contrato tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, PARA A EXECUÇÃO DO SEGUINTE SERVIÇO:**<br>ü **Prestação de serviços de pavimentação asfáltica e drenagem urbana, no** Bairro Três Irmãos**, referente ao termo de Convênio nº 1388-2022/SINFRA.** | |
| **DA ALTERAÇÃO:**<br>O presente termo aditivo tem por objetivo Prorrogação para mais **120 (cento e vinte) dias** do Prazo de Execução da Obra, estendendo-se o **prazo de execução até o dia 09/02/2024** e prorrogar por mais 240 (duzentos e quarenta) dias do Prazo de **Vigência do Contrato, estendendo-se até o dia 18/05/2024.** | |
| **DA CONVALIDAÇÃO:**<br>Ficam convalidados os atos eventualmente praticados a partir de **21/09/2023.** | |

## PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

**ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 25/2023**

ATA DE REGISTRO DE PREÇO (ARP) que entre si celebram o Município de Peixoto de Azevedo-MT, por intermédio da Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo- MT e as empresas vencedoras do certame licitatório referente ao Pregão Eletrônico nº 025/2023 tendo por OBJETO **"REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, INJETÁVEIS E MATERIAIS DE INSUMO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA"**

**O MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO-MT**, pessoa jurídica de direito interno público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.238.631/0001-31, com sede administrativa à Rua Ministro César Cals, 226 – Centro – Peixoto de Azevedo-MT, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, o **Sr. Maurício Ferreira de Souza**, matrícula funcional nº. 7670, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado a Rua Itamar Dias, nº 363, Bairro Centro Novo, nesta Cidade de Peixoto de Azevedo-MT em obediência geral a Lei nº 10.520 de 17/07/2002, pelo Decreto Municipal nº 096/2022 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666 de 21/06/1993 (e suas alterações posteriores) e, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 025/2023 homologada pelo ordenador de despesas desta Prefeitura, RESOLVEM registrar os preços da(s) empresa(s) vencedora(s) que incidirá no valor do(s) Produto(s), nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por ela alçada no item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório, Termo de Referência e seus anexos e as constantes desta ARP, para formação do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP destinado a contratações futuras sujeitando-se as partes normas constantes das Leis e Decretos supracitados e em conformidade com as disposições a seguir.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO 1.1.** O objeto IMEDIATO do presente instrumento de registrar os preços UNITÁRIOS obtido na licitação PREGÃO ELETRÔNICO nº 025/2023; enquanto o objeto MEDIATO será contratação futura das empresas **A C L ASSISTÊNCIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA LABORATÓRIOS LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº **22.627.453/0001-85, ISABELLE SODRE DE ARRUDA COMÉRCIO E LOCAÇÃO DE PRODUTOS HOSPITALAR,** inscrita no CNPJ sob o nº **42.383.212/0001-45, PREMIER HOSPITALAR IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº **47.036.211/0001-48, SHL - SAÚDE HOSPITALAR E LABORATORIAL,** inscrita no CNPJ sob o nº **41.733.464/0001-94, DOC MED COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº **66.877.184/0001-80, DROGAPAM LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº **22.064.671/0001-59, PROCELA PARTICIPAÇÕES LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº **09.686.716/0001-69,**visando o fornecimento do(s) Produto(s) constantes do aludido do Anexo I que acompanhou o Edital da citada licitação e que ora o integra. **1.2.** As quantidades a serem fornecidas constantes do Anexo I que acompanhou o Edital da licitação estimadas, podendo, nos limites do art. 65 da LLC, ser acrescidas de conformidade com a demanda do período de vigência desta ARP. **CLÁUSULA SEGUNDA – DA VENCEDORA, DA ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE, MARCA E PREÇO**

**2.1.** A licitante vencedora, o item, quantidade, unidade, especificação, marca, fornecedor, e o preço unitário estão registrados nessa ARP, e encontram-se indicados na tabela abaixo:

**2.2.** Registro de Preço das empresas **A C L ASSISTÊNCIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA LABORATÓRIOS LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº **22.627.453/0001-85,** localizada na Avenida Cerro Azul, nº 2485, Bairro Jardim Novo Horizonte, Cidade de Maringá/PR, CEP 87.010-055, representada

pelo seu Sócio Administrador, senhor Carlos Renato Tedari; **ISABELLE SODRE DE ARRUDA COMÉRCIO E LOCAÇÃO DE PRODUTOS HOSPITALAR,** inscrita no CNPJ sob o nº **42.383.212/0001-45,** localizada na Rua Lua Nova, nº 57, Bairro Goiabeiras, Cidade de Cuiabá/MT, CEP 78.032-170, representada pela sua Sócia Administradora, senhora Isabelle Sodre de Arruda; **PREMIER HOSPITALAR IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº **47.036.211/0001-48,** localizada na Avenida São Francisco, nº 83, Quadra 36, Lote 9, Bairro Santa Genoveva, Cidade de Goiânia/GO, CEP 74.672-010, representada pela sua Sócia Administradora, senhora Suzane Cecilia Milhomem; **SHL - SAÚDE HOSPITALAR E LABORATORIAL,** inscrita no CNPJ sob o nº **41.733.464/0001-94,** localizada na Rua Mucuri, nº 191, Bairro Floresta, Cidade de Belo Horizonte/MG, CEP 30.150-190, representada pela sua Sócia Administradora, senhora Natália de Oliveira Campos; **DOC MED COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº **66.877.184/0001-80,** localizada na Avenida dos Autonomista, nº 4900, Glapão PR210B, Andar 1, Bairro KM 18, Cidade de Osasco/SP, CEP 06.194-060, representada pelo seu Sócio Administrador, senhor Rakesh Kumar Kanojia; **DROGAPAM LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº **22.064.671/0001-59,** localizada na Avenida dos Florais, nº 877, Sala 3, Bairro Ribeirão do Lipa, Cidade de Cuiabá/MT, CEP 78.094-520, representada pelo seu Sócio Administrador, senhor Carlos Alberto Gomes da Silva; **PROCELA PARTICIPAÇÕES LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº **09.686.716/0001-69,** localizada na Rua Mucuri, nº 297, Bairro Floresta, Cidade de Belo Horizonte/MG, CEP 30.150-190, representada pela sua Sócia Administradora, senhora Geni Maria Soares de Almada.

Planilha demonstrativa dos preços:

**ISABELLE SODRE DE ARRUDA COMERCIO E LOCACAO DE PRODUTOS HOSPITALAR**

**CNPJ: 42.383.212/0001-45**

| Código | Descrição | Unidade de Fornecimento | Marca | Quantidade | Valor Unitário | Valor Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 295959 | TRIGLICERIDES - ENZIMATICO COLORIMETRICO 2 X 100ML - KIT | UNIDADE | IN VITRO IN VITRO | 15,0000 | 107,5000 | 1.612,50 |
| 295960 | GLICOSE ENZIMATICO COLORIMETRICO 1 X 500ML | UNIDADE | IN VITRO IN VITRO | 15,0000 | 38,5000 | 577,50 |
| 295972 | UREIA METODO ENZIMATICO CALORIMETRICO 1 X 3ML / 1 X 100ML / 1 X 25ML / 1 X 25ML - KIT | KIT | IN VITRO IN VITRO | 20,0000 | 51,8000 | 1.036,00 |
| 297518 | CK NAC METODO CINETICO 1 X 40ML / 1 X 10ML / 1 X 1ML (KIT) | KIT | IN VITRO IN VITRO | 6,0000 | 124,0000 | 744,00 |
| 297519 | CKMB METODO CINETICO 1 X 40ML / 1 X 10ML / 1 X 1ML (KIT) | UNIDADE | IN VITRO IN VITRO | 2,0000 | 208,9900 | 417,98 |
| 297576 | TTPA 6 X 2,5ML / 1 X 15ML - KIT | KIT | IN VITRO IN VITRO | 2,0000 | 58,0000 | 116,00 |
| 299363 | DENGUE IGG / IGM KIT COM 25 TESTES | KIT | IN VITRO IN VITRO | 50,0000 | 124,4900 | 6.224,50 |

**Total Fornecedor: R$ 10.728,48**

**A C L ASSISTÊNCIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA LABORATÓRIO LTDA**

**CNPJ: 22.627.453/0001-85**

| Código | Descrição | Unidade de Fornecimento | Marca | Quantidade | Valor Unitário | Valor Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 297526 | COLETOR PARA DESCARTE DE PERFURO CORTANTE 13 LITROS CAIXA C/ 10 UNIDADES | CAIXA 10 UNIDADES | DESCARBOX COLETOR DE PERFUROCORTANTE | 50,0000 | 74,9900 | 3.749,50 |
| 299196 | PONTEIRA MICROPIPETA AZUL CAPACIDADE 200-1000UL C/ 1000 UNIDADES | PACOTE 1000 UNIDADE | CRALPLAST PONTEIRA | 12,0000 | 17,1800 | 206,16 |
| 299207 | TUBO CAPILAR 75MM SEM HEPARINA CAIXA C/ 500 UNIDADES | CAIXA 500 UNIDADE | PRECISION TUBO CAPILAR | 10,0000 | 22,8800 | 228,80 |
| 310169 | PIPETA AUTOMATICA DE VOLUME FIXO 10 UL | UNIDADE | PEGUEPET MICROPIPETA 10U | 2,0000 | 73,9900 | 147,98 |
| 310170 | PIPETA AUTOMATICA DE VOLUME FIXO 200 UL | UNIDADE | PEGUEPET MICROPIPETA 200UL | 2,0000 | 86,4800 | 172,96 |

**Total Fornecedor: R$ 4.505,40**

**DOC MED COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA**

**CNPJ: 66.877.184/0001-80**

| Código | Descrição | Unidade de Fornecimento | Marca | Quantidade | Valor Unitário | Valor Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 312261 | TESTE RAPIDO DE ANTIGENO DA COVID-19 CAIXA C/ 20 ? TECNICA DE IMUNOESAIO CROMATOGRAFICO RAPIDO PARA A DETENÇÃO QUALITATIVA DOS ANTIGENOS DOS SARS-COV-2 PRESENTES NA NASOFARINGE HUMANA. CX DE TESTE CONTENDO CASSETES (DISPOSITIVO DE TESTES), SWABS ESTERÉIS, TAMPÃO EXTRAÇÃO, TUBOS/PONTA EXTREÇÃO E INSTRUÇÃO DE USO; VALIDADE MINIMA APÓS A ENTREGA DE 6 (SEIS) MESES; ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA E REFORÇADA QUE GARANTA A INTEGRALIDADE DO PRODUTO; ROTULO COM NUMERO DE LOTE E NUMERO DE REGISTRO NA ANVISA/MS; DATA DE FABRICAÇAO E VALIDADE. COMPOSIÇÃO E PROCEDENCIA, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. CAIXA COM 20 UNIDADES. | CAIXA | MERIL MERISCREEN | 150,0000 | 63,7500 | 9.562,50 |

**Total Fornecedor: R$ 9.562,50**

**DROGAPAM LTDA**

**CNPJ: 22.064.671/0001-59**

| Código | Descrição | Unidade de Fornecimento | Marca | Quantidade | Valor Unitário | Valor Total |
|---|---|---|---|---|---|---|

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 297530 | ESCOVA CERVICAL DESCARTAVEL C/ HASTE DE PLASTICO, CAIXA C/ 100 UNID | CAIXA 100 UNIDADES | LABOR IMPORT PCT | 4,0000 | 41,0000 | 164,00 |

**Total Fornecedor: R$ 164,00**

**PREMIER HOSPITALAR IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA**

**CNPJ: 47.036.211/0001-48**

| Código | Descrição | Unidade de Fornecimento | Marca | Quantidade | Valor Unitário | Valor Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 297574 | TAP - SOLUPLASTIN, TEMPO DE PROTROMBINA KIT 10 X 2ML | KIT | LABORLAB KIT | 10,0000 | 97,0000 | 970,00 |
| 299206 | TUBO CAPILAR 75MM COM HEPARINA CAIXA C/500 UNIDADES | CAIXA 500 UNIDADE | CRAL UN - UNIDADE | 8,0000 | 49,5000 | 396,00 |
| 310168 | PIPETA AUTOMATICA DE VOLUME FIXO 100 UL | UNIDADE | CRAL un - unidade | 2,0000 | 65,0000 | 130,00 |
| 310180 | TUBO DE ENSAIO DE VIDRO SEM TAMPA 10ML - PACOTE COM 250 UNIDADES | UNIDADE | CRAL un - unidade | 700,0000 | 40,0000 | 28.000,00 |

**Total Fornecedor: R$ 29.496,00**

**PROCELA PARTICIPAÇÕES LTDA**

**CNPJ: 09.686.716/0001-69**

| Código | Descrição | Unidade de Fornecimento | Marca | Quantidade | Valor Unitário | Valor Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 297583 | TUBO A VACUO TAMPA ROXA-EDTA 3,0ML CAIXA C/100 UNIDADES | CAIXA 100 UNIDADES | GT GROUP TUBO A VACUO EDTA 4 ML PLAST | 130,0000 | 38,8900 | 5.055,70 |
| 310200 | TUBO COLETA SANGUE VÁCUO CAIXA C/100 UN TAMANHO (10X100MM-5ML-ATIV. ANTI-COAGULO) TAMPA AMARELA. | CAIXA 100 UNIDADES | GT GROUP TUBO A VACUO GEL SEPARADOR 5 ML PLAST | 100,0000 | 56,0000 | 5.600,00 |

**Total Fornecedor: R$ 10.655,70**

**SHL - SAUDE HOSPITALAR E LABORATORIAL LTDA**

**CNPJ: 41.733.464/0001-94**

| Código | Descrição | Unidade de Fornecimento | Marca | Quantidade | Valor Unitário | Valor Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 13388 | ALBUMINA BOVINA 22% 10 ML | FRASCO 10 MILILITROS | EBRAM ANVISA- 10159820013 EBRAM ANVISA- 10159820013 | 3,0000 | 34,0300 | 102,09 |
| 257627 | LAMINULA 24 x 24 MM CAIXA C/100 UNIDADES | CAIXA 100 UNIDADES | FIRSTLAB ANVISA- ISENTO FIRSTLAB ANVISA- ISENTO | 150,0000 | 4,1500 | 622,50 |
| 279787 | PLACA ESCAVADA DE KLINE 12 POCOS | UNIDADE | GLOBAL ANVISA- ISENTO GLOBAL ANVISA- ISENTO | 8,0000 | 42,2500 | 338,00 |
| 290100 | ACIDO URICO ENZIMATICO COLORIMETRICO 1X200ML (KIT) | KIT | VIDA ANVISA- 80785070002 VIDA ANVISA- 80785070002 | 10,0000 | 53,8600 | 538,60 |
| 294079 | ALT-TGP METODO CINETICO - UV 4 X 24ML/4 X 6ML (KIT) | KIT | KATAL ANVISA- 10377390196 KATAL ANVISA- 10377390196 | 15,0000 | 54,8900 | 823,35 |
| 295958 | COLESTEROL ENZIMATICO COLORIMETRICO 2 X 100ML | KIT | VIDA ANVISA- 80785070014 VIDA ANVISA- 80785070014 | 50,0000 | 42,1600 | 2.108,00 |
| 295961 | AST - TGO METODO CINETICO - UV 4 X 24ML/4X6ML (KIT) | KIT | KATAL ANVISA- 10377390208 KATAL ANVISA- 10377390208 | 15,0000 | 54,8900 | 823,35 |
| 295965 | FITA P/ URINA C/ 10 AREAS FRASCO COM 100 UNIDADES | TUBO 100 UNIDADE | WAMA ANVISA- 10310030203 WAMA ANVISA- 10310030203 | 100,0000 | 22,1500 | 2.215,00 |
| 295967 | VDRL FLOCULACAO 1 X 5ML | KIT | RENYLAB ANVISA- 10310030203 RENYLAB ANVISA- 10310030203 | 15,0000 | 41,1600 | 617,40 |
| 295968 | SORO ANTI A FRASCO 10ML | FRASCO 10 MILILITROS | IMUNOSCAN ANVISA- 81034870004 IMUNOSCAN ANVISA- 81034870004 | 6,0000 | 21,1000 | 126,60 |
| 295970 | SORO ANTI B FRASCO 10ML | FRASCO 10 MILILITROS | IMUNOSCAN ANVISA- 81034870004 IMUNOSCAN ANVISA- 81034870004 | 6,0000 | 18,5900 | 111,54 |
| 295971 | PONTEIRA MICROPIPETA AMARELA CAPACIDADE 0-200UL C/ 1000 UNIDADES | PACOTE 1000 UNIDADE | KASVI ANVISA- ISENTO KASVI ANVISA- ISENTO | 48,0000 | 10,4900 | 503,52 |
| 297510 | AMILASE DIRETA - METODO CINETICO CNP 30ML (KIT) | KIT | KATAL ANVISA- 10377390188 KATAL ANVISA- 10377390188 | 10,0000 | 129,4800 | 1.294,80 |
| 297515 | ASLO - SEM CONTROLE (LATEX) 1 X 2,5ML - KIT 100 TESTES | KIT 100 TESTE | EBRAM ANVISA- 10159820196 EBRAM ANVISA- 10159820196 | 8,0000 | 32,4800 | 259,84 |
| 297520 | CONJUNTO PARA COLORACAO DE BAAR 3 FRASCOS 500ML | UNIDADE | RENYLAB ANVISA- 80002670066 RENYLAB ANVISA- 80002670066 | 3,0000 | 49,7900 | 149,37 |
| 297522 | CORANTE GIEMSA FRASCO 1000ML | FRASCO 1 LITRO | RENYLAB RMS-80002670086 RENYLAB RMS-80002670086 | 2,0000 | 60,0000 | 120,00 |
| 297524 | CREATININA METODO CINETICO COLORIMETRICO 240ML - KIT | UNIDADE | KATAL RMS-10377390189 KATAL RMS-10377390189 | 15,0000 | 32,8900 | 493,35 |
| 297531 | FATOR REUMATOIDE (FR) LATEX - SEM CONTROLE - 1 X 2,5ML | UNIDADE | EBRAM RMS-10159820082 EBRAM RMS-10159820082 | 12,0000 | 26,4500 | 317,40 |
| 297532 | FOSFATASE ALCALINA METODO CINETICO COLORIMETRICO 4 X 30ML - KIT | UNIDADE | VIDA ANVISA- 80785070035 VIDA ANVISA- 80785070035 | 5,0000 | 49,9000 | 249,50 |
| 297533 | GAMA GT PP METODO CINETICO 2 X 40 ML / 2 X 10ML / 1 X 3ML | KIT | VIDA ANVISA- 80785070007 VIDA ANVISA- 80785070007 | 5,0000 | 69,9000 | 349,50 |
| 297534 | HDL COLESTEROL ENZIMATICO COLORIMETRICO - 50ML | UNIDADE | VIDA ANVISA- 80785070046 VIDA ANVISA- 80785070046 | 4,0000 | 26,0000 | 104,00 |
| 297536 | CORANTE PANOTICO Nº 1 KIT 3 X 500ML (CORANTE RAPIDO P/ HEMOGRAMA) | KIT | RENYLAB RMS-80002670086 RENYLAB RMS-80002670086 | 20,0000 | 44,1500 | 883,00 |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 297539 | LAMINA PARA MICROSCOPIA 26 X 76MM COM PONTA FOSCA LAPIDADA, CAIXA COM 100 UNIDADES | CAIXA 100 UNIDADES | PRECISION GLASS RMS-ISENTO PRECISION GLASS RMS-ISENTO | 20,0000 | 6,6800 | 133,60 |
| 297564 | PIPETA AUTOMATICA DE VOLUME GRADUAVEL DE 100 A 1000 UL | UNIDADE | PEGUEPET RMS-ISENTO PE-GUEPET RMS-ISENTO | 2,0000 | 120,4800 | 240,96 |
| 297565 | PROTEINAS TOTAIS METODO COLORIMETRICO 1 X 3ML / 1 X 200ML - KIT | KIT | KATAL RMS-10377390182 KATAL RMS-10377390182 | 2,0000 | 50,4900 | 100,98 |
| 297571 | SUPORTE P/ TUBO DE ENSAIO 10ML, 24 TUBOS (EM ACRILICO OU REVESTIDO EM PVC) | UNIDADE | MOPAPE RMS-ISENTO MOPAPE RMS-ISENTO | 10,0000 | 35,4800 | 354,80 |
| 297573 | SUPORTE P/ TUBO DE ENSAIO 5ML, 24 TUBOS (EM ACRILICO OU REVESTIDO EM PVC) | UNIDADE | MOPAPE RMS-ISENTO MOPAPE RMS-ISENTO | 10,0000 | 36,4000 | 364,00 |
| 297575 | TESTE DE GRAVIDEZ BHCG CX C/ 25 UNID | KIT 25 TES-TE | HIGHTOP RMS-80258020031 HIGHTOP RMS-80258020031 | 50,0000 | 11,0000 | 550,00 |
| 298783 | LIQUIDO DE TURK 500ML | EMBALAGEM 500 MILILI-TRO | RENYLAB RMS-80002670086 RENYLAB RMS-80002670086 | 5,0000 | 14,9900 | 74,95 |
| 306672 | PROTEINA C REATIVA 2,5 ML (PCR - LATEX) | KIT | EBRAM - 100 TESTES RMS-10159820083 EBRAM - 100 TESTES RMS-10159820083 | 50,0000 | 23,9000 | 1.195,00 |
| 310171 | PIPETA AUTOMATICA DE VOLUME FIXO 20 UL | UNIDADE | RENYLAB RMS-80002670083 RENYLAB RMS-80002670083 | 2,0000 | 69,5000 | 139,00 |
| 310172 | PIPETA AUTOMATICA DE VOLUME FIXO 25 UL | UNIDADE | PEGUEPET ANVISA- ISENTO PEGUEPET ANVISA- ISENTO | 2,0000 | 71,6000 | 143,20 |
| 310173 | PIPETA AUTOMATICA DE VOLUME FIXO 500 UL | UNIDADE | PEGUEPET ANVISA- ISENTO PEGUEPET ANVISA- ISENTO | 2,0000 | 71,2000 | 142,40 |
| 310174 | PIPETA AUTOMATICA DE VOLUME FIXO 50 UL | UNIDADE | PEGUEPET ANVISA- ISENTO PEGUEPET ANVISA- ISENTO | 1,0000 | 70,0500 | 70,05 |
| 310176 | SORO COOMBS MONOESPECIFICO FRASCO 10ML | FRASCO 10 MILILITROS | IMUNOSCAN RMS-81034870006 IMUNOSCAN RMS-81034870006 | 6,0000 | 62,5000 | 375,00 |
| 311971 | ALGODAO HIDROFILO - EM ROLETE, ALVEJADO, PURIFI-CADO, ISENTO DE IMPUREZAS, NAO ESTERIL - 100% AL-GODÃO PACOTE 500GRAMAS. | PACOTE 500 GRAMAS | SP MARCAS RMS-ISENTO SP MARCAS RMS-ISENTO | 3,0000 | 13,0000 | 39,00 |
| 312029 | BILIRRUBINA TOTAL MÉTODO COLORIMETRICO DICLO-ROANILINA REAGENTE DE TRABALHO 52ML | KIT | VIDA RMS-80785070026 VIDA RMS-80785070026 | 15,0000 | 50,1000 | 751,50 |
| 312030 | BILIRRUBINA DIRETA MÉTODO COLORIMETRICO DICLO-ROANILINA REAGENTE DE TRABALHO 52ML | KIT | VIDA RMS-80785070027 VIDA RMS-80785070027 | 15,0000 | 69,5000 | 1.042,50 |
| 312031 | COLETOR DE URINA PEDIATRICO UNISEX PACOTE COM 10 UNIDADES | UNIDADE | LABOR IMPORT RMS-10369460025 LABOR IM-PORT RMS-10369460025 | 40,0000 | 4,3500 | 174,00 |
| 312032 | PIPETA DE WESTERGREEN | UNIDADE | PRECISION GLASS RMS-ISENTO PRECISION GLASS RMS-ISENTO | 20,0000 | 3,6900 | 73,80 |
| 312033 | PROTEINA URINARIA KIT | KIT | KATAL RMS-10377390155 KATAL RMS-10377390155 | 5,0000 | 28,9000 | 144,50 |
| 312034 | MULTICALIBRADOR PARA AUTOMAÇÃO EM BIOQUIMICA | UNIDADE | KATAL - 03ML RMS-10377390111 KATAL - 03ML RMS-10377390111 | 5,0000 | 93,0000 | 465,00 |
| 312035 | CONTROLE NORMAL PARA AUTOMAÇÃO EM BIOQUIMI-CA FAIXA NORMAL | UNIDADE | KATAL RMS-10377390113 KATAL RMS-10377390113 | 20,0000 | 80,0000 | 1.600,00 |
| 312036 | CONTROLE NORMAL PARA AUTOMAÇÃO EM BIOQUIMI-CA FAIXA PATOLOGICA | UNIDADE | KATAL RMS-10377390113 KATAL RMS-10377390113 | 20,0000 | 82,5000 | 1.650,00 |

**Total Fornecedor: R$ 22.974,95**

**TOTAL GERAL: R$ 88.087,03 (oitenta e oito mil e oitenta e sete reais e três centavos).**

**2.3.** Será incluído, como anexo da ARP, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os itens com preços iguais aos dos licitantes vencedores, obedecendo a ordem de classificação do certame para cada item: **2.3.1.** O registro que trata o *caput* servirá de cadastro de reserva para a possível contratação em caso de desistência do licitante vencedor. **CLÁUSULA TERCEIRA – DA CONTRATAÇÃO 3.1.** Para a presente contratação foi instaurado procedimento licitatório com fundamento na Lei nº 10.520/02, Lei Federal nº 8.666/93 e Decreto Municipal nº 096/2022. **3.2.** Regularmente convocado para assinatura do contrato, o fornecedor cumprirá faze-lo no prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, prorrogáveis por uma única vez, se houver justificativa aceita pela Prefeitura, sujeitando-se as penalidades legalmente estabelecidas. **3.3.** O fornecedor fica incumbido de apresentar procuração, contrato social, carta de preposição ou documento equivalente (original ou cópia autenticada), que designe expressamente o seu representante habilitado para a assinatura. **CLÁUSULA QUARTA - DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ARP 4.1.** O registro de preço constante desta ARP firmada entre a Prefeitura e a empresa que apresentou a proposta classificada em 1º lugar em consequência do presente certame, terá validade pelo prazo de 12 (doze) meses contados a partir da data de assinatura da referida ARP. **4.2.** O prazo máximo de validade do registro de preços será de 12 (doze) meses contados a partir da data de assinatura da respectiva ARP. As contratações decorrentes do SRP terão sua vigência estabelecida conforme as disposições contidas nos editais e respectivos instrumentos de contrato, observando o disposto no artigo 57 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993. **4.3.** Durante o prazo de validade da ARP, o órgão gerenciador ou aderente não ficará obrigado a adquirir o(s) Produto(s) exclusivamente pelo SRP, podendo realizar nova licitação quando julgar oportuno e conveniente, ou mesmo proceder às aquisições por dispensa ou inexigibilidade, se for o caso, nos termos da legislação vigente, não cabendo qualquer tipo de recurso ou indenização à empresa signatária do SRP. **4.4.** A partir da data de assinatura da ARP, o fornecedor se obriga a cumprir, na integra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, as penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas cláusulas. **CLÁUSULA QUINTA - DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ARP 5.1.** A Gerência da ARP ficará cargo da Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo/MT, nos termos das normas que regem a matéria e normalizações internas. **5.2.** Poderão utilizar-se desta ARP órgãos ou entidades da Administração que não tenham participado do certame, desde que previamente autorizada pelo órgão gerenciador. **5.3.** Caberá ao fornecedor detentor do registro na ARP, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que não seja prejudicial às obrigações anteriormente assumidas. **5.4.** Os órgãos ou entidades interessados na utilização da ARP deverão encaminhar solicitação prévia ao órgão gerenciador/Departamento Administrativo da Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo-MT. **5.5.** A utilização desta ARP por outro órgão ou entidade fica condicionada aos seguintes pressupostos: **a)** Não comprometimento da capacidade operacional do fornecedor; **b)** Anuência expressa do fornecedor. **5.6.** Os Órgãos ou Entidades não participantes poderão utilizar até 100%

dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços decorrentes deste certame, nos termos do § 3º do art. 21 do Decreto Municipal nº 096/2022. **5.7.** O quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para órgãos ou Entidades não participantes, nos termos do § 4º do art. 21º do Decreto Municipal nº 096/2022. **CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO 6.1.** O preço unitário registrado para a(s) empresa(s) signatária(s) deste instrumento é aquele constante na Planilha Demonstrativa de Preços e Classificação. **6.2.** Em cada fornecimento, o preço total será o valor unitário multiplicado pela quantidade de que se deseja do(s) Produto(s). **6.3.** É vedado qualquer reajuste de preços exceto por força de legislação em vigor que assim o permita. **6.3.1.** Caso o preço registrado esteja superior ao preço de mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, poderá a administração liberar o fornecedor da obrigação sem aplicação de penalidade e convocar os demais fornecedores registrados em cadastro de reserva para a contratação nos mesmos termos do primeiro colocado. **6.4.** Caso reste frustrada também a negociação com a primeira colocada ou, se for o caso, com as demais empresas registradas em cadastro reserva, o órgão gerenciador cancelará total ou parcialmente esta ARP adotando as medidas cabíveis para a nova aquisição desejada. **6.5.** Visando subsidiar eventuais revisões, o órgão gerenciador realizará nova Pesquisa de preços. **6.6.** Nos preços unitários registrados está incluída todas as despesas e taxas de qualquer Espécie relativas ao objeto registrado (encargos sociais etc.). **CLÁUSULA SÉTIMA - MODO DE RECEBIMENTO 7.1.** A(s) aquisição(ões) do(s) Produto(s) deste instrumento serão efetuadas através de Nota de Autorização de Despesas, emitida pelo Setor de Compras**,** contendo: o nº do pregão, o nome da empresa, o objeto, a especificação, o endereço e a data de emissão. **7.2.** O(s) Produto(s) será(ão) recebido(s): **a)** PROVISIORIAMENTE, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes na Cláusula Segunda do presente instrumento. **b)** DEFINITIVAMENTE, após a verificação da conformidade com as especificações constantes na Cláusula Segunda do presente contrato, e sua consequente aceitação, que se dará até 30 (trinta) dias do recebimento provisório, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo fixado. **7.3.** Em se verificando vícios ou defeitos no(s) Produto(s), o fornecedor será informado para corrigi-lo imediatamente, ficando nesse período interrompida a contagem do prazo para pagamento. **7.4.** A informação ao fornecedor sobre vícios ou defeitos na entrega do(s) Produto(s) será realizada pelo Fiscal do Contrato. **7.5.** Em relação a eventuais decréscimos, não se aplica a regra contida no artigo 65, inciso II, da Lei nº 8.666/93, podendo os órgãos adquirirem quantidade inferior ao estimado, sem necessidade de anuência da signatária da ARP. **7.6.** Os materiais deste instrumento deverão apresentar, no ato da entrega, prazo de validade não inferior a 2/3 (dois terços) da validade estabelecida pelo fabricante. **CLÁUSULA OITAVA - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA 8.1.** O(s) Produto(s) deverão ser entregues no Almoxarifado do Laboratório Municipal, situado na Travessa Bartolomeu Dias, nº 269, Unidade de Pronto Atendimento – UPA, Bairro Alvorada no Município de Peixoto de Azevedo/MT – CEP: 78530-000. Fica a cargo da CONTRATADA ou transportador por ela contratado a descarga e movimentação dos Produtos do veículo até o local indicado pelo servidor responsável pelo recebimento: **8.1.1.** Prazo de entrega do(s) Produto(s) é de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data do aceite da Nota de Autorização de Despesa e o quantitativo a ser entregue deverá ser em conformidade com a Requisição de Compras, devidamente empenhada. **8.2.** A cada fornecimento ou período, o órgão gerenciador ou aderente da ARP providenciará expedição da solicitação de empenho ou documento similar e notificará empresa para proceder à retirada do mesmo: **8.2.1.** A notificação poderá ser feita diretamente na sede da empresa, por fac-símile ou e-mail, conforme informações constantes na proposta; **8.2.2.** Caso a notificação ocorra diretamente na sede da empresa, a mesma poderá ser acompanhada da Solicitação de ordem de fornecimento. **8.3.** Recebida a notificação, a empresa terá 3 (três) dias úteis para retirada da Solicitação de Empenho/ordem de fornecimento. **8.4.** A retirada da Solicitação de ordem de fornecimento somente poderá ser efetuada por preposto ou representante da empresa acompanhado de documento idôneo que comprove essa situação, bem como, do respectivo documento de identificação. **8.5.** Se a empresa com preço registrado em primeiro lugar não retirar ou se recusar a receber a Solicitação de Empenho/ordem de fornecimento, sem justificativa plausível e aceita pelo órgão gerenciador, este convocará empresa com preço registrado em segundo lugar para efetuar o fornecimento nas condições próximas do primeiro colocado, e assim por diante. **8.6.** Caso a empresa, ao participar do certame, tenha apresentado proposta de fornecimento parcial do(s) Produto(s), o esgotamento do(s) Produto(s) será o limite mínimo de quantidade que a empresa se dispôs a fornecer. **8.7.** Na hipótese do Item 8.6, órgão gerenciador ou aderente da ARP adquirirá restante do(s) Produto(s) das demais empresas classificadas em 2º ou 3º lugar para esse mesmo item. **8.8.** O(s) Produto(s) deverá(ão) ser entregue(s) pela vencedora no local determinado pelo Órgão requisitante, no horário comercial. **8.9.** O(s) Produto(s) será(ão) recebido(s) provisoriamente para verificação de conformidade da quantidade e da qualidade. **8.10.** O recebimento definitivo dar-se-á conforme apresentado no Termo de Referência: **8.10.1.** Em se verificando problemas na entrega do(s) Produto(s), a empresa será informada para corrigi- los, ficando nesse período interrompida a contagem do prazo para recebimento definitivo. **8.11.** O(s) Produto(s), a cada requisição, deverão ser executados de uma só vez no local indicado no Item 8.8 desta ARP, todavia, na hipótese de ocorrência de fato superveniente a data de apresentação da proposta, ensejador da aplicação da Teoria da Imprevisão, devidamente comprovado e aceito pela Administração, a execução da entrega do(s) Produto(s) poderá ser fracionada e/ou prorrogada. **CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES GERAIS DO FORNECEDOR 9.1.** Manter, durante a vigência da ARP, todas as condições de regularidade fiscal, trabalhista e Previdenciário exigidas no edital de licitação respectivo. **9.2.** Executar fielmente o objeto desta ARP, comunicando, imediatamente, ao representante legal do órgão gerenciador ou aderente qualquer fato impeditivo de seu cumprimento. **9.3.** Responder às notificações no prazo estabelecido. **9.4.** Não assumir obrigações que comprometam ou prejudiquem a capacidade de fornecimento ao órgão gerenciador e aos órgãos parceiros. **9.5.** Efetuar a execução o do objeto licitado, ainda que em quantidades diferentes ao previsto no Termo de Referência. **9.6.** Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação exigidas em Edital. **CLÁUSULA DECIMA - OBRIGAÇÕES ESPECIAIS DO ÓRGÃO GERENCIADOR 10.1.** Gerenciar a ARP. **10.2.** Notificar o fornecedor para verificar o seu aceite em caso de fornecimento para órgãos aderentes. (em casos de adesão). **10.3.** Encaminhar cópias da ARP aos órgãos aderentes. **10.4.** Conduzir o procedimento de sinalização ao fornecedor, responsabilizando-se, inclusive, pela sua aplicação, exceto quando se tratar de litígio entre órgão aderente e fornecedor: **10.4.1.** Caberão órgão aderente a aplicação de penalidade ao fornecedor em caso de descumprimento das cláusulas desta ARP, devendo ser encaminhada copias para conhecimento das decisões de aplicação de penalidade ao fiscal da ARP. **10.5.** Mediante solicitação do órgão aderente efetuar o devido termo aditivo de acréscimo quantitativo do objeto. **10.6.** Cancelar, parcial ou totalmente, a ARP. **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO 11.1.** Órgão gerenciador ou aderente fiscalizará exato cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas no presente instrumento, cada qual na sua respectiva competência: **11.1.1.** A omissão, total ou parcial, da fiscalização não eximirá o fornecedor da integral responsabilidade pelos encargos que são de sua competência. **11.2.** Cada órgão aderente deverá indicar o fiscal-gestor do contrato. **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – ARP 12.1.** A ARP poderá ser cancelada, total ou parcialmente, de forma unilateral pelo órgão gerenciador, quando: **a)** O fornecedor não dispuser a substituir o(s) Produto(s) que vierem a apresentar defeitos de qualidade; **b)** O fornecedor não cumprir as obrigações constantes deste Instrumento; **c)** O fornecedor não retirar a solicitação de empenho no prazo estabelecido, sem apresentar justificativa aceita pelo fiscal do contrato do órgão gerenciador ou órgão aderente; **d)** O fornecedor, na execução do contrato, incorrer numa das hipóteses enumeradas no artigo 78 da Lei nº 8.666/93; **e)** Por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado nos autos; **f)** Demais sanções previstas no Edital e

Termo de Referência. **12.2.** O cancelamento da ARP, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório, será comunicado ao fornecedor e publicado na Imprensa Oficial. **12.3.** O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fatos supervenientes que venham a comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes da Teoria da Imprevisão, devidamente comprovados. **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – RETENÇÃO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES**

**13.1.** A Prefeitura efetuará retenção dos impostos e encargos legais sobre as Notas Fiscais, quando for ocaso.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO PAGAMENTO 14.1.** O pagamento será efetuado mediante ordem bancaria emitida em favor da empresa contratada, na estrita ordem cronológica da data de sua exigibilidade, a partir da data de entrega da Nota Fiscal ao DEPARTAMENTO FINANCEIRO, a ser processada em duas vias, com todos os campos preenchidos discriminando valores unitários e totais do item, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor responsável pelo recebimento do bem, constando, ainda, o número do banco, da agência e da conta- corrente onde deseja receber seu credito. **14.2.** A cada pagamento será verificada a situação de validade dos documentos exigidos na habilitação. **14.3.** Em existindo documento com prazo de validade vencido ou irregular, o fornecedor será notificado para regularizar. **14.4.** O fornecedor, depois de notificado, terá prazo de 15 (quinze) dias para proceder à Regularização. Findo o prazo, em não se manifestando ou não regularizando, o fato deverá ser certificado e comunicado ao Departamento Administrativo do órgão gerenciador para as providencias cabíveis. **14.5.** Caso a documentação esteja disponível na internet, o próprio órgão gerenciador ou aderente poderá baixa-la e carrear para os autos, sem necessidade de comunicar o fato ao fornecedor. **14.6.** Junto ao corpo da Nota Fiscal é recomendado que o fornecedor faça constar, para fins de pagamento, o nome e número do banco, da agência e da conta corrente, assim, como, se disponível, o número do fac-símile. **14.7.** As despesas iniciais previstas no corrente exercício, oriundas da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da **Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento** informadas no instrumento contratual. **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – CONDIÇÕES DE FATURAMENTO 15.1.** O documento de cobrança (Nota Fiscal, Fatura, etc.) deverá ser encaminhado ao órgão comprador, que terá o prazo de até 30 (trinta) dias para dar a liquidação da despesa, na forma estatuída no art. 40, XIV, “a” da Lei nº 8.666/93, ou interromper o prazo, no caso de qualquer incorreção detectada. **15.2.** O documento de cobrança será emitido em nome do órgão comprador, sem emendas ou rasuras, fazendo mansão expressa ao número da Solicitação de Empenho e contendo todos os dados da mesma: **15.2.1.** O número de inscrição no CNPJ da empresa deverá ser o mesmo da documentação apresentada para habilitação, da Proposta Comercial e do documento de cobrança, que serviu de base para emissão da Solicitação de ordem de fornecimento. **15.3.** Todos os tributos incidentes sobre o(s) Produto(s) deverão estar inclusos no valor total do documento de cobrança, observada a legislação tributária aplicável à espécie. **15.4.** No documento de cobrança deverá constar o nome e o número do banco, bem como o nome e número da agência e o número da conta corrente na qual se executará o deposito bancário para pagamento repetindo-se os dados contidos na Proposta Comercial. **15.5.** Qualquer alteração de dados bancários somente será permitida desde que efetuada em papel timbrado da empresa, assinada por representante legal, devidamente comprovado por documento hábil e encaminhado ao órgão comprador, antes do processamento do respectivo pagamento. **15.6.** No documento de cobrança não deverá constar descrição estranha ao constante da Solicitação de Empenho. **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**(Artigo 7oda Lei no10.520/2002 e Artigos 86, 87 e 88 da Lei nº 8.666/93)**

**16.1.** O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos deste edital, sujeita à contratada a multas, consoante o *caput* e §§ do art. 86 da Lei nº 8.666/93, incidentes sobre o valor da Nota de Empenho, na forma seguinte: **a)** atraso até 5 (cinco) dias, multa de 2% (dois por cento); **b)** a partir do 6o (sexto) até o limite do 10o (décimo) dia, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando- se a inexecução total da obrigação a partir do 11o (décimo primeiro) dia de atraso. **16.2.** Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, o **Município de Peixoto de Azevedo-MT,** poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à **CONTRATADA** multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado. **16.3.** Se a adjudicatária recusar-se a retirar a nota de empenho injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da mesma, garantida prévia e ampla defesa, sujeitar-se-á as seguintes penalidades: **16.3.1.** Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado; **16.3.2.** Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com o Município de Peixoto de Azevedo-MT, pelo prazo mínimo de 2 (dois) anos; **16.3.3.** Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal. **16.4.** A licitante, adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 2 (dois) anos e, se for o caso, o Município de Peixoto de Azevedo-MT solicitará o seu descredenciamento do Cadastro de Fornecedores do Estado por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei. **16.5.** A multa, eventualmente imposta à contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber do Município de Peixoto de Azevedo-MT, ser-lhe-á concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Município, podendo, ainda o Município de Peixoto de Azevedo-MT, proceder à cobrança judicial da multa. **16.6.** As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar ao Município de Peixoto de Azevedo-MT. **16.7.** Se a **CONTRATADA** não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da intimação por parte da Administração, o respectivo valor será descontado dos créditos que esta possuir com o Município de Peixoto de Azevedo-MT, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para inscrição em Dívida Ativa e execução pelo Município. **16.8.** Do ato que aplicar penalidade caberá recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminha-la devidamente informada para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo. **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS 17.1.** Considerando o prazo de validade estabelecido na clausula quarta da ARP e, em atendimento ao órgão do artigo 28 da Lei Federal nº 9.069 de 29/06/1995, ao artigo 3º 1º da Lei Federal nº 10192/2001 e demais legislações pertinentes, é vedado qualquer reajustamento de preços, até que seja completado o período de 12 (doze) meses contados a partir da data de recebimento das propostas indicadas no preâmbulo do edital do Pregão Eletrônico nº 025/2023, o qual integra a presente ARP, observadas as disposições constantes nos Art. 16 a 20 do Decreto Municipal nº 096/2022. **17.2.** Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie ou de alteração dos preços, comprovadamente, praticados no mercado, com a finalidade de manter o equilíbrio econômico e financeiro da avença. **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOCUMENTOS APLICÁVEIS**

**18.1.** Esta ARP vincula-se às disposições contidas nos documentos a seguir especificados, cujos teores são conhecidos e acatados pelas partes:

**a)** Edital de Pregão Eletrônico nº 025/2023 e Termo de Referência; **b)** Ata da Sessão Pública; **c)** Proposta escrita do fornecedor ou recomposição de preço, caso houver. **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS PRERROGATIVAS DO ÓRGÃO GERENCIADOR**

**19.1.** O fornecedor reconhece os direitos do órgão gerenciador relativos ao presente instrumento:

**a)** Modifica-lo, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades do interesse público, nos termos do art. 65 da Lei nº 8.666/93, respeitados os direitos do Fornecedor; **b)** Cancela-lo, total ou parcialmente, nos casos especificados no inciso I do art. 79 da Lei nº 8.666/93; **c)** Aplicar as penalidades motivadas pela inexecução, total ou parcial, deste instrumento; **d)** Fiscalizar o fornecimento do(s) Produto(s); **e)** Os órgãos aderentes serão responsáveis pela sua fiscalização. **CLÁUSULA VIGÉSIMA – COMUNICAÇÕES 20.1.** As correspondências expedidas pelas partes signatárias deverão mencionar o número deste instrumento e o assunto específico da correspondência: **20.1.1.** As comunicações feitas ao órgão gerenciador deverão ser endereçadas a:

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

Rua Ministro César Cals nº 226 Centro- Peixoto de Azevedo-MT – CEP 78530-000 Secretaria Municipal de Administração

SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

**20.2.** Eventuais mudanças de endereço dos órgãos aderentes ou dos fornecedores deverão ser comunicadas por escrito ao órgão gerenciador. **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS 21.1.** Todo instrumento de procuração deverá constar firma reconhecida do mandante, nos termos do art. 654, 2º do Código Civil. **21.2.** O fornecedor obriga-se a manter em compatibilidade com as obrigações por ele assumida, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as cláusulas ora avençadas, e ainda com as normas previstas na Lei n. 8.666/93 e legislação complementar, durante a vigência desta ARP. **21.3.** Os casos omissos serão resolvidos em reuniões formais feito pelo Fiscal da ARP com a empresa contratada ou seu procurador e a quem interessar, lavrando-se, ao final da reunião, ata circunstanciada assinada por todos os presentes e encaminhando-a ao Prefeito para Homologação e Despacho. **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO**

**22.1.** Para eficácia do presente instrumento, a Contratante providenciará o cumprimento dos requisitos de publicidade conforme trata o Art. 13 do Decreto Municipal nº 096/2022.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DO FORO 23.1.** Fica eleito o Foro de Peixoto de Azevedo-MT para dirimir quaisquer controvérsias advindas da execução desta ARP. **23.2.** E por estarem de acordo, para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Gerencia Setorial de Licitação do órgão gerenciador, na forma do art. 60 da Lei nº 8.666/93.

Peixoto de Azevedo - MT, 16 de agosto de 2023.

**Município de Peixoto de Azevedo-MT**

Rep. Legal: Mauricio Ferreira de Souza

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO – MT ADESÃO 015/2023**

**A PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO**, Estado de Mato Grosso, faz saber que aderiu a **Ata de Registro de Preço nº 503/2022**, oriundo do **Pregão Presencial nº 076/2022** realizado pelo município de Sorriso - MT, cujo objeto é **"ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 503/2022, ORIUNDO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 076/2022, REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS, COM FORNECIMENTO DE TODOS OS MATERIAIS, FERRAMENTAS, EQUIPAMENTOS E MAO DE OBRA ESPECIALIZADA".** Conforme proposta e contrato firmado com a empresa **COPAM POÇOS ARTESIANOS LTDA**, **CNPJ: 79.126.264/0001-46** no valor total de **R$ 369.000,00 (Trezentos e sessenta e nove mil).**

Peixoto de Azevedo – MT, 16 de agosto de 2023.

**MAURÍCIO FERREIRA DE SOUZA**

PREFEITO MUNICIPAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA

**PORTARIA Nº 205/2023**

**PORTARIA Nº 205/2023**

**"DISPÕE SOBRE INTERRUPÇÃO DE LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES DA SERVIDORA EUNICE MENEZES NOVAIS PONTES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

**NATAL ALVES DE ASSIS SOBRINHO**, Prefeito Municipal de Planalto da Serra, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei e considerando o Artigo 116, da lei 398/2012.

**RESOLVE:**

**Art. 1º - Interromper** licença para tratar de assuntos particulares sem ônus, da servidora **EUNICE MENEZES NOVAIS PONTES**, efetiva no cargo de auxiliar de sala, lotada na Secretaria Municipal de Educação Fundeb 70%, matricula 1407, a partir de 16 de agosto de 2023.

**Art. 2º -** A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º -** Revogam-se as disposições em contrário.

Planalto da Serra – MT, em 16 de agosto de 2023.

**NATAL ALVES DE ASSIS SOBRINHO**

Prefeito Municipal

## PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA

**CONTRATO N° 182/2023**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO** N° 003/2023

**CREDENCIAMENTO** N° 003/2023

**CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA

**CNPJ:** 33.000670/0001-67

**CONTRATADA:**EDIVA COSTA DE SOUSA

**CNPJ:** 51.662.474/0001-30

**OBJETO:** PRESENTE CONTRATO ADMINISTRATIVO A CONTRATAÇÃO DO CREDENCIADO, NA CONDIÇÃO DE PESSOA JURÍDICA, PARA ATUAR COMO PEDREIRO, SERVENTE DE PEDREIRO, PINTOR, GESSEIRO, VIDRACEIRO, ELETRICISTA, AJUDANTE DE ELETRICISTA, CARPINTEIRO, JARDINEIRO, CALHEIRO, MARCENEIRO, ENCANADOR E SERRALHEIRO, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA - MT.

**VALOR GLOBAL DO CONTRATO:** R$ 9.519,44 (NOVE MIL QUINHENTOS E DEZENOVE REAIS E QUARENTA E QUATRO CENTAVOS)

**DATA DA ASSINATURA:** 15 DE AGOSTO DE 2023

**VIGÊNCIA:** 31 DE DEZEMBRO DE 2023

LUCIANO NAPOLIS COSTA

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

**SETOR DE LICITAÇÃO**
**AVISO DE RESULTADO**

**AVISO DE RESULTADO DE CREDENCIAMENTO Nº 017/2023**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021/2023**

A Comissão Permanente de Licitação, constituída pela Portaria nº 004/2023, de 02 de janeiro de 2023, através de seu presidente, após análise da documentação apresentada julga **CREDENCIADA EM ORDEM CRONOLOGICA:**

| Nº | NOME DO CREDENCIADO | CNPJ |
|---|---|---|
| 01 | LEVE ENGENHARIA LTDA | 33.448.704/0001-80 |
| 02 | ESCALA ARQUITETURA E ENGENHARIA | 34.650.363/0001-94 |
| 03 | DURAES ENGENHARIA LTDA | 36.204.211/0001-93 |
| 04 | STUDIO LTDA | 27.756.637/0001-69 |
| 05 | SORTE CONSTRUTORA LTDA | 07.344.422/0001-23 |
| 06 | F.S BORGES & CIA LTDA | 41.459.608/0001-66 |
| 07 | CARVALHO LIMA ENGENHARIA LTDA | 32.696.444/0001-08 |
| 08 | COMALMAARQUITETURA E DESIGN LTDA | 24.356.512/0001-53 |
| 09 | EXITO EMPREENDIMENTOS LTDA | 25.993.540/0001-44 |

**NÃO CREDENCIADA:** nenhuma. Mais Informações e ata de julgamento dos documentos de credenciamento em todos os dias úteis, sala da CPL na Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia, situada a Rua Finlândia s/n, Bairro Maria Joaquina I, Pontal do Araguaia-MT, no horário: 08h:00min ás 13h:00min.

Pontal do Araguaia-MT, 16 de agosto de 2023.

Thiago Assis da Silva

Presidente da CPL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS**
**TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO DE OBRA**

**TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO DE OBRA**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA**, tendo vistoriado os serviços de **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE OBRA DE REFORMA DA UNIDADE BASICA DE SAÚDE DR° EMANUEL DE SOUZA MELO, (PORTARIA N° 2711/2021) CONFORME PROPOSTA 11386.0770001/21-003, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICIPIO DE PONTE BRANCA E A EMPRESA ES CONSTRUTORA** localizada ***Rua João Nogueira, SN, Setor II – Ponte Branca/MT*** e licitada por meio da **Tomada de Preço n° 004-2021**, a cargo da empresa ***ES CONSTRUTORA inscrita no CNPJ: 18.968.126/0001-10***, constatou que os mesmos foram executados em conformidade com as exigências contratuais, no que concerne aos elementos visíveis, estando em condições de Recebimento Provisório.

Para a Prefeitura Municipal de Ponte Branca fica considerado, a partir desta data, cumprido o pacto contratual para todos os efeitos legais, permanecendo apenas os preceitos do código civil de 2002 em seu art. 618.

**Ponte Branca-MT, 03 de agosto de 2023.**

_____

**Thaynã Diniz Silva**

Engenheira Civil

CREA MT 041231

## PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**ATA 002/2023 REUNIÃO DO CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO, CONTROLE SOCIAL - FUNDEB**

**ATA 002/2023**

**ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO, CONTROLE SOCIAL, COMPROVAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – FUNDEB**

No dia quinze do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três, nas dependências da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, situada na Avenida Sebastião Pereira, no Bairro Buritis, neste Município de Porto Alegre do Norte-MT, reuniram-se os membros do Conselho do FUNDEB Grasiele David da Silva, Maria Jose Leandro de Almeida Oliveira, Jair Dias Guimarães, Neidiane Guimarães Luz, Deassis Gomes da Silva, Gustavo Jose de Oliveira, Maria Aparecida Francisca dos Santos, para fazer averiguação **das seguintes prestações de contas do 6º Bimestre 2022 do recurso do FUNDEB;** Iniciou-se a reunião com a Presidente do FUNDEB Deassis Gomes da Silva agradecendo a presença de todos, e apresentou o balancete da prestação de conta do FUNDEB 2022 dos valores do saldo dos bimestres anteriores de 7.807.677,89 (sete milhões oitocentos e sete mil e seiscentos setenta e sete reais e oitenta e nove centavos), e saldo de repasse financeira do recurso 2021 do FUNDEB no total de 1.517.916,02 (um milhão quinhentos e dezessete mil e novecentos e dezesseis reais e dois centavos), e ficou um saldo acumulado de 9.325.593,91 (nove milhões e trezentos e vinte cinco mil e quinhentos e noventa e três reais e noventa e um centavo ) e continuando a analise dos balancetes, tiveram umas despesas do FUNDEB ate o 6º bimestre de 8.890.210,06 (oito milhões oitocentos e noventa mil e duzentos e dez reais e seis centavos), e ficou um saldo financeiro bancário a reprogramar no valor de 449.441,56 (quatrocentos e quarenta e nove mil e quatrocentos e quarenta e um real e cinqüenta e seis centavos )**.** E após a averiguação da prestação de contas, foi aprovada por unanimidade por todos os presentes, pois houve os gastos de forma correta. Sendo só o que tínhamos a tratar encerro esta ata que segue assinada por mim Grasiele David da Silva e por todos os presentes.

_____

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE CONTRATOS**
**PUBLICAÇÃO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 55 2023**

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 55/2023.

FUNDAMENTO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2023 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 82/2023, Adesão Ata de Registro de Preços n.º 004/2023, oriunda do Pregão Eletrônico nº 001/2023 da Prefeitura Municipal de Barão de Melgaço – MT.

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE-MT.

EMPRESA: TORINO COMERCIAL DE VEICULOS LTDA CNPJ: nº 02.416.362/0001-93

Valor Total R$ 525.700,00 (Quinhentos e vinte e cinco mil setecentos reais).

OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEICULO tipo Caminhão, Zero km, ano e modelo do ano corrente de sua fabricação, tração 4x2, 04(quatro) cilindros, potência mínima de 206 Cv, câmbio mecânico com mínimo de 06 (seis) marchas à frente sincronizadas e 01 à ré, PBT (Peso Bruto Total) mínimo de 15.000 kg, equipado com 01 (um) Coletor Compactador de lixo, PARA

ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS E VIAÇÃO PUBLICA MUNICIPAL.

Vigência do Contrato Administrativo até 16/08/2024.

DANIEL ROSA DO LAGO

PREFEITO MUNICIPAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO

### LICITAÇÃO
### PUBLICAÇÃO DE ABERTURA DE EDITAL

**PUBLICAÇÃO DE ABERTURA DE EDITAL**

**PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO 15/2023**

A prefeitura Municipal de Porto Esperidião-MT, torna público a **ABERTURA DO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO 15/2023,** DO OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE VEÍCULOS ELÉTRICOS.**

No seguinte local, data e horário:

**Local: Sala de licitações da Prefeitura Municipal de Porto Esperidião – MT.**

**Data: 30/08/2023**

**Horário: 09:00 horas**

**Contato: (65) 99680-0253 / (65) 3222-1139**

**E-mail: licitacao@portoesperidiao.mt.gov.br**

Porto Esperidião-MT, 16 de agosto de 2023 - RONEY BATISTA CARDOSO - PREGOEIRO.

### LICITAÇÃO
### PUBLICAÇÃO DE ORDEM DE SERVIÇO

**O MUNICIPIO DE PORTO ESPERIDIÃO-MT, PESSOA JURIDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, NESTE ATO REPRESENTADO PELO EXMO. PREFEITO SRº MARTINS DIAS DE OLIVEIRA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, EXPEDE A SEGUINTE:**

**ORDEM DE SERVIÇO**

**I – FICA AUTORIZADA A EMPRESA:**

**NACIONAL SOLAR LTDA CNPJ: 32.371.146/0001-30, SEDIADA NA AVENIDA MARECHAL RODON, N° 2692, JARDIM BELA VISTA II, PONTES DE LACERDA-MT CEP 78.250-000. REPRESENTADO PELO SENHOR WANDERSON DA SILVA AZEVEDO CPF N° 012.213.501-61,** Oriundo da TOMADA DE PREÇO 09/2020, com fulcro na Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993.

**OBJETO DEFINIDO COMO:**

**II - CONTRATAÇÃCONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE GERAÇÃO DE ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICA CONECTADOS À REDE (ON-GRIND) COMPREENDENDO A ELABORAÇÃO DO PROJETO EXECUTIVO, A APROVAÇÃO JUNTO A CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA ELÉTRICA.**

**III –** A presente Ordem de Serviço tem caráter **legal e imediato**, conforme previsto na lei 8.666/93 em seu Art. 62.

**IV -** A expedição da presente Ordem de Serviços é em decorrência do referido processo Licitatório na modalidade SUPRA MENCIONADA.

**V -** Respeitados os limites dos quantitativos e valores especificados apresentado pela Contratada a proposta vencedora a, sob nenhum argumento poderá deixar de atender as solicitações da Contratante, sob pena de ensejar, além de sanções administrativas, a rescisão do presente contrato.

**VI -** A presente Ordem de Serviços tem caráter imediato, o serviço deverá ter o início no prazo não superior a 10 (dez) dias mediante notificação e protocolo de recebimento a contratada.

**Porto Esperidião-MT, 26 de dezembro de 2021**

**MARTINS DIAS DE OLIVEIRA**

**PREFEITO**

Caixa de Texto: Ciente: NACIONAL SOLAR LTDA CNPJ: 32.371.146/0001-30 26/12/2021 Assinatura: _____

### DEPARTAMENTO DE TRIBUTOS
### EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL N° 00007, DE 16 DE AGOSTO DE 2023

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196/2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado[s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

| Sujeito(s) Passivo(s) | | |
|---|---|---|
| Nome Completo / Razão Social | CPF/CNPJ | Termo de Intimação Fiscal (ITR) |
| ORESTES PIANTA NETO | 039.408.321-03 | 9875/00073/2023 |

| Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR |
|---|

Nome: Luiz Henrique Rauber

Matrícula: 00011274

Cargo: Fiscal de Tributos / 1302017

Assinatura:

Data de afixação:16/08/2023

Data de desafixação:31/08/2023

### LICITAÇÃO
### TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 76/2021

**TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 76/2021**

**O MUNICÍPIO DE PORTO ESPERIDIÃO-MT**, Pessoa Jurídica de direito público interno, com sede à Avenida 13 de Maio, Centro, Porto Esperidião – MT, inscrito no CNPJ: 03.238.904/0001-48, representada por seu Prefeito Municipal Sr. **MARTINS DIAS DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade sob o Nº. 377.790 SSP/MT e CPF Nº 299.631.761-00, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **WEIMAR QUIRINO JORGE LTDA – CNPJ: 23.608.531/0001-67,** com sede na Rua Maria Lebre, n. º 295, Centro, Porto Esperidião – MT, neste ato representada pela senhora **WEIMAR QUIRINO JORGE DE MATOS,** portadora do CPF n. º 304.393.881-04 e RG n. º 2471857 SSP/MT, denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 76/2021, oriundo da CARTA CONVITE 16/2021, realizado por este município, de acordo com a lei 8.666/93, conforme cláusulas a seguir:

**CLAÚSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

Fica rescindido administrativamente de forma amigável, a partir do dia 11 de agosto de 2023, o **CONTRATO 76/2021**, que tem por objeto a: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARQUITETO URBANISTA E ENGENHARIA CIVIL, firmado em 01 de dezembro de 2021.**

**CLAÚSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL**

Considerando que a empresa apresentou requerimento de desistência, a administração optou por rescindir o contrato original, de forma amigável, conforme previsão na **(CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO)**, item 12.3 do contrato original, estando amparada pela Lei nº 8.666/93, que assim dispõe em seu Art. 79:

A rescisão do contrato poderá ser:

II - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSICÕES FINAIS**

As partes dão entre si quitação mútua relativamente à contratação havida, declarando inexistirem quaisquer pendências decorrentes do Contrato Original, tampouco ter ocorrido o descumprimento das cláusulas que o integram.

**CLAÚSULA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO**

A CONTRATANTE providenciará a publicação do presente instrumento, nos termos do parágrafo único, do art. 61, da Lei n° 8.666/93.

**CLÁUSULA QUINTA – DO FORO**

Fica eleito o foro da Comarca de Porto Esperidião-MT, para dirimir qualquer dúvida que por ventura venha a ocorrer com a execução deste termo.

Firma-se a presente rescisão contratual de forma amigável, em 02 (duas) vias de igual valor e teor, para todos os fins legais e de direito.

Porto Esperidião, 11 de agosto de 2023.

**MARTINS DIAS DE OLIVEIRA**

**PREFEITO MUNICIPAL**

**CONTRATANTE**

**WEIMAR QUIRINO JORGE LTDA**

**CNPJ: 23.608.531/0001-67**

**CONTRATADA**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS

**EXTRATO RESUMIDO DO CONTRATO Nº. 239/2023.**

**EXTRATO RESUMIDO DO CONTRATO Nº. 239/2023.**

**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT.

**CONTRATADO:** ALEX DION DA SILVA – ME.

**CNPJ/CPF:** Sob o n°. 10.247.407/0001-71.

**OBJETO DO CONTRATO:** ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO N°. 0197/2022, REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO N°. 078/2022 "CARONA" - REALIZADA PELA (PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH-MT), VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE PALCO, SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO PARA 18° FESPEVA.

**DATA DO CONTRATO:** 04 de agosto de 2023.

**PUBLICAÇÃO:** Agosto de 2023.

**PRAZO DO CONTRATO:** 04 de novembro de 2023.

**PROCESSO LICITATÓRIO:** PREGÃO PRESENCIAL Nº. 042/2023 E PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 100/2023.

Para que ninguém alegue ignorância, afixe e publique-se no átrio desta Municipalidade.

Porto dos Gaúchos/MT, em 04/08/2023

**VANDERLEI ANTONIO DE ABREU**

Prefeito Municipal

**NOTIFICAÇÃO REF. CONTRATO Nº. 189/2022 AMBIEX**

**NOTIFICAÇÃO CONTRATUAL**

**NOTIFICANTE**: MUNICÍPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS, ESTADO DE MATO GROSSO, inscrita no CNPJ sob o n.º 03.204.187/0001-33, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. VANDERLEI ANTONIO DE ABREU, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG n° 11735317 SSP/MT, inscrito no CPF sob n° 893.514.361-87.

**NOTIFICADA**: AMBIEX INDUSTRIA, COMERCIO E SERVICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o no. 05.770.382/0001-56, estabelecida na Avenida Almirante Barroso, n°. 1140, Bairro Central – município de Macapá - AP, representada neste ato pelo seu representante legal o Sr. José Policarpo Miranda Junior, brasileiro, portador da cédula de identidade RG n° 008093AP, e inscrito no CPF sob n° 305.775.192-04.

Pela presente **NOTIFICAÇÃO**, e na melhor forma de direito, fica a empresa AMBIEX INDUSTRIA, COMERCIO E SERVICOS LTDA, acima qualificada, **NOTIFICADA** nos seguintes termos:

Como é de Vosso conhecimento esta empresa ora notificada, sagrou-se vencedora Concorrência Pública n° 001/2022, com objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE ENGENHARIA PARA A EXECUÇÃO DA OBRA NO NOVO PAÇO MUNICIPAL, PARA ATENDER A DEMANDA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS – MT, que originou o Contrato nº. 189/2022, impõe-lhe o cumprimento das obrigações contratuais assumidas.

Em vistoria in-loco da obra, constatou atraso na execução das etapas previstas no cronograma físico-financeiro, onde consta que no 4º mês de execução a etapa “FUNDAÇÃO” deveria completar 35% de evolução e até o momento não houve nenhum avanço nesta frente de obra, além de pouca ou nenhuma mobilização de pessoal no canteiro de obra.

Ante ao exposto, fica Vossa Senhoria notificada para no prazo de 05 (cinco) dias úteis, apresentar evolução física da obra, sob pena de abertura de processo administrativo e aplicação das demais sanções pertinentes, até o efetivo cumprimento da obrigação.

Finalmente se mantida a inexecução total ou parcial do contrato, poderá ainda ser aplicada as penalidades dos artigos 66, 86 e 87, IV, da Lei n.º 8.666/93, ou seja, poderá tornar-se inidônea.

Porto dos Gaúchos – MT, 16 de agosto de 2023.

Sendo o que me cumpria, aguardamos providências urgentes.

Atenciosamente,

**ALEXEY MEYER SYDOW**

Engenheiro Fiscal

**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 001/2023**

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 037**

A Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos - MT CONVOCA os candidatos Aprovados/Classificados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2023, para comparecerem no prazo de 15 (quinze) dias, a partir da publicação deste edital, no Paço Municipal da Prefeitura de Porto dos Gaúchos - MT apresentando os documentos de habilitação relacionados no Anexo I, e realizar exame médico admissional, a fim de serem contratados nos respectivos cargos no prazo acima estabelecido:

Será considerado desistente perdendo a respectiva vaga, o candidato convocado que não se apresentar no prazo fixado por este edital, não comprovar os requisitos exigidos através da documentação solicitada e/ou considerado inapto no exame admissional, podendo a Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, convocar o candidato classificado na colocação subsequente.

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

**CARGO: PROFESSOR - 30 HORAS**

**LOCAL: ESCOLA MUNICIPAL GUSTAVO ADOLFO WILKE**

| INSC. | NOME DO CANDIDATO | SITUAÇÃO | POR. | MAT. | ESP. | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 2184 | VALDIRENE DE OLIVEIRA | CLASSIFICADO | 4,0 | 16,0 | 36,0 | 56,0 |

Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, 16 de Agosto de 2023.

**VANDERLEI ANTONIO DE ABREU**

**Prefeito Municipal**

**ANEXO I**

**DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA A CONTRATAÇÃO**

v **(CÓPIA LEGÍVEL)**

Ø CARTEIRA DE IDENTIDADE (RG).

Ø CADASTRO DE PESSOA FÍSICA (CPF).

Ø TÍTULO DE ELEITOR

Ø CERTIDÃO DE NASCIMENTO OU CASAMENTO

Ø CADASTRO DE PESSOA FÍSICA (CPF) DO CÔNJUGE

Ø CARTEIRA DE TRABALHO

Ø PIS OU PASEP

Ø COMPROVANTE DE ESCOLARIDADE EXIGIDO PELA FUNÇÃO (HISTÓRICO ESCOLAR E CERTIFICADO/DIPLOMA)

Ø COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA

Ø CERTIDÃO DE NASCIMENTO E CPF DOS DEPENDENTES

Ø FILHO MENOR DE 06 ANOS (CARTEIRA DE VACINA) E FILHO ENTRE 7 E 14 ANOS (DECLARAÇÃO DE FREQUENCIA ESCOLAR) PARA VALORES DENTRO DO LIMITE PARA SALARIO FAMILIA.

v **OBRIGATÓRIO PARA O SEXO MASCULINO**

Ø CERTIFICADO DE RESERVISTA – OU ALISTAMENTO MILITAR

v **OBRIGATÓRIO PARA O CARGO DE MOTORISTA E OPERADORES**

Ø CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO.

v **OBRIGATÓRIO PARA PROFISSIONAL LIBERAL.**

Ø CERTIDÃO NEGATIVA EXPEDIDA DO RESPECTIVO CONSELHO

Ø DOCUMENTO COMPROBATORIO DO RESPECTIVO CONSELHO

v **(ORIGINAIS)**

Ø CERTIDÃO NEGATIVA DE ANTECEDENTES CRIMINAIS. (https://sec.tjmt.jus.br/) – 1º e 2º grau de todos estados que residiu nos últimos 05 (cinco)anos

Ø CERTIDÃO DE QUITAÇÃO ELEITORAL (https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral)

Ø CONSULTA QUALIFICAÇÃO CADASTRAL NO E-SOCIAL(http://consultacadastral.inss.gov.br/) consulta on-line

Ø DECLARAÇÃO DE BENS E VALORES

Ø DECLARAÇÃO DE NÂO ACUMULO DE CARGO PÚBLICO

Ø CERTIDAO NEGATIVA DE DEBITOS MUNICIPAIS (setor de tributação de PORTO DOS GAUCHOS)

Ø ATESTADO DE SAÚDE OCUPACIONAL (agendar no RH da prefeitura de PORTO DOS GAUCHOS)

v **(INFORMAR)** Ø EMAIL Ø NUMERO DE TELEFONE PARA CONTATO

**EXTRATO RESUMIDO DO CONTRATO Nº. 238/2023.**

**EXTRATO RESUMIDO DO CONTRATO Nº. 238/2023.**

**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT.

**CONTRATADO:** OLMIR IORIS & CIA LDTA-EPP.

**CNPJ/CPF:** Sob o n°. 70.429.956/0001-99.

**OBJETO DO CONTRATO:** ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO N°. 467/2022, REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO N°. 150/2022 "CARONA" - REALIZADA PELA (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT), VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE CADEIRAS PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS-MT.

**DATA DO CONTRATO:** 16 de agosto de 2023.

**PUBLICAÇÃO:** Agosto de 2023.

**PRAZO DO CONTRATO:** 16 de outubro de 2023.

**PROCESSO LICITATÓRIO:** PREGÃO PRESENCIAL Nº. 045/2023 E PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 107/2023.

Para que ninguém alegue ignorância, afixe e publique-se no átrio desta Municipalidade.

Porto dos Gaúchos/MT, em 16/08/2023

**VANDERLEI ANTONIO DE ABREU**

Prefeito Municipal

### NOTIFICAÇÃO REFERENTE O CONTRATO Nº. 189/2022 AMBIEX INDUSTRIA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA

**NOTIFICAÇÃO CONTRATUAL**

**NOTIFICANTE**: MUNICÍPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS, ESTADO DE MATO GROSSO, inscrita no CNPJ sob o n.º 03.204.187/0001-33, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. VANDERLEI ANTONIO DE ABREU, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG n° 11735317 SSP/MT, inscrito no CPF sob n° 893.514.361-87.

**NOTIFICADA**: AMBIEX INDUSTRIA, COMERCIO E SERVICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o no. 05.770.382/0001-56, estabelecida na Avenida Almirante Barroso, n°. 1140, Bairro Central – município de Macapá - AP, representada neste ato pelo seu representante legal o Sr. José Policarpo Miranda Junior, brasileiro, portador da cédula de identidade RG n° 008093AP, e inscrito no CPF sob n° 305.775.192-04.

Pela presente **NOTIFICAÇÃO**, e na melhor forma de direito, fica a empresa AMBIEX INDUSTRIA, COMERCIO E SERVICOS LTDA, acima qualificada, **NOTIFICADA** nos seguintes termos:

Como é de Vosso conhecimento esta empresa ora notificada, sagrou-se vencedora Concorrência Pública n° 001/2022, com objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE ENGENHARIA PARA A EXECUÇÃO DA OBRA NO NOVO PAÇO MUNICIPAL, PARA ATENDER A DEMANDA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS – MT, que originou o Contrato nº. 189/2022, impõe-lhe o cumprimento das obrigações contratuais assumidas.

Até a presente data desta notificação, não foi apresentado a prestação da garantia, conforme prevista no contrato,cito:

" **CLÁUSULA 14 – DA PRESTAÇÃO DE GARANTIA**

**14.1** - Para assinatura do instrumento de contrato será exigida da detentora do Registro de Preços a prestação de garantia para cumprimento deste, em favor da CONTRATANTE, correspondente a 10% (dez por cento) do seu valor do contrato, numa das modalidades previstas no § 3º, do Art. 56, da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993.

**14.2** - A garantia e seus reforços poderão ser realizados em uma das seguintes modalidades: Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública nos termos do inciso I, § 1º, do Art. 56 da Lei nº. 8.666/93; Seguro Garantia; e, Fiança Bancária."

Ante ao exposto, fica Vossa Senhoria notificada para no prazo de 05 (cinco) dias úteis, apresentar a prestação de garantia, sob pena de abertura de processo administrativo e aplicação das demais sanções pertinentes, até o efetivo cumprimento da obrigação.

Finalmente se mantida a inexecução total ou parcial do contrato, poderá ainda ser aplicada as penalidades dos artigos 66, 86 e 87, IV, da Lei n.º 8. 666/93, conforme prevista na 13ª (decima terceira) clausula do contrato.

Porto dos Gaúchos – MT, 18 de agosto de 2023

Sendo o que me cumpria, aguardamos providências urgentes.

Atenciosamente,

**VANDERLEI ANTONIO DE ABREU**

Prefeito Municipal

## PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU

### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2023

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

**PROCESSO N° 073/2023**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2023**

**REGISTRO DE PREÇOS Nº 039/2023**

**CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU;**

**CONTRATADA:** PRIMALAB PRODUTOS PARA SAUDE LTDA, inscrita no CNPJ: 35.280.926/0001-62

**ATA DE REGSITRO DE PREÇO: Nº 232/2023**

**VALOR GLOBAL REGISTRADO:** R$ 33.000,00 (TRINTA E TRÊS MIL REAIS);

**CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU;**

**CONTRATADA:** REALMED COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDAI, inscrita no CNPJ: 27.563.336/0001-19

**ATA DE REGISTRO DE PREÇO: Nº 233/2023**

**VALOR GLOBAL REGISTRADO:** R$ 7.801,00 (SETE MIL E OITOCENTOS E UM REAIS);

**OBJETO**: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS VETERINARIOS MATERIAIS DE CONSUMO, MATERIAIS DE PROCEDIMENTO PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

**DATA DA ASSINATURA:** 16 DE AGOSTO DE 2023;

**VALIDADE:** 12 DE MESES.

**NELSON ANTONIO PAIM**

PREFEITO DE POXORÉU

### DECRETO N° 62/2023 - CONVOCA A 3ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE CULTURA DE POXORÉU/MT.

**DECRETO N° 62/2023**

Convoca a 3ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE CULTURA DE POXORÉU/MT.

O Prefeito Municipal de Poxoréu, em conjunto com a Presidente do Conselho Municipal de Política Cultural, no uso de suas atribuições e, considerando a necessidade de avaliar e propor diretrizes para a implementação da Política de Cultura no município, RESOLVE:

**Art. 1º** Fica convocada a 3ª Conferência Municipal da Cultura de Poxoréu, a ser realizada no dia 05 de setembro de 2023, a partir de 13h00, no Salão de Missas do Centro Juvenil Salesiano, tendo como tema central: "Democracia e Direito à Cultura", em conformidade com a Portaria do Ministério da Cultura nº 45 de 14 de julho de 2023.

**Art. 2º** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Poxoréu-MT, 17 de agosto de 2023.

Nelson Antônio Paim

Prefeito do Município de Poxoréu

Suizi Ana Fernandes

Presidente do Conselho Municipal de Política Cultural de Poxoréu

**EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2023**

EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

(Pregão Eletrônico Nº 039/2023, de 25 de julho de 2023)

Homologo e Adjudico a licitação levada a efeito pela Comissão Permanente de Licitação, referente ao procedimento Licitatório do Pregão Presencial nº 039/2023, de 25 de Julho de 2023, com o resultado em favor das empresa, **1 : PRIMALAB PRODUTOS PARA SAUDE LTDA,** inscrita no CNPJ n° **35.280.926/0001-62**, no Valor global de R$ 33.000,00 (trinta e três mil reais); **2: R. ARAUJO GUIMARAES,** inscrita no CNPJ n° **27.563. 336/0001-19**, no Valor global de R$ 7.801,00 (sete mil e oitocentos e um reais) e autorizando a Coordenadoria de Municipal de Compras a efetuar a aquisição nos termos da proposta vencedora.

POXOREU, 16 DE AGOSTO DE 2023

_____

NELSON ANTÔNIO PAIM

PREFEITO MUNICIPAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA

**LICITAÇÃO**
**EXTRATO DO CONTRATO Nº 42/2023**

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 42/2023**

**PARTES**: Município de Ribeirão Cascalheira – MT, CNPJ 24.772.113/0001-73 e **COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA PORTAL DO XINGÚ,** inscrita no CNPJ sob o nº 13.972.638/0001-36.

OBJETO: **CONTRATAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DIRETAMENTE DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL CONFORME §1º DO ART. 14 DA LEI Nº 11.947/2009 E RESOLUÇÕES FNDE Nº 26, DE 17 DE JUNHO DE 2013 (ATUALIZADA PELA RESOLUÇÃO CD/FNDE Nº 04, DE 2 DE ABRIL DE 2015).**

**ASSINAM:** LUZIA NUNES BRANDÃO – Prefeita Municipal de Ribeirão Cascalheira e a pessoa física **GILBERTO LUIZ FIORENTIN, CPF nº** 415. 582.511-20

**VALOR R$: 40.000,00 (quarente mil reais)**

**VIGÊNCIA:** 12 meses

**DATA DA ASSINATURA**: 15/08/2023

Ribeirão Cascalheira – MT**,** 15 de Agosto de 2023.

**LUZIA NUNES BRANDÃO**

PREFEITA MUNICIPAL

**LICITAÇÃO**
**EXTRATO DO CONTRATO Nº 45/2023**

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 45/2023**

**PARTES**: Município de Ribeirão Cascalheira – MT, CNPJ 24.772.113/0001-73 e **ISRAEL TRANQUEIRA CORREIA,** inscrito no CPF sob o nº 017.468.661-79.

OBJETO: **CONTRATAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DIRETAMENTE DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL CONFORME §1º DO ART. 14 DA LEI Nº 11.947/2009 E RESOLUÇÕES FNDE Nº 26, DE 17 DE JUNHO DE 2013 (ATUALIZADA PELA RESOLUÇÃO CD/FNDE Nº 04, DE 2 DE ABRIL DE 2015).**

**ASSINAM:** LUZIA NUNES BRANDÃO – Prefeita Municipal de Ribeirão Cascalheira e a pessoa física **ISRAEL TRANQUEIRA CORREIA,** inscrito no CPF sob o nº 017.468.661-79.

**VALOR R$: R$ 40.000,00 (quarenta mil reais)**

**VIGÊNCIA:** 12 meses

**DATA DA ASSINATURA**: 15/08/2023

Ribeirão Cascalheira – MT**,** 15 de Agosto de 2023.

**LUZIA NUNES BRANDÃO**

PREFEITA MUNICIPAL

**LICITAÇÃO**
**EXTRATO DO CONTRATO Nº 46/202**

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 46/2023**

**PARTES**: Município de Ribeirão Cascalheira – MT, CNPJ 24.772.113/0001-73 e **MARIA LAZARA SOUZA SANTOS,** inscrito no CPF sob o nº 514.314.401-91.

OBJETO: **CONTRATAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DIRETAMENTE DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL CONFORME §1º DO ART. 14 DA LEI Nº 11.947/2009 E RESOLUÇÕES FNDE Nº 26, DE 17 DE JUNHO DE 2013 (ATUALIZADA PELA RESOLUÇÃO CD/FNDE Nº 04, DE 2 DE ABRIL DE 2015).**

**ASSINAM:** LUZIA NUNES BRANDÃO – Prefeita Municipal de Ribeirão Cascalheira e a pessoa física **MARIA LAZARA SOUZA SANTOS,** inscrito no CPF sob o nº 514.314.401-91.

**VALOR R$: 32.000,00 (trinta e dois mil reais).**

**VIGÊNCIA:** 12 meses

**DATA DA ASSINATURA**: 15/08/2023

Ribeirão Cascalheira – MT**,** 15 de Agosto de 2023.

**LUZIA NUNES BRANDÃO**

PREFEITA MUNICIPAL

**LICITAÇÃO**
**EXTRATO DO CONTRATO Nº 47/2023**

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 47/2023**

**PARTES**: Município de Ribeirão Cascalheira – MT, CNPJ 24.772.113/0001-73 e **SÔNIA MARLI WESOLIWSKI** inscrita no CPF sob o nº 535. 055.301-15

OBJETO: **CONTRATAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DIRETAMENTE DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL CONFORME §1º DO ART. 14 DA LEI Nº 11.947/2009 E RESOLUÇÕES FNDE Nº 26, DE 17 DE JUNHO DE 2013 (ATUALIZADA PELA RESOLUÇÃO CD/FNDE Nº 04, DE 2 DE ABRIL DE 2015).**

**ASSINAM:** LUZIA NUNES BRANDÃO – Prefeita Municipal de Ribeirão Cascalheira e a pessoa física **SÔNIA MARLI WESOLIWSKI** inscrita no CPF sob o nº 535.055.301-15

**VALOR R$: 40.000,00 (quarenta mil reais)**

**VIGÊNCIA:** 12 meses

**DATA DA ASSINATURA**: 15/08/2023

Ribeirão Cascalheira – MT**,** 15 de Agosto de 2023.

**LUZIA NUNES BRANDÃO**

PREFEITA MUNICIPAL

**DECRETO N°2360/2023 DATA: 14 DE AGOSTO DE 2023 "DISPÕE SOBRE O ENQUADRAMENTO DEFINITIVO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO CARGO DE TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**DECRETO N°2360/2023**

**DATA: 14 DE AGOSTO DE 2023**

**"DISPÕE SOBRE O ENQUADRAMENTO DEFINITIVO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO CARGO DE TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

**LUZIA NUNES BRANDÃO,** Prefeita Municipal de Ribeirão Cascalheira – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

**Considerando,** os princípios esculpidos na Lei n°604 de 20 de setembro de 2011, respeitados pela Administração Pública Municipal.

**DECRETA:**

**Art.1º.** Fica decretado, o Enquadramento Definitivo dos Profissionais da Educação Básica, constante no anexo II, da Lei n°964/2022, conforme prevê o inciso II, do art. 82 e art. 5 e incisos I, II e III da Lei n°. 604/2011, para o cargo de Técnico de Desenvolvimento Infantil.

**Parágrafo Único:** Os efeitos dos recursos financeiros serão a partir das respectivas datas constante no anexo II da Lei n°964/2022.

**Art. 2°.** Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL

EM, 14 DE AGOSTO DE 2023.

***LUZIA NUNES BRANDÃO***

Prefeita Municipal

**ANEXO I**

**TECNICO EDUCACIONAL DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - TDI**

| MATRICULA | NOME | POSSE | CLASSE E NIVEL | CARGO | TIPO DE ADMISSÃO |
|---|---|---|---|---|---|
| 5883 | ADRIANA ARAUJO DE FREITAS SOUSA | 01/02/2017 | C-03 | TECNICO EDUC DES INFANTIL | EFETIVA |
| 6458 | ADRIANA FONTOURA BARROS | 19/03/2018 | A-02 | TECNICO EDUC DES INFANTIL | EFETIVA |
| 5882 | AGDA PEREIRA MARINHO | 01/02/2017 | C-03 | TECNICO EDUC DES INFANTIL | EFETIVA |
| 5888 | ALESSANDRA FONSECA VIEIRA | 01/02/2017 | A-03 | TECNICO EDUC DES INFANTIL | EFETIVA |
| 5881 | ANDREIA RIBEIRO BATISTA | 01/02/2017 | B-03 | TECNICO EDUC DES INFANTIL | EFETIVA |
| 5884 | ANTONIO CARLOS FERREIRA DA SILVA | 01/02/2017 | B-03 | TECNICO EDUC DES INFANTIL | EFETIVA |
| 5886 | ANTONIZETE PEREIRA DA SILVA | 01/02/20217 | C-03 | TECNICO EDUC DES INFANTIL | EFETIVA |
| 6818 | DEIMACLEIM COELHO DE ALMEIDA | 11/02/2019 | B-02 | TECNICO EDUC DES INFANTIL | EFETIVA |
| 6821 | EDNA RODRIGUES DE SIQUEIRA | 11/02/2019 | B-02 | TECNICO EDUC DES INFANTIL | EFETIVA |
| 6816 | ELENINHA PEREIRA DOS SANTOS | 11/02/2019 | A-02 | TECNICO EDUC DES INFANTIL | EFETIVA |
| 6358 | GESSYCA LORRAYNE DE GODOI SILVA | 19/02/2018 | A-02 | TECNICO EDUC DES INFANTIL | EFETIVA |
| 5877 | KEILA DA COSTA GOMES | 01/02/2017 | C-03 | TECNICO EDUC DES INFANTIL | EFETIVA |
| 754 | LAUDENICE ALVES DA SILVA | 01/07/1997 | A-08 | TECNICO EDUC DES INFANTIL | EFETIVA |
| 6552 | LORENA SOUSA OLIVEIRA BATISTA | 05/06/2018 | B-02 | TECNICO EDUC DES INFANTIL | EFETIVA |
| 5885 | LUCIANA LOPES DOS SANTOS | 01/02/2017 | A-03 | TECNICO EDUC DES INFANTIL | EFETIVA |
| 5878 | MARINA DE FREITAS ASSIS | 01/02/2017 | B-03 | TECNICO EDUC DES INFANTIL | EFETIVA |
| 5880 | MARLUCIA DE LIMA FRANÇA | 01/02/2017 | B-03 | TECNICO EDUC DES INFANTIL | EFETIVA |
| 6817 | MARTA JOAQUINA DE CARVALHO | 11/02/2019 | A-02 | TECNICO EDUC DES INFANTIL | EFETIVA |
| 6582 | ROSILDA FONTOURA DA SILVA | 18/07/2018 | A-02 | TECNICO EDUC DES INFANTIL | EFETIVA |
| 617 | VANUZA LEITE DOS SANTOS | 01/07/1997 | C-09 | TECNICO EDUC DES INFANTIL | EFETIVA |

**ANEXO II**

**TECNICO EDUCACIONAL DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - TDI**

| *MATRICULA* | *NOME* | *DATA DE ADMISSÃO* | *CLASSE E NIVEL* | *CARGO TECNICO EDUC DES INFANTIL* | *TIPO DE ADMISSÃO* |
|---|---|---|---|---|---|
| 8639 | AURENICE ALVES DOS SANTOS | 06/02/2023 | A-01 | TECNICO EDUC DES INFANTIL | CONTRATADA |
| 8640 | FERNANDA CRISTINA LIRA DA COSTA | 06/02/2023 | B-01 | TECNICO EDUC DES INFANTIL | CONTRATADA |
| 8645 | RAIMUNDA NUNES MOREIRA | 06/02/2023 | B-01 | TECNICO EDUC DES INFANTIL | CONTRATADA |
| 8604 | RAIMUNDA PEREIRA DE SOUZA | 06/02/2023 | A-01 | TECNICO EDUC DES INFANTIL | CONTRATADA |

**LICITAÇÃO**
**EXTRATO DO CONTRATO Nº 43/2023**

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 43/2023**

**PARTES**: Município de Ribeirão Cascalheira – MT, CNPJ 24.772.113/0001-73 e **JANETH DA PAZ OLIVEIRA,** inscrita no CPF sob o nº 877.935.801-25.

OBJETO: **CONTRATAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DIRETAMENTE DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPRE-**

**ENDEDOR FAMILIAR RURAL CONFORME §1º DO ART. 14 DA LEI Nº 11.947/2009 E RESOLUÇÕES FNDE Nº 26, DE 17 DE JUNHO DE 2013 (ATUALIZADA PELA RESOLUÇÃO CD/FNDE Nº 04, DE 2 DE ABRIL DE 2015).**

**ASSINAM:** LUZIA NUNES BRANDÃO – Prefeita Municipal de Ribeirão Cascalheira e a pessoa física **JANETH DA PAZ OLIVEIRA,** inscrita no CPF nº 877.935.801-25.

**VALOR R$: R$: 19.000,00 (dezenove mil reais);**

**VIGÊNCIA:** 12 meses

**DATA DA ASSINATURA**: 15/08/2023

Ribeirão Cascalheira – MT**,** 15 de Agosto de 2023.

**LUZIA NUNES BRANDÃO**

PREFEITA MUNICIPAL

**LICITAÇÃO**
**EXTRATO DO CONTRATO Nº 44/2023**

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 44/2023**

**PARTES**: Município de Ribeirão Cascalheira – MT, CNPJ 24.772.113/0001-73 e **IVO PEREIRA DE PAIVA,** inscrito no CPF sob o nº 302.155.441-53.

OBJETO: **CONTRATAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DIRETAMENTE DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL CONFORME §1º DO ART. 14 DA LEI Nº 11.947/2009 E RESOLUÇÕES FNDE Nº 26, DE 17 DE JUNHO DE 2013 (ATUALIZADA PELA RESOLUÇÃO CD/FNDE Nº 04, DE 2 DE ABRIL DE 2015).**

**ASSINAM:** LUZIA NUNES BRANDÃO – Prefeita Municipal de Ribeirão Cascalheira e a pessoa física e **IVO PEREIRA DE PAIVA,** inscrito no CPF sob o nº 302.155.441-53.

**VALOR R$: 15.490,00 (quinze mil quatrocentos e noventa reais);**

**VIGÊNCIA:** 12 meses

**DATA DA ASSINATURA**: 15/08/2023

Ribeirão Cascalheira – MT**,** 15 de Agosto de 2023.

**LUZIA NUNES BRANDÃO**

PREFEITA MUNICIPAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA

**DEPARATMENTO DE LICITAÇÕES**
**MAPA DE RESULTADO FINAL**

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE Nº. 420/2023.

DISPENSA DE LICITAÇÃO DE Nº 048/2023

**Objeto: Aquisição de Livros Literários destinados as Leituras nas Escolas de Educação Infantil e Ensino Fundamental, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura.**

**MODALIDADE: Dispensa de Licitação, conforme: "Art. 75. É dispensável a licitação: II – para contratação que envolva valores inferiores a R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;**

**EMPRESA VENCEDORA DOS ITENS LICITADOS: Paulo S de S Freitas Representações Brasileira - ME, CNPJ: 36.137.224/0001-97, Endereço: Rua 5, Bairro: Set Central, CEP: 74.025-040 Goiânia/GO.**

| Item | Código TCE | UND | Quant | Especificação | Valor Unit. | Valor Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 01 | 00060775 | UND | 01 | CONJUNTO DE LIVROS PARA EDUCAÇÃO INFANTIL COM 120 VOLUMES | R$ 4.926,76 | R$ 4.926,76 |
| 02 | 00060776 | UND | 01 | CONJUNTO DE LIVROS PARA ENSINO FUNDAMENTAL COM 102 VOLUMES | R$ 4.920,66 | R$ 4.920,66 |
| | | | | | | **R$ 9.847,42** |

***Obs:*** *O valor constante acima de cada item é o valor final proposto pela empresa participante, onde a mesma teve sua Habilitação no certame confirmada, conforme Ata Circunstanciada constantes nos autos do Processo 420/2023, sendo adjudicado a seu favor os itens acima descritos.*

**Valor Global de R$ 9.847,42 (Nove mil oitocentos e quarenta e sete reais e quarenta e dois centavos).**

Rondolândia – MT, 16 de Agosto de 2023.

_____

Keila Taiane Nascimento Freire

Agente de Contratação

## PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS

**AVISO DE HOMOLOGAÇÃO**

**MODALIDADE: "CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 11/2023"**

**A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS,** Estado de Mato Grosso, torna públicos a todos interessados a homologação da Licitação na Modalidade de Concorrência Pública nº 11/2023, tendo como objeto: "Execução de duplicação da Avenida Bandeirantes, no bairro Jardim das Flores, neste município, conforme projeto básico/executivo, justificativa de qualificação técnica e justificativa de qualificação econômica-financeira parte integrante do projeto básico/executivo encaminhado pela Secretaria Municipal de Infraestrutura anexo ao edital", sendo vencedora a empresa CONSTRUTORA AMIL, que apresentou o preço global de R$ 3.686.630,73 (três milhões seiscentos e oitenta e seis mil seiscentos e trinta reais e setenta e três centavos). Conforme consta no processo, o resultado foi devidamente adjudicado à empresa vencedora, sendo igualmente homologado todo o procedimento pela autoridade competente.

Rondonópolis-MT, 16 de agosto de 2023.

**Paula Cristiane Moraes Pereira**

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

**AVISO DE HOMOLOGAÇÃO**

**MODALIDADE: "TOMADA DE PREÇO Nº 45/2023"**

**A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS,** Estado de Mato Grosso, torna público a todos interessados a homologação da Licitação na Modalidade de Tomada de Preço nº 45/2023, tendo como objeto: "Re-

paro de ponte de madeira com 36,00 m de extensão e 4,50 m de largura no Córrego Lageadinho, rua 7, bairro Jardim das Flores, no município de Rondonópolis - MT, conforme projeto básico, justificativa de qualificação técnica e justificativa de qualificação econômica financeira parte integrante do projeto básico encaminhada pela Secretaria Municipal de Infraestrutura anexo ao edital", sendo vencedora a empresa RONDONÓPOLIS COMERCIO E CONSTRUÇÕES LTDA, que apresentou o valor global de R$ 105. 427,42 (cento e cinco mil quatrocentos e vinte e sete reais e quarenta e dois centavos). Conforme consta no processo, o resultado foi devidamente adjudicado à empresa vencedora, sendo igualmente homologado todo o procedimento pela autoridade competente.

Rondonópolis-MT, 16 de agosto de 2023.

**Paula Cristiane Moraes Pereira**

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

---

**TERMO DE RATIFICAÇÃO N.º 67/2023**

**DISPENSA DE LICITAÇÃO**

O Senhor **JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO**, Prefeito de Rondonópolis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, **nos termos do inciso XVII, do art. 24 da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993**. **RATIFICA O PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 67/2023**, com fulcro no parecer jurídico N°**288/2023/ASSESSORIA/COMPRAS/SAD** que autoriza a modalidade de Dispensa de Licitação, diante da situação fática, de acordo com a Lei de Licitações, a contratação a favor da empresa: **FELIPE JACOB MORAES PEREIRA PROJETOS**, situada a Rua Rio Natuba, n° 70, Jd Pararangaba, São José dos Campos-SP, **CNPJ: 26.210.360/0001-01.**

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA PARA DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS ESTRUTURAIS METÁLICOS DE ALTA COMPLEXIDADE PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, NO MUNICÍPIO DE RONDONÓPOLIS – MT.**

**VALOR TOTAL DISPENSA:** R$ 3.500,00 (TREZE MIL E QUINHENTOS REAIS).

Publique-se no átrio desta Prefeitura, no **Diário Oficial do Município – DIORONDON**, no jornal de circulação local **Jornal Estadão,** no **Diário Oficial Eletrônico dos Municípios** e no **Diário Oficial de Contas,** para ciência de todos os interessados observadas as prescrições legais.

Rondonópolis-MT, 15 de agosto de 2023.

**JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO**

Prefeito

---

**AVISO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇO Nº 48/2023**

**TIPO DESTA LICITAÇÃO: "MENOR PREÇO".**

A Prefeitura Municipal de Rondonópolis, Estado de Mato Grosso, localizada à Avenida Duque de Caxias, nº 1.000, Bairro Vila Aurora, torna público e oficial para conhecimento dos interessados que por ordem do Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Rondonópolis-MT, que através de sua Comissão Permanente de Licitação, realizará a tomada de preço em epígrafe às 09:00 horas do dia 01 (primeiro) de setembro de 2023, na sala de licitações da Secretaria Municipal de Administração, a abertura dos envelopes n.º 01 e 02, contendo os documentos de habilitação e proposta comerciaL, respectivamente, para aquisição do seguinte objeto: "Ampliação da cozinha e construção de campos society com arquibancada, quadra de areia, pista de atletismo e vestiários na escola municipal Frei Milton Marques da Silva, localizada na rua Padre Toledo, nº 1865, bairro jardim Vila Rica no município de Rondonópolis - MT, conforme projeto básico, justificativa de qualificação técnica e justificativa de qualificação econômica-financeira parte integrante do projeto básico encaminhada pela Secretaria Municipal de Educação anexo ao edital".

Os interessados poderão retirar a pasta contendo o edital completo, na sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima citado, mediante apresentação de cd-rom ou pen-drive, no horário das 13:00 às 17:00 horas em dias úteis, ou solicitar através do licitacaorondonopolis@hotmail.com, licitacaorondonopolis@gmail.com ou retirar no site www.rondonopolis.mt.gov.br.

Rondonópolis-MT, 16 de agosto de 2023.

**Paula Cristiane Moraes Pereira**

Presidente da Comissão de Licitação

---

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES**
**EXTRATO DE CONTRATO 71/2023**

**EXTRATO DE CONTRATO N° 71/2023**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE DIVULGAÇÃO DOS ATOS, PROGRAMAS, SERVIÇOS E CAMPANHAS EDUCATIVAS, PARA ATENDER A NECESSIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO.

EMPRESA: E.A. DA SILVA AGENCIA DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA LTDA

CNPJ n.º 30.254.229/0001-13

Vigência: O contrato será de 12 (Doze meses).

DATA DA ASSINATURA: 14 DE AGOSTO 2023.

Rosário Oeste/ MT, em 14 de agosto de 2023.

ALEX STEVES BERTO

Prefeito Municipal, de Rosário Oeste-MT

---

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**EXTRATO DE CONTRATOS**

**CONTRATO Nº 311/2023**

**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MOTORISTA DE TRANSPORTE FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE – MT E O (A) SR (A). NILSON DE SANTANA, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.**

**CONTRATO Nº 312/2023**

**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROFESSOR (A) FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE – MT E O (A) SR (A). KLERISON JOSÉ DA SILVA LEVINO, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.**

**CONTRATO Nº 313/2023**

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE **APOIO ADMINISTRTATIVO EDUCACIONAL (MONITORA PNE)** FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE – MT E O (A) SR (A). **MARIUZE RIBEIRO DA SILVA**, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

**CONTRATO Nº 314/2023**

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE **APOIO ADMINISTRTATIVO EDUCACIONAL (MONITORA PNE)** FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE – MT E O (A) SR (A). **LORNNA PAOLA AMIKI**, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

**CONTRATO Nº 315/2023**

**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROFESSOR (A) FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE – MT E O (A) SR (A). NELI OLIVEIRA MAGALHÃES, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.**

**CONTRATO Nº 316/2023**

**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROFESSOR (A) FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE – MT E O (A) SR (A). ERICA REGINA DA SILVA, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.**

**CONTRATO Nº 317/2023**

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE **APOIO ADMINISTRTATIVO EDUCACIONAL (MONITORA PNE)** FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE – MT E O (A) SR (A). **PAULA CAROLINE PEREIRA LEITE**, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

**ALEX STEVES BERTO**

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU

### RECURSOS HUMANOS
### PORTARIA N.º 146/2023 DE 14 DE AGOSTO DE 2023

**PORTARIA N.º 146/2023 DE 14 DE AGOSTO DE 2023**

**CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AOS**

**SERVIDORES QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, exaradas no art. 49 inciso IV, da Lei Orgânica do Município.

**CONSIDERANDO: a conclusão dos respectivos períodos aquisitivos e os requerimentos dos servidores abaixo relacionados;**

**RESOLVE:**

Art. 1º. - Conceder férias regulamentares aos servidores municipais abaixo relacionados, com o respectivo período aquisitivo, bem como o período de gozo de férias especificados:

| Nome do Servidor(a) | Período aquisitivo | Período de gozo de férias |
|---|---|---|
| ROBERTO ALVES FERREIRA | 2022/2023 | 01/08/2023 A 30/08/2023 |
| WANDERLAINE TESSINARI DA SILVA | 2022/2023 | 01/08/2023 A 30/08/2023 |
| MARIA JOSE DE OLIVEIRA | 2022/2023 | 01/08/2023 A 30/08/2023 |
| ELICINEYA COSTA VIANA | 2022/2023 | 01/08/2023 A 30/08/2023 |
| LAURICO ANTONIO DE MOURA | 2022/2023 | 01/08/2023 A 30/08/2023 |
| LEIDIANE OLIVEIRA POLTRONIER NEGRINI | 2022/2023 | 01/08/2023 A 30/08/2023 |
| JUNIO POLTRONIER NEGRINI | 2022/2023 | 01/08/2023 A 30/08/2023 |
| NORIVAL ROSA CARDOSO | 2021/2022 | 01/08/2023 A 30/08/2023 |
| ENEAS ALBERTO | 2022/2023 | 11/08/2023 A 30/08/2023<br>10 DIAS INDENIZADOS |
| NELSON ELIAS | 2021/2022 | 01/08/2023 A 30/08/2023 |
| JOEL MOREIRA DA SILVA | 2022/2023 | 01/08/2023 A 30/08/2023 |
| EDIMILSON DALBEM CLARINDO | 2022/2023 | 01/08/2023 A 30/08/2023 |
| LUIS CARLOS DE JESUS BATISTA | 2022/2023 | 19/08/2023 A 17/09/2023 |
| ALCIONE ALVES DE OLIVEIRA | 2022/2023 | 13/08/2023 A 12/09/2023 |

Art. 2º - Caberá aos órgãos e unidades competentes do Poder Executivo proceder às anotações/registros pertinentes e, as providências na substituição dos Servidores acima citados, se forem imprescindíveis e inadiáveis bem como efetuar o pagamento devido, na forma da Legislação que disciplina a matéria em vigor, observando o disposto no art. 83 da Lei Municipal n.º 069, de 28 de maio de 1993, como seus parágrafos no que couber.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta das respectivas dotações orçamentárias no corrente exercício, suplementadas, se necessário, na forma da Legislação específica que rege a matéria em vigor.

Art. 4º - Está portaria entrará em vigor na data de sua Publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Salto do Céu - MT, 14 de Agosto de 2023.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.**

**MAUTO TEIXEIRA ESPÍNDOLA**

**PREFEITO**

### RECURSOS HUMANOS
### PORTARIA N.147/2023 DE 15 DE AGOSTO DE 2023

**PORTARIA N.147/2023**

**DE 15 DE AGOSTO DE 2023**

**CONCEDE LICENÇA SEM REMUNERAÇÃO PARA TRATAR DE INTERESSE PARTICULAR, POR 02 (DOIS) ANOS A SERVIDORA QUE MENCIONA E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, exaradas no art. 49, inciso IV, da Lei orgânica do Município. Combinado com o Art.99, do inciso 1°, 2° 3° da Lei Municipal n°069 de 28 de maio de 1993

**CONSIDERANDO;** O requerimento da Servidora que trata essa Portaria datada e protocolado em 24 de Julho de 2023.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder Licença de 02 (dois) anos, sem remuneração, para tratar de interesses particulares**,** pelo**período de 15/08/2023 a 15/08/2025 a servidora**: **TATIANY MANEA DE ARAUJO**, cargo **ENGENHEIRA CIVIL**, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.

Art. 2º - Caberá aos órgãos competentes do Poder Executivo proceder às notações registros pertinente e, as providências na substituição do servidor acima citado.

Art. 3º Fica assegurado os direitos funcionais legalmente adquiridos pelo servidor de que trata esta portaria.

Art. 4º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua Publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Salto do Céu, 15 de Agosto de 2023.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

**MAUTO TEIXEIRA ESPÍNDOLA**

**PREFEITO DE SALTO DO CÉU - MT**

### RECURSOS HUMANOS
### PORTARIA N.147/2023 DE 15 DE AGOSTO DE 2023

**PORTARIA N.147/2023 DE 15 DE AGOSTO DE 2023**

**CONCEDE LICENÇA SEM REMUNERAÇÃO PARA TRATAR DE INTERESSE PARTICULAR, POR 02 (DOIS) ANOS A SERVIDORA QUE MENCIONA E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, exaradas no art. 49, inciso IV, da Lei orgânica do Município. Combinado com o Art.99, do inciso 1°, 2° 3° da Lei Municipal n°069 de 28 de maio de 1993

**CONSIDERANDO;** O requerimento da Servidora que trata essa Portaria datada e protocolado em 24 de Julho de 2023.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder Licença de 02 (dois) anos, sem remuneração, para tratar de interesses particulares**,** peloperíodo de 15/08/2023 a 15/08/2025 a servidora: **TATIANY MANEA DE ARAUJO**, cargo **ENGENHEIRA CIVIL**, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.

Art. 2º - Caberá aos órgãos competentes do Poder Executivo proceder às notações registros pertinente e, as providências na substituição do servidor acima citado.

Art. 3º Fica assegurado os direitos funcionais legalmente adquiridos pelo servidor de que trata esta portaria.

Art. 4º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua Publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Salto do Céu, 15 de Agosto de 2023.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

**MAUTO TEIXEIRA ESPÍNDOLA**

**PREFEITO DE SALTO DO CÉU - MT**

**RECURSOS HUMANOS**
**CONVOCAÇÃO 018/2023**

**CONVOCAÇÃO 018/2023**

A Prefeitura Municipal de Salto do Céu, Estado de Mato Grosso, com sede e administração na Rua Carlos Laet, n. 11, bairro: Cachoeira em Salto do Céu/MT, neste ato, representada pelo Prefeito Municipal, **Sr. Mauto Teixeira Espíndola,** queno uso de suas atribuições legais, considerando a homologação por meio do Decreto nº 010/2023 de 17 de Fevereiro de 2023 do Processo Seletivo n. 001/2023, para contratação de pessoal por tempo determinado, para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público para preenchimento das vagas do quadro temporário da Prefeitura Municipal de Salto do Céu – MT.

Considerando, o item 12.1 do Edital de Abertura do Processo Seletivo Simplificado n. 001/2023, o qual permite a convocação de aprovados, desde que respeitados rigorosamente a ordem de classificação.

**RESOLVE:**

Convocar, os candidatos cadastro reserva relacionados no Anexo I,II para que dentro do prazo de 05 dias de acordo com o disposto no item 12.3 do Edital de Abertura do Certame, compareça na sede de administração da Prefeitura de Salto do Céu, ou apresente justificativa da impossibilidade, para mediante apresentação de documentos relacionados no Anexo III, tome posse do Processo Seletivo n. 001/2023.

Cabe observar, que será considerado desistente e, portanto, eliminado, o candidato que não comparecer até a data estabelecida.

**ANEXO I -**

**RELAÇÃO DE CANDIDATOS**

**PSICÓLOGO**

| |
|---|
| DIENE FIALHO CÂNDIDO<br>Recebi dia ___/___/____ Assinatura:_____ |

**PSICÓLOGO**

| |
|---|
| TANIELLE DE SOUZA MARTINS<br>Recebi dia ___/___/____ Assinatura:_____ |

ANEXO II-

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS

**Deverá ser apresentada as declarações no original e fotocópia dos documentos pessoais autenticados em cartório, que comprove o que segue abaixo:**

**1.** Cédula de Identidade;

**2.** Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da Lei (art. 12 e 37, I da CF/88)

**3.** Certidão de Casamento ou Nascimento;

**4.** Cédula de Identidade e CPF do Conjunge (se for o caso);

**5.** Certidão de Nascimento e CPF dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);

**6.** Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

**7.** Cartão do PIS/PASEP;

**8.** Comprovante de votação das duas últimas eleições que antecedem a posse;

**9.** Título de Eleitor;

**10.** Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da comarca de Rio Branco-MT ou do domicílio do candidato, de que o mesmo não tenha condenação criminal com trânsito em julgado, ou condenação cível, com trânsito em julgado, que lhe exclua os direitos de participar em concursos públicos de qualquer natureza;

**11.** Certidão Negativa de Débitos para como Município de Salto do Céu.

**12.** Atestado Médico de Aptidão Física e Mental;

**13.** Ter registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade;

**14.** Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

**15.** Comprovante de Escolaridade;

**16.** Declaração contendo endereço residencial ou comprovante residencial;

**17.** Declaração negativa de acumulo de cargo público;

**18.** Declaração de Disponibilidade da Carga Horária do Cargo;

***19.*** Declaração de não ter sido demitido, nos ultimos 05 (cinco) anos do serviço público por intermedio de Processo Administrativo Disciplinar com a nota *"a bem do serviço público".*

**20.** Declaração de Bens;

**21.** Não ter infringindo as leis que fundamentaram o Edital;

**22.** Providênciar conta sálario no Banco Sicredi do Município e encaminhar o nº da mesma juntamente com os demais documentos ao Departamento de Recursos Humanos desta Prefeitura.

Salto do Céu - MT, 15 de Agosto de 2023.

_____

**MAUTO TEIXEIRA ESPÍNDOLA**

**PREFEITO**

**RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA N.149/2023 DE 16 DE AGOSTO DE 2023**

**PORTARIA N.149/2023 DE 16 DE AGOSTO DE 2023**

**EXONERA O Sr.º VALDEIR APARECIDO BASTOS DO CARGO COMISSIONADO DE SECRETARIO MUNINICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Exonera a partir de 31 de Agosto de 2023 o Sr.º VALDEIR APARECIDO BASTOS, do Cargo de comissionado de SECRETARIO MUNINICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta da rubrica orçamentária correspondente da a secretaria citada acima, suplementadas se necessário, na forma da legislação específica que disciplina a matéria.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Salto do Céu – MT, 16 de Agosto de 2023.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.**

**MAUTO TEIXEIRA ESPÍNDOLA**

**PREFEITO DE SALTO DO CÉU - MT**

**RECURSOS HUMANOS**
**CONVOCAÇÃO 002/2023 ESTAGIO 2023**

**CONVOCAÇÃO 002/2023 ESTAGIO 2023**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU/MT**, por meio de seu Prefeito municipal **Sr. Mauto Teixeira Espíndola**, com fundamento na Constituição Federal, Lei Federal 11.788/2008, Lei Municipal 589/2017 e sob a Coordenação e Supervisão da Comissão de Coordenação e avaliação, instituída pela Portaria n.º 199/2023 de 23 de Novembro de 2022, demais legislações pertinentes à matéria, tendo em vista a abertura do Processo de Seleção para preenchimento de vagas de estagiários de Nível Médio e Superior regularmente matriculados em instituições de ensino médio e superior, observadas as disposições constantes no Edital. para contratação de estagiários de Nível Médio e Superior por tempo determinado.

O Processo de Seleção será regido pelas disposições contidas no edital e executado pela Prefeitura Municipal de Salto do Céu/MT, em conformidade com as Leis: Lei Municipal 589/2017 e Lei Federal 11.788/2008, sob a Coordenação e Supervisão da Comissão de Coordenação e avaliação, instituída pela Portaria n.º 199/2023 de 23 de Novembro de 2022, destinado a seleção de Estagiário, mediante termo de compromisso.

**RESOLVE:**

Convocar, os candidatos cadastro reserva relacionados no Anexo I, para de acordo com o disposto no item 8,3 e 8.4 do Edital de Abertura do Certame, compareça na sede de administração da Prefeitura de Salto do Céu, ou apresente justificativa da impossibilidade, para mediante apresentação de documentos relacionados no Anexo III, tome posse do Cargo estagiário.

Cabe observar, que será considerado desistente e, portanto, eliminado, o candidato que não comparecer até a data estabelecida relacionados no item 8.4 do Edital.

**ANEXO I -**

**RELAÇÃO DE CANDIDATOS**

**AUXILIAR DE PROFESSOR**

| |
|---|
| **BRENDA OLIVEIRA MEROTTI**<br>Recebi dia ___/___/____ Assinatura:_____ |

ANEXO II -

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS

**Deverá ser apresentada as declarações no original e fotocópia dos documentos pessoais autenticados em cartório, que comprove o que segue abaixo:**

**1.** Cédula de Identidade (com foto) e CPF;

**2.** Declaração de matrícula e frequência emitida pela instituição de ensino

**3.** Histórico escolar, detalhado e atualizado, não valendo para este fim o modelo simplificado;

**4.** 01 (uma) foto 3x4, recente;

**5.** comprovante de quitação com as obrigações militares (homens) e eleitorais (se maior de 18 anos)

**6.** Declaração para Inclusão no Programa de Estágio na Prefeitura Municipal de Salto do Céu/MT de que não exerce qualquer atividade concomitante em qualquer ramo do serviço público

**7.** Declaração contendo endereço residencial ou comprovante residencial;

**8.** Providênciar conta sálario no Banco Sicredi do Município e encaminhar o nº da mesma juntamente com os demais documentos ao Departamento de Recursos Humanos desta Prefeitura

**9.** Declaração de Disponibilidade da Carga Horária do Cargo

**10.** A ausência de qualquer um dos documentos relacionados no item 9. 1 do edital ou incompatibilidade destes com as informações prestadas no formulário de inscrição acarretará a eliminação do candidato do processo de seleção.

**11.** Declaração negativa de acumulo de cargo público

**12.** O candidato classificado que se recusar a iniciar imediatamente o estágio será considerado desistente e será automaticamente transferido para o final da lista de aprovados.;

Salto do Céu - MT, 16 de Agosto de 2023

_____

**MAUTO TEIXEIRA ESPÍNDOLA**

**PREFEITO**

**RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA N.º148/2023 DE 16 DE AGOSTO DE 2023**

**PORTARIA N.º148/2023 DE 16 DE AGOSTO DE 2023**

**ATRIBUI AO SENHOR TIAGO CEZAR PEREIRA DUARTE, REGISTRO NACIONAL Nº CREA-MT 54727 ENGENHEIRO FISCAL, A RESPONSABILIDADE PELO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM VIAS URBANA– RUA 13 DE DEZEMBRO NO MUNICÍPIO DE SALTO DO CÉU – MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.** .

**O PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU**, Estado de Mato Grosso, Srº Mauto Teixeira Espíndola, no uso de suas atribuições Legais.

**RESOLVE:**

Art.1º - Atribuir ao Senhor **TIAGO CEZAR PEREIRA DUARTE**, Registro Nacional Nº **CREA-MT54727,** Engenheiro fiscal a responsabilidade pelo acompanhamento e fiscalização da **OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM VIAS URBANA – Rua 13 de Dezembro no Município de Salto do Céu – MT**, Empresa responsável pela obra: M. J. DAS G. CAMPOS-ME CNPJ: 47.096.348/0001-98, vinculada ao Contrato nº 059/2023 e ordem de serviços emitida em 27/07/2023.

Art.º 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Salto do Céu - MT, 16 de Agosto de 2023.

**REGISTRE – SE, PUBLIQUE – SE E CUMPRA – SE.**

**MAUTO TEIXEIRA ESPÍNDOLA**

**PREFEITO MUNICIPAL**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CARMEM

**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/2023**

**AVISO DE LICITAÇÃO**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/2023**

**SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 49/2023**

**Processo Administrativo Licitatório Nº 298/2023**

O **MUNICÍPIO DE SANTA CARMEM**, de ordem do Senhor Prefeito Municipal, através do Departamento de Licitação, mediante Pregoeiro, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação pública sob a modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL 42/2023 e SRP 49/2023,** cujo objeto é**REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE HORAS TRABALHADAS DE PROFISSIONAIS DIVERSOS (PEDREIRO, SERVENTE DE PEDREIRO, CARPINTEIRO, ELETRICISTA, ENCANADOR, JARDINEIRO, SERVIÇOS GERAIS, GESSEIRO – MANUTENÇÃO DE GESSO, SOLDADOR, ASSENTAMENTO DE REVESTIMENTOS) PARA MANUTENÇÃO E PEQUENOS REPAROS DE PRÉDIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DE SANTA CARMEM – MT.** Conforme anexo I do edital em conformidade com as disposições das Leis Federais nº 8.666/93 e nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 039/2009.

**1 - LOCAL, DATA E HORA**

1.1. A sessão pública será realizada na Sede da Prefeitura Municipal de Santa Carmem, Horário de credenciamento dar-se-á 08:00 às 08:30 horas (horário de Brasília-DF) do **dia 30 de agosto de 2023, com abertura da sessão oficial do pregão presencial às 08:30 horas (horário Brasília-DF).**

Os interessados em obter o Edital deverão ser dirigir à Prefeitura Municipal de Santa Carmem ou através do site da prefeitura ou pelo portal www.portaldecompraspublicas.com.br, informações através do tel.: (66) 3562-1183/1501 ramal 213 ou e-mail licitacao@santacarmem.mt.gov.br.

1.2. Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data acima mencionada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

Santa Carmem/MT, 17 de agosto de 2023.

**MAITÊ SEHNEM**

Pregoeira - Portaria nº 23/2023

## DECRETO Nº 042/2023

**DECRETO Nº 042/2023**

**Data: 16 de agosto de 2023.**

**DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DO PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE INTERESSE SOCIAL – REURB-s, NO RESIDENCIAL ITORORÓ 1 E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.**

**RODRIGO AUDREY FRANTZ**, Prefeito Municipal de Santa Carmem, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO, a edição do decreto nº 9.310, de 15 de março de 2018 que institui as normas gerais e os procedimentos aplicáveis à Regularização Fundiária Urbana;

CONSIDERANDO, o processo administrativo da REURB nº 03/2023, do Residencial Itororó;

**D E C R E T A:**

Art. 1º Fica, nos termos do inciso IV do art 28 da Lei Federal 13.465/2017, homologada o processo administrativo de Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social (REURB-S) do processo nº 03/2023, do núcleo urbano informal, denominado Residencial Itororó, de propriedade do Município de Santa Carmem e registrado no Cartório de Registro de Imóveis de Sinop sob a matricula:

**Residencial Itororó 1**: Matricula nº 111.239 com uma área de 450,00 m² contendo 1 quadra e 03 lotes.

Art. 2º Ficam os ocupantes e eventuais interessados notificados a partir da publicação do presente decreto, para querendo apresentar impugnação nos prazos legais.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

SANTA CARMEM - ESTADO DE MATO GROSSO

EM, 16 de agosto de 2023.

Registre-se e Publique-se

**RODRIGO AUDREY FRANTZ**

**Prefeito Municipal**

## PORTARIA Nº 207/2023

**PORTARIA Nº 207/2023**

**DATA: 15 de agosto de 2023.**

**SÚMULA: Nomeia FISCAIS e SUPLENTES da Atas de Registro de Preço Nº 102/2022 e Nº 103/2022.**

RODRIGO AUDREY FRANTZ, PREFEITO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE SANTA CARMEM, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais,

**R E S O L V E:**

ART. 1º- Nomeia aos Senhores: Gabinete do Prefeito, ficam nomeados **Sr. Felipe Pelissari como** FISCAL e **Srª. Paula Rejane Weber** como SUPLENTE**;** da Ata de Registro de Preços nº **102/2022** firmada com a empresa **ELIEZER PONCIANO DA SILVA 02755444193;** eAta de Registro de Preços nº **103/2022** firmada com a empresa **CEDROS LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MAQUINAS EIRELI ME** referente à **FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PINTURA E SERVIÇOS DE POLIMENTO E RESINAMENTO DE PISO GRANITO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICIPIO DE SANTA CARMEM/MT**, conforme descrição constante no Anexo I – Termo de Referência do Edital de **Pregão Presencial nº 59/2022 – SRP 58/2022**.

ART. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

SANTA CARMEM-MT, 15 de agosto de 2023.

**RODRIGO AUDREY FRANTZ**

Prefeito Municipal

## AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2023

**AVISO DE LICITAÇÃO**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2023**

**SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 48/2023**

**Processo Administrativo Licitatório Nº 297/2023**

O **MUNICÍPIO DE SANTA CARMEM**, de ordem do Senhor Prefeito Municipal, através do Departamento de Licitação, mediante Pregoeiro, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação pública sob a modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL 41/2023 e SRP 48/2023,** cujo objeto é**REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO, INCLUSO FORNECIMENTO DE MATERIAIS.** Conforme anexo I do edital em conformidade com as disposições das Leis Federais nº 8.666/93 e nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 039/2009.

**1 - LOCAL, DATA E HORA**

1.1. A sessão pública será realizada na Sede da Prefeitura Municipal de Santa Carmem, Horário de credenciamento dar-se-á 08:00 às 08:30 horas (horário de Brasília-DF) do **dia 29 de agosto de 2023, com abertura da sessão oficial do pregão presencial às 08:30 horas (horário Brasília-DF).**

Os interessados em obter o Edital deverão ser dirigir à Prefeitura Municipal de Santa Carmem ou através do site da prefeitura ou pelo portal www.portaldecompraspublicas.com.br, informações através do tel.: (66) 3562-1183/1501 ramal 213 ou e-mail licitacao@santacarmem.mt.gov.br.

1.2. Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data acima mencionada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

Santa Carmem/MT, 17 de agosto de 2023.

**MAITÊ SEHNEM**

Pregoeira - Portaria nº 23/2023

## EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 015/2023

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 015/2023**

**REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE INTERESSE SOCIAL – REURB-S**

O Município de Santa Carmem – MT , por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CARMEM, entidade de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 37.465.283/0001-57 localizada na Avenida Santos Dumont n º 491, Santa Carmem MT, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal o Senhor RODRIGO AUDREY FRANTZ, vem através deste edital **NOTIFICAR** a todos os titulares de domínio, confinantes e terceiros eventualmente interessados, que o núcleo urbano informal consolidado denominado de RESIDENCIAL ITORORÓ 1, encontra-se em processo de Regularização Fundiária, na modalidade Interesse Social, conforme Lei Federal nº 13.465/2017 e Decreto Federal nº 9.310/2018.

O núcleo urbano denominado ITORORÓ 1 está em fase de regularização fundiária, na qual foi realizado o levantamento planialtimétrico e cadastral, com georreferenciamento, subscrito por profissional competente, acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), afim de emissão de matrículas individualizadas aos detentores da posse dos lotes no referido Loteamento, bem como, legalização das benfeitorias existentes, necessárias para fins de Regularização Fundiária, objeto de matrícula a ser registrada no respectivo Cartório de Registro de Imóveis de SINOP -MT.

Artigo 1º A área onde foi edificado o loteamento denominado ITORORÓ 1 é localizada no município de Santa Carmem – MT, com a seguinte descrição: **"RESIDENCIAL ITORORÓ 1"**, no município de Santa Carmem, comarca de Sinop - MT, na poligonal formada pelas**, RUA 3, RUA LIBERAL D. BORTOLAS e LOTEAMENTO POPULAR**, de formato irregular, abrangendo uma área de **450 m²** (quatrocentos e cinquenta metros quadrados) e um perímetro de 90 m. Para quem da RUA LIBERAL D. BORTOLAS olha para o loteamento RESIDENCIAL ITORORÓ 1, inicia-se a descrição no vértice **V1** na coordenada Lat: **-11°58'00,700"**, Long: **-55°16'54,869"** e Altitude: **354,40**, no azimute de **267°36'46"** com uma distância de **10 m** de frente até o vértice **V2** de coordenada Lat: **-11°58'00,716"**, Long: **-55°16'55,196"** e Altitude: **353,78**, confrontando com **RUA 3**, daí segue em frente no azimute de **269°13'54"** com uma distância de **10 m** de frente até o vértice **V3** de coordenada Lat: **- 11°58'00,722"**, Long: **-55°16'55,529"** e Altitude: **353,96**, confrontando com **RUA 3**, daí segue em frente no azimute de **268°25'42"** com uma distância de **10 m** de frente até o vértice **V4** de coordenada Lat: **-11°58'00,733"**, Long: **- 55°16'55,860"** e Altitude: **354,24**, confrontando com **RUA 3**, daí deflete à direita no azimute de **359°53'51"** com uma distância de **15 m** do lado esquerdo até o vértice **V5** de coordenada Lat: **-11°58'00,232"**, Long: **-55°16'55,864"** e Altitude: **353,27**, confrontando com **LOTEAMENTO POPULAR**, daí deflete à direita no azimute de **88°38'50"** com uma distância de **10 m**

do lado direito até o vértice **V6** de coordenada Lat: **-11°58'00,223"**, Long: **-55°16'55,550"** e Altitude: **353,27**, confrontando com **LOTEAMENTO POPULAR**, daí segue em frente no azimute de **90°04'30"** com uma distância de **10 m** ao fundo até o vértice **V7** de coordenada Lat: **-11°58'00,221"**, Long: **-55°16'55,221"** e Altitude: **353,71**, confrontando com a **LOTEAMENTO POPULAR**, daí segue em frente no azimute de **87°52'03"** com uma distância de **10 m** ao fundo até o vértice **V8** de coordenada Lat: **-11°58'00,207"**, Long: **-55°16'54,887"** e Altitude: **353,61**, confrontando com a **LOTEAMENTO POPULAR**. daí vira a direita no azimute de **178°11'45"** com uma distância de **15 m** até o vértice **V1** de coordenada Lat: **-11°58'00,700"**, Long: **-55°16'54,869"** e Altitude: **354,40**, confrontando com a **RUA LIBERAL D. BORTOLAS**.

Artigo 2º Os titulares de domínio, confinantes e terceiros eventualmente interessados são notificados por este edital, sendo que a ausência de impugnação implicará a perda do eventual direito de que os notificados titularizem sobre o imóvel objeto da Regularização Fundiária, de acordo com o art. 31, §1º, §5º e §6º, da Lei Federal nº 13.465/2017 e art. 24, §1º, §5º e §6º, do Decreto Federal nº 9.310/2018.

Artigo 3º As eventuais impugnações cabíveis, contrárias ao objeto deste ato, deverão ser apresentadas no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da última publicação do presente edital, sendo protocoladas na Secretaria de administração com as devidas justificativas plausíveis que serão analisadas pelos setores responsáveis, priorizando o procedimento extrajudicial para solução dos conflitos, conforme art. 31, §3º, da Lei Federal nº 13.465/2017 e art. 24, §7º, do Decreto Federal nº 9.310/2018.

Artigo 4º Não havendo manifestação em contrário no período de 30 (trinta) dias, considerar-se-á como aceite pelos notificados os elementos e teor deste edital.

Artigo 5º. O presente Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Santa Carmem

Estado de Mato Grosso

Em, 16 de agosto de 2023.

Prefeito Municipal

Rodrigo Audrey Frantz

## EXTRATO DO DECIMO QUINTO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO Nº 77/2022

**EXTRATO DO DECIMO QUINTO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO Nº 77/2022 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/2022**

**DECIMO QUINTO TERMO ADITIVO DE REASJUSTE À ATA DE REGISTRO Nº 77/2022 –** Objeto: Aditivo de Reajuste conforme abaixo especificado:

Reajusta de R$ 5,30 para R$ 5,47 o litro do **Óleo diesel s500**.

Reajusta de R$ 5,22 para R$ 6,05 o litro do **Óleo diesel s10**

**CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CARMEM

**CONTRATADO:** AUTO POSTO FALCÃO LTDA

**Data Assinatura:** 14/08/2023

Procurador Jurídico Adriano Bulhões dos Santos.

## EXTRATO DO CONTRATO Nº 68/2023

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 68/2023**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2023**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 282/2023**

**CONTRATO Nº 68/2023.** CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE PASSAGENS TERRESTRES INTERMUNICIPAIS E INTERESTADUAIS, COMPREENDENDO OS SERVIÇOS DE EMISSÃO, REMARCAÇÃO E CANCELAMENTO DE PASSAGENS TERRESTRES COM ABRANGÊNCIA NACIONAL PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS

**Contratado:** L N DE AMORIM LTDA

**Contratante:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CARMEM/MT.

**VALOR GLOBAL:** R$ 39.000,00 (trinta e nove mil reais)

**Data assinatura**: 15/08/2023 **Vigência:** 15/08/2023 à 14/08/2024

**Procurador Jurídico**: Adriano Bulhões dos Santos.

**PORTARIA Nº 206/2023**

**PORTARIA Nº 206/2023**

**DATA: 15 de agosto de 2023.**

**SÚMULA: Nomeia FISCAL do Contrato N° 68/2023.**

RODRIGO AUDREY FRANTZ**,** PREFEITO MUNICIPAL de Santa Carmem, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

**R E S O L V E:**

ART. 1º- Nomeia ao Senhora: Secretaria Municipal de Assistência Social, a servidora **Srª. Marta Maria Weber** como FISCAL e **Srª. Valéria Bortolas** como SUPLENTE, Secretaria Municipal de Saúde, a servidora **Srª. Giseli Aline Vazata** como FISCAL e **Srª. Ana Lucia Ribeiro Walker** como SUPLENTE, Secretaria Municipal de Esporte, Lazer, Turismo e Juventude, o servidor **Sr. Maicon Odair da Silva** como FISCAL e **Srª. Paula Rejane Weber** como SUPLENTE, do Contrato Nº 68/2023, cujo objeto **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE PASSAGENS TERRESTRES INTERMUNICIPAIS E INTERESTADUAIS, COMPREENDENDO OS SERVIÇOS DE EMISSÃO, REMARCAÇÃO E CANCELAMENTO DE PASSAGENS TERRESTRES COM ABRANGÊNCIA NACIONAL PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.**

ART.2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

SANTA CARMEM, ESTADO DE MATO GROSSO

EM, 15 de agosto de 2023.

**RODRIGO AUDREY FRANTZ**

Prefeito Municipal de Santa Carmem

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA Nº 0431/2023**

**DE 11 DE AGOSTO DE 2023**

**SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DA LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA TAMIRES CAVALCANTE DA SILVA ANDRADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

**RESOLVE:**

**Art. 1º -** Fica concedido a licença maternidade a servidora **TAMIRES CAVALCANTE DA SILVA ANDRADE**, portadora do RG nº: 25****10 SSP/MT e inscrita no CPF nº: 05*.***.***-85, lotada na Secretaria Municipal de Educação, no cargo de PROFESSOR, sendo assim fica afastado no período de: 11/08/2023 a 09/12/2023.

**Art. 2º-** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º-** Revogam-se demais disposições em contrário.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 11 DE AGOSTO DE 2023.**

**EGON HOEPERS**

**PREFEITO MUNICIPAL**

Registre-se, Publique-se.

**LICITAÇÃO**
**AVISO DE PRORROGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2023**

O Município de Santa Rita do Trivelato – MT, através de sua Pregoeira Oficial, torna público que, decide **PRORROGAR** a data do referido certame, ao qual realizar-se-á às **14h00min, do dia 21 de agosto de 2023**, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal, sito a Av. Flavio Luiz, nº 2201, Centro, Santa Rita do Trivelato – MT, objetivando a **AQUISIÇÃO DE SEMI REBOQUE "TIPO TANQUE" USADO, PARA ATENDER A NECESSIDADE DO SETOR DE FROTAS DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO/MT.** O Edital poderá ser obtido através do site www.santaritadotrivelato.mt.gov.br. Maiores informações na Prefeitura Municipal, em horário normal de expediente, ou através do telefone (65) 3529-6161.

Santa Rita do Trivelato – MT, 16 de agosto de 2023.

**DIENIFFER MOURA DA SILVA**

Pregoeira Oficial

**LICITAÇÃO**
**AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO MODALIDADE – PREGÃO ELETRÔNICO N°010/2023**

O Município de Santa Rita do Trivelato – MT, através de sua Presidente de comissão permanente de Licitação, torna público que, por motivos de não haver nenhuma empresa interessada no certame, decide **PRORROGAR** a data do referido certame, ao qual se realizará às **09h30min, do dia 31 de agosto de 2023**, objetivando **o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE DISPOSITIVO DE RETENÇÃO PARA O TRANSPORTE DE CRIANÇAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT, CONFORME ESPECIFACAÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA EM ANEXO.** O Edital estará disponível no **Site:** https://www.santaritadotrivelato.mt.gov.br/#/publicacoes/23/licitacoes. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitação, na Prefeitura Municipal, em horário de expediente, ou através do telefone (65) 3529-6161.

Santa Rita do Trivelato/MT, 16 de agosto de 2023.

**DIENIFFER MOURA DA SILVA**

Pregoeiro Oficial

**LICITAÇÃO**
**AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE – PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2023 – REGISTRO DE PREÇOS**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO - ESTADO DE MATO GROSSO**

Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO PESSOAL – EPI PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO/MT,** conforme condições e especificações contidas no Termo de Referência. A Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato/MT torna público que no dia **30 de agosto de 2023,** estará recebendo propostas, para abertura às **09h00min,** do Pregão Presencial, para a contratação supracitada. O Edital estará disponível no site www.santaritadotrivelato.mt.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitação, na Prefeitura Municipal, em horário de expediente, ou através do telefone (65) 3529-6161.

Santa Rita do Trivelato/MT, 17 de agosto de 2023.

**EGON HOEPERS**

Prefeito Municipal

**DIENIFFER MOURA DA SILVA**

Pregoeiro Oficial

**LICITAÇÃO**
**AVISO DE RETIFICAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 008/2023**

AVISO DE RETIFICAÇÃO

**TOMADA DE PREÇOS Nº 008/2023**

**A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO** – Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. Flávio Luiz, n° 2.201, Centro, Santa Rita do Trivelato – MT, CEP: 78.453-000, inscrita no CNPJ 04.205.596/0001-17, através da sua CPL – Comissão Permanente de Licitação, torna Público para conhecimento os interessados, **que realizará às 09H00min (Horário Oficial de Santa Rita do Trivelato – MT), do dia 01 de setembro de 2023, na Sala de Licitação da Prefeitura Municipal, abertura da TOMADA DE PREÇOS Nº 008/2023, pelo MENOR PREÇO GLOBAL**, Após a análise do departamento de engenharia foi feito algumas alterações nas planilhas, fica o Edital da Tomada de Preços n°008/2023 **RETIFICADO**. Passando a vigorar a nova data deste certame.

O edital poderá ser obtido junto a Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato – MT, localizada no endereço acima mencionado, durante o horário de expediente de segunda a sexta-feira, das 09h00min às 11h00min e das 13h00min às 16h00min ou através do e-mail: licitacaosantaritadotrivelato@gmail.com.

Maiores informações poderão ser obtidas junto a Comissão Permanente de Licitação, na Prefeitura Municipal em horário de expediente, das 09h00min às 11h00min e das 13h00min às 16h00min ou através do telefone (65) 3529-6161ou através do e-mail: licitacaosantaritadotrivelato@gmail.com.

Santa Rita do Trivelato – MT, 17 de agosto de 2023.

**EGON HOEPERS**

Prefeito Municipal

**LICITAÇÃO**
**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 024/2023 PREGÃO ELETRONICO Nº 007/2023 – REGISTRO DE PREÇOS**

**DETENTOR:** MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT;

**DETENTORES: DISTRIBUIDORA DE ASFALTO LTDA, INSCRITO NO CNPJ: 26.917.005/0009-24- VALOR TOTAL: R$: 1.118.800,00, BRITAMIX INDUSTRIA E COMERCIO DE CALCARIO E BRITA LTDA- CNPJ: 21.821.738/0001-90; VALOR TOTAL: R$: 217.950,00;** VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: **16/08/2023 ATÉ 16/08/2024**; OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE INSUMOS EMULSOES E AGREGADOS, PARA A PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA DA ESTRADA MUNICIPAL SRT-03- ENTRE MT 140 A COMUNIDADE PACOVAL.**

**RECURSOS HUMANOS**
**PROCESSO SELETIVO Nº 004/2023**

**CONVOCAÇÃO E POSSE**

**EDITAL 02/2023 DO PROCESSO SELETIVO 04/2023.**

O Sr. **EGON HOEPERS**, prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, **CONVOCA** os candidatos abaixo, aprovados no **PROCESSO SELETIVO Nº. 004/2023**, realizado no dia 06/08/2023 para comparecer no prazo de 02 (dois) dias após a publicação deste edital na Sede da Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato/MT, para apresentar **cópias** dos documentos de habilitação abaixo relacionados para tomar posse no cargo em que foi classificado.

a) Exame Admissional.

b) Cópia da certidão de nascimento dos filhos.

c) Comprovante de escolaridade.

d) Certidão negativa de antecedente criminal.

e) Copia do CPF e RG.

f) Titulo de eleitor e ultimo comprovante de votação.

g) Certidão de nascimento ou casamento.

h) PIS/PASEP.

i) Carteira de trabalho.

j) Comprovante de residência.

k) Cópia do CPF dos dependentes.

l) Documento Militar (sexo masculino).

m) CNH (motoristas e operador de maquinas)

| MOTORISTA CATEGORIA D | CLAS |
|---|---|
| FABIO WALTHMAN DE OLIVEORA | 9º |
| FABRICIO JORNEI DE CAMPOS | 10º |

| AGENTE DE MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA - ZELADOR | CLAS |
|---|---|
| LUZIA C. DE FRANÇA DE OLIVEIRA | 2º |

Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, em 16 de Agosto de 2023.

**EGON HOEPERS**

Prefeito Municipal

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA Nº 0433/2023**

**DE 15 DE AGOSTO DE 2023.**

**SÚMULA: CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA JENIFFER CRISTINA DOS SANTOS VARGAS LOHMANN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, resolve:

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Conceder férias a servidora JENIFFER CRISTINA DOS SANTOS VARGAS LOHMANN, inscrita na matrícula sob o nº 1496 no período de 21/08/2023 a 25/08/2023, referente ao período aquisitivo de 09/02/2020 a 08/02/2021.

**Art. 2º.** Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

**Art. 3º** - Revoga-se as demais disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 15 DE AGOSTO DE 2023.**

**EGON HOEPERS**

**PREFEITO MUNICIPAL**

Registre-se e Publique-se

Na data supra

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA Nº 0432/2023.**

**DE 14 DE AGOSTO DE 2023.**

**SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DA LICENÇA SAÚDE AO SERVIDOR JOAO EVANGELISTA PEREIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

**RESOLVE:**

**Art. 1º. -** Fica concedido a licença saúde ao servidor **JOAO EVANGELISTA PEREIRA,** portador do RG nº: 7****6SSP/MT e inscrita no CPF nº: 50*.***.***-20**,** servidor contratado ocupante do cargo de **OPERADOR DE ESCAVADEIRA HIDRAULICA**, lotad**o** na Secretaria Municipal de Obras, sendo assim fica afastado no período de: **14/08/2023** a **10/02/2024**.

**Art. 2º-** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º-** Revogam-se as demais disposições em contrário.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 14 DE AGOSTO DE 2023.**

**EGON HOEPERS**

**PREFEITO MUNICIPAL**

Registre-se, Publique-se.

Afixe-se na data supra.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA

### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
### PORTARIA N.º 175/2023-GP

**PORTARIA N.º 175/2023-GP**

**DE 14 DE AGOSTO DE 2.023.**

***"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".***

***THIAGO CASTELLAN RIBEIRO***, Prefeito Municipal de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas na Lei Orgânica Municipal,

**R E S O L V E**:

**Artigo 1º** - Nomear a Sr., **MAURICIO SÁ DA SILVA,** servidor público de cargo comissionado, portador do CPF nº 005.755.082-48 e RG nº 5788089 PC/PA para ser Fiscal do **CONTRATO Nº 060/2022: REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA, FIRMADOS ENTRE A PREFEITURA DE SANTA TEREZINHA E A EMPRESA J. PRESSI EIRELI, CNPJ 16.501.192/0001-50,** conforme condições e especificações estabelecidas no Edital e seus Anexos*.

**Artigo 2º** - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a 20/10/2022.

**Artigo 3º -** Ficam revogadas as disposições em contrário.

***Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.***

***Gabinete do Prefeito, 14 de agosto de 2.023***.

***THIAGO CASTELLAN RIBEIRO***

***Prefeito de Santa Terezinha - MT***

### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
### PORTARIA N.º 170/2023 - GP

**PORTARIA N.º 170/2023 - GP**

**14 DE AGOSTO DE 2.023**

**"INSTITUI E NOMEIA COMISSÃO PARA INSTAURAR PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR".**

**THIAGO RIBEIRO CASTELLAN,** Prefeito Municipal de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas na Lei Orgânica Municipal,

**CONSIDERANDO**, as informações colhidas do sistema do Departamento de Pessoal acerca da conduta do servidor Matheus Souza Gonçalves;

**CONSIDERANDO** a necessidade de aperfeiçoar a regulamentação do exercício do poder disciplinar no âmbito da Prefeitura de Santa Terezinha;

**CONSIDERANDO** que a autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurada ao acusado ampla defesa;

**CONSIDERANDO** que o ato supostamente praticado pelo servidor constitui, em tese, falta grave passível de punição;

**R E S O L V E:**

**Art. 1º** - Instituir Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, sob o nº 001/2023 em face do servidor **MATHEUS SOUSA GONÇALVES**, a fim de que seja averiguado os atos irregulares imputados, previstos no artigo 167, inciso II e III, e artigos 173 e 174 da Lei Municipal 093/90, tratando os referidos artigos do abandono de cargo e da inassiduidade habitual, concedendo a ampla defesa e o devido processo legal, bem como a aplicação da pena cabível, se for o caso, conforme os documentos que vierem a ser acostados no PAD em questão.

**Art. 2º** - Nomear os servidores públicos municipais abaixo relacionados para conduzir o presente Processo Administrativo Disciplinar, cabendo a presidência

| NOME | Matricula |
|---|---|
| LUCAS PAULO DIAS VIEIRA | 15.228 |
| CARLOS HUMBERTO PEREIRA DA SILVA | 76 |
| EDVAN VENÂNCIO OLIVEIRA | 177 |

**Art. 3º** - O prazo para a conclusão do Processo Administrativo Disciplinar será de 60 (sessenta) dias podendo ser prorrogado uma só vez por igual período mediante justificativa, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão.

**Art. 4º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.**

**Gabinete do Prefeito, 14 de agosto de 2.023.**

***THIAGO RIBEIRO CASTELLAN***

**Prefeito de Santa Terezinha-MT**

### LICITAÇÃO E COMPRAS
### VISO ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO LICITATORIO Nº 57/2023 PREGÃO PRESENCIAL 37/2023

**AVISO ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**PROCESSO LICITATORIO Nº 57/2023**

**PREGÃO PRESENCIAL 37/2023**

O Município de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua 25, s/nº, Bairro Centro, nesta cidade, inscrito no C.N.P.J./MF sob o n° 15.031.669/0001-18, ADERE AO SISTEMA DE ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 27/2023 na modalidade de Pregão eletrônico nº 024/2023 realizado pela prefeitura municipal de CANABRAVA DO NORTE-MT. Cujo objeto é para o **Registro de Preço para futura e eventual prestação de serviços para realização de exames de laboratórios em pacientes do municipio de Santa Terezinha-MT** Com a empresa **UNIVIDAS LABORATÓRIO LTDA CNPJ/MF sob o n° 06.255.313/0001-77 ADERINDO Os itens da referida ata conforme relatórios dos itens constante no processo com valor total de R$ 207.532,56 (duzentos e sete mil e quinhentos e trinta**

**e dois reais e cinquenta e seis centavos)** Não havendo interposição de recurso, o objeto da licitação será adjudicado e homologada as proponentes acima mencionada. licitacao@santaterezinha.mt.gov.br,

Santa Terezinha-MT, 16 agosto de 2023.Admilson dos santos gomes- pregoeiro

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA N.º 180/2023-GP**

**PORTARIA N.º 180/2023-GP**

**DE 16 DE AGOSTO DE 2.023.**

***"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".***

***THIAGO CASTELLAN RIBEIRO***, Prefeito Municipal de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas na Lei Orgânica Municipal,

**R E S O L V E**:

**Artigo 1º** - Nomear a Sra., **KESLLEY KYHANNE SOARES GONÇALVES,** portador do CPF nº 010.455.082-17 e RG nº 22808000 SSP/AM para ser Fiscal do **CONTRATO NºS 17/2023; 019/2023; E 020/2023 REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇAO CORRETIVA E PREVENTIVA EM DIVERSO PRÉDIOS PÚBLICOS PARA ATENDER AS SECRETARIAS PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2023, FIRMADOS ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA E AS EMPRESAS abaixo:** conforme condições e especificações estabelecidas no Edital e seus Anexos*.

**J.G CONSTRUÇÃO E REFORMA LTDA – CNPJ: 41.834.460/0001-00**

**GERNELIO DE SOUSA MARTINS – CNPJ: 31.908.143/0001-20**

**JOSE LUIZ ALVES DA SILVA – CNPJ: 25.069.478/0001-07**

**Artigo 2º** - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a 24/03/2023.

**Artigo 3º -** Ficam revogadas as disposições em contrário.

***Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.***

***Gabinete do Prefeito, 16 de agosto de 2.023***.

***THIAGO CASTELLAN RIBEIRO***

***Prefeito de Santa Terezinha - MT***

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA N.º 179/2023-GP**

**PORTARIA N.º 179/2023-GP**

**DE 16 DE AGOSTO DE 2.023.**

***"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".***

***THIAGO CASTELLAN RIBEIRO***, Prefeito Municipal de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas na Lei Orgânica Municipal,

**R E S O L V E**:

**Artigo 1º** - Nomear a Sra., **KESLLEY KYHANNE SOARES GONÇALVES,** portador do CPF nº 010.455.082-17 e RG nº 22808000 SSP/AM para ser Fiscal do **CONTRATO Nº 024/2023: REFERENTE A CONTRATAÇÃ ODE EMPRESA ESPECIALIDA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHEIRO, FIRMADOS ENTRE A PREFEITURA DE SANTA TEREZINHA E A EMPRESA I.M.C.A.L CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI, CNPJ 28.670.2080001-37,** conforme condições e especificações estabelecidas no Edital e seus Anexos*.

**Artigo 2º** - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a 31/03/2023.

**Artigo 3º -** Ficam revogadas as disposições em contrário.

***Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.***

***Gabinete do Prefeito, 16 de agosto de 2.023***.

***THIAGO CASTELLAN RIBEIRO***

***Prefeito de Santa Terezinha - MT***

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº 178/2023 – GP DE 14 DE AGOSTO DE 2.023. "DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS". THIAGO CASTELLAN RIBEIRO, PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA, ESTA**

***PORTARIA Nº 178/2023 – GP***

***DE 14 DE AGOSTO DE 2.023.***

***"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".***

***THIAGO CASTELLAN RIBEIRO***, Prefeito Municipal de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas na Lei Orgânica Municipal,

**R E S O L V E**:

**Artigo 1º** - Nomear o Sr. **LÁZARO EDUARDO SOUSA GOMES,** servidor público de cargo efetivo, portador do CPF nº 581.968.971-20 e RG nº 903021 SSP-MT, para ser Fiscal dos **Contratos de aquisição de equipamentos e material permanente, firmados entre PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA E A EMPRESA JAIR PERES DA SILVA inscrita no CNPJ: 41.176599/0001-04,** conforme condições e especificações estabelecidas no Edital e seus Anexos*.

**Artigo 2º** - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 13/10/2022.

**Artigo 3º** - Ficam revogadas as disposições em contrário.

***Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.***

Gabinete do Prefeito, em 14 de agosto de 2.023.

***THIAGO CASTELLAN RIBEIRO***

***Prefeito de Santa Terezinha - MT***

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA N.º 177/2023-GP**

**PORTARIA N.º 177/2023-GP**

**DE 15 DE AGOSTO DE 2.023.**

***"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".***

***THIAGO CASTELLAN RIBEIRO***, Prefeito Municipal de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas na Lei Orgânica Municipal,

**R E S O L V E**:

**Artigo 1º** - Nomear a Sra., **KARLA BARBOSA DOS SANTOS,** servidora pública de cargo efetivo, portador do CPF nº 017.098.121-50 e RG nº 1761722-7 SSP-MT para ser Fiscal do **CONTRATO Nº 014/2023: REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADO EM LOCAÇÃO DE PALCO, SOM, ILUMINAÇÃO, TENDA E BANHEIROS QUIMICOS FIRMADOS ENTRE A PREFEITURA DE SANTA TEREZINHA E A EMPRESA J.PRESSI EIRELI, CNPJ 16.501.192/0001-50,** conforme condições e especificações estabelecidas no Edital e seus Anexos*.

**Artigo 2º** - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 23/03/2023.

**Artigo 3º -** Ficam revogadas as disposições em contrário.

***Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.***

***Gabinete do Prefeito, 15 de agosto de 2.023***.

***THIAGO CASTELLAN RIBEIRO***

***Prefeito de Santa Terezinha - MT***

**DE 15 DE AGOSTO DE 2.023.**

***"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".***

***THIAGO CASTELLAN RIBEIRO***, Prefeito Municipal de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas na Lei Orgânica Municipal,

**R E S O L V E**:

**Artigo 1º** - Nomear a Sra., **KARLA BARBOSA DOS SANTOS,** servidora pública de cargo efetivo, portador do CPF nº 017.098.121-50 e RG nº 1761722-7 SSP-MT para ser Fiscal do **CONTRATO Nº 014/2023: REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADO EM LOCAÇÃO DE PALCO, SOM, ILUMINAÇÃO, TENDA E BANHEIROS QUIMICOS FIRMADOS ENTRE A PREFEITURA DE SANTA TEREZINHA E A EMPRESA J.PRESSI EIRELI, CNPJ 16.501.192/0001-50,** conforme condições e especificações estabelecidas no Edital e seus Anexos*.

**Artigo 2º** - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 23/03/2023.

**Artigo 3º -** Ficam revogadas as disposições em contrário.

***Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.***

***Gabinete do Prefeito, 15 de agosto de 2.023***.

***THIAGO CASTELLAN RIBEIRO***

***Prefeito de Santa Terezinha - MT***

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA N.º 176/2023-GP**

**PORTARIA N.º 176/2023-GP**

**DE 15 DE AGOSTO DE 2.023.**

***"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".***

***THIAGO CASTELLAN RIBEIRO***, Prefeito Municipal de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas na Lei Orgânica Municipal,

**R E S O L V E**:

**Artigo 1º** - Nomear a Sra., **DANIELA MAIONE NUNES CRUZ,** servidora pública de cargo comissionado, portador do CPF nº 038.808.321-29 e RG nº 214.309.50 SSP-MT para ser Fiscal do **CONTRATO Nº 014/2023: REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADO DE COLETA, TRANSBORDO, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE LIXO HOSPITALAR, FIRMADOS ENTRE A PREFEITURA DE SANTA TEREZINHA E A EMPRESA SANCRISTO COLETA DE RESÍDUOS LTDA, CNPJ 14.147.098/0001-19,** conforme condições e especificações estabelecidas no Edital e seus Anexos*.

**Artigo 2º** - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 04/04/2023.

**Artigo 3º -** Ficam revogadas as disposições em contrário.

***Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.***

***Gabinete do Prefeito, 15 de agosto de 2.023***.

***THIAGO CASTELLAN RIBEIRO***

***Prefeito de Santa Terezinha - MT***

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**DECRETO N° 1715/2023**

**DECRETO N° 1715/2023**

**DE 14 DE AGOSTO DE 2023.**

**"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO COMITÊ DE GESTÃO ESTRATÉGICA DO MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA, E DÁ OPUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

**THIAGO CASTELLAN RIBEIRO**, Prefeito Municipal de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais e;

**CONSIDERANDO** o Planejamento Estratégico Elaborado em 2022/2023 em parceria com TCE-MT – Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso;

**CONSIDERANDO** que o planejamento estratégico é um instrumento de gestão que contribui para o fortalecimento do princípio basilares da administração pública, devendo provisionar a gestão com diretrizes baseadas nas prioridades e demandas da sociedade, privilegiando o compartilhamento do conhecimento, a descentralização das atividades, o acesso à informação e a precípua transparência;

**CONSIDERANDO** a necessidade de implementação do modelo de administração pública gerencial com o foco na obtenção de resultados de impacto no cidadão e na sociedade.

**DECRETA:**

**Art. 1º –** Fica instituído o Comitê de Gestão Estratégica da Prefeitura Municipal de Santa Terezinha, para tomada de decisão no tocante à implementação e o gerenciamento dos resultados definidos no plano estratégico;

**Art. 2º –** Atribuir ao Comitê de Gestão Estratégica as seguintes competências:

a) homologar as diretrizes: objetivos estratégicos, indicadores e

metas;

b) apreciar os resultados de relatório mensal de não conformidade das metas planejadas;

deliberar sobre medidas corretivas apresentadas pelos responsáveis de metas;

homologar os resultados globais de desempenho das metas, apresentados trimestralmente;

e) criar condições necessárias ao bom desempenho dos resultados planejados;

f) exigir necessário, o cumprimento das determinações de ações corretivas para garantir o resultado planejado;

g) decidir sobre demais questões relacionadas ao plano estratégico.

**Art. 3º –** Determinar que o Comitê de Gestão Estratégica se

reúna mensalmente, para apreciar e decidir sobres as não conformidades dos indicadores e respectivas metas planejadas, bem como, uma vez a cada trimestre para avaliação global dos resultados de todas as metas planejadas.

**Parágrafo Único –** As reuniões de que trata o caput serão presididas pelo Prefeito Municipal.

**Art. 4º –** Designar com membros do referido Comitê os ocupantes dos cargos de:

I. Secretário Municipal de Administração;

II. Secretário Municipal de Finanças e Planejamento;

III. Secretário Municipal de Viação e Obras Públicas;

IV. Secretário Municipal de Agricultura, Comercio, Industria e Meio Ambiente;

V. Secretário Municipal de Assistência Social;

VI. Secretário Municipal de Saúde

VII. Secretário Municipal de Educação;

VIII. Secretário Administrativo Chefe de Gabinete;

IX. Secretário Municipal de Turismo, Esporte e Lazer;

X. Diretor Executivo do PREVIST

XI. Assessoria Jurídica

XII. Controlador Interno do Programa de Apoio ao Gerenciamento ao Planejamento Estratégico - GPE

**Art. 5º –** O acompanhamento da execução do plano estratégico do município é de responsabilidade do controle interno municipal.

**Art. 6º –** Faz parte deste Decreto o calendário de Atividades do Comitê de Gestão Estratégica, relacionado no anexo I.

**Art. 7º –** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

Santa Terezinha-MT, 14 de agosto de 2.023.

**THIAGO CASTELLAN RIBEIRO**

**PREFEITO DE SANTA TEREZINHA – MT**

**ANEXO I**

**CALENDÁRIO DE REUNIÃO DO COMITÊ DE GESTÃO ESTRATÉGICA**

**CALENDÁRIO ANUAL DE REUNIÕES DE 2023.**

| DATA | HORÁRIO | LOCAL |
|---|---|---|
| 01/09/2023 | 9hs:00min | Gabinete do Prefeito |
| 01/10/2023 | 9hs:00min | Gabinete do Prefeito |
| 01/11/2023 | 9hs:00min | Gabinete do Prefeito |
| 01/12/2023 | 9hs:00min | Gabinete do Prefeito |
| | | |
| | | |

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA N.º 174/2023-GP**

**PORTARIA N.º 174/2023-GP**

**DE 14 DE AGOSTO DE 2.023.**

***"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".***

***THIAGO CASTELLAN RIBEIRO***, Prefeito Municipal de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas na Lei Orgânica Municipal,

**R E S O L V E**:

**Artigo 1º** - Nomear a Sra., **TELMA BEZERRA PIRES,** servidora público municipal ocupante de cargo em comissão, matricula funcional nº 2038, portador do CPF nº 842.207.321-87 e RG nº 1163739-0 SSP/MT, para ser Fiscal do **CONTRATO Nº 059/2022 REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM CONSULTORIA ORÇAMENTARIA, CONTABIL, FINANCEIRA E PATRIMONIAL PARA USO DO PODER PUBLICO JUNTO AO MUNICIPIO, FIRMADOS ENTRE A PREFEITURA DE SANTA TEREZINHA A E A EMPRESA PUBLIC SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA E GESTÃO LTDA, CNPJ 31.422.683/0001-07,** conforme condições e especificações estabelecidas no Edital e seus Anexos*.

**Artigo 2º** - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a 29/12/2022.

**Artigo 3º -** Ficam revogadas as disposições em contrário.

***Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.***

***Gabinete do Prefeito, 14 de agosto de 2.023***.

***THIAGO CASTELLAN RIBEIRO***

***Prefeito de Santa Terezinha - MT***

**LICITAÇÃO E COMPRAS**
**PROCESSO LICITATORIO Nº 55/2023 PREGÃO PRESENCIAL Nº35/2023 MODALIDADE ADESÃO**

**PROCESSO LICITATORIO Nº 55/2023**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº35/2023**

**MODALIDADE ADESÃO**

O Município de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua 25, s/nº, Bairro Centro, nesta cidade, inscrito no C.N.P.J./MF sob o n° 15.031.669/0001-18, ADERE ao sistema de Registro de Preços nº 051/2022 originada do processo Pregão eletrônico nº 011/2022 realizado pela prefeitura municipal de Rosário Oeste-MT. Cujo objeto é para o **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE OPERACIONALIZAÇÃO DE SISTEMA PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, INSUMOS, EQUIPAMENTOS HOSPITALARES,SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM EQUIPAMENTOS MEDICOS, HOSPITALARES, ODONTOLÓGICOS COM FORNECIMENTOS DE PEÇAS.** Com a empresa **Pantanal Gestão e Tecnologia LTDA CNPJ Nº 18.009.871/0001-31**. **ADERINDO O item 01 com valor de orçamento total de R$ 2.427.880,00 (dois milhões quatrocentos e vinte sete mil oitocentos e oitenta reais)** Não havendo interposição de recurso, o objeto da licitação será adjudicado e homologada a proponente acima mencionada. **licitacao@santaterezinha.mt.gov.br** Santa Terezinha-MT, 16 agosto de 2023. Admilson dos santos gomes - pregoeiro

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA N.º 185/2023-GP**

**PORTARIA N.º 185/2023-GP**

**DE 16 DE AGOSTO DE 2.023.**

***"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".***

***THIAGO CASTELLAN RIBEIRO***, Prefeito Municipal de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas na Lei Orgânica Municipal,

**R E S O L V E**:

**Artigo 1º** - Nomear a Sra., **TELMA BEZERRA PIRES,** servidora público municipal ocupante de cargo em comissão, matricula funcional nº 2038, portador do CPF nº 842.207.321-87 e RG nº 1163739-0 SSP/MT, para ser Fiscal do **CONTRATO Nº 025/2023 REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE MANUTENÇÃO DE SOFTWARES, EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E REDE DE COMPUTADORES, FIRMADOS ENTRE A PREFEITURA DE SANTA TEREZINHA A E A EMPRESA LC INFORMÁTICA, CNPJ 41.260.178/0001-59,** conforme condições e especificações estabelecidas no Edital e seus Anexos*.

**Artigo 2º** - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a 06/04/2023.

**Artigo 3º -** Ficam revogadas as disposições em contrário.

***Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.***

***Gabinete do Prefeito, 16 de agosto de 2.023***.

***THIAGO CASTELLAN RIBEIRO***

***Prefeito de Santa Terezinha - MT***

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA N.º 184/2023-GP**

**PORTARIA N.º 184/2023-GP**

**DE 16 DE AGOSTO DE 2.023.**

***"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".***

***THIAGO CASTELLAN RIBEIRO***, Prefeito Municipal de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas na Lei Orgânica Municipal,

**R E S O L V E**:

**Artigo 1º** - Nomear o Sr., **MAURICIO SÁ DA SILVA,** servidor público de cargo comissionado, portador do CPF nº 005.755.082-48 e RG nº 5788089 PC/PA, para ser Fiscal do **CONTRATO Nº 023/2023 REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PAR REFORMA DO GINASIO DE ESPORTES – ANA FLAVIA MACIEL, FIRMADOS ENTRE A PREFEITURA DE SANTA TEREZINHA A E A EMPRESA J. PRESSI EIRELI-ME, CNPJ 16.501.192/0001-50,** conforme condições e especificações estabelecidas no Edital e seus Anexos*.

**Artigo 2º** - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a 31/03/2023.

**Artigo 3º -** Ficam revogadas as disposições em contrário.

***Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.***

***Gabinete do Prefeito, 16 de agosto de 2.023***.

***THIAGO CASTELLAN RIBEIRO***

***Prefeito de Santa Terezinha - MT***

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA N.º 183/2023-GP**

**PORTARIA N.º 183/2023-GP**

**DE 16 DE AGOSTO DE 2.023.**

***"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".***

***THIAGO CASTELLAN RIBEIRO***, Prefeito Municipal de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas na Lei Orgânica Municipal,

**R E S O L V E**:

**Artigo 1º** - Nomear a Sra., **TELMA BEZERRA PIRES,** servidora público municipal ocupante de cargo em comissão, matricula funcional nº 2038, portador do CPF nº 842.207.321-87 e RG nº 1163739-0 SSP/MT, para ser Fiscal do **CONTRATO Nº 022/2023 REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO ELÉTRICA PREDIAL DO IMÓVEIS PUBLICOS DO MUNICÍPIO , FIRMADOS ENTRE A PREFEITURA DE SANTA TEREZINHA A E A EMPRESA WALDECIR DIAS DE ARAUJO, CNPJ 20.690.920/0001-96,** conforme condições e especificações estabelecidas no Edital e seus Anexos*.

**Artigo 2º** - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a 24/03/2023.

**Artigo 3º -** Ficam revogadas as disposições em contrário.

***Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.***

***Gabinete do Prefeito, 16 de agosto de 2.023***.

***THIAGO CASTELLAN RIBEIRO***

***Prefeito de Santa Terezinha - MT***

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA N.º 182/2023-GP**

**PORTARIA N.º 182/2023-GP**

**DE 16 DE AGOSTO DE 2.023.**

***"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".***

***THIAGO CASTELLAN RIBEIRO***, Prefeito Municipal de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas na Lei Orgânica Municipal,

**R E S O L V E**:

**Artigo 1º** - Nomear a Sra., **DANIELA MAIONE NUNES CRUZ,** servidora pública de cargo comissionado, portador do CPF nº 038.808.321-29 e RG nº 214.309.50 SSP-MT , para ser Fiscal do **CONTRATO NºS 021/2023 REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE PROFICCIONAL BIOMÉDICO OU BIOQUÍMICO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ANÁLISES CLÍNICAS NO LABORATÓRIO MUNICIPAL, FIRMADOS ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA E A EMPRESA T. A BIOMEDICAL SERVIÇOS DE BIOMEDICINA CNPJ: 49.100.236.0001-99** conforme condições e especificações estabelecidas no Edital e seus Anexos*.

**Artigo 2º** - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a 24/03/2023.

**Artigo 3º -** Ficam revogadas as disposições em contrário.

***Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.***

***Gabinete do Prefeito, 16 de agosto de 2.023***.

***THIAGO CASTELLAN RIBEIRO***

***Prefeito de Santa Terezinha - MT***

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA N.º 181/2023-GP**

**PORTARIA N.º 181/2023-GP**

**DE 16 DE AGOSTO DE 2.023.**

***"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".***

***THIAGO CASTELLAN RIBEIRO***, Prefeito Municipal de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas na Lei Orgânica Municipal,

**R E S O L V E**:

**Artigo 1º** - Nomear a Sra., **TELMA BEZERRA PIRES,** portadora do CPF nº 842.207.321-87 e RG nº 1163739-0 SSP/MT para ser Fiscal do **CONTRATO NºS 018/2023 REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇAO CORRETIVA E PREVENTIVA EM DIVERSOS PRÉDIOS PÚBLICOS PARA ATENDER AS SECRETARIAS, PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2023, FIRMADOS ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA E A EMPRESA AILAN ANTONIO GONÇALVES CNPJ: 41.011.705/0001-91** conforme condições e especificações estabelecidas no Edital e seus Anexos*.

**Artigo 2º** - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a 24/03/2023.

**Artigo 3º -** Ficam revogadas as disposições em contrário.

***Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.***

***Gabinete do Prefeito, 16 de agosto de 2.023***.

***THIAGO CASTELLAN RIBEIRO***

***Prefeito de Santa Terezinha - MT***

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

**RESULTADO DE JULGAMENTO**

**TOMADA DE PREÇOS 004/2023**

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS NA AMPLIAÇÃO DO AMBULATÓRIO MUNICIPAL VILA ALTA, NO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO – MT, CONFORME TERMO DE COMPROMISSO ESTADUAL 126/2023.**

A Presidente da comissão de licitação do Município de Santo Afonso–MT, torna público aos interessados que na licitação modalidade tomada de preço n° 004/2023 cuja abertura ocorreu 16/08/2023 às 08h10min horas, sagrou-se vencedora a empresa **RODRIGO MATHEUS GUIMARAES EIRELI-EPP, inscrito no CNPJ: 15.805.679/0001-63**, com valor total do item objeto desta licitação em R$ 1.828.739,11 (um milhão, oitocentos e vinte e oito mil, setecentos e trinta nove reais e onze centavos).

Santo Afonso/MT, em 16 de agosto de 2023

**Roseane Dias da Silva**

**Presidente da CPL**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE**
**PORTARIA Nº. 392/2023.**

**PORTARIA Nº. 392/2023.**

**DE: 16 DE AGOSTO DE 2023.**

**CONCEDE LICENÇA PARA AUXILIO DOENÇA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

**JOSE ARIMATEIA VIEIRA ALVES,** Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

**RESOLVE;**

**Art. 1º -** CONCEDER LICENÇA de Auxilio Doença para a servidora pública EUFRESINA JESUS DA SILVA de90 (Noventa) diasa partir da data de 16/08/2023 conforme Atestado Médico e Perícia Médica.

**Art. 2º -** Determinar a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, que tome as providências necessárias para a execução desta portaria.

**Art. 3º -** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação**.**

**REGISTRA-SE**

**PUBLICA-SE**

**CUMPRA-SE.**

**GABINETE DO PREFEITO**

**EM: 16 DE AGOSTO DE 2023**

**JOSÉ ARIMATÉIA VIEIRA ALVES**

**PREFEITO MUNICIPAL**

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

**LUIS CARLOS REZENDE**

**SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**

**JURÍDICO**
**CONVITE PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA ELABORAÇÃO E DISCURSÃO DO PPA E LDO PARA O EXERCÍCIO 2024**

**CONVITE PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA**

**PARA ELABOARAÇÃO E DISCURSÃO**

**DO**

**PPA – PLANO PLURIANUAL**

**LDO – LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIA**

**PARA O EXERCICIO 2024**

**Excelentíssimo Senhor**

Jose Arimateia Vieira Alves, Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste – MT, em cumprimento a Lei 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal e Art. 124 inciso 6º da Lei Orgânica Municipal, vem através do presente **CONVIDAR** toda a sociedade deste Município, para participar da Audiência Pública para tratar da **DISCUSSÃO E ELABORAÇÃO do PPA – Plano Plurianual e LDO – Lei de Diretrizes Orçamentária**, para o exercício 2024, que ocorrerá:

**Dia 29/08/2023**

**As 18:30 hs**

**No plenário da Câmara Municipal.**

Atenciosamente

**Jose Arimateia Vieira Alves**

**Prefeito Municipal**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA

**PREF MUN DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - LICITAÇÃO - DEPARTAMENTO DE CONTRATOS - TAYNÁ BEZERRA CAVALCANTE**
**QUINTO TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO N. º 073/2018**

**QUINTO TERMO ADITIVO DE PRAZO**

**DO CONTRATO N. º 073/2018**

Pelo presente instrumento que entre si fazem o **MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - MT**, com sede à Av. Araguaia nº. 248 - Centro, São Félix do Araguaia - MT - Inscrito no CNPJ sob Nº 03.918.869/0001-08, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Sra. **JANAILZA TAVEIRA LEITE**, brasileira, casada, Advogada, portador do RG nº 53.204.353-4 SSP/SP e CPF Nº 049.351.084/28, e de outro a empresa

**OMEGA CONSULTORIA EDUCACIONAL LTDA.** Inscrita no CNPJ sob n° 13.147.054/0001-26, estabelecida na ROD JOSÉ CARLOS DAUX. BAIRRO: SACO GRANDE Nº 4120. MUNICÍPIO FLORIANOPOLIS. CEP: 88.032-005. E-MAIL: ADM.OMEGASISTEMAS@OUTLOOK.COM . TELEFONE Nº (65)3326-1873, firmam **ADITIVO DE PRAZO CONTRATUAL,** nos termos da Lei n°. 8.666/1993 e Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 que se regerá mediante as cláusulas e condições que subseguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA — OBJETO DO CONTRATO ORIGINAL**

Contratação especializada na prestação de serviços de Software de Gestão Educacional, para atender a Secretaria Municipal de Educação.

**CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO DO TERMO – ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO CONTRATUAL 12 MESES.**

2.1 - Fica alterada a cláusula primeira, do contrato 073/2018, no qual haverá a prorrogação contratual para mais 12 meses;

2.2 – Assim o prazo de conclusão da prestação dos serviços se dará **até 09 /08/2024.**

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS**

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato inicial, firmado entre as partes.

**CLÁUSULA QUARTA – PUBLICAÇÃO**

4.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação do presente aditamento, conforme § único do Art. 61 da lei 8.666/93;

4.2. E, por estarem justos e contratados, foi lavrado o presente Termo de aditivo, o qual depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes e por 2 (duas) testemunhas.

São Félix do Araguaia - MT, 01 de AGOSTO de 2023

**PREF MUN DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA (MT)-UNIDADE DE CONTROLE INTERNO (UCI) - MARILEIKO APARECIDA MIYKE EXTRATO DO 1º ADITIVO AO CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 303/2023**

EXTRATO DO 1º ADITIVO AO CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 303/2023, PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - JANAILZA TAVEIRA LEITE, Prefeita Municipal

CONTRATADA: ANDRIELE ARAÚJO, Brasileira, Solteira, Serviços Gerais, inscrita no CPF sob o nº 968.577.141-34 e Identidade RG nº 1.461. 567-3 - SSP-MT expedida em 22/05/2000, com residência e domicílio no seguinte endereço: Avenida Alzira Silva Setúbal, nº 199 - Endereço da mãe Maria Mercê Francisca de Araújo - CEP 78670-000 - Bairro Centro, em São Félix do Araguaia (MT), de agora em diante denominada simplesmente CONTRATADA.

CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 303/2023

CONTRATO emitido em 25/05/2023, com VIGÊNCIA de 2 meses e 2 dias, iniciando em 15/05/2023 e terminando em 17/07/2023, com CARGA HORÁRIA de Carga Horária de 40 (quarenta) horas semanais para uma REMUNERAÇÃO MENSAL de R$ 1.481,80 (mil quatrocentos e oitenta e um reais e oitenta centavos).

DATA DE EMISSÃO DO 1º ADITIVO AO CONTRATO ORIGINAL: 17/07/2023

NOVO PRAZO DE VIGÊNCIA: Vigência estendida em mais 1 mês e 1 dia, de 17/07/2023 a 18/08/2023, totalizando 3 meses e 3 dias desde o início do contrato

CARGA HORÁRIA NA VIGÊNCIA DO 1º ADITIVO: Mantida a Carga Horária em 40 (quarenta) Horas Semanais

REMUNERAÇÃO MENSAL NA VIGÊNCIA DO 1º ADITIVO: Remuneração mantida em R$ 1.481,80 (mil quatrocentos e oitenta e um reais e oitenta centavos)

FUNÇÃO: CUIDADORA SOCIAL, em CARÁTER TEMPORÁRIO.

LOTAÇÃO: Mantida como SECRETARIA DE DESENV E ASSIST SOCIAL – Casa-Lar

DOTAÇÃO: Mantida em 06 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social // 02 - Fundo Municipal de Assistência Social // 2.081 - Manutenção e Encargos do Fundo Municipal de Assistência Social // 3.1. 90.04 - Contratação por Tempo Determinado

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**EXTRATO DE CONTRATO**

**CONTRATO DE COMPRA N°129/2023**

**CHAMADA PÚBLICA N°03/2023**

**CONTRATO (A) -**JOÃO TEIXEIRA DA SILVA,inscrito no CPF sob n.º 353. 389.621 -87

**OBJETO -** É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos de educação básica pública matriculados na Escola de Ensino Fundamental Sebastião Gomes de Oliveira e Escola de Educação Infantil Padre Miguel Ortiz, verba PNAE, 1 e 2º semestre de 2023, descritos nos itens enumerados na Cláusula Sexta, todos de acordo com a chamada pública n.º. 003/2023, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

**VALOR TOTAL-** o valor total de **R$ 28.016,80 (vinte e oito mil, dezesseis reais e oitenta centavos)**.

**DA VIGÊNCIA-** O prazo contratual será no período de 12 meses, tendo início no dia 14 de agosto de 2023 e término no dia 14 de agosto de 2024.

**SECRETARIA DE GABINETE**
**PORTARIA N°75/2023 – DE 15 DE AGOSTO DE 2023**

**PORTARIA N°75/2023 – DE 15 de agosto de 2023**

Nomeia os membros para a **Comissão de Aplicação e Execução do teste seletivo para a Contratação de Tratorista, Assistente Administrativo, Coveiro, Fiscal de Obras e Postura, Fiscal de Tributos, Agente de Limpeza Pública, Auxiliar de Serviços de Manutenção, Agente de Serviços Gerais, Vigia, Motorista, Nutricionista, Assistente Social, Psicólogo e Agente de Combate a Endemias**, desta Prefeitura Municipal e dá outras providências.

**IVANILDO VILELA DA SILVA, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, etc.

**RESOLVE:**

**ARTIGO 1º-** Nomearos membros da **Comissão de Aplicação e Execução do teste seletivo para a Contratação de Tratorista, Assistente Administrativo, Coveiro, Fiscal de Obras e Postura, Fiscal de Tributos, Agente de Limpeza Pública, Auxiliar de Serviços de Manutenção, Agente de Serviços Gerais, Vigia, Motorista, Nutricionista, Assistente Social, Psicólogo e Agente de Combate a Endemias,** da Prefeitura-Municipal de São José do Povo-MT, conforme Edital nº04/2023- Seletivo nº04/2023.

**ARTIGO 2º-** A Comissão será composta de 01 (um) presidente e 07 (sete) membros, como segue.

**Presidente:**

JACOB SOARES DE OLIVEIRA

**Membros:**

**I**- ENEAS GONÇALVES DA SILVA

**II-** JOÃO BATISTA DOS SANTOS

**III-** MALTÍLIA DE FÁTIMA PORFÍRIO ALVES

**IV-** MÍRIAN VIEIRA FREIRE

**COMISSÃO PARA PROVA PRÁTICA DE TRATORISTA, MOTORISTA E OPERADOR DE MÁQUINAS:**

**Membros:**

**I** – SIMÃO RODRIGUES DE SOUZA

**II** – ALOÍSIO CÂNDIDO DE SOUZA

**III –** PAULO HENRIQUE GOMES DE SOUZA

**ARTIGO 3º-** Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se

Publique-se

Cumpra-se.

**GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL**

SÃO JOSÉ DO POVO, 15 DE AGOSTO DE 2023.

**IVANILDO VILELA DA SILVA**

Prefeito Municipal

**SECRETARIA DE GABINETE**
**PORTARIA N°76/2023- DE 15 DE AGOSTO DE 2023**

Dispõe sobre Retorno do Afastamento da servidora efetiva a pedido e dá outras providências.

**IVANILDO VILELA DA SILVA, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO, ESTADO DE MATO GROSSO,** no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, etc.

**RESOLVE:**

**ARTIGO 1º-** Retorno da Srª. **MIRIAN VIEIRA FREIRE,** portador do RG Nº13994514 e do CPF 003.017.861-43 , funcionária efetiva no Cargo de Auxiliar Administrativo na Secretaria de Administração neste Município de São José do Povo - MT, conforme pedido em ( anexo) a partir do dia 15 de Agosto de 2023.

**ARTIGO 2º -** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE PUBLIQUE-SE CUMPRA-SE.

SÃO JOSÉ DO POVO-MT, 15 de Agosto 2023;

**IVANILDO VILELA DA SILVA**

Prefeito Municipal

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA MUNICIPAL Nº 194/2023/SECAD, DE 16 DE AGOSTO DE 2023.**

**DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CONSELHEIRO TUTELAR SUPLENTE, NA FORMA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**ROBSON AMARAL MATOS**, Secretário Municipal de Administração e Coordenação Geral de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

**Considerando,** o oficio nº 62/2023/CTSJRC, referente ao calendário de férias do ano 2023, dos Conselheiros tutelares;

**Considerando,** o oficio nº 192/2023/SEPAS/PMSJRC, referente a necessidade de convocação do Sr. **GABRIEL VIEIRA ROLON REZENDE,** a partir de 01/08/2023.

**RESOLVE:**

**Art. 1º NOMEAR,** o Senhor **GABRIEL VIEIRA ROLON REZENDE,** CONSELHEIRO TUTELAR SUPLENTEa partir de 01 de agosto de 2023, em decorrência do período de férias dos Conselheiros Tutelares, que compreende a data de 01/08/2023 a 31/12/2023.

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir do dia 01 de agosto de 2023, revogando-se as disposições em contrário.

**REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro - MT, 16 de agosto de 2023.

**ROBSON AMARAL MATOS**

**Secretário Municipal de Administração e Coordenação Geral**

**Portaria nº 101/2023**

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA MUNICIPAL Nº 195/2023/SECAD, DE 16 DE AGOSTO DE 2023.**

**DISPÕE SOBRE A REMOÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, NA FORMA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**ROBSON AMARAL MATOS**, Secretário Municipal de Administração e Coordenação Geral de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

**CONSIDERANDO** o disposto no art. 35 da Lei nº 991/2014 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);

**RESOLVE:**

**Art. 1º REMOVER,** o servidor público municipal descrito abaixo de lotação/órgão:

| MATRÍCULA | NOME | CARGO | LOTAÇÃO/ORGÃO DE ORIGEM | LOTAÇÃO/ORGÃO ATUAL | DATA DA REMOÇÃO |
|---|---|---|---|---|---|
| 2706 | HEIDSON DE ARRUDA | MOTORISTA | SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E COORDENAÇÃO GERAL | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO | 01/08/2023 |

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir do dia 01 de agosto de 2023, revogando-se as disposições em contrário.

**REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro - MT, 16 de agosto de 2023.

**ROBSON AMARAL MATOS**

Secretário Municipal de Administração e Coordenação Geral

Portaria nº 101/2023

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA MUNICIPAL Nº 196/2023/SECAD, DE 16 DE AGOSTO DE 2023.**

**DISPÕE SOBRE A REMOÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, NA FORMA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**ROBSON AMARAL MATOS**, Secretário Municipal de Administração e Coordenação Geral de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

**CONSIDERANDO** o disposto no art. 35 da Lei nº 991/2014 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);

**RESOLVE:**

**Art. 1º REMOVER,** o servidor público municipal descrito abaixo de lotação/órgão:

| MATRÍCULA | NOME | CARGO | LOTAÇÃO/ORGÃO DE ORIGEM | LOTAÇÃO/ORGÃO ATUAL | DATA DA REMOÇÃO |
|---|---|---|---|---|---|

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 1530 | LEANDRO DE SOUSA CAETANO | FISCAL DE TRIBUTOS | SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS | SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E COORDENAÇÃO GERAL | 02/08/2023 |

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir do dia 02 de agosto de 2023, revogando-se as disposições em contrário.

**REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro - MT, 16 de agosto de 2023.

**ROBSON AMARAL MATOS**

Secretário Municipal de Administração e Coordenação Geral

Portaria nº 101/2023

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU

### ADMINISTRAÇÃO
### DECRETO 228/2023

**DECRETO Nº 228/2023** SÃO JOSÉ DO XINGU – MT, 14 DE AGOSTO DE 2023.

**"DISPÕE SOBRE NOMEAÇAO DA SERVIDOR(A) EM CARGO DE COMISSÃO"**.

O Prefeito Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. Sandro José Luz Costa no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Legislação em vigor, baixa o seguinte **DECRETO**:

Art. 1º Fica nomeado(a) o(a) servidor(a), **DENILSON BEZERRA COSTA,** no cargo em Comissão de Diretor de Departamento II junto a secretaria de Obras, para prestar serviços junto ao município de São José do Xingu – MT.

Art. 2º Deverá o Departamento de Recursos humanos proceder aos registros necessários referentes à presente nomeação.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos apartir de 01 de agosto de 2023, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal

Em, 14 de agosto de 2023.

**Sandro José Luz Costa**

Prefeito Municipal.

Registre-se e Publique-se Cumpra-se

### ADMINISTRAÇÃO
### DECRETO 229/2023

**DECRETO Nº 229/2023** SÃO JOSÉ DO XINGU – MT, 14 DE AGOSTO DE 2023.

**"DISPÕE SOBRE NOMEAÇAO DA SERVIDOR(A) EM CARGO DE COMISSÃO"**.

O Prefeito Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. Sandro José Luz Costa no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Legislação em vigor, baixa o seguinte **DECRETO**:

Art. 1º Fica nomeado(a) o(a) servidor(a), **NEILE INES DO CARMO DE ASSIS,** no cargo em Comissão de Supervisor de Serviços junto a secretaria de Saude, para prestar serviços junto ao município de São José do Xingu – MT.

Art. 2º Deverá o Departamento de Recursos humanos proceder aos registros necessários referentes à presente nomeação.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos apartir de 01 de agosto de 2023, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal

Em, 14 de agosto de 2023.

**Sandro José Luz Costa**

Prefeito Municipal.

Registre-se e Publique-se Cumpra-se

### ADMINISTRAÇÃO
### DECRETO 225-2023

**DECRETO Nº 225/2023** SÃO JOSÉ DO XINGU – MT, 14 DE AGOSTO DE 2023.

**"DISPÕE SOBRE NOMEAÇAO DA SERVIDOR(A) EM CARGO DE COMISSÃO"**.

O Prefeito Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. Sandro José Luz Costa no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Legislação em vigor, baixa o seguinte **DECRETO**:

Art. 1º Fica nomeado(a) o(a) servidor(a), **ANTONIO INÁCIO COSTA DUTRA,** no cargo em Comissão de Secretario Adjunto de Serviços junto a secretaria de obras, para prestar serviços junto ao município de São José do Xingu – MT.

Art. 2º Deverá o Departamento de Recursos humanos proceder aos registros necessários referentes à presente nomeação.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos apartir de 01 de agosto de 2023, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal

Em, 14 de agosto de 2023.

**Sandro José Luz Costa**

Prefeito Municipal.

Registre-se e Publique-se Cumpra-se

### ADMINISTRAÇÃO
### DECRETO 226/2023

**DECRETO Nº 226/2023** SÃO JOSÉ DO XINGU – MT, 14 DE AGOSTO DE 2023.

**"DISPÕE SOBRE NOMEAÇAO DA SERVIDOR(A) EM CARGO DE COMISSÃO"**.

O Prefeito Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. Sandro José Luz Costa no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Legislação em vigor, baixa o seguinte **DECRETO**:

Art. 1º Fica nomeado(a) o(a) servidor(a), **LUCAS JUNIOR RIBEIRO DA SILVA,** no cargo em Comissão de Encarregado de Serviços junto a secretaria de saúde, para prestar serviços junto ao município de São José do Xingu – MT.

Art. 2º Deverá o Departamento de Recursos humanos proceder aos registros necessários referentes à presente nomeação.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos apartir de 04 de agosto de 2023, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal

Em, 14 de agosto de 2023.

**Sandro José Luz Costa**

Prefeito Municipal.

Registre-se e Publique-se Cumpra-se

**ADMINISTRAÇÃO**
**DECRETO 227/2023**

**DECRETO Nº 227/2023**

SÃO JOSÉ DO XINGU – MT, 14 DE AGOSTO DE 2023.

**"DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DO SERVIDOR EM CARGO DE COMISSÃO**."

O Prefeito Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. Sandro José Luz Costa no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Legislação em vigor, baixa o seguinte **DECRETO**:

Art. 1º Fica exonerado o servidor **OSIEL SOARES AZEVEDO,** do cargo em Comissão de Diretor de Departamento II da Secretaria Municipal de Obras do município de São José do Xingu-MT.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do 01/08/2023, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal

Em, 14 de agosto de 2023.

**Sandro José Luz Costa**

Prefeito Municipal.

Registre-se e Publique-se Cumpra-se

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 016/2023**

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 016/2023**

O Prefeito Municipal de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso**,** no uso de suas atribuições legais, considerando a homologação do Processo Seletivo simplificado Nº 001/2022, vem através deste convocar os candidatos aprovados no referido certame a comparecerem até o dia 17 agosto de 2023, à partir da 8h00min, na Secretaria Municipal de Assistência Social para apresentarem a documentação exigida para a devida contratação, conforme disposto a seguir:

**AUXILIAR ADMINISTRATIVO**

**4º -** Alcione Holanda Silva Souza

O não comparecimento no prazo legal implicará na desistência do convocado, podendo o Município de São José dos Quatro Marcos –MT, através da sua Secretaria Municipal de Assistência Social, convocar imediatamente os candidatos posteriores, obedecendo a ordem de classificação.

**Os demais cargos do Processo Seletivo do edital 001/2022 serão convocados mediante as necessidades do Poder Executivo Municipal.**

São José dos Quatro dos Quatro Marcos – MT, 16 de Agosto de 2023.

**JAMIS SILVA BOLANDIN**

Prefeito Municipal

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO**
**RESULTADO DE LICITAÇÃO**

O Município de São José dos Quatro Marcos-MT, através de seu Pregoeiro Substituto, torna público aos interessados o resultado do Processo de Licitação 077/2023 na Modalidade **Pregão Eletrônico 25/2023,** OBJETO: **"*AQUISIÇÃO DE MAQUINÁRIOS E EQUIPAMENTOS PARA IMPLANTAÇÃO DE FÁBRICA DE RAÇÃO DE ACORDO COM CONVÊNIO 0577/2020",***

declarado **DESERTO**, por ausência de interessados.

**JAMIS SILVA BOLANDIN – Prefeito.**

Jefferson Pereira Oliveira (Portaria 304/2021) – Pregoeiro Substituto. PMSJQM, 11/07/2023.

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA Nº 345 DE 16 DE AGOSTO DE 2023**

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

JAMIS SILVA BOLANDIN, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER trinta dias de férias a servidora ANDREA CRISTINA MEDEIROS GARCIA, no período de 01 a 30/08/2023, referente ao período aquisitivo 2021/2022.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de agosto do corrente ano, revogando as disposições em contrário.

| REGISTRADA | PUBLICADA | CUMPRA-SE |
|---|---|---|

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 16 DE AGOSTO DE 2023

JAMIS SILVA BOLANDIN

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO**
**EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

**Espécie:** 2º Termo Aditivo do Contrato **Nº 06/2022**; **Signatários:** pelo **CONTRATANTE**, Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos-MT e, pela **CONTRATADA**, a Empresa: **JHM CONSTRUTORA EIRELI**; **CNPJ:** 18.923.430/0001-40. **Objeto:** Obra de construção de Biblioteca Pública Municipal de São José dos Quatro Marcos, conforme Convênio n.º 884027/2019. **Acréscimo de valor:** R$ 59.026,03 (cinquenta e nove mil vinte e seis reais e três centavos). **Data de Assinatura:** 11/08/2023. **Jamis Silva Bolandin –** Prefeito Municipal.

**CONTABILIDADE**
**LEI N.º 1965 DE 07 DE AGOSTO DE 2023**

LEI N.º 1965 DE 07 DE AGOSTO DE 2023

DISPÕE SOBRE ABERTURA NO

ORÇAMENTO VIGENTE CRÉDITO

ADICIONAL ESPECIAL E DA

OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, Sr. JAMIS

SILVA BOLANDIN, no uso de suas legais atribuições FAZ SABER que o Plenário das

Deliberações da Câmara Municipal de São José dos Quatro Marcos, APROVOU em Sessão

Ordinária e ele Prefeito SANCIONA a seguinte Lei:

Artigo 1º.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional especial na

importância de R$150.000,00 distribuídos as seguintes dotações:

Suplementação ( + ) 150.000,00

020501 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS

960 15.451.0009.2701.0000MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DE VIAS URBANAS 120.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 1 1706

1 Recursos do Exercício Corrente

100083 TRANSF. ESPCIAL DA UNIAO - CUSTEIO

961 15.451.0009.2701.0000MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DE VIAS URBANAS 30.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 1 1706

1 Recursos do Exercício Corrente

100083 TRANSF. ESPCIAL DA UNIAO - CUSTEIO

Artigo 2º.- Para dar cobertura nos créditos aberto no artigo anterior será

utilizado os recursos definidos pelo Artigo 43, § 1º, da Lei Federal 4.320/64.

Excesso: 150.000,00

Fontes de Recurso

1 706 150.000,00

Art. 3º - O Poder Executivo fica autorizado a proceder à readequação na Lei 1.848/2021

– Plano Plurianual e na Lei nº 1.930/2022 – Lei de Diretrizes Orçamentário (PPA/LDO),

bem como apresentá-los em audiência pública junto à Comissão de Orçamento e Finanças

da Câmara Municipal conforme determinação na Lei Complementar n. º 101/2000

Art. 4º - Fica autorizado o Poder Executivo a suplementar a ou remanejamento de

dotação de que trata o art. 1º até o limite de 15% do seu valor total.

Artigo 5º.- Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, 16 de agosto

de 2023

JAMIS SILVA BOLANDIN

PREFEITO MUNICIPAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA NOVA DOURADA

### PORTARIA Nº 133/2023

**“DISPÕE SOBRE A SUBSTITUIÇÃO DE MEMBRO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE IMOVEIS URBANOS E RURAIS PRÓPRIOS E DE OUTREM, PARA EFEITO DA DETERMINAÇÃO DO I.T.B.I E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

**ELSON FARIAS DE SOUSA,** Prefeito Municipal de Serra Nova Dourada, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pela Lei Orgânica do Município;

**RESOLVE:**

**Artigo 1º -** Substituir o membro da Comissão de Avaliação de Imóveis Urbanos e Rurais próprios e de outrem, para efeito da determinação do I.T.B.I -Imposto de Transmissão de Bens Imóveis Urbanos e Rurais, e Inter-Vivos do Município de Serra Nova Dourada-MT, composta pelos seguintes servidores:

**ONDE SE LIA:**

**Presidente: Evaldo Carlos Ramalho**

**CPF: 918.636.941-53**

**Membro: José Aurelio Aguiar Brito**

**CPF: 231.089.083-91**

**Membro: Mauro Coelho de Almeida**

**CPF:908.960.681-53**

**LEIA-SE:**

**Presidente: Evaldo Carlos Ramalho**

**CPF: 918.636.941-53**

**Membro: José Aurelio Aguiar Brito**

**CPF: 231.089.083-91**

**Membro: Danila Costa Amorim**

**CPF: 040.096.091-50**

**Art. 2 º** - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se e cumpre-se.

Serra Nova Dourada – MT 16 de agosto de 2023.

**ELSON FARIAS DE SOUSA**

**PREFEITO MUNICIPAL**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO

### SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS

**PORTARIA Nº 1.990, DE 16 DE AGOSTO DE 2023.**

Designa como Fiscais Sanitários os servidores efetivos e/ou estabilizados na forma do art. 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, pertencentes à carreira dos profissionais do Sistema Único de Saúde, e lotados na Coordenadoria de Vigilância Sanitária Municipal do Município de Sorriso-MT, para o desempenho das ações previstas no art. 5º, § 1º da Lei Municipal n.º 2.595/2016, listados no Anexo Único desta Portaria.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE SORRISO, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 8º da Lei Orgânica do Município de Sorriso de 30/03/1990 e,

**CONSIDERANDO** que a Lei Nº 8.080/90 define que a execução de ações de vigilância sanitária e de saúde do trabalhador está incluída no campo de atuação do SUS;

**CONSIDERANDO** que a Lei Nº 7.110/99, que dispõe sobre a promoção, proteção e preservação da saúde individual e coletiva no Estado de Mato Grosso, atribui competência aos Fiscais Sanitários para desenvolverem as ações de vigilância sanitária;

**CONSIDERANDO** a Lei Nº 6.437/77, que configura infrações à legislação sanitária federal;

**CONSIDERANDO** a Lei Municipal Nº 2.595/2016, que Dispõe sobre a Criação Do Serviço Municipal De Vigilância Sanitária, a Dá outras Providências

**CONSIDERANDO** a Lei Complementar Nº 140/2011, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores públicos da administração Pública Direta, Autárquica e fundacional do Município de Sorriso – MT, e dá outras providencias;

**CONSIDERANDO** a Lei Complementar Nº 138/2011, que dispõe sobre a Criação do Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos Aplicáveis aos profissionais do Sistema Único de Saúde do Município de Sorriso e dá outras providencias;

**CONSIDERANDO** a Lei Complementar Nº 038/2005, que institui o Código Sanitário do Município de Sorriso e dá outras providencias.

**RESOLVE**

**Art. 1º** Designar como Fiscais Sanitários os servidores efetivos e/ou estabilizados na forma do art. 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, pertencentes à carreira dos profissionais do Sistema Único de Saúde, e lotados na Coordenadoria de Vigilância Sanitária do Município de Sorriso, para o desempenho das ações controle sanitário previstas na Lei Municipal n.º 2.595/2016 artigo 5º, §3º, art. 6º da Lei Estadual n.º 7.110/99 e Agência Nacional de Vigilância Sanitária, listados no Anexo Único desta Portaria.

**Art. 2º** Aos servidores designados como Fiscais Sanitários é vedado possuir vínculo, de qualquer natureza, com empresas e estabelecimentos que exerçam atividades sujeitas ao controle sanitário, sejam elas públicas ou privadas, da administração direta ou indireta, salvo aqueles que desempenharem a mesma função na Vigilância Sanitária e Saúde do Trabalhador na esfera federal ou Estadual.

**Art. 3º** Em conformidade com o Termo de Solicitação de Designação para a Função de Fiscal Sanitário, os servidores designados têm ciência de que:

**I** - Qualquer declaração falsa, inexata, ou que não atenda a todas as condições para sua designação, acarretará penalidades na forma da lei;

**II** - Com a sua designação, em havendo necessidade, realizarão viagens a serviço, em todo o território compreendido pelo Município de Sorriso/MT, com vista a cumprir as determinações da Coordenadoria de Vigilância Sanitária de Sorriso/MT.

**Art. 4º** Compete aos Fiscais Sanitários relacionados no Anexo Único dessa Portaria, a inspeção e fiscalização sanitária, lavratura de auto de infração sanitária, instauração de processo administrativo sanitário, interdição cautelar de estabelecimento; interdição; apreensão cautelar de produtos; fazer cumprir as penalidades aplicadas pelas autoridades sanitárias competentes nos processos administrativos sanitários; e outras atividades estabelecidas para esse fim, conforme previsto no artigo 5º, parágrafo §3º Lei Municipal n.º 2.595/2016;

**Parágrafo Único,** As autoridades fiscalizadoras mencionadas neste artigo, anexo único desta portaria, quando no exercício de suas atribuições, terão livre acesso em todos os locais do município sujeitos à legislação sanitária, em qualquer dia e hora em que o local estiver aberto para atendimento ao público, podendo utilizar de todos os meios e equipamentos necessários, ficando responsáveis pela guarda das informações sigilosas.

**Art. 6º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de agosto de 2023, revogando as disposições em contrário, em especial as **Portarias Nº. 096/2019, Nº.332/2019, Nº. 774/2019, 958/2020 e 370/2021.**

Sorriso, Estado de Mato Grosso em 16 de agosto de 2023

*Assinado Digitalmente*

**ARI GENÉZIO LAFIN**

Prefeito Municipal

Dê-se ciência. Registre-se.

Publique-se. Cumpra-se.

*Assinado Digitalmente*

**LUIS FÁBIO MARCHIORO**

Secretário Municipal de Saúde e Saneamento

| ANEXO ÚNICO | Nome | Lotação | Matrícula | Perfil |
|---|---|---|---|---|
| 01 | César Bezerra Pereira | Vigilância Sanitária | 1964 | Enfermeiro |
| 02 | Rodrigo Antônio Vilela | Vigilância Sanitária | 3872 | Farmacêutico |
| 03 | Claudia Ines Sônego Dos Anjos | Vigilância Sanitária | 2475 | Nutricionista |
| 04 | Tatiane Tremea | Vigilância Sanitária | 2463 | Odontóloga |

## PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ

**LICITACAO**
**EXTRATO RESUMIDO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 083/2023**

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE TABAPORÃ/MT.

CONTRATADO:

FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob n. 03.250.803/0001-92, com sede na Rua Professor João Félix, n° 635 – Bairro Lixeira, Sala 07 – CEP 78. 008 – 435 no Município de Cuiabá – MT

OBJETO DO CONTRATO:

AQUISIÇÃO FUTURA E FRACIONADA DE MATERIAIS, MEDICAMENTOS E INSTRUMENTOS PARA O HOSPITAL MUNICIPAL, MATERIAIS PARA OS PSFS, MEDICAMENTOS PARA A FARMÁCIA BÁSICA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE TABAPORÃ – MT, conforme especificações contidas no Termo de Referência do Edital do PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2023 – PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU – MT.

DATA DO CONTRATO:---------- 16 de Agosto de 2023.

PRAZO DO CONTRATO:---------- 16 de Agosto de 2024.

VALOR DO CONTRATO R$ 1.262.219,01 (Hum milhão, duzentos e sessenta e dois mil, duzentos e dezenove reais e um centavo).

Para que ninguém alegue ignorância, afixe e publique-se no átrio desta Municipalidade.

Tabaporã/MT, em 16/08/2023.

SIRINEU MOLETA

Prefeito municipal

**PORTARIA Nº. 379/2023**

**O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,**

**RESOLVE:**

**Artigo 1º. – CONCEDER "*LICENÇA PRÊMIO FINAL", pelo período de 60 (sessenta) dias, iniciando-se em 03/072023 com término em 31/08/2023, do período aquisitivo de 13/11/2013 a 12/11/2018, sem prejuízo de sua remuneração*** a Senhora **ELIETE BENITES PIRES**, servidora efetiva, admitida em 13/11/2013, nocargo de **Agente de Nível Médio I – Agente Administrativo,** com matricula no RH nº. 1498, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento desta Prefeitura, de acordo com a

Lei Municipal nº. 840/2011 e suas alterações, e ainda com a Constituição Federal.

**Artigo 2º. -** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

***Registre-se;***

***Publique-se;***

***Cumpra-se.***

Gabinete do Prefeito de Tabaporã MT, em 20 de julho de 2023.

**SIRINEU MOLETA**

**PREFEITO MUNICIPAL**

**GABINETE**
**EXTRATO RESUMIDO DO CONTRATO Nº. 080/2023**

**CONTRATANTE:**

MUNICÍPIO DE TABAPORÃ/MT.

**CONTRATADO:**

**LIZ SERVIÇOS ONLINE LTDA**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, com sede na Rua 240, nº 400, Sala 2, Itapema/SC, inscrita no CNPJ sob nº 03.725.725/0001-35, portadora dos direitos do domínio LeisMunicipais.com.br, neste ato representada por seu sócio administrador, Sr. **CARLITO MELLO DE LIZ**, brasileiro, maior, casado, portador do CIC nº 181.488.089-53 e da cédula de identidade nº 220.562.

**OBJETO DO CONTRATO:**

**SERVIÇO TÉCNICO ESPECIALIZADO de Consolidação, Compilação, Versionamento e Gerenciamento dos Atos Oficiais do Município**.

**DATA DO CONTRATO:----------15 de Agosto de 2023**.

**PRAZO DO CONTRATO:---------- 15 de Agosto de 2025.**

**VALOR DO CONTRATO R$ 17.550,00 (Dezessete mil quinhentos e cinquenta reais)**,

**FUNDAMENTO LEGAL: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, nos termos do Art. 25 da Lei nº 8.666/93.

Para que ninguém alegue ignorância, afixe e publique-se no átrio desta Municipalidade.

Tabaporã/MT, em 16/08/2023.

**GABINETE**
**LEI MUNICIPAL Nº 1.418, DE 16 DE AGOSTO DE 2023.**

**SÚMULA:** "Altera Anexo de Metas do Plano Plurianual – PPA 2022/2025, Prioridades e Metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2023 para o exercício financeiro 2023, e abre Crédito Adicional Especial no Orçamento 2023, por excesso de arrecadação e dá outras providências."

**SIRINEU MOLETA, PREFEITO MUNICIPAL DE TABAPORÃ, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e Eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º -** O Plano Plurianual, PPA 2022/2025, aprovado pela Lei Municipal nº 1.332/2021 e a Lei de Diretrizes Orçamentárias, LDO/2023, aprovada pela Lei Municipal 1382/2022, passam a vigorar com as alterações da presente lei.

**Art. 2º -** Fica criado no orçamento o exercício 2023, as atividades: **Aquisição de Equipamentos Permanentes para o PROCAD – SUAS e Manutenção com o PROCAD-SUAS**, com objetivo estimular a atualização e regularização dos registros unipessoais e promover a busca ativa, prioritariamente das famílias mais vulneráveis, compreendendo a população em situação de rua, povos indígenas, entre outros, para sua inclusão no Cadastro Único, inserindo nas peças de planejamento de 2023 as seguintes ações, além das pré-existentes no orçamento municipal:

| CODIGO | NOME DA AÇÃO | VALOR PROGRAMADO |
|---|---|---|
| 1310 | Aquisição de Equipamentos para o PROCAD-SUAS | 3.000,00 |
| 2298 | Manutenção com o PROCAD-SUAS | 10.265,92 |
| | TOTAL A SER AGREGADO NO PROGRAMA | R$ 13.265,92 |

a que se refere o Art. 2º, correrão a conta da fonte de recursos

**Art. 3º -** Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional especial no Orçamento vigente, aprovado pela Lei Municipal nº 1.385, de 16 de Novembro de 2022, até o montante de **R$ 13.265,92 (Treze mil, duzentos e sessenta e cinco reais e noventa e dois centavos),** nos termos dos artigos 42 e 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4320, de 17 de março de 1964, criando e suplementando seguintes dotações orçamentárias:

| ORGÃO/UNIDADE ORÇAMENTÁRIA | FONTE/DR | VALOR R$ |
|---|---|---|
| 09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA | | |
| 09 00100 08 244 0003 1310 - Aquisição de Equipamentos para o PROCAD-SUAS | | |
| 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas | 1660.0000.000 | 3.000,00 |
| 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas | 1500.0000.000 | 1.200,00 |

**Total de Acréscimos da despesa 3.000,00**

**(Três mil reais).**

| ORGÃO/UNIDADE ORÇAMENTÁRIA | FONTE/DR | VALOR R$ |
|---|---|---|
| 09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA | | |
| 09 00100 08 244 0003 2298 – Manutenção com o PROCAD-SUAS | | |
| 3.1.90.00.00.00 – Despesas de Pessoal | 1660.0000.000 | 5.953,60 |
| 3.3.90.00.00.00 – Despesas Correntes | 1500.0000.000 | 4.312,32 |

**Total de Acréscimos da despesa 10.265,92**

**(Dez mil, duzentos e sessenta e cinco reais e noventa e dois centavos).**

**Art. 4º -** O crédito autorizado será aberto por conta do excesso da arrecadação da receita do Programa de Fortalecimento Emergencial do Atendimento do Cadastro Único no Sistema Único da Assistência Social (PROCAD –SUAS)**:**

| ESPECIFICAÇÃO DA RECEITA | FONTE/DR 2023 | VALOR R$ |
|---|---|---|
| 1716500100 – Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS - Principal | | |
| 1112530104 – Programa de Fortalecimento Emergencial do Atendimento do Cadastro Único no Sistema Único da Assistência Social (PROCAD –SUAS) | 1660.0000.000 | 13.265,92 |

**Total de Acréscimos por fontes de destinação 13.265,92**

**(Treze mil, duzentos e sessenta e cinco reais e noventa e dois centavos).**

**Art. 5º -** Os créditos adicionais aprovados serão abertos por decreto, obedecendo os limites de funcionais programáticas autorizadas nesta LEI, bem como o excesso de arrecadação apurado na aplicação financeira deste recurso, e ainda fica autorizado a complementação a título de contrapartida financeira com recursos próprios da fonte destinação de recursos 1500.0000.000, caso haja necessidade de complementação para a execução do PROCAD-SUAS.

**Art. 6º -** Fica o Poder Executivo autorizado a proceder às adequações necessárias no Plano Plurianual vigente, Lei Municipal nº 1.332/2021, bem como no Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal nº 1.382/2022 - LDO 2023, ficando vedada ao Poder Executivo a utilização dos recursos para suplementar despesa diferente das autorizadas no Art. 3º desta Lei.

**Art. 7º -** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 8º -** Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

Tabaporã – MT, aos 16 dias do mês de agosto de 2023.

**SIRINEU MOLETA**

**PREFEITO MUNICIPAL**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

### DECRETO N.º 377, DE 14 DE AGOSTO DE 2023

**DISPÕE SOBRE o CANCELAMENTO DE Empenho Do gabinete do prefeito e dependências e dá outras providências.**

O **PREFEITO MUNICIPAL,** no uso da atribuição que lhe confere art. 7º, **caput**, inciso XLV c.c o art. 80, **caput**, inciso IV da Lei Orgânica do Município**.**

**CONSIDERANDO** o teor do Memorando de n.º 26.843/23-1Doc do Gabinete do Prefeito e Dependências, solicitando o cancelamento do empenho informado neste Decreto, em razão da sua não utilização;

**CONSIDERANDO** o disposto no artigo 36 em combinação com o Parágrafo Único do art. 92 da Lei Federal n.º 4320 de 1964, avaliando não ter ocorrido o implemento de condição na sua totalidade e a impossibilidade de sua realização.

**D E C R E T A:**

Art. 1ºFica cancelado o seguinte empenho do Gabinete do Prefeito e Dependências:

| Nº EMPENHO | DATA | FORNECEDOR | VALOR |
|---|---|---|---|
| 15823 | 01/08/2022 | CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA - CIEE | R$ 4.622,93 |

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, 14 de Agosto de 2023**, 47º** aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

**Vander Alberto Masson**

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado por afixação em lugar de costume na data supra e disponibilizado no site: www.tangaradaserra.mt.gov.br.

**Arielzo da Guia e Cruz**

Secretário Municipal de Administração

### DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
### ATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 034/2023.

**ATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 034/2023**. A Presidente da CPL, nomeada pela Portaria nº 824/2023 de 20.04.2023, torna público que, por determinação do Secretário Municipal de Coordenação e Planejamento, no uso de suas atribuições legais, consoante o Decreto nº 019 de 23.01.2017, com base no Parecer Jurídico nº 496/PGM/2023**,** RATIFICA o Procedimento Administrativo nº 5.916/2023. OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A DISPONIBILIZAÇÃO, NO MODELO SOFTWARE COMO SERVIÇO – SAAS, DE ACESSO À SOLUÇÃO ESPECIALIZADA NA MODERNIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E ORÇAMENTOS, GERENCIAMENTO FÍSICO E FINANCEIRO DE CONTRATOS DE OBRAS, GESTÃO DE INDICADORES ESTRATÉGICOS E APRESENTAÇÃO DE INFORMAÇÕES PARA A SOCIEDADE, INCLUINDO SUBSCRIÇÃO E SUPORTE TÉCNICO REMOTO, TREINAMENTO E OPERAÇÃO ASSISTIDA, PARA ATENDER NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO, SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DESTE MUNICÍPIO, através da empresa POLIGRAPH SISTEMAS E REPRESENTAÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ Nº 85.200.665/0001-00, com base no Artigo 25, Inciso I, da Lei n. 8.666/93, cujo valor total é deR$ 173.350,64(cento e setenta e três mil trezentos e cinquenta reais e sessenta e quatro centavos).Tangará da Serra-MT,16 de Agosto de 2023. Tatiana Ávila Grigoletti – Presidente da CPL.**

### DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
### AVISO DE RESULTADO– PREGÃO ELETRÔNICO Nº 085/2023.

**AVISO DE RESULTADO– PREGÃO ELETRÔNICO Nº 085/2023.** A Prefeitura Municipal de Tangará da Serra do Estado de Mato Grosso, depois de analisado o parecer jurídico e considerando a legalidade do procedimento, julgamento, habilitação e resultado relativo à licitação, modalidade Pregão Eletrônico nº 085/2023, do objeto:**REGISTRO DE PREÇOS,** para futura e eventual**AQUISIÇÃO DE EXTINTORES PREDIAIS E VEICULARES, MATERIAIS DE SINALIZAÇÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECARGA A FIM DE ATENDER ÀS NECESSIDADES DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DO MUNICÍPIO,** conforme especificações contidas no Termo de Referência e demais exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos,torna público o resultado e homologação do certame acima referido, o qual também poderá ser acessado, através do link: https://tangaradaserra.mt.gov.br/site/?post_type=licitacoes/.Tangará da Serra-MT, 16.08.2023. Joyce Keilly Gonçalves – Pregoeira - Portaria nº 824/GP/2023.

### DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
### AVISO DE RESULTADO– PREGÃO ELETRÔNICO Nº 081/2023

**AVISO DE RESULTADO– PREGÃO ELETRÔNICO Nº 081/2023.** A Prefeitura Municipal de Tangará da Serra do Estado de Mato Grosso, depois de analisado o parecer jurídico e considerando a legalidade do procedimento, julgamento, habilitação e resultado relativo à licitação, modalidade Pregão Eletrônico nº 081/2023, do objeto:**REGISTRO DE PREÇOS,** para futura e eventual**AQUISIÇÃO DE TECIDOS, AVIAMENTOS E MATERIAIS PARA ARTESANATO, a fim de suprir as necessidades das Secretarias deste Município,** conforme especificações contidas no Termo de Referência e demais exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos,torna público o resultado e homologação do certame acima referido, o qual também poderá ser acessado, através do link: https://tangaradaserra.mt.gov.br/site/?post_type=licitacoes/.Tangará da Serra-MT, 16.08.2023. Dalila Cristian F. Da Paz – Pregoeira - Portaria nº 824/GP/2023.

### AVISO DE ABERTURA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº094/2023 EM RAZAO DE VALOR

**Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS**, através da Secretaria a Sra. Márcia Regina Kiss Siqueira de Castro Cardoso e o Departamento de Compras, torna público que, por determinação do Sr. Prefeito, no uso de suas atribuições legais, com base no Parecer Jurídico nº 012/PGM/2022 e no Decreto Nova Lei de Licitações 110/2023, informa a Abertura do Procedimento Administrativo na modadidade de Dispensa em Razão de Valor n**º094/COMPRADIRETA/SAD/2023** cujo o objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA REALIZAÇÃO DO CASAMENTO COMUNITÁRIO DE 2023 A SER REALIZADO NO DIA 26/08/2023 AS 18H NO ESPAÇO CTG ALIANÇA DA SERRA LOCALIZADO NO ENDEREÇO AVENIDA VÍRGILIO FAVETTI, Nº 1701 – S, PARQUE UNIVERSITÁRIO NESSA MUNICIPALIDADE, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, NA OFERTA DO CASAMENTO CIVIL COLETIVO AOS CASAIS HIPOSSUFICIENTES, DO MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA, MATO GROSSO.** O fundamento legal para a Dispensa é o Art. 75, II, da Lei n. 14.133/2021 e Parecer Jurídico n.º 012/

PGM/2022 e alterações posteriores, DECRETO N.º 110, DE 31 DE MARÇO DE 2023 - REGULAMENTA LEI FED. 14.133/2021 tendo como embasamento legal os Art. 135 e 139 . Tangará da Serra - MT, 16 de Agosto de 2023. Eliane Simone Cristalino – Chefe Departamento de Compra.

**DECRETO N.º 376, DE 14 DE AGOSTO DE 2023.**

**DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DO ENCERRAMENTO Do exercício de 2023, REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE NOVAS DESPESAS, EMPENHOS, LIQUIDAÇÃO, PAGAMENTO E CANCELAMENTO DE EMPENHOS NÃO UTILIZADOS e dá outras providências.**

O **PREFEITO MUNICIPAL,** no uso da atribuição que lhe confere art. 7º, **caput**, inciso XLV c.c o art. 80, **caput**, inciso IV da Lei Orgânica do Município**.**

**CONSIDERANDO** a necessidade de cumprir as regras impostas na Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000;

**CONSIDERANDO** que na determinação da disponibilidade de caixa serão considerados os encargos e despesas compromissadas a pagar até o final do exercício;

**DECRETA:**

Art. 1º As unidades gestoras desta municipalidade deverão se organizar de modo a executar todas as despesas empenhadas no ano de 2023, bem como, as despesas de restos a pagar de exercícios anteriores.

Art. 2º As despesas empenhadas e não executadas constituirão objeto de cancelamento até o dia 15 de dezembro de 2023, exceto as despesas continuadas que serão executadas durante o mês de dezembro e pagas no mês de janeiro de 2024.

Art. 3º O Departamento de Contratos deverá efetuar os devidos registros, coletar assinaturas e encaminhar as vias dos contratos ao Departamento de Contabilidade até as 8:00 do dia 15 de dezembro de 2023, resguardada a exceção disposta no artigo 8º.

Art. 4º O Departamento de Compras receberá solicitações para emissão de requisição de compras até as 8:00 do dia 04 de dezembro de 2023, resguardada a exceção disposta no art. 8º e 15.

Art. 5º O Departamento de Licitação adjudicará e homologará licitações para aquisição de produtos, serviços e obras até o dia 24 de novembro de 2023.

Art. 6º As unidades gestoras estão autorizadas a receber notas fiscais de produtos e serviços previstos nas instruções normativas pertinentes, até o dia 30 de novembro de 2023, devendo proceder o devido encaminhamento respeitando os demais prazos estabelecidos no presente decreto, resguardada a exceção disposta no artigo 8º.

Art. 7º O Departamento de Almoxarifado, está autorizado a receber notas de produtos e serviços até o dia 11 de dezembro de 2023, resguardada a exceção disposta no artigo 8º.

Art. 8º As Secretarias Municipais de Educação e de Saúde também devem imprimir todos os esforços para cumprimento dos prazos estabelecidos no presente decreto. Entretanto, para os casos de saúde pública e de cumprimento dos percentuais legais e constitucionais de aplicação mínima de recursos em educação e saúde, ficam autorizados encaminhamentos após os prazos estabelecidos.

Art. 9º O Departamento de Contabilidade está autorizado a receber notas para liquidação e pagamento até as 8:00 do dia 15 de dezembro de 2023, resguardada a exceção disposto nos artigos 8º e 15.

Parágrafo único. As Secretarias devem providenciar os documentos necessários para pagamento das despesas de energia elétrica, água, telefone, aluguel, internet, vistoria de veículos, taxas governamentais e outras correlatas e enviar ao Departamento de Contabilidade no prazo estabelecido no *caput* do presente artigo.

Art. 10 As despesas encaminhadas ao Departamento de Contabilidade, desde que estejam regulares as documentações exigidas na liquidação, deverão ser liquidadas e pagas até o dia 29 de dezembro de 2023.

Art. 11 As folhas de pagamentos de: 13º salário/2023, mensal de dezembro/2023, folha de férias dos servidores com usufruto em Janeiro/2024 e folha de rescisão/2023, deverão ser regularmente elaboradas pelo Departamento de Pessoal, empenhadas e liquidadas pelo Departamento de Contabilidade, com recurso transferido para conta do Branco Bradesco pelo Departamento de Tesouraria e encaminhada ao banco para pagamento pelo Departamento Pessoal conforme prazos a seguir apresentados por meio do Departamento Pessoal.

§1º O Departamento de Pessoal deverá providenciar a correta elaboração e encaminhamento das folhas de pagamento, garantindo tempo hábil para a realização dos trabalhos de emissão de notas de empenho, liquidação e o pagamento no prazo estabelecido no *caput* do presente artigo.

**Dezembro**

**a)** O Departamento de Pessoal incluirá somente as informações recebidas até às 13h00 do dia 08/12/2023 na folha de pagamento de Dezembro/2023, visando o pagamento de todas as verbas incidentes no 13º Salário (exemplo: Horas extras, adicional noturno, plantões, gratificação, horas excedentes, substituição etc).

**b)** 13º Salário será enviado para contabilidade até 18/12/2023 e creditado até o dia 20/12/2023;

**c)** Folha mensal será enviada a contabilidade até 27/12/2023 e creditada até 29/12/2023;

**d)** Folha Rescisão será enviada a contabilidade até o dia 27/12/2023 e creditada até 29/12/2023;

**e)** Folha Férias dos servidores com usufruto em Janeiro/2023 será enviada a contabilidade até o dia 27/12/2023 e creditada até o dia 29/12/2023.

§2º As informações não enviadas ao Departamento de Pessoal até as 13h00 do dia 08/12/2023 serão incluídas na folha de janeiro de 2024;

§3º As contratações e nomeações deverão ser efetuadas até as 13h00 do dia 08/12/2023, após essa data somente poderão ser efetuadas em janeiro de 2024;

§4º As exonerações e distratos de contratos deverão ser efetuados os pedidos e enviados ao Departamento Pessoal até as 13h00 do dia 08/12/2023, após essa data o servidor deverá solicitar sua exoneração/dispensa do quadro de pessoal somente em janeiro de 2024.

Art. 12 O Departamento de Contabilidade deverá encerrar todas as atividades do mês de dezembro de 2023 até o dia 29 do mesmo mês.

Art. 13. Fica determinado que a execução orçamentária do exercício de 2024 deverá ser aberta até o dia 15/01/2024.

Art. 14. As Secretarias ficam responsáveis em garantir a inscrição de restos a pagar para pagamento das despesas pendentes, especialmente as despesas de energia elétrica, água, telefone, aluguel, internet, vistoria de veículos, taxas governamentais e outras correlatas, que devam ser pagas antes da abertura da execução orçamentária do exercício de 2024.

Art. 15. As solicitações de empenho de diárias e adiantamentos de viagens em 2023 poderão ser recebidas pelo Departamento de Compras até o dia 15 de dezembro de 2023, e encaminhadas ao Departamento de Contabilidade no dia subsequente.

Art. 16. Ficam proibidas as diárias e adiantamentos de viagens que ocorreriam entre o início do exercício de 2024 até o dia da abertura do orçamento, com exceção para os casos de saúde pública.

Parágrafo único. Nos casos de saúde pública a ordenadora da despesa deverá encaminhar memorando ao Departamento de Contabilidade indicando a correta dotação orçamentária e demais informações necessárias, e providenciar para que as primeiras notas de empenho da secretaria emi-

tidas no exercício sejam aquelas referentes às diárias e adiantamentos pagos.

Art. 17. Ficam excluídas das regras aqui estabelecidas as despesas devidamente justificadas e autorizadas pelo Prefeito Municipal.

Art. 18 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, 14 de Agosto de 2023**, 47º** aniversário de Emancipação Político Administrativa.

**Vander Alberto Masson**

Prefeito Municipal

**Angela Nascimento da Silva**

Secretária Municipal de Fazenda

*Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado por afixação em lugar de costume na data supra e disponibilizado no site: www.tangaradaserra.mt.gov.br.*

**Arielzo da Cruz e Guia**

Secretário Municipal de Administração

**DECRETO N.º 378, DE 14 DE AGOSTO DE 2023**

**ALTERA DISPOSITIVO DO DECRETO Nº 477, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2022, QUE NOMEOU OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA–FUNDEB E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O **PREFEITO MUNICIPAL,** no uso da atribuição que lhe confere o art. 7º, **caput**, inciso XLV c.c o art. 80, **caput**, inciso IV da Lei Orgânica do Município**.**

**CONSIDERANDO** os termos do Memorando nº 27.163/2023-1Doc;

**D E C R E T A:**

Art. 1º Fica alterado dispositivo do Decreto nº 477, de 20 de dezembro de 2022, passando a vigorar com a alteração abaixo:

"**Art. 1º……...**

(...)

**II - Dois representantes de professores da Educação Básica Pública do Município:**

(…)

**SUPLENTE - Dianata Jackson Garcia Bragança"**

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, 14 de Agostode 2023**, 47º** aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

**Vander Alberto Masson**

Prefeito Municipal

*Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado por afixação em lugar de costume na data supra e disponibilizado no site: www.tangaradaserra.mt.gov.br.*

**Arielzo da Guia e Cruz**

Secretário Municipal de Administração

**DECRETO N.º 380, DE 15 DE AGOSTO DE 2023**

**INSTITUI A COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DOS REPRESENTANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DOS USUÁRIOS DE SERVIÇO PÚBLICO – COMUSP E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O **PREFEITO MUNICIPAL,** no uso da atribuição que lhe confere art. 7º, **caput**, inciso XLV c.c o art. 80, **caput**, inciso IV da Lei Orgânica do Município.

**CONSIDERANDO** o teor do Memorando nº 27.584/2023 – 1DOC;

**CONSIDERANDO** o que preconiza o art. 5º da Lei nº 5.930, de 09 de fevereiro de 2023;

**D E C R E T A:**

Art. 1º Ficam nomeados os servidores abaixo, para comporem a Comissão de Avaliação dos Representantes do Conselho Municipal dos Usuários de Serviço Público -COMUSP de Tangará da Serra-MT:

I - Coordenadoria dos Conselhos Municipais:

Representante: Angelita Sônego Segura Filha ;

II – Ouvidoria Municipal:

Representante: José Maria Barbosa

III – Secretaria Municipal de Educação – SEMEC:

Representante: Milene Duarte

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, 15 **de agosto de 2023**, **47º** aniversário de Emancipação Político - Administrativa.

**Vander Alberto Masson**

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado por afixação em lugar de costume na data supra e disponibilizado no site: www.tangaradaserra.mt.gov.br.

**Arielzo da Guia e Cruz**

Secretário Municipal de Administração

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**EDITAL COMPLEMENTAR 043-2023 - PS 002-2021- SEMEC**

**EDITAL COMPLEMENTAR Nº 043/2023 EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADON.º 002/2021**

O Município de Tangará da Serra/MT, por meio do Prefeito Senhor **Vander Alberto Masson,** no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO o presente Edital para convocar os candidatos e/ou classificados mediante o resultado final Homologado por meio do Edital Complementar nº. 013/2021, publicado em 28/12/2021 no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso – AMM – Ano XVII nº. 3885 e Diário Oficial de Contas de Mato Grosso em 29/12/2021 ano 10 nº. 2357, prorrogado por meio do Edital Complementar 102/2022, publicado em 26/12/2022 no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso – AMM – ANO XVII nº. 4137 e Diário Oficial de Contas de Mato Grosso em 27/12/2022 ano 11 nº. 2777, destinado à contratação e formação de cadastro de reserva para o exercício funcional temporário na Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Esportes e Secretaria Municipal de Saúde.

Convoca os candidatos abaixo relacionados para que compareçam **no Departamento de Gestão de Pessoas e Processos (DGPP)**,vinculado a Secretaria Municipal de Educação, localizado no 1º Piso do Paço Administrativo sala 32, situado a Avenida Brasil nº 2350-E no bairro Jardim Europa em

Tangará da Serra-MT, conforme abaixo relacionados para **atribuição de local de trabalho de acordo com a ordem de classificação e horário abaixo citado.**

**1.1. Para Atribuição de local de trabalho: Dia 18/08/2023 as 08h00para atribuição de local de trabalho, para o cargo relacionado abaixo:**

**2. Após atribuição do local de trabalho os** candidatos abaixo relacionados deverão comparecer **Departamento de Pessoal vinculado a Secretaria Municipal de Administração,** situado no Paço Administrativo 1º Piso sala 26, localizado na Avenida Brasil nº 2350-E no bairro Jardim Europa em Tangará da Serra-MT, **para entrega dos documentos necessários para a contratação**:

| CARGO: 578- AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL – ADI/AEE - ZONA URBANA | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| QTD. | NÚMERO DA INSCRIÇÃO | NOME DO INSCRITO | DOC. | DATA DE NASCIMENTO | Nº DE ACERTOS | TOTAL DE PONTOS | CLASSIFICAÇÃO |
| 174 | 130 | JOSILENI MENDES CONCEIÇÃO | 21841284 | 27/08/1988 | 22 | 88 | CLASSIFICADO |
| 175 | 1571 | EDINARA SOARES DE OLIVEIRA | 21045500 | 15/12/1988 | 22 | 88 | CLASSIFICADO |

| 660- PROFESSOR PEDAGOGO - ZONA URBANA | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| QTD. | NÚMERO DA INSCRIÇÃO | NOME DO INSCRITO | DOCUMENTO | DATA DE NASCIMENTO | Nº DE ACERTOS | TOTAL DE PONTOS | CLASSIFICAÇÃO |
| 243 | 1765 | ELIANE FERREIRA ARCANJO | 1113878 | 09/06/1988 | 19 | 76 | CLASSIFICADO |
| 244 | 679 | FRANCIELLI SOARES VIEIRA MIRANDA | 21181497 | 27/12/1988 | 19 | 76 | CLASSIFICADO |
| 245 | 3352 | TATIANA COELHO DE CASTRO | 20937580 | 29/12/1988 | 19 | 76 | CLASSIFICADO |

**3.**O candidato deverá apresentar os **originais e entregar as cópias dos documentos** constantes no item 14 do Edital de abertura nos dias **18 e 21/08/2023**das 08h00 às 11h00 e das 13h00 às 16h00, sendo que o **exame admissional será definido posteriormente**. **Documentos a serem entregues:**

**a)** Comprovante de escolaridade:

**a.1)** Para os cargos de ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO e COMPLETO: histórico escolar ou atestado de escolaridade expedido pela instituição escolar, reconhecido pelo MEC;

**a.2)** Para os cargos de ENSINO MÉDIO COMPLETO: certificado de conclusão e/ou histórico escolar ou atestado de escolaridade expedido pela instituição escolar, reconhecido pelo ME;

**a.3)** Para os cargos de CURSO TÉCNICO: certificado de conclusão do curso, reconhecido pelo ME;

**a.4)** Para os cargos de ENSINO SUPERIOR COMPLETO: Diploma ou atestado de conclusão com comprovação da colação de grau, expedido em papel timbrado, com carimbo e assinatura do responsável legal da instituição, reconhecido pelo ME;

**b)** Carteira de Registro Profissional e certidão negativa de débitos do respectivo Conselho de Classe ao qual pertence (quando for o caso);

**c)** Ser considerado APTO na perícia médica realizada por órgão ou pessoa especializada designada pela Prefeitura Municipal de Tangará da Serra;

**c.1)** Nos casos de candidatos que se inscreveram para a vaga de cargo como Pessoas com Deficiência, o atestado pré-admissional estará vinculado a perícia médica promovida pela Prefeitura Municipal, conforme o item 8.8 do edital;

**d)** Cédula de Identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF);

**e)** Título de Eleitor e Certidão Negativa Eleitoral;

**f)** Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

**g)** Certidão de Casamento ou Nascimento (conforme o caso);

**h)** Cartão do SUS e a Carteira de vacinação atualizada do candidato;

**i)** Os candidatos para os cargos de Motorista deverão apresentar:

**i.1)** Carteira Nacional de Habilitação – CNH definitiva categoria D ou E, exigida pelo cargo;

**i.2)** Ter idade superior a 21 (vinte e um) anos;

**i.3)** Motorista SAMU:

**i.3.1)** Possuir curso de Transporte de Emergência reconhecido pelo DETRAN;

**i.4)** Motorista – indígena e Motorista - zona rural:

**i.4.1)** Possuir curso de Transporte de Passageiros, Movimentação e Operação de Produtos Perigosos - MOPP e Transporte Escolar reconhecidos pelo DETRAN;

**i.4.2)** Certidão de Condutor emitida pelo DETRAN.

**i.5)** Motorista e Operador de Máquinas – Secretaria Municipal de Infraestrutura:

**i.5.1)** Possuir curso Movimentação e Operação de Produtos Perigosos – MOPP.

**j)** Cópia da Carteira de trabalho na página da foto e verso;

**k)** Extrato do PIS/PASEP ou cópia do cartão cidadão (emitido pela Caixa Econômica Federal ou Ministério do Trabalho);

**l)** Comprovante de residência;

**m)** Certidão de nascimento dos filhos;

**n)** Atestado de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

**o)** Frequência escolar dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);

**p)** CPF dos filhos;

**q)** CPF do pai, mãe e cônjuge do candidato;

**r)** Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca de Tangará da Serra-MT, relativo de ações cíveis e criminais de 1º e 2º graus (com trânsito em julgado);

**s)** Certidão Negativa fornecida pela Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, relativo de débitos Municipais (Setor de Tributação ou através do site www.tangaradaserra.mt.gov.br);

**t)** Declarações: de não acúmulo de cargo público, de bens, de parentesco e de ficha limpa, conforme modelo disponibilizado pelo site **www.tangarada-serra.mt.gov.br**;

**u)** Declaração de Imposto de Renda (Exercício 2022/Ano - Calendário 2021 ou mais recente), no caso de isento apresentar Comprovante de Regularização de Situação Cadastral no site **https://www.receita.fazenda.gov.br/**;

**v)** Declaração emitida pela UPSPA – Unidade Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, que não sofreu sanções disciplinares nos últimos 05 (cinco) anos, mediante processo administrativo devidamente instaurado;

**w)** Cópia do cartão Banco Bradesco ou cópia de documento legível que especifique número da conta na referida Instituição Financeira;

**x)** Para o cargo da Zona Indígena, o candidato deverá apresentar uma autorização emitida pelas lideranças da Comunidade Indígena na qual fora oportunizado a vaga e/ou que pretende trabalhar;

**y)** Foto 3X4;

**3.1 O** contratado submeter-se-á ao regime Jurídico Administrativo – Processo Seletivo Simplificado e ao Regime Geral de Previdência Social – INSS;

**3.2** Os contratos terão vigência conforme a Lei Complementar n.º 103, de 09 de março de 2006 e suas alterações.

**3.2**O candidato terá **02 (dois) dias de prazo para apresentação dos documentos previsto no item 2 deste edital,** nas datas e horários estipulados acima para a entrega da documentação legal exigida no item 14 do Edital de Abertura sendo automaticamente desclassificado aquele candidato que não respeitar o prazo.

**3.4** Será considerado como desistente, o candidato que não se apresentar no prazo referido deste edital.

**4.** Será desclassificado o candidato que:

a) não comparecer na data estipulada;

b) não apresentar a documentação exigida no item 3 do presente Edital;

c) – for declarado inapto para exercer o cargo a que foi classificado, mediante atestado médico.

**5.** Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Tangará da Serra – MT, 16 de Agosto de 2023.

**Vander Alberto Masson**

**Prefeito Municipal**

**Arielzo da Guia e Cruz**

**Secretário Municipal de Administração**

**Vagner Constantino Guimarães**

**Secretário Municipal de Educação**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
### PORTARIA Nº 194/2023

*Dispõe sobre a Instituição de Equipe Técnica de Monitoramento e de Avaliação do Plano Municipal de Educação de Terra Nova do Norte – MT.*

O Prefeito PASCOAL ALBERTON do Município de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais legislação que trata da matéria;

CONSIDERANDO a Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014, que *aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências*;

CONSIDERANDO a Lei n. 11.422, de 14 de junho de 2021, que *aprova o Plano Estadual de Educação PEE e dá outras providências*;

CONSIDERANDO a Portaria MEC n. 41, de 25 de janeiro de 2021, que *institui a Plataforma +PNE e dispõe sobre as ações de monitoramento e avaliação dos Planos de Educação dos estados, dos municípios e do Distrito Federal*;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 1213, de 10 de junho de 2015, que *aprova o Plano Municipal de Educação e dá outras providências*; resolve:

**Art. 1°** Nomear a Equipe Técnica de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação de Terra Nova do Norte, com o objetivo de monitorar e avaliar o cumprimento das metas e estratégias do Plano Municipal de Educação.

**Art. 2°** Designar os servidores abaixo discriminados para a composição da Equipe Técnica de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação:

I- Reginaldo Marcolan – Secretário Mun. De Educação II- Silvana Leite Silva – Assessoria Pedagógica III- Maria Giovana Rodrigues Kuhn – Assessoria Pedagógica IV- Gesiel Goulart – Coordenador Pedagógico V- Ricardo Martins dos Santos – Assessoria Pedagógica

**Art. 3°** São atribuições da Equipe Técnica de Monitoramento e Avaliação do PME:

I - atuar no levantamento e na sistematização de dados e informações referentes ao Plano Municipal de Educação; II – estabelecer interlocução e diálogo com a Equipe Técnica de Monitoramento no âmbito estadual; III-

avaliar o cumprimento das metas e estratégias do PME e a evolução dos indicadores propostos IV- Auxiliar os fóruns municipais e Conselhos Municipais na realização das conferências municipais de educação para avaliar o Plano Municipal de Educação. V- subsidiar a elaboração do PME para o decênio subsequente; **Art. 4º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, Terra Nova do Norte/MT, 07 de agosto de 2023.

**PASCOAL ALBERTON**

Prefeito

## PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

### EXTRATO DE CONTRATO

**Espécie:** Contrato de Servidor por Tempo Determinado e Excepcional Interesse Público em Caráter Emergencial.

**Nº do Contrato**: 40/2023

**Vínculo Legal:** Lei Municipal nº 437, de 27/02/2012.

**Regime Previdenciário:** INSS.

**Contratante:** Prefeitura Municipal de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.

**Contratada:** Emmanuele Larissa da Rocha Jovio – CPF nº ***.251.861-**.

**Cargo/função:** Agente de Desenvolvimento da Educação Especial, vinculada à Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

**Remuneração base:** R$ 1.543,89 por mês.

**Prazo:** Até 22/12/2023.

**Data assinatura:** 08/08/2023.

**Signatários:**

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ

Prefeito de União do Sul

EMMANUELE LARISSA DA ROCHA JOVIO

Contratada

### EXTRATO DE CONTRATO

**Espécie:** Contrato de Servidor por Tempo Determinado e Excepcional Interesse Público em Caráter Emergencial.

**Nº do Contrato**: 38/2023

**Vínculo Legal:** Lei Municipal nº 437, de 27/02/2012.

**Regime Previdenciário:** INSS.

**Contratante:** Prefeitura Municipal de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.

**Contratado:** Claudinei Miranda – CPF nº 422.***.***-00.

**Cargo/função:** Condutor de Veículo Escolar, vinculado à Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

**Remuneração base:** R$ 1.754,37 por mês.

**Prazo:** Até 22/12/2023.

**Data assinatura:** 07/08/2023.

**Signatários:**

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

CLAUDINEI MIRANDA

Contratado

### PORTARIA Nº 206/2023

Dispõe sobre conversão em abono pecuniário, de 10 (dez) dias de férias do servidor que menciona e dá outras providências.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e observando o disposto no art. 112, da Lei Complementar nº 029, de 25 de setembro de 2019 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais); e

Considerando o teor do Requerimento subscrito pelo servidor abaixo identificado;

R E S O L V E:

Art. 1º. Por força desta Portaria, fica convertida em abono pecuniário uma parcela de 10 (dez) dias das férias a que faz jus o servidor JUNIOR BERNARDO DALINA FERREIRA - matrícula nº 2096, ocupante do cargo comissionado de Secretario Adjunto, vinculado à Secretaria Municipal de Obras, Viação, Urbanismo e Saneamento.

Parágrafo Único. As férias mencionadas no *caput* são referentes ao período aquisitivo de 14 de junho de 2022 a 1

3 de junho de 2023.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul, MT, 16 de agosto de 2023.

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

### EXTRATO DE CONTRATO

**Espécie:** Contrato de Servidor por Tempo Determinado e Excepcional Interesse Público em Caráter Emergencial.

**Nº do Contrato**: 37/2023

**Vínculo Legal:** Lei Municipal nº 437, de 27/02/2012.

**Regime Previdenciário:** INSS.

**Contratante:** Prefeitura Municipal de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.

**Contratado:** Célio de Andrade – CPF nº 784.***.***.72.

**Cargo/função:** Condutor de Veículo Escolar, vinculado à Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

**Remuneração base:** R$ 1.754,37 por mês.

**Prazo:** Até 31/10/2023.

**Data assinatura:** 01/08/2023.

**Signatários:**

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

CÉLIO DE ANDRADE

Contratado

### RESOLUÇÃO CMAS N° 007/2023.

**Súmula:** Dispõe sobre a aprovação do Projeto Executivo Municipal PROCAD-SUAS 2023 do Município de União do Sul – MT.

O **Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal n° 020, de 05 de maio de 1.997, alterada pela Lei Municipal n° 082, de 26 de agosto de 1.999, Lei Municipal nº 182, de 24 de junho de 2.003 e Lei Municipal nº 774 de 25 de novembro de 2.021;

**Considerando** o disposto na Portaria n° 97, de 27 de Março de 2.023.

**Considerando** a deliberação obtida na Sessão Plenária Ordinária ocorrida no dia 16/08/2023.

RESOLVE:

Art. 1° Após análise e deliberação em Plenário, resolve aprovar integralmente o Projeto Executivo Municipal PROCAD-SUAS 2023 do Município de União do Sul – MT.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

União do Sul-MT, 16 de Agosto de 2023.

FRANCIELE RANDO NASCIMENTO Presidente do CMAS

**PORTARIA Nº 205/2023**

Dispõe sobre vacância de cargo efetivo e dá outras providências.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 46, § 1º, inciso V, da Lei Complementar nº 029 de 25 de setembro de 2019, do Município de União do Sul;

CONSIDERANDO o disposto no Art. 37, § 10, da Constituição Federal, que veda, em regra, a percepção simultânea de proventos de aposentadoria com remuneração de cargo, emprego ou função pública;

CONSIDERANDO o artigo 46 § 1º inciso V, do Estatuto dos Servidores do Município de União do Sul, que determina que a aposentadoria do servidor acarretará a vacância do cargo público antes ocupado;

CONSIDERANDO o entendimento do Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso, exarado no Processo nº 24.762/2017, Resolução de Consulta nº 15/2018, publicada em 30/10/2018;

R E S O L V E:

Art. 1º. Declarar nesta data a vacância do cargo público efetivo de Auxiliar Administrativo, vinculado à Secretaria Municipal de Administração, ocupado pela servidora SUELI TERESINHA TITON DE MARCH, portadora da Matrícula nº 216, em razão de sua aposentadoria no Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revoga-se a Portaria nº 647 de 01 de agosto de 2002, e demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul – MT, 15 de agosto de 2023.

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

**AVISO DE CANCELAMENTO DE PUBLICAÇÃO E REPUBLICAÇÃO DE PORTARIA**

I – Fica cancelada e tornada sem efeito a publicação no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Edição de nº 4.294, do dia 09 de Agosto de 2023, página 420, da PORTARIA Nº 200/2023 de 07 de agosto de 2023, por motivo de ter sido redigida incorretamente.

II - Fica republicada a PORTARIA Nº 200/2023 de 07 de agosto de 2023, com a versão correta.

União do Sul – MT, 16 de agosto de 2023.

ERINEU DIESEL

Secretário Mun. de Governo

**PORTARIA Nº 200/2023**

Data: 07/08/2023.

Dispõe sobre conversão em pecúnia de parcela da Licença Prêmio da servidora que menciona e dá outras providências.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais; e

Considerando o teor do Requerimento subscrito pela servidora abaixo identificada, devidamente justificado e enquadrando-se nos termos dispostos no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

R E S O L V E:

Art. 1º. Por força desta Portaria, fica convertida em pecúnia uma parcela de 30 (trinta) dias da Licença Prêmio por Assiduidade da servidora efetiva LUCIANA TERESINHA SILVA DE LIMA, concursada ao cargo de Zeladora, vinculada à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, portadora da matrícula nº 883, compreendendo para efeito de conversão em pecúnia o período de 01 a 30 de agosto de 2023.

Parágrafo Único. A conversão em pecúnia compreende o vencimento do cargo efetivo em que a servidora encontra-se enquadrada.

Art. 2º. A licença prêmio ora convertida em pecúnia refere-se ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2021, e está respaldada pelo § 1º do art. 161 da Lei Complementar nº 029, de 25 de setembro de 2019.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 01 de agosto de 2023.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul, MT, 07 de agosto de 2023.

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO**

**Espécie:** Contrato de Servidor por Tempo Determinado e Excepcional Interesse Público em Caráter Emergencial.

**Nº do Contrato**: 39/2023

**Vínculo Legal:** Lei Municipal nº 437, de 27/02/2012.

**Regime Previdenciário:** INSS.

**Contratante:** Prefeitura Municipal de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.

**Contratada:** Edilene Cristina Moreira Ferreira – CPF nº ***.371.781-**,.

**Cargo/função:** Agente de Desenvolvimento da Educação Especial, vinculada à Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

**Remuneração base:** R$ 1.543,89 por mês.

**Prazo:** Até 22/12/2023.

**Data assinatura:** 08/08/2023.

**Signatários:**

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ

Prefeito de União do Sul

EDILENE CRISTINA MOREIRA FERREIRA

Contratada

## PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 50/2023**

**Objeto:** DESPESA COM REVISÃO DE MAQUINAS PESADAS ESCAVADEIRA HIDRAULICA XE215B DA MARCA XCMG, VEICULO OFICIAL, EM PERIODO DE GARANTIA, NA AUTORIZADA, INCLUINDO PEÇAS E SERVIÇOS PARA ATENDER AS NESCESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA DO MUNICIPIO DE VALE DE SAO DOMINGOS-MT

**Fundamento legal:** Artigo 24, Inciso XVII da Lei Federal 8.666/93 com posteriores alterações e na DECRETO Nº 9.412, DE 18 DE JUNHO DE 2018.

FORNECEDOR: **EXTRA MAQUINAS S/A**

**CNPJ: 19.293.041/0002-22**

| ITEM | COD SISTEMA | DESCRIÇÃO | UNIDADE | QUANTIDADE | VALOR UNITARIO | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 002.001.401 | SERVICO DE MANUTENCAO - TIPO REVISAO DE MAQUINAS PESADAS (EM GARANTIA)$¶ | SV | 1,00 | R$ 9.554,30 | R$ 9.554,30 |

VALOR : R$ 9.554,30 (Nove Mil, Quinhentos e Cinquenta e Quatro Reais e Trinta Centavos).

Homologo a Dispensa de Licitação em consonância com o Parecer Jurídico desta

Prefeitura Dr. THUCYDIDES FRANCISCO CONCEIÇÃO ALVARES

PROCURADOR GERAL DO MUNICIPIO

OAB – MT Nº 4.552

.

Vale de São Domingos, MT, 16 de Agosto de 2023

_____

GERALDO MARTINS DA SILVA

Prefeito do Mun. De Vale de São Domingos/MT

**TERMO DE RATIFICAÇÃO DE ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 50/2023**

**Objeto:** DESPESA COM REVISÃO DE MAQUINAS PESADAS ESCAVADEIRA HIDRAULICA XE215B DA MARCA XCMG, VEICULO OFICIAL, EM PERIODO DE GARANTIA, NA AUTORIZADA, INCLUINDO PEÇAS E SERVIÇOS PARA ATENDER AS NESCESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA DO MUNICIPIO DE VALE DE SAO DOMINGOS-MT.

**Fundamento legal:** Artigo 24, Inciso XVII da Lei Federal 8.666/93 com posteriores alterações e na DECRETO Nº 9.412, DE 18 DE JUNHO DE 2018.

FORNECEDOR: **EXTRA MAQUINAS S/A**

**CNPJ: 19.293.041/0002-22**

| ITEM | COD SISTEMA | DESCRIÇÃO | UNIDADE | QUANTIDADE | VALOR UNITARIO | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 002.001.401 | SERVICO DE MANUTENCAO - TIPO REVISAO DE MAQUINAS PESADAS (EM GARANTIA)$¶ | SV | 1,00 | R$ 9.554,30 | R$ 9.554,30 |

VALOR : R$ 9.554,30 (Nove Mil, Quinhentos e Cinquenta e Quatro Reais e Trinta Centavos).

Ratifico a Dispensa de Licitação em consonância com o Parecer Jurídico desta Prefeitura DR. THUCYDIDES FRANCISCO CONCEIÇÃO ALVARES

PROCURADOR GERAL DO MUNICIPIO

OAB – MT Nº 4.552

PUBLIQUE-SE ARQUIVE-SE

Vale de São Domingos, MT, 16 de Agosto de 2023.

_____

GERALDO MARTINS DA SILVA

Prefeito do Mun. De Vale de São Domingos/MT

**AVISO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 22/2023, DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/2023. PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JUARA-MT, INSCRITO NO CNPJ: 15.072.663/0001-99.**

A Prefeitura Municipal de Vale De São Domingos-MT, através de seu Pregoeiro, torna público a Adesão à ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 22/2023, DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/2023, Registro de preços para eventual aquisição de materiais e equipamento de informática para atender secretaria de Saúde do MUNICÍPIO DE VALE DE SÃO DOMINGOS – MT, PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JUARA-MT, INSCRITO NO CNPJ: 15.072.663/0001-99, através de Adesão à Ata de Registro de Preços. Com a Empresa: DK INFORMATICA LTDA-EPP, inscrita no CNPJ: 48.373.392/0001-60, no valor global de R$ 31.900,00, CONFORME ESTA REGISTRADO NA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 22/2023, DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/2023. PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JUARA-MT, INSCRITO NO CNPJ: 15.072.663/0001-99**.** Vale de São Domingos - MT, 16 de Agosto de 2023. Geraldo Martins da Silva Prefeito Municipal

**TERMO DE RATIFICAÇÃO DE ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 49/2023**

**Objeto:** DESPESA COM REVISÃO DE MAQUINAS PESADAS PÁ CARREGADEIRA LW 300KC XCMG, VEICULO OFICIAL, EM PERIODO DE GARANTIA, NA AUTORIZADA, INCLUINDO PEÇAS E SERVIÇOS PARA ATENDER AS NESCESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA DO MUNICIPIO DE VALE DE SAO DOMINGOS-MT.

**Fundamento legal:** Artigo 24, Inciso XVII da Lei Federal 8.666/93 com posteriores alterações e na DECRETO Nº 9.412, DE 18 DE JUNHO DE 2018.

FORNECEDOR: **EXTRA MAQUINAS S/A**

**CNPJ: 19.293.041/0002-22**

| ITEM | COD SISTEMA | DESCRIÇÃO | UNIDADE | QUANTIDADE | VALOR UNITARIO | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 002.001.401 | SERVICO DE MANUTENCAO - TIPO REVISAO DE MAQUINAS PESADAS (EM GARANTIA)$¶ | SV | 1,00 | R$ 12.145,42 | R$ 12.145,42 |

VALOR : R$ 12.145,42 (Doze Mil, Cento e Quarenta e Cinco Reais e Quarenta e Dois Centavos).

Ratifico a Dispensa de Licitação em consonância com o Parecer Jurídico desta Prefeitura DR. THUCYDIDES FRANCISCO CONCEIÇÃO ALVARES

PROCURADOR GERAL DO MUNICIPIO

OAB – MT Nº 4.552

PUBLIQUE-SE ARQUIVE-SE

Vale de São Domingos, MT, 16 de Agosto de 2023.

_____

GERALDO MARTINS DA SILVA

Prefeito do Mun. De Vale de São Domingos/MT

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 49/2023**

**Objeto:** DESPESA COM REVISÃO DE MAQUINAS PESADAS PÁ CARREGADEIRA LW 300KC XCMG, VEICULO OFICIAL, EM PERIODO DE GARANTIA, NA AUTORIZADA, INCLUINDO PEÇAS E SERVIÇOS PARA ATENDER AS NESCESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA DO MUNICIPIO DE VALE DE SAO DOMINGOS-MT.

**Fundamento legal:** Artigo 24, Inciso XVII da Lei Federal 8.666/93 com posteriores alterações e na DECRETO Nº 9.412, DE 18 DE JUNHO DE 2018.

FORNECEDOR: **EXTRA MAQUINAS S/A**

**CNPJ: 19.293.041/0002-22**

| ITEM | COD SISTEMA | DESCRIÇÃO | UNIDADE | QUANTIDADE | VALOR UNITARIO | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 002.001.401 | SERVICO DE MANUTENCAO - TIPO REVISAO DE MAQUINAS PESADAS (EM GARANTIA)$¶ | SV | 1,00 | R$ 12.145,42 | R$ 12.145,42 |

VALOR : R$ 12.145,42 (Doze Mil, Cento e Quarenta e Cinco Reais e Quarenta e Dois Centavos).

Homologo a Dispensa de Licitação em consonância com o Parecer Jurídico desta

Prefeitura Dr. THUCYDIDES FRANCISCO CONCEIÇÃO ALVARES

PROCURADOR GERAL DO MUNICIPIO

OAB – MT Nº 4.552

.

Vale de São Domingos, MT, 16 de Agosto de 2023

_____

GERALDO MARTINS DA SILVA

Prefeito do Mun. De Vale de São Domingos/MT

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 97/2022**

CONTRATANTE O MUNICIPIO DE VALE DE SÃO DOMINGOS/MT CNPJ 04.215.993/0001-70 – CONTRATADA: EMPRESA CONSTRUTORA FR EIRELI-EPP pessoa jurídica devidamente inscrita no CNPJ nº. 07.636. 035/0001-60. OBJETO: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM TSD, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO VIÁRIA NO DISTRITO DE ADRIANOPOLIS EM CONFORMIDADE COM O PROJETO APRESENTADO PELO SETOR DE ENGENHARIA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DO MUNICIPIO DE VALE DE SÃO DOMINGOS MT, CONFORME TERMO DE CONVENIO Nº 0443/2022 ENTRE A SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA DE MATO GROSSO – SINFRA E A PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DE SAO DOMINGOS-MT. Amparado no Item 04.2 da CLAUSULA QUARTA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, do Contrato Originário passará a viger com a seguinte redação: “1 – O prazo do referido A vigência e execução do contrato administrativo, será prorrogado para o dia 29 de Outubro de 2023”.. Vale de São Domingos – MT, 16 de Agosto de 2023. Geraldo Martins da Silva Prefeito Municipal.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

### EXTRATO TERMO DE CONTRATO N. 176/2023

PARTES INTERESSADAS: **O MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE, ESTADO DE MATO GROSSO, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ n. 03.507.548/0001-10, e de outro lado, Empresa CONSTRUTERRA CONSTRUTORA LTDA-ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n .45.453.486/0001-51**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Este Instrumento Contratual se encontra vinculado aos termos e condições da TOMADA DE PREÇOS Nº. 17/2023, que passa a fazer parte integrante do presente Contrato, juntamente com a proposta da CONTRATADA, vinculado à Lei n. 8.666 de 21/06/93 e alterações, regulando suas cláusulas, bem assim nos casos omissos, pelos preceitos de direito público, aplicando-lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado e as estabelecidas neste instrumento, bem como nos demais documentos acostados no PROCESSO GESPRO Nº. 876323/2023. OBJETO: O objeto deste Contrato é a contratação de empresas de engenharia para execução do saldo remanescente da obra de construção da CRECHE PROJETO PADRÃO TIPO 2 - PROINFÂNCIA, projetos padronizados do FNDE localizada na Rua das Águas Marinhas, quadra 44, n°. 0, Bairro: Cidade de Deus, CEP: 78.150-522, Várzea Grande- MT em regime de empreitada por preço global, conforme projetos FNDE, em atenção ao Termo de Compromisso nº. PAC2: 7849/2014-FNDE. VALOR: O VALOR GLOBAL estimado do presente Contrato é de R$ 1.565.956,37 (um milhão quinhentos e sessenta e cinco mil, novecentos e cinquenta e seis reais e trinta e sete centavos). UO: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FONTE: 01500/15750. VIGÊNCIA: O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, que se iniciará a partir da data da assinatura do contrato. No exclusivo interesse da Administração, esta poderá emitir quantas Ordens de execução de Serviços, Ordens de Paralisação ou Ordens de Reinício de Serviços que se façam necessárias para o bom desenvolvimento das obras. FISCAL DE CONTRATO: O acompanhamento e a fiscalização deste termo contratual ficarão a cargo da CONTRATANTE, juntamente com a SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER, que, designa para este ato, a servidora– Engenheira Civil – ANA PAULA SILVA BOTELHO - CREA MT 50821, inscrita sob o CPF N. 013.127.391-45, nos termos do Artigo 67 da Lei n°. 8.666 de 21 de junho de 1991 e suas alterações posteriores, especialmente para este fim.

DATA DE ASSINATURA: 21.07.2023.

SILVIO APARECIDO FIDELIS

Secretaria Municipal De Educação, Cultura, Esporte E Lazer

Contratante

CONSTRUTERRA CONSTRUTORA LTDA-ME

Contratada

### EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 431/2022

PARTES INTERESSADAS: O MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE, ESTADO DE MATO GROSSO, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ n. 03.507.548/0001-10 e, de outro lado, a Empresa MTS COMÉRCIO SERVIÇOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ 42.262.838/0001-89. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Este Instrumento encontra-se vinculado aos termos e condições do art. 65, I, alínea a e b. §1º da Lei Federal de Licitações e Contratos Administrativos n. 8.666/93 e suas alterações, no Contrato n. 431/2023, bem como nos demais documentos acostados no PROCESSO GESPRO N. 902826/2023. OBJETO: Este instrumento tem por objeto a CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO E PREÇOS, a CLÁUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA e a CLÁUSULA QUARTA – CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, DA ENTREGAE DO PRAZO, referente a aquisição de tintas e materiais de pintura, para atender às necessidades da Secretaria Municipal De Educação, Cultura, Esporte E Lazer do Município de Várzea Grande-MT. VALOR: Fica aditado o valor de R$ 354.414,08 (Trezentos e cinquenta e quatro mil, quatrocentos e quatorze reais e oito centavos) referente ao acréscimo de 25% dos serviços contratados, passando o Contrato ao valor estimado global de R$ 1.766.714,09 (Hum milhão setecentos e sessenta e seis mil, setecentos e quatorze reais e nove centavos). UO: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FONTE: 0150/01540/0250/02540. FISCAL DE CONTRATO: O acompanhamento e a efetivação do contrato ficarão a cargo do servidor LEONAM JOSÉ BARROS FILHO, inscrita no CPF: 059.224.791-05 e Suplente o servidor GILMAR BUENO, inscrito no CPF n. 017.250.791-00.

DATA DE ASSINATURA: 04.08.2023

SILVIO APARECIDO FIDELIS

Secretaria Municipal De Educação

Contratante

MTS COMÉRCIO SERVIÇOS LTDA

Contratada

### PORTARIA Nº 797/2023

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 388/2020 de 08 de abril 2020 e tendo em vista o que consta do Processo nº 905166/2023.

**RESOLVE:**

**Averbar** em favor da servidora **CRISTIANE COSTA DE JESUS**, matrícula nº. 130663, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, exercendo o cargo de Professora, o Tempo de Contribuição referente ao serviço prestado pela requerente nos períodos relativos de **01.03.2001 a 08.12.2009, 01.07.2010 a 12.03.2012 e 12.03.2012 a 15.07.2018 (**prestados a:MARIE YAMAGUCHI; MARIE YAMAGUCHI e ASSOCIAÇÃO ANTONIO VIEIRA), conforme consta na Certidão de Tempo de Contribuição do INSS nº 26001150.1.00009/19-0, que totalizam **6.136 (seis mil, cento e trinta e seis) dias líquidos, correspondendo 16 (dezesseis) anos, 09 (nove) meses e 26 (vinte e seis) dias, PARA EFEITOS DE APOSENTADORIA.**

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 16 de agosto de 2023.

**MARCOS RODRIGUES DA SILVA**

**Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD**

### PORTARIA Nº 191/2023

**Carlos Alberto Simões de Arruda –** Diretor Presidente do Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande/DAE-VG, no uso das atribuições que lhe são conferidas por meio da Lei n.º 1.733/97, alterada pela Lei n.º 1. 866/98, e

**Considerando** os termos do artigo 67 da Lei n.º 8.666/93, que dispõe sobre o acompanhamento dos contratos firmados com a Administração Pública por servidor especialmente designado;

**Considerando** os termos do Acórdão n.º 731/2012 – TP do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 05 de dezembro de 2012.

**Considerando** o término dos contratos de trabalho temporário de alguns servidores, fiscais de contrato.

**RESOLVE:**

**Art. 1°.** Designar os servidores abaixo relacionados para exercerem a função de fiscal do seguinte contrato:

**CONTRATO N.º 016/2023 – TELEFÔNICA BRASIL S.A – DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 004/2023; PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 028/2023.**

**Objeto**: Contratação de empresa especializada e devidamente homologada nos órgãos reguladores para a prestação de serviços de telefonia fixa comutada - STFC, compreendendo serviços de telefonia de terminais digitais padrão E1 RD2 DDR, com tráfego telefônico local fixo-fixo e fixo-móvel, serviços de longa distância nacional (LDN), fornecimento de entroncamentos digitais bidirecionais E1 e de faixas de numeração para discagem direta a ramal – DDR, com disponibilização de ramais, e serviços de Discagem Direta Gratuita (DDG) 0800, para atender a demanda do departamento de água e esgoto do município de Várzea Grande – MT.

**Fiscal:** Alessandro Macaúbas Leite de Campos

**Matrícula n.º:** 2.361

**Suplente de Fiscal:** Leandro Humberto de Araújo

**Matricula N.º:** 2.459

**Art. 2°.** A fiscalização da correta execução do objeto e das clausulas presente no contrato extingue-se com o término da vigência do mesmo.

**Art. 3°.** Essa Portaria entra em vigor na data da sua assinatura, revogando-se as disposições anteriores.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Várzea Grande/MT, 15 de agosto de 2023.

**CARLOS ALBERTO SIMÕES DE ARRUDA**

**DIRETOR PRESIDENTE DAE/VG**

---

**DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO**
**PORTARIA**

**PORTARIA Nº192/2023**

O Diretor Presidente do Departamento de Água e Esgoto do Município de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, criado pela Lei nº1733/1997 e alterado pela Lei nº1866/1998 no desempenho de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Conceder o benefício da **LICENÇA MATERNIDADE**, com base no Art. 216 da Lei n. 1.164/1991, alterado pela lei Complementar 4.648/2020, a **Bianca Ribeiro de Paula**, matrícula 706, lotada na Diretoria Comercial, exercendo o cargo de Agente de Saneamento/Atendente Comercial, no período de **29/07/2023 a 24/01/2024**.

**Art. 2º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir da sua concessão.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Várzea Grande, 16 de agosto de 2023.

**CARLOS ALBERTO SIMÕES DE ARRUDA**

Diretor Presidente DAE/VG.

---

**PARECER DA PLENÁRIA**

| | | |
|---|---|---|
| **Interessada:** Secretaria Municipal de Educação Cultura Esporte e Lazer | | |
| **Assunto:** Mudança de denominação do Projeto de Superaçãoda Aprendizagem para a Rede de Ensino de Várzea Grande paraProjeto de Recomposição da Aprendizagem para a Rede de Ensino de Várzea Grande | | |
| **Comissão Relatora:** Alessandro Assunção e Silva, Eva de Paulo Vieira Santos,Leodino Pereira Borges e Leyze Grecco | | |
| **Protocolos: 10 e 14 /2023** | **Parecer: 008/2023/CME/VG** | **Relatado em:** 02/08/2023 |

**I - HISTÓRICO:**

A Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer -SMECEL, encaminha ao CME/VG, o oficio N.º 024/Superintendência Pedagógica/SMECEL/VG/MT, protocolizado sob o Nº 10 e 14/2023/CME/VG, solicitando a mudança de denominação do **Projeto de Superação –** ***A Escola como espaço de equalização de direitos, resgatando ensino e aprendizagem*** da Rede Municipal de Ensino de Várzea Grande para**Projeto de Recomposição da Aprendizagem - A Escola Como Espaço De Equalização De Direitos, Resgatando Ensino E Aprendizagem**.

O Projeto de Recomposição da Aprendizagemfoi elaborado para oferecera Rede Municipal de Ensino de Várzea grande, ações de enfrentamento e superação das defasagens da aprendizagem, ocorridas principalmente no período da pandemia, quanto nos desafios do processo ensino aprendizagem. Será desenvolvido a partir do ano de 2023, com vigência de 3 (três) anos,desenvolvendo ações em curto, médio e longo prazo. O público alvo serão os estudantes do 2º ao 9º ano do Ensino Fundamental e os estudantes da EJA – Educação de Jovens e Adultos, nessas condições de aprendizagem.

O objetivo do projeto é oportunizar apoio pedagógico necessário aos alunos para alcançar o desenvolvimento de suas habilidades e competências com foco no Letramento em Leitura e Escrita, a Compreensão, a Fluência Leitora e o Letramento Matemático, assegurando diferentes alternativas, dentre elas, a implementação do apoio Pedagógico.

**II. APRECIAÇÃO**

O**Projeto de Recomposição da Aprendizagem** para a Rede de Ensino de Várzea Grande: *a Escola como espaço de equalização de direitos, resgatando ensino e aprendizagem,* está descrito em 30 (trinta páginas), e foi analisado pela Comissão de Análise em confronto com o**Projeto de Superação da Aprendizagem** para a Rede de Ensino de Várzea Grande: *a Escola como espaço de equalização de direitos, resgatando ensino e aprendizagem,* ao que foi constatadoque essencialmente o conteúdo é basicamente o mesmo, havendo apenas, além da denominação do Projeto, algumas pequenas alterações de quanto a nomes; a ordem dos Objetivos Geral e Especifico; número de Resolução do CME; referência de ano de 2022 para 2023, neste caso também a mudança de dados gráficos e atualização da metodologia.

**III. CONCLUSÃO**

Diante da análise do**Projeto de Recomposiçãoda Aprendizagem**: *A Escola como Espaço de Equalização de Direitos, Resgatando Ensino e Aprendizagem,*frente ao**Projeto de Superação:** *A Escola como Espaço de Equalização de Direitos, Resgatando Ensino e Aprendizagem,* da Rede de Ensino de Várzea Grande, a Comissão de análise certifica que as pequenas alterações sugeridas pela Secretaria Municipal de Educação Cultura Esporte e Lazer/Superintendência Pedagógica em nada altera a essência proposta no Projeto. Sendo assim a Comissão entende que seja pertinente o atendimento a solicitação de mudança de denominação do Projeto.

**IV. VOTO DA COMISSÃO RELATORA:**

Dado a análise efetiva do **Projeto de Recomposição daAprendizagem para a Rede de Ensino de Várzea Grande:** ***A Escola como espaço de equalização de direitos, resgatando ensino e aprendizagem***, somos de Parecer Favorável a mudança de denominação do Projeto, conforme é proposto pelaSecretaria Municipal de Educação Cultura Esporte e Lazer/Superintendência Pedagógica.

**V– CONCLUSÃO DO PLENO:**

O Pleno do Conselho Municipal de Educação de Várzea Grande acompanha por unanimidade o voto da Comissão Relatora.

Várzea Grande, 02de agosto de 2023.

_____

**Eva de Paulo Vieira Santos**

Conselheira Presidente/Relatora

**Leodino Pereira Borges**

Conselheiro Relator

**Alice Maria Pereira Ferreira**

Conselheira

**Charles Fabiano Araujo Quadro**

Conselheiro

**Alessandro Assunção e Silva**

Conselheiro Relator

**Leyze Grecco**

Conselheira Relatora

**Aparecida Gomes Torres**

Conselheira

**Claudia Aparecida dos Santos**

Conselheira

**Darlon Davi Ulrich**

Conselheiro

**Gonçalina Guia da Cunha**

Conselheira

**Luz Marina Coelho**

Conselheira

**Maria de Fátima Gabriel Vieira**

Conselheira

**Sarah Jane de Campos**

Conselheira

**Vanessa Mendes Neves dos Santos**

Conselheira

**Eucaris Terezinha de Arruda Barros**

Conselheira

**Icaro Gibran Reveles de Andrade**

Conselheiro

**Maria Elizabete Antônio**

Conselheira

**Rosana Fátima de Arruda**

Conselheira

**Teobaldo Witter**

Conselheiro

**Wanderson Magalhães Farias**

Conselheiro

## DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO
## PORTARIA

**PORTARIA Nº193/2023**

O Diretor Presidente do Departamento de Água e Esgoto do Município de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, criado pela Lei nº1733/1997 e alterado pela Lei nº1866/1998 no desempenho de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Conceder a prorrogação de Auxílio Doença, com base no Art.10 da Lei nº 4.648/2020, a(o) servidor(a) **LETICIA ANTUNES BARRETO FIGUEIREDO**, servidor(a) efetivo (a), inscrito sob a matrícula nº628, exercendo o cargo Agente de Saneamento/Enc. Equipe de Manutenção, lotado na Diretoria de Produção, setor manutenção de ETE, **a licença de 90 (noventa) dias, que se dará até 14/11/2023.**

**Art. 2º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir da sua concessão.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Várzea Grande, 16 de agosto de 2023.

**CARLOS ALBERTO SIMÕES DE ARRUDA**

Diretor Presidente DAE/VG.

## LEI Nº 4.995/2022

Autoriza o Poder Executivo a criar um banco de oportunidades municipal denominado “Tem Emprego Aí”, no município de Várzea Grande.

**KALIL SARAT BARACAT DE ARRUDA**, Prefeito de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Municipal:

**Art. 1º Vetado.**

§1º O Banco de Oportunidades Municipal deverá oportunizar os dados de vagas de emprego, prestadoras de serviço e seus currículos a todos os várzea-grandenses.

§2º O banco de oportunidades municipal deverá, por meio digital, promover a interface entre pretendentes a vagas de emprego e empregadores locais.

§3º O banco de oportunidades municipal deverá reservar espaços específicos para o preenchimento de vagas a jovens em busca do primeiro emprego e a idosos em busca de reinserção no mercado de trabalho.

**Art. 2º O Poder Executivo irá regulamentar a presente Lei.**

**Art. 3º Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.**

Praça Três Poderes, Paço Municipal “Couto Magalhães”, Várzea Grande, 08 de agosto de 2023.

**KALIL SARAT BARACAT DE ARRUDA**

Prefeito Municipal

Autoria: Ver. Bruno Lins Rios

**PORTARIA Nº 09/SEGEFAZ/2023**

*Altera o Anexo Único da Portaria n.* 07/SEGEFAZ/2023

A SECRETÁRIA DE GESTÃO FAZENDÁRIA do Município de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais, e CONSIDERANDO o contido no art. 97, § 2º, do Código Tributário Nacional;

RESOLVE:

Art. 1º Fica alterado o Anexo Único da *Portaria n. 07/SEGEFAZ/2023*, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**ANEXO ÚNICO**

| | | | |
|---|---|---|---|
| **OBRA RESIDENCIAL** | | | |
| **PADRÃO** | **ATÉ 100m²** | **ATÉ 220m²** | **ACIMA DE 220 m²** |
| **VALOR UPF/m²** | **25** | **38** | **41** |
| **OBRA COMERCIAL** | | | |
| **PADRÃO** | **QUALQUER METRAGEM** | | |
| **VALOR UPF/m²** | **34** | | |
| | | | |
| **OBRA GALPÃO** | | | |
| **PADRÃO** | **QUALQUER METRAGEM** | | |
| **VALOR UPF/m²** | **17** | | |

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Várzea Grande – MT, 16 de Agosto de 2023.

**Lucinéia dos Santos Ribeiro**

Secretária de Gestão Fazendária

**PORTARIA Nº 796/2023**

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 388/2020 de 08 de abril 2020 e tendo em vista o que consta do Processo nº 903959/2023.

**RESOLVE:**

**Averbar** em favor da servidora **ROSANGELA SANTOS COSTA DE MOURA**, matrícula nº. 130263, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, exercendo o cargo de Técnico de Suporte Administrativo Educacional, o Tempo de Contribuição referente ao serviço prestado pela requerente nos períodos relativos de **01.10.1997 a 31.08.1999; 01.12.2000 a 30.01.2001; 01.06.2001 a 31.01.2002; 01.03.2003 a 15.09.2003; 22.04.2004 a 14.12.2004; 01.05.2005 a 22.08.2005; 01.11.2006 a 30.06.2007; 01.10.2008 a 30.04.2010; 01.07.2011 a 31.08.2011; 01.09.2011 a 28.12.2012; 01.06.2013 a 02.07.2013; 07.04.2014 a 07.04.2015 e 04.05.2015 a 01.08.2015 (**prestados a:M.G. STRAPARAVA EIRELI; AUTO POSTO CATARINENSE LTDA; ''m & B – INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS DE HIGIENE E; GUEDES & GUEDES LTDA; DIPLOHOTEL LTDA; CANAA. COM INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS OFTALMICOS; AUTO POSTO MILENIO LTDA; VIDRAÇARIA CATARINA LTDA; IMOBILIARIA PIAZZA LTDA; DESTAK VIAGENS E TURISMO LTDA; BALDIN & RONDAO LTDA; VOCAL MOVEIS E INFORMATICA LTDA – ME e SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL SENAC), conforme consta na Certidão de Tempo de Contribuição do INSS nº 12021030.1.00060/20-8, que totalizam **3.404 (três mil, quatrocentos e quatro) dias líquidos, correspondendo 09 (nove) anos, 03 (três) meses e 29 (vinte e nove) dias, PARA EFEITOS DE APOSENTADORIA.**

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 16 de agosto de 2023.

**MARCOS RODRIGUES DA SILVA**

**Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD**

**AVISO DE CONVOCAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE CONTRARRAZÕES CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2023 – QUE TRATA DA CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIAS DE PROPAGANDA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE**

**PROCESSO N° 779972/2022**

A Comissão Permanente de Licitação da Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de Várzea Grande, informa que as empresas abaixo protocolaram tempestivamente recursos administrativos em fase de habilitação técnica.:FCS COMUNICAÇÃO LTDA – CNPJ: 03.076.463/0001-25;JV FERMINO DA SILVA (IMAGINE PROPAGAND) CNPJ – 18.689.930/0001-60;LOGOS PROPAGANDA LTDA – CNPJ – 37.269.412/0001-31;LUIZ G. RODRIGUES JUNIOR (GENIUS PUBLICIDADE) CNPJ – 26.787.440/0001-24;SOUL PROPAGANDA EIRELI – CNPJ – 07.112.825/0001-47;TIS PUBLICIDADE E PROPAGANDA LTDA – CNPJ – 37.526.019/0001-86;ZIAD A. FARES PUBLICIDADE – CNPJ – 04.870.907/0001-62;

Desta forma comunicamos a todos os participantes do processo para, querendo, apresentar contrarrazões, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a partir desta publicação, (a contar da data de 17/08/2023, prazo final dia 24/08/2023 às 17:00hs, conforme estabelecido no item 6.7 do instrumento convocatório bem como pelo Edital e § 3º do Art. 109 da Lei 8.666/93. O inteiro teor das peças recursais foi encaminhado via e-mail para as empresas participantes e também disponibilizado no sitio desta municipalidade.

Informamos que os autos do processo administrativo estão disponíveis para vistas e/ou cópia franqueada aos interessados que poderá ser disponibilizado através de mídia gravada em dispositivo do interessado na Superintendência de Licitações, nos dias úteis, das 08h às 12h e das 14 às 17h, sito à Avenida Castelo Branco, 2500 – Água Limpa - Várzea Grande/MT conforme disposto no Art. 7º da Lei de Acesso à Informação (LAI), nº 12.527 de 18 de novembro de 2011 e item 13.4 do edital.

Várzea Grande – MT, 16 de agosto de 2023.

**ELIZANGELA BATISTA DE OLIVEIRA**

Presidente Comissão Especial de Licitação

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO 1ª REUNIÃO 2023**

**CONSELHO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL**

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Regularização Fundiária e Habitação do Município de Várzea Grande, no uso de suas atribuições convoca os membros a participar da Reunião doConselho de Habitação de Interesse Social.

Considerando a necessidade prevista em Lei de convocação semestral do Conselho;

**CONVOCA OS MEMBROS DO CONSELHO para comparecerem:**

**DATA: dia 31 de agosto de 2023 às 08:30 horas.**

**LOCAL: Sala de reunião do Complexo Municipal – Secretaria de Saúde,Av. da FEB - Construmat, Várzea Grande - MT, 78135-730.**

**Várzea Grande, 15de agosto de 2023.**

_____

**RICARDO AZEVEDO ARAÚJO**

**SECRETÁRIO DA SMDU-VG**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS227/2023 PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 19/2023**

**PROC. ADM. Nº. 859698/2023**

**1 OBJETO**: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL **LOCAÇÃO DE VEÍCULOS TIPO VAN TETO ALTO ESPECIAL PARA TRANSPORTE DE PNE's, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE VÁRZEA GRANDE.**

**Validade: 12(doze) meses.**

**ORGÃO REGISTRANTE:SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, inscrito no CNPJ/MF sob o n. 11.364.895/0001-60, sito à Avenida FEB, nº 2.138, Bairro Ponte Nova- Município de Várzea Grande – MT.

**EMPRESA REGISTRADA:DOANNYTUR AGENCIA DE VIAGENS & TURISMO LTDA EPP,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ 03.444.298/0001-17 situada na Avenida Oito de Abril N. 02 Bairro: Porto CEP: 78.025.000 Cuiabá – MT, Telefone (65) 3623-1694 (65) 3623-0820, endereço eletrônico:frota@doannytur.com.br,financeiro@doannytur.com.br, sendo representada neste ato pelo(a) Senhor(a) Helmes Lopes de Souza inscrito no CPF 544.557.661-20.

| ITEM | DESCRIÇÃO | MARCA | QTD. | UNID. | VALOR UNID. | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 01 | VAN TETO ALTO ESPECIAL PARA **TRANSPORTE DE PNES** MOTOR DIESEL, POTÊNCIA MÍNIMA DE 120 CV, COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA TRANSPORTE DE **04 CADEIRANTESACOMPANHADOS**, DIREÇÃO HIDRÁULICA, COM AR CONDICIONADO, **SEM MOTORISTA.** OS VEÍCULOS DEVERÃO POSSUIR NO **MÁXIMO 03 (TRÊS) ANOS DE USO DO ANO DE FABRICAÇÃO.** 01(UMA) PLATAFORMA ELEVATÓRIA PARA CADEIRANTE, 02 (DOIS) BRAÇOS DE ELEVAÇÃO, 02 (DOIS) CILINDROS DE ELEVAÇÃO, PLATAFORMA REFORÇADA EM MALHA DE AÇO. TRAVAMENTO DE RODAS AUTOMÁTICO NA PARTE TRASEIRA DA PLATAFORMA. RAMPA DE PASSAGEM AUTOMÁTICA E PROTEÇÃO PARA OS PÉS NA PARTE FRONTAL DA PLATAFORMA), COM ACIONAMENTO POR CONTROLE REMOTO, INSTALADO NO COMPARTIMENTO TRASEIRO, ELEVAÇÃO COM SISTEMA ELETRO HIDRÁULICO, ABERTURA E BASCULAMENTO MANUAIS (MESA), COM CAPACIDADE DE ELEVAÇÃO DE CARGA DE NO MÍNIMO 150 KG. SISTEMA DE TRAVAMENTO DAS CADEIRAS DE RODA: O SISTEMA DE TRAVAMENTO NÃO DEVERÁ PERMITIR MOVIMENTOS LATERAIS, LONGITUDINAIS OU ROTACIONAIS, E/OU NOS MOVIMENTOS DE ACELERAÇÃO, DESACELERAÇÃO E FRENAGEM DO VEÍCULO. - CINTO DE SEGURANÇA PARA OS CADEIRANTES: DEVEM SER DO TIPO TORÁCICO/ABDOMINAL COM TRÊS PONTOS, COM REGULADOR DE ALTURA NO TERCEIRO PONTO. POSSUIR SISTEMA DE RASTREAMENTO, **SEGURO TOTAL DOS BENS, TERCEIROS E SEGURO DE VIDA DO CONDUTOR, PASSAGEIROS E TERCEIROS**, **CONFORME PRECONIZA ABNT NBR 15646:2016 (ACESSIBILIDADE)** | MERCEDE BENZ | 48 | SV | R$ 17. 999,00 | R$863. 952,00 |
| | **Valor total de R$ 863.952,00 (Oitocentos e sessenta e três mil, novecentos e cinquenta e dois reais)** | | | | | |

Várzea Grande/MT, 15 de agosto de 2023.

**REGISTRANTE:**

GONÇALO APARECIDO DE BARROS

**SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE**

**REGISTRADA:**

**DOANNYTUR AGENCIA DE VIAGENS & TURISMO LTDA EPP**

**AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 19/2023**

**Processo n° 859698/2023** .**OBJETO:**Registro de Preço para futura e eventual **LOCAÇÃO DE VEÍCULOS TIPO VAN TETO ALTO ESPECIAL PARA TRANSPORTE DE PNE's,** PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE VÁRZEA GRANDE. O certame foi ADJUDICADO E HOMOLOGADO em 15/08/2023, sagrando-se a empresa: **DOANNYTUR AGENCIA DE VIAGENS & TURISMO LTDA EPP**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ 03.444.298/0001-17, vencedora do item 01 com o valor total de R$**863.952,00 (Oitocentos e sessenta e três mil, novecentos e cinquenta e dois reais).**O presente documento está disponível no site: www.varzegrande.mt.gov.br. Várzea Grande - MT, 15 de agosto de 2023. **Gonçalo Aparecido de Barros -** Secretário Municipal de Saúde/SMSVG.

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E DE ADESÃO/CARONA**

**À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°. 161/2023 PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS E MOBILIDADE URBANA.**

**O DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE VÁRZEA GRANDE – DAE/VG**, estabelecido na Av. Gov. Júlio Campos, nº 2.599, bairro Jardim dos Estados, município de Várzea Grande – MT, inscrito no CNPJ sob o nº 02.555.079/0001-42, denominada **ADERENTE,** neste ato representado pelo seu Diretor Presidente Sr.**CARLOS ALBERTO SIMÕES DE ARRUDA**, no uso de suas atribuições legais, conforme delegação de competência que lhe foi atribuída pelo Ato de Nomeação nº 046 de 04 de janeiro de 2021, e em obediência ao da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Federal n.º 3.555/2000, Decreto Federal n.º 3.931/2001, Decreto Federal nº 7.892/2013, da Lei Complementar nº 123/2006 e, subsidiariamente, da Lei Federal nº 8.666/1993, Decreto Municipal nº 09/2010 e do Decreto Municipal nº 32/2005 e de outras normas aplicáveis, contida no **Processo Administrativo n°. 030/2023/DAE-VG.**

Considerando o deferimento do pedido de Adesão (CARONA) a **Ata de Registro de Preços nº 161/2022**, oriunda do **Pregão Presencial nº. 09/2022** da **Prefeitura Municipal de Várzea Grande Secretaria de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana,** entidade gestora e detentora do registro de preços, conforme autorização do Órgão e aceite da empresa **Atacadão Materiais de Construção Ltda.**, cujo procedimento deu-se dentro da legalidade e favorável, conforme Parecer Jurídico nº**146/2023/JUR/DAE-VG.**

**RESOLVE HOMOLOGAR E ADERIR**, a Ata de Registro de Preços nº 161/2022, oriundo do Pregão Presencial nº. 09/2022 da Prefeitura Municipal de Várzea Grande Secretaria de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana, com a empresa Atacadão Materiais de Construção Ltda., com o valor global em **R$482.000,00 (quatrocentos e oitenta dois mil reais),** e para a eficácia dos atos, **DETERMINO** que o presente seja publicado.

De ciências aos interessados.

Várzea Grande, 16 de agosto 2023.

**CARLOS ALBERTO SIMÕES DE ARRUDA**

DIRETOR PRESIDENTE – DAE/VG

**PORTARIA Nº 795/2023**

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 388/2020 de 08 de abril 2020 e tendo em vista o que consta do Processo nº 902642/2023.

**RESOLVE:**

**Averbar** em favor da servidora **VANIA APARECIDA ARANTES PEREIRA**, matrícula nº. 46283, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, exercendo o cargo de Professora, o Tempo de Contribuição referente ao serviço prestado pela requerente no período de **26. 07.1993 a 26.06.1997,** nocargo de PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO, conforme consta na Certidão de Tempo de Contribuição nº 064 – SEI 22.5. 000020433-1, emitida pelo GOIANIAPREV – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICIPIO DE GOIÂNIA, os quais totalizam **1.428 (um mil, quatrocentos e vinte e oito) dias líquidos, correspondendo 03 (três) anos, 11 (onze) meses e 03 (três) dias, PARA EFEITOS DE APOSENTADORIA.**

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 16 de agosto de 2023.

**MARCOS RODRIGUES DA SILVA**

**Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD**

**PORTARIA Nº 773/CPSPAD/SAD/2023**

O Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº. 1.164/91 e Decreto nº 032/2010;

**RESOLVE:**

**Art. 1º -** Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Sindicância e Processos Administrativos Disciplinares, designada pela Portaria nº 007/2023, de 05 de janeiro de 2023, do Secretário Municipal de Administração, publicada no Jornal Oficial dos Municípios,em 11 de janeiro de 2023, pag. 665, e devidamente designados pela Portaria nº 540/2021, objeto doprocesso administrativo disciplinar nº 011/2022.

**Art. 2º -** Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

**Registre-se, publique-se, cumpra-se.**

Várzea Grande, 11 de agosto de 2023.

Osvaldo Botelho de Campos Neto

**Secretário Municipal de Administração**

**PORTARIA Nº 794/2023**

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 388/2020 de 08 de abril 2020 e tendo em vista o que consta do Processo nº 901985/2023.

**RESOLVE:**

**Reconhecer** em favor da servidora, **TANIA APARECIDSA MOLINA,** matrícula 44583, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, exercendo o cargo de Técnico de Suporte Administrativo Educacional, o Tempo de Serviço prestado pela servidora/requerente junto ao Município de Várzea Grande, no período compreendido entre **01.08.1995 a 01.01.1996,** que **totalizam 154 (cento e cinquenta e quatro) dias líquidos, ou ainda 00 (zero) ano, 05 (cinco) meses e 01 (um) dia, contados PARA TODOS OS EFEITOS LEGAIS.**

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 16 de agosto de 2023.

**MARCOS RODRIGUES DA SILVA**

**Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD**

**JULGAMENTO**

Processo nº 0222

Sindicância nº 009/2023

Denunciado: M.S.L.

O Corregedor Geral da Guarda Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº. 4.108/2015, de 12 de novembro de 2015, Lei Complementar nº. 4.180/2016, de 30 de dezembro de 2016, e pelo Decreto nº. 80 de 17 de dezembro de 2015; e

Considerando o termino dos trabalhos realizados pela comissão de Procedimentos Administrativos nomeada pela Portaria 020/CORREG.GERAL/ 2023, de 20 de Janeiro de 2023;

Considerando os autos da Sindicância nº 009/2023 instaurada para apurar possíveis responsabilidades sobre os atos e fatos narrados na “CI Nº 41/ COP/2023”,protocolada em 01/03/2023 nesta Corregedoria;

Considerando que durante os trabalhos da comissão, foram realizadas diligências, tomadas de declaração, interrogatório, obedecendo ao principio do contraditório e assegurado ao acusado a ampla defesa, com todos os meios legais admitidos;

A Comissão com base no conjunto probatório ENCONTROU elementos suficientes para INDICIAR o GM M.S.L, por prática de transgressão disciplinar, tendo em vista o mesmo infringir o Art. 84, XI, da Lei 4.180/2016, Código de Ética e Conduta dos Servidores da Guarda Municipal de Várzea Grande;

Considerando todos os elementos trazidos aos autos, bem como o relatório final da Comissão de Procedimentos Administrativos da Corregedoria Geral da Guarda Municipal e ainda todo o exposto acima;

DECIDO:

1- **ACATAR** integralmente o Relatório final do Presidente da Comissão da Sindicância, indicado a apurar os fatos, com fulcro no Art. 103 da LC 4. 180/2016 c/c Artigo.177 da Lei 1.164/91, por entender que **RESTOU COMPROVADO** a existência de transgressão disciplinar a ser atribuída ao servidor da Guarda Municipal M.S.L., matricula funcional nº 100424, a pena de ADVERTENCIA, tendo em vista o mesmo infringir o Art. 84, XI, da Lei 4. 180/2016, Código de Ética e Conduta dos Servidores da Guarda Municipal de Várzea Grande, vindo desta maneira a **COMETER TRANSGRESSÃO DISCIPLINAR**;

2- **JULGAR,** com fundamento no Art.87, inciso I da LC nº 4.180/16, o servidor Guarda Municipal M.S.L, Matricula 100424, **RESPONSÁVEL** pelo cometimento de **TRANSGRESSÃO** disciplinar capituladas no Art. 84, XI, da Lei 4.180/2016, Código de Ética e Conduta dos Servidores da Guarda Municipal de Várzea Grande;

3- **APLICAR** com fundamento legal no Art. 95, inc. IV, da LC 4.180/2016 ao servidor Guarda Municipal M.S.L., Matricula 100424 a sanção disciplinar de **ADVERTÊNCIA** prevista no Art. 87, inc. I da Lei Complementar nº 4.180/2016;

4- **DAR CIÊNCIA** ao Secretário Municipal de Defesa Social de Várzea Grande e ao Comandante da Guarda Municipal de Várzea Grande;

5- **DAR CIÊNCIA** ao servidor do referido JULGAMENTO Auto da Sindicância nº 009/2023 Processo Corregedoria Geral nº 0222 nos termos do Art. 61, do Dec. 80/2015;

6- **APÓS O PRAZO, EXTINGUE-SE** a presente Sindicância nº 009/2023 com Julgamento de Mérito nos termos do Art. 94, inc. II do Dec. Nº 80/2015;

Publique-se no Diário oficial e no Boletim Interno da GMVG;

Intime-se a parte interessada fornecendo cópia do julgamento,

Cumpra-se;

Várzea Grande-MT, 14 de Agosto de 2023

**Evandro Homero Dias**

Corregedor Geral – GMVG

## PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

### ERRATA – PLANILHA DE ORÇAMENTO BDI RETIFICAÇÃO AO PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 77/2023 CONCORRÊNCIA Nº 002/2023

O Agente de Contratação da Prefeitura Municipal de Vila Bela da Ss. Trindade/MT, torna Público a errata do processo de licitação nº 077/2023 Concorrência nº. 002/2023, OBJETO: Contratação de empresa especializada para conclusão da pavimentação asfáltica, drenagem profunda e superficial, sinalização e calçada do bairro Jardim Aeroporto no município de Vila Bela da Santíssima Trindade-MT, referente ao termo de convênio n° 0565/2021-SINFRA.

**CORRIGI-SE A PLANILHA BDI - BENEFICIOS E DESPESAS INDIRETAS SERVIÇOS (planilha em anexo):**

**TAXA DE BDI A SER APLICADA SOBRE O CUSTO DIRETO: 20,70%**

**Valor da Obra: R$ 1.532.572,06**

**CORRIGI-SE A PLANILHA BDI - BENEFICIOS E DESPESAS INDIRETAS AQUISIÇÃO (planilha em anexo):**

**TAXA DE BDI A SER APLICADA SOBRE O CUSTO DIRETO: 15,00%**

**Valor da Obra: R$ 1.532.572,06**

**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Tendo em vista a alteração supracitada o valor do orçamento apenas abas de BDI, não influenciando nos demais itens, Planilhas, ETP e Edital, fica mantida a data da sessão pública para o dia 16 de agosto de 2023 às 08:00 horas (horário MT). Permanecem inalteradas todas as demais condições do edital.

Vila Bela da Ss. Trindade/MT, 16 de agosto de 2023.

**ALESSANDRO SANTANA DE SOUZA**

**Agente de Contratação**

### TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 081/2020

Que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE-MT** e a empresa **BRAVA TELECOMUNICAÇÕES PONTES E LACERDA LTDA – ME, CNPJ: 10.300.750/0001-32**, na forma abaixo:

**CONTRATANTE: A PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE - MT**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 03.214.160/0001-21, com sede administrativa à Rua Dr. Mário Corrêa n. 452, nesta cidade, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Senhor **JACOB ANDRÉ BRINGSKEN,** brasileiro, médico, inscrito no **CRM:** 2018 - MT, portador da Cédula de Identidade sob o RG 116xx9, SSP/MT, e do CPF 205.977.2xx-00.

**CONTRATADA: BRAVA TELECOMUNICAÇÕES PONTES E LACERDA LTDA – ME**,pessoa jurídica de direito privado, com sede na cidade de Pontes e Lacerda - MT, na Av. Bom Jesus nº 1321-B, bairro centro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.300.750/0001-32.

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de fornecimento de link em fibra óptica, FULLDUPLEX de acesso à internet e serviço de controle de acesso à internet via rede WIFI-MESH corporativo, com garantia de banda larga de 100%, 01 endereço de IP público fixo com endereçamento válido e roteavél na internet com manutenção, suporte técnico, fornecimento de todos os equipamentos em regime de comodato, para atender as necessidades das secretarias municipais do Município de Vila Bela da Ss. Trindade-MT.

**CLÁUSULA PRIMEIRA –** As partes de comum acordo, na forma convencionada na Cláusula segunda do contrato original, decidem prorrogar o prazo de vigência até **18/02/2024**, nos termos da Lei 8.666/93.

**CLAUSULA SEGUNDA** – Fica aditado ao **Contrato nº 081/2020** o valor de **R$ 71.880,00 (Setenta e Um Mil e Oitocentos e Oitenta Reais),** referente aos seguintes itens:

| ITEM | DESCRIÇÃO | MARCA | QDE | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|
| 09 | SERVIÇO DE ACESSO A INTERNET COM LINK DEDICADO (FIBRA ÓPTICA), PLANO EMPRESARIAL DE 60MB (SESSENTA MEGABYTES) COM IP FIXO, COM VELOCIDADE MINIMA GARANTIDA DE 100% (DOWNLOAD/UPLOAD). SENDO UTILIZADOS EQUIPAMENTOS HOMOLOGADOS PELA (ANATEL). PARA ATENDER A SEDE DA PREFEITURA MUN. DE VILA BELA DA SS. TRINDADE. | BRAVA INTERNET | 12 | 3.590,000 | 43.080,000 |
| 17 | SERVIÇO DE ACESSO A INTERNET COM LINK VIA FIBRA ÓPTICA, PLANO EMPRESARIAL DE 60MB (SESSENTA MEGABYTES), COM VELOCIDADE MINIMA GARANTIDA DE 99% PARA DOWNLOAD E 50% PARA UPLOAD. SENDO UTILIZADOS EQUIPAMENTOS HOMOLOGADOS PELA (ANATEL). PARA ATENDER A SEDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. | BRAVA INTERNET | 12 | 2.400,00 | 28.800,00 |
| | TOTAL | | | | **71.880,00** |

**CLÁUSULA TERCEIRA -** Os recursos financeiros serão atendidos pelas as seguintes dotações orçamentárias:

**Órgão 03 – Secretaria Mun. Administração**

**Unidade 01 – Secretaria Mun. Administração**

**2.006 - Manutenção da Secretaria Mun. Administração**

**3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de terceiros – pessoa Jurídica**

**Ficha: 46/1.500**

**R$ 43.080,00**

**08 – Secretaria Mun. De Saúde**

**Unidade 02 – Fundo Municipal de Saúde**

**2.0299 – Manutenção do fundo Mun. De Saúde**

**3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de terceiros Pessoa Jurídica**

**Ficha: 293/1.500**

**R$ 28.800,00**

**CLÁUSULA QUARTA**– Sem prejuízo do disposto na legislação pertinente em vigor artigo 78 inciso XII da Lei 8.666/93, rescindir-se-á este Contrato a qualquer tempo, atendida a conveniência administrativa e o interesse público, por comum acordo das partes ou unilateralmente por qualquer delas, mediante prévia e expressa notificação, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sem ônus rescisórios de qualquer natureza, sendo, no entanto, devido ao **CONTRATADO** o pagamento pela execução dos serviços até a data da rescisão.

**CLAUSULA QUARTA** – Ficam ratificadas em todos os termos e condições as demais cláusulas do contrato original. Ficando este termo fazendo parte integrante e complementar do original, a fim de que juntos produzam um só efeito.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente contrato em duas (02) vias, de igual teor e valia, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 15 de agosto de 2023.

| | |
|---|---|
| **JACOB ANDRÉ BRINGSKEN**<br>PREFEITO<br>CONTRATANTE | **BRAVA TELECOMUNICAÇÕES PONTES E LACERDA LTDA – ME**<br>CNPJ: 10.300.750/0001-32<br>Sra. Rudinéia Prado de Oliveira<br>RG nº 1460xx3-4, SEJUSP/MT<br>CPF nº 704.891.1xx-72 |

**TESTEMUNHAS:**

| | |
|---|---|
| ARNALDO MATUCARI SUPEPI<br>CPF: 011.990.4xx-95 | ALESSANDRO SANTANA DE SOUZA<br>CPF: 972.790.9xx-49 |
| R.G: 1606xx2-2 SSP/MT | R.G: 14.6xx3-76 SSP/MT |

**TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 082/2020**

Que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE-MT** e a empresa **PAZETTO & SILVA LTDA, CNPJ: 09.431.810/0001-77**, na forma abaixo:

**CONTRATANTE: A PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE - MT**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 03.214.160/0001-21, com sede administrativa à Rua Dr. Mário Corrêa n. 452, nesta cidade, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Senhor **JACOB ANDRÉ BRINGSKEN,** brasileiro, médico, inscrito no **CRM:** 2018 - MT, portador da Cédula de Identidade sob o RG 116xx9, SSP/MT, e do CPF 205.9xx.201-00.

**CONTRATADA: PAZETTO & SILVA LTDA**,pessoa jurídica de direito privado, com sede na cidade de Vila Bela da santíssima Trindade - MT, na Av. Martiniano Ribeiro da Fonseca nº 719, bairro Jardim Aeroporto, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.431.810/0001-77.

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de fornecimento de link em fibra óptica, FULLDUPLEX de acesso à internet e serviço de controle de acesso à internet via rede WIFI-MESH corporativo, com garantia de banda larga de 100%, 01 endereço de IP público fixo com endereçamento válido e roteavél na internet com manutenção, suporte técnico, fornecimento de todos os equipamentos em regime de comodato, para atender as necessidades das secretarias municipais do Município de Vila Bela da Ss. Trindade-MT.

**CLÁUSULA PRIMEIRA –** As partes de comum acordo, na forma convencionada na Cláusula segunda do contrato original, decidem prorrogar o prazo de vigência até **18/02/2024**, nos termos da Lei 8.666/93.

**CLAUSULA SEGUNDA** – Fica aditado ao **Contrato nº 082/2020** o valor de **R$ 309.960,00 (Trezentos e Nove Mil e Novecentos e Sessenta Reais),** referente aos seguintes itens:

| ITEM | DESCRIÇÃO | MARCA | QDE | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|
| 01 | SERVIÇO DE ACESSO A INTERNET COM LINK VIA FIBRA ÓPTICA, PLANO EMPRESARIAL DE 7 MB (SETE MEGABYTES), COM VELOCIDADE MINIMA GARANTIDA DE 99% PARA DOWNLOAD E 50% PARA UPLOAD. SENDO UTILIZADOS EQUIPAMENTOS HOMOLOGADOS PELA (ANATEL). PARA ATENDER A EXTENSÃO DO CRAS NO BAIRRO JD. AEROPORTO. | INFOTEC | 12 | 270,00 | 3.240,00 |
| 02 | SERVIÇO DE ACESSO A INTERNET COM LINK VIA FIBRA ÓPTICA, PLANO EMPRESARIAL DE 30MB (TRINTA MEGABYTES), COM VELOCIDADE MINIMA GARANTIDA DE 99% PARA DOWNLOAD E 50% PARA UPLOAD. SENDO UTILIZADOS EQUIPAMENTOS HOMOLOGADOS PELA (ANATEL). PARA ATENDER A SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CONSELHO TUTELAR. | INFOTEC | 12 | 1.200,00 | 14.400,00 |
| 03 | SERVIÇO DE ACESSO A INTERNET COM LINK VIA FIBRA ÓPTICA, PLANO EMPRESARIAL DE 60MB (SESSENTA MEGABYTES), COM VELOCIDADE MINIMA GARANTIDA DE 99% PARA DOWNLOAD E 50% PARA UPLOAD. SENDO UTILIZADOS EQUIPAMENTOS HOMOLOGADOS PELA (ANATEL). PARA ATENDER AO CRAS E CADASTRO UNICO. | INFOTEC | 12 | 2.400,00 | 28.800,00 |
| 04 | SERVIÇO DE ACESSO A INTERNET COM LINK VIA FIBRA ÓPTICA, PLANO EMPRESARIAL DE 15 MB (QUINZE MEGABYTES), COM VELOCIDADE MINIMA GARANTIDA DE 99% PARA DOWNLOAD E 50% PARA UPLOAD. SENDO UTILIZADOS EQUIPAMENTOS HOMOLOGADOS PELA (ANATEL). PARA ATENDER O DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO (DAE). | INFOTEC | 12 | 600,00 | 7.200,00 |
| 05 | SERVIÇO DE ACESSO A INTERNET COM LINK VIA FIBRA ÓPTICA, PLANO EMPRESARIAL DE 15 MB (QUINZE MEGABYTES), COM VELOCIDADE MINIMA GARANTIDA DE 99% PARA DOWNLOAD E 50% | INFOTEC | 12 | 600,00 | 7.200,00 |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | PARA UPLOAD. SENDO UTILIZADOS EQUIPAMENTOS HOMOLOGADOS PELA (ANATEL). PARA ATENDER O CARTÓRIO ELEITORAL DESTE MUNICÍPIO. | | | | |
| 06 | SERVIÇO DE ACESSO A INTERNET COM LINK VIA FIBRA ÓPTICA, PLANO EMPRESARIAL DE 15 MB (QUINZE MEGABYTES), COM VELOCIDADE MINIMA GARANTIDA DE 99% PARA DOWNLOAD E 50% PARA UPLOAD. SENDO UTILIZADOS EQUIPAMENTOS HOMOLOGADOS PELA (ANATEL). PARA ATENDER A SEDE DA JUNTA MILITAR DESTE MUNICÍPIO. | INFOTEC | 12 | 600,00 | 7. 200,00 |
| 07 | SERVIÇO DE ACESSO A INTERNET COM LINK VIA FIBRA ÓPTICA, PLANO EMPRESARIAL DE 15 MB (QUINZE MEGABYTES), COM VELOCIDADE MINIMA GARANTIDA DE 99% PARA DOWNLOAD E 50% PARA UPLOAD. SENDO UTILIZADOS EQUIPAMENTOS HOMOLOGADOS PELA (ANATEL). PARA ATENDER A SEDE DO SEFAZ DESTE MUNICÍPIO. | INFOTEC | 12 | 600,00 | 7. 200,00 |
| 08 | SERVIÇO DE ACESSO A INTERNET COM LINK VIA FIBRA ÓPTICA, PLANO EMPRESARIAL DE 15 MB (QUINZE MEGABYTES), COM VELOCIDADE MINIMA GARANTIDA DE 99% PARA DOWNLOAD E 50% PARA UPLOAD. SENDO UTILIZADOS EQUIPAMENTOS HOMOLOGADOS PELA (ANATEL). PARA ATENDER A SEDE DO CAE DESTE MUNICÍPIO. | INFOTEC | 12 | 600,00 | 7. 200,00 |
| 10 | SERVIÇO DE ACESSO A INTERNET COM LINK VIA FIBRA ÓPTICA, PLANO EMPRESARIAL DE 15 MB (QUINZEMEGABYTES), COM VELOCIDADE MINIMA GARANTIDA DE 99% PARA DOWNLOAD E 50% PARA UPLOAD. SENDO UTILIZADOS EQUIPAMENTOS HOMOLOGADOS PELA (ANATEL). PARA ATENDER A BASE DO PSF TEREZA DE BENGUELA. | INFOTEC | 12 | 600,00 | 7. 200,00 |
| 11 | SERVIÇO DE ACESSO A INTERNET COM LINK VIA FIBRA ÓPTICA, PLANO EMPRESARIAL DE 30 MB (TRINTA MEGABYTES), COM VELOCIDADE MINIMA GARANTIDA DE 99% PARA DOWNLOAD E 50% PARA UPLOAD. SENDO UTILIZADOS EQUIPAMENTOS HOMOLOGADOS PELA (ANATEL). PARA ATENDER A BASE DO PSF MÃO AMIGA. | INFOTEC | 12 | 1.200,00 | 14. 400,00 |
| 12 | SERVIÇO DE ACESSO A INTERNET COM LINK VIA FIBRA ÓPTICA, PLANO EMPRESARIAL DE 30MB (TRINTA MEGABYTES), COM VELOCIDADE MINIMA GARANTIDA DE 99% PARA DOWNLOAD E 50% PARA UPLOAD. SENDO UTILIZADOS EQUIPAMENTOS HOMOLOGADOS PELA (ANATEL). PARA ATENDER A BASE URBANA DO PSF RITINHA, PSF RURAL I E DO PSF SERINGAL. | INFOTEC | 12 | 1.200,00 | 14. 400,00 |
| 13 | SERVIÇO DE ACESSO A INTERNET COM LINK VIA FIBRA ÓPTICA, PLANO EMPRESARIAL DE 15 MB (QUINZE MEGABYTES), COM VELOCIDADE MINIMA GARANTIDA DE 99% PARA DOWNLOAD E 50% PARA UPLOAD. SENDO UTILIZADOS EQUIPAMENTOS HOMOLOGADOS PELA (ANATEL). PARA ATENDER A BASE DO POSTO DE FISIOTERAPIA. | INFOTEC | 12 | 600,00 | 7. 200,00 |
| 14 | SERVIÇO DE ACESSO A INTERNET COM LINK VIA FIBRA ÓPTICA, PLANO EMPRESARIAL DE 15 MB (QUINZE MEGABYTES), COM VELOCIDADE MINIMA GARANTIDA DE 99% PARA DOWNLOAD E 50% PARA UPLOAD. SENDO UTILIZADOS EQUIPAMENTOS HOMOLOGADOS PELA (ANATEL). PARA ATENDER A BASE DA FARMÁCIA CENTRAL. | INFOTEC | 12 | 600,00 | 7. 200,00 |
| 15 | SERVIÇO DE ACESSO A INTERNET COM LINK VIA FIBRA ÓPTICA, PLANO EMPRESARIAL DE 15 MB (QUINZE MEGABYTES), COM VELOCIDADE MINIMA GARANTIDA DE 99% PARA DOWNLOAD E 50% PARA UPLOAD. SENDO UTILIZADOS EQUIPAMENTOS HOMOLOGADOS PELA (ANATEL). PARA ATENDER A BASE DO LABORATÓRIO MUNICIPAL. | INFOTEC | 12 | 600,00 | 7. 200,00 |
| 16 | SERVIÇO DE ACESSO A INTERNET COM LINK VIA FIBRA ÓPTICA, PLANO EMPRESARIAL DE 15 MB (QUINZE MEGABYTES), COM VELOCIDADE MINIMA GARANTIDA DE 99% PARA DOWNLOAD E 50% PARA UPLOAD. SENDO UTILIZADOS EQUIPAMENTOS HOMOLOGADOS PELA (ANATEL). PARA ATENDER AO DEPARTAMENTO DE ESTOQUE DA FARMÁCIA MUNICIPAL. | INFOTEC | 12 | 600,00 | 7. 200,00 |
| 18 | SERVIÇO DE ACESSO A INTERNET COM LINK VIA FIBRA ÓPTICA, PLANO EMPRESARIAL DE 15 MB (QUINZE MEGABYTES), COM VELOCIDADE MINIMA GARANTIDA DE 99% PARA DOWNLOAD E 50% PARA UPLOAD. SENDO UTILIZADOS EQUIPAMENTOS HOMOLOGADOS PELA (ANATEL). PARA ATENDER A SEDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE. | INFOTEC | 12 | 600,00 | 7. 200,00 |
| 19 | SERVIÇO DE ACESSO A INTERNET COM LINK VIA FIBRA ÓPTICA, PLANO EMPRESARIAL DE 15 MB (QUINZE MEGABYTES), COM VELOCIDADE MINIMA GARANTIDA DE 99% PARA DOWNLOAD E 50% PARA UPLOAD. SENDO UTILIZADOS EQUIPAMENTOS HOMOLOGADOS PELA (ANATEL). PARA ATENDER A SEDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE. | INFOTEC | 12 | 600,00 | 7. 200,00 |
| 20 | SERVIÇO DE ACESSO A INTERNET COM LINK VIA FIBRA ÓPTICA, PLANO EMPRESARIAL DE 15 MB (QUINZE MEGABYTES), COM VELOCIDADE MINIMA GARANTIDA DE 99% PARA DOWNLOAD E 50% PARA UPLOAD. SENDO UTILIZADOS EQUIPAMENTOS HOMOLOGADOS PELA (ANATEL). PARA ATENDER A SEDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FOMENTO A AGROPECUÁRIA. | INFOTEC | 12 | 600,00 | 7. 200,00 |
| 21 | SERVIÇO DE ACESSO A INTERNET COM LINK VIA FIBRA ÓPTICA, PLANO EMPRESARIAL DE 15 MB (QUINZE MEGABYTES), COM VELOCIDADE MINIMA GARANTIDA DE 99% PARA DOWNLOAD E 50% PARA UPLOAD. SENDO UTILIZADOS EQUIPAMENTOS HOMOLOGADOS PELA (ANATEL). PARA ATENDER A SEDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL. | INFOTEC | 12 | 600,00 | 7. 200,00 |
| 22 | SERVIÇO DE ACESSO A INTERNET COM LINK VIA FIBRA ÓPTICA, PLANO EMPRESARIAL DE 15 MB (QUINZE MEGABYTES), COM VELOCIDADE MINIMA GARANTIDA DE 99% PARA DOWNLOAD E 50% PARA UPLOAD. SENDO UTILIZADOS EQUIPAMENTOS HOMOLOGADOS PELA (ANATEL). PARA ATENDER A SEDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA. | INFOTEC | 12 | 600,00 | 7. 200,00 |
| 23 | SERVIÇO DE ACESSO A INTERNET COM LINK VIA FIBRA ÓPTICA, PLANO EMPRESARIAL DE 7 MB (SETE MEGABYTES), COM VELOCIDADE MINIMA GARANTIDA DE 99% PARA DOWNLOAD E 50% PARA UPLOAD. SENDO UTILIZADOS EQUIPAMENTOS HOMOLOGADOS PELA (ANATEL). PARA ATENDER A SEDE DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL TIA NASTÁCIA. | INFOTEC | 12 | 270,00 | 3. 240,00 |
| 24 | SERVIÇO DE ACESSO A INTERNET COM LINK VIA FIBRA ÓPTICA, PLANO EMPRESARIAL DE 30MB (TRINTA MEGABYTES), COM VELOCIDADE MINIMA GARANTIDA DE 99% PARA DOWNLOAD E 50% PARA UPLOAD. SENDO UTILIZADOS EQUIPAMENTOS HOMOLOGADOS,PELA (ANATEL). PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS. | INFOTEC | 12 | 1.200,00 | 14. 400,00 |
| 25 | SERVIÇO DE ACESSO A INTERNET COM LINK VIA FIBRA ÓPTICA, PLANO EMPRESARIAL DE 60MB (SESSENTA MEGABYTES), COM VELOCIDADE MINIMA GARANTIDA DE 99% PARA DOWNLOAD E 50% PARA UPLOAD. SENDO UTILIZADOS EQUIPAMENTOS HOMOLOGADOS PELA (ANATEL). PARA ATENDER A SEDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. | INFOTEC | 12 | 2.400,00 | 28. 800,00 |
| 26 | SERVIÇO DE ACESSO A INTERNET COM LINK VIA FIBRA ÓPTICA, PLANO EMPRESARIAL DE 30MB (TRINTA MEGABYTES), COM VELOCIDADE MINIMA GARANTIDA DE 99% PARA DOWNLOAD E 50% PARA UPLOAD. SENDO UTILIZADOS EQUIPAMENTOS HOMOLOGADOS PELA (ANATEL). PARA ATENDER A ESCOLA MUNICIPAL RICARDO FRANCO. | INFOTEC | 12 | 1.200,00 | 14. 400,00 |
| 27 | SERVIÇO DE ACESSO A INTERNET COM LINK VIA FIBRA ÓPTICA, PLANO EMPRESARIAL DE 7 MB (SETE MEGABYTES), COM VELOCIDADE MINIMA GARANTIDA DE 99% PARA DOWNLOAD E 50% PARA UPLOAD. SENDO UTILIZADOS EQUIPAMENTOS HOMOLOGADOS PELA (ANATEL). PARA ATENDER A SEDE DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL CHAPEUZINHO VERMELHO. | INFOTEC | 12 | 270,00 | 3. 240,00 |
| 28 | SERVIÇO DE ACESSO A INTERNET COM LINK VIA FIBRA ÓPTICA, PLANO EMPRESARIAL DE 7 MB (SETE MEGABYTES), COM VELOCIDADE MINIMA GARANTIDA DE 99% PARA DOWNLOAD E 50% PARA UPLOAD. SENDO UTILIZADOS EQUIPAMENTOS HOMOLOGADOS PELA (ANATEL). PARA ATENDER A SEDE DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL AVIÃOZINHO. | INFOTEC | 12 | 270,00 | 3. 240,00 |
| 29 | SERVIÇO DE ACESSO A INTERNET COM LINK VIA FIBRA ÓPTICA, PLANO EMPRESARIAL DE 7 MB (SETE MEGABYTES), COM VELOCIDADE MINIMA GARANTIDA DE 99% PARA DOWNLOAD E 50% PARA UPLOAD. SENDO UTILIZADOS EQUIPAMENTOS HOMOLOGADOS PELA (ANATEL). PARA ATENDER A SEDE DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PRIMEIROS PASSOS. | INFOTEC | 12 | 270,00 | 3. 240,00 |
| 30 | SERVIÇO DE ACESSO A INTERNET VIA REDE WI-FI MESH CORPORATIVO, CONECTADO A PONTO COM LINK 100% FIBRA ÓPTICA, COM AMPLA CONECTIVIDADE, ALCANCE E COBERTURA, SEM PER- | INFOTEC | 624 | 90,00 | 56. 160,00 |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | DA DE ESTABILIDADE E VELOCIDADE NO SINAL, DISTRIBUÍDA COM GERENCIAMENTO CENTRALIZADO. | | | | |
| | TOTAL | | | | **R$ 309.960,00** |

**CLÁUSULA TERCEIRA -** Os recursos financeiros serão atendidos pelas as seguintes dotações orçamentárias:

**Órgão 03 – Secretaria Mun. De Administração**

**Unidade 01 – Secretaria Mun. De Administração**

**2.008- Manutenção e encargos Da Sec. Administração**

**3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de terceiros Pessoa Jurídica**

**Ficha: 46/1.500**

**R$ 35.280,00**

**Órgão 05 – Secretaria Mun. Educação**

**Unidade 03 – Departamento de ensino Fundamental**

**2.016- Manutenção do Departamento de ensino Fundamental**

**3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de terceiros Pessoa Jurídica**

**Ficha: 141/1.500**

**R$ 50.760,00**

**2.014- Manutenção do Departamento de Ensino Infantil**

**3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de terceiros Pessoa Jurídica**

**Ficha: 117/1.500**

**R$ 30.240,00**

**06 – Secretaria Mun. De Cultura**

**Unidade 01 – Secretaria Mun. De Cultura**

**2.0180 – Manutenção da Secretaria Mun. De Cultura**

**3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de terceiros Pessoa Jurídica**

**Ficha: 181/1.500**

**R$ 7.200,00**

**07 – Secretaria Mun. De Fomenta a Agropecuária**

**Unidade 01 – Secretaria Mun. De Fomenta a Agropecuária**

**2.0185 – Manutenção da Secretaria Mun. De Fomenta a Agropecuária**

**3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de terceiros Pessoa Jurídica**

**Ficha: 207/1.500**

**R$ 7.200,00**

**08 – Secretaria Mun. De Saúde**

**Unidade 02 – Fundo Municipal de Saúde**

**2.029 – Manutenção do fundo Mun. De Saúde**

**3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de terceiros Pessoa Jurídica**

**Ficha: 293/1.500**

**R$ 64.800,00**

**Órgão 09 – Secretaria Mun. Viação e Obras Publicas**

**Unidade 01 – Secretaria Mun. Viação e Obras Publicas**

**2.047- Manutenção do Secretaria Mun. Viação e Obras Publicas**

**3.3.90.39 – Outros Serviços – Pessoa Jurídica**

**Ficha: 319/1.500**

**R$ 16.560,00**

**2.049- Manutenção do DAE**

**3.3.90.39 – Outros Serviços – Pessoa Jurídica**

**Ficha: 344/1.500**

**R$ 7.200,00**

**10 – Secretaria Mun. De Meio Ambiente**

**Unidade 01 – Secretaria Mun. De Meio Ambiente**

**20226 – Manutenção da Secretaria Mun. De Meio Ambiente**

**3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de terceiros Pessoa Jurídica**

**Ficha: 359/1.500**

**R$ 7.200,00**

**11 – Secretaria Mun. De Esporte e Lazer**

**Unidade 01 – Secretaria Mun. De Esporte e Lazer**

**20238 – Manutenção da Secretaria Mun. De Esporte e Lazer**

**3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de terceiros Pessoa Jurídica**

**Ficha: 389/1.500**

**R$ 7.200,00**

**Órgão 12 – Secretaria Mun. Ação Social**

**Unidade 03 – Fundo Mun. De Assistência Social**

**2.0240 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social**

**3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de terceiros Pessoa Jurídica**

**Ficha: 419/1.500**

**R$ 51.840,00**

**15 – Secretaria Mun. De Promoção da Igualdade Racial**

**Unidade 01 – Secretaria Mun. De Promoção da Igualdade Racial**

**2.0268 – Manutenção da Secretaria Mun. De Promoção da Igualdade Racial**

**3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de terceiros Pessoa Jurídica**

**Ficha: 465/1.500**

**R$ 7.200,00**

**CLÁUSULA QUARTA**– Sem prejuízo do disposto na legislação pertinente em vigor artigo 78 inciso XII da Lei 8.666/93, rescindir-se-á este Contrato a qualquer tempo, atendida a conveniência administrativa e o interesse público, por comum acordo das partes ou unilateralmente por qualquer delas, mediante prévia e expressa notificação, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sem ônus rescisórios de qualquer natureza, sendo, no entanto, devido ao **CONTRATADO** o pagamento pela execução dos serviços até a data da rescisão.

**CLAUSULA QUARTA** – Ficam ratificadas em todos os termos e condições as demais cláusulas do contrato original. Ficando este termo fazendo parte integrante e complementar do original, a fim de que juntos produzam um só efeito.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente contrato em duas (02) vias, de igual teor e valia, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT,15 de agosto de 2023.

| | |
|---|---|
| **JACOB ANDRÉ BRINGSKEN**<br>PREFEITO<br>CONTRATANTE | **PAZETTO & SILVA LTDA**<br>CNPJ: nº 09.431.810/0001-77<br>Sócio proprietário Sr. Diogo Pazetto<br>CPF nº 007.593.8xx-19 |

**TESTEMUNHAS:**

| | |
|---|---|
| ARNALDO MATUCARI SUPEPI<br>CPF: 011.990.4xx-95 | ALESSANDRO SANTANA DE SOUZA<br>CPF: 972.790.9xx-49 |
| R.G: 16063xx-2 SSP/MT | R.G: 14.60xx-76 SSP/MT |

**TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 083/2020**

Que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE-MT** e a empresa **BRAVA TELECOMUNICAÇÕES PONTES E LACERDA LTDA – ME*, CNPJ:*** 10.300.750/0001-32, na forma abaixo:

**CONTRATANTE: A PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE - MT**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 03.214.160/0001-21, com sede administrativa à Rua Dr. Mário Corrêa n. 452, nesta cidade, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Senhor **JACOB ANDRÉ BRINGSKEN,** brasileiro, médico, inscrito no **CRM:** 2018 - MT, portador da Cédula de Identidade sob o RG 116xx9, SSP/MT, e do CPF 205.9xx.201-00.

**CONTRATADA: BRAVA TELECOMUNICAÇÕES PONTES E LACERDA LTDA – ME**,pessoa jurídica de direito privado, com sede na cidade de Pontes e Lacerda - MT, na Av. Bom Jesus nº 1321-B, bairro centro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.300.750/0001-32.

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de fornecimento acesso a internet (banda larga) com transmissão via rádio para atender as escolas, PSF, e postos de saúde municipal localizadas na zona rural do Município de Vila Bela da Ss. Trindade-MT.

**CLÁUSULA PRIMEIRA –** As partes de comum acordo, na forma convencionada na Cláusula segunda do contrato original, decidem prorrogar o prazo de vigência até **18/02/2024**, nos termos da Lei 8.666/93.

**CLAUSULA SEGUNDA** – Fica aditado ao **Contrato nº 083/2020** o valor de **R$ 52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais),** *referente aos seguintes itens:*

| ITEM | DESCRIÇÃO | MARCA | QDE | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|
| 04 | SERVICO DE ACESSO E UTILIZACAO - ACESSO À INTERNET (BANDA LARGA), TRANSMISSÃO VIA RÁDIO, COM VELOCIDADE DE 2MBPS PARA DOWNLOAD E 50% DESTA VELOCIDADE PARA UPLOAD. GARANTIDOS NO MÍNIMO 50% DE AMBAS AS VELOCIDADES (DOWNLOAD E UPLOAD). SENDO UTILIZADOS EQUIPAMENTOS HOMOLOGADOS PELA (ANATEL). PARA ATENDER A ESCOLA MUNICIPAL ITIJUCAL.<br>LOCALIZADA NA GLEBA RICARDO FRANCO. | BRAVA INTERNET | 12 | 210,00 | 2.520,00 |
| 05 | SERVICO DE ACESSO E UTILIZACAO - ACESSO À INTERNET (BANDA LARGA), TRANSMISSÃO VIA RÁDIO, COM VELOCIDADE DE 2MBPS PARA DOWNLOAD E 50% DESTA VELOCIDADE PARA UPLOAD. GARANTIDOS NO MÍNIMO 50% DE AMBAS AS VELOCIDADES (DOWNLOAD E UPLOAD). SENDO UTILIZADOS EQUIPAMENTOS HOMOLOGADOS PELA (ANATEL). PARA ATENDER A ESCOLA MUNICIPAL MARECHAL<br>DEODORO, LOCALIZADA NA COMUNIDADE SANTA MÔNICA (PONTA DO ATERRO). | BRAVA INTERNET | 12 | 890,00 | 10.680,00 |
| 08 | SERVICO DE ACESSO E UTILIZACAO - ACESSO À INTERNET (BANDA LARGA), TRANSMISSÃO VIA RÁDIO, COM VELOCIDADE DE 2MBPS PARA DOWNLOAD E 50% DESTA VELOCIDADE PARA UPLOAD. GARANTIDOS NO MÍNIMO 50% DE AMBAS AS VELOCIDADES (DOWNLOAD E UPLOAD). SENDO UTILIZADOS EQUIPAMENTOS HOMOLOGADOS PELA (ANATEL). PARA ATENDER A ESCOLA MUNICIPAL PONTA DO ATERRO, LOCALIZADA NA COMUNIDADE PONTA DO ATERRO. | BRAVA INTERNET | 12 | 210,00 | 2.520,00 |
| 09 | SERVICO DE ACESSO E UTILIZACAO - ACESSO À INTERNET (BANDA LARGA), TRANSMISSÃO VIA RÁDIO, COM VELOCIDADE DE 2MBPS PARA DOWNLOAD E 50% DESTA VELOCIDADE PARA UPLOAD. GARANTIDOS NO MÍNIMO 50% DE AMBAS AS VELOCIDADES (DOWNLOAD E UPLOAD). SENDO UTILIZADOS EQUIPAMENTOS HOMOLOGADOS PELA (ANATEL). PARA ATENDER A ESCOLA MUNICIPAL PRESIDENTE DUTRA, LOCALIZADA NA COMUNIDADE NOSSA<br>SENHORA APARECIDA (PONTA DO ATERRO). | BRAVA INTERNET | 12 | 890,00 | 10.680,00 |
| 10 | SERVICO DE ACESSO E UTILIZACAO - ACESSO À INTERNET (BANDA LARGA), TRANSMISSÃO VIA RÁDIO, COM VELOCIDADE DE 2MBPS PARA DOWNLOAD E 50% DESTA VELOCIDADE PARA UPLOAD. GARANTIDOS NO MÍNIMO 50% DE AMBAS AS VELOCIDADES (DOWNLOAD E UPLOAD). SENDO UTILIZADOS EQUIPAMENTOS HOMOLOGADOS PELA (ANATEL). PARA ATENDER A ESCOLA MUNICIPAL SANTA LUZIA, LOCALIZADA NA COMUNIDADE TREVO (PONTA DO ATERRO). | BRAVA INTERNET | 12 | 890,00 | 10.680,00 |
| 18 | SERVICO DE ACESSO E UTILIZACAO - ACESSO À INTERNET (BANDA LARGA), TRANSMISSÃO VIA RÁDIO, COM VELOCIDADE DE 2MBPS PARA DOWNLOAD E 50% DESTA VELOCIDADE PARA UPLOAD. GARANTIDOS NO MÍNIMO 50% DE AMBAS AS VELOCIDADES (DOWNLOAD E UPLOAD). SENDO UTILIZADOS EQUIPAMENTOS HOMOLOGADOS PELA (ANATEL). PARA ATENDER O POSTO DE SAUDE DE RICARDO FRANCO, LOCALIZADO NA GLEBA RICARDO FRANCO. | BRAVA INTERNET | 12 | 210,00 | 2.520,00 |
| 20 | SERVICO DE ACESSO E UTILIZACAO - ACESSO À INTERNET (BANDA LARGA), TRANSMISSÃO VIA RÁDIO, COM VELOCIDADE DE 2MBPS PARA DOWNLOAD E 50% DESTA VELOCIDADE PARA UPLOAD. GARANTIDOS NO MÍNIMO 50% DE AMBAS AS VELOCIDADES (DOWNLOAD E UPLOAD). SENDO UTILIZADOS EQUIPAMENTOS HOMOLOGADOS PELA (ANATEL). PARA ATENDER O POSTO DE SAUDE DE SANTA LUZIA, LOCALIZADO À 40 KM DO DISTRITO SANTA CLARA DO MONTE CRISTO. | BRAVA INTERNET | 12 | 550,00 | 6.600,00 |
| 22 | SERVICO DE ACESSO E UTILIZACAO - ACESSO À INTERNET (BANDA LARGA), TRANSMISSÃO VIA RÁDIO, COM VELOCIDADE DE 2MBPS PARA DOWNLOAD E 50% DESTA VELOCIDADE PARA UPLOAD. GARANTIDOS NO MÍNIMO 50% DE AMBAS AS VELOCIDADES (DOWNLOAD E UPLOAD). SENDO UTILIZADOS EQUIPAMENTOS HOMOLOGADOS PELA (ANATEL). PARA ATENDER O PSF RURAL II, LOCALIZADO NO DSCMC (DISTRITO SANTA CLARA DO MONTE CRISTO). | BRAVA INTERNET | 12 | 550,00 | 6.600,00 |
| | TOTAL | | | | **52.800,00** |

**CLÁUSULA TERCEIRA -** Os recursos financeiros serão atendidos pelas as seguintes dotações orçamentárias:

**Órgão 05 – Secretaria Mun. Educação**

**Unidade 03 – Departamento de ensino Fundamental**

**2.0162- Manutenção do Departamento de ensino Fundamental**

**3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de terceiros Pessoa Jurídica**

**Ficha: 141/1.500**

**R$ 37.080,00**

**08 – Secretaria Mun. De Saúde**

**Unidade 02 – Fundo Municipal de Saúde**

**2.0299 – Manutenção do fundo Mun. De Saúde**

**3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de terceiros Pessoa Jurídica**

**Ficha: 293/1.500**

**R$ 15.720,00**

**CLÁUSULA QUARTA**– Sem prejuízo do disposto na legislação pertinente em vigor artigo 78 inciso XII da Lei 8.666/93, rescindir-se-á este Contrato a qualquer tempo, atendida a conveniência administrativa e o interesse público, por comum acordo das partes ou unilateralmente por qualquer delas, mediante prévia e expressa notificação, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sem ônus rescisórios de qualquer natureza, sendo, no entanto, devido ao **CONTRATADO** o pagamento pela execução dos serviços até a data da rescisão.

**CLAUSULA QUINTA** – Ficam ratificadas em todos os termos e condições as demais cláusulas do contrato original. Ficando este termo fazendo parte integrante e complementar do original, a fim de que juntos produzam um só efeito.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente contrato em duas (02) vias, de igual teor e valia, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 15 de agosto de 2023.

| | |
|---|---|
| **JACOB ANDRÉ BRINGSKEN**<br>PREFEITO<br>CONTRATANTE | **BRAVA TELECOMUNICAÇÕES PONTES E LACERDA LTDA – ME**<br>CNPJ: 10.300.750/0001-32<br>Sra. **Rudinéia Prado de Oliveira**<br>RG nº 14603xx-4, SEJUSP/MT<br>CPF nº 704.891.1xx-72 |

**TESTEMUNHAS:**

| | |
|---|---|
| ARNALDO MATUCARI SUPEPI<br>CPF: 011.990.4xx-95 | ALESSANDRO SANTANA DE SOUZA<br>CPF: 972.790.9xx-49 |
| R.G: 16063xx-2 SSP/MT | R.G: 14.60xx-76 SSP/MT |

**TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 084/2020**

Que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE-MT** e a empresa **PAZETTO & SILVA LTDA, 09.431.810/0001-77**, na forma abaixo:

**CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE - MT**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 03.214.160/0001-21, com sede administrativa à Rua Dr. Mário Corrêa n. 452, nesta cidade, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Senhor **JACOB ANDRÉ BRINGSKEN,** brasileiro, médico, inscrito no **CRM:** 2018 - MT, portador da Cédula de Identidade sob o RG 116xx9, SSP/MT, e do CPF 205.9xx.201-00.

**CONTRATADA: PAZETTO & SILVA LTDA**,pessoa jurídica de direito privado, com sede na cidade de Vila Bela da santíssima Trindade - MT, na Av. Martiniano Ribeiro da Fonseca nº 719, bairro Jardim Aeroporto, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.431.810/0001-77.

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de fornecimento de acesso a internet (banda larga) com transmissão via rádio para atender as escolas, PSF, e postos de saúde municipal localizadas na zona rural do Município de Vila Bela da Ss. Trindade-MT.

**CLÁUSULA PRIMEIRA –** As partes de comum acordo, na forma convencionada na Cláusula segunda do contrato original, decidem prorrogar o prazo de vigência até **18/02/2024**, nos termos da Lei 8.666/93.

**CLAUSULA SEGUNDA** – Fica aditado ao **Contrato nº 084/2020** o valor de **R$ 48.720,00 (Quarenta e Oito Mil e Setecentos e Vinte Reais),** referente aos seguintes itens:

| ITEM | DESCRIÇÃO | MARCA | QDE | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|
| 01 | SERVICO DE ACESSO E UTILIZACAO - ACESSO À INTERNET (BANDA LARGA), TRANSMISSÃO VIA RÁDIO, COM VELOCIDADE DE 2MBPS PARA DOWNLOAD E 50% DESTA VELOCIDADE PARA UPLOAD. GARANTIDOS NO MÍNIMO 50% DE AMBAS AS VELOCIDADES (DOWNLOAD E UPLOAD). SENDO UTILIZADOS EQUIPAMENTOS HOMOLOGADOS PELA (ANATEL). PARA ATENDER A ESCOLA MUNICIPAL DOM ANTONIO ROLIM DE MOURA, LOCALIZADA NA GLEBA SERINGAL. | INFOTEC | 12 | 290,00 | 3.480,00 |
| 02 | SERVICO DE ACESSO E UTILIZACAO - ACESSO À INTERNET (BANDA LARGA), TRANSMISSÃO VIA RÁDIO, COM VELOCIDADE DE 2MBPS PARA DOWNLOAD E 50% DESTA VELOCIDADE PARA UPLOAD. GARANTIDOS NO MÍNIMO 50% DE AMBAS AS VELOCIDADES (DOWNLOAD E UPLOAD). SENDO UTILIZADOS EQUIPAMENTOS HOMOLOGADOS PELA (ANATEL). PARA ATENDER A ESCOLA MUNICIPAL DUQUE DE CAXIAS, LOCALIZADA NA GLEBA PALMARITO. | INFOTEC | 12 | 290,00 | 3.480,00 |
| 03 | SERVICO DE ACESSO E UTILIZACAO - ACESSO À INTERNET (BANDA LARGA), TRANSMISSÃO VIA RÁDIO, COM VELOCIDADE DE 2MBPS PARA DOWNLOAD E 50% DESTA VELOCIDADE PARA UPLOAD. GARANTIDOS NO MÍNIMO 50% DE AMBAS AS VELOCIDADES (DOWNLOAD E UPLOAD). SENDO UTILIZADOS EQUIPAMENTOS HOMOLOGADOS PELA (ANATEL). PARA ATENDER A ESCOLA MUNICIPAL GUAPORÉ, LOCALIZADA NA GLEBA GUAPORÉ. | INFOTEC | 12 | 290,00 | 3.480,00 |
| 06 | SERVICO DE ACESSO E UTILIZACAO - ACESSO À INTERNET (BANDA LARGA), TRANSMISSÃO VIA RÁDIO, COM VELOCIDADE DE 2MBPS PARA DOWNLOAD E 50% DESTA VELOCIDADE PARA UPLOAD. GARANTIDOS NO MÍNIMO 50% DE AMBAS AS VELOCIDADES (DOWNLOAD E UPLOAD). SENDO UTILIZADOS EQUIPAMENTOS HOMOLOGADOS PELA (ANATEL). PARA ATENDER A ESCOLA MUNICIPAL MONTEIRO LOBATO, LOCALIZADA NA COMUNIDADE BOCAINA. | INFOTEC | 12 | 290,00 | 3.480,00 |
| 07 | SERVICO DE ACESSO E UTILIZACAO - ACESSO À INTERNET (BANDA LARGA), TRANSMISSÃO VIA RÁDIO, COM VELOCIDADE DE 2MBPS PARA DOWNLOAD E 50% DESTA VELOCIDADE PARA UPLOAD. GARANTIDOS NO MÍNIMO 50% DE AMBAS AS VELOCIDADES (DOWNLOAD E UPLOAD). SENDO UTILIZADOS EQUIPAMENTOS HOMOLOGADOS PELA (ANATEL). PARA ATENDER A ESCOLA MUNICIPAL NOVA FORTUNA, LOCALIZADA NA COMUNIDADE NOVA FORTUNA. | INFOTEC | 12 | 290,00 | 3.480,00 |
| 11 | SERVICO DE ACESSO E UTILIZACAO - ACESSO À INTERNET (BANDA LARGA), TRANSMISSÃO VIA RÁDIO, COM VELOCIDADE DE 2MBPS PARA DOWNLOAD E 50% DESTA VELOCIDADE PARA UPLOAD. GARANTIDOS NO MÍNIMO 50% DE AMBAS AS VELOCIDADES (DOWNLOAD E UPLOAD). SENDO UTILIZADOS EQUIPAMENTOS HOMOLOGADOS PELA (ANATEL). PARA ATENDER A ESCOLA MUNICIPAL SÃO SEBASTIAO, LOCALIZADA NA COMUNIDADE SÃO SEBASTIAO. | INFOTEC | 12 | 290,00 | 3.480,00 |
| 12 | SERVICO DE ACESSO E UTILIZACAO - ACESSO À INTERNET (BANDA LARGA), TRANSMISSÃO VIA RÁDIO, COM VELOCIDADE DE 2MBPS PARA DOWNLOAD E 50% DESTA VELOCIDADE PARA UPLOAD. GARANTIDOS NO MÍNIMO 50% DE AMBAS AS VELOCIDADES (DOWNLOAD E UPLOAD). SENDO UTILIZADOS EQUIPAMENTOS HOMOLOGADOS PELA (ANATEL). PARA ATENDER A ESCOLA MUNICIPAL VALE DO GUAPORÉ, LOCALIZADA NA GLEBA RITINHA. | INFOTEC | 12 | 290,00 | 3.480,00 |
| 13 | SERVICO DE ACESSO E UTILIZACAO - ACESSO À INTERNET (BANDA LARGA), TRANSMISSÃO VIA RÁDIO, COM VELOCIDADE DE 2MBPS PARA DOWNLOAD E 50% DESTA VELOCIDADE PARA UPLOAD. GARANTIDOS NO MÍNIMO 50% DE AMBAS AS VELOCIDADES (DOWNLOAD E UPLOAD). SENDO UTILIZADOS EQUIPAMENTOS HOMOLOGADOS PELA (ANATEL). PARA ATENDER AO POSTO DE SAÚDE NOVA FORTUNA, LOCALIZADO NA COMUNIDADE NOVA FORTUNA | INFOTEC | 12 | 290,00 | 3.480,00 |
| 14 | SERVICO DE ACESSO E UTILIZACAO - ACESSO À INTERNET (BANDA LARGA), TRANSMISSÃO VIA RÁDIO, COM VELOCIDADE DE 2MBPS PARA DOWNLOAD E 50% DESTA VELOCIDADE PARA UPLOAD. GARANTIDOS NO MÍNIMO 50% DE AMBAS AS VELOCIDADES (DOWNLOAD E UPLOAD). SENDO | INFOTEC | 12 | 290,00 | 3.480,00 |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | UTILIZADOS EQUIPAMENTOS HOMOLOGADOS PELA (ANATEL). PARA ATENDER AO POSTO DE SAÚDE DE SÃO SEBASTIÃO, NA COMUNIDADE SÃO SEBASTIÃO. | | | | |
| 15 | SERVICO DE ACESSO E UTILIZACAO - ACESSO À INTERNET (BANDA LARGA), TRANSMISSÃO VIA RÁDIO, COM VELOCIDADE DE 2MBPS PARA DOWNLOAD E 50% DESTA VELOCIDADE PARA UPLOAD. GARANTIDOS NO MÍNIMO 50% DE AMBAS AS VELOCIDADES (DOWNLOAD E UPLOAD). SENDO UTILIZADOS EQUIPAMENTOS HOMOLOGADOS PELA (ANATEL). PARA ATENDER O POSTO DE SAUDE LOCALIZADO NA GLEBA BARATA. | INFOTEC | 12 | 290,00 | 3. 480,00 |
| 16 | SERVICO DE ACESSO E UTILIZACAO - ACESSO À INTERNET (BANDA LARGA), TRANSMISSÃO VIA RÁDIO, COM VELOCIDADE DE 2MBPS PARA DOWNLOAD E 50% DESTA VELOCIDADE PARA UPLOAD. GARANTIDOS NO MÍNIMO 50% DE AMBAS AS VELOCIDADES (DOWNLOAD E UPLOAD). SENDO UTILIZADOS EQUIPAMENTOS HOMOLOGADOS PELA (ANATEL). PARA ATENDER O POSTO DE SAUDE LOCALIZADO NA GLEBA CANTÃO. | INFOTEC | 12 | 290,00 | 3. 480,00 |
| 17 | SERVICO DE ACESSO E UTILIZACAO - ACESSO À INTERNET (BANDA LARGA), TRANSMISSÃO VIA RÁDIO, COM VELOCIDADE DE 2MBPS PARA DOWNLOAD E 50% DESTA VELOCIDADE PARA UPLOAD. GARANTIDOS NO MÍNIMO 50% DE AMBAS AS VELOCIDADES (DOWNLOAD E UPLOAD). SENDO UTILIZADOS EQUIPAMENTOS HOMOLOGADOS PELA (ANATEL). PARA ATENDER O POSTO DE SAUDE PALMARITO, LOCALIZADO NA COMUNIDADE DO PALMARITO. | INFOTEC | 12 | 290,00 | 3. 480,00 |
| 19 | SERVICO DE ACESSO E UTILIZACAO - ACESSO À INTERNET (BANDA LARGA), TRANSMISSÃO VIA RÁDIO, COM VELOCIDADE DE 2MBPS PARA DOWNLOAD E 50% DESTA VELOCIDADE PARA UPLOAD. GARANTIDOS NO MÍNIMO 50% DE AMBAS AS VELOCIDADES (DOWNLOAD E UPLOAD). SENDO UTILIZADOS EQUIPAMENTOS HOMOLOGADOS PELA (ANATEL). PARA ATENDER O POSTO DE SAUDE RITINHA, LOCALIZADO NO ASSENTAMENTO RITINHA. | INFOTEC | 12 | 290,00 | 3. 480,00 |
| 21 | SERVICO DE ACESSO E UTILIZACAO - ACESSO À INTERNET (BANDA LARGA), TRANSMISSÃO VIA RÁDIO, COM VELOCIDADE DE 2MBPS PARA DOWNLOAD E 50% DESTA VELOCIDADE PARA UPLOAD. GARANTIDOS NO MÍNIMO 50% DE AMBAS AS VELOCIDADES (DOWNLOAD E UPLOAD). SENDO UTILIZADOS EQUIPAMENTOS HOMOLOGADOS PELA (ANATEL). PARA ATENDER O POSTO DE SAUDE SERINGAL, LOCALIZADO NA COMUNIDADE DO SERINGAL. | INFOTEC | 12 | 290,00 | 3. 480,00 |
| | TOTAL | | | | **R$ 48. 720,00** |

**CLÁUSULA TERCEIRA -** Os recursos financeiros serão atendidos pelas as seguintes dotações orçamentárias:

**Órgão 05 – Secretaria Mun. Educação**

**Unidade 03 – Departamento de ensino Fundamental**

**2.0162- Manutenção do Departamento de ensino Fundamental**

**3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de terceiros Pessoa Jurídica**

**Ficha: 141/1.500**

**R$ 24.360,00**

**08 – Secretaria Mun. De Saúde**

**Unidade 02 – Fundo Municipal de Saúde**

**2.0299 – Manutenção da Secretaria Mun. De Saúde**

**3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de terceiros Pessoa Jurídica**

**Ficha: 293/1.500**

**R$ 24.360,00**

**CLÁUSULA QUARTA**– Sem prejuízo do disposto na legislação pertinente em vigor artigo 78 inciso XII da Lei 8.666/93, rescindir-se-á este Contrato a qualquer tempo, atendida a conveniência administrativa e o interesse público, por comum acordo das partes ou unilateralmente por qualquer delas, mediante prévia e expressa notificação, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sem ônus rescisórios de qualquer natureza, sendo, no entanto, devido ao **CONTRATADO** o pagamento pela execução dos serviços até a data da rescisão.

**CLAUSULA QUINTA** – Ficam ratificadas em todos os termos e condições as demais cláusulas do contrato original. Ficando este termo fazendo parte integrante e complementar do original, a fim de que juntos produzam um só efeito.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente contrato em duas (02) vias, de igual teor e valia, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 15 de agosto de 2023.

| | |
|---|---|
| **JACOB ANDRÉ BRINGSKEN**<br>PREFEITO<br>CONTRATANTE | **PAZETTO & SILVA LTDA**<br>CNPJ: nº 09.431.810/0001-77<br>Sócio proprietário Sr. Diogo Pazetto<br>CPF nº 007.593.8xx-19 |

**TESTEMUNHAS:**

| | |
|---|---|
| ARNALDO MATUCARI SUPEPI<br>CPF: 011.990.4xx-95 | ALESSANDRO SANTANA DE SOUZA<br>CPF: 972.790.9xx-49 |
| R.G: 16063xx-2 SSP/MT | R.G: 14.60xx-76 SSP/MT |

**AVISO DE DISPENSA ESPECIAL Nº. 017/2023**

PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 083/2023

DISPUTA: DIA 23/08/2023, das 08 às 17 horas (horário de Mato Grosso)

ENDEREÇO ELETRÔNICO: licitacoes@vilabeladasantissimatrindade.mt.gov.br

**A PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE - MT**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o n. **03.214.160/0001-21**, com sede administrativa à Rua Dr. Mário Corrêa n. 452, nesta cidade de Vila Bela da Ss. Trindade, torna público que através do AGENTE DE CONTRATAÇÃO DIRETA Sr. ALESSADRO SANTANA DE SOUZA nomeado pela Portaria nº. 335/2023, para conhe-

cimento dos interessados, que realizará contratação direta através de dispensa, na forma **ESPECAL por item**, com critério de julgamento menor preço, nos termos da lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar nº 123/06 e alterações, **Decreto Municipal 014/2023**, objetivando a **contratação de empresa especializada em seguro veicular**, cujos quantitativos, especificações e demais condições encontram-se detalhados no Termo de Referência, o qual será processado e julgado segundo as condições, prazos e exigências estabelecidas no Termo de Referência respectivo e seus anexos.

**AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL N. 034/2023 PMVB**

PREGÃO N. 034/2023 Regido pela Lei Federal n. 14.133/2021, Decreto Municipal n. 038/2023.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LIMPEZA DE FOSSAS, CAIXAS DE GORDURA, DESENTUPIMENTO DE TUBULAÇÕES EM ÁREA URBANA, PRÉDIOS PÚBLICOS E CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL.**

INICIO DA SESSÃO: 09:30h do dia 29/08/2023.

Acesso ao Edital no site: http://www.vilabeladasantissimatrindade.mt.gov.br/...

Solicitar pelo: Fone/fax: (65) 3259-1313, (65) 3259-1132 ou pelo- e-mail: licitacoes@vilabeladasantissimatrindade.mt.gov.br

Local: Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade – Situada à Av. Dr. Mário Correia, Nº 452, Centro, CEP. 78.245-000. AGENTE DE CONTRATAÇÃO: ALESSANDRO SANTANA DE SOUZA.

**AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL N. 033/2023 PMVB**

PREGÃO N. 033/2023 Regido pela Lei Federal n. 14.133/2021, Decreto Municipal n. 038/2023.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MADEIRAS SERRADA.

INICIO DA SESSÃO: 08:00h do dia 29/08/2023.

Acesso ao Edital no site: http://www.vilabeladasantissimatrindade.mt.gov.br/...

Solicitar pelo: Fone/fax: (65) 3259-1313, (65) 3259-1132 ou pelo- e-mail: licitacoes@vilabeladasantissimatrindade.mt.gov.br

Local: Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade – Situada à Av. Dr. Mário Correia, Nº 452, Centro, CEP. 78.245-000. AGENTE DE CONTRATAÇÃO: ALESSANDRO SANTANA DE SOUZA.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

**RECURSOS HUMANOS**
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 028/2023**

**Vila Rica MT, 16 de Agosto de 2.023**

O Sr.º Abmael Borges Da Silveira, Prefeito Municipal de Vila Rica – MT., pelo presente convoca os abaixo relacionados, classificados no teste seletivo simplificado n.º 002/2022-02, a comparecem, no prazo máximo de 10 **(dez)** dias a contar da data da publicação deste, a Prefeitura Municipal de Vila Rica no Departamento de Recursos Humanos, sob pena do não comparecimento no prazo a caracterização de desistência, munidos de todos os documentos exigidos e relacionadas no Anexo I deste edital, para celebração de contrato administrativo de prestação de serviços temporários.

**PROFESSOR I A IV – LICENCIATURA PEDAGOGIA - ESCOLAS MUNICIPAIS - SEDE**

| NOME |
|---|
| MARIA JOSÉ DE JESUS |

**Abmael Borges Da Silveira**

Prefeito Municipal

**Anexo I**

Documentação exigida

( ) cópia - Cédula de Identidade;

( ) cópia - Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);

( ) cópia - Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

( ) cópia - Cartão do PIS/PASEP;

( ) cópia - Copia Carteira de Trabalho onde tem a foto e os dados

( ) Certidão de quitação eleitoral **(Cartório Eleitoral)** ou pela Internetwww.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral;

( ) cópia - Título de Eleitor;

( ) cópia - Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

( ) CPF dos dependentes;

( ) CPF do Pai e Mãe (vivos);

( ) Declaração negativa de acumulo de cargo publico;

( ) Comprovante de endereço residencial;

( ) Declarações de Bens (caso não houver, deverá fazer uma **declaração** de que não possui bens **móveis ou imóveis em seu nome**):

( ) Declaração que não foi demitido ou destituído do serviço publico

( ) Declaração de que não é aposentado por invalidez;

( ) Declaração que não infringiu as leis que fundamentaram este edital (conforme o caso;

( ) Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária integral estabelecida pelo órgão a qual exercerá a sua função;

( ) Certidões Negativas Cíveis e Criminais da Justiça Federal e da Justiça Estadual dos lugares onde tenha residido nos últimos 05 (cinco) anos.

( ) Atestado de Saúde Ocupacional - ASO emitido por Médico credenciado pela Prefeitura Municipal de Vila Rica, traduzido em APTO; **(Drº Zilda Oliveira Borges) end.: Av. Brasil, Centro, N 727, Vila Rica Fone: 66 98474-1793**

( ) Conta corrente no Banco do Brasil S/A;

( ) Ter registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade (quando exigido);

( ) Comprovante de escolaridade/pré-requisitos de acordo com o estabelecido no Edital

( ) Comprovante Da CNH de acordo com o estabelecido no Edital quando exigir

**RECURSOS HUMANOS**
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 030/2023**

**Vila Rica MT, 16 de agosto de 2.023**

O Sr.º Abmael Borges Da Silveira, Prefeito Municipal de Vila Rica – MT., pelo presente convoca os abaixo relacionados, classificados no teste seletivo simplificado n.º 002/2022-02, a comparecem, no prazo máximo de 10 **(dez)** dias a contar da data da publicação deste, a Prefeitura Municipal de Vila Rica no Departamento de Recursos Humanos, sob pena do não comparecimento no prazo a caracterização de desistência, munidos de todos os documentos exigidos e relacionadas no Anexo I deste edital, para celebração de contrato administrativo de prestação de serviços temporários.

**PROFESSOR I A IV – LICENCIATURA PEDAGOGIA - ESCOLAS MUNICIPAIS - SEDE**

| NOME |
|---|
| MAYRA LEANDRA LIMA |

**Abmael Borges Da Silveira**

Prefeito Municipal

**Anexo I**

Documentação exigida

( ) cópia - Cédula de Identidade;

( ) cópia - Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);

( ) cópia - Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

( ) cópia - Cartão do PIS/PASEP;

( ) cópia - Copia Carteira de Trabalho onde tem a foto e os dados

( ) Certidão de quitação eleitoral **(Cartório Eleitoral)** ou pela Internetwww.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral;

( ) cópia - Título de Eleitor;

( ) cópia - Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

( ) CPF dos dependentes;

( ) CPF do Pai e Mãe (vivos);

( ) Declaração negativa de acumulo de cargo publico;

( ) Comprovante de endereço residencial;

( ) Declarações de Bens (caso não houver, deverá fazer uma **declaração** de que não possui bens **móveis ou imóveis em seu nome**):

( ) Declaração que não foi demitido ou destituído do serviço publico

( ) Declaração de que não é aposentado por invalidez;

( ) Declaração que não infringiu as leis que fundamentaram este edital (conforme o caso;

( ) Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária integral estabelecida pelo órgão a qual exercerá a sua função;

( ) Certidões Negativas Cíveis e Criminais da Justiça Federal e da Justiça Estadual dos lugares onde tenha residido nos últimos 05 (cinco) anos.

( ) Atestado de Saúde Ocupacional - ASO emitido por Médico credenciado pela Prefeitura Municipal de Vila Rica, traduzido em APTO; **(Drº Zilda Oliveira Borges) end.: Av. Brasil, Centro, N 727, Vila Rica Fone: 66 98474-1793**

( ) Conta corrente no Banco do Brasil S/A;

( ) Ter registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade (quando exigido);

( ) Comprovante de escolaridade/pré-requisitos de acordo com o estabelecido no Edital

( ) Comprovante Da CNH de acordo com o estabelecido no Edital quando exigir

**RECURSOS HUMANOS**
**EDITAL COMPLEMENTAR Nº 005 AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2023**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA/MT**, no uso de suas atribuições legais, e em consonância com as disposições constitucionais referentes ao assunto, tendo em vista o que consta do art. 37, inciso II da Constituição Federal, Lei Orgânica do Município, Leis Municipais, torna público, através da Comissão de Processo Seletivo Simplificado, nomeada pela Portaria nº 199/2023 ao qual compete à Comissão fiscalizar todas as fases do Processo Seletivo Simplificado, para conhecimento de todos os interessados, a saber:

I. Divulgar que não houve recursos sobre a divulgação do Resultado Parcial (Provas – Objetivas, Práticas e de Títulos).

II. Divulgar o Resultado Classificatório (Provas – Objetivas, Práticas e de Títulos).

III. Definir o prazo de 01 (um) dia útil para apresentação de recursos na forma prevista do Item 8 do Edital de Processo Seletivo Público nº 001/2022, contado da data da publicação deste Edital através do Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos (área do candidato), com acesso pelo candidato com o fornecimento de dados referente à inscrição do candidato, conforme disposições contidas no endereço eletrônico: www.w2consultores.com.br, no link correspondente ao Processo Seletivo.

IV. O presente Edital e a Listagem Completa estão disponíveis no endereço eletrônico: www.w2consultores.com.br e no Quadro de avisos da Prefeitura Municipal e Diário Oficial do Município de Vila Rica/MT, disponível em https://diariomunicipal.org/mt/amm/edicoes/.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se,

Vila Rica/MT, 16 de Agosto de 2023.

**THIAGO CUSTÓDIO BATISTA– Presidente**

**TATIANE HEIMERDINGHER– Secretário**

**LOVANE SCHMITZ– Membro**

| INSCRIÇÃO | NOME | CG | CE | NOTA FINAL | POSIÇÃO | RESULTADO | RESULTADO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 0001880 | CLEONILDA VIEIRA GOMES | 40,00 | 40,00 | 80,00 | 1º | Classificado | Aprovado |
| 0000640 | MARIA APARECIDA ALVES FERNANDES | 50,00 | 20,00 | 70,00 | 2º | Classificado | Excedente |
| 0000910 | SILVANIA MARCIA DA SILVA | 30,00 | 30,00 | 60,00 | 3º | Classificado | Excedente |
| 0000670 | MÁRCIA PEREIRA DE MORAES | 30,00 | 30,00 | 60,00 | 4º | Classificado | Excedente |
| 0001890 | ARIOLINDA NASCIMENTO DA COSTA | 30,00 | 0,00 | 30,00 | 5º | Classificado | Excedente |
| 0001210 | BRUNA ROSA PEREIRA | 0,00 | 20,00 | 20,00 | 6º | Classificado | Excedente |
| 0001700 | ELISANGELA AUGUSTO DE OLIVEIRA | - | - | - | - | Desclassificado | Ausente |
| 0000060 | MARIA DOS REIS BOTELHO SIRQUEIRA | - | - | - | - | Desclassificado | Ausente |
| 0001640 | MARIA APARECIDA SANTOS REIS | - | - | - | - | Desclassificado | Ausente |
| 0001850 | KAUANNE DA PAZ LIMA | - | - | - | - | Desclassificado | Ausente |
| 0001420 | ANTONIELA FERREIRA DIAS | - | - | - | - | Desclassificado | Ausente |

| INSCRIÇÃO | NOME | POR | MAT | NDI | AP | CG | ESP | NOTA FINAL | POSIÇÃO | RESULTADO | RESULTADO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 0000380 | ALINE CHOPTIAN | 12,00 | 12,00 | 9,00 | 15,00 | 12,00 | 15,00 | 75,00 | 1º | Classificado | Aprovado |
| 0001100 | DIEISI KELLY PINHEIRO DA SILVA | 9,00 | 12,00 | 9,00 | 9,00 | 6,00 | 20,00 | 65,00 | 2º | Classificado | Excedente |
| 0001270 | PRISCILA DA SILVA MANZANO | 15,00 | 15,00 | 9,00 | 3,00 | 12,00 | 10,00 | 64,00 | 3º | Classificado | Excedente |
| 0000560 | KELLY LAYNE DANTAS SOUZA | 15,00 | 12,00 | 3,00 | 6,00 | 6,00 | 10,00 | 52,00 | 4º | Classificado | Excedente |
| 0000920 | DIEGO PINHEIRO DA SILVA | 9,00 | 9,00 | 6,00 | 3,00 | 3,00 | 15,00 | 45,00 | 5º | Classificado | Excedente |
| 0001600 | LAISA LETICIA VENTURINI | 6,00 | 3,00 | 6,00 | 3,00 | 3,00 | 10,00 | 31,00 | 6º | Classificado | Excedente |
| 0001620 | LINEA ALVES DOS SANTOS | 9,00 | 3,00 | 0,00 | 3,00 | 6,00 | 5,00 | 26,00 | 7º | Classificado | Excedente |
| 0001380 | ALDENIR PEREIRA ALVES | 3,00 | 3,00 | 3,00 | 0,00 | 6,00 | 10,00 | 25,00 | 8º | Classificado | Excedente |
| 0000350 | AMANDA ALENCAR COSTA | - | - | - | - | - | - | - | - | Desclassificado | Ausente |
| 0001080 | RENATA KOWALESKI LOCATELLI | - | - | - | - | - | - | - | - | Desclassificado | Ausente |
| 0000120 | AMANDA DOS SANTOS TOME BORGHESAN | - | - | - | - | - | - | - | - | Desclassificado | Ausente |

| INSCRIÇÃO | NOME | POR | MAT | NDI | AP | CG | ESP | PRÁ | NOTA FINAL | POSIÇÃO | RESULTADO | RESULTADO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 0000040 | GÉSSICA DE OLIVEIRA ROCHA | 9,00 | 9,00 | 6,00 | 12,00 | 9,00 | 20,00 | 50,00 | 115,00 | 1º | Classificado | Aprovado |
| 0000880 | GECIVALDO COUTO ARAÚJO | 12,00 | 12,00 | 6,00 | 12,00 | 3,00 | 15,00 | 50,00 | 110,00 | 2º | Classificado | Aprovado |
| 0001570 | DAIANA NASCIMENTO MILHOMEM | 6,00 | 9,00 | 6,00 | 3,00 | 15,00 | 10,00 | 50,00 | 99,00 | 3º | Classificado | Aprovado |

| | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 0000860 | MAISA ALVES RODRIGUES | 6,00 | 9,00 | 9,00 | 3,00 | 9,00 | 10,00 | 25,00 | 71,00 | 4º | Classificado | Excedente |
| 0000870 | JORDANA MORAIS PIRES | 9,00 | 15,00 | 6,00 | 3,00 | 9,00 | 5,00 | 5,00 | 52,00 | 5º | Classificado | Excedente |
| 0001150 | STEFANY DE MELLO | 9,00 | 6,00 | 3,00 | 6,00 | 3,00 | 15,00 | 5,00 | 47,00 | 6º | Classificado | Excedente |
| 0001760 | QUEILIANE SOARES SILVA | 6,00 | 9,00 | 3,00 | 3,00 | 6,00 | 0,00 | 20,00 | 47,00 | 7º | Classificado | Excedente |
| 0001070 | WIGNA SILVA DE MELO SOUSA | 12,00 | 6,00 | 3,00 | 3,00 | 6,00 | 10,00 | 5,00 | 45,00 | 8º | Classificado | Excedente |
| 0001330 | GABRIEL MOREIRA DA | 6,00 | 9,00 | 3,00 | 9,00 | 6,00 | 0,00 | 5,00 | 38,00 | 9º | Classificado | Excedente |
| 0000770 | ANNA KATIUSSA WALLAUER MACHADO | - | - | - | - | - | - | - | - | - | Desclassificado | Ausente |
| 0000780 | MAVIA SARAH DE OLIVEIRA SILVA | - | - | - | - | - | - | - | - | - | Desclassificado | Ausente |
| 0001260 | ELAINE RODRIGUES DA SILVA ARAÚJO | - | - | - | - | - | - | - | - | - | Desclassificado | Ausente |
| 0000110 | ROBERTA MILENE LOPES DA SILVA | - | - | - | - | - | - | - | - | - | Desclassificado | Ausente |
| 0001340 | SKARLET SILVA SOUZA | - | - | - | - | - | - | - | - | - | Desclassificado | Ausente |
| 0001250 | ANA PAULA LOPES DIAS SILVA | - | - | - | - | - | - | - | - | - | Desclassificado | Ausente |
| 0000160 | DENISE BARBOSA COSTA | - | - | - | - | - | - | - | - | - | Desclassificado | Ausente |
| 0001460 | MATEUS TEIXEIRA DA SILVA | - | - | - | - | - | - | - | - | - | Desclassificado | Ausente |
| 0001660 | TAIZA MARTINS GAMA | - | - | - | - | - | - | - | - | - | Desclassificado | Ausente |
| 0000070 | IGOR JOSE FAE | - | - | - | - | - | - | - | - | - | Desclassificado | Ausente |

| INSCRIÇÃO | NOME | POR | MAT | NDI | AP | CG | ESP | NOTA FINAL | POSIÇÃO | RESULTADO | RESULTADO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 0000740 | GUSTAVO IGOR DOS SANTOS SILVA | 15,00 | 9,00 | 9,00 | 9,00 | 15,00 | 15,00 | 72,00 | 1º | Classificado | Aprovado |
| 0000590 | ELIANE BELISKI | 9,00 | 6,00 | 9,00 | 6,00 | 9,00 | 20,00 | 59,00 | 2º | Classificado | Aprovado |
| 0001040 | HEBER BARBOSA NUNES | 9,00 | 6,00 | 6,00 | 12,00 | 6,00 | 15,00 | 54,00 | 3º | Classificado | Aprovado |
| 0000710 | ELISANDRA OLIVEIRA DE LIMA | 9,00 | 9,00 | 3,00 | 3,00 | 6,00 | 20,00 | 50,00 | 4º | Classificado | Excedente |
| 0001520 | WALLACE MANOEL DINIZ AMORIM | 6,00 | 6,00 | 6,00 | 3,00 | 12,00 | 15,00 | 48,00 | 5º | Classificado | Excedente |
| 0001240 | DANIELA DA SILVA MOZEL | 6,00 | 6,00 | 9,00 | 6,00 | 3,00 | 10,00 | 40,00 | 6º | Classificado | Excedente |
| 0001500 | THAÍS MILHOMEM SANTOS | 3,00 | 6,00 | 0,00 | 6,00 | 6,00 | 10,00 | 31,00 | 7º | Classificado | Excedente |
| 0000960 | VALDOIR PINHEIRO DA SILVA JUNIOR | 0,00 | 12,00 | 3,00 | 6,00 | 0,00 | 10,00 | 31,00 | 8º | Classificado | Excedente |
| 0000820 | WELLINGTON CARVALHO SILVA | - | - | - | - | - | - | - | - | Desclassificado | Ausente |
| 0001290 | CLEIDE FERREIRA DA CONCEIÇÃO | - | - | - | - | - | - | - | - | Desclassificado | Ausente |
| 0000270 | JULIANO ALVES WANDERLEY | - | - | - | - | - | - | - | - | Desclassificado | Ausente |
| 0000800 | MARCOS ANTONIO JUVILESKI | - | - | - | - | - | - | - | - | Desclassificado | Ausente |

| INSCRIÇÃO | NOME | POR | MAT | NDI | AP | CG | ESP | NOTA FINAL | POSIÇÃO | RESULTADO | RESULTADO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 0001190 | CAROLINE CANAN | 12,00 | 6,00 | 12,00 | 12,00 | 6,00 | 25,00 | 73,00 | 1º | Classificado | Aprovado |
| 0001180 | STANLEY DURYE MAS | 12,00 | 9,00 | 6,00 | 9,00 | 12,00 | 20,00 | 68,00 | 2º | Classificado | Aprovado |
| 0001580 | MAILANE FERREIRA DA SILVA | 6,00 | 9,00 | 3,00 | 0,00 | 3,00 | 10,00 | 31,00 | 3º | Classificado | Excedente |
| 0001590 | REGIS DE SOUZA MAIA | - | - | - | - | - | - | - | - | Desclassificado | Ausente |
| 0000840 | PATRÍCIA CAETANO DE OLIVEIRA | - | - | - | - | - | - | - | - | Desclassificado | Ausente |

| INSCRIÇÃO | NOME | POR | MAT | NDI | AP | CG | ESP | NOTA FINAL | POSIÇÃO | RESULTADO | RESULTADO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 0001560 | IAGO FELIPE ROSENDO DE ARRUDA | 12,00 | 15,00 | 9,00 | 9,00 | 6,00 | 15,00 | 66,00 | 1º | Classificado | Aprovado |
| 0000280 | RANNIELLE KETLEY BATISTA CARVALHO | 6,00 | 12,00 | 6,00 | 6,00 | 9,00 | 15,00 | 54,00 | 2º | Classificado | Aprovado |
| 0000760 | QUERCIA REGINA ALMEIDA BISPO | 9,00 | 3,00 | 9,00 | 6,00 | 9,00 | 5,00 | 41,00 | 3º | Classificado | Aprovado |
| 0001490 | KALITA NAARA COUTO ARRUDA | 6,00 | 3,00 | 12,00 | 0,00 | 9,00 | 10,00 | 40,00 | 4º | Classificado | Excedente |
| 0001680 | ANTHONY PHELLYPE SANTANA GUIDO | 6,00 | 6,00 | 9,00 | 3,00 | 3,00 | 10,00 | 37,00 | 5º | Classificado | Excedente |
| 0000660 | CASSIELE DE ALMEIDA KEIBER | 9,00 | 3,00 | 12,00 | 6,00 | 0,00 | 5,00 | 35,00 | 6º | Classificado | Excedente |
| 0001750 | SANDRA ALVES DE SOUZA | 6,00 | 9,00 | 3,00 | 0,00 | 0,00 | 5,00 | 23,00 | 7º | Classificado | Excedente |
| 0000340 | SIMYELLE NERI FREITAS ANDRADE | - | - | - | - | - | - | - | - | Desclassificado | Ausente |
| 0001630 | GERSON ALVES DE SOUZA NETO COELHO | - | - | - | - | - | - | - | - | Desclassificado | Ausente |

| INSCRIÇÃO | NOME | POR | MAT | NDI | AP | CG | ESP | NOTA FINAL | POSIÇÃO | RESULTADO | RESULTADO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 0001540 | LEDA REGINA TRINDADE COSTA | 8,00 | 8,00 | 6,00 | 8,00 | 8,00 | 28,00 | 66,00 | 1º | Classificado | Aprovado |
| 0001510 | ADEMAR MOREIRA DOMINGUES NETO | 8,00 | 8,00 | 6,00 | 2,00 | 6,00 | 24,00 | 54,00 | 2º | Classificado | Excedente |

| | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 0001790 | MANOEL TAIGY DE QUEIROZ MELLO NETO | - | - | - | - | - | - | - | - | Desclassificado | Ausente |

| INSCRIÇÃO | NOME | POR | MAT | NDI | AP | CG | ESP | NOTA FINAL | POSIÇÃO | RESULTADO | RESULTADO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 0001230 | ANA KELLE MENDES CIRINO | 12,00 | 9,00 | 12,00 | 9,00 | 9,00 | 10,00 | 61,00 | 1º | Classificado | Aprovado |
| 0001710 | MIDIAN RODRIGUES FERREIRA | 9,00 | 9,00 | 6,00 | 12,00 | 9,00 | 15,00 | 60,00 | 2º | Classificado | Aprovado |
| 0000750 | MARIA ANGELICA FRANCISCONI | 15,00 | 9,00 | 3,00 | 12,00 | 9,00 | 0,00 | 48,00 | 3º | Classificado | Aprovado |
| 0001390 | EDIANE PEREIRA SIMSEN | 3,00 | 6,00 | 6,00 | 6,00 | 9,00 | 15,00 | 45,00 | 4º | Classificado | Aprovado |
| 0000320 | FATIMA SIMAO | 12,00 | 6,00 | 6,00 | 12,00 | 3,00 | 5,00 | 44,00 | 5º | Classificado | Aprovado |
| 0000030 | LAURA APARECIDA SILVA | 6,00 | 9,00 | 3,00 | 6,00 | 9,00 | 10,00 | 43,00 | 6º | Classificado | Excedente |
| 0000620 | HELENA PEREIRA DA SILVA | 6,00 | 6,00 | 3,00 | 12,00 | 6,00 | 10,00 | 43,00 | 7º | Classificado | Excedente |
| 0001020 | CLAUDIA ROCHA DO NASCIMENTO | 12,00 | 6,00 | 6,00 | 3,00 | 3,00 | 10,00 | 40,00 | 8º | Classificado | Excedente |
| 0001810 | FELINA FERNANDES DA SILVA | 6,00 | 9,00 | 3,00 | 6,00 | 6,00 | 10,00 | 40,00 | 9º | Classificado | Excedente |
| 0001780 | CLAUDIANE TAVARES PEREIRA | 6,00 | 6,00 | 3,00 | 12,00 | 3,00 | 10,00 | 40,00 | 10º | Classificado | Excedente |
| 0000700 | ADINA ALMEIDA DA SILVA PEREIRA | 6,00 | 6,00 | 0,00 | 12,00 | 3,00 | 10,00 | 37,00 | 11º | Classificado | Excedente |
| 0000090 | ZULEICA PESSOA | 6,00 | 9,00 | 0,00 | 3,00 | 12,00 | 5,00 | 35,00 | 12º | Classificado | Excedente |
| 0000610 | LORENA FERREIRA NASCIMENTO | 3,00 | 6,00 | 6,00 | 6,00 | 3,00 | 10,00 | 34,00 | 13º | Classificado | Excedente |
| 0001370 | MARCIANO SCHWARZ | 9,00 | 9,00 | 3,00 | 3,00 | 9,00 | 0,00 | 33,00 | 14º | Classificado | Excedente |
| 0000050 | SIMONE GOMES DE CAMPOS | 9,00 | 6,00 | 3,00 | 3,00 | 6,00 | 5,00 | 32,00 | 15º | Classificado | Excedente |
| 0000830 | CRISTIANE MOREIRA LIMA | 3,00 | 6,00 | 6,00 | 6,00 | 0,00 | 10,00 | 31,00 | 16º | Classificado | Excedente |
| 0000540 | SONIA MARIA GOMES FEITOSA MOTA | 6,00 | 6,00 | 0,00 | 3,00 | 3,00 | 10,00 | 28,00 | 17º | Classificado | Excedente |
| 0000300 | TATIANE RODRIGURS MELO | 3,00 | 6,00 | 6,00 | 3,00 | 3,00 | 5,00 | 26,00 | 18º | Classificado | Excedente |
| 0000550 | LUCIENE CARDOSO INACIO | 6,00 | 6,00 | 0,00 | 3,00 | 3,00 | 5,00 | 23,00 | 19º | Classificado | Excedente |
| 0000730 | JUDITE NOLETO DE ARAUJO | 6,00 | 3,00 | 6,00 | 0,00 | 6,00 | 0,00 | 21,00 | 20º | Classificado | Excedente |
| 0001440 | GIRLENE AZEVEDO GOMES | - | - | - | - | - | - | - | - | Desclassificado | Ausente |
| 0001550 | NAZARÉ DA SILVA CAMPOS | - | - | - | - | - | - | - | - | Desclassificado | Ausente |
| 0000900 | NATÁLIA CONCEIÇÃO DE ARAÚJO | - | - | - | - | - | - | - | - | Desclassificado | Ausente |
| 0001690 | POLIANA APARECIDA SOARES MACHADO | - | - | - | - | - | - | - | - | Desclassificado | Ausente |
| 0001280 | MILCA SOARES SILVA | - | - | - | - | - | - | - | - | Desclassificado | Ausente |
| 0001720 | JÉSSICA SANTOS DE SOUZA MULLER | - | - | - | - | - | - | - | - | Desclassificado | Ausente |

| INSCRIÇÃO | NOME | POR | MAT | NDI | AP | CG | ESP | NOTA FINAL | POSIÇÃO | RESULTADO | RESULTADO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 0000390 | GRACIELI STEIGER | 6,00 | 9,00 | 3,00 | 9,00 | 6,00 | 20,00 | 53,00 | 1º | Classificado | Aprovado |
| 0001350 | CARLOS ALBERTO RODRIGUES LOPES | 9,00 | 6,00 | 0,00 | 12,00 | 15,00 | 10,00 | 52,00 | 2º | Classificado | Aprovado |
| 0001470 | VALDIJAN DE SOUSA MARTINS | 6,00 | 9,00 | 6,00 | 9,00 | 12,00 | 10,00 | 52,00 | 3º | Classificado | Excedente |
| 0000680 | SERGIO FERREIRA CORREA | 3,00 | 12,00 | 3,00 | 3,00 | 12,00 | 15,00 | 48,00 | 4º | Classificado | Excedente |
| 0001480 | MAGNÓLIA NOLETO DA SILVA | 12,00 | 6,00 | 3,00 | 9,00 | 6,00 | 10,00 | 46,00 | 5º | Classificado | Excedente |
| 0000400 | ANDREIA SCHEIDT | 0,00 | 6,00 | 3,00 | 9,00 | 12,00 | 10,00 | 40,00 | 6º | Classificado | Excedente |
| 0000810 | LUZIA CRISTINA MARTINS DE SOUZA | 9,00 | 3,00 | 3,00 | 0,00 | 9,00 | 10,00 | 34,00 | 7º | Classificado | Excedente |

**RECURSOS HUMANOS**
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 029/2023**

**Vila Rica MT, 16 de Agosto de 2.023**

O Sr.º Abmael Borges Da Silveira, Prefeito Municipal de Vila Rica – MT., pelo presente convoca os abaixo relacionados, classificados no teste seletivo simplificado n.º 002/2022-02, a comparecem, no prazo máximo de 10 **(dez)** dias a contar da data da publicação deste, a Prefeitura Municipal de Vila Rica no Departamento de Recursos Humanos, sob pena do não comparecimento no prazo a caracterização de desistência, munidos de todos os documentos exigidos e relacionadas no Anexo I deste edital, para celebração de contrato administrativo de prestação de serviços temporários.

**PROFESSOR I A IV – LICENCIATURA PEDAGOGIA - ESCOLAS MUNICIPAIS - SEDE**

| NOME |
|---|
| WHAINNY ROSA FERREIRA B. SANTANA DE SOUZA |

**Abmael Borges Da Silveira**

Prefeito Municipal

**Anexo I**

Documentação exigida

( ) cópia - Cédula de Identidade;

( ) cópia - Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);

( ) cópia - Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

( ) cópia - Cartão do PIS/PASEP;

( ) cópia - Copia Carteira de Trabalho onde tem a foto e os dados

( ) Certidão de quitação eleitoral **(Cartório Eleitoral)** ou pela Internetwww.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral;

( ) cópia - Título de Eleitor;

( ) cópia - Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

( ) CPF dos dependentes;

( ) CPF do Pai e Mãe (vivos);

( ) Declaração negativa de acumulo de cargo publico;

( ) Comprovante de endereço residencial;

( ) Declarações de Bens (caso não houver, deverá fazer uma **declaração** de que não possui bens **móveis ou imóveis em seu nome**):

( ) Declaração que não foi demitido ou destituído do serviço publico

( ) Declaração de que não é aposentado por invalidez;

( ) Declaração que não infringiu as leis que fundamentaram este edital (conforme o caso;

( ) Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária integral estabelecida pelo órgão a qual exercerá a sua função;

( ) Certidões Negativas Cíveis e Criminais da Justiça Federal e da Justiça Estadual dos lugares onde tenha residido nos últimos 05 (cinco) anos.

( ) Atestado de Saúde Ocupacional - ASO emitido por Médico credenciado pela Prefeitura Municipal de Vila Rica, traduzido em APTO; **(Drº Zilda**

**Oliveira Borges) end.: Av. Brasil, Centro, N 727, Vila Rica Fone: 66 98474-1793**

( ) Conta corrente no Banco do Brasil S/A;

( ) Ter registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade (quando exigido);

( ) Comprovante de escolaridade/pré-requisitos de acordo com o estabelecido no Edital

( ) Comprovante Da CNH de acordo com o estabelecido no Edital quando exigir

**RECURSOS HUMANOS**
**DECRETO MUNICIPAL Nº 092/2023**

**de 16 de agosto de 2023**

**Regulamenta a concessão de auxílio-alimentação, por faixa salarial, destinado aos servidores ativos nos termos do Art. 143 da Lei nº 747/2008, de 22 de fevereiro de 2008,**

O Senhor Abmael Borges da Silveira, Prefeito Municipal de Vila Rica - MT, no uso de suas atribuições conferidas em lei, com fundamento no disposto no art. 143 da Lei Municipal nº 747, de 22 de fevereiro de 2008,

**D E C R E T A**

**Art. 1º** - Fica instituído o Auxílio-Alimentação para os servidores ativos do Poder Executivo do Município de Vila Rica - MT, nos termos do artigo 143 da Lei Municipal Nº 747, de 22 de fevereiro de 2008, independentemente da jornada de trabalho, com pagamento em pecúnia, mensalmente, que terá o caráter indenizatório, na forma do disposto neste Decreto.

**Art. 2º** - O Auxílio Alimentação será concedido por dia trabalhado, com o efetivo desempenho das atribuições do servidor, com o objetivo de subsidiar as despesas de alimentação.

**§ 1º** - Para todos os efeitos, são considerados por dia trabalhados: as ausências, as licenças e os afastamentos legais previstos na Lei Municipal Nº 747, de 22 de fevereiro de 2008, e ainda a participação do servidor em programa de treinamento regularmente instituído, conferências, congressos, treinamentos ou eventos similares, com ou sem deslocamento da sede.

**§ 2º** -Não será permitido o pagamento retroativo, por qualquer que seja a motivação.

**Art. 3º** - O servidor não fará jus ao Auxílio-Alimentação nas seguintes hipóteses:

**I** - licença médica após 30 (trinta) dias;

**II** - licença por motivo de doença em pessoa da família após 30 (trinta) dias;

**III** - licença para acompanhamento de cônjuge e companheiro;

**IV** - licença para o serviço militar;

**V** - licença para atividade política;

**VI** - licença para tratar de interesses particulares;

**VII** – licença para servir em outro órgão ou entidade do poder público;

**VIII** - afastamento para exercício de mandato eletivo;

**IX** - suspensão em virtude de penalidade disciplinar, nos termos da Lei Municipal 747/2008, durante o período de sua duração;

**X** - afastamento preventivo**,** nos termos da Lei Municipal Nº 747/2008;

**XI** - faltas sem justificativas.

Parágrafo Único – Na ocorrência de desligamento o valor será pago proporcionalmente aos dias trabalhados.

**Art. 4º** - O servidor que acumule cargo ou função de confiança na forma da Constituição Federal fará jus à percepção de um único Auxílio Alimentação.

**Art. 5º** - O Auxílio-Alimentação não é rendimento tributável, não constitui base de incidência de contribuição previdenciária, nem base de cálculo para fins de margem consignável e não integra o subsídio para fins de desconto de qualquer natureza.

**Art. 6º** - O Auxílio Alimentação não é acumulável com outros de espécie semelhante, tais como cesta básica ou vantagem pessoal originária de qualquer forma de auxílio ou benefício alimentação.

**Art. 7º** - O Auxílio Alimentação, de caráter indenizatório, não poderá ser incorporado ao subsídio, ou vantagem para quaisquer efeitos.

**Art. 8º** - O Auxílio Alimentação será pago mensalmente aos servidores ativos e estagiários que na soma dos vencimentos permanentessejainferior a R$:1.980,00 (um mil e novecentos e oitenta reais) mensais, **Art. 9º** O Auxílio Alimentação será no valor de R$:440,00 (quatrocentos e quarenta reais) mensais.

Parágrafo único – os valores constantes dos artigos 8º e 9º deste decreto serão atualizados anualmente no mês janeiro tomando como base o IPCA – índice nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

**Art. 10º -** As despesas decorrentes da execução deste decreto correrão por conta das dotações orçamentárias próprias do orçamento municipal e suplementadas se necessário.

**Art. 11º** - Está decreto entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 01 de agosto de 2023.

**Art. 12º** - Revogam-se as disposições contrárias.

Vila Rica – MT, 16 de agosto de 2023.

Gabinete do Prefeito Municipal

**PREFEITURA/LICITAÇÃO**
**SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ORIGINAL Nº 064/2022**

**SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ORIGINAL Nº 064/2022**

**1.1** O presente aditivo tem por objeto prorrogar a vigência e reajustar o valor do Contrato 064/2022 inicialmente pactuado no Processo Licitatório nº 146/2022 na modalidade Inexigibilidade nº 009/2022 pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir do dia **16/08/2023 até 16/08/2024.** O Objeto do Aquisição do SIM – Sistema de ensino da FTD Educação (Material didático, consultoria pedagógica, plataforma educacional e materiais acelerados de resultados).

**DEMAIS CLÁUSULAS**: Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato.

**DATA**: Vila Rica/MT, 16 de Agosto de 2023.

**ASSINANTES /**Abmael Borges da Silveira - Prefeitura Municipal De Vila Rica – Contratante

**EDITORA FTD S/A -/RICARDO TAVARES DE OLIVEIRA**61.186.490/0001-57 -Contratada.

**RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA N.º 214/2023.**

de 16 de agosto de 2023.

***ABMAEL BORGES DA SILVEIRA*****,** Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

**R E S O L V E:**

Art. 1º- Conceder Licença Maternidade à servidora JULIANA CARDOSO DE OLIVEIRA matricula nº 4408 no cargo de Professor de V a VIII no pe-

ríodo de **11/08/2023** a **08/12/2023** com base no que dispõe a Subseção IV, Art. 89 da Lei Municipal nº 747//2008.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 11/08/2023.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

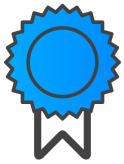
**C U M P R A – S E**

Gabinete do Prefeito Municipal.

Abmael Borges da Silveira

Prefeito Municipal

Esse documento foi assinado por

| | | |
|---|---|---|
|  | **Signatário** | CN=ASSOCIACAO MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIOS:00234260000121, OU=Certificado PJ A1, OU=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR |
| | **Data/Hora** | Wed Aug 16 22:32:32 UTC 2023 |
| | **Emissor do Certificado** | CN=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR |
| | **Número Serial.** | 1170115676103352402 |
| | **Método** | urn:adobe.com:Adobe.PPKLite:adbe.pkcs7.sha1 (Adobe Signature) |